



Ana Maria Alves Pedro Ferreira O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro



Ana Maria Alves Pedro Ferreira **O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos.O caso de Faro**

dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutora no ramo de Turismo, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor. Carlos Costa, Professor Associado do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial.

o júri

Presidente: Reitora da Universidade de Aveiro.

Vogais: Prof. Doutor Jorge Carvalho Arroteia, Professor Catedrático da Universidade de Aveiro.

Prof. Doutor João Albino Matos Silva, Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve.

Prof. Doutor Joaquim da Costa Leite, Professor Associado da Universidade de Aveiro.

Professor Doutor Carlos Manuel Martins Costa, Professor Associado da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Jorge Manuel Rodrigues Umbelino, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

Prof. Doutor João Félix Martins, Professor Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve.

Ao meu pai, à tia Teresa e à Beatriz Borges. Queira Deus que possam prosseguir a sua busca do conhecimento em qualquer outra dimensão que não a nossa.

À minha mãe, amiga e companheira de sempre, com quem aprendi a nunca desistir dos meus sonhos.

Aos bons mestres com quem tive o privilégio de privar ao longo de todo o meu percurso académico. O seu fascínio pelo saber e a forma como transmitiam esse encanto enriqueceram-me profundamente e determinaram as minhas opções de vida.

agradecimentos

Este trabalho é resultado do empenhamento e colaboração de várias instituições e personalidades, pelo que se torna necessário agradecer, antes de mais, a todos os elementos de uma vasta equipa, no âmbito da qual o seu trabalho foi desenvolvido. A doutoranda quer reconhecer, publicamente, o quanto deve a algumas dessas pessoas, sendo certo que não o conseguirá fazer a todas, pelas suas contribuições preciosas, muitas das quais tiveram uma influência decisiva no resultado final da investigação.

Deseja, em primeiro lugar, expressar o seu mais profundo agradecimento ao Prof. Doutor Carlos Costa, pela excelente orientação científica, pelos conselhos, pelo constante acompanhamento, encorajamento e apoio, ao longo da prossecução deste projecto. Gostaria ainda de manifestar a sua gratidão pela amizade e carinho com que sempre a distinguiu, reconhecimento que deseja estender à sua esposa e filhos.

Agradece reconhecida, ao Prof. Doutor João Albino da Silva, ao Prof. Doutor João Félix Martins, ao Mestre. Paulo Águas, ao Dr. Fernando Santos (estes últimos colegas na ESGHT), ao Dr. João Vargues e ao Sr. João Saias pelas suas sugestões de melhoria dos questionários aplicados. Aos colegas da ESGHT, Mestres Manuela Neto e Eliana Monteiro, pelos conselhos nos domínios da psicologia urbana e da teoria das atitudes, ao Mestre Hélder Carrasqueira pelos seus pareceres no âmbito das economias de base local. A estes colegas quer associar ainda outros, como os Mestres Augusto Correia, Idília Barros, Maria José Marques e Maria Leonor Griesler pela ajuda na tradução dos questionários aplicados aos turistas e à Prof. Doutora Margarida de Jesus pelo auxílio no tratamento e apresentação dos dados e resultados da pesquisa empírica. À Dr.^a Maria Filomena Correia, pela assistência na introdução e tratamento dos dados dos questionários no SPSS. Ao arquitecto Armando Silva, do Gabinete de Gestão do Património de Faro e ao Dr. João Vargues da AMBIFARO, pelas entrevistas que nos concederam. A todos os gestores das instituições públicas e privadas, das associações e empresas de Faro que responderam ao questionário que lhes enviámos.

Manifesta também o seu apreço, pela ajuda concedida, aos responsáveis e funcionários dos arquivos e das bibliotecas utilizadas, principalmente aos da biblioteca da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve, nas pessoas da Dr.^a Maria João Barradas e da Dr.^a Sofia Franco e aos colaboradores da biblioteca da Universidade de Aveiro, pelas facilidades concedidas na obtenção e consulta de documentos necessários à elaboração desta pesquisa.

agradecimentos

Destaca o auxílio da Eduarda Romão da Sandra Lourenço e da Sara Grieslier, na aplicação dos questionários aos turistas, no centro histórico de Faro, durante o Verão de 2001.

Pretende ainda salientar a enorme confiança manifestada pelos conselhos directivo e científico da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade de Algarve que lhe concederam dispensa de serviço docente de modo a poder beneficiar do PRODEP. Gostaria ainda de exprimir o seu reconhecimento para com o Ministério da Educação pelo usufruto do PRODEP – Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal - sem o qual não teria reunido as condições necessárias para concretizar este projecto.

Uma última palavra de agradecimento a familiares e amigos, sobretudo ao apoio constante da mãe e da tia, sem o qual não teria conseguido concluir a presente pesquisa.

resumo

O problema da nossa pesquisa resultou de uma ampla revisão da literatura no âmbito dos estudos culturais, urbanos e turísticos e de uma carreira como guia intérprete profissional, e docente na área do saber do turismo. A questão de partida procurava estabelecer a possível relação positiva, no contexto de mudança de paradigma, entre os processos de requalificação do turismo de sol e praia algarvio, em fase de maturidade e de regeneração do centro histórico de Faro, ligação mediada pelos elementos da “nova classe média cultural” (turistas e residentes). Para aferir a hipótese de conciliação dos processos foi utilizada uma metodologia que abrange vários métodos e técnicas de investigação, da análise estatística à de conteúdo e incluíram a aplicação de questionários aos turistas (391) que visitaram o centro histórico de Faro, no Verão de 2001 e o envio de inquéritos (70) às instituições, empresas e associações que se nos apresentavam como as mais interessadas na definição de uma estratégia de regeneração da zona antiga da capital do Algarve, que explore as potencialidades da interacção entre cultura e turismo. Os questionários foram construídos de modo a permitir ainda avaliar a compatibilidade dos desejos da procura (turistas), com as aspirações da oferta (representantes da comunidade farense).

Os turistas que visitaram o centro histórico de Faro, no Verão do ano 2001, apresentavam as características da “nova classe média cultural”. Em plena época alta do turismo de sol e praia, os citados visitantes não escondiam os seus elevados interesses culturais nem a importante contribuição da visita realizada ao centro histórico de Faro, para o enriquecimento da sua estadia no Algarve. Estes resultados demonstravam, de modo evidente, a relação positiva entre a regeneração do centro histórico de Faro e a requalificação do turismo de sol e praia, mediada pelos novos turistas culturais. Os representantes da comunidade farense revelaram, por seu turno, predisposição para se envolverem na definição de uma estratégia que possibilite a criação de um produto turístico cultural para o centro histórico de Faro, através de uma acção concertada, não se vislumbrando diferenças estatisticamente significativas, entre os vários grupos de interessados, em relação a qualquer dos temas propostos. Os principais obstáculos que se colocam à concretização desse projecto derivam, na avaliação feita pelos inquiridos, da falta de vontade política, da ausência de estratégia, da escassez dos recursos humanos, da carência de financiamento e do excesso de burocracia.

O cruzamento dos resultados da oferta com os da procura demonstraram, por sua vez, que os benefícios esperados pelos gestores inquiridos, resultantes do desenvolvimento do turismo na cidade de Faro, são congruáveis com os desejos de consumo cultural manifestados pelos turistas. A análise dos dados e resultados dos inquéritos implementados evidenciam a importância da problemática em estudo.

abstract

The thesis research problem was the result of broad literature review including cultural, urban and tourism studies, and of a career as tour guide and teacher in the area of tourism. The investigation tried to evaluate the relation, in the context of the new paradigm, between the regeneration of Faro's historic city centre and the requalification of the Algarvian sea and sun, tourism, mediated by the "new cultural middle class" (residents and tourists). The methodology used included a wide range of methods and techniques, from statistics to content analyses and data collection from 391 tourists visiting the historic centre of Faro as well as from 42 managers, responsible for public and private institutions, associations and business interested on the definition of a strategy for the old town regeneration, based on the interaction between culture and tourism. The questionnaires aimed to evaluate the compatibleness between tourists and Faro community representatives' expectancies.

Tourists in the Faro's historic centre, during the summer of 2001, revealed the characteristics of the "new middle class". In the sea and sun highest season, those who visited the town's historical quarters showed a deep interest in heritage and cultural activities and simultaneously recognized the importance of the visit to the enrichment of their tourist experience in the Algarve. The research findings proved the existence of a positive relation between the historic city centre regeneration and the sea and sun tourism rejuvenation mediated by the "new cultural" tourists. The community leaders, in their turn, showed the willing to the involvement in the definition of a coordinated and integrated strategy to the elaboration of a cultural tourist product for the historic city centre. The main obstacles to the implementation of the project, in their opinion, depended on the lack of political willigness, on the absence of a strategy, on the scarcity of the human resources, on the shortage of financial background and on the excess of bureaucracy.

The cross examination of the results of the demand (tourists) and the offer (Faro's community representatives') showed, as far as benefits are concerned that they could be combined and also proved the adequacy of the research question.

Nota Introdutória

1 Justificação da escolha do tema

O problema da nossa pesquisa teve origem tanto no percurso académico, trajectória que se foi definindo ao longo décadas, como na experiência profissional que fomos adquirindo. A primeira incidiu no Turismo e na História da Arte, enquanto a segunda se desenrolou entre a aviação comercial, a interpretação para fins turísticos e a docência. Esse caminho propiciou o desenrolar de uma meditação centrada na tentativa de tornar compatível a visão das artes e das ciências humanas em relação à cultura e aos produtos culturais, com a do turismo. Por esse motivo a investigação que nos propomos realizar procura estabelecer uma possível relação positiva, no âmbito do novo paradigma, entre regeneração dos centros históricos e requalificação do turismo de sol e praia, através de uma hipotética mediação dos turistas com interesses culturais.

A pesquisa impôs uma profunda revisão da literatura, relacionada com o tema, que incluiu a identificação de estudos e publicações de âmbito internacional e nacional de modo a concretizar uma pesquisa empírica de âmbito regional e local.

As opções tomadas, nesta etapa da elaboração da nossa dissertação, exigiram, por sua vez, a realização de escolhas metodológicas, que desejamos desde já assinalar, porque a selecção efectuada condicionou tanto a composição do modelo teórico como o desenho da pesquisa empírica. Embora dediquemos o quinto capítulo da nossa investigação à metodologia adoptada, que se inicia com uma explicitação detalhada das escolhas efectuadas, no domínio da filosofia do conhecimento, não queremos deixar de enunciar as que mais determinaram o seu quadro conceptual.

2 Influência da escolha do tema nas opções metodológicas tomadas

Uma das primeiras questões com que nos confrontámos dizia respeito à dificuldade em conciliar as várias linguagens de cada disciplina ou área do estudo (estudos culturais, urbanos e turísticos). A esta tarefa havia ainda que associar a distinção entre teorias, conceitos e valores que separam as mudanças paradigmáticas ocorridas. O tratamento do tema implicou, por esse motivo, um discurso que sem abdicar da dimensão mais especulativa dos estudos culturais, tentasse compatibilizar a sua linguagem específica, com temas mais do âmbito técnico dos estudos urbanos e turísticos. Temos consciência de que o pragmatismo adoptado pode não conseguir harmonizar as exigências de cada saber, correndo-se o risco de ser demasiado simplista para os primeiros e desnecessariamente complexa para os segundos. Essa decisão de carácter utilitário

contribuiu para uma visão mais abrangente do problema que nos preocupava e que acabou por se transformar no enigma da pesquisa.

A ciência, na pós-modernidade, não tem um cunho inteiramente disciplinar, como no período anterior, mas antes propende a organizar-se de modo temático. Admite-se uma transgressão metodológica que não segue um estilo unidimensional, mas antes “uma configuração de estilos de composição transdisciplinar” que aponta no sentido de “uma maior personalização do trabalho científico” (Santos 1991, 47). A excessiva “parcialização e a “disciplinarização”, afirma Santos, “faz do cientista um ignorante especializado” com consequências negativas para a evolução do saber, na medida em que, o conhecimento disciplinar tende a ser disciplinado. Um conhecimento deste tipo, defende aquele sociólogo, acaba por se metamorfosear numa experiência orientada para “policiar as fronteiras entre as disciplinas” (Santos, 1991, pp.46-47).

Na fase inicial da nossa investigação, dedicada à revisão da literatura, verificámos, com alguma frequência, que os especialistas, em cada área disciplinar ou de saber, estavam a expressar exactamente a mesma visão, o mesmo conceito ou a propor as mesmas soluções, ignorando a investigação realizada, com contornos muito semelhantes, fora do seu domínio de formação. Por esta razão tentámos, no âmbito do novo paradigma urbano, cultural e turístico, descobrir as convergências temáticas, transpondo, os limites e cada disciplina ou área de saber. Esta resolução foi ganhando consistência e evidenciando a sua plausibilidade, ao ritmo a que fomos interiorizando que, tanto a regeneração dos centros históricos através da cultura e do turismo, como a requalificação do produto sol e praia obrigam a dissecar um conjunto de temas de grande complexidade e transversalidade que exigem um tratamento holístico.

Acresce que se trata de uma pesquisa na e para a acção, que se desenrola no âmbito global e local, em simultâneo. A relação proposta pelo problema da pesquisa estabelece-se numa região de turismo balnear e numa área relativamente pequena da cidade, em que as várias dimensões do problema da investigação se entrecruzam e dificilmente são separáveis. Embora denunciem, por certo, tendências globais, possuem aspectos que os distinguem do universo das outras regiões de turismo balnear e dos seus centros históricos. A preservação dos elementos de identidade, por exemplo, constitui uma vantagem competitiva muito localizada. No entanto, enfrenta obstáculos resultantes não só de um percurso histórico único da urbe a que pertence, mas também de acções ditadas por políticas de planeamento e gestão definidas, não apenas ao nível local, mas também regional ou nacional. O turismo, por seu turno, nomeadamente o balnear e o cultural, é um fenómeno de âmbito mundial para o qual não podíamos deixar de buscar justificações, mais abrangentes, no âmbito do novo paradigma.

A dimensão simultaneamente global e local da investigação não significa que sendo global seja “determinística” e sendo local seja “descritivista” (ver Santos 1991, pp. 48), conquanto essa sua índole tenha dificultado a articulação dos temas e a atenção dada a cada tópico na elaboração da

parte teórica da pesquisa. Os investigadores experientes que abordam as áreas temáticas em que assenta a nossa pesquisa, com base na mudança paradigmática em curso, evidenciam uma grande dificuldade no doseamento da atenção a atribuir a cada uma delas.

A novidade do tema (estudado, principalmente, a partir do final da década de 90, mas com pesquisa mais consistente a partir do início do século XXI) dificultou também a definição do percurso teórico, dada a falta de distanciamento temporal entre os acontecimentos e o seu tratamento, facto que impede uma conceptualização mais precisa. O novo paradigma pós-moderno é, ainda, um paradigma emergente, que não deixa perspectivar, com rigor, a sua coerência. Por esse motivo, com o intuito de não transformarmos a pesquisa “numa síntese pessoal embebida na imaginação” (Santos, 1991, pp. 47), sentimos a necessidade de comprovar, com auxílio de uma ampla bibliografia (tão ampla quanto possível), a mudança operada e os novos rumos.

A apreciação realizada envolve diferentes campos de análise da realidade, mas tem como objectivo a criação de novas estruturas, que, para além da sua diversidade, contam com a constrição imposta por uma ordem comum que serve os interesses da pesquisa, nomeadamente as tarefas de síntese necessárias à coerência do discurso. A linguagem paradigmática utilizada conduziu à elaboração de um modelo teórico que reflecte o padrão de relações complexas nas áreas temáticas seleccionadas. Tentámos ainda que a composição descentrada e diversificada, não se traduzisse num conjunto de redes superficiais, num ecletismo que reflectindo escolhas, não assegurasse a profundidade e a consistência exigida a uma pesquisa académica. Esta preocupação conduziu-nos a um método demonstrativo, que se apoia num pensamento sistémico e na utilização de técnicas de análise de conteúdo, para descortinar as regularidades do discurso dos investigadores consultados, de modo a produzir quadros síntese, estratégia que apesar de ter contribuído para tornar o texto mais denso, simplificou o seu entendimento e deu maior coerência interna à composição.

O facto deste estudo se poder enquadrar na pesquisa na e para a acção, conhecimento que se centra nas condições e nas hipóteses do acto humano projectado no mundo, a partir do espaço-tempo local, incentivou a inclusão de casos estudados. Os exemplos de estudos empíricos têm um carácter probatório, tanto da aplicabilidade dos conceitos teóricos, como da aferição dos resultados obtidos, através de procedimentos de boas práticas. Esta opção também se insere no carácter simultaneamente global e local da investigação pós-moderna porque ao salientar a exemplaridade dos procedimentos locais, “transforma-os em pensamento total ilustrado” (ver Santos, 1991, pp 48).

Agradecimentos.	
Abstract.	
Nota Introdutória.	IX
Índice da pesquisa.	XII
Índice de quadros.	XVI
Índice de gráficos.	XIX
Índice de gravuras.	XXV
1 - Da cidade e do turismo tradicionais ao paradigma urbano e turístico moderno.	1
1.1 – Introdução.	1
1.2 - A evolução urbana. Da cidade tradicional à burguesa.	2
1.3 - O turismo tradicional.	15
1.4 - O modelo modernista e “Fordista” de desenvolvimento urbano. Reflexos na cultura.	25
1.5 - O paradigma turístico modernistas “Fordista”.	45
1.6 – Conclusão.	66
2 - A Pós-modernização. “Pós-”Fordismo”, Pós-Modernidade e sua expressão na economia, na cultura urbana e no turismo.	67
2.1 – Introdução.	67
2.2 - A Pós-modernização.	69
2.3 - A cultura urbana e a Pós-Modernidade.	70
2.3.1 - Conceitos, valores e alegorias.	70
2.3.2 - A nova classe média.	80
2.3.3 - Novas políticas culturais e nova classe média.	85
2.3.4 - Relações entre a nova cultura urbana e a cidade. O renascimento do desenho arquitectónico e urbanístico.	91
2.3.5 -Uma nova cultura de planeamento.	101
2.4 - O “Pós-”Fordismo”	112
2.4.1 - Aspectos comuns de um processo dual.	112
2.4.2 - Modelos de desenvolvimento localizado. A Terceira Itália e a Produção Cultural em Centros Históricos.	120
2.5 - A mudança de paradigma turístico. O turismo Pós-Moderno e “Pós-”Fordista”.	129
2.5.1 – Os novos turistas. Mudança de gostos e valores.	130
2.5.2 – O novo modelo de produção turística.	138
2.5.3 – Consequências da mudança de paradigma na definição dos espaços turísticos.	143
2.6 – Conclusão.	155
3 - O Turismo como propiciador da regeneração urbana.	157
3.1 – Introdução.	157
3.2 – Os centros históricos e o novo paradigma urbano.	160
3.3 - Turismo e Regeneração Urbana.	170
3.4 – Recuperação das funções de diversidade funcional e social e preservação da identidade do centro histórico.	179
3.4.1 - Regeneração dos centros históricos e manutenção das funções de diversidade funcional e social.	179
3.4.2 - Manutenção da diversidade funcional.	181
3.4.3 – Manutenção da diversidade social entre o enobrecimento e o empobrecimento.	186
3.4.4 – Preservação da identidade.	197
3.4.5 - Preservação da identidade do centro histórico e gestão do tráfego.	207
3.4.6 – Preservação da identidade e interpretação.	207
3.5 - A função turística do centro histórico.	214
3.6 - Bairros culturais em centros históricos, regeneração urbana e turismo.	227
3.6.1 - Os bairros culturais, com produto da interacção entre regeneração dos centros históricos, cultura e turismo.	227
3.6.2 - Planeamento e Gestão dos Bairros Culturais, em Centros Históricos.	235

Índice da Pesquisa

3.7- Gestão de fluxos turísticos no centro histórico.	239
3.8 - Conclusão.	251
4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional	254
4.1 – Introdução.	254
4.2 – O contexto nacional e regional.	255
4.2.1 - Da cidade tradicional à moderna em Portugal.	255
4.2.2 - Do turismo tradicional ao moderno em Portugal.	264
4.2.2.1 - O crescimento turístico no Algarve a partir da década de 60.	269
4.2.3 - Portugal entre a modernização e a pós-modernização.	280
4.2.3.1 – Uma nova classe média em formação.	282
4.2.3.2 – Política cultural e democratização da cultura em Portugal.	285
4.2.3.3 As novas políticas de planeamento e a refuncionalização dos centros históricos em Portugal	292
4.2.3.4 – Profissões, emprego e localização das instituições, serviços e empresas culturais.	302
4.2.3.5 – O processo de enobrecimento e a nova classe média.	304
4.2.3.6 – A tentativa de reconversão do espaço turístico Algarvio.	307
4.3 - O caso de Faro	313
4.3.1 – A evolução da cidade de Faro – da cidade tradicional à moderna.	313
4.3.2 – A cidade de Faro no final do século XX, início do XXI	321
4.3.3 – Regeneração do centro histórico de Faro, manutenção das funções de diversidade e preservação da identidade.	325
4.3.3.1 – Caracterização do centro histórico de Faro.	326
4.3.3.2 - Regeneração do centro histórico de Faro, manutenção das funções de diversidade funcional e social e preservação da identidade, nos documentos de planeamento local. Acções programadas e sua concretização.	328
4.3.3.3 – Mudanças sociais, democratização da educação e da cultura e formação de uma nova classe média em Faro.	338
4.3.3.4 – Valorização do centro histórico de Faro e da produção cultural, através do turismo	342
4.4 - Conclusão	345
5 – Metodologia	348
5.1 – Introdução.	348
5.2 – A teoria do conhecimento e a questão do paradigma. Reflexão epistemológica a propósito da investigação que se deseja realizar.	349
5.3 - Definição e objectivos da revisão da literatura.	362
5.4 - Definição do problema, dos objectivos gerais e específicos da pesquisa. Hipóteses da pesquisa.	363
5.5 - Escolha das técnicas de exploração.	365

5.6 - Plano de amostragem.	368
5.6.1 - Determinação da população alvo.	369
5.6.2 - Teoria da psicologia urbana e técnicas de aferição do modelo empírico.	374
5.6.3 – Construção da base da amostra do inquérito efectuado junto das instituições, empresas e associações profissionais representativas da cidade de Faro.	377
5.6.4 – Construção da base da amostra dos turistas que visitam o centro histórico de Faro.	380
5.6.5 - Introdução à metodologia sobre atitudes.	383
5.6.6 – Análise de conteúdo – Tratamento das perguntas abertas.	388
5.6.7 – Método amostral – Dimensão das amostras.	389
5.7 – Desenho dos inquéritos aplicados aos turistas e aos gestores farenses.	391
5.7.1 – Justificação do desenho do questionário aplicado aos turistas.	392
5.7.2 – Justificação do desenho do inquérito aplicado às instituições, empresas e associações com interesses no centro histórico.	398
5.7.3 - Aplicação do questionário piloto.	405
5.8 – Método de recolha de dados.	408
5.9 – Definição da construção do quadro conceptual.	409
5.10 – Análise de resultados.	411
5.11 - Limitações da Metodologia.	411
5.12 – Originalidade da tese e seu contributo para a ciência.	412
5.13 – Conclusão.	413
6 – Investigação empírica	415
6.1 – Introdução.	415
6.2 – Análise dos dados dos inquéritos aplicados aos turistas no centro histórico de Faro.	417
6.2.1 - Caracterização dos turistas.	420
6.2.2 - Caracterização do produto consumido.	431
6.2.3 - Avaliação da imagem do espaço público e do meio construído da urbe, do tipo de informação e acolhimento desejados pelos turistas e da composição da oferta cultural que satisfaz as suas expectativas.	439
6.2.4 - Avaliação da experiência turística vivida em Faro.	447
6.2.5 – Relações entre as variáveis com utilização do teste do qui quadrado e de estatísticas baseadas no qui quadrado.	454
6.2.6 – Relações entre as variáveis. Análise da variância com um factor, com utilização de comparações post hoc e da alternativa não paramétrica de Kruskal Wallis.	458
6.2.7 – Análise Factorial de Componentes Principais.	470
6.2.8 – Análise de conteúdo das perguntas abertas.	479
6.3 – Análise dos inquéritos aplicados aos representantes das instituições, empresas e associações com interesse na regeneração do centro histórico de Faro.	483
6.3.1 - Perfil dos inquiridos.	485
6.3.2 - Caracterização da conjuntura actual do centro histórico.	487
6.3.3 – Aspectos que permitem saber quais as acções consideradas relevantes para propiciar as mudanças físicas desejáveis no que concerne o desenho arquitectónico.	490
6.3.4 – Conhecimento do tipo de acessibilidade que os inquiridos consideram mais adequada para aquela zona da cidade e das formas de actuação a nível regional, nacional e local que os inquiridos defendem para evitar a degradação do ambiente construído.	495

Índice da Pesquisa

6.3.5 – Modos de intervenção que auxiliam a recuperação das funções económica, social e cultural.	496
6.3.6 – Condições necessárias para desenvolver o turismo no centro histórico.	500
6.3.7 – Esforços a realizarem para encontrar uma estratégia comum de acção.	506
6.3.8 – Obstáculos à elaboração da estratégia.	511
6.3.9 – Relações entre as variáveis. Análise de variância com um factor, com utilização de comparações host hoc e da alternativa não paramétrica de Kruskal Wallis.	512
6.4 – Compatibilidade entre os desejos da procura turística e as aspirações, em termos de desenvolvimento do centro histórico de Faro, por parte dos representantes da comunidade farense.	514
6.4.1 – Relações entre as variáveis. Aplicação de testes T simultâneos e amostras independentes.	515
6.4.2 – Comparações entre as percepções dos grupos sem utilização de testes estatísticos.	519
6.5 – Síntese e Conclusões.	523
7 – Conclusões.	526
7.1 – Introdução.	526
7.2 Mudanças de paradigma, centros históricos, produção cultural e turismo.	527
7.3 – Novo paradigma e novos turistas culturais.	532
7.4 – Novo paradigma e construção da oferta turística dos centros históricos.	535
7.5 – Consequências da mudança de paradigma para a requalificação do turismo de sol e praia algarvio e para a regeneração do centro histórico de Faro.	537
7.6 - Reflexão crítica a propósito da investigação realizada.	541
8 - Referências bibliográficas.	545
9 – Anexos.	633
Anexo 1 Questionário Piloto aplicado aos visitantes do centro histórico de Faro.	633
Anexo 2 Questionário definitivo aplicado aos visitantes do centro histórico de Faro.	637
Anexo 3 Questionário Piloto aplicado aos representantes das instituições públicas e privadas, empresas e associações com interesses na regeneração do centro histórico e no Turismo.	642
Anexo 4 Questionário definitivo aplicado aos representantes das instituições públicas e privadas, empresas e associações com interesses na regeneração do centro histórico e no Turismo.	650

Índice de Quadros

Número do quadro		Página
Quadro 1.2.1	Metodologia de planeamento.	13
Quadro 1.3.1	Arquétipos de estâncias balneares.	18
Quadro 1.3.2	Formas de desenvolvimento turístico.	19
Quadro 1.3.3	Alargamento da procura e busca de distanciamento.	20
Quadro 1.3.4	O estilo de vida nas cidades estâncias termais e balneares do século XIX.	20
Quadro 1.3.5	A Invenção da distinção e a imitação no turismo.	22
Quadro 1.3.6	Evolução dos transportes e coordenação entre terminais e hotéis de pernoita.	23
Quadro 1.4.1	Crescimento económico anual (percentual), em alguns países avançados, e média conjunta dos países da OCDE (1960-1985).	28
Quadro 1.4.2	O paradigma modernista “Fordista”	30
Quadro 1.4.3	Fundamentos do Urbanismo Francês.	31
Quadro 1.4.4	Correntes que utilizaram o conceito de unidade de vizinhança.	33
Quadro 1.4.5	Teorias de Planeamento na década de 60.	42
Quadro 1.5.1	Lazer, Recreio e Turismo.	45
Quadro 1.5.2	Relações entre lazer, recreio e turismo.	46
Quadro 1.5.3	Caracterização do turismo modernista “Fordista”.	47
Quadro 1.5.4	Evolução da Definição de Turismo a nível institucional.	48
Quadro 1.5.5	O sistema turístico.	49
Quadro 1.5.6	Chegadas e receitas entre 1950 e 1990.	51
Quadro 1.5.7	Perfil do Turista modernista “Fordista”.	51
Quadro 1.5.8	A invenção da distinção e da imitação no turismo – Evolução no século XX.	52
Quadro 1.5.9	O Produto Turístico (Elementos não replicáveis e elementos duplicáveis).	54
Quadro 1.5. 10	O Produto turístico – Elementos tangíveis e intangíveis.	54
Quadro 1.5. 11	Características do modelo modernista “Fordista” espanhol.	55
Quadro 1.5.12	Síntese dos modelos de evolução do espaço turístico.	59
Quadro 1.5.13	Índice de Irritação de Doxey e de Milligan.	60
Quadro 1.5.14	Ciclo da produção turística de massas.	61
Quadro 1.5.15	Viagens realizadas pelos britânicos a França e a Espanha de forma independente e inclusiva - Unidade: milhares.	62
Quadro 1.5.16	Evolução do turismo estrangeiro em Espanha, no período de 1980-1990.	62
Quadro 1.5.17	Evolução das dormidas (hotéis e pensões) entre 1987 e 1989 em Espanha.	62
Quadro 2.2	Pós-“Fordismo” e Pós-modernismo.	70
Quadro 2.3.1	Cultura urbana modernidade e pós-modernidade.	72
Quadro 2.3.2	A cultura urbana da Pós-modernidade.	74
Quadro 2.3.3	A realidade é cada vez mais artificial.	76
Quadro 2.3.4	A relação entre as várias culturas.	79
Quadro 2.3.5	O fim das duas culturas.	79
Quadro 2.3.6	A nova cultura do consumo.	83
Quadro 2.1.7	Inventário das actividades culturais segundo a UNESCO.	85
Quadro 2.3.8	Dimensões da cultura segundo o DCSM.	90
Quadro 2.3.9	Metáfora – a cidade é um texto.	92
Quadro 2.3.10	Metáfora – a cidade é uma colagem	93
Quadro 2.3.11	A afirmação dos valores pós-modernos na arquitectura.	94
Quadro 2.3.13	A cidade tradicional como arquétipo.	95
Quadro 2.3.13	Críticas ao modelo da cidade tradicional.	96

O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro
Ana Maria Ferreira

Número do quadro	Índice de Quadros	Página
Quadro 2.3.14	Os contributos dos Estados Unidos da América.	97
Quadro 2.3.15	Tributo da Psicologia do Ambiente.	98
Quadro 2.3.16	Críticas ao Planeamento Racional.	103
Quadro 2.3.17	Correntes contra o planeamento e pela democratização do planeamento.	103
Quadro 2.3.18	Contributos do Planeamento para a sustentabilidade e das minorias.	109
Quadro 2.3.19	Desafios ao planeamento do desenvolvimento sustentável e potencialidades do planeamento estratégico.	110
Quadro 2.3. 20	Vantagens da cidade tradicional, em termos de sustentabilidade.	111
Quadro 2.4.1	Huddersfield – O ciclo de Criatividade Urbana.	114
Quadro 2.4.2	O Pós- “Fordismo”.	115
Quadro 2.4.3	Características da economia pós-“Fordista”.	118
Quadro 2.4.4	Crescimento do emprego cultural.	122
Quadro 2.4.5	Número de pessoas directamente empregados no sector cultural, na U.E.	122
Quadro 2.4.6	Emprego e receitas das artes criativas.	123
Quadro 2.4.7	Grandes empresas internacionais com interesses na produção cultural.	123
Quadro 2.4.8	Características das empresas do sector cultural.	127
Quadro 2.4.9	Pontos fortes e fracos das indústrias culturais.	127
Quadro 2.4.10	Novas formas de financiamento e de suporte à actividade empresarial	128
Quadro 2.5.1	O Turismo Pós-Moderno e Pós-”Fordista”.	131
Quadro 2.5.2	Características do turismo patrimonial, do cultural e do criativo.	132
Quadro 2.5.3	Perfil do visitante cultural Europeu..	133
Quadro 2.5.4	Cosmopolitismo Estético.	134
Quadro 2.5.5	Segmentação da procura cultural.	135
Quadro 2.5.6	Integração diagonal.	139
Quadro2.5.7	Integração entre os operadores turísticos, as companhias de aviação e os agentes de viagem no Reino Unido.	140
Quadro 2.5 8	Tipos de firmas de pequena escala, independentes a operar na Indonésia.	141
Quadro 2.5. 9	O sistema turístico (modelo revisto por Cooper).	142
Quadro 2.5.10	Evolução do Planeamento Turístico.	145
Quadro 2.5.11	Um modelo normativo de planeamento turístico participado.	146
Quadro 2.5.12	Limitações do ciclo de vida do produto turístico.	148
Quadro 2.5.13	Modelo de Weaver.	149
Quadro2.5.14	Plataformas do turismo e tipos ideais de desenvolvimento que lhes estão associados.	149
Quadro 2.5.15	Cenários do desenvolvimento dos destinos.	150
Quadro 2.5.16	Modelos de Gunn, Murphy e Hinch comparados.	150
Quadro 2.5.17	Caracterização do espaço peculiar.	151
Quadro 2.5. 18	A grelha de oferta.	152
Quadro 2.5.19	Visitantes em Espanha 1990-1995.	153
Quadro 2.5.20	Receitas do Turismo (Em US\$ milhões.	154
Quadro 3.1.1	Modelo interacção entre regeneração dos centros históricos e turismo.	159
Quadro 3.2.1	Problemas detectados nos centros históricos das cidades britânicas.	160
Quadro 3.2.2	Objectivos políticos da regeneração dos centros históricos descritos na Inner Urban Areas Act de 1978.	161
Quadro 3.2.3	Modelos de desenvolvimento de cariz social e de índole económica para os centros históricos	164
Quadro 3.2.4	Vantagens do modelo francês de Contrat de Ville.	165
Quadro 3.2.5	Pontos Fracos do Contrat de Ville.	166
Quadro 3.2.6	As UDC’s (Urban Development Corporations) – Prós e Contras.	166
Quadro 3.2.7	Balanço crítico dos projectos de Birmingham e Manchester.	167
Quadro 3.2.8	Componentes básicos dos programas EZ/EC.	168

Índice de Quadros

Número do quadro		Página
Quadro 3.3.1	Vantagens e desvantagens económicas do turismo.	171
Quadro 3.3.2	Impactos do Turismo na Regeneração Urbana.	172
Quadro 3.3.3	Turismo e Regeneração Urbana.	174
Quadro 3.3.4	Vantagens e desvantagens do emprego no sector do turismo.	175
Quadro 3.4.1	Vantagens da reabilitação urbana.	179
Quadro 3.4.2	Teses sobre o enobrecimento.	190
Quadro 3.4.3	Níveis de instrução dos inquiridos em percentagem.	194
Quadro 3.4.4	Características das novas zonas residenciais no centro histórico.	197
Quadro 3.4.5	Carta Arquitectónica de Rochefort.	198
Quadro 3.4.6	Plano de Salvaguarda e Valorização de Telk.	200
Quadro 3.4.7	A Conservação do Edifícios Históricos em debate.	201
Quadro 3.4.8	Modelos de contextualismo.	205
Quadro 3.4.9	Representações de Sydney em competição.	208
Quadro 3.4.10	Tipos de Interpretação.	210
Quadro 3.4.11	Motivações dos visitantes culturais e estratégias de interpretação.	210
Quadro 3.4.12	Modelo de avaliação das estratégias de interpretação.	211
Quadro 3.4.13	Interpretação para visitantes com necessidades especiais.	213
Quadro 3.5.1	Factores que facilitam o desenvolvimento do espectro de oportunidades.	215
Quadro 3.5.2	Áreas Funcionais da Cidade Turística e Histórica.	216
Quadro 3.3.3	Elementos espaciais constituintes das atracções.	219
Quadro 3.3.4	Objectivos do projecto cultural do “Legado Andalusi”	222
Quadro 3.3.5	Serviços incluídos nos “clusters” de visita dos centros históricos.	224
Quadro 3.5.6	Características das áreas de compras apreciadas pelos turistas.	225
Quadro 3.6.1	Estudos de impacto das artes e das indústrias culturais em termos de económico e de emprego.	227
Quadro 3.6.2	Características do bairro cultural Ticinese.	238
Quadro 3.6.3	Cenários de desenvolvimento das cidades com projectos de regeneração urbana em curso nos centros históricos:	239
Quadro 3.7.1	Matriz do desenvolvimento de relações entre anfitriões e turistas.	240
Quadro 3.7.2	Contacto intercultural entre residentes e turistas.	243
Quadro 3.7.3	Impactos turísticos no centro histórico e seus indicadores.	244
Quadro 3.7.4	Resultados do Estudo dos Visitantes de Oxford.	241
Quadro 3.7.5	Medidas aplicadas para atenuar impactos do turismo no centro histórico de Canterbury.	246
Quadro 4.1	Entradas de estrangeiros em Portugal entre 1936 e 1949.	255
Quadro 4.2	O crescimento da procura turística entre 1950 e 1963 – Entradas de estrangeiros.	263
Quadro 4.3	Ante planos elaborados para o Algarve nos anos 50 e 60.	264
Quadro 4.4	Evolução do número de estrangeiros em Portugal entre 1964 e 1973.	270
Quadro 4.5	Evolução do número de estrangeiros em Portugal entre 1974 e 1983..	270
Quadro 4.6	Evolução do número de estrangeiros em Portugal entre 1984 e 1994.	271
Quadro 4.7	Evolução do Parque habitacional no Algarve.	271
Quadro 4.8	Alojamento não classificado Casa Própria e Família/Amigos.	272
Quadro 4.9	Evolução do número de turistas em Portugal entre 1995 e 2000.	272
Quadro 4.10	Indicadores de Recomposição sócio-profissional em Portugal.	274
Quadro 4.11	Evolução da Estrutura de Classes em Portugal (1960-1998) – Participação feminina em relação ao total de activos dessas categorias.	276

O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro
Ana Maria Ferreira

Número do quadro	Índice de Quadros	Página
Quadro 4.12	Evolução dos orçamentos para a Cultura no período de 1995 a 2001.	279
Quadro 4. 13	Programa Operacional da Cultura. Plano de Financiamento Ano 2001.	279
Quadro 4.14	Culturas do planeamento e desenvolvimento local e regional.	283
Quadro 4.15	Profissões Culturais em Portugal (1991).	291
Quadro 4.16	Emprego no Sector Cultural em Portugal (1991).	292
Quadro 4.17	Distribuição mensal das dormidas no Algarve 1994-1999.	292
Quadro 4.18	Dormidas de Estrangeiros na Hotelaria do Algarve.	292
Quadro 4.19	Evolução do parque habitacional no conselho de Faro.	306
Quadro 4.20	Despesas do Município de Faro com Cultura, Desporto e Tempos Livres – Percentagem do orçamento.	308
Quadro 4. 21	Quadro 4. 21 – Faro. População e Território.	309
Quadro 4.22	Nível de ensino atingido pelos residentes de Faro.	309
Quadro 4.23	Distribuição do pessoal ao serviço por nível de qualificação em Faro, no Algarve e no Continente.	310
Quadro 4.24	Número de estabelecimentos e capacidade de alojamento (em camas) no Algarve.	310
Quadro 4.25	Locais classificados ou em vias de classificação.	313
Quadro 4.26	Projectos de reabilitação para Faro financiados pelo PROALGARVE, aprovados a 30/8/2002.	315
Quadro 4.27	Incentivos atribuídos no âmbito do POE ao Urbanismo Comercial.	319
Quadro 4.28	Participação do Gabinete de Gestão do Património na Gestão da Cidade.	321
Quadro 4.29	Intervenções em Edifícios Religiosos com a Colaboração do GGRPF.	322
Quadro 4.30	Investimentos em Faro no âmbito do II QCA.	323
Quadro 4.31	Licenças Concedidas pela Câmara Municipal de Faro, para Habitação entre 1995 e 2000.	324
Quadro 4.32	Orçamento e Plano de Actividades da Câmara Municipal de Faro. Verbas Atribuídas à Cultura entre 1995 e 2001.	328
Quadro 5.1	Diferenças entre disciplina e área de saber.	349
Quadro 5. 2	Algumas dimensões chave para avaliação dos Estudos Turísticos.	350
Quadro 5.3	Áreas temáticas da revisão da literatura.	359
Quadro 5.4	Objectivos gerais e específicos da pesquisa.	361
Quadro 5.5	Métodos e técnicas utilizadas na pesquisa.	365
Quadro 5.6	Plano de Amostragem.	366
Quadro 5.7	Critério de selecção da região em que devia incidir a investigação.	367
Quadro 5.8	Quadro Comparativo da aplicação dos critérios às regiões promocionais.	368
Quadro 5.9	Critério de selecção da cidade em que devia incidir a investigação.	369
Quadro 5.10	Quadro Comparativo da aplicação dos critérios às sedes de concelho.	370
Quadro 5.11	Instituições Públicas e Privadas Seleccionadas.	375
Quadro 5.11 A	Instituições públicas e privadas, empresas e associações interessadas na reabilitação do centro histórico.	376
Quadro 5.11 B	Instituições públicas e privadas, empresas e associações com interesses na revitalização económica do centro histórico.	376
Quadro 5.11 C	Instituições públicas e privadas, empresas e associações com interesses na regeneração cultural do centro histórico.	376

Índice de Quadros

Número do quadro		Página
Quadro 5.11 D	Associações e fundações de carácter voluntário com interesses no centro histórico.	377
Quadro 5.11 E	Instituições públicas e privadas e empresas com interesses no turismo.	377
Quadro 5.12	Tipos de questionários.	378
Quadro 5.13	Vantagens e Desvantagens do preenchimento do questionário ser feito pelo entrevistador ou pelo entrevistado.	379
Quadro 5.14	Componentes das atitudes.	381
Quadro 5.15	Tipos de escalas e suas características.	382
Quadro 5.16	Tipos de Enviesamento.	384
Quadro 5.17	Problemas de interpretação e a hierarquização, por parte do inquirido.	384
Quadro 5.18	Aplicação das escalas de Hierarquização e de Lickert, nesta pesquisa.	385
Quadro 5.19	Margens de segurança mais utilizadas em pesquisa de mercado.	387
Quadro 5.20	Vantagens e desvantagens de perguntas abertas, fechadas e pré formatadas.	389
Quadro 5.21 A	Perguntas que contribuem para traçar o perfil pessoal dos turistas.	391
Quadro 5.21 B	Perfil do visitante em termos de produto consumido.	392
Quadro 5.21 C	Avaliação do espaço público, da apresentação e informação, da composição da oferta cultural que satisfaz os seus gostos.	393
Quadro 5.21 D	Avaliação da experiência turística vivida em Faro.	394
Quadro 5.21 E	Elementos que sintetizem imagem da cidade e adjectivos distinguem a oferta da cidade.	394
Quadro 5.22 A	Perguntas que contribuem para traçar o perfil pessoal dos inquiridos.	396
Quadro 5.22 B	Perguntas que concorrem para a avaliação da conjuntura actual do centro histórico.	397
Quadro 5.22 C	Acções que auxiliam a definir a acção a desenvolver para as mudanças ambientais a introduzir no centro histórico.	398
Quadro 5.22 D	Acções que propiciam a definição as alterações a nível económico.	399
Quadro 5.22 E	Acções a realizarem para incrementar o turismo.	400
Quadro 5.22 F	Características da Aliança para a Acção.	401
Quadro 5.22 G	Obstáculos a enfrentarem na criação de uma Aliança para a Acção.	401
Quadro 5.23	Relação entre perguntas dos questionários e os capítulos da pesquisa.	402
Quadro 5.24	Medidas estatísticas utilizadas no tratamento de dados dos inquéritos.	408
Quadro 6.2.1	Idade em faixas etárias.	420
Quadro 6.2.2	Sexo.	421
Quadro 6.2.3	Composição do Grupo.	422
Quadro 6.2.4	Número total de pessoas.	423
Quadro 6.2.5	Número de dependentes menores de 16 anos.	424
Quadro 6.2.6	Profissão.	425
Quadro 6.2.7	Educação.	427
Quadro 6.2.8	País de Residência.	428
Quadro 6.2.9	Local de Residência dos turistas.	429
Quadro 6.2.10	Residência no centro histórico.	430
Quadro 6.2.11	Alojamento no Algarve.	431
Quadro 6.2.12	Meios de transporte utilizados.	432
Quadro 6.2.13	Decisão de visita à cidade.	433
Quadro 6.2.14	Fontes de informação para planejar a visita.	434
Quadro 6.2.15	Motivos da visita ao Algarve.	435
Quadro 6.2.16	Reorganização da variável “Motivos de visita ao Algarve”.	435
Quadro 6.2.17	Motivos de visita ao Algarve (recodificada).	436
Quadro 6.2.17	Motivos de visita a Faro.	437

O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro
Ana Maria Ferreira

Número do quadro	<i>Índice de Quadros</i>	Página
Quadro 6.2.19	Actividades culturais que os turistas desejam fruir.	438
Quadro 6.2.20	Teste de Consistência Interna.	440
Quadro 6.2.21	Imagem do espaço público e do meio construído do centro histórico de Faro.	440
Quadro 6.2.22	Teste de Alpha de Cronbach.	442
Quadro 6.2.23	Tipo de acolhimento e informação desejados pelos visitantes do centro histórico de Faro.	442
Quadro 6.2.24	Teste de Alpha de Cronbach.	444
Quadro 6.2.25	Características de um centro histórico atractivo para os visitantes de Faro.	444
Quadro 6.2.26	Duração da visita.	447
Quadro 6.2.27	Hora da visita.	448
Quadro 6.2.28	Número de visitas a Faro.	449
Quadro 6.2.29	Intenção de voltar.	450
Quadro 6.2.30	Intenção de Recomendar.	451
Quadro 6.2.31	Contribuição para o enriquecimento da estadia no Algarve.	452
Quadro 6.2.32	Classificação da experiência vivida em Faro.	453
Quadro 6.2.33	Nova Identificação dos componentes do grupo motivos de visita ao Algarve.	454
Quadro 6.2.34	Relação entre as variáveis “Motivos de visita ao Algarve” e “Motivos de visita à cidade de Faro”.	456
Quadro 6.2.35	Relação entre as variáveis “Motivos de visita ao Algarve” e “Actividades culturais de que pretende fruir”.	457
Quadro 6.2.36	Resultado da aplicação do teste K-S (teste da normalidade) às variáveis “Motivos de visita ao Algarve” com “Imagem do meio construído e do espaço público de Faro.	460
Quadro 6.2.37	Resultado da aplicação do teste Levene (homogeneidade das variâncias) às variáveis “Motivos de visita ao Algarve” com “Imagem do meio construído e do espaço público de Faro.	461
Quadro 6.2.38	Teste de Kruskal Wallis para comparação de “Motivos de visita ao Algarve” com “Imagem do meio construído e do espaço público de Faro.	462
Quadro 6.2.39	Comparações Post Hoc (teste de Bonferroni) entre “Motivos de visita ao Algarve” e “Imagem do meio construído espaço público de Faro”.	463
Quadro 6.2.40	Teste de Kruskal Wallis para a comparação de “Motivos de visita ao Algarve com “Tipos de apresentação e interpretação mais valorizados”.	464
Quadro 6.2.41	Comparações Post Hoc (teste de Bonferroni) entre “Motivos de visita ao Algarve e “Tipos de apresentação e interpretação mais valorizados”.	466
Quadro 6.2.42	Teste Kruskal-Wallis para a comparação de “Motivos de visita ao Algarve” com “Qualidades de um centro histórico atractivo”.	468
Quadro 6.2.43	Anova para a comparação de “Motivos de visita ao Algarve” com “Qualidades de um centro histórico atractivo”.	469
Quadro 6.2.44	Comparações Post Hoc (teste de Bonferroni) entre “Motivos de visita ao Algarve” e “Qualidades de um centro histórico atractivo para as suas práticas culturais”.	470
Quadro 6.2.45	Teste de Kaiser-Meyer-Olkin e Barlett.	471
Quadro 6.2.46	Variância explicada pelas componentes principais.	472
Quadro 6.2.47	Contribuições depois da rotação.	472
Gráfico 6.2.23	“Scree Plot”.	473
Quadro 6.2.48	Criação de índices.	473
Quadro 6.2.49	Testes de Kaiser-Meyer-Olkin e Bartlett.	474
Quadro 6.2.50	Variância explicada pelas componentes principais.	474
Quadro 6.2.51	Contribuições depois da rotação.	475

Índice de Quadros

Número do quadro		Página
Quadro 6.2.52	Criação de índices.	476
Quadro 6.2.53	Testes de Kaiser-Meyer-Olkin e Bartlett.	476
Quadro 6.2.54	Variância explicada para as componentes principais.	477
Quadro 6.2.55	Contribuições depois da rotação.	477
Quadro 6.2.56	Criação de índices.	478
Quadro 6.2.57	Categorias criadas a partir da classificação dos dados recolhidos.	480
Quadro 6.2.58	Resultados do tratamento das perguntas abertas, através do método da análise de conteúdo.	481
Quadro 6.3.1	Níveis Etários.	485
Quadro 6.3.2	Nível educacional.	486
Quadro 6.3.3	Cargo Desempenhado.	486
Quadro 6.3.4	Teste de Alpha de Cronbach.	487
Quadro 6.3.5	Caracterização do meio construído de Faro.	487
Quadro 6.3.6	Teste de Alpha de Cronbach.	488
Quadro 6.3.7	Caracterização do espaço público de Faro.	488
Quadro 6.3.8	Actividades que não se coadunam com a zona símbolo da cidade.	489
Quadro 6.3.9	Teste de Alpha de Cronbach.	490
Quadro 6.3.10	Caracterização dos habitantes do centro histórico.	490
Quadro 6.3.11	Teste de Alpha de Cronbach.	491
Quadro 6.3.12	Intervenções para evitar a degradação do centro histórico.	491
Quadro 6.3.13	O Plano de Valorização do Centro Histórico e a introdução de nova arquitectura.	492
Quadro 6.3.14	Teste de Alpha de Cronbach.	493
Quadro 6.3.15	Tipo de nova arquitectura para o centro histórico.	493
Quadro 6.3.16	Teste de Alpha de Cronbach.	495
Quadro 6.3.17	Gestão do tráfego no centro histórico de Faro.	495
Quadro 6.3.18	Sugestões para a gestão do tráfego no centro histórico de Faro.	496
Quadro 6.3.19	Teste de Alpha de Cronbach.	496
Quadro 6.3.20	Actividades que facilitam uma evolução positiva de economia do centro histórico.	497
Quadro 6.3.21	Teste de Alpha de Cronbach.	498
Quadro 6.3.22	Relação entre regeneração do Centro Histórico de Faro produção cultural e turismo.	498
Quadro 6.3.24	Teste de Alpha de Cronbach.	499
Quadro 6.3.25	Sugestões de actividades e medidas que facilitam uma evolução positiva de economia do Centro Histórico.	500
Quadro 6.3.26	Relação entre regeneração do centro histórico e turismo.	501
Quadro 6.3.27	Objectivos da política de gestão do turismo para o centro histórico.	502
Quadro 6.3.28	Estratégias de gestão de fluxos turísticos no centro histórico.	503
Quadro 6.3.29	Teste de Alpha de Cronbach.	504
Quadro 6.3.30	Estratégia de acolhimento e informação turística no centro histórico.	505
Quadro 6.3.31	Teste de Alpha de Cronbach.	506
Quadro 6.3.32	Estratégia de desenvolvimento de um produto turístico para o centro histórico.	507
Quadro 6.3.34	Desejo de participação numa iniciativa para o desenvolvimento do turismo no centro histórico.	508

O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro
Ana Maria Ferreira

Número do quadro	Índice de Quadros	Página
Quadro 6.3.35	Resultado do tratamento da pergunta aberta sobre a atitude face ao envolvimento da instituição no desenvolvimento do turismo no centro histórico, através do método de análise de conteúdo.	509
Quadro 6.3.36	Relevo das questões abordadas no inquérito para as instituições, empresas e associações.	510
Quadro 6.3.37	Justificação do relevo das questões abordadas no inquérito para as instituições, empresas e associações.	511
Quadro 6.3.38	Obstáculos à concretização do projecto.	511
Quadro 6.3.39-	Grupos interessados na regeneração do centro histórico de Faro.	512
Quadro 6.3.40	Objectivos gerais das questões colocadas aos gestores de Faro.	513
Quadro 6.4.1	Novos códigos para indicar os turistas e as organizações que representam a comunidade farenses neste estudo.	516
Quadro 6.4.2	Comparação de resultados entre a procura e a oferta em relação à percepção do valor do meio construído.	516
Quadro 6.4.3	Comparação de resultados entre a procura e a oferta em relação à percepção da qualidade do espaço público.	517
Quadro 6.4.4	Comparação de resultados entre a procura e a oferta em relação a uma apresentação e informação de qualidade.	518
Quadro 6.4.5	Características de um centro histórico atractivo para os visitantes.	520
Quadro 6.4.6	Actividades que os representantes das organizações farenses consideram facilitar uma evolução positiva da economia do centro histórico.	520
Quadro 6.4.7	Relação entre regeneração do Centro Histórico de Faro produção cultural e turismo.	521
Quadro 6.4.8	Relação entre regeneração do centro histórico e turismo.	522

Número do gráfico	Índice de Gráficos	Página
Gráfico 4.1	Domínios Culturais e verbas investidas.	289
Gráfico 4.2	Poder de Compra no Algarve.	322
Gráfico 6.1.1	Idade em faixas etárias.	420
Gráfico 6.1.2	Sexo.	421
Gráfico 6.1.3	Composição do grupo.	422
Gráfico 6.1.4	Composição do grupo (Número total de pessoas).	423
Gráfico 6.1.5	Número de dependentes menores de 16 anos.	424
Gráfico 6.1.6	Profissão.	426
Gráfico 6.1.7	Educação.	427
Gráfico 6.1.8	País de residência.	428
Gráfico 6.1.9	Residência no centro histórico.	430
Gráfico 6.1.10	Local de alojamento no Algarve (concelhos).	431
Gráfico 6.1.11	Decisão de visita à cidade.	433
Gráfico 6.1.12	Motivos de visita ao Algarve (recodificada).	436
Gráfico 6.1.13	Imagem do espaço público e do meio construído do centro histórico de Faro.	440
Gráfico 6.1.14	Tipo de acolhimento e informação desejados pelos visitantes do centro histórico de Faro.	443
Gráfico 6.1.15	Características de um centro histórico atractivo para os visitantes do centro histórico de Faro.	444
Gráfico 6.1.16	Duração da visita.	447
Gráfico 6.1.17	Hora da visita.	448
Gráfico 6.1.18	Número de visitas à cidade.	449
Gráfico 6.1.19	Intenção de voltar.	450
Gráfico 6.1.20	Intenção de recomendar.	451
Gráfico 6.1.21	A visita à cidade contribuiu para enriquecer a sua estadia.	452
Gráfico 6.1.22	Classificação da experiência vivida em Faro.	453
Gráfico 6.1.23	“Scree Plot”.	473
Gráfico 6.1.24	Gráfico das componentes principais após rotação ortogonal.	475
Gráfico 6.1.25	Gráfico das componentes principais após rotação ortogonal.	478
Gráfico 6.2.1	Níveis Etários.	485
Gráfico 6.2.2	Nível Educacional.	486
Gráfico 6.2.3	Imagem do meio construído de Faro.	487
Gráfico 6.2.4	Caracterização do espaço público.	489
Gráfico 6.2.5	Intervenções para evitar a degradação do centro histórico.	491
Gráfico 6.2.6	O Plano de Valorização do Centro Histórico e a introdução de nova arquitectura.	493
Gráfico 6.2.7	Tipo de nova arquitectura para o centro histórico.	494
Gráfico 6.2.8	Actividades que facilitam uma evolução positiva de economia do centro histórico.	497
Gráfico 6.2.9	Relação entre regeneração do centro histórico de Faro produção cultural e turismo.	499
Gráfico 6.2.10	Relação entre regeneração do centro histórico e turismo.	501
Gráfico 6.2.11	Objectivos da política de gestão do turismo para o centro histórico.	502
Gráfico 6.1.12	Estratégias de gestão dos fluxos turísticos no centro histórico.	504
Gráfico 6.2.13	Estratégia de acolhimento e informação turística no centro histórico.	505
Gráfico 6.1.15	Desejo de participação numa iniciativa para o desenvolvimento do turismo no centro histórico.	507
Gráfico 6.2.16	Relevância das questões abordadas no inquérito para as instituições empresas e associações.	508

Número da gravura	Índice de Gravuras	Página
Gravura 4.1	Mapa de Portugal.	256
Gravura 4.2	Mapa do Algarve.	264
Gravura 4.3	Regiões Naturais do Algarve.	270
Gravura 4.4	Acessibilidades do Algarve.	271
Gravura 4.5	Mapa do Algarve com destaque para o concelho de Faro.	315
Gravura 4.6	Planta do concelho de Faro.	321
Gravura 4.7	Percursos turísticos no centro histórico de Faro.	326

1 - Da cidade e do turismo tradicionais ao paradigma urbano e turístico moderno

1.1 - Introdução

Ao iniciar o capítulo com que se enceta a exposição do modelo teórico escolhido, deseja-se relembrar algumas das opções metodológicas, que, por certo, ajudam a clarificar as opções feitas. A teoria do conhecimento na pós-modernidade ganhou novos contornos, que se procuram evidenciar no ponto 5.2, os quais ajudam a fundamentar a abordagem escolhida, na fronteira entre várias disciplinas e com propensão transdisciplinar. As áreas de saber envolvidas – estudos urbanos, culturais e turísticos - podem ser definidas pelo seu carácter complexo e não autónomo, na medida em que se socorrem de outros conjuntos disciplinares para atingir os seus fins, nomeadamente os de investigação. Neste primeiro capítulo as disciplinas em que nos apoiámos, na prossecução dos nossos objectivos, têm, todas elas, natureza histórica, nas suas vertentes urbanística, sociológica e turística.

Neste capítulo pretendemos inventariar as características da cidade tradicional, da burguesa e da modernista, de modo a reconhecer a sua influência nos arquétipos que estiveram na base do desenvolvimento turístico, na medida em que estes últimos procuravam satisfazer as necessidades de ocupação dos tempos livres de uma clientela predominantemente citadina. Por essa razão está dividido em quatro pontos. Dois dedicados à evolução urbana e outros dois à turística. Esta abordagem deixa descobrir as mudanças ocorridas, de modo a podermos estabelecer as diferenças entre paradigmas, embora prestemos mais atenção ao moderno, de modo a melhor entender o seu posterior questionamento, tema que se aborda no próximo capítulo. Os dois paradigmas, antigo e novo, encontram-se no centro de todas as decisões tomadas em relação aos modelos de desenvolvimento económico, social e cultural adoptados ao longo do século XX, soluções que condicionaram tanto a evolução dos centros históricos, como a do turismo e buscam, no âmbito do novo, conciliar a reabilitação dos primeiros com a requalificação do segundo.

Pelas razões evocadas, no primeiro ponto comentamos a cidade tradicional, salientando as suas qualidades mais destacadas. Assinalamos, em simultâneo, a sua substituição por outro tipo de urbe, mais consentânea com o triunfo da sociedade burguesa, no século XIX (1.2). No segundo (1.3) descrevemos a evolução do turismo tradicional e destacamos a confluência entre urbanismo e turismo. A ruptura introduzida pelo arquétipo de desenvolvimento urbano modernista “Fordista” foi revista também (1.4). Pretendemos estabelecer, no ponto seguinte, as suas analogias com o processo de crescimento turístico (1.5), apontando, em ambos os casos, os impactos produzidos e as suas consequências.

1 - Da cidade e do turismo tradicionais ao paradigma urbano e turístico moderno

A construção do primeiro capítulo, nestes moldes, faculta uma visão mais clara dos valores que fundamentam o novo paradigma pós-moderno e pós “Fordista”, quer em termos urbanos, quer culturais, quer turísticos e ajuda a explicar as alterações ocorridas.

A investigação proporciona-nos, de igual modo, um enquadramento teórico, de âmbito global, em que vamos inserir o caso português, algarvio (ver ponto 4.2) e de Faro (ver ponto 4.3), de modo a construir o caso estudado, consciente das afinidades e as diferenças em relação aos assuntos examinados nos capítulos 1 a 3.

A cidade portuguesa, cuja evolução e aspectos distintos em relação ao modelo europeu, comentamos no ponto 4.2.1, contém sobretudo no sul, zona do país em que se situa Faro, algumas influências árabes que elucidamos no ponto 4.3.1, resultantes de uma longa presença de 5 séculos. Ao longo do capítulo a que damos início, iremos assinalando as convergências e as divergências do modelo de desenvolvimento da urbe portuguesa, conquanto façamos abordagens mais detalhadas capítulo 4.

1.2. - A evolução urbana. Da cidade tradicional à burguesa

A elaboração de um ponto sobre a evolução urbana até ao final do século XIX, consolida a fundamentação teórica da nossa investigação na medida em que concorreu para uma melhor percepção do modelo de desenvolvimento da cidade tradicional europeia, espaço em que se insere a urbe portuguesa, e das suas singularidades em relação a outras áreas do globo, em que a organização espacial é substancialmente diferente. A percepção das suas virtualidades facilitou uma compreensão mais clara dos motivos que determinam o apreço renovado que alguns grupos sociais demonstram por essa área da cidade.

As cidades europeias apresentam algumas características que as identificam que remontam à antiguidade clássica, embora a existência de traços comuns, não signifique, uniformidade, mas antes uma história rica, complexa e muito variada, resultante da diversidade étnica e cultural (Bitusiková, 1998, pp. 614; Claval 1984, pp.34).

Para perceber o carácter distinto das cidades europeias precisamos entender a função desempenhada pela praça pública, como factor de identidade comum, no sentido de congregar a sociabilidade, em contraste com a árabe, que além de diminuir o papel de qualquer espaço de convívio, em favor do lar e da vida privada, separa, com dificuldade, a esfera religiosa da política. Basta evocar Vitruvius, autor do único tratado de arquitectura romana que chegou até nós, para perceber a distância que separava e ainda separa, em muitos casos, as duas visões. O arquitecto

afirmava que a cidade devia organizar-se, do ponto de vista urbanístico, sobre os grandes princípios da “firmates”, a solidez da construção, da “utilitas”, que significa todo o modo de organizar politicamente o bem-estar e a própria vida administrativa e da “venustas”, ou seja, a elegância sedutora e amável. Os edifícios, as vias e as praças, traçados sobre os eixos perpendiculares do “cardo maximus” e do “decumanus maximus” eram a expressão da igualdade dos cidadãos e da democracia política.

O meio construído reflecte dois dos conceitos mais poderosos da civilização ocidental. Um que se foi sedimentando, na civilização grega – o de “polis”, lar da democracia, da cidadania e da participação, e o outro de Babilónia, de origem pré-clássica, que simboliza a cidade mundo, heterogénea, tolerante e inclusiva, mas em que o grau de democracia e de participação é bem menor. Roma, para o melhor e para o pior, fez a síntese possível das duas correntes, adquirindo, nessa óptica, o estatuto de antepassada directa de Paris, a “cosmo polis” de Benjamin, e de grande número das cidades contemporâneas que se afirmam na cena internacional, pelo seu ambiente cosmopolita e sofisticado, pelas suas atitudes tolerantes, inclusivas e democráticas (ver ponto 2.2).

A praça, um dos elementos de maior permanência das cidades, é entendida como um recinto ou lugar espacial e não como um vazio urbano. Esta invenção mediterrânea constitui “um lugar público, onde se concentram os principais edifícios e monumentos”. Detém não só um elevado valor funcional, político e social, mas também a máxima importância simbólica e artística, porque os imóveis singulares que se distinguem pelo prestígio e significado político, social e religioso, como a câmara municipal, a igreja ou o palácio tendem a ocupar um lugar de destaque nas praças principais da cidade (Lamas, 1993, pp. 176).

A polis grega e os municípios romanos respeitavam outra regra de ouro, que ainda hoje é apanágio de algumas comunas europeias e que constituía uma questão de ordem local. A norma defendia que as instituições municipais deviam manter o exercício do poder no quadro das suas relações interpessoais, ou seja, os eleitos tinham obrigação de conhecer pessoalmente os seus eleitores. “Esta norma é uma das principais responsáveis por um urbanismo consciente da sua dimensão social e, por isso mesmo, sensível a um conjunto de valores culturais mais amplos do que a transportada pelos círculos restritos, sejam eles técnicos ou burocráticos que habitualmente administram as nossas cidades”, na medida em que soube manter a dimensão da cidade à escala humana (Gonçalves, 1988, pp. 116).

As cidades da antiguidade, como Atenas e Roma, foram os primeiros meios criativos (“creative milieu”), comprovando, desse modo, que não constituem um privilégio da nossa época, mas antes são apanágio das urbes cuja vitalidade cultural e intelectual estiveram na origem de mudanças dramáticas a nível económico e social e cultural, que as deixou investir em novas ideias inovadoras, nomeadamente no campo das artes. O mesmo se pode afirmar sobre Florença e Roma ou Veneza, no Renascimento, como adiante se demonstra (Landry, 2001, pp. 134).

1 - Da cidade e do turismo tradicionais ao paradigma urbano e turístico moderno

Não admira que tenha sido essa mesma civilização clássica a introduzir a palavra património. Derivada do termo latino “patrimonium”, esta designava, em Roma, a relação entre um grupo definido juridicamente e os seus bens materiais concretos, reunidos sobre a referida designação (Esperança, 1997, pp. 70). Já no tempo de Augusto havia preocupação com o seu restauro, como se pode comprovar pela leitura dos Rês Gesta, documento em que o imperador salientava ter reparado o Capitólio e o Teatro de Pompeu, ambos com grande despesa, e, acrescentava o governante, “os aquedutos, que em muitos locais tinham ruído de velhice”. Alegava ainda ter duplicado “o caudal da chamada *Água Márcia*, completado o *Forum Julium* e a Basílica”, compreendendo também, o dito arrolamento, a descrição das obras realizadas em todos os templos dedicados aos deuses da cidade (Albano e Gener, 1976 pp.17-19 in d’ Encarnação, 1994, pp. 13-14).

Na Europa ocidental, a organização dos centros urbanos denuncia, em muitos casos, ao longo de toda a história da cidade tradicional, a grande importância que a igreja cristã adquiriu na época tardo romana, como acontece na bacia de Paris, cuja catedral era o verdadeiro coração da vida da cidade, desenvolvendo-se a actividade comercial nas suas proximidades. Esta composição encontra-se também nas cidades do sul de França, em algumas italianas, como Milão ou Veneza, locais em que o peso daquela instituição mais se fez sentir. Noutras, porém, como Pisa ou Siena, a urbe centra-se mais à volta da vida comercial e de negócios, do que dos locais de culto, modelo que também predomina na Grã-Bretanha e nas cidades entre o norte de França e o rio Vístula, o que reflecte a progressiva importância assumida a partir do final da idade média, da nova classe dos negócios.

A morfologia das cidades europeias fixou-se na Idade Média, com a valorização da função da praça, dos espaços abertos, dos locais religiosos, continuando muito depois do seu final, a ser válida em muitas regiões. Basta referir a importância da “Plaza Mayor”, na morfologia das cidades espanholas, a qual se definiu entre o século XII e o XIII, foi divulgada no período Renascentista e utilizada em todo o Império Colonial, dos Estados Unidos às Filipinas (Scovazzi, 1993, pp. 52). A “Plaza Mayor” ao agrupar, à sua volta, os edifícios municipais, a catedral, o palácio do governador, indica uma centralidade de funções e uma hierarquia simbólica do sagrado e do profano que não tem paralelo em nenhuma cidade europeia (Claval, 1984, pp. 34).

As pequenas cidades italianas revelam ainda outra característica da cidade tradicional, que constitui indicador de uma vida comunitária intensa, baseada em relações de vizinhança, expressa através de uma multiplicidade de praças diminutas, com vários focos de vida activa e animada, modelo que se repete na Provença. A manutenção deste tipo de especificidade comprova o apreço que a civilização ocidental continuava a ter pelo espaço público e a importância do desenvolvimento relações de vizinhança espontâneas. Conscientes da importância destas ligações os modernistas desejaram construí-las através do planeamento, sem sucesso, nos novos bairros periféricos (ver ponto 1.4). Nos nossos dias, ao reabilitar os centros das cidades desejamos devolvê-las à sua espontaneidade original (ver ponto 3.4).

Na Idade Média, apesar da preponderância da igreja, a vida, quotidiana nas cidades europeias, não deixou de decorrer, em grande parte, no espaço público, ao contrário do que acontecia com a muçulmana. Nas “ruas e nas praças pulsava a alma da cidade. Daí que a rua tivesse uma pluralidade de funções: era local de passagem e encontro; era local de comércio; era local onde se conversava e sabiam as notícias; era local onde se viam os espectáculos e as procissões; era local onde se presenciava outro espectáculo que era o exercício da justiça; era local onde se assentava um negócio ou onde se moviam as facções numa contenda” (Coelho, 1994 pp. 28).

A partir do Renascimento, estabeleceu-se a diferença entre arquitectura erudita, vernácula e urbanismo, dada a existência, a partir dessa altura, de especialistas formados em universidades e de intelectuais que se debruçam sobre os problemas da cidade. Estas inovações, nascidas em Itália, deram lugar, a partir de meados do século XVI, a uma nova estética de planos geométricos, composições perspectivadas e grandes praças onde se localizavam os monumentos e as estátuas mais notáveis, como aconteceu nomeadamente, em Roma, Florença, Génova.

Alberti, um dos tratadistas italianos do renascimento, defendia que as ruas das cidades são mais nobres se as portas obedecerem todas aos mesmos modelos e as habitações se mantiverem alinhadas e de altura idêntica. Quanto a Paládio, outro dos grandes tratadistas italianos, apreciava também as ruas rectilíneas, por oferecerem uma melhor paisagem, quando amplas, limpas e ladeadas de edifícios com ornamentos. Ambos se inspiravam no urbanismo helenístico, de Hippodamus de Mileto, e no Romano (Alberti, 1955, pp. 172; Paládio, 1965, pp. 58; Moughtin, 1992, pp. 153-201).

Os princípios arquitectónicos renascentistas buscavam o equilíbrio, através da simetria da proporção e do ritmo “possuindo uma ordem intelectual e métrica no Renascimento e outra sensorial e exuberante nos períodos Barroco e Rococó”. A sua autonomia em relação ao interior do edifício permitiu respeitar os cânones de beleza, proporção e ritmo da estética clássica. Por sua vez, as fachadas dos novos edifícios renascentistas, encontram-se alinhadas, ao longo de ruas mais bem preparadas para o tráfego do que as medievais, que eram intrincadas e estreitas, deixando, por essa razão, de ter um carácter meramente funcional de percurso. As vias passaram a dispor de uma componente visual e decorativa, de aparato, própria para a deslocação de viaturas, como o coche, a carruagem ou a carroça de transporte de mercadorias, devido à organização dos efeitos estéticos, pelo que, no período Barroco, as ruas funcionam também como verdadeiros cenários onde ocorriam os espectáculos como procissões, cortejos e paradas (Lamas, 1997, pp. 176). Neste sentido, a época barroca desenvolveu o gosto pelo espectáculo, baseado no apelo aos sentidos que não mais se extinguiu, no mundo ocidental e que as sociedades, burguesas, modernas, e, sobretudo, pós-modernas não deixaram de incrementar (ver pontos 2.3 e 3.4).

1 - Da cidade e do turismo tradicionais ao paradigma urbano e turístico moderno

A cidade conheceu, a partir do renascimento, uma organização que apenas os modernistas conseguiram alterar, como se descreve no capítulo 1.4, assente na figura planimétrica do quarteirão composto por lotes e edifícios, delimitado pelas vias que deixavam cumprir “a divisão fundiária do solo, e a organização geométrica do espaço urbano”. Deste modo, quadrícula e quarteirão “organizam o cadastro da forma urbana; tornam-se um meio universal e experimentado de desenho urbano e adaptam-se às mais variadas situações morfológicas e topográficas” (Lamas, 1993, pp. 188). Embora seja ocupado por edifícios, contém no seu interior espaço livre que pode ser preenchido por hortas, jardins, a que se vieram associar as alamedas e os parques, e se converteram em elementos importantes da composição da cidade, espaços de sociabilidade e lazer, com os mesmos atributos culturais e estéticos da própria cidade. A partir do período Barroco, esta fórmula estendeu-se à Boémia, à Polónia, à Baviera, à Áustria, enquanto Espanha, a Portugal, por sua vez, as propagaram aos respectivos impérios (Chicó, 1956, pp. 319-330; Correia, 1984; Fernandes 1991). Os princípios de origem erudita difundiram-se de modo a serem assimilados por todas as construções e aplicados, de forma sistemática, a vários lotes, conferindo união ao espaço urbano. Por esta razão, podemos afirmar que a “cidade clássica, renascentista e barroca adquiriu grande unidade estética e visual, pensada como arquitectura a três dimensões” (Lamas, 1993, pp. 176).

A cidade tradicional, não é, desta forma, o resultado da existência de monumentos significativos, mas antes da presença de códigos de escala, e de variedade, na forma de conceber o meio construído e o espaço não edificado. A morfologia reflecte, por sua vez, os condicionalismos sociais e económicos da comunidade, as suas aspirações no presente e as dos seus antecessores. Muitas destas características da cidade tradicional constituem importantes objectivos a preservar ou a introduzir de novo nos centros históricos, como defendemos no ponto 3.4.4.

As cidades tradicionais eram meios altamente inclusivos, apesar de algumas registarem segregação étnica e religiosa. A urbe europeia, pré-industrial e pré-liberal, caracterizava-se pela existência de várias classes sociais, nos mesmos bairros, embora com estilos de vida diferentes. Ou seja, não existia uma separação em função do rendimento, que o liberalismo acabou por impor, visto que os ricos gostavam que os que lhes satisfaziam as necessidades – criados e artesãos – vivessem próximo deles. Este traço é, actualmente, considerado fundamental para a qualidade de vida e o alargamento do carácter democrático, nas sociedades urbanas actuais, quer por motivos de aproximação dos diversos estratos, quer dos vários grupos étnicos e culturais, que a compõem tema que se aborda nos pontos 2.3 e 3.4.

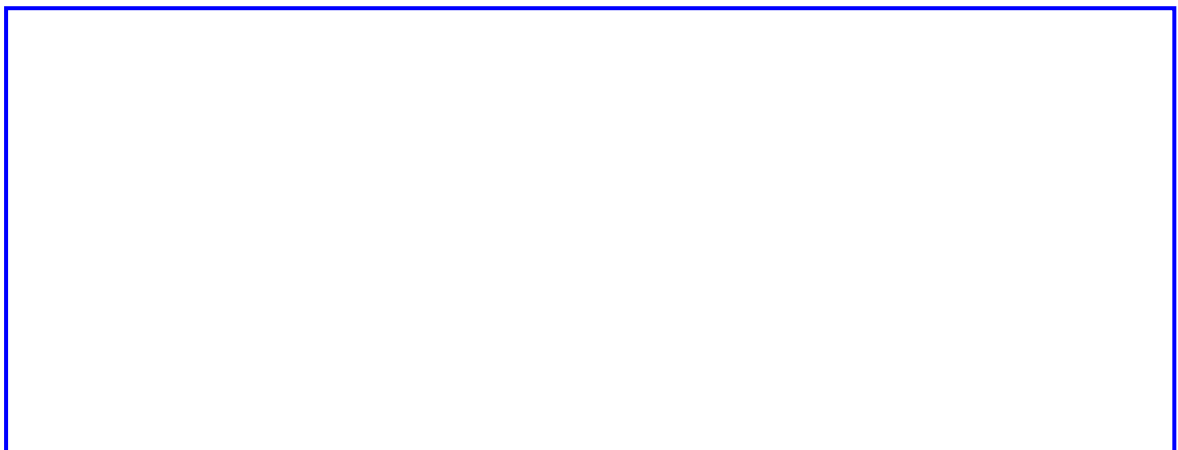
Na cidade de Roma, no século XVIII, o apreço pelas obras de arte antigas, cujos vestígios se encontravam com grande abundância, teve muita influência não só na concepção dos originais renascentistas e barrocos, mas também gerou um sentimento, entre as elites, de desejo de manter essas memórias do passado, facto que conduziu ao aparecimento das primeiras “atitudes científicas de restauro.” Apesar do movimento em defesa da manutenção dos monumentos se ter

O turismo como propiciador da regeneração urbana. O caso de Faro

iniciado na capital italiana, o governo sueco foi o primeiro a instituir as primeiras medidas regulamentares, a favor do património, ao publicar em 1666, uma lei de protecção dos monumentos “, embora Portugal não se tenha atrasado, nesse domínio, em relação ao resto do continente, como asseguramos no ponto 4.2.3.3 (Aguiar, Cabrita e Appleton, 1997, pp. 5).

O conceito de património evoluiu, de forma definitiva, após a Revolução Francesa, altura em que o Abade Gregoire utilizou esse termo, pela primeira vez, com um significado moderno, de herança de toda uma colectividade, ao acusar os contra revolucionários de terem cometido vários atentados contra o património. A expressão sofreu uma profunda alteração, ao indicar que o seu usufruto deixava de constituir uma prerrogativa do rei, da nobreza e do clero para adquirir o de bem comum, cujo gozo deve estar ao alcance de todos (Choay, 1991, pp. 112-113; Esperança, 1997, pp. 119).

A cidade tradicional, como a concebera a civilização ocidental até ao século XIX, estava prestes a desaparecer, face às mudanças introduzidas pela revolução industrial, responsável pelo primeiro corte profundo, a nível económico, social e cultural, com o passado da humanidade. A criatividade revelada por esta nova sociedade encontrava, também em termos de urbanismo e arquitectura, uma nova forma de expressão. A cidade burguesa, de inspiração continental, alterou as normas de harmonia, equilíbrio, proporção, e escala, de modo a traduzir o gosto pela ostentação da nova classe dominante em amplas avenidas e praças grandiosas. No que concerne ao meio construído, lote, edifício e quarteirão continuaram a constituir as figuras planimétricas que fundamentaram a divisão do solo. A diversidade de funções e o carácter inclusivo, contudo, ficaram gravemente comprometidos e foram-se perdendo, devido à lógica do modo de produção industrial, com os seus bairros operários segregados. As construções, de má qualidade, alinhavam-se ao longo de ruas monótonas e tristes, opondo-se aos bairros de luxo, no outro extremo da cidade, em que se albergavam as novas classes mais favorecidas.



Um dos primeiros investigadores a relacionar o consumo, produto da nova economia industrial, com a cidade foi George Simmel (1903). Nas grandes metrópoles, defendia, os indivíduos estão expostos a uma grande variedade de situações e sensações que conduzem a uma atitude “blasé”, a qual exprime um sentimento de grande solidão, devido ao espírito de luta individualista para se protegerem de um meio urbano hostil. Centros das economias monetárias maduras, onde a lógica de mercado conduz a relações marcadas pelo anonimato e pelo estranhamento, a atitude “blasé” caracteriza-se por encontrar no consumo o foco principal de expressão social (Simmel, 1997, pp. 83-103; Frisby e Featherstone, 1997). Mas se na obra de Simmel encontramos a atitude “blasé”, em Benjamin é o “flâneur” que melhor corresponde à expressão da cultura moderna que perpassa as descrições de Paris da nova urbanização “Haussmaniana” – a cidade das exposições, das deambulações pelas ruas, da frequência dos cafés, cabarés e lojas, onde se pode encontrar o novo, o excitante, o desconhecido (Benjamin, 1997, pp. 67-83).

A “flanerie” é uma arte de construir textos, que tem muito a ver com o hiper-texto e a multimédia actuais, mas, em simultâneo, define um tipo social muito interessante, ao incitar o leitor a deleitar-se com as experiências proporcionadas pela cidade através das ruas, valorizando, em simultâneo, o carácter unificador da vida social, desempenhado pela locomoção. As pessoas quando passeiam absorvem experiências e desenvolvem novas percepções, à medida que se movem através da cidade, no meio da multidão. Esta observação mantém toda a sua actualidade, nos centros das cidades regeneradas, nos seus locais de compras, (comércio tradicional, galerias e centros comerciais), e de cultura, (locais patrimoniais, museus, exposições, parques temáticos, zonas de entretenimento, de indústrias culturais), frequentados por consumidores locais e por turistas, que encorajam formas de distinção marcadas pela “flanerie” (ver pontos 2.3 e 3.6). Esta atitude demonstra a “flexibilidade” na construção de um “freestyle self” que se move entre a imersão e o distanciamento, o sentimento e o conhecimento, que expressa deste modo a sua identidade”. As impressões e as distrações, baseadas na mobilidade do olhar e nos ritmos de imersão e de distanciamento, as associações de memórias, proporcionam uma visão da paisagem urbana fragmentada, que conduziu a evolução do olhar estético, que marcara as elites das cidades pré industriais, da contemplação para a distração, própria da experiência citadina de novecentos, e, que, por sua vez, fundamenta, pelo menos em parte, o olhar do turista pós-moderno (Featherstone, 1998, pp. 910 e 918; Urry, 1990; 138; Urry, 1996, pp. 116).

O “flâneur” revela ainda as “qualidades de reflexão de um artista, de um escritor, de um especialista em ciências sociais ou de um detective”. Paris era então um local de “dandismo”, de boémia e o modo de vida dos artistas, dominada pela cultura, estilo de vida e sofisticação, era

partilhado com todos os que trabalhavam nas recém nascidas indústrias culturais, da publicidade, ao desenho industrial e à decoração de montras, todos eles intermediários culturais da época (ver ponto 2.3.2), que procuravam criar os seus públicos e “educar o gosto das pessoas” (Featherstone, 1998, pp. 914). Esta atitude, por sua vez, aproximava-se tanto da ostentada pelos guardiões do portão que criaram os novos destinos turísticos do século XIX e do XX (ver capítulo 1.3 e 1.5), como das dos mediadores culturais actuais (ver ponto 2.3.2).

Nas grandes cidades como Paris, Londres ou Nova Iorque e Barcelona, a instalação da iluminação a gás, e depois da eléctrica, facilitou o alongamento do dia. Os cidadãos tinham consciência desse artifício, que permitiu dilatar a vida no espaço público e desenvolver uma cultura também ela profundamente afectada. O gosto pela simulação não parou de aumentar ao longo do século XX, assunto que se aborda no ponto 2.3. As “Arcadas” conquistaram e preservaram a noite, transformando o interior em exterior e vice-versa. As lojas expunham artigos iluminados por essa luz artificiosa, objectos que atraíam os desejos e o interesse dos que passavam. Nos espaços de transgressão famosos pelo seu carácter ambíguo e perigoso resultantes da nova economia da noite, preponderava a figura do boémio e do cabaré. Essa realidade não ofuscou a relevância da possibilidade de sair à noite, de ir a um concerto, a um bar, a um encontro, às compras, ou simplesmente, de vaguear ao acaso pelas ruas, prazeres considerados, nos nossos dias, verdadeiras delícias da vida urbana (Lovatt e O’Connor, 1995, pp. 131; ver capítulos 3.4 e 3.6).

Uma cultura de café veio substituir a função das ruas e das praças da cidade tradicional, na medida em que as amplas avenidas não ofereciam um cenário acolhedor, nem dispunham do conforto exigível para os contactos sociais de uma nova classe de intelectuais, jornalistas, artistas, cientistas e homens de negócios, que formavam redes de saber, experiência e criatividade, através das quais as ideias circulavam. Não é, pois de estranhar que muitas das urbes europeias, sobretudo as mais desenvolvidas e inovadoras, como Berlim, Viena, Praga, Munique e Zurique, existisse uma notável cultura desse tipo. Estas expressões culturais constituem vertentes da vida urbana que a pós-modernidade procura recuperar, especialmente nos bairros culturais dos centros das cidades, questão que se trata no ponto 3.4.4.

Em Barcelona, em paralelo com a reestruturação urbana, surgiu um movimento, denominado por novecentista, em parte herdeiro do dandismo, que pretendia ensinar urbanidade, ou seja, a viver nas cidades catalãs dessa época, e se fundamentava em características da atitude “blasé”, e, sobretudo do estilo de vida do “flaneur”. O poeta Joan Maragall e os filósofos Jaime Bofill, e Eugène D’Ors, que eram membros desse grupo, enquanto escreviam livros e artigos assumiam também, com frequência, o encargo de árbitros do gosto (Carreras, 1994, pp. 103-117).

Portugal conheceu também um ambiente deste tipo que teve maior expressão na capital do país, na zona tradicional da cidade, embora Lisboa não tivesse deixado de abrir avenidas novas, ao gosto parisiense, áreas residenciais da burguesia, como referimos no ponto 4.2.1.

1 - Da cidade e do turismo tradicionais ao paradigma urbano e turístico moderno

Para a grande maioria dos especialistas em história do urbanismo, as alterações na vida económica, social e cultural tiveram como consequência negativa um primeiro processo de destruição do património das cidades europeias, havendo apenas a preocupação de conservar, nos museus, ou “nos novos espaços abertos nas cidades que funcionam como museus ao ar livre” algumas peças ou conjuntos. Como exemplo, basta referir que a construção da Paris de Haussman implicou a deslocação de 350.000 pessoas para fora do antigo centro medieval da cidade (Urry, 1996, pp. 116). As alterações mais felizes, realizadas um pouco por toda a Europa, de acordo com o modelo francês, são aquelas em que se faz uma separação nítida entre os lugares antigos e os novos ambientes construídos, como acontece em Barcelona, onde a cidade antiga fica isolada na “ensanche” (Soria y Puig, 1995, 15-39). Ou ainda o caso de Viena, onde o anel de construções modernas está encaixado entre o núcleo medieval e a periferia barroca, embora, esta também não seja a solução ideal, como defendem alguns especialistas, visto que “toda a sobreposição acaba por conduzir mais cedo ou mais tarde, à destruição total do aglomerado antigo, situação que se encontra em Milão e Bruxelas” (Benévolo, 1995 pp. 204).

As cidades industriais do século XIX, contudo, não se inseriam nem na estética clássica, nem na da “Haussmaniana”. Embora em muitas delas, como Manchester, Glasgow ou Detroit, existisse um saber tecnológico assente numa invulgar criatividade, que suportou a mudança económica, não possuíam nem valores estéticos nem culturais marcados, razão pela qual as suas ruas rectilíneas e monótonas, desenquadradas, da forma e do tecido urbano antigo, valorizavam apenas a uma eficácia expressa na capacidade de escoar o trânsito. Foi contra esta cidade monótona e triste, muitas vezes sem condições de higiénicas e sanitárias, que os românticos se revoltaram. Por outro lado, os urbanistas engajados numa experimentação pioneira, no final do século XIX início do XX, baseada na exploração das potencialidades do novo desenvolvimento tecnológico, procuram encontrar tipos alternativos que permitissem atenuar o fosso instalado entre a cidade industrial e a burguesa, como aconteceu com a Cidade Linear. Arturo Soria Y Mata concebeu um plano, o qual representou o mais original contributo espanhol para o urbanismo do século XIX, que foi realizado, em 1882, localizado entre a estrada de Aragão e o pinhal de Chamartin, em Madrid. O projecto proporcionava que todas as habitações gozassem de condições análogas, definidas por um contacto estreito entre a cidade e o campo, na medida em que a sua linearidade não autorizava a concentração de edifícios que não estivessem sujeitos a essa regra e resolvia o problema da circulação, por meio de uma via única, ladeada pelas construções (Goitia, 1989, pp. 167).

A reacção romântica também se caracterizava por uma recusa em aceitar os meios urbanos industriais, mas expressava-se no refúgio num passado medieval mítico, face às alterações do presente. Esta atitude fundamentava-se na filosofia da época, sobretudo na Estética e os seus valores de Belo, Sublime e Pitoresco. August Pugin, nas suas obras em defesa do Gótico e

Ruskin, no seu livro “Seven Lamps of Architecture”, de 1849, ajudam-nos a entender melhor este tipo de atitude. Este último, no capítulo sobre “A vida do passado”, considerava que vivia uma época doente, no que se prendia com a “Memória” louvava a longevidade dos edifícios antigos, construídos para durar ao longo de gerações, e, na secção sobre “A obediência”, apoiava abertamente os valores revivalistas (Ruskin, 1849 in Lilley, pp. 1999, pp. 433).

Camille Sitte, por sua vez, salientava o valor da forma urbana medieval, a qual não resultava de uma concepção e desenho no papel, mas de um desenvolvimento “in natura”, que enaltecia tudo o que existe na natureza. Sitte interpretava a forma medieval como intencionalmente irregular, para reagir quer contra o reticulado indiferenciado das cidades industriais da sua época, quer a insalubridade que neles imperava, por excesso de contacto com o ar viciado das fábricas e minas. O seu repúdio pela geometria ortogonal é visível no plano para a Marienberg, o qual imaginou como uma paisagem sinuosa, muito longe da regularidade que era apanágio do planeamento, nos finais do século XIX (Lilley, 1999, pp. 429). Ele tanto recusa “a rigidez e a falta de imaginação dos traçados e dos planos de expansão alemães, que pouco se preocupavam com os resultados paisagísticos, ambientais e morfológicos, como a tradição “Haussmaniana” de alinhamento rectilíneo, propondo, em contrapartida, sequências organizadas de modo inorgânico” (Lamas, 1993, pp. 249).

O pensamento dos românticos e de Sitte teve grande influência nas decisões das classes mais favorecidas, nos países do norte da Europa e na Grã-Bretanha, quanto à escolha do local de residência, longe do centro da cidade, densamente povoado, permitindo-lhes desenvolver um modo de vida meio urbano meio rural. A nova habitação, recheada com os bens resultantes da nova produção industrial, dispunha de um amplo parque com jardim. A conjugação da posse de bens de consumo, com o modelo de residência permitia a integração, dos melhores aspectos da vida no campo com o conforto citadino, situação que detectámos em Portugal, no Monte Estoril, como mencionamos no ponto 4.2.1. Foi ainda esse arquétipo que inspirou a criação das primeiras estâncias balneares da Europa, as quais exploravam o modelo britânico, dispondo-se as moradias e os seus parques, em colinas, de modo a receberem a mesma quantidade de luz, calor e poderem usufruir a paisagem natural, tema que analisamos com mais detalhe no ponto 1.3 (Aitchison, MacLeod, Shaw, 2000, pp. 53; Towner, 1996, pp. 169-170). A valorização, na obra de Sitte, dos aspectos estéticos, que o progresso subalternizava, revela ainda as divergências existentes entre engenheiros e arquitectos, na medida em que os primeiros concebiam a cidade em função do traçado e das infra-estruturas e os segundos viam a sua intervenção à escala do edifício, mesmo quando eram responsáveis por todo um projecto (Lobo, 1993, pp. 7). Quando os modernistas criaram a sua visão da cidade, eles reagiram, sobretudo, contra os valores defendidos por Sitte, que consideravam passadistas, embora também não apreciassem a tradição “Haussmaniana”, na medida em que se sentiam envolvidos na missão de encontrar uma resposta inovadora, em termos urbanísticos, para uma nova sociedade em que o corte com o

1 - Da cidade e do turismo tradicionais ao paradigma urbano e turístico moderno

passado era cada vez mais evidente, à medida que se caminhava para o sistema de produção de massas, facilitado pela linha de montagem, tema que tratamos no ponto 1.4.

Em Raymond Unwin, autor da primeira obra sobre planeamento publicada na Grã-Bretanha, em 1909, intitulada “Town Planning in Practice”, a influência de Sitte determinou a sua escolha para os subúrbios denominados subúrbios jardim. No seu desenho, de 1909, para Hampstead, no nordeste de Londres e no de 1912, para Westerton, a norte de Glasgow, a ideia de irregularidade da construção da cidade está já cimentada. Nos anos 10 e 20 Unwin teve ocasião de aplicar as suas ideias, na Cidade Jardim, planeada a pedido de Ebenezer Howard e, mais tarde, como arquitecto chefe do Ministério das Munições, nos bairros dos trabalhadores da indústria das munições. Esta questão dos subúrbios jardim, e, sobretudo da sua implementação, nas cidades britânicas, será tratada no capítulo 1.4, assim como as influências sobre o urbanismo balnear moderno que se aborda no ponto 1.5. No período entre as duas guerras as influências de Unwin e de forma indirecta, de Sitte, Pugin, Ruskin e Morris eram ainda detectáveis, em toda a Europa, incluindo Portugal (ver ponto 4.2.1). Basta referir o exemplo de Barcelona, onde o “Barri’ Gotic” ou Bairro Gótico foi refeito por um grupo de intelectuais de classe média, a partir dos edifícios medievais demolidos. Eles construíram imóveis novos, organizados de acordo com os princípios artísticos de urbanismo e reuniram o dinheiro suficiente para concluir a catedral gótica (Ganau, 1997, pp. 23-31).

O movimento pela conservação, no Reino Unido, iniciado em meados do século XIX, tal como em Portugal (ver ponto 4.2.1), nasceu deste cadinho de ideias sugeridas pelo Romantismo e pela rejeição do mundo industrial. William Morris defendia, em termos de filosofia estética pessoal, que, tanto eram criticáveis os modelos de renovação total dos edifícios antigos, por lhes retirar as marcas do tempo, como a tentativa de os restaurar fielmente, porque, as mudanças sociais e os métodos de produção, não permitiam fazê-lo, além de que essa tentativa constituía uma falsidade indesejável e decepcionante (Larkham, 1996, pp.12).

A definição que prevaleceu até final dos anos 50, adoptada também pelos modernistas, para os centros das cidades teve origem em Ruskin. Esse autor considerava que a intervenção deveria de manter intacta a integridade dos edifícios, com os seus acabamentos originais, decoração e cenário. Esta posição era partilhada pelo arquitecto francês Viollet le Duc, que escreveu num artigo denominado Restauration, para o VII volume do seu “Dictionaire Raisonné”, que os monumentos deviam de ser restaurados de forma científica, que impunha o estudo dos vestígios existentes de forma a conduzir a uma reconstrução esclarecida (Larkham, 1996, pp. 35-36).

Unwin ao apoiar a revalorização da cidade medieval deu uma importante ajuda para esta questão da cidade histórica, da sua complexidade espacial e modo de sedimentação, em que se podem detectar os “contributos de várias épocas e períodos, materializados em sobreposição de várias malhas, sistemas espaciais e construções. Deste processo, afirmava Unwin, resultou um ambiente “fascinante, rico de surpresas e variações”. O seu pensamento teve grande influência na eclosão do movimento “Townscape” de Cullen e de Nairn e na realização da obra “A Imagem da Cidade”, de Lynch”, obras citadas no ponto 2.3.4 (Lamas, 1993, pp.226).

Geddes, também concorreu para este debate, com a sua noção de “Conservative Surgery”, que consistia em manter o melhor que existia no tecido urbano das cidades, enquanto as alterações eram introduzidas, de uma forma individual, em pequena escala, onde essa necessidade se fizesse sentir. A sua reflexão está na base dos conceitos de Conservação e de Reabilitação em que se fundamentou o “Conservation Mouvement”, que foram introduzidos no “Civic Amenities Act”, de 1967. Esta legislação transferiu para o poder local, na Grã-Bretanha, o dever de determinar as zonas das cidades que deveriam ser consideradas de particular interesse arquitectónico e desejavam conservar (Geddes, 1915 in Morris, 1997).

Por ora há ainda a referir que foi nesta época que se definiu o conceito de planeamento. O Parlamento britânico aprovou, em 1909, a primeira lei do urbanismo, embora Portugal tivesse precedido o Reino Unido, neste aspecto específico, porque a legislação nacional foi publicada mais cedo, tema que abordamos no ponto 4.2.1. O livro de Unwin, que já referimos, teve um peso muito grande na posterior evolução dessa área disciplinar. Geddes, por seu lado, foi o criador da do denominado “Blue Printing Planning”, também conhecido por “Survey Before Plan” para qual definiu a metodologia de intervenção da época (ver quadro 1.2.1).

Quadro 1.2.1 – Metodologia de planeamento

Clássico	Master Plan Blue Print Autoritário Tecnocrata Inflexível	<i>Esta abordagem apoiava-se no planeamento do século XIX, (embora as suas origens sejam mais recuadas, como se disse), e na tradição da Escola das Beaux Arts. O seu modelo teórico baseava-se no inquérito, análise e diagnóstico. As soluções eram encontradas de forma determinista, mas também de intuitiva. Os técnicos acreditavam poder programar intervenções racionais, após meditação, de forma espontânea. Os urbanistas preocupavam-se, sobretudo, com a componente física do plano – a utilização dos solos e sua regulamentação – separada das decisões políticas e do suporte financeiro e administrativo. Em consequência desta atitude, aspectos como o planeamento dos transportes e os orçamentos eram descurados.</i>
-----------------	---	--

Fonte: Síntese própria a partir de Catanese e Snyder, 1988, pp. 43-53, in Morris, 1997, pp. 179, Costa, 1996, pp.25-31

O final do século XIX, como todos os períodos de mudança, revela-se extremamente rico em debate, reflexão e busca de soluções concretas para os desequilíbrios, mas também pelos desafios colocados pela nova sociedade. Sitte defendeu a actualização e aplicação dos modelos

1 - Da cidade e do turismo tradicionais ao paradigma urbano e turístico moderno

medievais, aos problemas urbanos do seu tempo, enquanto Unwin, por seu lado, se esforçou por criar um novo tipo de bairros periféricos britânicos, denominados subúrbios jardim.

O pensamento de vanguarda da época foi concretizado pelo esforço de Soria y Mata na busca de uma ruptura com o passado, que propiciasse as soluções inovadoras, para uma época marcada pela mudança. A sua obra representou, sem dúvida, um passo numa direcção que ganhará consistência com as propostas modernistas que se analisam no capítulo 1.4.

Os românticos procuraram num passado medieval que, em grande parte inventaram, a busca da protecção contra um presente que lhe desagradava profundamente e tiveram o mérito de chamar à atenção para as virtudes da cidade tradicional que deveriam ser preservadas, atitude tanto mais importante quanto essa zona era destruída para dar lugar a novos bairros burgueses ou abandonada por esse estrato social, para fugir aos impactos negativos da industrialização. Os pensadores desse período como Camille Sitte, Auguste Pugin, John Ruskin, William Morris e Viollet-le Duc, deram a sua contribuição para o aparecimento de movimentos de defesa do património e todos eles influenciaram, embora de forma diversa, a evolução dos centros históricos.

A industrialização proporcionou, contudo a associação do centro da cidade, com o consumo, (George Simmel), o lazer, a cultura e o espectáculo (Benjamin), embora ainda apenas vocacionado para as elites, de que Paris e Barcelona foram modelos maiores. A associação anteriormente enunciada constitui o núcleo central da evolução do turismo tradicional, na medida em que os que procuravam visitar os monumentos mais importantes da cidade antiga e, simultaneamente, usufruir a oferta da cidade burguesa, em termos de consumo, de actividades de lazer e cultura, pertenciam exactamente à mesma classe social que os seus residentes, com eles dividindo, gostos e estilos de vida. Desta forma se explica que, as estâncias termais e as balneares tivessem sido profundamente marcadas tanto pelo modelo da cidade burguesa “Hausmaniana” como pelo exemplo britânico bucólico e romântico, temas que se abordam no ponto 1.3.

1.3 - O Turismo Tradicional

O ponto a que damos início contribuiu para o reconhecimento do modelo de turismo tradicional e para a sua aproximação do tipo de desenvolvimento urbano desse período, descrito no ponto 1.2. Acresce ainda, como influências decisivas na escolha dos destinos, o reconhecimento do papel dos mediadores culturais da época, das motivações dos turistas para viajar e das fontes de informação que seleccionavam para os guiar nas suas viagens. A compreensão das suas características revelou-se de extrema utilidade para que, uma vez ultrapassado o período de necessária democratização do lazer e do turismo, induzido pela modernização (tema que tratamos nos pontos 1.4 e 1.5), uma nova geração de turistas, com um maior capital cultural, resultante da democratização da instrução e da cultura, se apropriasse dos hábitos culturais da antiga elite, assuntos que abordamos no capítulo 2.

Os povos da antiguidade pré-clássica, da Mesopotâmia ao Egipto e a Creta viajavam, com alguma frequência, por motivos de negócios, religiosos, militares e administrativos, embora tenham sido as civilizações clássicas (grega e romana) as primeiras a preocuparem-se com os lazeres dos seus cidadãos. A romana, sobretudo, dispensou muita atenção à ocupação dos tempos livres. Por este motivo os vestígios dos seus teatros, anfiteatros e termas espelham uma civilização preocupada com a qualidade de vida dos seus membros, situação que decorria da elevada complexidade económica, social e cultural que atingiu.

Alguns romanos viajavam, não apenas para a zona mais importante de lazer e turismo, dessa época, na península itálica - a baía de Nápoles - cujo estilo de vida foi descrito por Horácio, Plínio o Novo e Virgílio, mas também para os numerosos locais de lazer que se estendiam do Egipto à actual Grã Bretanha, em que o estilo de vida se aproximava muito do praticado pelos turistas nas estâncias de férias actuais. Um conjunto de vestígios arqueológicos, de textos e de inscrições permitiu investigar os hotéis e os restaurantes de Roma Antiga. A relativa facilidade em viajar prendia-se com a existência de uma boa rede de estradas, a que se aliava um serviço regular de transportes, com estalagens, localizadas de forma a permitir a pernoita e o descanso de viajantes, condutores e animais, a que se associavam transportes marítimos regulares.

A Idade Média, até muito perto do seu fim, foi um período de regressão, no que respeita à realização de viagens. A instabilidade da época, o declínio das ligações marítimas e o estado de abandono das estradas eram elementos que não favoreciam as deslocações. Neste período, a grande motivação que levava as pessoas a viajar era o desejo de conhecer os locais sagrados do mundo cristão. Os peregrinos pernoitavam em mosteiros ou em casa de familiares e amigos. As estalagens medievais foram descritas por Chaucer, na sua obra “Contos de Cantuária”, na qual

faz menção à de Tabang, localizada no sul de Londres, que se assemelhava a um hotel actual. No entanto, a maioria das hospedarias eram bem mais modestas. Algumas possuíam, apenas, um único compartimento de grandes dimensões onde todos os hóspedes dormiam, chegando estes a trazer consigo a comida e a roupa de cama. (Ferreira, 1994, pp.2).

No século XVI, os fluxos turísticos renasceram, em consequência do despertar económico e social da época, que se reflectiu na necessidade de contactos e comunicações mais rápidas, garantiu maior segurança e a melhoria das redes de estradas. Apareceram os primeiros guias de viagem, possíveis graças à invenção da imprensa, que aconselhavam as visitas a realizar em cada local. As cidades italianas eram, nessa época, centros artísticos e culturais, meios criativos de vanguarda, que, como se salientou no ponto 1.2, exerciam sobre os visitantes um enorme fascínio ao qual não resistiram os jovens britânicos que franquiavam o canal da Mancha, para realizar a viagem que significava o culminava a sua educação, um circuito com início e termo no mesmo local denominado “Tour”. Esta deslocação, que se vulgarizou entre os membros da nobreza, no século XVIII, podia durar entre seis meses e dois anos e abrangia, quando inteiramente realizada, os locais considerados de interesse turístico e cultural, na época, como Paris, Turim, Milão, Veneza, Florença, Roma, Nápoles, algumas zonas da Alemanha, dos Países Baixos e do vale do Reno. Quando atingia esta dimensão era designado por “Grand Tour” (Towner, 1985, pp. 300-01).

A palavra “tour” deu origem ao termo turista designando assim os que partiam em viagem cultural e educativa. No continente a expressão era usada para identificar os britânicos que realizam a dita visita, estando o termo tão associado a essa nacionalidade, que, quando Stendhal utilizou o neologismo, em 1838, na obra “Les Memoires d’un Touriste”, provocou escândalo, na medida em que o aplicava a um comerciante francês (Simond, 1816, in Boyer, 1999, pp. 38; Stendhal, 1838 in Boyer, 1999, pp.38).

Littre, em 1872, definia os turistas como os viajantes estrangeiros, que percorrem apenas os países já visitados pelos seus compatriotas. Aplicava-se, principalmente, aos viajantes britânicos que viajavam para a França, a Suíça e a Itália.

A expressão turismo, também de origem britânica, surgiu em 1811. No entanto a sua correspondente francesa, data de 1877, altura em que o suplemento da enciclopédia Larousse insere a palavra turismo, que descrevia da seguinte forma: “Turismo – Gosto, hábito de turista. Sabe-se que o turismo científico suscitou, nas mulheres uma grande curiosidade” (Boyer, 1999, pp. 39).

De início, os que participavam no “Grand Tour” apreciavam apenas os locais onde se podiam observar os vestígios das civilizações clássicas, mas a pouco e pouco, devido à influência dos escritores românticos, passaram admirar outros períodos, como o românico, o gótico, a pré-

história, as culturas nativas que até então não tinham sido enaltecidas (ver ponto 1.2). O turismo, principalmente o de carácter cultural, esteve pelos motivos evocados, sempre associado às representações artísticas, sobretudo às literárias. Buzzard, na sua obra “The Beaten Track: European Tourism, Literature and the Ways of Culture”, garantia que “o turismo e a escrita andaram sempre de mãos dadas”, porque aquele se apropriou “dos textos literários e da sua reputação para aumentar a excitação e dar forma às suas aspirações culturais.” Os participantes no Grand Tour (os primeiros turistas culturais), transportavam consigo, nas suas viagens, as obras “de Murray, para a informação e de Byron para o sentimento” ou seja, do guia turístico famoso de John Murray, para encontrar os locais, e os livros de Byron, para os apreciar no devido contexto (Buzzard, 1993, pp. 13). Esta relação continua a ser detectável nos actuais turistas culturais, não uma elite, mas uma nova classe média, que continua a associar a prática do turismo com as obras literárias (ver ponto 2.5).

A permanência, durante um período mais ou menos lato, nas estâncias termais, começou a ter expressão ainda no século XVIII, (Bath, Turnbridge, Wells, na Grã Bretanha e Baden-Baden, Aix-Les Bains e Marienbad, no continente). A qualidade das suas instalações sublinhava, em termos arquitectónicos e decorativos, o estatuto elevado dos seus frequentadores, porque eram complexos de lazer e turismo com grandes parques, salas de concerto e casinos, onde predominava o luxo e a ostentação. Devido às mudanças estruturais ocorridas na Europa ocidental e central, a exclusividade das viagens deixou de pertencer à aristocracia para incluir todos aqueles que tinham enriquecido através do grande comércio nacional e internacional e da produção industrial. Um comportamento de imitação conduziu à adopção do estilo de vida da aristocracia, para obter um estatuto social mais elevado, enquanto a aristocracia, por sua vez, por volta de 1740, escolheu as praias como forma de manutenção do seu código de diferenciação, em relação à nova classe privilegiada, com a criação de Brighton, a qual veio a conhecer grande concorrência por parte de outras estâncias balneares (Steinecke, 1993, pp.7).

Quer o movimento Romântico, com o seu gosto pelos locais sublimes, tema mencionado no ponto 1.2, quer os pintores paisagistas, como Constable e Turner em Inglaterra e Courot Daubigny e Monet, em França, desempenharam um papel que não se deve negligenciar na divulgação de uma visão extremamente apelativa da natureza agreste e intacta. A dita imagem fundamentou a procura do Pitoresco, em cenários de vales profundos, declives quedas de água, bosques, e ruínas. O que separava estes dois termos era uma questão de grau de intensidade e de profundidade. Enquanto o conceito de Sublime exigia um contacto com a natureza, muito intenso, uma atitude que elevava a essência a uma posição de supremacia, como guia e inspiradora do homem e fundamentava do *olhar* Romântico, a noção de Pitoresco tinha mais a ver o olhar distraído do “flaneur” em que a paisagem é encarada como um cenário (Andrews, 1990, pp.41-63). A influência dos pintores é absolutamente compreensível, porque as elites da época

1 – Da cidade e do turismo tradicionais ao paradigma urbano e turístico moderno

possuíam hábitos de visita a galerias e de leitura de obras sobre história da arte (Aitchison, MacLeod, Shaw, 2000, pp. 77).

Embora no continente europeu, a maioria das estâncias balneares se tivesse desenvolvido a partir de meados do século XIX, algumas, são, contudo, anteriores, datando do século XVIII, sobretudo aquelas que possuíam boas nascentes de água doce e equipamentos termais propícios a uma utilização para fins terapêuticos. A procura das zonas costeiras, também foi condicionada pela qualidade da água do mar, porque eram considerados locais favoráveis ao tratamento das doenças do aparelho respiratório, nomeadamente da tuberculose, situação que também se verificou em Portugal, nomeadamente, no caso de Stº António do Estoril como mencionamos no ponto 4.2.2 (Towner, 1996, pp. 169).

Nas zonas balneares, numa primeira fase, as classes mais favorecidas, utilizavam o modelo de residência com parque, idêntico às habitações urbanas da Grã-Bretanha, descritas no capítulo 1.2. Para assegurar que todos os moradores podiam fruir as belas paisagens marítimas, e, porque o conjunto casa e parque dificilmente se enquadravam nos arruamentos tradicionais, foram dispostas em anfiteatro, tirando partido das encostas soalheiras (Soane, 1993, pp. 30). Os locais, junto à costa, que ofereciam clima ameno, colinas envolventes e falésias majestosas reuniam as condições necessárias para se transformarem em produtos comercializáveis com vantagens simultâneas de campo e cidade, sem as desvantagens de nenhum deles, facto que esteve na origem do aparecimento de estâncias tão famosas como, Bournemouth, Nice, Cascais e o Monte Estoril (ver ponto 4.2.2). Se bem que o primeiro figurino adoptado fosse o bucólico romântico de inspiração britânica, o modelo da cidade burguesa continental, surgido em Paris evidenciou-se, mais tarde como a opção alternativa mais credível. Por essa razão, as estâncias balneares obedeciam a dois modelos na Europa, descritos no quadro 1.3.1.

Quadro 1.3.1 – Arquétipos de estâncias balneares

Um que nasce com o Romantismo, o seu gosto pelo sublime e pelo pitoresco, em que o espaço público sofria influências directas de autores como Camille Sitte, Ruskin e William Morris, ao seguir o modelo neo-medieval, com ruas estreitas e tortuosas, e challets rodeados de parques e jardins à inglesa.

O segundo modelo, mais tardio, inspirava-se na cidade continental burguesa que implicou, em muitos casos, uma construção de raiz, sujeita a um projecto global. O plano incluía uma zona dedicada aos equipamentos turísticos – casino, termas, hotéis instalações desportiva, sendo o resto do terreno, loteado para habitações.

Fonte: Síntese própria elaborada a partir de Briz, 1989, Ferreira, 1994; Silva, 1991

As formas de desenvolvimento turístico determinavam, em muitos casos a solução adoptada, na medida em que, não constituindo uma regra, a escolha de um projecto integrado, estava associada ao parisiense, enquanto o catalítico se suportava no tipo britânico (ver quadro 1.3.2). Bournemouth nasceu, entre 1830 e 1842, no vale do Bourne, com a construção de 12 moradias,

O turismo como propiciador da regeneração urbana. O caso de Faro

dispostas em anfiteatro (Soane, 1993, pp.33). Nice e Cannes cresceram a partir de 1830, tendo estas pequenas localidades periféricas e pobres do Mediterrâneo tentado adaptar-se à procura, por parte das classes elevadas, norte europeias, que as escolheram para passar o Inverno, de Outubro a Abril (Soane, 1993, pp. 35).

Num estádio mais avançado, as estâncias balneares eram, como se afirmou, edificadas de raiz, como Tourquet, La Boule, Scarbouroug e Rimini. Uma das estâncias que mais se aproximava de St António do Estoril (ver ponto 4.2.2) era Deauville, onde se podiam encontrar já todos os elementos que definem um projecto pensado. Os terrenos foram vendidos, em 1861, a um promotor que constituiu uma sociedade imobiliária, integrando banqueiros e homens de negócios influentes. O plano inicial criava uma área de lazer e outra de imobiliário, incluindo, em todo o conjunto, uma grandiosidade denunciadora de uma unidade e vontade que tinham permitido o seu aparecimento (Briz, 1989, pp. 59).

Quadro 1.2.2 - Formas de desenvolvimento turístico

Desenvolvimento turístico integrado <i>Um só promotor</i> <i>Um desenvolvimento equilibrado.</i> <i>Um desenvolvimento rápido.</i> <i>Um modelo de desenvolvimento funcional.</i> <i>Isolamento.</i> <i>Um nível elevado de qualidade e preço.</i> <i>Ex: Tourquet, La Boule, Remini,</i>	Desenvolvimento turístico catalítico <i>Centralizado.</i> <i>Promotores secundários</i> <i>Interdependência.</i> <i>Ex: Nice, Cannes, Bournemouth, Monte Estoril.</i>	Desenvolvimento mancha de óleo (Coattail) <i>Não existe promotor principal.</i> <i>Duplicação de funções e redundância.</i> <i>Grande competição</i> <i>Envolvimento tardio da comunidade.</i>
---	--	---

Fonte: . Sintetizado e modificado a partir de: Nickerson, 1996, pp. 53-57; Pearce, 1988, pp. 29-44

A aristocracia que perde a importância, em termos de poder e em termos económicos, consegue impor os seus critérios de distinção, baseados, sobretudo na cultura. O seu conhecimento da antiguidade, o amor das artes, o gosto pelas viagens, a prática de equitação, são todos atributos do gentleman que, em migrações periódicas de prazer (inverno no “Midi”, verão nas estâncias termais, e balneares), prosseguia e ampliava o processo iniciado com o “Grand Tour”.

Os nobres, para manterem o distanciamento social (ver quadro 1.3.3), escolheram locais pouco conhecidos, fascinantes pelo seu exotismo, como Espanha, Grécia, longe dos itinerários do “Tour”, das termas e estâncias balneares percorridas pela classe privilegiada recém promovida (Barker e Towner, 1995, pp.6; Boyer, 1999, pp. 83-85).

Quadro 1.3.3 – Alargamento da procura e busca de distanciamento

Classe	Séculos XVII e XVIII	Século XVIII	Século XVIII começo	Meados do Século XIX	Fim do Século XIX	Começo do Século XX
---------------	-----------------------------	---------------------	----------------------------	-----------------------------	--------------------------	----------------------------

1 – Da cidade e do turismo tradicionais ao paradigma urbano e turístico moderno

			do XIX			
Aristocracia	Grand Tour.	Termas.	Estâncias Balneares	Inverno no Mediterrâneo/ Tour do Reno.	Alpinismo. Mediterrâneo no Verão.	Volta ao Mundo.
Burguesia.		Grand Tour/Viagem Educacional.	Termas.	Estâncias balneares.	Tour do Reno. Inverno no Mediterrâneo	
Classes mais baixas.				Excursões de comboio.	Estâncias balneares.	Estâncias balneares Termas.

Fonte: Steinecke, 1993, pp.4

Todos estes locais em que se acolhiam os turistas partilhavam características comuns que incluíam uma oferta, de actividades culturais desportivas e de lazer, desenvolvida em zonas específicas, de modo a que as pessoas pudessem observar os seus pares e ser observadas visto que as actividades em que se empenhavam faziam parte de um estilo de vida comum, muito semelhante ao que adoptavam nos locais de residência permanente (ver quadro 1.3.4).

Quadro 1.3.4 – O estilo de vida nas cidades estâncias termais e balneares do século XIX



As cidades e as estâncias, como locais de espectáculo, possuíam teatros, óperas, e um ambiente de festa constante enquanto decorriam os jogos de sociedade.



Nelas se concentravam também, em espaços relativamente reduzidos, salões de chá, pastelarias e locais de entretenimento nocturno.



No caso das estâncias elas possuíam “promenades”, enquanto as cidades dispunham de algumas ruas, normalmente no centro, onde as pessoas passavam, viam e eram vistas.



Além de cidades ou estâncias espectáculo são ainda locais dotados com equipamentos para a prática de desportos, e contacto com a natureza, com parques, campos desportivos, pistas de atletismo, jardins públicos.



O consumo constituía a marca de prestígio social da nova classe do lazer, composta, nos Estados Unidos da América, em grande parte, por novos-ricos, a qual imitava o estilo de vida da nobreza europeia, dando origem, deste modo a uma aristocracia de sangue e outra de dinheiro em que a primeira estava constantemente a renovar os seus hábitos para permanecer à frente da segunda.

Fontes: Elaboração própria a partir de Briz, 1989, Ferreira, 1994, Pearce, 1988, pp.139-140; Silva, 1991, Soane, 1993, Townner, 1996

Os fluxos turísticos, no século XIX tinham quatro tipos de destinos: as grandes cidades espectáculo europeias, como Paris, Londres, Madrid; as estâncias balneares como Bournemouth, as de desportos de Inverno nos Alpes; as termas, como Bath. No do sul da Europa, em Nice, Cannes, Hyères, San Remo, os ingleses passavam o Inverno, permanecendo na zona mediterrânea de Outubro a Abril.

A escolha que cada um dos turistas fazia dos locais a frequentar resultava não apenas das suas decisões pessoais, mas, sobretudo, das indicações de um grupo restrito de conselheiros sociais, que se apoderaram do papel de árbitros do bom gosto. No século XVIII, todos os criadores do

turismo eram “marginais de renome”, na opinião de Boyer. Os designados “guardas do portão” custodiavam, nessa época, como nos nossos dias, as chaves da cultura (ver quadro 1.3.5). Esses verdadeiros mediadores culturais e turísticos eram pessoas originais, devido ao modo como desempenham a tarefa a que tinham proposto, com o objectivo de legitimar as práticas de um grupo muito restrito de eleitos (Boyer, 1999, pp. 102). Os guardas do portão, pelas razões expostas desempenharam um papel insubstituível na construção não só do olhar Romântico, mas também do “flâneur”, modos de admirar que se definiam a partir de uma atitude de repúdio para com o olhar da gente comum, do turista vulgar, devido à auto consciência da sua superior capacidade de apreciação, resultante de um elevado estatuto económico e social e consequente capital cultural (Herbert, 1994, pp. 4).

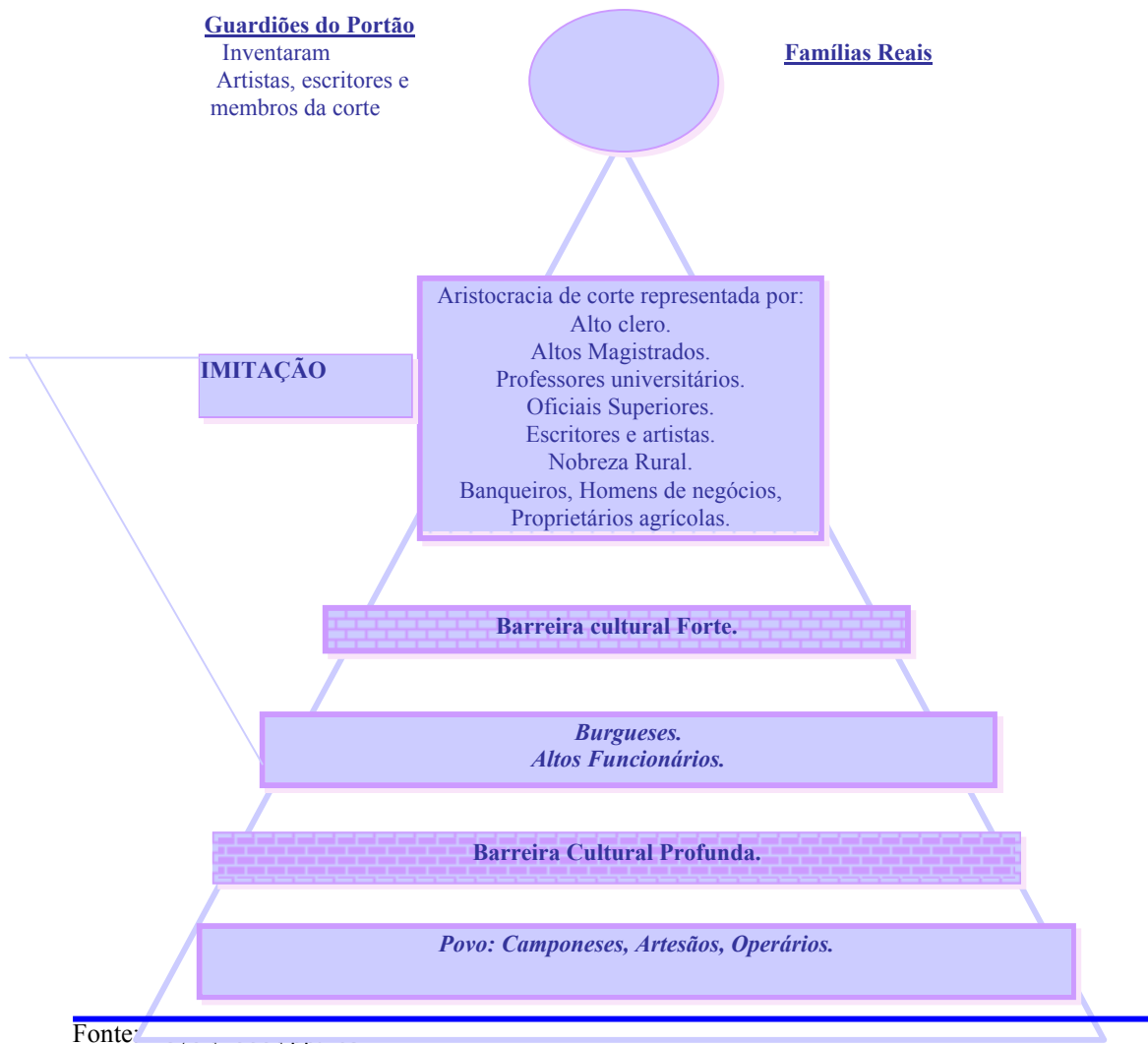
A grande maioria destes intermediários culturais, desde Richard Nash, criador de Bath, a Tobias Smollet, que descobriu Nice, frequentava da corte. Alguns eram personagens muito famosas na época, como Saussure, de Génova, homem rico e sábio de renome internacional. Na mesma época o príncipe Carlos III do Mónaco, detentor do mais pequeno reino do mundo, conseguiu transformar o rochedo de Spélugues, num local turístico, de renome internacional, a que deu o seu nome - Montecarlo. A estes importantes guardas juntaram-se pintores e escritores, os quais muito contribuíram, para transformar alguns lugares à beira mar em verdadeiros centros de distinção social (Boyer, 1999, pp. 102; Herbert, 1994 pp. 1-3).

Durante todo o século XIX e início do século XX, a presença do rei e da corte, determinava a notoriedade mundial de qualquer local. Os sítios escolhidos pela família real russa ou britânica eram considerados os mais bafejados pela sorte. No plano mais elevado da pirâmide social, logo a seguir à realeza, todos os que viviam de rendimentos, sem obrigações, para além das sociais, e que ocupam os seus dias, a viajar e a gastar a sua fortuna como forma de ostentação. Estes ócios, que podiam prolongar-se por semanas e mesmo meses, eram privilégio dos que não tinham necessidade de trabalhar e constituía a verdadeira marca do seu grupo social (Boyer, 1999, pp. 10).

Para além da aristocracia de sangue e de dinheiro, podemos ainda mencionar uma que era detentora do saber, a qual, a partir dos finais do século XVIII, se encontrava entre aqueles que podiam viajar. Com efeito, entre 1778 e 1792, a percentagem de professores e alunos de visita às minas de sal da cidade de Durnberg, perto de Salzburg, na Áustria, atingia 60% do total de visitas (Steinecke, 1993, pp.6).

Quadro 1.3.5 - A Invenção da distinção e a imitação no turismo (séculos, XVIII, XIX e inícios do XX)

1 – Da cidade e do turismo tradicionais ao paradigma urbano e turístico moderno



As classes médias e médias inferiores tiveram em Thomas Cook, a partir de 1841, um agente que oferecia programas de viagem, de curta duração, por regra às praias, que se adequavam à sua disponibilidade económica. Ainda nesse mesmo ano, as deslocações passaram a ter, pela primeira vez na história, um carácter de tudo incluído, quando Cook organizou a viagem dos participantes de um Congresso Anti Alcoólico. O sistema de produção turística tudo incluído, foi utilizada por esse agente de viagens em visitas turísticas dentro e fora do seu país, dirigidas às classes mais favorecidas, (viagens internacionais), mas também às mais frágeis, (viagens internas) e foi adoptado, a partir da segunda metade de século XX, pelo mercado turístico de massas, por ser o que melhor se adequava aos seus objectivos, como mencionamos no ponto 1.5 (Towner, 1995, pp.339; Cuvelier, Torres e Gadrey, 1996, pp. 35).

Na Grã-Bretanha, a primeira geração de estâncias balneares de massas, que se desenvolveram a partir dos anos 20 do século passado, beneficiaram da proximidade em relação aos trabalhadores

que as frequentavam, como aconteceu em Blackpool, enquanto Brighton, Bournemouth e Touquay, no sul, se mantiveram locais de veraneio da aristocracia (Knoles, Diamantis e El Mouhabi, 2001, pp. 9).

Quadro 1.3.6 – Evolução dos transportes e coordenação entre terminais e hotéis de pernoita

Mala-posta (século XVII).	O serviço de Mala-posta era completado por estalagens instaladas ao longo do seu percurso, funcionando muitas delas como verdadeiros terminais de transportes (sistema de reservas, listas e salas de espera).
Comboio (século XIX).	Acarretou o declínio da Mala-posta. Deu lugar a uma rede de hotéis de estação.
Automóvel (início do século XX).	Determinou a decadência do comboio. Proporcionou o aparecimento do motel.
Primeiros hotéis (século XIX).	1807 <i>Mansion House</i> de Philadelphia. 1809 <i>Washington House</i> . 1819 <i>Hotel Royal</i> , em <i>Plymouth</i> , com 50 quartos.
Hotéis de grandes dimensões (século XIX).	1825- 1826, <i>Barnum's City Hotel</i> , em Baltimore, com 200 quartos. 1827-1830, <i>Hotel Tremont</i> , em <i>Boston</i> , com 170 quartos. 1832-1836, <i>Astor House</i> , em Nova Iorque, com 309 quartos.

Fonte: Ferreira, 1994

O aumento da participação turística era, sem dúvida, consequência da melhoria do nível de vida das várias classes sociais, mas também dependia da evolução dos meios de transporte e da relativa coordenação entre as localizações dos terminais, dos hotéis e das atracções (ver quadro 1.3.6). Com a chegada do comboio e do barco a vapor, no século XIX, meios que possuíam elevada capacidade de transporte, não aumentou apenas o número de viajantes, mas também a distância que os turistas estavam dispostos a percorrer, porque as deslocações se tornaram mais baratas, mais rápidas e mais cómodas. Em Brighton, por exemplo, após a abertura da linha de comboio o número de turistas, por ano, passou de 50.000 para 360.000. O incremento da procura influenciou, por sua vez, o desenvolvimento das estâncias turísticas, as quais tiveram uma taxa de crescimento superior à de qualquer cidade inglesa (Steinecke, 1993, pp.9).

Na primeira metade do século XX, o turismo cresceu a um ritmo acelerado, devido à introdução das férias pagas, inovação que conduziu à perda do carácter elitista do turismo. Esse direito, reconhecido por um grupo de países desenvolvidos, em consequência da sensibilização realizada pela Organização Internacional do Trabalho, em colaboração com a Sociedade das Nações permitiu, pela primeira vez na história da humanidade, que o homem comum, o assalariado, dispusesse de um determinado número de dias isentos de obrigações profissionais, tempo livre que podia gerir a seu belo prazer.

As quatro regiões turísticas da Espanha, referidas pelo “Sunday Times”, em 1951, dão a imagem das características dos fluxos turísticos, em meados do século, através da escolha das diversas

1 – Da cidade e do turismo tradicionais ao paradigma urbano e turístico moderno

componentes da oferta, feita pelo jornalista, que elaborou a notícia. Constatase que, apesar da evolução, em termos de direitos adquiridos, ainda não era acessível ao cidadão comum realizar férias no estrangeiro, situação que estava prestes a ser alterada de forma dramática (Sunday Times, 1951, pp. 383-389 in Barker e Towner, 1996, pp.18).

As férias Mediterrâneas tradicionais de sol, palmeiras, “night clubs”, pesca, banho de mar e bronzado, eram polarizadas por Barcelona. A cidade tinha ligações aéreas para Londres e Paris. A viagem de comboio entre Londres e Barcelona demorava 30 horas existindo uma hipótese de escolha entre a Costa Brava, com as suas vilas piscatórias desconhecidas, Sitges menos remota mas também menos conhecida, Palma de Maiorca com os seus hotéis na moda e alojamentos baratos. Para a prática dos desportos de Inverno, contava com Puigcerda e Núria, nos Pirinéus.

A zona Atlântica, com um clima mais fresco, para férias de Verão, oferecia actividades desportivas como a pesca, o golfe, e o ténis no norte, que se estendia de S. Sebastien, a Santander e à Galiza. Podia-se atingir esta região, de comboio a partir de Paris.

O circuito histórico e cultural, baseado em Madrid, era mais procurado na Primavera e no Outono, com visitas a Toledo, Arranjuez, Segóvia, Alcalá de Henares e o Escorial. Para viajar com destino a Madrid podia-se utilizar o avião ou o comboio a partir de Paris e de Londres.

A Andaluzia era o destino mais longínquo da Espanha, que só devia de ser visitado por aqueles que dispusessem de tempo e de dinheiro. A cidade de Sevilha estava ligada a Londres e Madrid por via aérea mas as jornadas por estrada ou de comboio eram muito longas. A Páscoa em Sevilha e visitas a Córdoba e Granada eram as mais atracções aconselhadas.

Nesta altura o turismo na Andaluzia não incluía ainda a Costa do Sol e a Costa Brava tinha acabado de ser descoberta por um grupo de estrangeiros. As principais razões evocadas para a falta de desenvolvimento turístico da primeira, eram as más condições das vias de comunicação, quer por comboio, quer por estrada.

1.4 - O modelo modernista e “Fordista” de desenvolvimento urbano. Reflexos na cultura

O conhecimento do projecto modernista “Fordista”, na sua lógica de democratização do acesso aos bens de consumo e à habitação condigna, consentiu uma crítica das suas consequências negativas para o ambiente construído urbano, apesar da coerência dos objectivos dos seus ideólogos, assentes na crença num progresso ilimitado e universal das sociedades humanas, suportado por recursos inesgotáveis. Os impactos da acção desenvolvida, com base nesta atitude, ganharam dimensões verdadeiramente dramáticas no núcleo mais antigo das cidades, zona em que centrámos a nossa pesquisa empírica. Por essa razão a composição do nosso quadro teórico exigia a inclusão de uma apreciação deste modelo de desenvolvimento, de modo a percepcionarmos as características do paradigma contemporâneo e a sua relação privilegiada com os centros históricos. A citada reflexão facultou ainda, salientar as semelhanças e as diferenças, em relação ao arquétipo, do caso português, algarvio e fareense, dissecadas no ponto 4.

A revolução industrial, à medida que progredia, alargou a diferença entre ricos e pobres, deslocou um número elevado de pessoas do campo para a cidade e desta para os novos países, estados em que o processo de desenvolvimento ocorria de forma mais acelerada. Esta situação provocou o crescimento de bairros operários, sem condições mínimas de habitabilidade e acelerou a decadência dos centros históricos. O declínio foi mais acentuado sempre que esta zona da cidade foi ocupada por fábricas, que substituíram parte das antigas habitações ou ocuparam os edifícios de grande dimensão, arrastando para os outros imóveis degradados operários cujos rendimentos não lhes permitia residir noutros locais.

Estas desigualdades sociais, resultantes da Revolução Industrial, foram alvo de análise crítica por parte de muitos dos seus contemporâneos. Basta referir, na literatura, as obras de Balzac e Dickens, as quais iniciaram uma tradição de realismo social focado nos problemas dos pobres nas cidades tema que atraiu outros escritores como Emile Zola ou Theodore Dreiser. Os sociólogos, como Marx e Weber buscaram as teorias explicativas e os métodos para inverter essa situação depressiva. Nas artes plásticas, os quadros de pintores como Courbet e Millet e as gravuras de Daumier e na fotografia os trabalhos de Daguerre, Nadar e Fox, quando registavam o dia a dia das cidades, inspiraram-se na descrição dos bairros degradados de Manchester, feita por Frederick Engels, na sua obra intitulada “The Condition of the Working Class in England in 1844”. Jacob Riis, nos Estados Unidos, retratou as condições dos emigrantes em Nova Iorque, obra continuada por Lewis Hine. Todos eles influenciaram o urbanismo modernista porque a maior preocupação dos seus ideólogos prendia-se com a busca de soluções para o alojamento dos mais desprotegidos (Stout, 1999, pp. 143-146). Os seus conceitos de planeamento constituíam, acima de tudo, uma reacção aos efeitos da revolução industrial e às condições físicas das cidades do século XIX, esqualidas, congestionadas e super povoadas.

1.3 – O modelo modernista e “Fordista” de desenvolvimento urbano. Reflexos na cultura

No quadro 1.3.2 tentámos sintetizar o paradigma modernista “Fordista”, relacionando as interligações das áreas chave desta pesquisa, com intuito de servir de suporte e guia á exposição que realizamos neste ponto.

Os economistas e alguns empresários mais inovadores, que adiante se mencionam buscavam, uma forma racional de produzir os bens que desejavam massificar. O segredo estava na repartição das tarefas a executar, numa série de operações simples, de modo a poderem ser executadas por operários pouco qualificados, em linhas de montagem. Os preços podiam atingir um valor reduzido, que os colocava ao alcance dos trabalhadores transformando-os nos maiores consumidores dos bens produzidos.

Os arquitectos e urbanistas modernistas, por sua vez, tinham a seu cargo a tarefa (que muitos elegeram como objectivo maior das suas carreiras) de encontrar a forma de oferecer aos operários dessas fábricas habitação condigna. Tal como os industriais e os economistas acreditavam conseguir simplificar as tarefas da produção, de modo a construir uma oferta de massas de bens de consumo, ao alcance dos operários, os modernistas estavam certos de que o estado estaria apto a produzir, em série, habitação adequada, respondendo à necessidade premente de dignificar as condições de vida daqueles que sustentavam a produção fabril. Nestas circunstâncias, não admira que, quer o urbanismo, quer a arquitectura tivessem sido amplamente influenciados pela alegoria da máquina.

A Idade da Máquina e da produção industrial acreditavam os modernistas, tinha iniciado a uma nova etapa da história da humanidade, e os técnicos tentaram viver e responder aos desafios que a sua época lhes colocava. A mudança necessária era tão radical que os obrigava a acentuar as suas divergências com a época anterior, impedindo qualquer compromisso ou atitude de continuidade (Tiesdell, Oc e Heath, 1998, pp. 110).

A afirmação atribuída a Henry Ford, criador do modo de produção de massas, de que “a história é um disparate” simbolizava bem a postura dos grandes responsáveis pelo novo tipo de sociedade. Este sentimento é também detectável, de algum modo, na obra de Le Corbusier, do CIAM, de Walter Gropius e da Bauhaus, embora a animosidade fosse mais intensa em relação ao passado medieval, visto como obscurantista. A antiguidade clássica, (ver ponto 1.2) assinalada por um acentuado racionalismo, que os modernistas partilhavam, era objecto de menor aversão. Na verdade, os modelos de edifício modernistas, ao adoptarem uma disposição na malha urbana de verdadeiras esculturas arquitectónicas, revelam a sua inspiração nos valores da arte grega, utilizada na Acrópole de Atenas e em tantas outras cidades helénicas (Samuels, 1990, pp.415). O próprio Le Corbusier, ao estabelecer a oposição entre a cidade medieval, que considerava

símbolo da barbárie e a modernista, em polémica com os valores defendidos por Sitte, referidos no ponto 1.2, defendia que a “ortogonalidade é um símbolo máximo da civilização” e a cultura “um estado de espírito ortogonal” afirmações que demonstram o apreço pelo mundo helénico (Lilley, 1999, pp. 436).

A racionalidade na produção foi defendida Adam Smith um dos fundadores da economia moderna, na sua obra “A Riqueza das Nações”, ao sublinhar as vantagens da divisão do trabalho, em

A cidade moderna foi concebida nos anos 20, como um grande projecto direccionado, confiante na meta narrativa estética da cidade da máquina. Por isso é interessante ver, em retrospectiva, como a forma directa e persuasiva da prática do desenho da cidade e do planeamento foram colonizados pelo modelo da máquina e da fábrica. Logo em 1923, num artigo intitulado “Reasons for Planning”, publicado na “Canadian Engineer Review”, se revelava uma fórmula de sucesso. “Um bom planeamento não é principalmente, uma questão de estética, mas de economia. O seu princípio básico é aumentar a eficiência da cidade.” Dois anos antes, Thomas Adams, que é considerado o fundador do planeamento urbano no Canadá, declarava “ser tempo de aplicar à cidade, os princípios científicos e empresariais, que construíram o sucesso das organizações industriais” (Ley, 1996 pp. 226). Le Corbusier considerava a casa uma máquina para habitar, a rua uma fábrica para produzir tráfego, o que transformava o vasto programa de produção industrial, no modelo do novo paradigma urbano do século XX (Le Corbusier, 1929, in Richard T LeGates and Frederic Stout, 1999 pp. 336-344).

termos de aumento da produtividade. Posteriormente, no século XX, Charles Babbage aprofundou a análise realizada por Smith, dando origem ao denominado “Princípio de Babbage” que relacionava o progresso tecnológico da produção com a simplificação das tarefas individuais e a integração das colectivas. A mão-de-obra não necessitava grande preparação e executava as tarefas com grande rapidez, o que permitia poupar, nos custos de produção. Frederick Taylor aprofundou o citado modelo, que designou gestão científica, mas ficou conhecido por “Taylorismo” e desenvolveu um estudo detalhado dos processos industriais, de modo a reparti-los em tarefas muito simples.

A sociedade de consumo de massas, surgida em consequência de desenvolvimento económico do pós-guerra, é também denominada, por alguns autores de “Fordista”, como reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo industrial Henry Ford, que, em 1913, encontrou a forma prática de aplicar os princípios defendidos por Smith, Babbage e Taylor. O industrial adaptou essas regras ao sistema de produção em série, com a introdução, nas suas fábricas, da linha de montagem. As tarefas a executar tornaram-se muito fáceis, rápidas e precisas, pelo que foi possível produzir o primeiro automóvel a preços suficientemente baixos para ser vendido em massa.

O dito processo, designado por “Círculo Virtuoso” (ver quadro 1.4.2) “um fenómeno que se reproduzia, de um modo cada vez mais amplificado, com resultados positivos”, enquanto o número de consumidores aumentasse, porque mercado não pararia de crescer, acreditando-se, nessa época, ser este processo ilimitado. Basta analisar o modelo de Rostow, considerado, ideologicamente, mais próximo do sistema de produção adoptado, para verificar que à etapa de

1.3 – O modelo modernista e “Fordista” de desenvolvimento urbano. Reflexos na cultura

consumo de massas não se previa suceder qualquer outra, iniciando-se um período de crescimento constante e infinito (Rostow, 1959; Mela, 1999, pp.72). A norma de produção de massas funcionou sem sobressaltos até ao início da década de 70, como se comprova no quadro 1.4.1.

Os modernistas, por sua vez, confiavam que o progresso e a tecnologia podiam resolver a maioria dos problemas da sua época e que cabia à arquitectura um papel fundamental na mudança a realizar. A alteração implicava a criação de uma nova forma urbana e de um planeamento que respondesse às necessidades de funcionalidade de toda a estrutura. Deste modo o modelo “Fordista”/“Taylorista” influenciou, de forma decisiva, o ambiente urbano da cidade. As propostas, urbanísticas, (ver quadro 1.4.2), nas quais se podem encontrar duas correntes – uma de matriz anglo-saxónica e outra resultante do racionalismo europeu, focalizado em Le Corbusier, que se analisam mais à frente, continham vários pontos de confluência com o figurino produtivo de massas (Morris, 1997, pp. 58-71).

Quadro 1.4.1 - Crescimento económico anual (percentual), em alguns países avançados, e média conjunta dos países da OCDE (1960-1981)

	1960-1968	1968-1973	1973-1979	1979-1981
EUA	4,4	3,2	2,4	2,5
Japão	10,4	8,4	3,6	4,0
Alemanha Ocidental	4,1	4,9	2,3	1,3
França	5,4	5,9	3,1	1,1
Grã-Bretanha	3,1	3,2	1,5	1,2
Média OCDE	5,1	4,7	2,6	2,2

Fonte: OCDE, in Mela, 1999, pp. 71 a partir de Harvey, 1990, pp. 164

Os edifícios modernistas, por sua vez, estavam sujeitos a novas orientações, que os libertava de toda e qualquer manifestação decorativa (ver quadro 1.4.2), a favor de um funcionalismo total. Os novos tipos de edifício e o novo urbanismo modernista, não só facilitavam a construção através de uma normalização dos vários componentes, mas também propiciavam, da forma que consideravam mais correcta, condições de salubridade, como amplas janelas e espaços verdes (Gropius, 1935, pp. 23-24 in Morris, 1997, pp.69).

Para conseguirem aplicar as novas formas de planeamento e arquitectura havia que pôr fim ao congestionamento das áreas mais densamente ocupadas quer pela produção industrial, quer pela habitação, separando o alojamento das áreas industriais geradoras da poluição. Os modernistas, para atingir os seus fins socorreram-se de um conceito de origem alemã, provindo do século XIX, conhecido por “zoneamento funcional”. A referida metodologia teve um papel fundamental na elaboração da Carta de Atenas, de 1932, composta no Congresso Internacional de Arquitectura Moderna, desse ano. O tema do evento prendia-se com a definição da cidade funcional, que

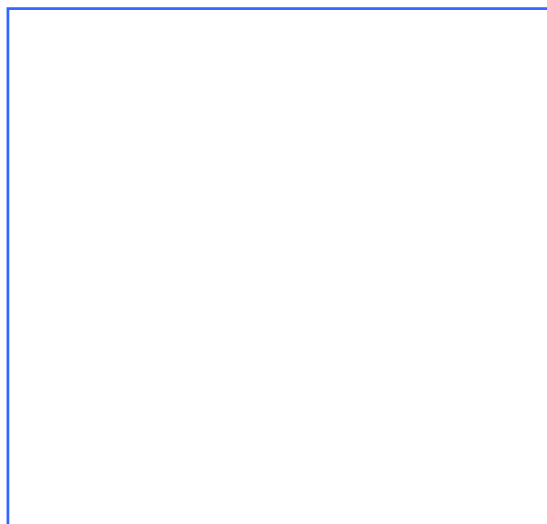
exigia, na opinião dos congressistas um rígido zoneamento, e implicava a criação de cinturas verdes entre as áreas destinadas a cada função (Harouel, 1981, pp. 98).

Embora as propostas modernistas fossem anteriores à II Guerra Mundial foi a conflagração que facultou a aplicação das suas teorias, em larga escala, depois da 1945, devido à necessidade de reconstruir as cidades dos países envolvidos no conflito. O período da reedificação era considerado como uma oportunidade única de implementar programas de grande envergadura, que envolveram a renovação das zonas habitacionais degradadas, principalmente os centros históricos.

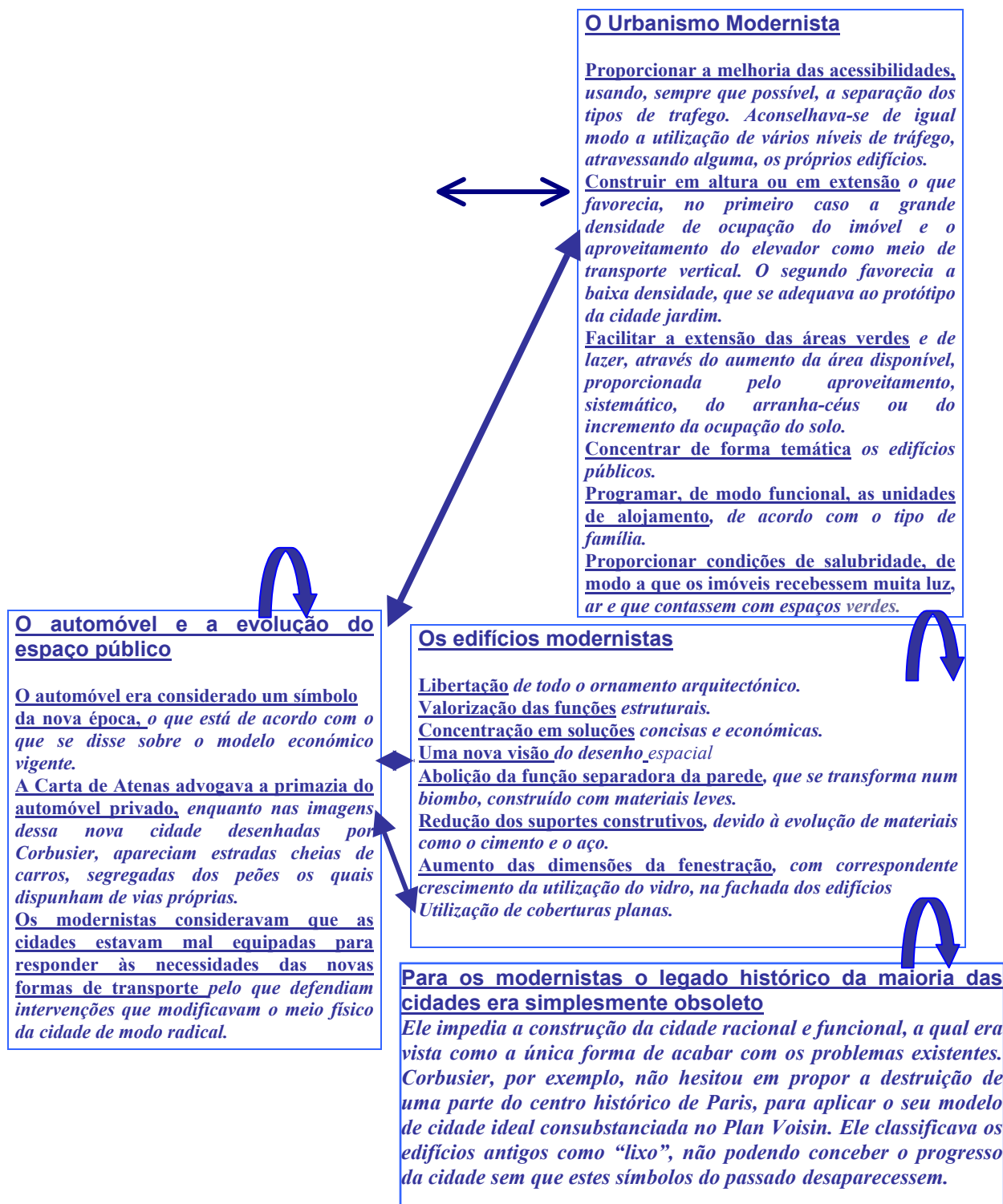
Mesmo nos países que não estiveram envolvidos no conflito a intensidade da demolição, nas zonas históricas, foi muito acentuada e só conheceu os limites impostos pela maior ou menor debilidade financeira, quer do estado, quer dos privados, para concretizarem as medidas preconizadas, como ocorreu, de um modo geral nos países do sul da Europa (ver ponto 3.4.3), incluindo em Portugal (ver ponto 4.2.1).

As teorias dos modernistas não constituíam um modelo universalmente aceite de urbanismo, pelo menos até ao final da 2ª Guerra Mundial, constituindo o modelo francês um exemplo de oposição nas décadas de 20, 30 até meados dos 40. Embora não tenha reunido o consenso do primeiro, teve consequências para a evolução dessa disciplina, nos países do sul da Europa, nomeadamente em Portugal, país em que se fizeram sentir tanto as influências dos modernistas, como do urbanismo francês, tema que tratamos no ponto 4.2.1.

Quadro 1.4.2 - O paradigma modernista “Fordista”



1.3 – O modelo modernista e “Fordista” de desenvolvimento urbano. Reflexos na cultura

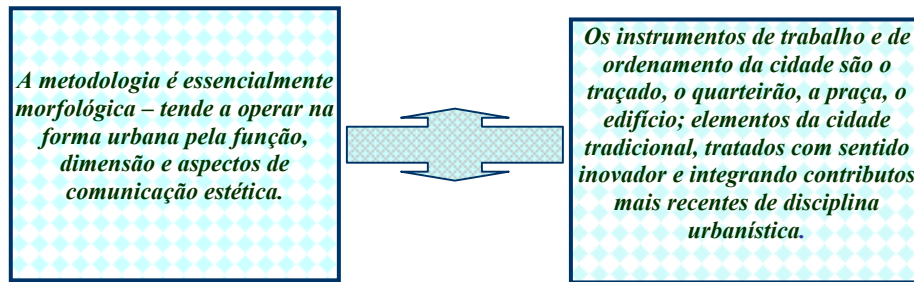


Fontes: Elaboração própria a partir de: Gropius, 1935; Le Corbusier, 1927 in Lilley, 1999, pp. 436-437; Mela, 1999, pp.72; Morris, 1997, pp. 58-71

O urbanismo francês que resulta, em termos legais da lei Cornudet, de 1919, modificada em 1924, a qual obrigava à execução de planos para todas as cidades, com mais de 10.000 habitantes. Os “Planos de Embelezamento”, como eram denominados revelavam, desde logo, o interesse pelo

aspecto estético e pelo ordenamento visual da cidade. O arquétipo francês mostrava-se menos radical e, em função dessa situação mais conciliador com o passado (ver quadro 1.4.3) embora tenha sido preterido, após a 2ª Guerra Mundial, sobretudo entre 1945 e 1950, a favor dos modernistas e do Estilo Internacional (Lamas, 1993, pp. 259).

Quadro 1.4.3 – Fundamentos do Urbanismo Francês



O planeamento permitia não apenas definir as políticas de desenvolvimento económico e social, mas também o sentido estético urbano, motivo que a levou a manter “os traçados clássicos, de quadrículas praças e perspectivas”. Os urbanistas franceses da época, como Agache, Forrestier, Jaussely, Prost, conheceram renome internacional, pelas suas intervenções no estrangeiro. A Escola Francesa desenvolveu também o seu próprio modelo de cidade industrial, que não abandona os valores arquitectónicos e urbanísticos que defendiam, constituindo por essa razão uma opção em relação ao modernista (Lamas, 1993, pp. 259).

Tony Garnier organizou a cidade industrial, de forma a incluir continuidade e inovação. Continuidade porque nele se interligam os sistemas de fazer a cidade por traçados, eixos e quadrículas. Reforma e inovação, porque indicam organizações funcionais e físicas, diferentes não sendo, por isso, enquadráveis no arquétipo “Fordista”/“Taylorista”. O urbanista nunca aplicou, inteiramente, o projecto, embora tenha sido realizado, em pequena escala, em Garland, perto de Lyon, sua terra natal. A sua realização obrigou à criação de uma série de mecanismos reguladores, que faziam a mediação entre a capital e o trabalho, pelo que os projectos do Matadouro e da produção de bens alimentares foram conciliados com a habitação, infra-estruturas sociais, transportes, que contribuíram para a sustentabilidade do regime de acumulação da cidade (Norcliffe, 1993; pp. 198-201; Prevsner, 1981).

Marcel Poète uma das grandes figuras da escola francesa para quem o urbanismo deve assentar num “profundo conhecimento da história urbana e na evolução da cidade como um facto construído”, elaborou vários estudos sobre a origem e a evolução dos traçados das ruas e praças do parcelamento e das estruturas fundiárias, (a “teoria das permanências”), o lugar dos monumentos na estrutura urbana e tantas outras considerações de grande validade e actualidade no estudo da cidade. A sua obra foi continuada pelo historiador Henry Lavadan e influenciou os trabalhos de Mumford, mais atentos, contudo, à história da cidade do que às questões urbanas. Em 1965, Aldo Rossi, quando escreveu “A Arquitectura da Cidade”, retomava e desenvolvia as teorias de Poète acabando este último por desempenhar um papel de mediador entre o passado e

1.3 – O modelo modernista e “Fordista” de desenvolvimento urbano. Reflexos na cultura

o futuro, na medida em que os opositores da cidade modernista fundamentaram a sua visão em autores como Poéte, questão que se aborda no capítulo 2.3.4 (Lamas, 1993, pp. 272).

A construção de habitação revestia, a partir de 1945, carácter de urgência, não só para reverter, a destruição ocorrida durante a guerra, nos países sujeitos aos seus impactos directos, mas também de modo a poder oferecer alojamento condigno a todas as classes sociais, nomeadamente aos operários, motivo que colocou esse tema no centro das preocupações da arquitectura e do urbanismo modernistas (ver quadro 1.4.2). Construir muito com custos baixos implicava “reduzir ao mínimo a superfície do alojamento, proporcionando a repartição do investimento público, pelo maior número de habitantes”. Desta forma a habitação “passou a construir a célula base da organização da cidade” (Lamas, 1993, pp. 338). O alojamento organizava o edifício, o conjunto dos edifícios, as células habitacionais e estas formavam o bairro, o que alterava as relações estabelecidas na cidade tradicional. Lamas assegura que, por este processo, a afinidade entre “lote, quarteirão e cidade” era substituída pela conexão entre “alojamento, edifício, bairro e cidade” (Lamas, 1993, pp. 340).

A deslocação das pessoas para novos bairros exigiu que os urbanistas tentassem encontrar uma solução, para estabelecer as relações sociais através do planeamento. Os contactos entre os residentes tinham tendência a desaparecer nas novas organizações e grandes metrópoles e os modernistas propunham-se restabelece-los através da utilização do conceito, extremamente singelo de unidade de vizinhança, mas de importância fundamental para a desejada integração no novo bairro de pessoas provenientes de outros situados em áreas muito diversificadas. Assim as unidades habitacionais deveriam ser controladas, no número de habitantes e extensão territorial, tendo equipamentos e serviços dispostos de tal modo que a população estabelecesse, espontaneamente relações sociais comunitárias (Lamas, 1993, pp. 317; Burgess, in R T LeGates e F Stout, 1999, pp. 153-161; Morris, 1997, pp. 138-141). Duas correntes vão perfilhar a utilização dos conceitos de unidade de vizinhança, de acordo com Lamas (Lamas, 1993, pp. 318).

A primeira corrente (ver quadro 1.4.1) informou e orientou as realizações do Plano da Grande Londres, a partir de 1944-45 e a edificação das cidades novas inglesas da primeira (1947-58) e da segunda (1958-1965) geração. No Plano da Grande Londres, de Patrick Abercrombie, a “unidade de vizinhança” é o elemento base e princípio elementar de toda a organização urbana e do planeamento da cidade.

Quadro 1.4.4 – Correntes que utilizaram o conceito de unidade de vizinhança

A corrente de raiz anglo-saxónica focava-se, essencialmente, nas pesquisas do modelo sociológico de comunidade habitacional, do qual deriva o modelo espacial que lhe corresponde.

Duas
Correntes:
Anglo saxónia
Racionalismo Europeu

As correntes mais ligadas ao racionalismo europeu e a Le Corbusier, baseavam-se nas tipologias arquitectónicas, que integravam, simultaneamente, as unidades habitacionais e os seus equipamentos.

O plano da Grande Londres tinha como objectivo descentralizar centenas de milhares de pessoas de uma cidade gigante e super lotada, e reinstalá-las em numerosas comunidades planeadas de raiz, as quais seriam cidades não apenas para morar, mas também para trabalhar. O urbanista propôs a criação de uma cintura verde que separasse a cidade, no local onde terminava a conurbanização, anterior ao início da guerra, em 1939. A zona verde, com 5 milhas de largura, em média, impedia um crescimento acelerado e provia a capital com uma zona de lazer. No seu exterior seriam alojadas as comunidades, em 8 cidades novas, mais ou menos completas, com cerca de 50.000 habitantes cada, num total de 400.000 pessoas. As restantes 600.000 seriam acomodadas em pequenas vilas, a uma distância que variava entre 30 e 50 milhas ou mesmo mais. Planos iguais foram elaborados para as maiores conurbanizações britânicas após a II Guerra Mundial (Hall, 1982, pp.99-100; Wai-Chung Lai, 1999, pp. 60-70).

O modelo anglo-saxónico interliga-se às baixas densidades e ao conceito de cidade jardim (Lamas, 1993, pp. 320; Fillion, 1999, pp. 429). A unidade de vizinhança engloba um bairro habitacional separado das vias por zonas verdes e um centro de equipamentos no interior. Hemel Hempstead foi uma das primeiras das oito cidades jardim construídas. Hemel Hempstead era considerada um modelo a seguir, razão pela qual Unwin defendia a sua construção, desde o início do século, tendo mesmo a elaborado um desenho para servir de suporte a sua edificação, como se referiu no ponto 1.2. Cada cidade nova albergava os trabalhadores das indústrias que se instalaram no local, provenientes do centro de Londres, excessivamente lotado e contava com todos os serviços necessários à comunidade – saúde, comércio, ensino, segurança pública, correios, teatro, igreja, serviços municipais, centro de actividades sociais (Hemel Hempstead Development Corporation, 1952).

A segunda corrente (ver quadro 1.4.2) utilizava as possibilidades da construção em altura e procurava integrar, o maior número de serviços possível, no interior do imóvel. Na “Cidade Radiosa” de Le Corbusier, cada edifício constitui, de certo modo, uma unidade de vizinhança (Fillion, 1999, pp. 428; Lamas, 1993, pp. 320). A “Unité d’Habitation”, de Le Corbusier, as “superquadras” de Brasília, os “Dom Komplex” soviéticos o “Alton Estate” (GCL) em Inglaterra, “Lake Meadows” (SOM), em Chicago, “Flemington Park”, em Toronto, entre outros, incluem-se neste grupo.

1.3 – O modelo modernista e “Fordista” de desenvolvimento urbano. Reflexos na cultura

Após anos de utilização da unidade de vizinhança, verificou-se que a ambicionada vida social não tinha sido conseguida, nem tal processo implicava, necessariamente, o bem-estar e satisfação dos habitantes. O seu fracasso expôs, de forma muito clara, a impossibilidade de impor a constituição de grupos sociais, através do planeamento. Antes de tudo porque que as relações sociais nas cidades possuem matrizes mais latas e complexas que as de proximidade dentro do bairro. Os transportes e as comunicações alargam os horizontes dessas relações em que também pesam outros meios de comunicação, como o rádio, a televisão. Acresce ainda que, a falta de flexibilidade das formas utilizadas, impossibilitava uma evolução que abrangesse outras funções, nomeadamente, postos de trabalho no sector terciário, a pequena indústria e o artesanato (Lamas, 1993, pp. 322).

A cidade modernista oferecia um modelo de produção de habitação, tecnicamente racional, aos habitantes dos bairros degradados da cidade central. No seu aspecto positivo acabava com os apartamentos degradados, delapidados e superlotados com infra-estruturas desadaptadas que abrangiam casas de banho exteriores, canalizações, aquecimento e ventilação deficientes, situados em locais sujos, poluídos, barulhentos e cheios de tráfego. No seu aspecto negativo, a ânsia de tudo mudar, implicou a destruição de ruas activas, salas de visita vivas, onde as pessoas se encontravam e passavam o dia, espaços para viver no exterior: Nestes locais, a harmonia do objectivo sobrepunha-se às diferenças pontuais e à aparente desordem, porque era possível desenvolver interacções sociais complexas e de apoio, que compensavam as reduzidas dimensões das casas (Robbins, 1996, in M Miles, T Hall, I Borden, 2000, pp. 32).

As cidades novas (“new towns”) possuíam, é certo, ambientes totalmente diferentes, mais espaçosos, mais arejados, mais saudáveis, mas tudo foi feito sem qualquer consulta aos futuros moradores. Deste modo os residentes passaram a viver em locais que nada tinham a ver com a sua experiência anterior e com os quais não se identificavam. Esta atitude de paternalismo, por parte dos urbanistas, foi sentida por algumas comunidades, como aconteceu com a de Thamesmead. Os habitantes tinham profunda consciência de que, a pretexto de proporcionar às classes trabalhadoras um ambiente mais saudável, os técnicos emitiam, em simultâneo, um juízo de valor, sobre o seu estilo de vida na cidade tradicional (Robbins, 1996, in M Miles, T Hall, I Borden, 2000, pp. 34).

A arrogância do conhecimento, aliada ao poder, subverteu qualquer possibilidade de diálogo entre os urbanistas e os residentes. Walter Gropius considerava os seus clientes da classe operária demasiado subdesenvolvidos, em termos intelectuais, para puderem ser consultados na elaboração dos projectos das suas futuras habitações (Knox, 1987, pp. 354-77; Pred, 1995). Na maioria dos planos o cliente está ausente porque os modernistas só “reconheciam, como construtores da história, na intervenção urbana, o príncipe (o estado) e o génio (o arquitecto)”. A

dedicatória “à autoridade”, colocada por Le Corbusier, na página que ostenta o título da sua obra “La Ville Radieuse”, livro em que expõe as suas ideias de forma mais expansiva, testemunhava esta atitude (Holston, 1989, pp. 20).

A falta de interesse em tentar averiguar quais eram os verdadeiros desejos da classe operária, no que respeitava a habitação constituía mais uma manifestação das linhas de fractura ou clivagens que distinguem os grandes agregados de sujeitos sociais e definem as principais linhas de conflito ou de aliança, em torno dos quais se organiza a estrutura social à escala global ou local. No fordismo o eixo principal situava-se entre a grande empresa capitalista – ou seja, a grande burguesia capitalista e os dirigentes industriais, por um lado, e os operários, unidos, em algumas ocasiões, ao sector médio dos empregados e trabalhadores dependentes, por outro. A sociedade, em termos de poder e capital cultural, contava com uma minoria que dispunha quer de um quer de outro e uma larga maioria que não possuía esses instrumentos, para impor a negociação. Por essa razão, era a figura do operário, de baixa qualificação, com escassas possibilidades de mobilidade, classe que crescia a ritmo acelerado, compartilhava condições de trabalho fortemente estandardizadas, modos de vida e esquemas de comportamento homogéneo, que constituía o grupo dominante.

Não desejamos afirmar porém, que as cidades “Fordistas” não possuíssem culturas próprias, bastando referir as paisagens culturais de Chicago, Detroit ou Pittsburg, para contestar essa declaração. As suas economias ofereciam obras culturais, mas estas tiraram partido das economias de escala e do mercado de massas através da normalização do design funcional, que anuía à manutenção da eficácia e os custos competitivos. A produção para nichos especializados tinha um carácter restrito porque até mesmo o consumo das elites, nessa época, era muito influenciado pela estética minimalista do modernismo (Banham, 1960, Giedon, 1948, Sack, 1992 in Scott, 2000, pp. 6). Uma das críticas feitas à produção da sociedade de consumo de massas em geral e aos seus produtos culturais em particular, referia-se ao facto de permanecerem eternamente idênticos a si próprios (Adorno, 1991, Adorno e Horkheimer, 1972 in Scott, 2000, pp. 6).

Este processo que se inseria, num outro mais global, de progressiva racionalização, implicava a desvalorização sistemática dos aspectos emocionais, foi estudado e demonstrado por Max Weber (Weber, 1978), Georg Simmel (Simmel, 1978), e Henry Foucault. (Foucault, 1969, 1988). Os investigadores evocados atestavam que a racionalização excessiva empurrava a sociedade para o desencanto, porque se transformava num “solvente de todas as visões mágicas e míticas da realidade, como um verdadeiro caça fantasmas, clarificador do espírito que abre caminho aos iluminados” (Esperança, 1997, pp.138). Esta situação era detectável na forma como se desenvolveram as políticas culturais, nessa época.

1.3 – O modelo modernista e “Fordista” de desenvolvimento urbano. Reflexos na cultura

A política de André Malraux, em França, pode exemplificar este período. Ele começou por querer imprimir à sua acção à frente do Ministério da Cultura, criado, em 1959, um carácter democrático, ao tentar, através da oferta artística e cultural de qualidade, pôr em contacto directo com as obras, um público que não possuía esses hábitos. O responsável pela Cultura, não desejava inculcar o gosto pelas obras de arte, com o auxílio de uma educação que permitisse a formação de uma procura cultural, mas antes favorecer o aumento da oferta e o ordenamento da acessibilidade, através dos preços de entrada, dos horários de abertura e do financiamento dos equipamentos. Os pioneiros da descentralização cultural consideravam que se devia oferecer obras de alta cultura a um público popular e que esse encontro deveria de ocorrer nas Casas da Cultura. Este modelo de intervenção vem confirmar o que já foi dito quanto à habitação e ao urbanismo, porque atesta o desprezo pelo diálogo na convicção de que os interessados não teriam condições para discernir o tipo de cultura e de iniciativas culturais que queriam fruir (Urfalino, 1996, pp.325-326).

A política cultural da época da reconstrução, período que se estende dos anos 40 e os 60, caracterizava-se por uma preocupação em edificar equipamentos, para alojar as instituições tradicionais ligadas às artes, ditas eruditas, localizados nos centros históricos, como óperas, museus, teatros. A acção cultural negligenciava as estratégias a desenvolver quer para satisfazer as necessidades dos públicos existentes quer para formar novos públicos, de modo a poderem apreciar as manifestações mais eruditas. Esta política contava ainda com uma vasta gama de subsídios para tornar acessível, em termos económicos, a todas as classes sociais a frequência destas manifestações culturais, ignorando, porém que algumas não dispunham os códigos necessários para decifrar a alta cultura (Mela, 1999, pp.159).

A atitude para com o património (ver quadro 1.4.2) estava imbuída do mesmo espírito paternalista. A Carta de Atenas, de 1957, afirmava que a salvaguarda de edifícios isolados ou conjuntos urbanos, só devia ocorrer se fosse do “interesse geral” ou se a sua conservação não implicasse “o sacrifício de populações mantidas em condições insalubres”. O conceito de património dos modernistas, embora fundamentado em pressupostos profundamente altruístas, que advinham da necessidade de oferecer habitação condigna às classes mais desfavorecidas, substituiu o necessário enquadramento histórico e social, por superfícies verdes, cujo valor estético, superava, na sua opinião, os velhos prédios degradados do centro histórico (Lamas, 1993, pp. 347; Munford, 1970, pp. 120; MTCP, The Redevelopment of Central Areas, 1947; Towns Centres Approach Renewal, 1962).

O “Nicholas Plan”, para Manchester, datado, de 1945, o qual influenciou o “Act Delevopment Plan” de 1947, é um exemplo do que ficou dito, embora muitos outros espaços urbanos pudessem ser mencionados. O documento previa que o centro da cidade fosse arrasado e o património Vitoriano e Eduardino substituído por edificios modernos. Até o Waterhouse’s Town Hall, actualmente classificado e considerado um dos melhores imóveis vitorianos do país, estava incluído na lista de demolições. Este processo, embora penoso, de destruição da vida social e cultural dos centros urbanos, foi aceite, nas décadas de 50 e 60, sem protestos, pelos residentes das cidades britânicas, uma vez que as suas condições de habitabilidade eram muito precárias. A título de exemplo basta referir que no centro dessa cidade apenas 10% das habitações possuía saneamento básico (Nicholas Plan 1945 in Ted Kitchen, 1996, pp. 340).

Em Paris, o Plano Director de Urbanismo, datado de 1962 e aprovado em 1967, preconizava a renovação de 7000 dos 10000 hectares que constituíam o centro da cidade. Tratava-se de reconstruir “Paris sobre Paris”, em conformidade com a Carta de Atenas, documento que inspirara o referido plano. A esta disposição há que juntar uma outra, que permitia a elevação dos limites de altura, para 37 metros, atingindo nas zonas a renovar, os 50 ou mesmo 100. Desta forma foram demolidos, de forma indiscriminada, edificios dos séculos XVIII, XIX e XX, tendo sido erguidos em seu lugar outros com 37 ou mais metros inseridos entre os que escaparam, com alturas entre os 25 e os 31 metros (Harouel, 1981, pp. 108-112).

A ocupação do centro da cidade por escritórios, sedes de grandes empresas, instituições públicas e privadas, contribuía, de forma dramática, para amplificar a descaracterização e subversão dos valores tradicionais dos centros históricos porque implicou o abandono da função residencial, passando esta zona a contar com a presença de pessoas apenas dentro dos horários de expediente.

A prioridade dada aos problemas de circulação, para facilitar uma acessibilidade rápida aos centros históricos e amplificar as oportunidades de negócio, estava consignada num documento elaborado na Grã-Bretanha, pelo Ministry of Town and Country Planning, em 1947. A abertura dessas novas vias implicou a renovação das áreas históricas e exigiu a aplicação de normas idênticas às que facultaram a reconstrução dos centros históricos destruídos pela guerra. Estas directrizes comprovavam que a devastação provocada pela modernização dos centros históricos igualou, em muitos casos, a produzida pela guerra (The redevelopment of central areas. Advisory handbook on the redevelopment of central areas, 1947, pp. 27-31).

Nos anos 60, Buchanan desenvolveu o conceito de arquitectura do trânsito, complementar da visão urbanística dos modernistas e que muito danificou os centros históricos britânicos. Em 1961 o número de automóveis, no Reino Unido, tinha atingido os 10 milhões e esperava-se, nessa altura, que, em 2010 atingissem os 30 a 40 milhões. Com base nesta projecção Buchanan efectuou um relatório denominado “Traffic in Towns”, fundamentado em estudos de caso que incluíam Londres, Newbury e Leeds. A investigação tinha por objectivo avaliar os estrangulamentos que a nova situação implicava. O seu autor concluiu, que, para acomodar um terço dos carros em circulação, sem incluir os transportes públicos, havia necessidade de aniquilar inteiramente a zona central de Newbury, bem como metade da malha urbana do centro de Leeds (Buchanan, 1963, in Morris, 1997 pp. 155; Tetlow, 1965; MHLC, Parking in town centres 1965). O autor do estudo elaborou,

1.3 – O modelo modernista e “Fordista” de desenvolvimento urbano. Reflexos na cultura

como base na referida investigação, uma hierarquia de funções rodoviárias, denominada “Hierarquia dos Distribuidores”, que influenciou muito o planeamento urbano. A solução proposta incluía estradas de circunvalação, cruzamentos desnivelados, áreas separadoras verdes e uma arquitectura de tráfego destinada aos peões.

A tragédia das pequenas cidades do Reino Unido foi enorme ao serem literalmente atacadas pelas firmas de imobiliário que arrasaram grande parte da malha urbana antiga, substituída por edificações, sem qualquer relação de identidade com o local. Nas áreas centrais das cidades, foi introduzido um zoneamento funcional que favorecia a instalação de lojas escritórios, grossistas, edifícios públicos, locais de reunião e indústrias leves, atingindo este conjunto uma ocupação total de 90% do espaço, enquanto o dedicado ao alojamento e habitação não ultrapassava os 25 %. Além disso, como seria de esperar, havia ainda que dispensar uma área de grandes dimensões para parque de estacionamento (Morris, 1997 pp. 158).

A devastação produzida durante a II Guerra Mundial, pelos bombardeamentos alemães nas cidades ricas em património, como Canterbury, Norwich, Exeter, Bath, Coventry, Southampton, foi considerada, na altura, um desastre nacional. No entanto, não foi mais dramática do que a causada pela “ignorância, insensibilidade e apatia das autoridades locais” (Rouse, 1943; Preface, in Aitchison, MacLeod e Shaw, 2000, pp.145).

A partir de meados da década de 60 os efeitos sociais da destruição eram tão evidentes, que provocaram o aumento dos protestos públicos. Esta situação começava então a evidenciar reflexos nos planos elaborados. O Plano de Desenvolvimento de Manchester de 1961. (Manchester City Council, 1961 in Ted Kitchen, 1996, pp. 343) embora ainda muito influenciado pelo Nicholas Plan, atrás referido, incluía um documento não estatutário, denominado “Mapa do Centro Histórico” que já aceitava o valor da manutenção e melhoria de algumas zonas históricas. O documento do Ministry of Housing and Local Government e do Ministry of Transport, de 1962, aconselhava a elaboração do Mapa do Centro Histórico. O documento era considerado um instrumento importante de planeamento, propondo a renovação, mas defendendo a manutenção do carácter da cidade, através da preservação de alguns edifícios como os de valor histórico e arquitectónico, numa pequena área envolvente, embora fossem espaços diminutos da área central (Town Centres Approach Renewal, 1962, pp. 12).

O caso de Bath foi considerado verdadeiramente ultrajante. Os edifícios classificados incluíam os imóveis georgianos, pertencentes a artesãos, num total de cerca de mil, foram sistematicamente destruídos pela Câmara Municipal. Em 1963 a autarquia desejou construir uma larga estrada que exigia a abertura de um túnel o qual veria a provocar mais demolições nessa zona. A opinião pública revoltou-se contra esta pretensão, por considerar que não se podia continuar a arrasar a zona antiga de Bath e reclamou a sua designação como área da conservação (Morris, 1997 pp. 153).

Esta situação não era, contudo, exclusiva do continente europeu. A escala atingida pela modernização, no Canadá, por exemplo, era dramática. Só em Vancouver, durante os anos 50, o município aprovou a renovação de 1000 hectares de terreno, na parte antiga da cidade (Anderson, 1998, pp. 127-149). Em Toronto, num relatório de 1956, contavam-se 27 áreas para urbanização na prática, quase todos os bairros residenciais da cidade e em Montreal, os “Grands Projects” ignoraram, repetidamente, interesses locais. Este processo, no Canadá, evidencia o mesmo desdém, que os do continente europeu em relação aos desejos da comunidade, sobretudo das pobres. Basta ler o relatório que aconselhava a demolição para reconstrução no distrito de Strathcona, parte da zona antiga de Vancouver, no qual se lia que “o que resta do bairro chinês para ocidente da Main Street, neste momento, só tem significado para quem lá mora”, motivo pelo qual os funcionários autárquicos aconselhavam a sua imediata desclassificação (Ley, 1996, pp. 226-229). Em Portugal, como afirmamos no ponto 4.2.1 e de forma particular nas cidades algarvias essa situação também produziu impactos negativos, embora com alguns aspectos distintos que observamos no ponto 4.3.1.

Na cidade “Fordista” não se menosprezava apenas os direitos dos cidadãos, na medida em que eleitos também eram, frequentemente, marginalizados ou subalternizados pelos funcionários de carreira porque os técnicos acreditavam que a gestão científica, despida de conteúdo ideológico, trazia neutralidade profissional às decisões municipais. Em todas as suas fases, o planeamento modernista partia do pressuposto de que apenas existe uma visão urbana, um caminho, uma verdade um método. Desta forma a ciência do planeamento, transformou-se em mais um valor universal, uma meta narrativa, que podia ser aplicada, em qualquer parte, na Europa, na Ásia, na África ou na América, da mesma forma (Turner, 1998, pp. 14).

O planeamento racional, tal como foi praticado a partir da II Guerra Mundial, até ao final da década de 60, estava muito dominado pela ciência, e condicionado pelos especialistas, que possuíam uma perspectiva anti-tradicionalista (ver ponto 1.2), expressa na defesa de valores como a baixa densidade ou, em opção, a elevada concentração em arranha-céus, a funcionalidade dos subúrbios segregados, a prioridade à mobilidade e à utilização da viatura própria, num “centro da cidade renovado, com edifícios construídos em altura, grandes praças e amplos espaços verdes”. Para as áreas metropolitanas a opção escolhida focalizava-se nas “cidades novas e nas cinturas verdes” (Fillion, 1999, pp. 42)."

No Reino Unido, este modelo baseava-se na premissa de que os especialistas podiam *controlar* a mudança espacial, em vez de modelar o processo de mudança. Os planos, com uma duração de 5 anos, tinham como pressuposto a possibilidade de, nesse espaço de tempo, ser possível coordenar, em comum, um conjunto complexo de relações, tomando como modelo de planeamento espacial o Plano da Grande Londres, de Peter Abercombie (Keeble, 1952, in Graham e Healey, 1999, pp. 636). A política de solos, por sua vez, tinha, neste período “o estado como principal maestro e urbanista”, o qual se socorria dos planos para concretizar a sua visão de

1.3 – O modelo modernista e “Fordista” de desenvolvimento urbano. Reflexos na cultura

desenvolvimento. O modelo foi aplicado quer nas cidades novas quer nas extensivas renovações das cidades antigas, porque se aceitava que o interesse público era utilitário. Essa visão impunha que a responsabilidade do planeamento recaísse sobre os especialistas e os burocratas, partindo do princípio que os objectivos eram partilhados e compreendidos pela maioria dos cidadãos (Healey, 1994, pp. 40-44).

Esta abordagem foi muito criticada, sobretudo a partir dos anos 60, por não poder corresponder às necessidades das dinâmicas do desenvolvimento regional, razão pela qual foi elaborada uma nova concepção de planeamento, com base na geografia e na ecologia, por influência das teorias da Escola de Chicago e das teorias de base económica, que analisavam o meio urbano em termos relacionais. O maior problema deste tipo de planeamento relacionava-se com o facto de o sistema ser fechado, o que implicava uma concepção interna das relações espaciais que visa mais a busca do equilíbrio do que a evolução do sistema (Graham e Healey, 1999, pp. 636-637). Deste modo, o seu progresso, ao longo da primeira metade do século XX, conduziu a duas grandes abordagens teóricas, designadas, respectivamente, por teorias de decisão e teorias de sistema, que se caracterizam do modo mencionado no quadro 1.4.5.

As cidades dos países mais desenvolvidos da Europa conheceram, até aos anos 70, um crescimento, que proporcionou a formação das áreas metropolitanas. Durante muitos decénios, após a saturação das áreas centrais, as cidades cresceram para fora dos seus limites englobando uma série de pequenos centros que até então tinham uma identidade autónoma, os quais passaram a fazer parte da sua malha compacta. No seu exterior, formaram-se uma série de zonas suburbanas, com funções residenciais ou industriais, embora claramente dependentes do núcleo central do qual foram desaparecendo as actividades industriais a favor dos serviços.

A população que habitava nos subúrbios efectuava movimentos pendulares diários como objectivo de alcançar o local de trabalho ou o de estudo. Nos subúrbios que tinham propensão a diferir muito entre si, visto que neles residem classes altas, classes médias, operários e imigrados, tinham um carácter mais homogéneo no seu interior. A situação não era, contudo, a idêntica em toda a Europa, visto que, nos países em que se manteve o denominado modelo de desenvolvimento europeu, como a França, a inclinação geral foi para a ocupação dos subúrbios pela classe operária.

A partir do final da década de 60, e durante o decénio seguinte, na Europa, esta tendência inverteu-se dando lugar a um fenómeno de desurbanização. As áreas centrais começaram a perder a sua população, de forma consistente, e as cinturas industriais tenderam a estagnar devido à reestruturação do sector secundário, que não era favorável à admissão de novos trabalhadores. Esta situação conduziu a uma suspensão do crescimento ou mesmo uma contracção da população das áreas metropolitanas. A título de exemplo mencionamos o caso da

Grande Londres, que conheceu uma perda de residentes de “cerca de meio milhão de pessoas entre 1975 e 1980”, enquanto muitas pequenas cidades cresceram – o que ocorreu, por exemplo, com Cambridge, Ipswich, Norwich, Oxford e Leicester (Giddens, 1997, pp. 681).

Nos Estados Unidos a suburbanização iniciou-se nos anos 50. Nessa década e na seguinte “as zonas centrais das cidades cresceram 10 por cento, enquanto o aumento das zonas suburbanas foi de 48 por cento”. As pessoas mudam para fugir “à poluição, ao congestionamento de tráfego e aos índices elevados de criminalidade” ou por motivos meramente racistas, visto que o movimento englobou principalmente as famílias brancas. Os centros das grandes cidades entraram em decadência porque perderam importantes fontes de receitas devido ao abandono da área por parte dos grupos mais prósperos e pela sua substituição por grupos sociais menos favorecidos, constituídos, em muitos casos, por minorias étnicas ou imigrantes, que se juntaram aos residentes antigos grupos que se caracterizavam pelos seus escassos recursos. Os edifícios degradaram-se, o desemprego aumentou e a criminalidade também (Giddens, 1997, pp. 678).

Muitas das grandes cidades dos Estados Unidos como Chicago, S. Francisco e Nova Iorque, em meados da década de 70, apresentavam grandes défices orçamentais. À suburbanização, juntou-se, nesta década, a recessão económica e a crise com perdas significativas, dos empregos no sector industrial. O número de pobres não parou de crescer, tendo, nos anos 90, muitas cidades, como Nova Iorque, uma imensa população de sem abrigo que ocupavam “os bancos dos jardins durante a noite e faz dos autocarros, das estações rodoviárias e ferroviárias, e até dos aeroportos, as suas casas” (Giddens, 1997, pp. 681).

Quadro 1.4.5 Teorias de Planeamento na década de 60

1.3 – O modelo modernista e “Fordista” de desenvolvimento urbano. Reflexos na cultura

Teorias de Decisão		
<i>Racionalismo</i>	Planos estruturais. Corpo de saber interdisciplinar científico ao serviço do interesse público.	<i>As mudanças ocorreram por influência americana, (Escola de Chicago) que colocava a tónica na aprendizagem formal do método de planeamento, baseado num corpo de saber multi disciplinar, que passou a ser visto com um processo de tomada de decisão cujas soluções se fundamentavam em critérios científicos. Esta atitude permitia evitar as decisões irracionais dos políticos ao mesmo tempo que introduzia mudanças sociais significativas, consideradas de interesse público.</i>
	Participação pública.	<i>A introdução do plano de desenvolvimento estatutário, como parte do sistema político, exigia que os seus objectivos expressassem a vontade política, o que conduziu à necessidade de aumentar a participação pública, mecanismo que veio a ser melhorado ao longo das décadas de 70 e 80.</i>
	Abordagem de sistemas.	<i>O centro desta abordagem localizava-se na Universidade de Manchester na qual leccionava McLoughin e a sua equipa que trabalharam no sentido de adoptar uma abordagem de sistemas ao planeamento apoiado numa série de fontes, com origem nos dois lados do Atlântico, das quais se destaca a Escola de Chicago. O seu intuito prendia-se com a procura de um método de trabalho racional e objectivo que incluísse a utilização das potencialidades do computador. A dinâmica de sistemas tenta compreender “a estrutura básica do seu funcionamento e, desta forma antecipar o comportamento que eles produzem” com auxílio do computador, que deixa executar cálculos complexos, em simultâneo, “impossíveis de realizar pelo cérebro humano e pelos métodos de investigação convencional”. (Serra, Rodrigues e Paquete, 2000, pp. 33).</i> <i>Chadwick, no seu livro “A Systems View of Planning” concebia aa abordagem de sistemas como a melhor forma de integração de todo o processo de planeamento regional e urbano. Hall (1992) defende que, o conceito central da abordagem de sistemas é a ideia de interacção entre dois sistemas paralelos: o do planeamento ou sistema de controlo e o sistema ou sistemas que procura controlar (Chapin, 1965; McLoughin, 1969, Chadwick, 1971, Bracken, 1981).</i>
Teorias de sistemas		
	Planning Balance sheet.	<i>É um método que permite contabilizar os benefícios sociais apesar desses benefícios, em termos dos objectivos do plano, serem difíceis de calcular (Litchfield et al , 1975).</i>
<i>Outros sistemas</i>	Análise de custo e de benefício.	<i>Neste sistema, para cada alternativa considerada, são identificados e analisados os custos e os benefícios e com base nos resultados é então tomada uma solução.</i>

Fonte: Elaboração própria a partir de: Costa, pp. 40-41, 1996; Hall, 1982, pp. 23; Hall, 2000, pp. 47; Healey, 1994, pp.635-638; Morris, 1997, pp. 179-181

Para além da revolta das populações contra a renovação massiva dos centros históricos, apenas a depressão da bolsa e a subida dos preços do petróleo foram capazes de a travar e inviabilizar os grandes projectos. “As mudanças económicas empobrecem os municípios e levam a questionar os gastos com a manutenção dos vastíssimos e sub utilizados espaços verdes das

urbanizações modernas” em jardinagem limpeza, rega, controle e vigilância etc e que não sendo constantemente tratados degradam-se rapidamente” (Lamas, 1993, 417).

Basta apenas referir que a manutenção do Bairro dos Olivais é mais cara do que a do Parque Eduardo VII, apesar do elevado número de utentes do último. Os gastos com os espaços públicos devem ter sido um argumento de peso para que a gestão das “formas urbanas tradicionais fossem reavaliadas” (Lamas, 1993, pp. 480).

A par com as dificuldades económicas que desaconselhavam a implementação dos referidos projectos, a opinião pública reclamava uma integração entre o antigo e moderno, na velha malha urbana. A reconstrução tinha destruído demasiados hábitos antigos, conduzindo a uma perda de sentido de continuidade, pelo que a sua metodologia já não se adequava às novas necessidades sentidas. Os objectivos de uma política urbana, baseada na cidade da auto-estrada, dos arranha-céus, rodeada por extensos subúrbios idealizados a partir da “Cidade Jardim”, de Ebenezer Howard e Raymond Unwin, ou de “Broadacre City” de Frank Lloyd Wright, não satisfaziam mais os habitantes que os contestavam abertamente (Wright, 1935 in LeGates e F.Sout, 2000, pp. 344-350).

A responsabilidade do fracasso das propostas modernistas, que não deixaram de permitir o realojamento, em melhores condições que as do período entre as duas guerras, não deve ser atribuída aos seus autores, defende Harvey, mas antes ao capitalismo. O Movimento Moderno não pode ser responsabilizado pelas “doenças urbanas” do pós-guerra na medida em a que teve de “dançar” ao som a “música” que foi imposta pelas condições político económicas dessa época (Harvey, 1989 pp.71). A produção de massa da paisagem urbana, inspirada nas linhas de montagem e de empacotamento das fábricas, sofria da mesma doença que o sistema de produção industrial. Os cidadãos sentiam-se impotentes, tratados de forma desumana e alienados. A insensibilidade da renovação urbana apagara a memória histórica e social que constituíam a diferença da cidade velha (Ley, 1996, pp. 53).

Francastel foi um dos primeiros críticos a combater o urbanismo moderno ao comentar, em 1956, a obra de Le Corbusier. O citado autor definia o universo de Le Corbusier como “concentracionário”, comparável, nas suas manifestações de melhor qualidade a um gueto, acrescentando ainda que o urbanista pertencia “à estirpe dos que através dos tempos quiseram fazer a felicidade dos outros, mesmo à custa da sua felicidade” (Francastel, s.d., pp. 51-52).

A tentativa, por parte dos modernistas de criar uma sociedade mais igualitária, afirmava o arquitecto alemão Claude Schnaid, “essa arquitectura que desejava participar na libertação da Humanidade, através da criação de um ambiente urbano mais adequado à vida, transformara-se numa empresa gigante para a degradação do *habitat* humano” (Claude Schnaid in Frampton, 1985, pp. 287). O grande pecado do urbanismo moderno foi o “ter imposto um universo kafkiano,

1.3 – O modelo modernista e “Fordista” de desenvolvimento urbano. Reflexos na cultura

baseado em espaços desestruturados, e gigantescas máquinas de habitar, para homens máquinas”. Os sociólogos e os psiquiatras constatavam que um bairro antigo e insalubre podia revelar-se mais sã, sob o ponto de vista social, do que outro, construído de raiz, de acordo com os modelos modernistas, afirmação que “acompanhavam com dados estatísticos relativos aos distúrbios mentais, ao alcoolismo e à delinquência”, de modo a comprovar as suas afirmações (Harouel, 1981, pp.108-109).

O estudo dos comportamentos em Sarcelles, França, marca o início da luta contra os “grands ensembles” e as urbanizações modernas, como um exemplo do que se não deveria fazer. Sarcelles era um bairro social com 10.000 alojamentos, construído no final dos anos 50, na região parisiense, deu origem ao termo “sarcellite” que veria a ser consagrado para descrever o fenómeno da monotonia dos grandes conjuntos, a banalidade da sua arquitectura, a falta de serviços, lojas e empregos e o rol de problemas sociais, como a prostituição e a criminalidade juvenil (Lamas, 1993 pp. 541; Merlin, 1969; CINAM, 1962-1963). Este caso conheceu grande divulgação internacional como um exemplo dos impactos negativos do urbanismo modernista. Nos anos 70, foi realizada outra investigação em que foram analisadas as transformações introduzidas pelos habitantes nos edifícios do célebre bairro de Pessac, próximo de Bordéus, projectado por Le Corbusier, em 1925 e construído em 1926-30 (Lamas, 1993, pp. 387; Boudin, 1970).

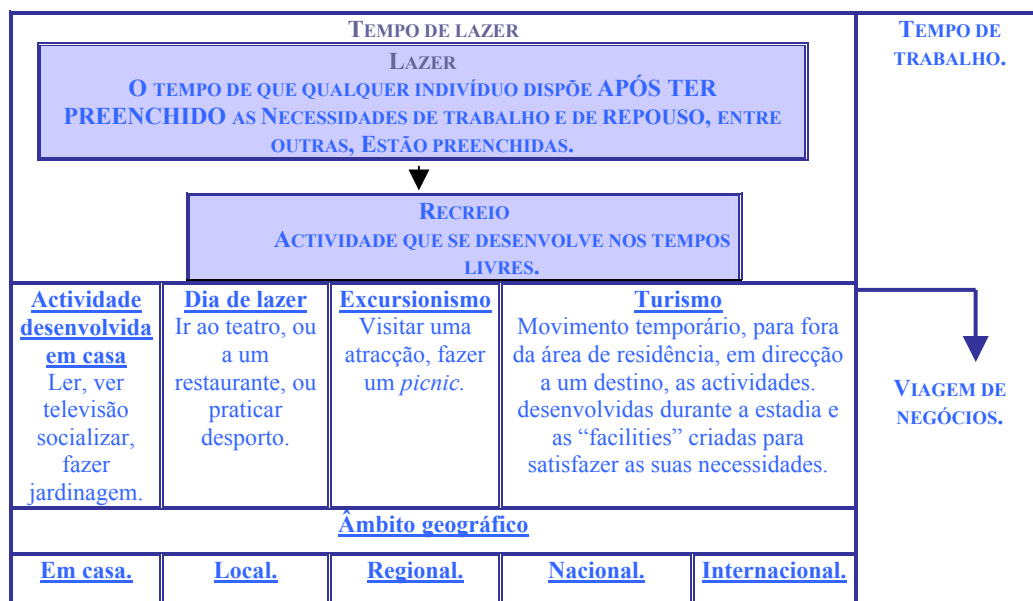
O modelo de desenvolvimento “Fordista”, tal como deu origem a um determinado tipo de economia, de cultura e de urbanismo, proporcionou o aparecimento de um modelo de turismo que se inspirava nos arquétipos da sociedade do seu tempo, razão pela qual procurou encontrar a melhor forma de transformar um produto para elites, noutra de massas, social e culturalmente normalizado e cujos protótipos arquitectónicos e urbanísticos se suportavam na cidade jardim anglo-saxónica e no racionalismo corbusiano. As consequências desta foram em tudo idênticas, às que se verificaram nas cidades dos países mais desenvolvidos, com a agravante de nos do sul da Europa, nas estâncias balneares terem sido amplificadas pela ausência de planeamento ou pela incapacidade de o implementar. No próximo ponto 1.4, procura-se analisar o turismo “Fordista” e encontrar as razões da sua obsolescência.

1.5 - O paradigma turístico Modernista “Fordista”

O conhecimento do modelo de turismo modernista “Fordista” e a sua conexão com os desejos dos consumidores da época contribuiu para uma avaliação mais profunda das consequências da sua adopção generalizada, para os países receptores de turismo de sol e praia do sul da Europa. Esta percepção era fundamental para a prossecução do nosso estudo, porque o problema da nossa pesquisa envolvia a apreciação da possibilidade de reconversão do turismo de sol e praia algarvio, em fase de maturidade, através da diversificação introduzida pela produção cultural dos centros históricos. As profundas mutações que se registaram nas cidades modernistas, a nova organização espacial, social económica e cultural, teve uma influência decisiva na forma como o turismo evoluiu, o que deixa afirmar que o aparecimento do turismo de massas, nas décadas de 50 e 60, teve como suporte uma visão inteiramente “Fordista” (Gomez e Rebollo, 1995, pp. 115).

O quadro 1.5.3 procura relacionar e estabelecer as interligações entre os vários componentes do turismo modernista “Fordista”, motivo pelo qual nos serve de guia e suporte ao longo da elaboração do actual ponto 1.5.

Quadro 1.5.1- Lazer, Recreio e Turismo



Fonte: Cooper, Fletcher, Gilbert, Wanhill, 1999, pp.11

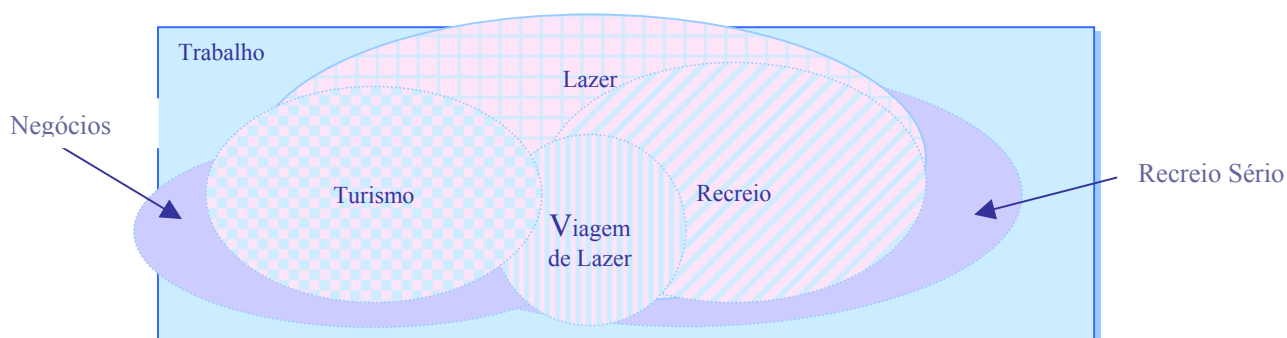
Os factores de desenvolvimento e consolidação do produto turístico (ver quadro 1.5.3) derivam da evolução do modelo “Fordista”. O aumento da produtividade favoreceu a redução do horário de trabalho e o incremento dos tempos de lazer enquanto o direito a férias pagas influenciou o crescimento do turismo. Embora alguns académicos tenham estabelecido o elo entre turismo e recreio - “o turismo é um fenómeno de recreio”, (Bodewes , 1981 in Hall, 1999, pp. 4), outros, na

1 – Da cidade e do turismo tradicionais ao paradigma urbano e turístico moderno.

peugada de Pearce, associaram-no mais ao lazer (Boyer, 1972; Verlene Smith, 1989). Segundo a opinião deste académico “cresce o reconhecimento de que o turismo constitui o fim de um largo espectro de actividades de lazer” (Pearce, 1987 in Hall, 1999, pp. 4). A investigação na área do lazer desenvolveu-se de forma independente em relação à do turismo porque este último era visto como um fenómeno ligado ao sector privado, enquanto o lazer era encarado como um direito social, e, por consequência, da responsabilidade do público (Crompton e Richardson, 1986, in Hall, 1999, pp. 4; Reid, Mcleilan e Uysal, 1993, pp.664). Esta visão do período “Fordista” perdurou desde o final da segunda guerra mundial até aos anos 80 (ver quadro 1.5.1).

A evolução do sector público, a partir da década de 80 tem vindo a registar uma aproximação ao sector privado, com a consequente erosão dos poderes do primeiro, encurtando a distância entre os dois conceitos, de modo que, actualmente se aceite diferenças apenas de grau. Investigadores como Jansen Verbeker e Dietvorst afirmam que, “pelo menos, na percepção individual, a diferença entre turismo e lazer é irrelevante” (Jansen Verbeker e Dietvorst, 1987, pp. 263; Hall, 1999, pp. 5). Na verdade a crescente comercialização do lazer e a correspondente diluição de fronteiras entre lazer e turismo conduziram a uma convergência entre as duas noções, quer em termos teóricos, quer de actividades e impactos (ver ponto 1.5.2).

Quadro 1.5.2- Relações entre lazer, recreio e turismo

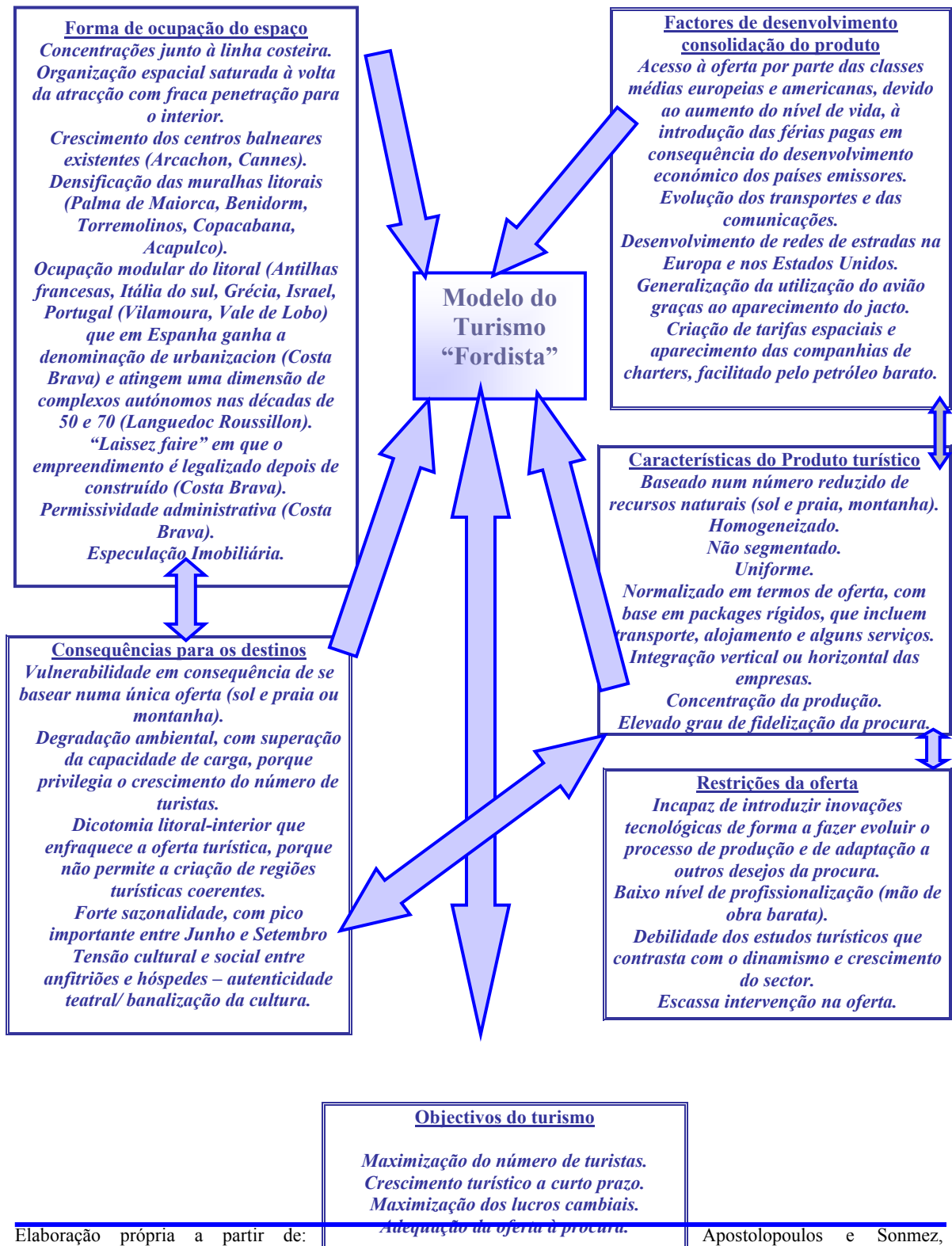


Fonte: Hall, 1999, pp. 4

A própria evolução do conceito de turismo, que perpassava a época moderna, a nível institucional, revelava um sector em crescimento que se tentava auto definir à medida que se democratizava (ver quadro 1.5.3). O termo começava por se focar apenas no turista, para contemplar, mais tarde, o excursionista, embora não valorizasse ainda o turismo doméstico, da mesma forma que o fazia com o internacional. Só na década de 90, devido a mudanças apreciáveis provocadas pelo novo paradigma, que caracterizamos no capítulo 2, a definição, por parte das instâncias internacionais ligadas ao turismo, se tornou mais complexa, em função das alterações registadas. De permeio há que assinalar o contributo de alguns académicos de renome, como Hunziker, 1951; Nettekoven, 1972; McIntosh and Goeldner, 1986.

Quadro 1.5.3- Caracterização do turismo modernista “Fordista”

O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro



Elaboração própria a partir de: 2001, pp.72-77: Cazes, Lanquar e Cuvelier, Torres e Gadrey, 1994, p.p 49-50; Cuvelier, 1998, pp. 123-141 ; Donaire Fraguell, Mundet, 1997, pp. 77-96 ; Donaire, Fraguell, Mundet, 1994, pp. 243 ; Fayos-Solá, 1996, pp.59-61; Godfrey, 1996, pp. 62; Godfrey e Clarke, 2001 pp.90; Gomez e Sinclair, 1996, pp.65-87; Ioannides e Debbage, 1997, pp.229-240; Knwoles, Diamantis e El Mourhabi, 2001, pp. 9-14; Monfort Mir, 2001, pp.19-30 ; Pearce, 1987, pp.141-148; Poon, 1989, pp. 91 ; Soane, J., 1993, pp.254-267; Vera, 1994 in Donaire, 1997, pp. 57-58, Vanhove, 1997, pp.50-77; Williams, 1996, pp.119-135

1 – Da cidade e do turismo tradicionais ao paradigma urbano e turístico moderno.

Smith, que estudou um grande número de definições de turismo, afirmava, em 1989, ser ainda muito difícil, apesar dos progressos registados no sentido de um consenso internacional, descrever as palavras turismo, turista, viagem, visitante e outros termos semelhantes, especialmente quando se começava a comparar as enunciações utilizadas pelos vários governos na definição dos referidos conceitos.

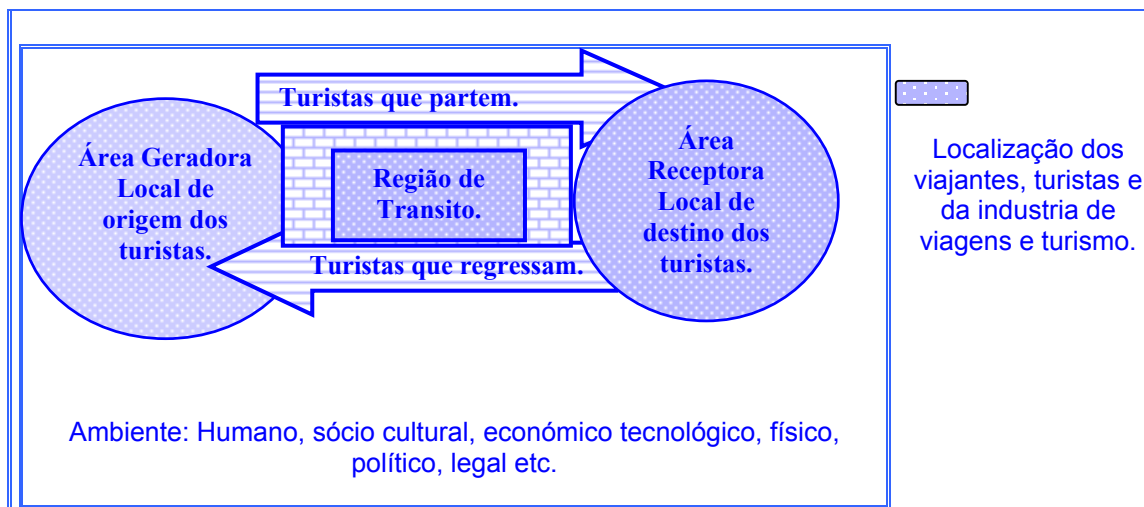
Quadro 1.5.4 – Evolução da definição de turista a nível internacional

<i>Comissão Económica da Liga das Nações (1937).</i> <i>Fonte: Wahab, 1991, pp. 24.</i>	<i>O termo turista deve, em princípio, ser interpretado como qualquer pessoa que viaje, por um período de 24 horas ou mais, para um país que não seja o da sua residência. Assim são turistas todas as pessoas que viajam, por motivos de prazer, saúde, conferência e reuniões e religiosos, incluindo também, nesta designação, os visitantes em cruzeiro, mesmo quando permanecem menos de 24 horas.</i>
<i>Organização das Nações Unidas –ONU (1954)</i> <i>Fonte: Baptista, 1997, pp. 3</i>	<i>A palavra turista designa qualquer pessoa, sem distinção de raça ou religião, que permaneça mais de 24 horas e menos de 6 meses, num país estrangeiro.</i>
<i>Conferência das Nações Unidas sobre Viagens Internacionais e Turismo (1963) adoptada pela International Union of Official Travel Organizations – IUOTO.</i> <i>Fonte: Papadopoulos, 1983, pp. 4.</i>	<i>Para efeitos de estatística, o termo visitante descreve qualquer pessoa de visita a um país que não o da sua residência por razões de qualquer exercício de uma ocupação não remunerada.</i> <i>Turista – todo o visitante que permaneça menos de 24 horas no país receptor.</i> <i>Excursionista todo o visitante que permaneça mais de 24 horas.</i>

A evolução dos transportes, das vias e terminais, que, como se disse no ponto 1.3, fazia parte dos objectivos do urbanismo modernista, na medida em que desejavam incrementar a mobilidade de pessoas e produtos, constituía um elemento fundamental para o aumento do turismo (ver quadro 1.5.3). A mobilidade, nos países de acolhimento do sul da Europa, foi, por essa razão, muito facilitada pela progressão da abertura das estradas litorais, como aconteceu na costa mediterrânea espanhola. Já no que se prendia com a acessibilidade a dilatação registada, a nível continental, ficou a dever-se, fundamentalmente, à evolução do transporte aéreo, na medida em que, anuiu a uma deslocação rápida e confortável dos países mais ricos do norte do continente para o sul, onde o clima era mais ameno e as praias acolhedoras. Esta natureza muito bem preservada atraía muitos turistas cuja grande motivação para viajar, no período de férias, foi sintetizada pelo slogan adoptado pelos operadores turísticos britânicos – “*Sun Sea and Sand and Sex*”.

O modelo de Leiper cujo enquadramento teórico é feito mais adiante, apoia-se numa visão do turismo como resultante da interacção entre países emissores e países receptores. Por esse motivo ajuda a compreender como se estabeleceu uma certa complementaridade entre as necessidades da oferta e as potencialidades da procura, em termos de elaboração do produto.

Quadro 1.5.5 - O sistema turístico



Fonte: Leiper, 1990 in Cooper, Fletcher, Sheperd e Wanhill, 1999, pp. 11

A nível geográfico, o modelo de Leiper envolve áreas geradoras, receptoras e de transito. As duas primeiras ajudam-nos a reflectir sobre as características do produto turístico modernista “Fordista” (ver quadro 1.5.5), destringendo os contributos da oferta e da procura, para o seu perfil final.

Áreas Geradoras:

- Representam as regiões de residência dos turistas.
- São locais de início e término as viagens.
- Possuem características sócio económicas e demográficas próprias.
- Nestas áreas encontram-se indústrias turísticas relevantes.

O empacotamento e a distribuição do produto turístico “Fordista” eram concretizados por operadores, localizados nas áreas geradoras, que optavam por uma visão economicista, coadunável com uma definição do turismo como indústria. O que lhes interessava era a imagem do seu produto, a qualidade dos serviços oferecidos, pelo menos numa fase inicial do processo, em detrimento do destino em si. O seu objectivo era vender mais e melhor do que os concorrentes. A cultura local, a história, a arquitectura limitavam-se às excursões opcionais e ao espectáculo semanal de folclore, organizado pelo hotel.

Ao longo da década de 80, registou-se um crescimento acentuado do número de destinos e de operadores turísticos em consequência do incremento notável da procura. Os preços desceram, de forma acentuada, redução que, a médio prazo, facilitou o aumento da procura. No entanto, a longo termo, reverteu-se em desfavor dos operadores turísticos, com o decréscimo da compra de pacotes (“packages”) para destinos antes muito disputados, porque, como afirmamos mais adiante, neste ponto, deixaram de ser apelativos para o consumidor. Além disso, esta política de preços atraiu não só clientes com baixos rendimentos e poder de compra reduzido, como jovens adolescentes, especialmente britânicos e escandinavos, conhecidos por “lager louts”, os quais acorriam, em grandes número, às estâncias balneares do sul da Europa, com o objectivo de

passarem a noite em discotecas, acarretando problemas de excesso de bebida, brigas e barulho que contribuíram para a fuga dos casais com filhos (Morgan, 1994, pp. 379-384).

No caso do turismo “Fordista”, as atracções das áreas receptoras – sol e praia ou montanha – propendiam à homogeneização, porque, não se procurava oferecer um destino específico, elemento considerado secundário, nessa época, mas antes um ambiente em que fossem suspensas, no período de férias, as habituais inibições quotidianas. O local, no caso do turismo de sol e praia, devia possuir um bom clima (praias agradáveis e seguras) e uma oferta de recreio (cafés, bares, vida nocturna, num clima quente e comércio para servir os turistas), que proporcionasse desconstracção e fuga à rotina. Não admira, em função destas escolhas, que as estâncias balneares, a pouco e pouco, se assemelhassem todas umas às outras. A normalização dos estilos arquitectónicos, o aumento da densidade, o crescimento excessivo, por vezes anárquico (na ausência de regulamentação que caracterizou muita da ocupação espacial do sul da Europa ou na incapacidade de implementar as normas elaboradas, como aconteceu em Portugal e se descreve no ponto 4.2.2) tem menos a ver com o turismo do que com uma visão “Fordista” da cidade e da sociedade (ver ponto 1.4).

Áreas Receptoras:

- Caracterizam-se por possuírem atracções que seduzem os turistas.
- As atracções são pouco comuns ou não existem nos países geradores.
- A indústria turística local inclui acomodação, retalhistas e entretenimento.

Os produtos normalizados permitiram, pelo menos numa fase inicial (antes da guerra dos preços e da luta pela supremacia, numa lógica de economia de escala, própria do referido período), garantir a qualidade, porque o cliente identificava a companhia, que promovia a viagem (Hilton, Thomson Holidays, Club Méditerranée) o que por si só, constituía garantia de qualidade, em detrimento do destino. As facilidades, como os hotéis, eram geridas, em muitos casos, por residentes, mas sob condição de os seus serviços terem carácter internacional. Um hotel em Espanha, por exemplo, com turistas de várias nacionalidades, procurava, no seu “buffet”, satisfazer o gosto de todos os seus clientes, através de pratos aceites universalmente (Morgan, 1994, pp.379-384; Fayos-Solá, 1996, pp. 59). O aumento do consumo turístico, no período “Fordista”, estava bem patente, tanto no crescimento do número de chegadas internacionais, como no das receitas provenientes dessa actividade (ver quadro 1.5.6).

Quadro 1.5.6 - Chegadas e receitas entre 1950 e 1990

	Unidade: milhares	Moeda: USA Dólares (milhares)
1950	25.282	2.100
1960	69.296	6.867
1970	159.690	17.900
1980	284.841	102.372
1990	454.800	267.519

Fonte: OMT, 1995

O escritor d'Ortega e Gasset, ao descrever a nova sociedade modernista, afirmava que as novas cidades “se encontravam cheias de gente (....) os comboios de viajantes (....), as praias cheias de banhistas. O que antigamente não constituía problema começa a sê-lo actualmente: encontrar um lugar livre.” A ideia central do autor é a de que “o turismo é de massa porque o homem é de massa” devido ao arquétipo dessa sociedade ser o modelo de produção “Fordista” ou modelo de produção de massas. Desta forma os turistas que adquiriam os pacotes (“packages”), preparados pelos operadores, podem ser caracterizados, qualidades que destacamos no quadro 4.1.7 (d'Ortega e Gasset, 1930, Curvilier, 1994, pp. 38).

Quadro 1.5.7 – Perfil do Turista modernista “Fordista”

Consumidor inexperiente.

Com pouca iniciativa.

Gregário.

Sem grande informação sobre as características culturais da área receptora.

Pouco exigente em termos de qualidade dos produtos consumidos.

Agia pelo efeito de imitação.

Provinha das grandes cidades dos países desenvolvidos.

Era um produto da sociedade de acumulação “Fordista” de massas, em que a maioria do trabalho se desenrola em linhas de produção.

Conformava-se com um package, uma montagem, em série de transporte, alojamento e serviços, que é uma transposição para o turismo do modo de produção “Fordista”.

Identificava-se com o turismo dos 4S's (“Sun Sea Sand and Sex”), que correspondia ao arquétipo do turismo da década de 60.

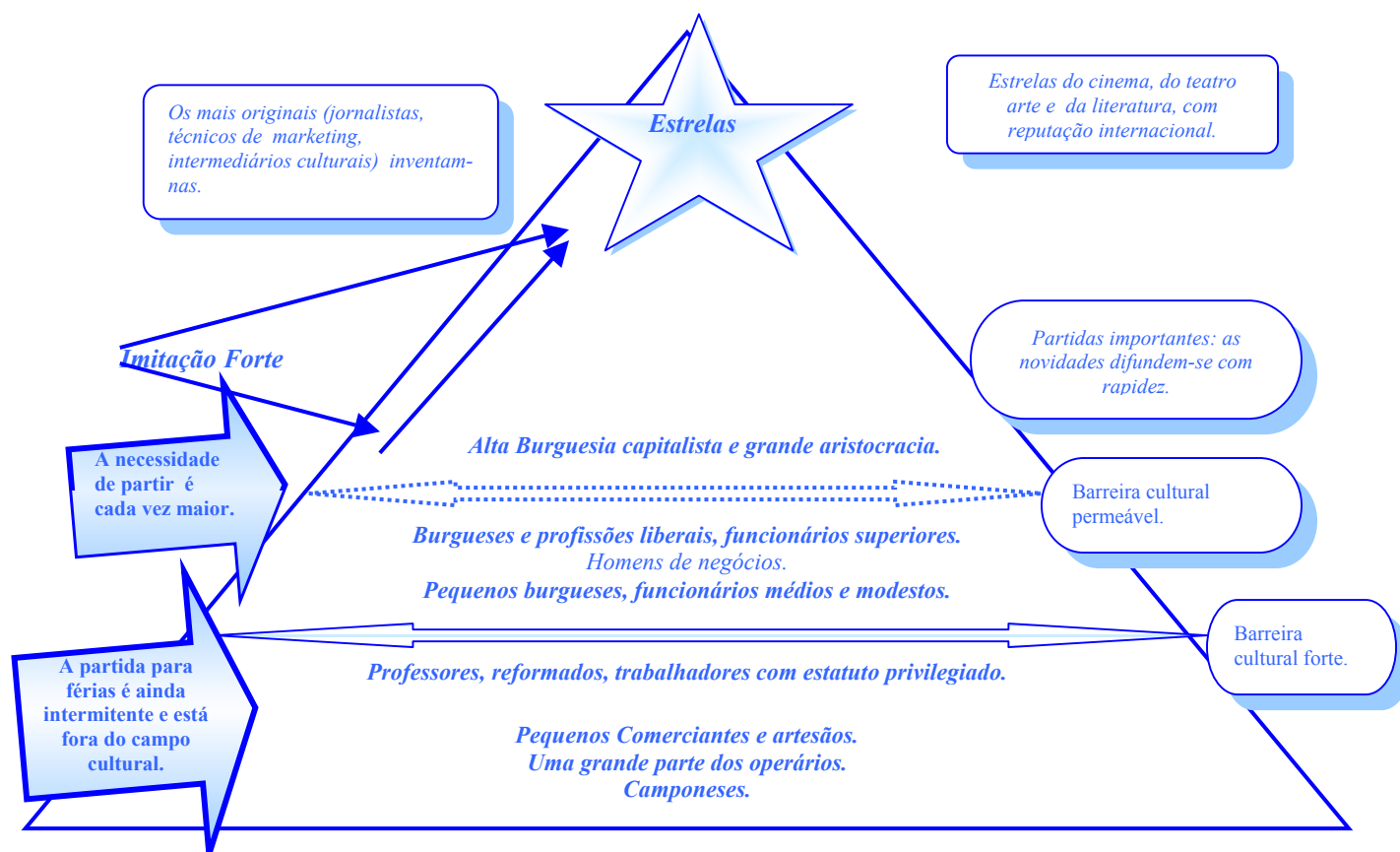
Fonte: Elaboração própria a partir de Cuvelier, 1994, pp. 38, 49- 53, 59; Cuvelier, 1998, pp. 123-141

Os modelos a imitar mudaram, em relação ao século XIX, em consequência desta revolução económica e social. Na maioria dos países europeus as monarquias caíram, as grandes figuras do mundo das artes plásticas, cénicas, os grandes escritores passaram a inspirar o comportamento social e os destinos turísticos de sucesso (ver quadro 4.1.8). O número de guardas do portão cresceu, acentuadamente, ao longo do século XX, devido às alterações vividas. Muitos dos mediadores turísticos pertencem, actualmente, aos meios da comunicação social, aos programas e às revistas sociais, ao marketing da imagem e ao sector cultural (ver ponto 2.5.1). A sua função exige, porém, grande rapidez na construção das imagens dos famosos (estrelas) da modo a manter constante a distância social e o desejo de a ultrapassar. Uma das novidades do novo modelo de imitação prende-se com a flexibilização das fronteiras entre as classes e os grupos sociais, das barreiras culturais, com consequências notáveis para o todo social, na medida em que permitiu, a um número crescente de indivíduos transpor esses antigos obstáculos (ver ponto 2.3.2).

1 – Da cidade e do turismo tradicionais ao paradigma urbano e turístico moderno.

As restrições da oferta determinaram, de forma decisiva, a evolução dos destinos turísticos (ver quadro 1.5.3). As várias investigações, de grande envergadura, conduzidas por organizações internacionais permitem realizar algumas generalizações, de cariz muito lato, no que concerne ao papel do estado no sector turístico dos países receptores (OCDE, 1992, 1996; OMT, 1993, 1994 e 1996).

Quadro 1.5.8 - A invenção da distinção e da imitação no turismo – Evolução no século XX



Fonte: Boyer, 1999, pp.10

Durante as primeiras etapas do desenvolvimento turístico de acordo com a pesquisa realizada, em 1996, pela OMT, o estado actuava como promotor, situação que se verificou no Algarve, na década de 60 (ver ponto 4.2.2), dando estímulos e incentivos, intervindo para proteger tanto o consumidor como a posição competitiva do país, embora numa fase mais avançada actuasse mais como um coordenador, partilhando as suas funções com o sector privado e com as organizações não governamentais. Este inquérito, que envolveu espaços geográficos muito variados, quer nos países que iniciaram o seu desenvolvimento turístico muito cedo (França, Espanha, Reino Unido), quer nos recém chegados (Quênia, Tunísia, Malásia, Singapura, Egipto, Índia, Colômbia e Jamaica), concluiu que, nas primeiras fases, os governos desempenham um papel pioneiro, essencial para abrir algumas áreas do país ao turismo e provocar o crescimento, enquanto o

sector privado não corre riscos até que o clima de confiança seja criado e o potencial do turismo compreendido pelos empresários (OMT, 1996; ver também ponto 2.5).

Nas fases iniciais as administrações eram responsáveis não apenas pelo planeamento e promoção do turismo como, em muitos casos, pela sua gestão, razão pela qual se transformaram em hoteleiros, em agentes de viagens, em operadores de transportes e de viagens (Clancy, 1999, pp. 1-20; Goymen, 2000, 1025-1047; Hall, 1992; Jenkins, 1982, pp. 499-521; Korzay, 1994, pp. 85-99; OCED, 1996; WTO, 1996; Owen, 1997, pp. 358-362; Tosun e Jenkins 1998, pp.101-114). As etapas seguintes de desenvolvimento caracterizavam-se por um apoio que assumia mais a forma de catalisador e coordenador do que de condutor do processo (Elliot, 1996; Jenkins, 1994; McKercher, 1995, pp. 66-72; WTO, 1993, 1994; Smeral, 1999, pp. 1999, pp. 371-380).

O crescimento acentuado da procura e a sua complexidade conduziram ao surgimento da investigação na área do turismo, embora a iniciativa não tenha partido, como seria de esperar, nos países predominantemente receptores do sul da Europa devido à debilidade profunda dos seus estudos turísticos (ver quadro 1.4.3), mas dos emissores, o que contribuiu para aumentar a incapacidade de se introduzir inovações, em termos de produto, a partir da oferta. A própria formação profissional esteve longe de se estender a todos os trabalhadores do sector, tendo mesmo, em alguns países, mantido uma notável falta de adequação às necessidades. A vontade de torna o turismo acessível, a todos os grupos sociais exigiu um controle feito mais através do preço do que a qualidade do produto, o que favorecia a contratação de mão-de-obra a baixos custos, com pouca ou nenhuma formação específica.

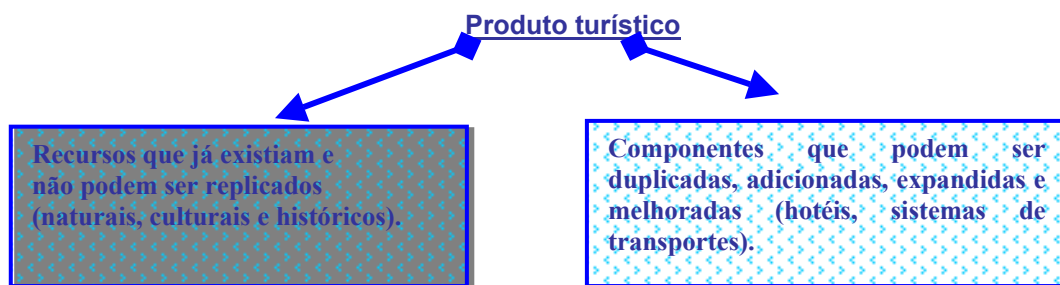
A reflexão, por parte dos académicos, na área do turismo, sobre temas tão essenciais como os modelos teóricos que explicam o seu funcionamento, ocorreu, por essa razão, nos países de onde provinha a procura. Os estudiosos, de acordo com os pressupostos da análise desenvolvida, consideraram-no uma indústria (Burkart, 1981), um mercado (Kaul, 1985), um tema holístico e académico (Jafari, 1977), e um sistema (Mill e Morrison, 1985; Leiper, 1979 e 1990).

A ideia de indústria turística é particularmente complexa, porque envolve uma série de empresas e outras organizações, tocando quase todas as áreas da economia, porque todos os fornecedores de bens e serviços consumidos pelos turistas são envolvidos neste conceito. A indústria turística possui grandes dimensões e fragmentação. Definições como a do Departamento de Turismo Australiano, datada de 1977, em que é visto como “uma importante industria nacional que compreende um amplo corte transversal de actividades componentes, incluindo a provisão de transporte, alojamento, recreação, alimentação e serviços afins” pode exemplificar essa ideia de turismo (Beni, 1997, pp. 36).

1 – Da cidade e do turismo tradicionais ao paradigma urbano e turístico moderno.

Os investigadores que concebem o turismo como um mercado, argumentam que não existe uma indústria turística, na medida em que o que se junta sob essa designação é um conjunto de indústrias separadas com graus variáveis de ligação ao turismo, cujo objectivo final é oferecer um produto que envolva toda a experiência dos turistas “desde o momento que deixam a sua área de residência habitual, até ao momento em que regressam.” Na verdade “o produto turístico deve ser considerado uma amálgama de componentes passíveis ou não de réplica (ver quadro 1.5.9), em que se destacam as atracções, as “facilities” do local e a acessibilidade do destino” razão pela qual nenhum elemento separado, mas antes a soma de todos eles constituiu o produto turístico (Medlik e Middleton, 1973 in Middleton, 1990, pp.78). As actividades desenvolvidas pelos turistas durante a sua estadia e as “facilities” criadas para satisfazer essas necessidades constituem parte integrante do produto turístico.

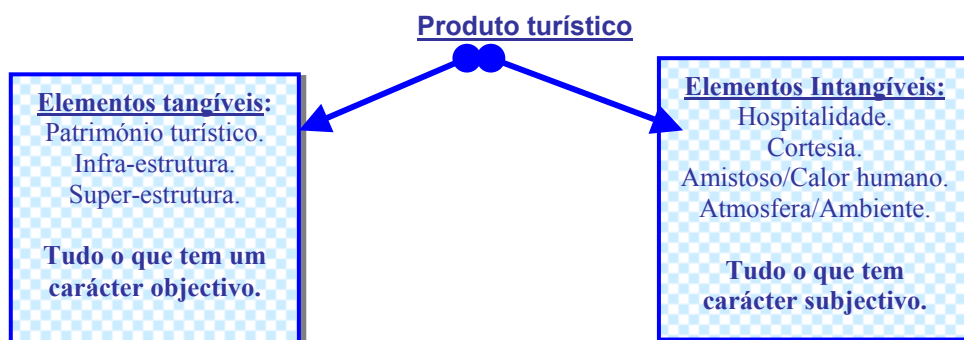
Quadro 1.5.9 – O Produto Turístico - Elementos não replicáveis e elementos duplicáveis



Fonte: Doswell, 1997, pp. 48

O produto turístico é, por isso, constituído por bens tangíveis e intangíveis, que podem ser representados, graficamente, da seguinte forma (ver quadro 1.5.10):

Quadro 1.5.10 - O Produto turístico – Elementos tangíveis e intangíveis



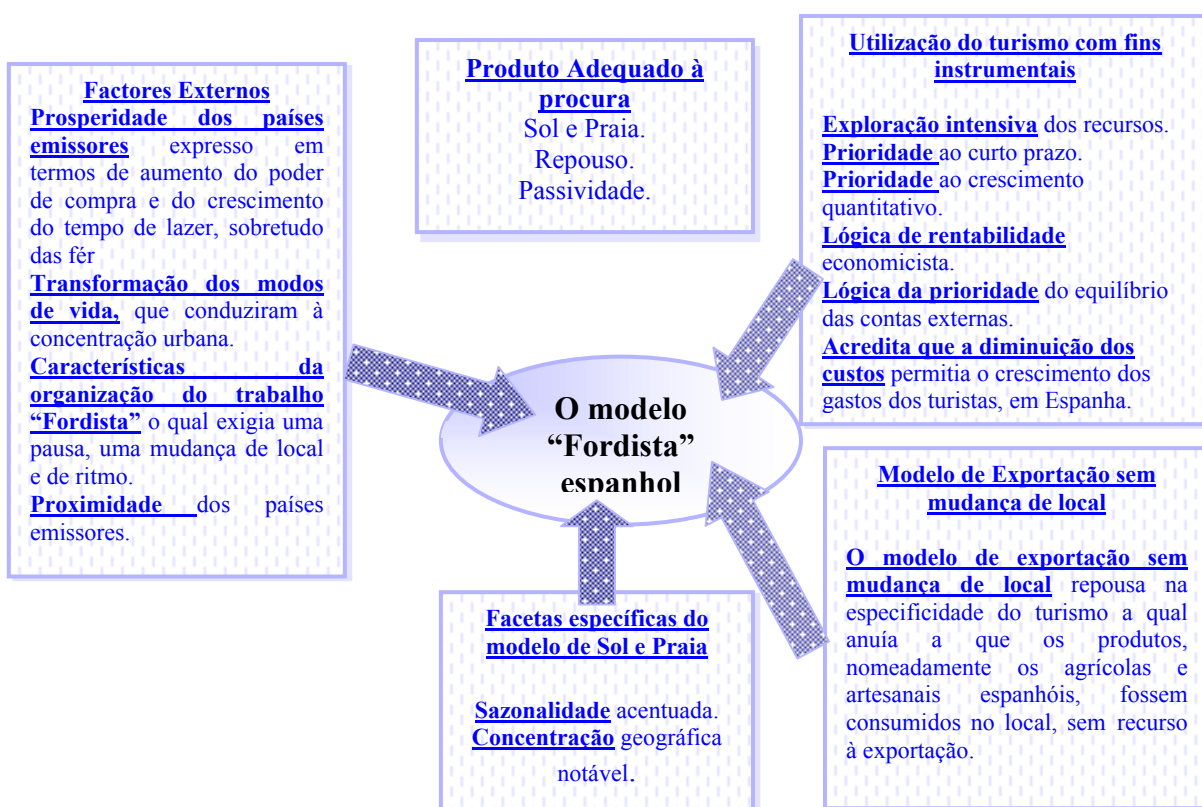
Fonte: adaptado a partir de Doswell, 1997, pp. 50

Já Leiper, baseado na literatura sobre economia industrial e gestão estratégica, defendia que a indústria turística engloba “organizações que se encontram no mercado para oferecer bens e

serviços com o objectivo de suprir as diferentes necessidades dos turistas, mantêm entre si, relações simultâneas de rivalidade e de cooperação, na prossecução desse objectivo, atitude que rejeita a noção de industria fragmentada” (Leiper, 1979 in Leiper, 1993, pp. 545-546). Embora Mill e Morisson tenham concebido um modelo de sistema turístico que precedeu o de Leiper, este último, oferece a vantagem de valorizar, de modo idêntico, a procura e a oferta, enquanto o modelo de Mill e Morisson é mais orientado para a comercialização do produto turístico (Mill e Morrison, 1985; Leiper, 1979, 1990).

O litoral do sul de Espanha é um exemplo paradigmático do tipo de desenvolvimento, que conduziu ao turismo de massas, entre 1960 e 1970, nomeadamente nas Baleares, na Catalunha, nas Canárias, na Comunidade Valenciana e na Andaluzia. Dos estudos realizados, sobre essa procura dos anos 60, pode concluir-se que, sete razões, de ordem externa e interna, contribuíram para o seu sucesso, motivos que se enunciam no quadro 1.5.11. Alguns dos motivos evocados pelos investigadores espanhóis correspondem aos citados pelos pesquisadores portugueses, para o caso algarvio, tema que se trata no ponto 4.2.2 (Cuvelier, 1994, pp.49).

Quadro 1. 5. 11 - Características do modelo modernista “Fordista” espanhol



Fonte: Sintetizado a partir de Cuvelier, 1994, pp. 49-55; Cuvelier, 1998, 167-198; Gomez e Sinclair, 1996, pp.65-87; Monfort Mir, 2001, pp.19-30 ; Newton, 1996, pp.137-165Williams, 1996, pp.119-135

A forma de ocupação do espaço (ver quadro 1.4.5) foi determinada, como se afirmou no ponto 1.4, pelo modelo modernista nas suas duas modalidades – o tipo anglo-saxónico e o racionalista francês de Le Corbusier. O último, sofreu, no que concerne o turismo, influências norte americanas, sobretudo do modelo de Miami. A estas duas modalidades associava-se e uma terceira, em consequência da fraqueza do planeamento turístico nos países do sul da Europa, particularmente em Portugal, como se comprova no ponto 4.2.2.1, que combinou o aumento da procura e consequente vulgarização do imobiliário turístico com a utilização da construção em altura, numa conjuntura local em que se evidencia uma ausência ou uma incapacidade de implementar qualquer forma de planeamento.

O crescimento da ocupação do litoral revelava que se consagrava a apropriação definitiva do alojamento de férias, do mesmo modo que o aumento do consumo dos solos urbanos confirmava o direito à habitação própria (ver ponto 1.4), embora o turístico tivesse encontrado modelos diferentes de propriedade espaço temporal. Estes novos espaços foram urbanizados num contexto especulativo, abundantemente descrito, mesmo no que concerne o Algarve. Os investidores interessaram-se menos pelo turismo, como serviço, olhando-o, como uma actividade económica, baseada na especulação fundiária, na venda de terrenos e na construção de residências secundárias cujo atractivo aumentava em função da sua localização próxima do mar. Este condicionalismo teve como consequência o nascimento de uma urbanização anárquica próxima da beira-mar, com um enorme desperdício de espaço e pouca produtividade turística (ver ponto 4.2.2.1).

Ao contrário do que aconteceu com o planeamento urbano, nos anos 60 e 70, o turístico, nunca abandonou uma lógica puramente económica. Na verdade o relatório da Organização Mundial de Turismo (W.T.O., 1980, pp. 20-23 in Costa, 1996, pp. 50), conclui em 1980, a partir da análise de 1619 planos, que “poucos previam integrar o turismo nos objectivos sócio económicos de desenvolvimento do país” porque os “planos para o turismo em que os objectivos sociais tivessem prioridade sobre o lucro directo eram ainda mais excepcionais”. O documento acrescentava ainda que “embora se pudessem observar, a nível mundial, as estratégias ambientais raramente estão associadas às políticas de turismo”. Apesar desta atitude generalizada, em algumas regiões, como o Algarve, foram produzidos documentos que tentavam garantir a manutenção da qualidade do ambiente natural e construído cuja implementação foi, contudo, inviabilizada (ver ponto 4.2.2.1). Por outro lado, a necessidade de realizar planos de desenvolvimento para o turismo ainda não era um imperativo legal. A OMT, ao tentar encontrar explicações para esta situação, mencionava, entre outras razões, “a falta de continuidade na preparação de planos de desenvolvimento para o turismo e a dificuldade em assegurar a coordenação necessária para garantir a continuidade entre a concepção e a implementação” assim como a dificuldade em “coordenar, a nível nacional, uma amálgama de participantes” (W.T.O, 1980, pp. 20-23, in Costa, 1996, pp. 50).

No plano espaço funcional (ver quadro 1.5.5), a conjugação das três tendências acima descritas conduziu ao aparecimento de três tipos de ocupações do território (Cazes, Lanquar e Raynouard, 1993, pp.52-71), que passamos a mencionar, dado o interesse que possuem para a prossecução da nossa pesquisa. Com efeito, existe paralelismo com o caso da ocupação do litoral algarvio, embora, o crescimento da ocupação dos solos, na região sul de Portugal, não tenha atingido dimensão idêntica à alcançada, nos países que fazem parte do estudo em que nos baseámos (ver ponto 4.2.2.1).

1. O crescimento dos centros balneares existentes, extensões lineares, em mancha de óleo, na periferia da frente marítima primitiva, sob a forma de zonas residenciais, de parques de campismo ou mesmo de renovação e densificação dos centros antigos, como aconteceu em Arcachon ou Cannes.

2. A densificação das grandes “muralhas litorais” processo inspirado, como se afirmou, no racionalismo europeu e no modelo americano de Manhattan que tinha Miami o seu arquétipo balnear. Este tipo de urbanização corresponde à construção de estações balneares com capacidade para dezenas de milhares de pessoas, conjuntos impressionantes de arranha-céus, junto a um litoral duplicado e compensado por uma cadeia de piscinas. Os empreendimentos, situados em zonas pouco exploradas, possuíam algumas características comuns que englobam o alojamento hoteleiro e para hoteleiro, com lugar de destaque para o condomínio turístico e na presença de turistas que viajam por via aérea, para o local de férias, em grupos organizados por grandes operadores turísticos. Palma de Maiorca, Benidorm ou Torremolinos, em Espanha, Waikiki, nas ilhas do Hawai, Le Condado, em Porto Rico, Copacabana, no Rio de Janeiro, Acapulco, no México, e, em menor grau, as Canárias e a Jamaica ou a Tailândia são exemplos deste tipo de oferta.

3. A ocupação modelar do litoral é o sistema de planeamento mais difundido e melhor estruturado, com uma inspiração mais ou menos fiel da cidade jardim. Sob esta designação geral dissimulavam-se criações turísticas, de envergadura e de complexidade diversa, desde o hotel ou o clube de férias isolado, até ao complexo de acolhimento sofisticado e diversificado, integrando alojamento e equipamentos, numa vasta área do litoral. Este exemplo, desenvolveu-se nos países soalheiros, de economia pouco desenvolvida, dificilmente acessíveis por carro, onde a pressão turística, de início, não era muito grande como as Antilhas Francesas, Magreb, Itália do sul, Grécia, Israel, Turquia e corresponde às necessidades de um estrato superior do turismo de massas.

Na costa espanhola criaram-se urbanizações bastante complexas, sobretudo na Costa Brava, com pretensões a autarcia. Os empreendimentos, designados por “urbanizaciones”, abrangiam o conjunto de operações fundiárias, de loteamento, construção de infra-estruturas e edificações, que

1 – Da cidade e do turismo tradicionais ao paradigma urbano e turístico moderno.

conduziam à criação de um pequeno complexo. Os conjuntos incluíam algumas residências individuais ou colectivas, um ou dois hotéis, equipamentos desportivos, recreativos e comerciais. Os programas evocados cresceram, progressivamente, até se transformarem em verdadeiros complexos autónomos, dotados de todos os serviços e equipamentos necessários, como sucedeu na costa mediterrânea de Ampuriabrava, no sul de Rosas. A urbanização dispunha, desde o Verão de 1978, de 600 hectares, prontos a construir, ordenados em esquadria, num total 10.000 lotes. O complexo da Manga del Mar, perto de Múrcia, por sua vez, possuía um agregado de 800 hectares, área ocupada por construções colectivas e “villas” individuais, para acolher 75.000 turistas e por diversos equipamentos, como centros comerciais, complexos desportivos e porto de recreio, com 2.000 lugares.

A intervenção de grupos financeiros internacionais e de gestores turísticos de renome nos grandes espaços litorais anunciava as operações de grande envergadura que ocorreram, a nível da estância, da região ou mesmo do país.

A investigação de Archer, que conduziu à análise dos efeitos multiplicadores do turismo era vista, por muitos académicos, como um exemplo típico desta perspectiva que não se devia nem a um especialista em planeamento, nem a um investidor em turismo, mas antes a um economista, que transpôs para o turismo o mecanismo dos multiplicadores Keynesianos, legitimando e justificando uma abordagem que valorizava, sobretudo, os benefícios económicos produzidos (Archer, 1972).

Nesta mesma época, Kadt adoptava de uma perspectiva multidisciplinar, com origem na relação simbiótica entre ambiente e turismo, em busca dos benefícios para a região receptora, acabando por explicar os efeitos do crescimento do turismo nos países não industrializados (Kadt, 1976). Esta abordagem holística do turismo que não conseguia separar os benefícios económicos das outras consequências e impactos, a nível social, cultural e ambiental foi seguida por outros académicos, como Krippendorf e Murphy (Krippendorf, 1989; Murphy, 1985). No ano seguinte, Jafari, na peugada de Hunziger e Kraft, sentiu a necessidade de enriquecer os estudos turísticos com conceitos de campos afins, como, por exemplo, da antropologia, da sociologia, da economia das ciências políticas e dos estudos urbanos considerando-o, por essa razão, um campo de estudo holístico. O investigador definiu o fenómeno, em consequência das opções realizadas, como “estudo do homem, longe do local de residência, da indústria que satisfaz as suas necessidades, e dos impactos que ambos – ele e a indústria - geram sobre o ambiente físico, económico e sócio cultural da área receptora” (Beni, 1997, pp. 38).

A perspectiva de Archer, afinal a que triunfou nessa época, tinha, como prioridades, em termos de planeamento turístico, a localização dos sítios ideais para a implementação de estâncias turísticas, de hotéis e de atracções várias, conjunto que constituía a oferta turística (Gunn, 1994, pp.35).

Quadro 1.5.12 - Síntese dos modelos de evolução do espaço turístico

E. Gormsen	S.C. Plog	J.M. Miossec	R.W. Butler
<i>As referências espaciais são feitas em relação a um centro emissor, situado no Norte Europa.</i>	<i>As referências espaciais são feitas em relação ao centro emissor, situado em Nova Iorque.</i>	<i>Fase Pré Turística</i>	<u>Fase de Exploração</u> <i>Não provoca impacto físico ou ambiental. Ártico Canadano, América Latina.</i>
<u>Periferia IV</u> <i>A iniciativa exterior domina. Elite local. Hotéis. África Ocidental, Caraíbas, Oceano Pacífico, Oceano Índico, Sudoeste da Ásia, América do Sul.</i>	<u>Fase Pioneira</u> <i>Turistas alocêntricos África, Sul do Pacífico, Oriente (Japão).</i>	<u>Fase Pioneira</u> <i>Estância pioneira. Relação população local/turistas.</i>	<u>Fase de implicação</u> <i>Progressão lenta do número de turistas. Implicação da sociedade local. Caraíbas, algumas ilhas do Pacífico.</i>
<u>Periferia III-II</u> <i>Aumenta a iniciativa local. Diversificação das formas de alojamento. África do Norte, Baleares, Ilhas Canárias, Litorais europeus do Mediterrâneo.</i>	<u>Fase de Desenvolvimento</u> <i>Turistas Mide centricos Europa, Hawaii, Florida, Honolulu.</i>	<u>Fase de desenvolvimento</u> <i>Aumento do número de turistas. Multiplicação do número de estâncias. Criação de emprego para a população local.</i>	<u>Fase de Desenvolvimento</u> <i>Progressão rápida do número de turistas. Número de turistas superior ao da população residente. Desenvolvimento dos investimentos exteriores. Presença de Operadores Turísticos. Norte de África e África Ocidental.</i>
<u>Periferia I</u> <i>Domina a intervenção regional e local. Toda a sociedade local se preocupa com o turismo. Abandamento do crescimento da capacidade de acolhimento. Vulgarização do alojamento barato Litoral da Mancha, Mar Báltico.</i>	<u>Fase de Declínio</u> <i>Turistas Psicocêntricos. USA, Miami Beach, Coney Island.</i>	<u>Fase de organização</u> <i>Ocupação espacial e hierarquização das estâncias. Segregação espacial do turismo.</i>	<u>Fase de Consolidação</u> <i>Progressão do aumento do número dos turistas Diminuição da taxa de crescimento</i>
		<u>Fase de Saturação</u> <i>Mono actividade turística. Degradação dos recursos. Fuga dos turistas.</i>	<u>Fase de Estagnação</u> <i>Estagnação do número de turistas. Margem norte do mediterrâneo, Costa Brava, algumas ilhas das Caraíbas.</i>
			<u>Fase do Declínio</u> <i>Saturação e poluição. Ressentimento da população local.</i>

Fonte: Elaborado por Deprest, 1997, pp. 32 a partir de Butler, 1980; Gormse, 1981; Miossec, 1976; Plog, 1979, 2001

As consequências para os destinos deste programa, com carácter meramente físico, que apenas contabilizava os benefícios económicos, foram dramáticas porque esqueceram os impactos negativos, quer a nível social, quer ambiental, quer cultural, apontados por Kadt e por Jafari, embora estes académicos não estivessem sós uma vez que, toda a literatura científica, sobre a ocupação espacial do litoral, apontava o declínio como resultado do turismo de massas, caso não fossem tomadas medidas que evitassem os seus impactos negativos, o que constitui mesmo o principal aspecto comum dos modelos elaborados entre os anos 60 e os 80 (ver quadro 1.4.12). Plog e Gormsen escolheram a evolução das bacias turísticas, embora o primeiro se ativesse à definição das periferias turísticas, enquanto o segundo classificava os turistas. Miossec privilegiava o espaço turístico regional, e Butler a evolução das estâncias turísticas, sem que nenhum deixe de alertar para a progressiva pressão do turismo de massas e para as suas consequências (Plog, 1972, Gormsen, 1981, Miossec, 1976, Buttler 1980 in Deprest, 1997, pp.31).

Quadro 1.5.13 - Índice de Irritação de Doxey e de Milligan

Índice de irritação de Doxey (1975)		Versão modificada de Milligan (1989)	
<u>Euforia</u>	Os visitantes são bem vindos e existe pouco planeamento.	<u>Curiosidade</u>	As pessoas aceitam empregos que a comunidade receptora considera abaixo das suas expectativas de estatuto social, rendimento e projecto de carreira.
<u>Antipatia</u>	Os visitantes são considerados como garantidos e o contacto transforma-se em algo de mais formal.	<u>Aceitação</u>	Os emigrantes são aceites e o turismo deixa de ser preocupação, apenas da comunidade residente.
<u>Irritação</u>	A saturação aproxima-se e os habitantes locais têm dúvidas. Os responsáveis pelo planeamento procuram controlar o turismo através do aumento das infra estruturas, em vez de impor limites ao crescimento.	<u>Irritação</u>	De par com o aborrecimento com os turistas desenvolve-se antipatia para com os trabalhadores imigrantes que são vistos, também, como culpados pela deterioração da qualidade.
<u>Antagonismo</u>	A irritação é expressa de forma aberta e o planeamento tenta remediar a situação, enquanto a promoção aumenta, contribuindo para a deterioração da reputação da área.	<u>Antagonismo</u>	Ambos os lados estão conscientes do ressentimento e a situação entre os jovens é muito volátil. Os trabalhadores imigrantes são culpabilizados, por tudo aquilo que os naturais não podem atribuir, directamente, ao turismo.

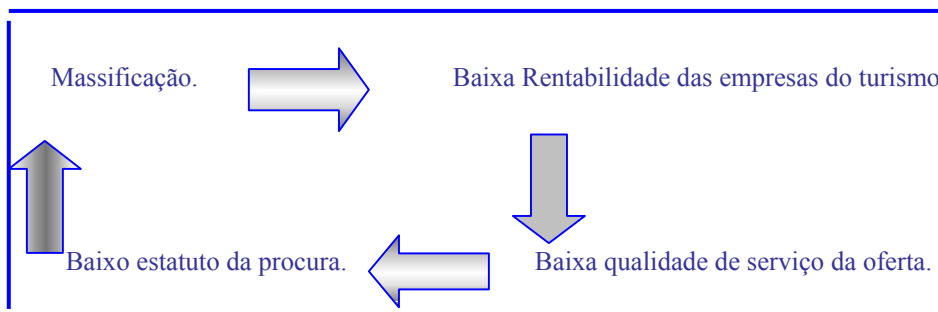
Fonte: Ryan, 1991, pp.137 a partir de Doxey, 1975 e Milligan, 1989

O turismo de massas conduzia, se nada fosse feito em contrário, ao declínio das regiões turísticas. Surgiam os problemas ambientais, decrescia a qualidade e agudizavam-se os impactos sociais, através dos conflitos entre turistas e naturais da região, por um lado, e trabalhadores e residentes, por outro. À medida que os fluxos cresciam e ultrapassavam os limites tolerados pela comunidade esta revelava-se, progressivamente, mais reactiva em relação aos turistas. Além disso, a actividade deixava de ser tão rentável como no passado e, por consequência, de assegurar emprego aos naturais e aos imigrantes (provenientes de outras zonas ou do estrangeiro), conjuntura que contribuía para o aumento da irritação dos primeiros em relação aos segundos. A culpabilização dos trabalhadores, provindos do exterior por todos os problemas, que não pudessem ser atribuídos directamente ao turismo, crescia e contribuía para o afastamento das duas comunidades (ver quadro 1.5.13).

O poder de atracção declinava em função das alterações registadas e o local passava a interessar apenas a turistas com pouco poder de compra. Apesar do crescimento numérico, as receitas

estagnavam e propendiam a decrescer. No caso do turismo de sol e praia conduzia a um ciclo vicioso difícil de ultrapassar, sem uma intervenção reparadora (ver quadro 1.5.14).

Quadro 1.4.14 – Ciclo da produção turística de massas



Cuvelier, 1994, pp. 58

O caso do turismo espanhol constituía um bom exemplo da evolução de um modelo quantitativo de sol e praia. A tipologia tem muito interesse para a análise do caso algarvio, porque, salvo as devidas dimensões, se desenvolveu de forma idêntica nos dois países ibéricos (ver ponto 4.1.3). O processo do país vizinho passou por três fases (Curvilier, 1994, pp.62-63).

*1950-1965 - Fase do lançamento em que o numero de entradas cresceu 19 vezes.
1965-1973 - Fase de Consolidação em que o crescimento é multiplicável por 2,5.
1973- 1990 - Fase de incerteza com recuos e crescimentos que são enquadráveis na crise mundial e no contexto político incerto.*

O turismo espanhol deixou de ser apelativo. A concorrência era muito intensa, na bacia do mediterrâneo e o abaixamento do preço das viagens devido à liberalização dos preços das tarifas, às inovações técnicas que reduziram o consumo de combustível e à maior capacidade de transporte dos aviões, facilitaram a aquisição de pacotes (*packages*) de viagem, para locais mais longínquos, como a Florida, destinos estes menos escolhidos até então pelos europeus em férias e, que, por conseguinte davam maior estatuto social a quem os visitava. A comparação das vendas dos pacotes (*"packages"*) turísticos, entre 1986 e 1990, no mercado britânico, para esse estado norte-americano e para Espanha revela esta mudança com grande clareza (ver quadro 1.5.15).

O ano de 1990 foi negro para o turismo espanhol (ver quadros 1.5.16 e 1.5.17). Todos os indicadores tradicionais diminuíram. A fonte de riqueza nacional dava sinais de secar. Contudo as posições dos analistas não eram consensuais. Uns acreditavam que se tratava de uma crise passageira. Outros, mais cépticos, revelaram, através da utilização de instrumentos de análise de longo prazo, os males estruturais que colocavam em cheque a aliança entre crescimento

1 – Da cidade e do turismo tradicionais ao paradigma urbano e turístico moderno.

económico e turístico. A posição mais sensata parecia, contudo, apontar para a origem da crise se dever a uma situação mista derivada de males conjunturais e estruturais.

Quadro 1.5.15 - Viagens realizadas pelos britânicos a França e a Espanha de forma independente e inclusiva- Unidade: milhares

	Independente		“Packages”	
	1986	1990	1986	1990
Espanha	1481	1821	4076	2816
França	2548	3123	1234	1871

Fonte. Morgan, 1994, pp.386

O estudo dos dados estatísticos, para o ano de 1990, revelava um processo de recessão indiscutível (ver quadro 1.5.16). Contudo esta constatação estatística não bastava para diagnosticar a crise do sector. O turismo, em qualquer país, não é, exclusivamente realizado por estrangeiros. Há, também, que ter em conta o mercado nacional, muito mais complexo de se apreender. No caso espanhol a procura interna não seguiu a tendência desfavorável da procura externa.

Quadro 1.5.16 - Evolução do turismo estrangeiro em Espanha, no período de 1980-1990

Anos	Milhões de turistas	Milhões de visitantes
1980	22,5	38,0
1982	25,3	42,0
1985	27,4	43,2
1987	32,9	50,5
1988	35,6	54,2
1989	35,3	54,1
1990	33,9 (-4,1%)	51,9 (-3,9%)

Fonte: Curvilier, 1994, pp. 64

Com efeito, a leitura das estatísticas permitiu colocar a hipótese de uma possível compensação, com base no mercado interno. Mas não foi esse o caso. As dormidas dos nacionais não conseguiram compensar as perdas, em termos de mercado externo, embora as tivessem atenuado (ver quadro 1.5.17).

Quadro 1.5.17 - Evolução das dormidas (hotéis e pensões) entre 1987 e 1989 em Espanha

	1987	1988	1989
	Milhares	Milhares	Milhares
Espanhóis	46.276,7	48.987,3	53.123,1
Estrangeiros	92.444,3	88.351,0	78.302,4

Fonte: Curvilier, 1994, pp. 64

Entre 1989 e 1990 o turismo espanhol registou uma perda de 2,2 milhões de visitantes (ver quadro 1.5.17). O mais alarmante, sob o ponto de vista estatístico não era a estagnação e a recessão, mas a inversão da tendência expansiva que se tinha registado até essa altura. Com efeito, as previsões, para a década de 90, apontavam no sentido de um crescimento de 3%, o que nem era optimista, na medida em que, entre 1985 e 1988, se registara uma taxa de crescimento de 9%. Resultaria a crise espanhola de uma tendência mais geral do turismo, a nível mundial? Não era esse o caso. Na verdade o turismo espanhol não seguiu a taxa de crescimento do turismo internacional, entre 1989 e 1990, que se situava nos 3,15%, do número de viajantes, enquanto em Espanha, passou dos 9,4% do total mundial, em 1987, para 8,2% em 1990. A participação do turismo no PIB espanhol era em 1990 de 7,9%, quando tinha atingido 9,7 em 1987 (Figuerola, 1991, in Cuvelier, 1994, pp. 66).

A análise do modelo modernista “Fordista” de desenvolvimento do turismo espanhol tem vindo a ser estudado desde meados da década de 90. As suas analogias com o exemplo algarvio que avaliamos no ponto 4.2.2.1 proporcionaram uma compreensão mais alargada dos indicadores de fim de ciclo, de modo a inverter a conjuntura negativa. O caso espanhol constituiu um suporte da análise do algarvio, porque este último ainda se encontra por explorar, de forma sistemática, pelos investigadores e académicos portugueses.

A conjuntura era nefasta para o turismo espanhol devia-se a causa de índole conjuntural e estrutural. Cuvelier salientava 4 motivos, do tipo conjuntural, que considerava muito significativos (Cuvelier, 1994, pp.70-72).

Causas naturais que se prendem, por um lado, com as condições meteorológicas (1989, 1990) da Península Ibérica e por outro com a evolução do próprio ciclo turístico, o qual, de acordo com os economistas devia conhecer um período de abrandamento após um forte crescimento

A valorização da peseta, que afectou os fluxos turísticos ficou a dever-se às causas que se passam a mencionar, todas derivadas da adesão da Espanha, à comunidade europeia. Neste período o país conheceu um dos crescimentos económicos mais acentuados do continente, devido ao investimento estrangeiro e o nivelamento dos padrões de vida no espaço da comunidade.

A concorrência por parte de outros destinos de sol e praia, dentro e fora do espaço europeu, com uma melhor relação preço qualidade e um grau de novidade que o espanhol já não possuía

A dependência de um número reduzido de emissores, (Inglaterra, França e Alemanha) em particular, do mercado britânico

As causas estruturais, na opinião do referido autor, também eram várias, todas elas resultantes do modelo quantitativo (Cuvelier, 1994, pp.75-78)

O modelo quantitativo gerou uma oferta excessiva de alojamento, sobretudo entre

1 – Da cidade e do turismo tradicionais ao paradigma urbano e turístico moderno.

1985 e 1990, porque se acreditava num crescimento constante da procura, facto que os anos seguintes se encarregaram de desmentir, como se referiu.

A oferta de alojamento paralelo, muito dele ilegal, deixava os turistas com menos rendimentos continuarem a fazer férias em Espanha sem aumentarem as despesas com alojamento, enquanto os que dispunham de um bom nível de vida começaram a evitar escolher esse destino turístico.

Os numerosos turistas que visitaram Espanha, entre 1960 e 1990, eram encaminhados pelos operadores turísticos ingleses e alemães. Embora o mercado europeu de pacotes (*packages*) envolvesse vários operadores turísticos, os que operavam no mercado de massas eram pouco numerosos.

A política dos operadores turísticos de tentar reduzir os custos dos pacotes (“packages”) turísticos, exercia pressão sobre as firmas de transporte e as de alojamento. Os hoteleiros foram compelidos a reduzir os serviços turísticos, com correspondente perda de qualidade do produto.

Em consequência dessa situação, durante os anos cruciais de 1970 e 1980, os proprietários de hotéis e outros serviços turísticos tornaram-se muito dependentes destas companhias cujo poder, se baseava na dimensão das suas operações e no seu poder de negociação, muito superior aos das pequenas companhias espanholas. A falta de equidade na contratação, entre as pequenas empresas locais e os operadores turísticos estrangeiros conduziu a uma situação que, a longo prazo, se revelou muito negativa, para as companhias espanholas.

O modelo de monocultura do turismo espanhol, baseado no sol e praia, dava sinais claros de saturação.

A crise do modelo baseava-se também na deterioração do meio ambiente, na poluição auditiva e visual, na concentração excessiva da capacidade receptiva, na insuficiência dos serviços públicos, como os de saúde, sanitários e de infra-estruturas

A crise devia-se, também a uma falta de política a nível, nacional, regional e local para com o turismo, num sector de tão grande importância para a economia espanhola

Pelas razões expostas, o modelo dava sinais de exaustão. A curva de Buttler, mesmo quando interpretada apenas a nível físico, deixa, porém, uma esperança. Ela não se limita a assinalar o caminho irreversível para o declínio. Existe a hipótese de um rejuvenescimento, que passa, pela busca de desconcentração dos turistas, oferecendo opções de actividades alternativas desenvolver, produtos a explorar, que diversifiquem a oferta, e, simultaneamente, estabeleçam limites ao crescimento.

Conclusão

A elaboração deste capítulo assinala o início da reflexão que se deseja realizar, nos dois primeiros desta pesquisa, sobre as relações de diferença entre os modelos de desenvolvimento urbano e turístico tradicional, moderno e pós-moderno. Considerou-se, porém, que dentro dos limites temporais em que cada um deles vigorou, se deviam encontrar as analogias, focadas de forma

holista, dentro de cada arquétipo entre as áreas temáticas em evidência (estudos culturais, urbanos e turísticos).

Esta abordagem tentava encontrar as rupturas que separam os paradigmas, sem deixar de estabelecer as semelhanças no interior de cada um deles, razão que anuiu a que se atendesse aos reflexos da revolução industrial e da ascensão ao poder da burguesia, na definição de novos modelos de ocupação urbana, incidindo a nossa análise no francês e no britânico. Simultaneamente, procurava-se encontrar as convergências com os turísticos. As diferenças entre os arquétipos clarificaram o processo através do qual os gostos da nobreza foram sendo apropriados pela burguesia, nomeadamente a apetência pelo consumo, como modo de ostentação, que fora apanágio da antiga classe dirigente. Este processo lento de inclusão social dependeu da primeira industrialização, na medida em que alargou a produção de bens de luxo, para além dos limites impostos pelas técnicas artesanais, proporcionando, às classes mais favorecidas, o usufruto de um conforto desconhecido até essa época, nas suas residências, nos transportes, nos hotéis, nos restaurantes e casas de espectáculo que frequentavam.

Na etapa seguinte, o desafio da modernidade consistiu em encontrar a forma mais adequada de diminuir a distância social entre a nova elite do século XIX e o cidadão comum. A persecução deste fim que implicou uma nova ruptura, mais radical e profunda, que originou a primeira mudança de paradigma do século XX. No espaço europeu e no americano a transformação ocorreu dentro do quadro do capitalismo e teve por base uma normalização absoluta do modo de produção e dos produtos. Em consonância com essa lógica, o urbanismo moderno para tornar extensível o direito à habitação condigna aos operários, recorreu também a uma racionalização do espaço urbano que se socorreu de uma regulação acentuada para conseguir oferecer habitação para as massas. O crescimento dramático da procura turística, propiciado pela vulgarização do direito a férias pagas, conduziu à necessidade de normalizar para massificar a oferta, enquanto a ocupação do espaço litoral do sul da Europa, se socorreu das duas tipologias de bairro residencial da época - a cidade jardim e o modelo racionalista francês.

O processo de alargamento da participação cultural, não conseguiu, porém, ganhar a expressão do económico e social, na medida em que a postura dos responsáveis pela sua prossecução se caracterizou pelo dogmatismo e por alguma ambiguidade na tentativa de alcançar esse seu objectivo. Políticos e burocratas acreditavam que o simples contacto com as obras de arte erudita conduziriam automaticamente à formação de públicos, esquecendo que os grupos mais desfavorecidos não dispunham dos códigos necessários para a decifrar. Os gestores culturais desvalorizavam tanto as manifestações de cultura popular herança dos trabalhadores com menor capital cultural, designando-a por baixa cultura e encarando-a como uma produção menor sem a legitimidade da erudita, como a nova cultura de massas difundida pelos meios de comunicação social da época, que estes grupos consumiam, acusando-a da mesma falta de qualidade e de

imaginação que atribuíam à produção industrial. Por esses motivos a reacção dessa nova classe também foi contraditória, na medida em que, não só rejeitou aquilo que não conseguia apreciar por falta de instrumentos de análise, como passou a ter, em muitos casos, uma imagem desvalorizada, tanto da que herdara e em que assentava a sua identidade, como da que consumia no seu quotidiano.

As características dessa tentativa frustrada de inclusão determinaram o modo como observaram a cultura da população local, nos países receptores. Numa primeira fase, quando o alargamento se estendeu a uma elite burguesa, com elevado capital cultural, foi possível que o processo de passagem do olhar estético ao romântico e deste ao do “flaneur”, que acabaram por se interpenetrar, ocorresse sem grandes sobressaltos. Contudo, o olhar da gente comum, não estava preparado para fruir a cultura cultivada, e fora persuadido de que a popular tinha pouco valor. Por esta razão, quando visitavam outros países, como turistas, consideraram ambas mais um espectáculo pronto a consumir.

A última fase do processo de democratização que atravessou a cultura ocidental, no período moderno, ocorreu quando os filhos dos membros dessa classe social tiveram acesso à educação e à cultura, (ponto 2.3.2), dando origem à actual sociedade do conhecimento, caracterizada por novas formas de produção e consumo cultural (2.4.2), que tanto influenciaram a mudança de gostos da procura turística, como a introdução de um novo sistema de produção baseado nas tecnologias da informação (2.5.2), temas que se abordam no próximo capítulo, dedicado à pós-modernização.

2 - A Pós-modernização. Pós-"Fordismo", Pós-Modernidade e sua expressão na cultura, na economia urbana e no turismo

2.1- Introdução

No segundo capítulo da nossa pesquisa tentamos realçar os atributos do conceito de pós-modernização que tem vindo a desempenhar um papel importante na obra desenvolvida por vários académicos na área disciplinar dos estudos urbanos. Esses investigadores debruçaram-se sobre as suas duas vertentes – o pós-modernismo e o pós-"Fordismo". A nossa pesquisa pretende abrir um espaço de debate e reflexão ao associar o turismo, evidenciando os contributos, recebidos da e oferecidos para a pós-modernização por esta área disciplinar. Por essa razão, no ponto 2.3 analisamos os aspectos mais relevantes da cultura urbana actual, no ponto 2.4 destacamos as características da nova economia cultural urbana, enquanto que no ponto 2.5 evidenciamos o modo como o turismo pós-moderno e Pós-"Fordista" se relaciona com as duas componentes da pós-modernização. O pós-modernismo sustenta a mudança de gostos dos turistas e a consequente necessidade de requalificação do espaço tradicionais de sol e praia. O pós-"Fordismo", através das novas tecnologias da informação e da comunicação favorece a criação de um novo sistema de produção turística enquanto o turismo oferece espaços culturais e de lazer adequados aos valores, às práticas e às exigências dos indivíduos inseridos no novo paradigma.

As escolhas dos temas que se passam a dissecar, e se distribuem pelos 3 pontos citados, pretendem traçar o quadro da mudança nas áreas temáticas com maior relevo para a pesquisa, as quais se integram em três grandes esferas de saber – estudos culturais, urbanos e turísticos e, simultaneamente, estabelecer o fio condutor que as liga no nosso processo de investigação. A elaboração do presente capítulo denuncia, de forma mais obvia, as opções metodológicas tomadas, na medida em que se deseja analisar uma parte da realidade cultural, urbanística e turística actual, período, que, como se afirma no ponto 5.2 dedicado à filosofia do conhecimento adoptada, se destaca pela sua natureza emergente e complexa, em relação ao qual não existe qualquer distanciamento temporal, que permita estabelecer, com alguma garantia de rigor, as suas marcas mais distintas. O padrão holístico, complexo e fragmentado, do estudo que estamos a desenvolver, exigiu a construção de um discurso apoiado numa teoria baseada no conceito de rede. Os quadros síntese surgem, com maior frequência, para manter a necessária qualidade da abordagem teórica e aumentar o número de casos estudados que ajudam a interiorizar a dinâmica dos processos de interacção.

Desse modo se explica a incidência, no ponto 2.3, nas disciplinas relacionadas com os estudos culturais, nomeadamente na sociologia da cultura, temas que suportaram a fundamentação do

2 - A Pós-modernização. Pós-"Fordismo", Pós-modernismo e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

perfil da nova cultura urbana, seus valores e alegorias. A existência de uma nova classe média cultural, como grande polarizadora do novo capital simbólico, responsável pelos novos arquétipos, assim como o seu papel pioneiro na democratização das políticas culturais, que evoluíram em função do crescimento deste novo grupo, constituem outros tantos assuntos que dissecamos, no âmbito desta disciplina. Socorremo-nos dos estudos urbanos, sobretudo no que concerne o desenho urbano e arquitectónico para explicar o apreço actual pelas qualidades da cidade pré-industrial enquanto o de planeamento urbano nos auxiliou na definição da sua nova cultura.

A nova classe média contribuiu para a formação de um conceito de cultura, mais pluralista e abrangente, que justifica, tanto o crescimento do turismo, como das novas práticas culturais, muito focalizadas no centro histórico, área que muito apreciam. Essa consideração que se manifesta através da contribuição para a sua preservação e salvaguarda, centrada na participação em movimentos de defesa do património (ver ponto 3.4.4), de modo a transformá-lo no local eleito, por muitos dos seus membros, para habitar, trabalhar e consumir (ver pontos 3.2, 3.4, 3.6). Os motivos dessa opção reflectem a sua rejeição da cidade moderna e, sobretudo do estilo de vida nos subúrbios, em que muitos foram educados e consequente aceitação da cidade tradicional como um seu modelo ideal de urbe, arquétipo em que fundamentam a sua própria distinção, como grupo. A exploração dos temas da nova cultura de planeamento favorece o enquadramento conceptual das políticas de regeneração dos centros históricos, algumas delas resultantes da acção dessa nova classe, dos seus sucessos e fracassos que, em grande medida, evidenciam o sucesso e o fracasso das principais metáforas do planeamento urbano actual.

A abordagem do ponto 2.4, sobre o pós-"Fordismo", conta com o auxílio da geografia económica, dos estudos de inovação cultural associados à revitalização dos centros urbanos. A geografia económica urbana ajuda a compreensão das características da nova economia, dos seus temas, da configuração e da articulação das suas componentes duais – global e local, embora a nossa atenção se tenha focalizado nas formas de produção localizadas. A percepção da feição como interação global e local, contribuiu para a reflexão sobre o modo como a produção cultural e a turística têm vindo a articular essas duas componentes. Esses processos localizados de produção cultural e de produção turística, que se têm vindo desenvolver nos centros das cidades, são realizados, mediados e consumidos pela nova classe média, quer na sua condição de residente, quer de turista (ver também ponto 3.6).

O ponto 2.5, além de traçar o perfil do novo turista cultural, desta feita, a partir dos estudos turísticos, os quais denunciam, em traços gerais, o perfil económico, social e cultural da nova classe média, identifica também as mudanças de modo de produção turística, quer em função da evolução tecnológica, quer dos gostos dos consumidores. Mencionamos a importância das suas novas preferências na definição dos espaços turísticos, nomeadamente na requalificação dos tradicionais destinos de sol e praia do sul da Europa para satisfazer a nova procura, preservando

os recursos e proporcionando benefícios a investidores e residentes. Por esse motivo a nossa reflexão englobou também a reorganização dos modelos do sistema turístico de Leiper, feita por Cooper, e do ciclo de vida do produto de Butler, realizada por Weaver, devido ao apoio que concederam à definição e concretização das políticas de planeamento e gestão desses destinos maduros, considerações que abrangeram também a evolução dos próprios conceitos de planeamento e desenho urbanístico e arquitectónico.

As considerações que tecemos sobre os temas abrangidos neste capítulo, envolvem apontamentos sobre o caso português, algarvio ou da cidade de Faro, embora as faça, no ponto 4 uma análise mais cuidada do caso em estudo.

2.2 - A pós-modernização

O termo pós-modernização é utilizado na área dos estudos urbanos, porque é encarado por alguns investigadores como uma ideologia e um conjunto de práticas com efeitos espaciais. O conceito de pós-modernização, adoptado nesta investigação, tem, por essa razão, dimensões sócio espaciais, que incluem, não só, os novos padrões de investimento e de produção, mas também, os processos de consumo, associados a práticas culturais específicas, realizadas em centros artísticos e culturais urbanos, por uma classe ligada ao sector dos serviços cujo prestígio tem vindo a aumentar, situação que tem contribuído para a regeneração dos centros históricos e das zonas ribeirinhas (Featherstone, 1990, pp. 94; Delanty 1999, 132-155).

A mudança de política urbana, nos anos 70 e 80, que resulta da adopção de uma abordagem mais empresarial veio ocupar a tradicional visão administrativa, típica dos anos 60, facilitou a transição do sistema de produção “Fordista”, apoiado num estado de bem-estar de origem Kenesiana, para outro assente no mercado e na acumulação flexível. A nova tendência implicou o abandono dos valores culturais, arquitectónicos, urbanísticos, os padrões de consumo e os estilos de vida modernistas, e facilitou a passagem para a pós-modernidade (Harvey, 1989, in Miles, Hall e Burden, 2000, pp. 50).

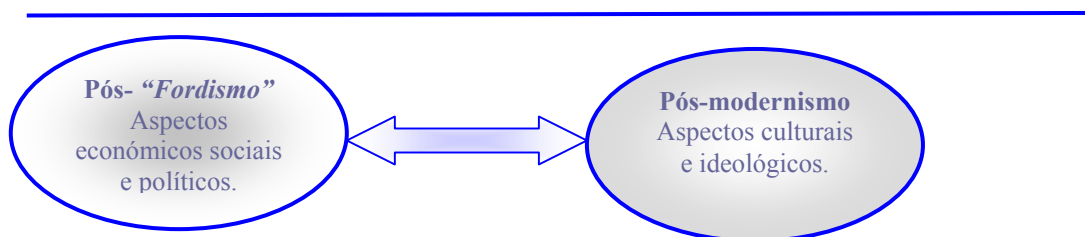
O pensamento crítico urbano dos especialistas que dedicam a sua atenção ao ambiente construído polarizou-se em duas escolas que se fundiram, em consequência da pós-modernização, para que as análises possam ser realizadas com base nas suas interpretações conjuntas. Uma delas identifica-se com a economia política e acentua as mudanças de investimento nos vários circuitos do capital enquanto a outra salienta a economia simbólica, focalizada nas representações dos grupos sociais, nas infindáveis transacções de significados

2 - A Pós-modernização. Pós-*"Fordismo"*, Pós-modernismo e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

culturais das formas construídas – nos imóveis, ruas, parques e interiores dos edifícios elementos fundamentais, na época actual, para a construção de uma identidade social urbana (Zurkin, 1996, pp. 42).

Pelas razões evocadas no parágrafo anterior, alguns autores definem a relação entre o pós-modernismo e o pós-*"Fordismo"*, como aspectos complementares da pós-modernização. O pós-*"Fordismo"* envolve os aspectos económicos, sociais e políticos, enquanto o pós-modernismo abrange os culturais e ideológicos (Albertsen, 1988, pp.339-365; Harvey, 1989; Goodchild, 1990, pp. 119-137; Mommas, 1996, pp.196-216).

Quadro 2.2 - Pós-*"Fordismo"* e Pós-modernismo



Fonte: Síntese própria a partir de Albertsen, 1988; pp. 339-365; Goodchild, 1990, pp. 119-137; Mommas, 1996, pp. 196-216; Fillion, 1999, pp. 422

2.3 - A cultura urbana e a Pós Modernidade

2.3.1 Conceitos, valores e alegorias.

A nossa dissertação fundamenta-se na aceitação de uma mudança de paradigma iniciada em meados do século passado. Por essa razão havia que reflectir sobre as várias dimensões da mudança a partir de uma noção de cultura urbana inclusiva, liberta de barreiras entre alta, baixa e cultura de massas e numa interpretação muito lata do termo, de modo a incluir o desenho e o planeamento urbano. A percepção do surgimento de uma nova classe média, em consequência da democratização das políticas de educação e de cultura, contribuiu para que nos apercebêssemos da importância desse fenómeno, na definição dos novos turistas com interesses culturais que visitam as cidades dos países receptores de turismo de sol e praia, em fase de maturidade, tema que se aborda no ponto 2.5.1. O destaque dado ao desenho urbano, deve-se à preferência que a nova classe média cultural demonstra pelos meios construídos dos centros históricos, como expressão do enaltecimento da cidade tradicional, da sua organização espacial e da coerência dos seus conjuntos arquitectónicos (ver ponto 2.3.4). A referida predilecção reflecte-se na escolha dos locais em que desejam residir (ver ponto 3.4.3) consumir (ver ponto 2.3.1) e produzir (ver ponto

2.4.2) bens e produtos culturais, os quais acabaram, em algumas cidades, por ser transformados em bairros culturais (ver ponto 3.6). A mudança da cultura de planeamento, por seu lado, facilitou o envolvimento das comunidades, a definição de políticas estratégicas e de sustentabilidade, que muito contribuíram para a realização dos projectos de regeneração dos centros históricos (ver ponto 2.3.5). Sem delinear este conjunto de alterações, em termos culturais, tornava-se extremamente difícil articular, com alguma coerência, uma visão integrada para a regeneração dos centros históricos.

Quadro 2.3.1 - Cultura urbana modernidade e pós-modernidade

Modernidade.	<i>Progresso científico racional, ruptura com o passado pré-industrial, vanguarda, núcleo de valores universais consensuais, como conhecimento ou liberdade.</i>
Aspectos comuns.	<i>Papel central da cultura, autoconsciência estética e auto reflexão, simultaneidade, montagem, exploração de paradoxos.</i>
Pós Modernidade.	<i>Fim da crença nos universais, ou seja, na existência de verdades universais, reavaliação de valores como pluralidade, relativismo, subjectividade, nostalgia. Corte com o passado moderno e apreço pela tradição pela cultura local, que implica o gosto pelo vernáculo, pelo revivalismo, pelo pastiche, pelo modelo de cidade tradicional.</i>

Fontes: Síntese própria a partir de Barthes, 1972; pp. 1015; Brooker, 1999, pp.138; Featherstone, 1990, pp.93-105; 1995, 1996, pp. 7; pp. 92-93 e 1997, pp. 101-125; Ellin, 1999, pp. 281-288; Fillion, 1999, pp. 415-425; Giddens, 1999, pp. 765-790; Gottdiener, 1995, pp. 119-137; Grumbach, 1978, pp. 15; Habermas, 1997, pp. 50-51, pp. 50-51; Lagapoulos, 1993; pp. 255-257

Embora se possa atribuir a origem do Pós Modernismo a figuras notáveis das artes e da cultura como “Joyce, Yeats, Gide, Proust, Rilke, Kafka, Mann, Musil, Lawrence e Faulkner na literatura; Rilke, Pound, Lorca e Valery na poesia; Strindberg e Pirandello no drama, Matisse, Picasso, Braque, Cezanne e a movimentos como o Futurismo, o Expressionismo, o Dada e o Surrealismo, na pintura; Stravinsky, Schoenberg e Berg na música” (Jameson, 1997, pp. 192; Berg, 1993, pp. 409), o novo ciclo possui alguns aspectos que partilha com o modernismo, que podem ser consultados no quadro 2.3.1.

Os artistas, das cidades do sul da Europa, já empregavam nas suas produções conceitos que se situavam entre o modernismo e o pós-modernismo, no período entre as duas guerras mundiais. Deste lado do Atlântico, Pessoa, Almodovar, Calvino, Eco, Tsircas e Hadzidakis; do outro lado Borges, Garcia, Marquez, ofereceram as suas versões de arte não moderna, contribuindo para a génese de uma visão da realidade fragmentada, típica do novo paradigma, ao construírem teorias que se prendem com locais específicos e ao contestarem a escala de valores do pensamento binário (Leontidou, 1996, pp.183).

O conceito ganhou popularidade nos anos 60, em Nova Iorque, quando foi utilizado por jovens artistas e críticos, como Rauschenberg, Cage, Bourroghs, Barthelme, Fielder, Ihab Hassan e

2 - A Pós-modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-modernismo e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

Susan Sontag para designar o movimento, que se situava para lá do “exausto” alto modernismo rejeitado devido à sua institucionalização nos museus e na academia (Huysen, 1990, pp. 355-375). O termo ganhou uma dimensão mais abrangente ao incluir a arquitectura, as artes visuais, as artes do espectáculo e a música, nos anos 70 e 80. Foi construído entre a Europa e os Estados Unidos e atingiu uma nova dimensão, ao procurar encontrar a sua fundamentação teórica no pensamento de intelectuais e académicos como Daniel Bell (Bell, 1976,1980’,1992), Julia Kristeva (Kristeva, 1969, 1989), Jean François Lyotard (Lyotard, 1989), Gianni Vattimo (Vattimo, 1980, 1985), Jacques Derrida (Derrida, 1972, 1981, 1992), Michel Foucault (Foucault, 1969, 1971,1979, 1988), Jurgen Habermas (Habermas, 1980,1986,1994,1997), Jean Braulliard (Braulliard, 1970,1983) e Frederic Jameson (Jameson, 1984, 1997).

O esquema 2.3.2 sintetiza a forma como se interligam os novos valores que influenciam a cultura urbana pós-modernista, implicados na nossa pesquisa, e, simultaneamente, da sua interacção, pelo que nos servirá de suporte e guia nas considerações que se tecem ao longo deste ponto.

O termo pós-modernismo engloba, no domínio cultural, contextos mais alargados do que a expressão modernismo, envolvendo as práticas artísticas, as ciências sociais e as humanas, porque dirige a nossa atenção para as mudanças que ocorreram, na cultura contemporânea, as quais se expressam nas áreas que se passam a mencionar (Featherstone, 1996, pp.8).

- 1. Na artística, intelectual e académica, na forma de teorizar apresentar e disseminar uma investigação que não pode ser desligada das alterações registadas nos vários saberes.*
- 2. No domínio cultural lato, envolvendo os modos de produção, consumo e circulação dos bens simbólicos, que se podem relacionar com as amplas mudanças no equilíbrio do poder e da interdependência entre grupos e fracções de classe aos níveis inter e intra-social.*
- 3. Nas práticas quotidianas e experiências dos diferentes grupos sociais, que, como resultado do processo de mudança, podem estar a utilizar regimes de significação de maneira diferente e desenvolvendo novas formas de orientação e estruturas de identidade.*

A consciente desvalorização da condição universal da cultura moderna, ao colocar em dúvida as suas certezas, os seus paradigmas, explicações, modelos e metáforas, quebrou o consenso em torno das verdades e valores pelos quais propugnava. Os pós-modernistas foram obrigados a encontrar o suporte teórico do novo movimento num número de atributos, que sublinham metáforas impregnadas de subjectividade, relativismo e pluralidade, na medida em que nenhuma sociedade sobrevive sem arquétipos de linguagem, cultura ou ideologia (ver quadro 2.3.2).

A defesa do carácter localizado da cultura associou-se ao culto da tradição, com consequente enaltecimento do vernáculo, do gosto pelo revivalismo e pelo pastiche, como forma de contrabalançar a progressiva globalização da sociedade actual. Neste contexto, a popularidade das tradições, da história, a par com a busca das raízes podem ser vistas como esforços de distinção e de definição

na aldeia global (ver Friedman, 1991, 329-349). Mac Luhan (MacLuhan, 1967) previu que a difusão de informação, através dos meios electrónicos ajudava a criar a aldeia global e diminuía a diversidade um dos valores que definem a actual cultura urbana. Por essa razão, era responsável pelo sentimento de descrença, numa autoridade que os cidadãos consideram muito distante, intensificado por um desejo paralelo de uma participação política activa, a nível local, como expressão do seu direito à diferença. Esta garantia, na qual se baseia o localismo e o regionalismo contemporâneos, não deixa, porém, de manifestar nas suas versões mais exaltadas, uma época dilacerada pela exacerbação política e religiosa (ver quadro 2.3.2). A era assinalada pelo triunfo da diversidade e da tolerância é, por um dos muitos paradoxos que a caracteriza, um período aberto a todas as formas de extremismo.

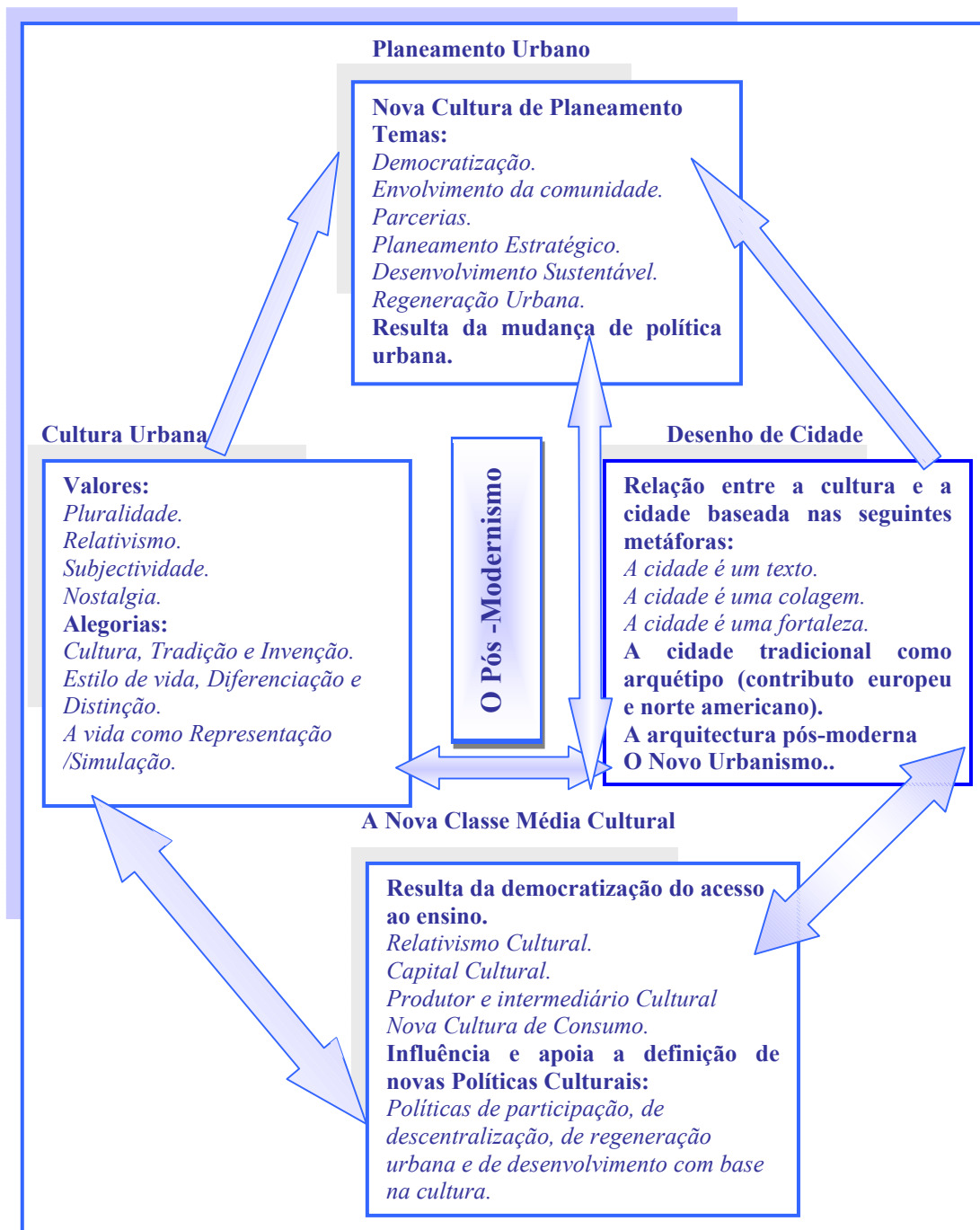
A apologia da cultura de um meio relativamente pequeno, em que se desenrolam as rotinas quotidianas, que consolidam um sentimento de pertença a um lugar, “sustentado na memória e nas cerimónias rituais e comemorativas que alimentam as relações emocionais entre as pessoas e renovam o sentimento do sagrado”, expressa, de forma clara, a índole nostálgica das novas alegorias (ver quadro 2.3.2).

Uma das manifestações do sentimento do sagrado, na época contemporânea, opera ao nível das cidades pequenas e médias, das vilas e aldeias, dos bairros tradicionais, através de acontecimentos vividos entre amigos, vizinhos e conhecidos. Hábitos simples, como a “coordenação da gestualidade corporal e dos movimentos nunca verbalizados ou sujeitos a reflexão; os cheiros e sons familiares, a capacidade de olhar e tocar as coisas foram sendo investidos de símbolos e afectos que constituem um capital cultural reconhecível” (Featherstone, 1997, pp. 90-91). Os valores mencionados perpassam, actualmente a sociedade portuguesa (ver ponto 4.2.3.3) e conduzem ao enaltecimento da cultura regional e local, nomeadamente no Algarve (ver ponto 4.2.3.6) e em Faro (ver ponto 4.3.3.3).

Hobsbawm aponta, porém uma razão que faz desta tentativa uma atitude muito ambígua, com consequências inesperadas, porque “ao mudar o contexto ou ao quebrar a continuidade os movimentos em defesa da recuperação da memória não podem desenvolver ou mesmo preservar um passado vivo”, razão que conduz à invenção das tradições (Hobsbawm, 1983, pp.263-308). Para animar essas tradições investe-se em eventos históricos, convidam-se os espectadores a participar, facto que lhes imprime um carácter teatral, considerado, por alguns investigadores, uma expressão da actual cultura do espectáculo (ver quadro 2.3.2).

2 - A Pós-modernização. Pós-"Fordismo", Pós-modernismo e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

Quadro 2.3.2 - A cultura urbana da Pós-modernidade



Fontes: Síntese própria a partir de Adorno e Horkheimer, 1944, pp. 9; Amendola, 1998, pp.90; Angus e Jhally, 1989; pp. 1-17; Ashworth e Turnbridge, 1996; Barthes, 1972, 1973; pp. 1015; Bianchini, 1994, pp. 8; 1995, pp. 121-126; Bloomfield, 1994, 100-109, 113; Bourdieu, 1984; Brown, 1990, pp. 18-24; Broker, 1999, pp.138; Conselho da Europa, 1997, pp.45-57; DCMS, 2000, Section, A, Guidance 7; D'Angelo e Vespérini, 1998, pp. 18-19, 1999, pp.34; Deleuzes e Guattari, 1983, pp.34; Eco, 1986, pp. 288; Featherstone, 1990, pp.93-105; 1991, pp. 96, 1996, pp. 7-8; pp. e 92-95, 1997, pp. 90-91, 101-125; 1998 pp.915 e 917; 1998, pp.13-27, 95; Ellin, 1999, pp. 281-292; Fillion, 1999, pp. 415-425; Giddens, 1999, pp. 765-790; Gitlin, 1988, pp. 35; Gonzalez, 1993, pp. 76-78; Gottdiener, 1995, pp. 119-137; Grumbach, 1978, pp. 15; Habermas, 1997, pp. 50-51, pp. 50-51; Hobsbawm, 1983, pp.263-308; Jager, 1986, pp. 78-91; Jameson, 1984, pp.53-92; Lagapoulos, 1993; pp. 255-257; Leontidou, 1993, pp. 963, 1996, pp. 180; Ley, 1996, pp. 4-15, 83, 268-71; Lovatt e O'Connor, 1995, pp. 13; Matarasso e Landry, 1999, pp. 13; Miles e Paddison, 1998, pp. 816-823; Urfalino, 1996, pp.196, 329-331; Pfeil, 1990, pp. 98-114; Rapoport, 1984, pp. 55-56; Reich, 1999, pp. 144; Rifkin, 2000, pp. 259; Sulkemen, 1992, pp. 25-262; Taylor, 1989, pp.21; UNESCO, 2001, pp. 3; William 1981, pp.13; 1997, pp. 7; Willians, 1986, pp. 64; Willis, 1993, pp. 206; Wynne e O'Connor, 1998, pp. 844-864; Zurkin, 1989

A nova cultura pós-moderna depende, por isso, da sua índole profundamente teatral, distintivo acentuado pela existência de espaços de produção e de consumo cultural de experiências vívidas, capazes de albergar uma gama muito diversificada de representações, as quais, por seu lado, induzem a ideia de vida como representação. Em relação a épocas anteriores, em que o espectáculo e o drama tiveram um grande peso na sociedade (como o tardo medieval e o barroco), a representação, actualmente, é muito mais consciente e está associada ao mercado. “São cada vez mais numerosos os jovens que encaram a sua existência como uma representação artística, uma espécie de obra-prima inacabada” (Rifkin, 2000, pp. 259; Willis, 1993, pp. 206).

“Uma fracção crescente da economia americana dedica-se, actualmente, à concepção, à construção e à montagem do cenário das nossas existências, do nosso trabalho, do nosso consumo e dos nossos tempos livres; encarrega-se das nossas roupas e da nossa maquiagem, preocupa-se com a nossa linha e fornece os acessórios possíveis”. O advento do ciberespaço, por sua vez, apenas acentuou as novas tendências sociais, porque os novos universos, nos quais os indivíduos “trabalham e se distraem, são por natureza, ambientes simulados, palcos electrónicos, onde milhares de actores procedem a toda a espécie de representações” (Gabler, 1998, pp. 8 in Rifkin, 2000, pp. 259). Desta forma, os valores da “aldeia global” sobrepõem-se aos da local ajudando a difundir um gosto, de carácter universal, pela hiper realidade e pelos espaços simulados o que fundamenta mais um dos paradoxos do novo paradigma (ver quadro 2.3.2).

O gosto pela simulação está presente um pouco por todo o lado, mas encontra-se mais difundido nos centros comerciais onde as compras se transformaram numa actividade de lazer cultural e as pessoas em audiências, que se movem através de um imaginário concebido para transmitir sumptuosidade, exotismo e nostalgia, ambiente que define também os parques temáticos, algumas zonas de património, os centros turísticos. Estes espaços oferecem misturas e combinações de bens de consumo e de experiências, sob a forma de ambiente estetizado – a atmosfera, o átrio, as fontes, e outros efeitos de disneyficação “são desenhados para serem utilizados como locais de sociabilidade e associação em que as pessoas passeiam, olham e conversam, divertem-se e mostram-se. Esta experiência alegórica percebida de forma fragmentada, devido à sua natureza distraída é a herdeira mais directa do olhar móvel e mutável do flaneur, que olhava e consumia os sons e as paisagens, enquanto passeava nas ruas de Paris, no século XIX” (Featherstone, 1991, pp. 96; Featherstone, 1998 pp. 915 e 917; ver também ponto 1.2).

Este gosto originário do norte da Europa e dos Estados Unidos instigou investigadores como Gilles Deleuzes e Félix Guattari a afirmar que “realidade não é impossível, simplesmente é cada vez mais artificial” (Deleuzes e Guattari, 1983, pp.34). A cidade é, neste caso, um texto intersecante, com origem no passado, razão que justifica a grande intervenção ao nível do desenho, mas sem qualquer significado final, na medida em que se perdeu a relação com a referência original, resultado da conjugação da imagem com a engenharia, e que Relph designa por “imaginaria”. “Ilusão, ficção, realidade, ciência e tecnologia começaram a fundir-se, tornando-se indistintas” (Relph, sd, pp. 118).

2 - A Pós-modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-modernismo e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

Quadro 2.3.3 - A realidade é cada vez mais artificial

<i>Baseia-se no conceito de desconstrutivismo que põe em causa a relação entre significante e significado reduzindo a cidade à condição de texto intersecante que resulta das experiências do passado.</i>	<i>Valoriza a ausência de um significado final, pelo que todos os significados se podem transformar em significantes e os significantes em significados.</i>
<i>Gosto pela hiper-realidade.</i>	<i>Aceita que a simulação, não se aproxima da semelhança porque não tem original nem referente.</i>
<i>Desta situação resulta um grande relativismo.</i>	<i>Anui à artificialidade da realidade, porque a cadeia de significantes é infinita, o que dificulta ou inviabiliza a comunicação.</i>

Fontes: Síntese própria a partir de Eco, 1986, pp. 288; Ellin, 1999, pp. 288; 292; Gitlin, 1988, pp. 35

Já em 1944, com um notável poder de antecipação Adorno e Horkheimer afirmavam que a “vida real não se distingue mais dos filmes” (Adorno e Horkheimer, 1944, pp. 95).

Uma das situações que pode exemplificar a forma como a simulação se sobrepõe à realidade correu em Times Square, em Nova Iorque, em 1993 durante as filmagens de The Last Action Hero, com Arnold Schwarzenegger. A zona foi, por essa razão, devolvida à “imagem da sua anterior encarnação”. O ambiente ameaçador, com os seus “dramas urbanos” e as suas actividades duvidosas, foram reconstruídos, por algum tempo, para servir de cenário a mais uma peça da indústria do entretenimento (Reich, 1999, pp. 144).

O arquétipo desta hiper realidade é a Disneylândia, espaço que não é olhado pelo cidadão comum, como irreal ou surreal, mas sim como mais real do que o real, um real retocado e remodelado, como se o mundo histórico tivesse sido passado por um telescópio, através de uma fotografia a cores perfeita, que retirasse toda a inquietação (Pawley, 1990, pp. 1). O encontro, entre o mundo da arquitectura e o da simulação, simbolizado pela Disney, tem vindo a consolidar-se estando, actualmente, tão intimamente ligados que, por vezes, é impossível separá-los (Brown, 1990, pp. 18-24), embora, nos seus desenvolvimentos mais recentes, a associação parece reflectir uma assimilação mútua de valores e conceitos que podem dar origem a realidades complexas de interpenetração, com benefícios mútuos.

O turismo tem vindo a ser acusado de contribuir, de forma decisiva, para o incremento da *hiper* realidade, mas, na verdade, o gosto pela simulação ultrapassa esse domínio específico, porque assinala um dos cunhos da actual sociedade urbana pós-moderna e da sua relação com a cultura, tema que se trata com maior detalhe no ponto 2.5.1.

O caso de Time Square

O Caso de Time Square merece alguma reflexão como exemplo dos impactos da denominada “disneyficação” das cidades contemporâneas, mas também do grande progresso em temas de desenho que separam os parques temáticos mais antigos, deste tipo actual de urbanização do lazer, marcada pela pós-modernidade. O projecto de desenho urbano foi entregue ao arquitecto A M Stern, o qual possuía uma grande experiência de construção para a “Walt Disney Company” e, simultaneamente, um extenso conhecimento da arquitectura de Nova Iorque. O seu plano tinha como objectivo criar um conjunto de locais de entretenimento, que incluía restaurantes, lojas e clubes nocturnos. Os teatros históricos foram reconstruídos, não apenas como salas de espectáculo teatral, mas também como cabarés, clubes de comédia e cinemas, numa espécie de homenagem a Florenz Ziegfeld, cujo “Follies” definia a rua 42, no início do século XX. Alguns críticos de arquitectura afirmaram que o plano podia ser chamado de “Learning from 42 street”, porque ele conservava o contexto da rua, tal como era defendido por Ventury, Brown e Izenour, no seu livro “Learning from Las Vegas”.

Stern revelava sensibilidade para com a arquitectura comercial original dos imóveis, e transformou o conjunto, de edifícios, de pequena escala, numa oferta de entretenimento popular, que se inseria perfeitamente, no tecido urbano. Time Square passou a ser conhecido como um local de divertimento, para todos, embora mostrasse claramente, a sua tendência para a aproximação ao parque temático. O arquitecto oferecia uma versão passível de comercialização da história, tirando partido de um imaginário cultural do “bom, limpo, divertido Times Square dos anos 50” e recebeu um enorme apoio público incluindo da comunidade cultural através da Sociedade Municipal de Arte.

O sucesso do projecto foi, por fim, assegurado pela Disney, que mostrou interesse em reabilitar o teatro mais antigo de Nova Iorque – o “New Amsterdam”, em estilo Arte Nova. A companhia mais importante no sector do entretenimento interessava-se pela área, demonstrando assim a sua capacidade para conquistar o importantíssimo mercado do entretenimento urbano. A chegada da Disney, arrastou consigo outras empresas de grande nomeada, como a Americam Multi Cinemas e a Madame Tussaud’s de Londres. Num prazo relativamente curto de tempo a Disney transformou a rua quarenta e dois, numa “Disney Main Street”, e, simultaneamente, sob ponto de vista económico, numa das mais importantes atracções turísticas da cidade.

Fonte: Reich, 1999, pp.147, 152-153

As metáforas actuais favorecem a busca individual de diferenciação e distinção, de modo a expressar a identidade individual, através de uma produção cultural baseada na manipulação de símbolos (ver quadro 2.3.2). Por conseguinte, o poder deriva do modo como se consegue obter distinção através de um estilo de vida, conjunto fixo de disposições, gostos culturais e práticas de lazer que separam os grupos sociais uns dos outros, baseada numa estilização activa, e na exploração brincalhona de experiências transitórias e efeitos estéticos. A ironia, outro apanágio da cultura urbana contemporânea actua como um mecanismo de defesa contra um mundo dominado pela relatividade (Jameson, 1984, pp.53-92; Lagapoulos, 1993, 255-257; Taylor, 1989, pp.21).

A mudança de paradigma, expressa em valores como a relatividade e a pluralidade, contribuiu para atenuar vários campos de tensão modernos, através da diluição dos contrastes do pensamento binário. Uma das oposições focalizava-se na relação entre universal e local, que se analisou, centrando-se a outra, não menos importante para esta pesquisa, na ligação entre alta cultura, cultura popular e cultura de massas (Huyssen, 1986, pp. 181 e 216-217; Huyssen, 1990, pp. 355-375).

2 - A Pós-modernização. Pós-*"Fordismo"*, Pós-modernismo e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

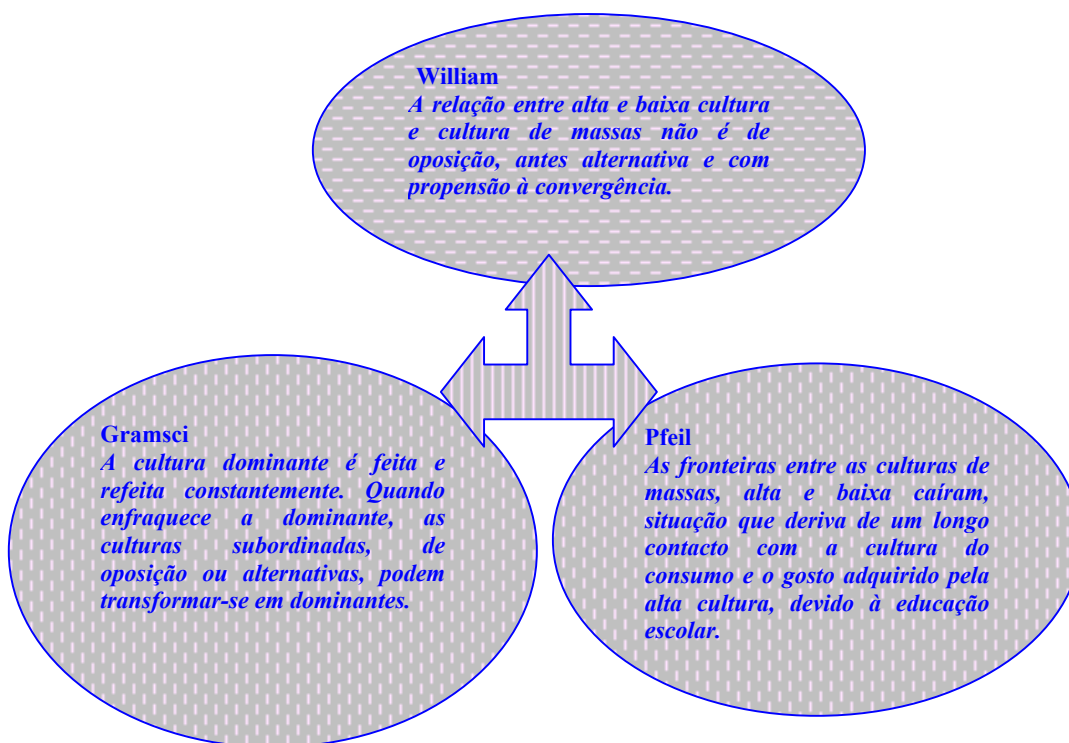
O fim da separação entre os vários tipos de cultura – erudita, popular e de massas, constitui, mais uma manifestação, da aceitação da pluralidade de opções existentes nas sociedades urbanas actuais. As cidades sempre possuíram maior ou menor especificidade cultural, consubstanciada em produtos culturais distintos, em estilos de vida próprios, em organizações singulares do espaço não construído e construído (ver quadro 2.3.2). Ao afirmar que as urbes sempre possuíram culturas próprias estamos a utilizar um termo que tem duas interpretações: cultura como modo de vida, no sentido antropológico e como arte, produtos e experiências culturais espiritualmente elevadas, com significado de alta cultura (Featherstone, 1998, pp. 95).

A relação entre alta, baixa cultura e cultura de massas foi reavaliada à luz das novas metáforas inclusivas pós-modernas, aceitando-se a partir dessa altura que as suas manifestações não têm índole oposta, mas alternativa (ver quadro 2.3.4). Raymond William, um dos primeiros sociólogos a reflectir sobre esta problemática, reconhecia uma convergência no conceito de cultura, que ultrapassa a divisão entre alta cultura, com o seu cânone selectivo, baixa cultura de raiz popular e a cultura de massas, embora não seja ainda consensual a aceitação deste estatuto de igualdade (William, 1976, pp. 50). Este académico, em 1981, admitia a convergência entre a ideia de cultura, provinda das humanidades e dos estudos culturais definida como “o estilo de vida de um grupo social ou de toda uma sociedade” (William, 1981, pp. 13). A cultura, afirmava, “é algo de vulgar” (William, 1997, pp. 9), que reveste forma diversa, tem os seus fins e os seus meios, em cada sociedade humana. A cultura é um “sistema significante, através do qual a ordem social é comunicada vivida e explorada” (William, 1981, pp.13), atingindo a dimensão de “significado comum, produto de todo um povo, sujeita a interpretações individuais, feita e refeita constantemente, de modos não previsíveis com antecedência” (William, 1958, in Gray e McGuigan, 1997, pp. 6).

A relação entre cultura dominante e cultura dominada passou por um processo idêntico de reavaliação. Gramsci não concebia a diferença como oposição, mas antes como contradição, aberta a uma resolução, porque, argumentava, o conceito de hegemonia não é estático. A cultura dominante é feita e refeita consecutivamente, de modo a poder ajustar-se à realidade, acomodar e tolerar muitos significados e valores alternativos (Gramsci, 1971; in Leontidou, 1996, pp. 180).

A cultura urbana mediterrânea, por exemplo, surgia assim como uma alternativa que assumiu o papel de cultura de oposição ou alternativa subordinada. Floresceu em áreas periféricas, mantendo “valores pré-industriais ou residuais, os quais podem conduzir a uma posição dominante, à medida que o pós-*"Fordismo"* avança, com as suas formações sociais e económicas, capitalistas” mas com configurações, completamente diferentes das anteriores em que é manifesta a afinidade com as tradicionais do sul da Europa, nomeadamente da portuguesa (Leontidou, 1993, pp. 963).

Quadro 2.3.4 – A relação entre as várias culturas



Fonte: Síntese própria a partir de Gramsci, 1971, in Leontidou, 1996, pp. 180; Williams, 1995, pp. 50; Pfeil, 1990, pp. 98

A teoria urbana e arquitectónica aceita também esbater a diferença entre cultura erudita e cultura popular e valorizam o pluralismo cultural (ver quadro 2.3.2).

Quadro 2.3.5 - O fim das duas culturas

<i>Aproximação entre a cultura erudita e a popular.</i>	<i>Defesa do pluralismo das ordens que se reforçam uma à outra, nas duas paisagens culturais construídas (erudita e popular).</i>
<i>Pluralismo cultural.</i>	<i>Apoio às atitudes de inclusão que, em casos extremos, manifestam falta de convicções e desejo de agradar.</i>

Fonte: Rapoport, 1984, pp. 55-56

Simultaneamente, a contradição entre o norte e o sul, que assinalou o período moderno, tem vindo a diluir-se à medida que a desconstrução das suas divisões espaciais avança, como acontece com Nova Iorque, Barcelona, Ibiza ou Londres. As cidades pós-modernas, tanto no norte como no sul da Europa têm vindo a desenvolver um novo espírito de local, (conceito que se analisa ainda neste ponto), intimamente ligado à produção, mas também ao consumo, aos media, às viagens e à migração dando lugar a correntes de criatividade e actividade empresarial que podem gerar uma

2 - A Pós-modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-modernismo e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

identidade local distinta, marcada pelo cosmopolitismo e pela diversidade cultural, embora fluída e múltipla. Este processo encontra-se recheado de confluências extremamente interessantes que envolvem tanto a denominada “mediterrâneação” do centro histórico de Liverpool como, de certo modo, em oposição irónica, a tardia modernização de Atenas e de outras cidades do sul, nomeadamente de algumas portuguesas (Leontidou, 1996, pp. 190-191; Lovatt e O’Connor, 1995, pp. 13).

2.3.2 - A nova classe média cultural

Fred Pfeil atribuiu a queda de fronteiras entre cultura de massas, erudita e popular, nos Estados Unidos da América, aos valores da geração nascida no período do pós-guerra, que possuía um longo contacto com a cultura do consumo e o gosto adquirido pela alta cultura devido a uma escolarização longa que incluía, em muitos casos, uma formação superior. Esta combinação concedia às novas classes médias a faculdade de consumir produtos culturais de massa, sem deixar de apreciar as manifestações de alta cultura, porque dominavam uma vasta gama de competências culturais, desde os saberes que exigiam pouca ou nenhuma mediação até aos associados a um elevado grau de formalismo (ver quadro 2.3.2). A geração “baby boomer” foi a primeira a possuir uma familiaridade única, em todo o terreno da produção cultural (Pfeil, 1990, pp. 114). Nos nossos dias qualquer apreciador de espectáculos culturais “é capaz de ouvir *Tom Jones* e *Gustav Mahler*, comprar um quadro de um pintor célebre e um fato de um costureiro de nomeada, ver o *Titanic* na quinta-feira e *Fausto* da sexta” (Bonink e Hitters, 2001, pp. 227).

O pós-modernismo manteve, em consequência dessa situação, um carácter de contra cultura porque, argumentava John Clarke, se desenvolveu no seio dessa geração, que não partilhava nem com a classe média tradicional, nem com a classe trabalhadora, valores ou estratégias (Pfeil, 1990, pp.98). A sua capacidade de questionar as antigas e novas formas de consumo, os novos prazeres e desejos não se coadunavam com as virtudes tradicionais da velha classe média, que enaltecia a disciplina do trabalho e uma conduta ascética (Featherstone, 1996, pp. 95, 1998, pp. 21), nem com os da classe operária, da qual se distanciou, na maior parte dos casos, em nome de uma tradição profundamente idealizada (Jager, 1986, pp. 78-91).

Esta classe média alargada detém competência cultural que resulta de um acesso generalizado ao ensino, a que se associa, por vezes, uma herança familiar, afirma Pierre Bourdieu, académico que na Europa mais se dedicou ao estudo deste fenómeno (ver quadro 2.3.2).

A capacidade de utilizar o juízo discriminatório, o saber ou capital cultural, permite a alguns grupos ou categorias de pessoas, entender e classificar, de imediato, os novos produtos, e a sua utilização, baseadas nas suas qualificações formais e informais. São estas competências que

asseguram, aos indivíduos que as possuam, uma posição em círculos profissões e em organizações específicas, destacando e reforçando tipos de vantagens ou desvantagens sociais. O saber ou capital cultural pode sobrepor-se ou divergir da distribuição de capital económico ou social, medido através do rendimento, da riqueza e do poder (ver quadro 2.3.2). O capital cultural não é uma questão de saber teórico abstracto, mas da competência simbólica para apreciar os objectos de arte ou de antiarte. Nos escritos de Bourdieu o sistema de educação serve como filtro do capital cultural adquirido, inicialmente em casa, através de um contexto de classe já estabelecido (Bourdieu, 1990, pp. 56, 207; 1992, pp. 134; Brooke, 1999, pp. 4; Casanova, 1995, pp. 45-68; Urry, 1997, pp.105).

O surgimento da nova classe média relaciona-se, directamente, com o desenvolvimento económico e social da sociedade ocidental e com o seu esforço no sentido de democratizar o acesso ao ensino e à cultura. Em alguns países, como os Estados Unidos, e no Canadá, o seu aparecimento foi precoce, ainda na década de 60 (Pfeil, 1990, pp. 34; Ley, 1996, pp. 4-15, 83 e 268-271). Na Europa ganhou alguma expressão na década de 70 e 80, principalmente, na Dinamarca, na Suécia, na Noruega (Sulkemen, 1992, pp. 25-26), em França e na Grã-Bretanha (Bourdieu, 1984, pp. 247-255; Williams, 1986), enquanto na década de 90 foi a vez de Singapura (Baum, 1999, pp. 1095-1100; Huat Chau, 1998, pp. 981-1000) e de Israel (Schnell, 1993, pp. 1187-1207).

Em Portugal (ver ponto 4.2.3.1) e na cidade de Faro (4.3.3.3) a presença desta nova classe média também já foi detectada, porque o incremento do acesso ao ensino superior, sobretudo a partir da década de 90, tem vindo a contribuir para o seu alargamento, embora a média esteja ainda longe dos valores atingidos nos países mais desenvolvidos do velho continente.

Na década de 80 este grupo representava 59% da população activa dos Estados Unidos. Na Europa o seu crescimento era já notário na década de 90, altura em que atingiram 31,8% da população activa na Suécia, 32,8% na Dinamarca e 22,8% na Noruega (Sulkemen, 1992, pp. 25-26).

Em muitos destes países foram encontradas características comuns, situações, que se verificaram nos Estados Unidos, no Canadá, em França, na Grã-Bretanha, na Austrália, em Singapura, em Israel e em Portugal que passam pelos interesses culturais muito acentuados, mas também muito diversificados do citado grupo social.

Esta classe possui uma enorme complexidade, por conter um vasto leque de clivagens, devido à divergência de interesses económicos, políticos e sociais (Bell, 1980). Um dos elementos que a caracteriza é sua abrangência assente no facto de não ser nem uma classe dominante, nem desfavorecida, situação que exige uma constante afirmação face à classe dominante e uma

2 - A Pós-modernização. Pós-"Fordismo", Pós-modernismo e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

demarcação em relação às inferiores (Bechofer e Elliott, 1981, pp. 106). A nova classe média tem vindo a ser ignorada, nas teorias de transformação social, pela sua posição ambígua entre o capital e o trabalho, pelo seu individualismo e pela sua ausência de consciência de classe (Boudreau, 1999, pp. 777). Em nosso entender esta é ainda uma visão pouco flexível, própria do pensamento bidimensional do período modernista "Fordista". Conquanto essa classe constitua o legado mais importante do pensamento e da acção democrática da modernidade, dos seus valores, e metáforas ela contribuiu para a mudança de paradigma que se tem vindo a registar no mundo desenvolvido, na medida em que é um grupo complexo, difícil de enquadrar em velhos conceitos de classe (Lash e Urry, 1987).

A nova classe média tem desempenhado um papel preponderante na defesa dos valores que advoga, como o pluralismo e o relativismo, expressos no seu apoio aos movimentos pela paz, pelos direitos das mulheres e das minorias, em defesa do ambiente e da cultura local e regional (Parkin, 1968; Kriesi, 1988, pp. 94, 107-116; Smith, 1982, pp. 17; Bertz, 1992, pp. 93-114; Boudreau, 1999, pp. 777).

Os investigadores que têm vindo a dedicar a sua atenção a este grupo social encontram-lhe, como se referiu, várias clivagens e interesses em conflito. Uma dessas clivagens passa por uma origem social de carácter bipolar, quer nas classes mais favorecidas, quer nas menos beneficiadas, situação que já foi detectada pelos pesquisadores portugueses no nosso país, como se menciona no ponto 4.2.3.1. Os membros da nova classe média podem, por seu lado, ser separados em dois subgrupos. Uns possuem profissões que lhes proporcionam rendimentos apreciáveis, juntando, dessa forma, capital económico e capital cultural, enquanto os outros ascenderam em função da sua educação formal, sem que a família possuísse estatuto elevado e dividem-se, igualmente em dois conjuntos. Essa separação situa-se entre os que encontraram na actividade profissional uma forma de atingir uma situação económica desafogada e os que não reúnem um capital económico apreciável, mas têm um peso determinante na evolução do sector cultural, cujo prestígio surge como um modo de compensar o menor peso económico. Os grupos com maior sucesso económico estão ligados ao mundo dos negócios, dos serviços financeiros, de gestão e marketing, enquanto os que se distinguem pelo seu capital cultural se encontram activos na sua produção e mediação, no ensino, nos media, nos serviços sociais e de saúde estatais, nas actividades ligadas às agências sem fins lucrativos e no turismo. No sector turístico são os produtores de destinos culturais, construtores programas distintos de viagem que exigem conhecimentos específicos de história, história da arte e arqueologia (ver ponto 2.5.1).

Nos países em que este novo grupo cresceu, mais cedo e de forma mais acentuada, o subgrupo dos que se dedicam a actividades culturais, foi o primeiro a mostrar interesse em residir nos centros históricos das cidades, como aconteceu, por exemplo, no Canadá. No entanto, o outro subconjunto, mais ligado a actividades empresariais e com maior capital económico, também se

apropriou dessa área da cidade. O processo de enobrecimento está marcado por vários tipos de questões, algumas de grande complexidade as quais são abordadas no ponto 3.4.3. Contudo elas são indissociáveis, também das lutas pela hegemonia e dos valores de cada um desses subgrupos da classe média, processo que os académicos que se dedicam ao estudo do enobrecimento em Portugal, começam a encontrar na cidade de Lisboa, como afirmamos no ponto 4.1.3.5 (Bourdieu, 1984, pp. 247-255; Zurkin, 1989, pp. 58-82; 1996, pp.43-59; 1998, pp.1-49; Ley, 1996, pp. 4-15, 83, 268-71; Urry, 1997, pp. 106; Richards, 1996, pp. 280; Richards, Goedhart e Herrijgers, 2001, pp. 71).

Os novos produtos culturais, que a nova classe média tanto aprecia, passaram a ser mediatizados através do marketing e da publicidade dando origem a uma nova cultura de consumo, que inclui a forma de fazer cultura, as suas práticas de legitimação, os seus produtos e a sua estética (ver quadro 2.3.6).

Quadro 2.3.6 - A nova cultura do consumo

- ☆ *Tem origem na expansão geral da cultura.*
- ☆ *Resulta do alargamento da produção de bens culturais.*
- ☆ *Depende da mudança nas formas de consumo que reproduzem especificidades culturais e estilos de vida.*
- ☆ *O consumo de bens culturais e patrimoniais faz parte do estilo de vida da nova classe média.*
- ☆ *O consumo de bens culturais traduz o gosto pelos simulacros.*
- ☆ *O consumo dos signos e dos símbolos do objecto constitui uma fonte de prazer derivado.*
- ☆ *A cultura do consumo resulta da associação da publicidade e a produção cultural.*
- ☆ *Desta forma cultura e economia constituem uma esfera única.*

Fontes: Elaborado a partir de Angus e Jhally, 1989; pp. 1-17; Ashworth e Turnbridge, 1996; Featherstone, 1998, pp. 13-27; Miles e Paddison, 1998, pp. 816-823;

A produção, o marketing, e a distribuição dos bens simbólicos dependem do mesmo grupo social que Bourdieu designa por *nova classe cultural intermediária* (ver quadro 2.3.2), na medida em que possui a capacidade de se socorrer de várias tradições e culturas, para produzir e interpretar os bens (Bourdieu, 1984, pp. 354-371). Esses profissionais actuam como uma espécie de “cadeia de transmissão do gosto típico das classes superiores, do bom gosto, enquanto membros de um novo tipo de pequena burguesia”, embora se encontrem na situação paradoxal de produzir os bens que permitem a manutenção da sua distinção e, simultaneamente, ao vulgarizar o seu consumo, promoverem a sua desvalorização obrigando à manutenção de uma capacidade criativa elevada, de modo a regular, constantemente, a distância social original (Swartz, 1997, pp. 158-163; ver também ponto 2.3.1).

2 - A Pós-modernização. Pós-"Fordismo", Pós-modernismo e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

Estes novos senhores do gosto, para além de procurarem, sistematicamente, novas experiências e novos produtos, dedicam-se também a definir os estilos de vida desejáveis, identificando-se, por isso, como os novos guardiões do portão, (ver pontos 1.3 e 1.5) porque são os árbitros do acesso aos produtos culturais, às redes virtuais e materiais que os exploram, transformam e comercializam (Riftin, 2000, pp. 216).

Acresce que, enquanto típicos representantes do carácter inclusivo e plural da pós-modernidade, eles parecem antes ser portadores de diferentes coerências e, sobretudo, de ter capacidade ou necessidade de tornar compatíveis diversas lógicas e de conviver pacificamente com essa ambivalência. Esta evolução resulta da fragmentação dos estatutos fixos dos grupos, expressa na proliferação dos signos (Willis, 1990, pp. 206-215; Wynne e O'Connor, 1998, pp. 845).

Os novos intermediários culturais são, por norma, associados a certos grupos profissionais, dos quais se destacam jornalistas, publicitários, produtores de televisão, operadores de turismo, directores de centros comerciais, criadores de moda, arquitectos, especialistas em galerias de arte, pessoas que, embora não necessariamente qualificadas, sob o ponto de vista formal, para essas profissões, possuem uma cultura de tipo superior e podem, portanto ser consideradas elos determinantes da cadeia de criação, manipulação e transmissão de bens de elevado conteúdo de informação e valor simbólico (Bertz, 1992, pp. 5-36; Bourdieu, 1984, pp. 359; Bovone, 1997, pp. 105-106 e 111-112; Featherstone, 1998, pp. 19; Swartz, 1997, pp. 287-289). Em Portugal, embora a classificação das actividades culturais seja bem mais restrita também se verifica um crescimento dos grupos que desenvolvem esse tipo de actividades (4.2.3.4)

Derek Wynne e Justin O'Connor, na sua pesquisa sobre o centro urbano de Manchester concluíram que o conceito de mediador cultural, tal como Bourdieu o defendia, não se aplica ao caso que estudaram, porque se fragmentou, deixando de ser privilégio de uma nova classe média, para passar a possuir uma identidade que se baseia no estilo de vida (Wynne e O'Connor, 1998, pp. 844-864). A actual sociabilidade transformou-se numa espécie de tribalismo, defende Mafessoli em que a pertença ao grupo é assegurada, em primeiro lugar, através da posse de um conjunto de objectos e símbolos que inclui a roupa, o penteado, o estilo de vida e os gostos, os quais permitem a adopção de uma identidade temporária, apropriada a um determinado contexto, num determinado momento, mas que pode ser abandonada amanhã (Mafessoli, 1996, pp. 73-103).

Pierre Bourdieu ao analisar a natureza dos conflitos nas sociedades pós-industriais, afirma que eles se radicam, cada vez mais, no investimento na distinção cultural e simbólica, que permite adquirir estatuto, uma forma de distinção social disfarçada, numa sociedade que julga as pessoas pela sua apetência para consumir, pelo seu nível e estilo de vida, tanto como pela sua capacidade de produzir. O referido autor defende que as práticas de distinção simbólica, como as preferências

na vida quotidiana, em termos de alimentação e vestuário, servem para demonstrar um gosto mais refinado, o qual dá forma à lógica de inclusão e de exclusão (Bourdieu 1984, pp. 6).

2.3.3 - Novas políticas culturais e novas classes médias

As políticas culturais, nos países desenvolvidos, têm sido instrumentos poderosos de democratização da cultura, a par com a educação formal (ver quadro 2.3.2). Por essa razão os principais objectivos que determinaram a acção dos governos desses estados, nos últimos 25 anos, e guiaram o Conselho para a Cooperação Cultural, do Conselho da Europa, englobam a promoção da identidade, da diversidade, da criatividade e da participação cultural (Amendola, 1998, pp.90; Conselho da Europa, 1997, pp.45-57; D' Angelo e Vespérini, 1999, pp.34). A política estatal, de acordo com a relação das actividades culturais, feita pela UNESCO, deve incluir os sectores culturais mencionados no quadro 2.3.7 (D'Angelo e Vespérini, 1998, pp. 18-19, 1998, pp. 18).

Quadro 2.3.7 – Inventário das actividades culturais segundo a UNESCO

<i>1 Património Cultural.</i>	<i>7 Rádio e Televisão.</i>
<i>2 Imprensa e Literatura.</i>	<i>8 Actividades sócio-culturais.</i>
<i>3 Música.</i>	<i>9 Desporto e Jogos.</i>
<i>4 Artes dramáticas.</i>	<i>10 Natureza e Meio Ambiente.</i>
<i>5 Artes plásticas.</i>	<i>11 Administração geral das actividades culturais /Actividades difíceis de classificar.</i>
<i>6 Cinema e Fotografia.</i>	

Descrever as fases da evolução das políticas culturais é também, em grande medida, acompanhar o percurso da primeira classe média cultural, que coincidiu, nos países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos, o Canadá ou a França, com a geração do pós-guerra. Na juventude, marcada pelos movimentos da contra cultura e de militância política, que culminam com o Maio de 68, criaram o clima necessário à evolução das políticas de reconstrução (ver ponto 1.4), para outras favoráveis no alargamento da participação. O seu envolvimento na democratização da sociedade incidiu, do mesmo modo, na defesa de políticas de descentralização, com consequente aumento do apreço pelas manifestações regionais e locais. O interesse pela cidade tradicional, incitou a nova classe a apoiar as políticas culturais de regeneração urbana e, finalmente, à definição de um conceito de cultura como factor de desenvolvimento regional e local (ver pontos 2.4.2 e 3.6).

Nos anos 70 e 80 a política de muitos governos tinha como objectivo o aumento da participação dos cidadãos na vida cultural, que correspondia aos objectivos dos movimentos pós Maio de 1968, feministas, de acção pela comunidade, ambientalistas, de jovens e de activistas dos direitos das minorias. Estes grupos criticavam o planeamento urbano funcionalista, estavam ligados a

2 - A Pós-modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-modernismo e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

produções culturais alternativas – teatro experimental, bandas de rock, discos, livros, jornais, revistas e exposições - assim como aos seus circuitos de distribuição, universo cultural que quebrava as barreiras tradicionais entre os vários tipos de cultura (ver quadro 2.3.2).

A mudança da política cultural em Bolonha

A transformação da política cultural, em Bolonha, ocorreu em nos anos 70, sob o ímpeto da crise, entre os jovens graduados, mas socialmente marginalizados. Estes criadores formaram um movimento alternativo de vanguarda que contestava uma política cultural elitista, com um infinito desdém pela cultura comercial, mas que aceitava de forma acrítica, todas as manifestações de alta cultura. Como estudantes acusavam a Universidade de Bolonha de incapacidade para responder às exigências das novas tecnologias aplicadas às artes.

A vereadora da cultura Sandra Soster promoveu, em 1977, uma política de incremento da produção cultural, por duas razões. Por um lado o consumo cultural na cidade foi sempre muito elevado, sensivelmente o dobro da média nacional. Por outro havia que satisfazer as naturais expectativas dos produtores culturais alternativos, que tinham mostrado o seu descontentamento pela política cultural elitista da cidade. A vereadora utilizou a cultura e as indústrias culturais como estratégia de desenvolvimento de modo que entre procura e oferta houvesse uma ligação íntima.

Fonte: Bloomfield, 1994, 100-109, 113

Em França, em consequência do Maio de 68, um grupo de intelectuais produziu a “Declaração de Villeurbanne”, que negava a universalidade da cultura cultivada. A ausência de uma garantia da universalidade dos conteúdos culturais teve consequências na condução da política cultural francesa, entre 1971 e 1973, com a introdução de um discurso antropológico, no seio de Ministério da Cultura, e ao reconhecimento das várias linguagens culturais (Urfalino, 1996, pp. 329-331).

As estatísticas de frequência das instituições artísticas provavam que a prática política baseada no acesso às obras artísticas, através da gestão de preços e de horários acompanhada do aumento da oferta (ver ponto 1.4), não conseguia diminuir as desigualdades culturais. Era mesmo contraproducente, declaravam Bourdieu e Darbel, ao revelarem o resultado de um estudo que tinham efectuado sobre o público dos museus, publicado em 1966, na medida em que, a título de democratizar a cultura, o que se fazia, na verdade, era impor um tipo considerado universal, mas que não passava da legitimação do próprio privilégio, porque, sustentavam esses académicos, a interacção entre o público e a obra de arte constitui uma actividade de decifração, para a qual é necessário conhecer os códigos. No caso da cultura erudita, apenas a escola e a família os podem transmitir, pelo que, na sua ausência, toda a acção cultural é vã ou de eficácia marginal (Bourdieu e Darbel, 1968; ver também ponto 1.4).

Uma nova geração de responsáveis municipais promoveu a auto-expressão individual e de grupo. Os movimentos artísticos e políticos, na Grã-Bretanha, na Alemanha e em França, empenharam-se em manifestações artísticas menos tradicionais e, por isso, mais inclusivas. Estas políticas foram acompanhadas também por uma diligência no sentido de transformar os centros urbanos em catalisadores da vida pública, da sociabilidade e da identidade cívica, num esforço de associar democratização da cultura ao reavivar do interesse pelos centros históricos das cidades (Bianchini, 1995, pp. 82). A intervenção municipal em França foi encorajada pela mudança

demográfica das cidades, com o crescimento das profissões de grande componente intelectual e da população estudantil, conjuntura que proporcionou o incremento da procura cultural.

Entre 1962 e 1967, os autarcas das cidades francesas, com mais de 5000 habitantes, devido à descentralização política, aumentaram dos gastos com a cultura de 2,4% para 4,2%. Os Serviços de Estudos e Investigação (SER) do Ministério da Cultura, baseados nas contas administrativas comunais, apuraram que o crescimento dos investimentos culturais, nesse período, tinha atingido 84%, valor que, em francos constantes, significava um incremento efectivo de 27% (ver quadro 2.3.2). Este aumento considerável atingiu o seu ponto mais alto em 1981, altura em que os municípios se transformaram nos principais financiadores públicos da cultura, com 52,5% das despesas, contra 38,7% do estado e 8,8% de outras instituições (Urfalino, 1996, pp.196).

Em Itália estas políticas datam da década de 70, coincidiram com a descentralização política e contribuíram para a afirmação das capitais regionais, como Turim, Milão, Veneza, Génova, Bolonha, Florença, Nápoles e Bari. Os autarcas tiveram ao seu dispor verbas para financiar as actividades culturais, que passaram de 302 biliões de liras em 1980, para 800 biliões em 1984.

A cidade de Roma desenvolveu, entre 1977 e 1985, quando desempenhou o cargo de conselheiro municipal para a cultura, Renato Nicolini, um programa de animação denominado Estate Romana que tinha como objectivo aumentar a participação cultural. O programa de 1979, por exemplo, que se realizou em quatro diferentes locais da cidade – todos eles no centro – incluía as cidades do Filme, da Dança, dos Desportos, da Televisão e do Teatro. Estes quatro locais estavam ligados através de um sistema de transportes públicos baratos e frequentes, que operavam durante a noite e que seguiam um percurso em que as fachadas dos edifícios estavam iluminadas. Este tipo de políticas culturais não eram um fenómeno exclusivamente italiano, na medida em que foram seguidas por países como a Dinamarca, a Holanda, a Alemanha e a França, com a intenção de encorajar os residentes a redescobrir as suas cidades (Bianchini, 1995, pp. 121-126).

As revoluções que ocorreram na Grécia, Espanha e Portugal conducentes à instauração de regimes democráticos, foram acompanhadas de políticas de descentralização. No caso espanhol, as cidades de Barcelona, Valência e Sevilha, capitais das novas comunidades autónomas, obtiveram do governo central amplos poderes e verbas (Bianchini, 1994, pp. 8). Em Portugal o impulso mais importante para a criação de uma política cultural surgiu, sobretudo, após a adesão à União Europeia. Os fundos estruturais contribuíram para o aumento do orçamento da cultura, propiciando, desse modo, o aumento da produção cultural pública (ver ponto 4.2.3.2).

Na Grã-Bretanha a actuação do governo conservador de Margaret Thatcher, no sector da cultura, não se afastou da dos outros países europeus. O “Arts Council of Great Britain” e a “Regional Arts Association” aumentaram a percentagem dos seus gastos de 14,3%, em 1984, para 23,5% em 1989, embora se verificasse uma forte concentração de investimentos na capital do país, situação que se aproxima da portuguesa, quer em termos de investimento per capita quer de centralização (ver ponto 4.3.3.2). O ministro das artes transferiu, em 1988, para as suas delegações regionais,

2 - A Pós-modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-modernismo e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

muitas das atribuições de subsídios, os quais passaram de 20 milhões de libras, em 1976-77 para mais de 100 milhões na década seguinte. Apesar deste aumento considerável o montante per capita que se situou nas 4,5 libras era insignificante, quando comparado com as 10 nos Países Baixos, as 17 em França, e as 23,7 na Alemanha (Bianchini, 1994, pp. 8).

A política cultural de Bilbao

Em Espanha, o caso de Bilbao, pode ilustrar o que representou para alguns países a descentralização e a sua ligação com o incremento das políticas culturais. A promoção da língua basca era o principal objectivo da política cultural, na medida em que constitui uma arma política, como símbolo da identidade, papel que partilhava com o património cultural, na manutenção da memória e dos valores comuns. Esta situação impeliu o Ministério da Cultura Basca a multiplicar o seu orçamento por seis entre 1986 e 1990.

O sector público criou uma rede e Casas da Cultura que foram os instrumentos mais importantes para a democratização da cultura, a par com uma rede de centros cívicos de bairro que desempenharam o papel de focos de vida cultural para as vizinhanças em que se inseriam. Este programa foi acompanhado de uma tentativa de dinamização do espaço público, através da organização de festas, festivais e outras iniciativas de animação cultural, com a clara intenção de incentivar a redescoberta da antiga atmosfera de fiesta e o carácter vibrante dos espectáculos ao ar livre, que incluíram sessões de cinema, festivais nos parques e carnavais.

Fonte: Gonzalez, 1994, pp. 76-78

Apesar de todos estes esforços os resultados dos inquéritos realizados, entre 1960 e 1990, às práticas culturais dos franceses, permitiam concluir que se mantinham as desigualdades de acesso à erudita, uma vez que continuava a depender da educação formal, da categoria sócio-profissional, e do local de habitação da família (Girard, 1998, pp. 287).

As autoridades locais, na década de 80, para diminuírem as despesas com a cultura, apelaram a um maior envolvimento do sector privado. A linguagem do subsídio, a mais utilizada nos anos 70, foi sendo substituída pela do investimento, porque os autarcas passaram a associar a cultura com a diversificação da economia local. O mecenato cultural foi igualmente incentivado, de modo a que o sector privado pudesse desempenhar o papel de auxiliar o desenvolvimento cultural. Em países, como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, essa colaboração foi muito frutuosa na criação de museus, alguns tão importantes como a National Gallery de Londres (Benhamou, 1996, pp. 97).

Os políticos, os artistas e os activistas, nos últimos anos, têm vindo a evidenciar um interesse crescente no impacto do investimento cultural (ver quadro 2.3.2). O valor da actividade cultural para a vitalidade económica e para o desenvolvimento de comunidades sustentáveis foi reconhecido em documentos tão fundamentais como os relatórios da UNESCO, da Conferência Mundial Sobre Políticas Culturais, de 1982, da Comissão Mundial sobre Cultura e Desenvolvimento denominado “Our creative diversity” de 1995, da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais de 1998 e do Conselho da Europa, intitulado “In from the Margins”, de 1997. Este último foi elaborado com base numa pesquisa realizada no Reino Unido e em França e representa um instrumento chave para a emergência do conceito de cultura como factor de

desenvolvimento, promotor da diversidade e da paz (Matarasso e Landry, 1999, pp. 13; UNESCO, 2001, pp. 3).

A 2ª Mesa Redonda dos Ministros da Cultura, organizada sob os auspícios da UNESCO, nos dias 12 e 13 de Dezembro de 2000, subordinada ao tema “Cultural diversity 2000-2010: Challenges of the Marketplace”, promoveu uma reflexão conjunta sobre o significado da diversidade cultural e os dos desafios da globalização. No decorrer do encontro, foi redigida uma declaração – “Declaration of our cultural diversity” – que manifestava um consenso geral, sobre a necessidade de preservar uma cultura local democrática e pluralista, apoiada em valores comuns que favoreçam a sua identidade. O documento exigia, igualmente, a prossecução de políticas coerentes em relação à salvaguarda e transmissão do património, à manutenção da diversidade linguística, ao apoio à educação, ao incremento da criatividade e da inovação e ao desenvolvimento das indústrias culturais (UNESCO, 2001, pp. 2).

O citado documento, essencial para sustentar o enquadramento teórico desta pesquisa e fundamentar os seus resultados empíricos, reconhece as industriais culturais como parte integrante da cultura definindo-as como “trabalhos intelectuais com valor económico adicional”. As indústrias criativas contribuem não só para a promoção da diversidade cultural e da democratização do acesso à cultura, mas também constituem fonte de emprego e de criação de riqueza. Este testemunho vem ainda em apoio da escolha das hipóteses da presente dissertação, quando nele se declara caber aos governos promover um ambiente que conduza à expressão da criatividade cultural, com base em políticas que envolvam quer a criação de mercados, a produção, a disseminação dos bens e dos serviços culturais de modo a incrementar uma produção endógena, quer o acesso dos cidadãos aos recursos educacionais e de informação digital. Essa capacidade produtiva deve ser fortalecida, de acordo com a referida tomada de posição, quer no plano nacional, quer internacional, através de parcerias que propiciem a divulgação dos seus conteúdos a nível global (UNESCO, 2001, pp. 6).

Em consequência desta nova visão gerou-se um conceito mais abrangente de cultura, defendido a nível internacional e comunitário que incita à tomada de medidas que facilitem a sua aplicação. A Grã-Bretanha foi um dos primeiros países a introduzir os mecanismos necessários para que a nova enunciação de cultura fosse aplicada à realidade nacional, ligando, desta forma cultura e economia e definindo, claramente, o turismo como uma actividade cultural. Em 2000, o Department of Culture Media and Sport, publicou um documento, dirigido ao poder local e ao regional, resultante da autonomia do País de Gales e da Escócia, numa tentativa de incrementar a produção cultural, que estabelecia os princípios de orientação para a realização de Estratégias Culturais Locais (“Local Cultural Strategies”) e aconselhamento geral sobre gestão da cultura, de modo a que, em complemento da Estratégia Cultural Local fosse elaborado um Plano de Acção que criasse as condições para facilitar a concretização das tácticas definidas. Nesse documento

2 - A Pós-modernização. Pós-"Fordismo", Pós-modernismo e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

foram tomadas em consideração as duas dimensões da cultura, material e imaterial, mencionadas no quadro 2.3.8.

As estratégias locais para a cultura, podem envolver apenas uma autarquia, um grupo de municípios ou uma região, reflectindo deste modo a descentralização que tem vindo a ser realizada da Grã-Bretanha. Este documento obedece a uma nova filosofia de desenvolvimento integrado, porque obriga ao seu enquadramento harmonioso com outras estratégias e planos de modo a assegurar uma correcta articulação, entre os diversos documentos

Quadro 2.3.8 – Dimensões da cultura segundo o DCSM

Dimensão material	Dimensão imaterial
<i>Artes do espectáculo, artes visuais, artesanato, moda. Museus, artefactos, arquivos, design. Bibliotecas, literatura, escrita e publicações. Património construído, arquitectura, paisagem, arqueologia. Eventos equipamentos e desenvolvimento desportivo. Parques, espaços abertos, habitats selvagens, meio ambiente aquático, lazer no campo. Jogos infantis, recreios. Turismo, festivais e atracções. Actividades de lazer.</i>	<i>Memórias partilhadas, experiências identidade. Diversidade cultural, história e religião. Valores que se desejam transmitir às futuras gerações.</i>

Fonte: DCMS, 2000, Section, A, Guidance 7, a partir de A Cultural Strategy for Rothencahm Metropolitanian Bourough

As políticas culturais, na década de 90, deixaram de enfatizar as dimensões sócio políticas muito consideradas nas décadas anteriores, para valorizar o desenvolvimento económico intimamente ligado à regeneração urbana, nomeadamente dos centros históricos (ver capítulo 3). Essa nova política urbana exige uma outra cultura de planeamento, que se analisa mais adiante neste capítulo, responsável pela inserção das estratégias para a cultura noutras nomeadamente nas económicas e de regeneração do centro histórico (ver ponto 2.4.2) e em planos de acção, ao nível do planeamento estratégico e de desenvolvimento sustentável. No ponto 3 salientamos como se processou a evolução das definições das políticas de turismo de modo a que se enquadrem nas estratégias para a cultura e para o desenvolvimento económico, no âmbito da regeneração. Em Portugal a política cultural continua, devido à fragilidade dos públicos, dos produtores e consumidores, apesar dos avanços registados na última década, muito dominada pelas dimensões sócio políticas. Acresce que a relação com a regeneração dos centros históricos ainda é pouco explorada (ver pontos 4.2.3.2 e 4.2.3.4).

Por ora vamos focar a nossa atenção na importância do desenho urbano, para a construção das cidades contemporâneas, salientando o papel da contribuição dos investigadores europeus e norte americanos que se opunham ao modelo de cidade moderna, na defesa da supremacia do exemplo

da cidade tradicional. Associamos ainda as descobertas de psicologia do ambiente, neste domínio, que contribuem, também, para a valorização os bairros antigos, como exemplos de espaços com significado.

As linhas orientadoras do desenho de cidade contemporâneo colocam algumas questões, como a procura da inclusão, que se encontra da arquitectura pós moderna e no novo urbanismo, que não deixámos de ponderar, dada a natureza do problema da nossa pesquisa. As consequências das visões mais radicais, não podem deixar de ser pensadas, quando se tem que tomar decisões quanto à salvaguarda dos bairros antigos (ver ponto 3.6). Por outro lado, a nova classe média cultural, grupo social em que se integram grande parte dos turistas que visitam os centros históricos das cidades europeias (ver ponto 2.5.1) revelam um gosto acentuado pelos meios construídos tradicionais.

2.3.4 – Relações entre a nova cultura urbana e a cidade – O renascimento do desenho urbano

“Culturalmente”, afirma Balula, “a principal responsabilidade de uma cidade é proporcionar vivências e experiências urbanas e qualidade aos seus habitantes”. A urbe não pode ser associada “à vivacidade intelectual e à inovação cultural” sem desenvolver um quadro de valores estéticos que facilitem a sua identificação como lugar de civilização, razão que sempre destrinçou, ao longo da história da sociedade ocidental pré-industrial, a “civitas” da região rural envolvente (Balula, 1999, pp. 34; Mela, 1999, pp. 153; ver ponto 1.2).

A valorização do desenho urbano, na Europa e na América do Norte, decorre da rejeição do urbanismo moderno, da cidade da auto-estrada e do arranha-céus, rodeada por extensos subúrbios, universos desestruturados, monótonos e banais. Relph considera o desenho urbano o equivalente pós-moderno do planeamento urbano moderno institucionalizado, porque se preocupava apenas com “números” e “abstracções bidimensionais” como a subdivisão dos traçados ou a segregação dos solos, enquanto o desenho valoriza a coerência do panorama da cidade (Relph, s.d., pp. 201). Nas cidades do sul da Europa, nomeadamente em Portugal verificou-se um crescimento anárquico e uma densificação da construção, mesmo das áreas históricas, com a introdução de edifícios excessivamente altos, em relação ao conjunto construído. A ausência de garagens nos novos imóveis transformou os passeios em estacionamento e extinguiu, em muitos casos a vida dos espaços públicos. O crescimento dos subúrbios, em lotes clandestinos impediu a criação de um sentido de urbanidade. Todas em razões associadas, tiveram consequências tão ou mais graves do que a aplicação dos princípios modernistas nos países do norte, porque destruíram o carácter específico das vivências urbanas nas cidades tradicionais, sem sequer tentar substituir uma outra (ver ponto 4.2.1).

2 - A Pós-modernização. Pós-"Fordismo", Pós-modernismo e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

Deste modo, a partir dos anos 60, particularmente, no período que medeia entre 1975 e 1985, assegura Magalhães, “todas as correntes pós-modernas revalorizam o desenho urbano apontando para um mesmo objectivo, ou seja, “refazer a semântica da cidade através da reavaliação “da morfologia e das tipologias urbanas e da identidade do espaço”, acreditando que a qualidade do espaço tem influência na felicidade de quem nele habita (Magalhães, 2001, pp.156).

Os investigadores, os académicos e os técnicos, muitos deles trabalhando em equipas constituídas por arquitectos, urbanistas, antropólogos, sociólogos e historiadores reanimaram o interesse pela arquitectura regional e pelos estilos históricos, acompanhados de uma maior atenção à diversidade expressa no pluralismo e no respeito pelas várias identidades.

A associação dos estudos culturais, com base no estruturalismo de Barthes, na sociologia e na etnografia de Williams e o pós-estruturalismo de Derrida fundamentaram o interesse pelo texto como metáfora da cidade e da cultura, revelado no uso extensivo de termos como discurso, legibilidade, narrativa, vernáculo (ver quadro 2.3.9).

Quadro 2.3.9 - Metáfora – a cidade é um texto

<i>A cidade é um texto, um discurso e, como tal, deve possuir uma linguagem.</i>	<i>Apoiam a criação de cidades legíveis.</i>
	<i>Exaltam o espírito do local.</i>
<i>A leitura e interpretação da cidade utilizam os conceitos de intertextualidade e transtextualidade.</i>	<i>Reconhecem a importância dos textos lidos e das experiências na leitura e na escrita de novos temas.</i>

Fonte: Elaborado a partir de Barthes, 1973. pp. 105; 1975, pp. 92; Sammarcelli, 1983, pp. 15; Ellin, pp.280-288

A cidade surge como um enorme livro, em que são narradas as histórias das várias gerações, através do discurso de todos aqueles que, ao longo do tempo, a foram construindo. Como foi impossível manter todos os textos, os que chegaram até à actualidade, porque encerram vestígios de várias épocas, sugerem uma colagem, um teatro de memória. Esses textos antigos (vestígios) proporcionam experiências que incitam a fazer exercícios de intertextualidade e transtextualidade, no modo como cruzamos e interpretamos as mensagens ou na forma como lemos e escrevemos novos textos. A alegoria da cidade como colagem exprime a necessidade e a preocupação com a condição e o papel da memória (ver quadro 2.3.2). A colagem é uma metáfora, implica uma justaposição e busca a conciliação de dimensões ambivalentes ou mesmo antagónicas. Os estilos de vida individuais, com as suas escolhas plurais, contraditórias e, por vezes paradoxais, compõem uma colagem tão simbólica, como a memória cultural e histórica da urbe (ver quadro 2.3.10).

No sul da Europa encontram-se, pelos motivos mencionados, porventura os exemplos mais extremados, e simultaneamente mais significativos, da cidade colagem, devido à fragilidade do seu planeamento e ao seu processo de modernização distinto das do norte, o qual conduziu ao

abandono de uma certa continuidade espacial, em favor da colagem, expressa na justaposição de passado e presente.

Quadro 2.3.10 - Metáfora – a cidade é uma colagem

<i>A cidade é uma colagem, uma montagem, uma bricolagem, um “pastiche”.</i>	<i>Interpreta a cidade como teatro da memória.</i>
<i>O público participa na produção dos significados.</i>	<i>Enaltece a criação como meio de produzir significados em detrimento do criador.</i>
<i>As metáforas texto e colagem redefinem a cultura urbana ao garantir que o mundo é construído de forma simbólica.</i>	<i>Celebra a cultura urbana como base na aceitação de que o mundo é construído de forma simbólica e permite que as pessoas organizem a sua vida como uma colagem, com base na cultura ou na ideologia.</i>
<i>A cidade é o contentor da cultura.</i>	<i>Engrandece os aspectos históricos e culturais contidos na cidade.</i>

Fonte: Elaborado a partir de Geetz, 1973, pp. 3-12; Grumbach, 1978, p.p 15; Ellin, 1999, pp. 283-285; Rowe, 1975, pp.65-91

Esta paisagem urbana criada de forma espontânea, (uma espécie de “democracia de massas”, nas palavras de Leontidou) “pressupõe um processo de construção lento, em pequena escala, partilhado por uma pluralidade de actores, um padrão de pequena dimensão, diversidade e informalidade na vida urbana”. As cidades do sul da Europa manifestam por este meio, a sua capacidade de assumir uma posição inclusiva, na opinião dos seus defensores, na medida em que, não opõem antigo a novo, mas antes tentam tornar compatíveis, essas duas dimensões temporais (Leontidou, 1993, pp. 95). Por essa razão correspondem ao conceito de colagem de Foucault, na medida em que, acreditava esse académico, o período contemporâneo se distingue dos anteriores por valorizar o espaço a simultaneidade, em que tudo se “justapõe, se coloca lado a lado” (Foucault, 1986 pp. 22 in Crang e Travlou, 2001, pp.163). Harvey, para caracterizar esse tipo de cidades utiliza o conceito de “soft city” como império do estilo, como enciclopédia, como livro de recortes maníaco, enquanto Leontidou fala de palimpsesto. Soja, por sua vez, ao referir-se a Los Angeles, utiliza o conceito de “Alep” retirado da obra de José Luís Borges, para enquadrar a descrição de um espaço em que “a soma total do universo espacial se apresenta como eternidade, todo o tempo, passado, presente e futuro coexistem em simultâneo” (Harvey, 1996, pp. 83, Leontidou, 1993, 1996, pp.95, Soja, 1989, pp. 59; Crang e Travlou, 2001, pp. 163).

O exemplo de Atenas

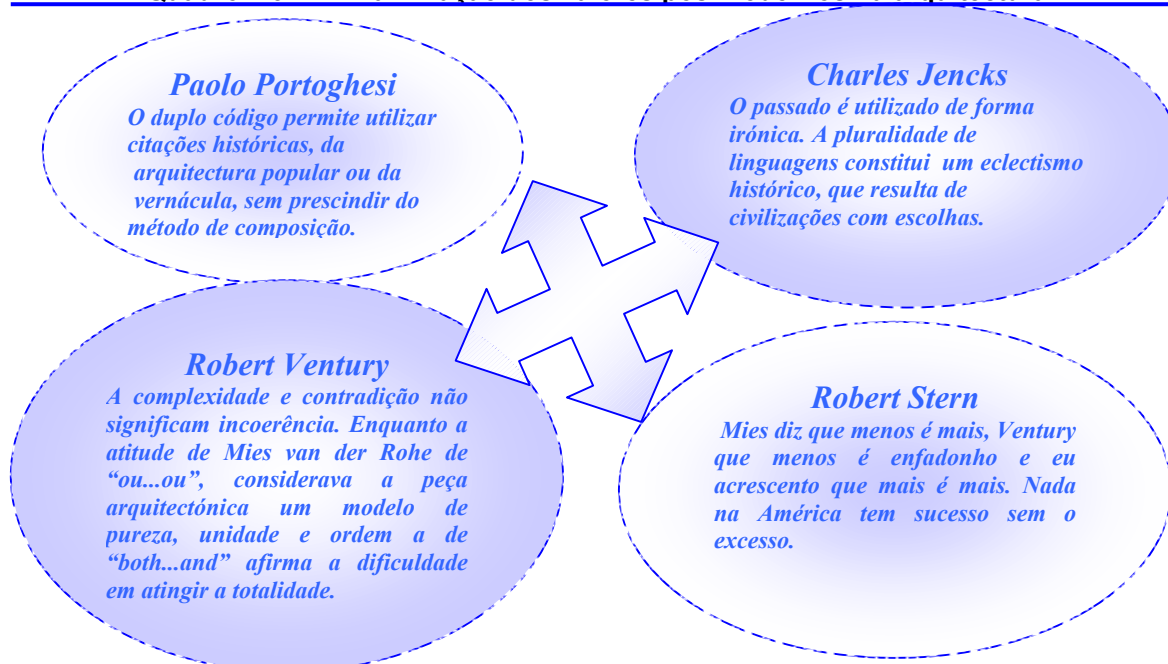
A cidade de Atenas é um bom exemplo do pós-modernismo involuntário, com vários tempos históricos, e diversas narrativas justapostas na paisagem. A capital da Grécia pode ser denominada pós- moderna, muito antes da existência do termo. Os meios urbanos pré-indústrias actuam, como teatros da memória, em que os edifícios de períodos muito variados colocam o passado na presente paisagem. A cidade contemporânea é marcada por paisagens urbanas sobrepostas e contrastantes, cujo desenvolvimento não é coordenado à volta do centro tradicional, mas antes se justapõe, de forma inclusiva ao englobar períodos tão diferentes com vestígios arqueológicos clássicos e modernos arranha-céus de escritórios, estilos separados por séculos, que se encontram encostados uns aos outros, segundo um modelo competitivo.

Fonte: Crang e Travlou, 2001, pp. 63

2 - A Pós-modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-modernismo e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

A construção desses meios inclusivos teve, contudo, o seu preço, ao agregar um desenho justapostos que pode fragmentar-se, impedindo qualquer leitura de conjunto, desarticulando a colagem e ameaçando a manutenção da identidade destes centros históricos, tema que se trata, com maior atenção no ponto 3.4.4.

Quadro 2.3.11 - A afirmação dos valores pós-modernos na arquitectura



Fontes: Elaboração própria a partir de Jenck, 1977, pp. 127; Porthoghesi, s.d., pp. 47; Ventury, 1977 pp.22; Stern, 1977

Estas cidades são também as que ilustram, de modo mais enfático, as aspirações da teoria da arquitectura pós-moderna, e do seu conceito de duplo código. Robert Ventury, ao admitir esta dualidade (Ventury, 1977, pp. 22), manifestava o desejo de atingir uma “unidade da inclusão” com consequente rejeição da “fácil unidade da exclusão” defendida pelos modernistas (Moughtin, 1992, pp. 31; ver quadro 2.3.11), mas que levada ao extremo pode impedir qualquer tomada de decisão, originando um ecletismo que tudo aceite.

Quadro 2.3.12 - A cidade tradicional como arquétipo

O contributo italiano - Muratori, Carniggia, Rossi.	<i>O contributo italiano tem origem nos tratadistas do século XVII e XVIII e foi desenvolvido por vários arquitectos dos quais se destacam Muratori, Carniggia e Rossi. Eles reintroduziram no urbanismo os conceitos de morfologia, tipologia espírito do local e palco da memória. Esta actuação tinha por base os centros históricos das cidades italianas como, Bolonha, Nápoles, Veneza, entre outros.</i>
O concurso espanhol – Bofill e Iniguez.	<i>O concurso espanhol baseia-se também nos tratadistas, mas tem uma expressão mais revivalista, do que a italiano, porque aposta, sobretudo, no barroco, como acontece com Bofill. Iniguez defende a pratica do urbanismo tradicional, sublinha a rua, a praça, os edifícios públicos que estabelecem, lentamente, entre si relações ao longo de séculos.</i>
A colaboração francesa – As políticas urbanas Malreaux e os centros históricos.	<i>Na sequência dos estudos sobre o comportamento dos habitantes nas urbanizações modernistas, já referidos, foi concedida grande atenção à cidade tradicional, cujos valores foram divulgados por Huet, enquanto o governo francês dava prioridade, na construção de novos bairros e na reabilitação dos existentes, aos modelos tradicionais. A lei Malreau veio imprimir, nos centros históricos franceses, essa política inovadora.</i>
O tributo belga – Robert, Leon Krier e Culot.	<i>Robert Krier defende que a cidade é a própria arquitectura, não apenas lugar de arquitectura, enquanto Leon Krier e Culot asseguram ser a sua zona mais tradicional a única que pode conter a vida humana, razão que os leva a apoiar não só a sua manutenção, mas também a reprodução, noutros pontos da cidade. O repúdio do automóvel e da industrialização a utilização de materiais tradicionais com consequente opção por actividades ligadas ao artesanato faziam parte das suas propostas para construir uma cidade mais adaptada às necessidades das pessoas. Os temas principais do movimento passavam pela reabilitação física e social dos centros históricos, os quais eram, quanto a eles, os modelos desejáveis de vida colectiva.</i>
O auxílio Britânico - O movimento Townscape.	<i>Ian Nairn, Gordon Cullen e Ivor de Wolfe em artigo de 1965, intitulado “Outrage”, exprimiam as suas reacções ao levantamento que tinham efectuado, sobre o estado da paisagem moderna na Grã-bretanha. Ivor de Wolfe escreveu “Italian Townscape” (Wolfe, 1963) que constituía uma observação minuciosa da paisagem das cidades históricas italianas. Cullen parte de Sitte, para propor estudos de desenho urbano que permitiam conhecer, de forma mais sistemática, os seus elementos. Moughtin, na sequência de Sitte, reflecte sobre as vantagens e as desvantagens da cidade medieval e da clássica. Para Rowe, tanto o edifício como o espaço, são importantes, com clara opção pela cidade tradicional, pelas suas qualidades de proporção, malha urbana coerente e relação harmónica entre edifícios, ruas e praças.</i>

Fontes: Elaboração própria a partir de Delevoy, 1978, pp.15-21; Ellin, 22-123; Iniguez, 1989, pp. 89-90; Krier, 1980, pp.42; Lamas, 1993, pp.545, 398; Magalhães, 2001, pp.198-249; Moughtin, 1992, pp. 153-201; Rowe, 1975, pp. 168

A complexidade da teoria do desenho urbano pós-moderno, apesar das atitudes mais radicais, tem por modelo os espaços tradicionais, principalmente os centros históricos. Salingaros, afirma que a cidade tradicional possui coerência geométrica, complexidade e conectividade, qualidades essas que suportaram o desenvolvimento de estudos que lhe louvavam as qualidades (Salingaros, 2000, pp. 1 e 2; ver também ponto 1.2), com o objectivo encontrar modelos alternativos ao urbanismo moderno, pesquisas essas que decorreram tanto na Europa como nos Estados Unidos (ver quadro 2.3.2). Os estudos realizados formam um importante manancial quer para a valorização do desenho urbano nos novos espaços a edificar, quer para a definição de políticas de conservação e valorização dos centros históricos, tema este, que, pela importância para esta pesquisa, se trata, de forma mais detalhada, no ponto 3.4.4. No quadro 2.3.12 inventariamos, de

2 - A Pós-modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-modernismo e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

modo sintético as teses e os investigadores que mais contribuíram para a nova visão da cidade. Esse arquétipo inspirou os defensores do “Novo Urbanismo”, que adiante se caracteriza, na definição de cidade ideal, sem, contudo, prescindir de corresponder às necessidades das sociedades actuais, nem privar as futuras gerações de testemunhos artísticos da actual geração de criadores.

A revalorização do modelo da cidade tradicional produzia as suas incoerências e inconsistências que os seus críticos não deixaram de assinalar, apontando as desvantagens mencionadas no quadro 2.3.13.

Quadro 2.3.13 - Criticas ao modelo da cidade tradicional

<i>A cidade pós- industrial não é uma cidade pós-automóvel - (Ingersol).</i>
<i>A cidade tradicional deve ser olhada como fonte de inspiração para as colagens como cidade analógica uma referência, para a nova cidade – (Frampton).</i>
<i>As soluções encontradas, quer dos modernistas, quer dos seus críticos são reducionistas, porque se os primeiros não tinham em conta o passado, os segundos também não têm 200 anos de evolução tecnológica – (Appleyard).</i>
<i>Os defensores da cidade tradicional tratam-na como se fosse um artefacto estático, sem ter em conta evolução histórica e as transformações políticas - (McLeod).</i>

Fontes: Elaboração própria a partir de Appleyard, 1979; Frampton, 1985, pp. 294; Ingersol, 1989, pp.12; Mc Leod, 1985, pp. 187-200

A atenção dos urbanistas, nos Estados Unidos, incidiu na defesa de uma identidade do espaço público inspirada no tipo tradicional europeu, motivo pelo qual eram denominados “euro urbanistas”. A maioria das “plazas”, desenhadas nos Estados Unidos, nas últimas duas décadas, inspira-se no conceito europeu de “piazza” (praça). O seu nome – “plazas”, e não “squares”, foi escolhido para recriar ou relembrar, quer do ponto de vista da forma, quer dos detalhes, uma experiência histórica específica em que, tanto as pessoas como a forma construída se integravam em harmonia (ver quadro 2.3.14).

Quadro 2.3.14 – Os contributos dos Estados Unidos da América

O contributo dos Estados Unidos da América	<p><i>Critica dos urbanistas americanos às grandes urbanizações. Defesa do contextualismo, da escala humana. Valorização, logo em 1952, da arquitectura vernácula, da pequena cidade americana, consubstanciada na mítica “Óptimo City” defendida por Jackson. Na década de 70, foi a vez de Moshe Safdie, afirmar que essa arquitectura vernácula tinha que reflectir a vida actual e as suas tecnologias, enquanto Rudofsky duvidava que fosse possível forçar as elites a aceitar uma arquitectura sem “pedigree”.</i></p> <p><i>Lynch demonstrou, através de estudos empíricos, realizados em Boston, New Jersey e Los Angeles, que a imagem que os cidadãos têm do meio construído se baseia em acontecimentos e recordações de experiências do passado, com as quais se relacionam de forma interactiva, sendo ao mesmo tempo actores e observadores. Por essa razão é possível construir um ambiente desfrutável por uma larga maioria de cidadãos. O investigador usa ainda o conceito de imaginabilidade, qualidade do objecto que, permite criar uma imagem forte no observador de modo a favorecer o sentido de orientação. Na civilização ocidental, essa noção liga-se com os sistemas de referência, que incluem marcos ou monumentos, bairros, vias, nós e limites.</i></p> <p><u>Marcos ou monumentos,</u> <i>que constituem pontos de referencia, signos físicos da cidade – o campanário, a torre do relógio, o pináculo, a cúpula.</i></p> <p><u>Bairros,</u> <i>que organizam a cidade, numa sucessão de conjuntos mais ou menos importantes reunidos como num puzzle.</i></p> <p><u>Vias,</u> <i>que são eixos de transportes, nas quais se incluem as ruas e os seus passeios, os cais, as avenidas.</i></p> <p><u>Nós,</u> <i>que simbolizam o encontro, mas também o confronto, constituídos entre outros, por cruzamentos, passagens.</i></p> <p><u>Limites,</u> <i>que simbolizam a fronteira, que tantas vezes desejamos eliminar, como rios, paredes, parques.</i></p>
---	---

Fontes: Elaboração própria a partir de Jacobs, 1961, pp. 35; Gans 1961; Jacksons, 1952 in Gates e LeGate, 1999, pp. 162-170; Lynch, s.d., pp. 11; Magalhães, 2001, pp. 249-254

A influência italiana é extremamente visível nos Estados Unidos, tendo desempenhado um papel determinante nas escolhas efectuadas pelos novos arquitectos e urbanistas. A comunidade de imigrantes em New Orleans, por exemplo, inspirou Charles Moore, na concepção da Piazza d'Itália. Além disso, residem em todo o país arquitectos de origem italiana com papel de relevo na definição do urbanismo norte-americano, alguns de renome internacional como Robert Venturi, Aldo Rossi, Paolo Portoghesi, Vittorio Gigliotti, Federico Zuccaro, Mário Botta, os irmãos Passerelli ou César Pelli, activo no coração de Nova Iorque, em Los Angeles e no Texas (Jencks, 1977 pp. 118-110; Leontidou, 1993, pp. 953).

Na mesma época, os psicólogos dedicaram a sua atenção ao ambiente, o que deu origem a uma nova especialização, denominada por psicologia do ambiente, que estuda a relação entre identidade pessoal e colectiva e meio construído (ver quadro 2.3.15).

Este conjunto de reflexões, conduzidas no seio das mais variadas disciplinas, influenciou o aparecimento do Novo Urbanismo, movimento de raiz anglo-saxónica, que evidencia o apeço contemporâneo pela cidade tradicional, motivo pelo qual também é conhecido por Urbanismo Neo Tradicional. Este recupera a antiga relação entre lote, edifício e cidade, baseada no quarteirão, repõe a escala humana e a harmonia, reabilita o espaço público, na tentativa de criar a

2 - A Pós-modernização. Pós-"Fordismo", Pós-modernismo e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

diversidade social e de funções ao nível do bairro (ver ponto 1.2). Os seus ideólogos, de que se destacam Peter Calthorpe, Andrés Duany e Elizabeth Platter-Zyberk, definem-se como descendentes da corrente de pensamento crítico que inclui Jane Jacobs, Leon Krier e Aldo Rossi, (Calthorpe, 1994. pp. xi), evidenciando simultaneamente a sua originalidade em relação aos seus inspiradores, ao desejarem adequar esse modelo tradicional aos subúrbios.

Os bairros defendidos pelos novos urbanistas devem possuir todas as qualidades das pequenas cidades tradicionais: um centro identificável e uma periferia, uma diversidade de utilizações integradas num espaço público positivo, à dimensão do peão, marcado por praças rodeadas pelos edifícios com maior significado comunitário (Calthorpe, 1994, pp. XV). Para atingirem esse seu objectivo, além de examinarem toda uma investigação realizada pelos seus antecessores, desenvolveram um estudo profundo de outros modelos de planeamento clássico (Katz, 1994, pp. 413). A cidade, dispondo de um espaço público revalorizado, volta a desempenhar o papel de sala de visitas "que deve ser cuidadosamente projectada e devidamente mobilada" (Balula, 1999, pp. 8; ver pontos 1.2 e 1.4), enquanto o desenho arquitectónico demonstra o princípio defendido pelos arquitectos pós-modernos, nomeadamente por Jencks, ao caracterizar o novo gosto como um "eclectismo histórico" assente "numa pluralidade de linguagens reveladora de civilizações com escolhas". O ecletismo dos modelos arquitectónicos, quando levado ao extremo, constitui, porém um dos motivos de crítica aos seus opositores, porque, afirmam, os edifícios não passam de pastiches sem qualquer significado.

Quadro 2.3.15 – Tributo da Psicologia do Ambiente

Contributo da psicologia do ambiente	<i>Proshansky definiu o conceito de identidade do local, como a subestrutura da identidade pessoal que deixa estabelecer uma identidade individual, em relação ao mundo físico, através das memórias, ideias, sentimentos, atitudes, valores preferências, significados e concepções sobre o comportamento, relevantes para os cenários físicos da sua vida diária.</i>
Recuperação do conceito de espírito do local	<i>Schulz, por influência da psicologia do ambiente, sustentava que em qualquer recuperação de edifício proporciona um sentimento de enraizamento. Moore assegurava que construir um lugar ajuda os indivíduos a reconhecê-lo, e, em função dessa atitude a encontrar a sua própria identidade. O conceito de lugar, foi definido por Seamon, não apenas como um sítio geográfico, mas também através do seu carácter essencial, que o torna diferente de outros. Norberg-Schulz afirmava, na pegada de Rossi, que existe um "genius loci", ou seja, um espírito do local. A intervenção humana terá um sucesso tanto maior, quanto for capaz de criar ambientes em consonância com esse atributo. Tuan acrescentava que os lugares não são resultados das suas características físicas, mas antes produtos de actos humanos intencionais, com o objectivo de os construir. Partindo de Lynch, e do seu conceito de imaginabilidade, Stokols propõe outro que denomina imaginabilidade social que definem como a capacidade de evocar significados sociais colectivos, nos moradores e os utilizadores de um local.</i>

Fonte: Elaboração própria a partir de Proshansky, 1990; Schulz, 1979, pp. 182; Moore, in Hynes, 1985; Seamon, 1982, pp. 130; Tuan, 1980 in Bonnes e Secchiarioli, 1995, pp. 165)

Estes bairros são considerados, no entanto, por muitos académicos os que melhor correspondem aos objectivos do desenvolvimento sustentável (Hall, 1998, pp. 413), para travar o crescimento dos subúrbios que tinha dominado as décadas de 40 a 60 (ver capítulo 1.4), tema que se volta a abordar mais adiante, neste ponto.

Importa ainda salientar, como prova do envolvimento da geração “baby boomer” nas alterações culturais e urbanísticas registadas na segunda metade do século XX, que os ideólogos do novo urbanismo se identificam com essa geração (Katz, 1994, pp. X).

Os críticos do movimento, por sua vez, sublinham as suas inconsistências manifestas no realce colocado no desenho, e, simultânea, negligência de aspectos substantivos do planeamento, como o desemprego estrutural e/ou a emergência de novas formas de pobreza urbana; no investimento no revivalismo, no pastiche, na nostalgia (embora muitos deles também expressem o seu saudosismo ao defender ideologias modernas do século passado); na protecção da pequena escala que facilita verdadeiras relações de vizinhança, sem deixar de apoiar o crescimento dos subúrbios (embora nem todos os membros do grupo sejam partidários do crescimento dos subúrbios). Os seus adversários reconhecem-lhe, contudo, o mérito de ter despertado a atenção do público para a importância do desenho da cidade na qualidade de vida urbana, apesar das contradições e das omissões da tese que defendem (ver quadro 2.3.2).

Os objectivos dos partidários do modelo da cidade tradicional foram, porém, contrariados e, em muitos casos subvertidos, pelo aparecimento do tipo da cidade fortaleza (ver quadro 2.3.2), surgido ao longo da década de 70, como resultado da necessidade de tornar compatível a reconstrução do espaço público com o incremento da segurança e do alívio do medo urbano, acontecimento marcado pela tendência para o declínio da propriedade pública, assinalada pelos historiadores, filósofos e sociólogos, como Lewis Mumford (Mumford, 1970), Jürgen Habermas (Habermas, 1980) ou Sennet (Sennet 1974). Na verdade o urbanismo defensivo resulta do crescente fosso entre ricos e pobres, nas cidades contemporâneas que favorece o aumento da delinquência. Este problema transformou-se numa das grandes questões urbanas da nossa época e tem vindo a ganhar visibilidade à medida que crescem os comportamentos marginais e o terrorismo urbano atinge dimensões nunca antes sonhadas. Acresce ainda o ritmo intenso das ondas de emigração, que varrem as sociedades desenvolvidas, pontuadas pela rejeição, por parte de alguns grupos nacionais e religiosos, de qualquer hipótese de pluralidade cultural e a adopção de uma atitude de confronto. Os investigadores consideram que o urbanismo defensivo é visível, sobretudo nas grandes cidades e que recorre a todas as medidas possíveis para se fechar ao exterior como uma autêntica fortaleza, enquanto enriquece o seu interior, sobretudo com equipamentos de lazer (Flusty, 1994, Zurkin, 1998, pp. 1-47; 1998, pp. 833-834).

2 - A Pós-modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-modernismo e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

As cidades resultantes da aplicação do conceito de urbanismo defensivo podem dividir-se em dois grandes grupos: as cidades fortaleza e as cidades panópticas. As primeiras exigem uma segregação física, territorialidade e defesa dos espaços, com controlo expresso de acessos, determinando quem pode e não pode entrar. Já a cidade panóptica combina policiamento evidente com circuitos de fechados de televisão, idênticos aos que vigiam permanentemente alguns presos. Uma espécie de “big brother” que controla a sociedade, com o objectivo de manter a ordem (Tiesdell e Oc, 1998, pp. 639-655).

A cidade fortaleza

O epítome deste impulso para a fortaleza encontra-se no trabalho do arquitecto John Portman, que combina áreas residenciais de comércio e escritórios em mega estruturas construídas nos centros urbanos. O Peach Tree Center de 1976, localizado na baixa da Atlanta, vira as costas à cidade que o rodeia, embora o complexo inclua átrio, lojas, escritórios, restaurantes, bares, clubes, hotel e um centro de conferências. De qualquer forma têm poucas entradas a partir da rua e não são hospitaleiras para os peões. O efeito, como refere Relph implica que “a rua fica sem vida e os peões evitam-na o mais possível”. Esta experiência foi repetida em várias cidades como S Francisco, Los Angeles, Detroit e Shangai.

Fonte: Relph, s.d., pp. 243; Russel, 1989, pp. 99

Apesar dos escritórios, dos armazéns, dos centros comerciais, dos parques temáticos, dos centros multiuso, situados no centro da cidade, dotarem essa zona de importantes espaços públicos, a entrada e o comportamento dos utentes estão firmemente restringidos, através de sofisticados sistemas de segurança, sinalização e desenho que os transforma em pseudo espaços públicos (Davis, 1990, pp.226).

O poder disfarça-se e torna-se difícil de identificar, não está localizado e muitas vezes não está personalizado, porque ou é internalizado ou se encontra escondido. Esses aspectos distintos da cidade fortaleza conduziram Jurgen Habermas a concluir que as “distorções dentro das quais a vida humana é regularizada, analisada e controlada, são, certamente, mais subtis do que as formas de exploração material e de empobrecimento, mas não são menos destrutivas” (Habermas, 1986, pp. 2-18). As distorções que introduziram nos ideais do Novo Urbanismo prendem-se por certo, com um a índole dessa nova visão urbana que, como os seus críticos assinalavam, ignorava áreas substantivas do planeamento, como o desemprego e consequente alargamento do fosso ricos e pobres. Mas não deixa de ser menos verdade que a origem da nova camada de desclassificados (“urban under class”) (Mingione, 1993; ver ponto 3.2), que habita a cidade dual, (Castells e Mollenkoff, 1991; ver ponto 1.4) resulta, em grande medida, dos erros do urbanismo moderno.

A City Walk do Universal Studios

A natureza do compromisso destes espaços públicos ostensivos está bem ilustrada pelo aviso colocado na entrada do novo parque temático “City Walk”, do Universal Studios – o qual avisa os visitantes de que é proibido, entre outras coisas, linguagem ou gestos obscenos, barulho ou comportamento impróprio, cantar, tocar instrumentos musicais, correr andar de skate ou patins, transportar consigo animais domésticos, distribuir publicidade, não estar convenientemente vestido, sentar-se no chão por mais de 5 minutos, ou exercer qualquer actividade comercial. Este espaço público acaba por se transformar apenas num espaço de consumo, para os que disponham dos recursos necessários.

Fonte: Ellin, pp. 169; Zurkin, 1998, b, pp. 834

Em síntese, pode-se afirmar, parafraseando Lamas, que, o principal denominador comum das várias tendências, que têm cruzado o panorama arquitectónico nos últimos vinte anos, “será justamente a mudança radical de atitude nas relações entre arquitectura e cidade e no modo como os programas e edificações se inserem no tecido urbano tal aspecto é, sem dúvida, muito mais importante do que as questões superficiais, como feitos, linguagens ou estilos, que se têm sucedido, de ano para ano, ou de autor para autor”. Este entendimento do urbanismo caracteriza-se, também pelas abordagens “contextualistas, históricas, revivalistas ou pela recusa das relações primárias entre a forma e a função (com subalternização da primeira) conferindo grande importância às preexistências, ao património e à história, na gestação do projecto. Estas linhas de força significam uma maneira diferente de pensar a arquitectura e o urbanismo que se rotula de Novo Urbanismo, em antítese com a designação do Urbanismo Moderno e que, paradoxalmente, retoma o percurso da Urbanística Formal, interrompido vai para cinquenta anos” (Lamas, 1993, 338; ver ponto 1.4).

2.3.5 - Uma nova cultura de planeamento urbano

As alterações que se verificaram na forma de interpretar a cultura, e de pensar o desenho urbano (arquitectónico e urbanístico), em consequência da mudança de paradigma, exigiram também uma reavaliação da política conducente à criação de uma nova cultura de planeamento, através da introdução de temas como democratização do planeamento, pluralidade de actores, estratégias comuns, planeamento estratégico, desenvolvimento sustentável e regeneração urbana (ver quadro 2.3.2). Pensamos que o termo nova cultura de planeamento é o mais adequado porque, neste período, foram abandonadas as práticas muito ligadas à administração pública, por “um reposicionamento mais activo e empreendedor dos actores económicos e sociais ligados ao mercado e à sociedade civil”. A mudança não abrange, contudo, apenas uma nova distribuição de papéis, mas antes “uma autêntica redefinição da cultura de planeamento e desenvolvimento, fazendo o necessário apelo a novas modalidades de actuação, articulação e cooperação” (Ferreirsson, 2000, pp. 55).

2 - A Pós-modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-modernismo e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

A elaboração deste ponto, anuiu a uma percepção mais profunda da realidade do planeamento português, ainda muito preocupado com as questões de ordenamento, problemas esses que resultam do modo particular de crescimento dos seus núcleos urbanos, referido anteriormente e tratado com maior detalhe no ponto 4.1.2. As decisões políticas, tomadas pelos governos, da maioria dos países estudados, também ajudou a uma maior compreensão da importância da descentralização das funções do estado e das políticas urbanas, no sucesso dos novos mecanismos de planeamento resultantes da nova cultura de planeamento. A incapacidade de democratizar e envolver os vários actores, mesmo quando se utilizam estratégias conducentes a esse tipo de actuação, resulta, em grande parte de um política nacional, regional e local administrativa e centralizadora (nessa óptica modernista “Fordista”), que impede a formação de grupos locais (associações de carácter benévolo e empresariais) suficientemente fortes e independentes para assumirem, em pleno, esse seu papel, com graves consequências para a reabilitação dos centros históricos (ver também ponto 3.2), tema que se trata, com maior minúcia, no ponto 4.2.3.3.

O planeamento racional, que, como se referiu, no ponto 1.4, entrou em decadência devido às suas próprias contradições. O termo racionalidade é difícil de definir porque é um conceito mutável, de acordo com o paradigma vigente. As principais críticas feitas ao planeamento racional podem ser sintetizadas em cinco pontos, como se pode constatar no quadro 2.3.16 (Costa, 1996, pp. 44, 1998, pp. 3).

O modelo do planeamento racional e administrativo, próprio do estado de bem-estar, ao qual foi dado nomes tão diversos “development plan”, “urban structure plan”, “comprehensive land-use plan”, “schema directeur” ou “struktuurplan”, incumbia o sector público de realizar, gerir e regular o desenvolvimento, de acordo com a visão generalizada e unitária do interesse público que atribuída aos técnicos o poder para dispor dos recursos, elaborar e controlar o modo de implementação do plano, afastando a comunidade e os seus interesses em nome do bem comum. Esta abordagem técnica, muito ligada aos objectivos dos políticos e de outros interesses corporativos (possuía instruções para o investimento do sector público e orientações para o sector privado), resultava de um consenso entre o governo, as forças de trabalho e a indústria (Healey, 1994, pp. 45; Healey, 1997, pp. 12 e 18).

Quadro 2.3.16 – Críticas ao Planeamento Racional

Não existe, como defendiam os racionalistas, neutralidade no planeamento, porque é uma actividade política. As decisões científicas do planeamento racional revelavam mesmo falta de altruísmo e de neutralidade, porque muitas vezes beneficiavam os ricos em detrimento dos pobres.

O interesse público não era acautelado, porque encarado de forma unitária, esquecendo que a sociedade é constituída por grupos sociais com aspirações diferentes.

O conceito de interesse público, por parte de quem tomava as decisões, podia ter várias interpretações que, por vezes, se opunham quer em situações específicas, quer em atitudes mais gerais. Essa situação tinha como resultado facilitar a imposição, por parte dos mais favorecidos, das decisões que lhes eram propícias, em detrimento dos mais frágeis. Criticava-se ainda um processo de participação restrito, e aconselhava-se que os profissionais utilizassem mais técnicas de pesquisa de mercado de modo a descobrir as aspirações dos vários grupos sociais.

A perspectiva pretensiosamente socialista que embebia o planeamento racional, quando defendia o “interesse público”, a “neutralidade” e o “racionalismo científico”, na medida em que o planeamento desse tipo favorecia, sobretudo, os interesses capitalistas.

O fosso entre a teoria e a prática.

Nos finais dos anos 60, este tipo de planeamento começava a ser contestado quer pelas correntes contra o planeamento quer pelas que defendiam a sua democratização (ver quadro 2.3.2 e 2.3.17). As primeiras contrapunham as vivências dos bairros mais espontâneos, mais ou menos orgânicos, à fria racionalidade e conseqüente falta de calor humano dos bairros planeados, de modo operacional, resultado das políticas de renovação urbana. As segundas procuravam democratizar o planeamento, através das várias formas de envolvimento consideradas como a melhor maneira de obter colaboração. Embora a sua aplicação tenha conhecido destinos variáveis, constituíram contributos apreciáveis para a evolução da teoria e a prática urbanística, como se verificou no nosso país, tema que tratamos no ponto 4.2.3.3 (Healy, 1994, pp.46).

Quadro 2.3.17 - Correntes contra o planeamento e pela democratização do planeamento

Atitudes contra o planeamento.	<i>Vindas de Sennet e de Goodman. Sennet valoriza os bairros espontâneos, em detrimento dos planeados, enquanto Goodman acusa os urbanistas de serem “soft coops”.</i>
Democratização do planeamento.	<i>Ganz, Cooper e Boudin, Dear, Friedman, Goodchild e Ravetz entre outros, procuram democratizar o planeamento através de vários processos, que ficaram conhecidos por planeamento social, com base na comunidade, arquitectura participada.</i>

Fonte. Síntese própria a partir de Boudin, 1969; Cooper, 1970; Dear, 1986, pp. 376-379; Friedman, 1973; Ganz, 1967; Goodchild, 1990; pp. 131-133; Goodman, 1971; Ravetz, 1986, pp. 58-59; Sennet, 1974

A teoria “da verdade como consenso” de Habermas (ver ponto 5.2) que se apoia na comunicação não distorcida, como suporte da acção e do consenso deu origem, no Reino Unido, a abordagens do planeamento denominadas planeamento comunicativo (“communicative planning”; Forester, 1989), planeamento argumentativo (“argumentative planning”; Forester, 1993). Patsy Healey foi,

2 - A Pós-modernização. Pós-"Fordismo", Pós-modernismo e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

porém, a principal responsável pela difusão desta axiomática que denominou planeamento através do debate ("planning through debate"). Healey defende que o planeamento deve facilitar a criação de redes de relações, de base local, que permitam incrementar as capacidades dos participantes de modo a que possam ter influência, mais directa, nas suas próprias vidas. Para atingir esse objectivo é fundamental promover formas horizontais de colaboração em que os participantes, com interesses diversos, por vezes em conflito, consigam construir formas de consenso (Healey, 1992, pp.143-163; Healey, 1997 in Bramwell e Sharman, 1999, pp. 394; Healey, 1998, pp. 1-21). Ted Kitchen manifesta a sua concordância com Healey, ao afiançar que o desafio do planeamento contemporâneo e da legislação sobre utilização dos solos, se coloca entre as formas de gestão tecnicista e as de gestão pluralista e democráticas (Kitchen, 1996, pp. 352).

Na verdade alguns autores consideram a participação como uma das características mais salientes do processo de planeamento pós-moderno, verdadeiro símbolo do seu relativismo (Watson e Gibson, 1995), que trouxe consigo o respeito pelas comunidades (Sewell, 1993), embora também se considere que esta foi a resposta encontrada para as vozes dissidentes que se foram levantando contra o planeamento racionalista (Zurkin, 1991; Gottdiener, 1995).

A experiência de Coin Street, em Londres

A experiência da Coin Street, em London's South Bank, que teve início à vinte cinco anos, constitui um exemplo notável de regeneração urbana liderada pela comunidade, a qual lutou contra governos e autoridades locais desfavoráveis ao seu projecto, com base no desenho urbano, no desenvolvimento e nas parcerias, mas que o conseguiu realizar.

Fonte: Brindley, 2000, pp. 363

Katherine Duffy e Jo Hutchinson pensam que a tarefa de implicar a comunidade no processo de planeamento é muito difícil porque as relações entre os parceiros não são igualitárias, variando, por essa razão, muito o grau de envolvimento. Em função dessa situação a sua aplicação ocorre, mais a nível operacional do que estratégico o que provoca ressentimentos. A própria noção de comunidade não é fácil de definir, porque as antigas, de carácter geográfico, foram substituídas por outras de interesses, marcadas pelo desemprego e pela mobilidade constante (Duffy e Hutchinson, 1997, pp. 351-355). Brindley corrobora e completa os argumentos de Duffy e Hutchinson ao asseverar que o conceito de comunidade sofreu grandes alterações nos últimos anos, devido à complexidade dos grupos sociais, resultantes de décadas de mudanças económicas e sociais (Brindley, 2000, pp. 363). Edward Robbins, por sua vez, chama a atenção para o facto de comunidade não ser o mesmo que vizinhança. A comunidade é por vezes xenófoba em relação a outros grupos étnicos, sociais, ou religiosos, adoptando uma atitude designada por NIMBY, ou seja, "Not in my community" (Robbins in Barlow, 1995, pp. 129-145).

Em Toronto, a mobilização dos cidadãos tanto facilitou como impediu a implementação da visão social e ambiental. Muitas organizações NIMBY demonstraram o seu desagrado pela aplicação da lei das casas económicas, no centro histórico, alegando que essa política conduzia à destruição de edifícios com valor patrimonial, embora, algumas vezes, as razões evocadas resultassem, na verdade de divergências que tinham por base a classe social, as diferenças étnicas e raciais dos futuros moradores (Fillion, 1999, 436-438).

Os estudos sobre a retórica da disputa do planeamento revelam também a presença de comunidades que utilizam os conceitos, de forma muito adequada, na defesa dos seus interesses, como aconteceu em Halifax.

Em Halifax Canadá, o estudo realizado por Jill Grant revela que os participantes, nos debates públicos, sobre a utilização dos solos, se socorrem da teoria do planeamento para promover os seus próprios valores e ideologia, porque esses representantes da comunidade entenderam, claramente, o tipo de poder político de que dispunham, em relação a todos os outros parceiros. Eles são os que se podem expressar mais livremente, por não temer que as suas emoções ou o teor dos seus argumentos possam minar a sua legitimidade (Grant, 1994, pp. 59-77).

O aparecimento das novas correntes de pensamento, nos anos 60, coincidiu com a divulgação do relatório elaborado pelo Clube de Roma, em 1972. O documento constitui um dos primeiros alertas contra a destruição ambiental do planeta. Para superar a crise propõe uma política de contenção e controle do consumo dos recursos, nomeadamente dos não renováveis, que além de rebater a visão de crescimento económico ilimitado do período “Fordista”, deu origem, mais tarde, ao designado desenvolvimento sustentável (Meadows, Meadows e Anders 1973).

A mudança ocorreu ainda em paralelo com a subida ao poder do governo trabalhista, na Grã-Bretanha, em 1974, responsável pela publicação, em 1977, do primeiro relatório sobre o estado de decadência dos centros das cidades, que se analisa no ponto 3.2. As acções a desenvolver no centro das cidades, afirmava-se neste documento, resultariam de parcerias entre o sector público e o privado, através da adopção de uma atitude mais pragmática e pluralista, na atenção dispensada ao processo de implementação, à busca de consenso, e ao relevo dado ao papel do planeamento como forma de aprendizagem, metodologia inovadora que constituía mais um rude golpe no planeamento racional (DoE, 1977 in Hall, 1997, pp. 124; DGOTDU, 1996, pp.26).

O modelo de planeamento adoptado, mais complexo do que o anterior, fundamentou a passagem do anterior, global e determinista, para uma nova concepção estratégica mais atenta às realidades locais, que “estabelece cenários, susceptíveis de serem alterados devido à informação introduzida no decorrer da acção, à qual este tipo de planeamento é capaz de se adaptar e dar resposta” (Magalhães, 2001, pp.284). Ele representa um desafio considerável, na medida em que envolve o inter-relacionamento das várias dimensões de mudança, económica, social e ambiental, no meio urbano. A realização do plano tem tanto a ver com o processo, o design e a mobilização, como com o desenvolvimento de políticas facilitadoras, porque, actualmente, o projecto está centrado nas alianças e redes que envolvem o governo e reflectem a qualidade dessas relações, sobretudo

2 - A Pós-modernização. Pós-"Fordismo", Pós-modernismo e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

no que concerne a capacidade de inter-relacionamento (Healey, 1997, pp. 15). Nesta perspectiva, o planeamento estratégico corrobora o conceito de transdisciplinaridade de Morin, que se enuncia no capítulo 5.2, porque obriga à "inflexão dos conhecimentos sectoriais com vista à construção do sistema, numa nova unidade complexa" (ver quadro 2.3.2).

Por esse motivo, os planos estratégicos "dizem respeito à coordenação do projecto e outras medidas tomadas por vários actores, em que as suas decisões constituem o objecto do plano e a sua coordenação exige um processo contínuo. Uma vez que todos o desejam manter aberto o tempo é a sua maior preocupação". Este plano é mais do que um registo de acordos momentâneos, mas antes estabelece um quadro de referência para as negociações, como elemento indicativo, visto que o futuro permanece em aberto. "Nesta perspectiva o planeamento deixa de ser apenas um processo técnico com o fim de produzir coisas materiais, para passar a constituir uma forma de aprendizagem mútua, envolvendo um número lato de actores", o que implica uma avaliação que se focaliza mais na plataforma de entendimento criada, que facilita a resolução de problemas futuros, do que nos resultados obtidos (Faludi, 2000, pp. 299-303).

Este novo planeamento resulta da evolução das políticas urbanas da época. A crise financeira e fiscal do estado, nos anos 70, obrigaram a um reajustamento das prioridades nas despesas e à elaboração de novas políticas económicas, para a cidade, como a denominada teoria da máquina de crescimento ("growth machine theory") e a teoria de regime, ("regime theory"), já mais claramente inserida no novo paradigma. Os novos axiomas fundamentam-se num quadro conceptual que permite aumentar a diversidade de respostas políticas às mudanças económicas nas cidades (ver quadro 2.3.2). A eficácia do governo local depende, de acordo com a teoria de regime, muito da cooperação entre os actores e na combinação da acção do governo com recursos não governamentais (universidades, grupos empresariais, sindicatos, órgãos de comunicação social, instituições públicas e privadas e grupos de voluntários), numa estratégia para o desenvolvimento (Healey, 1982, in DGOTDU, 1996, pp.25; Logan e Molotch, 1987; Long, 1999, pp. 193-194; Woods, 1998, pp.2101).

A política urbana, ou "seja as actividades e relações, através das quais nos pomos de acordo para gerir assuntos de interesse colectivo", pelas razões evocadas deixou de ter o carácter administrativo, típico do período anterior, adequado à economia "Fordista", devido à inteira separação entre esferas pública e privada, para ganhar uma grande complexidade, que lhe advém da privatização, fragmentação e descentralização de numerosas actividades estatais (Healey, 1997 pp.28) e do crescimento de um terceiro sector, constituído por agências intermediárias, (ONG'S - agências não governamentais) que se transformaram em associações de voluntários, grupos comunitários informais, por um número muito variado de parcerias entre o sector publico e o privado (Paddison, 1993 pp.335-350; Peck e Tiesdell, 1995, pp. 55-77).

O sector público passou em função dessa evolução a estar mais interessado em facilitar do que realizar, em estimular do que em regular o desenvolvimento e adoptou uma postura de negociação. Neste cenário o termo governação (“governance”) passou a designar uma vasta arena, um espaço público e privado, em que as autoridades locais se transformaram em mais um actor, entre outros (Healey, 1997, pp. 12, 1997, pp. 26). As novas políticas urbanas, implementadas pelos eleitos locais procuram, em geral, assegurar a prosperidade local, em detrimento do provimento do bem-estar, dos serviços e do consumo colectivo, embora os governos possuam ainda muitos triunfos e desempenhem um papel crucial na criação dessas alianças, devido à autoridade e habilidade para criar a coerência local, através da acção política, das instituições legais e da participação pública (Hall e Hubbard, 1996, pp. 154 e 155).

O planeamento actual é, pelas razões evocadas, “um exercício de escolha política, que inclui valores e crenças” (ver quadro 2.3.17). É um processo laborioso, que envolve muitas instituições e empresas públicas e privadas (Cullingsworth, 1997, pp. 5), no que implica não apenas um grande número de interesses em conflito, mas também os meios através dos quais se fazem tentativas de resolução dessas disputas (Hall, 1992).

Na era Thatcher, na Grã-Bretanha, a política urbana teve por objectivo o incremento da participação do sector privado na produção e gestão de serviços básicos, antes assegurados pelo estado, como o abastecimento de água, gás e electricidade. A esses sectores adicionou-se, mais tarde, o dos transportes. Nessa altura, a importância do sector público diminuiu consideravelmente. Por essa razão o planeamento urbano deixou de ser uma actividade intrinsecamente ligada ao estado para passar a ser desempenhada por técnicos do sector privado (Hardy, 1990, pp.1021; Squires, 1991, pp. 276-286; Davies, 1998, pp. 145).

A “nova direita” de Thatcher fundamentava a sua acção numa combinação de autoritarismo social e liberalismo económico (Allmendinger e Tewdwr-Jones, 2000, pp.1382). Em consequência dessa opção, durante o seu mandato o ímpeto do planeamento estratégico diminuiu, porque foi suplantado por outro, baseado no projecto de carácter mais liberal que parecia uma forma mais flexível e mais ajustada do que qualquer outro sistema para gerir o ambiente e a regulação do desenvolvimento local, no curto prazo, face à inter-relação complexa das pressões do mercado (Healey, Perdue e Denis, 1995, pp. 6; 1997, pp.12). Em compensação, as tendências centralizadoras do governo sentiram-se, de forma mais incisiva, no esvaziamento dos poderes locais, através de uma transferência das suas competências para o governo nacional.

Esta atitude hostil para com o planeamento começou a mostrar os seus custos – falta de responsabilidade para com o ambiente, incerteza no mercado imobiliário, o que não agradou nem aos empresários nem aos investidores com menor capacidade de resposta rápida aos projectos, ou que de alguma forma se sentiram prejudicados no processo, nem às comunidades locais e

2 - A Pós-modernização. Pós-*"Fordismo"*, Pós-modernismo e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

grupos ambientalistas. Esta situação provocou algum descrédito dos políticos e conduziu a um aumento da corrupção (Healey, 1995, pp. 8; 1997, pp.12). A publicação da circular n.º 14/85, denominada "Lefting the Burden", documento que sintetizou a prática radical dos conservadores, marca também o início dos movimentos que desejavam uma devolução da capacidade de intervenção do planeamento do sector público (Davies, 1998, pp. 146).

O crescimento da especulação imobiliária, sobretudo, conduziu a uma nova valorização do planeamento estratégico. Os cidadãos exigiam um maior envolvimento no processo de planeamento e revelavam maior interesse na elaboração de planos e nas questões que afectam o equilíbrio entre desenvolvimento económico e sustentabilidade ambiental, as quais se transformaram, nessa época, num desafio difícil de enfrentar (Healey, 1997, pp. 12). Apesar de tudo, esta política de planeamento contou com algum sucesso, através da acção de algumas "Urban Development Corporations", (UCD's), "Enterprise Zones", (EZ's), dos projectos "City Challenge", e do "Single Regeneration Budget" (Davies, 1998, pp. 147), tema que se trata com maior cuidado no ponto 3.2 (ver quadro 2.1.2).

Ao longo dos anos 80, a par com uma atitude mais estratégica, assistiu-se, a nível global, a uma valorização do planeamento sustentável. Depois de muitos séculos em que o homem construíra para se proteger das ameaças do ambiente circundante, descobria-se que os nossos edifícios afectam a saúde, o bem-estar e a capacidade carga da terra. Por esse motivo não se pode deixar de valorizar a nova teoria expressa em termos de crescimento gerido ou desenho sustentável (Meadows, Meadows e Anders, 1973; Relatório Brudtland 1988; Green Paper on Urban Environment, 1990; Healthy Cities Project, WHO 1990; Rio Declaration, 1992; Agenda 21, 1992; Towards Sustainability – European Community Programme of Policy and Action in Relation to the Environment and Sustainable Development, 1992; 1996; Meadows, Meadows, Randers, 1993); The European Urban Charter 1993; Healthy and Ecological Cities, WHO, 1995; The Valencia Charter, 1995; The Ecological Cities Project – Final Report, OECD, 1996); European Sustainable Cities Report, 1996; Local Agenda 21, 1997 ; LA 21 Charters Project, 1998; Steps Towards Green Procurement in European Local Authorities, ICLEI, 1999).

Ferrey, ao teorizar a nova ordem ecológica, situou-se numa posição equidistante quer dos partidários do antropocentrismo cartesiano quer da ecologia profunda, ao defender o seu conceito de ecologia democrática, opondo-se não só aos fundamentalismos anti-modernos, como aos excessos do liberalismo que tudo permite em defesa da produção e do consumo, advogando ainda um debate "que obrigue a uma redefinição do papel dos políticos e dos intelectuais", no sentido de contribuir, para "organizar, esclarecer e resolver" as grandes questões que favorecem a inovação (Ferrey, Raposo, 2001, pp.287). Landry, por sua vez, propõe uma visão da cidade como organismo vivo que pode constituir, nos nossos dias, uma metáfora poderosa, de modo a substituir a de cidade como máquina e ilustrar uma mudança de paradigma, que obrigue a avaliar o

equilíbrio, interdependência e interactividade no interior de um todo sustentável, num sistema aberto focalizado na saúde, no bem-estar e na experiência da cidade (Landry, 2001, pp. 58;).

Uma nova sensibilidade para com os problemas das mulheres (Hayden, 1981 in LeGates e Stout, 1996, pp. 503-5189; William Whyte, 1988, In Le Gates e Stout, 1996, pp. 483-490; Sandercock e Forsyth, 1992, in LeGates e Stout, 1996, p.p 446-459; Roberts, 1997, pp. 109-118), negligenciados até então, estenderam-se a outros grupos silenciados, como os pobres, as minorias étnicas, os deficientes, os idosos as crianças, os homossexuais e as lésbicas (Wilson, 1996, pp. 112-122; Murray, 1984, pp. 122-131).

Quadro 2.3.18- Contributos do Planeamento para a sustentabilidade e das minorias

Contributo do Planeamento sustentável.	<i>Valorizou o ambiente e o planeamento para a sustentabilidade, que se apoia nos princípios do planeamento gerido ou desenho sustentável.</i>
Contributo das minorias.	<i>A cidade moderna tem vindo a ser considerada pelas minorias como uma alegoria masculina. Ela não está preparada para ser utilizada pelas mulheres, pelos idosos, pelas crianças, grupos muito representados nos centros históricos.</i>

Alguns dos novos empreendimentos, sobretudo na área da habitação, nas últimas décadas, têm vindo a contemplar as necessidades específicas das minorias, as quais são, mais numerosas, articuladas e politicamente activas do que no passado. Minorias como os pobres, as famílias mono parentais, os idosos e os solteiros – grupos largamente representados nos centros históricos, em que as mulheres predominam (ver quadro 2.3.18).

Actualmente uma das preocupações dos urbanistas passa por tornar compatível o desenvolvimento sustentável e planeamento estratégico (ver quadro 2.3.2). O que está em causa, porém, na retórica do desenvolvimento sustentável é a possibilidade de conciliar a qualidade ambiental, (entendida quer em termos de biosfera, quer estéticos e utilitários), com o desenvolvimento económico. Como afirmam Cabral e Marques “a cidade não é, por definição, sustentável, mas, como nó de relações sociais e económicas e como centro de um espaço natural mais alargado, tem exigências de funcionamento e eficiência (económica e social) que só têm viabilidade com a elaboração e adopção de políticas que enquadrem e implementem, a curto prazo, a valorização e protecção dos recursos ambientais e a equidade social, como prioridades internas e como elemento estruturante da sua relação com o exterior” (Cabral e Marques, 1996).

2 - A Pós-modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-modernismo e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

Quadro 2.3.19 - Desafios ao planeamento do desenvolvimento sustentável e potencialidades do planeamento estratégico

Os desafios ao desenvolvimento do planeamento sustentável	Potencialidades do planeamento estratégico
<i>Promover o equilíbrio ecológico, a diversidade e autonomia do nível local em alternativa à tendência para uma cultura dominante de globalização, com aumento dos custos sociais e das trocas desiguais.</i>	<i>Promove a construção de uma visão para a cidade fundamentada num diagnóstico prospectivo e numa gestão a longo prazo.</i>
<i>Questionar e alterar a abordagens e padrões tradicionais de comportamento, como resultado das exigências de integração e de complementaridade de políticas, em especial as que têm impacto na área do ambiente.</i>	<i>Procura a interpretação das dinâmicas interna e externa e a integração das diferentes componentes do sistema identificando interdependências e áreas críticas de mudança.</i>
<i>Promover um sistema equitativo na participação e redistribuição da riqueza, necessário à coesão social e territorial e à eficiência das relações e trocas, entre actores e agentes.</i>	<i>Constrói uma ideia de planeamento como lugar de convergência da sociedade civil e do estado, promovendo a participação, as iniciativas de parceria e a descentralização do processo de decisão.</i>
<i>Saber interpretar sistemas complexos e interdependentes, e conseguir produzir respostas organizadas com coordenação de acções e de processos de decisão.</i>	<i>Promove o plano como elemento estruturante do processo de deliberação, decisão e implementação, estabelecendo uma organização, hierarquia e prioridades para chegar a metas e obter resultado.</i>

Fonte: Cabral e Marques, 1996

Num estudo realizado por Healey, Khakee, Motte e Needham em dez cidades europeias (Orested, Lyon, Madrid, Lisboa, Zurique, Bergen, Lancashire, Firesland Marks Komum e Grosseto), foi possível concluir que os desafios do desenvolvimento estratégico num quadro de sustentabilidade eram as preocupações cimeiras de todos os envolvidos, nos processos de colaboração na construção de consensos, com base num planeamento estratégico. Além disso foi ainda possível constatar as seguintes forças de mudança (Healey, Khakee, Motte e Needham, 1997, pp. 291):

↪ *A premissa Pós-“Fordista” que defende a relação entre as mudanças no governo da cidade e as mudanças da organização económica, aplica-se aos casos estudados, porque todas as cidades se querem posicionar num território europeu. A maior evidência da força das pressões económicas foi exactamente a transformação do estilo de planeamento, da antecipação da alocação do espaço para o crescimento, para outro preocupado com o estímulo ao desenvolvimento através de medidas pró activas.*

↪ *Do mesmo modo, a questão ambiental é tema central das pressões sociais, e têm tanta importância como as económicas. Esta característica representa um desafio muito grande, na medida em que nem sempre é fácil tornar compatível as questões ambientais com as do desenvolvimento, embora o desejo, por parte das forças económicas de um quadro estável para operar, e o dos ambientalistas de assegurar um processo de governo transparente, capaz de tomar em consideração os impactos da utilização dos recursos, a longo prazo, tenha possibilitado a criação de alguns consensos.*

↪ *As forças económicas e sociais foram combinadas e mediadas através da criação e da implementação da política pública, cujo impulso fundamental proveio da reorganização das responsabilidades do governo, sobretudo no que concerne a descentralização. Esta situação revigorou o poder local, imprimiu a motivação política e a capacidade técnica e incitou ao desenvolvimento de novas abordagens.*

↪ *Uma última força de mudança resultou das formas de financiamento, quer a nível nacional quer internacional. No primeiro caso assistiu-se, como se disse, a uma redução dos fundos públicos para o desenvolvimento local e regional, o que impeliu o poder local a criar parcerias com o sector privado. No segundo, as normas da DGXVI, (a direcção, regional da EU), os fundos para o desenvolvimento à*

disposição que exigiam uma abordagem estratégica, também propiciaram o desenvolvimento de estratégias locais.

A partir da publicação, em 1990, pela Comissão da Comunidade Europeia, do documento intitulado “Green Paper on the European Environment”, os responsáveis pelo planeamento urbano, passaram a valorizar a diversidade das utilizações do solo das cidades, a reutilização dos terrenos abandonados, a revitalização das áreas urbanas nomeadamente na cidade compacta tradicional (Couch, 1997, pp. 99-103). A sua conservação e reabilitação são, nos nossos dias, vistas como componentes fundamentais das políticas de sustentabilidade ambiental, assegurando que as áreas construídas existentes são reutilizadas em benefício da colectividade (Healy, 1994, pp. 47). Uma das formas de tornar compatíveis essas duas abordagens, passa pela criação de uma metodologia, como defende Vargues, que “sistematize a desejável ligação entre a concretização dos Planos Estratégicos (PE) das Cidades com os Planos Locais de Sustentabilidade (PAS), mais conhecidos por Agendas Locais 21” (Vargues, 1998, pp.30).

As vantagens da cidade tradicional defendida pelos novos urbanistas como único modelo que fomenta a sustentabilidade são sublinhadas por Frey, como se descreve no quadro 2.3.20, ao evidenciar as vantagens do arquétipo e as virtudes da sua reprodução noutras áreas da cidade (Frey, 1999, pp. 24).

Quadro 2.3. 20 - Vantagens da cidade tradicional, em termos de sustentabilidade

Um elevado grau de contenção do crescimento urbano, reutilização das infra-estruturas e do solo, rejuvenescimento das áreas existentes e consequente vitalidade urbana como resultado da contenção e da elevada densidade da população urbana, que permite a conservação das áreas rurais.

- *Transportes públicos económicos, que respondem às necessidades da população urbana, como resultado de um aumento global da acessibilidade e da mobilidade. Diminuição da poluição, das mortes por acidente e menor congestão do tráfego.*
- *Viabilidade de utilizações mistas, como resultado de uma maior densidade populacional, redução das distancias, devido à utilização mista, uso da bicicleta e deslocações a pé, diminuindo, desse modo, a dependência do automóvel.*
- *Um melhor meio ambiente devido à redução das emissões e do efeito de estufa, menos consumo de combustível fóssil – menores custos de aquecimento, resultante de um meio urbano mais denso.*
- *Potencial para uma utilização social mista, derivada de uma densidade populacional mais elevada, especialmente quando suportada por habitação de aluguer e por habitação própria.*
- *Concentração das actividades locais em comunidades e vizinhanças, uma maior qualidade de vida, mais segurança, um meio ambiente mais vibrante, suporte para o comercio tradicional e para os serviços.*
- *Um conjunto urbano que permite a percepção do valor da diversidade arquitectónica e ambiental, pela forma como se combinam e justapõem, mantendo sempre uma escala humana. A diversidade funcional é outro dos atractivos dos centros históricos, embora quer a reabilitação, quer a conversação possam contribuir para o desaparecimento de muitos dos pequenos usos.*

2 – A Pós-modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-modernidade e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

O *New Labour* quando ascendeu ao poder, na Grã-Bretanha apostou num desenvolvimento de base regional e local, que se expressou na autonomia de País de Gales e da Escócia empenhando-se na criação de agências, que abrangem mais nove regiões e a cidade de Londres, denominadas “Regional Development Agencies” transferindo para essas instituições um grande número de poderes. O objectivo da sua fundação prendia-se com o desenvolvimento e a implementação de estratégias de desenvolvimento económico local, em parceria com outras entidades regionais públicas e privadas e associações de voluntários as quais facilitariam um verdadeiro “Renascimento Regional”.

O partido trabalhista acreditava, também, que os gestores dos centros históricos, podiam ajudar as pequenas cidades não apenas a competir com as grandes, mas também a facultar a sua regeneração (Allmendinger e Tewdwr-Jones, 2000, pp. 1386). Esta política propiciou o aparecimento de uma economia cultural de base local e/ou regional, enunciada na Estratégia de Cultura Local e na Estratégia de Desenvolvimento Económico Local. A associação entre cultura e economia, que se trata no próximo ponto 2.4, assinala uma das vertentes mais interessantes da evolução da economia Pós-“Fordista”.

2.4 - O Pós-“Fordismo”

2.4.1 Aspectos comuns de um processo dual

A realização de um ponto acerca das novas formas de produção Pós-“Fordista”⁴⁴, principalmente sobre os modelos localizados dos centros históricos, proporcionou-nos uma compreensão mais profunda da importância da produção cultural, das características das empresas do sector e da utilidade da sua presença nessa área da cidade, quer em termos de economia, quer de imagem da cidade, quer ainda como atractivo turístico, embora esta dimensão seja avaliada, com maior rigor no ponto 3.5.

A prossecução da nossa dissertação exigia que se contemplasse no seu modelo teórico, um espaço dedicado ao Pós-“Fordismo”⁴⁴ e aos modos de produção associados, nomeadamente no que concerne a incidência local da nova economia cultural. Os países do sul da Europa, incluindo Portugal, possuem uma larga experiência dos modos de produção flexível, que perpassam a indústria cultural. O modo de produção da indústria italiana é, por certo, o mais bem sucedido, neste espaço meridional, mas existem também outras experiências, sobretudo as ligadas ao turismo, que se mantêm vivas e podem servir de base de suporte e inspiração ao desenvolvimento das indústrias culturais. No nosso país, a presença dessas actividades começa a ser estudada, embora poucos tenham sido os investigadores que se dedicaram a este tema. A pesquisa permite-nos garantir a sua presença, na capital do país, na zona que se

estende do Chiado ao Bairro Alto, núcleo que ganha a forma de um futuro bairro cultural, questão como referimos no ponto 4.2.3.4. Nada impede que, com o aumento do consumo cultural dos portugueses, não exija a formação de um maior número de zonas produtivas, em centros históricos. No Algarve a presença de turistas com perfil de nova classe média pode ajudar a desenvolver essa produção (ver ponto 6.2).

A teoria Neo-Schumpeteriana constitui um dos suportes do pós-“Fordismo” ao apoiar-se na análise cíclica e no capitalismo empreendedor. A história económica dos últimos 200 anos demonstra com base nas teorias Kondratiev (Kondratiev, 1926, in Mela, 1999, pp. 62) e Schumpeter (Schumpeter, 1939, pp. 63) que o desenvolvimento se deve a “um andamento cíclico” de ondas largas, com uma duração média de 50 anos, acompanhadas de períodos de inovação tecnológica, que não se sucedem de forma contínua, em termos temporais, mas sob a forma de vagas, com momentos de intensificação e outros de estagnação. A última etapa da época industrial que teve início em 1940, e terminou em 1990, embora a sua crise se tivesse iniciado nos anos 70, caracterizava-se pela produção de massas do tipo “Fordista”, que se analisou no ponto 1.3 (Mela, 1999, pp.62-63). Os ciclos de inovação podem ser descritos dividindo cada onda em quatro fases, da seguinte forma (Mela, 1999, pp. 63).

- ↪ *A fase inovadora em que se inicia o novo ciclo coincide, muitas vezes, com um período de estagnação económica. Algumas firmas procuram então superar essa fase crítica, através de um aumento do investimento na investigação na busca de inovações do produto (relativas aos bens) ou nas formas de organizar a produção (inovação de processo). As empresas que atingem estes objectivos, conseguem relançar-se e realizar grandes lucros.*
- ↪ *A fase expansiva, caracteriza-se pela adopção da inovação por parte das empresas, a ritmo acelerado, favorecendo a revitalização dos mercados, conjuntura que facilita o relançamento da economia.*
- ↪ *A fase da maturidade corresponde à difusão máxima da renovação tecnológica, à sua fase de apogeu, com influência profunda nas economias mais desenvolvidas, mas em que o ritmo de crescimento abranda, em relação à etapa anterior.*
- ↪ *A fase da estagnação marca o início da inversão da tendência precedente. A tecnologia que permitiu o desenvolvimento torna-se obsoleta e a sua geral aceitação conduz ao abaixamento do valor dos produtos, o que, por sua vez, conduz à recessão económica. Esta ao colocar em perigo as empresas incita ao início de um novo ciclo.*

As questões da criatividade e da inovação, sobretudo da inovação tecnológica fundamentam a teoria Neo-Schumpeteriana, porque alicerçam a mudança, após um período de crise. A actual economia Pós-“Fordista” depende, fortemente, da articulação mais ou menos harmónica entre criatividade e inovação porque constituem as novas formas de actuar ou de transformar em realidade o imaginado (criatividade), e o modo como são aplicadas (inovação), situações em que os dois termos, não podem, na prática, ser diferenciados (ver quadro 2.4.1). A riqueza, na nova economia, resulta, sobretudo, dos fluxos de inovação e não da optimização dos existentes, o que significa que as vantagens de aperfeiçoar o que se conhece é menos determinante do que procurar configurar, conquanto que de forma imperfeita, a evolução futura (ver Hall e Landry, 1997, pp.93-107; Landry, 2000, pp. 55-556; Howells, 2002, pp. 871-883;

2 – A Pós-modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-modernidade e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

Daniels e Bryson, 2002, pp. 977-991). Os especialistas nas áreas da sociologia da arte, da cultura e do conhecimento desempenharam um papel fundamental no abandono de conceitos de criatividade e inovação, vistos como produto de um momento especial de inspiração de um criador solitário, para considerarem que resulta de uma intensa interacção social (Becker, 1974, 1976, 1982; Barnes, 1974; Barnes, 1996; Bourdieu, 1983; Crane, 1992; Marnnheim, 1952; Mulkey, 1972; White, e White, 1965; in Scott, 2000, pp. 37).

A cidade de Huddersfield tem vindo a desenvolver, desde 1995, um programa com apoio comunitário, através do denominados Projectos-piloto Urbanos (Urban Pilot Projects), com o objectivo de aumentar a criatividade dos residentes, através de formação, The Creative Town Initiative (ver quadro 2.4.1), que abrange, entre outros instrumentos de actuação, aulas de pensamento criativo.

Quadro 2.2.1 - Huddersfield – O ciclo de Criatividade Urbana

O Ciclo de Criatividade Urbana foi desenvolvido por Landry, nele se apoiando o crescimento sustentável da inovação e resulta da evolução da noção de Porter de cadeia de valor. O seu autor procura explicar o modo como as ideias se desenvolvem, evoluem, podem ser fruídas e gerar as condições para o surgimento de novas ideias criativas. O ciclo tem 5 fases:

1º Fortalecer as capacidade de gerar ideias de Huddersfield - com o estímulo inicial, fornecido pelos fundos comunitários, as pessoas podem ser incentivadas a pensar de forma criativa e gerar novas ideias.

2º Transformar as ideias em realidade - em pouco tempo as melhores ideias devem receber apoio para se transformarem em aplicações práticas inovadoras.

3ª Circulação e Marketing das Ideias - vital para criar uma massa crítica de inovadores ou “creative milieu”, com o qual o crescimento desponta de uma combinação de competição e colaboração.

4º Plataformas de distribuição – a inovação exige uma contextura em que possa emergir e uma base a partir da qual possa crescer. Carece de espaços empresariais com rendas económicas, incubadoras e locais de exposição e demonstração.

5º Disseminação e Distribuição – finalmente a inovação exige que os produtos atinjam o seu mercado, o seu utilizador. À medida que a procura e as recompensas crescem outros têm a inspiração de seguir o mesmo caminho – oferecendo o estímulo para mais pensamento criativo e geração de ideias dando origem a um novo ciclo.

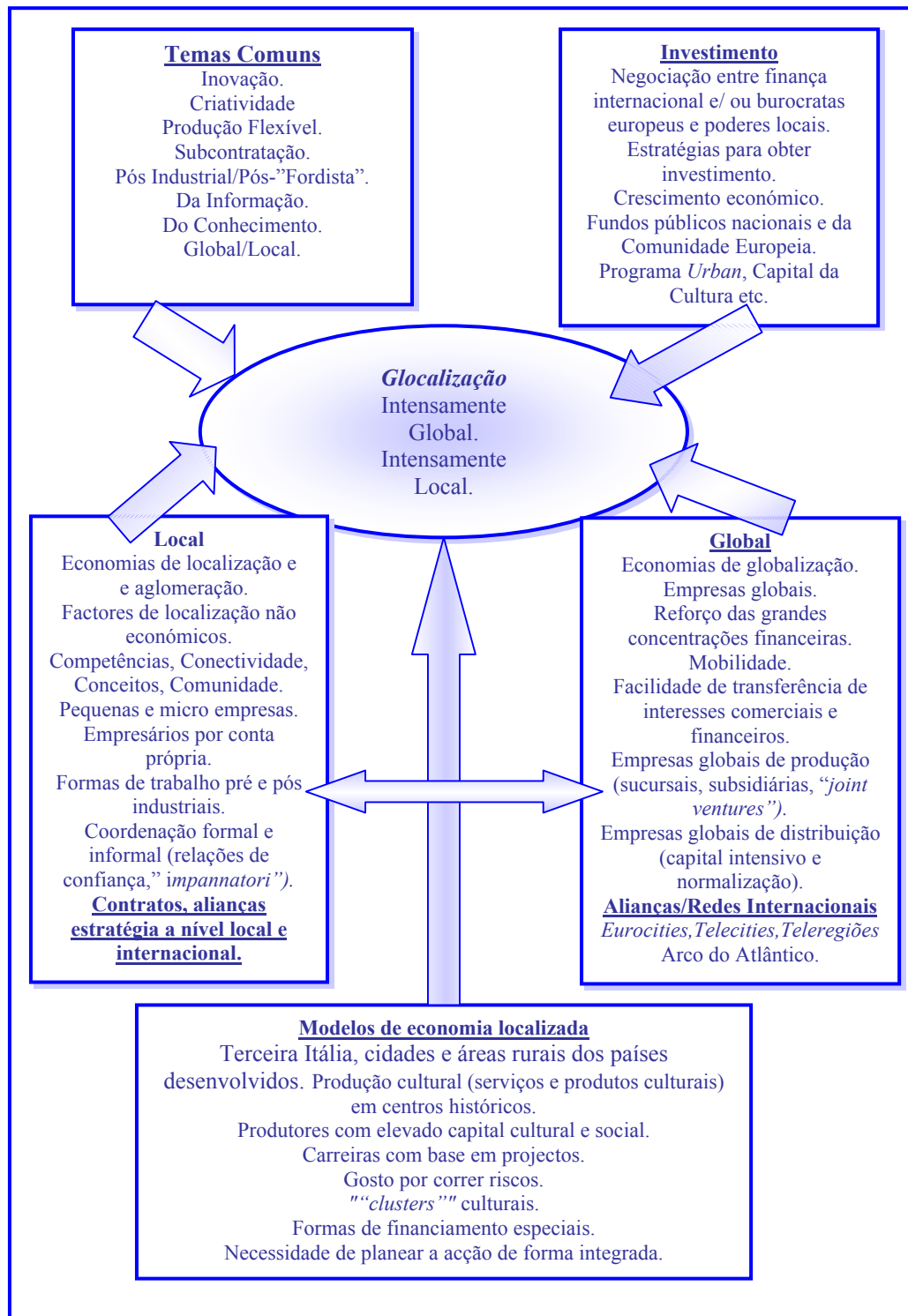
Fonte: <http://www.Creativetown.>

A produção de bens de consumo duráveis em fase de maturidade, como os automóveis, diminuiu, obedecendo apenas a uma lógica de substituição dos abatidos, enquanto nas áreas de grande inovação, onde o desenvolvimento é acentuado, a oferta de bens e serviços, com base na recolha e elaboração de informação, como os serviços informáticos, os financeiros, os de *marketing*, as telecomunicações e os culturais, tem vindo a aumentar de forma sistemática (Mela, 1999, pp. 78-79).

O quadro 2.4.2 tenta salientar o modo como se relacionam e interagem num processo definido pela sua dualidade as suas componentes globais e locais pelo que nos servirá de guia e suporte na elaboração deste ponto.

Ana Maria Ferreira

Quadro 2.4.2 - O Pós-"Fordismo"



Fonte: Síntese própria a partir de Amin, 1991, pp.111-120; Aniello, 2001, pp. 517-535; Bancks, 1999, pp.4; Becattini, 1994 pp.20-23; Berg e Brau, 1999, pp. 987-999; Berranger e Meldrum, 2000, pp. 1828-1830; Bloomfield, 1994, pp. 91-92; Bonink e Hitters, 2001, pp. 229; Bovone, 1999, pp. 3; Caborn, 1999, pp. 12; Castells, 1996, pp. 61; Castell, 1997, pp.323; Garofoli, 1994, pp. 36-37; Hall, 2000, pp.640; Harvey, 1989, pp. 56 303; Howells, 1999, pp. 79; Leontidou, 1993, pp. 956, 1996, pp. 186; Lever, 1999, pp. 1029-1044; Milestone, 1999, pp. 1; Mommas e Heijningen, 1999, pp. 6; Norcliffe, 1993, pp. 197; Pratley, 1994, pp. 241; O'Connor, 1999, pp. 2-3; Rogerson, Fidler, Paddison e Morris, 1996, pp.35; Sauvage e Warde, 1999, pp. 264-278; Scott, 2000, pp. 10, 115-172; Shearman, 1997, pp. 107, 111; Soja, 1989, pp.180-193; Storpe, 1990, p. p. 431-34; Wilson, 1996, pp. 112-122

2 – A Pós-modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-modernidade e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

O sucesso dos países, na nova economia do conhecimento, depende da capacidade individual e colectiva de explorar a informação, disponível de modo a recriar inovando produtos e serviços (Woods, 1999, pp. 11). A substituição do modelo de produção industrial pelo pós-industrial não é, contudo, aceite por todos os académicos. Alguns, como Soja, acreditam que as sociedades podem ter atingido a fase Pós-“Fordista” sem se transformarem em pós industriais (Soja, 1989, pp.180-193).

Edward Soja (Soja, 1999, 180-193) ao descrever a área metropolitana de Los Angeles defende que a sua complexidade a transforma numa cidade Pós-“Fordista” mas não necessariamente pós industrial. A urbe conta com tecnópolos, tecnoburgos e parques da ciência, com funcionários, muito bem pagos, maioritariamente brancos, assim como zonas industriais, muito dinâmicas, dependentes de mão-de-obra hispânica e asiática. Esta visão de Soja opõe-se a outros como Julius Wilson (Wilson, 1999, pp. 112-122) e Mike Sauvage e Alan Warde (Sauvage e Warde, 1999, pp. 264-278, Manuel Castells, 1989; 1994; Saskia Sassen, 1991), porque não concorda com a opinião daqueles autores, quando afirmam que os empregos industriais se mudam para os países do terceiro mundo, no período Pós-“Fordista”, afirmações corroboradas por Carreras (Carreras, 1994, pp. 105).

Por outro lado, a redução do significado das ligações entre grandes empresas deu maior ênfase, aos factores de localização discretos e aos factores de localização não económicos como a amenidade do clima, as condições ambientais favoráveis e uma elevada qualidade de vida, medida em termos de facilidades de educação e bem-estar social e cultural (Rogerson, Fidlay, Paddison e Morris, 1996, pp.35). As questões mais frequentemente colocadas pelos investidores, prendem-se não apenas com o facto de saber se aquele é o melhor local para os operadores de capitais mas também para viver, consumir bem e sentir-se em segurança, num mundo em mudança (Harvey, 1989, pp. 303).

O estudo realizado por Rozenblat e Pumain, com base na escolha de localização de 300 sucursais das 300 empresas de maior dimensão da Europa, revelou que se a maioria prefere estar representada nas grandes cidades europeias, enquanto as que desenvolvem actividades especializadas de investigação, os tecnópolos e as de turismo manifestam uma ligeira preferência pelas cidades de pequena e de média dimensão (Rozenblat e Pumain, 1993, pp. 1708).

Numa época de declínio dos poderes do estado nação, sobre as multinacionais e sobre o seu poder económico, o investimento, na União Europeia, toma a forma de negociação entre a finança internacional ou entre os burocratas de Bruxelas e os poderes locais, fazendo estes últimos todos os esforços para acentuar a atracção do local, como engodo para o desenvolvimento capitalista (ver quadro 2.4.2). Os estudos recentes, sobre as áreas de competição na Europa, revelam que as cidades desenvolvem esse tipo de estratégias, com o objectivo de obter investimento móvel, crescimento económico capital humano, fundos públicos, quer a nível nacional, quer da União Europeia, como acontece com o Programa URBAN ou o associado à Capital Europeia da Cultura (Lever, 1999, pp.1043; ver também capítulo 3.5). Estes dois programas são muito cobiçados devido a oferecerem oportunidades de desenvolvimento da economia cultural local e captação de fluxos de turistas (Pratley, 1994, pp. 241).

O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro

Na verdade à medida que os estados nacionais perdem importância nas sociedades europeias, maior peso ganham as cidades, especialmente as que se encontram envolvidas em redes e alianças, como as Eurocities, as Telecities, as Teleregões e o Arco do Atlântico. Mas ao mesmo tempo que a globalização empurra as cidades para estas alianças internacionais, valoriza a qualidade e o espírito de inovação das pessoas, as suas aptidões, os talentos e as instituições locais (Shearman, 1997, pp. 107, 111).

Desta forma os factores que influenciam a mudança competitiva estão cada vez mais dependentes do local, pelo que as cidades que se quiserem desenvolver devem preencher critérios que podem ser sintetizados em três C's – Competências, Conectividade Conceitos, a que adiciona um quarto – Comunidade (ver quadro 2.4.2). Existe pois uma ligação muito forte entre cultura, tecnologia e economia, que associadas à criatividade e à inovação reforçam a importância da dimensão local (Shearman, 1997, pp. 112, 119).

A criatividade associada às características históricas de algumas cidades europeias, como Manchester ou Bolonha permitiram que fossem reconhecidas como urbes de elevado desenvolvimento cultural e económico. Os geógrafos da economia e os economistas regionais há muito que assinalam a importância da localização e da aglomeração da economia regional na criação de dinâmicas de inovação e de crescimento industrial e económico.

Na verdade se as grandes concentrações não deixam de crescer, as empresas de pequena e média dimensão, tem vindo a ganhar um enorme peso, como tem sido amplamente comprovado e representa uma mudança em relação aos anos 70 e ao paradigma industrial anterior. As empresas com menos de 500 empregados constituem 60% de todo o emprego do Reino Unido, situação que a OCDE verificou ser extensível a muitos dos países membros da organização (OCDE, 1998).

As micro empresas têm a vindo a aumentar não apenas em sectores tradicionais de tecnologia reduzida, mas também, nos de alta tecnologia. Em Barcelona, as novas empresas de serviços, localizadas no centro de negócios da cidade, ligadas à gestão de negócios, consultoria, publicidade, informação e tecnologias da informação, serviços técnicos como os estudos arquitectónicos e de planeamento urbano ou os logísticos e operacionais ligados à organização de feiras e congressos, são pequenas empresas. Um terço delas possui entre 3 e 5 empregados, 24,2%, entre 5 e 10 empregados e apenas 9,6% mais de 50 (Baró e Soy, 1993, pp. 27). Mas o trabalho realizado em casa e os serviços informais ganharam, igualmente, grande dimensão mesmo em países onde alguns deles faziam parte dos sistemas tradicionais de entre ajuda, como as amas, os serviços de lavandaria, de limpeza, de pequenos arranjos vários, os quais, em alguns casos deram lugar a empresas (Harvey, 1989, 268).

O reconhecimento do importante papel da produção de base local conduziu a uma série de “modelos e conceitos que envolvem o processo de inovação, em contexto local tais como os distritos (Marshall, 1961), as economias de aglomeração (Weber, 1909; Florance, 1948; Isard, 1956; Townroe e Roberts, 1980), as aglomerações de inovação e os ciclos de vida do produto (Hund, 1959; Lichtengurg, 1960; Vernon, 1960; Thompson, 1965; Howels, 1983 e Markusen, 1985), os novos distritos industriais e de especialização flexível (Brusco, 1982; Amin e Robins, 1990; Becattini, 1991), os meios inovadores (Aydalot 1986; Aydalot e Keeble, 1988), os distritos

2 – A Pós-modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-modernidade e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

tecnológicos (Stoper, 1992). Embora muitos procurem atribuir a origem destes arquétipos a Marshall (Marshall, 1932), e ao que ficou conhecido por distrito Marshalliano, na realidade existem outras fontes semelhantes, embora com diferenças e antecedentes que se alimentam umas às outras, como as leis do crescimento industrial (Burns, 1943), os pólos de crescimento (Perroux, 1955; Thomas, 1975), e a teoria (Marshall, 1887) das ondas longas” (Howells, 1999, pp. 79).

Um dos desafios mais importantes que se colocam aos políticos é a ligação de funções económicas orientadas de forma global, com uma sociedade e uma cultura com raízes locais. Se existe algo que tem vindo a ser mencionado como reverso da globalização é exactamente o renascimento das formas, de autonomia, de administração, de política, e de economia com base local, de modo que, este processo dual, é denominado, por *glocalização* (Bonink e Hitters, 2001, pp. 229).

A nível macro económico, a mudança de paradigma, para a nova economia caracteriza-se pelos atributos que constam no quadro 2.4.3 (O'Connor, 1999, pp. 2-3; Berg e Brau, 1999, pp. 987-999).

Quadro 2.4.3 – Características da economia pós-“Fordista”

Flexível- *O velho sistema de produção de massas foi substituído por produtos com elevado retorno produzidos para um mercado volátil, de nichos, altamente especializado, e uma produção “em cima da hora” em que predomina a informalidade dos vínculos de trabalho.*

Da Informação – *A emergência dos sistemas da nova economia, baseiam-se no processamento da informação, na geração do saber e na manipulação dos símbolos comerciais, signos e imagens, que constituem a denominada economia sem peso.*

Global - *O desenvolvimento da economia mundial é conduzido por fluxos de riqueza e de informação, entre uma rede de cidades mundiais devido à emergência de marcas globais, verdadeiros ícones culturais. Este processo é porém acompanhado por outro, que se caracteriza pela diversidade e pela distinção dos locais.*

As relações de trabalho entre a empresa e o trabalhador também mudaram, sendo actualmente marcadas pela flexibilização ou seja, abrandamento de laços que agravam o mercado de trabalho, maior facilidade em admitir e despedir, possibilidade de aumentar ou diminuir salários, expansão de empregos com contrato a prazo a tempo parcial mudança mais frequente de trabalho de empresa e de sede (ver quadro 2.4.2).

Quando se fala de sistema de produção flexível, uma das características da economia actual, que se opõe ao pesado sistema “Fordista”/Taylorista menciona-se formas de produção caracterizadas por uma habilidade bem desenvolvida para mudar de um processo e/ou de uma configuração para outra (dynamic flexibility) ou ainda para ajustar as quantidades rapidamente no sentido do aumento ou da diminuição, sem grandes efeitos de eliminação dos níveis da

O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro

eficiência (static flexibility). A flexibilidade dinâmica implica a mobilização e organização correctas de firmas de dimensões variáveis, em que a divisão do trabalho entre as empresas e a interacção entre os diferentes produtores, definem as possibilidades de inovação do produto e dos processos de produção. Os dois tipos de flexibilidade têm vindo a ser obtidos através de uma série de características interrelacionadas do sistema de produção, enquanto a subcontratação constitui uma das formas mais generalizadas de divisão do trabalho, do novo modelo, para que o sistema de produção se transforme numa rede de produção (Aniello, 2001, pp. 517-535; Amin, 1991, pp.111-120; Becattini, 1994 pp.20-23; Garofoli, 1994; pp. 36-37; Storpe, 1990, p. p. 431-34).

Gertler (Gertler, 1988 in Norcliffe e Milne, 1993; Milne, 1990), interroga-se sobre a extensão da difusão da produção flexível e até que ponto pode ser considerado um novo modo de produção, universalmente aceite, enquanto Amin e Amin e Robbins (Amin e Robbins, 1990), sugerem que esse é um processo altamente variável, que se expressa com uma grande variedade espacial. Já Dunford e Benko construíam um modelo sinóptico que designam por produção Pós-”Fordista” e inclui cinco modelos de produção: sueco denominado o kalmarismo, o alemão ocidental, o toyotismo japonês, o californiano e o neo taylorista. Os primeiros quatro envolvem, ao nível social negociação com a força de trabalho, o sector, a empresa e o indivíduo, respectivamente, modelos que, por sua vez, dão lugar a variações a nível sub regional (Dunford e Benko, 1993). A questão que se deseja acentuar é a necessidade de adoptar uma perspectiva local, uma vez que os próprios modelos arquétipos de desenvolvimento – o “Fordista” de Detroit e o flexível de Silicon Valley, são eles próprios modelos muito localizados (Norcliffe, 1993, pp. 197).

Os casos da indústria do mobiliário em Los Angeles, e da alemã, demonstram que esta nova configuração do trabalho tem o seu preço e que, para obter sucesso, tem de possuir uma estratégia competitiva correcta.

O fracasso da indústria do mobiliário em Los Angeles e o sucesso da alemã

Em 1950 trabalhavam nessa indústria, na cidade, operários sindicalizados, bem pagos e predominantemente de raça branca. Já nos anos 90, era dominada por outra, constituída a 72% por não brancos, dos quais 57% são emigrantes hispânicos, muitos deles ilegais, com baixos salários e, por essa razão, sem qualquer força sindical ou política. A estratégia competitiva adoptada tem por base os salários reduzidos e a baixa qualidade dos produtos. A produção alemã, no sector do mobiliário, pelo contrário, ao utilizar de forma extensiva o computador, no processo de produção e programas intensivos de aprendizagem e formação profissional demonstra que esta é a melhor forma de competir numa economia global (Scott, 2000, pp. 71-74).

A natureza organizacional do sistema de produção flexível cria problemas potenciais de coordenação social e económica que devem ser resolvidos através da criação das necessárias instituições locais e práticas sociais, problema que pode ser resolvido através de mecanismos de coordenação formal, como contratos e alianças estratégicas, ou de novos tipos de organizações especializadas, como as “zaibatsu” japonesas ou as “impannatori” italianas ou ainda de relações informais de confiança em que os produtores aprendem, através do tempo, o comportamento e as capacidades dos seus colegas (Storpe, 1990, p. p. 431-34).

2 – A Pós-modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-modernidade e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

Os empresários dos inpannatori do Prado seguem os acontecimentos, que intervêm no mercado mundial, dos produtos fabricados no distrito e agem de modo a traduzir todas as potencialidades contidas na herança histórica em produtos comercializáveis. O distrito transforma-se assim numa espécie de capital flexível, capaz de produzir todo um conjunto de produtos sem sair, todavia, de uma determinada gama (Becattini, 1990, pp. 19).

Alguns investigadores defendem, porém, que a generalização do modelo, sem qualquer reflexão crítica, aproxima-se do dogmatismo do paradigma modernista “Fordista” que os defensores da sua obsolescência tanto criticaram, na medida em que o seu estudo se tem restringido a alguns locais ou fenómenos particulares, como acontece com a denominada *Terceira Itália* (Amin e Robins, 1990, pp. 85).

2.4.2 - Modelos de desenvolvimento de base local – A Terceira Itália e a Produção Cultural em Centros Históricos

O crescimento de base local auto sustentado, pode ser demonstrado pelo modelo da *Terceira Itália*, (constituída por 60 regiões, com distritos industriais, disseminados sobretudo pela Lombardia oriental (11), a Emilia Romagna (8), o Veneto (14), a Toscana (8) e Marche (15), caracterizados pela existência de redes muito densas de pequenas empresas, situadas no meio rural ou nas cidades de pequena ou média dimensão com uma história marcada pelo municipalismo e por fortes tradições técnico profissionais, muito inovadoras, “especializadas na produção de determinados bens, destinados a ser vendidos a uma clientela desejosa de qualidade e particularmente flexível no que se refere ao preço” (Amin e Robins, 1990, pp. 85).

O caso de Bolonha

A experiência de Bolonha é muito interessante como alternativa ao “Fordismo”. A tradição comunista da cidade não deriva da existência de uma classe trabalhadora moderna, mas antes de uma herança socialista, de cooperativas rurais e de resistência ao fascismo, a qual ganhou uma grande dimensão, de forma a englobar os artesãos e mesmo os membros de famílias inteiras. No momento de transição rápida, para uma sociedade urbana, a perícia dos artesãos e a sua capacidade de gestão, retirada da experiência rural, foi transferida para as pequenas firmas e cooperativas do sector da manufacturada O PCI, (Partido Comunista Italiano), via nesse tendência para o aumento do auto emprego um factor positivo, pelo que as cooperativas e o trabalho por conta própria se estendeu às indústrias de equipamento dentário, eléctrico, de mobiliário de escritório e a outras que encorpam uma importante componente de desenho, como a cerâmica e o calçado. A regulamentação através do planeamento fez com que as grandes empresas fossem desencorajadas de se instalar em Bolonha, reforçando assim o perfil económico da cidade de pequenas firmas e cooperativas, nas actividades de artesanato e nas de alta tecnologia (Bloomfield, 1994, 91-92).

Nos anos 80, em plena recessão, Bolonha, com a sua estrutura de produção de pequena escala, mas utilizando tecnologia avançada, possuía uma taxa de desemprego de 2%, muito abaixo da média nacional italiana, enquanto o número de trabalhadores, por empresa, continuava a decrescer. Este sistema, característico da denominada “Terceira Itália”, baseia-se na família como unidade económica extensa e tem reforçado a homogeneidade e o conservadorismo social. A sua difusão na região da Emilia Romagna impediu a criação de uma concentração metropolitana. Este paradoxo de coexistência entre passado e modernidade, de Bolonha, pode ser apontado como um caso de sucesso, que assenta na tradição mediterrânea e fez dela uma cidade Pós-“Fordista”, por natureza (Bloomfield, 1994, 91-92).

O emprego aumentou, desde o início dos anos 70 e os produtos culturais da Terceira Itália penetraram, com sucesso, os mercados internacionais, graças à sua superior qualidade e estilo, baseados num legado de artesãos qualificados dedicados a servir uma clientela tradicional. Têxteis de lã do Prato, malhas de Carpi, cerâmicas de Sassuolo, moda de Porto Sant'Elpidio, mobiliário de Pasaro, rendas de Como e artigos em cabedal de Florença, fazem parte da produção cultural da *Terceira Itália* (Amin e Robinns, 199, pp. 86-98; Becatini, 1994 pp.23; Garofoli, 1994 pp.36; Scott, 2000, pp. 10).

Na grande maioria dos países do sul da Europa, como em Itália, embora sem atingirem a sua dimensão, organização e sucesso, persistem, em grau muito variado, os negócios de família e emprego por conta própria. Estas formas de organização e de comercialização, que se devem a uma quase inexistência de produção de massas, para uma economia de escala, associadas à persistência de modos informais podem ser consideradas pós-“Fordista”. Para a manutenção dessa organização de trabalho muito contribuiu o apoio voluntário e comunitário a indivíduos em situação económica difícil que desempenham uma função social que não pode ser negligenciada (Harvey. 1989, pp. 56; Leontidou, 1993, pp. 956, 1996, pp. 186, Mingione, 1993 pp. 325, e Mingione e Monlicchio 1994, pp. 415).

Os regimes de produção Pós-“Fordista” “especialmente a acumulação flexível, que conduz a formas de trabalho consideradas pré industriais e residuais, como o trabalho realizado em casa ou a subcontratação permitem melhor entender os fenómenos de longa duração dos países do mediterrâneo”. Esses regimes numa época de reestruturação económica que aponta, simultaneamente, no sentido da globalização e da localização, adoptam processos tradicionais marcados pela informalidade em novas variantes que podem tirar partido da associação do património e da cultura, com o turismo, actividade de grande importância para a região (Leontidou, 1993, pp. 954).

No documento comunitário denominado “Visions and Actions for medium-sized cities”, de 1994, elaborado a partir de inquéritos aplicados aos vários parceiros, tanto as instituições e associações como autoridades municipais, associações empresariais e sindicatos, das cidades de Alicante, Évora, Siena, Perugia, Oviedo, Rhodes, Kavala e Nimes, sobre as actividades que consideravam mais propícias ao seu desenvolvimento, apontaram a recuperação do património, a reutilização de edifícios, o desenvolvimento cultural. As actividades culturais, como os festivais e eventos, o turismo cultural, os congressos e as convenções, as indústrias culturais e as não poluentes eram considerados, no referido documento, sectores estratégicos. Para facilitar esse tipo de acções, pensavam incrementar a formação profissional e universitária de modo a combinar a alta tecnologia como os parques de ciência e tecnologia, com as actividades criativas, como artes gráficas, teatro, lazer, turismo e artesanato ligado à transformação do mármore e do granito, reabilitação, restauro e manutenção de edifícios para reutilização e manufactura de rendas, e de cerâmica (VAMSC, E F I W C, 1994, pp. 115-230).

2 – A Pós-modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-modernidade e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

O consumo dos turistas, principalmente daqueles com maior apetência cultural podia desempenhar um papel importante no apoio à produção cultural local, de modo a que esses países conseguissem diminuir o fosso que os separa dos mais desenvolvidos. Na verdade essas sociedades mais avançadas passaram a grande velocidade da economia fabril para a da informação e desta para uma outra em que os vários sectores culturais e das indústrias criativas têm grande importância, para a competitividade europeia, porque são extremamente dinâmicos e oferecem oportunidades de emprego, atraem investimento e turismo (Hall, 2000, pp.640). O crescimento do emprego cultural, na União Europeia, nas décadas de 80 e de 90, foi muito significativo, como se pode observar no quadro 2.4.4.

Quadro 2.4.4 - Crescimento do emprego cultural

País	Crescimento em %	Período
Espanha	+24%	1987-1994
França	+36%	1982-1990
Reino Unido	+34%	1981-1991
Alemanha	+23%	1980-1994

Fonte: EC; 1998;

O relatório da Comunidade Europeia demonstra o aumento acentuado, em todos os países membros, do emprego no sector cultural (ver quadro 2.4.5)

Quadro 2.4.5 - Número de pessoas directamente empregados no sector cultural, na U.E.

País	Total	Artes do espectáculo	Património e Educação	Cinema e audiovisual	Publicações e discos	Imprensa
Alemanha	1.000.760	100.000	80.000	200.760	170.000	-----
Áustria	3.681	-----	-----	3.681	-----	-----
Bélgica	57.653	12.400	10.970	20.889	6.485	-----
Dinamarca	17.599	-----	2.900	14.699	-----	-----
Espanha I	257.113	42.400	21.930	88.523	32.260	-----
Finlândia	33.566	9.060	8.560	7.025	1.971	-----
França	745.158	160.000	96.400	177.108	95.180	66.470
Grécia	10.134	-----	-----	-----	-----	-----
Irlanda	31.536	6.000	1.500	6.086	1.800	-----
Itália	495.583	104.000	36.413	144.023	64.201	63.946
Luxemburgo	2.320	-----	-----	2.320	-----	-----
Portugal	35.918	12.000	4.000	8.918	2.500	-----
Reino Unido	511.743	90.000	71.600	198.543	25.400	101.100
Suécia	60.907	33.000	3.500	10.907	3.500	-----
Total	3.415.318	604.110	353.734	950.802	425.797	231.516

Fonte: EC, 1998, pp.29

Na Grã-Bretanha o interesse destas actividades para a economia do país é notável, como se pode concluir pela leitura da nota de imprensa que acompanhou a publicação Mapping Document, intitulado “Creative Industries: A Multi-Billion Pound Growing Force” publicado em Janeiro de 2001 e pela consulta do quadro 2.4.6. Nesse documento afirmava-se que as indústrias culturais ou criativas, geram 112.5 biliões de libras de lucro, produzem 10.3 biliões de libras de receitas provenientes do comércio externo, empregam 1.3 milhões de pessoas e

O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro

representa 5 por cento do PIB (DCMS, 2001, Press Release nº 68/01), ultrapassando, desse modo, o contributo de qualquer outra indústria britânica (Fleming, 1999, pp. 8). Nos anos de 1997/98 as industriais culturais conheceram um crescimento de receitas de 16%, muito superior aos 6% de crescimento da economia no seu todo (DCMS, 2001, Press Release nº 68/01). A nível mundial, o comércio de produtos culturais de todo o tipo aumentou 200%, nos últimos 10 anos (Riftkin, 2000, pp. 224).

Quadro 2.4.6 - Emprego e receitas das artes criativas

Receitas estimadas	Biliões de libras	Exportações Milhões de libras	Emprego
Publicidade	3.0	774	93.000
Arquitectura	1.7	68	21.000
Artesanato	0.4	40	24.000
Mercado de artes e antiguidades	3.5	628	37.000
Design	26.7	1.000	76.000
Design de Moda	0.6	350	12.000
Filme e Vídeo	3.6	653	45.000
Software interactivo de lazer	1.0	503	21.000
Musica	4.6	1.300	122.000
Artes do espectáculo	0.5	80	74.000
Publicações	18.5	1.654	141.000
Software e Serviços de Computador	36.4	2.761	555.000
Televisão e Rádio	12.1	440	102.500

Fonte: GB Department of Culture, Media and Sport, (2001); Press Release nº 68/01, pp.4-7

Quadro 2.2.7 - Grandes empresas internacionais com interesses na produção cultural

Nome da Empresa	Localização da sede (país)	“Primary Standard Industrial Classification”	Montante de vendas anuais mais recentes (em \$ billions)
<i>Sony</i>	<i>Japão</i>	<i>Equipamentos de áudio e de vídeo para o lar</i>	<i>50.7</i>
<i>Deutsche Telekom AG</i>	<i>Alemanha</i>	<i>Comunicações telefónicas</i>	<i>37.6</i>
<i>Suez Lyonnaise des Eaux</i>	<i>França</i>	<i>Refuse Systems</i>	<i>31.7</i>
<i>Disney Co.</i>	<i>EUA</i>	<i>Parques de Entretenimento</i>	<i>23.0</i>
<i>Daewoo Corp.</i>	<i>Coreia do Sul</i>	<i>Produtos Eléctricos</i>	<i>18.8</i>
<i>Bouygues AS</i>	<i>França</i>	<i>Construção pesada não classificado noutra</i>	<i>15.1</i>
<i>Time-Warner Inc.</i>	<i>EUA</i>	<i>local Jornais, editores, impressores</i>	<i>13.3</i>
<i>Viacom Inc</i>	<i>EUA</i>	<i>Produção de vídeo e de desenhos animados</i>	<i>13.2</i>
<i>Bertelsmann AG</i>	<i>Alemanha</i>	<i>Lojas de material de gravação</i>	<i>12.7</i>
<i>News Corp. Ltd</i>	<i>Austrália</i>	<i>Produção de vídeo e desenhos animados</i>	<i>11.7</i>
<i>L’Oreal</i>	<i>França</i>	<i>Artigos de toilette</i>	<i>11.5</i>
<i>Telstar Corp.</i>	<i>Austrália</i>	<i>Comunicações telefónicas</i>	<i>10.4</i>
<i>Seagram Co.</i>	<i>Canadá</i>	<i>Vinhos, aguardentes e licores</i>	<i>8.7</i>
<i>Havas AS</i>	<i>França</i>	<i>Desenhos animados e produção de vídeo</i>	<i>8.6</i>
<i>Thomson Corp.</i>	<i>Canadá</i>	<i>Jornais; editores e impressores</i>	<i>8.5</i>
<i>Christian Dior</i>	<i>França</i>	<i>Bagagem</i>	<i>8.2</i>
<i>LVMH SA</i>	<i>França</i>	<i>Artigos de toilette</i>	<i>8.0</i>
<i>MCI Worldcom</i>	<i>EUA</i>	<i>Comunicações telefónicas</i>	<i>7.4</i>

Fonte: Adaptado a partir de Scott, 2000, pp. 207

No Reino Unido, a maioria das empresas na área da cultura, não ultrapassa os 25 empregados (56%), enquanto o emprego por conta própria atinge uma grandeza apreciável (40%). Estas firmas articulam-se, a nível local, com as grandes, de carácter global, que se encarregam da distribuição e de outras actividades que exigem capital intensivo e normalização (ver quadro 2.4.7). Por outro lado, as multinacionais internacionais, envolvidas directamente na produção

2 – A Pós-modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-modernidade e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

cultural, são construídas por um labirinto de subsidiárias, afiliadas e *join ventures* (Garnham, 1997, pp. 56-59; Scott, 2000, 115 e 172).

Os produtores, que fogem aos circuitos das grandes distribuidoras de carácter global, desenvolvem ainda políticas que permitem tirar partido das tecnologias da informação, para efeitos de promoção e comercialização (Bonink e Hitters, 2001, pp. 278).

O caso de Northern Light

A título de exemplo, cita-se o caso do Northern Quarter, situado, numa das extremidades do centro histórico de Manchester, antigo centro fabril têxtil que tem vindo a ser regenerado com a intenção de criar um bairro cultural. Nele coabitam uma série de pequenas e micro empresas, num total de mais de 300, que decidiram criar um site na Internet para divulgar e promover os seus produtos. Esse site actua também, como um instrumento de comunicação com o mercado. As empresas conseguiram utilizar, para além de uma estratégia de localização uma forma de cluster, que lhe permite desenvolver o seu futuro, a nível global, numa combinação interessante entre novas tecnologias e indústrias culturais.

Fonte: Berranger e Meldrum, 2000, pp. 1828-1830

Os produtos culturais são artefactos imbuídos de estética imaginativa e conteúdo semiótico – muitas vezes associados a uma elevada qualidade artística, que se sujeitam à disciplina dos critérios de mercado. Este fenómeno, que constitui a características fundamental da nova economia cultural, é um reflexo da adequação da produção à procura, a qual investe, cada vez mais, em valores simbólicos (ver ponto 2.3.1) e abrange um conjunto de bens e serviços muito diversificados na sua substância, na sua aparência e origem sectorial. Manifestações de alta cultura como as artes plásticas, a arquitectura, a literatura, os museus e as galerias de arte, a manufatura de bens tradicionais como o vestuário, o mobiliário e a joalheria; sectores de serviços que envolvem algumas transações personalizadas ou produção e transmissão de informação, como os serviços turísticos, os de teatro ou de publicidade e ainda alguns de forma mista, como a gravação musical, a indústria livreira ou a cinematográfica incluem-se nas actividades criativas (Bourdieu, 1984; Lash and Urry, 1994; Scott, 2000, pp. 568, Scott, 2000, pp. 3 e 30).

A tradicional divisão entre arte e comércio, numa época de diluição das diferenças entre tipos de cultura, parece mais ideológica do que analítica. Numa perspectiva inclusiva, pouco importa se o apoio que recebem provém do estado, sob a forma de subsídio ou da sua comercialização, na medida em que ambas, embora cada uma a seu modo sejam profundamente comerciais. Acresce ainda que muitos produtores culturais se movem entre os dois sistemas o que torna a sua separação ainda mais difícil. O mundo da produção musical erudita, por exemplo, é, à sua maneira, tão comercializado e passível de comercialização como o da música *pop*, embora o primeiro seja mediado por “burocratas” e o segundo pelo “mercado”, conquanto ambos possuam valores simbólicos, baseados numa percepção generalizada, de possuírem significado, proporcionarem prazer e serem alegorias da beleza (O’Connor, s.d., pp. 4). Em contraste com os produtos de massas clássicos, estas indústrias

Ana Maria Ferreira

são orientadas para a criação de outros que exigem diferenciação constante que tanto envolvem protótipos únicos, por vezes muito complexos ou produtos finais - filmes ou serviços arquitectónicos - como pequenas remessas de produção para nichos de mercado – moda. Enquanto no primeiro caso se exige uma mão-de-obra altamente especializada em tecnologia e informação, no segundo o emprego impõe uma qualificação menos elevada e pouca tecnologia (Scott, 2000, pp. 172).

Os lugares Pós-“Fordista”⁴s e as suas economias culturais têm aptidão para possuir uma identidade individual muito bem desenvolvida em consequência da sua história, aglomeração e especialização local. Os exemplos estendem-se desde os pintores de Nathwara, no noroeste da Índia, passa dos círculos de artistas e intelectuais do século XIX e XX, nas cidades europeias até aos grupos contemporâneos de escritores, actores, directores, técnicos de efeitos especiais, que constituem as colónias de produção cinematográfica de Paris ou Hollywood. Estas comunidades são locais de trabalho cultural, mas também centros de reprodução, onde as competências são mantidas e transmitidas, de atracção de talentos provindos do exterior, os quais, por sua vez, ajudam a conservar a vitalidade da cultura local. (ver pontos 1.2 e 2.3.1).

Além de métodos de trabalho comuns, existem, nos meios criativos localizados, formas de instituir pontes entre a “economia de fluxos” e a “economia “dos locais”, porque os artistas e outros trabalhadores culturais possuem a capacidade de transformar o carácter e a experiência desses lugares, de modo a converter o significado cultural em fluxos de signos e símbolos. A sua presença simultânea no espaço dos “fluxos” e no dos “locais” cria ligações para que as duas formas de economia não corram o risco de operar de forma independente (Castells, 1996, pp. 61; Castell, 1997, pp.323; Bonink e Hitters, 2001, pp. 239).

Na Grã-Bretanha os empresários e trabalhadores do sector cultural com educação de nível superior atingem 70% do total, embora apenas 1 em cada 5 possua uma especialização artística (ver quadro 2.4.2). Esta situação evidencia o papel crucial da formação universitária para operar neste sector, porque a mudança constante do processo de produção exige “uma quadro de aprendizagem não linear, unidades de incubação, flexibilidade e esquemas de *R&D* de pequena dimensão, associadas à utilização autónoma de conhecimento especializado” (O’Conner, s.d., pp. 13).

Os empresários do bairro *Ticinense*, no centro histórico de Milão têm uma consciência muito exacta desse tipo de vantagens, que lhes advém do importante capital cultural e social de que dispõem (Bovone, 1999, pp. 3).

2 – A Pós-modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-modernidade e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

Capital Cultural – *que se expressa não apenas em termos de consciência própria da sua riqueza em ideias e em capital cultural, mas também sob a forma de desejo de correr riscos na sua aplicação.*

Capital Social – *que se traduz na confiança numa rede favorável de fornecedores, parentes, sócios, empregados, amigos, clientes, competidores e vizinhos, cujo primeiro ciclo coincide com o bairro e o último pode situar-se no espaço global.*

As universidades têm vindo a desempenhar um papel muito importante, em termos de contributo para a reestruturação económica das cidades, sobretudo na criação dos denominados bairros culturais (ver capítulo 3.6), em que se localizam a maioria das indústrias culturais, através da interacção com as comunidades empresariais locais. Por outro lado o interesse crescente dos académicos pela refuncionalização dos centros históricos, reflecte não só o papel das instituições de ensino superior na democratização da cultura e na criação de uma nova classe média com grande apetência para o consumo cultural (ver ponto 2.3.2) mas também a intervenção directa de alguns dos seus melhores especialistas no seu processo de regeneração (Chatterton, 2000, pp.178-179). A cidade de Birmingham, pode ser considerada um exemplo deste tipo de procedimento porque conta com um cluster criativo que tem vindo a desenvolver, em conjunto com outros interessados, nomeadamente a universidade e o centro de inovação locais (ver quadro 2.2.1).

Um “Cluster” Criativo – o bairro da Joalheria em Birmingham

O Bairro da Joalheria em Birmingham, contém o maior número de edifícios dos períodos georgiano, vitoriano e do século XX, dedicados à joalheria e aos trabalhos em metal de todo o Reino Unido. O bairro continua a ser constituído por um conjunto de manufacturas que dá emprego a 5000 pessoas. Nesta área, a densidade de oficinas e estúdios é muito elevada, muitos deles albergando negócios de família há muito estabelecidos. Nela existem também micro empresas de design, que dão emprego a 1 ou 2 pessoas, produzindo uma gama de produtos com elevado valor acrescentado, devido à qualidade do seu desenho. O comércio a retalho, quase desconhecido antes dos anos 80 também tem vindo a ser alvo de um crescimento notável.

A Universidade da Inglaterra Central, Escola de Joalheria, fundada em 1890, no coração do bairro, apoia a indústria, através da formação de alunos, com aptidões relevantes quer a nível local quer nacional e actua com a base para a criação e manutenção das redes e dos “clusters” da zona. O Centro para a Inovação da Indústria da Joalheria, em ligação com a Escola de Joalheria, proporciona acesso grátis a equipamento e formação actualizada, às firmas locais e aos estudantes da instituição. A política “de porta aberta” tem tido o resultado de encorajar a instalação e o investimento por parte de empresas locais, regionais e nacionais, que aproveitaram a oportunidade para testar os processos e os produtos oferecidos. O Centro para a Inovação da Indústria Joalheira está envolvido, de forma dinâmica, num processo de criação de empresas por parte dos jovens graduados, funcionando como incubadora, ou suporte de negócios em crescimento, através do programa Design 2000, e apoia até 15 pessoas, todos os anos, que queiram criar novas empresas. A actividade do Bairro da Joalheria de Birmingham ilustra a forma como um “cluster” histórico pode desempenhar um papel dinâmico na regeneração económica e urbana.

Fonte: GB Department of Culture, Media and Sport, (2001); Press Release nº 68/01, pp. 9

As empresas do sector cultural possuem especificidade própria que as diferenciam das outras e que se sintetizaram no quadro 2.4.8.

Quadro 2.4.8 - Características das empresas do sector cultural

- ↪ *A grande maioria são micro empresas ou auto emprego.*
- ↪ *Actuam em regime de subcontratação.*
- ↪ *São muito dependentes das políticas públicas estatais.*
- ↪ *Dependem igualmente das grandes empresas privadas culturais.*
- ↪ *Tendem a cooperar entre si ou a criar redes (formais e informais.)*
- ↪ *Encontram nas grandes empresas do sector, por vezes, incubadoras ou maternidades.*
- ↪ *Têm dificuldade de acesso ao mercado financeiro, estando, por isso muito dependentes do apoio estatal.*
- ↪ *As empresas culturais tiram partido da tendência para transformar o ambiente urbano num produto comercial, através do turismo, do consumo e da tendência para a valorização estética.*
- ↪ *Dependem muito das relações sociais e do saber cultural.*
- ↪ *Os produtores possuem muita educação formal, mas pouca formação.*
- ↪ *As empresas têm base local mas operam a nível global.*
- ↪ *Utilizam as novas tecnologias, mas isto varia de sector para sector.*
- ↪ *São tão lideradas pela criatividade como pelo comércio.*
- ↪ *Fazem a ponte entre estilo de vida (consumo) e trabalho (produção).*
- ↪ *Progridem de forma horizontal, pelo que as carreiras se baseiam em projectos.*
- ↪ *São empresas que assumem correr riscos.*
- ↪ *São flexíveis e instáveis.*
- ↪ *São híbridas porque envolvem capacidades, suportes e formas de arte.*
- ↪ *Esta nova economia cultural tende a nível mundial, para se localizar nos centros histórico da cidade, dando, por vezes origem a bairros culturais.*
- ↪ *As grandes capitais como Paris, Londres, Los Angeles e Berlim não podem dispensar a presença da nova economia cultural, no centro histórico, também, por motivos de imagem.*

Fontes: Síntese própria a partir de Bancks, 1999, pp.4; Berranger e Meldrum, 2000; EC, 1998; Kratke, 2000, pp. 7-27; Harvey, 1989; Hall, 2000; Scott, 1997

As indústrias culturais têm, contudo pontos fortes e potencialidades, por um lado e problemas e ameaças que devem ser tomados em consideração, na definição de uma estratégia económica de suporte (ver quadro 2.4.9).

Quadro 2.4.9 – Pontos fortes e fracos das indústrias culturais

Pontos fortes/potencialidades	Pontos fracos/ameaças
<i>Redes – (informal, local e global, dinâmico, forte, suporte.</i>	<i>Associações – formal, profissional, elitista, redes fechada.s</i>
<i>Entusiasmo, estilo de vida, cultura.</i>	<i>Estratégia de negócios.</i>
<i>ICT & locais na Web – uso generalizado produção mais fácil e mais barata.</i>	<i>ICT formação e equipamento, manutenção de acessos aos locais na rede, monopólios e globalização.</i>
<i>Localizações - local e global, produção e consumo, formal e informal.</i>	<i>Provisão de localizações apropriadas, utilizações mistas, acesso, bairros culturais planeados.</i>
<i>Urbano e rural.</i>	
<i>Capacidades, adaptabilidade talento, criatividade, ideia, inovação.</i>	<i>Formação – acessível, capacidades específicas, negócio – estratégia.</i>
<i>Auto-suficiência.</i>	<i>Apoio e acompanhamento.</i>
<i>Jovem (de espírito) independente, consciente das suas atitudes, intuitivo.</i>	<i>Os outros, as mulheres, os grupos étnicos minoritários, os deficientes.</i>
<i>Acolhem bem os projectos nesta área.</i>	<i>Precisam de estratégias e de organizações de apoio.</i>

Fonte: Milestone, 1999, pp. 1

2 – A Pós-modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-modernidade e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

Quadro 2.4.10 – Novas formas de financiamento e de suporte à actividade empresarial

São necessárias novas abordagens para financiar o sector cultural e estimular o crescimento económico e do emprego.
O crédito, a equidade e novos instrumentos monetários têm capacidade para desenvolver as indústrias culturais.
Os empresários a título individual e as micro empresas necessitam de acesso a formas de micro crédito, mas podem também beneficiar de participar em novos sistemas de dinheiro.
A globalização e as novas tecnologias estão a mudar a natureza das empresas culturais e do emprego enquanto o capital de risco acelera muitas vezes a mudança.
A “solidariedade ou economia social” influencia o aumento do emprego no sector cultural.
Os jovens e os excluídos têm possibilidade de ser integrados, através do emprego cultural e os financiamentos, através de formas de crédito social.

Fonte: GB Department of Culture, Media and Sport, (2001); Press Release n° 68/01, pp. 9-10

Dadas as características destas empresas, foram encontradas novas formas de financiamento e de suporte de negócios, através da criação do Banco Para a Cultura, acção inovadora que procura estimular o investimento e o crescimento do emprego nos sectores culturais da Europa (ver quadro 2.4.2).

Essa instituição de crédito trabalha com parceiros em países como Itália, Holanda, Irlanda, Portugal, Grécia, Bélgica e Reino Unido, está a testar novos mecanismos de financiamento e deseja integra-los nas políticas locais e regionais (ver quadro 2.4.10).

As estratégias económicas e as culturais elaboradas na Inglaterra, com auxílio das agências de desenvolvimento regional e/ou local, das associações industriais e artísticas locais criaram a visão e as parcerias que permitem assegurar o sucesso das indústrias culturais. Mas como se desejava assegurar um desenvolvimento integrado, foram harmonizados com os planos para o turismo, para o comércio e para os transportes, bem como nos de urbanismo, contribuindo, através de um elevado grau de coordenação para apoiar um desenvolvimento sustentável. Esta integração global, que se tem vindo a defender, ao longo desta capítulo, é ilustrada pelo caso de Sheffield.

A necessidade de uma visão integrada com efeitos a longo prazo – O caso de Sheffield

O desenvolvimento do bairro cultural de *Sheffield* deve o seu sucesso à existência de uma visão e uma estratégia a 10 anos, combinada com parcerias e redes. Além disso o desenvolvimento do bairro cultural foi programado de modo a integrar-se noutros documentos de planeamento como a estratégia para o turismo, e as políticas para o meio ambiente, para o comércio a retalho e para os transportes.

Fonte: Caborn, 1999, pp. 12

Esta nova visão é crucial para evitar os desequilíbrios de ocupação do espaço construído e não construído do centro da cidade, evitando assim um enobrecimento descontrolado, o incremento desmesurado do turismo, ou do comércio.

A desproporção em favor de uma dessas funções, em detrimento da produção cultural afasta essas actividades e os seus profissionais de centro, conquanto sejam indispensáveis para a

O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro

manutenção de uma imagem cosmopolita, tema que pela sua importância para a prossecução da nossa pesquisa se analisa no ponto 3.4.3. O caso de Berlim pode ilustrar esta luta pelo controle dessa zona da cidade

O Caso de Berlim

Na Alemanha, na cidade de Berlim as várias indústrias culturais situam-se também no centro da cidade. O modelo de localização da economia cultural, em Berlim, forneceu provas que evidenciam uma tendência para a formação de aglomerações de produtos culturais. Contudo a luta entre as empresas imobiliárias e as indústrias culturais, pelo espaço no centro da cidade tem sido muito intensa. O futuro de muitos ateliers, estúdios e instituições culturais está em risco, porque não podem competir com os enobrecedores. Porém, esta luta, pode ser decisiva para a imagem de Berlim, como uma metrópole cultural, porque sem a presença das instituições e do sector produtivo das artes, ela não pode sobreviver.

Fonte:; Kratke, 2000, pp.19, 26; Bonnik e Hitters, 2001, pp.228

A pós-modernização desempenhou, por sua vez, um papel muito importante na mudança de paradigma turístico. Enquanto o pós-modernismo explica a evolução da procura, reflectida nos gostos dos turistas, o pós-“Fordismo” afectou o sistema de produção, conquanto, em alguns aspectos a organização da produção turística tivesse mesmo antecipado o novo modelo, temas que se analisam no ponto 2.5.

2.5 - A mudança de paradigma turístico. O turismo pós-moderno e pós-“Fordista”

As relações entre as duas componentes da pós-modernização e o turismo são elementos centrais da elaboração da nossa dissertação porque nos permitiram encontrar, através da revisão da literatura, na área dos estudos turísticos, os argumentos e os estudos empíricos que corroboraram uma ligação que estabelecemos, ao nível do problema de partida, entre estudos urbanos, culturais e turísticos. As investigações sobre o perfil dos turistas e sobre segmentação do mercado cultural facultaram-nos afirmar que existe uma clara afinidade entre a nova classe média e os novos turistas culturais. A nova cultura de planeamento e o relevo dado ao desenho urbano, também influenciam, de forma muito clara o planeamento turístico, nomeadamente a reconversão dos destinos de sol e praia em fase de maturidade. Por outro lado podemos constatar que as mudanças dos modelos de produção, no que concerne as tecnologias de informação que comunicam entre si, facilitaram a satisfação dos novos turistas, são idênticos aos da produção cultural. As citadas ligações são tanto mais importantes quanto o turismo algarvio continua a desenvolver estratégias de requalificação do turismo de sol e praia, que passam pela diversificação da oferta. Por outro lado, a presença em Faro de novos turistas, com hábitos de consumo cultural (ver ponto 6.2), necessitava suportar-se em pesquisas de índole internacional que apõem os resultados da componente empírica desta investigação.

O turismo contemporâneo sofreu uma mudança notável, desde os anos 80, que se intensificou nos 90, em consequência da pós-modernização, participando, desse modo, no fenómeno, mais geral, da mudança de paradigma. Antes, porém, de analisar essa mutação, há que referir factores que contribuíram para a modificação, como a liberalização do espaço aéreo, que

Ana Maria Ferreira

2 – A Pós-Modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-Modernidade e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

proporcionou a redução de preços, o incremento do número de passageiros e o lógico imperativo de controlo rápido e eficiente das reservas, a flexibilização do gozo das férias, com consequente atenuação das sazonalidade, a perda de qualidade da oferta “Fordista” e coerente aumento da importância das associações de defesa do consumidor. Às razões evocadas há ainda que adicionar um progressivo desencanto dos cidadãos dos países receptores, com os impactos do rígido modelo de turismo de massas dessa época, porque consideravam que os custos ultrapassavam, em muito, os benefícios (ver quadro 2.5.1; ver ponto 1.5).

O quadro 2.5.1 procura demonstrar o modo como se interligam os saberes da área do turismo que mais contribuíram pela mudança de paradigma, pelo que nos servirá, tal como os anteriores, de guia e suporte na elaboração deste ponto.

2.5.1 - Os novos turistas. Mudança de gostos e valores

Os novos consumidores turísticos, designados por muitos investigadores por “novos turistas” (Poon, 1993, pp. 9-11; Curvilier, 1994, pp. 80-86), têm mais experiência de viajar do que a geração anterior. Esse capital de experiência anuiu à criação de um juízo discriminatório, que se reflecte no grau de exigência em termos de qualidade e de variedade da oferta (Cuvilier, 1998, pp. 195-198; ver quadro 2.3.1). Até mesmo os consumidores de destinos de sol e praia evidenciam essa nova atitude que se revela numa versatilidade de gostos mais acentuada e numa recusa dos produtos rígidos e normalizados ao alcance da geração anterior. Enquanto os “velhos turistas” se contentavam com um consumo mais passivo, com longos períodos de descanso, exposição solar, banhos de mar e alguma actividade de lazer nocturno (ver ponto 1.4), os actuais desejam maior actividade nas férias e estão preparados para a descoberta da história da cultura e das belezas naturais do país receptor, movidos por uma necessidade de aprender, que “constitui uma das características do turismo do século XXI” tema que se volta a abordar mais adiante (Formica e Uysal, 1996, pp.329).

O maior nível educacional, a redução do núcleo familiar, o desaparecimento das barreiras entre alta e baixa cultura, a mudança dos estilos de vida, o incremento do número de necessidades a preencher, a procura intensa de novos produtos, formam um conjunto de atributos que demonstram a influência da nova classe média na programação turística, mesmo na modelação de produtos, aparentemente, com menor vocação cultural, porque colocaram a sua definição mais inclusiva e a distinção agregada ao seu consumo, no centro de um novo turismo de que são, simultaneamente, produtores, mediadores e consumidores (Munt, 1994, in Richads, 1996, pp. 264; ver ponto 2.3). A oferta permite, desse modo, captar novos mercados, através da utilização de novas técnicas de promoção e apresentação (Ashworth, 1995, pp. 273).

Quadro 2.5.1 - O Turismo Pós Moderno e Pós-"Fordista"



Fonte: Síntese própria a partir de Cachin, 1993, pp.6-9; Cooper et als 1999, pp.460; Cuvelier, 1994, pp.80-96; Donaire,1998, pp. 58; Fayos-Solá, 1996, pp. 64-64; Formica e Usysal, 1996, pp. 323-339; Godfrey e Clarke, 2000, pp.90; Haan, 1996; Hawkins, Leventhal e Oden, pp. 43-58; Ioannides e Debbage, 1997, pp. 229-241; Loukissas e Skayannis, 2001, pp.239-256; Morris, 1996, pp.213-228 Monfort Mir, 2001, pp.30-37; Miguel e Mir, 2000, pp.54-57; 2000; Montemagno, 2001, pp.58-63; Poon, 1989, pp. 99; Shackey, 1997, pp.244-249

Os estudos sobre o turismo cultural na Europa, admitem estabelecer ligação entre o aumento da escolaridade e do rendimento, o aparecimento da nova classe média e o incremento da procura. Por outro lado, quer os turistas quer os produtores possuem elevados interesses e capital cultural, atributos de grande importância no desempenho da sua actividade profissional. Esta conjugação confirma que estamos face a um novo estilo de vida em que as fronteiras entre trabalho e lazer, produção e consumo estão a desaparecer (Richards, 1996, pp. 276).

2 – A Pós-Modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-Modernidade e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

O saber é muito considerado, porque na escala de valores da nova classe média é sinónimo de aceitação social de amigos e conhecidos com actividades profissionais idênticas (Richards, Goehart e Herrijgers, 2001, pp. 79) e, simultaneamente, surge como uma forma de compensar baixos níveis de capital económico (Zurkin, 1990 in Richards 1996, pp. 265; Verhoeff, 1994 in Richards, 1996, pp. 169; Zukin, 1991, pp. 260; ver também ponto 2.1).

O conjunto de motivos associados exige, por parte dos produtores e mediadores o conhecimento e a aplicação ao turismo dos ciclos de inovação e criatividade urbana (ver ponto 2.4.1), instrumentos fundamentais para dar resposta aos novos desafios da procura, mas também, simultaneamente às exigências do sistema de produção turística (ver quadro 2.5.2).

O conceito de turismo criativo tem vindo a ser utilizado por Richards, para distinguir da anterior, uma nova procura turística de serviços culturais, que exige do produtor e dos responsáveis pelos destinos, nomeadamente os urbanos, uma maior criatividade na produção cultural. O comprador não deseja fruir passivamente a oferta, mas antes colaborar activamente através da interacção entre aprender e saber fazer. Esta ambição exige a transformação dos locais de valor patrimonial em pontos de produção de cultura viva, experiências em que os visitantes sejam convidados, de algum modo a participar. O investigador ao descrever este tipo de turismo em oposição ao patrimonial e ao cultural utiliza um conceito de cultura já claramente pós moderno (ver quadro 2.5.2).

Quadro 2.5.2 - Características do turismo patrimonial, do cultural e do criativo

Forma de Turismo	Espaço temporal	Tipo de cultura	Principal forma de consumo
Turismo patrimonial	Passado.	Alta Cultura. Cultura folclórica.	Produtos.
Turismo Cultural	Passado e presente.	Alta e baixa cultura.	Produtos e processos.
Turismo criativo	Passado presente e futuro.	Alta cultura, cultura popular e cultura de massas.	Experiências.

Fonte: Richards, 2000, in Richards, 2000, pp. 65

Os novos turistas (ver quadro 2.5.1) foram identificados em *Manchester* (Hugues e Granton, 1992, pp.96-109) na ilha de Man, (Prentice, 1992, pp.96-10), no Caerphilly Castle em South Wales (Light, 1996, pp.185) e em vários outros estudos realizados na Grã-Bretanha (Prince, 1983, pp. 235- 237; Light e Prentice, 1994, pp. 27-36; Balcar e Pearce, 1996). Em França os que escolhem destinos urbanos distinguem-se pela sua juventude e formação de nível superior. Na Holanda um inquérito aplicado a 5110 pessoas permitiu encontrar os mesmos traços de juventude, com idades

entre os 18 e os 34 anos (Jansen Verbeke, 1999, pp. 86). Nos Estados Unidos, os investigadores provaram, também, que esse grupo possui formação superior (Prohaska, 1995, pp. 35), como acontece, no caso de Williamsburg, estudado por Prentice, em que o número de turistas com esse grau de ensino atinge os 80% (Prentice, 1992, pp.96-109). A ATLAS – European Association for Tourism and Leisure Education, no âmbito do Cultural Tourism Research Programme, realizou um inquérito que abrangeu 45 países e 250 instituições membros da associação. O Cultural Tourism Research Programme, foi iniciado em 1991, com o apoio da DGXXIII, da Comissão Europeia. A pesquisa centrava-se nos visitantes de atracções culturais, na União Europeia, mas essa dimensão foi ultrapassada ao incluir também os países do centro e do leste europeus, e, mais recentemente, a Ásia e a Ásia Austral. O referido estudo admitiu traçar o perfil do visitante cultural, baseado nos referidos inquéritos, cujos traços essenciais se inventariam no quadro 2.5.3 (Richards, 2001, pp.34-35).

Quadro 2.5.3 - Perfil do visitante cultural Europeu

***Sexo** - As mulheres são maiores consumidores de turismo Cultural do que os homens, 52%, excepto na Polónia, na Holanda e em Portugal.*

***Idade** – O mercado de turismo cultural é jovem. Mais de 35% tinham menos de 35 anos e apenas 26% mais de 50. A estrutura de idades, reflecte a do país de origem, ou seja, na Suécia, os visitantes revelavam uma grande percentagem de pessoas com mais de 50 anos (60%) comparada com as baixas proporções na Polónia (7%) e em Portugal (19%).*

***Educação** – Os visitantes culturais possuem, de um modo geral, habilitações literárias significativas, contando-se entre eles uma percentagem de pessoas com cursos superiores da ordem dos 44%, grupo que tem uma representação muito elevada, se considerarmos que a média europeia era de 25% de licenciados, do total da população.*

***Profissão** - Mais de 70% dos inquiridos desempenham uma actividade profissional que se pode enquadrar no grupo dos “Professional managerial”, conjunto que, na União Europeia, não ultrapassava, em 1995, os 35% da força de trabalho.*

***Rendimento** – A maioria dos turistas desfruta de um rendimento elevado, que se situa, em média nos 6.000 euros, 30% acima do salário médio, na União Europeia.*

***Motivações** – O grupo de respostas mais seleccionadas, em relação à motivação da visita, era constituído pelas que apontavam para o desejo de conhecer coisas novas, aprender coisas novas e descontrair, o que permite concluir que esse tipo de o turismo, não é visto apenas como um acto cultural, mas como uma atitude de lazer. A maioria dos entrevistados revelou ainda, em abono desta afirmação, que não deixava de visitar, pelo menos um museu, quando em férias, atitude que aponta também para uma combinação de alta (aprender) com baixa cultura (lazer, descontracção).*

Fonte: Sintetizado a partir de Richards, 2001, pp.39-48

O olhar do turista também se alargou, em virtude do seu desejo de novas experiências e da quebra de barreiras entre os vários tipos de cultura (ver quadro 2.5.3). Locais considerados com poucas ou nenhuma hipóteses de serem olhados como destinos turísticos, como as antigas

2 – A Pós-Modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-Modernidade e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

zonas industriais, as áreas remotas do planeta ou os centros urbanos, passaram a fazer parte dos seus roteiros (Cooper et al, 1999, pp. 449; Richards, 1996, pp.263).

Urry socorre-se do conceito de cosmopolitismo (ver ponto 1.2), associado, por norma, a um estado de abertura para com as outras pessoas e outros locais. Esta atitude implica experiência de contacto com várias culturas e envolve um apreço pelas diferenças, própria da pós modernidade, que rejeita a uniformidade e a superioridade cultural (ver capítulo 2.3.2). O cosmopolita consegue abrir o seu caminho ouvindo, olhando, intuindo e reflectindo, de modo a intensificar a sua experiência, devido à preparação intelectual e às suas experiências de vida, marcadas pelos contactos com outras culturas, nomeadamente através do turismo. Acresce ainda que o desejo de experiências turísticas totais é cada vez mais evidente, incitando à implicação de todos os sentidos e não apenas da visão (Mommas, 2000, in Richards, 2000, pp. 66-67; ver também capítulos 1.2 e 1.4). Os órgãos de comunicação social, particularmente a televisão presente no “quotidiano dos cidadãos, nos países ricos, têm desempenhado um papel fundamental, no desenvolvimento desse tipo de comportamento, na medida em que muitos viajantes, ao iniciarem a sua experiência de modo virtual, através de programas culturais” de índole vária alimentaram, em simultâneo, uma tendência para o cosmopolitismo mundano imbuído de conteúdos estéticos, que Urry denomina por cosmopolitismo estético, (que se nos afigura comparável a uma associação do olhar do flaneur com o romântico) que o seu autor distingue do modo descrito no quadro 2.5.4 (Urry, 1994, pp.89-98; Hannerz in Urry, 1995, pp. 167; ver também capítulo 1.2).

Quadro 2.5.4 - Cosmopolitismo Estético

Modelos extensivos de mobilidade real e simulada que respeitam o direito de viajar para qualquer ponto do globo e a consumir, pelo menos numa fase inicial, todos os ambientes
Curiosidade acerca de todos os locais, pessoas e culturas e, uma habilidade, mesmo que rudimentar de localizar essas culturas, sob o ponto de vista histórico, geográfico e antropológico.
Abertura às outras pessoas e culturas e um desejo/habilidade de apreciar alguns elementos da língua, cultura do local que visita.
Desejo de correr riscos, que empurra o visitante para fora da “tourist environmental bubble”.
Habilidade do individuo para compreender a sociedade e a cultura local, que resulta de uma gama ampla de conhecimentos históricos e geográficos e da capacidade de reflectir e emitir juízos estéticos, em relação ao meio natural e construído.
Conhecimentos de semiótica, de forma a interpretar símbolos turísticos, para ver o que procuram representar e também saber quando são parcialmente irónicos e devem ser abordados de forma ligeira e desprendida.

Fonte: Urry, 1995, pp.167

Este novo cosmopolitismo estético definido por Urry associa-se, o continente europeu, ao que Richards denomina por “edudistração”, (uma combinação de educação com distracção) e à valorização da experiência (ver quadro 2.5.3). O turismo cultural, converteu-se num produto para experimentar “em que a qualidade da visita é avaliada com base em todos os atributos da atracção e não apenas nos culturais”. No inquérito realizado pela ATLAS, a maioria dos visitantes

(64%) indicava como motivo da visita o desejo de “experimentar o ambiente” (Richards, 2001 a, pp. 6).

A alteração dos gostos dos turistas de sol e praia manifesta no interesse por produtos mais diversificados gera “novos padrões de procura que necessitam de ser satisfeitos como garante da manutenção dos destinos” (Monfort Mir e Baidal, 2001, pp. 30-31). A variedade da oferta pode e deve ser assegurada através das práticas de desportos, do património, das compras e dos divertimentos, “de preferência em meios urbanos animados” (Jansen Verbeke, 2001, pp. 22). Por esse motivo, os países da bacia do mediterrâneo “estão a aprender que a sua história, património, paisagem, vida selvagem ou passado industrial, podem ajudar a constituir uma oferta mais consistente”. Embora a maior parte dos turistas ainda não dispunham de um cultural elevado, como a nova classe média e o seu conhecimento o património natural e construído do país que visitam seja reduzido, a visita a essas atracções melhora o valor da imagem e do estatuto do destino, motivo pelos qual, os “resorts estão a ser progressivamente mais olhados como uma base para a descoberta da região, do que locais onde se passam as férias do princípio ao fim entre o hotel e a praia” (Morgan, 1994, pp.392).

Jansen Verbekke, com base numa pesquisa solicitada pela União Europeia, em 1993, propõe uma segmentação da procura turística, baseada numa gradação de interesses mais consentânea com o modo actual de conceber as práticas. A citada investigação, sintetizada no quadro 2.5.5, explica, por essas razões, o interesse dos turistas de sol e praia pela cultura e coaduna-se com os conceitos de cosmopolitismo estético e de “edudistracção”.

Quadro 2.5.5 - Segmentação da procura cultural

Os turistas culturais intencionais seleccionam os destinos em função dos seus interesses e da qualidade da oferta do destino porque estão altamente motivados para aprender. Passam vários dias na mesma cidade, são acompanhados por um guia profissional bem preparado. Estes turistas “ideais” representam uma pequena minoria do mercado, de acordo com o inquérito europeu.

Os turistas inspirados pela cultura são atraídos por certos temas culturais, visitam locais muito conhecidos, como as grandes exposições e festivais. Viajam muito e colecionam experiências de diversos pontos do globo, nunca permanecendo muito tempo no mesmo. Para este grupo de turistas, que tem vindo a crescer, cidades como Veneza, Atenas, a Catedral de Cantuária, são destinos muito apelativos.

Os turistas atraídos pela cultura visitam ocasionalmente, enquanto permanecem numa “resort” de inverno ou de sol e praia, uma cidade histórica, um museu, uma igreja, um monumento, encarando essa sua actividade como uma diversão bem vinda no programa de férias. Na verdade não seleccionam o destino em função da existência dessas atracções, mas quando se encontram no local tendem a apreciar muito as oportunidades à disposição. Desde que as férias mais activas se tornaram muito “in” é muito provável que este modelo de passatempo cultural aumente.

Fonte: Jansen Verbekker, 1999, pp. 91

A novidade, no domínio do turismo cultural, assenta no facto de, actualmente, um número substancial dos turistas possuir um capital cultural elevado. A democratização da educação e da

2 – A Pós-Modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-Modernidade e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

cultura contribuiu para o incremento das motivações culturais, mesmo nos casos em que a cultura não constitui o objectivo principal da viagem, situação confirmada pelo inquérito da ATLAS. Com efeito dois terços dos turistas abrangidos pela referida investigação e metade dos que se deslocaram com o objectivo de praticarem turismo balnear, declaram ter visitado, pelo menos uma atracção cultural (ver Richards, 2001 b, pp. 3-4). A inclusão de práticas culturais, nas visitas turísticas transformou-se, desse modo, num modelo de comportamento interiorizado, que pode ser muito favorável tanto à regeneração dos centros históricos das cidades algarvias, nomeadamente à sua capital, como para a requalificação do turismo de sol e praia algarvio.

Muitas das estâncias balneares mediterrâneas possuem cidades atractivas por manterem as suas características pré industriais, como ocorre no Algarve, relativamente libertas das pressões de crescimento das grandes metrópoles. Elas contam com um mercado vocacionado para actividades de recreio, que pode transformar-se em consumidor dos recursos da cidade histórica, associando haveres culturais do interior, com os recursos ambientais do litoral. Além disso, as atracções da cidade histórica são menos dependentes do clima, e permitem enriquecer a experiência assim como desconcentrar os turistas, desde que se situem fora da zona balneares (Ashworth, 2000, pp. 191). A associação dos ditos recursos preenche os critérios de um desenvolvimento sustentável, tema que se aborda mais adiante, o qual obriga a uma gestão global para assegurar a sua viabilidade e garantir a manutenção do capital natural, cultural e humano, preservando simultaneamente o equilíbrio frágil dos destinos turísticos do sul da Europa (Loukissas e Skayannis, 2001, pp.240).

A região do Languedoc ilustra esta situação devido ao grande número de cidades históricas que possui, desde os Pirinéus ao delta do Ródano e as quais são visitadas pelos turistas balneares, em excursões organizadas, como comprovou a pesquisa realizada por Ashworth e Haan, em 1987 (Ashworth e Tunbridge, 2000, pp. 192). De modo idêntico, em Itália, no denominado Mezzogiorno (regiões de Molise, Campania, Puglia, Basilicate, Calábria, Sardenha e Sicília) a reconversão do modelo dos 3 “Esses”, Sol, Praia e Areia (“Sun, Sea, Sand”) incidindo num investimento no turismo de 3 “Cês” Cultura, Cidades e Campo (“Culture, Cities, Countryside”), uma oferta alternativa que não incentiva a visita às cidades de arte, mas a pequenas e médias, cujo património inclui paisagens, igrejas, edifícios notáveis (Montemagno, 2001, pp. 63; Formica e Usyal, 1996, pp.329). Na Turquia, a existência de um património significativo facilita, associado à oferta de turismo balnear, outra de índole cultural (Ashworth e Tunbridge, 2000, pp. 201).

Alguns académicos como Mullins atribuem à nova atitude face à cultura a responsabilidade pela existência de processos de urbanismo inteiramente vocacionados para o consumo, que retira, às cidades a capacidade de produzir (Mullins, 1991, pp.326; Mullins, 1999, pp.262; Hoffman e Musil, 1999, pp. 179-198). Essa política, centrada nos gostos de turistas em termos de divertimento, excitação, relaxamento e lazer tem conduzido à concretização de projectos em parceria, entre os

sectores público e privado que não favorecem os interesses da população local, ou a integração dos mais desfavorecidos, mas antes os prazeres do mais beneficiados (Mommás e Van der Poel, 1989, pp.263). Judd socorre-se do conceito de “tourist bubble”, para explicar o modo como ocorreu a reorganização espacial de algumas zonas das cidades, nomeadamente as históricas, nos Estados Unidos da América, como áreas especializadas para fins turísticos que denomina por reservas turísticas virtuais. Sassen e Roost, por sua vez, estão convictos de que esse tipo de desenvolvimento teve como consequência a transformação das cidades em centros urbanos de entretenimento (Page, 1995, pp.13; Judd, 1999, pp. 36; Sassen e Roost, 1999, pp. 143-145; Eherlich e Dreier, 1999, pp. 155-179). A lógica desta perspectiva conduz a uma visão do turismo com principal responsável pela tematização da cultura, processo que alguns académicos denominam por “Mc Donalizacion” da sociedade (Ritzer e Liska, 1997, pp. 97; Fainstein e Judd, 1999, pp. 261-273).

O referido quadro conceptual ignora, porém a falta de apetência dos turistas actuais por produtos excessivamente rígidos, os que melhor asseguravam “tourist bubble”, (o escudo de protecção oferecido pela industria turistas aos consumidores de produtos de massa “Fordista”s) porque não tem em conta a evolução dos turistas da fase “Fordista” para a Pós-“Fordista” (Urry, 1990, pp. 7-14). Acresce ainda que os espaços de consumo tanto servem turistas como residentes, porque as experiências culturais que são produzidas para preencher os momentos de lazer dos residentes podem ser partilhadas com os turistas, excepto quando exista grande discrepância de nível de vida e de desenvolvimento cultural, mas que não se aplica, de um modo geral, nem às cidades norte americanas, nem às europeias.

A estes argumentos podem ainda ser associados os que se prendem com a lógica da produção cultural Pós-“Fordista” e do consumo pós moderno (ver pontos 2.3 e 2.4) em que o turista não se limita a consumir, mas exerce também grande pressão no sentido do incremento da produção cultural local. O turismo pós moderno é, desta forma, fácil de compreender, como parte integrante do processo de comercialização da cultura, numa cultura de consumo (Watson e Kopachevsky, 1994, pp. 657 in Richards, 1996, pp. 263; ver ponto 2.3).

Os interesses culturais dos novos turistas testemunham a preocupação com a autenticidade da herança cultural e do património construído e natural. No entanto, de forma contraditória mas que expressa, não só a ambivalência da cultura actual (ver quadro 2.5.1), mas também o longo contacto com os ambientes simulados, tanto apreciam a Acrópole de Atenas como a “Disneylandia” (MacCannel, 1989; Swinghurst, 1994, pp.100; Donaire, 1998, pp.63-65; ver ponto 2.3).

Gospodini vem em apoio de Swinghurst, e alarga esta discussão ao explicar os motivos que levam os visitantes a apreciar qualquer um destes espaços. Os interesses culturais dos novos turistas

2 – A Pós-Modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-Modernidade e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

testemunham a preocupação com a autenticidade da herança cultural e do património construído e natural (Gospodini, 2001, pp.929). Os centros históricos representam vestígios de um passado antigo, formam contra construções ao carácter efémero das modas, dos produtos e dos valores atribuível à aceleração da história e consequente intensificação dos fluxos de eventos, típica da era da pós modernidade (Dievorts e Ashworth, 1995, pp. 3 in Gospodini 2001, pp.928). O património construído das cidades reflecte as diferenças entre as urbes e, por isso, a sua autenticidade, em termos de história, cultura espaço urbano, morfologia, e forma uma contra construção à tendência para a globalização de desenho, introduzida pelos movimentos defensores da Arquitectura e Desenho Internacional. Os centros das cidades que mantêm as suas características pré industriais, são os que reúnem melhores condições de sucesso, “mesmo quando o seu património arquitectónico é modesto, devido à presença de um capital cultural sedimentado” (Townsend, 1992, pp. 32, in Richards, pp. 169).

A popularidade dos parques temáticos, ainda de acordo com o referido autor, pode ser interpretada, com base na sua função de cenário a três dimensões, à escala humana, embora composto por espaços de realidade virtual, com figuras animadas, que criam um meio ambiente ilusório, uma contra estrutura simbólica do meio físico real. Do ponto de vista do pensamento arquitectónico pós moderno (ver capítulo 2.3), este tipo de ambientes simulados que parecem atrair as pessoas em geral e os turistas em particular, não deixam satisfazer necessidades psicológicas e sociais importantes e nesta base, precisam de ser entendidos por arquitectos, urbanistas e outros profissionais, em vez de criticados por snobismo ou mal interpretados (Gospodini, 2001, pp.929).

2.5.2 - O novo modelo de produção turística

O estudo do novo modelo de produção turística de forma a inserir os aspectos mais relevantes na componente teórica da nossa investigação, revelou-se de extrema utilidade por vários motivos. Em primeiro lugar porque deixa interiorizar o modo como é possível, nos nossos dias, diversificar a oferta, mantendo uma organização de pacote (“package”) que deixa conservar os preços relativamente reduzidos. Deste modo muitos elementos da nova classe média cultural, que dispõe de elevado capital cultural sem que contem com idêntico capital económico podem viajar com mais frequência. A diversificação da oferta, por seu lado, admite que pequenos produtos, com mercado mais restrito, (os produtos de cidades ou regiões habitualmente menos procuradas por motivos culturais, como o Algarve ou a cidade de Faro) possam ser incluídos em ofertas mais abrangentes (oferta de sol e praia algarvia). A análise do funcionamento do sector do turismo, nos países predominantemente receptores de turismo balnear como o Algarve, anui à compreensão do modo como as micro empresas e os trabalhadores a título individual se tentam organizar para ganhar espaço de acção, face ao domínio dos operadores turísticos e promover os seus produtos nomeadamente os culturais.

A experiência, a educação escolar e o sentido crítico desenvolveu, nos novos turistas, a autoconfiança e reforçou a independência, conjugação que se espelha no desejo de controlar a elaboração dos seus programas de férias, continuando a usufruir das vantagens dos produtos normalizados, organizados, porém, de forma mais individual, situação que conduziu à flexibilização e personalização da produção, num processo idêntico ao dos sectores da indústria e dos serviços pós modernos (ver ponto 2.4).

As exigências de qualidade, diversidade e flexibilidade, quando conjugadas com a intensidade do desejo de independência, obrigaram à adopção de um novo sistema de produção turística de modo a assegurar uma dinâmica combinatória de normalização e de individualização (Apostolopoulos e Sonmez, 2001, pp. 84). Quando se exige uma maior componente da primeira, denomina-se produto por medida organizado. Quando predomina a segunda é conhecido por produto por medida auto organizado. Esta liberdade de montagem resulta de uma complexa engenharia de produtos flexíveis, cujo processo de combinação pode ser comparado à elaboração de um mosaico (Curvillier, 1998, pp. 214-217; ver quadro 2.5.1).

A concretização deste tipo de produtos intensifica a necessidade de inovação e criatividade constantes, tão fundamental neste sector, como em toda a restante produção Pós-“Fordista” (ver ponto 2.4), devido à busca constante de novos produtos que expressa necessidades muito mais numerosas, divergentes e sofisticadas, por parte dos turistas, que exigem integração constante do marketing com o desenvolvimento do produto, de modo a elaborar uma oferta centrada nos consumidores, para segmentos específicos que aumentam e mudam de gosto, a grande velocidade. A diversidade necessária, para acompanhar essas alterações obriga, por sua vez, a uma dosagem subtil que deixe alargar a gama de componentes, sem aumentar o custo final (Poon, 1993, pp. 96-98).

Quadro 2.5.6 – Integração diagonal

*A integração diagonal é característica das indústrias dos serviços.
As tecnologias da informação desempenham um papel crucial na concretização desta forma de integração.
As empresas integradas de forma diagonal tiram partido da economia de oportunidade (“scope”), dos ganhos do sistema e das suas sinergias.
Quando existe economia de oportunidade é mais barato para uma firma produzir uma combinação de serviços do que para muitas firmas produzir cada um deles.
A integração diagonal é, por oposição às verticais, horizontais e de diversificação, a única que não utiliza a propriedade como forma de a realizar, porque pode ser atingida através da criação de alianças estratégicas e de parcerias de informação.*

Um dos principais factores de inovação na produção turística, deve-se à introdução das novas tecnologias da informação nas empresas do sector. O novo sistema de produção, encontrou em áreas tão sensíveis como a gestão, o marketing, a distribuição, as reservas e as vendas, um apoio

2 – A Pós-Modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-Modernidade e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

indispensável na disponibilidade de informação intensiva, derivada das novas tecnologias. A primeira fase de aplicação desses novos saberes ocorreu ainda do período “Fordista”, como forma de coordenar a gestão e a produção internas, nas grandes empresas como operadores turísticos, cadeias hoteleiras e companhias de aviação. No entanto, a evolução mais dramática, ocorreu quando vários terminais de computador ganharam a competência de comunicar entre si, facilitando desse modo a produção flexível, a gestão de clientes e a “capacidade de dirigir redes globais de compradores” (Poon, 1993, pp. 92, 197). A utilização das novas tecnologias admitiu também o aparecimento de uma nova forma de integração denominada diagonal, que Poon assinala, como se mostra no quadro 2.5.6 (Poon, 1993, pp. 224-231).

O sector turístico, ao interligar a economia global e de base local, parece ser um dos primeiros a actuar de forma Pós-“Fordista” (ver quadro 2.5.1). As empresas de orientação global, representadas pelos grandes operadores turísticos, companhias de aviação, cadeias hoteleiras, empresas de aluguer de automóveis (ver quadro 2.5.7) agem, em simultâneo, com uma rede intrincada de pequenas e médias empresas, de base local, a que as liga contratos específicos, de acordo com os serviços prestados. Basta, porventura, referir que na União Europeia 94,2% das empresas de turismo são pequenas e médias empresas (PME's) cujo número de empregados não ultrapassa os 10 (CG XXIII, 1998). Tal como acontece com as outras indústrias culturais, o turismo, também necessita da prestação de serviços, por parte de uma rede de profissionais cujo grau de formação, de conhecimento tecnológico e das formas de produção são muito variáveis (ver quadro 2.5.1). No entanto os operadores turísticos não possuem todos a mesma dimensão, existindo um número restrito de grandes e uma multidão de médios e pequenos, alguns deles especializados, em segmentos específicos, como o turismo cultural, cujo perfil se enquadra no dos novos produtores culturais (ver ponto 2.3).

Quadro 2.5.7 - Integração entre os operadores turísticos, companhias de aviação e agentes de viagem no Reino Unido

Companhia de Aviação	Operador turístico	Agencias de Viagem
<i>Britannia Airways.</i>	<i>Thomson Travel.</i>	<i>Lunn Poly.</i>
<i>Airtours Aviation.</i>	<i>Airtours.</i>	<i>Going Places.</i>
<i>Air 2000.</i>	<i>First Choice Holidays.</i>	<i>Thomas Cook.</i>
<i>Airworld.</i>	<i>Sunworld.</i>	<i>Thomas Cook.</i>
<i>Monarch Airlines.</i>	<i>Cosmos Holidays Avro.</i>	
<i>Flying Colours Air.</i>	<i>Flying Colours Leisure Group.</i>	
<i>Caledonian.</i>	<i>Inspirations.</i>	<i>AT Mays.</i>
<i>British Airways.</i>	<i>BA Holidays.</i>	<i>BA shops.</i>
<i>Leisure International Airways.</i>	<i>Unijet.</i>	
<i>Palmer Flightline.</i>	<i>Palmail.</i>	<i>Bath Travel.</i>

Fonte: Holloway, 1998, pp. 200

Nos países receptores, essas empresas são predominantemente de pequena escala (com excepção das grandes cadeias hoteleiras multinacionais), muitas delas, próximas do conceito de indústria cultural, de baixa componente tecnológica. Dables estudou os vários ramos e sectores de

actividade, na Indonésia, ligados ao turismo e dividi-los nas categorias descritas no quadro 2.5.8 (Dables, 2000, pp. 160).

Estas empresas criaram, na Indonésia, redes e sistemas de partilha de marketing, informação e flexibilidade de forma a não serem esmagadas pelos operadores turísticos, apesar dos receios de alguns de serem destruídos pelos maiores, entre os pequenos, perdendo assim a sua autonomia. Embora a base destas alianças seja de índole empresarial, os laços de família, as redes pessoais e as amizades, consolidam essas relações de cooperação e de concorrência. Estes empresários são muito criativos, inovadores e inventivos, na contínua busca de nichos de mercado, características que os aproximam dos seus equivalentes a operar, no sector cultural. Nos países receptores, para além dos produtores locais, existem intermediários, que se situam entre as empresas e os turistas, designados, de um modo geral, por guias, os quais detêm um poder muito grande, devido à qualidade e quantidade de informação que possuem sobre os fluxos e as actividades e pelos contactos directos que estabelecem com os turistas. São empresários por conta própria que actuam em rede e capitalizam a sua posição privilegiada, não apenas através dos serviços culturais que prestam, mas também das comissões que recebem dos fornecedores.

De algum modo a sua actividade é idêntica à dos novos mediadores culturais, que se refere nos pontos 2.3.2 e 2.4.2. A indústria turística, como a cultural, age, sobretudo, nos países predominantemente receptores, de acordo com as actuais tendências do regime de acumulação flexível o que se expressa pela “polivalência, sazonalidade e, em muitos casos, informalidade do trabalho”. Além disso, ao comercializar “história, património, identidade e cultura, aproxima-se dos valores Pós-“Fordistas” que tiram partido de um consumo diversificado com conteúdos estéticos” (Leontidou, 1993, pp. 958-959).

Quadro 2.5. 8 - Tipos de firmas de pequena escala, independentes a operar na Indonésia

*Sector do alojamento – pensões e casas de hóspedes.
Excursões e circuitos – pequenas agencias de viagens, que organizam excursões a locais próximo das estancias turísticas.
Sector dos transportes – proprietários de taxis, carrinhas, carroças, que alugam os seus veículos para fins turísticos.
Sector da restauração – oferecem comida típica local e comida para turistas.
O comércio das recordações – proprietários de pequenas lojas, e de oficinas de artesanato onde se vendem e onde se produzem e lembranças em madeira, em couro, pinturas, tecidos, jóias, óculos de sol, brinquedos.
Serviços de beleza – sector dominado por mulheres, pequenas proprietárias, especialistas em manicura, cabeleireiro e maquiagem.
Serviços de Animação – grupos ou indivíduos, que dão espectáculos, para os turistas de música, dança e teatro.*

2 – A Pós-Modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-Modernidade e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

Quadro 2.3 9

Cooper, 1997, pp. 450 Ficheiro separado

Scott, engloba o turismo nas actividades culturais (ver ponto 2.2.2), que incluem formas de espectáculo e de diversão, o que demonstra a saturação do mercado de bens de consumo da era industrial, pelo menos nas sociedades mais desenvolvidas. O citado académico afirma que já não é desejável possuir mais objectos, mas antes coleccionar experiências pelo que o turismo, não é mais do que a comercialização de uma experiência cultural, que se transformou num dos principais sectores da economia, a nível mundial.

2.5.3 - Consequências da mudança de paradigma na definição dos espaços turísticos

A definição dos espaços turísticos, no âmbito do novo paradigma, contribuiu para desenvolvermos uma visão mais abrangente dos problemas de planeamento. Ao mesmo tempo entendemos a necessidade de reformular quadros analíticos anteriores que, face à complexidade do turismo actual, tiveram que ser repensados

A definição de turismo, de Scott, cuja actividade académica se situa na área dos estudos culturais é idêntica à de Richards, já mencionada o qual, por sua vez se apoia em dois dos mais conceituados académicos na área do turismo - Medlick e Middleton – que o definem como uma experiência, alegando que “o produto cobre a experiência completa desde que o turista sai até que regressa a casa” (Medilick e Middleton, 1973 in Middleton, 1990, pp. 77-78; Scott, 2000, pp. 172).

A reflexão desenvolvida no âmbito do planeamento turístico contribuiu para a compreensão das dificuldades que se colocam à sua coordenação e implementação, e para o reconhecimento do paralelismo entre as novas tendências do planeamento urbano (ver ponto 2.3.5) e do turístico, depois de um período em que o primeiro evoluiu com maior rapidez do que o segundo (ver 1.5). As metodologias seguidas pelos destinos de turismo balnear, em fase de requalificação, para inverterem o ciclo depressivo em que se encontravam (ver ponto 1.4), foram objecto de estudo centrando-se a nossa atenção no caso espanhol, como já tínhamos feito no ponto 1.5. O ponto a que se dá início resulta da pesquisa realizada e revelou-se de grande utilidade para o enquadramento do caso em estudo, porque conseguimos compreender, com maior precisão os limites do planeamento turístico no Algarve, tema que se trata nos pontos 4.2.2.1 e 4.2.3.6.

As novas tendências do turismo internacional apontam no sentido de uma complexidade que é também apanágio dos outros sectores (ver capítulo 2.3). Cooper Fletcher, Gilbert e Wanhill a repensaram o modelo de sistema turístico de Leiper (ver quadro 2.3.9), de modo a incluir novos subsistemas. Dessa forma, aquilo que Leiper considerava ambiente económico, social, cultural, foi dividido em novos subsistemas, de modo a que o recente quadro conceptual possa incluir um maior número de componentes que decorrem da realidade turística actual. Os autores da actualização do sistema levaram em consideração subsistemas de inputs como as variáveis

2 – A Pós-Modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-Modernidade e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

exógenas, as endógenas, os recursos e os participantes, os quais devem produzir outputs de forma a assegurar rendimentos equitativos para todos os envolvidos. As forças de mercado, responsáveis directas pela operação turística, devem considerar factores que se estendem do perfil do novo turista, às cadeias de valor e parcerias, da ética e da responsabilidade social às tecnologias da informação.

O modelo, de Cooper, no actual processo de desenvolvimento do turismo mostra grande adequação a uma época em que a pluralidade dos envolvidos no processo e o número de participantes aumentou de forma dramática. Esta evolução que teve início na década de 80 foi acompanhada pelo planeamento turístico, tal como acontecera no caso do urbano (ver ponto 2.3.5), ambos se inserindo no processo mais global de mudança de paradigma. Costa aponta três causas directas que impulsionaram as alterações:

A evolução do planeamento urbano de forma a englobar os aspectos sócio culturais e ambientais.

As directivas da Conferência de Manila que apelavam à necessidade de entender o planeamento turístico, de uma forma sistemática, baseada na interacção de várias “variáveis” como as económicas, as sociais, as antropológicas e as ambientais.

A Organização Mundial de Turismo ao fazer o ponto da situação sobre o planeamento turístico, na década de 80, chamava a atenção para o facto de dos 1619 planos, pouco mais de metade tivessem sido implementados. A instituição referia ainda que o facto de 43,5% não terem sido concretizados demonstrava a falta de continuidade entre a sua concepção e a sua realização.

Em consequência do referido relatório, (WTO, 1980 in Costa, 1996, pp. 53-54) que identificava ainda, como motivos do insucesso do planeamento, uma falta de articulação entre a teoria e a prática, uma visão estreita de cariz económico, e uma abordagem não sistemática, muitos investigadores sentiram o desafio que este documento impunha e procuraram criar propostas alternativas que correspondessem às preocupações da Organização Mundial de Turismo, como aconteceu com Baud-Bovy, 1982; Krippendorf, 1982; Gertz, 1986; Choay, 1991 (Costa, 1996, pp. 54).

O relatório do RTPI (Royal Town Planning Institute) introduz os conceitos da nova cultura de planeamento inseridos no quadro 2.3.2, do ponto 2.3.5 relativo à evolução do urbano temas como envolvimento da comunidade, planeamento estratégico, desenvolvimento sustentável e aconselha a sua aplicação ao turismo. As orientações consignadas no documento apoiam-se, contudo, no trabalho realizado, quer por urbanistas quer pelos investigadores da área do turismo, sintetizado no quadro 2.5.10.

Quadro 2.3.10 - Evolução do Planeamento Turístico

PLANEAMENTO INTEGRADO

Baud-Body desenvolveu uma abordagem do planeamento sistemática, baseada numa forma integrada de planeamento o que significava a “integração na política nacional, integração com o ambiente físico, a integração com as tradições sócio culturais, a integração com os sectores económicos relacionados com o turismo, a integração no orçamento público, a integração no mercado internacional turístico e com a estrutura da indústria turística”. Para defender as suas ideias utilizou um modelo que delineara em conjunto com Fred Lawson e que denominou PASOLP – Product’s Analysis Sequence for Outdoor Leisure Planning, que procurava dar um novo rumo ao planeamento turístico.

Por seu lado, Getz, adaptou o modelo sistémico criado por Charles Chadwick, ao turismo, partido do princípio de que os sistemas são baseados numa amálgama de variáveis inter relacionadas. O planeamento deveria também, combinar elementos da teoria com o método ou processo de planeamento e de gestão.

Outros, investigadores seguiram o caminho trilhado por Baud-Body e por Getz, propondo modelos de desenvolvimento integrado para o turismo. Como Chen, 1975, Mill e Morrison 1978; Pigram, 1990; Witt e Gammon, 1991; Curry e Morvaridi, 1992, Klem, 1992; Gunn, 1988, 1994.

Enquanto a maioria dos académicos propunham modelos racionais, alguns como Mill e Morrison 1985, e Murphy, 1985, inspirados pelo planeamento urbano, propunham abordagens estratégicas e com base na comunidade.

O modelo de Alberta (Canadá) encontra-se entre o de Getz e o Baudy Bovy , e representa o abandono definitivo de um planeamento baseado em objectivos meramente económicos. O plano foi elaborado antes de se iniciar a promoção de Alberta, o que significa o reconhecimento de que a análise cuidadosa do potencial da área deve preceder qualquer forma de desenvolvimento turístico. O início do processo deve ter lugar de acordo com as linhas orientadoras do plano, depois de este passar pelas fases de inventário, análise e definição dos objectivos do desenvolvimento. No entanto o modelo de Alberta é rígido, tem falta de visão estratégica, e conseqüente envolvimento entre sector privado e público.

O NOVO PARADIGMA

O relatório do RTPI, intitulado *Planning Policy Guidance for tourism – PPG 21 (DoE, 1992)*, abraça o novo conceito de planeamento turístico, que apareceu nos anos 80, como se referiu, abandonando os modelos pouco flexíveis e adoptando formas de planeamento estratégico, mas não deixando de afirmar que o objectivo essencial é atingir um desenvolvimento sustentável. O relato aconselha a extensão ao sector do turismo das linhas orientadoras do processo de planeamento actual (ver capítulo 2.3.5). O documento apela ainda a que o planeamento turístico seja encarado de forma mais horizontal, englobando as organizações que estão envolvidas de forma directa ou indirecta na rede turística. O parecer não fornece directrizes rígidas em relação ao modo como o desenvolvimento deve de ser implementado deixando ao critério das estratégias locais, embora sublinhe a importância do envolvimento da população local.

Murphy ao defender a aplicação do planeamento participado ao turismo, no seu livro de 1985, “Tourism a Community Approach”, sublinha a necessidade do processo de desenvolvimento ser controlado a nível local. O autor do livro acreditava que a satisfação das necessidades dos residentes, constituía a melhor garantia de preencher as dos turistas, embora reconhecesse as possíveis dificuldades de tornar operacional a sua implementação. (Murphy, 1985). Long ao apoiar

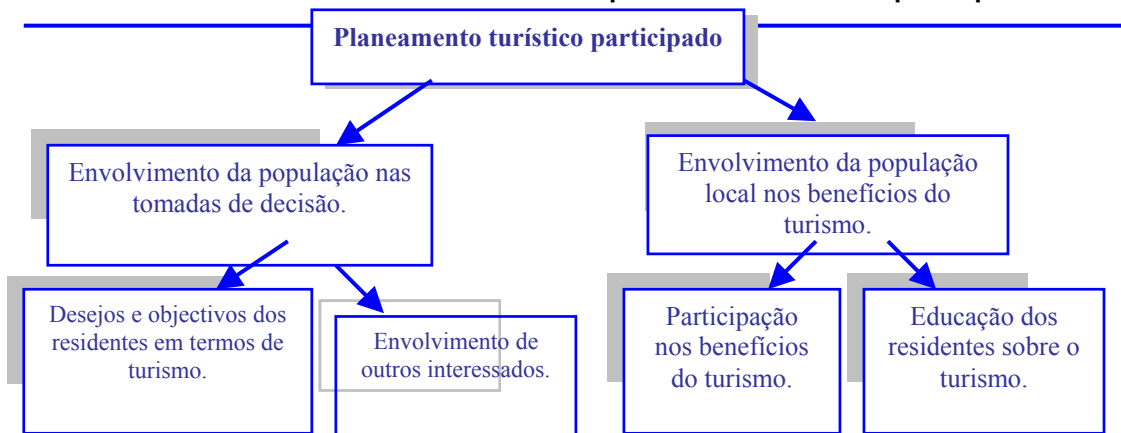
2 – A Pós-Modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-Modernidade e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

a proposta de Murphy, argumenta que ignorar as necessidades dos residentes, no processo de planeamento, inviabilizava a sua implementação. Mesmo que esteja muito bem elaborado, não consegue atingir os seus objectivos (Long, 1993, pp. 111). Acresce ainda que o planeamento com base na comunidade, reconhece que todos os interessados devem ser envolvidos na tomada de decisão porque quer se trate do sector público, do privado, ou das organizações de protecção do ambiente todos são interessados e todos estão dependentes uns dos outros. O planeamento turístico participado, defendido por Murphy, aproxima-se da visão de Healey em relação ao planeamento através do debate que dê voz a todos os envolvidos no processo (ver ponto 2.3.5).

No complexo domínio do turismo, onde nenhum grupo ou pessoa pode, por si só, aspirar a resolver os problemas do sector (Brohnam, 1996; Gunn, 1994; Jamal e Getz, 1995), o processo de planeamento deve, por essa razão, ganhar uma dimensão comunitária, que ultrapasse o plano da retórica porque evitar essa dinâmica significa que “as comunidades continuarão a sofrer as consequências de um incremento turístico desapropriado, através de um processo de planeamento ineficaz” (Burns, 1999, pp.348).

Murphy sublinha o elevado grau de exigência, quer em termos de participação, e de controlo no processo de decisão, quer de capacidade de negociação das autoridades locais, porque implica a perda de alguma margem de decisão política em favor dos outros parceiros (Hall, 1994, pp. 168), embora o respeito por essas condições seja fundamental para o desenvolvimento de um turismo sustentável (Hinch, 1998, pp. 186).

Quadro 2.5.11 - Modelo normativo de planeamento turístico participado



Fonte: Timothy, 1999, pp.372

O conceito de sustentabilidade, outro dos grandes temas do novo planeamento (ver ponto 2.3.5), “constitui um avanço decisivo, em relação ao do planeamento integrado e ilustra uma verdadeira mudança de paradigma, porque se o primeiro tem como intuito inscrever o turismo, num processo mais global de planeamento, que envolva os vários sectores de actividade, actores e parceiros com o objectivo de desenvolver a solidariedade social, o segundo transcende esses fins, ao

salientar a equidade territorial e entre gerações, a democracia, a responsabilidade, a solidariedade, o respeito pelo homem e pela natureza” como recomenda a Declaração de Cálvia, produzida no âmbito do Congresso sobre Turismo Sustentável no Mediterrâneo, de 1997 (Cazes, 1998, pp.97-99). Esta nova orientação do planeamento turístico sustentável aproxima-se, por sua vez da de Ferrey, mencionada no capítulo 2.3.5 e do seu conceito de ecologia democrática (ver quadro 2.1.2).

A natureza variada da actividade dificulta a definição conceptual de planeamento turístico e a coordenação dos vários elementos do produto, embora paradoxalmente, seja a natureza específica do turismo, que torna a actividade de planeamento indispensável, porque a qualidade da experiência oferecida depende da comunidade local, da sua cultura, do seu estilo de vida e meio ambiente. Gunn reconhece o atraso do planeamento integrado do sistema turístico devido à ausência de “uma política global, uma filosofia ou coordenação que consiga reunir de forma harmónica as muitas peças do turismo e que assegure um funcionamento contínuo equilibrado” (Gunn, 1977, pp. 85). Por esse motivo o planeamento restringiu-se, em muitos casos, a uma amálgama de considerações que reflectem a diversidade de factores que influenciam e, simultaneamente são afectados pelo turismo. O processo de planeamento, decisão e acção, exige regatear, negociar, assumir compromissos, coacção, interesses, valores, escolhas e, também políticas (Hall and Jenkins, 1995, in Hall, 1998). Por outro lado o planeamento e desenvolvimento do turismo, tal como o urbano (ver ponto 2.3.5), são actos políticos, na medida em que as necessidades, exigências e valores, têm impacto nos recursos ecológicos, económicos e sócio culturais do destino. A interdependência entre os envolvidos, nem todos eles localizados no destino ainda complica mais um cenário, já por si complexo, do processo de planeamento (Jamal e Getz, 1999, pp. 27).

A reavaliação do modelo de Leiper realizada por Cooper revelou-se um esforço apreciável na modelização de um arquétipo de sistema turístico pós moderno e Pós-“Fordista”, sobretudo porque chamou à atenção para o incremento da sua complexidade assente na rede intrincada de interesses e interessados e ilustra a alegação de dificuldade em planear e coordenar o turismo feita por Gunn (ver quadro 2.5.2). Por essa razão Cooper tem vindo a apoiar a aplicação ao sector do turismo de uma das tendências mais destacadas do novo planeamento urbano (ver ponto 2.3.5), assente na conjugação do desenvolvimento sustentável com o planeamento estratégico, assegurando que “existe uma clara sinergia na adopção dos princípios do turismo sustentável e a visão a longo prazo do planeamento estratégico, quer para os destinos quer para os mercados”. A complementaridade mútua das abordagens estratégica e sustentável, oferece às organizações um suporte “que permite desenvolver o turismo sem que deixe de ser renovável em cada etapa do ciclo de vida” (Cooper, 1995 in Cooper, 1997, pp. 79), facilitando, em simultâneo, o estabelecimento de uma plataforma de interesses comuns, entre turismo, preservação do meio ambiente e comunidade, que facilitam o debate entre os grupos (WTO, 1993, pp.50).

2 – A Pós-Modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-Modernidade e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

A avaliação da interacção dois modelos, (ver ponto 2.3.5), como confirma Cooper, encontrava um instrumento precioso de enquadramento no ciclo de vida do produto de Butler, outra das tipologias referidas no ponto 1.5, elaborada no período “Fordista”, embora, como aconteceu com o de Leiper desse sinais de necessitar ser revista (ver quadro 2.5.1). Esse instrumento de análise foi cuidadosamente repensado, depois de aplicado e avaliado, por vários académicos a destinos turísticos maduros, em fase de reconversão. O modelo nunca foi categoricamente aceite ou rejeitado pelos investigadores, o que é testemunhado pelos trabalhos recentes de Agarval, 1994, 1997, 2001; Bianchi, 1994, Baum, 1998; di Benetto e Bojanick, 1993, pp. 557-570; Getz, 1992, Haywood, 1986. O ciclo de vida foi aplicado a Malta (Oglethorpe, 1984), à ilha de Man (Cooper e Jackson, 1989), às Caraíbas (Weaver, 1993), a Maiorca (Morgan, 1991), às Cataratas do Niágara (Getz, 1992), a Minorca (Willians, 1993), a zonas da Austrália (Digance, 1997), a zonas montanhosas (Tooman, 1997) e à Suíça (Harrison, 1995). Embora muitos destes estudos confirmassem a forma da curva (Wilkinson, 1987) e Meyer-Arendt (1985), alguns encontraram pontos de divergência (Cooper e Jackson, 1989; Getz, 1992; Hovinen, 1981). As limitações apontadas, com mais frequência, ao ciclo de vida do produto, foram inventariadas por Cooper e estão sintetizadas no quadro 2.5.12. As alterações verificadas, nos últimos 20 anos e a reavaliação realizada permitem afirmar que o ciclo de vida de Butler representa apenas, um cenário de evolução, entre muitos possíveis, embora lhe seja reconhecido o papel de “modelo ideal” (Weaver, 2000, pp. 217; Prideaux, 2000).

Quadro 2.5.12 - Limitações do ciclo de vida do produto turístico

<p><u>Foca apenas um sector do produto, em contraste com algumas teorias do desenvolvimento económico</u>, que utilizam uma abordagem multi-sectorial.</p> <p><u>A identificação dos pontos de mudança deveria ser feita de forma mais cuidada, se fossem utilizados indicadores mais diversificados</u>, como a taxa de crescimento do número de visitantes, nível de visitas comparada com os potenciais do mercado, percentagem de visitantes na sua primeira estadia, o número dos competidores, os níveis de preços e as margens de lucro, elasticidade do preço, promoção, aparecimento de produtos que respondam, de forma mais adequada, às necessidades da procura.</p> <p><u>A identificação das etapas depende de uma variedade de factores externos que aceleram ou atrasam a sua realização pelo que se torna extremamente difícil determinar a etapa em que o destino se encontra</u>, embora possa ser feito através do estudo do crescimento do número de visitantes, níveis de gastos, tipos de turistas, quota de mercado e lucro.</p> <p><u>As etapas apresentam diferentes durações, assim como o ciclo, de acordo com a natureza do destino grau de agregação e de dimensão geográfica</u>, formando um grupo de elementos a clarificar. A unidade de análise é crucial, porque, o ciclo, em cada país, compreende um mosaico de estâncias e zonas turísticas que possuem, por sua vez, etapas para as suas atracções e equipamentos, com cada elemento numa face distinta.</p> <p><u>Apesar dessas fraquezas, o conceito de ciclo de vida do produto tem a utilidade</u> de permitir comparar o desenvolvimento, dos destinos turísticos, num quadro conceptual que facilitar a compreensão do desenvolvimento do destino.</p>

Fonte: Cooper, 1992, pp. 150; 1997, pp. 34

Weaver, criou um modelo contextual de cenários de desenvolvimento dos destinos, que tem origem no de Buttler, mas que o transcende, no sentido de o adaptar à complexidade da evolução actual do turismo e se revela de toda a utilidade na reconversão dos destinos turísticos maduros.

Quadro 2.5.13 – Modelo de Weaver

Alto

	Turismo Alternativo Deliberado- DAT.	Turismo de Massas Sustentável – SMT.
Regulamentação	Turismo Alternativo Circunstancial – CAT.	Turismo de Massas Não Sustentável – UMT.
Baixo		
	Baixo	Alto
	Intensidade	

Fonte: Weaver, 2000, pp.218

O modelo de Butler fundamentava-se na plataforma cautelar (“cautionary”) razão do seu quase determinismo, que o insere no conjunto dos sistemas fechados. O exemplo de Weaver, apoia-se na plataforma baseada no conhecimento que se apoia nas relações entre regulamentação do sector, e intensidade ou escala do desenvolvimento turístico, cuja organização se refere no quadro 2.5.13. Estas categorias estão ligadas ao próprio desenvolvimento das diversas plataformas do turismo, propostas por Jafari, expostas no quadro 2.5.14 (Jafari, 1989, pp. 17-60 in Weaver, 2000, pp.218).

Quadro 2.5.14 – Plataformas do turismo e tipos ideais de desenvolvimento que lhes estão associados

Plataforma	Tipos Ideais
De apoio (“advogacy”) - <i>Anos 50 e 60 - acreditavam que o destino tinha mais a beneficiar do que a perder e por isso apoiavam o turismo.</i>	Turismo de massas.
Cautelar (“cautionary”) - <i>Anos 70 - reconheciam impactos negativos, em consequência de um desenvolvimento acelerado, embora sem utilizar o termo sustentável.</i>	UMT – “Unsustainable Mass Tourism” (Turismo de Massas Não Sustentável).
Adaptável (“adaptancy”) - <i>Anos 80 – propunham a implementação modelos de turismo sustentável, em resposta ao criticismo da perspectiva anterior.</i>	DAT – “Deliberated alternative” Tourism (Turismo Alternativo Deliberado).
Baseado no conhecimento (“Knowledge-based”) - <i>anos 90 - perspectiva actual que adopta a retórica da sustentabilidade, e admite que, o turismo de massas pode ser uma opção potencialmente benigna, para os destinos se forem utilizadas as técnicas científicas de gestão apropriadas.</i>	SMT – “Sustainable Mass Tourism” (Turismo de Massas Sustentável). CAT – “Circumstantial Alternative Tourism” (Turismo Alternativo Circunstancial).

Fonte: Weaver, 2000, pp.219

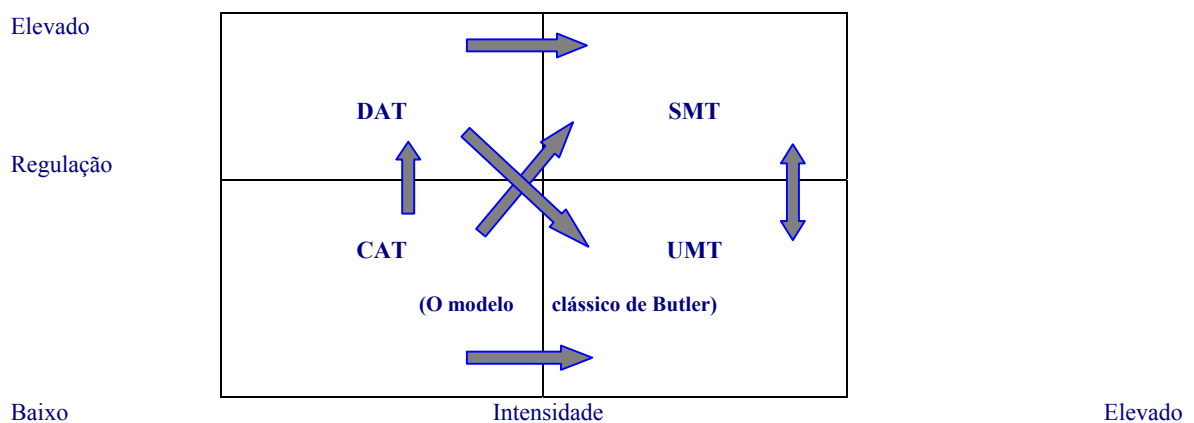
O conceito de turismo sustentável tem evoluído, de forma dinâmica. Inicialmente acreditava-se que o turismo de massas e o turismo alternativo eram realidades de polaridade oposta. A plataforma cautelar considerava o primeiro sempre *mau* e o segundo sempre *bom* (Weaver, 2000, pp. 217).

O autor da tipologia em análise defende que plataforma baseada no conhecimento aceita a convergência entre turismo de massas e sustentabilidade, e, por outro lado, acredita, que um

2 – A Pós-Modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-Modernidade e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

desenvolvimento alternativo pode não ser sustentável (Buttler, 1989; Smith e Eadington, 1992 in Weaver, 1999, pp. 21; Romeril, 1994, pp. 22). A nova plataforma adopta de forma consciente uma retórica da possível sustentabilidade “do turismo de massas e o seu carácter benigno, se forem utilizadas as técnicas adequadas de gestão científica” (Hawkes e Williams, 1993, in Weaver, 2000, pp. 219; Wright, 1994, pp. 665-674), razão que explica a relatividade das noções de bom e mau, atitude que se enquadra nos valores da pós modernidade, mas também fundamenta a acção a desenvolver a nível de planeamento e gestão nos destinos turísticos maduros (ver ponto 2.3.1). O relativismo que assinala este processo é exactamente idêntico, na perspectiva de Weaver, ao que acompanha a definição dos Limites de Mudança Aceitáveis, (LAC), como mais apropriado do que a noção de capacidade de carga, tema que se aborda no ponto 3.7, sobre gestão de visitantes nos centros históricos. O modelo contextual de desenvolvimento de Weaver propõe 7 cenários possíveis de modelos bilaterais os quais incluem a passagem de um modelo a outro, mas que excluem a passagem de *DAT* a *CAT*, porque o autor não a considera viável (ver quadro 2.5.15).

Quadro 2.5.15 - Cenários do desenvolvimento dos destinos



Fonte: Weaver, 2000, pp.219

Quadro 2.3.16 – Modelos de Gunn, Murphy e Hinch comparados

Objectivos do planeamento estratégico segundo Gunn	Objectivos do planeamento para a sustentabilidade segundo Murphy	Modelo para o desenvolvimento sustentável segundo Hinch
<i>Satisfação dos visitantes.</i>	<i>Satisfação do visitante com a experiência turística.</i>	<i>Satisfação do visitante.</i>
<i>Compensações aos investidores.</i>	<i>Um retorno do investimento aceitável para os operadores da indústria turística.</i>	<i>Retorno do investimento económico.</i>
<i>Protecção ambiental.</i>	<i>Protecção dos recursos do destino.</i>	<i>Protecção do recurso e do seu cenário.</i>
<i>Integração da comunidade.</i>	<i>Balanço positivo dos residentes, em relação à actividade turística.</i>	<i>Apoio da comunidade.</i>

Fonte: Gunn 1979, pp. 191-194 in Murphy, 1985, pp. 156-157; Gunn, 1994, pp. 217. Hinch, 1994, pp. 180; 1998, pp. 186 e 188; Timothy, 1999, pp. 371-372

O modelo de Weaver constitui ainda um instrumento de planeamento e de gestão estratégica de destinos turísticos na medida em que anui à avaliação da interacção entre planeamento estratégico e desenvolvimento sustentável e propicia a aplicação dos objectivos definidos para o turismo por Murphy e Gunn (Gunn, 1988, pp. 217) - satisfação dos visitantes, compensações aos investidores, protecção ambiental, integração da comunidade (ver quadro 2.5.16).

Esses fins fundamentam, por sua vez o modelo de Hinch, (Hinch, 1998, pp. 188) para o desenvolvimento sustentável das cidades provendo assim os investigadores de protótipos de pesquisa e actuação, que possibilitam um desenvolvimento harmonioso a nível internacional (Leiper-Cooper), nacional (Buttler-Weaver), regional, (Murphy-Gunn) e o local (Hinch).

A superação da dicotomia imposta pela visão da plataforma cautelar, concretizada na do saber anuiu à reconversão dos destinos de sol e praia em fase de maturidade. A abordagem da reconversão do turismo espanhol, como de muitos outros destinos de sol e praia, da bacia do Mediterrâneo tem vindo a ser fundamentada nos valores desta última, na medida em que é a única que possibilita a reforma do turismo de massas a partir de si próprio

Quadro 2.5.17 – Caracterização do espaço peculiar

- 1. O espaço peculiar necessita de uma complexa sequência de “recantos, paisagens sinuosas, pequenos pátios, dosséis sobre os passeios, transições fáceis, e continuidade aparente entre interiores e exteriores”. As praças, e pátios possuem o equipamento necessário para se transformarem em palcos para espectáculo.*
- 2. Este espaço concebido para o peão, implica “ fachadas com textura, pormenores, materiais de qualidade e decoração requintada. A altura dos edifícios não ultrapassa, por norma, quatro andares, recorre frequentemente a estilos, formas e materiais pré industriais, quer ao nível do edificado, quer ao do mobiliário urbano.*
- 3. A ligação com o cenário local exigida pelo ambiente urbano contemporâneo conduziu à recuperação de paisagens ao restabelecimento das ligações com as frentes marítimas, com as margens dos rios e dos lagos, com os centros históricos, com as velhas áreas industriais.*
- 4. O urbanismo contemporâneo procura devolver a cidade ao peão, embora não ocorra sem conflito e contradição, na medida em que o automóvel é ainda essencial a vida das cidades. Por isso muitos dos locais actuais vivem cercados por parques de estacionamento constituindo “ ilhas peculiares, em oceanos de asfalto”.*
- 5. Apesar da diversidade de paisagens criadas, na maioria dos casos, não passam de um disfarce para tipos de organização racionalista sendo “a sua aparência mais resultado de escolhas arbitrarias do que da tradição”.*

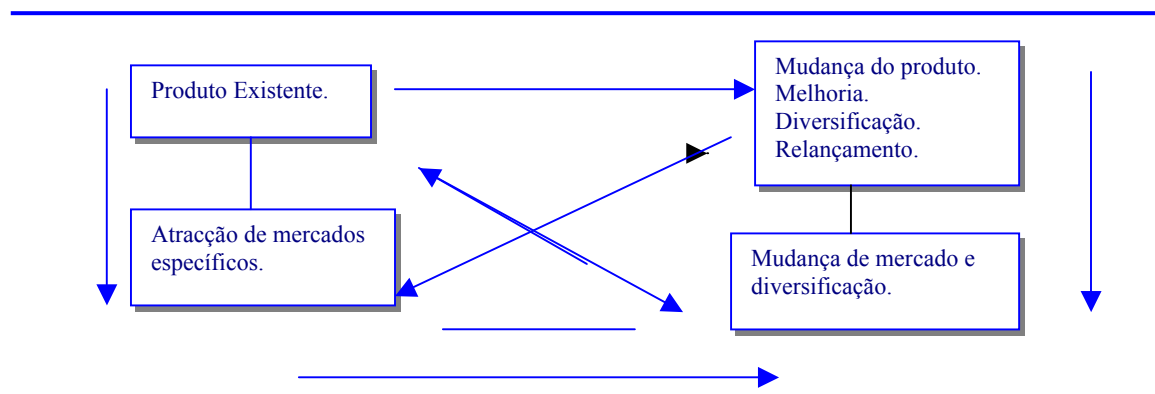
2 – A Pós-Modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-Modernidade e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

A intenção de transformar o turismo numa actividade sustentável, nas estâncias balneares de sol e praia, deve incluir, de acordo com o modelo de Weaver, a utilização de modelos de arquitectura vernácula, que constituem, quanto a esse académico, os que mais favorecem o desenvolvimento sustentável, como defende o novo urbanismo e foram utilizados em empreendimentos tão paradigmáticos para o citado movimento, como Seaside (1981), Playa Vista (1989), Laguna West (1990) ou Riviera Beach (1991), todos localizados na Flórida (Weaver, 2000, pp. 218; Katz, 1994, pp. 2, 18, 134 e 178; ver capítulo 2.3.4), quer para reabilitar espaço tradicionais, quer na concepção de novas estâncias. No entanto, deve ser evitada uma estetização que se sobreponha aos seus objectivos iniciais, acabando por se transformar em mais uma forma de promover as vendas no sector imobiliário. Relph denomina os ambientes criados (ver quadro 2.5.17) com o objectivo de responder ao marketing imobiliário, por espaço peculiar e vê neles uma ameaça, porque é uma forma de integrar, quase tudo o que signifique diferenças visíveis, acabando por destruir, desse modo a essência do projecto pós moderno (Relph, s.d., pp.224-227).

Nas estâncias turísticas que cresceram em função da procura de massas do período “Fordista”, seria economicamente ineficaz e socialmente inaceitável abandonar os investimentos anteriores, em “facilities” turísticas (Bramwell, e Shearman, 2000, pp. 20). Estas novas tendências do planeamento e da gestão turística dos destinos, que permitem atingir um desenvolvimento sustentável do turismo de massas, exigem, porém, organizações turísticas competentes, para assegurar quer a sua coordenação, quer um processo flexível de gestão participada (Godfrey e Clarke 2000, pp.62).

Países como a Espanha, a França, a Itália e a Inglaterra têm vindo a adoptar tipos de planeamento e gestão, que tanto facilitam a reconversão dos locais nos quais se desenvolveu um turismo de massas não sustentável, como envolvem a criação de produtos não apenas complementares mas também alternativos do sol e praia, como o agro e o eco turismo, o cultural, o de saúde e o desportivo (ver quadro 2.5.18).

Quadro 2.5. 18 - A grelha de oferta



Fonte: Doswell, 1997, pp. 165

O Plano DIA, (Plan de Desarrollo Integral del Turismo en Andaluzia), contava, entre os seus planos operativos, com alguns especificamente orientados para as actuações territoriais, como o Programa de Ordenamento Turístico do Território, o Plano Global da Melhoria da Oferta, Plano Piloto de Recuperação das Zonas Saturadas, Melhoria do Meio Envolverte, entre outros. A intenção deste tipo de programas de acção era incrementar os impactos positivos do turismo atenuando os negativos, sobre as comunidades receptoras. O plano DIA foi otimizado, do ponto de vista turístico, e no que concerne a competitividade, pelo Plano Futures (1992), para a Competitividade do Turismo Espanhol, realizado pela Secretaria-geral do Turismo.

No caso das estâncias balneares, como Torremolinos e Benidorm, onde se podiam encontrar todos os malefícios do crescimento do turismo de Sol e Praia e em que a perda de qualidade e de competitividade era mais acentuada, preparou-se um plano de choque, que incluía a reabilitação de edifícios, paisagens, espaços urbanos e infra-estruturas, de acordo com as configurações dos novos modelos territoriais. O plano Futures foi aplicado, logo nesse ano, de 1992, nas Baleares, em *Calvià*. Os seus objectivos eram os seguintes (Williams e Shaw, 1998, pp.66).

Recuperação ambiental dos espaços costeiros.

Melhoria da qualidade, da promoção, e da profissionalização.

Cooperação, coesão social e participação dos cidadãos.

O plano Futures estimulava um turismo que se distinguísse pela qualidade, em oposição ao antigo modelo quantitativo. O seu sucesso foi tão grande que deu origem ao II Plano Futures (1996-1999) que continuava a procurar atingir o objectivo de definir um novo modelo de política de turismo, para melhorar a coordenação, a sensibilidade e a com responsabilização de todos os agentes envolvidos.

A crise em Espanha, que se estendeu de 1989 a 1992, altura em que o rendimento do turismo decresceu cerca de 28%, a estadia média e os gastos diários diminuíram, como referimos no ponto 1.5, foi vencida a partir de 1993. A melhoria fez-se sentir quer em termos numéricos quer em de receitas provenientes do turismo, como se pode verificar através da consulta dos quadros 2.5.19 e 2.5.20 (Pearce, 1996, pp. 126 in Valenzuela, 1998, pp. 43).

Quadro 2.5. 19 - Visitantes em Espanha 1990-1995

1990	52.044.056
1991	53.494.964
1992	55.330.716
1993	57.263.351
1994	61.428.034
1995	63.255.000

Fonte: Valenzuela, 1998, pp. 4

2 – A Pós-Modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-Modernidade e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

Para manter os níveis de actividade alcançados todos os implicados – administração pública, empresários, população local e turistas - devem partilhar as responsabilidades e, embora as suas prioridades, a curto prazo, possam não ser coincidentes, instaurar um dialogo eficaz e um conjunto de acções concertadas como está expresso no V Programa da União Europeia, em matéria de ambiente (Mugica, 1994, pp. 81). Em consonância com essas directivas comunitárias, o Plano Estratégico para o Turismo, elaborado em 1995, veio não só consolidar o processo de reabilitação do turismo espanhol, mas também propiciar o desenvolvimento sustentável, utilizando uma metodologia inspirada na utilizada em Calvià, no âmbito da aplicação da Agenda 21 (Monfort Mir e Baidal, 2001, pp.35).

Quadro 2.5.20 - Receitas do turismo (em US\$, milhões)

1990	18.593.00
1991	19.004.30
1992	22.180.80
1993	20.445.90
1994	21.410.30

Fonte: Valenzuela, 1998, pp. 45

No entanto as muitas acções empreendidas ou em fase de implementação, podem vir a revelar-se ineficazes, mesmo quando se utilizam as políticas e acções mais correctas. O estudo de Knowles e Curtis, baseado nas estâncias balneares espanholas, dos anos 50 e 60, locais em fase de pós estagnação, ou seja, para além do declínio (de acordo com as etapas do ciclo de vida de Buttler), vem chamar a atenção para a possibilidade de todos estes processos puderem vir a ser colocados em causa, porque este rejuvenescimento, na opinião daqueles investigadores, apenas impede uma evolução mais rápida em direcção à inevitável senilidade, se não se actuar sobre várias causas interrelacionadas (Knowles e Curtis, 1999, Knowles, Diamantis e El-Mourhabi, 2001, pp. 15-17).

As causas mencionadas pelos citados autores estão relacionadas com a incapacidade para quebrar a dependência dos operadores turísticos estrangeiros, nomeadamente ingleses e alemães, que influenciam ainda muito as escolhas dos turistas, a competição muito intensa entre os destinos de sol e praia e o constante aparecimento de novos concorrentes. Neste cenário, afirmam, apenas os mais bem posicionados e os mais esclarecidos possuem condições para sobreviver, a longo prazo, pelo que a própria fase de pós estagnação e sobretudo as suas estratégias devem ser reformuladas, de modo a procurar minimizar os referidos pontos fracos (Knowles e Curtis, 1999, pp. 45).

2.6 - Conclusão

Neste capítulo pretendeu-se inventariar os elementos mais distintos da pós modernização – pós modernismo e Pós-“Fordismo” - estabelecendo, simultaneamente, os contributos dados para e recebidos do turismo. Deu-se relevo, na elaboração do capítulo, como já fora preocupação do anterior, a uma metodologia que para além das relações de diferença, em relação ao anterior modelo modernista “Fordista”, dentro dos limites temporais em que o actual paradigma se tem desenvolvido, buscasse de modo holístico, as analogias entre as áreas temáticas da pesquisa.

A cultura urbana actual, como se demonstra no ponto 2.3, encontra as suas referências na democratização da educação e da cultura, na especificidade do consumo cultural, nas mudanças conceptuais, no domínio do desenho da cidade e do planeamento urbano. As referidas alterações manifestam os valores culturais e simbólicos de uma época que enaltece a tradição, a cultura local e os bairros históricos, apreço esse que propiciou novos modos de intervenção distintos dos defendidos e implementados pelos urbanistas modernistas, particularmente nos centros históricos. Essas zonas das cidades são tanto mais procuradas pelos novos turistas quanto revelem os referidos valores, como desejamos demonstrar no capítulo 3, dedicado às relações, no âmbito do novo paradigma, entre centro histórico, cultura e turismo.

A nova economia urbana com base no conhecimento, que se sobrepôs à produção industrial de massas, pelo menos nos países mais desenvolvidos, ganha muita da sua visibilidade através do trabalho cultural, como se patenteia no ponto 2.4. Este labor, por norma circunscrito ao centro da cidade, local que se transforma, desse modo, num meio criativo (“creative milieu”) especializado em bens e serviços com elevada carga simbólica. O meio criativo, por sua vez, constitui num factor de afirmação da imagem das cidades, a nível nacional e internacional, que ajuda a fixar outras actividades, porventura igualmente inovadoras. Essa aliança que favorece o encontro, nessa zona da cidade, entre economia dos fluxos, mais globalizada e economia local, tem vindo a revelar-se altamente favorável à internacionalização da segunda, com uma mediação activa dos turistas, tema que com mais detalhe no capítulo 3, sobretudo no ponto 3.6, dedicado aos bairros culturais.

O turismo, como actividade que se enquadra, tanto na economia dos fluxos, como na de base local, como se explica no ponto 2.5, pode não só colaborar com a divulgação externa do património e dos produtos culturais locais, mas também, através dos consumos realizados, no centro histórico das cidades do país receptor, durante o período de permanência proporcionar o incremento da produção.

2 – A Pós-Modernização. Pós-“Fordismo”, Pós-Modernidade e sua expressão na cultura urbana, na economia e no turismo

Este contributo dos turistas, nos países do sul da Europa parece-nos dever ser pouco passível de negligência, porque os do norte têm envidado todos os esforços para o incentivar e ampliar, como o demonstra os exemplos muito conhecidos das antigas cidades industriais britânicas. Nos países receptores de turismo de sol e praia do velho continente, os novos turistas podem ajudar a alargar um mercado frágil, com menos procura, devido ao menor capital cultural dos seus habitantes. A nova classe média cultural apresenta, tal como a antiga aristocracia de sangue e de dinheiro, estilos de vida idênticos, (ver pontos 1.2 e 1.3. e 2.3.2) em que a cultura localizada quer ao nível da produção, quer do consumo, desempenha um papel fundamental na economia dos centros históricos. Para os destinos turísticos, de sol e praia, em fase de maturidade, esta nova procura representa, também, uma oportunidade a não desprezar de diversificação da oferta, com base em recursos locais. Desse modo se associaria regeneração do centro histórico com requalificação do turismo balnear como se defende no capítulo 3.

3 - O turismo como propiciador da regeneração urbana

3.1 - Introdução

O terceiro capítulo da nossa investigação caracteriza-se pela menor valorização dos fundamentos teóricos e dos conceitos, em favor de uma abordagem mais consentânea com os processos de intervenção e gestão urbana, cultural e turística com o objectivo de regenerar a zona e favorecer o desenvolvimento do turismo nos centros históricos. A realização dos dois primeiros capítulos da nossa dissertação permitiu traçar as diferenças paradigmáticas (capítulos 1e 2) nos sectores de investigação que nos preocupam e desenhar o quadro complexo em que se têm vindo a manifestar as mudanças ocorridas nos centros históricos. As alterações resultaram da transformação do sistema de produção (ver pontos 1.2, 1.4 e 2.4), da modificação da composição dos grupos sociais e dos seus valores símbolos e metáforas culturais (ver pontos 1.2, 1.4, 2.3.1) que acarretaram mutações no domínio do turismo (ver pontos 1.3, 1.5 e 2.5). Neste capítulo desejamos salientar o modo como essas mutações influenciam o destino dos centros históricos, condicionam as intervenções e os processos de gestão da mudança.

A nossa intenção ao compor os temas que abordamos nesta capítulo é dissecar as várias dimensões do processo de regeneração dos centros históricos e procurar demonstrar a sua compatibilidade com o desenvolvimento do turismo cultural. A relação entre os dois processos, tal como a que cada um deles estabelece no seu interior, contempla aspectos contraditórios, interesses antagónicos e objectivos nem sempre coincidentes. Essas divergências, pelo menos algumas delas, são equacionadas no capítulo que iniciamos não apenas em termos de cada processo individual (regeneração dos centros históricos ou turismo) mas também em interacção (regeneração dos centros históricos, cultura e turismo) de modo a tentar, através de uma convergência na acção, encontrar processos de gestão que se revelem favoráveis a todos. O termo regeneração dos centros históricos, surge, pelas razões apontadas, como o mais indicado porque pressupõe uma requalificação, que ultrapasse a “alteração dos usos e características morfológicas do edificado, cuja ocupação e actividade se encontram em elevado grau de obsolescência”, e abranja outras dimensões que incluem a social e cultural, implicando, por esse motivo, “acções concertadas e uma gestão global das diferentes realidades do espaço urbano” (ver Teixeira, 1999, pp.105).

A organização deste capítulo revela esse esforço no sentido de facilitar a citada convergência de esforços. No ponto 3.2 analisamos as políticas de regeneração urbana que têm vindo a ser aplicadas nos centros históricos, enquanto no 3.3 se procura as analogias entre turismo e regeneração urbana. No ponto 3.4 equacionamos a conexão entre reposição das funções

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

económica e social e a necessária manutenção da identidade do local. No ponto 3.5 acompanhamos o processo de transformação do património em atracção turística, em focos de interesse que se associam às actividades ACE (Artes, Cultura e Entretenimento) de modo a criar um maior número de oportunidades de participação dos turistas em programas culturais. Além de nos dedicarmos à construção da oferta dirigimos a nossa atenção à procura, nomeadamente ao modo como os visitantes, de acordo com os seus orçamentos temporais (“tourists’ time budgets”), desenvolvem as práticas culturais variadas e constroem “clusters” de visita. No ponto 3.6 abordamos a problemática dos bairros culturais, da sua dependência tanto do desenvolvimento da cultura e das indústrias culturais como do incremento do turismo, salientando os aspectos da política comum europeia que concorrem para a consolidação dessa afinidade entre cultura e turismo. Já no ponto 3.7 inventariamos os vários métodos de gestão dos fluxos turísticos para que se possa estabelecer uma relação intercultural que satisfaça residentes e visitantes.

A preparação deste capítulo foi de extrema utilidade para a compreensão e enquadramento do processo português, em políticas de âmbito mais global, para o entendimento das suas dinâmicas próprias e das razões do seu relativo insucesso na refuncionalização dos centros históricos, ajudando, por esse motivo, a construir o caso em estudo.

A produção deste capítulo exigiu que nos socorrêssemos, tal como nos capítulos anteriores, de várias áreas de conhecimento e disciplinas que abrangem as políticas para a cultura, para o turismo cultural e para o desenvolvimento regional da união europeia, o planeamento e a política urbana para os centros históricos, o urbanismo, incluindo as políticas de protecção, salvaguarda e reabilitação dos centros históricos e os estudos de geografia da habitação. No domínio dos estudos turísticos a nossa atenção focou-se no turismo cultural em centros históricos, na teoria das atracções, nos clusters turísticos, nos orçamentos temporais e na gestão dos fluxos turísticos.

No quadro 3.1.1, cuja numeração sublinha o seu carácter de síntese transversal do actual capítulo, inventariamos os itens que consideramos fundamentais para a elaboração de um modelo interactivo entre regeneração dos centros históricos e turismo. Esse quadro desempenha, em simultâneo, o papel de guia da organização dos vários conteúdos, razão pela qual o evocamos em todos os pontos abordados.

Quadro 3.1.1- Modelo interacção entre regeneração dos centros históricos e turismo

Regeneração dos centros históricos	Desenvolvimento do turismo cultural
<p><u>Modelo de Regeneração</u></p> <p>Tipo de planeamento escolhido (estatal, ou parceria entre o sector público e o privado).</p> <p>Influência da ideologia dominante (intervensões de índole liberal ou de cariz social).</p> <p>Modelo de regeneração seguido (liderado pela reposição da imagem, pela cultura ou pelo turismo).</p>	<p><u>Modelo de desenvolvimento do turismo</u></p> <p>Tipo de planeamento turístico (centrado no estado ou em parcerias).</p> <p>Influência da ideologia dominante (intervencionismo, papel facilitador, não intervencionista).</p> <p>Importância atribuída aos recursos culturais Urbanos.</p> <p>Conhecimento dos novos modelos de procura turística.</p>
<p><u>Processo de regeneração do centro histórico</u></p> <p>Relação entre a reposição da diversidade funcional e da preservação da identidade do local.</p> <p>Intervenções para diversificar a economia local.</p> <p>Intervenções para diversificar a função residencial.</p> <p>Normas de preservação e salvaguarda do património do centro histórico.</p> <p>Tipo de interpretação do centro histórico adoptado.</p> <p>Normas de gestão do trânsito.</p>	<p><u>Processo de desenvolvimento do produto turístico cultural</u></p> <p>Regras de transformação do património em atracção turística.</p> <p>Desenvolvimento do complexo ACE, (Artes, Cultura e Entretenimento) e sua função como atracção turística.</p> <p>Conhecimento do modo de formação dos "clusters" turísticos (atracções e outros serviços).</p> <p>Conhecimentos da forma como os turistas gerem os seus orçamentos temporais de visita ("tourists' time budgets").</p>
<p><u>Processo de formação dos bairros culturais em centros históricos</u></p> <p>Objectivos da política comum europeia para a cultura, para o turismo e para o desenvolvimento regional.</p> <p>Objectivos da política regional e local para a cultura, para o turismo e para o desenvolvimento regional.</p> <p>Objectivos da criação do bairro cultural (vacionado para a cultura ou para o turismo).</p> <p>Modelo de planeamento e gestão do bairro cultural.</p>	<p><u>Gestão de fluxos turísticos no centro histórico</u></p> <p>Intervenções ao nível do volume.</p> <p>Intervenções ao nível dos impactos.</p> <p>Regulação da frequência.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir dos autores consultados para a elaboração deste ponto

3.2 - Os centros históricos e o novo paradigma urbano

A política e o planeamento urbano do período modernista “Fordista”, e os fenómenos associados à evolução económica dos anos 60 favoreceram, como se afirmou no capítulo 1.4, o progressivo abandono dos centros históricos. Por esse motivo, em meados do século XX, muita da atenção dos políticos e dos técnicos de planeamento focalizou-se na busca do melhor método de solucionar os problemas do núcleo antigo associados ao seu quadro recessivo.

A inclusão de um capítulo sobre política e planeamento urbano para o centro histórico na nossa investigação deve-se à dificuldade com que o poder a todos os níveis se tem debatido em Portugal, para encontrar a melhor solução que conjugue os interesses públicos e privados na prossecução da regeneração dos centros históricos, com se demonstra no ponto 4.2.3.3.

Na Grã-Bretanha o governo trabalhista avaliou, em 1977, a sua política para os centros urbanos apoiado nos trabalhos de investigação elaborados para as cidades de Liverpool, Birmingham e Lambert, tendo sido publicado um Livro Branco intitulado “Policy for the Inner Cities” (DoE, 1977), o qual inventariava os problemas que se passam a referir no quadro 3.2.1 (Morris, 1997, pp.188).

Quadro 3.2.1 – Problemas detectados nos centros históricos das cidades britânicas

- **Declínio Económico – *taxas de desemprego elevadas e decadência industrial.***
- **Declínio Físico – *falta de qualidade do alojamento e abandono dos edifícios.***
- **Problemas Sociais – *concentração de pobres.***
- **Minorias Étnicas – *aglomeração sem o necessário apoio.***
- **Causas de Índole Local – *elevada taxa de desemprego.***

A nova política descrita na “Inner Urban Areas Act”, de 1978, para a Inglaterra, País de Gales e Escócia, inserida no “Urban Programme”, promovia a regeneração urbana, cujos fins deveriam ser atingidos através de uma estratégia de planeamento, em que o estado liderasse o processo, mas que incluísse a formação de parcerias, com incidência em programas, entre o sector público a nível nacional e local, as empresas públicas, as agências de desenvolvimento e o sector privado (Morris, 1997, pp. 189).

O estado considerava que o seu papel de liderança se justificava devido ao fracasso do sector que conduzia e das suas políticas de desinvestimento nos centros das cidades (ver ponto 1.4). Por essa razão, Oatley considera este período como o último capítulo do “Kenesianismo”, durante o

qual, se tentou resolver os problemas dos centros das cidades, através de “projectos locais de bem-estar social” (ver quadro 3.1.1), típicos do período modernista “Fordista” (Brindley, 2000, pp. 369). Os objectivos a atingir com o referido programa encontram-se no quadro 3.2.2.

Quadro 3.2.2 – Objectivos políticos da regeneração dos centros históricos descritos na Inner Urban Areas Act de 1978

- *Reforçar a economia do centro da cidade com o fim de criar oportunidades para os seus residentes.*
- *Melhorar o ambiente físico dos centros das cidades para os tornar mais atractivos.*
- *Aliviar os problemas sociais.*
- *Assegurar um novo equilíbrio entre o centro da cidade e o resto da região urbana, em termos de população e emprego.*

O documento aconselhava ainda o poder central e local a adoptar uma postura mais empresarial com o fim de atrair novos investidores para os centros das cidades, nomeadamente, através do estabelecimento de parcerias, não apenas entre instituições públicas, mas também com o sector privado (ver quadro 3.1.1).

O equilíbrio entre a intervenção estatal e a acção do sector privado, na reabilitação e regeneração dos centros históricos, é, contudo, difícil de atingir, embora desempenhe um papel central na manutenção da diversidade (social e funcional) e na preservação da identidade (ver quadro 3.1.1). A razão fundamental da dificuldade em encontrar o balanço correcto, deriva das ideologias subjacentes à definição das políticas urbanas, porque influenciam, de modo decisivo, as abordagens de planeamento adoptadas, tema que se mencionou no ponto 2.3.5 e que não pode ser obliterado, no que concerne a evolução actual dos centros históricos. As soluções utilizadas revelam uma ligação íntima com as escolhas políticas, oscilando entre o liberalismo, que tem caracterizado a prática dos partidos de direita os quais colocam uma parte substancial da responsabilidade pela regeneração no do sector privado e uma atitude mais intervencionista, defendida pelos partidos de esquerda.

David Ley demonstrou que, no Canadá, a nova esquerda privilegiou, durante os anos 60, o estudo teórico e político da cidade, afigurando-se aos seus ideólogos que a cidade central podia transformar-se num espaço alternativo e até oposto ao modernista. Com a eleição do Presidente Trudeau, em 1968, a questão urbana ganhou uma nova dimensão, proporcionada por uma mudança na política federal, a qual conduziu a um planeamento mais participado, suplantando o antigo modelo convencional e autoritário. A renovação foi substituída pela conservação, e os programas de melhoria enriquecidos, com a participação das comunidades e com a reabilitação das habitações (Ley, 1996, pp. 223-224 e 270).

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

Essa acção foi apoiada por uma nova geração de arquitectos e urbanistas sensíveis à urgência de responder a necessidades básicas, como as de pertença, identidade e comunidade, as quais ou tinham sido esquecidas, ou completamente negligenciadas. Em seis das principais cidades do Canadá – Toronto, Otava Vancouver, Halifax, Edmond e Montreal, os protestos dirigiam-se, sobretudo, contra a destruição dos bairros antigos, devido à renovação e ao planeamento das auto-estradas, demonstrando que os conflitos, em relação à utilização do solo se focalizavam nos centros históricos (ver ponto 1.4).

A luta da nova classe media cultural, no Canadá, em prol dos centros históricos das cidades, esteve na origem de movimentos de carácter intrinsecamente local, na defesa da história e do património, que constituíram uma das forças em jogo na recuperação da função residencial. A outra é assumida por um pensamento liberal de índole global. Alguns dos defensores deste modelo faziam parte do mesmo grupo social, mas mantinham relações mais íntimas com o mundo das grandes empresas de carácter internacional. Esta dicotomia que tem origem nos valores políticos, como se afirmou, perpassa o planeamento e revela a força destas duas visões, que têm muito frequentemente revelado a sua incompatibilidade (ver capítulo 3.4.3).

Ao longo dos anos 80 e 90 as duas influências podiam ser encontradas no discurso e na prática do planeamento canadiano, bem como as contradições que provocaram. Em Toronto, por exemplo, a visão dominante do planeamento da cidade centrava-se na solução das questões ambientais e na construção de uma sociedade democrática e socialmente sensível, atenta à cultura local, defendida pelo “Reform Bloc”, de esquerda, que reunia muitos elementos da nova classe média. Esta visão não conseguiu estabelecer, nesse período, qualquer forma de consenso entre os valores que defendia e os propugnados pelos conservadores, que favoreciam os grandes investimentos em grandes eventos de expressão internacional, implementada depois do seu regresso ao poder, em 1995. Deste modo as propostas da esquerda não conseguiram ultrapassar o nível do discurso, o que significou não a ruptura, mas antes a continuidade das formas de implementação, desenvolvimento e mobilização do modelo de planeamento moderno (Filion, 1999, pp. 433).

Nos Estados Unidos, a política liberal seguida, a partir de 1981, devido à eleição de um governo republicano, conduziu à redução dos fundos federais de redistribuição e dos impostos municipais (ver quadro 3.1.1). Ronald Reagan, no seu primeiro documento sobre política para as cidades, “National Urban Policy Report”, afirmava que “o estado e o poder local tinham concluído ser do seu melhor interesse concentrar e ampliar a atracção de potenciais residentes e investidores” (NUPR, 1982, pp. 14 in Judd, 1995, pp.175). Esta situação resultava de um grande empenhamento na captação de fundos privados, para a regeneração dos centros das cidades, como núcleo central da política urbana e das estratégias de crescimento, embora esta opção não tenha sido assumida com um carácter generalizado. Além disso avaliar o sucesso das políticas

implementadas nem sempre era fácil porque, para lá dos casos de Detroit e Baltimore (embora largamente por provar, para alguns investigadores), era muito difícil saber o que se entendia por sucesso (Harvey, 1989, in Miles, Hall e Burden, 2000, pp. 50; Hall e Hubbard, 1996, pp. 157).

Um estudo realizado nos Estados Unidos que tinha por objectivo avaliar a relação entre o êxito económico da revitalização e a melhoria do bem-estar económico dos moradores, nos centros das cidades, comparado com outras que possuíam o mesmo grau de conforto, mas que não tinham implementado esses processos, comprovou que o denominado sucesso nas histórias urbanas é algo mítico (ver quadro 3.1.1). Aquelas que eram respeitadas pela sua habilidade para melhorar a qualidade de vida dos habitantes, após revitalização dos centros, ocupavam na citada pesquisa, lugares muito modestos, em termos de bem-estar das comunidades residentes, como era o caso de Atlanta (12^a), Baltimore (14^o), Louisville, (30^o), Pittsburg (38^o), enquanto muitas das que não tinham passado por esses processos e eram vistas como cidades mal sucedidas, como Wilmington, Paterson e Atlantic City revelavam, de forma indiscutível, que tinham conseguido aumentar o bem-estar dos residentes (Wolman, Ford III e Hill, 1994, pp.835-350).

A política urbana dos Estados Unidos influenciou a britânica aproximando, deste modo, os seus percursos, visto que os ideólogos Thatcherianos sempre sublinharam as virtualidades da colaboração entre o estado e o mercado, como se mencionou no ponto 2.3.5. Estas operações, pelo menos teoricamente, não desejavam substituir o sector público pelo privado, mas essencialmente, envolviam a fusão dos recursos estatais – políticas e estratégias de programação – “grant aid” – com o conhecimento privado, nos sectores do investimento e do marketing. Na Grã-Bretanha o governo criou um programa intitulado Acção Para as Cidades, de cariz liberal, em que apelava à iniciativa privada para assumir um papel de relevo, nas operações de reabilitação urbana, em parceria com o estado.

A nova política foi favorecida por medidas como a criação de Zonas Empresariais. (“Enterprise Zones”) e pelas Corporações para o Desenvolvimento Urbano (“Urban Development Corporations”). As primeiras baseavam-se no conceito de porto livre e tinham como objectivos a redução da regulamentação e o combate à crise económica dos anos 80. As segundas, inspiradas nas UDC (“Urban Development Corporations”) das Cidades Novas (“New Towns”), resultavam do “Planning Act”, de 1980 e reflectiam a mudança política já referida, ao transferiram uma parte substancial da responsabilidade pela regeneração das autoridades locais, para o sector privado. Cada acção, desenvolvida em parceria, tinha uma duração máxima de cinco anos e desempenhou um papel fundamental na regeneração dos centros das cidades. As UDC eram geridas por corpos não eleitos, os quais possuíam amplos poderes para concretizar os programas de desenvolvimento que respondessem aos problemas das cidades. Estavam nesta situação, entre outras, a “London Development Corporation”, a “Liverpool City Challenge” ou a “Central

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

Manchester Development Corporation” (Oc e Tiesdell, 1991pp. 311-331; Oc Tiesdell e Moynham, 1997, pp. 367-381).

Porter, que foi, desde o início, um defensor acérrimo das Zonas Empresariais Britânicas (“British Enterprise Zones”), afirmava serem as dificuldades em atrair investimento para os centros das cidades devidas, em grande parte, à política de protecção, em relação às áreas mais pobres, habitadas por minorias (Porter, 1999, pp. 278-297). O economista americano ao comparar o antigo modelo de desenvolvimento de cariz social, com o novo de índole económica encontrava as diferenças assinaladas no quadro 3.2.3, de modo a justificar a sua opção pelo segundo (ver quadro 3.0.1).

Quadro 3.2.3 – Modelos de desenvolvimento de cariz social e de índole económica para os centros históricos

<u>Modelo Antigo (Social)</u>	<u>Novo Modelo (Económico)</u>
<ul style="list-style-type: none">• <i>Social - Redistribuir a riqueza.</i>• <i>Organizações governamentais/ Serviços sociais.</i><ul style="list-style-type: none">• <i>Negócios subsidiados.</i>• <i>Isolamento económico regional.</i>• <i>Empresas que servem a comunidade local.</i>	<ul style="list-style-type: none">• <i>Económico - Criar riqueza.</i><ul style="list-style-type: none">• <i>Sector Privado.</i>• <i>Negócios Rentáveis.</i>• <i>Integração na economia.</i>• <i>Minorias Experientes com Espírito Empreendedor.</i>

Fonte: Carlos Balsa 1997, a partir de Porter, 1995

Esta nova abordagem está patente nas importantes iniciativas concretizadas pelo governo britânico, nos anos 80 e 90, denominadas “City Challenge”, “English Partner’ships”, “City Pride, Single Regeneration Budget, todas com o fim de utilizar os recursos, de forma estratégica e proporcionar um enquadramento sistemático que facilitasse uma abordagem integrada (Gwydraf, 1995, pp. 345). Um projecto de prestígio definia-se com uma iniciativa inovadora, de grande qualidade e larga escala, que se justificava pela necessidade de atrair investimento, criar e promover novas imagens urbanas e actuar como um centro de um renascimento urbano com o objectivo de aumentar os investimentos imobiliários e outras actividades que propiciam o desenvolvimento, dando grande atenção ao papel desempenhado pelo turismo (Loftman e Nerven, 1995 pp.304).

Alguns países do continente europeu, como a Holanda reavaliaram, em meados da década 80 a sua política para os centros históricos, devido à contestação de que foi alvo, na década de 70, por ser considerada inteiramente dependente do sector público. As políticas anteriores foram

acusadas de incentivar a segregação, por apostar apenas em alojamento social para o centro da cidade e negligenciar o incentivo ao incremento da actividade económica (Schuling, 1996, pp. 279-290). Nessa época, um grupo de personalidades fundou o Fórum para a Regeneração Urbana, desejando com essa sua atitude facilitar a implementação uma política mais preocupada com as questões económicas, baseada em parcerias entre o sector público e o privado. O novo governo de centro direita, eleito em 1986, comprometeu-se a apostar nesse tipo de parcerias entre o Sector Público e o Privado (“Public/ Private Partnerships”).

Em França, a descentralização dos anos 80, da responsabilidade do Partido Socialista Francês, permitiu transferir muitas competências para as autoridades regionais e para as locais, embora não tenha envolvido as comunas, que ascendem a 36 750. Em consequência dessa situação, a maioria das grandes cidades continuava a apresentar um modelo de poder muito fragmentado. O governo central desejava assegurar a solidariedade intercomunal, através de iniciativas conjuntas entre comunas mais ricas e mais pobres, numa tentativa de solucionar os problemas de exclusão social. Para atingir esse seu objectivo criou o “Contrat de Ville”, instrumento através do qual o governo central oferecia financiamento em troca do envolvimento das comunas (ver quadro 3.1.1).

Quadro 3.2.4 – Vantagens do modelo francês de Contrat de Ville

- *Melhor coordenação das políticas central e local.*
- *Melhor de colaboração entre o governo central e as autoridades locais.*
- *Desenvolvimento de uma gestão urbana estratégica, num grande número de locais.*
- *Melhoria da política local graças ao quadro flexível de actuação.*
- *Diluição da importância dos departamentos e das rivalidades entre as autoridades e das fronteiras administrativa.*

Em 1988 foram lançados 13 contratos piloto, os quais obtiveram sucesso pelo que a política foi mantida e reforçada, considerando o governo conservador, resultante de novas eleições, que constituía o núcleo central da política urbana francesa. O sistema do “Contrat de Ville” adopta uma perspectiva global, incluindo planeamento urbano, habitação, educação, ambiente, transporte, cultura, serviços sociais, formação profissional, desenvolvimento económico, além de uma maior eficácia dos serviços públicos (Le Galés e Mawson, 1995, pp. 389). Patrick Le Galés e John Mawson, estudaram o caso de Lille, cujo “Contrat de Ville” foi assinado em 1992, e incluía três grandes programas estratégicos, cobrindo a área económica, social, ambiental e física. Os investigadores encontraram na política francesa os pontos fortes que se mencionam nos quadros 3.2.4 e 3.2.5 (Gatés e Mawson, 1995, pp. 390).

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

Já os pontos fracos, que se podem consultar no quadro 3.2.5, englobavam (Galès e Mawson, 1995, pp. 391).

Quadro 3.2.5 - Pontos fracos do Contrat de Ville

- *Envolvimento limitado dos outros parceiros, incluindo os representantes da comunidade local, da comunidade de negócios e do sector do voluntariado.*
- *Ausência de uma colaboração sistemática entre o sector público e a comunidade ao nível da participação.*
- *Complexidade dos processos burocráticos, incluindo os ligados ao regime dos fundos.*
- *Falta de transparência do papel de alguns parceiros.*

Os estudos realizados na Europa, tal como se verificara com o efectuado nos Estados Unidos mencionado neste ponto, demonstraram que, para além do efeito de propaganda, não é muito realista apostar, de forma sistemática, na iniciativa privada, para solucionar os problemas sociais dos centros urbanos, pois a inversão dos processos de declínio é extremamente difícil (ver quadro 3.2.6). Nos anos 80 e 90 procedeu-se a operações de reabilitação física, mas esqueceu-se uma abordagem mais integrada em que fossem equacionados os problemas da reabilitação económica e social dos mais desfavorecidos. Embora, ao comparar a realidade inglesa com a francesa, através de quatro casos estudados - King Cross Railway Land, Seine Rive Gauche, Greenwich Waterfront e La Pleine Saint Denis - Peter Newman concluísse que o seu sucesso depende muito mais do regime urbano ("urban regime"), ou seja, da gestão da relação de interesses do que o maior ou menor intervencionismo estatal (Newmann, 1995, pp. 21-22; ver ponto 2.3.5).

Quadro 3.2.6 - As “UDC’s” (Urban Development Corporations) – Prós e Contras

M. Potter , 1999, pp. 278-297	Considerava as “UDC’s” exemplos a seguir para obter o desenvolvimento económico dos centros das cidades.
Jones e Watkins, 1996, pp. 1129-1140	Defendiam que a acção dos planos implementados através das UCD’s, ficou restringida aos aspectos físicos, na medida em que asseguravam um rápido retorno do investimento situação que ocorreu em Glasgow e na London Docklands.
Shaw e Robison, 1998, p.p .55	Afirmavam que as “UDC’s” deviam garantir financiamentos e necessitavam de cumprir prazos pelo que as propostas nunca eram amadurecidas, assegurando apenas a reabilitação física, razão pela qual a designação mais correcta destas alianças não devia ser growth mas antes grant coalitions.

Lawless, 1996, pp. 21-45	As UCD's não conseguiram envolver alguns grupos residentes como os jovens, a mão-de-obra não qualificada e as minorias étnicas, motivo pelo que o governo devia encontrar soluções que assegurassem a utilização da mão-de-obra residente nesses bairros.
--------------------------	---

Em Birmingham e Manchester cidades que aderiram estratégias de desenvolvimento económico com base em parcerias e projectos de prestígio ("City Pride Initiative"), os resultados da intervenção realizada revelaram-se inteiramente opostos, como se pode verificar no quadro 3.2.7.

Quadro 3.2.7 - Balanço crítico dos projectos de Birmingham e Manchester

Birmingham City Pride Initiative	<i>Os projectos realizados com o objectivo de resolver os problemas sociais, melhorar a imagem da cidade e desenvolver o turismo, nos centros históricos, acabaram por ser inteiramente concretizados por fundos públicos.</i>
Manchester City Pride Initiative	<i>Os projectos concretizados, com os mesmos objectivos de Birmingham, foram, parcialmente, suportados pela iniciativa privada.</i>
<i>Em qualquer dos casos não há garantia de que os gastos dos visitantes consigam cobrir os montantes investidos, pelo estado e retirados de outras rubricas como a saúde e a educação, nem mesmo que as políticas desenvolvidas estejam a beneficiar os residentes mais desprotegidos.</i>	

Fonte: Elaboração própria a partir de Loftman e Nevin, 1995, pp. 1012-1015

Nos anos 80 e 90, muitos dos centros históricos de cidades que se envolveram em processos de parceria com as "UDC's", (ver quadro 3.1.1) com base em projectos de prestígio, ao avaliarem a situação após o fim do contrato, admitiam que poucos benefícios tinham proporcionado às comunidades pobres e, em muitos casos, apenas intensificaram os problemas existentes, consistindo um dos desafios do futuro em conseguir concretizar outros socialmente mais justos (Loftman e Nevin, 1995, pp. 991).

Nos Estados Unidos, o governo Clinton, eleito em 1993, adoptou uma política para os centros das cidades que não abdicava do mercado livre, sem, contudo, deixar de associar a essa disposição iniciativas na área social, mais próximas dos valores do partido democrático, como a educação, a formação e os cuidados com as crianças. O governo federal passou a actuar como um catalisador da associação entre os sectores público, privado e não lucrativo, para conseguir revitalizar os centros das cidades. Esta iniciativa urbana da responsabilidade do presidente norte-americano, datada de 1993 e denominada "Empowerment Zones/Enterprise Communities Programs" era composta por quatro elementos chave, descritos no quadro 3.2.8.

Entretanto, na década de 90 as parcerias, na Grã-Bretanha afastaram-se do modelo liberal de Thatcher, em direcção a processos mais inclusivos, cuja abordagem tinha por objectivo criar consensos para a regeneração urbana, em que o papel do governo liderado por Major era apenas de facilitar as acções a desenvolver, enquanto as autoridades locais surgiam como catalisadores dos interesses locais (ver também ponto 2.3.5).

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

Alguns projectos, iniciados durante o período de governo do partido conservador, foram bem conduzidos como se referiu no ponto 2.3.5. Os casos de Manchester e de Dublin podem ilustrar essas melhorias positivas, que afectaram o percurso posterior da cidade.

Quadro 3.2.8 - Componentes básicos dos programas “EZ/EC”

Incentivos em termos de impostos – *Nessas zonas os empregadores podiam tirar partido de uma redução de impostos pelo facto de a terem escolhido para instalar os seus negócios, diminuição que abrangia os novos contratos de trabalho e a manutenção dos edifícios.*

Gastos Estratégicos - *Estas zonas dispunham de fundos especiais para serem gastos com a população local, em áreas como a educação, a formação profissional e a assistência às crianças.*

Planeamento Estratégico – *As cidades que desejavam obter o referido estatuto, deviam dispor de estratégias integradas para a revitalização, com o objectivo de incrementar as vantagens competitivas das comunidades.*

Parcerias –

processo de planeamento devia envolver os residentes o que era facilitado pela existência de um “Community Coordination Board” que englobava representantes do governo, do sector privado e grupos comunitários.

Fonte: Judd e Swanstrom, 1998, pp. 244

Os autarcas de Manchester começaram por definir os seus objectivos de desenvolvimento (utilização dos solos, alojamento, desenvolvimento económico), para cuja prossecução estabeleceram parcerias com o sector privado que incluíram duas “UDC’s” e 150 organizações, com o fim de implementar os projectos de regeneração e de recuperação da imagem, expressos no seu Programa Estratégico (“City Pride Prospectus”), datado de 1994 (Williams, 1995, pp.348). O caso da “Springvale Initiative”, ocorrido em Belfast, revela essa nova postura, dos anos 90. O processo foi liderado pelo sector público, de modo a conseguir coordenar as agências públicas informal, mas eficientemente, para ser bem sucedido, na implementação de uma estratégia de regeneração. Além disso, conseguiu envolver efectivamente a comunidade, quer ao nível da participação, quer das tomadas de decisão (Bery e MC Greal, 1995, pp. 129-142).

Embora as políticas de regeneração urbana, na Grã-Bretanha tivessem como objectivo declarado, como refere o “Single Regeneration Budget” (SRB), de 1994, diminuir o fosso entre ricos e pobres, este “importante instrumento governamental para combater a exclusão e promover a igualdade” (DETR, 1998, pp. 3, in Edwards, 2001, pp. 268), foi desde início, muito criticado devido ao ênfase colocado na regeneração física e económica enquanto ignorava as necessidades das populações.

A subida ao poder do “New Labour,” em 1997, conduziu a uma concepção mais holística das iniciativas de regeneração urbana que incluíam os aspectos culturais sociais e económicos (Allmendinger e Tewdwr-Jones, 2000, pp. 1386), denunciando uma sensibilidade mais aguçada para com os problemas da inclusão e da exclusão social. A criação do “Centre for the Analyses for

Social Exclusion” manifestava a nova orientação política na prossecução de grande número de iniciativas, com a intenção de integrar os mais desfavorecidos, enquanto a retórica do “Single Regeneration Budget” se focalizava na promoção da inclusão social e da participação. Os efeitos dessas medidas em termos de melhorias introduzidas não eram, porém ainda evidentes no ano 2000 (Edwards, 2001, pp. 269).

A razão da falta de resultados da política de regeneração urbana do governo trabalhista, para alguns investigadores, resultava de não se afastar de modo significativo da anterior, ao nível do planeamento, devido à proeminência em que colocou no crescimento económico para facilitar o crescimento e a competitividade. Os investigadores consideravam que a agenda trabalhista permanecia, limitada ao “negócios, como de costume”, porque as práticas quotidianas de planeamento pareciam não mudar. Por outro lado, tal como os conservadores, os trabalhistas eram prisioneiros de muitos interesses e comunidades, que conduzem e temperam a política (Allmendinger e Tewdwr-Jones, 2000, pp. 1386.).

A combinação de interesses presentes na regeneração urbana, com base em parcerias entre o sector público e o privado, também tem gerado algumas situações de menor respeito pela conservação dos edifícios antigos. A prioridade dada à revitalização económica, mesmo quando as estratégias utilizadas se fundamentam em projectos de índole cultural, conduziram a situações de menor respeito pelo património, embora algumas Corporações Urbanas dispusessem de normas muito precisas, nos seus planos de intervenção, em relação ao património, como acontecia com a “Dublin Corporation” (Pickard, 2001, pp. 148; ver ponto 3.4.4).

A intervenção dos vários governos nacionais e locais, de índole conservadora ou liberal, tanto na Grã-Bretanha como nos outros países referidos neste capítulo, davam grande realce à contribuição do turismo, para a revitalização do centro histórico considerado mesmo, em muitos casos, como factor determinante do êxito do processo (ver quadro 3.1.1).

Por ora, queremos apenas referir que logo em 1988, num estudo de avaliação de impactos produzidos pelos programas para o turismo, realizados no âmbito da regeneração dos centros das cidades, com base nos “Urban Development Grants”, “Derelict Land Grants”, “Urban Programs” financiados pelo “Department of Environment”, e pelos projectos das “Urban Development Corporation”, (mas com exclusão dos “European Regional Development Fund” e do “English Tourist Board”), realizado pelo “Inner Cities Directorate”, pesquisa que incidia sobre vinte estudos caso, concluiu que, de uma maneira geral, o balanço era muito positivo porque o turismo tinha criado emprego (1200 postos de trabalho de carácter permanente e 348 sazonais) e facilitado as melhorias ambientais, além de ter aumentado as “facilities” e ajudado a melhorar a imagem das áreas (DE, 1990, S 1). As mudanças ambientais introduzidas pelos projectos de desenvolvimento do turismo facilitaram a reutilização de edifícios e terrenos abandonados, num total de 85.700 m²

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

de edifícios e 40.3 ha de terrenos, iniciativas apoiadas, em larga medida pelos residentes, porque constituíam um dos aspectos positivos do trabalho realizado (DE, 1990, pp.67).

Por essa relação se ter revelado vantajosa, na óptica dos investigadores na área dos estudos urbanos, no próximo capítulo analisa-se o modo como se foi alterando a sensibilidade dos políticos e a percepção dos investigadores na área dos estudos turísticos, em relação à importância do turismo cultural para a regeneração dos centros históricos. Estes esforços têm por objectivo encontrar a melhor forma facilitar as actuações que possibilitem aproveitar as vantagens do turismo como contribuição para a regeneração urbana.

3.3 - Turismo e Regeneração Urbana

As políticas de turismo, para as cidades sofreram alteração à medida que se foi rejeitando a visão modernista “Fordista” do turismo. As cidades foram perdendo muitas das suas funções ligadas ao sector secundário e foram confrontadas com a necessidade de encontrar actividades que compensassem essas perdas. O exemplo das cidades industriais britânicas é, a esse propósito, paradigmático, na medida em que muitas delas conseguiam, com sucesso, ultrapassar a fase depressiva socorrendo-se de estratégias culturais que incentivaram o turismo. Estas tácticas permitiram oferecer à população local uma produção cultural e um novo motivo de orgulho cívico, ao mesmo tempo que geraram uma imagem mais atractiva, que influenciou a fixação de outras actividades económicas.

As estratégias, que, em princípio, desejavam captar o turismo, desenvolver as actividades culturais e oferecer emprego aos residentes, afectados pelas perdas de postos de trabalho no sector industrial, produziram benefícios positivos, que ultrapassaram o âmbito da referida actividade. A realização deste ponto ajudou-nos a entender como evoluiu o referido processo e a encontrar analogias entre as cidades industriais e os destinos maduros de sol e praia. A análise que contribuiu para um melhor entendimento das opções de desenvolvimento, através da cultura e do turismo, que se colocam às cidades que se localizam nos destinos de sol e praia do sul da Europa, como é o caso de Faro.

O rápido crescimento do turismo, nos anos 60 e 70, levou às cidades da Europa ocidental, uma procura sobre a qual as autoridades locais tinham pouco controle e quase desconheciam. Como não consideravam que o turismo fizesse parte das suas competências não procuravam influenciar a dimensão ou a direcção dos fluxos turísticos, limitando-se acomodar essa procura (Butenshaw, Bateman e Ashworth, 1981), o que exigia reduzido investimento económico e não gerava problemas políticos (Ashworth, 1989, pp.33-53). Na Grã-Bretanha, o “Development Tourist Act”, de 1969, é um exemplo dessa forma de actuar, porque conduziu à criação de uma rede britânica de órgãos regionais de turismo que confinaram a sua acção à promoção e distribuição de alguns

subsídios, de modo a propiciar o aumento da procura turística (ver quadro 3.1.1). Essa era a lógica, de crescimento infinito, própria do período fordista, (ver pontos 1.5 e 2.5), que contabilizava as vantagens do turismo, em termos estritamente económicos, algumas das quais se inventariam em conjunto com as desvantagens, no quadro 3.3.1 (Ashworth e Goodal, 1995 pp. 165).

Quadro 3.3.1 - Vantagens e desvantagens económicas do turismo

<i>Vantagens</i>	<i>Desvantagens</i>
<i>Os turistas fazem gastos, no mercado interno, baseados em rendimentos de fontes externas, pelo que gera uma reserva de moeda estrangeira.</i>	<i>Aumenta a vulnerabilidade a crises económicas e políticas.</i>
<i>As empresas turísticas como todas as outras, pagam impostos e à medida que o turismo cresce, esses impostos também aumentam.</i>	<i>Provoca a subida dos preços de bens e serviços, que afecta também os residentes.</i>
<i>Os montantes despendidos pelos turistas em estacionamento e bilhetes de admissão em atracções, (nas pertencentes ao estado) são também fontes de rendimento.</i>	<i>De uma maneira geral os destinos turísticos têm necessidade de importar bens e serviços, para satisfazer as necessidades dos turistas, o que conduz a gastos em moeda estrangeira.</i>
<i>Os impostos cobrados sobre o alojamento e/ou o turismo constituem outra fonte de rendimento apreciável.</i>	<i>Exige investimentos, por parte das autoridades locais, em infra estruturas, equipamentos e atracções que podiam ser utilizados noutros sectores de cariz mais social como educação ou saúde.</i>

Fonte: Goodfrey e Clarke, 2000, pp. 21; LGA, 2001, pp.2; McIntosh e Goeldner, s.d., pp. 336

Em 1977, Eversley (Eversley, 1977, in Ashworth, 1995, pp. 165), realizou um estudo sistemático sobre Londres, em que o título exprimia já uma nova atitude – “The ganglion of Tourism: an unresolvable problem for London”. Esta postura corresponde ao momento em que foi questionada a visão optimista anterior, através da denúncia dos impactos negativos, não apenas a nível económico, mas também social e cultural (ver ponto 1.5), e deram origem à plataforma admonitória que prestava muita atenção aos efeitos perversos do turismo (ver ponto 2.3). Numa época em que se punha em causa o modelo modernista fordista (ver ponto 1.4) se fazia um primeiro balanço do turismo de massas (ver ponto 1.5) as políticas urbanas reflectiam esta visão do turismo como responsável por mais uma pressão negativa exercida sobre a cidade que incrementava os seus numerosos problemas. As autoridades locais acreditavam apenas poder aspirar a conter, canalizar ou minimizar os efeitos negativos, através de medidas restritivas, como aconteceu com o “Tourism Plan do Greater London Council” de 1974 (GLC, 1974).

Nesta década, os investigadores concluíram que a investigação, no domínio do turismo urbano, era relativamente recente e os estudos escassos. A maioria das pesquisas denunciava um carácter ideográfico e tinham sido realizadas na Europa, sobretudo, no Reino Unido (Pearce, 1987, pp. 178 in Page, 1995, pp. 6). A falta de interesse tinha as suas origens na dificuldade que os estudiosos do fenómeno demonstravam em encontrar outras funções, para além de suporte das actividades desportivas e de lazer nas cidades das estâncias turísticas, como Aspen,

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

Colorado ou Acapulco, enquanto ignoravam as funções turísticas das cidades, mesmo de grandes destinos como Paris ou Roma (Hinch, 1996, pp. 97).

A partir dos anos 80, o turismo, passou a desempenhar um papel de relevo, na regeneração dos centros históricos das cidades industriais britânicas (ver ponto 3.2). Embora se tivesse generalizado a ideia de que o turismo constituía um suporte muito considerável para a regeneração dos centros históricos os estudos desenvolvidos não manifestavam uma visão integrada dos temas em análise. Enquanto os académicos que se dedicavam ao estudo do turismo negligenciavam o contexto urbano em que ocorre a experiência turística, dedicando, apenas, embora de forma sistemática, a sua atenção os vários aspectos específicos da sua área do saber, os especialistas em estudos urbanos e os técnicos pouca atenção davam à função turística, devido ao seu carácter, frequentemente, invisível, à sua ubiquidade, e integração no cenário urbano (Ashworth, 1992, pp. 113-134; Law, 1992, Mullins, 1991, Pearce e Buttler, 1992, pp.113-134). Por esse motivo era imprescindível o desenvolvimento de uma abordagem holística em que os aspectos distintos do turismo fossem integrados numa visão global da cidade (ver quadro 3.1.1).

A investigação, na área do turismo urbano, conheceu, na década de 90, uma grande expansão, sendo alguns desses estudos, actualmente, considerados clássicos da pesquisa, nesta área do saber. Esta nova linha de investigação revelava uma maior preocupação em explicar a função turística, inserida num quadro mais vasto de desenvolvimento urbano, citando-se a título de exemplo algumas das mais conhecidas, como as de Ashworth e Tunbridge, 1990, Ashworth e Voogt, 1990, Ashworth e Tunbridge, 2000, Berg, Borg e Meer, (1995), Borg, (1991), Glasson and als, (1995); Jansen -Verbeke, (1994, 1995, 1996, 1999) Judd e Fainstein, (1999), Law, (1987, 1993, 1995), Osbasli, (2000), Page, (1995), Page e Hall, (2002), Tyler, (1998).

Quadro 3.3.2 – Impactos do Turismo na Regeneração Urbana

<i>Impactos Positivos</i>	<i>Impactos Negativos</i>
<i>As cidades são destinos turísticos “naturais”.</i>	<i>Os preços dos terrenos podem ser forçados a subir.</i>
<i>O turismo é muitas vezes complementar das outras funções, como centro de serviços, local de encontro e sede do governo.</i>	<i>Os salários podem subir.</i>
<i>A força de trabalho é local.</i>	<i>Desenvolve uma procura excessiva, se não forem tomadas medidas cautelares.</i>
<i>O turismo é uma actividade relativamente “limpa”, quando comparado com as tradicionais actividades industriais (produtiva e extractiva).</i>	<i>Os espaços passam a ser muito disputados ficando por vezes como que a prémio.</i>
<i>Ajuda a diversificar a economia.</i>	<i>As lojas para turistas, podem ser mais rentáveis, pelo que a oferta tradicional, para satisfazer as necessidades locais, tende a desaparecer.</i>

Fonte: Goodfrey e Clarke, 2000, pp. 22; LGA, 2001, pp.1-2

No entanto, Law foi o primeiro académico a estabelecer a ligação entre regeneração do centro histórico e turismo. O investigador apontava duas razões que conduziram à valorização desta relação, na década de 90. O primeiro motivo apontado derivava das dificuldades sentidas por muitas cidades dos países mais desenvolvidos, no final do período fordista, época definida pela desindustrialização, com consequente perda de empregos e abandono de instalações, especialmente no centro da cidade, situação que exigia dos autarcas respostas rápidas para criar postos de trabalho, noutros sectores e reutilizar as áreas e edifícios vagos. A segunda advinha do facto de o turismo ser visto, a nível mundial, como uma das poucas actividades em crescimento. Law assegurava ainda, em função das razões mencionadas, que os gestores públicos e os líderes de opinião passaram a considerar o turismo uma estratégia política, entre muitas outras, para facilitar a reestruturação económica, gerar riqueza e emprego (ver quadro 3.1.1). Algumas dessas vantagens, assim como os prejuízos que pode provocar, são mencionadas no quadro 3.3.2 (Law, 1992, pp. 600).

Esse reconhecimento do papel do turismo ganhou uma dimensão mais apreciável nos Estados Unidos, na Europa Ocidental, (Murphy, 1980, pp. 60-71; Jansen Verbeke, 1999), na Austrália e na Nova Zelândia (Law, 1986; Bianchini e Parkinson, 1993), não apenas nas grandes cidades mas também nas pequenas relativamente periféricas.

O caso de Sotiras

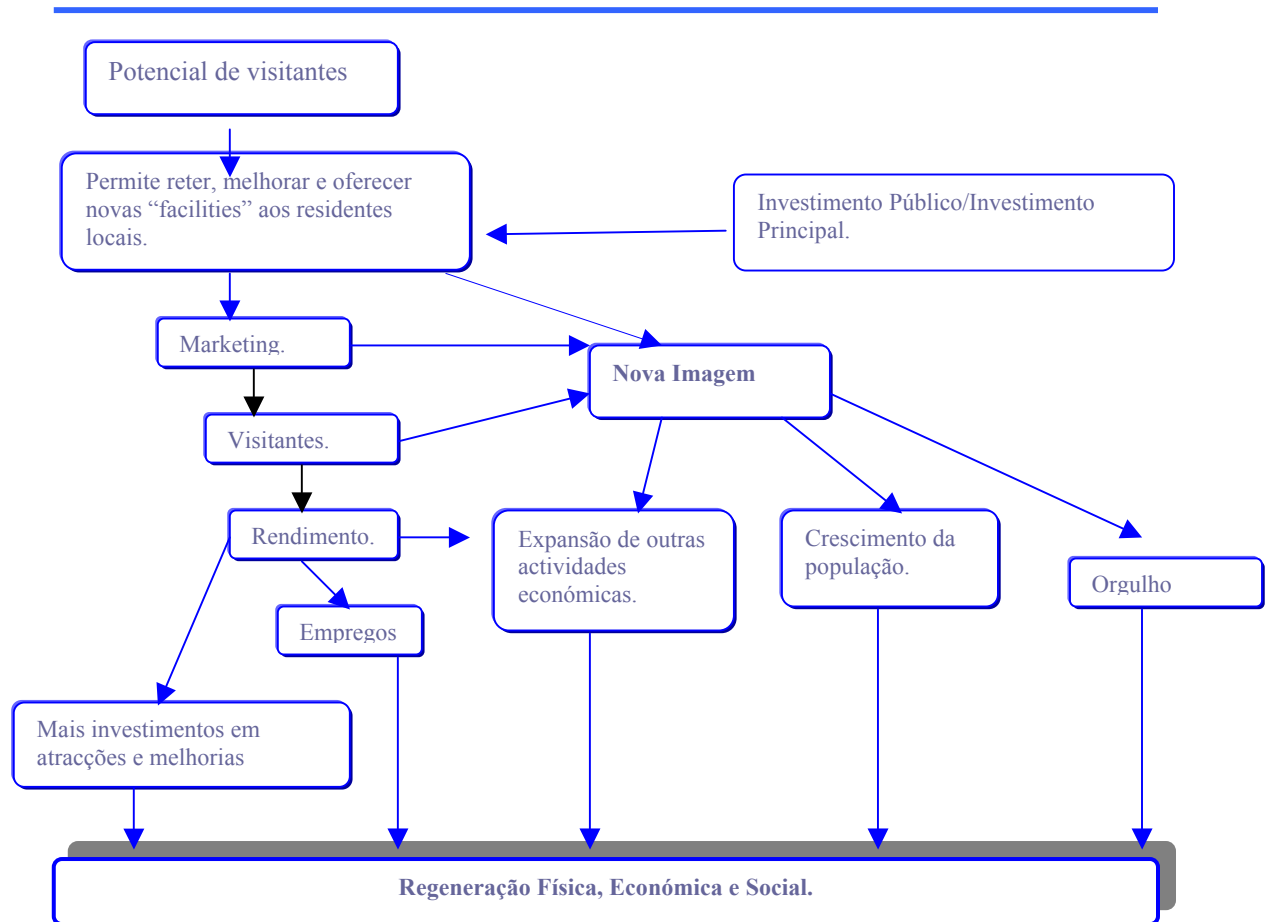
Até mesmo aldeias como Sotiras, na ilha grega de Tasos, a qual contava com 12 residentes permanentes, em 1996, embora no Verão atingisse 250 pessoas, apostaram no turismo como substituto da antiga actividade mineira (que entrou em decadência em meados do século XX), “aceitando assim o desafio da transformação de um espaço industrial periférico, numa economia de serviços baseada em visitantes sazonais”. Os enobrecedores, que residem na aldeia apenas durante o Verão, empenharam-se na reabilitação do património mineiro e na preservação do ambiente construído da aldeia, com o objectivo de desenvolver a actividade turística (Caravelis e Ivy, 2001, pp. 187e 195).

As políticas de turismo mudaram, em consequência dessa nova visão, passando a apoiar o desenvolvimento com utilização do marketing, focalizado-se mais na procura do que na oferta. O English Tourist Board publicou, nessa altura, um documento intitulado “Planning Tourism for England” (ETB, 1981), que consagrava uma gama diversificada de políticas e seus instrumentos de acompanhamento, com a intenção de estimular os fluxos turísticos. Nos Estados Unidos, a política de captação de turistas, nos anos 80, apostava também em campanhas de marketing de modo a assegurar uma imagem apelativa da cidade, e simultaneamente, a facilitar a criação de identidade de local (Judd, 1995, pp. 176). As estratégias de imagem para as cidades foram usadas em países como a Austrália, (Adelaide, Brisbane, Hobart, Melbourne e Sidnei), o Canadá (Calgary, Toronto, Vancouver, Vitória), a Nova Zelândia (Auckland, Donedin e Wellington) e o Reino Unido em Bradford, Bristol, Gateshead, Glasgow, Liverpool, Manchester, Sheffield (Hall, 1994, pp.156-157; ver também pontos 2.4.1 e 3.6). Em Nova Iorque, na ilha de Manhattan, estas políticas

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

englobaram os antigos guetos, como Little Italy, que encontrou na procura turística e no enobrecimento os instrumentos para a sua revitalização económica, e regeneração urbana (Conforti, 1996, pp.834). Law sintetizava as vantagens das estratégias de reabilitação da imagem, propiciadas pelo turismo, demonstrando que abrangem áreas muito para além do seu âmbito específico, abarcando fins defendidos pelas políticas de regeneração urbana, num quadro que se reproduzimos com o número 3.3.3 (ver quadro 3.1.1).

Quadro 3.3.3 - Turismo e Regeneração Urbana



Fonte: Law, 1990, pp.12; 1994, pp.602

Por essas razões, o emprego turístico que tinha sido considerado pelo Great London Council, (GLC), em 1974, pouco apetecível, quer em termos de salário, quer de condições de trabalho, quando comparado com os do sector industrial fordista (Maitland, 1997, pp.92), passou a ser muito incentivado em conjunto com as indústrias ACE, (arte, cultura e entretenimento) a partir da elaboração do relatório do English Tourist Board, intitulado “Tourism in the Inner City” (ver quadro 3.4.3). Nele se salientavam as acções através das quais, as autoridades e a iniciativa privada podiam tirar partido do turismo, para apoiar a economia local, o emprego, o rendimento, os serviços e as infra-estruturas (ETB, 1980 in Law, 1990 pp. 12). Os estudos de avaliação dos

impactos produzidos pelo turismo, logo em 1988, realizados no âmbito da regeneração do centro das cidades, demonstrarem, por seu lado, o efeito positivo na criação de empregos, como se referiu no ponto 3.2.

Na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos a ligação entre a arte e o turismo passou a ser valorizada, no final da década de 90, em função da evolução da cultura urbana (ver ponto 2.3), da mudança do sistema de produção (ver ponto 2.4), que tiveram importantes consequências no actual perfil dos turistas (ver ponto 2.5).

Os primeiros três estudos que salientaram essa relação, publicados ainda nos anos 80, versavam sobre a relação entre a economia das artes e o turismo e eram da responsabilidade do NEPA, (New England Foundation for the Arts), do PANYC, (Port Authority of NY e NJ and the Cultural Assistance Center Inc), e de Myerscough, trabalho intitulado “Economy of the Arts” (NEPA, 1982, PANYL. 1983 in Cohen, 1997, pp. 72; Myerscough, 1988). Os argumentos utilizados para incrementar a produção cultural passaram a incluir os benefícios económicos gerados pelas artes devido à atracção que exercem sobre os turistas (Gratton e Richards, 1996, pp. 71).

Quadro 3.3.4 - Vantagens e desvantagens do emprego no sector do turismo

Vantagens	Desvantagens
<i>Ao nível da entrada de carreira exige formação profissional moderada ou média.</i>	<i>Salários baixos.</i>
<i>Relativamente simples e pouco exigente em termos de investimento.</i>	<i>Sazonal.</i>
<i>Oferece rendimentos suplementares para os que buscam um segundo emprego, a meio tempo.</i>	<i>Para os que procuram emprego a tempo inteiro não é favorável, visto que grande parte da oferta de emprego abarca apenas trabalho a tempo parcial.</i>
<i>Mais trabalho intensivo do que de investimento intensivo (excepto quando são necessárias novas “facilities”).</i>	<i>Perspectivas de carreira limitadas, excepto em alguns sectores da acomodação.</i>
<i>Permite o desenvolvimento de novas especializações, formação e oportunidades de emprego, a vários níveis.</i>	<i>Os horários não facilitam a sociabilidade (especialmente na acomodação).</i>

Fonte: Elaboração própria a partir de Goodfrey e Clarke, 2000, pp. 20; LGA, 2001, pp. 1

A relação encontrada entre a economia das artes e o turismo é fundamental para a análise do caso de Faro, na medida em que, quer na capital do Algarve, quer na grande maioria das cidades portuguesas, com excepção de Lisboa (ver ponto 4.2.3.4) esta relação está ainda por estabelecer, devido à pouca importância atribuída ao sector cultural, como elemento de desenvolvimento da produção cultural local e, por consequência, da economia da cultura como afirmamos no ponto 4.

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

Os estudos turísticos têm vindo a reconhecer que os meios urbanos, de um modo geral, são grandes destinos turísticos ou, se não o são, possuem potencialidades para o vir a ser (Pearce, 2001, pp. 927). As investigações na área do turismo urbano passaram a focar-se em duas linhas de pesquisa. Uma de cariz pró activa associada ao papel estratégico do turismo na regeneração das cidades pós-industriais (ver pontos 3.5 e 3.6) e outra de índole reactiva, agregada ao crescimento da procura e respectivos impactos (ver ponto 3.7), ambas interessadas no incremento de um turismo urbano sustentável. Na nossa investigação socorre-se das duas abordagens porque a pró activa deixa-nos sublinhar a contribuição do turismo para a regeneração urbana e a reactiva auxilia-nos a sugerir a aplicação de formas de gestão que previnam as consequências negativas.

Na Grã-Bretanha, nas décadas de 80 e de 90, foram criados programas de incentivo, com objectivo desenvolver o turismo, nos centros das cidades em processo de regeneração, denominados “Tourist Development Action Programs” num total de 20 áreas de modo a apoiar a criação de bairros artísticos e culturais. A acção piloto teve início em Bristol, em 1984, seguida de outras em diversas cidades britânicas, como Londres, Manchester, Birmingham, Leeds e Leicester (Long, 1997, pp. 235). As autoridades reconheciam, por esse meio a importância do apoio a conceder à criação de bairros culturais, revelando uma visão integradora das artes plásticas, do espectáculo, das indústrias culturais e do turismo (ver ponto 3.6). Aliás, a própria organização da estrutura governamental revela esta mesma inclusão sectorial ao incorporar todos no Department of Culture, Media and Sport (ver quadro 3.1.1).

A nova Estratégia de Turismo de Bradford

A nova Estratégia de Turismo de Bradford, datada de 1998, além de reconhecer que o turismo tem um papel fundamental “como instrumento regenerador, que unifica agentes empresariais”, adota uma atitude que transcende em muito os meros programas de marketing dos anos 80. O turismo não é apenas visto como uma estratégia de revitalização, mas também de desenvolvimento da comunidade, do meio ambiente, e de aspectos da vida social, como as artes, a cultura e a religião.

Fonte: Hope e Klemm, 2001, pp. 632

As cidades das resorts foram as mais abrangidas pelos “TDAP’s”, Tourist Development Action Programs, sobretudo as do sudoeste da Grã-Bretanha (Agarwal, 1997, Agarwal, 1999, Cooper, 1997, Davidson e Mainteland, 1997, Shaw e Williams, 1997, Turner, 1992). As estâncias balneares situadas no sul da Europa ou no Norte conheciam grandes problemas nesse período, como se referiu no capítulo 1.5. Porém, nem era possível encontrar novas actividades a que se pudessem dedicar, nem era viável aceitar passivamente o declínio, tanto do ponto de vista económico e social, como do político (Argwal, 1994 in Argwal, 1999, pp. 513; Augustyn e Knowles, 2000, pp. 343). Na essência, a abordagem dos “TDAP’s”, caracterizava-se pelo seu holismo, que não

esquecia o apoio a conceder ao desenvolvimento das actividades culturais e a protecção e valorização do património como forma de complementar a oferta balnear.

Os modelos do planeamento urbano (ver ponto 2.3.5) e turístico (ver ponto 2.5.3) contemporâneo, quer se trate do planeamento participado, do estratégico ou para o desenvolvimento sustentável, aconselham a formação de parcerias nas cidades que pretendem atrair turistas (ver quadro 3.1.1). Os “Tourist Development Action Programs”, na Grã-Bretanha, por exemplo, atribuíam às autoridades locais o papel de estimular, coordenar e promover, em parceria com o sector privado, uma parte substancial do investimento a realizar (Long, 1999, pp.19-20).

Os casos de Liverpool e de Manchester

O caso de Liverpool ilustra o que foi afirmado, na medida em que utilizou como estratégia para a sua regeneração a música, centrada na importância dos Beatles, e na sua influência na produção musical actual da cidade (Lenon, 1996, in Lenon e Seaton, 1998, pp. 140). Também o caso de Manchester exemplifica estas actuações, na medida em que conseguiu desenvolver uma oferta baseada na indústria cultural cinematográfica, através da criação de um itinerário denominado Manchester’s Hollywood of the North, que permite reconstruir a imagem da cidade através do seu passado e do seu presente cinematográfico (Cohen, 1997, pp. 71-90 e Schofield, 1996, pp. 333-340). Em qualquer dos casos foram efectuadas associações harmoniosas entre as artes e o turismo, com o intuito de melhorar a economia das respectivas urbes.

Mas não foi apenas na Grã-Bretanha que essas coligações foram criadas. A Organização Mundial de Turismo, em 1996 referia numerosos exemplos de parcerias de Penang a Amsterdão, passando pela “Partnership Austrália”, a “Polish Tourist Authority”, a “Canadian Tourist Commission”, pelas fórmulas de privatização do turismo americano e pelo projecto da “Maison de France” (WTO, 1996, in Heeley, 2001, pp. 275). Em Portugal ainda são praticamente desconhecidas, embora, de acordo com os resultados da investigação empírica, exista vontade, por parte dos actores locais, de criar alianças para o desenvolvimento do turismo nos centros históricos (ver ponto 6.2.7).

A análise dos objectivos das parcerias para o desenvolvimento do turismo, em locais tão diversos como Douglas Shire (Dredge, 1998, pp. 6), Málaga (Barke e Newton, 1995, pp. 119), Leicester (Tourism Strategy for Leicester, 2001, pp. 2) e Cantuária (Laws, 2001, pp. 89) denunciam a influência não só da teoria do planeamento urbano mas também do turístico. Com efeito, todas elas, mesmo que o façam apenas em termos de retórica do planeamento declaram preenchem os fins do desenvolvimento sustentável, tal como foi definido por Gunn, Murphy e Hinch (satisfação dos visitantes, retorno do investimento económico, protecção dos recursos do destino e integração da comunidade), tema que se abordou no ponto 2.3.5

Essas alianças procuraram encontrar uma “estratégia entre os principais interessados, de forma a estabelecer objectivos partilhados, assegurar o controle local e a partilha de responsabilidades

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

individuais, de modo a criar uma base que agregasse “recursos e gere uma plataforma de entendimento” (LGA, 2001, pp.4). A estratégia para o turismo de New Forest Council constitui um exemplo paradigmático destas parcerias.

As conclusões de um estudo, realizado em 1996, em 24 municípios britânicos, alguns dos quais tinham constituído parcerias com o sector privado, em consequência dos “TDAP’s”, permitiam afirmar que, nos locais em que as parcerias tinham sido criadas existia uma maior comunicação quer ao nível interno (interdepartamental), quer entre o sector público e o privado. Os departamentos de planeamento e de protecção do património, essenciais para o desenvolvimento de um produto turístico de qualidade, funcionavam e comunicavam muito melhor entre si, com encontros regulares entre os técnicos e os parceiros (do departamento de turismo e do sector privado). A comunicação e a colaboração entre o departamento do turismo e outros departamentos técnicos, ligados ao estacionamento, à limpeza das ruas e à sinalização também era mais estreita no caso da existência de um TDC (“Tourism Development Company”) do que quando não existiam parcerias (Palmer, 1996, pp.56-58).

A estratégia para a gestão do turismo e dos visitantes de New Forest District Council

As autoridades locais acreditam que juntar toda a indústria turística é um passo essencial para o desenvolvimento de um turismo sustentável, razão pela qual criaram uma estratégia para o turismo em New Florest denominada “Our Future Together” que tenta manter o equilíbrio entre as necessidades dos visitantes, da indústria turística, da comunidade local e do ambiente. Para desenvolver essa estratégia, o governo local trabalhou com:

O departamento de turismo de New Forest.

As associações turísticas locais, com representantes do alojamento, das atracções das agencias retalhistas, da restauração, dos transportes e outros serviços.

Diversos grupos comunitários interessados no turismo.

Representantes da Igreja e das câmaras de comércio.

Grupos e residentes.

Ao criar uma base de colaboração e estratégia partilhada para o turismo *New Florest* foi capaz de desenvolver programas de pesquisa do destino, de programa de acompanhamento dos visitantes, de formação profissional para a hotelaria, de marketing e de iniciativas de transporte.

Fonte: New Forest District District Comitee, <http://www.newforrestcomitee.org.uk/>

O desenvolvimento do turismo exige, porém, a reabilitação do centro histórico o que implica o incremento da diversidade económica e social, e a preservação da identidade do local. A recuperação desses atributos, como referimos no ponto 3.4, tem um papel fundamental para assegurar uma experiência turística de qualidade (ver ponto 3.5).

3.4 - Regeneração das funções de manutenção da diversidade e de preservação da identidade nos centros históricos

3.4.1 - Regeneração dos centros históricos e manutenção das funções de diversidade

Os processos de regeneração urbana têm como objectivo a recuperação das funções do centro da cidade, que tinham sido afectadas, no período modernista “Fordista”, pelas razões evocadas no ponto 1.4. O procedimento a seguir, implica a criação de condições para repor tanto as funções que incrementam a diversidade (funcional e social) como as que preservam a identidade (ver quadro 3.1.1).

A inclusão deste capítulo permitiu-nos reflectir sobre as implicações da reposição das funções do centro histórico e sua harmonização com as de preservação da identidade, através da revisão das estratégias adoptadas em alguns países europeus, que nos foi possível inventariar, através da revisão da literatura. A maturação das soluções encontradas ajudou-nos a um entendimento mais profundo das implicações do processo para melhor equacionar a realidade portuguesa, principalmente a da cidade de Faro (ver ponto 4.3.3.1 e 4.3.3.2), num período em que muito ainda está por definir, quanto a melhor forma de actuar para recuperar as funções de diversidade funcional e social.

Quadro 3.4.1 - Vantagens da reabilitação urbana

- ✦ *A reabilitação urbana é uma estratégia alternativa à destruição do património arquitectónico urbano.*
- ✦ *Constitui uma terceira via entre a renovação e a expansão.*
- ✦ *Tem custos menores do que a expansão da cidade periférica.*
- ✦ *Trava e inverte o processo de obsolescência, física, funcional, de imagem e de localização.*
- ✦ *Facilita a valorização dos edifícios, visto que, além de importância histórica, são bens escassos.*
- ✦ *Permite responder aos problemas da deterioração dos tecidos urbanos.*
- ✦ *Procura fazer a ponte entre o passado e o futuro.*
- ✦ *Proporciona eficácia financeira apesar dos custos inerentes à sua realização e manutenção.*
- ✦ *Facilita a revitalização que permite a utilização activa da área.*
- ✦ *Concorre para a manutenção de elementos do estilo de vida local – densidade elevada, contactos pessoa a pessoa e utilização mista do solo.*
- ✦ *Melhora o ambiente urbano e cria uma imagem positiva, que atrai investidores, residentes e visitantes, o que permite a rentabilização económica de espaço e edifícios.*

Fonte: Elaboração própria a partir de: Aguiar, Cabrita e Appleton, 1997; Couch 1999; Lamas, 1993; Lichfield, 1998;

3 - O turismo como propiciador da regeneração urbana

Os actuais centros das cidades guardam um conjunto apreciável de edifícios antigos que devem ser reabilitados para o desempenho de novas funções. A preservação da identidade e a manutenção da diversidade social e económica exigem uma ocupação permanente dos imóveis, quer com actividades tradicionais, quer com novas funções de modo a que as antigas e as novas se misturem. No Reino Unido, as cidades de Guilford e Haringey possuem políticas de utilização mista do solo para salvaguardar o carácter diversificado do património do centro da cidade que abrangem a manutenção da função residencial e a instalação de empresas de serviços ou de lojas para conservar a vivacidade da zona (Punter e Carmona, 1997, pp. 170-171). A reabilitação urbana oferece muitas vantagens, embora sejam esquecidas com relativa frequência. No quadro 3.4.1 inventariamos alguns desses benefícios.

Apesar da regeneração dos centros das cidades oferecer muitas oportunidades de negócio, um grande número de empresas de construção continua a evitar assumir compromissos na reabilitação de edifícios antigos porque essas operações incluem muitas normas e restrições, conhecimentos técnicos específicos, barreiras que contribuem para a redução do número dos intervenientes. Convencer as empresas a arriscarem neste mercado, exige uma combinação de capacidade, determinação, experiência e conhecimento, por parte de quem regulamenta os processos de reabilitação, além da posse de recursos significativos.

Até que a reabilitação dos bairros históricos tivesse sido testada pelo sucesso comercial obtido, as grandes empresas imobiliárias canadianas adoptaram uma atitude céptica. Este nicho de mercado veio a revelar-se apetecível para pequenos investidores com carácter inovador e dispostos a correr alguns riscos. Eles actuavam, frequentemente, com um conhecimento especializado, muitas vezes por intuição, derivado do seu envolvimento com a comunidade para a qual trabalhavam e que, em muitos casos, acabava por se transformar em identificação com o lugar. Por esse motivo, muitos mudavam escritório para o bairro de forma a poder falar com um vizinho, com um colega, com os seus clientes. Esta atitude reforçava a relação dos clientes com o construtor, que surge não apenas como um homem de negócios, num nicho de mercado, mas também como um associado ou um emergente da sub cultura para quem constrói (Ley, 1996, 46).

Em Nottingham as rendas praticadas não eram atractivas. Por essa razão as firmas imobiliárias decidiram não investir no sector da reabilitação. Nem os próprios bancos demonstraram grande interesse em apoiar a iniciativa. Foram pequenas firmas de urbanização locais que, com o apoio municipal, conseguiram realizar, com sucesso, a reabilitação dos edifícios (Brysson, 1997, pp. 1449).

Os casos citados não são, contudo, generalizáveis. Em Worcester, o processo de reabilitação de imóveis, para fins residenciais foi iniciado por empresas vindas de Londres. Só numa fase mais adiantada do processo de regeneração os empresários locais aderiram, quando verificaram que o projecto era viável (Vilagrà e Larkham, 1992, pp.41).

Na sequência da recolha de elementos para elaboração do estudo da “Urban Task Force” no Reino Unido, os seus autores concluíram que as negociações entre as empresas de reabilitação e os representantes dos interesses da conservação, neste tipo de intervenções desempenham um papel central e conduzem a soluções de grande qualidade. As instituições e associações ligadas ao património desempenham um papel cada vez mais importante, como catalisadores da regeneração urbana (Riverside, 1999, pp. 252-253).

A reabilitação dos centros históricos exige, também, o incremento das actividades artesanais especializadas, na área da manutenção, preservação, conservação e reabilitação dos edifícios históricos e dos bens móveis. Leon Krier acredita que obstáculo ao desenvolvimento deste artesanato se deve à falta de estruturas educativas que não preparam técnicos numa área tão carenciada quando se coloca de forma tão dramática, o problema do desemprego de massa (Krier, 1999, pp. 201).

A regeneração conduz a um processo, não isento de contradições e que implica, por vezes, conflitos entre as alterações, introduzidas pela reabilitação, que facilitam o incremento da diversidade funcional e social e os imperativos da preservação da identidade local, que, na sua essência tem por objectivo limitar a mudança. Por esse motivo, a Carta de Washington da ICOMOS (International Council on Monuments and Sites), recomenda a integração das políticas de conservação, nas de desenvolvimento económico e social, ao nível do planeamento urbano. Aconselha ainda a implementação de estratégias de conservação que incluam equipas multidisciplinares de arquitectos, historiadores, sociólogos e economistas, enquanto a Convenção de Granada reforça o conceito de conservação integrada. No entanto, uma intervenção muito impregnada do ideal da conservação do património, pode transformar-se num mecanismo inibidor da mudança necessária, em termos de diversidade funcional e social (Pickard, 2001, pp.4)

Solihul é uma pequena vila, entre Birmingham e Coventry, que possui um centro histórico classificado, desde 1968. Os responsáveis pelas lojas, sobretudo os recém chegados, procuram adaptar os estabelecimentos comerciais às actividades específicas da sua empresa, quer a nível de espaço, quer de imagem, muitas vezes com desrespeito pelo significado histórico e arquitectónico do local. As autoridades municipais, no intuito de restringir as alterações realizadas impuseram normas de intervenção nas fachadas, que incluíam as dimensões das montras, o tipo de materiais e de símbolos publicitários a utilizar, não sem alguns conflitos com os proprietários mais determinados em manter a sua imagem corporativa. As empresas necessitavam possuir uma imagem facilmente identificável, mas passível de alteração em função das mudanças de gostos dos seus clientes e das constantes fusões e aquisições, no sector do retalho, muito vulgares na Grã-Bretanha, nos anos 80 e 90. As necessidades formavam um conjunto de elementos de pressão que dificultavam a conservação (Larkham, 1996, pp.168).

A cidade de Hambleton tentou ultrapassar esta situação, com base num documento do English Heritage, denominado “Shopping in Historic Towns” através da realização de estudos morfológicos que impediram a junção de parcelas e de edifícios, nas zonas históricas, protegendo o tecido urbano, as ruas, os alinhamentos dos imóveis (EH; s.d., in Punter e Carmona, 1997, pp. 282).

3.4.2 - Manutenção da diversidade funcional

A mudança de gosto dos consumidores levou-os a preferir produtos que oferecem uma aura simbólica mais densa do que os do mercado de massas. Por esse motivo, a tendência do comércio de retalho, nos centros históricos, tem evoluído no sentido de uma aposta em produtos que possuam um carácter distinto, adequados às necessidades dos membros da nova classe

3 - O turismo como propiciador da regeneração urbana

média (Beauregard, 1986; Featherstone, 1998; Ley, 1996; Zukin 1989; ver também ponto 2.3.1). No bairro de Soho, em Londres, a reabilitação teve início com a nova procura de produtos e serviços, por parte de membros da nova classe média, que conduziu ao aparecimento de restaurantes, e lojas especializadas, os quais, por sua vez, atraíram firmas ligadas às artes e às indústrias culturais, seguindo-se por fim a ocupação para fins residenciais.

A revitalização do bairro do Soho, em Londres, é, a este respeito, exemplar. O antigo bairro decadente e dependente dos "sex shops", da década de 80, começou a mudar. Para satisfazer os gostos requintados dos novos frequentadores, grupo composto por jornalistas, líderes de opinião, e artistas ligados à moda foram criados restaurantes de luxo, comércio personalizado e uma série de outros serviços. O Soho, a "rive gauche" de Londres, é um centro de consumo conspícuo, onde estilo e imagem são tudo. Esta mensagem foi transmitida através dos media, enquanto se foram instalando as firmas de publicidade, de relações públicas, as indústrias culturais ligadas à produção de filmes e à edição de livros. Mais tarde e já por pressão dos moradores, os equipamentos e as actividades de lazer e entretenimento. Embora os comportamentos, no bairro, sejam muito influenciados pelo modelo parisiense e italiano, ele não perdeu o seu carácter inglês, numa harmoniosa dialéctica entre cultura global e cultura local (Mort, 2000, pp. 180-181).

Ley encontra três características nas áreas comerciais dos centros históricos que as transformam em locais aprazíveis para a nova classe média cultural. Estes elementos distintivos apresentam uma grande semelhança com os inventariados por Verbekke como propícios às compras dos turistas, como se refere no ponto 3.5 (Ley, 1996, pp. 335).



Uma das características valorizadas das lojas do centro é a sua atmosfera, ou seja, a imagem da diferença, que resulta dos atributos do próprio do local e o bom-tom do seu comércio personalizado. Esta distinção advém da ligação que o cliente faz com as formas de atendimento personalizado pré-industriais, com pequenos produtores e produtos únicos. Mesmo quando a oferta actual é constituída apenas por simulacros, essas réplicas são apropriadas como autênticas porque estão imbuídas de nostalgia, pelo efeito da distância, em relação ao mundo actual.



As compras, nesta zona, são ainda enfatizadas pela sua qualidade festiva. Fazer compras transformou-se numa actividade de entretenimento. Este espaço permite como que uma suspensão dos problemas sérios da vida na medida em que, as actividades estão impregnadas de significados, que se espelham no prazer dos encontros. Não admira que os turistas se sintam atraídos por estes locais,



A transacção, no sector da restauração, por exemplo, não envolve um acto meramente comercial. Os frequentadores são atraídos pela exclusividade e autenticidade da comida feita em casa, com os produtos frescos, provenientes de um meio rural que o pós-modernismo sacraliza tanto como a cidade velha, em oposição aos subúrbios. Pierre Bourdieu, ao analisar a realidade francesa concluiu que existe uma preferência pela comida natural, como um dos hábitos do estilo de vida da nova classe cultural (Bourdieu, 1984, pp.186). No mundo contraditório do pós-modernismo, a sua conjugação de global e local leva a que as preferências não abranjam apenas a gastronomia local, mas também tudo o que é exótico e cosmopolita (Zurkin, 1995).

O ciclo de evolução dos locais pós "Fordista"s de compras pode ser desvirtuado. O seu sucesso propende a contribuir para uma mudança drástica da sua identidade. À medida que as rendas e os impostos sobem, os pequenos comerciantes independentes acabam, por vezes, por ser substituídos pelas grandes cadeias e sem controlo através do planeamento, por centros

comerciais. Muitos consideram este processo como a mercantilização da criatividade, outros como democratização dos gostos das elites, através de operações de mercado.

O pequeno comércio, nos países do sul da Europa, nunca abandonou o centro da cidade, mas tem vindo a desenvolver uma fórmula intermédia entre o comércio tradicional e as grandes superfícies, conhecida por galerias comerciais, que resultam de operações de imobiliário de envergadura mediana. As novas áreas comerciais aproveitam antigos edifícios, muitos deles situados no casco antigo, como Maldà, Petritxol ou Gralla, para reunirem um conjunto de pequenos estabelecimentos menos variados do que os existentes nos centros comerciais e sem a clássica loja âncora (hipermercado ou grande armazém) num espaço único. Estes conjuntos apresentam a vantagem de não atacar directamente a estrutura do comércio tradicional e serem relativamente populares entre os consumidores (Carreras, 1994, pp. 111).

A questão da revitalização do comércio tradicional e da consequente apropriação do espaço público, nos centros históricos não é, contudo, um tema consensual, na medida em que alguns autores consideram que o desenho e a gestão baseada no consumo individual, com estratégias de promoção idênticas às dos centros comerciais, conduzem apenas ao embelezamento à comercialização do espaço. Os utilizadores são tomados como meios e não fins em si próprios, com a consequente banalização, perda de riqueza social e vitalidade autêntica (Reeve, 1996, pp.70). No entanto também não é possível deixar de intervir, mesmo em pequenos centros urbanos, sob pena de o seu declínio ser irreversível, sem essa acção reparadora.

Um estudo realizado por Colin Thomas e Rosemary Broley, em South Wales comprovou que se não for conseguida uma revitalização comercial do centro da cidade, associada a acções mais amplas de regeneração, esses centros, habitados por estratos da população que em muitos casos, não dispõem de transporte próprio ficarão ainda menos providos de acesso a um comércio variado de qualidade, enquanto os residentes que possuem viatura própria procurarão, cada vez mais as grandes superfícies, fora do centro (Thomas e Bromley, 1995, pp.431-453).

No II Congresso Europeu sobre Comércio e Cidade, realizado em Lille, entre 15 e 17 de Novembro de 2000, foram apresentados dois estudos que cobriam operações de regeneração urbana e desenvolvimento comercial, nas cidades que participaram no evento. As conclusões do primeiro, que envolvia apenas cidades francesas, como Chalôn-sur-Saône, Le Havre, Lille, Mende, Mulhouse, Poitiers, Reims, Roubaix e Venissieux aconselhavam vivamente a utilização de estratégias muito diversificadas que propiciassem a interactividade dos processos de reabilitação e regeneração da habitação, dos serviços, dos equipamentos culturais e de lazer sem as quais dificilmente se podia assegurar o sucesso do desenvolvimento comercial. A segunda pesquisa incidiu sobre Leeds, Manchester, Roterdão, Dortmund, Bruxelas, Charleroi, Copenhaga, Malmö, Birna, Turim, Bolonha, Bilbao e Porto destacava a necessidade de estimular o comércio a retalho na malha urbana existente, como parte da sua regeneração. As duas investigações referiam a necessidade de um empenhamento político, a longo prazo, nas parcerias (Balsas, 2001, pp. 678-679). Os resultados dos estudos mencionados, demonstraram, mais uma vez, que a regeneração

3 - O turismo como propiciador da regeneração urbana

dos centros históricos é um projecto holístico e interactivo como tem vindo a comprovar o sucesso dos bairros culturais (ver ponto 3.6).

Em Milão foi realizado um estudo que tinha por objectivo avaliar o impacto da localização dos produtores de serviços, na estrutura urbana investigação que abrangeu os anos que mediaram entre 1985 e 1995, tendo sido possível concluir que, devido ao seu desenvolvimento histórico e à forma urbana concêntrica, os serviços procuravam as zonas centrais, com elevado grau de acessibilidade, e que apenas escolhiam outras localizações à medida que se tornavam também acessíveis. O valor do espaço, na cidade velha subiu, devido à crescente procura de habitação. Outro factor decisivo, na escolha, sobretudo no caso dos serviços avançados, na área dos negócios, foi a qualidade do ambiente construído. Em Milão essas zonas caracterizam-se pelo sossego, presença de espaços verdes, apartamentos de grande dimensão e velhos edifícios de prestígio, restaurados, ou nova construção para a instalação de actividades terciárias. Na cidade velha, em imóveis anteriormente utilizados pelos bancos, alojam-se hoje os serviços financeiros e os institutos de investigação científica. Fora da cidade velha medieval, mas sempre em próximos dos bairros antigos, a universidade, os serviços de consultoria de informática, de recrutamento, de publicidade e de auditoria (Airolti, Janetti, Gambarella e Senn, 1997, pp. 99).

As firmas e companhias, nomeadamente as grandes durante muitos anos, desejaram, por motivos de prestígio, que as suas sedes ocupassem edifícios novos, em prédios modernos, como resultava da análise do crescimento da procura, no período do pós-guerra. Actualmente, preferem instalar-se nos edifícios históricos reabilitados do centro da cidade situação que é possível detectar por uma simples análise aos anúncios colocados nos jornais britânicos entre 1980 e 1990. Neles se observa a popularidade dos edifícios históricos (Larkham, 1996, pp. 11; Tiesdell, Oc e Heath, 1998, pp. 191).

Uma pesquisa, sobre o sector dos escritórios com base numa amostra de 2650 imóveis, realizada pelo Royal Institute of Chartered Surveyors/English Heritage, em 1993, demonstrava que, ao contrário do que é vulgarmente aceite, nos centros históricos as rendas não tinham tendência para se desvalorizarem (Larkham, 1996, pp. 10).

Esta situação não é, contudo, generalizável uma vez que em cidades como Manchester e Liverpool não se registava, nessa é época, crescimento nas actividades comerciais, nem na procura de instalações por parte das empresas de serviços (Couch, 1999, pp. 83).

As instituições culturais também se têm vindo a instalar no centro da cidade desde o período moderno (ver ponto 1.4) por uma questão de prestígio e visibilidade. As empresas de produção cultural, por sua vez estabeleceram-se, na zona histórica, por opção dos próprios artistas, que foram, em muitos casos os primeiros a mudar-se para esta zona e a desencadear o processo da sua reabilitação (ver ponto 2.4.2 e 3.4.3).

Os centros históricos no período “Fordista” foram, como se afirmou no ponto 1.4 ocupados por escritórios ao ritmo que os residentes abandonavam a zona para habitar nos subúrbios. Por essa razão a vida, na cidade central, desenrolava-se entre as 9 da manhã e as 5 da tarde, enquanto escritórios e estabelecimentos comerciais se mantinham em actividade (ver ponto 1.4). A partir do fecho das empresas ficava deserta.

O relatório sobre a utilização do espaço público nas cidades britânicas atribuía ao abandono do centro da cidade (reduzido a bairro comercial, mal servido de transportes públicos e mal policiado à noite), o desaparecimento do espírito de local e o desaproveitamento dos benefícios económicos derivados da sua ocupação permanente. “Se as pessoas saírem à noite, para irem ao teatro, ao cinema, ao ginásio, às galerias de arte, ao clube de jazz, utilizam também cafés, restaurantes” (Comedia, 1991, in Montgomery, 1995, b, pp. 102).

Esta situação, de anterior abandono, foi superada com a recuperação das funções de diversidade funcional e social. Algumas cidade têm vindo a desenvolver, em paralelo, um programa de animação, ao abrigo das políticas públicas culturais (ver ponto 2.3.3), asseguradas pelos autarcas e que incluem eventos e festivais. Estes espectáculos abarcam teatro de rua, concertos, exposições – de maneira a que o público visite a zona para ver o que acontece. A segurança dos visitantes é garantida não apenas através de uma vigilância policial. Ao criar focos de interesse no espaço público a afluência de peões, facilita a criação de um ambiente de confiança que acaba ele próprio por se transformar numa animação natural (Montgomery, 1995, pp. 101-109).

Esta nova estratégia de utilização do espaço público do centro da cidade, com objectivo de assegurar a sua revitalização e crescente segurança é conhecida por “Twenty Four Hour City”. O programa pode ser traduzido por “cidade que não dorme” e tem por objectivo aumentar as economias da noite de modo a formar centros mais seguros a trazer um novo dinamismo às ruas abandonadas depois das cinco da tarde (Heath, 1997, pp.194).

As cidades, com um tipo de urbanidade da Europa continental definem-se pelo relevo dado ao seu centro, donde partem as redes de transportes e de comunicações. Esse é um território neutro, na sua concepção, uma vez que não é propriedade de ninguém pertencendo a toda a comunidade (Bianchini e Schwengel, 1991 pp. 217). Esta recuperação da vida da cidade central decorre dos mitos criados no século XIX, a propósito de Paris e Barcelona, que as considerava, devido ao inúmero conjunto de entretenimento diurno e nocturno, cidades que nunca paravam (ver pontos 1.2 e 3.4.3).

O mito de Paris e o modelo de Barcelona influenciaram, nos anos 90, muitas cidades, como Leeds e Manchester as quais tentaram transformar-se em cidades que não dormem. As horas de actividade cresceram para que as actividades diurnas, como o trabalho e as compras se ligassem aos entretenimentos nocturnos. Em 1993, realizou-se em Manchester a Conferência das Cidades que não dormem – “twenty four hours city”, seguida de outra em Leeds, reuniões nas quais políticos locais, chefes da polícia e proprietários de clubes nocturnos discutiram a melhor forma de europeizar as cidades inglesas (MacGuigan, 1996, pp. 104 e194).

A tentativa de criar a cidade que nunca dorme, o centro histórico vivo e viável, deparou-se com problemas. Em algumas cidades do Reino Unido, como Swansea e Cardiff e Huddersfield, a vida

3 - O turismo como propiciador da regeneração urbana

nocturna acabou por chamar ao centro da cidade grupos de jovens, de classe média baixa, que ocuparam o enclave do entretenimento, numa espécie de monocultura exclusiva, caracterizada pelo domínio masculino, muito álcool, drogas e violência. O estudo realizado, nas ditas cidades concluir que as actividades nocturnas como as discotecas e os bares afectam, de forma negativa a economia da noite, porque afastam alguns grupos populacionais (Bromley e Bromley, 2000, pp. 141-142; Bromley, Thomas e Mille, 2000, pp.754-84;Chatterton, 2000, pp.393).

O programa da Cidade que Nunca Dorme (“Twenty Four Hour City”) também busca incentivar a designada cultura de café que tem vindo a crescer na Dinamarca, no Reino Unido e na Alemanha, desde a década de 80. O plano visa a animação do espaço público, através da inserção de cafés com esplanada, que asseguram o crescimento da sociabilidade, em locais sofisticados e elegantes, menos virados para o consumo de álcool e para o interior do estabelecimento, como os bares e os pubs. Ao facilitar uma maior interacção com a rua e ao melhorar a visibilidade, incita os clientes a observar a vida à sua volta, o que constitui umas das delícias da vida urbana. O café também atrai ao centro pessoas que querem ver e ser vistas, mesmo que isso signifique passear para baixo e para cima, na rua. Ao preencher esta função estas esplanadas, aumentam a vigilância da rua, o que faz destas zonas espaços muito frequentados por cidadãos, de todas as idades e grupos sociais (Montgomery, 1997, pp. 95).

Muitos dos artistas que trabalham nos centros históricos ligados a formas mais tradicionais de expressão artística ou às novas indústrias culturais preferem negociar em cafés, bares e restaurantes, tal como os líderes de opinião, e muitos dos gestores das novas actividades pós “Fordistas”, flexíveis. A cultura de café constitui uma das formas de impedir a privatização do espaço público e de afastar as populações de uma mentalidade de fortaleza e de medo. Assim acontece no bairro londrino de Soho, onde, esses empresários provindos dos estúdios de design, das conferências de imprensa, das reuniões com colegas e clientes, prolongam a vida profissional de maneira mais informal em bares e restaurantes (Mort, 1996, pp. 181).

As estratégias que acabamos de mencionar acautelam a manutenção de um leque de actividades no centro histórico. Contudo, não podem produzir resultados positivos sem que seja assegurada a recuperação e preservação da função residencial de modo a garantir a vivacidade e a diversidade social.

3.4.3 - Manutenção da diversidade social entre o enobrecimento e empobrecimento

A manutenção da função residencial constitui um elemento fundamental da preservação da diversidade social no centro histórico e representa um factor de sucesso da reabilitação urbana, embora não seja fácil manter a variedade de grupos a residir na cidade velha (ver quadro 3.1.1). Nas décadas de 70, 80 e 90 assistiu-se, em muitos países, a uma requalificação da cidade central, que a transformou numa zona atractiva para as camadas médias e médias altas. Esta tendência é denominada, nos países de língua inglesa por “gentrification”. O termo inglês “gentry” designava a

pequena nobreza rural. Numa fase inicial da ocupação residencial do centro histórico pelas classes médias a expressão possuía uma conotação irónica, por associação com o seu significado original porque salientava a necessidade de promoção e legitimação dos grupos da classe média que reocuparam essa zona da cidade. Na nossa investigação optámos por traduzir a palavra inglesa por enobrecimento, termo que tem vindo a ser utilizado pelo sociólogo Carlos Fortuna, para identificar os processos descritos na literatura como “gentrification”. O enobrecimento faz parte de um “processo de mudança social e espacial, com profunda expressão na paisagem urbana”, que, em alguns casos, tem conduzido à redução da diversidade social, embora certas metodologias de actuação, sobretudo as mais interessadas no envolvimento da comunidade residente, tenham permitido desenvolver projectos com uma abordagem mais holística, centrada nas pessoas, que contribuíram para a preservação da diversidade social (Shaw e Robinson, 1998, pp.51).

A análise do papel desempenhado pela nova classe média, na reconquista desse espaço e as consequências da sua escolha, tem uma importância muito grande, na defesa das hipóteses da nossa pesquisa, porque consideramos que a apetência para visitar os centros históricos, como turistas, assenta, em larga medida, nas mesmas razões que impeliu, este grupo social, ao enobrecimento. Apesar da confirmação do início do processo de enobrecimento dos bairros históricos de Lisboa, através da nova classe média (ver ponto 4.1.3.5), a dificuldade com que se debatem os centros históricos portugueses, em recuperar residentes, incitou-nos a reunir as soluções encontradas, nos países que conseguimos inventariar na nossa revisão de literatura, para que, a componente teórica desta investigação possa contribuir de algum modo, para resolver este grave problema de gestão urbana. A recuperação da função residencial constitui uma das condições fundamentais para o incremento da qualidade da oferta turística, porque, a maioria dos turistas aprecia tanto dos vestígios culturais do passado, como as manifestações do presente, motivo pelo qual a presença de pessoas, nos bairros históricos se revela imprescindível.

Os autores do estudo, concretizado no âmbito da campanha do Conselho da Europa, que se realizou entre 1999 e 2000, denominado “Europa. Uma herança Comum” (“Europe. A Common Heritage”), concluíram que, qualquer política comum para o desenvolvimento sustentável nos centros históricos, deve equacionar os pressupostos que se passam a mencionar (Pickard, 2001, pp. 289).

1 - Os centros históricos só têm significado se forem habitados porque constituem a expressão da vida das pessoas que habitam e trabalham nessa zona da cidade.

2 - As forças de mercado, que concorrem para a reabilitação dos centros históricos, devem procurar evitar a perda de identidade dessas zonas da cidade, tendência essa que aumenta à medida que ocorrem os processos de empobrecimento e de enobrecimento.

3 - A cidade antiga deve proporcionar o incremento da qualidade de vida dos seus habitantes e reduzir a pobreza.

3 - O turismo como propiciador da regeneração urbana

A manutenção e o incremento da função residencial assegura a permanência de valores culturais vivos, expressos nas escolhas e no estilo de vida dos moradores, embora seja necessário impedir uma mudança brusca da composição social dos habitantes que conduza à indesejada conjugação de empobrecimento e enobrecimento.

A evolução dos centros históricos nos países europeus deve, porém, ser analisada em função da relação que cada uma das culturas estabeleceu com o meio urbano, sobretudo a partir da revolução industrial. Embora as cidades do norte e do sul pareçam, actualmente, convergir, elas passaram por processos urbanos marcados por diferenças, quer no que diz respeito à suburbanização, quer ao processo de enobrecimento. No sul da Europa, desde a antiguidade clássica que a cidade representa desenvolvimento cultural, enquanto o campo é considerado local menos favorável à sua expressão. Atitudes opostas podem ser detectadas na tradição britânica e americana, porque a industrialização as desvalorizou, a favor do meio rural, como se afirmou no ponto 1.2. As tradições mediterrâneas, focadas na a cidade, deram lugar a um meio urbano compacto, com um núcleo vivo e popular, meio esse que os grupos influentes nunca abandonaram completamente, porque não foram submetidos a um processo de industrialização tão intenso (Leontidou, 1993, pp. 959; ver também capítulos 1.2 e 1. 4).

Em função destas duas evoluções contrastantes, os subúrbios das cidades mediterrâneas, pelo menos das médias e das pequenas, possuem uma densidade elevada que se manifesta na existência de prédios de apartamentos, de vários andares, mas que se situam à menor distância possível do centro da cidade, constituindo, por vezes, estes conjuntos uma das mais tristes expressões do modernismo local. Deste modo, o enobrecimento, como fenómeno de dimensões apreciáveis, é uma realidade das culturas do norte e resulta da conjugação da suburbanização moderna e da desindustrialização pós-moderna que teve como corolário a formação de largas manchas de edifícios abandonados e a consequente necessidade de os reocupar. As cidades do sul conseguiram reter, nessa época, devido às características próprias do seu desenvolvimento económico e social, as classes médias e altas na cidade central. Não a nobilitaram propriamente, a não ser em pequenas bolsas, de forma espontânea, e sem qualquer plano como aconteceu em Barcelona, no Barrio Gótico, em Roma, no bairro Trastevere e em Atenas no bairro Plakal (Leontidou, 1990, pp. 256-259).

O abandono das áreas históricas, no sul do continente, denuncia tanto uma suburbanização descontrolada, de cariz popular e, frequentemente clandestina, que afastou do centro as classes menos favorecidas, processo que se tem desenvolvido de forma lenta, mas inexorável, como ao esquecimento a que essas áreas foram votadas, pelas autoridades locais, apesar da construção de toda uma retórica de reabilitação urbana. Actualmente assiste-se um renascimento do gosto por residir no centro, não em blocos cinzentos nas suas proximidades, mas antes em habitações reabilitadas no coração do bairro (Leontidou, 1990, 1993, 1996).

O modo como esta reabilitação se tem vindo a realizar apresenta também algumas diferenças em relação ao modelo anglo-saxónico. Em países como a França, em que existe uma tradição de planeamento urbano, de forte componente estatal, as operações de reabilitação são subsidiadas pelo sector público como mencionámos no ponto 3.2, através das estruturas de apoio à habitação. O exemplo de Rochefort é nesse domínio paradigmático, na medida que a Agência Nacional para o Melhoramento da Habitação (ANAH-OPAH) promoveu, quase inteiramente a recuperação dos edifícios para habitação do centro histórico (Pickard, 2001, pp. 87). O caso Santiago de Compostela reflecte, também, esse peso do sector público em Espanha. O Consórcio da Cidade, formado por representantes dos três níveis de governo, elaborou os programas Compostela 1993-1999 e Compostela 2000-2004. O grupo, após a concretização do primeiro estudo criou, com base nos seus membros, o Gabinete de Reabilitação, dirigido pelo presidente da câmara (Pickard, 2001, pp. 235).

Em Paris a cidade central foi sempre dominada pelas classes elevadas o que explica que o desinvestimento seja menos notório do que nas cidades britânicas e americanas. Em França, os subúrbios são vistos como zonas das classes médias baixas e das classes trabalhadores, nisto se aproximando das concepções das cidades mediterrâneas (Carpenter e Lees, 1995, 291).

No estudo realizado por Chris Cough, em 29 cidades do Reino Unido e de França esse investigador verificou que, em França, devido à sua forma de ocupação tradicional do solo a recuperação da sua utilização mista estava a ocorrer mais rapidamente do que na Grã-Bretanha, embora em nenhum deles o empenhamento das autoridades fosse visível (Couch, 1997, pp. 99-108).

Curiosamente também se constatava esta situação no Canadá de influência francesa. Num estudo realizado sobre a evolução de 22 centros históricos (Calgary, Edmonton, Vancouver, Halifax, Victoria, Oshawa, Thunder Bay, St Catharines, Ottawa, Saskatoon, Mean, Sudbury, Hamilton, Regina, Windsor, Kitchner, St John, Winnipeg, Quebec City e Montreal), concluiu-se que a pobreza nos centros das cidades canadianas tem sido evitada não apenas devido às condições económicas regionais mas também à percepção, muito difundida, que considera os bairros antigos locais desejáveis para viver (Broadway e Jesty, 1998, 1436-1437).

O caso de Wellington, na Nova Zelândia, é extremamente interessante, para corroborar o que afirma. A urbe não passou por um processo de industrialização, do mesmo modo que as mediterrâneas, pelo que, a cidade central, nunca foi abandonada, apesar de ter desenvolvido um processo de suburbanização, depois da 2ª guerra mundial (Morrison e Mc Murray, 1999 pp. 377-379).

Em Telavive as classes elevadas nunca abandonaram o centro da cidade, como acontece noutras da bacia do Mediterrâneo, devido ao papel simbólico dessa zona da cidade, mantendo, por isso, esses bairros o seu alto estatuto sócio económico o que é testemunhado pelo preço elevado das habitações. Não foi qualquer forma de reinvestimento no mercado de habitação – privado ou estatal - que determinou o processo de ocupação do centro, mas a permanência das classes média e média alta, possibilitando, ao mesmo tempo, que o enobrecimento ocorresse lentamente. Apenas quando os antigos moradores, que ocupavam o centro desde os anos 30, se aproximaram do final do seu ciclo de vida, foram sendo substituídos por elementos da nova classe média (Schnell e Graicer, 1993, pp.1194).

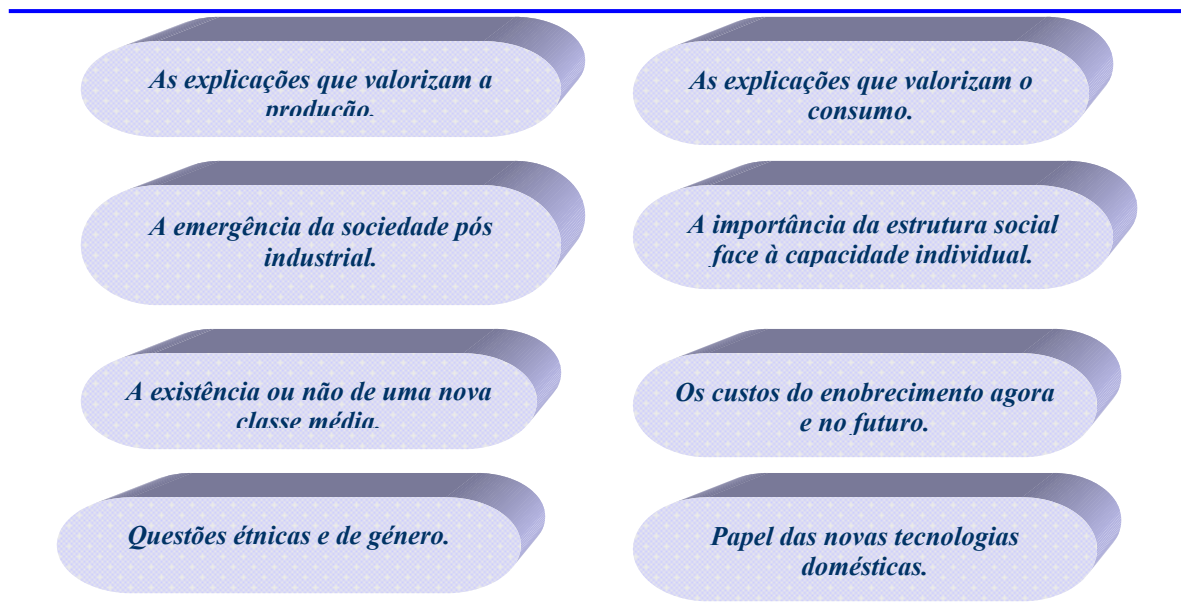
Nos países do sul existe ainda uma outra tendência, que pode ser ilustrada através do caso de Malta. As restrições impostas pelos orçamentos do estado relativamente reduzidos, que limitam as verbas estatais à disposição, a pequena dimensão e fraca capacidade de mobilização de fundos das empresas do sector privado, exigiram que as operações de regeneração dos centros

3 - O turismo como propiciador da regeneração urbana

históricos fossem concretizadas por um número considerável de pequenas firmas de reabilitação, com a recuperação de 2 ou 3 edifícios (Pickard, 2001, pp.217).

Nas cidades britânicas e norte americanas, o sentimento de perda do centro histórico conduziu a que muitos membros da geração “baby boomer”, nascida nos subúrbios do pós-guerra desenvolvessem um sentimento de fascínio pela cidade velha. Esse encanto, misto de nostalgia em relação ao tecido urbano pré-industrial e às suas relações de vizinhança, presente na obra de muitos autores que se dedicaram aos problemas das cidades de Jane Jacobs (Jacobs, 1961) a Herbert Gans (Gans, 1961), ganhavam uma intensidade redobrada à medida que se salientava a monotonia derivada do quotidiano nos bairros dos subúrbios, razão que impeliu a primeira geração da nova classe média cultural a procurar residir no centro da cidade. As teses elaboradas na área da sociologia da habitação, não atribuem o processo de reapropriação dos centros das cidades exclusivamente às classes média e média alta embora alguns dos estudos que lhe imputam outras causas acabem por reconhecer, mesmo que de forma indirecta, a ligação entre as opções feitas por esse grupo social e a explicação que advogam (ver quadro 3.4.2).

Quadro 3.4.2 – Teses que procuram explicar o enobrecimento



Fontes: Elaboração própria a partir de Beauregard, 1984, 1986; Bailey e Robertson, 1997; Bondi, 1999; Carpentier e Lees, 1995; Cybriwsky, Ley e Western, 1986; Giddens, 1981; Hamnett and Randolph, 1986; Harvey, 1992, 1996; Lees, 2000; Legates e Hartman, 1986; Ley, 1980, 1982, 1996; Marcuse 1986; Smith, 1986; 1999; Williams, 1986; Redfern, 1999

A denominada nova classe média cultural (ver ponto 2.3.2) liderou movimentos de defesa da comunidade, o que obrigou esse grupo a enfrentar os interesses do mercado imobiliário “Fordista”, com o objectivo de impedir a destruição de locais e edifícios históricos, como aconteceu com Gatetown, em Vancouver em que a sua acção se revelou essencial na prossecução desse fim. Esta nova classe média demonstrava, com esse seu comportamento, que estava consciente da

faceta nostálgica do pós-modernismo, na defesa da cultural local, contra os valores, de carácter universal, defendidos pelo urbanismo moderno. Em vez de auto-estradas ou arranha-céus escolheram a memória histórica, a complexidade do desenho, a diferença cultural e a justiça social, no meio construído (Ley, 1996, pp. 26). Estas comunidades, que não eram exclusivas do Canadá, na medida em que as encontramos em muitos outros países (ver ponto 3.4.4), dos quais destacamos, neste ponto, a Grã-Bretanha (Urry, 1990, pp. 202) revelaram um interesse particular na reabilitação física e social, procurando garantir que os novos empreendimentos não punham em causa as estruturas residenciais existentes, nem as características específicas da comunidade onde eram inseridos. Conseguiram obter vantagens assinaláveis, no que concerne a melhoria de serviços e equipamentos comunitários, a atribuição de fundos públicos e privados com que ajudaram a estabilizar as comunidades e a devolver-lhes a vivacidade. A influência que exerceram no modo de gerir as políticas públicas, nos anos 70, permitiu que obtivessem sucesso na retenção das comunidades nos centros históricos (Cybriwsky, Ley e Wetern, 1986; Ley, 1996, pp. 245).

Nos anos 70, a procura de habitação, na cidade velha, por um segmento da classe média demonstrava já, claramente, a rejeição do mercado de massas “Fordista”. No Canadá, nesse período, era muito difícil comercializar os novos apartamentos, porque tinham aparecido produtos mais ao gosto da nova classe média, nas zonas históricas das cidades, cuja procura excedia a de casas recém construídas. Enquanto o mercado mais jovem preferia residir em condomínios, constituídos por pequenos apartamentos, que possuíam uma qualidade arquitectónica muito superior aos dos subúrbios, os mais velhos demonstravam uma clara preferência pela reabilitação de edifícios antigos. A mudança de gostos, em relação ao período anterior foi tão notável que, em meados da década de 80, o preço das habitações, no centro histórico excedia em muito o das moradias recém construídas nos arredores (Ley, 1996, pp.21).

Os casos de Gatown, de Cheltenham e Lancaster

Em Gatown, local de origem da actual Vancouver, a preservação do património começou como um movimento de base (“grass-roots”) de homens de negócio, proprietários de pequenas e micro empresas, ligados a grupos da contra cultura, que resistiam à implantação de um vasto programa de reconstrução. Eles promoveram a diferença, a independência populista, sobre a monumentalidade do projecto moderno, apoiados por arquitectos, urbanistas e público sensível à defesa do património e conseguiam persuadir o governo regional e o municipal a abandonar um projecto inicial.

Na Grã-Bretanha as parcerias para o desenvolvimento de Cheltenham (Regency Strategy) e de Lencaster (Tourism Strategy) foram lideradas por grupos de classe média que encontraram neste seu empenhamento a forma de reagir contra o Estilo Internacional, pugnando pela conservação dos edifícios em estilo vernáculo.

Fonte: Elaboração própria a partir de Ley, 1996, pp. 235; Urry, 1990, pp. 202

A apropriação do centro da cidade pela nova classe média, mesmo quando não ultrapassa a pequena escala, revela-se muito benéfica, na inversão da situação de decadência vivida nessa zona.

3 - O turismo como propiciador da regeneração urbana

Em Wellington, capital da Nova Zelândia, o enobrecimento da cidade velha ficou a dever-se a uma nova geração de urbanistas e conselheiros municipais que desejaram aplicar nos antípodas, as políticas de rejuvenescimento dos centros das cidades, adoptadas nos Estados Unidos (Morrison e Mc Murray, 1999, pp. 380). Muitos tinham residido em grandes cidades internacionais, como Nova Iorque, Paris e Toronto e sentiam necessidade de construir uma atmosfera idêntica no seu país. Em Israel o processo de enobrecimento foi determinado por circunstâncias muito idênticas, na medida em que o regresso de muitos judeus da diáspora foi responsável pelo recrudescimento da procura de habitação nas áreas históricas. Um estudo realizado em Telavive, em 1993, concluiu que 60% dos enobrecedores provinham de outras cidades israelitas e do estrangeiro, enquanto apenas 40% procediam da área metropolitana da urbe (Schnell e Graicer, 1993, pp. 1149).

Uma investigação dedicada ao estudo dos programas de habitação para a classe média, nos centros das cidades de Baltimore, Cleveland, Montreal, New York, St Louis, St Paul e Wilmington, denunciou que a recuperação do dinamismo económico, social e cultural dependia largamente da sua presença (Varady, 1994, pp. 1345-1366).

Frey considera que se assiste a uma relativa decadência, em alguns centros das cidades dos Estados Unidos (Frey, 1993, pp. 741-774) e advoga o regresso da classe média, enquanto a tendência, para o seu retorno no Canadá é definida por Bourne como relativamente ambivalente (Bourne 1993, pp. 183-189).

Nas cidades europeias, a reestruturação da cidade velha ocorreu, de um modo geral, muito rapidamente situação que conduziu à ocupação maioritária da habitação disponível pela nova classe média. A procura por parte da nova classe média não conseguiu, porém, inverter a tendência para o abandono do centro histórico, mesmo em cidades como Manchester e Liverpool, uma vez que entre 1981 e 1995 a população da primeira diminuiu de 449000 residentes para 433000 enquanto na segunda decresceu de 510000 para 471000 (Couch, 1999, pp. 70).

Na Austrália, na maioria das cidades existe uma enorme procura de alojamento nas zonas antigas das cidades, por parte da classe média (Badcock, 1993, pp. 191-195).

Os casos de Wellington e Telavive deixam avaliar o carácter global do enobrecimento, na medida em que ocorreu, em simultâneo, em locais muito distantes. O desencadeamento da ocupação, dos centros das cidades, para fins residenciais, nos países mais desenvolvidos, parece ter implicado o eclodir de movimentos idênticos noutros países, frequentemente, através de mobilidade das grandes firmas internacionais e dos seus quadros ou do regresso de uma nova emigração de técnicos e cientistas aos seus países de origem, dando lugar a mais uma das muitas interações entre global e local. A luta dos enobrecedores por uma distinção, por um contexto cultural próprio que expressasse a defesa da cultura local e da sua diversidade, em oposição à cultura universal e monolítica das zonas residenciais modernistas parece ter dado lugar a uma das contradições que ilustra a época contemporânea (ver ponto 2.3.2). Na verdade a difusão dos novos valores, a nível internacional, implicou uma certa conformidade, de modo que os símbolos utilizados podem ser lidos, por grupos similares, fora do contexto nacional regional ou local. O enobrecimento é, por

essa razão, tanto uma tendência de índole local e nostálgica, como uma expressão da globalização da cultura, no mundo pós-moderno.

O enobrecimento, ao manifestar o complexo relacionamento, na sociedade contemporânea, entre local e global, constitui um argumento importante de fundamentação teórica da nossa pesquisa, na medida em que essa capacidade de ler símbolos idênticos noutros contextos, permite colocar a hipótese do turismo poder transformar-se, num importante elemento de apoio à regeneração urbana, nas cidades das zonas balneares do sul da Europa.

A ocupação dos centros históricos no Canadá, pela primeira geração de enobrecedores, não foi feita em detrimento dos residentes mais antigos, como se afirmou no ponto 3.2, porque a sua escolha residencial procurava antes encontrar soluções para os problemas provocados pelo abandono. A vontade de promover o equilíbrio entre funções de diversidade e de identidade incluía o apoio à reabilitação das habitações dos moradores mais antigos, com menores recursos financeiros. No entanto esse seu empenho em proporcionar uma melhor qualidade de vida a estes grupos, teve consequências que subverteram as suas intenções iniciais. Com efeito, à medida que as habitações eram recuperadas, acelerava-se o processo de mudança social, incentivado pelos novos serviços criados e pelas melhorias em termos de ambiente e de embelezamento. A vaga de “Yuppies” dos anos 80 e 90 trouxe para a cidade velha os valores de consumo os quais não foram, de início, bem aceites pelos moradores que viam nesse comportamento a manifestação de atitudes puramente materialistas, embora com o passar do tempo, ainda que de forma menos agressiva, acabassem por aderir ao consumo (Ley, 1996, pp.205).

Os centros históricos das cidades canadianas passaram, em função das alterações positivas introduzidas, a atrair estratos mais elevados da nova classe média, provenientes do sector dos negócios internacionais, que não partilhavam a visão da nova classe média que os antecederam. Por essas razões, em 1991, na zona antiga da cidade embora residissem dois estratos da mesma classe, verificava-se que possuíam algumas diferenças não só em termos económicos, mas também ideológicos. Os gestores das grandes empresas, dos serviços financeiros e os profissionais liberais, muitos deles com relações muito sólidas com empresas de carácter global, representavam o grupo mais favorecido, em termos económicos enquanto os ligados às belas artes e artes às aplicadas, às ciências sociais à saúde, à justiça e ao ensino, embora possuíssem um capital cultural idêntico ao primeiro, tinham menor poder económico e vínculos mais consistentes com a produção cultural e os valores locais (Ley, 1996, pp.92 e 104-115).

O capital cultural elevado é pelas razões evocadas, apanágio da nova classe média, que reside nos centros das cidades, mesmo que, no caso de alguns dos seus estratos, não se traduza em capital económico apreciável. O estudo realizado no centro da cidade de Londres, em bairros sujeitos ao enobrecimento, revelou níveis de instrução elevados que apontam, claramente, para

3 - O turismo como propiciador da regeneração urbana

uma presença muito forte deste grupo social, como aconteceu no Canadá, confirmando, deste modo, o carácter global do enobrecimento (ver quadro 3.4.3).

Quadro 3.4.3 - Níveis de instrução dos inquiridos em percentagem

	Telegraph Hill	Battersea	Brixton
Graduado pela Universidade	86	85	90
Por Oxford ou Cambridge	10	10	6

Fonte: Sintetizado a partir do quadro elaborado por Butler e Robson, 2001, pp. 2148

O estudo de Ley sobre o enobrecimento no Canadá abrange 20 anos, entre 1971 e 1991. Nesse espaço de tempo os residentes que não pertenciam à nova classe média diminuíram, cerca de 29%, em relação ao ano de início da investigação. Em 1971, constituíam 82% dos residentes na cidade velha, em 1991, não ultrapassavam os 62%. Estes números permitem concluir que o enobrecimento da cidade velha é mais do que um processo marginal (Ley, 1996, pp.84).

No Canadá, em Montreal, os preços das casas, na zona central, na década de 1976 a 1986, aumentaram 65%. Os rendimentos per capita dos residentes, na zona histórica de Toronto, aumentaram 40% no mesmo período de tempo, devido ao fluxo de famílias de classes média e média alta. Este modelo teve tendência para se consolidar, de modo que as zonas com rendimentos em crescimento coincidiam com as ocupadas pelas velhas elites e a nova “gentry”. A entrada dos novos residentes de classe média e média alta nas velhas zonas históricas significou também o declínio das casas a baixo preço, o que impeliu para outros lugares aos antigos moradores (Ley, 1996, pp. 63).

Os resultados dos estudos que nos foi possível inventariar sobre a constituição grupos de enobrecedores, nas cidades de S Francisco, Liverpool, Manchester, Sydney, Telavive Wellington e Londres em termos etários e de estado civil, permite concluir que são compostos por jovens, entre os 18 e os 35 anos, muitos deles estudantes, por grupos de solteiros e divorciados, por pequenas famílias com o máximo de 3 elementos, e casais com idades compreendidas entres os 40 e os 65 anos cujos filhos já abandonaram o lar. O perfil dos enobrecedores está, porém, em constante progresso devido não só às novas vagas de residentes, mas também à permanência dos grupos mais antigos à medida que estes vão ultrapassando as várias etapas dos seus ciclos de vida (Butler e Robson, 2001, pp. 2149; Couch, 1999, pp. 83; Morrison e Mc Murray, 1999, pp. 389-392; Schnell e Graicer, 1993, pp.1197-1200).

Estudos recentes, realizados em bairros do centro histórico de Londres (Lewisham e Lambert) provam que os actuais enobrecedores estão a transformar os centros históricos em locais de residência para famílias mais convencionais porque os mais jovens dos enobrecedores constituíram família. Esses casais de classe média, com filhos em idade escola, procuram obter as condições necessárias, na sua área de residência, de modo a poderem aplicar os seus ideais de educação e de vida cidadina. A satisfação das necessidades educacionais dos seus filhos faz parte de uma estratégia de reprodução da cultura, que, se bem sucedida, pode estabilizar o

enobrecimento da cidade velha, com base numa manipulação do mercado de alojamento e da educação (Robson e Buttler, 2001, pp. 71, 84).

Por outro lado, o enobrecimento, na época actual, difere muito do que ocorreu nos anos 70 e 80 e mesmo do de início da de 90, porque os valores dos novos moradores apresentam grandes divergências em relação, sobretudo, aos da primeira geração, no que concerne a busca da equidade social. Os novos residentes de bairros como Brooklyn Heights, em Nova Iorque, que Brondi denomina por super enobrecimento (“super gentrification”), são muito mais ricos do que os anteriores, em consequência da subida dos preços do imobiliário e desempenham actividades profissionais nas finanças e nas empresas internacionais (Bondi, 1999, pp. 278). Esta nova conjuntura foi detectada, também, por Lees, na sua pesquisa sobre os moradores de algumas zonas do centro de Londres (Lees, 2000, pp. 389-408).

No entanto, é pouco prudente generalizar as condições, que se verificam em contextos diferentes, como demonstrou Clarke num estudo sobre Copenhaga, cuja conclusão admite a justificação do enobrecimento, nessa cidade, através de argumentos sensíveis simultaneamente aos aspectos económicos, aos culturais, à produção e ao consumo (Clark, 1994, pp. 1033-1042).

As teses do enobrecimento que se fundamentam no consumo de habitação e na emergência da sociedade pós-industrial (ver quadro 3.4.2), tem grandes afinidades com a anterior na medida em que obrigam os seus adeptos a evocar as modificações na produção e nos gostos dos consumidores, as alterações de estilo de vida da nova classe média cultural para explicar o reinvestimento nos centros históricos (Veblen, 1925, 1994, Bourdieu, 1984, Jameson, 1984; Redfern, 1997).

Os autores que se atêm mais à produção de habitação no centro histórico, como fundamento do enobrecimento (ver quadro 3.4.1), defendem que o investimento público e privado em certos terrenos desvalorizados, pode oferecer uma oportunidade de revalorização da cidade pré-industrial. Nesta tese os conceitos de desinvestimento e reinvestimento são cruciais ao entendimento do enobrecimento. Smith (Smith, 1986; 1999) tem vindo a explorar estas noções defende que os investidores à procura de localizações que lhes permitam um rendimento lucrativo, orientaram a sua atenção para o mercado abandonado de propriedades do centro da cidade, desencadeando o processo de investimento. O reinvestimento realça, também, no papel do financiamento institucional na medida que impede ou promove o processo de investimento e de desinvestimento, do mesmo modo que este impede ou propicia o processo de enobrecimento e, desta forma, o produto final do bairro. (Smith, 1979, pp. 538-548; Hamnett e Randolph, 1986; Harvey, 1996 pp. 199-208; Carpentier e Lees, 1995, pp. 287)

3 - O turismo como propiciador da regeneração urbana

O processo de enobrecimento, nos Estados Unidos tem vindo a acompanhar, desde os anos 80, os ciclos de acumulação e de crise, como foi comprovado num estudo recente de Smith sobre o Bairro de Lower East Side, em Nova Iorque. Este fenómeno demonstra a actualidade do seu conceito de nova fronteira urbana usado para descrever o que considera ser uma fronteira de lucro, que avança e recua, desde os anos 80, ao ritmo da economia do país (Smith, 1999, pp. 539; Smith e Defilippis, 1999, pp. 639). O citado autor, reconhece a dependência do consumo da habitação por parte da nova classe média correlação que a transforma num instrumento das forças económicas (Smith e Defilippis, 1999, pp. 647).

O estudo dos custos, em termos sociais, do enobrecimento fundamenta outra das linhas de investigação que avalia a limitação da diversidade social e o empobrecimento como consequência daquele fenómeno e implica, a nova classe média nesse resultado negativo (ver quadro 3.3.1). Nick Bailey e Douglas Robertson realizaram um estudo dos impactos com base na “Housing Action Areas Programme”, da Escócia, em consequência do qual advertiram os políticos para a necessidade de evitar a marginalização dos mais desfavorecidos do processo de reabilitação dos centros das cidades, porque conduz ao aparecimento de guetos na periferia, como os que existiam antes na cidade central, e com as mesmas consequências para a coesão e para a exclusão social (Bailey e Robertson, 1997, pp. 561-578). Só em Nova Iorque, em meados dos anos 70, foram destruídas cerca de 40.000 residências de grupos sociais mais frágeis estimando-se ainda que foram deslocadas entre 1,7 a 2,4 milhões, especialmente, idosos e mulheres, fenómeno que aumentou o número dos sem abrigo, nos Estados Unidos (Ley, 1996, pp.65). Smith, nos seus trabalhos mais recentes, tem vindo a defender a tese da cidade revanchista, a qual sublinha o carácter de vingança espacial do enobrecimento contra os pobres e minorias porque roubaram o centro da cidade às classes respeitáveis (Smith, 1986, 1999).

Nos centros históricos de algumas cidades europeias, como Bruges, Rochefort e Santiago de Compostela, em parte porque as tradições de intervencionismo estatal são muito fortes, mas também para evitar os aspectos mais agressivos do enobrecimento e proteger a variedade social, as políticas de habitação têm conseguido preservar a diversidade dos grupos de moradores através de uma oferta de habitação social que assegura a manutenção dos estratos menos favorecidos nas casas reabilitadas (Pickard, 2001, pp. 282).

Outras teorias procuram explicar o enobrecimento (ver quadro 3.4.1) como a que se fundamenta na teoria da estruturação (Giddens, 1981) a que atribui à evolução das tecnologias domésticas a responsabilidade pela opção por residir no centro (Redfern, 1999) e a de Bondi que analisa o fenómeno em termos étnicos e raciais (Bondi, 1999), teses que pelo seu carácter mais especializado e marginal em relação à nossa pesquisa, não foram exploradas.

Ley a partir do estudo sistemático dos processos de enobrecimento dos centros históricos, no Canadá, apontava algumas características comuns das novas zonas residências que se referem no quadro 3.4.4 (Ley, 1996, pp. 92 e 104-115).

Quadro 3.4.4 – Características das novas zonas residenciais no centro histórico

Características em termos de localização – *Os enobrecedores escolhem a zona próxima do CBC, não apenas por, nalguns casos, aí se localizar o seu emprego, que constitui apenas uma parte de um multifacetado grupo de vantagens de localização as quais incluem fontes de lazer, de cultura e de serviços urbanos de qualidade.*

Características em termos socio-económicos – *Os novos residentes buscam a proximidade de uma classe média ou média superior tradicional e a inclusão de instituições públicas, particularmente hospitais, e universidades.*

Características em termos paisagísticos – *Os novos moradores procuram um local com parque, frente marítima ou colina, cuja paisagem é considerada uma propriedade comum dos enobrecedores.*

Características em termos arquitectónicos - *Apreciam a presença de uma produção antiga , que ofereça uma marca de distinção, uma forma de crédito residencial que os separe do morador de massa, homogéneo, do período moderno.*

Características em termos das artes e da presença de artistas *Os apreciadores destas zonas residenciais consideram os equipamentos a produção artística e cultural e os próprios artistas componentes muito importantes da estratégia de revitalização razão pela qual as corporações privadas e as públicas procuram criar as condições necessárias para assegurar a sua presença.*

Estas tendências também foram detectadas em Hackney, na zona central de Londres (Hamnet e Buttler, 1994, pp. 477-493), nos Estados Unidos (Witt, 1987, 23, 15-36; Zukin, 1989; Zukin, 1996; Zukin, 1998) e em Telavive (Schnell e Graicer, 1993, 1103).

3.4.4 - Preservação da Identidade

A refuncionalização dos centros das cidades passa também pela conservação da história, da cultura e da arquitectura da cidade, que neles se concentra e que os transforma em espaços únicos (ver quadro 3.1.1). Os centros das cidades são também considerados territórios neutros, pelas diversas comunidades geográficas, onde pode ser construída uma identidade e onde se encontram, informalmente, os vários grupos étnicos, etários sociais e os diversos estilos de vida (Bianchini e Schwengel, 1991, pp. 129)

A análise das estratégias adaptadas, a nível internacional, com o fim de manter a função de identidade, nos centros históricos, o estudo das atitudes divergentes em relação às várias

3 - O turismo como propiciador da regeneração urbana

intervenções possíveis, teve um papel fundamental, no enquadramento da política da autarquia farenses para a reabilitação do centro histórico e dos critérios utilizados em Faro, pelo Gabinete de Gestão do Centro Histórico na prossecução desse objectivo (ver ponto 4.3.2.2).

A manutenção das qualidades físicas dos bairros históricos, das características dos edifícios, e da disposição das ruas e das zonas verdes garante a conservação da identidade, e proporciona o incremento dos sentimentos e de pertença e segurança (ver ponto 2.3.4).

Estas qualidades são, como se mencionou, muito apreciadas pelos elementos da classe média que optaram por residir nos centros históricos. Os movimentos de protecção do património, muitos deles liderados por membros da nova classe média, como afirmamos, propiciaram a evolução inclusiva do conceito, como demonstra o documento de Rochefort através da construção de uma visão de conjunto histórico. No Canadá os movimentos de defesa das comunidades conseguiram a sua mobilização mais notável no centro das cidades. Das 220 associações de residentes, da cidade de Toronto, mais de metade (51,6%), defendiam interesses das três zonas que constituíam o coração da cidade histórica (Ley, 1983, pp. 319-321; Ley e Mercer, 1980, pp.89-109; Ley, 1996, pp. 230).

O documento, elaborado com o objectivo de explicar ao público em geral o modelo de forma urbana que se desejava preservar, de modo a fundamentar a reabilitação do centro histórico, baseada na Carta das Cidades Históricas e Áreas Urbanas da ICOMOS, de 1987, menciona o que se passa a transcrever (Pickard, 2001, pp. 85).

Quadro3.4.5 - Carta Architectónica de Rochefort

As características a preservar constituem a natureza histórica da cidade e englobam todos os elementos tangíveis (físicos) e intangíveis (espirituais), embora se inventariem os que se ameaçados comprometem a autenticidade do centro histórico:

A matriz de desenvolvimento da cidade que emergiu ao longo do tempo.

As relações espaciais entre as diferentes áreas urbanas: áreas construídas, espaços abertos, zonas verdes.

A forma interna e externa e o aspecto dos edifícios definidos em termos de estrutura, volume, estilo, proporções, materiais, cores e ornamentação.

A relação única entre a cidade histórica e o seu ambiente envolvente construído e natural.

A variedade de funções que a cidade adquiriu ao longo do tempo.

Pickard, 2001, pp.86

A Carta Arquitectónica de Rochefort é, neste domínio, uma referência para a compreensão do paralelismo de valores entre a nova classe média cultural e os interesses, mais gerais da cidade, na preservação da sua identidade (ver quadro 3.4.5).

O conceito de centro histórico define-se como “núcleo da cidade (ou centro urbano menor) construído antes da época industrial, geralmente circunscrito, no passado, por uma muralha, onde se pode reconhecer e concentrar o património monumental, edificado e ambiental mais antigo e belo. Em suma, os bens históricos e artísticos, de maior valor estético e arquitectónico, vividos no imaginário colectivo como expressivos e representativos da cultura, e história do país” Essa zona da cidade abrange, actualmente, “pelo menos para efeitos urbanísticos, uma área da cidade de tal modo vasta que incluir, frequentemente, toda a cidade pré-industrial ou mesmo de períodos mais recentes” (Antunes, 1997, pp. 74).

O reconhecimento da nova figura jurídica foi muito rápido, como comprova as datas em que ocorreu em países localizados nas zonas mais variadas do globo. Em França teve lugar em 1962, nos Estados Unidos da América em 1966 (Frampton, 1985, pp. 287), no Japão em 1976 (Hohn, 1997, pp. 213) e na Turquia em 1980.

A consideração dada aos de conjuntos históricos conduziu à criação, a nível local, de departamentos municipais para a reabilitação dos centros históricos que dedicaram a uma atenção à elaboração de normas de intervenção nos edifícios ainda na década de 70, e, mais tarde, na de 80 ou de 90, regularam a introdução de novos edifícios (Pickard, 2001, pp. 15-17).

O trabalho desenvolvido pelos arquitectos italianos conheceu, nesse período, uma enorme divulgação, sobretudo os seus estudos no domínio da morfologia e das tipologias, (ver capítulo 2.3.4) dos centros históricos. Os técnicos tentavam evitar a amálgama das parcelas e dos imóveis com o objectivo de manter o seu carácter e aparência distintos. A prevenção da destruição da morfologia local, do alinhamento das fachadas, da largura das ruas principais e das secundárias, da relação entre espaços cheios e vazios, evitou a descaracterização e posterior destruição da cidade tradicional.

Em Itália, a longa tradição de estudos da morfologia e das tipologias construtivas conduziu, nos anos 70 e 80, a transformações fundamentais de planeamento urbano que asseguravam uma acção que transcendia os limitados planos de salvaguarda. Nas cidades de Bolonha, Veneza e Roma, o trabalho realizado provou ser possível tornar compatível a salvaguarda do centro urbano, com a oferta de alojamento, a preços controlados. Em Veneza, desenvolveu-se um notável estudo morfotipológico, que deu continuidade à política de salvaguarda. Em Roma foi desencadeada uma operação de recuperação do património, e, em simultâneo, tomaram-se medidas de índole urbanística destinadas a assegurar uma “adequada reestruturação do sistema tráfego e do sistema viário”, com o objectivo de manter os moradores na cidade central (Aguiar, Cabrita e Appleton, 1997, pp. 19-20).

3 - O turismo como propiciador da regeneração urbana

O Reino Unido é também um país com fortes tradições, no domínio da protecção do património, na medida em que “existe uma relação sequencial, em termos de legislação, entre o actual “Planning Policy Guidance: Planning and the Historic Environment” (PPG 15, 1994) o “Historic Buildings and Ancient Monuments Act” de 1953, o “Civic Amenities Act”, de 1967, o “Town and Planning Act” de 1971, o “National Heritage Act” de 1983, a “Circular 8/87” e o “Historic Buildings and Conservation Areas-Policy, Procedures and Planning” (“Listing Buildings in Conservation Areas”) Act de 1990” (Pickard, 2001, pp. 249).

Apesar dessa importante história, as áreas de protecção nem sempre figuram nos planos, embora sejam aconselhadas vivamente. Quando existem, os planos de salvaguarda são, por vezes, claramente descritivos, sem indicações sobre os procedimentos a seguir para proteger a paisagem e o desenho urbano, para realizar análises de contexto ou para favorecer o desenvolvimento da área. Por essa razão o sucesso das políticas de preservação, nos centros históricos do Reino Unido, ainda está muito por estabelecer, na medida em que as alterações da sua morfologia e da sua escala atingiram uma dimensão tão grande que coloca em causa a própria designação como áreas protegidas (Larkham, 1996, pp. 165-166). No entanto, existem também cidades, na Grã-Bretanha, com políticas coerentes como Bournemouth, Bristol, Cambridge ou Westminster.

Os Planos de Salvaguarda e Valorização (“Plan de Sauvegarde e mise en valeur”) franceses, por sua vez, são conhecidos pela qualidade na inventariação do património cultural. O Plano de Salvaguarda e Valorização do Património de Telc na República Checa seguiu esse modelo para o qual estabeleceu os fins mencionados no quadro 3.4.6 (Pickard, 2001, pp. 41-44).

Quadro 3.4.6 – Plano de Salvaguarda e Valorização do Património de Telc

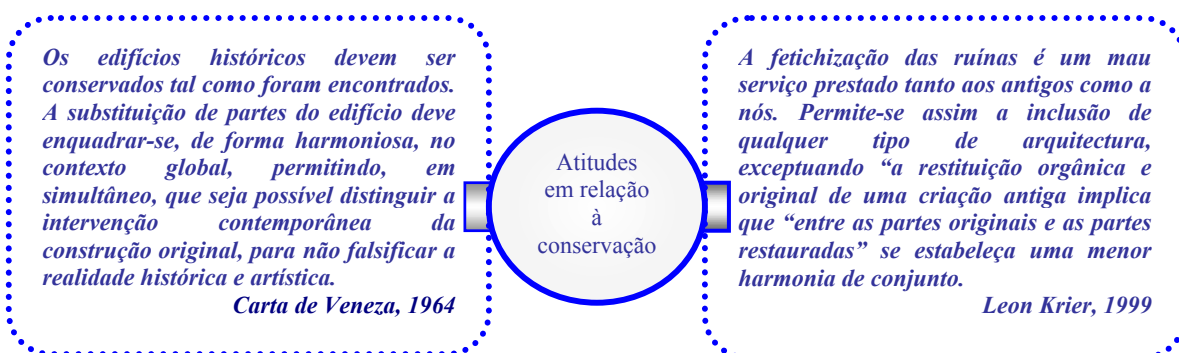
*Conservar os edifícios históricos.
Reintroduzir a função residencial.
Definir o regime de salvaguarda e valorização (conservação, restauro e modificações).
Regulamentar o desenho arquitectónico (novas construções e modificações nas existentes).
Normas para os novos edifícios, incluindo as regras de inserção no espaço circundante.*

O conjunto de regras estabelecidas contempla os procedimentos que maior impacto tem na regeneração dos centros históricos e que mais discussão teórica tem provocado (ver capítulo 2.3.4), porque se prendem com a manutenção de um equilíbrio, sempre precário, entre as funções de diversidade (económica e social), e os imperativos da manutenção de identidade. Os três níveis de actuação, que mais determinam a preservação e salvaguarda, dependem do modo com são abordadas as questões da conservação dos edifícios históricos, da inserção de novas peças arquitectónicas e da preservação do contexto do conjunto (Aguiar, Cabrita e Appleton, 1997, pp. 18).

No âmbito da actual mudança de paradigma, nas abordagens profissionais de intervenção, para conservação e reabilitação existe muita contradição, tensão e ambiguidade, na medida em que a citada alteração conduz a conflitos ideológicos, no desenho da cidade na produção do ambiente urbano.

A conservação dos edifícios ainda coloca, entre os especialistas, muitas questões teóricas e metodológicas, que os conduz à defesa de modelos de intervenção opostos. Essa situação é perceptível, sobretudo, no domínio das atitudes face ao restauro, à relação entre interior e exterior do edifício e à transformação do espaço exterior em interior. Os juízos dos especialistas, face ao restauro, continuam largamente marcados pelo pensamento do século XIX (ver ponto 1.2). Alguns investigadores consideram o restauro (ver quadro 3.4.7) falta de honestidade, porque impede a separação entre os elementos de origem e os que resultam dessa operação (Carta de Veneza in Strike, 1994, pp. 6), enquanto outros argumentam que essa atitude demonstra um inaceitável fascínio pelas ruínas, que deixa executar qualquer tipo de intervenção, excepto devolver o edifício à sua traça origem e, por consequência, à sua época (Krier, 1999, pp. 69-70).

Quadro 3.4.7 - A Conservação dos edifícios históricos em debate



Fonte: Carta de Veneza in Strike, 1994, pp.6; Krier, 1999, pp. 69-70

A oposição entre formalistas e anti formalistas também tem implicações profundas na possibilidade de reutilizar o edifício, na medida em que os primeiros apenas aceitam uma função que corresponda à forma, condenando todas as alterações de compatimentação, problema que transforma a desejável unidade entre interior e exterior, um dogma, que, curiosamente, constituía uma das preocupações do modernismo (Arnheim, 1988; Lamas, 1993; Lynch, 1972; Tiesdell, Oc e Heath, 1998).

Na cidade tradicional, assevera Lamas, a "fachada admitia graus de autonomia, em relação ao interior do edifício obedecendo às leis da simetria, repetição e equilíbrio, hierarquização e valorização de alguns elementos mais significativos (a porte principal, o andar nobre, o eixo de simetria e a parte central etc) evidentes nas arquitecturas eruditas e tantas vezes nas populares. Tais regras eram aplicadas em função de uma imagem exterior pretendida, a que, por vezes se

3 - O turismo como propiciador da regeneração urbana

subordinava o interior dos edifícios” (Lamas, 1993, pp. 96). No caso dos imóveis reabilitados para reutilização, quando o interior e exterior datam de períodos diferentes, desde que as realizações de cada uma das duas épocas se apresentem claramente expressas, o diálogo entre o novo e o antigo reforça a identidade de cada parte salientando, em simultâneo, as suas diferenças. A intervenção na Trinity Court, em Manchester, da autoria de Roger Stepheson, permite ver o interior moderno, projectado através da sua fachada histórica (Strike, 1994, pp.73), enquanto na Birzu Street, em Vilnius, os arquitectos Glemze e Romana Jaloveskas, deixaram que os vestígios dos imóveis anteriores fossem visíveis na fachada do novo edifício, fazendo assim convergir antiga e nova construção (Strike, 1994, pp. 75).

Esta questão da relação entre interior e exterior encontra-se no cerne da discussão dos argumentos a favor e contra a alteração da organização interna do edifício com manutenção apenas da fachada (Strike, 1994, pp. 74).

O fachadismo e a sua solução mais radical - a réplica da fachada - só devem de ser utilizadas em último lugar, na opinião de Punter e Carmona. Em algumas cidades do Reino Unido, como Westminster, o plano da área de salvaguarda, para além de uma política muito detalhada, em relação às situações em que é permitido demolir o edifício, que passa por uma análise do seu estado geral de conservação e da importância contextual, restringe-se também as demolições por detrás das fachadas (Punter e Carmona, 1997, pp. 287).

A intervenção arquitectónica num local histórico pode também transformar um espaço exterior (pátio, claustro, rua, largo, logradouro), em novos compartimentos ou em novos espaços de circulação, o que facilita a sua adequação a novas actividades, questão que também não reúne consenso, havendo autores que reprovam esse procedimento. O centro comercial, no Vitória Quarter, em Leeds, da autoria de Derek Latham, utilizou o espaço da rua, recorrendo à inclusão de uma cobertura de metal e vidro, sem com isso afectar o conjunto edificado (Strike, 1994, pp. 77 e 82-83).

As tensões mais notáveis ocorrem, porém entre a retenção das estruturas existentes e a alteração introduzida pela nova peça arquitectónica. A introdução de nova construção, nos centros históricos, que os planos de preservação e salvaguarda procuram regular, obriga a acomodar novos elementos e exige o estabelecimento de uma relação interactiva entre a nova peça, os edifícios antigos e o espaço, afinidade complexa e nem sempre fácil de concretizar (Strike, 1994, pp. 51).

Mesmo quando as intervenções são reduzidas, o dilema é grande porque, por vezes é complicado decidir pelo apagamento ou pelo destacamento da nova peça, em relação ao resto do conjunto. Se concebermos o bairro histórico como um testemunho da passagem do tempo, para as gerações futuras, então a nossa sociedade deve deixar outros, da nossa época, para que o processo prossiga. Esse testemunho pode assumir um carácter forte, porque nas sociedades

pluralistas e inovadoras existe uma real necessidade de dar espaço ao pensamento divergente, ao pensamento lateral, aos esquemas contra as normas comuns, desde que se integre no contexto geral. Um número substancial de imóveis, contudo, demonstra um certo conservadorismo, que se manifesta numa presença discreta, por vezes camuflada, através da construção de muros ou mesmo oculta, com o recurso a edificações subterrâneas (Strike, 1994, pp.82-83).

As normas elaboradas, em relação à introdução de novas peças arquitectónicas, nos centros históricos, reflectem as opções tomadas, em termos de planeamento, quanto ao desenho urbano e arquitectónico, à manutenção da morfologia e da tipologia às relações do edifício com o espaço não construído (ver ponto 2.3.4). Os exemplos de Wareham e de Worcester demonstram que as decisões podem ter carácter oposto sem implicar perda de qualidade. A política de Wareham, no Essex, estabeleceu regras, no sentido de banir todo o novo empreendimento que afectasse a morfologia da cidade, só sendo aceites se cumprissem os preceitos estipulados (Punter e Carmona, 1997, pp. 279). Em Worcester a absorção dos conceitos da arquitectura pós-moderna revela-se na utilização ecléctica de elementos da arquitectura clássica e vernácula, com outros modernos, sem chegarem a ser a simples reprodução de qualquer estilo histórico (Vilagrà e Larkham, 1992, pp. 11-12).

A nova peça pode ser imaginada, de forma a lembrar ao observador outro edifício, através de convergências entre o antigo e o novo, que resultam da utilização da percepção para fazer associações, tanto ao nível cognitivo como intuitivo, como dum misto de pensamentos, sentimentos e recordações. O tipo de construção, o seu sistema estrutural, os detalhes, os materiais, tudo enfim contribui para a forma como é lido. A Tate Gallery, na Albert Dock, em Liverpool, da autoria de James Strirling e Michel Wilford Associates utiliza um detalhe de “lettering”, que reflecte a natureza industrial do edifício original, da mesma forma que as lojas de Tobacco Dock, em Londres, salientam através do mesmo recurso a natureza industrial do imóvel (Strike, 1991, pp. 33 e 115).

Jonathan Miller (Miller, 1989, in Strike, 1994, pp. 34) identifica dois tipos de imagens visuais que divide em determinadas e indeterminadas. As imagens determinadas são suscitadas, pelo filme e pela fotografia, porque são sempre geradas por objectos físicos. As imagens indeterminadas são provocadas pela literatura, suportam a nossa interpretação visual ao sugerir a situação, sem referências concretas aos objectos. Em arquitectura toda a alusão à relação entre o edifício novo e o bairro histórico está inserida na obra e pode ter um maior ou menor grau de determinação. A ligação entre o edifício novo e o antigo é sempre mais intensa se menos determinada e pode ser estabelecida através da assimilação e da transição.

A assimilação baseia-se em referências à forma, à proporção, à integração no local, à morfologia, à relação entre o edifício original e a nova construção (Strike, 1994, pp. 34, 42-43). Numa das

3 - O turismo como propiciador da regeneração urbana

moradias da Abraham Lincoln Strasse, em Weimar, da autoria de Bernhard Bael, o arquitecto utiliza a assimilação, que está expressa na repetição, a três dimensões da geometria de rectângulos entrelaçados da sua planta. Ou a Igreja de Christian IV, em Koldinghaus, na Dinamarca, de Johannes Exner, em que o novo sistema de iluminação replica a antiga abóbada de ogivas (Strike, 96-97).

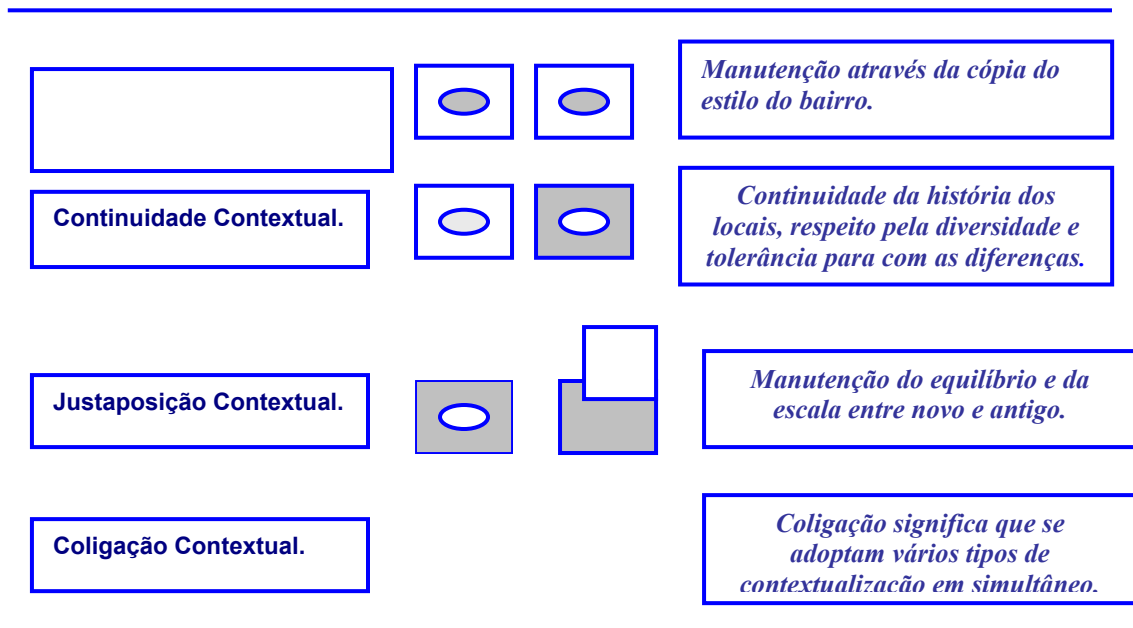
A transição consiste na cópia do tecido urbano, seguida, de algum modo, da sua modificação, que pode ser introduzida no grau de replicação o que significa que uma característica específica é assimilada pelo novo projecto, mas graduada na sua intensidade, a qual decresce, até quase desaparecer da fachada, à medida que se afaste do edifício histórico que o inspirou. A ala Sinsbury, da National Gallery, no Trafalgar Square, utiliza este tipo de transição, na medida em que os ligamentos da fachada original são repetidos, de forma gradual, na nova ala (Strike, 1994, pp.96-109).

No caso das novas construções inseridas no tecido antigo, defende-se muito vulgarmente, que estas devem utilizar os materiais locais condição que, por si só, não garante a qualidade do novo imóvel, podendo o neo-vernáculo conduzir ao pastiche. No entanto os materiais tradicionais ainda desempenham um papel importante na construção actual devido ao clima e a geologia específica, pelo que a resposta regional deve de ser encorajada, embora o autor do projecto deva saber responder ao desafio de encontrar uma nova síntese para os elementos extraídos da tradição local. O arquitecto, de acordo com as suas convicções, é livre de imitar, interpretar ou ignorar a tradição e, através das suas decisões intervir de forma decisiva na manutenção da harmonia contextual, ou seja, a “criação de uma visão integrada – mas não necessariamente homogénea” do conjunto (Brolin, 1980, pp.16).

A abordagem contextualista (ver quadro 3.4.8) defendida pelos arquitectos europeus e americanos que estudaram os centros históricos (ver ponto 2.3.4) é um elemento essencial para o urbanista que deseje criar uma forma unificada de espaço público (Moughtin, 1992, pp. 31).

No Reino Unido o English Heritage, aconselha que os planos devem incluir uma política que obrigue o novo edifício a integrar-se no contexto, em termos de volume, escala, forma, materiais e qualidade (EH; 1993, in Punter e Carmona, 1997, pp. 284). A política de Bristol em relação aos novos edifícios, construídos nas áreas de conservação, admite um desenho urbano e arquitectónico misto, regulamenta o ritmo e a escala da fachada, os materiais a utilizar, a disposição dos telhados e fenestração, de forma a integrar-se no conjunto de edifícios circundantes. A própria PPG 15 esclarece que o respeito pelo contexto não significa cópia. Embora a compatibilidade e a conformidade sejam indispensáveis a variedade arquitectónica é muito desejável, porque pode representar o elemento mais distintivo de uma dada área. (DoE, 1987, in Punter e Carmona, 1997, pp. 284).

Quadro 3.4.8 - Modelos de contextualismo



Fonte: Elaboração própria a partir de Arnheim, 1977, pp. 50; Rogers, 1988, pp. 875; Tiesdell, Oc, Heath, 1998 pp. 190; Turner, 1996, pp.10

Alguns bairros históricos possuem uma relativa coerência e homogeneidade arquitectónica, a qual resulta de uma grande concentração da construção numa determinada época, ou de necessidades funcionais específicas, combinadas com as restrições impostas pelos materiais à disposição e pelas técnicas conhecidas na região as quais imprimiam aos seus edifícios uma identidade regional muito forte. As condicionantes metodológicas e técnicas da construção tradicional deram origem a uma grande uniformidade de escala.

O modelo designado por uniformidade contextual (ver quadro 3.4.8), inspira-se em Ruskin, que não concordava com qualquer mudança nos edifícios históricos porque, defendia o referido investigador, não temos o direito de o fazer, uma vez que eles não nos pertencem, mas sim a quem os construiu e às futuras gerações. Os seus seguidores, grande parte deles pertencentes aos movimentos pela conservação mais radicais, aprovam a sua manutenção, através da cópia do estilo do bairro (ver ponto 1.2). Um dos perigos deste procedimento é a transformação do novo imóvel num pastiche, ao desligar o estilo do edifício da época da sua construção retirando, simultaneamente, a possibilidade de adicionar valor a projecto, através da introdução de formas contemporâneas de qualidade. O parque de automóveis de Lace Market, em Nottingham, que se limita a imitar o estilo dos edifícios existentes na zona, corresponde às aspirações da uniformidade contextual, inspirada em Ruskin (Tiesdell, Oc, Heath, 1998, pp. 188).

Rogers (Rogers, 1988, pp. 875) defende que a harmonia do conjunto pode ser atingida através da justaposição de edifícios, de várias épocas, cada um deles expressando o seu tempo. Para que os

3 - O turismo como propiciador da regeneração urbana

novos edifícios se enquadrem, de forma coerente, no contexto homogéneo, devem manter a escala e o equilíbrio entre o novo e o antigo, permitindo assim a continuidade visual.

Esta forma de actuação tem vindo a ser implementada em Tower Bridge, Southwark, na Grã Bretanha, porque ela contou com a participação de importantes empresas de construção e arquitectos esclarecidos, o que possibilita ilustrar o que se entende por uma área de conservação excitante, sob o ponto de vista arquitectónico, embora enobrecida. As autoridades locais britânicas demonstraram interesse que, na área protegida fosse introduzida nova arquitectura, contemporânea, imaginativa e restringida a zonas sem uniformidade estilística. Em East Lyndsey os responsáveis locais definiram o carácter e os estilos dominantes, mas afirmavam textualmente “não desejar afogar a criatividade”. (Punter e Carmona, 1997, pp. 286).

A justaposição contextual foi utilizada no caso do Centro Pompidou, em relação ao bairro histórico do Marais e no do Lloyds Building, em relação à City de Londres, sem descurar o equilíbrio entre o novo e o antigo (Tiesdell, Oc e Heath, 1998, pp.190).

Sem a suficiente atenção ao todo, a justaposição contextual, pode criar um ambiente destrutivo para os monumentos, ao sufocar os edifícios mais neutros, que asseguram o efeito de justaposição (ver quadro 3.4.8). Ou, dito por outras palavras, o padrão complexo que reúne elementos de diferentes tamanhos e formas, com direcções cores e texturas variadas, na mesma estrutura, dá origem a um todo com base numa multidão de partes mais ou menos independentes (Arnheim, 1977, pp. 150). Por essa razão uma organização desta natureza pode desintegrar-se com facilidade como mencionámos no ponto 2.3.4 quando referimos o modelo de Atenas.

A opção designada por continuidade contextual (ver quadro 3.4.8) é a que mais se aproxima dos valores da sociedade contemporânea, que se preocupa com a continuidade da história dos locais e das cidades e aposta no respeito pela diversidade, expressa através de uma maior tolerância para com as diferenças e as localidades. Este tipo de estrutura exige, porém “uma base sólida” que possa tolerar “uma certa quantidade de desvio sem que corra perigo” (Arnheim, 1988, pp. 150).

Em Wardsworth as normas sublinham que a nova peça de arquitectura é aceitável onde não prevalece um desenho urbano uniforme, embora cada nova construção deva respeitar a qualidade do estilo dominante na cidade. Da mesma forma se expressa em Warwick o desejo de que a nova arquitectura se enquadre com o estilo do período da regência, no centro da cidade, enquanto noutros locais admite nova arquitectura (Punter e Carmona, 1997, pp. 286).

3.4.5 - Preservação da Identidade e gestão de tráfego nos centros históricos

A abordagem contextual corrige também o mau tratamento dado às ruas e aos largos, pela sua ocupação, pelo automóvel, parado ou em movimento, que não deixa espaço ao peão. Um espaço

público à escala do peão exige, porém que sejam incentivadas formas de transporte alternativas, como a bicicleta e os transportes públicos (Riverside, 1999, pp. 282).

O Strass Plan de Estrasburgo, em França, constitui um exemplo desta nova forma de actuar. Em 1992 os responsáveis locais resolveram aumentar a eficiência ambiental e o seu sistema de transportes públicos, reconhecendo a necessidade de fazer um melhor uso do seu rico património, de melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos e dos turistas resolveram libertar o centro da cidade de um tráfego congestionado e promover uma maior utilização do transporte público, da bicicleta e da deslocação a pé.

Em muitas zonas do centro, ruas e praças, foram embelezadas. A Place Kléber, antes dominada pelo tráfego rodoviário e agora coração de uma área pedonal que liga à catedral e à zona da “Petite France” que se estende por 2,8 hectares, com novo mobiliário urbano e espaço público. A rede de percursos para bicicleta atinge 106 quilómetros, com locais de aluguer e de estacionamento, pelo que cerca de 15% da população utiliza a bicicleta, esperando-se que atinja um total de 25%. Foi introduzida também uma rede de eléctricos que proporcionou o acesso aos subúrbios e às cidades vizinhas a partir do centro histórico e que transporta 60000 pessoas por dia, rede que se liga, por sua vez à de autocarros. Esta remodelação dos transportes permitiu o aumento da oferta em 30%. O plano estende-se muito para lá dos limites da cidade uma vez que ela se encontra também ligada à rede europeia de comboios de alta velocidade (Riverside, 1999, pp. 89).

A alteração das regras de tráfego, nos centros históricos, por sua vez, dá visibilidade às políticas de arte pública, que envolvem um grande número de projectos da escultura à sinalização, do mobiliário urbano ao calçetamento (Punter e Carmona, 1997, pp. 177). Estas intervenções, que enriquecem o espaço público e o meio construído, acompanham por regra, a regeneração dos centros históricos, oferecem trabalho aos artistas, ajudam a manter uma imagem de exclusividade e sofisticação da cidade (Roberts e Marsh, 1995, pp.189).

Os centros históricos que se distinguem pelo seu carácter único, pelas razões evocadas ao longo desta pesquisa, são uma combinação de espaços, actividades e pessoas, geradores de significados simbólicos, verdadeiras narrativas espaciais, que podem ser objecto de interpretação.

3.4.6 - Função de identidade e interpretação

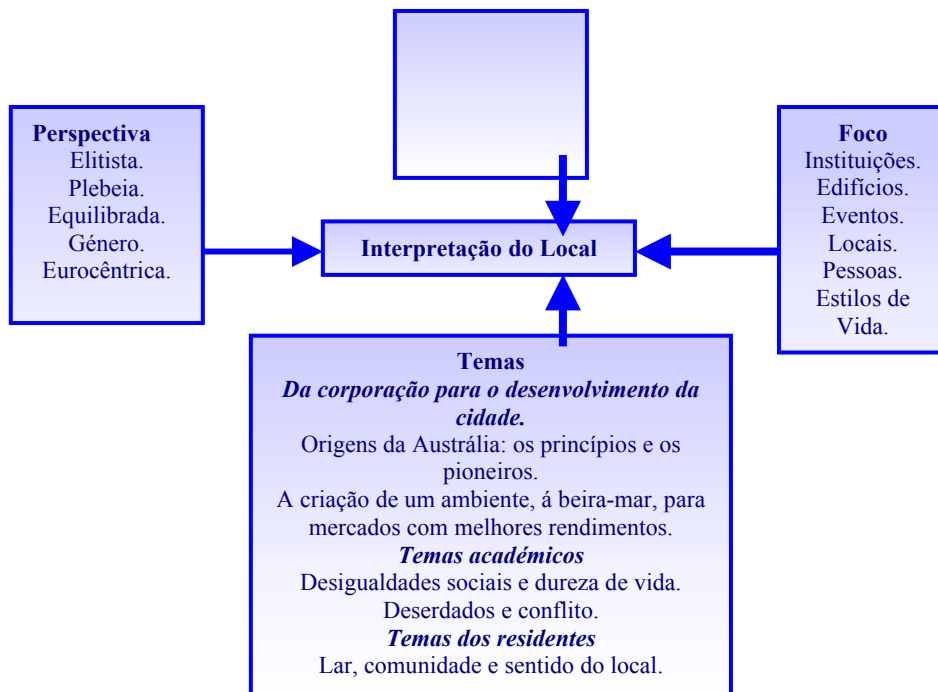
A interpretação é um processo que tem por objectivo reavivar a memória para estabelecer laços entre as pessoas e os locais. Dessa forma interpretação pode ser definida como um método que permite comunicar o significado do local, para melhorar a fruição, favorecer a compreensão da importância e o desenvolvimento de uma atitude positiva para com a sua preservação. A interpretação surge assim como uma forma de incutir no visitante (residente, ou turista), não só o significado do local, com base no meio construído, mas também o de cuidado com o local. O desenvolvimento deste sentimento de cautela incrementa no visitante o desejo de contribuir para a preservação, do sítio que se visita e de todos os locais semelhantes do planeta (Stward, Bronwyn, Hayward e Devlin, 1998, pp. 257-258). A ponderação da interpretação, nesta pesquisa, tem como

3 - O turismo como propiciador da regeneração urbana

objectivo analisar as implicações da criação de um plano de interpretação para a cidade de Faro, de modo a servir os interesses de residentes e visitantes.

O desenvolvimento de um processo de interpretação nos centros históricos envolve benefícios múltiplos, embora os principais se prendam com direitos de cidadania e com envolvimento da população residente na regeneração. Um conhecimento mais profundo do seu valor histórico e cultural por parte da população facilita a colaboração, embora se devam evitar os perigos de uma interpretação excessiva, elitista ou inteiramente vocacionada para o turismo (Bramwell e Lane, 1993, pp. 71-80).

Quadro 3.4.9 - Representações de Sydney em competição



Fonte: Waitt, 2000, pp. 837

O caso estudado por Stward, Bronwyn, Hayward e Devlin, em Mount Cook National Park, na Nova Zelândia, demonstra a importância da adopção de um modelo de interpretação que incremente o desejo de protecção. Os visitantes não tinham tempo para desenvolver uma relação profunda, um espírito de cuidado com o local, mas esta preocupação foi inculcada através da interpretação. Naquele parque os visitantes entravam sem qualquer convicção sólida sobre necessidade de preservar o parque e abandonavam-no com um elevado apreço pela sua preservação (Stward, Bronwyn, Hayward e Devlin, 1998, pp. 264).

A interpretação dos locais patrimoniais, como os centros históricos, passa por uma boa definição do tema ou temas, que podem estar implícitos na avaliação do significado do local. O tratamento de um tema é apenas uma forma, entre muitas possíveis, de contar uma história, porque não existem verdades absolutas, apenas muitas formas fragmentadas de historiar o mesmo acontecimento. A qualidade da investigação prévia, em termos de profundidade, ajuda à definição de uma gama variada de temas e histórias, diversidade que favorece a multiplicidade de meios a utilizar na sua interpretação, desde as simulações em computador e visitas guiadas por receptores pessoais, às experiências que incluem sons e cheiros (Uzzell, 1994, pp. 296-299).

A escolha de temas não pode ignorar, porém, as sugestões dos vários grupos interessados. Em Sydney, na Austrália, a variedade de propostas para o tratamento do passado de The Rock, revela, as múltiplas interpretações a que o património está sujeito, de acordo com os interesses de grupos específicos, como se pode constatar no quadro 3.4.9. Neste caso, porém, foram os interesses e o poder municipal que acabaram por se impor a todos os outros (Tunbridge, 1998, pp.102).

A atitude da autarquia australiana pode, contudo vir a dar lugar a conflitos entre a instituição e os grupos de pessoas com motivações divergentes das suas. Os autores do plano de interpretação da cidade não podem deixar de ser sensíveis a esta nova realidade, se não quiserem enfrentar uma contestação aberta e permanente, por parte de alguns grupos interessados, embora a citada consideração se revele, por vezes, claramente insuficiente. O Canadá tem vindo a desenvolver uma política multicultural, desde 1972, embora só tenha carácter oficial desde 1982, com a sua inserção na constituição. Apesar do documento fundamental da nação exigir que sejam respeitadas todas as culturas do país essa disposição não impede a manifestações de conflitos (Tunbridge, 1998, pp. 102).

O caso de Otava

A cidade de Otava, capital do Canadá, foi obrigada a respeitar, ainda com maior rigor essa normativa, pelo que a interpretação do património, ultrapassa as suas raízes inglesas e francesas para acentuar o papel de todos grupos étnicos que deram a sua contribuição para o património da cidade. Esta nova visão multicultural tem a ver com os valores da pós-modernidade, que se expressam também na queda de barreiras entre as culturas dominadas e dominantes, assunto que se abordou no capítulo 2.1. O processo não decorreu sem algumas contradições, pois se por um lado é contestada pelos grupos nacionalistas francófonos que se sentem ameaçados e desejam assegurar a sua sobrevivência, por outro, também o tem vindo a ser pelos representantes das culturas dominadas, muitas vezes sob a forma de conflito de interesses, como aconteceu com os aborígenes que desejam um centro sócio cultural num espaço de grande significado para os índios. Embora esta imagem diversa dos bairros étnicos de cidade contribua para uma maior atracção turística as dissonâncias aparecem de vez em quando.

3 - O turismo como propiciador da regeneração urbana

Quadro 3.4.10 – Tipos de Interpretação

Formas de informação	Interpretação Pessoal – <i>Permite contactos activos cara a cara entre o intérprete e as pessoas. Tielden afirmava ser “a melhor forma de interpretação, a mais desejável e a mais adequada ao tempo disponível dos visitantes” (Tielden, 1987, in Risk, pp. 320).</i>	Interpretação não pessoal – <i>envolve toda a interpretação que dispensa a presença do intérprete.</i>
Meios de interpretação	<i>Interpretação Formal. Interpretação Informal. Interpretação de circuitos. “Role playing” na primeira ou na terceira pessoa. Demonstração. Actividades conduzidas.</i>	<i>Palavra Impressa – etiquetas, legendas e painéis. Palavra gravada – comentários e descrições. Imagens – paradas projectadas, em movimento, modelos de pequena ou grande dimensão, com ou sem movimento, figuras animadas, hologramas, imagens a laser. Mistos – espectáculos de luz e som Publicações – informativas, guiam, mapas.</i>

Fonte: Elaboração própria a partir de Risk, 1994, pp. 320-330; Velarde e Allen, 1994, pp. 338-346

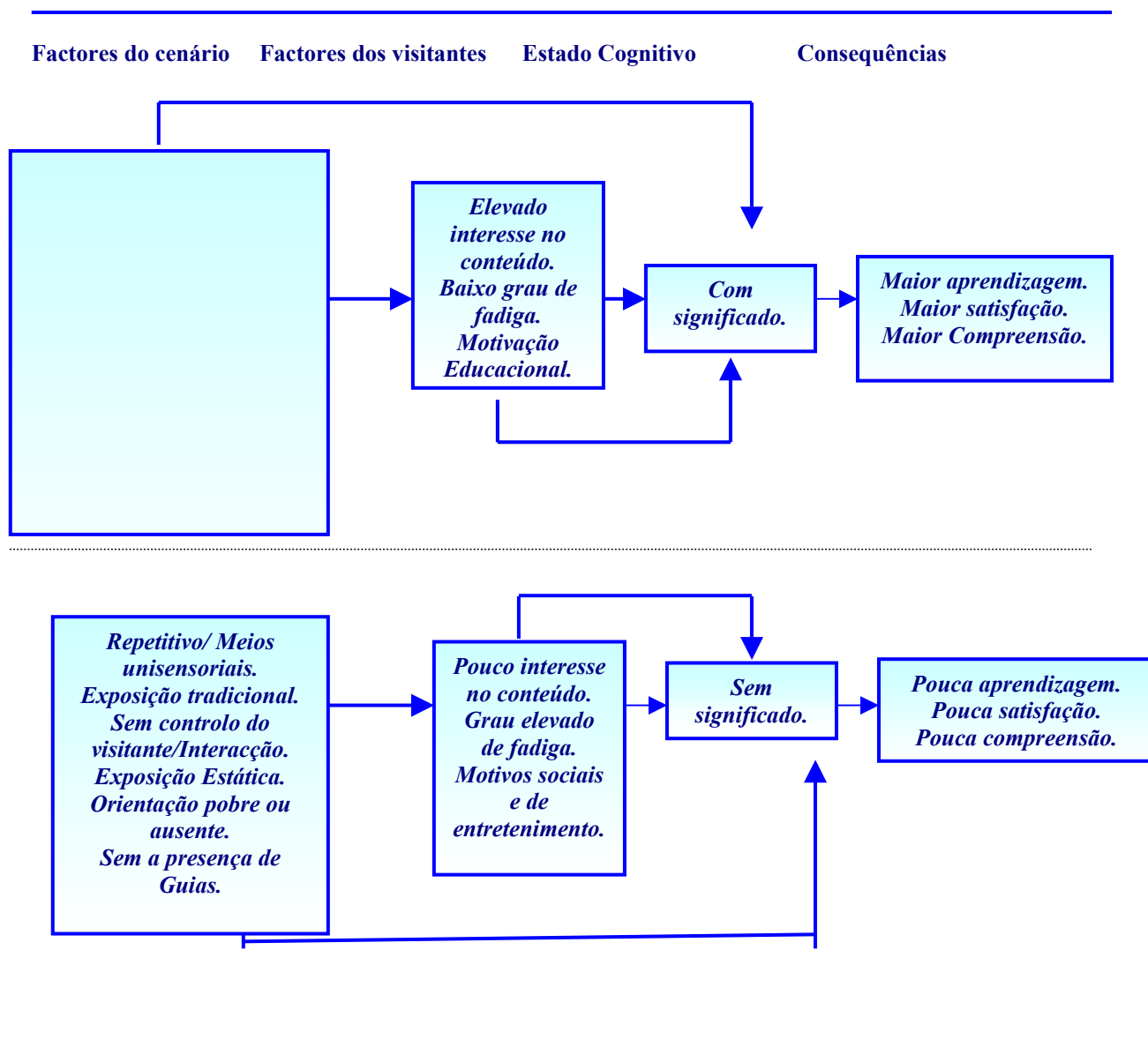
A interpretação de um local ou conjunto histórico pode ser feita de modo pessoal e não pessoal. A caracterização destes modos distintos e a indicação dos meios de utilização encontram-se indicados de forma sucinta no quadro 3.4.10 (Risk, 1994, pp. 320).

Quadro 3.4.11 - Motivações dos visitantes culturais e estratégias de interpretação

visita ao local de património	Tipo de abordagem da interpretação	Exemplos
Aprendizagem formal.	Interpretação e apresentação do local, guias com curso; ênfase na autenticidade.	Painéis de Interpretação, guias especializadas em património, iluminação discreta.
Curiosidade, Aprendizagem informal.	Interpretação simples, desenvolvimento de outras actividades.	Sinalização, gestão dos fluxos de visitantes, exposições temáticas evocativas de um período artístico, lembranças significativas do local de património.
Entretenimento, Prazer.	Desenvolvimento das oportunidades comerciais do local.	Actividades temáticas e restaurantes, facilidades de retalho e de restauração, programas de exposições e eventos para atrair visitantes.

Os resultados do aproveitamento de cada modo de interpretação ainda se revelam, frequentemente, inconclusivos. O estudo de Walter, sobre a experiência turística com guias electrónicos, no Museu Romano de Bath, concluiu que os visitantes acabam por ter experiências turísticas mais privadas, interagem menos com as pessoas e com os objectos expostos (Walter, 1996, pp. 241), enquanto a investigação realizada por Ryan e Dewar, 1995, no Louisbourg National Historic Park, Nova Escócia, comprovou que o contacto pessoal com o guia não evitou que, ao fim de seis meses, os visitantes pouco ou nada recordassem da informação comunicada (Ryan e Dewar, 1995, pp.300).

Quadro 3.4.12 - Modelo de avaliação das estratégias de interpretação



Fonte: Moscardo, 1996, pp.391

3 - O turismo como propiciador da regeneração urbana

A interpretação deve, pelos motivos evocados, constituir tanto para os responsáveis pelo património, como para os interessados no desenvolvimento do turismo (Cooper, 1991, pp. 226; Moscardo, 1996, pp. 376) uma preocupação, na medida que desempenha um papel central na satisfação com a visita realizada (ver quadro 3.4.10). No entanto o envolvimento quer dos residentes, quer dos turistas com a cultura é muito variável, implicando que a experiência pode ter um carácter estritamente cultural (ver quadro 3.4.11), ou estar mais próxima de formas de entretenimento (ver ponto 2.5). Os gestores de museus e monumentos devem, por esse motivo oferecer programas que satisfaçam os vários tipos de públicos (Drumond e Yeoman, 2001, pp.84).

A intensidade da relação entre os visitantes e a cultura, determinou o surgimento de dois tipos de interpretação que proporcionam um maior ou menor controlo sobre a experiência vivida. Moscardo elaborou um modelo do comportamento dos visitantes de locais patrimoniais, apoiado no cenário e nos visitantes (ver quadro 3.4.12). A avaliação da influência do cenário no comportamento dos visitantes incluía o modelo de exposição das peças, das visitas guiadas, da sinalização, dos mapas, dos guias, das brochuras e dos passeios a pé. O papel do visitante na definição desse comportamento exigia a apreciação da familiaridade com o local, com o património em geral e da motivação para a visita (Moscardo, 1996, pp. 380).

Quanto ao cenário foi possível concluir que visitas repetitivas, modelos de exposição e sinalização tradicional, desenho da visita que retire ao utilizador o controlo da informação, exposições estáticas e inanimadas, conduzem a uma experiência insatisfatória, enquanto a variedade de meios de exposição, incluindo os que apelam aos sentidos, conteúdos relevantes, interpretados e expostos de modo inesperado e surpreendente, são muito apreciados. A hipótese de colocar questões controlando assim a informação que recebe (mais comuns nas visitas ou exposições participativas e interactivas), as exposições dinâmicas ou animadas, os circuitos que põem o visitante em contacto com os objectos são estratégias, igualmente apreciadas (Moscardo, 1996, pp. 381). O modelo de Moscardo foi testado por um grupo de investigadores ao barco Discovery, de Dundee, e verificou que ele se adequava a esse caso específico (Prentice, Guerin e McGugan, 1998, pp. 19).

A avaliação feita por Moscardo é compatível com o conceito de turismo criativo de Richards e Raymond, mencionado no ponto 2.5.1 porque “oferece ao visitante a oportunidade de desenvolver o seu potencial criativo através de uma participação activa em experiências que são características do local de destino” (Richards e Raymond, 2000 in Richards, 2000, pp. 65).

As necessidades dos deficientes devem estar contempladas no plano de interpretação (ver quadro 3.3.13). O English Tourist Board, em 2000, publicou um documento intitulado “People with Disabilities and Holiday Taking”, em que sublinha a importância de oferecer aos deficientes condições que os incite a participar na prática do turismo, situação que exige uma melhor preparação do meio ambiente, mas também de pessoal com formação para lidar com as várias situações que contribuem para a qualidade da experiência turística. (ETB; 2000). A OMT, Organização Mundial de Turismo, por seu lado, tinha emitido, em 1990, um documento denominado “Protecção dos Turistas Deficientes” da autoria da Comissão de Técnicos de Segurança e Protecção de Turistas e de Instalações Turísticas, que defendia ser urgente oferecer um tipo de interpretação do património adequada aos turistas com necessidades especiais (OMT, 1990, pp. 10-11).

Quadro 3.4.13 – Interpretação para visitantes com necessidades especiais

<u>Deficiência</u>	<u>Necessidades especiais</u>
<i>Pessoas em cadeira de rodas.</i>	<i>Espaço suficiente para a cadeira de rodas. Expositores que se podem ver e ler da cadeira de rodas.</i>
<i>Pessoas cegas ou com visão parcial.</i>	<i>Visitas guiadas pessoais e não pessoais (áudio tour). Sempre que possível proporcionar a oportunidade dos cegos tocarem nos objectos. Iluminação que contemple as necessidades dos que possuem apenas visão parcial. Ausência de barreiras que limitem a mobilidade.</i>
<i>Pessoas surdas e com audição parcial.</i>	<i>Material adicional de leitura e visitas guiadas para os surdos.</i>
<i>Pessoas idosas ou com pouca mobilidade.</i>	<i>Locais para as pessoas mais velhas ou com menos mobilidade fazerem uma pausa.</i>
<i>Pessoas com dificuldades de aprendizagem.</i>	<i>Áudio visita que utilize uma linguagem apropriada ao quadro conceptual e à experiência do visitante.</i>

Fonte: Elaboração própria a partir de Harrison, 1994, pp.318 e Cox, 1994, pp. 353-54

A reposição da diversidade e da identidade determina a evolução da qualidade de vida dos habitantes dos centros históricos. A regeneração tem, por esse motivo um papel fundamental no sucesso do incremento da função turística, como procuramos comprovar no capítulo 3.5

3.5 - A função turística do centro da cidade

A realização de um ponto sobre a função turística da cidade, que contemplasse a análise dos componentes do produto, em que se salientasse o papel decisivo das atracções e a valorização do seu aproveitamento turístico, desempenha um papel de grande relevo não só no estabelecimento da relação entre turismo e regeneração dos centros históricos como na defesa da implementação de um processo holístico que integre a gestão e salvaguarda do património com o desenvolvimento do turismo.

O processo de formação de “clusters” de visita, de acordo com os orçamentos temporais dos turistas e a sua relação com o Complexo da Cultura e do Entretenimento, ou as indústrias ACE (Artes, Cultura e Entretenimento), salientam a necessidade de conhecer tanto as condições e restrições da oferta e os anseios dos residentes, como as necessidades da procura, com o objectivo de verificar se são conciliáveis. Este esclarecimento prepara a avaliação do importante papel desempenhado pelos bairros culturais, com centros culturais e turísticos que favorecem a regeneração dos bairros antigos, tema que se trata no ponto 3.6.

A abordagem deste conjunto de temas possibilita uma reflexão mais aprofundada sobre o caso de Faro e dos procedimentos necessários para elaborar uma oferta turística de qualidade.

As cidades são atracções turísticas por excelência, porque muitos dos turistas provêm de meios urbanos, como é fácil comprovar, com o auxílio de dados estatísticos. A razão dessa visita prende-se com o grande número de oportunidades de lazer e culturais que podem ser desenvolvidas pelos visitantes.

A zona mais antiga é, de um modo geral, a mais visitada nas cidades que têm sabido manter as suas funções múltiplas e nas que a procuram recuperar, através de processos de regeneração urbana (ver ponto 3.2). A cidade velha concentra, num espaço relativamente pequeno todo um espectro de serviços, que podem ser partilhados com os visitantes (ver ponto 3.4.2). O centro histórico, embora seja um conceito em si, separável da concepção de cidade turística, na realidade é cada vez mais notório, através dos estudos realizados, que se encontram intimamente associados na medida em que a “procura turística define a cidade histórica da mesma forma que a cidade turística se pode delimitar, em parte, em termos de localização das atracções históricas” (Ashworth, 1990, pp. 71). Deste modo, embora a cidade turística e a cidade histórica se tenham desenvolvido de forma independente, nos nossos dias, a cidade histórica depende, de forma muito acentuada, das práticas dos turistas. A cidade turística não possui, na verdade, características extraordinárias, nem sequer uma área homogénea e exclusiva, de características mono funcionais. Ela é antes um modelo de grupos de “clusters” espaciais e de associações funcionais

que ligam a actividade turística com a cidade em geral, permitindo que a cidade turística valorize a histórica. Este agregado pode mesmo ser definido de “forma restrita como um conjunto de oportunidades, a que os turistas têm acesso, incluindo um conjunto de elementos nucleares elementos secundários e “facilities” de suporte que acrescentam valor à experiência turística” (Jansen Verbeke, 1998, pp. 99).

Os visitantes deslocam-se à cidade, de um modo geral, com a intenção de visitar as suas atracções, os seus recursos primários em termos turísticos, mas, embora seja essa a sua motivação principal, não deixam de utilizar restaurantes, lojas de recordações e outros serviços. Acontece mesmo que o pretexto da visita se prenda com as suas atracções primárias e os turistas acabem por passar a maior parte do seu tempo e dinheiro nas secundárias (Ashworth, 1990, pp. 58). Jansen Verbeke construiu o conceito de espectro de oportunidades do turismo urbano, o qual “abrange um grupo de elementos nucleares que exercem um profundo efeito de sedução sobre os turistas e inclui, para além dos monumentos e complexos com significado histórico e patrimonial, museus, eventos, teatros e um conjunto de elementos secundários que adicionam valor à experiência turística como pubs, restaurantes, mercados de rua, lojas” (Jansen Verbeke, 1998, pp. 98). Os factores que desempenham um papel mais importante no desenvolvimento de um espectro de oportunidades abarcam, de acordo com Jansen Verbeke, os elementos que se mencionam no quadro 3.5.1.

Quadro 3.5.1 – Factores que facilitam o desenvolvimento do espectro de oportunidades

<i>Acessibilidade à área de destino.</i>
<i>Possibilidade de escolha de uma gama muito diversificada de actividades que vão ao encontro das preferências dos turistas.</i>
<i>Combinação de actividades dentro dos limites dos seus orçamentos temporais.</i>
<i>Desenho de cidade de modo a transformar as redes de percursos que os ligam em zonas interessantes e bem cuidadas.</i>
<i>Sinergia funcional entre as várias “facilities” urbanas.</i>

Num contexto do novo paradigma urbano, em que os centros históricos abandonados ou degradados têm vindo a ser objecto de operações de regeneração, os recursos culturais e patrimoniais foram transformados em atracções turísticas, através de parcerias, sensíveis aos vários interesses em jogo (ver ponto 3.2). Muitos locais antes considerados desinteressantes transformaram-se em centros de grande atracção, verdadeiras capitais do turismo porque, para fins turísticos e de lazer, qualquer cidade pode ser uma cidade histórica, desde que exista o saber

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

e a experiência para captar os fluxos de visitantes e melhorar a qualidade de vida dos seus residentes.

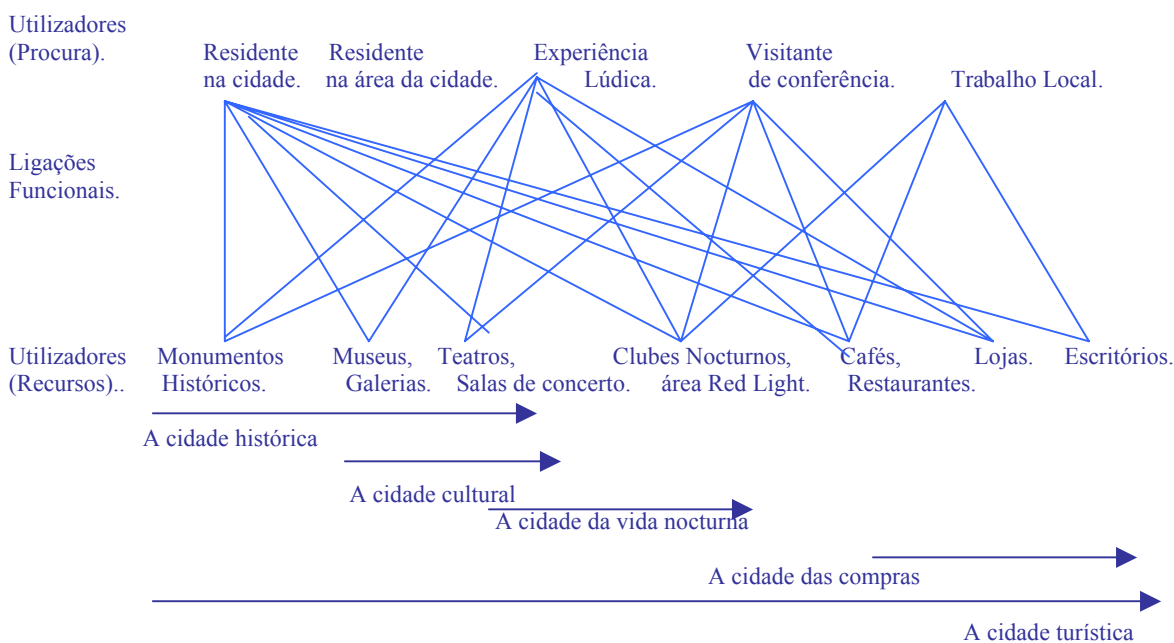
O caso de Otava

A cidade de Otava, no Canadá, possui um clima agreste, um património modesto, um ambiente físico agradável, embora sem nada de excepcional, em termos nacionais. Um cenário histórico com elementos distintos, mas fraco em termos internacionais e um ambiente cultural cujo poder de atracção, em 1960 não ultrapassava a captação de visitantes de Toronto ou de Montreal. Durante os últimos trinta anos, porém, foi objecto de planeamento, gestão e marketing, que a transformou num destino turístico de sucesso.

Fonte: Tunbridge, 1998, pp. 102

Os centros históricos necessitam recuperar, como se afirmou no ponto 3.4.2 a multi-funcionalidade (ver quadro 3.5.2) que os caracterizou até ao início do século XX, porque o turismo é, apenas, mais uma dimensão das funções existentes no meio urbano (Ashworth e Tunbridge, 1990, pp. 90; capítulo 8).

Quadro 3.5.2 - Áreas Funcionais da Cidade Turística e Histórica



Fonte: Hall e Page, 1999, pp.167, a partir de Burtenshaw e outros, 1991

Apesar de poderem usufruir toda a gama de serviços e produtos da cidade as “facilities” utilizadas pelo turismo podem ser agrupadas em apenas três grandes categorias (Ashworth, 1990, pp. 63; 2000; pp. 60-65).

1. Alojamento.
2. Restauração.
3. Atracções.

As unidades de alojamento desempenham um papel central no conjunto de serviços turísticos consumidos pelos visitantes, apresentando ainda a vantagem, para os investigadores desta área de saber, de serem facilmente reconhecíveis e o seu movimento mensurável, através da estatística, em termos de capacidade, de produção e de modelos espaciais de localização. No entanto, uma das dificuldades que se coloca a esta contabilização tem a ver com o facto de os hotéis existentes, apenas registarem uma parte do total das estadias dos turistas. Os estabelecimentos não comerciais ou informais também possuem uma oferta, que, nalguns casos, excede a convencional, como acontece no Algarve (ver ponto 4.2.3.6).

O alojamento, no centro das cidades europeias, de média dimensão, estabelece associações funcionais muito importantes não apenas com as atracções e serviços da área histórica central, mas também com a comercial, em contraste com os hotéis da periferia, muito mais centrados nos serviços que oferecem, menos associados a outros elementos turísticos. No entanto, no caso das cidades das zonas de sol e praia, é, certamente, uma vantagem que os turistas se alojem fora do seu perímetro urbano, pernoitando apenas na cidade aqueles que a escolheram como destino. Esta situação impede uma excessiva concentração de equipamentos turísticos capazes de provocar conflitos de utilizações entre residentes e turistas (ver ponto 3.7).

As “facilities” ligadas à restauração que incluem, entre outros, restaurantes, bares, cafés, estabelecimentos de comida pronta para consumir em casa, já não possuem um carácter estritamente turístico, porque têm mais a ver com os modelos locais de residência e de distribuição das actividades económicas, nas diversas zonas da cidade. Por esse motivo a função residencial e a económica são vitais para a manutenção e o incremento das actividades turísticas no centro da cidade. Os restaurantes e outros estabelecimentos podem combinar a oferta de refeições com formas variadas de entretenimento, sejam elas “night clubs”, discotecas, casinos. Esta oferta possui uma tendência acentuada para a formação de redes (“clusters”), aglomerando-se, em determinadas ruas ou bairros concentrações essas que podem produzir um efeito de “latin quarter” e se associam com outros elementos turísticos, como os hotéis os quais, por sua vez, também oferecem refeições e espectáculos variados (Ashworth, 1990, 64-65; 2000, pp. 60-61).

A oferta de restauração, na cidade histórica devido aos gostos dos residentes e dos trabalhadores da zona, tende a contemplar apenas os pequenos restaurantes, em detrimento das cadeias de refeições rápidas, que requerem grandes modificações nos edifícios históricos. Ultimamente, porém, algumas das grandes empresas têm vindo a revelar uma sensibilidade bastante grande para a reabilitação e reutilização de edifícios localizados nos centros históricos, com se verifica com a Old Spaghetti Factory, especializada em reabilitar edifícios fabris para instalar os seus restaurantes (Ashworth e Tunbridge, 1990, pp. 100; 2000, pp. 113). A HOTREC afirma, com base num estudo realizado por esta associação, que, na União Europeia, cafés, restaurantes e hotéis

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

contribuem com 6% para o PIB da União Europeia, e são responsáveis por 50% dos rendimentos de 6 milhões de trabalhadores que laboram em 1 milhão e meio de empresas instaladas no espaço da união (ver Page e Hall, 2002, pp128).

A terceira categoria de serviços turísticos é constituída pelas atracções, elemento muito heterogéneo, embora o mais importante da oferta, conquanto os turistas seleccionem apenas algumas, devido às suas restrições de tempo, dinheiro e saber. Uma atracção, na verdade, vai da simples estátua ao conjunto do centro histórico, embora possa mesmo não se encontrar localizada num ponto determinado, por estar associado a um evento ou a uma personalidade (Ashworth, 1990, 67).

O turismo necessita de atracções, para se desenvolver, porque constituem o núcleo das motivações para a deslocação, justificando, por si só, a existência de transportes de “facilities”, de serviços ou de sistemas de informação. Os investigadores como Leiper, Lew ou Gunn, e Jansen Verbeker têm vindo a acentuar a importância da investigação na área das atracções (Gunn, 1990, pp. 49; Jansen-Verbeke, 1994, pp. 349; Lew, 1987, pp. 554, in Leiper, 1990, pp. 368).

As atracções podem ser estudadas na perspectiva dos turistas e, por consequência da procura, explicando a forma como se processa a captação do seu interesse para a visita ou da oferta, como corolário da necessidade de proteger esses recursos.

Lew, ao desenvolver a sua investigação sobre atracções turísticas, socorreu-se dos trabalhos académicos, existentes na altura que tratavam este tema da perspectiva da procura e dividiu as atracções em categorias que envolvem 3 tipos de abordagens: a ideográfica, a organizacional e a cognitiva. O citado autor explica que a primeira classificação é a mais utilizada centrando-se nos atributos mais gerais do local (clima beleza natural, cultura usos e costumes locais). A segunda ordem depende de conceitos geográficos, que anuem à criação de tipologias. Esses estudos tanto podem definir conjuntos de objectos, de pequena dimensão como pinturas, ou, no extremo oposto, todo um país. O último grupo envolve uma abordagem em que “a divisão por categorias se prende com as percepções e experiências dos turistas” (Lew, 1987, pp. 560 in Leiper, 1990, pp. 369).

Leiper critica a teoria de Lew por considerar que os turistas formam um grupo homogéneo, em termos de motivação e de comportamento. Na própria obra de Lew existe, defende Leiper, uma enorme contradição na medida em que o investigador sublinha a diversidade das motivações dos visitantes e esquece a implícita diversidade dos seus comportamentos (Leiper, 1990, pp. 368).

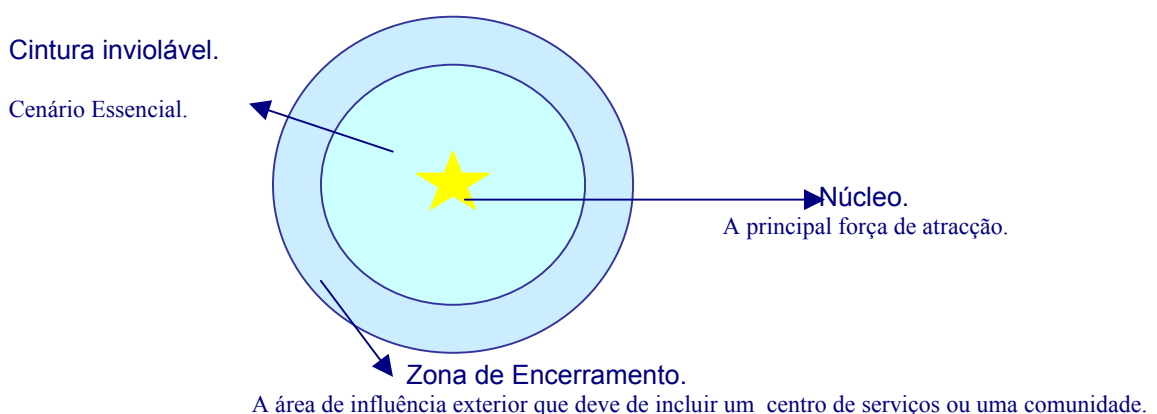
Gunn foca a sua investigação na oferta e na análise de algumas questões presentes na literatura, mas ignoradas por Lew, que fascinam os turistas, como a capacidade de atrair, o magnetismo, a

influência gravitacional e os “pull factors”. Estas qualidades salientam o modo como as atracções exercem fascínio, a partir de si próprias, que a autora do estudo deseja preservar através de uma cuidadosa actuação, ao nível do planeamento (Gunn, 1988; 1990). Leiper, que foca a sua análise na procura, e, por consequência nos turistas, contra argumenta negando a existência desse poder de sedução, afirmando mesmo que não são sequer atracções por natureza, embora muitas pareçam possuir essas qualidades intrínsecas. Na verdade, defende Leiper, “a imagem que criam na mente dos observadores” é a verdadeira responsável pela crença neste fascínio (Leiper, 1990, pp. 369).

Mac Cannel coloca esta problemática numa nova perspectiva, mas sempre do ponto de vista da procura, ao definir atracção como uma relação empírica entre o turista, a visão e um marker (Mac Cannel, 1976, pp. 41). Os markers, tal como os define MacCannel, são itens de informação, sobre qualquer fenómeno com potencial turístico. Eles actuam como catalisadores, que ligam os elementos humanos aos sistemas de atracções, com um papel muito importante na motivação e na escolha da viagem, no planeamento dos itinerários, na escolha das actividades, na identificação do núcleo, na conotação do nome do núcleo, na aquisição de lembranças e na construção de um significado para a experiência turística (Leiper, 1990., pp. 378-380).

Leiper considera esta visão muito restritiva porque apenas se aplica a turistas que por motivos de educação ou por desejo de novidade fazem “sightseeing”. O citado autor construiu o seu próprio modelo, com base no de MacCannel, mas alarga essa perspectiva ao ignorar, na sua definição, o propósito da visita, aceitando que turista é alguém que se encontra longe da sua área de residência, cuja motivação deriva da possibilidade de participar em actividades de lazer.

Quadro 3.4.3 - Elementos espaciais constituintes das atracções



Fonte: Gunn, 1990, pp. 49

O modelo de Leiper tem, contudo algumas limitações. Essas restrições derivam do princípio definido pelo académico, de que as atracções criam uma imagem junto do visitante, sem

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

menção os elementos que podem contribuir para a formação dessa imagem. Para encontrar explicações plausíveis devemos retomar autores como Rossi, Cullen, Lynch, e aos seus seguidores, na área da psicologia do ambiente, (Proshansky, 1990; Shulz, 1979, pp. 182; Seamon, 1982, pp. 130; Tuan, 1980, Bonnes e Secchiarolli, 1995) e associar as suas teses à de Gunn, de modo a encontrar a melhor forma de transformar o património em atracção turística. Esse esforço desempenha um papel fundamental na harmonização dos planos de Protecção e Valorização do Património, com as Estratégias de Desenvolvimento do Turismo.

Gunn, por sua vez, evita esta abordagem muito centrada na visão, porque, defende, as atracções têm uma abrangência que ultrapassa esse sentido (ver quadro 3.4.3). No seu modelo teórico é substituído pela expressão núcleo, (“nucleus”) que significa, literalmente, a parte central da atracção, rodeada pela cintura inviolável (“inviolated belt”) e da zona de encerramento. O património construído, ao ser transformado em atracção turística, como acontece nomeadamente nos centros históricos, para manter o seu carácter sedutor, não deve perder esses 3 elementos espaciais, nem afectar as relações que desenvolvem entre si, sob pena de danificar irreversivelmente a sua qualidade e carácter:

O núcleo constitui o principal elemento a razão de ser da atracção que na nossa investigação corresponde ao conjunto de edifícios que formam o centro histórico. Este núcleo é, por regra, um recurso frágil e ou raro. A sua transformação em atracção turística deve ser feita com todo o cuidado. Essa atenção duplica se o número de visitantes for elevado (Gunn, 1990, pp. 49), motivo pelo qual o modo de gerir os fluxos de visitantes desempenha um papel fundamental quer na manutenção da atracção turística, quer na salvaguarda dos atributos do local, tema que tratamos com maior detalhe no ponto 3.7.

O respeito pelos conselhos de Gunn pode ser encontrado em alguns planos de acção para o turismo, associados a outros, que provêm de investigadores credenciados, na área dos estudos urbanos, referidos nos pontos 2.3.4 e 3.4.4 da nossa investigação. O Plano Estratégico de Douglas Shire, na região de North Queensland, na Austrália, evidencia essa associação ao assegurar uma transformação cuidadosa do património em atracção turística, com o objectivo de proporcionar a sua fruição sustentável. O plano em causa conta com uma Estratégia para o Turismo, que se apoiou num Relatório sobre o Turismo, apenso ao referido plano, em que são estudadas as implicações das tendências de desenvolvimento do produto turístico, no planeamento espacial. A escolha dos autores que fundamentam a estratégia de turismo de Douglas Shire (Dredge, 1998, pp. 6) demonstra o carácter complementar da visão dos urbanistas mais ligados aos estudos na área do turismo e dos seus colegas mais empenhados nos estudos urbanos (ver pontos 2.3 e 3.4) ao incluir princípios de desenho e componentes de “uma boa forma urbana” (Lynch, 1960, 1962, 1981), modos de criação de um “espírito do local” (Rossi 1966, Lynch, 1976; Relph; 1976) e os conceitos de zona destino (Gunn, 1982; 1988; 1994), de zona de

saída e de chegada (Gunn, 1988); e ainda os princípios gerais de planeamento turístico (Inskeep, 1987, 1988, 1991, Gunn, 1980).

A cintura inviolável. sempre de acordo com Gunn (ver quadro 3.5.3), pode ser entendida como uma espécie de cenário da atracção, sendo identificável com a zona de protecção dos edifícios ou conjuntos urbanos de valor histórico e arquitectónico, imposta pelo seu reconhecimento por parte das autoridades responsáveis como património classificado. Essa zona funciona como o enquadramento do conjunto, o qual exerce uma função de condicionamento físico e psicológico, cuja inexistência implica a anulação do núcleo.

Gunn chama a atenção para a necessidade de preservar a cintura inviolável, na medida em que, se não lhe for dado o devido valor, o núcleo pode ter um desempenho muito aquém das expectativas ou ser mesmo ignorado pelos turistas, atitude que é partilhada por outros investigadores que previnem contra os malefícios de uma comercialização excessiva.

A zona de Encerramento - Esta zona é a mais importante para as empresas turísticas e a terceira componente das atracções (ver quadro 3.5.3). Nela se encontram os serviços de que o turista necessita, como o alojamento, a restauração os transportes, os serviços comerciais, os bancos, entre outros. Os centros históricos dispõem de alguns desses serviços no seu interior, embora os de maior escala se devam situar sempre no exterior da zona histórica. O caso de Fort Edmonton pode ilustrar o respeito pelas medidas preconizadas por Gunn (Hinch, 1998, pp. 186 e 191).

O Plano Estratégico de Fort Edmonton, em Alberta, Canadá, assegura a salvaguarda da autenticidade dos edifícios. O parque emprega um historiador cuja função é estudar o contexto dos edifícios enquanto a Fundação Histórica de Edmonton tem o papel de zeladora independente dessa autenticidade. A configuração do local obedece à descrição de desenho da atracção tripartido, de Gunn. O plano deseja manter o carácter do local num cenário urbano – nos ambientes construído, natural e cultural.

A análise das atracções turísticas de Leiper tem uma importância fundamental na descrição da formação e interacção das redes (*“clusters”*) de atracções. O investigador adopta uma definição de procura turística, como “sistemas ou conjuntos de elementos interligados e, por isso, tratados como subsistemas de sistemas turísticos mais vastos” (ver ponto 2.5.3), criando, para designar esse conjunto que funciona de forma interactiva o conceito de precinto. (Leiper, 1990, pp. 367). Os precintos organizam-se em “clusters”, que funcionam de forma simbiótica. Conquanto possuam vários núcleos potenciais não contam com um único que, isoladamente, seja capaz de atrair turistas, motivo que determina uma sedução baseada na combinação, no efeito sinérgico de experimentar vários fenómenos (objecto, edifício, local, espectáculo ou exposição), com um tema

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

unificador, dando origem, devido a estas propriedades, a um suporte para experiências satisfatórias (Leiper, 1990, pp. 376).

O conceito de precinto, aplicado aos centros históricos, ajuda a entender o modo como os turistas fruem a oferta ao seu dispor, como criam os seus “clusters” de visita. A noção de precinto ajuda ainda a apreciar, com maior profundidade, as dinâmicas geradas pelos bairros culturais e a explicar o imenso fascínio que exercem sobre os visitantes (ver ponto 3.6).

Mac Cannel, com base no seu estudo sobre as peregrinações medievais, construiu um modelo explicativo da forma como os núcleos se vão apropriando do espaço da cintura inviolável, dando lugar a outros núcleos, que, por sua vez, formam “clusters” e originam novos precintos e novas cinturas invioláveis. A explicação de Mac Cannel ajuda a suportar a afirmação de Ashworth de que o crescimento da cidade turística depende do aumento da extensão a cidade histórica.

Os modelos de Leiper e de Gunn são, pelos argumentos evocados, complementares, na medida em que o primeiro se dedica à compreensão da forma como os turistas tiram partido da oferta de atracções ao seu dispor e criam os seus “clusters” de visita, enquanto o segundo, define normas, para que a transformação do núcleo patrimonial em atracção turística, sem colocar em causa a sua preservação. Por esse motivo a cooperação entre os técnicos das áreas dos estudos urbanos e dos estudos turísticos é cada vez mais necessária.

Quadro 3.5.4 – Objectivos do projecto cultural do “Legado Andalusi”

- *A difusão dos valores da cultura da Andaluzia, nascida do encontro entre a cristandade e o mundo islâmico.*
- *A reabilitação de vários edifícios culturais, em particular rurais, testemunhos dessa mesma cultura.*
- *A elaboração de itinerários históricos que ligam 280 localidades num total de 2600 km.*
- *A organização de uma oferta turística alternativa, associando cultura e natureza.*
- *A restituição às actividades artesanais uma nova dimensão económica.*
- *A promoção regular de manifestações culturais como exposições e espectáculos.*

Este projecto foi o primeiro da sua envergadura, a colocar ao mesmo nível desenvolvimento cultural e turismo, utilizando a primeira como imagem e sentido e o segundo como meio de desenvolvimento económico.

Fonte: Patin, 1997, pp. 29-30

Os gestores turísticos deveriam ser envolvidos, desde o início, na elaboração dos planos de preservação e salvaguarda do património, como acontece no caso do Legado Andaluz, enquanto os gestores do património e os responsáveis pelos gabinetes de preservação e valorização do património deveriam colaborar com os gestores turísticos na transformação do património em

atração turística e na investigação do modo como se organizam os “clusters” de atrações. O Legado Andaluz é um projecto cultural e turístico cujos objectivos se mencionam no quadro 3.5.4.

Jansen Verbeke sintetiza esta relação entre património e turismo evidenciando que o fascínio exercido pelos “clusters” patrimoniais do centro histórico, tanto depende do cuidado com a sua preservação como do conhecimento da forma como os turistas os usufruem. O princípio básico do seu modelo analítico assenta na interacção entre forma e função no desenvolvimento de “clusters” interessantes, cuja intensidade depende da proximidade do núcleo e da acessibilidade turística do conjunto.

Essa definição explora não só o modo como se organizam os “clusters” de atrações, nos centros históricos, mas também o valor dessa zona da cidade, como complexo com características morfológicas específicas que devem ser preservadas. Investigadores como Ashworth e Jansen Verbeke (Ashworth e Tunbridbe, 1990, pp. 91) ou Dellaert, Borgers e Timmernans (Dellaert, Borgers e Timmernans, 1995, pp.353) têm desenvolvido um trabalho notável nesse domínio. Esses académicos aceitam que o modelo espacial da localização das “facilities” tanto pode ser descrito em termos de grau e tipo de rede “(clustering)” como das associações que a sua distribuição proporciona. O caso de Santa Fé pode ilustrar esta situação.

Santa Fé cidade artística e turística

A cidade Santa Fé, no Novo México, é um exemplo de centro artístico e importante destino turístico. A urbe soube conjugar as duas componentes culturais de forma a desenvolver um turismo que apoia, de modo muito activo, a economia da cidade. Santa Fé, em 1992, era o segundo destino turístico dos Estados Unidos e o quinto, a nível mundial, a par com Paris. O seu centro histórico é relativamente pequeno, mas muito interessante, porque nele se situam as galerias de arte – arte Nativo Americana e outras artes étnicas, altamente especializadas, que lhe deram um elevado estatuto como mercado de arte a nível nacional e internacional. Os artistas de Santa Fé têm vindo a ser apoiados pelo poder local, sobretudo os que ainda não atingiram uma grande projecção, como reconhecimento pela sua importante contribuição para o desenvolvimento da cidade. As galerias de arte formam “clusters” muito interessantes, como se constituíssem uma só, o que enfatiza ainda mais o carácter e o ambiente artístico da cidade. Para os visitantes, que são muitos e de elevado estatuto económico, a hipótese de vaguear pelas ruas, entrar nas galerias e apreciar as várias peças expostas, envolvidas pelo património histórico, ou assistir a um espectáculo, nomeadamente na Ópera de Santa Fé, constitui uma experiência extremamente agradável.

Fonte: Kimmel, 1995, pp. 28-29

O Complexo da Cultura e do Entretenimento ou as indústrias ACE (Artes, Cultura e Entretenimento) desempenha um papel de grande relevo para a definição dessa oferta e na formação dos “clusters”, da cidade turística e histórica. Existe uma ligação real entre salas de ópera, teatros, cinemas, “night clubs”, salas de concerto, que são usufruídos pelos residentes e pelos turistas. Muitas vezes acusadas de serem manifestações de alta cultura, pouco participadas têm, no entanto, o mérito de dar visibilidade às cidades, (ver ponto 2.4.2), oferecer aos residentes

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

e aos turistas, especialmente aos de classe média, (ver pontos 2.3.2 e 2.5.1) bons espectáculos culturais (Ashworth e Tunbridge, 1990, pp. 109-112, Maitland, 1997, pp.92; Ashworth e Tunbridge, 2000, pp. 122-125).

A colaboração entre urbanistas, especialistas em património e técnicos de turismo permite explorar outras redes que englobam outros elementos da oferta para além das atracções, conhecidas por redes de “facilities” (“facility clustering”). O turismo estabelece uma relação sinérgica com outras actividades urbanas, para além das atracções e dos elementos secundários. Ashworth e Tunbridge afirmam que os “clusters” de serviços mais utilizados pelos turistas no centro histórico incluem os que referem no quadro 3.5.5.

Os serviços prestados aos clientes, (ver quadro 3.5.5) que se desenrolam face a face, na atmosfera específica das cidades turísticas e históricas, são tão apreciados pelos residentes como pelos turistas (ver ponto 3.6). Estes locais, como se encontram no centro da cidade, em muitos casos, de uma área de compras pedonal, que tende a ser objecto de promoção sistemática, nos mapas mentais dos turistas, como acontece com Quincy Market de Boston, Covent Garden em Londres ou Stroget, em Copenhaga, mesmo que as restrições de tráfego possam afectar negativamente, os que se deslocam de automóvel.

Quadro 3.5.5 – Serviços incluídos nos "clusters" de visita dos centros históricos

1 - Os serviços fornecidos directamente aos clientes individuais, normalmente na presença do consumidor, que incluem “clusters” relacionados com actividades de compras de lazer, artes/artesanato/antiquidades, restauração e serviços pessoais públicos e privados.

2 - Serviços ao cliente indirectos e impessoais.

3- Serviços na área da cultura, das artes, do entretenimento.

4 - Função Residencial.

Fonte: Ashworth e Tunbridge, 1990, pp. 105-113; 2000, pp. 109-130

Os turistas, quando efectuem as suas compras de lazer, também valorizam, tal como os residentes, a historicidade do local, a pequena dimensão das lojas do centro, os percursos pedonais que facilitam os fluxos constantes de pessoas (ver quadro 3.4.5). A relação com a história é transmitida aos objectos adquiridos, como obras de arte, peças de artesanato e antiguidades, na medida em que, por norma, são relacionadas com atmosfera do centro histórico e possuem elementos que denotam, a sua origem. A atmosfera do local é associada à tradição, à longevidade e ao bom gosto, e a sentimentos de estabilidade, confiança e continuidade que se transferem do edifício para o ocupante. Bairros como os do Forum dos Halles e do Marais, em Paris, ou a King Street, em Charleston são exemplos deste tipo de locais com aura. Outro tipo de

comércio muito procurado pelos turistas, são os mercados ao ar livre, com características próprias, como acontece na Petticoat Lane em Londres ou a Waterlooplein em Amsterdão (Ashworth e Tunbridge, 1990, pp. 97, 100).

Os centros históricos das pequenas e médias cidades holandesas foram estudados por Jansen Verbeke (Jansen Verbeke, 1986, pp. 79-100 e Ashworth e Tunbridge, 1990, pp. 97; Ashworth, 2000, pp. 112). A citada investigadora caracteriza a atmosfera propícia às compras turísticas que se mencionam no quadro 3.4.6 de modo que se aproxima muito do ambiente apelativo ao exercício dessa actividade pelos residentes dos centros históricos tema estudado por Ley, (ver capítulo 3.4.3).

Quadro 3.5.6 – Características das áreas de compras apreciadas pelos turistas

*Uma oferta muito variada, com sabor (ilusão) de carácter único.
Uma grande diversidade de tipos de lojas, com uma imagem predominante de alta qualidade.
A proximidade de actividades de suporte, como restaurantes, pubs e espaços de entretenimento.
Áreas pedonais, boa acessibilidade e facilidade de estacionamento.
Multi-funcionalidade de meio que garanta a sensação de estar vivo.*

Fonte: Jansen Verbeke, 1994, pp.349

A harmonia entre os desejos dos residentes e as necessidades dos turistas foi detectada na baixa de Bozeman.

Partilha de gostos entre turistas e visitantes da baixa de Bozeman

O estudo realizado em Bozeman, Montana, sobre os impactos do turismo, no centro de compras da baixa dessa pequena comunidade rural, permitiu concluir que existia uma percentagem elevada de consumidores residentes (34%), que possuíam um perfil idêntico ao dos turistas, em termos de níveis salariais, e de gostos (visitas a galerias de arte, restaurantes, compras nas boutiques). Embora esses artigos possam ser semelhantes aos vendidos nos centros comerciais, quando adquiridos no centro possuíam maior aura simbólica, visto que, de uma maneira geral, são considerados de melhor qualidade e ou mesmo únicos. Comparando esse conjunto de residentes e com os visitantes, que preferiam a baixa para fazer compras, conviver e participar em eventos organizados pela comunidade, verificou-se que as suas afinidades, em termos de salário, gostos, preferências e rendimentos eram notórias. A presença de um grupo social residente e as suas afinidades de gostos com os turistas facilitava a manutenção dos espaços comerciais abertos durante todo o ano, além de que, as aquisições feitas pelos turistas favoreciam a variedade da oferta de bens e serviços.

Fonte: Snepenger, Reiman, Johson, Snepenger, 1998, pp. 8-10

Os serviços pessoais privados (ver quadro 3.5.5) incluem alguns ligados ao turismo como agências de viagens, firmas de compra e venda de propriedades, serviços financeiros, médicos, jurídicos, entre outros (Ashworth e Tunbridge, 1990, pp. 101-102; 2000, pp. 115). Os serviços

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

indirectos ao consumidor, como os escritórios das grandes multinacionais, das empresas bancárias, das financeiras e das de consultoria, pretendem situar-se no centro, por razões de prestígio, o que se estende às instituições e serviços governamentais, nomeadamente os ligados às artes, os quais, como já se referiu, no capítulo 3.4, procuram localizar-se na cidade histórica, muitas vezes em edifícios antigos ou mesmo em monumentos reabilitados (Ashworth e Tunbridge, 1990, pp. 106-107; 2000, pp. 121).

No capítulo das interações com a função residencial (ver quadro 3.5.5) importa mencionar alguns aspectos negativos da sua relação com o turismo. A competição entre o crescimento turístico e da procura de habitação como demonstra a expressão casas contra hotéis, pode gerar alguns conflitos pela ocupação do espaço. As zonas residenciais são muitas vezes, igualmente adequadas a alojamento turístico, o que introduz uma certa disputa entre a indústria turística e os residentes. Esta relação é, contudo bem mais complexa do que aparenta, porque os residentes dessas zonas das cidades também podem tirar partido da situação privilegiada das suas propriedades, para criar ofertas de alojamento, de pequena escala, mas com serviço mais personalizado, de elevado valor simbólico, quer pelo seu carácter tradicional, quer por ocorrer numa zona e num edifício de valor histórico e, muitas vezes com melhor qualidade do que a hotelaria convencional, como tem vindo, a acontecer, desde a década de 80, nos Estados Unidos. Nas zonas balneares, este problema não é tão sentido porque os turistas, de um modo geral, têm tendência para se alojarem fora das cidades.

Finalmente, embora os turistas gostem da presença dos residentes, estes últimos nem sempre apreciam a dos primeiros, embora não seja uma atitude generalizada, mas atribuível apenas a alguns grupos sociais. Os aspectos mais negativos que se assacam ao turismo, provenientes da animação nocturna, em certas zonas, da congestão do tráfego e das dificuldades de estacionamento não são apenas da sua responsabilidade ao e podem ser resolvidos ou amenizada através do planeamento local e de medidas de gestão urbana e de fluxos turísticos.

A colaboração entre os departamentos do património e do turismo pode garantir que as funções de identidade (ver ponto 3.4.4) não são afectadas pela sua transformação em atracção turística (ver modelo de Gunn) e facilitar o conhecimento do modo como os turistas fruem os “clusters” de atracções (modelos de Jansen Verbekke Leiper, Mac Cannel). O Complexo da Cultura e do Entretenimento ou as indústrias ACE (Artes, Cultura e Entretenimento), que desempenha um papel de grande relevo na formação destes “clusters” tem um papel fundamental na compreensão da atracção turística dos bairros culturais, tema que dissecamos no ponto 3.6.

3.6 - Bairros culturais, regeneração dos centros históricos e turismo

3.6.1 – Os bairros culturais, como produto da interacção entre regeneração dos centros históricos, cultura e turismo

A partir dos anos 90 as estratégias culturais para promover a regeneração dos centros históricos, passaram a ser muito consideradas. Neste novo contexto a cultura engloba a valorização das artes e indústrias culturais, o reconhecimento da diversidade cultural, do multiculturalismo, a que se associa o apreço pós-moderno pela imagem e pelo carácter simbólico dos locais (ver capítulos 2.3.1, 2.3.3 e 2.4.2). Em consequência dessa nova interpretação o estudo da criatividade e da cidade criativa ganhou um lugar de destaque nos debates sobre política urbana (Landry e Bianchini, 1995; Landry, 2000 in Chatterton, 2000, pp. 290) e tem vindo a ser objecto de análise em várias conferências internacionais (Glasgow, 1994, Helsínquia, 1996 e Huddersfield, 2000 in Chatterton, 2000, pp. 290).

Quadro 3.6.1- Estudos de impacto das artes e das indústrias culturais em termos de económico e de emprego

América do Norte		Europa/Japão	
Local	Ano	Local	Ano
Vancouver	1976	Basle	1976
Los Angeles	1979	Cologne	1985
Baltimore	1977	Zurich	1985
Nebraska	1978	Amsterdam	1986
Kansas	1980	Bremen	1986
Columbus, St Paul/St Louis/Salt Lake City/Santo António/Springfield	1981	Liverpool	1987/1999
Springfield	1981	Dortmund	1988
Washington	1981	Manchester	1989
New York/New Jersey	1983/93	Glasgow	1990
Boston	1987	Birmingham	1991
Ontario	1987	London	1991/2000
Toronto	1991	Hamburg	1998
California	1994	Yorshire/Humberside	1999
Montreal	1998	London theatres	1998
		Tóquio	1998

Fonte: Evans: 2001, pp.140

As investigações sobre o impacto das artes na economia urbana, nomeadamente dos centros históricos têm vindo a conhecer um desenvolvimento tão notável que, actualmente, poucos são os países cidades ou mesmo bairros que não tomam em consideração a importância das artes e das indústrias culturais nos seus planos de desenvolvimento económico e de emprego (ver quadro 3.6.1). Os referidos estudos abrangem as artes subsidiadas pelo estado, as indústrias culturais e

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

os gastos dos visitantes, todos eles reforçando a ideia de que o emprego, neste sector, continua a crescer, enquanto nos outros não pára de diminuir. Os equipamentos culturais, além de fundamentais para o incremento das actividades artísticas aumentam, como já afirmamos (ver ponto 2.4.2), a visibilidade da cidade, constituindo, por essa razão, uma vantagem estratégica, em termos de competição internacional (Evans, 2001, pp. 139).

Os planos de desenvolvimento das artes e das indústrias culturais e as estratégias para a economia cultural envolvem, pelos motivos evocados sempre três áreas chaves – as actividades artísticas (incluindo as indústrias culturais) os equipamentos e o turismo cultural (ver ponto 2.3.3 e 2.5.1). Esta produção desenrola-se em bairros culturais situados, na sua grande maioria nos centros históricos. A zona antiga da cidade é também a preferida pela nova classe média para residir (ver ponto 3.4.3), para produzir e consumir bens e serviços de índole cultural (ver pontos 2.3.2, 2.3.3 e 2.4.2) e para visitar nas suas viagens turísticas (ver ponto 3.5). Esses bairros culturais (ver quadro 3.1.1) e de entretenimento podem ser definidos como a área geográfica que contém a maior concentração de equipamentos culturais e de entretenimento, na cidade ou na vila, constituído por teatros, cinemas, estúdios, galerias de arte, salas de concertos, livrarias, cafés, restaurantes (Wynne, 1992, p.p 53). Os projectos de regeneração pela cultura favoráveis à formação dos bairros culturais surgiram, um pouco por toda a Europa, nos anos 90. Uns tinham uma maior incidência cultural, como aconteceu com os que passamos a referir (ver quadro 3.1.1).

Em Newcastle, a estratégia utilizada para a criação do bairro cultural, no centro da cidade ficou a dever-se quer à reabilitação das casas de espectáculo, como o Tyneside, a Royal, Opera House e o Cinema Tyneside, quer à criação do Centro de Artes de Newcastle, instalado num grupo de imóveis abandonados. Este centro deu origem a um conjunto de espaços multiuso, que albergam “workshops” dos média, exposições e um teatro estúdio, área para exposições, um teatro com 250 lugares, um centro dos média, 15 estúdios de artistas e “workshops”, espaço para escritórios, restaurantes, bares e lojas, onde os artistas podem vender os seus produtos culturais. O Centro de Artes tem vindo a desempenhar um papel de relevo na fixação de estabelecimentos comerciais que complementam as actividades culturais, e na concretização de programas de habitação (Wynne, 1992, pp. 17). A câmara de Sheffield, em resposta ao rápido declínio da produção do aço, desenvolveu, na zona sul do centro histórico o bairro das indústrias culturais. Os projectos flagship como o da colecção Burrell, em Glasgow, de Albert Dock, em Liverpool, de Century Square, em Birmingham são projectos importantes de renascimento urbano, através da cultura que implicaram a criação de bairros culturais (Bianchini, 1995, pp. 85).

Montpellier investiu muito em projectos arquitectónicos e criou uma vasta variedade de festivais de música, dança, fotografia, vídeo e cinema, programa que tinha como objectivo captar trabalhadores especializados, para os quatro parques da cidade ligados às indústrias agrícola, farmacêutica, computadores, robótica e inteligência artificial. Políticas idênticas, baseadas na dinamização da arquitectura, dos festivais e das telecomunicações foram utilizadas em Nîmes, Renne, Grenoble, Hamburgo e Colónia. (Bianchini, 1995, pp. 86).

Noutros casos a prioridade da implementação do projecto envolvia a captação de turistas culturais, como indicam os casos que se passam a citar.

O caso de Bilbao é muito significativo, neste domínio, na medida em que se quis repor a imagem da cidade, objectivo mais importante do seu Plano Estratégico, através da cultura, expressa na protecção e conservação do património, na pedonalização, na transformação do centro da cidade em zona de compras, na reestruturação dos parques de estacionamento da cidade, na organização de espectáculos públicos, na regeneração da zona ribeirinha, na construção de novos equipamentos culturais como o Auditório, o Museu da Ciência e Tecnologia, o Centro de Convenções, a que se juntou a instalação de uma sucursal do Museu Guggenheim, a segunda na Europa, a seguir à de Florença. Toda esta reestruturação espacial tinha também como objectivo captar visitantes, turistas e reuniões de negócios.

Barcelona, por seu lado, desejava consolidar os efeitos positivos dos Jogos Olímpicos e da sua candidatura a Capital da Cultura Europeia, em 2001, pelo que foi elaborado, em 1992, o Plano Estratégico Barcelona 2000, em que a cultura e as actividades culturais desempenhavam um papel de relevo, no âmbito do trabalho a realizar, pelo sector público. O Museu Nacional de Arte da Catalunha, no Palácio Nacional Mont Juic e o Museu de Arte Contemporânea de Barcelona, constituíram parte do programa de prestígio com que se desejava promover a imagem da cidade, para fins turísticos (Benach, 1994, 51-52).

Dordrecht, nos Países Baixos, é uma pequena cidade embora a mais antiga do país. A urbe possui um número apreciável de atracções, no centro histórico, como museus, galerias de arte, edifícios notáveis sobre o ponto de vista arquitectónico e histórico, pelo que as autoridades locais têm vindo a investigar qual a melhor forma de, em conjunto com as organizações artísticas, criar um bairro cultural. Os autarcas decidiram que seria criado um circuito, apoiado pelos necessários equipamentos que tire partido das suas condições para a prática do Turismo Cultural, além de uma sinalização adequada e de material de suporte escrito que ilustre, de forma criativa o património (Wynne, 1992, pp. 88-89). Já em Roterdão, o que se desejava era desenvolver um plano de incremento cultural e turístico, centrado na zona do porto. A cidade conseguiu mudar a sua imagem através da aposta em políticas culturais baseadas nos eventos, nos festivais, nos museus e no desenvolvimento de um bairro cultural, de modo a renovar a imagem da cidade e melhorar a sua oferta turística (Bianchini, 1995, pp.85; Wynne, 1992, pp. 90).

Existe ainda um terceiro grupo que procura equilibrar o desenvolvimento cultural, com o incremento do turismo, como acontece, por exemplo, em Paris.

Paris, conta, actualmente, com vários sectores culturais, afirma Scott, um dos investigadores mais considerados no domínio da produção cultural. “A indústria das peles, das jóias, dos livros e das revistas, dos perfumes, dos cosméticos, do mobiliário, da produção cinematográfica, da gravação musical, do teatro, dos multimédia e do turismo, actividades associadas à iniciativa privada, estão intimamente relacionadas com a produção do sector público (monumentos, museus, galerias de arte, festivais financiados pelo estado) ” de modo a transformar a cidade num local de características e imagem únicas um “milieu” simbólico, fecundo para a concepção, realização e comercialização de produtos culturais.

Fonte: Scott, 2000, pp. 569

Deste modo, turismo e cultura podem transformar-se em “clusters” interactivos, complementares, como acontece em Paris. A sua complementaridade e interactividade favorece a evolução da economia cultural dos países do sul da Europa, nomeadamente, os destinos de sol e praia, em que a indústria mais antiga e mais consolidada, (o turismo) pode apoiar o desenvolvimento das mais novas (indústrias criativas) como defende Porter ao afirmar que “as novas industriais e os “clusters” de sucesso nascem, muitas vezes, de outros já estabelecidos” (Porter, 1999, pp. 492).

Os projectos de regeneração urbana através da cultura, como se tem vindo a defender ao longo desta investigação, proporcionam benefícios de carácter económico e social (ver quadro 3.1.1). A

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

regeneração urbana fomentada pela cultura conduz, porém, a dilemas estratégicos que devem ser devidamente ponderados (Bianchini, 1995, pp. 86-88).

O problema suscitado por uma regeneração através da cultura que privilegie o consumo turístico em detrimento da produção e do consumo cultural local que, por regra, se associa com uma política interessada apenas nas actividades de lazer e turismo que descuida o desenvolvimento da produção artística e cultural. O sucesso das estratégias que incentivam apenas o consumo turístico, mas que esquecem o incremento da produção cultural local e os gastos dos residentes depende, contudo, de factores que as cidades não controlam desde os preços das tarifas aéreas, até a montante de rendimento disponível dos residentes e dos visitantes.

Em termos de emprego as estratégias que se apoiam apenas no turismo conduzem a uma escolha menos variada, do que as que compreendem as artes e a cultura a local, e proporcionam menos benefícios à economia local. O desenvolvimento de uma economia cultural de base local evita a normalização dos produtos oferecidos, em consequência da sua importação do estrangeiro, situação que ocorre, com alguma frequência, em cidades que valorizam as estratégias de afirmação internacional, esquecendo a produção cultural regional ou local. Por esse motivo o equilíbrio entre global e local, na definição das políticas de regeneração dos centros históricos através da cultura é fundamental para o sucesso da iniciativa.

A iniciativa de Hamilton Quarter em Liverpool

A Hamilton Quarter Initiative (HQI) tem vindo a ser realizada desde 1995, através de uma parceria intersectorial coordenada, com o objectivo de regenerar física e culturalmente o centro histórico de Birkenhead. A iniciativa terminou em 2002, foi financiada pelo Single Regeneration Budget, o English Heritage, a Lotaria Nacional, as corporações de habitação e o sector privado. Este projecto foi coordenado pela equipa de Hamilton Quarter, baseada no Quarter's Project Office e no Business Link Wirral. A regeneração é promovida tanto pelas redes de negócios criativos como pelos projectos residenciais, eventos e iniciativas turísticas.

As cidades de pequena e média dimensão devem possuir uma política cultural que incentive os eventos artísticos organizados pela comunidade criativa local. Acresce que os eventos culturais se encontram, muitas vezes, focados nas artes cujo valor é reconhecido universalmente, embora existam manifestações ainda não reconhecidas que asseguram uma boa qualidade artística no futuro. Mesmo as manifestações de menor qualidade ajudam a dar colorido à vida e a desenvolver uma compreensão, mais alargada do conceito de cultura (Smiers, 2000 p.p112). O projecto incluiu de Boltan é, a este título muito significativo.

O projecto inclusivo Radial Routes de Bolton

A cidade de Bolton tem vindo a desenvolver um projecto, denominado Radial Routes, para reduzir a exclusão social. Os artistas locais têm vindo a desenvolver, em conjunto com as escolas de design, nova sinalização de rua, bancos de jardim, novas formas de exposição dos produtos nas montras de modo a criar rotas culturais e turísticas em Bolton. Este processo engloba estratégias de inclusão (os residentes são encorajados a requalificar criativamente a sua cidade) estratégias de emprego (os artistas locais são contratados para facilitar o projecto) estratégias de formação (os artistas mais experientes ajudam a formar os mais jovens e a população em geral) e estratégias económicas (a paisagem da rua é melhorada e tornando-se mais atractiva para os residentes, possíveis investidores e turistas).

Fonte: Fleming, 1999, pp. 16

A dicotomia entre o efémero e o permanente é outro dos problemas que coloca este tipo de regeneração urbana. Os equipamentos culturais, localizados no centro da cidade – edifícios culturais, museus, galerias de arte, bibliotecas, salas de concerto, teatros de ópera, são caros, absorvem grande parte do orçamento do município, pelo que os eleitos locais podem optar por espectáculos ao ar livre, estruturas temporárias e edifícios que combinem actividades culturais com outras, libertando assim recursos para apoiar a pesquisa, a investigação, necessária à elaboração de projectos e actividades culturais descentralizados, baseados na comunidade. Uma verdadeira democracia cultural implica uma tomada em conta de todas as culturas da cidade.

A questão da descentralização da produção e do consumo culturais é outra das situações a ponderar. As desigualdades económicas também se revelam na sua distribuição espacial. Por um lado, os processos de reestruturação afastaram do consumo cultural nos espaços públicos, muitos grupos sociais mais vulneráveis. Em Glasgow, a qualidade do consumo cultural dos grupos residentes na cidade afasta-se, progressivamente, da dos residentes dos bairros periféricos pobres.

Para colmatar a diferença, cada vez mais acentuada, entre o acesso às actividades culturais dos habitantes das cidades e os dos bairros periféricos marginalizados é possível, como acontece em Bolonha e em Hamburgo criar sistemas que permitam atenuar as diferenças. Hamburgo com a sua rede de centros culturais de vizinhança e Bolonha com o seu Programa para a Juventude, iniciado em 1981 são exemplos concretos de intervenções que diminuem a distância, a nível da participação cultural. O projecto de Bolonha incidiu na abertura de centros de bairro, para desenvolvimento das indústrias culturais, com o fim de facilitar o aparecimento de empresas ligadas à música electrónica, vídeo e ao artesanato, através de programas de formação, empréstimos de instalações e facilidades técnicas (Bianchini, 1995, pp. 87).

Os bairros em que procura e oferta cultural contribuem para uma melhor qualidade de vida dos produtores e dos consumidores (artistas, residentes e turistas) constituem focos de atracção turística notáveis, porque, neles, os membros da nova classe média (artistas, mediadores culturais e turísticos, residentes e visitantes) podem partilhar experiências que são elementos importantes

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

da sua identidade e do seu estilo de vida (produtos culturais, espectáculos, sociabilidade). Em Singapura, o governo tentou estabelecer o equilíbrio entre o carácter humanista das artes e o comercial, através de um quadro institucional, dividindo os papéis entre o governo e as instituições públicas.

O projecto da Cidade da Renascença é liderado pelos ministros da Informação e das Artes, em representação da visão humanista das artes e pelo do Comércio e da Indústria, encarregado dos aspectos comerciais. O papel do primeiro é gerir os artistas locais e suas organizações para planear eventos, acontecimentos culturais e festivais. As agências locais para as artes envolvem o Conselho Nacional das Artes, que agenda as iniciativas culturais e gere os artistas, e o Conselho Nacional do Património que se encarrega dos museus. Este ministério define assim a sua acção em termos estritamente locais, ao ajudar a definir uma política cultural para Singapura que possa ver fruída por todos os seus habitantes com base nas artes e no património, enquanto o Ministério do Comércio e da Indústria promove a economia cultural, através da uma cultura dos negócios, que tem como alvos atrair investimento estrangeiro e promover a cidade como destino cultural, com o auxílio do Conselho para o Desenvolvimento Económico e na Agencia de Desenvolvimento Turístico de Singapura.

Fonte: Chang, 2000, pp. 823

O Director do Conselho para o Desenvolvimento Económico de Singapura, declarou, ao tentar provar a importância do potencial económico das artes que “Singapura tinha a hipótese de desenvolver as artes, não apenas com o objectivo de enriquecimento cultural, mas também de crescimento económico” (Chang, 2000, pp. 823).

A União Europeia tem apoiado o desenvolvimento destes bairros culturais, quer através dos Fundos Estruturais de Desenvolvimento Económico Regional, quer dos Orçamentos Comunitários para a Cultura, porque estas zonas das cidades preenchem os objectivos de valorização da herança comum europeia e de desenvolvimento económico regional. Os alvos a atingir são idênticos aos de Singapura embora os da Comunidade Europeia não formem um conjunto integrado, com ocorre na cidade asiática (ver quadro 3.1.1). Os fundos estruturais financiam a conservação do património, especialmente do construído e o desenvolvimento de itinerários europeus, como “Os Caminhos de Santiago”, “O Barroco entre o Céu e a Terra”, “A Rota da Seda na Europa”, “A Hansa na Europa”, “Os Vikings e as suas Rotas”, “Jardins e Parques Europeus”, “O Caminho dos Trovadores”; entre outros, com o objectivo de fortalecer a cultura europeia, apoiar a sua diversidade regional e atrair o turismo (CE, 1998). Os citados fundos têm, em simultâneo, ajudado a desenvolver uma política de apoio ao turismo cultural, como suporte à divulgação da herança comum (CE, 1992), no âmbito da qual foi realizado pela unidade do turismo (Tourism Unit) um inquérito transeuropeu cujos resultados permitiram traçar o perfil do turista cultural descrito no ponto 2.5.1.

Os Fundos de Desenvolvimento Regional reservam, desde 1990, parte do seu orçamento para acções inovadoras, os denominados Projectos-piloto Urbanos, (Urban Pilot Projects) com o objectivo de enfrentar problemas das cidades, através de estratégias locais integradas, que

permitam maximizar o impacto físico e gerar investimento público e privado. Os problemas que desejavam atenuar incluíam a exclusão económica e social, a recuperação dos centros históricos negligenciados, a falta de ligação entre a pesquisa e o desenvolvimento as actividades das empresas de pequena e média dimensão. Concorreram a este projecto 33 cidades em 11 estados membros. Terminada a primeira teve início a segunda, em 1997, altura em que passou a ser designado por URBAN I. O programa durou até 1999, abrangendo 26 cidades e com objectivos mais latos e integrados. Desde 2000, e num horizonte que se estende até 2006, decorre o URBAN II, no âmbito do qual foram recebidas 70 candidaturas (Regional Policy, Inforregio, 2002). Algumas dessas cidades escolheram programas de regeneração dos centros históricos através das artes, como Barcelona, Colónia, Bolonha ou Huddersfield, Dublin, Bilbao, Roterdão e Groningen ganharam o epítome de “cidades criativas”, por terem sido capazes de encontrar novas formas de olhar e solucionar os problemas. Os equipamentos necessários ao desenvolvimento cultural, como centros e galerias de arte e teatros a maior parte deles situados nos centros históricos são apoiados pelos fundos estruturais.

O turismo surge também, neste caso, como suporte da regeneração e da inovação urbana, através das artes, relação que está consignada no URBAN I aprovado em 1997 (EC, DG XVI, 1997 in Jansen Verbeke, 1999, pp.82). As políticas para o turismo e para a cultura deixaram de constituir apenas componentes de suporte e de defesa da diversidade cultural para se transformarem em estímulos à produção, à medida que o turismo e a cultura se transformam em elementos fundamentais das estratégias de desenvolvimento económico (Richards, 1996, pp. 88; Maitland, 1997, pp. 92).

Huddersfield – Uma cidade criativa

A cidade possui cerca de 1660 edifícios classificados, o que a coloca em terceiro lugar, na Grã-Bretanha, logo após Bristol e Westminster, no que concerne o património. Em 1992 foi fundada uma universidade na urbe e a partir dessa data embarcou num processo próprio, embora arriscado de inovação, através do aumento das indústrias criativas, para desenvolver a economia local. As autoridades concorreram a um dos 26 Projectos-piloto da União Europeia, e obtiveram verbas para 16 programas que demonstram as potencialidades da cidade para planejar e agir, de forma criativa. Nessa altura foi constituída a Huddersfield Creative Town Initiative, que favoreceu a criação de um bairro de indústrias culturais, à volta de alguns projectos de “Creative Lofts” que combinam habitação e unidades de trabalho para jovens empresários, o projecto LAB, para formação profissional de desempregados e o Kirklees Media Centre, vocacionado para as indústrias culturais ligadas aos media. As autoridades locais conseguiram atingir sucesso, porque identificaram e apoiaram 6000 empresas criativas, que ganham 150 milhões de libras e absorvem 4% da força de trabalho local.

Fonte: Chatterton, 2000, pp. 290

O orçamento da cultura da União Europeia entre 1994 e 1999 foi atribuído anualmente. Esta metodologia não facilitava o desenvolvimento de projectos de médio prazo nomeadamente os que utilizam os fundos estruturais porque estes últimos possuem um horizonte temporal de 5 anos.

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

Apesar dos constrangimentos impostos pela sua dotação anual o orçamento comunitário para a cultura foi possível patrocinar, desde o início, através dos programas Kaleidóscopio a Cidade Europeia da Cultura, evento que esteve na origem de muitos bairros culturais.

O programa Cultura 2000, embora não estivesse integrado noutros projectos de desenvolvimento regional, ao contrário dos seus antecessores, possuía um limite temporal mais alargado, com uma duração de 5 anos compatível com a realização de intervenções mais prolongadas associável às iniciativas realizadas ao abrigo dos fundos estruturais O orçamento para a cultura apoia iniciativas de índole trans-nacional que abrangem a mobilidade dos trabalhadores culturais, a protecção do património e o incremento das indústrias culturais.

O caso irlandês parece ser o que obteve maior êxito na combinação da cultura, da regeneração urbana e do turismo. A União Europeia concedeu a este país um bilião de libras de fundos estruturais que foi acompanhado por verbas do sector privado, na prossecução de programas culturais e de turismo, que incluíram a reabilitação do património, a transformação e fundação de novos museus, nos meios rurais nos campo arqueológicos e nas cidades históricas (cerca de 37% do total do investimento), bem como em projecto do tipo “flagship” e de formação de bairros culturais em Dublin. Se bem que alguns dos projectos, a implementar fora de Dublin, ainda oferecessem algumas dúvidas, em 2001, quanto à sua viabilidade, os concretizados na capital do país, com o objectivo de a transformar numa cidade cultural foram bem sucedidos e converteram a principal cidade da Irlanda no destino turístico mais importante da região em que se insere, logo a seguir a Londres (ver Evans, 2001, pp.208). A procura turística, em Dublin tem crescido a um ritmo muito acelerado passando as receitas de 242.6 em 1991, para 475 milhões de libras em 1997, enquanto a estadia média se situa nos 6.5 dias, muito longe da média das outras cidades europeias em que ronda os 2.5 (Lenon e Seaton, 1998, pp. 148).

O triunfo de Dublin, especialmente através do programa de regeneração de Temple Bar, transformou uma parte da zona histórica da cidade num bairro cultural, centro económico e cultural da urbe que corresponde às aspirações dos financiamentos comunitários, porque engloba a regeneração urbana, através das actividades culturais (artes, indústrias e serviços), do património e do turismo (Evans, 2001, pp. 208).

O bairro de Templo Bar, em Dublin surgiu como uma experiência de revitalização cultural focada no urbanismo e na cultura, apoiada por verbas do Programa URBAN. O receio de fazer deste processo mais um de regeneração urbana comandado pelo imobiliário levou a que as agências de desenvolvimento optassem por uma abordagem estratégica, para a área, com o objectivo de cuidar e respeitar o local, ajudando-o a ajudar-se a si próprio (Montgomery, 1995, a, pp. 137).

Em 1991, Temple Bar era uma zona em declínio, apesar de se situar mais ou menos no centro histórico de Dublin, o que acabou por constituir a razão da sua revitalização. As empresas que não podiam pagar uma renda elevada ou não podiam pagar qualquer tipo de aluguer, mudaram-se para o bairro sendo constituídas por estúdios de artistas, galerias, estúdios de gravação, pubs, cafés, restaurantes, livrarias, lojas de roupas em 2ª mão, a que se associava uma gama muito diversificada de firmas classificadas como sector terciário. Essas novas actividades vieram juntar-se às firmas que laboravam em sectores tradicionais do bairro tais como oficinas gráficas, cutelarias, velhos hotéis. Nos anos 80, os artistas que exerciam as suas actividades no bairro contribuíram para a abertura do Centro de Artes (ver quadro 3.1.1).


Nesse período, o bairro era já uma área cheia de vida, um local acessível, de rendas baixas. Das empresas inventariadas no bairro, em 1991, 30% tinham-se instalado depois de 1983 e 70%, em data posterior. A maioria dos negócios não ultrapassava a pequena dimensão - 43% ocupavam 2 e 4 empregados, 30% eram formados por empresários a título individual, 9% ofereciam entre 5 e 9 empregados e apenas 7% empregavam mais de 9 pessoas. Em conjunto proporcionavam emprego a 467 pessoas, 253 das quais a meio tempo. A maioria dos empresários – 76% - considerava aquela a melhor localização para a sua empresa, enquanto 87% nem colocava a hipótese de deixar de exercer a sua actividade profissional em Temple Bar, embora temessem o enobrecimento e a consequente subida das rendas. O desafio, neste caso colocou-se na forma como se iria melhorar o tecido urbano, sem destruir a economia (Montgomery, 1995, pp. 140).


As empresas que se instalaram depois de 1985, na sua grande maioria, inseriam-se na categoria das indústrias culturais, de acordo com um estudo realizado por Coopers & Lybrand. A citada investigação concluiu ainda que a média dos rendimentos dos empresários não era elevada, havendo mesmo alguns, que se situavam no limite da sobrevivência. A subida no montante a pagar pelo espaço que ocupavam podiam condenar a empresa, matando a economia cultural emergente. O bairro, devido à sua densidade, à mistura de estilos arquitectónicos, à proximidade do cais e à atmosfera vibrante, derivada da cultura juvenil – 86% dos trabalhadores do bairro tinham menos de 40 anos e destes 38% tinham menos de 25 – incluía, além das empresas, cafés, bares, pubs, restaurantes, teatros e era conhecido pela Margem Esquerda de Dublin (Dublin Left Bank).

3.6.2 - Planeamento e Gestão dos Bairros Culturais, em Centros Históricos

Um bairro cultural deve preencher, de acordo com o relatório Comedia (ver quadro 3.1.1), se não todos, pelo menos alguns, dos seguintes requisitos, que foram respeitados em Temple Bar (Comedia, 1991, in Montgomery, 1995, pp. 149).


3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

 *A economia cultural deve não só dispor de um sector artístico tradicional forte, mas também de importantes indústrias culturais contemporâneas.*


 *A emergência, desenvolvimento e gestão do talento local e da criatividade no seu sentido mais lato, que se expresse através da disposição para correr riscos e originar novos produtos e novas produções dos jovens empresários culturais.*

 *A presença de especializações culturais no campo das artes, do artesanato e nos serviços.*


 *Uma cultura urbana vibrante que espelhe a cidade tanto nas qualidades físicas, como na diversidade cultural.*


 *Um conjunto de ofertas muito diversificadas nos sectores do comércio tradicional, da cultura, do lazer, do entretenimento incluindo bares, clubes, e restaurantes.*

 *Espaços públicos atractivos e legíveis que abranjam paisagens, edifícios marcantes, parques e zonas ribeirinhas, que permitam a criação ou facilitem a expressão de um sentido de local.*


 *Património Cultural que englobe tradições, eventos, e património antropológico arquitectónico, arqueológico, artístico e histórico.*

A estratégia de regeneração urbana conduzida pela cultura, delineada por Montgomery, para Temple Bar implicava as seguintes intervenções (Montgomery, 1995, pp. 149).

 Uma acção concertada para criar e sustentar novas empresas e negócios no sector das indústrias culturais – artes, media, *design* e serviços relacionados – para criar um clima de oportunidade que invertesse a perda de

 Um desenvolvimento sustentável do consumo cultural, através do incremento dos fluxos de visitantes e do estímulo de economias diurnas e nocturnas, do alargamento da oferta cultural e do apoio às novas empresas

 A construção do local e um plano de *marketing*, para consolidar a identidade do local e melhorar o seu perfil,

 Um programa de reabilitação física, com o objectivo de preservar a identidade arquitectónica do bairro, associada a uma nova arquitectura de qualidade e a um espaço público mais permeável.

A companhia estatal, criada para aplicar e acompanhar o projecto e administrar os incentivos à regeneração apenas se mostrou favorável à aplicação as actividades e utilizações que se passam a mencionar (Montgomery, 1995, pp. 156-157).

1. *Estabelecimentos autorizados.*
2. *Hotéis.*
3. *Empresas com actividades específicas nos sectores da cultura e do turismo.*

E não aprovar, em qualquer circunstância, impedindo o acesso aos incentivos fiscais:

1. *Armazéns.*
2. *Fábricas.*

3. Urbanizações para escritórios.

4. Actividades e usos que afectassem a utilização e as actividades mista.

Para que os projectos pudessem ser classificados de acordo com o seu interesse para o bairro e, dessa forma poder aceder aos referidos benefícios fiscais necessitavam de se inserir numa das seguintes categorias (Montgomery, 1995, pp. 157).

- *Actividades culturais.*
- *Serviços direccionados para o turismo, como restaurantes, hotéis, pubs etc.*
- *Empresas com menos de 20 pessoas.*
- *Habitação.*
- *Escritórios ou serviços dirigidos à população local.*

Todas as propostas eram analisadas pela Temple Bar Renewal. Desta forma detinha um conjunto de poderes que abrangiam a propriedade do solo e o controle do investimento, do planeamento e da distribuição de incentivos fiscais. A empresa também adquiria os terrenos, renovava os edifícios e negociava as rendas com os inquilinos, por sua própria iniciativa, ou em conjunto com empresas privadas. O dinheiro proveniente das rendas revertia a favor do projecto de regeneração, sendo utilizado para subsidiar programas culturais.

As actividades culturais são o fundamento da existência actual de Temple Bar pelo que os responsáveis pelo projecto desejam manter e diversificar essa produção essa vontade conduziu à decisão de manter o preço das instalações acessível e proporcionar aconselhamento e cursos de formação, para otimizar o emprego no sector das indústrias culturais. Muitos dos programas de reabilitação e de manutenção dos edifícios e de melhoria do espaço público foram entregues a artistas locais. Por outro lado o incremento dos centros culturais permitiu o desenvolvimento estratégico de actividades específicas, como acontece com o Centro Irlandês do Filme, o Centro Multimédia, o Centro de Música, o Centro de Projecto Artes, os Estúdios de Impressão, o Centro de Artesanato e Design, o Centro de Arte Infantil, o Museu Vicking, num total de 12 projectos, em curso em 1991, financiados pela União Europeia, pelo Governo irlandês, pelo Council of Arts.

A criação de serviços direccionados para o turismo permite aproveitar as características únicas do bairro e através de uma promoção adequada melhorar o perfil do visitante de Temple Bar. Um programa cultural, com características de animação cultural, facilita a organização, para além de outros espectáculos, de festivais, projecção de filmes ao ar livre, concertos e teatro de rua.

Temple Bar Properties desejava também aumentar significativamente a sua oferta de comércio tradicional, mantendo as actividades existentes e admitindo novas ofertas alternativas, para oferecer à população local todos os bens e serviços de que necessita o que implicou a adopção de um programa especial para o comércio, com os objectivos que adiante se referem (Montgomery, 1995, pp. 157).

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

Maximizar o número de estabelecimentos comerciais, no rés-do-chão, das propriedades da companhia.

Encorajar, através do controle do planeamento e dos incentivos fiscais os investidores privados e os outros proprietários e proceder de forma semelhante.

Por último pretendia-se restabelecer a antiga função residencial. A Temple Bar Initiatives, esperava, através do seu exemplo, em relação às propriedades de que dispunha, incentivar os investidores privados a investir no parque habitacional, de forma a constituir e manter uma comunidade social mista de cerca de 2000 residentes, de vários grupos etários, incluindo jovens, estudantes, jovens casais e famílias. No programa foram estabelecidos os seguintes princípios:

↪ *A introdução de uma função residencial em todo o bairro, especialmente nos andares superiores dos prédios.*

↪ *A diversificação do tipo de habitação de modo a incluir apartamentos para estudantes e para famílias, estúdios de artistas, hotéis e habitação social.*

↪ *A reutilização de edifícios históricos e a construção de novos para fins residenciais.*

↪ *O estabelecimento de normas de design, para os acessos, os pátios, a segurança dos edifícios, os meios de fuga e até os jardins nos telhados.*

O Temple Bar, actualmente, depois de concretizado o programa iniciado em 1994, apresenta características muito idênticas às detectadas por Bovone, em Milão, no bairro cultural Ticinese (ver quadro 3.6.2), considerado pela investigadora como o laboratório cultural para o futuro da cidade (Laura Bovone, pp. 2).

Quadro 3.6.2 – Características do bairro cultural Ticinese

Raízes culturais:

Recursos ambientais (pitoresco, paisagens, canais, monumentos históricos, indústrias abandonadas, oficinas pré-industriais, enobrecimento, das casa das classes trabalhadoras).

Tradição, pequenos negócios, artesanato e pequenos empresários.

Tendências actuais:

Empresas culturais de classe média – produção cultural.

Residentes de classe média – consumo cultural local.

Entretenimento e compras – consumo cultural provindo do exterior.

O equilíbrio das políticas adoptadas na criação dos bairros culturais que decorrem de uma regeneração através das artes pode conduzir, de acordo com Brindley, a um de três cenários que se menciona no quadro 3.6.3 (Brindley, 2000, pp. 37).

Quadro 3.6.3 - Cenários de desenvolvimento das cidades com projectos de regeneração urbana em curso nos centros históricos

Cidade Sustentável – o cenário mais optimista de todos porque se apoia no conceito de comunidade urbana harmoniosa de Jane Jacobs e no equilíbrio entre a escala local (habitação, lojas e empregos) e a escala internacional (negócios internacionais em que se englobam as artes).

Espaço Pós Moderno Hiperreal – o cenário mais pessimista, na medida em que, o impacto do espectáculo e do estímulo sensorial, concebido apenas para fins turísticos é muito grande. No local predominam as lojas para turista, os hotéis, os restaurantes e as experiências simuladas como os parques temáticos. Esta situação conduz ao desaparecimento da comunidade primitiva de residentes, comerciantes e trabalhadores.

Competitividade Oportunista este cenário não é pessimista em optimista, mas exige a subordinação dos interesses locais aos interesses nacionais e internacionais.

Para assegurar a sustentabilidade do turismo no centro histórico, há ainda que garantir uma correcta gestão dos fluxos turísticos. Os visitantes possuem orçamentos temporais relativamente limitados para visitar a cidade, pelo que tendem a concentrar-se no núcleo histórico mais restrito, propensão que gera problemas que devem ser evitados, tema que se trata no ponto 3.7.

3.7 – Gestão de fluxos turísticos

Os bairros culturais em centros históricos devem encontrar a melhor forma de tornar compatível a manutenção da qualidade da vida quotidiana dos residentes com a presença dos visitantes, harmonizando essa que exige a determinação de políticas de gestão dos visitantes (ver quadro 3.1.1).

O English Tourist Board define gestão de visitantes como “o desenvolvimento de políticas e a implementação de estratégias que encorajam e proporcionam um melhor relacionamento entre os visitantes, os residentes e o ambiente – natural e construído. Os seus objectivos englobam a manutenção e a melhoria da qualidade do ambiente e da experiência dos visitantes, preservação do local histórico, em zona urbana ou rural, para usufruto das futuras gerações” (ETB, 1991, in Glasson, 1994, pp.142). Os planos de gestão integrada de fluxos constituem uma forma de assegurar a aplicação dos princípios de desenvolvimento sustentável porque os centros históricos necessitam de grande protecção, na medida em que são bens escassos e não renováveis.

A gestão dos fluxos turísticos nos centros históricos, para ter um carácter sustentável, deve abranger as dimensões sócio-culturais de modo a facilitar o estabelecimento de relações equilibradas e satisfatórias entre turistas e residentes. O crescimento da procura turística não controlado, próprio do período “Fordista” (ver ponto 1.5), conduzia, inevitavelmente, tanto ao declínio da área receptora (modelos de Gormsen, Plog, Moisse e ciclo de vida de Butler), como à

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

degradação das relações entre turistas e residentes e entre residentes e imigrantes (índices de irritação de Doxey e de Milligan).

A análise dos métodos de gestão dos fluxos turísticos tem uma enorme importância para a elaboração da nossa investigação porque desejamos averiguar se o turismo pode constituir um suporte da regeneração urbana para a cidade de Faro (ver capítulo 4). O desenvolvimento de um tipo de turismo benéfico para turistas e residentes deve, necessariamente, equacionar um método de intervenção que evite os impactos negativos.

A literatura sobre os impactos sociais e culturais do turismo, tem, contudo, dado mais atenção aos países em vias de desenvolvimento do que aos que se encontram num processo mais avançado e possuem uma larga experiência de contacto com os turistas, como acontece nos países do sul da Europa.

O nosso estudo incide, por esse motivo, nas mudanças sociais e culturais, nos países em que uma diferença de poder, entre visitantes e residentes, ao nível social e cultural, não é muito acentuada e a interacção não conduz, necessariamente, a relações desfavoráveis à comunidade receptora. Nos Estados Unidos e na Austrália, por exemplo, o aumento dramático da procura turística, desde os anos 50, não provocou impactos sócio-culturais graves (Swinglehurst, 1994, pp. 101).

Quadro 3.7.1 - Matriz do desenvolvimento de relações entre anfitriões e turistas

Poder do actor B			
		Elevado	Baixo
Poder do actor A		<div>1</div> <div><i>Relações mutuas equilibradas</i></div>	<div>2</div> <div><i>Relações desequilibradas</i></div> <div><i>(Actor A em vantagem)</i></div>
		<div>3</div> <div><i>Relações desequilibradas</i></div> <div><i>(Actor A em desvantagem)</i></div>	<div>4</div> <div><i>Relações equilibradas não</i></div> <div><i>satisfatórias</i></div>
		Baixo	

Fonte: Emerson, 1972 in Ap e Crompton, 1993, pp. 680

Emerson socorreu-se da teoria das trocas sociais e das relações de poder entre os actores para analisar os grupos de comunidades. O citado investigador defende que o desenvolvimento das relações, entre os anfitriões e os visitantes, pode ser medido em termos de poder ou de dependência dos actores envolvidos. A partir desse quadro conceptual definiu uma matriz de análise das relações estabelecidas que se mostramos no quadro 2.7.1. (Emerson, 1972 in Ap, 1993, pp. 680). O poder das comunidades varia em função dos recursos (económicos, sociais e políticos), posição (profissão, papel) e capacidades (tipo de comportamento, alianças e coligações). Emerson lembra ainda que o equilíbrio do poder depende da possibilidade de cada actor influenciar os resultados (March, 1985, pp. 20). As trocas, enquanto forem consideradas equitativas mantêm-se porque a comunidade através do seu envolvimento activo no turismo (planeamento, emprego) ou passivo (tolerância para com as desvantagens do turismo, hospitalidade para com os turistas), continua a apoiar a actividade devido aos benefícios económicos que acarreta (Madrigal, 1993, pp. 338).

O balanço dos impactos do turismo sobre as comunidades receptoras das cidades históricas e da forma como os residentes reagem e lidam com essas alterações está ainda muito por realizar. No entanto, o estudo de Snaith e Haley, sobre York, na Inglaterra, datado de 1999, investigação que implicou uma extensa revisão da literatura e um trabalho de campo muito detalhado, propunha as medidas que se passam a enumerar, de modo a evitar os problemas apontados pelos habitantes e a melhorar a estratégia de desenvolvimento do turismo (Snaith e Haley, 1999, pp.602-603).

Implementar um programa de marketing interno, dirigido aos residentes mais insatisfeitos (os que não encontram qualquer benefício no desenvolvimento do turismo), apoiado numa pesquisa exhaustiva que permita às instituições ligadas ao turismo identificar os insatisfeitos, onde vivem e qual a melhor forma de compreender a sua opinião sobre os impactos do turismo.

Reconhecer que os problemas apontados, nomeadamente os que se ligam com a limpeza, o tráfego, e o crime, são complexos e procurar revolve-los em colaboração com os departamentos respectivos.

Melhorar os sistemas públicos de educação e comunicação.

Desenvolver um sistema de monitorização dos impactos e dos níveis de apoio da população local para com as políticas de turismo, que permita a recolha e a confrontação de dados comparativos longitudinais. Em resultado dessa investigação, conduzir um processo de avaliação das políticas desenvolvidas, com maior acuidade.

Publicitar as vantagens do turismo de modo a melhorar a sua imagem junto da população local.

Este conjunto de acções facilita o envolvimento da população, de forma constante, na promoção e gestão urbana. Ajuda ainda a reposicionar a cidade histórica, de forma criativa, como uma

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

experiência autêntica e viva, propiciadora de encontros de elevada comunicação intercultural, entre as comunidades receptora e emissora.

Alguns autores têm vindo a sublinhar a importância destes encontros entre a comunidade receptora e os turistas, como mutuamente benéficos, gerando atitudes positivas por parte dos residentes e dos turistas. Esse diálogo melhora a compreensão das diversas culturas, contribui para redução de preconceitos raciais, incentiva o desenvolvimento do apreço e tolerância para com os outros povos, embora em alguns casos, devido a dificuldades de comunicação, possam acentuar os aspectos negativos e fundamentem a percepção de uma comunicação intercultural baseada no conflito (Robinson e Boniface, 1998, pp. 8). No quadro 3.7.2 mencionamos alguns dos aspectos positivos e negativos do contacto intercultural entre turistas e residentes.

Para manter o equilíbrio nas relações entre turistas e residentes têm sido adoptadas políticas de gestão dos visitantes, em meio urbanos, que se socorrem do conceito de mudança aceitável, para efeitos de cálculo de capacidade de absorção dos visitantes e por consequência para melhor aplicar a gestão de impactos dos visitantes de acordo com as características específicas do local (físicas, sociais e culturais). A definição do conceito de mudança aceitável não implica limites numéricos, como propõem alguns dos autores (Canestrelli e Costa, 1991, p.p. 296; Cazes, 1998; p.p. 141; Lindsay, 1986, p.p. 17; Mathieson e Wall, 1982; Williams e Gill, 1991 in Glasson et als, 1995, p.p. 52), mas antes a delimitação de zonas de utilização de solos, espaços onde devem ser mantidas um conjunto de condições de modo a evitar os impactos sociais, ecológicos, físicos e económicos. As categorias inventariadas e os indicadores criados permitem identificar os impactos indesejados, de modo a aplicar, de imediato, medidas de gestão que revertam a situação. Arup identificou uma série de indicadores, que se inventariam no quadro 3.7.3, para avaliar a forma como são respeitadas as qualidades dos centros históricos (físicas, sociais e culturais), de modo a impedir o surgimento de consequências indesejáveis (Glasson et als, 1995, pp. 149).

Quando se trata de avaliar a capacidade de carga em meios humanos e construídos o conceito depende de expectativas subjectivas de residentes e turistas. Admirar um mosteiro, com uma multidão à volta é muito difícil. No entanto, apreciar um espectáculo de rua, um festival, um desfile, com um número reduzido de pessoas, também não é muito agradável. (Drummond e Swain, 2000, p.p. 75) Kuss, Graefe e Vaske, por exemplo, não conseguiram comprovar, através dos vários estudos que desenvolveram, o princípio segundo o qual a satisfação dos visitantes decresce em função linear do aumento do número de utilizadores. (Kuss, Graefe e Vaske, 1984, p.p. 216)

As várias opções, quanto à gestão de fluxos de visitantes, implicam uma intervenção simultânea ao nível do volume e dos impactos. No entanto num estudo realizado por Glasson, em 1995, sobre a gestão dos visitantes, em 100 cidades médias da união europeia, o seu autor concluiu serem ainda poucas as que têm vindo a desenvolver estratégias coerentes no domínio da gestão dos

fluxos turísticos. Apesar das regras do desenvolvimento sustentável indicarem a utilização de políticas estratégicas, para lidar com os impactos provocados pelos visitantes, sobretudo nos centros históricos, áreas particularmente frágeis (Glasson, 1995, pp. 150), as políticas ainda não ultrapassaram, em muitos casos, a fase da elaboração de planos de promoção do turismo urbano (ver ponto 3.4).

Quadro 3.7.2 - Contacto intercultural entre residentes e turistas

<i>Positivos</i>	<i>Negativos</i>
<i>Desenvolvimento de atitudes positivas uns para os outros.</i>	<i>Desenvolvimento de atitudes negativas uns para com os outros.</i>
<i>Aprendizagem dos costumes de cada um.</i>	<i>Tensão, hostilidade, suspeita e desentendimento.</i>
<i>Redução dos estereótipos.</i>	<i>Isolamento, segregação e separação, choque de valores.</i>
<i>Desenvolvimento de amizades.</i>	<i>Dificuldades em estabelecer amizades.</i>
<i>Desenvolvimento de orgulho, apreço respeito e tolerância para com as respectivas culturas.</i>	<i>Sentimentos de inferioridade ou superioridade.</i>
<i>Aumento da auto-estima.</i>	<i>Problemas de comunicação. Etnocentrismo.</i>
<i>Satisfação psicológica com a interacção.</i>	<i>Choque cultural.</i>
	<i>Insatisfação com a interacção.</i>

Fonte: Robinson e Boniface, 1998, pp. 9

As intervenções sobre a dimensão dos fluxos podem implicar medidas consideradas duras, como proibir ou limitar as visitas. A primeira impede enquanto a segunda procura condicionar o acesso ao local, através da introdução de entradas pagas, restrições ao acesso, interdição de certas práticas, quotas de visitantes, redução do tempo de visita, ou ainda controlo apertado da promoção (Deprest, 1997, p.p. 55).

As medidas que implicam a utilização de métodos de “linha dura” são, possivelmente, as mais fáceis de aplicar e as mais efectivas no controle dos excursionistas. Contudo, nem sempre os resultados são os melhores, porque transferem os problemas para outras zonas da cidade. Veneza, ao interditar a construção de mais hotéis no centro da cidade, assistiu, em 15 anos, ao aumento da oferta noutras áreas da cidade e à progressiva perda de qualidade da procura. As regras estipuladas podem mesmo desviar os operadores turísticos da cidade, como se verificou em Salsburg. As autoridades locais aplicaram um o plano de gestão do tráfego que restringia, consideravelmente, o acesso dos autocarros de turismo ao centro histórico, medida esta que desviou, os operadores turísticos alemães os quais deixaram de incluir Salsburg nos seus itinerários de visita.

Quadro 3.7.3 – Impactos turísticos no centro histórico e seus indicadores

Impactos do turismo no Centro Histórico	Indicadores
<p>Desgaste devido ao uso. Nível de congestionamento das ruas devido aos peões. Tipos de lojas. Problemas de estacionamento.</p> <p>Novas utilizações para edifícios antigos.</p> <p>Criação de riqueza.</p>	<p>Número de visitantes. Número de lojas para turistas. Intensidade da frustração dos residentes. Percentagem de lugares nos parques de estacionamento do centro da cidade. Nível de congestionamento de tráfego. Número de edifícios históricos para uso turístico.</p> <p>Número de empregos atribuídos ao turismo.</p>
<p><u>Conflitos entre peões e veículos no Centro Histórico</u> Congestão. Intimidação. Atrasos. Ruído.</p>	<p>Número de acidentes. Quantidade de peões. Grau de conforto dos peões. Níveis de ruído.</p>
<p><u>Mudança da utilização do solo no Centro Histórico</u> Pressão para o aumento do número de escritórios. Pressão para a construção de hotéis. Declínio da população residente. Perda de lojas de conveniência. Ausência de vida à noite.</p> <p>Perda de zonas ajardinadas. Pisos superiores vagos.</p>	<p>Número de residentes. Número de escritórios desocupados. Número de licenças para construção. Intensidade do congestionamento devido ao tráfego. Percentagem do aumento do preço das rendas. Número de pessoas assaltadas à noite.</p> <p>Número de edifícios desclassificados. Número de edifícios em risco. Percentagem do aumento do preço das rendas.</p>
<p><u>Danos nos edifícios classificados</u> Emissões providas do tráfego de veículos automóveis. Vibração. Pressão turística. Pressão provinda de conversões não apropriadas. Falta de manutenção.</p>	<p>Volume de tráfego. Grau de eficácia da regulação dos fluxos turísticos. Quantidade de “graffiti”.</p>
<p><u>Perda de carácter e de cenário da cidade</u> Crescimento recente dos subúrbios. Ocupação dos espaços verdes. Obstrução da linha do horizonte.</p> <p>Mau tratamento da cidade.</p>	<p>Distância do centro às zonas rurais. Densidade de área construída compacta. Percentagem de espaço aberto por área construída. Aumento da perda da visibilidade da linha do horizonte. Intensidade da satisfação dos residentes. Percentagem de novas construções.</p>
<p><u>Impacto na cintura verde</u> Cidade abarrotada. Distorção do mercado de habitação.</p>	<p>Aumento da perda de espaço dentro da cidade. Nível dos preços dos terrenos para novas construções. Aumento do preço das habitações. Percentagem de nova construção.</p>

Fonte: Arup, 1993, in Glasson e outros, 1995, pp. 167

A gestão das tarifas pode ter um impacto muito significativo quer como método “duro” quer como “suave” de gestão. Em alguns casos, quando se deseja uma efectiva redução do número de basta aumentar consideravelmente as tarifas pagas (Patin, 1997, pp. 91-93).

A excessiva ocupação do centro histórico de Veneza obrigou a que fosse pensado um sistema geral de contingentes de visitantes. A operação consiste na emissão uma carta de pagamento do tipo carta azul que os visitantes de Veneza deveriam trazer consigo, com um determinado montante já creditado. Esta carta permite um acesso mais rápido aos locais e às visitas, pagar as contas no hotel e nos restaurantes, assim como as compras. Este sistema afastou de Veneza os visitantes sem dinheiro, pois não conseguiam pagar a carta.

Contudo, a utilização de tarifas reduzidas em horas de menor frequência, faz parte de uma actuação mais moderada que pode conduzir a resultados muito positivos (Patin, 1997, pp. 91).

Em 1994, o Louvre instituiu também um novo sistema tarifário. Acede-se às colecções com um bilhete de tarifa total, até às 15 horas e outro com tarifa reduzida depois das 15 horas. Esta nova tarifa permitiu reequilibrar a frequência entre a manhã e a tarde. Em 1993, 77% dos visitantes entravam no museu antes das 15 horas, enquanto em 1994 eram apenas 66%.

Uma terceira forma de restringir a frequência, consiste em limitar a acessibilidade aos parques de estacionamento, através da diminuição do número de lugares disponíveis ou ainda da criação de contingentes, que consiste na limitação do número de visitantes, método utilizado nos museus americanos que abandonaram o sistema de reserva.

As medidas “suaves” incluem o marketing, o planeamento e coordenação e são as preferidas dos profissionais do sector turístico. As disposições podem incluir uma melhor sinalização, um marketing mais adequado, que prolongue a época turística, evitando a sazonalidade. A reserva adiantada dos serviços é outro instrumento que se inclui neste método.

Nas grandes instituições culturais francesas, como os museus do Louvre e d’Orsay as visitas de grupo, seja qual for a sua natureza (de empresa, estudo, terceira idade, turismo) devem, obrigatoriamente, ser reservadas.

A gestão de fluxos turísticos implica, não apenas formas de intervenção sobre a dimensão da procura, mas também, operações para evitar os impactos negativos resultantes da presença dos visitantes.

O Estudo dos Visitantes de Oxford, realizado por Glasson, inventariava os problemas provocados pela ausência de uma política de gestão dos fluxos turísticos e apontava os impactos referidos no quadro 3.7.4 (Glasson, 1994, pp.142).

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

O diagnóstico da situação em Oxford demonstrava que os problemas principais estavam associados com a quantidade, com a distribuição e com o tipo de visitantes.

Quadro 3.7.4 – Resultados do Estudo dos Visitantes de Oxford

<i>Congestionamento de tráfego.</i>	<i>Estradas congestionadas, trânsito lento, parques de estacionamento superlotados.</i>
<i>Congestionamento de pessoas.</i>	<i>Multidões nas ruas, nas atracções, nas lojas, nos autocarros.</i>
<i>Concentração dos visitantes numa área limitada.</i>	<i>Concentração dos visitantes num número limitado de ruas e atracções principais. Pouca dispersão na e fora da cidade.</i>
<i>Conflitos de actividades e grupos.</i>	<i>Conflitos entre peões e carros; entre pequenos grupos e grandes grupos; entre turistas curiosos, e visitantes que desejam explorar a cidade de uma forma discreta.</i>
<i>Natureza da acomodação e das atracções.</i>	<i>Percepção da ausência de certos tipos de acomodação, de atracções e “facilities” como sinalização e casas de banho públicas.</i>
<i>Deterioração Ambiental.</i>	<i>Problemas com o lixo, com o ruído, com o fumo lançado na atmosfera, por alguns veículos, erosão dos trilhos e das obras em pedra.</i>
<i>Impactos diferenciados de acordo com o tipo de visitante ou de grupo.</i>	<i>Grupos de visitantes com interesses diversificados, que despendem montantes variados, durante a uma estadia mais ou menos longa.</i>
<i>Perdas de benefícios económicos.</i>	<i>“Mix” de visitantes e natureza das atracções em Oxford (muitas não cobravam ingressos) conduzindo a uma apreciável perda de benefícios para a economia local.</i>

No entanto, estes problemas podem ser resolvidos, através de políticas urbanas que utilizem sistemas de operação turística com o propósito de evitar os impactos negativos e beneficiar todos os interessados (turistas, empresas, instituições e população local). Canterbury, por exemplo, deu respostas aos vários problemas, que afectavam alguns grupos interessados com a adopção das medidas mencionadas no quadro 3.7.5 (Laws, 2001, pp. 90). O caso de Canterbury demonstra ainda que as cidades confrontadas com um número excessivo de visitantes podem adoptar um número muito variado de medidas para actuar, em simultâneo, sobre a oferta e a procura (Costa e Borg, 2000, pp. 15).

Agir sobre a oferta de forma a aumentar ou intensificar o grau de actuação, com o auxílio da informação, esclarecendo os turistas sobre itinerários alternativos, tentando que visitem em períodos menos procurados e diversificando a oferta de transportes.

Aceitar a situação e tentar minimizar os inconvenientes suportados pela comunidade local, através de compensações que transferiram para os turistas o ónus dos custos do turismo (tarifas diferenciadas para turistas e residentes, impostos sobre os serviços turísticos).

Agir sobre a procura, diversificando as formas de acesso, de acordo com o tipo de visitantes e racionalizando a utilização da cidade através de políticas que impliquem limitações de circulação de veículos no centro histórico ou aquisição obrigatória, no momento da reserva, de um tudo incluído de serviços ou de um cartão de crédito urbano.

No entanto, melhor que agir sobre efeito dos impactos negativos é evitar, através da definição de uma política de gestão de fluxos turísticos, que se atinja uma fase de sobrecarga intolerável, como aconteceu em cidades de arte de renome internacional. A definição do modo de orientar os visitantes para evitar as consequências indesejadas implica a opção por uma de duas estratégias - concentração ou pela sua dispersão no tempo e no espaço.

Quadro 3.7.5 - Medidas aplicadas para atenuar impactos do turismo no centro histórico de Canterbury

Interessados	Indicadores de problemas criados pelo turismo	Respostas Melhorias
Residentes	Congestionamento.	Atrair os turistas a zonas menos visitadas
Turistas	Congestionamento. Número reduzido de atracções	Criar novos itinerários, sinalização, mapas, pedonalização, Novas atracções
Operadores de autocarro	Dificuldades de estacionamento, por falta de parques.	Abrir um novo parque de estacionamento para autocarros de turismo, guias
Catedral	As multidões prejudicavam quer a experiência dos visitantes, quer a dos crentes.	Utilizar guias e exigir o pagamento de ingressos
Ambiente	Poluição.	Monitorar a qualidade do ar de alguns locais, esquema de parques e de bicicletas, para reduzir o número de automóveis na cidade. Controlo espacial através do planeamento.

As razões que conduzem à concentração prendem-se, sobretudo, com as restrições dos orçamentos temporais dos visitantes (ver ponto 3.4). As ocasiões livres para viajar apresentam uma relativa rigidez, (férias de verão, fins de semana), repetindo em muitos casos, o velho padrão “Fordista” (embora com uma tendência crescente para se tornar mais flexível). A grande concentração temporal é ainda acentuada pelas mudanças climáticas (sol e neve) e pelo tempo disponível para visitar a cidade, motivo pelo qual os turistas concentram a sua atenção nas principais atracções.

Alguns destinos têm vindo a adoptar uma política deliberada de concentração das actividades turísticas, no espaço e no tempo. Bruges perfilhou uma solução de aglomeração, acreditando que, dessa forma, o número de residentes incomodados era menor. A autarquia acredita ainda que, os habitantes da zona incluída nos circuitos turísticos conhecem as desvantagens da zona e na época baixa, podem fruir a cidade mais à vontade, enquanto os outros grupos, que não desejam contactos com os turistas, têm a oportunidade de evitar residir nesses locais.

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

Os mapas sobre as redes (“clusters”) de visita dos japoneses na cidade de Amsterdão foram investigados por Jansen Verbeke. Os referidos mapas constituem um instrumento de conhecimento detalhado do comportamento dos visitantes, através da utilização dos orçamentos espaço temporais. O estudo realizado conduziu à conclusão de que gerir os fluxos turísticos, de forma eficiente, na cidade, passa pela concentração dos visitantes (Jansen Verbeke, 1994, pp. 357).

A dispersão dos turistas, defendida pelos responsáveis de outras cidades, tem por base o argumento da injustiça a que são sujeitos apenas alguns residentes ao sofrerem, na época alta, as consequências espaciais e sociais dos fluxos turísticos. A dispersão proporciona lucros, provenientes do turismo, a um maior número de empresas e favorece uma melhor distribuição do número de turistas ao longo do ano, evitando assim, as consequências da concentração.

Pearce numa pesquisa realizada sobre os distritos turísticos de Paris concluiu, através da consulta aos livros de registo de entradas nos circuitos de Notre Dame à Torre Eiffel e, do Louvre e ao Sacré Cour, que as ligações entre as grandes atracções da cidade eram mais intensas, do que as que se estabeleciam entre vários núcleos, situados nas proximidades de cada um dos monumentos referidos. A razão, apontada por Pearce para esta escolha, prende-se com os orçamentos temporais dos turistas, mas por motivos diametralmente opostos, aos que justificam a concentração, defendida por Jansen Verbeke em Amsterdão. Com efeito, no caso de Paris, devido às restrições temporais, que exigem seleccionar apenas alguns monumentos, os turistas preferem visitar os mais conhecidos e não os localizados nas imediações dos mais notáveis. Por essa razão, o autor do estudo defende a existência, de relações funcionais em Paris, que abrangem toda a cidade e não apenas de uma determinada área (Pearce, 1998, pp. 63).

A frequência com que são visitados, tanto nos centros históricos, como nos monumentos determina a organização da circulação. A avaliação do número de visitantes que podem ser acolhidos, simultaneamente, num determinado local (avaliação provisional da procura) admite a previsão, de forma relativamente fiável, da dimensão da procura e da sua evolução. Esta indicação é preciosa para se definirem a capacidade de acolhimento em termos de superfície, volume, duração da visita e horário de funcionamento, com o objectivo de incrementar a qualidade da experiência vivida.

As dificuldades sentidas em Oxford, inventariadas pelo Estudo dos Visitantes da Cidade, já referido, conduziu a uma regulação que privilegiava a desconcentração e adopta as seguintes políticas de gestão de visitantes (Glasson, 1994, pp.142):

↪ *Maior dispersão dos visitantes, atracções e impactos por estação e local.*

↪ *Melhor captação de certos tipos de visitantes (turistas em vez de excursionistas, que trazem maiores benefícios económicos).*

↪ *Maior coordenação das políticas das instituições mais relevantes abrangendo as autoridades locais, operadores de transportes, gestores de atracções e a própria Universidade de Oxford.*

↪ *Melhor distribuição dos benefícios do turismo pelos grupos envolvidos, com grande ênfase na população local.*

A forma de organizar os circuitos também facilita a dispersão, seja num edifício seja numa zona da cidade. A duração média de visita a um local cultural é de 1.30 a 2.00 horas, variando o tempo em função da riqueza da colecção, dos objectos, da arquitectura, da decoração que se deseja apresentar. A partir dessa duração global podem ser calculados tempos de visita a uma sala, ou a uma parte definida do local da cidade, o que permite organizar os espaços de maneira a evitar a saturação muito rápida da atenção. As colecções também podem ser repartidas de modo a criar um circuito central, para o público em geral e circuitos complementares, destinados aos apreciadores.

Os casos dos museus de Atenas e Berlim

No museu nacional de Atenas, as obras mais conhecidas, descobertas em Micenas ou em Creta encontram-se numa galeria central. As galerias laterais são reservadas aos objectos com menor notoriedade e a informações complementares.

Alguns locais, como o museu de Berlim, reagruparam num circuito curto e fluido todas as obras que exercem grande atracção sobre os visitantes.

Outra estratégia para gerir os circuitos, desconcentrando, simultaneamente os turistas consiste em introduzir paragens, como se pode fazer nos circuitos urbanos, ou rupturas - alternância de espaços construídos, espaços naturais, ou ainda introduzir tácticas de interpretação variadas com abordagens do tipo pedagógico, emocional ou experimental que modulam o ritmo da visita. Em zonas com importantes espaços naturais, a criação de um centro de interpretação ou de apresentação permite sensibilizar os visitantes para os aspectos mais notáveis do local e propor vários itinerários.

A terceira táctica de regulação dos fluxos turísticos prende-se com a escolha dos segmentos alvo. Muitas cidades têm apostado na captação de turistas em vez de excursionistas, porque os primeiros gastam mais e geram menos impactos. Quando se faz uma escolha estratégica desta natureza devem ser implementadas outras políticas de gestão que a completem, como possuir um conjunto de propostas que abrangem animação nocturna que seduza as turistas. (Glasson, 1995, pp. 152)

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

O aumento da resistência do local, através do incremento da qualidade dos materiais e da sua capacidade de suportar o desgaste provocado por um uso muito intenso ou a ampliação da capacidade de acolhimento das infra-estruturas e dos serviços, formam outro conjunto de opções de gestão dos impactos. Actualmente aconselha-se um investimento na informação na sensibilização e na educação dos turistas de modo a encorajar práticas turísticas menos lesivas.

A gestão dos impactos dos visitantes exige também medidas que incluam abordagens coordenadas e simultâneas de tráfego e peões (Glasson, 1995, pp. 154-156).

Uma melhor gestão de fluxos de trânsito.

Uma melhor gestão de fluxos de pessoas.

Uma abordagem coordenada e integrada.

A gestão dos fluxos de trânsito é um tema central para a evolução do turismo nos centros históricos. Na verdade, dela depende o agravamento ou a melhoria do congestionamento (trânsito e estacionamento) nas zonas históricas. As respostas de gestão têm vindo a incluir a criação de transportes que fazem a ligação entre os terminais rodoviários e ferroviários e a zona central e a pedonalização dos centros históricos (Glasson, 1995, pp. 154). Neste sentido, a gestão dos fluxos de trânsito provocado pelo turismo insere-se numa política mais vasta para o centro histórico que se mencionou no ponto 3.4.5.

A gestão dos peões é outra tarefa que não pode ser negligenciada. O estudo europeu, realizado por Glasson permite concluir que os espaços públicos, e as “facilities” cheias de pessoas, afectam as relações entre visitantes e visitados, gerando situações de tensão e, por vezes de conflito. Uma boa informação no centro histórico pode facilitar a resolução deste problema, ao informar os turistas das várias opções de visita da cidade. A distribuição de mapas de cidade, que permitam a elaboração de um mapa mental, por parte dos visitantes, bom sistema de interpretação pessoal e não pessoal (ver ponto 3.4.6), um bom design urbano (ver capítulos 2.3.4 e 3.4.4) enriquecem a experiência do visitante. Além disso, incentivam a descoberta da cidade, evitando o seu “consumo” rápido (Glasson, 1995, pp. 154).

A abordagem coordenada e integrada da gestão dos visitantes exige a união dos interessados no desenvolvimento do centro histórico, através da criação de parcerias, que envolvam o sector público, o privado, as organizações não governamentais e a população local de maneira a encontrarem as melhores formas de implementar uma estratégia coerente. O Plano de Gestão de Visitantes de Straford, de 1991, representou o primeiro passo para a criação de uma estratégia de gestão de visitantes. O documento foi considerado pelo English Tourim Board, como o primeiro Projecto-piloto Nacional de Gestão dos Visitantes no Centro Histórico. O Programa de Acção de

Gestão de Visitantes, com a duração de três anos, promoveu a formação de uma parceria, no final de 1992, entre o sector público e o privado que decidiu aplicar as novas iniciativas de gestão dos visitantes. Simultaneamente as autoridades locais procuraram comprovar, aos residentes que, qualquer disfunção não tem, necessariamente, de ser permanente, conseguindo deste modo evitar o medo da mudança. A parte mais importante do documento dizia respeito a três aspectos da gestão de visitantes

O caso de Stratford Upon Avon

Impactos dos Visitantes – *Incluía um estudo, com a duração de 12 meses, para saber quem eram os visitantes, porque visitavam a cidade e quais as actividades que desenvolviam. Nessa altura, foi realizado um outro inquérito, com a duração de 6 meses, em que se procurava conhecer, as vantagens e as desvantagens do turismo, na óptica dos residentes.*

Acolhimento dos visitantes – *Um conjunto de iniciativas denominadas Stratford Welcome que incluíam formação profissional em acolhimento de visitantes, pacotes informativos, informação geral, mapas, patrulhas de informação aos visitantes, quadros com informação sobre o centro histórico.*

Movimentos dos Visitantes - *O programa actuou como catalisador e coordenador das actividades de várias organizações, directa ou indirectamente ligadas com os movimentos dos visitantes, que conduziram á pedonalização do centro histórico. A gestão dos autocarros implicou a criação de um parque e o aproveitamento dos transportes públicos e exigiu melhorias no ferroviário.*

O programa tinha como objectivo principal melhorar “o acolhimento e os serviços prestados aos visitantes, melhorar a gestão de impactos dos visitantes na comunidade local, com o objectivo de desenvolver o turismo como um força positiva, em harmonia com o ambiente local”.

Quando o programa terminou, em 1995, foi substituído por uma estratégia a 5 anos (1999-2004), denominada “From Strenght to Strenght” para o qual contribuiu o sucesso do primeiro programa e a existência da parceria, que desejava manter uma acção constante de aperfeiçoamento da oferta da cidade (Town Centre Management Partnership).

Fonte: Stratford-Upon_Avon's National Pilot, 1992-1995, pp.1

A gestão dos fluxos de visitantes, ao ajudar a controlar um crescimento indiscriminado da procura, impede a deterioração das características dos centros históricos regenerados, sobretudo dos que o foram em função da cultura e do turismo, porque ajuda a preservar as características distintas. Esses aspectos distintos são os garantes da manutenção da sedução que exercem sobre residentes e turistas.

3.8 - Conclusão

A elaboração deste capítulo teve por objectivo contribuir para uma melhor percepção da complexidade dos processos de regeneração dos centros históricos, do número e do tipo de decisões a tomar, da dificuldade das opções a adoptar, em áreas sensíveis da cidade sobre as quais é possível detectar uma pluralidade de pontos de vista, muitos em aberto litígio. A

3 – O turismo como propiciador da regeneração urbana

harmonização da recuperação da diversidade funcional e social pode entrar em conflito com a preservação do património. Um centro da cidade qual museu de pedra morta é socialmente injusto e economicamente inviável. Porém, uma revitalização e uma reabilitação menos cuidada, associada à introdução de uma arquitectura que não respeite o contexto local, pode destruir, em alguns meses, aquilo que levou séculos a consolidar e faz parte da identidade e da herança comum de uma comunidade. Por outro lado, a preservação do conjunto actual, sem anuir à introdução de novas peças arquitectónicas, num espaço associado à memória colectiva, representa impedir a actual geração de deixar testemunho da sua obra para o futuro.

A reflexão sobre o turismo em centros históricos indiciou também contradições e ambiguidades. Os responsáveis pelo turismo, em muitas cidades, porque não conhecem ainda o perfil da nova procura, não sabem exactamente como satisfazer as suas necessidades, como organizam as suas visitas em termos clusters de atracções e de serviços, nem como gerem os seus orçamentos temporais. A definição das políticas de turismo contínua, em muitos casos, por fazer e a de gestão dos visitantes é amplamente desconhecida, logo que se abandona o domínio das grandes cidades turísticas da Europa e os seus problemas ligados ao excesso da procura.

Apesar das contradições encontradas, no cerne dos processos de regeneração urbana e de desenvolvimento do turismo cultural, existe uma afinidade entre os dois sistemas, que nos deixa acreditar na viabilidade da sua harmonização, porque colhem mais vantagens em agir de forma integrada do que isoladamente.

Os turistas que visitam as cidades pertencem, na sua maioria, ao mesmo grupo social dos que lutaram pela regeneração dos centros históricos, nos seus países de origem. Nos nossos dias alguns residem, desempenham as suas funções profissionais (muitos no sector das artes e da cultura) e desenvolvem as suas práticas culturais e de entretenimento nessa área da cidade. Embora os processos de regeneração, como se disse, apresentem uma componente muito localizada, expressa na defesa da cultura e do património local e que constitui factor de sedução junto dos turistas, existe neste grupo uma dimensão global, que induz a uma certa conformidade de gostos e de estilo de vida. Essa consonância facilita a decifração universal de determinados tipos de códigos e de comportamentos, característicos da nova classe média favorável ao incremento do turismo cultural, fenómeno global que busca incessantemente a diferença regional ou local. Alguns países, como Singapura, conceberam programas que transformam os centros antigos, em cidades da cultura, associando os aspectos artísticos (produção cultural local) e os económicos da cultura (comercialização dos produtos culturais e desenvolvimento do turismo) e dando-lhe todo o apoio institucional.

A União Europeia, embora não possua uma política integrada, neste domínio, tem vindo a desenvolver esforços, associados à protecção do património e ao apoio à cultura comum,

contribuindo para a manutenção da sua diversidade, que se tem vindo a manifestar também na organização de grandes eventos culturais, como a capital europeia da cultura. A união, no intuito de dar a conhecer essa variedade cultural, tem favorecido as políticas para o desenvolvimento do turismo cultural, enquanto através dos fundos estruturais de desenvolvimento regional tem apoiado as acções inovadoras urbanas. Nesses projectos de inovação urbana insere-se a reabilitação dos centros históricos pela cultura ou pelo turismo, projectos que têm contribuído para o desenvolvimento dos bairros culturais, considerados os locais mais importantes de inovação cultural e de desenvolvimento através da cultura das cidades. Esses espaços da zona antiga da cidade, pelas qualidades que possuem e pelas que vão criando, através de um processo de inovação constante, transformaram-se em destinos turísticos de grande importância, como aconteceu no bairro cultural de Dublin denominado Temple Bar.

Nos países do sul da Europa, em que os níveis educacionais da população têm vindo a crescer, embora sem atingir os dos mais desenvolvidos, os turistas que se deslocam a essas regiões, em busca do sol e da praia apresentam, em muitos casos, o perfil dos novos turistas culturais. Os visitantes podem, por essa razão, auxiliar o aumento e a diversidade da produção cultural, porque a procura local, embora exista, é relativamente pequena. Essa oferta cultural, por sua vez, facilita a requalificação do turismo de sol e praia. As cidades que assim procederem estão a desenvolver a sua economia cultural, a proteger ao seu património, a dar novo folgo a um produto turístico maduro e, simultaneamente, a seguir as orientações da política europeia comum, com o objectivo de criar uma Europa culturalmente unida e diversificada. Trata-se de um novo espaço cultural, vanguarda de uma produção inovadora que transforma os centros históricos em laboratórios da produção cultural do futuro, que deve ser usufruído por todos os seus cidadãos, independentemente de serem residentes ou turistas, através se do turismo cultural.

O “segredo” do sucesso destes novos bairros culturais passa pela integração das políticas de turismo e de regeneração.

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

4.1 - Introdução

Na nossa metodologia afirmámos que o estudo que se desejava concretizar implicava, três tipos de leituras de diferenças e de semelhanças (ver ponto 5.2). Uma ao nível das linguagens paradigmáticas e das suas implicações na evolução do conjunto de saberes (estudos culturais, urbanos e turísticos) que considerámos ser os temas chave para a elaboração desta pesquisa. Uma segunda que revelasse as relações detectadas na interacção entre centros históricos cultura e turismo e, por último uma terceira que desvendasse as desigualdades e as afinidades do caso de Faro, em relação a outros contextos, referidos nos três primeiros capítulos da nossa investigação, quer em termos de linguagem paradigmática, quer de interacção entre centros históricos, cultura e turismo.

O capítulo a que agora damos início procura analisar as condições do centro histórico de Faro para oferecer uma produção cultural que contribua para a sua regeneração, através da satisfação das necessidades de turistas e residentes. No entanto a citada observação era indissociável da dissecação da compatibilidade entre regeneração da zona histórica de Faro e a requalificação do turismo de sol e praia. Esta associação faz parte da nossa pergunta de partida e obrigava-nos a uma investigação de índole regional, que abrangesse a evolução do turismo.

No nosso país, o centralismo político, tem condicionado quer a evolução dos centros históricos, quer da cultura, quer do turismo. As restrições impostas pela ditadura que teve início em 1926 e terminou em 1974 obrigam a que as análises realizadas no âmbito do turismo, da cultura e do urbanismo, tenham, obrigatoriamente, que contemplar essa dimensão, na medida em que todas as políticas, que abrangiam esses sectores eram determinadas a nível nacional. Mesmo depois da revolução democrática e da adesão à União Europeia, que apoiam a descentralização e a regionalização, temas como a evolução do turismo, a democratização do ensino e da cultura ou as políticas de reabilitação dos centros históricos, dificilmente podem ser tratados, apenas numa perspectiva regional ou local, exigindo, para uma elucidação dos problemas a inclusão da dimensão nacional. A novidade do tema também impôs um tratamento mais amplo, na medida em que não pudemos deixar de abarcar os poucos estudos que ajudam a suportar a nossa pergunta de partida, investigações que têm privilegiado a capital do país, sobretudo no que concerne a nova economia cultural em centros históricos e o enobrecimento.

A organização do presente capítulo ressent-se, por certo, mais do que qualquer outro, não só da dispersão temática, que caracteriza o método holístico utilizado mas também dos vários níveis de análise contemplados (nacional, regional e local). Apesar das restrições evocadas procurámos contemplar os principais assuntos tratados nos três primeiros capítulos, embora com uma nova estrutura.

Pelas razões evocadas, o capítulo 4 da nossa dissertação está dividido em dois pontos. O primeiro é dedicado à inserção nacional e regional e o segundo ao caso do centro histórico de Faro.

4.2 - O contexto nacional e regional

O tratamento do caso estudado pretende, como se disse, abarcar as principais questões e áreas temáticas incluídas nos 3 primeiros capítulos, de índole mais global. Por esse motivo iniciamos o ponto dedicado às dimensões nacional e regional, por uma breve síntese que incide na evolução do urbanismo e do turismo, do período tradicional ao moderno, contemplando, desse modo, uma parte importante dos assuntos incluídos no capítulo 1, embora a sua organização não seja em tudo idêntica à anterior. Pretendemos estabelecer os elos com a evolução global, principalmente com a dos outros países da Europa, mas apontámos também as particularidades, resultantes da inserção do nosso país na zona sul do continente e os aspectos distintos de índole nacional e regional. A filosofia do conhecimento que elegemos para a concretização da nossa dissertação exigia, como se pode constatar no ponto 5.2, que, assinalássemos as diferenças do objecto do nosso estudo, sem, contudo deixarmos de estabelecer também as afinidades com outros, de índole mais geral.

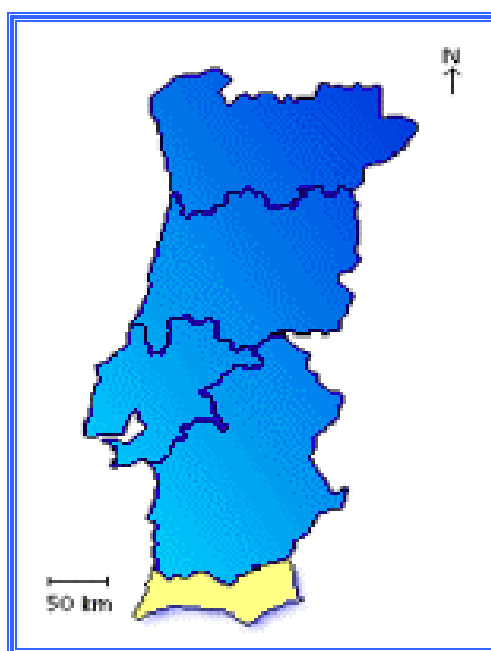
4.2.1 - Da cidade tradicional portuguesa a moderna.

A história do urbanismo em Portugal denuncia não apenas uma matriz própria, que procuramos revelar neste ponto da nossa pesquisa, mas também a pertença a um espaço mais lato, que lhe advém da sua inserção na Europa ocidental, cujos valores culturais e urbanos, sem apresentarem um carácter uniforme, denunciam uma origem comum. As grandes etapas criativas, em que se configuraram novos modelos arquitectónicos e urbanísticos, no velho continente, estão presentes nos nossos espaços urbanos, mas adaptados à nossa realidade e conjunturas próprias. Neste ponto da nossa pesquisa tentamos evidenciar o modo como se desenvolveu a arquitectura e o urbanismo em Portugal, assinalando a contribuição do pensamento e da prática francesa e britânica, cujos percursos próprios dissecámos nos pontos 1.2 e 1.4, países que, nos séculos XIX e XX, mais influenciaram o urbanismo português, sem deixar de mencionar o carácter eclético e pragmático com que as novas ideias foram assimiladas e aplicadas em Portugal.

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

A cidade portuguesa, devido à sua origem na civilização castreja tende a localizar-se perto de um rio, o que reforça a protecção e "assegura, ao longo do vale, a convergência de caminhos". Tal é a imagem das três principais cidades (Lisboa, Porto e Coimbra), nascidas todas do embrião de uma colina isolada, de um retalho de planalto, ao mesmo tempo a mais inacessível e a mais próxima da margem" (Ribeiro, in Fernandes, 1991, pp. 93). Se é verdade que a influência castreja teve impacto na evolução urbana nacional, outra ascendência se lhe pode encontrar, de raiz helenística, na medida em que as cidades localizadas no litoral, como Pégamo possuíam uma configuração idêntica às nacionais, que as relações comerciais na bacia do Mediterrâneo, se incumbiram de disseminar. A ocupação romana impôs, por fim, a muitas urbes peninsulares, o modelo ideal de racionalidade helenístico e romano, sobretudo nas do sul, como Faro, em que essa influência é notória, como afirmamos mais adiante, ascendente que determinou, igualmente, como mencionámos no ponto 1.2, a configuração da grande maioria das cidades europeias, originando alguns traços comuns em todo o continente.

Gravura 4.1 – Mapa de Portugal



CCR Algarve, <http://www.ccr-alg.pt/algarve.html>

O período árabe traduziu-se por uma ocupação do espaço, que, em muitos aspectos, entra em contradição com os valores romanos devido à atenção dispensada à vida privada e à habitação, em detrimento da pública. Esta especificidade da cultura e da religião muçulmana, embora não tenha destruído a malha romana, introduziu-lhe profunda alteração. Nas zonas em que o seu domínio se fez sentir com maior intensidade, como aconteceu no Alentejo e no Algarve, contribuiu, contudo, de forma decisiva, para a manutenção da vida das cidades, porque a idade média europeia, profundamente rural, deixou ao abandono ou em estado de grande definhamento a maioria delas. A preservação desta tradição urbana também justifica a longa adopção do estilo

românico no norte do país, como expressão de uma civilização rural, enquanto, o sul, após a reconquista cristã, aderiu ao estilo gótico, produto de uma cultura cristã europeia profundamente urbana (ver ponto 1.2), que marcou o final da época medieval, e coincidiu com o activar do comércio e do artesanato.

O despertar das cidades, no final da Idade Média, conduziu a uma litoralização de Portugal (característica dominante da ocupação espacial nacional desde essa época), centrada na costa atlântica. A acentuada vocação marítima, a localização dos núcleos urbanos a sul (fenómeno que Orlando Ribeiro, denominava tropicalismo) e a divisão entre a “alta” e a “baixa” (expressa no gosto pela residência nas áreas mais acidentadas, com maior facilidade de defesa e na definição da baixa, como uma zona com função mais comercial), constituem elementos distintos do urbanismo português (Orlando Ribeiro in Fernandes, 1991, pp. 101). Ao carácter “cêntrico e estático da urbe hispano americana, expresso na Plaza Mayor, espaço aberto e centro de todos os poderes”, a urbe lusitana vai opor o seu ex centrico e instável com a sucessiva colocação de largos (da Câmara, da Igreja, dos Conventos, ao longo da Rua Direita), modelo disseminado por todo o império português, com adaptações impostas pelo cunho específico das várias regiões do globo, mantendo, porém, algumas características que denunciam a sua origem sem a submissão a um modelo rígido, com aconteceu com nas cidades do império espanhol (Fernandes, 1991, pp.102; ver ponto 1.2).

No século XVI, verificaram-se algumas alterações do modelo original da urbe nacional numa tentativa de aproximação ao urbanismo renascentista, embora constituam actuações pontuais devido ao lento progresso do crescimento da população (ver ponto 1.2). No final do século XVII, após a Guerra da Restauração o regresso da paz propiciou um novo surto de desenvolvimento impôs um novo modelo urbanístico mais racional. Este tipo pronuncia as intervenções do reinado de D João V e, sobretudo, as do período Pombalino, que se caracterizam pela normalização do espaço centrado numa praça reguladora, tendência que, como se afirmou no ponto. 1.2, abarcou toda a Europa.

Nesta época de mudança também se assistiu a uma primeira valorização do património construído na sequência de medidas tomadas noutros países europeus, como a Suécia ou a Itália (ver ponto 1. 2). Com efeito no reinado de D João V, o alvará de 20 de Agosto de 1721, publicado para justificar a criação da Academia Portuguesa de História, aconselhava a nova instituição a estudar os monumentos, encarregando as “Câmaras e Villas deste Reyno” de cuidar dessas peças ou conjuntos de grande relevo, com sanções para quem não cumprisse (Trigoso in Pinto, 1995). Em 1802, o Bibliotecário Maior da Biblioteca Pública, recebeu, em novo alvará, o encargo do inspecionar os Monumentos Nacionais, com o objectivo de contribuir “para a conservação e integridade das estátuas, mármores, cipós e outras peças de antiguidade” num documento que

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

surge numa época pós terramoto de 1755, em que a urgência da reconstrução, por certo, provocou a perda de muito património anterior (França, 1996, pp. 26).

No período romântico, tal como se verificou nos outros países europeus, nomeadamente na Grã-Bretanha, em França e em Espanha (ver ponto 1.2) o respeito pela história e pelo património conduziu grandes nomes das letras nacionais, como Almeida Garrett e Alexandre Herculano à defesa da sua manutenção e conservação. A acção mecénica do Príncipe Consorte, D. Fernando de Saxe Coburgo Gotta, foi providencial para a preservação de muitos edifícios notáveis, objecto de grande incúria e abandono. após a extinção das ordens religiosas em 1834 (França, 1996, pp.27-29).

O crescimento das duas maiores cidades do país impôs, em meados do século, a necessidade de obrigar os municípios a planear as transformações que se mostravam inadiáveis. Nessa perspectiva, foi criada, através de um diploma de 1865, que vigorou até 1934, a figura do Plano Geral de Melhoramentos. Portugal antecedia deste modo, outros países europeus, como a Grã-Bretanha e a França (ver ponto 1.2), embora esta legislação pioneira acabasse por ser abandonada, ainda no século XIX, por excessiva governamentalização do planeamento em Portugal (ver Gonçalves, 1998, pp122-124).

A pressão no sentido da criação de uma oferta de habitação, para as classes mais favorecidas, em Lisboa conduziu à abertura da Avenida da Liberdade, em 1879 e à introdução do modelo de cidade burguesa criado por Haussman para Paris. A dita via rompia assim com os limites impostos pela reconstrução pombalina e abria uma nova linha de desenvolvimento que facilitava a implementação de um plano de expansão para norte, abandonando o modelo tradicional disposto junto ao rio. A nova orientação traduziu-se na abertura das denominadas “Avenidas Novas”, cujo eixo principal se focalizava na Avenida da República (ver França, 1989).

Esta segunda extensão da cidade revela que os técnicos portugueses se encontravam a par das grandes disputas urbanísticas da época, na medida em que a configuração ligeiramente ondulada das avenidas secundárias revela, que o projectista conhecia as críticas de Sitte à monotonia dos traçados em esquadria das cidades industriais alemãs. Esta atitude tímida, não evitou, porém, que muitas cidades médias do país adoptassem o modelo parisiense, mas com uma visão mais utilitarista, acabando por dar lugar ao que se criticava nas cidades alemãs da época (ver ponto 1.2).

No final do século XIX e durante as primeiras décadas do XX, a área nobre da capital do país, em termos culturais e sociais, continuou a não ultrapassar a cidade antiga, situando-se entre o Cais do Sodré (onde se localizava a Gare Marítima), algumas ruas da baixa pombalina o Chiado e a recém construída, Estação Central do Rossio, terminal da única linha internacional ferroviária,

protagonizada pela Sud Express (Ver Almanach Comercial de Lisboa, 1884 in Ferreira, 1994, pp.12).

O Chiado exercia um enorme fascínio sobre os portugueses, em geral e de forma particular sobre os lisboetas, porque nele se concentravam a maioria das delícias da vida urbana do século XIX, tal como acontecia, nessa época, em Paris, Londres ou Nova Iorque, Barcelona, Berlim, Viena, Praga, Munique e Zurique. Os habitantes da capital passeavam-se subindo e descendo as suas ruas, olhando as montras das lojas (sem dúvida as mais bem cuidadas do país), apreciando as novidades, procurando saber as últimas da corte, os mais recentes escândalos dos mundanos e mundanas, de artistas da Ópera ou do Teatro. Em Lisboa ir ao Chiado e não provar os bolos da Pastelaria Ferrari, ou não se mostrar no Café Marrare do Pulimento era crime de lesa reputação. Ser seu frequentador uma atitude de suprema elegância. O restaurante Tavares, e a Tabacaria Havaneza eram outros locais que constavam da agenda dos elegantes da época, assim como os teatros D. Maria, D. Amélia, S. Carlos (o único de ópera). Os bons hotéis situavam-se no Chiado, constituindo os seus espectáculos atracções tão importantes, como a vida privada de artistas e frequentadores. O Chiado transformou-se, por essa razão, na imagem da nova cultura liberal que Paris difundia, (ver ponto 1.2), onde se evidenciavam atitudes blasé (Simmel) e formas de distinção marcadas pela flânerie (Benjamin), enquanto entregava aos projectos de índole imobiliária a nova área concebida de acordo com a visão de Haussman e do gosto da burguesia parisiense (Ferreira, 1994, pp.35, a partir de Araújo, s.d., pp. 95; Carvalho, 1938, pp. 205; Queiroz, 1980, pp. 592).

A alta burguesia portuguesa, nomeadamente a lisboeta, não optou apenas pelo modelo “Haussmaniano”, tendo em muitos casos, seguido as escolhas decorrentes do modelo romântico inglês (ver ponto 1.3). A progressiva ocupação da costa de Lisboa, com a construção de moradias ao gosto revivalista, nas encostas soalheiras, com vista para o mar que dispunham de amplos jardins, constituiu um eco dessas propostas, que atingiram a sua máxima expressão na urbanização do Monte Estoril

O diploma de 1865, que vigorou até 1934, que introduzia a figura do Plano Geral de Melhoramentos tinha perdido toda a sua capacidade mobilizadora em função da excessiva governamentalização do planeamento em Portugal, como se afirmou (ver Gonçalves, 1988, pp. 122-124). No entanto, a legislação do Estado Novo, que veio substituir a anterior, revelou-se ainda mais centralizadora, porque o governo se assenhoreou de um grande número de prerrogativas municipais, desde da colecta de impostos até à escolha dos presidentes das câmaras. Ao carácter unificador do regime há ainda que acrescentar a sua índole profundamente conservadora, que, aliás, se reflectiu na sua política de turismo, pelo menos nos anos em que esteve à frente do SNI, António Ferro, tema que abordamos mais adiante. Esta natureza conservadora espelhou-se nos 5 Planos de Fomento elaborados pelo governo da ditadura, que privilegiaram, até meados dos anos

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

60, o sector da agricultura, em detrimento da indústria, a qual só apresentou características modernas, a partir dessa década (ver Costa, 1996, pp. 166-167), facto que evidencia o atraso do desenvolvimento português, em relação aos países citados no ponto 1.4.

A história do urbanismo em Portugal, no século XX, encontra-se bem documentada, como refere Costa que invoca para consolidar a sua afirmação Gonçalves, 1989, Quadros, 1989, Rosa Pires, 1992, Oliveira, 1983, Taveira, 1984 e Syrett, 1993, 1994 (ver Costa, 1996, pp.166). Nesta pesquisa sintetizamos algumas das questões tratadas por Lobo na sua investigação de doutoramento, por nos permitir estabelecer alguma analogia com as outras escolas europeias, nomeadamente a francesa e a britânica, tema que tratámos com algum detalhe no ponto 1.4. Estas duas tendências representam as duas grandes correntes de pensamento urbanístico da primeira metade do século XX e influenciaram, de forma decisiva, o nosso país, apesar dos condicionalismos próprios impostos do regime político dessa época, restrições a que já aludimos. Além dessa razão existe ainda outra que nos incitou a tomar como referência a citada investigadora, que se prende com a sua inventariação das filosofias de planeamento adoptadas para os centros históricos, no período do Estado Novo.

Em Portugal a fase de planeamento moderno teve início em 1932, com a ascensão de Duarte Pacheco, a Ministro das Obras Públicas. A nova etapa implicou a criação da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, em 1944, que se ocupou da produção sistemática de planos gerais de urbanização. Apesar das deficiências de formação dos técnicos, na medida em que, no início dessa década, Portugal apenas “contava com dois urbanistas – David Moreira e João Faria da Costa, ambos diplomados, pelo Instituto de Urbanismo Francês” a nova direcção geral procurou desenvolver uma acção favorável à difusão do planeamento urbano (Lobo, 1993, pp. 32).

A influência da Escola Francesa de Planeamento, na actividade dos primeiros urbanistas portugueses, ficou a dever-se, não apenas à formação dos dois técnicos existentes em Paris, mas também à presença no nosso país de importantes membros dessa escola, como Agache e De Groer (ver ponto 1.4). Após do fim da II Guerra Mundial, os técnicos dos serviços de urbanização passaram a fazer a sua especialização na Grã-Bretanha, o que implicou a criação de uma corrente, no seio do citado organismo, muito influenciada pelo pensamento urbanístico britânico moderno, liderado por Abercrombie. Este novo ascendente teve consequências na concepção da metodologia do plano. Enquanto os urbanistas de formação francesa formulavam o plano “de forma apriorística”, os de preponderância britânica exigiam a sua “fundamentação em extensos inquéritos e análises” (Lobo, 1993, pp. 24-33).

O Plano de Urbanização de Lisboa, um dos poucos que foi aplicado, de forma sistemática, com o recurso sempre que necessário a expropriações, por força do poder do regime salazarista e da determinação de Duarte Pacheco constitui um marco dessa associação das duas influências (ver

ponto 1.4). Fernandes afirma que a adaptação, simultânea, das duas correntes pelos técnicos portugueses proporcionou à capital do país “a dimensão, a rede viária e os equipamentos que ainda hoje a caracterizam: auto-estradas, cidade universitária, áreas expropriadas para habitação social, parques urbanos e um aeroporto” (Fernandes, 1993, pp. 119). Um dos exemplos mais notáveis desta capacidade de utilizar, de forma pragmática, os contributos francês e britânico, está consubstanciado no Bairro de Alvalade, projectado por Faria da Costa, e construído a partir de 1948. A nova área residencial da capital revelava a influência do gosto francês na organização da cidade em quarteirões, que se conjugava, de forma harmónica, com a ascendência britânica na utilização do zoneamento celular, com unidades de vizinhança, modelos urbanismo que analisámos no ponto 1.4 (Fernandes, 1993, pp. 120).

Lobo identificou, a partir de trezentos planos realizados, nessa época, algumas características próprias no planeamento português, que considera perfeitamente comparável, às dos outros países europeus (ver ponto 1.4). Nesta pesquisa apenas sublinhamos os que se relacionam directamente com o nosso tema de investigação que se passam a referir (Lobo, 1993, pp.183-186).

A cidade portuguesa dessa época revela três tipos de influências, nem sempre fáceis de identificar, na medida em que a prática eclética dos urbanistas nem sempre as permite distinguir. Deste modo, à tradicional cidade hipodâmica, uma constante histórica, que sobreviveu ao período da industrialização e às influências do urbanismo francês, do início do século XX, associaram-se, após a criação da direcção de urbanismo, os modelos da cidade jardim e a cidade radiosa os quais, como referimos no ponto 1.4 marcaram profundamente o urbanismo do século XX, conceitos que embora não tenham sido “utilizados, em Portugal, em toda a sua pureza influenciaram o urbanismo dos anos 40 e 50” (Lobo, 1993, pp.184).

O tema do património, um dos das interessantes da época, foi analisado com auxílio de três enquadramentos conceptuais que demonstram o conhecimento dos grandes movimentos internacionais da época, no domínio das intervenções nos centros históricos (ver ponto 1.4). O primeiro modelo, defendido por alguns técnicos era o mais redutor. Suportava-se nas teses de Viollet Le Duc e nas concepções dos modernistas e ficou conhecido por conservação museológica, distinguindo-se dos outros por abdicar de uma visão enquadrada das peças ou dos conjuntos no seu contexto. As propostas eram, por vezes, tão radicais que feriam, profundamente, a cultura e o património local, como sucedeu em Setúbal, com as escolhas de João de Aguiar, (autor do Plano de Urbanização de Faro, que se analisa mais adiante). Tal como os seus colegas britânicos, canadianos ou americanos, equacionou a hipótese de destruir todo o centro histórico da dita cidade (Lobo, 1993, pp. 188; ver ponto 1.4).

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

Um segundo tipo apoiava-se numa metodologia designada por conservação devota defendida pelo arquitecto De Groer, que advogava a preservação extensiva da cidade antiga, com o objectivo de assegurar a sua sobrevivência.

Os arquitectos Raul Lino e Mário de Oliveira constituíam o núcleo duro da terceira alternativa, a qual defendia o interesse dessa zona da cidade não apenas como espaço artístico e histórico, mas também como “catalisador da invenção de novos espaços urbanos”. Com essa sua atitude aproximavam-se da defendida pelos autores referidos no capítulo 2.3.4, em favor da cidade tradicional e que contribuíram para a valorização dos centros históricos das cidades, na segunda metade do século XX.

A postura dos profissionais, em relação às soluções a aplicar na cidade tradicional, teve um peso decisivo na forma como encaravam a renovação urbana. Os que acreditavam numa intervenção mais próxima dos modernistas aconselhavam, tal como os seus pares britânicos, franceses ou canadianos (ver ponto 1.4) a utilização dessa estratégia, em sintonia com a Carta de Atenas, para resolver os problemas sanitários e de circulação dos centros históricos. Esta política foi apoiada pela publicação da lei nº 2 030, de 22 de Junho de 1948, que admitia a expropriação dos terrenos em áreas sujeitas a este tipo de intervenção. A lei era muito clara ao afirmar que se podia recorrer à renovação das edificações antigas, sempre que, “reconhecidamente devam ser reconstruídas ou remodeladas, por razão das suas pequenas dimensões, posição fora do alinhamento e más condições de higiene ou estéticas” (Aguilar, Cabrita e Appleton, 1997, pp. 70).

A infeliz intervenção realizada na zona “alta” de Coimbra, por Cotinelli Telmo, que implicou a destruição da maioria dos colégios universitários renascentistas, insere-se nesta corrente de pensamento, assim como o arranjo urbanístico o bairro da Mouraria, em Lisboa, projecto do arquitecto Faria da Costa, em que se inseria o Hotel Mundial. Do amplo programa de renovação, que tinha por objectivo construir um novo bairro, a partir do arrasamento do velho bairro da Mouraria, apenas foi possível concretizar o hotel, por ausência de financiamento que possibilitasse a prossecução do dito programa. Estas actuações estavam em consonância com o que acontecia, um pouco por toda a Europa, no período do pós-guerra, como se mencionou, no ponto 1.4, embora nos países do sul do continente nunca atingissem a escala das realizadas nos do norte. (Diário de Lisboa, 1958; processo de obra nº 26 735, da CML in Ferreira, 1994, p.p 187). A política de renovação urbana, associada ao congelamento das rendas, em Lisboa e no Porto, constituíram, duas das graves ameaças à preservação do património, principalmente nos centros históricos, na medida em que embora se tivessem realizado algumas campanhas de manutenção e conservação dos monumentos, todos os outros edifícios do conjunto patrimonial foram votados ao abandono (Aguilar, Cabrita e Appleton, 1997, pp. 36). Como se afirmou no ponto 3.4.3, nos países do sul da Europa, o abandono e a inserção de edifícios de grande altura e densidade, na malha dos centros antigos, contribuíram de forma tão definitiva para a destruição destas zonas

das cidades como as operações de renovação urbana, muito mais frequentes e de grande amplitude, executadas nos países do norte (ver ponto 1.4).

Na década de 60 e 70, acompanhando os desenvolvimentos, a nível mundial, a aplicação dos princípios do planeamento modernista, acentuou-se, no nosso país. Esta disposição para a aplicação dos princípios da Carta de Atenas e para a utilização do Estilo Internacional, com a construção de blocos em altura assentes em pilares, (preconizados por Le Corbusier), rodeados de amplas zonas verdes e com segregação de tráfego tem nos bairros dos Olivais, de Chelas e de Telheiras exemplos paradigmáticos. A utilização do planeamento urbano modernista, tal como nos outros países incluídos neste estudo (ver ponto 1.4), afastou “ainda mais as cidades portuguesas da sua concepção da cidade tradicional ribeirinha”, distanciamento esse acelerado pela formação das grandes áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, entre 1950 e 1980.

O crescimento das cidades para fora da sua área administrativa, tal como nos países abrangidos pelo nosso estudo, mencionados no ponto 1.4, não foi um fenómeno exclusivo das grandes cidades, tendo ocorrido, embora com menores dimensões, em todos os meios urbanos nacionais. A partir de 1974, esta tendência agudizou-se, devido a condições específicas da gestão urbana portuguesa e à sua política de congelamento dos alugueres que conduziram à escassez de fogos para arrendamento. Além disso, verificou-se, como sucedeu noutros países do sul da Europa, nomeadamente na Espanha e na Grécia, um crescimento anárquico da cidade com base em loteamentos clandestinos, que se traduziu em perdas irreparáveis de qualidade ambiental (ver ponto 3.4.3). Os bairros foram implantados em solos com apetência agrícola, em “leitões de cheia”, ocuparam os “corredores naturais essenciais à passagem de infra-estruturas estratégicas” e destruíram a paisagem. A situação era tão grave, no início da década de 80, que foi necessário criar um novo instrumento de ordenamento do território, denominado Plano Director Municipal, que se analisa mais adiante, para inverter a situação (Ruivo e Cunha, 1998, pp.57-59).

A ocupação espacial intensificou, de forma nunca antes conhecida, a tendência tradicional para a urbanização da faixa litoral, gerando uma distribuição difusa, que teve o seu reverso na desertificação do interior “num processo assimétrico, economicamente desequilibrado e socialmente iníquo”. Deste modo a “urbanização progrediu em mancha de óleo, alastrando, sobretudo, ao longo do litoral atlântico e mediterrâneo pondo em causa a sua urbanidade identitária, que, na actualidade procuram reconstruir” nomeadamente através da reabilitação dos centros históricos (Ferreira, 2000, pp. 31; ver ponto 3.4).

Os modelos de urbanismo tradicional, “Haussmaniano”, romântico britânico (ver ponto 1.2) e modernista (quer de índole racionalista europeia, quer inspirado na cidade jardim) estão todos representados em Portugal (ver ponto 1.4), embora, devido ao pragmatismo nacional, se encontrem, por vezes disfarçados. Os seus arquétipos influenciaram o urbanismo turístico, como

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

se disse nos pontos 1.3 e 1.5, embora, no nosso país, a dificuldade de aprovação dos Anteplanos, de modo a poder impor, por via legal, as expropriações, ou mesmo o licenciamento das obras, tenha favorecido o crescimento anárquico dos subúrbios, a partir da década de 60, coincidindo com a tardia industrialização do país, que provocou fluxos migratórios do interior para o litoral. Esta característica que não é específica de Portugal, como se afirmou, mas comum a muitos países do sul da Europa. No entanto quando utilizado nas faixas litorais, como o Algarve, para responder à pressão da procura turística, teve consequências muito graves. Embora no nosso país tivessem sido tomadas medidas de planeamento e ordenamento com objectivo de evitar essa situação, não existiu uma capacidade de implementação consentânea, para acautelar o destino da região, tema que examinamos no ponto 4.2.2.1. Por ora vamo-nos focalizar na evolução do turismo em Portugal, antes do crescimento da procura do produto sol e praia dos anos 60, com o intuito de encontrar a especificidade do desenvolvimento turístico local, não deixando porém de apontar as manifestações que demonstram as suas afinidades globais.

4.2.2 - Do turismo tradicional ao moderno em Portugal.

O turismo, em Portugal, até à década de 60, período em que o Algarve se afirmou como grande destino turístico, a nível mundial, não conseguiu libertar-se dos condicionalismos impostos pela fraqueza das elites portuguesas, demasiado diminutas para propiciar o aparecimento de uma procura interna de turismo de luxo, como aconteceu na Grã-Bretanha ou em França (ver ponto 1.3). A tardia industrialização do país também não permitiu a criação de locais de lazer e turismo vocacionadas para as classes operárias, fenómeno que emergiu, no período em análise nos países mais desenvolvidos da Europa. Por outro lado, a falta de transportes, vias e terminais, não deixou incrementar, como era desejo das elites portuguesas do início do século XIX e do governo republicano, a procura turística internacional. Essa distância física, que determinou a evolução do turismo português, apenas foi quebrada nos anos 60, quando o avião a jacto deixou ultrapassar, em pouco tempo, distâncias outrora apenas transponíveis, com grandes dificuldades e sacrifícios, em dias ou semanas.

O turismo, em Portugal, no século XIX, evoluiu com base na procura das termas, como as do Luso, de Vidago e do Buçaco, das zonas balneares e das visitas às grandes cidades como Lisboa, Porto, Coimbra e à ilha da Madeira, de um modo idêntico ao descrito no ponto 1.3, embora sem atingir a dimensão dos países menos periféricos, como a França e a Grã-Bretanha.

Ramalho Ortigão, na sua obra “As Praias de Portugal”, publicada em 1876, já inventariava as zonas do litoral, do centro e do norte do país, em que se concentravam os veraneantes quase exclusivamente portugueses. As mais frequentadas situavam-se próximo de Porto (zona da Foz) e de Lisboa (costa de Lisboa) embora a Póvoa do Varzim, a Granja, Espinho, S. Pedro de Muel, a

Figueira de Foz, a Nazaré e Setúbal também fossem já muito conhecidas na altura (Cavaco, 1970, pp.267-268).

As praias situadas junto à capital, que se estendiam da Torre de Belém a Cascais foram progressivamente objecto de procura, primeiro pela nobreza, depois pela burguesia lisboeta e, numa fase posterior, à medida que os transportes evoluíram, pelas classes menos favorecidas, num processo de imitação semelhante ao descrito no ponto 1.3, para os outros países europeus, nomeadamente a França e a Grã-Bretanha, sociedades em que os burgueses imitavam a nobreza e as classes populares a burguesia. A partir da construção do complexo de Stº António do Estoril, a linha passou a ser frequentada por estrangeiros, como se menciona mais adiante (Colaço e Archer, 1943, pp. 20-44; Cavaco, 1981, pp. 26; Ramalho Ortigão, 1966, pp 145-146).

Os visitantes provenientes de além fronteiras, que demandavam a capital depressa se apercebiam de que a Lisboa que viu surgir os primeiros hotéis, era uma cidade em profunda mutação. No entanto, os bons não abandonaram o centro da cidade, como afirmámos, situando-se no Chiado, na Baixa Pombalina ou no Cais do Sodré (Almanach Comercial de Lisboa, 1884 e 1892; Anuário Comercial de Lisboa, 1906 e 1913 in Ferreira, 1994, pp. 12). Alguns destes estabelecimentos hoteleiros tinham grande nomeada, porque eram locais de encontro e de reunião de tertúlias literárias e políticas e de alojamento das classes mais favorecidas, nacionais e estrangeiras, embora a grande maioria não passassem de simples pensões, bem modestas. Na obra de Eça de Queiroz, palpita o ambiente dos mais elegantes, mas também como alguma ternura e humor, o dos mais modestos, como o Hespanhol de onde, nas palavras do escritor, “saía um cheiro enjoativo a amoníaco” (Queiroz, 1990, (a) pp.101-102; Queiroz, (b), pp.10; Queiroz (c), pp. 147-161; pp.242-247; pp.557, pp. 649 Queiroz, (d), pp. 252-255 e 364; Ratazzi, 1879, pp. 220-221 in Ferreira, 1994, pp. 11-33).

A construção do terminal internacional ferroviário (a Estação Central do Rossio), não implicou a edificação de um estabelecimento hoteleiro de raiz, tendo o actual Hotel Avenida Palace, inaugurado em 1892, resultado de uma adaptação tardia do “anexo da estação central”, para o qual tinha sido programada, inicialmente, a Estação Central dos Correios (Gazetta dos Caminhos de Ferro, 1890, pp. 179-187; Diário Ilustrado, 1892, pp. 1;Jornal de Notícias, 1892, Processo de Obra 5982, CML, Ferreira, 1994, pp. 30-33), facto que demonstra à evidência o carácter periférico do turismo português. Com efeito, na capital do país, apenas se edificou um hotel de raiz (Hotel Vitória), em 1936 (ver Diário de Lisboa, 1936; projecto de obra 48144, CML in Ferreira, 1994, pp 153-154). Além dessa construção, nas décadas de 30 e 40 só foi possível adaptar imóveis a hotéis e remodelar os estabelecimentos existentes. Até ao final década de 50, do século XX, altura em que se inaugurou o Hotel Ritz (embora se tivessem feito, desde 1891 tentativas vãs de erguer um Grande Hotel de luxo, na capital) não foi possível edificar um hotel de luxo em Lisboa. Nos anos 50 foi possível inaugurar mais 8 unidades hoteleiras, demonstrando, de forma óbvia que as

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

dificuldades sentidas na progressão da capacidade de alojamento, na capital do país se deviam ao peso da distância física e ao carácter elitista do turismo (ver ponto 1.3). O condicionamento exercido por estas duas causas associadas, ao longo do período que precedeu a eclosão do turismo de massas e a utilização do avião a jacto, para fins comerciais, pode ser avaliado também, através deste tipo de indicadores (ver *Le Soleil à Lisbonne*, s.d, pp. 27. Athayde, 1912, pp.118; Silva, 1912, pp. 383; *Revista de Turismo*, 1919, pp. 85; *Diário de Lisboa*, 1922, pp.4; ABC, 1922, pp. 5, *Diário de Lisboa*, 1923, pp. 4; *Diário de Lisboa*, 1929, pp. 6; *Novidades*, 1929, pp. 4; *Diário de Lisboa*, 1929; *Diário de Lisboa*, 1930, pp. 8; *Processo de Obra Prédio Demolido 495 CML*; *Diário de Lisboa*, 1930, pp. 5; *Arquitectura*, 1953 *Diário de Lisboa*, 1955, pp. 1 e 11; Binário, 1959, *Diário de Lisboa*, 1959, pp. 17; *Processo de Obra 27777*, CML in Ferreira, pp. 42-80).

O turismo, devido ao incremento dos fluxos, provenientes do norte da Europa, que “exportavam” todos os anos, para o sul do continente, “milhões de indivíduos à procura de clima quente”, despertou o interesse das elites lisboetas as quais criaram, em 1906, a primeira organização, de carácter privado, interessada na promoção e valorização do turismo, denominada Sociedade de Propaganda de Portugal (ver Costa, 1906, pp. 1). Em virtude do entusiasmo e empenhamento dos seus membros conseguiu organizar, na capital, em 1911, o IV Congresso Internacional de Turismo, que mobilizou todo o governo republicano e teve como consequência prática a criação da Repartição do Turismo e do seu órgão consultivo, o Conselho de Turismo. A nova instituição instalou-se, com inúmeros constrangimentos, tantos que até o mobiliário foi comprado no ferro velho, episódio que nos permite avaliar a autonomia financeira, consignada no decreto-lei nº 115 de 1911, documento que institucionalizou a sua fundação (Ver C I T, 1911, pp. 20; Pina, 1988, pp. 23). Apesar das grandes restrições de carácter financeiro, da instabilidade política e das vicissitudes que marcaram a sua existência, a Repartição de Turismo, que peregrinou de ministério em ministério, conseguiu, na década de 30, assegurar a abertura de delegações em Londres Paris, Nova Iorque e Amesterdão (Correia, 1992, pp. 139-140 in Ferreira, 1994, pp.48-83; Edwards e Sampaio, 1993, pp. 265).

Neste período apenas um projecto turístico, de nível internacional, obedecendo às normas arquitectura e do urbanismo balnear foi bem sucedido - a urbanização de Sto António do Estoril - um plano imobiliário e turístico, ao estilo dos seus congéneres franceses, de inspiração “Hausmaniana” (ver ponto 1.3). Este conjunto só ganhou renome, porém num período tardio, em comparação com os seus congéneres europeus, êxito que se ficou a dever aos refugiados, de elevado nível social, que escolheram Portugal como local de exílio, durante a Segunda Guerra Mundial. Sem essa presença, condicionada pela guerra, o Estoril, talvez nunca tivesse passado de uma iniciativa desproporcionada, desenquadrada da realidade portuguesa e votada ao abandono. A nova estância termal, desportiva e balnear, expressão que definia o conjunto turístico, no documento elaborado pela sociedade responsável pela sua realização possuía todas as atracções que cativavam as classes mais favorecidas da época (Estoril, Estação Marítima,

Climatérica Thermal e Sportiva, 1914; Briz, 1989; Ferreira, 1994 pp. 89-110; Silva, 1991, pp. 46-50).

Em termos de urbanismo balnear podemos encontrar na costa de Lisboa as duas tendências inventariadas no ponto 1.3, que correspondem aos modelos de urbanização turística do século XIX. O modelo romântico britânico, no Monte Estoril, cujo sucesso dependeu do gosto das elites portuguesas da época, tendo por essa razão permanecido um projecto imobiliário, vocacionado para o mercado interno e o “Hausmaniano” representado por Stº António do Estoril, de índole turística e ao gosto francês, que ficou a dever a sua fama a conflagração mundial que transformou quase todo o continente europeu num campo de batalha.

No sul a situação não diferia do resto do país, no que concerne o turismo balnear, tendo cada localidade algarvia eleito a sua praia favorita: “Lagos, *D. Ana*; Portimão, *Rocha*; Silves, *Pêra* e Alcantarilha, *Armação de Pêra*; Paderne e Guia, *Albufeira*; Boliqueime, *Olhos d’Água*; Salir, Loulé e Almansil *Quarteira*. A leste desenvolvia-se a laguna de Faro e a restinga só encosta à terra firme para lá de Cacela, na Manta Rota” (Cavaco, 1970, pp. 269).

Gravura 4.2 – Mapa do Algarve



CCR Algarve, <http://www.ccr-alg.pt/algarve.html>

A praia da Rocha que registava uma procura apreciável por parte de residentes, de lisboetas e de andaluzes, possuía um Casino e, embora não contasse com nenhuma unidade hoteleira de relevo, nem mesmo de uma estrada alcatroada, a sua beleza natural e as qualidades da água conduziram ao incremento do número de veraneantes. Monte Gordo, estância balnear que foi cuidadosamente estudado por Cavaco era, nessa altura, também, uma praia muito procurada (Cavaco, 1974, pp. 75-99).

O I Congresso Regional Algarvio foi organizado por Tomaz Cabreira, Ministro das Finanças da 1ª Republica e deputado pelo Algarve, que era uma incansável defensor do desenvolvimento turístico da região, como comprova seu livro, “O Algarve Económico”. Na citada reunião o arquitecto Raúl Lino apresentou o seu “Hotel Portuguez para ser construído no sul do paíz”, que constituiu a única reflexão teórica elaborada no nosso país, sobre arquitectura hoteleira, durante a primeira metade do século XX. A apresentação deste importante estudo, num congresso sobre a

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

região algarvia, demonstra as aspirações de desenvolvimento turístico das elites locais. O Algarve lutava, contudo, com dificuldades quase inultrapassáveis, das quais destacamos, pelo seu contributo decisivo para o incremento do turismo, a questão das acessibilidades. A região não dispunha de uma rede viária interna que ligasse a região ao resto do país, contando apenas de um comboio semanal entre a capital do país e Lagos (Flores, 1999, pp. 599; Lino, 1918, pp.108-110; Ferreira, 1994, pp.122-124).

Quadro 4.1 - Entradas de estrangeiros em Portugal entre 1936 e 1949

		1945	1946	1947	1948	1949			
		28446	44385	61266	54156	55400			
1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	
51124	33061	27204	26161	38697	41710	32064	33688	25636	

Fonte: Cunha, 1997, pp.91

A política do Estado Novo para o turismo, regime que resultou da revolução de 1926, obedecia ao pensamento conservador que acompanhou os planos de fomento os quais favoreciam a agricultura, em detrimento da industrialização. Por essa razão o poder valorizava, de igual modo, como recurso turístico, a herança rural, os usos costumes e tradições nacionais, em prejuízo das cidades e do litoral. António Ferro, o seu mentor, considerava que Portugal não dispunha de um património histórico e monumental, de índole urbana, que pudesse rivalizar com outros países europeus, facto que aconselhava a exploração da tradição rural apoiada no espírito hospitaleiro do nosso povo (Ferro, 1949, pp. 34-52). Esta mensagem servia também as intenções da propaganda do regime, ao difundir uma imagem idílica e bucólica do nosso país, tão acalentada por Salazar. Desta forma, quando tomou conta do Secretariado de Propaganda Nacional, em 1933, para o qual transitaram os serviços de turismo em 1939, dando lugar ao Secretariado da Informação Nacional, Cultura e Turismo em 1944. Ferro patrocinou os grupos folclóricos, o artesanato, a gastronomia local e a construção ou adaptação de monumentos a pousadas, de acordo com o que era entendido como estilo regional. O quadro 4.1 mostra a evolução do número de entradas de visitantes nos anos que foram marcados pela Guerra Civil de Espanha e pela II Guerra Mundial, evidenciado que só foi possível ultrapassar os números de 1936 em 1946 (ver a este propósito Cavaco, 1969, pp.221).

No Algarve, durante os anos 30, a Praia da Rocha continuava a ser a principal atracção turística, iniciando-se, nessa década, os primeiros fluxos turísticos ingleses. A falta de equipamentos hoteleiros foi atenuada, em 1932, com a inauguração do Grande Hotel da Rocha e pelos melhoramentos introduzidos no Casino, embora persistisse a falta de infra-estruturas viárias. A intenção de implementar um Plano de Urbanização para a Praia da Rocha gorou-se, por divergências entre autoridades nacionais e municipais, conflitos que envolveram parte da

população local. Nesse período, Monte Gordo transformou-se na praia favorita dos alentejanos e dos andaluzes enquanto a popularidade das praias de Faro, do Carvoeiro e de Albufeira aumentou consideravelmente. Todos estes esforços se esboroaram com o início da guerra civil de Espanha e, pouco depois, com o eclodir da segunda guerra mundial (Flores, 1999, pp. 607).

Quadro 4.2 - O crescimento da procura turística entre 1950 e 1963 – Entradas de estrangeiros (

1950	1951	1952	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963
76307	86576	110011	152690	165460	202190	232261	251385	263890	269000	375450	409505	514069

Fonte: Cunha, 1997, pp.91; Portugal País de Turismo, anos de 1952-1958

A conjuntura, europeia, após a recuperação dos danos causados pela conflagração, caracterizada por um acentuado crescimento da procura, implicou a elaboração do Estatuto do Turismo, ainda no período em que Ferro esteve frente do SNI (Secretariado Nacional de Informação), aprovado pela Câmara Corporativa. Marcelo Caetano, presidente da referida corporação que desempenhou um papel de grande relevo na definição final do referido estatuto, diploma através do qual foi reactivado o Conselho Nacional do Turismo e instituído o Fundo de Turismo, entidade encarregada de conceder crédito hoteleiro, empréstimo que se atribuía pela primeira vez em Portugal. A criação do Fundo de Turismo denota a envergadura que a actividade ganhou, ao longo da década de 50 e manifesta a vontade de oferecer alojamento condigno aos visitantes, em constante crescimento, que demandavam o nosso país, incremento que se pode constatar através de uma consulta ao quadro 4.2.

4.2.2.1. - O crescimento turístico no Algarve a partir da década de 60

Os turistas na década de 60 abandonaram as tradicionais visitas às cidades e optaram pelo litoral em busca de sol e praia. Esta motivação transformou o Algarve, na zona turística mais importante do país (ver gravura 4.3). O modelo de desenvolvimento turístico algarvio concebido pelos poderes públicos do governo da ditadura, na década de 60, revelou, em oposição a outras regiões do sul da Europa, nomeadamente certas zonas de Espanha, que assentava numa rigorosa programação (ver ponto 1.5). Os ante-planos (Ante-plano Regional do Algarve), os estudos prévios (Plano de Valorização Turística do Algarve), investigações que foram concluídas e os pedidos de elaboração do “Inventário, Preservação e Recuperação de Elementos Urbanísticos e Arquitectónicos nos Aglomerados do Algarve”, e do plano de “Ordenamento Paisagístico do Algarve”, solicitados, respectivamente aos arquitectos Cabeça Padrão e Viana Barreto, demonstram claramente essa intenção. O Ante-plano Regional do Algarve é, um documento sobejamente divulgado, mas o de Valorização Turística, tanto quanto nos foi dado averiguar,

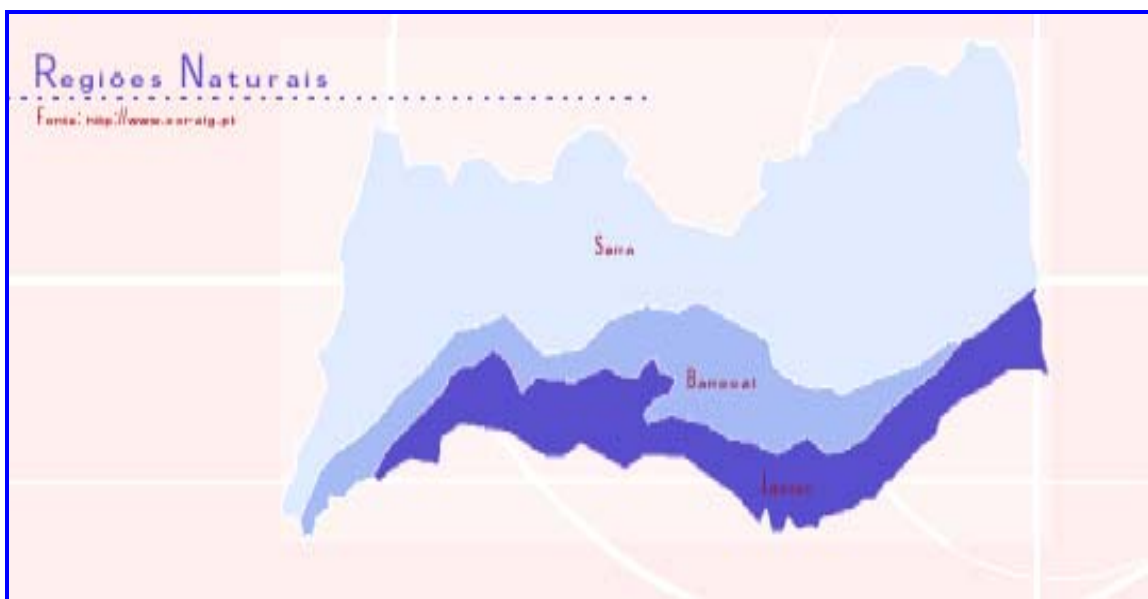
4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

permanece quase desconhecido, razão pela qual os investigadores que se têm debruçado sobre o fenómeno turístico no Algarve, não têm salientado a tentativa de construir um modelo de desenvolvimento integrado para o turismo regional.

Os documentos elaborados viram, porém, a sua aplicação comprometida, por não terem dado origem a planos aprovados. Esta circunstância determinou que as câmaras, embora dispondo de instrumentos de planeamento de dimensão regional e, em alguns casos, de Anteplos de índole local (que se mencionam mais adiante), não tivessem podido adoptar uma política de solos adequada (Lobo, 1993, pp.36-42). Apesar destas restrições, os autarcas de Faro, na década de 60, como se comprova no ponto 4.3.1, tentaram aplicar as recomendações do Plano de Valorização Turística do Algarve, investindo nos recursos aconselhados no referido documento (património, cultura, lazer e desporto).

O esforço dispendido, na elaboração dos documentos de planeamento e ordenamento evidenciam o desejo de aumentar procura turística internacional, quer como forma de captar divisas com o intuito de ajudar a equilibrar as contas externas, quer para quebrar o isolamento do regime, a nível internacional, aspectos contemplados também no modelo de desenvolvimento do turismo espanhol.

Gravura 4.3 - Regiões Naturais do Algarve



Fonte: DREA, Comércio no Algarve, pp. 6 <http://www.dre-algarve.min-economia.pt/estudos/comerciofinal>

Os impactos do turismo, nas actividades económicas nacionais e regionais, durante os anos 60, foram estudados por Cavaco. A investigadora afirmava, em artigo de 1969, que, devido ao facto da maioria das transacções portuguesas se fazerem, nessa época “com os principais países emissores de clientela turística internacional” era possível compreender que “no aspecto macro económico, o turismo, com a respectiva entrada de divisas, representasse para Portugal uma importante possibilidade de salvar, pelo menos aparentemente, a independência económica”. Na verdade, só entre 1961 e 1966, o valor da exportação de serviços de turismo cresceu à taxa média anual de 48% (Cavaco, 1969, pp.220-221). Por esse motivo, o regime reconheceu a importância do turismo nos Planos de Fomento para 1965-67 e para 1968-72, apesar de todas as contradições que introduzia na cultura isolacionista e conservadora, que desejava abandonar apenas na aparência (ver Costa, 1996, pp. 179; Pina, 1988).

O governo da ditadura tentou, como se afirmou, preparar a região para o crescimento da procura turística, motivo pelo qual deu início, em 1946, ao processo de construção do Aeroporto de Faro, aprovado em 1962 e inaugurado a 11 de Julho de 1965, (ver gravura 4.4). A transportadora aérea nacional abriu a sua delegação na capital regional, em Janeiro desse ano e desempenhou um papel fundamental no transporte de turistas para a região (Jornal do Algarve, 1965). O número de passageiros que trouxe para o Algarve aumentou de forma dramática na década de 60. Basta, porventura, referir que, em 1965, totalizavam 4670, enquanto em 1967 atingiam 42.636. O crescimento da procura turística, expresso em número de voos realizados, revelava a mesma progressão, ao aumentar de 146, em 1965, para 989, em 1967, atingindo o pico mais elevado da década em 1969, com a concretização de 1370 viagens. Nesse período a TAP assumiu um papel de grande relevo, na promoção da região, ao proporcionar visitas “a 1079 agentes de viagem, em 80 grupos”, de várias nacionalidades (O Algarve, 1968).

Gravura 4.4 - Acessibilidades do Algarve



Fonte: DREA, Comércio no Algarve, pp. 6 <http://www.dre-algarve.min-economia.pt/estudos/comerciofinal>

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

As estatísticas de 1963 mostram-nos, porém, um turismo ainda em estado embrionário, “com três dezenas de estabelecimentos hoteleiros” (hotéis, pensões e pousadas) totalizando umas 1500 camas em todo o Algarve. (A.R.A, 1969, pp.178). Cavaco, por seu lado, referencia 57 estabelecimentos hoteleiros em que se contavam “7 hotéis, dos quais 5 de primeira classe, 6 pousadas e estalagens e 44 pensões” (Cavaco, 1969, pp.238).

O III Plano de Fomento, reconhecia a necessidade de “promover o desenvolvimento regional, nele se tendo estabelecido “de forma integrada, os objectivos, as medidas para o concretizar, bem como as estruturas para implementar as “Comissões de Desenvolvimento Regional” (ver Martins, 1997, pp. 106). Neste mesmo enunciado incluía-se uma “Proposta para o Ordenamento de Território” que nunca foi elaborada, embora tenha conhecido ampla divulgação e fundamentado algumas das medidas tomadas em muitos sectores. No entanto, no caso do Algarve, o governo desejou ir mais longe, como se afirmou e estabelecer linhas orientadoras do seu planeamento e ordenamento.

O planeamento da região começou a ser estudado antes da abertura do aeroporto de Faro, tarefa partilhada entre o SNI e a D G S U. Os serviços de urbanismo criaram, em 1963, um Gabinete Técnico, assistido por uma Comissão Consultiva, em que estavam representados todos os departamentos do Estado interessados no planeamento do Algarve, como a administração local e as organizações ligadas à actividade turística. O departamento solicitou a colaboração do técnico italiano Luigi Dodi e da sua equipa para a elaboração do “Ante-plano Regional do Algarve”, estudo concluído no ano de 1966.

O Ante-plano é um documento extremamente interessante, porque a sua preparação se baseou num inquérito exaustivo com o fim de ordenar a urbanização na faixa litoral. Além da análise da economia regional procedia, simultaneamente, ao exame dos problemas sociais, com o objectivo de fundamentar as disposições do plano, em relação ao nível de desenvolvimento turístico mais conveniente e seu escalonamento temporal, face aos recursos existentes.

O autor do citado documento, ao contrário do que tinha sido proposto como modelo de intervenção em outras zonas turísticas, defendia um desenvolvimento de “baixa densidade”, paralelo à costa, “em pequenas bolsas isoladas entre si”, mas “articuladas com a 125”. Estas orientações estiveram na origem de empreendimentos tão conceituados como a Quinta do Lago, Vilamoura e Vale de Lobo e permitiram que o Algarve mantivesse, durante as décadas seguintes uma imagem de qualidade, pesar da intensificação dos fluxos e da ocupação anárquica do litoral a que se assistiu (Mendes, 1991, pp.39).

O Ante-plano é ainda um documento fundamental, para o conhecimento da atenção dada à protecção ambiental da região, qualidade que se desejava incutir ao nível do plano e que se

reflectia na proposta de cálculo da “capacidade teórica de hospedagem” (fixada pela relação entre o comprimento e amplitude das praias e o número de lugares cama à disposição dos hóspedes).

A determinação da capacidade de carga foi acompanhada pelo cálculo do número aceitável de turistas a receber face à produção de bens alimentares da região, indicador precioso para avaliar a “potencialidade económica”. Conquanto pudessem ser importados tornava-se muito mais vantajoso produzir esses bens a nível local (A.R.A., 1969, pp.178). Neste aspecto, o Ante-plano aproxima-se do modelo de desenvolvimento turístico espanhol, como se pode verificar através da leitura do ponto 1.5. Cavaco, no seu artigo de 1969, já referido, confirma esta política ao referir que se esperava “do turismo um novo impulso para a agricultura da região, através do fornecimento das unidades hoteleiras de produtos de qualidade, através de contratos de produção-consumo entre as organizações de agricultores e de turismo” acrescentando ainda a investigadora que se acreditava poder “aproveitar o aeroporto de Faro para alcançar os mercados europeus” (Cavaco, 1969, pp.226).

O arquitecto Carlos Ramos, responsável pelo Plano Nacional de Turismo (1986-1989) considerava o referido Ante-plano um marco da história do planeamento turístico em Portugal, defendendo que, apesar das suas limitações, só 20 anos depois Portugal pode contar com outro de nível idêntico (Ramos, 1986, in Costa, 1996, pp. 15).

O Ante-plano Regional do Algarve estava ainda em fase de elaboração quando a ele se veio juntar, em 1963, um estudo mais específico para o turismo denominado “Plano de Valorização Turística do Algarve - Estudo Preliminar”, executado, a pedido do SNI, pelo arquitecto Paulo Cunha, colaborador da direcção de planeamento. Este estudo era conhecido pelos autores do Ante-plano Regional porque o referiam quando tentavam calcular as necessidades de alojamento, para a década de 70, afirmando que a previsão de execução se iniciava em 1967, porque até ao final do ano de 1966, o crescimento tinha sido restringido pelo P.V.T.A., do arquitecto Paulo Cunha (A.R.A., 1966, pp. 198).

A investigação do arquitecto Paulo Cunha incluía um inquérito geral, que serviria de base ao esquema orientador da urbanização da faixa litoral, zona onde se concentrava a actividade turística. O projecto foi analisado pelos departamentos técnicos que podiam contribuir para a concretização das grandes obras de infra-estruturas previstas, como auto-estradas, ou vias rápidas de ligação a Lisboa e à fronteira espanhola, a ponte sobre o Guadiana, a ampliação dos portos, as obras de defesa das praias, o abastecimento de água, e a rede de saneamento básico. Ainda na fase de definição foi acordado entre os diversos organismos da administração pública (Direcção dos Serviços Hidráulicos, Junta Autónoma e Secretariado Nacional da Informação e municípios) a capacidade turística aceitável para a região, para o triénio que mediou entre 1963 e 1966 (a partir dessa data, como afirmámos no paragrafo anterior os cálculos da referida

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

capacidade foram atribuídos aos autores do Ante-plano de Desenvolvimento Regional). O limite estabelecido situava-se nas 7 104 camas em hotéis e 7 500 em parques de campismo, num total de 14 104. As unidades de alojamento e os parques de campismo, de acordo com as necessidades previstas para cada modalidade de turismo, deviam localizar-se em Monte Gordo, Tavira, Faro, Vale de Lobo, Quarteira, Olhos de Água, Oura, Albufeira, Sesmarias, Pêra, Armação de Pêra Senhora da Rocha, Praia do Vau, Três Irmãos, Penina e Praia da Luz,

A política de turismo adoptada era favorável à implantação de hotéis, considerados mais vantajosos, para o país, em termos de interesse público, em desfavor do imobiliário turístico, encarado como mais penalizador quer para o património paisagístico algarvio, quer para o incremento de outras actividades económicas. O limite estabelecido era também o mais proveitoso para a manutenção da qualidade dos serviços prestados aos visitantes porque o número de profissionais qualificados era reduzido (Comércio de Portimão, 1964 in Ferreira, 1999, pp.985, P. V. T.A., 1963, pp. 133-135).

O Antepiano de Desenvolvimento Regional e o Estudo de Valorização Turística, apesar de profundamente governamentalizados por um regime excessivamente centralizador, inseriam-se na corrente racionalista, que dominava a teoria do planeamento, na maioria dos países desenvolvidos, na medida em que imputavam ao sector público a responsabilidade pela sua aplicação e evidenciavam, em simultâneo, a aceitação da infalibilidade das decisões dos técnicos (ver ponto 1.4). O segundo, de Paulo Cunha, reflecte, de forma mais expressiva, essa influência ao evocar o “bem comum” para fundamentar as decisões tomadas e ao aceitar, explicitamente, constituir obrigação do estado arcar integralmente com o ónus de todas as mudanças a introduzir de modo a que a região pudesse oferecer um produto de qualidade. Este segundo aspecto, como se disse no ponto 1.5, constitui um traço comum do papel desempenhado pelo estado, quando os países se encontram nas primeiras fases de desenvolvimento turístico, como revelaram os estudos efectuados pela OMT. Importa ainda sublinhar o carácter integrado, do planeamento que se desejava implementar, na medida em que os documentos se completam. Acresce que ambos se fundamentavam em inquéritos e análises que consolidavam as soluções propostas para resolver problemas como a acessibilidade, o saneamento básico, a produção alimentar, os recursos humanos e a sua formação, a desconcentração territorial dos turistas, através da concepção de itinerários regionais e da sua inserção noutros mais abrangentes de índole internacional (ver também capítulos 3.5 e 3.7).

A elaboração de ante-planos para o Algarve, de dimensão local, que se inventariam no quadro 4.3, precedeu a preparação dos de nível regional, e demonstra, de novo a intenção de dar a toda a programação realizada um carácter integrado. A morosidade da administração central, na aprovação dos planos que deveriam suceder aos ante-planos e a falta de levantamentos topográficos, travaram a acção das câmaras na medida em que só podiam impor expropriações

por via legal, como já se afirmou, se possuísem plano aprovado facto que contribuiu para o crescimento desordenado do litoral algarvio, nas décadas de 70 e 80 (Lobo, 1993, pp.36-42).

Cavaco, no documento de 1969 que temos vindo a evocar, revelava o impressionante crescimento da procura, entre 1962 e 1965, liderada pelos ingleses, que elegeram Albufeira, Faro e Monte Gordo como seus destinos favoritos, aumento que desacelerou a partir desse ano, mas foi compensado pelo crescimento do número de alemães os quais preferiram Lagos, Portimão e Sagres (Cavaco, 1969, pp.237). Nos anos 60, não existia uma sazonalidade tão acentuada como a que se veio a revelar a partir da década de 80, responsável por grande parte dos impactos causados, porque os turistas não visitavam a região em simultâneo. Os americanos vinham de Abril a Outubro, os alemães de Maio a Setembro, os ingleses de Junho a Setembro, os franceses em Julho e Agosto, e os suíços se distribuíam ao longo do ano (Cavaco, 1969, pp. 238).

Logo em 1968, o estado português procurou implementar as decisões propostas no Ante-plano de Desenvolvimento Regional. Em Janeiro desse ano, o Jornal do Algarve anunciava a intenção de se dar início à abertura de uma auto-estrada, reduzindo, deste modo, as assimetrias regionais. A 24 de Fevereiro, o IV Plano de Fomento (1968-1972) declarava a intenção e construir uma via rápida entre Lisboa e o Algarve, paralela à costa, que se prolongaria, em sentido longitudinal, até à fronteira espanhola. A Região de Turismo do Algarve, criada em 18 de Março de 1970, através do decreto-lei 114/70, durante os 5 anos que se seguiram, teve a seu cargo a implementação de um vasto programa de infra-estruturas e equipamentos, num montante de 5 milhões de escudos, situação que confirmava a disposição de criar as condições mais favoráveis para o desenvolvimento regional e do turismo (Costa, 1996, pp. 182).

Quadro 4.3 – Ante-planos elaborados para o Algarve nos anos 50 e 60

Local	Responsável pelo Antepiano	Data de Aprovação
Faro	<i>Arquitecto João de Aguiar</i>	<i>1945</i>
Lagoa	<i>Arquitecto. Mário Oliveira</i>	<i>9-3-49</i>
Lagos	<i>Arquitecto Miguel Jacobetty</i>	<i>24-5-57</i>
Monchique	<i>Arquitecto Mário Oliveira</i>	<i>1-7-57</i>
Olhão	<i>Arquitecto João Aguiar</i>	<i>31-7-45</i>
Portimão	<i>Arquitecto Costa e Silva e Eng. Santos Silva</i>	<i>3-11-50</i>
Praia de Quarteira	<i>Arquitecto Paulo Cunha</i>	<i>26-6-53</i>
Praia do Ancão	<i>Direcção Geral dos Serviços de Urbanização</i>	<i>23-6-58</i>
Praia de Armação de Pêra	<i>Arquitecto Paulo Cunha</i>	<i>10-10-58</i>
Praia de Montegordo	<i>Arquitecto J Ribeiro de Oliveira</i>	<i>22-7-58</i>
Praia de Tavira (Arr. Urbanístico)	<i>Arquitecto Jácome da Costa</i>	<i>6-5-60</i>

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

Tavira	Arquitecto Raúl Lino	4-9-54
Vila do Bispo	Arquitecto Carvalhosa e Oliveira	11-1-60

Fonte: Lobo, 1993, Anexo III.1

Nos anos que se estenderam de 1963 a 1974 assistiu-se a um enorme incremento da procura turística em Portugal como se pode verificar pela consulta do quadro 4.4, que excedeu a registada em qualquer outro país da OCDE e resultou, em parte, da redução dos preços das viagens turísticas, nos países emissores, devido à generalização do tudo incluído (Lewis e Williams, 1991, pp.108). No entanto, o citado crescimento colocava em causa o desenvolvimento planeado da região. Com efeito, o modelo que perpassava o Ante-plano e o estudo de valorização turística defendia um controle da ocupação do espaço muito apertado, e contemplava unidades hoteleiras de luxo com intuito de captar turistas com grande capacidade económica, enquanto a procura efectiva evidenciava um crescimento acelerado de um turismo de massas com rendimentos médios ou mesmo baixos. Esta tendência do modelo de consumo turístico “Fordista” agudizou-se na década de 80, altura em que a região foi submetida a um ritmo de construção intenso e descontrolado, idêntico ao dos bairros suburbanos das grandes cidades como Lisboa e o Porto ilustrado pelo acentuado aumento do número de camas que passaram de 78 000, em 1980, para cerca de 250 000 no final da década (Rosa Pires e Costa, 1992, pp. 108).

Quadro 4.4 - Evolução do número de estrangeiros em Portugal entre 1964 e 1973 - Unidade: Milhares

1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
1510	1929	2511	2785	3343	3867	3925	4078

Fonte: Cunha, 1997, pp.94

Em 1975, devido à desvalorização do dólar e ao aumento do preço do transporte aéreo em consequência da crise do petróleo, a que se associou, no nosso país, a instabilidade provocada pelo período mais radical da revolução, iniciada em 25 de Abril de 1974, a procura decresceu (ver quadro 4.5). A conjuntura depressiva, interna e externa, só foi ultrapassada em 1977 quando o número das chegadas superou as verificadas 1973, ano em que se tinha atingido 4 milhões de visitantes estrangeiros (Lewis e Williams, 1991, pp.108).

Entre 1978 e 1987, ocorreu o maior aumento de visitantes em Portugal (ver quadros 4.5 e 4.6), registando-se um acréscimo numérico de 3.4 milhões para 16.2 milhões (turistas e excursionistas). Nos dois anos seguintes o incremento foi mais moderado, não ultrapassando os 16.5 milhões de visitantes em 1989 (ver quadro 4.6). Em 1990 verificou-se uma nova dilatação da procura que atingiu 18.4 em 1990 e 19.6 milhões em 1991 (Edwards e Sampaio, 1993, pp. 268; ver quadro 4.7).

Quadro 4.5 - Evolução do número de estrangeiros em Portugal entre 1974 e 1983 - Unidade: Milhares

1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
2622	1966	2178	2962	3389	5287	6977	7277	7299	8875

Fonte: Cunha, 1997, pp.96

A subida numérica não se reflectia, porém, numa melhoria paralela da qualidade dos visitantes na medida em que se assistiu ao estabelecimento de uma relação inversa entre o crescimento, em termos de números e em termos de receitas. Basta, porventura, referir que entre 1987 e 1992, enquanto o número de visitantes cresceu 27%, o total da receita real diminuiu em 3% (Costa, 2001, pp.77). Esta situação segue o padrão típico do sul da Europa, de que o modelo espanhol, analisado no ponto 1.5 constitui exemplo maior.

Quadro 4.6 - Evolução do número de estrangeiros em Portugal entre 1984 e 1994 - Unidade: Milhares

1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
9811	11692	13057	16173	16076	16476	18422	19641	20742	23066	23250

Fonte: Cunha, 1997, pp.96

A oferta turística algarvia aumentou, em termos de camas disponíveis, entre 1981 e 1990, cerca de 170%. A distribuição entre alojamento classificado e paralelo revelava-se ainda menos favorável à região porque enquanto o primeiro sofreu um incremento de 64%, o segundo atingiu um valor quatro vezes superior, situando-se nos 250%, razão pela qual, no final do período em análise o denominado alojamento paralelo representava 3/4 da oferta total. A situação criada era muito grave, não apenas pelo crescimento absoluto registado, mas também pelo modo como ocorreu. O alojamento paralelo é muito difícil de contabilizar impedindo uma avaliação correcta da situação de modo a introduzir medidas que assegurem a sua contenção (Silva e Seabra, POT-MOEA, 1997, pp.5.18). O número de licenças de obra e a densificação da ocupação do solo, em consequência do crescimento descontrolado, reflectia-se na evolução do parque habitacional, em toda a região, que se mostra no quadro 4.7.

Quadro 4.7 - Evolução do Parque habitacional no Algarve

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

Edifícios	1981	1991	Percentagem de Crescimento 1981/91
Número total de edifícios	114 752	139 693	21,73%
Número de Pisos	C/1-2	C/3-6	C/+ 7
Total	131 371	7 549	35
Licenças de construção	1980/85	1986-90	1991
Total	3 681	4 492	4 358

Fonte: Silva e Seabra, POT/MOEA,

O crescimento assinalado no quadro 4.7 ganha proporções alarmantes, se tivermos em vista, que os números mencionados dizem respeito a obras legais, ignorando por isso muito do alojamento paralelo existente (ver quadro 4.8). À situação de rápida urbanização da região há que adicionar a ausência de planeamento adequado à pressão da procura e a obsolescência e ineficácia dos instrumentos de planeamento delineados na década anterior. A falta de qualidade dos edifícios (em termos estéticos e de materiais utilizados), a sua densificação, através de um crescimento em altura, a implementação anárquica em solos com outras aptidões, nomeadamente agrícolas, em formações dunares e em meios lagunares de equilíbrio complexo, são apenas alguns exemplos da situação criada, embora não exclusiva do Algarve, porque idêntica à de outros países do sul da Europa, como se referiu no capítulo 1.5.

Ao crescimento descontrolado da oferta há ainda que adicionar o aparecimento de novas modalidades de alojamento em regime de “self catering”, que cresceram rapidamente na década de 80, tais como aparthotéis, apartamentos turísticos, “time-sharing” e aldeamentos turísticos, a que se associava o incremento da expansão das residências secundárias “tanto na tipologia concentrada em blocos de apartamentos como na mais extensiva – loteamentos urbanos de moradias e habitações dispersas”. Acresce ainda a “alteração das tipologias recreativas e desportivas” incluindo parques aquáticos, campos de golfe, de ténis, portos de recreio e actividades recreativas marítimas. Esta conjuntura contribuía muito para um enormíssimo consumo do espaço litoral que demonstrava o desejo de adaptar a oferta à procura, “através de uma progressiva diversificação das várias tipologias de alojamento, restauração e recreativas” (Lebre, 1998, pp. 26-27).

Quadro 4.8 - Alojamento não classificado no Algarve (Casa Própria e Família/Amigos)

O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro

Unidade: Milhares

ANOS	Casa Própria	Família/Amigos	Alojamento Não Classificado
1993	1 317,3	1 747,4	17 841,2
1994	1 398,0	2 026,1	18 282,1
1995	1 687,3	2 588,5	19 967,2
V.M.A. % 1995/1993	13,4	21,9	5,8
1996	1 830,2	2 914,9	20 296,8
1997	1 717,5	2 642,7	21 955,4
1998	1 302,1	2 951,1	21 633,1
1999	1 391,4	3 162,3	22 808,6
V.M.A. % 1999/1995	-3,8	5,5	3,4

V.M.A. – Variação Média Anual

Fonte: Direcção-Geral de Turismo - Estimativa de dormidas em todos os meios de alojamento (com base num inquérito aos turistas estrangeiros)

Fonte: PRTA, anos 2000, pp. 42

O Plano Nacional de Turismo, aprovado em 1986, evidenciava o conhecimento dos impactos sofridos pela região e a intenção de minorar esses efeitos negativos, através de intervenções de protecção do litoral, do cálculo da capacidade de carga e da preservação dos valores culturais e patrimoniais.

O documento reconhecia ainda o mérito do turismo como agente de desenvolvimento regional, em consonância com a política comunitária para o sector (Edwards e Sampaio, 1993, pp.278-282). Por esse motivo, foi possível tirar partido dos fundos europeus, através do SIFIT (Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo), para implementar as políticas defendidas no documento. Em 1987 teve início “o primeiro destes sistemas de incentivos financeiros destinados a apoiar os investimentos relacionados com o Turismo”, que terminou em 1992 e foi substituído pelo SIFIT II, que se estendeu de 1992 a 1994 seguido do SIFIT III, que vigorou entre 1994 e 1996 (Carrusca, 1998, pp.96).

Quadro 4.9 - Evolução do número de estrangeiros em Portugal entre 1995 e 2000 - Unidade: Milhares

1995	1996	1997	1998	1999	2000
9706	9900	10172	11295	11600	12096

Fonte: Cunha, 1997, pp.96; OMT, 2000; Anuário de Estatísticas de Turismo; OMT, 1999, 2000, 2001 e 2002

O dramático crescimento da procura turística e consequente massificação da oferta começava a ser contestada, na imprensa local, na década de 80. Em 1985, a 30 de Outubro, por exemplo, escrevia-se que a ANA esperava movimentar 1 342 000 passageiros, dos quais 899 000 em voos charter e em regulares os restantes, números que atestavam, de acordo com o autor do artigo, o nível de massificação que os pacotes (packages) tinham atingido (O Algarve, 1985), tendência

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

que também se verificava em Espanha, nesta altura, como se pode confirmar pela leitura do ponto 1.5. Além disso, a prática do campismo selvagem, tinha alcançado uma tal dimensão que, nesse mesmo ano, decorreu uma reunião na Comissão Regional de Turismo do Algarve, para tentar inverter esta tendência. Esta realidade demonstrava quanto o Algarve se tinha afastado do desenvolvimento turístico preconizado nos planos da década de 60. Na década de 80 a ocupação real do litoral correspondia exactamente ao oposto do que tinha sido projectado, com todas as consequências negativas que, duas décadas antes, se desejava, a todo o custo, evitar.

O maior destino turístico do país encontrava-se, este modo, muito afectado exigindo medidas rápidas, para evitar uma maior degradação ambiental, económica e social. Essas intervenções, que se mencionam no ponto 4.3.3.1, ocorriam num contexto de mudança de paradigma cultural, social económico e turístico, cujas linhas de força se analisaram no ponto 2, numa fase em que essas mutações de índole mais global, se associam em Portugal à revolução democrática de 1974 e a adesão à união europeia, que colocaram Portugal entre a modernização e a pós modernização, tema que se aborda no ponto 4.2.3.

A avaliação do processo de mudança constitui um elemento fundamental para a concretização deste projecto de investigação, na medida em que o problema de partida coloca a hipótese de compatibilidade entre os consumos culturais do turistas e dos residentes, para que seja possível tirar partido do efeito propiciador da produção e do consumo cultural na regeneração dos centros históricos. Por esse motivo vamos tentar traçar a evolução da sociedade portuguesa, tal como o fizemos para a componente teórica de índole internacional, embora com uma estrutura e organização temática diferente, mas que abrangem as questões culturais, tratadas ponto 2.3 e 3.4.3 (escolarização, políticas culturais, política de planeamento, nomeadamente no que concerne a refuncionalização dos centros históricos); as económicas dissecadas nos pontos 2.4.2 e 3.6 (reconfiguração da estrutura produtiva cultural e sua localização em bairros culturais) e as turísticas, examinadas no ponto 2.5, (requalificação dos espaços turísticos, nomeadamente os de turismo de sol e praia)

4.2.3 – Portugal entre a modernização e a pós-modernização

A realização deste ponto permitiu enquadrar a conjuntura nacional, no âmbito dos estudos culturais, urbanos e turísticos, em estruturas de mudança mais amplas. A evolução da sociedade portuguesa, nas áreas evocadas e a relação desse progresso com o verificado a nível internacional, nomeadamente, no continente europeu, possibilitou uma maior compreensão da relação entre regeneração do centro histórico de Faro e rejuvenescimento do turismo algarvio, através da cultura e do turismo, de modo a aferir duas hipóteses fundamentais para a nossa pesquisa. Em primeiro lugar queríamos comprovar a existência de grupos sociais com perfil de nova classe média em Portugal que revelassem a sua preferência por habitar, produzir e consumir

bens culturais nos centros históricos das cidades, porque não se pode direccionar essa produção apenas para o turismo, sem gerar graves desequilíbrios de índole social (ver ponto 3.7). Elegeu-se o nível nacional, para realizar a nossa observação, visto que, os escassos estudos existentes em Portugal incidem, principalmente, sobre a capital do país. A segunda condição que pretendíamos testar decorria da maneira como se tem vindo a tentar rejuvenescer o turismo de sol e praia algarvio e do relevo dado à contribuição da cultura e da regeneração dos centros históricos para atingir a dita meta. Pelas razões evocadas, o ponto 4.2.3, denominado Portugal entre a Modernização e a Pós-modernização conta com 6 sub pontos em que se descrevem, sucessivamente, a formação de uma nova classe média (4.2.3.1), a política cultural e a democratização da cultura (4.2.3.2), as novas políticas de planeamento e a refuncionalização dos centros históricos (4.2.3.3), as profissões, emprego e localização das instituições, serviços e empresas culturais (4.2.3.4), o processo de enobrecimento e a nova classe média (4.2.3.5) e, por fim a tentativa de reconversão do produto turístico algarvio.

Portugal conheceu grandes mudanças, em função do fim da ditadura e em consequência da adesão à CEE, que, pela sua importância para a realização da nossa investigação não podem ser esquecidas e que colocaram o nosso país entre a modernização (ver capítulo 1) e a pós modernização (ver capítulo 2). Os processos de recomposição, nas suas dimensões demográfica, educativa e socioprofissional são analisadas, de forma sucinta, neste ponto de modo a melhor se entender as suas dinâmicas específicas no nosso país, num processo de mudança, que não deixa de revelar, também as tensões que se estabelecem entre elas (Almeida, Capucha, Costa, Machado e Torres, 2000, pp. 36).

A pirâmide de idades, por exemplo, está hoje muito próxima da do resto da Europa, tal como a tendência para o crescimento das classes médias urbanas e da taxa de actividade feminina (ver quadro 4.10). Apesar das melhorias rápidas introduzidas, a partir de situações de grande atraso, ainda se mantêm como factores negativos, o baixo nível de escolarização, com uma taxa de analfabetismo que ainda ronda os 10%, longe da média europeia, motivo pelo qual no nosso país persistem um número apreciável de situações de exclusão social (Almeida, Capucha, Costa, Machado e Torres, 2000, pp. 39). Apesar dos obstáculos, assistiu-se a uma generalização da escolaridade, conducente a um processo de transformação social, que implicou a terciarização do emprego e a feminização da população activa (Machado e Costa, 1998, pp.17-44).

Quadro 4.10 - Indicadores de Recomposição sócio-profissional em Portugal - Percentagem

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

	1960	1970	1981	1991	1998
Taxa de actividade global	37,5	39,4	42,5	44,6	50,1
Taxa de actividade feminina	13,0	19,0	29,0	35,5	43,5
População activa no sector primário	43,6	31,3	19,7	11,2	13,8
População activa no sector secundário	27,5	32,3	38,7	37,4	35,4
População activa no sector terciário	27,5	36,0	41,6	51,3	50,8

Fonte: Censos, Inquérito ao Emprego, Estimativas da População; ME, Estatísticas da Educação in Machado e Costa, 1998, pp.17; Almeida, Capucha, Costa, Machado e Torres, 2000, pp. 36

4.2.3.1 – Uma nova classe média em formação

Em Portugal a educação tem constituído uma das preocupações mais constantes todos os governos pós 25 de Abril, mas foi só a partir da integração na comunidade europeia que se conseguiram reunir as condições, para um investimento sistemático. A evolução verificada deve muito ao contributo da união, através de programas como o PRODEP (Programa para o Desenvolvimento da Educação em Portugal), o FEDER, (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) e o FSE, (Fundo Social Europeu).

A diminuição do analfabetismo nos jovens e o aumento do número de alunos em todos os graus de ensino, sobretudo no superior, são algumas das metas atingidas com o auxílio dos citados fundos. No entanto, cerca de 80% da população portuguesa entre os 25 anos e os 64 anos completou apenas o ensino básico, dividindo-se os resultantes 20% pelo nível secundário e superior. A média divulgada pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) ronda os 40% para o secundário e 20% para o superior, tendo alguns países, como se afirmou no ponto 2.3.2 ultrapassado já esse valor (Almeida, Capucha, Costa, Machado e Torres, 2000, pp. 39). Silva corrobora as afirmações que produzimos, ao defender que duas das linhas “evolução sócio cultural” na década de 90, abarcavam os domínios que se passam a mencionar (Silva, 1997, pp. 209).

A expansão geral do sistema educativo, sobretudo o do ensino superior que aponta no sentido da “dinamização de várias cidades às quais as escolas superiores vieram acrescentar valor e recursos e a presença de massas de estudantes que foram criando novos mercados de lazer, entretenimento, comunicação e cultura.” (ver quadro 4.14).

O crescimento das novas classes médias constituídas por profissões intelectuais, de enquadramento e profissões subalternas do terciário associadas ao tratamento da informação. Conquanto não tenha atingido “a expressão dos países mais desenvolvidos, não deixa, porém de ser muito significativo.”

A progressão mais significativa verificou-se na democratização do acesso ao ensino superior, se tivermos em conta os baixos níveis de onde se partiu. Com efeito, em 1960, o número de

diplomados do ensino superior não atingia 1% e no final do século XX estava-se próximo dos 10% (Almeida, Capucha, Costa, Machado e Torres, 2000, pp. 40). No entanto, no nível etário, dos 20 aos 24 anos, o número de estudantes que frequentavam o ensino superior, em 1998, atingia os 21.9%, mais ou menos um quinto da população nessa faixa etária, o que revela uma das taxas de crescimento mais elevadas da Europa (Almeida, Capucha, Costa, Machado e Torres, 2000, pp. 40).

O relatório recente, sobre o alargamento do acesso ao ensino superior, intitulado “Diversidade na Universidade, um inquérito aos estudantes de licenciatura”, da autoria de João Ferreira de Almeida, Patrícia Ávila, José Luís Casanova, António Firmino da Costa, Suzana da Cruz Martins e Rosário Mauritti, demonstra que o processo de democratização do acesso ao ensino superior segue o modelo dos países desenvolvidos, mencionados no ponto 2.3.2. Os progenitores, da população estudantil actual, que atingiram o ensino superior, representam 28,4% do total, quase tanto como o dos que não ultrapassaram quatro anos de escolaridade, que alcançam 30,2%, havendo mesmo alguns pais que 1,9 que nunca frequentou a escola, enquanto o número de pais, que não possuem qualquer grau académico perfaz 45,8% do total (Miranda, 2002, pp. 26,27).

A diferença entre os perfis de escolaridade da população actual e dos seus pais é muito grande, tal como se verificou nos Estados Unidos na década de 60. Os estudos realizados, no domínio do aumento da mobilidade social intergeracional, no nosso país, no período em análise, demonstram que “de pais para filhos o analfabetismo cai de 32,5%, para 5,9%, os detentores do ensino secundário passam para mais do dobro e os que possuem o ensino médio ou superior triplicam”. Mais significativo é, por certo, o facto de “cerca de metade dos pais dos inquiridos com o ensino médio ou superior, não terem ultrapassado o ensino básico” e ainda de “este grau de escolaridade não ter sido ultrapassado por mais de 70% dos pais dos inquiridos com o ensino secundário” (Machado e Costa, 1998, pp.41).

A mudança, que tem vindo a ser detectada pelos investigadores, a nível mundial, como se salientou no capítulo 2.3.2 demonstra que a escola completou a transmissão tradicional realizada pela família, de saberes, disposições e valores de uma geração a outra, preenchendo espaços que a primeira não dispunha, por si própria, capacidade de satisfazer, nomeadamente, no domínio do capital cultural de cariz erudito. Desta forma, foi possível propiciar dinâmicas sociais notáveis, acompanhadas por uma capacidade mais alargada de decifrar e tornar compatíveis aspectos da cultura erudita, da popular e da de massas, o que teve consequências não apenas no aumento, mas também no alargamento da procura cultural.

Este fenómeno, associado ao crescimento do sector terciário, conduziu ao crescimento do grupo de Profissionais Técnicos e de Enquadramento, que passou de 2,6%, em 1960, para 16,8% em 1992 e dos Empregados Executantes, se bem que a ritmo mais reduzido, de 14,6%, em 1960,

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

para cerca de 28%, em 1992. Embora estes números devam ser lidos em função do seu enquadramento regional, convém salientar que “nos grandes centros urbanos, o crescimento acentuado dos assalariados do terciário, quer em funções de execução, quer em funções técnicas e de enquadramento”, como se pode verificar no quadro 4.11 (Madureira Pinto, 1997, pp. 377) indicia, de forma óbvia o aumento da nova classe média em Portugal.

Quadro 4.11 - Evolução da Estrutura de Classes em Portugal (1960-1998) – Participação feminina em relação ao total de activos dessas categorias. Valores em percentagem

	1960	1970	1981	1991	1998
Empresários e Dirigentes	6,0	3,0	4,4	8,5	10,9
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	2,6	4,9	7,9	11,7	12,3
Trabalhadores independentes	3,8	7,3	7,2	8,5	7,3
Camponeses	14,1	15,2	11,3	6,2	10,5
Empregados Executantes	14,6	19,4	26,0	27,1	26,5
Operários Industriais	30,6	34,0	36,0	34,3	30,1
Assalariados Agrícolas	28,3	16,2	7,2	3,7	2,4

Fonte: Fonte: Censos, Inquérito ao Emprego, Estimativas da População; ME, Estatísticas da Educação in Machado e Costa, 1998, pp.17; Almeida, Capucha, Costa, Machado e Torres, 2000, pp. 36

A investigação realizada em 2002, já mencionada, concluía que os cursos, dominados por membros das classes sociais mais privilegiadas, quer económica quer socialmente, são os que asseguram melhores saídas profissionais, como Ciências Médicas, Engenharias, Economia e Gestão enquanto os grupos provenientes das classes menos favorecidas acabam por frequentar Artes e Letras, cujas saídas profissionais são mais restritas. Estes últimos, porém, valorizam muito a componente cultural da sua formação académica, tal como os licenciados em Direito e em Ciências Sociais, enquanto os mais favorecidos se interessam com o rendimento, prestígio e poder que as suas escolhas lhes podem proporcionar (Miranda, 2002, pp.26-27). Esta conclusão favorece a teoria de alguns investigadores nas áreas dos estudos culturais e da geografia do enobrecimento urbano, mencionados nos pontos 2.3.2 e 3.4.3 porque demonstra que a nova classe média cultural provém de estratos sociais que no passado não tinham acesso a níveis de educação superior, enquanto o outro grupo envolve os mais favorecidos, sob o ponto de vista económico, mas com interesses culturais mais elitistas como forma de expressão do seu poder e prestígio. A investigação permite concluir que no nosso país se começa a delinear um percurso paralelo ao de outros países mais desenvolvidos (ver quadro 4.1.15) em termos de educação formal e cultura, favorável à regeneração dos centros históricos (ver ponto 3.5.1).

As novas políticas culturais, resultantes do regresso ao regime democrático e da adesão à CEE também contribuíram, tal como nos outros países europeus, mencionados no ponto 2.3.3, para o aumento e a consolidação da nova classe média, como se procura demonstram no próximo ponto.

4.2.3.2 - Política cultural e democratização da cultura em Portugal

A política cultural em Portugal, durante a vigência do Estado Novo, tinha uma forte componente de propagandística, em consonância com a natureza do regime. A implementação de uma política cultural democrática iniciou-se em Portugal com o 25 de Abril de 1974, tal como noutros países, nomeadamente a Espanha e a Grécia que, nessa década, se libertaram também de regimes autoritários (ver ponto 2.3.3). Só a partir desse momento foi possível desenvolver uma intervenção que nos aproximasse dos outros países europeus, razão pela qual todos os governos a partir pós 25 de Abril têm defendido políticas que procuram estabelecer a ligação “da cultura à educação e à comunicação social” atribuindo uma grande importância “à democratização da cultura” como instrumento fundamental para a criação de uma nova classe de consumidores, produtores e mediadores, mais alargada e inclusiva (ver capítulo 2.3.2).

O I Governo Constitucional deu autonomia à Secretaria de Estado da Cultura, para regularizar o funcionamento das “instituições de natureza cultural e a do estatuto dos trabalhadores intelectuais”. A SEC focou a sua actividade em quatro domínios que abrangiam o património, a investigação, o fomento cultural, os espectáculos e a acção cultural, tendo sempre em vista a “descentralização” o “estímulo à criação e à cooperação” assim como coadjuvar a internacionalização da língua e da cultura portuguesa (Santos, 1998, pp. 67). O III Governo constitucional assinalou a sua acção através da abolição de barreiras entre os vários tipos de cultura – erudita, popular e de massas – seguindo as tendências dos países desenvolvidos referidas no ponto 2.3.3. Já o V Governo foi o primeiro a tentar definir o que considerava política cultural, defendendo que devia ser entendida como um todo integrado para o qual converge a política científica, educativa, e de comunicação social (Santos, 1998, pp. 90).

Em 1983 a antiga Secretaria de Estado foi transformada em Ministério da Cultura, alteração que propiciou a manutenção das linhas programáticas que vinham a caracterizar a política cultural como “a universalidade dos bens culturais”, a “preservação do património”, o “apoio à criação” e a “descentralização” (Santos, 1998, pp. 70). A ambicionada descentralização foi incrementada através da colaboração e da cooperação entre os poderes central e local, e das relações com outros parceiros, como as fundações e as associações.

A lei, nº 13/85, de 6 de Julho, denominada do Património Cultural emanada da Assembleia da Republica e votada favoravelmente por todos os grupos parlamentares, adoptava uma definição de património que englobava não só os bens materiais, mas também os imateriais. O referido documento introduzia também “novos critérios e uma nova tipologia de classificação (monumentos, conjuntos, sítios), que nos colocava a par com as definições emitidas pelas organizações internacionais do sector e com o que vinha sendo reconhecido nos outros países da Europa (ver ponto 3.4.4). Em consonância com a constituição enunciava o direito dos cidadãos à

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

protecção do património, quer recorrendo a institutos, quer organizando-se em associações. A norma em causa definia regimes fiscais que propiciavam as tarefas de defesa do património, estabelecia as formas e o regime de protecção e as responsabilidades das autarquias, de proprietários e de detentores de bens (ver Marques, 2000, pp.225-226). Por influência das tendências internacionais, foram introduzidos alguns mecanismos que apontavam no sentido da privatização da cultura, como o decreto-lei nº258/86, conhecido como Lei do Mecenato, que impulsionava o patrocínio particular e empresarial aos projectos culturais. A Lei do Património Cultural foi substituída em 2001, (lei nº 107 de 8 de Setembro), dado que a anterior, por nunca ser sido regulamentada, “pouco contribuiu para a preservação e salvaguarda do património edificado, agravado pela ausência de um inventário sistemático” (ver IPPAR, 2001). A não regulamentação das normas, votadas em 1985, por todos os partidos democráticos, revela bem a dificuldade em criar mecanismos de implementação de muitas das decisões tomadas, quer em termos de planeamento e ordenamento, quer de salvaguarda do edificado com valor histórico e cultural

Em 1995 o governo apresentou um conjunto de medidas orientadas por temas chave que, tal como tinha acontecido na década anterior em países como a França (ver ponto 2.3.3) abarcavam a descentralização da cultura. Por esse motivo os gastos com a cultura, no período entre 1991 e 1995, caracterizaram-se por uma progressiva diminuição do investimento do governo central, despesas que atingiram o seu máximo em 1991, com o montante de 18 935 milhões de escudos, que correspondia a 0,32 % do PIB, e um valor per capita, de 1915 escudos. Portugal não se afastava muito de países como a Grã-Bretanha, que em 1988, gastava 4,5 libras, per capita, mas que ficava muito aquém dos Países Baixos, com 10, da França com 17 e da Alemanha com 23,7 (ver capítulo 2.3.3). Os investimentos das autarquias, por sua vez, atingiram o seu valor mais elevado em 1995, num total de 16 832 milhões de escudos, significando 0,26% do PIB e 1696 escudos per capita (Santos, 1998, pp. 95-100)

O orçamento para a cultura registava um crescimento acentuado, que lhe foi proporcionado, pelas novas fontes de financiamento que resultaram da adesão à Comunidade Europeia, actual União Europeia. O orçamento do Ministério da Cultura teve, entre 1995 e 2001, evolução positiva, devido às fontes de financiamento, que se inventaria no quadro 4.12. A nova situação resultante da adesão permitiu que as verbas aumentassem de 30 milhões de contos, em 1995, para 58,9 milhões de contos, em 2001, o que representa, em termos globais, um acréscimo de cerca de 29 milhões de contos (96,3%). O orçamento para a cultura em 6 anos praticamente duplicou, sendo ainda de salientar que a variação entre 2001 e 2000 (18%) mostra uma evolução positiva superior à média anual de crescimento dos seis anos anteriores (11,9%).

As verbas disponibilizadas através do Programa “Cultura 2000”, por decisão do Parlamento Europeu e o Conselho dos 14, que se distingue dos anteriores por ser instrumento único de financiamento e de programação, no âmbito do III QCA, para vigorar no período de 2000 a 2006,

tiveram uma influência muito grande na constituição do orçamento de 2001. O programa comunitário proporcionou a autonomia deste sector em relação ao Turismo e Património Cultural, áreas com as quais são deixadas, contudo de ter afinidades, pelas razões evocadas no ponto 3.6. O volume de Fundos Comunitários recebidos pelo Ministério da Cultura, no ano 2001, ascendeu a 9,6 milhões de contos, sendo 7,6 milhões de contos provenientes do Programa Operacional da Cultura, quantias distribuídas por várias medidas, que se podem consultar no quadro 4.13. O programa “Cultura 2000” tem o intuito de promover a cooperação entre criadores, e agentes ou promotores públicos e privados, actividades das redes culturais, e outros parceiros, bem com entre as instituições culturais dos países comunitários. Qualquer um dos fins mencionados no documento constituía um importante contributo para o desenvolvimento local, nomeadamente para a inovação urbana, que propicia a regeneração dos centros históricos através da cultura (ver ponto 3.6.1).

Quadro 4.12 - Evolução dos orçamentos para a Cultura em Portugal no período de 1995 a 2001

(Unidade: milhões de contos)										
Fontes de Financiamento	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Variação 2001/1995		Taxa Média Anual
								Valor	%	% Ano
Orçamento de Funcionamento	12,2	14,7	14,9	15,5	15,9	19,0	23,3	11,1	91,0	11,8
PIDDAC+Fundos Comunitários	12,6	13,0	13,3	17,0	17,8	20,7	25,0	12,4	98,4	12,1
Receitas Próprias	5,2	6,4	6,7	7,2	8,4	10,2	10,6	5,4	103,8	12,6
Total	30,0	34,1	34,9	39,7	42,1	49,9	58,9	28,9	96,3	11,9

Fonte: MC, Orçamento, <http://www.min-cultura>

O aumento do financiamento atribuído ao sector e as facilidades de intercâmbio de conhecimentos e de ideias entre os produtores possibilitaram não só a evolução positiva das actividades culturais, mas também a aproximação do nosso país aos membros mais favorecidos da união europeia. Contudo a política cultural portuguesa tem vindo a ser criticada por alguns investigadores. Fortuna, por exemplo, denunciava, em 1999, a acção desenvolvida por a considerar geradora de alguns desequilíbrios, que dificultam a dinamização de actividades económicas culturais. Os obstáculos apontados pelo investigador abrangiam o investimento excessivo na protecção do património arquitectónico artístico e cultural, a persistência das políticas de promoção e apoio à actividade de produção e criação erudita, em detrimento de outras dimensões e a debilidade na formação cultural e artística de produtores (Fortuna, Ferreira e Abreu1999, pp.98). Estas tendências perpassam os orçamentos da cultura entre 1995 e 2001, como se pode verificar por uma simples consulta ao gráfico número 4.1. A conservação e valorização do património, nas suas componentes arquitectónica, museológica e arqueológica foi, no dito período a que obteve financiamentos mais elevados. A partir de 1998, as Artes do Espectáculo e as Artes Visuais

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

passaram a ocupar a segunda posição e a taxa média mais elevada de crescimento, que rondou os 17%.

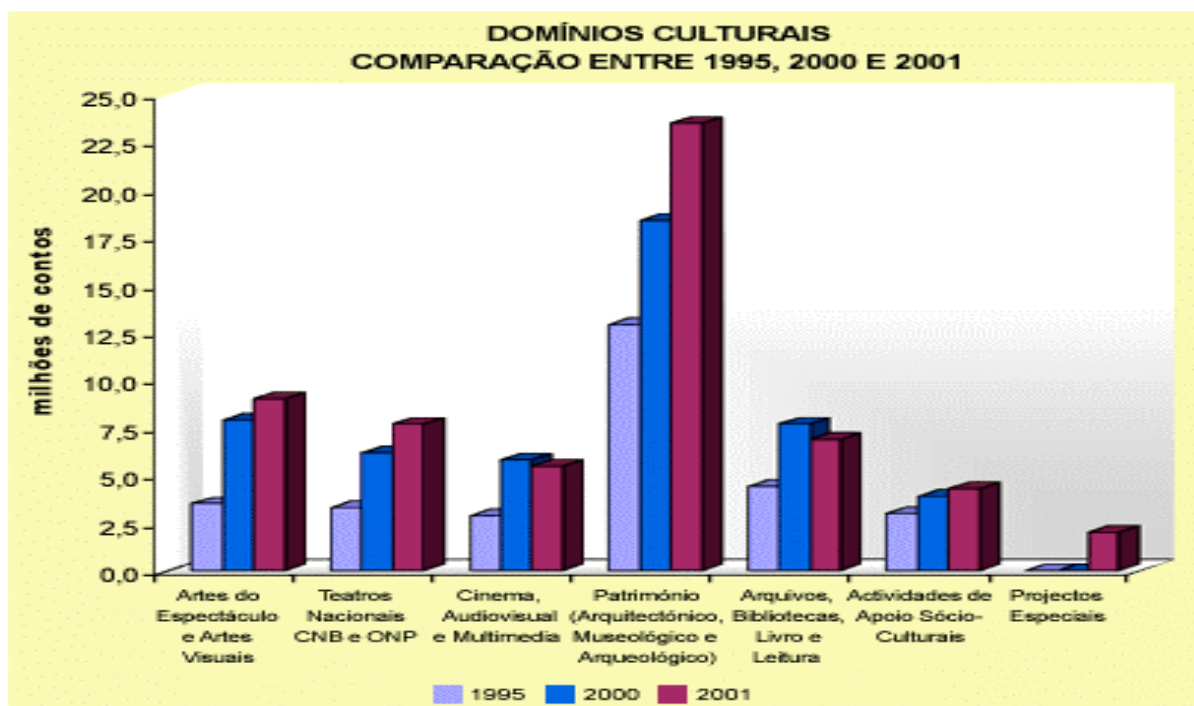
**Quadro 4. 13 - Programa Operacional da Cultura. Plano de Financiamento
Ano 2001**

Unid. Mil Contos	
Eixo Prioritário/Medida	FEDER
Eixo Prioritário 1 – Valorizar o Património Histórico e Cultural	6.069
Medida 1.1 – Recuperação e Animação de Sítios Históricos e Culturais	3.078
Medida 1.2 – Modernização e Dinamização dos Museus Nacionais	2.991
Eixo Prioritário 2 – Favorecer o Acesso a Bens Culturais	1.613
Medida 2.1 – Criação de uma Rede Fundamental de Recintos Culturais	1.091
Medida 2.2 – Utilização das Novas Tecnologias da Informação para Acesso à Cultura	363
Medida 2.3 – Assistência Técnica	159
Total Ano 2001	7.682

Fonte MC, Orçamento, Fonte: MC, Orçamento, <http://www.min-cultura>

Lopes, por seu turno, interroga-se sobre a efectiva existência de uma política cultural em Portugal, quando o orçamento que lhe é atribuído, não consegue atingir o “mítico 1% do PIB, que quase se tornou uma tradição em França”. O discurso, declara o citado investigador, mantém-se distante da realidade, no que concerne uma verdadeira democratização cultural. As grandes obras do regime as produções dos autores consagrados, a exibição da cultura institucional, conduzem à desvalorização da “cultura acção” e o do estado demite-se do seu papel de promotor da “cultura como serviço público”. Esta situação é ainda agravada pela excessiva concentração da oferta, em Lisboa e no Porto e pelo número insignificante de apreciadores da erudita, tipo de cultura que o estado promove afectivamente (Lopes, 2000, pp. 84). As escolhas realizadas provam que o governo português, apesar de um discurso político, em que tenta acompanhar os países comunitários mais desenvolvidos, ainda se encontra preso a uma noção de cultura que impregnava as políticas nos anos do pós-guerra, consideradas obsoletas a partir da década de 60. Existem, porém, muitos sinais de uma tímida evolução, em direcção a opções mais consentâneas com a pós-modernidade, perceptíveis numa progressiva valorização da produção e dos produtores culturais, que se situam fora dos domínios das alta cultura e numa progressiva aceitação da actividades de índole económica, nomeadamente as indústrias culturais e no maior apoio à formação (ver ponto 2.3.3).

Gráfico 4.1- Domínios Culturais e verbas investidas –



Fonte: MC, Orçamento, <http://www.min-cultura>

A integração na União Europeia, porém, constituiu uma etapa fundamental para a evolução no sentido da democratização, na medida em que, não só contribuiu para a inserção de alguns campos culturais portugueses em escalas supranacionais, proporcionando uma afirmação da produção nacional, como favoreceu a aproximação aos países mais desenvolvidos, facilitando o aparecimento de um cosmopolitismo inteiramente desconhecido antes da adesão. Neste domínio, devem ser sublinhadas, pelo seu efeito de divulgação e a afirmação da cultura portuguesa, a XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura, em 1983, já no âmbito do Conselho da Europa, a participação na Europália, a Lisboa 94, Capital Europeia da Cultura, A Expo 98, a Porto 2001. A estas iniciativas associam-se ainda a participação no Festival Bienal de Arte Ciência e Cultura, realizado na Bélgica e na Feira de Frankfurt, de 1997, como país tema dos eventos.

Silva considera a alteração verificada, em termos culturais e de instrução, mais uma linha da evolução sócio-cultural que envolve a administração pública, os órgãos nacionais e locais de poder, e os media, na divulgação dos produtos culturais. O referido autor acrescenta ainda que as cidades portuguesas, nos anos 80 e 90 viviam “um clima pós-moderno, à sua escala” que se distinguia do período anterior devido à “estetização do quotidiano”, “à expressividade lúdica e convivial”, à “animação nocturna e procura de eventos culturais espectaculares”, à “actualização de referenciais de conhecimento e de gosto” e à “convocação de comunicação global” (Silva, 1997, pp. 209). As autarquias, porém, confrontam-se com vários problemas e obstáculos à sua acção cultural que foram inventariadas por Mendonça, com o intuito de elaborar um quadro

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

analítico que lhe permitisse explicar as políticas culturais das autarquias algarvias, impedimentos que se passam a referir (Mendonça, 2001, pp. 127).

- *a acção cultural das autarquias é, na maioria das vezes, marcada por fortes restrições financeiras; por campos com poucos recursos culturais; por apostas em sectores mais visíveis e pela inexistência/deficiência de equipamentos culturais;*
- *em virtude de diversos graus de desenvolvimento local, da não realização de infra-estruturas básicas necessárias e do baixo nível das populações, a área cultural não é ainda uma aposta da maioria das autarquias;*
- *na área cultural, a criação/manutenção de infra-estruturas culturais é a prioridade das políticas culturais autárquicas;*
- *as formas de animação de espaços públicos ficam-se por uma lógica de passiva fruição das obras;*
- *as autarquias são parceiros inteiramente débeis, tornados fortes pela debilidade do conjunto dos actores na cena cultural local;*
- *por último, o facto de a política cultural ser projectada e concretizada no quadro de restrições, e em função de programas elaborados, sob prioridades políticas, e submetidos a uma lógica eleitoral de actuação, limita a constituição de políticas culturais, com objectivos democratizadores.*

Um dos factores que mais beneficiou a região algarvia, como contributo para a sua dinamização cultural, foi a criação de instituições de ensino superior público, através da fundação da Universidade do Algarve, com sede em Faro e pólos em Portimão e Vila Real de Santo António e de ensino privado, como acontece em Loulé, conselhos que muito beneficiaram pela presença de professores (não apenas do superior, mas de outros graus de ensino) e alunos, grupos que, “em conjunto, são os principais responsáveis pelo alargamento dos públicos da cultura”.

A Delegação Regional da Cultura do Algarve tem contribuído, em colaboração com a autarquia para a gestão, animação e dinamização dos espaços culturais, assim como na tarefa de formação de públicos jovens. Tem vindo a desenvolver programas específicos nas áreas do teatro, da música e da edição. No ano de 2001 propunha-se apoiar iniciativas de criação/ produção, de difusão/divulgação de edição, de formação e aperfeiçoamento artístico, e de aquisição de equipamentos, no domínio da denominada cultura popular. O programa em causa mostrava ainda o seu empenhado “na divulgação dos bens e práticas das culturas tradicionais”, e das “referências artísticas contemporâneas, como o teatro, a música, a dança, o cinema, a fotografia, as artes, multimédia etc”. A divulgação a efectuar, de acordo com o documento, passava por “agendar programação de espectáculos de natureza diversa, ou outras animações culturais, tendo em conta os fluxos turísticos.” (PA, 2001). Importa sublinhar o ainda o reconhecimento feito no documento da importância da presença de turistas, na elaboração da programação cultural da região.

A Região de Turismo promove o Festival Internacional de Música do Algarve. Para além desse evento organiza outras acções mas, como se reconhecia, quando foi feita a avaliação da concretização do PRTA, que, embora o programa de animação turística tenha conhecido um elevado grau de execução, em toda a região, não foi objecto de planificação com outras entidades e infra-estruturas de apoio (PRTA, 2001).

A produção cultural, na região do Algarve apresentava, segundo Mendonça, algumas restrições, que lhe advinham não apenas da concentração dos recursos culturais em Lisboa e no Porto, como se disse noutra local deste estudo, mas também de outro fenómeno, comum ao resto do país, que se prende com a litoralização, e a sua concentração em meios urbanos, longe do interior, parco em equipamentos, recursos e agentes culturais. O investigador acrescentava ainda que muitos dos gestores culturais autárquicos possuem uma visão “muito Keynesiana” da cultura (ver pontos 1.4 e 2.3.3), porque acreditam que o contacto regular com as obras de arte, contribui para a constituição da procura (Mendonça, 2001, 132).

Na verdade este conceito de cultura resulta da coexistência actual, de características “Fordistas” e Pós-“Fordistas”, na sociedade portuguesa, pela especificidade do seu modelo de desenvolvimento, que se encontram em plena evolução paralela (ver pontos 1.4 e 2.3). A ausência de equipamentos culturais, o carácter altamente subsidiado da produção e a crença em que basta propiciar o acesso público a obras de qualidade, para garantir a criação e aumento dos públicos, coloca-nos em termos de política cultural, numa etapa idêntica à vivida entre os anos 40 a 60 em França, período em que por André Malraux, esteve à frente do Ministério da Cultura (ver ponto 2.3.3).

Outra característica que limita o sector cultural algarvio, de acordo com autor do estudo que temos vindo a evocar, passa pela debilidade das associações culturais, a sua dependência de financiamento estatal e/ou autárquico. As parcerias, na área da cultura, não são ainda prática corrente, e as que se estabelecem envolvem, sobretudo, associações locais e entidades estatais (Mendonça, 2001, pp. 147).

A valorização da cultura e da produção cultural local, em Portugal, também se ficou a dever a uma política de planeamento, que passou a incluir os níveis regional e local, propiciando um ressurgimento da identidade local baseada na especificidade dos seus valores. Os centros históricos acabaram por simbolizar a memória destes aspectos distintos, à medida que os subúrbios recém construídos passaram a ser identificados, tal como se verificou nos países estudados nos capítulos 2 e 3, particularmente, nos pontos 2.3.2, 2.3.4 e 3.4.4, com a monotonia e a falta de qualidade e de valores urbanísticos.

4.2.3.3 – As novas políticas de planeamento e a refuncionalização dos centros históricos em Portugal.

Neste ponto pretendemos aproximar a evolução do planeamento urbano em Portugal, com a registada noutros países, referidos no ponto 2.3.5 e explorar a sua relação com a regeneração dos centros históricos (ver pontos 3.2 e 3.4), com o objectivo de encontrar pontos comuns e divergências em relação aos casos de âmbito mais lato.

A política de planeamento, após a revolução de 1974 sofreu alterações profundas. Costa aponta o grupo de trabalho que se formou logo após a revolução, liderado pelo Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, arquitecto Nuno Portas, como responsável pela proposta de uma nova política de planeamento com base na descentralização e devolução do poder, perdido em 1926, às autoridades locais. Portas utilizou formas de participação directa nos processos de reabilitação dos centros históricos, dos bairros degradados fora do centro (ilhas), dos bairros da lata ou clandestinos (barracas). Estas metodologias eram desconhecidas em Portugal, embora como se disse, tivesse conhecido grande sucesso a nível internacional (ver ponto 2.3.5). A partir de 25 de Novembro a erradicação das barracas e das ilhas deixou de ter como objectivo a manutenção, da população nas áreas que habitavam e passou a constituir um programa político e urbanístico.

Neste período esboçaram-se também os primeiros instrumentos de intervenção territorial desconcentrada. Foram criadas 5 comissões regionais de planeamento, conhecidas por CCR's (Comissões de Coordenação Regional). A nova política de planeamento resultava também de uma progressiva valorização das autarquias, com a primeira lei das finanças locais (1979). Nesta etapa afigura-se-nos fundamental associar as novas competências dos municípios, com os enquadramentos dos planos directores municipais dos anos 80, que consignavam às câmaras competências, na esfera económica e social, para além das decorrentes directamente da administração local do respectivo território (Matias e Castro, 2000, pp. 95). O protagonismo do poder local influenciou, de modo definitivo e altamente favorável a redescoberta dos processos de identidade de natureza local nomeadamente através do reencontro com o património arquitectónico e cultural.

Em meados da década de 90 a discussão passou a centrar-se na criação de regiões autónomas, processo que procurava aproximar Portugal de países como a Espanha, a Alemanha, a Grã-Bretanha e a França (Costa, 1996, pp.170-173; ver também pontos 2.3.5 e 3.2). No quadro do ordenamento do território, este período, caracterizou-se pelo regresso às diversas figuras de planeamento territorial “de acordo com a escala de referência, mas também em função de objectivos específicos” em consequência da adesão à Comunidade Europeia (Matias e Castro, 2000, pp. 95). Os PDM's, por exemplo, embora de âmbito mais restrito do que os da década anterior, na medida em que se limitaram a sistematizar funções e regular os usos dos espaços

concelhios, exigiam outras escalas de ordenamento do território, de âmbito regional, como os PROT's (Plano Regional de Ordenamento do Território), os PIDR's (Plano Integrado de Desenvolvimento Regional), os PDIM's (Plano Director Intermunicipal), OID, (Operação Integrada de Desenvolvimento) ou os PAF's (Política Agrícola Florestal) e nacional, como os POOC's (Plano de Ordenamento da Orla Costeira).

As políticas urbanas em Portugal conheceram ainda novos desenvolvimentos nos anos 90, que decorreram das alterações registadas a nível mundial (ver pontos 2.3.5 e 2.4). Cabral defende que as mudanças se explicam devido a dois tipos imperativos que, de uma forma sintética, podem ser considerados como a manifestação da “importância do local numa economia cada vez mais global e do aumento da capacidade de governar e agir localmente”. Os citados ditames compeliram a uma valorização das políticas locais e regionais em detrimento do centralismo nacional, na definição “dos objectivos de competitividade e de coesão e a adequação das respectivas formas de regulação” na tentativa de ajustar a política das cidades ao seu novo papel, nas sociedades Pós-“Fordistas” (ver pontos 2.3.5 e 2.4.).

Ferreira defende que a “diversidade de possibilidades de intervenção que se colocam a um território em particular” aumentaram porque se reconhece a particularidade de cada caso especial em detrimento das “soluções únicas e estandardizadas na resolução de políticas de desenvolvimento local e regional”. Esta nova situação implica alterações não só, ao nível conceptual, mas também, ao nível da cultura do planeamento e do desenvolvimento” concepção que tratámos no ponto 2.3.5. O citado investigador evoca as características de cada um dos paradigmas expressos na cultura de planeamento (a partir de Simões), modelos se passamos a mencionar no quadro 4.14 e que se enquadram nas perspectivas que defendemos nos pontos 1.4 e 2.3.5 em relação, aos arquétipos moderno e pós moderno.

A progressiva valorização da cultura “territorialista”, com a sua aposta nas pessoas e nos recursos da região, significou também o investimento, a partir do final da década de 70, na cidade antiga. Uma das grandes preocupações dos municípios focou-se na protecção e salvaguarda da zona histórica porque nela se concentravam os valores mais reverenciados pela cultura local (tal como se verificou noutros países, particularmente nos mais desenvolvidos, tema tratado nos pontos 2.3.4 e 3.4.4. O novo conceito de protecção e valorização do património que integrava todo o conjunto construído de determinada área anuiu, por sua vez, a salientar os aspectos económicos, sócio-culturais e ambientais, pouco enaltecidos, no período anterior, devido a uma visão desintegrada do processo de reabilitação.

Quadro 4.14 – Culturas do planeamento e desenvolvimento local e regional

Cultura “Funcionalista”	Cultura “Territorialista”
-------------------------	---------------------------

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

<ul style="list-style-type: none">• Cultura de dominação paternalista vs. Cultura de subordinação e assistencialista.• Cultura da imposição.	<ul style="list-style-type: none">• Cultura da participação e cidadania activa.• Cultura do dialogo e da negociação; procura de consensos.
<ul style="list-style-type: none">• Cultura da exclusão de outros nas decisões.• Mitificação do trabalho para outrem.	<ul style="list-style-type: none">• Cultura de envolvimento dos outros• Crença, também, noutras modalidades de emprego.
<ul style="list-style-type: none">• Crença exclusiva nos financiamentos da Administração central ou da CE.	<ul style="list-style-type: none">• Aposta primordial nas pessoas e recursos da região.

Fonte: M.J. Simões in Ferreira, 2000, pp.61

A análise do fomento da reabilitação dos centros históricos em Portugal, bem como dos seus limites e restrições deixa-nos avaliar a hipótese do turismo poder desempenhar um papel facilitador na sua regeneração. Os obstáculos existentes ao desenvolvimento do turismo prendem-se com a incapacidade para travar o abandono progressivo destas áreas, na medida em que os visitantes desejam contactos não apenas com as manifestações da cultura do passado, mas também com a cultura viva do presente (ver ponto 3.4.3).

A primeira intervenção legislativa portuguesa que facilitou a reabilitação dos centros históricos ficou consubstanciada na alteração da Lei dos Solos, pelo decreto-lei nº 794/76. As áreas atingidas por obsolescência passaram a poder ser declaradas “Área Crítica de Recuperação e Reconstrução Urbana” prevendo ainda a referida legislação a expropriação por motivos de “interesse público” (Aguiar, Cabrita e Appleton, 1997, pp. 38).

Em 1985, coincidindo com a publicação da primeira lei do património cultural português, (Lei 13/85) surgiu o Programa de Reabilitação Urbana (PRU). O PRU visava também a criação de Gabinetes Técnicos Locais (“GTL’s”) que tinham por objectivo a formação de equipas pluridisciplinares, a nível autárquico, que desenvolvessem uma estratégia adequada à reabilitação dos centros históricos e das zonas degradadas, através de metodologias de intervenção, traduzidas na elaboração de planos que melhorassem a qualidade de vida dos residentes. Alguns municípios consideraram acção dos GTL’S tão relevante que as equipas foram mantidas após o termo do programa e integradas nos Gabinetes do Centro Histórico (Massapina, 1991, pp. 51-56).

O primeiro programa de reabilitação urbana foi iniciado em 1988, já com a denominação de Programa de Recuperação das Áreas Degradadas (PRAUD) gerido pela Direcção Geral de Ordenamento do Território, pelas Comissões de Coordenação Regionais (CCR’s) e pelo IPPC, actual IPPAR (Instituto Português do Património Architectónico e Arqueológico). O despacho conjunto da Secretaria de Estado da Cultura e da Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território (SEC/SEALOT) de Abril de 1988 declarava que a principal incumbência dos “GTL’s” se focava na elaboração de Planos de Conservação e Salvaguarda do

Património que integrassem as diversas entidades oficiais, através das representações nas comissões de acompanhamento. Nesse ano, foi lançado o regime especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA), instrumento de execução de obras de conservação e recuperação de edifícios habitacionais degradados, através de uma comparticipação atribuída, a fundo perdido, pelo estado e pelos municípios, aos proprietários de edifícios cujas rendas tinham sido objecto de reconversão extraordinária no âmbito da publicação da lei nº 40/85. Ainda em 1988 foi publicado um decreto-lei nº 499, que favorecia, através de mecanismos legais e fiscais, a constituição de Sociedades de Desenvolvimento Regional, abrindo o caminho à promoção de operações de renovação e reabilitação urbanas, sob forma empresarial mista, envolvendo privados, associações e autarquias.

Algumas intervenções foram consideradas modelares, como se verificou com a realizada no bairro do Barredo, no Porto, iniciada em 1973. A reabilitação implicou a publicação de legislação inédita em Portugal, consignada no decreto-lei nº 8/73. O gabinete oficial, da Ribeira-Barredo, (CRUARB), alargou progressivamente a sua acção, até englobar todo o bairro da Sé. Nos Açores, o sismo de 1980, em Angra do Heroísmo, originou, por sua vez, a maior operação de recuperação urbana realizada em Portugal, com “apoio de um gabinete local e o financiamento do Estado (GAR, Gabinete de Apoio à Reconstrução)” cuja acção preparou a candidatura à inclusão na lista dos locais Património da Humanidade da UNESCO, concretizada em 1983 (Fernandes, 1993, pp.46; ver também Durão, 1985, pp. 39-49; Oliveira, 1985, pp. 49-55; Meireles, Rocha, Teixeira e Sousa, 1985, pp. 55-68; Dentinho, 1990, pp. 96-108; Loza, 1993, pp. 173-198).

Durante a década de 80 foram efectuadas operações de grande qualidade em Guimarães, na Guarda (Castro, 1991, pp. 35-41), em Beja (Massapina, 1985, pp. 29-39) e em Évora, (Guerreiro, 1991, pp. 41-47), enquadradas em intervenções à escala urbanística. No Alentejo, em Mértola, graças à “sintonia entre a componente técnica e a parte política do planeamento permitiu tornar a salvaguarda e conservação do seu património um verdadeiro agente de desenvolvimento regional” (Aguiar, Cabrita e Appleton, 1997, pp. 47). No Algarve foram concretizadas duas iniciativas, com destinos opostos. A elaboração do Plano Integrado de Recuperação do Centro Histórico de Tavira e respectivo regulamento, que não teve maiores consequências para além da publicação do Guia do Construtor da cidade e a aplicação do Plano de Salvaguarda de Lagos, que propiciou a recuperação do espaço público da cidade (Lamas, 1991, pp.61-71).

Um dos artigos mais interessantes escritos na década de 80, sobre a recuperação integrada dos centros históricos, ficou a dever-se ao arquitecto Nuno Portas, e intitulava-se “Notas sobre a intervenção sobre a cidade existente” (Portas, 1985, pp. 8). Nesse escrito define o seu conceito de intervenção na cidade existente como um “conjunto de projectos e programas públicos ou de iniciativas autónomas que incidem sobre os tecidos urbanizados dos aglomerados sejam eles antigos ou relativamente recentes, tendo em vista a sua reestruturação e revitalização funcional

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

(actividades e redes de serviços); a sua recuperação ou reabilitação arquitectónica (edificação e espaços não construídos, designadamente os de uso público); finalmente a sua reapropriação social e cultural (grupos sociais, que habitam ou trabalham em tais estruturas, relações de propriedade e troca, actuações no âmbito da segurança social, educação e tempos livres) ”. Esta definição de regeneração dos centros históricos, favorece intervenções que reponham toda a diversidade funcional, sem afectar a sua identidade, como se defende no ponto 3.4 e propicia a criação de bairros culturais (ver ponto 3.6).

Na década de 90 foram desencadeadas muitas acções de reabilitação dos centros históricos com apoio da Comunidade Europeia, enquanto uma maior integração do processo deixou conjugar o financiamento público e o privado associando as operações de índole física a projectos com carácter económico e social, tal como tem vindo a acontecer noutros países europeus. (ver capítulo 3.2). O Programa de Infra-estruturas Turísticas e Equipamentos Culturais, (PRODIATEC), que vigorou entre 1990 e 1993, financiado pela Comunidade Europeia, tinha como fim a “recuperação/renovação/ampliação ligadas a aspectos culturais, turísticos e de desenvolvimento de novas actividades, quer em centros urbanos, quer em áreas regionais”. “Do mesmo modo, o financiamento do património, com ligação ao desenvolvimento local, possibilitou a implementação do Plano Estratégico para Preservação do Património Arquitectónico, e Urbanístico de Lisboa, em Relação com o Desenvolvimento Sócio-Económico, conhecido por “VALIS Valorizar de Lisboa”, que se iniciou em 1990 (Fernandes, 1993, pp. 49: Fernandes, 1991, pp. 31-35). Os subsídios comunitários evidenciam, como se mencionou no ponto 3.6.1, a trilogia que envolve, cultura, turismo e desenvolvimento regional.

Portas fez na altura uma severa critica à metodologia de trabalho escolhida para a elaboração do estudo “Valorizar Lisboa” não apenas em termos da “abordagem analítica e crítica” do inventário do património arquitectónico e das intervenções programadas, mas também da ambição de se auto definir como uma estratégia global de intervenção, ignorando a necessidade de a desdobrar “em programas mais articulados”, suportados por “uma vontade política suficientemente consensual, e “democraticamente legitimada” para assegurar a convergência de esforços, numa clara alusão à falta de envolvimento das comunidades locais, nos projectos a implementar e à arrogância de uma metodologia, em que os técnicos surgem como donos na verdade (ver ponto 2.3.5).

O autor do artigo chama ainda a atenção para algumas “questões de fundo” que se prendem com a compatibilização do terciário com a recuperação do património residencial, da recuperação do património residencial que evite, em simultâneo, a “gentrificação selvagem” e a “guetização sustentada pelo subsídio”, da necessidade de melhorar a acessibilidade ao centro “quer do transporte público, quer do individual, com respeito pelas condições ambientais que tornam a zona atractiva”, temas que constituem os grandes problemas chave da revitalização dos centros

históricos (Portas, 1991, pp. 32). Estes obstáculos eram, na mesma época, equacionados noutros países europeus, como se referiu no ponto 3.4.3, o que demonstra o carácter global do pensamento que preside à intervenção nos centros históricos, conquanto tenha por objectivo a manutenção do carácter singular do local.

A necessidade de recuperar o Chiado, no início da década de 90, depois do fatídico incêndio que desfigurou uma das zonas mais simbólicas da capital conduziu à elaboração de um plano, para o Chiado Queimado, realizado pelo arquitecto Siza Vieira. Os acontecimentos dramáticos, ocorridos no Chiado, alertaram a autarquia para a salvaguarda dos bairros históricos de Lisboa, muitos deles em avançado estado de degradação e conduziu à criação de gabinetes específicos para os núcleos históricos. Os bairros de Alfama, Mouraria e Bairro Alto desempenharam um papel pioneiro, ao serem designados como áreas piloto, em 1986 e 1987 (Lopes, 1991, pp. 73-79; Ollero, 1993, pp. 199-203).

Na década de 90 foi publicada mais legislação que facilitava a recuperação dos centros históricos, da qual se destacava o decreto-lei nº 106/96, de 31 de Julho, que estabelece o Regime Especial de Participação e Financiamento da Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal (RECRPH); o decreto-lei 105/96, de 31 de Junho e a Portaria 711/96, de 9 de Dezembro, que definem o Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Antigas (REHABITA). Estes programas aplicavam-se apenas aos centros históricos, declarados áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, desde que possuíssem Planos de Urbanização, Planos de Pormenor ou Regulamentos Urbanísticos aprovados (Antunes, 1997, pp. 85-86).

A política do Ministério do Equipamento Social para a habitação, do anterior governo, privilegiou o incremento das parcerias com os municípios, cooperativas e instituições sociais, no seguimento de uma política de habitação, que pretendia facilitar a recuperação dos centros históricos, suportada por acções concertadas entre o governo, os municípios, os senhorios e os inquilinos. O ministério incentivava programas integrados de requalificação dos centros históricos que repunham a função residencial, dotavam os bairros históricos de equipamentos necessários e melhoravam os espaços públicos de convívio.

O denominado “Pacto para a Modernização do Parque Habitacional” para os centros históricos implicou a revisão do RECRPA (decreto lei nº 329/C/2000, de 22 de Dezembro), a adequação às realidades actuais, do Regime de Arrendamento Urbano (RAU; decreto lei nº 329B/2000 de 22 de Dezembro) e do Regime de Renda Condicionada, (decreto lei 329^A/2000, de 22 de Dezembro), de modo a proceder de forma integrada, nas intervenções a concretizar. Estas medidas tinham também como objectivo “uma justa actualização das rendas antigas, assegurando a rentabilidade do investimento dos proprietários e a valorização do seu património” com a realização das obras

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

de que careciam para melhorar as condições de habitação nos centros das cidades (MES, 2001, pp.1). O SOLARH, Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação, (Decreto lei 39/2001 de 9 de Fevereiro), facilitava a realização de obras, que também podiam ser financiadas pela banca ou pelo INH, - Instituto Nacional de Habitação. O RECRUA, por sua vez, apoiava a recuperação da habitação própria, a quem não tinha acesso ao crédito à habitação (Coutinho, 2001, pp.3). O Secretário de Estado da Habitação do novo governo saído das eleições de 2002, anunciou, em Novembro de 2002, a possível fusão, de todos os programas de reabilitação do IGAPHE num único e a sua extensão aos prédios devolutos, cabendo às câmaras o papel determinante na prossecução desse objectivo (Público, 2002, pp. 48).

Na segunda metade da década de 90 surgiram três programas de grande importância, para as cidades portuguesas, a saber: o Projecto Parque Expo, os programas PÓLIS e o URBAN.

O projecto da Parque Expo e o POLIS reflectiam “decisões políticas sobre projectos de investimento de qualificação urbana em que uma componente física muito forte e com impactos directos na valorização fundiária” exigia “financiamentos muito avultados (públicos e privados) e grande capacidade de organização, de modo a assegurar a sua prossecução”. Por essa razão todo o processo de participação dos interessados foi desvalorizado em função da garantia da sua implementação (Cabral, 2002, pp.29). Os citados programas denotavam uma nova política urbana em que o estado surgia mais como propiciador dos projectos do que único responsável pelo desenvolvimento. Alguns processos de regeneração urbana, nomeadamente a intervenção na Parque Expo, revelaram, contudo, um cariz mais liberal tendência que se têm vindo a manifestar noutros países, e que em Portugal têm produzido impactos muito idênticos aos referidos no ponto 3.2. O modelo da Parque Expo continua, porém, a fascinar o governo que resultou das últimas eleições (2002) na medida em que, ainda recentemente, o Ministro da Economia anunciou o desejo envolver as empresas, com na experiência da Parque Expo, na reabilitação das cidades, nomeadamente da capital do país, assumindo a autarquia lisboeta o papel de gestora e coordenadora do projecto integrado de recuperação da Baixa (Jornal de Imobiliário, 2002, pp.16).

O Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades, (POLIS) foi criado através do despacho nº47/A/MAOT/99, com o suporte financeiro do III Quadro Comunitário de Apoio, principalmente no FEDER. Os seus objectivos específicos abrangiam o desenvolvimento de acções que “contribuam para a requalificação e revitalização de centros urbanos, promovam a multi-funcionalidade desses centros e reforcem o seu papel na região em que se inserem”. Na primeira fase foram contempladas as seguintes cidades – Albufeira, Aveiro Beja, Bragança, Cacém, Castelo Branco, Coimbra, Costa da Caparica, Covilhã, Guarda, Leiria, Matosinhos, Porto, Viana do Castelo, Vila de Conde, Vila Nova de Gaia e Viseu. (DGA, 2001) e na segunda foram abrangidas Chaves, Gondomar, Marinha Grande, Portalegre, Setúbal, Silves, Tomar, Torres Vedras, Valongo e Vila Franca de Xira, num total de 28, cujas obras devem estar concluídas em

2005, com excepção da Costa da Caparica cuja intervenção termina apenas em 2006 (Público, 2002, pp. 16) O Programa POLIS tem ainda uma segunda componente vocacionada para as cidades Património Mundial, na qual foram incluídas todas as urbes portuguesas com essa designação.

A harmonia de objectivos não foi, porém, assegurada, como salienta Cabral, nem no projecto da Parque Expo, nem no programa POLIS. No primeiro porque privilegiou “uma lógica empresarial” e a “afirmação das elites e consolidou interesses consolidados”. No segundo, porque lhe seguiu o modelo em termos processuais, de avaliação de candidaturas, quando tinha ao seu dispor outros, de índole internacional, “que respondem a carências, com objectivos de promoção da coesão social e da solidariedade territorial”. O autor do estudo apontava como exemplos a seguir o Single Budget, no Reino Unido e a Internationale Bauausstellung (IBA) na Alemanha, aos quais nós adicionamos o Contrat de Ville em França (Cabral, 2002, pp.29; ver ponto 3.2).

Ao programa URBAN I, de iniciativa comunitária, mencionado no ponto 3.6, que vigorou entre 1994 e 1999, candidataram-se 6 cidades portuguesas que foram abrangidas pela iniciativa – Amadora, Gondomar, Lisboa, Loures, Oeiras e Porto, enquanto o URBAN II, para o período 2000-2006, premiou apenas as de Lisboa, Porto e Amadora (Regional Policy, Inforegio, 2002). A sua adopção, no nosso país, tanto quanto nos foi possível averiguar, não tem, porém, revestido um carácter direccionado para a regeneração dos centros históricos através da cultura e da inovação cultural, a não ser, possivelmente, no caso da cidade do Porto, na qual a conjugação do URBAN com a Capital da Cultura criou oportunidades para uma maior valorização dos equipamentos e da produção cultural, mas cujo balanço está ainda muito por realizar, devido não só à morosidade na concretização de alguns projectos essenciais, (Casa da Música) como à dependência de financiamento municipal na manutenção dos programas culturais (ver ponto 3.6.1).

O balanço da aplicação do URBAN I em cidades gregas, espanholas e portuguesas, realizado por Chorianopoulos, ajuda a entender melhor a razão do insucesso da regeneração dos centros históricos, em Portugal, ao demonstrar que a governamentalização ou a partidarização da política de planeamento e desenvolvimento, que ainda se mantém nos referidos países, apesar de toda uma retórica de descentralização e devolução de poder a unidades territoriais de índole regional e local, constituiu o mais sério obstáculo ao sucesso do referido programa. Mesmo naqueles em que se verificou uma efectiva descentralização, como a Espanha e a Grécia esta foi realizada com base nos partidos políticos e não resulta de uma articulação de interesses locais (Chorianopoulos, 2002, pp. 711). Portugal tem uma situação ainda mais complicada, porque não procedeu, ainda, a uma descentralização coerente, pelo que as próprias Comissões de Coordenação Regional, que apoiam a regionalização são estruturas não electivas, mantendo assim, o estado, o principal papel na distribuição dos fundos URBAN.

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

A situação vivida nos três países do sul da Europa incluídos no estudo não é, pelos motivos evocados, favorável à criação de forças locais suficientemente fortes e independentes, sob o ponto de vista económico e político, de modo a tirar todo o partido de uma reestruturação urbana assente num processo de desenvolvimento endógeno, defendida pelo programa URBAN. Enquanto em cidades como Amesterdão e Birmingham o citado programa foi organizado apenas pelas autoridades locais, que se responsabilizaram pela sua comparticipação financeira, limitando-se a administração nacional ao papel de intermediário entre a Comissão Europeia e as cidades, no Porto, em Málaga e no Pireu os programas locais faziam parte de uma iniciativa nacional única tendo sido co-financiados pelo estado. O modelo seguido pelos países do sul da Europa produziu consequências negativas para a capacidade das cidades usufruírem todos os benefícios da iniciativa. Além disso, o acesso aos fundos conduziu à politização da selecção dos municípios a incluir e a atrasos no recebimento das verbas, com graves efeitos na implementação dos programas.

Os programas desenvolvidos, nos centros históricos portugueses, não têm conseguido, de uma maneira geral, inverter a tendência para o abandono dos residentes e para uma mono funcionalização através dos serviços situação que não facilita a sua regeneração. Para se ter uma ideia dos investimentos realizados na capital, basta ler o artigo escrito pelo anterior vereador responsável pela reabilitação urbana em Lisboa, no período que se estende de 1998 e 2001. O antigo autarca afirmava que, nesse período, as verbas foram reforçadas passando de 400 mil para cerca de 6 milhões de contos, montantes aplicados na reabilitação de 8 mil imóveis repartidos pelos bairros de Alfama, Colina do Castelo, Mouraria, Bairro Alto, Bica, Madragoa a algumas zonas históricas do Lumiar, Ameixoeira e Carnide (Público, 2002, pp. 52).

Apesar de todo do esforço e das verbas investidas os presidentes das câmaras, eleitos em 2001, sobretudo os das grandes cidades como Lisboa e o Porto, confrontam-se com graves problemas que derivam da irracionalidade de um processo de urbanização que incentiva o crescimento da cidade periférica, com todo o seu cortejo de necessidades de infra-estruturas e equipamentos onerosos, ao mesmo tempo em que promove, por negligência, o abandono dos bairros centrais e seus equipamentos. Na entrevista dada pelo novo Secretário de Estado da Habitação, já referida, o dito membro do governo acrescentava ainda que existem 600 mil casas vagas, em todo o país, a maioria localizadas nos centros históricos, pelo que o governo definiu como prioridade a reabilitação e arrendamento destas habitações, tarefa para a qual conta com o apoio dos investidores imobiliários (Público, 2002, pp. 5). Só na cidade de Lisboa existem 10 mil edifícios a necessitar de obras de grande envergadura (Público, 2002, pp. 48).

O Presidente da Câmara de Lisboa, anunciou, o seu desejo de avançar com a reabilitação de Lisboa, nomeadamente da Baixa e das zonas históricas, no intuito de criar condições para que os jovens voltem a residir no centro da cidade e insiste no estabelecimento de parcerias entre o

sector público e o privado, metodologia adoptada nos países mencionados no ponto 3.2 (Público, 2002, pp.9).

As vicissitudes por que tem passado o processo de refuncionalização dos centros históricos em Portugal decorrem da manutenção e do favorecimento do modelo de crescimento das cidades modernista “Fordista”, com forte desenvolvimento das áreas suburbanas, em detrimento das zonas pré-industriais, paradigma que analisámos, em termos mais globais no ponto 1.4, embora sejam detectáveis sinais de mudança que derivam do processo de reconfiguração sócio produtiva, de índole Pós-“Fordista”. Os estudos sobre a citada alteração, no nosso país, com incidência no surgimento das novas economias localizadas em centros históricos são ainda muito escassos, embora essas economias de base local, como ficou dito no ponto 2.4.2 tenham dado origem a ambientes distintos que resultam da associação da produção e consumo cultural com o enobrecimento e o turismo, devido aos gostos e estilos de vida da nova classe média. Esta ligação, presente na génese dos bairros culturais, analisados no ponto 3.6 pode desempenhar um papel muito importante na regeneração dos centros históricos portugueses.

Os pontos 4.2.3.4 e 4.2.3.5, que se referem, respectivamente, às manifestações da economia cultural localizada e do enobrecimento, em Portugal, não possuem nem a profundidade nem a dimensão teórica dos pontos 2.4.2 e 3.4.3, em que abordamos estes temas de forma mais sistemática. Na verdade, apenas conseguimos encontrar dois investigadores que se dedicam a estes temas, motivo que nos impele a considerar, as poucas referências a estes fenómenos, no nosso país, simples casos estudados, ilustrativos do surgimento dessas novas tendências, detectadas na zona que se estende do Chiado ao Bairro Alto, em Lisboa.

4.1.3.4 – Profissões, emprego e localização das instituições, serviços e empresas culturais.

O processo de reconfiguração sócio produtivo, a que se vem assistindo implicou uma “relativa desindustrialização”, do nosso país, nos anos 90, embora de menores dimensões do que no resto da união europeia. A alteração determinou um crescimento acentuado dos empresários e dirigentes, dos profissionais técnicos e de enquadramento e dos trabalhadores independentes evidenciando, em simultâneo, o surgimento de uma nova classe média em Portugal, como se comprovou no ponto 4.2.3.1 (Matias e Castro, 2000, pp. 100).

Neste grupo social se enquadram, por certo, muitas das profissões culturais que também registaram um crescimento acentuado, em relação a valores anteriores, embora permaneçam muito abaixo dos outros países da comunidade, devido a um tradicional desinvestimento no sector. O poder em Portugal e a sociedade de uma maneira geral, ainda não interiorizaram uma imagem da cultura como factor de desenvolvimento regional e local, permanecendo muito viva,

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

para além do discurso democratizante, uma atitude paternalista que considera este sector dispendioso e sem capacidade para gerar riqueza (ver ponto 4.2.3.2).

Quadro 4.15 - Profissões Culturais em Portugal em 1991

Profissões	Total	Homens (%)	Mulheres (%)
A	19839	42	58
Autores, jornalistas e profissões similares	4030	66	34
Escritores, pintores, artistas e criadores similares	1564	62	38
Compositores, músicos e cantores	1992	83	17
Coreógrafos e bailarinos	373	31	69
Actores encenadores e realizadores	1141	66	34
Artistas de variedades e profissões similares	255	72	29
B			
Arquivistas e conservadores de museu	435	46	55
Bibliotecários e documentalistas	1284	27	73
Empregados de biblioteca, classificadores de documentos e arquivistas	1999	32	68
C			
Apresentadores de rádio, TV e espectáculos	1094	71	29
Artistas de Circo	223	61	39
Decoradores diversos e profissões similares	5449	43	67

Fonte: Conde e Pinheiro, 2000, pp. 18

O confronto entre o censo de 1991 com os anteriores de 1970 e de 1981 revelava, de acordo no Conde e Pinheiro, que as profissões culturais, como as artes plásticas, as performativas e literárias, cresceram cerca de 27%, o que corresponde a uma passagem de um total de 8 940 trabalhadores para 11 393, entre 1970 e 1984, enquanto em 1991 atingia 19 839, distribuídos do modo que se menciona no quadro 4.15.

Os investigadores realizaram, porém, uma pesquisa em que utilizaram, como fonte, os documentos do Sindicato dos Jornalistas e da Comissão da Carteira Profissional dos Jornalistas, porque os citados testemunhos empregavam uma definição mais alargada de profissões culturais (ver quadro 4.15 e 4.16). A pesquisa realizada permitiu que encontrassem 102 009 profissionais, divididos em dois grupos. No primeiro grupo predomina, por ramo de actividade, os empregos no sector do áudio visual e dos espectáculos que perfazem 29 052, enquanto o segundo conjunto, denominado “outros”, abrange a publicidade, as telecomunicações, a produção de áudio visual a impressão e as artes gráficas num total de 72 957 (Conde e Pinheiro, 2000, e Pinheiro, pp. 16-17).

Quadro 4.16 - Emprego no Sector Cultural em Portugal em 1991

Ramos de Actividade	Homens (%)	Mulheres (%)	Totais
Audiovisual e espectáculos	64	36	16 147
Bibliotecas arquivos e moveis	41	59	3 661
Edição	61	39	9 244
TOTAL PARCIAL	60	40	29 052
Outros Domínios			
Publicidade	57	43	7 457
Comunicações/Telecomunicações	68	32	30 623
Fabricos de áudio visuais	50	50	6 748
Impressão e Artes Gráficas	74	26	28 129
			72 957
			TOTAL: 102 009

Fonte: Conde e Pinheiro, 2000, pp. 19

A oferta cultural em Portugal caracteriza-se, de acordo com os estudos existentes, consensuais, neste ponto, pelas tendências que se passam a referir (Fortuna, 1999, pp.98).

I Forte concentração dos equipamentos, actividades, serviços e operadores culturais nos centros urbanos e em particular a sua polarização em Lisboa e, em menor dimensão no Porto.

II Centralidade da intervenção do estado na infra estruturação de equipamentos e serviços básicos de apoio à produção cultural e à promoção de acontecimentos culturais.

III Crescimento das actividades culturais.

IV Evolução desigual do volume de actividades culturais registadas.

A pesquisa de Costa, sobre a produção cultural na área metropolitana de Lisboa, confirma a tendência encontrada na nossa revisão da literatura para a localização no centro da cidade (ver ponto 2.4.2). O investigador focalizou a sua pesquisa na zona que se estende do Bairro Alto ao Chiado, identificando características de meio inovador, próprias dos bairros culturais (ver capítulo 3.6.1). Além de concentrar um grande número de instituições de qualidade, ligadas ao espectáculo como o S. Carlos e a Companhia Nacional de Bailado alberga ainda o Centro Nacional de Cultura, teatros, museus, galerias de arte, instituições de formação artística, de tertúlia e encontro de artistas e políticos, de comércio de produtos e bens culturais, de elevado capital simbólico. Este conjunto de características próprias desempenhou um papel fundamental na sua escolha como espaço de animação nocturna, de localização das indústrias culturais e de “toda, a oferta de locais para exposições e performances, actuações alternativas ou produtos de elevado conteúdo estético-simbólico e distintivo” (Costa, 2000, 972; ver também Zilhão, 1985, pp.14-28). A importância dos factores locativos, numa nova economia centrada na produção cultural, é confrontada com o fenómeno contrário, ou seja, com a tendência para a sua

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

globalização, dando origem ao que alguns autores denominam por *glocalização*, como referimos no ponto 2.4.1.

4.2.3.5 - O processo de enobrecimento e a nova classe média

As tendências decorrentes da reorganização económica, em Lisboa, têm sido acompanhadas pelo crescimento do número de profissionais com formação superior, (profissões intelectuais, científicas e técnicas), que optavam por habitar no centro da cidade num claro sinal de início de processos de enobrecimento idênticos aos que têm vindo a ocorrer em muitos outros países, estudados no ponto 3.4.3. Em termos percentuais o número de residentes no centro da cidade aumentou de 14% para 22%, entre 1981 e 1991. Os grupos sociais em causa pendiam a residir num eixo urbanístico central que se estende da Lapa a S. Mamede, passando por S. Sebastião da Pedreira, N^a Senhora De Fátima, até S. João de Deus, Alvalade, S. João de Brito, São Domingos de Benfica e Lumiar, área a que se junta São Francisco Xavier. Nesta zona a concentração dos novos moradores situa-se entre os 21% no Lumiar e os 34% em S Francisco Xavier, enquanto no centro histórico propriamente dito, esses valores ainda permaneciam relativamente baixos. No Castelo as pessoas com habilitações académicas superiores não ultrapassavam os 3%, enquanto outros bairros evidenciavam já valores mais elevados, como acontecia no da Madalena e de Santa Justa com 5%, de S. Miguel e do Socorro, com 4%. Esta situação detectada por Rodrigues, demonstrava, uma clara orientação para a apropriação, da área central da cidade, por parte das novas classes médias, excepto, por enquanto, o coração do centro histórico, por motivos que se prendiam “com a política urbana e a ausência de condições urbanísticas e residenciais que propendem minimizar, ou pelo menos a adiar, uma maior intensificação da procura residencial daquelas zonas por estratos sociais elevados” (Rodrigues, 1999, pp. 113-114-118).

Características dos Enobrecedores da cidade de Lisboa.

Em Lisboa definem-se dois tipos de enobrecimento, do mesmo modo que tem vindo a acontecer ao nível internacional, como se afirmou no ponto 3.4.3. Um desses grupos engloba a classe média superior com capital cultural e estatuto económico elevado, que escolhem residir na cidade central, mas fora dos bairros históricos, em prédios de luxo e condomínios fechados. A novidade em todo este processo é a presença de um segundo grupo, que não associa capital económico e cultural, como o anterior, mas que acompanha a evolução recente do enobrecimento dos bairros históricos, apesar das dificuldades e insuficiências, da zona mais antiga da cidade. Este conjunto elege, por ordem de importância, o Bairro Alto, e o do Sacramento (53,2%); Alfama e S. Miguel (42,1%); Stº Estêvão (26,6%); o Castelo (37, %); a Sé (28,3%); a Mouraria, S. Cristóvão e S. Lourenço (25%); a Baixa e S. Nicolau (30,3%); Santa Justa, (27,1) e “ainda a freguesia de S. José, (22,8%) no prolongamento da Baixa e da Mouraria.”

Fonte: Rodrigues, 1999, pp. 117

A análise da composição social dos que escolhiam residir na cidade central e dos que a abandonavam, para se instalar na periferia, caracterizava-se pelo facto da estrutura etária dos que

regressam à cidade ser claramente mais baixa, situando-se a maior incidência, em termos absolutos, no escalão dos 15 a 24 anos e por possuírem, de um modo geral, mais habilitações literárias. Enquanto as pessoas com grau académico superior que trocavam a cidade central pela periferia, não ultrapassavam os 15%, a percentagem dos que regressavam e possuíam esse tipo de habilitações, ascende a 29%. Estes novos moradores do centro da cidade provinham da periferia (26%), de outras zonas do país (30 %) e do estrangeiro (32%).

Os recém chegados vindos da periferia da cidade de Lisboa possuem um elevado capital cultural, expresso numa formação ao nível do ensino superior, e são muito jovens, o que os aproxima de forma muito óbvia, dos primeiros enobrecedores dos centros históricos, nomeadamente dos canadianos, que eram filhos dos subúrbios monótonos e idênticos do período “Fordista”, como se disse no ponto 3.4.3 (Rodrigues, 1999, pp. 118).

Um outro grupo que o autor não identificava nitidamente era formado por todos aqueles que regressavam do estrangeiro, facto que sublinha a necessidade de serem realizados estudos nos quais se tente inventariar as suas características. Seria interessante verificar se, tal como aconteceu noutras cidades, nomeadamente em Telavive (Israel) e em Wellington (Nova Zelândia), estes grupos são constituídos por membros da nova classe média que emigraram, residiram Nova Iorque, Paris e Toronto durante algum tempo, e, no seu regresso, sentiram necessidade de construir uma atmosfera idêntica à dessas grandes cidades no seu país de origem (ver ponto 3.4.3).

A Câmara Municipal de Lisboa criou em 1995, um programa de incentivo à habitação jovem nos centros históricos, um esquema aparentemente simples, em que a câmara adquiria “os imóveis, geralmente em avançado estado de degradação” e os atribuía a “cooperativas geridas por jovens moradores dos bairros históricos” que ficavam “responsáveis pelo programa de reabilitação”. Até Abril de 2001 existiam duas, localizadas respectivamente, no Bairro Alto e em Alfama, que apenas conseguiram reabilitar um edifício, apesar da procura de alojamento, por parte dos jovens, na zona antiga da cidade, ser apreciável. André Calado responsável pela Cooperativa do Bairro Alto Jovem, declarava, a 26 de Abril de 2001, que existiam 63 inscritos e muitos mais à espera de poderem vir a entrar para a lista de cooperantes. Embora a recuperação dos bairros históricos tenha tido início em 1989, com a criação de um pequeno gabinete, desde essa data, a autarquia comprou 500 fogos degradados, mas destinou apenas 29, em dois prédios, para habitação jovem – um para a Cooperativa do Bairro Alto e outro para a Cooperativa Colina Jovem (Público, 2001). A escolha do Bairro Alto e do Sacramento, por mais de metade deste grupo ainda minoritário, associado à produção cultural desta zona, deixa afirmar que esta área histórica se encontra em pleno processo de transformação em bairro cultural, tal como em muitos outros países alguns dos quais se mencionam no capítulo 3.6. O Presidente da Câmara de Lisboa, Pedro Santana Lopes,

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

como já se afirmou, manifesta o seu interesse na criação de condições para que os jovens voltem a residir no centro da cidade, promovendo a sua reabilitação (Público, 2002, pp. 9).

Lisboa encontra-se numa fase de produção cultural em que uma intervenção facilitadora da autarquia, com auxílio de fundos comunitários permitia acelerar a criação no centro histórico de um bairro cultural, que podia ser apoiado pelo turismo. Na verdade a cidade já dispõe de fluxos turísticos com o perfil da nova classe média. A análise dos resultados do inquérito realizado em 1993, a 400 turistas admitiu concluir que 59,9% dos visitantes possuíam formação superior ou encontravam-se a frequentar esse grau de ensino, enquanto 35,4% exerciam profissões liberais, eram quadros superiores e profissionais técnico científicos (Henriques, 1994, pp. 169 in Henriques, 1996, pp. 57). A transformação do centro histórico de Lisboa em zona residencial, de produção e consumo cultural, por intermédio de uma nova classe média parece, e acordo com os estudos evocados, estar na sua fase inicial, enquanto o inquérito realizado aos visitantes da cidade demonstra a presença de turistas culturais, cujos consumos podem auxiliar a manter e mesmo a incrementar esta produção ajudando o novo bairro a consolidar-se.

Não será, por certo, estranho admitir que este grupo social, quando visita destinos de sol e praia, no Verão, desenvolva práticas culturais idênticas às que está habituado a fruir nos seus países de origem, contribuindo, por intermédio dos consumos realizados, quer para a regeneração dos centros históricos das áreas visitadas, quer para a requalificação e diversificação destes destinos em fase de maturidade. No próximo ponto desta pesquisa examinamos o modo como se tentou reconverter a oferta turística algarvia e, nesse contexto, apurar a importância dada aos recursos de índole patrimonial e cultural, sobretudo aos centros históricos, no rejuvenescimento do turismo balnear algarvio.

4.2.3.6 - A tentativa de reconversão do espaço turístico Algarvio

A urgência em atenuar muitos erros cometidos, um pouco por todo o país mas com maior dimensão na região sul, conduziu à elaboração do Plano Nacional de Turismo, iniciado em 1985 e concluído em 1988. O documento assinala as incorrecções existentes no Algarve, principalmente no domínio da “degradação urbanística de algumas zonas” e da “ocupação desordenada e anárquica de vastas zonas do litoral” (Silva, 1998, pp. 53). O documento socorria-se da situação vívida nos pólos de Lagos-Portimão, Lagoa-Silves e Albufeira-Loulé para comprovar os dados causados, zonas que, como se afirmou noutro ponto do actual capítulo, o Ante-plano de Desenvolvimento Regional e o Estudo de Valorização Turística desejavam proteger, nos anos 60, para resguardar essas zonas do “exagerado crescimento da oferta”

O Plano Nacional de Turismo de 1986, confrontado com obstáculos de ordem política e com um horizonte temporal, que não ultrapassava 1989, não chegou a ser, cabalmente, implementado. Em 1991, o Conselho Nacional de Turismo recebeu o encargo de elaborar outro plano, para o triénio 1993-1996, tarefa que não foi possível concretizar. Na região do Algarve, a Comissão Regional de Turismo foi encarregada de produzir, com o apoio da Direcção Geral do Turismo o plano para a região, que deveria ser publicado em 1992 (Rosa Pires e Costa, 1992, pp. 105; Edwards e Sampaio, 1993, pp.278-282).

O arquitecto Nuno Portas afirmava, num texto publicado em 1990, que a ocupação do litoral algarvio seguia o modelo das “urbanizações ou (sub urbanizações) metropolitanas ” derivadas quer da “cidade jardim” quer dos “blocos sortidos” em que as “Quarteiras, são Almadás para pior, as Vilamouras, Estoril já desastrosos” (ver gravura 4.5). O arquitecto conclui o seu raciocínio, lembrando que “após três décadas de actuação de engenheiros e arquitectos nunca se deve ter acumulado tanto disparate ou tantos golpes baixos urbanístico-arquitectónicos, como nessa galinha de ovos de betão” (Portas, 1990, pp. 91). Estas considerações de Nuno Portas suportam a correspondência, que vimos defendendo ao longo deste estudo, entre paradigma urbano e paradigma turístico, em termos de forma de ocupação do espaço. Os empreendimentos turísticos sofreram, quer nos países do norte da Europa quer nos do sul, as consequências dos modos de intervenção ditados tanto pelo planeamento racional utilizado, de forma sistemática nos do norte, como pela incapacidade de implementação ou mesmo de programação, como ocorreu nos do sul.

A grave situação em que se encontrava o Algarve era evocada de novo no Plano Regional de Ordenamento do Território, de 1990, o qual volta a inventariar um conjunto de problemas muito idênticos ao Plano Nacional de Turismo. O paralelismo dos temas abordados demonstra que o primeiro não conseguiu actuar sobre os erros cometidos, nem evitar que as suas consequências aumentassem, na medida em que o plano regional acrescenta às deficiências inventariadas, no anterior documento, as dificuldades que advinham do crescimento da oferta superar a procura. A política de ordenamento proposta aponta no sentido de dar toda a prioridade à consolidação e reestruturação da oferta, nas zonas de ocupação turística, e à defesa de turismo de qualidade para os núcleos em desenvolvimento (Silva, 1998, pp. 53).

A relação dos erros cometidos, ao longo de 10 anos (desde o início da elaboração do Plano Nacional de Turismo, até à publicação do PRTA, em 1995), não se traduziu, contudo, na concretização de acções que produzissem alterações positivas de modo a inverter o percurso seguido.

O Plano Regional de Turismo do Algarve, ao descrever as fragilidades da região, em 1995, menciona, uma vez mais, o incremento constante da oferta “a que os grandes operadores turísticos responderam com um envio de um crescente número de turistas, sobretudo na estação alta” conjuntura que se traduzia em “consequências negativas sobre o ordenamento do território”,

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

embora a responsabilidade não fosse atribuível ao turismo, mas antes a uma política urbanística cuja “programação, desenvolvimento e aplicação” se caracterizou pela inconsistência” (PRTA, 1995, pp. 28). As grandes fragilidades, da região, em termos de turismo, deviam-se, na perspectiva dos autores do documento, a 4 motivos, idênticos aos mencionados pelos investigadores espanhóis, nas suas regiões turísticas mais procuradas pelo turismo de sol e praia (ver ponto 2.5.3), que se passam a mencionar.

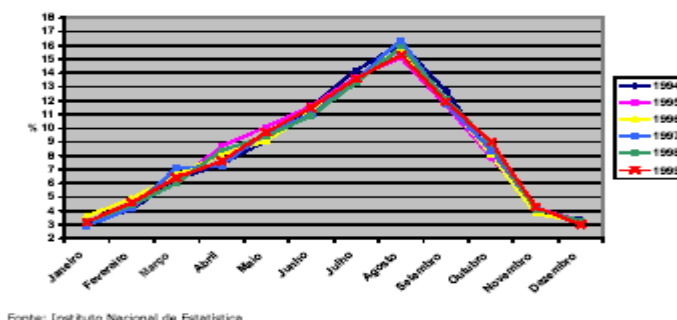
Especialização excessiva no produto sol e praia situação que implicava “uma pressão muito forte sobre uma estreita faixa litoral”, uma vez que “77% das dormidas, em 1992, se concentravam nos conselhos de Albufeira, Loulé e Portimão”.

Grande sazonalidade da procura, visto que, 55% das dormidas totais nos três anos anteriores tinham ocorrido nos meses de Junho a Setembro (ver quadro 4.17).

Forte dependência do mercado britânico porque em 1992, “tinha sido responsável por 42% das dormidas de estrangeiros, enquanto em 1986 a sua participação era de 61%” (ver quadro 4.18).

Domínio da distribuição da oferta pelos grandes operadores internacionais, que propendiam a “pressionar no sentido da perda progressiva de qualidade da oferta” e da “deterioração dos preços”.

Quadro 4.17 - Distribuição mensal das dormidas no Algarve 1994-1999



Fonte: PRTA anos 2000, pp.37

Quadro 4.18 - Dormidas de Estrangeiros na Hotelaria do Algarve

O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro

	No País (%)									
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
REINO UNIDO	30,5	29,4	31,9	33,2	29,4	28,7	28,0	29,3	28,4	29,5
ALEMANHA	14,1	16,9	18,4	19,0	22,7	25,2	26,1	29,3	21,1	22,0
HOLANDA	8,6	8,9	8,4	7,1	7,9	7,1	7,2	7,4	7,2	7,5
IRLANDA	1,6	2,0	2,3	2,4	2,4	3,0	2,1	2,0	2,3	2,7
ESPAÑA	10,4	9,8	9,1	9,5	8,7	7,4	7,3	7,5	9,6	7,4
BÉLGICA	2,4	2,4	2,3	2,4	2,6	2,8	2,8	2,6	2,8	2,4
OUTROS	32,4	30,6	27,6	26,4	26,3	25,8	26,5	21,9	28,6	28,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Fonte: PRTA anos 2000, pp.40

A intervenção que o PRTA se propunha realizar, repartida por 28 programas, 70 medidas e duas dezenas de acções encontrava-se estruturada em seis domínios estratégicos, que englobavam o enquadramento, qualificação e diversificação da oferta, dos equipamentos e serviços e promoção turística. A melhoria da prestação institucional e a correcta implementação e acompanhamento do PRTA formavam outro conjunto de fins a atingir (PRTA, 1995, pp. 129).

No domínio do enquadramento estratégico da oferta a política de ordenamento do território, previa medidas de recuperação e renovação urbana, que englobavam a reabilitação dos centros históricos, tema que se trata mais adiante. Estas medidas incluíam ainda a definição das bases de ordenamento do espaço marítimo, através da prossecução dos POOC - Planos de Ordenamento da Orla Costeira. O Decreto-Lei nº 309/93 de 2 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo nº218/94 de 20 de Agosto, regulou a elaboração e aprovação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, produzidos em articulação com os PDM de modo a definirem “os condicionamentos, vocações, usos dominantes e localização de infra-estruturas de apoio a esses usos.” (DROT Algarve, 2002). O Decreto-Lei nº 151/95 de 24 de Junho considerava os POOC's Planos Especiais de Ordenamento do Território, os quais, no Algarve abrangem os seguintes troços:

Sines-Burgau – abrangendo um sub troço alentejano (Sines/Odeceixe) e um outro do litoral algarvio e que coincide, no essencial, com os limites do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e da Costa Vicentina, aprovado por resolução do Conselho de Ministros nº152/98 de 30 de Dezembro.

Burgau-Vilamoura – aprovado em resolução do Conselho de Ministros nº33/99 de Abril de 1999

Vilamoura-Vila Real de Santo António – em fase de discussão em 2002

A recuperação dos centros históricos da região, por seu turno, tem vindo a ser referida em inúmeros documentos de planeamento regional e local, sem que tenha sido objecto, de qualquer

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

campanha sistemática. O Plano de Desenvolvimento Regional do Algarve para o triénio de 1986-90 aconselhava que fossem tomadas medidas para concretizar essa tarefa, devido a importância do seu aproveitamento como recurso turístico (PDR, 1985, pp. 115), enquanto o “Enquadramento Estratégico para a Região do Algarve – Proposta de Acção” (1994-1999), na sua medida I, sobre recuperação dos espaços urbanos degradados, contemplava a recuperação e valorização dos centros históricos.

O Plano Regional de Turismo do Algarve (PRTA), de 1995, por sua vez, no domínio estratégico do enquadramento da oferta, propunha a reabilitação dos centros históricos, por reconhecer que neles se guarda um importante património que deve ser “salvaguardado, recuperado e valorizado, em actuações planeadas” e não pontuais, como vinha sendo feito até aquela data. Importava, firmavam os autores do documento, recuperar também o espaço público, “conter a destruição, combater a degradação”, garantir a “sanidade e a segurança”, libertar esses conjuntos históricos do “congestionamento e do estacionamento anárquico”, promover a pedonalização, melhorar a “iluminação pública, sinalização, pavimentação”, promover a sua “dinamização, através da animação dos equipamentos existentes ou a criar” da “qualificação do comércio” e do incentivo à instalação de “equipamentos hoteleiros e serviços de restauração de qualidade” aconselhando ainda a criação de disposições nos planos municipais, de modo a possibilitar essa intervenção” (PRTA, 1995, pp. 153).

A requalificação da oferta turística do Algarve foi apoiada pelo PIPITAL, Programa de Investimento Público de Interesse Turístico para o Algarve, que vigorou entre 1996 e 1999 e contemplava muito dos planos e das medidas preconizados no PRTA, nomeadamente no domínio do ordenamento das áreas turísticas. (Diário da República, 1997, pp. 4695) enquanto o programa PITER (Medida de Apoio aos Programas Integrados Turísticos de Natureza Estruturante e Base Regional), tem vindo a apoiar empresas, câmaras municipais e regiões de turismo. O Programa Operacional de Economia, enquadrava também uma série de medidas favoráveis ao desenvolvimento do turismo abrangendo o SIVETUR (Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica), vocacionado para as “PME’s” e grandes empresas e as Medidas de Apoio ao Associativismo, dedicado às estruturas associativas incluindo as regiões e juntas de turismo (DREA, 2002).

A avaliação do nível de concretização das medidas propostas pelo PRTA, no ano 2001, para o quadriénio de 1995-1999, demonstrava que, apesar das decisões tomadas, em favor da requalificação da oferta, as acções específicas para zonas saturadas, raramente passaram dos planos de pormenor tendo sido concluídas apenas duas intervenções de ordenamento de frentes marítimas e três acções no domínio da recuperação dos centros históricos (PRTA, 2001, pp. 62).

Da revisão efectuada resultou o “PRTA anos 2000”, que é mais “um plano de acção do que um plano estratégico”. O documento previa, a partir de 2001, a concretização de projectos como a

sinalização turística e rodoviária, a limpeza das praias do Algarve, a implementação do programa “Casa arrumada”, os quais se integram no programa de acção “Agenda 21 – Acções para um turismo sustentável” (Quirino, 2001, pp.775). A aplicação da Agenda 21, no Algarve implicava a criação de parcerias que possibilitassem um plano de acções concertadas para o desenvolvimento do turismo sustentável no Algarve. O Programa Casa Arrumada destinava-se a desencadear acções de valorização territorial. O novo documento revisto e actualizado concedia aos centros históricos um papel de grande relevo na definição da oferta turística algarvia, porque os considerava áreas estratégicas de intervenção e previa medidas e acções de preservação, reabilitação e dinamização embora não estipulasse montantes para as acções a desenvolver (PRTA, 2001, pp.77). A AHETA (Associação dos Hotéis e Empreendimento Turísticos do Algarve) ao pronunciar-se sobre o financiamento das intervenções agendadas afirmava que dificilmente seriam executadas porque a revisão efectuada não acrescenta “um único euro aos fundos entretanto disponibilizados” (AHETA, 2002, pp. 13).

O Plano de Acção Plurianual para o Turismo do Algarve (PAPTA, 2002-2004), por sua vez, reafirma a necessidade de qualificação da oferta e de definição de uma estratégia de marketing, focada em produtos prioritários, abrangendo o património histórico e a cultura que considera “uma oferta complementar ao sol e praia que deverá ser preservada e comunicada” sem contudo, se referir concretamente aos centros históricos (PAPTA, 2002, p.p 78).

Entretanto o PNDES (Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social), para o período de 2000-2006, introduziu um novo conceito de desenvolvimento da oferta turística portuguesa ao aconselhar a clusterização do Lazer de modo a incluir animação turística e patrimonial e as indústrias culturais, demonstrando uma grande acuidade em relação ao que vêm sendo as grandes linhas orientadoras da política de turismo, a nível internacional (ver ponto 3.3) que suporta a formação dos denominados bairros culturais, que tanto atraem os turistas (ver ponto 3.6). De acordo com o documento esse cluster envolvia, a manutenção e diversificação da oferta da animação turística, (uma vertente vocacionada para os parques temáticos e as arcadas da realidade virtual) o património histórico (para as actividades culturais e artísticas), os serviços dirigidos a clientes institucionais, em áreas afins do turismo (congressos, reuniões acções de formação) e ainda uma componente nas áreas das indústrias culturais incluindo conteúdos e áudio visuais. Este importante conceito de “clusterização” permitia uma actuação mais consistente, no campo de turismo, alargando, simultaneamente, a gama de produtos colocados à disposição dos residentes e dos turistas. A proposta do PNDES evidenciava uma compreensão assinalável da ligação entre os sectores mencionados, que desaparece do documento regional denominado “Estratégia de Desenvolvimento para a Região do Algarve 2000-2006”, no que concerne o referido “cluster”, na medida em que se atem às actividades de carácter turístico e de

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

serviços, sem uma clara definição de política de redes de equipamentos e de animação ou qualquer alusão às indústrias culturais.

Mais recentemente, ao abrigo do FEDER, a CCRA criou o Programa Regional de Acções Inovadoras – INOVALGARVE, com duração de 24 meses, entre 2002 e 2003, que se propõe apoiar a formulação de um projecto de desenvolvimento regional, através de parcerias. Os temas estratégicos incluem: a valorização, desenvolvimento, densificação e diversificação da fileira do turismo, através de acções ligadas ao golfe e ao turismo cinegético, com um custo de 670 0000 euros. Associa aquela componente, o desenvolvimento da animação e do património cultural, através tanto da identificação e caracterização do património arqueológico, que justifique uma intervenção posterior, como da recuperação de imóveis antigos de reconhecido valor histórico num montante de 780 000 euros. (INOVALGARVE. Html).

Este programa de inovação, tal como a estratégia de desenvolvimento, não contempla acções que propiciem o aparecimento e consolidação das artes e das indústrias culturais, embora a região disponha de cursos de arquitectura, arquitectura paisagista e de design e o ensino público queira incrementar o ensino das artes. De qualquer modo é importante notar a forma como se sublinha o relevo da introdução de acções conducentes à inovação, nas áreas do turismo e da cultura.

Os esforços realizados, ao nível do planeamento, para rejuvenescer o turismo algarvio, nos sectores que mais directamente se ligam com a nossa pesquisa, ou seja, para requalificar os espaços mais afectados turismo de sol e praia nas décadas anteriores e para e diversificar a oferta através da reabilitação dos centros históricos tiveram um índice de execução muito reduzido. Esta situação parece constituir uma constante da política de planeamento, ordenamento e gestão do território, no nosso país, que ganha dimensão mais notável na região algarvia e nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, porque foram profundamente afectadas pelo crescimento anárquico da área urbanizada, com o seu cotejo de consequências negativas. Na região turística mais importante do país, desde a década de 60, os instrumentos de planeamento e ordenamento têm vindo a ser sistematicamente ignorados, por ausência de enquadramento legal, meios operacionais e, sobretudo, falta de vontade política.

A nossa atenção vai, se seguida focalizar-se na cidade de Faro, com o objectivo de avaliar a importância dada pela autarquia à reabilitação do seu centro histórico, ao desenvolvimento turístico e ao aumento da produção cultural. A análise que nos propomos concretizar tem por objectivo verificar se existem condições para criar uma oferta cultural que possa ser partilhada entre residentes e turistas e que contribua, em simultâneo, para a diversificação da oferta turística da região do Algarve, visto que, as propostas feitas, a nível regional, através do planeamento realizado, não foram implementadas.

4.3 - O caso de Faro

A análise do caso de Faro exige, em primeiro lugar, uma síntese da sua evolução urbana, turística e cultural, metodologia que temos vindo a adoptar ao longo desta pesquisa, sempre com o mesmo argumento, que se prende com as características dos sistemas complexos, nomeadamente os urbanos e culturais, porque estão na origem dos meios criativos que se caracterizam por possuírem história. É essa história que influencia, de modo decisivo a sua evolução actual, na medida em que condiciona o carácter distintivo da produção local.

4.3.1 - A evolução da cidade de Faro – Da cidade tradicional à moderna

Faro deve ter surgido no século VII a.C., como entreposto comercial fenício e depois grego. A colonização romana que se estendeu até ao século V d.C., imprimiu-lhe um cunho clássico, ainda hoje detectável. Nessa época a cidade era marcada por dois grandes núcleos (Paula, 1993, pp. 46).

O da Vila Adentro, em que se estruturam os dois eixos viários principais da urbe – o cardo e o decumanus, local onde se situava o fórum com os seus edifícios públicos de carácter administrativo e religioso, dos quais parte do templo se encontra soterrado, junto da actual Sé.

O do porto, situado este na zona do actual Hotel e Terminal Rodoviário Eva, como o comprova o Mosaico do Oceano, encontrado quando se realizaram as obras para a sua construção. Este núcleo abrangia uma área que se estendia do Teatro Lethes, ao Largo da Alagoa, em que predominava uma construção dispersa, caracterizada pela presença de hortas que abasteciam a cidade.

A cidade de Ossónoba revelava a influência do modelo da cidade clássica, de índole helenística, que está na origem da urbe portuguesa (ver ponto 4.2.1), com o seu núcleo, mais fácil de defender, situado na colina, denominado “alta”, zona de povoamento denso e outra de povoamento mais disperso, denominada “baixa”, junto porto, através do qual se faziam as trocas comerciais.

Após a conquista árabe, no século VIII, à semelhança do que aconteceu noutras cidades do país, a cidade manteve todas as funções urbanas. As mudanças introduzidas prenderam-se com a intensificação da ocupação da Vila Adentro, o afunilamento de algumas ruas, a construção da Mesquita e a criação da Assembleia de Notáveis.

A vitória dos cristãos, na guerra da reconquista, propiciou a transformação da mesquita em igreja, a construção das casas da câmara, no local do actual edifício municipal e o aparecimento de dois novos bairros situados a norte e a sul da rua de Santo António – a Judiaria e a Mouraria. A cidade

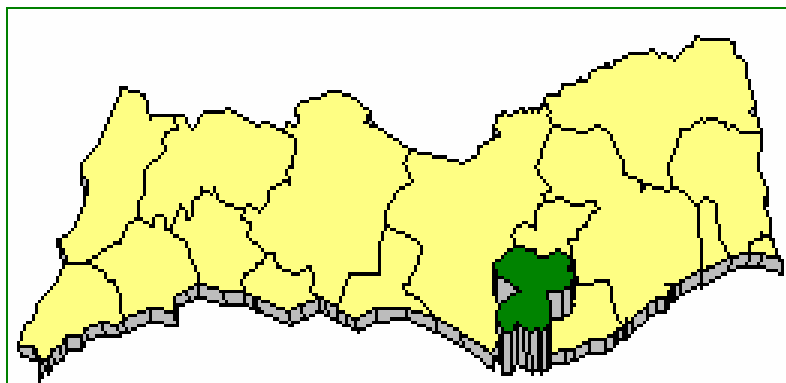
4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

reteve uma grande actividade piscatória e de construção naval, na zona ribeirinha, situando-se o porto próximo da doca actual (Paula, 1993, pp. 62).

Os séculos XVI e XVII representaram um período de grande afirmação de Faro, no contexto regional, e de crescimento económico e urbano. A elevação a cidade em 1540, a transferência da sede de bispado, em 1577, antes localizada em Silves e o desenvolvimento do comércio marítimo propiciado pelos descobrimentos desempenharam um papel muito importante no aumento da área edificada e no aparecimento de imóveis de grande envergadura, como o Colégio dos Jesuítas, a Igreja de S. Pedro, a da Esperança, e a do Pé da Cruz, a Ermida de S. Sebastião, o Convento de Stº António dos Capuchos e o Paço Episcopal. O crescimento da cidade empurrou algumas das hortas para áreas mais periféricas como aconteceu com as do Ferragial, do Colégio de S. Pedro e dos Capuchos, embora outras na zona central particularmente a da Mouraria e a de S. Francisco permanecessem intocadas. Este período de grande afirmação de Faro foi ensombrado pelos saques e destruições sistemáticas, cometidos pelas tropas inglesas, sob o comando do conde de Essex, em 1596, sendo inúmeras as perdas materiais, incluindo muitos documentos fundamentais para a história da actual capital do Algarve.

A construção de uma segunda cerca, em 1660, marcou o fim do crescimento da cidade tradicional e demonstrava a necessidade incrementar a segurança decorrente da depredação sofrida e da Guerra da Restauração, altura em que se temiam ataques dos espanhóis. A edificação desta muralha, resistente à artilharia, anuiu à recuperação da confiança que se traduziu, no século XVIII, na edificação de alguns dos imóveis notáveis da cidade, como as igrejas de S. Francisco e do Carmo, o Seminário, a Casa do Compromisso e a Alfândega. No final desse século, o terramoto de 1755 destruiu Faro quase por completo, não apenas pelo número incalculável de vítimas que provocou, mas também, pela ruína de quase toda a área construída (Paula, 1993, pp. 87-89).

Gravura 4.5 - Mapa do Algarve com destaque para o concelho de Faro



CCR Algarve, <http://www.ccr-alg.pt/algarve.html>

O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro

No século XIX a industrialização e a consequente necessidade de facilitar a circulação na cidade, conduziu à destruição das muralhas de 1660, que deram lugar à Estrada da Circunvalação, iniciando-se, dessa forma um processo inovador de expansão urbana. O caminho-de-ferro, inaugurado no final deste período, constituiu outro importante passo em frente na melhoria das acessibilidades, mas cortou a tradicional ligação entre a cidade e a Ria Formosa. A urbe desenvolveu-se para o interior, como aconteceu em Lisboa, abandonando o seu crescimento junto à ria, situação que proporcionou a abertura das avenidas da República e 5 de Outubro, num processo que se pode aproximar do registado na capital, com a execução das avenidas novas. Nas imediações da Estação de Caminho de Ferro cresceu, sem grande estruturação, um dos bairros industriais, situando-se o outro na Vila Adentro. O núcleo que se instalou no coração da cidade velha induziu à destruição do castelo e à descaracterização dessa zona antiga, processo que, como se disse no ponto 1.2 também ocorreu noutras cidades europeias, na mesma época. Neste período a capital do Algarve foi dotada com alguns equipamentos como os mercados do peixe e das verduras, o matadouro, o liceu, escolas, três teatros e o Passeio Vasco da Gama (Paula, 1993, pp. 99).

A capital do Algarve guardou, até meados do século XX, um património notável concentrado no espaço que se estendia da Vila Adentro à cerca seiscentistas, derrubada no século XIX, património que, apesar das vicissitudes históricas se distinguia pela extrema harmonia do conjunto. Este magnífico espólio que sofreu os primeiros ataques com a industrialização do século XIX, estava prestes a ser verdadeiramente assaltado pelas exigências da modernização

Faro conheceu a primeira acção de planeamento moderno em 1945, altura em que o arquitecto João de Aguiar realizou o seu Plano Geral de Urbanização. Este urbanista, um dos mais solicitados deste período, era também, como mencionámos, um dos defensores mais acérrimos dos valores do urbanismo modernista e das suas propostas para os centros históricos (ver ponto 1.4).

Uma das características da sua obra era a preocupação com a facilitação da circulação automóvel dentro do núcleo urbano. O autor do Plano Geral de Urbanização de Faro sugeria uma intervenção extensa na malha antiga, propondo-se conservar apenas a área amuralhada. O parecer, emitido pelo Conselho Superior de Obras Públicas, a propósito das alterações consignadas no plano, alertava para o facto de a sua implementação provocar um “esvaziamento da cidade existente” que a, deixaria “praticamente irreconhecível”.

Fonte: Lobo, 1993, pp. 148

As zonas residenciais foram programadas, de forma muito semelhante às cidades-jardim britânicas (ver ponto 1.4), nomeadamente no que diz respeito à baixa densidade e às residências uni familiares, providas de espaços verdes, a que se associavam prédios que não ultrapassavam os três andares. O arquitecto propunha ainda uma cintura de protecção do perímetro urbano, de

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

cerca de 1000 metros, “uma quase absoluta contenção da edificação, de forma a manter esta área disponível para uma futura expansão do perímetro proposto”, nisto se revelando também a influência do urbanismo britânico, expresso na obra de Abercombrie (Lobo, 1993, pp. 149). O Antepiano foi alterado em 1947, 1950 e em 1962, altura em que foi programado para 30 000 habitantes (Corte Real, 1991, pp. 57).

Os escassos meios de implementação não deixaram que o arquitecto desenvolvesse o seu projecto para a zona antiga da cidade. Por essa razão a capital do Algarve, no início da década 60, era uma cidade de província, constituía por casa baixas, de um ou dois andares, que não ultrapassava a Estrada da Circunvalação, via que, como afirmámos tinha sido aberta no final do século XIX. A urbe disponha ainda de grandes espaços verdes, dentro desse limite, como as hortas do Colégio e do Ferragial. Nesta década, porém ultrapassou esse termo, passando a integrar na cidade bairros outrora apartados, como o Bom João, S. Luís, Alto Rodes e sítios, Pontes de Marchil, Penha, Vale de Carneiros e Montenegro. Este crescimento foi acompanhado, com grande apreensão, por alguns líderes de opinião preocupados com a ocupação indevida dos solos com características agrícolas (Jornal do Algarve, 1965).

O incremento da procura estrangeira contribuía, segundo a imprensa da época, para a afirmação de Faro como capital do sul, transformando-a numa cidade “aberta, sem limites nem fronteiras” que encantava os turistas devido ao património artístico, cultural e arquitectónico, ao comércio e à paisagem (Jornal do Algarve, 1968 e 1969 in Ferreira, 1997, pp. 3).

As transformações ocorridas na cidade, durante a década de 60, na sua grande maioria, obedeciam às exigências do Plano de Valorização Turística do Algarve do arquitecto Paulo Cunha. A conservação e restauro do património, as iniciativas, para o aproveitamento da ilha de Faro, o aumento da oferta de equipamentos e infra estruturas turísticas, a criação de condições para formar os recursos humanos, comprovam a vontade de aplicar o planeamento realizado, no sentido de promover um desenvolvimento turístico harmonioso (Cunha, 1963, pp.104-107).

Os equipamentos e serviços de suporte ao turismo também foram melhorados, ampliados ou remodelados de modo que era visível o número de bancos, hotéis, colégios, além do Palácio da Justiça, do Comando da PSP, da Junta Distrital, da Capitania, da Escola Técnica e do Aeroporto, enquanto a ilha de Faro inaugurava uma pousada e recebia belas moradias. Apesar de todo este dinamismo, os sistemas de fornecimento de água de electricidade, assim como, o saneamento básico ainda revelavam grandes deficiências (Jornal de Algarve, 1969, in Ferreira, 1997, pp.3).

A Empresa de Viação do Algarve detinha, nessa época, o direito da exploração dos transportes na região e, simultaneamente, era proprietária do Hotel Eva inaugurado na década de 60. A actuação desta sociedade demonstra que alguns investidores locais se esforçaram para dar resposta à

pressão turística, na medida em que se aperceberam da profundidade das transformações que resultariam da crescente procura e das suas implicações. Em função da avaliação efectuada a organização tentou ocupar sectores fundamentais como os transportes internos e o alojamento, atitude que está de acordo com as fases iniciais, do processo de desenvolvimento das zonas receptoras, tal como o define Butler, no seu ciclo de vida do produto turístico (Ferreira, 1997, pp.2; ver ponto 1.5).

No final da década, Faro contava com os hotéis Eva, Santa Maria e Faro, 24 residenciais, 8 pensões e 7 casas de hóspedes, que confirmavam o crescimento dos fluxos turísticos. Dispunha ainda de 5 discotecas, inauguradas ao longo dos anos 60, algumas com espectáculos ao vivo.

A Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve iniciou a sua actividade docente em 1966, no Hotel Santa Maria, o que representou mais um passo na direcção de criação de uma oferta turística de qualidade, através da formação de mão-de-obra especializada que, de acordo com o Antepiano Regional do Algarve e o Estudo Preliminar para a Valorização do Turística do Algarve, era muito escassa na região.

A conservação do património monumental da cidade e a correcta adequação da ilha de Faro à prática do turismo formavam os dois pilares da política de turismo da autarquia farenses. Por esse motivo a atenção das autoridades locais focou-se na recuperação dos edifícios notáveis da urbe, na criação de novos equipamentos culturais e nos cuidados dispensados à ilha de Faro que considerava um excelente local de lazer para residentes e visitantes.

O município investiu, a partir de 1966, em infra-estruturas e equipamentos na ilha de Faro de modo a assegurar a sua fruição por parte de residentes e turistas. Os montantes aplicados pela autarquia, na ilha, os maiores realizados no sector do turismo nos anos de 1966, 1967 e 1968, (respectivamente, 392 464\$00, 333 241\$00 e 285 940\$00, conforme referia o Relatório das Finanças Municipais de 1968) testemunhavam o desejo de concretizar esse objectivo.

A cidade velha foi objecto de estudos e de obras, realizadas pela Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, a partir do projecto de Valorização da Vila Adentro. O plano incluía a recuperação da torre da Sé e do Convento da Assumpção para a instalação de um museu, a realização de um estudo denominado Estudo de Valorização das Muralhas de Faro e a pavimentação do largo fronteiro, ao convento, local escolhido para colocação da estátua de D. Afonso III (O Jornal do Algarve, 1965, in Ferreira, 1997, pp. 2). Os novos equipamentos culturais incluíam o Museu de Etnografia Regional e o Museu de S. Francisco, enquanto se programava a reabilitação do Teatro Lethes a fim de o devolver à sua função de modo a servir residentes e turistas (O Jornal do Algarve, 1966 in Ferreira, 1997, pp. 2).

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

Na década seguinte, sobretudo no período pós 25 de Abril, as linhas orientadoras da política do novo regime envolviam a

Edifícios	1981	1991	Percentagem de Crescimento 1981/91
Número total de edifícios	6142	9835	60,13%
Número de Pisos	C/1-2	C/3-6	C/+ 7
Total	12 871	1934	173
Licenças de construção	1980/85	1986-90	1991
Total	268	289	319

democratização, a descentralização e o desenvolvimento do país. A fundação da Universidade do Algarve em Maio de 1978 constituiu uma das contribuições mais notáveis para o desenvolvimento do Algarve, ao facilitar a criação de uma nova classe média, que ascendeu por via da escolaridade.

Nos anos 70 a cidade cresceu de forma acentuada, tal como aconteceu em toda a região (ver ponto 4.2.2.1) provocando o aumento da densidade com a “construção de torres em locais de 1 e 2 pisos, a substituição e mutilação de antigas urbanizações de moradias, a sobrecarga do espaço público, o não planeamento da cidade” que conduziu a uma situação de défice de infra-estruturas viárias, de distribuição de água e electricidade, de saneamento básico que não acompanharam este crescimento anárquico “cometendo-se erros que são visíveis e irreversíveis.” (PEV, 1997, p.p.32). Os números que expressam esse crescimento são de novo, extremamente elucidativos (ver quadro 4.19).

A presença na capital do Algarve de alunos e docentes facilitou a reavaliação dos erros cometidos na década de 70 no domínio do património e da cultura regional e local, tendo alguns professores contribuído através da publicação de artigos e da presença em debates públicos para aprofundar o debate. O governador civil de Faro, Horácio Carvalho, em discurso feito aquando da sua tomada de posse a 23 de Julho de 1983, parecia dar o mote deste período ao afirmar, referindo-se ao turismo, que este devia ser não só uma fonte de receitas, mas também um motivo de enriquecimento cultural e de afirmação da identidade da região (O Algarve, 1983).

Quadro 4.19 - Evolução do parque habitacional no conselho de Faro

Fonte: Silva e Seabra, POT/MOEA, 1977

A conjuntura vivida, nessa época, parecia indiciar que a capital do Algarve se preparava para corrigir os desacertos anteriores, do mesmo modo que outros países incluídos na nossa pesquisa (ver ponto 3.4.4). A 3 de Março de 1982 realizou-se o II Congresso Nacional do Algarve no decorrer do qual foi exigida a intransigente defesa do património e da cultura regionais, sublinhando-se o papel das instituições de ensino, a todos os níveis, na sensibilização dos jovens.

Os artigos de opinião relatam verdadeiros atentados que iam ocorrendo, um pouco por toda a região, sobretudo em Lagos, Portimão e Faro. A situação, em Faro, era tão calamitosa, que se chegara ao limite de vender uma antiga igreja, para nela instalar um snack-bar. João Leal, Mesquita Vilhena e Luís Pereira insurgiam-se contra o desprezo pela região e pelos seus valores (O Algarve, 1980, 1982, 1983; Chaminé do Algarve, 1986-1989). A crítica da cidade moderna e a apologia da cidade tradicional, que acompanharam a história do urbanismo, na segunda metade do século XX, como comprovámos no ponto 2.3.4 também estava presente nos comentários dos líderes de opinião, que enfatizavam o crescimento desordenado, da “massa de betão”, que contrastava com a “dimensão do Homem, a fluência de ritmos, das linhas e cores, que fazem da parte antiga aquela, onde dá gosto viver” (Jornal do Algarve, 1986)

Neste período há ainda a salientar o papel desempenhado pelas associações de defesa do património de Silves, Vila Real de Santo António, S Braz de Alportel e Faro, às quais foi garantido o “estatuto de utilidade pública” regulamento que lhes concedia espaço de intervenção, quer a nível autárquico, quer regional, “na denúncia dos atentados ao património, da especulação imobiliária ou de outras agressões” (Tengarrinha, 1986, pp. 246-247). A acção das associações apoiava-se na lei do património cultural, de 1985, já referida, que previa a intervenção destas colectividades, situação que não se afasta da vivida a nível internacional, expressa na intervenção em favor da preservação e salvaguarda dos centros históricos das cidades como assinalámos no ponto 3.4.4.

A realização do Plano de Urbanização de Faro, apresentado em 1982, não deteve a construção em terrenos protegidos por lei, apesar de preconizar a criação de uma estrutura verde com o objectivo de travar o crescimento anárquico e de recomendar a libertação do centro histórico de todas as actividades do sector secundário. No entanto a autarquia tomou duas medidas importantes, em favor do património, (além das vocacionadas para o centro histórico, que analisamos mais adiante), e que envolveram a aprovação de uma proposta para restaurar e preservar um dos locais mais curiosos da cidade – a Praça Silva Porto, conhecida por Alto da Caganita e a aquisição, em 1987, do palácio de Estói. Nesse ano e com objectivo de formar os técnicos necessários à recuperação do património, organizaram-se cursos profissionais nos sectores da azulejaria, do estuque, da cantaria, da talha, do restauro e da cerâmica, patrocinados pelo Fundo Social Europeu.

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

A inauguração da Delegação Regional da Secretaria de Estado da Cultura, em 1980 (O Algarve, 1980), e a tomada de posse do primeiro reitor da Universidade do Algarve, Professor Doutor Manuel Gomes Guerreiro, a 28 de Julho de 1982 (Jornal do Algarve, 1982), foram dois acontecimentos de grande importância para a democratização cultural da região. Os líderes de opinião patenteavam, porém, algum receio em relação à concretização da desejada promoção cultural tendo em conta que as autarquias investiam muito pouco na prossecução desse desígnio (ver quadro 4.20) e os processos criativos e inovadores conducentes a uma verdadeira descentralização cultural eram escassos (O Algarve, 1986).

**Quadro 4.20 - Despesas do Município de Faro com Cultura, Desporto e Tempos Livres –
Porcentagem do orçamento**

1986	1987	1988	1989
7,1	12	6,8	9,2

Fonte: Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal de Faro de 1986 a 1989

Em síntese, podemos afirmar que os anos 80 trouxeram uma maturidade mais acentuada e uma capacidade de reflexão e crítica sobre a acção desenvolvida nas décadas anteriores, nomeadamente em relação a um crescimento da área urbanizada, que colocava em risco a identidade da urbe. Um grupo de líderes de opinião foi chamando a atenção do poder regional e local para os gravíssimos atentados à memória colectiva que se vinham realizando na cidade e da necessidade urgente de proteger, conservar e valorizar o centro histórico, lugar símbolo desse passado. A fundação da Universidade do Algarve e a inauguração da Delegação Regional da Secretaria de Estado da Cultura, por outro lado, prometiam uma democratização do ensino superior e da cultura de modo a formar os públicos de que qualquer capital regional se deve orgulhar. A cidade de Faro como se menciona no próximo ponto reflecte, actualmente, muito desse trabalho desenvolvido.

4.2.2 - A cidade de Faro no final do século XX, início do XXI

A cidade de Faro tem uma área de 202,1 quilómetros e uma população de 58 051 habitantes (ver quadro 4.23) distribuídos por seis freguesias (ver gravura 4.6). Na cidade residiam, em 2001, 41.934 pessoas (ACP, 2002, pp. 145).

Gravura 4.6 – Planta do concelho de Faro



Fonte: Câmara Municipal de Faro http://www.cm-faro.pt/concelho/concelho_caract.php?expnad=2

Os habitantes de Faro possuem um poder de compra acima da média nacional (100), que no ano 2000 se situava nos 140, conjuntura favorável ao aumento do consumo cultural (ver gráfico 4.2).

Quadro 4. 21 – Faro. População e Território

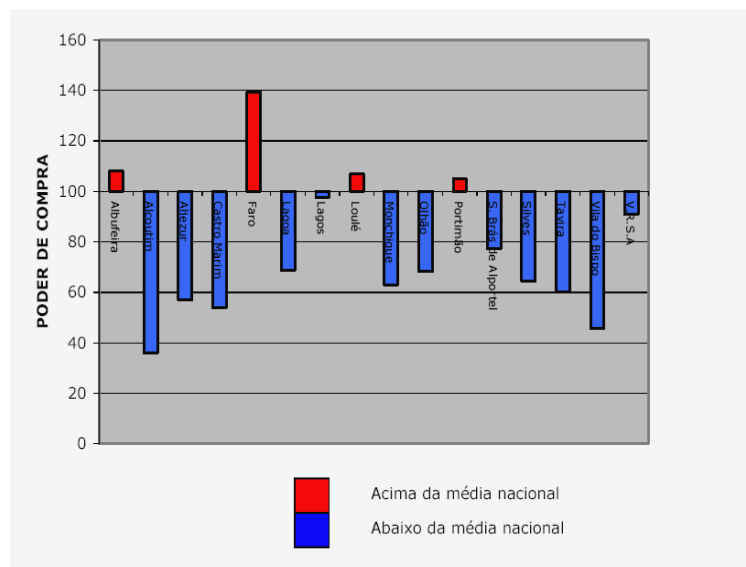
Território e População				
NUTS/Concelhos	Área Total	Freguesias	População Residente	
			Total	
	Km 2	Número		
	2001	2001	1991	2001
Portugal	92 151,8	4 241	9 867 147	10355842
Algarve	4 995,2	84	341 404	395 208
Faro	202,1	6	50 761	58 051

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001

Os residentes apresentam um bom índice de escolaridade incluindo a de nível superior. A Universidade do Algarve tem contribuído para o elevado número de pessoas com esse grau de ensino, outro factor fundamental para o aumento da produção e do consumo cultural (ver quadro 4.22; ver também pontos 2.3.2 e 2.4.2).

Gráfico 4.2 – Poder de Compra no Algarve - Ano: 2000

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional



Fonte: PRTA Anos 2000 pp.20

Quadro 4.22 – Nível de ensino atingido pelos residentes de Faro – Ano: 2001

Fonte: INE, Atlas das Cidades

Indicador	Percentagem
Básico – 1º Ciclo	27,9
Básico – 2º Ciclo	10,3%
Básico – 3º Ciclo	12,7%
Secundário	25,9%
Ensino Superior	23,2%

Portuguesas, 2002, pp. 146

O capital cultural dos reflecte-se na elevada de especialistas e técnicos Algarve (ver quadro 4.23).

recursos humanos percentagem de quadros que residem na capital do Esta situação tem bastante

importância para o nosso estudo empírico, porque demonstra que a cidade possui um núcleo importante, em termos nacionais, de consumidores actuais e potenciais de produtos culturais.

Apesar dos dirigentes da cidade terem vindo a apostar “num modelo integrado de desenvolvimento de Turismo Urbano, em que se promove a cidade como um todo” (ver AMBIFARO, 2001) os dados estatísticos disponíveis apontam para a existência, em 2001, de 19 empreendimentos turísticos em Faro, número que tem vindo progressivamente a decrescer desde 1997 e tem contribuído para a diminuição do número de camas disponíveis na capital do Algarve, como se pode constatar no quadro 4.24

Quadro 4.23 - Distribuição do pessoal ao serviço por nível de qualificação em Faro, no Algarve e no Continente – Ano: 1997

Nível de qualificação	Faro	Algarve	Continente
Quadros Superiores	10,7	10,7	10,1
Quadros Médios	3,3	2,7	3,2
Encarregados, Contram. e Chefes	3,6	3,6	3,6
Profissionais altamente qualificados	8,9	4,5	5,2
Profissionais Qualificados	38,8	39,7	40,3
Profissionais Semi-Qualificados	12,2	16,9	11,8
Profissionais Não Qualificados	14,3	13,1	11,8
Praticantes, Aprendizes e Estagiários	5,7	7,0	7,5
Ignorado	2,5	1,9	2,7

Fonte: DETEP-MTS (Quadro de pessoal – Consulta emprego) (Dados tratados pelo CIDEF) in AMBIFARO, 2001, pp. 9

No estudo do CIDER (Centro de Investigação de Desenvolvimento e Economia Regional), denominado “Indicadores de Sustentabilidade do Conselho de Faro” afirmava-se que o turista da cidade se encontra “de passagem” e possui “fraca vocação turística” embora não deixasse de reconhecer que, no “biénio 1997-1998” a procura cresceu mais do que no resto do Algarve, “apesar da sua fraca expressividade” (CIDER, 2001, pp. 26).

Uma outra investigação, realizada, no mesmo ano, pelo CIDEF (Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos), a pedido da AMBIFARO, intitulado “Potencialidades do Conselho de Faro – As necessidades de formação e as oportunidades de negócio” concluía que o desempenho turístico se ressentia do facto da capital do Algarve estar associada ao caos urbanístico, à pouca qualidade urbana, às dificuldades de trânsito e de estacionamento. A mencionada conjuntura impedia a captação de turistas limitando-se a desempenhar a função de cidade de passagem.

Apesar das deficiências encontradas o estudo do CIDEF sublinhava também algumas vantagens a explorar que envolvem a proximidade do aeroporto, a existência de equipamentos e serviços de nível regional, o seu centro histórico, a zona ribeirinha e a rede de espaços pedonais. A presença da Universidade, por sua vez, induzia a consumos, por parte dos estudantes fora da época alta do turismo (CIDEF, 2001, pp. 130).

A referida pesquisa aconselhava a exploração das hipóteses de negócios nos domínios da cultura, do património e do turismo, citando a título de exemplo, design gráfico, multimédia, produção de conteúdos, organização de eventos culturais e de animação local. A criação de circuitos paisagísticos, o ensino e a promoção de desportos de natureza e náuticos, de serviços personalizados de acompanhamento de turistas, actividades de animação, produção de aguardentes e licores, doçaria regional constituíam outros domínios a explorar. As sugestões

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

feitas neste documento contemplavam, não apenas muitas das recomendações do PNDES (Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social) para o “cluster” do lazer, plano a que já nos referimos, mas também um núcleo de actividades e produtos culturais que podem, se devidamente explorados, promover a formação de um bairro cultural na capital do Algarve (ver ponto 3.6)

Quadro 4.24 – Número de estabelecimentos e capacidade de alojamento (em camas) no Algarve



N.º de Estabelecimentos e Capacidade de Alojamento (em camas) no Algarve

1997 a 2001

	N.º de Estabelecimentos					Var. % Média Anual	N.º de Camas					Var. % Média Anual
	1997	1998	1999	2000 (+)	2001 (*)		1997	1998	1999	2000 (+)	2001 (*)	
Albufeira	115	117	120	125	124	1,90	29.920	30.868	32.489	33.513	35.518	4,40
Alcoutim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aljezur	1	1	1	1	1	0,00	52	52	52	52	52	0,00
Castro Marim	3	3	3	3	3	0,00	502	502	500	492	487	-0,80
Faro	22	21	20	20	19	-3,60	1.532	1.520	1.409	1.387	1.334	-3,40
Lagos	32	33	32	33	32	0,00	3.710	3.984	3.807	3.844	3.818	0,70
Lagoa	28	30	30	29	29	0,90	7.309	7.101	7.023	6.827	6.938	-1,30
Loulé	63	60	60	60	59	-1,60	12.742	13.901	12.918	13.291	12.434	-0,60
Monchique	5	5	5	5	5	0,00	117	117	125	125	125	1,70
Olhão	3	4	4	4	3	0,00	50	72	64	64	47	-1,50
Portimão	60	59	61	57	54	-2,60	18.442	18.078	17.083	16.303	16.254	-3,10
S. Bras de Alportel	1	1	1	1	1	0,00	66	66	66	66	66	0,00
Silves	10	9	9	10	9	-2,60	1.577	1.646	1.478	1.456	1.390	-3,10
Tavira	13	14	15	15	14	1,90	3.570	3.286	3.460	3.478	3.218	-2,60
Vila do Bispo	13	12	13	13	13	0,00	932	876	1.104	1.074	1.128	4,90
V. Real de St.º António	16	15	14	16	16	0,00	4.060	3.027	3.520	3.766	3.858	-1,30
TOTAL	385	384	388	392	382	-0,20	84.581	85.096	85.098	85.738	86.667	0,60

(+) Valores Revisitos

(*) Valores Provisórios

Fonte: D.G.T.

Região de Turismo do Algarve
Gabinete de Incentivo ao Investimento Turístico no Algarve

www.rtalgarve.pt

Impressão Efectuada a 01-08-2002

A preocupação manifestada em relação ao destino do centro histórico de Faro, ao nível dos planos de índole regional (ver ponto 4.2.3.6) e dos estudos efectuados sob patrocínio da autarquia demonstraram a necessidade de refuncionalizar a zona histórica da cidade

O próximo ponto da nossa pesquisa é dedicado à avaliação dos esforços desenvolvidos para diversificar as funções do centro histórico de Faro, sem contudo deixar de manter a sua identidade histórico-cultural própria, condições essenciais para a regeneração dessa zona da cidade (ver pontos 3.4.2, 3.4.3, 3.4.4 e 3.4.5) e para a manutenção da sua atracção turística (ver ponto 3.6).

4.2.3 – Regeneração do centro histórico de Faro, manutenção das funções de diversidade funcional e social e de preservação da identidade

Ana Maria Ferreira

O centro histórico de Faro tem vindo a ser mencionado em vários documentos de planeamento local desde da segunda metade do século XX. O renascimento do apreço pela cidade tradicional coincide com início de um período de crítica aos aspectos negativos do modelo de desenvolvimento urbano moderno (ver pontos 1.4 e 2.3.), económico (ver ponto 2.4) e turístico (ver ponto 2.5), a nível mundial, em que se destacaram muitos movimentos de defesa do património (ver ponto 3.4) a que o Algarve e a cidade de Faro não ficaram indiferentes, como já se referiu.

O ponto a que se dá início, dedicado à regeneração das funções de diversidade funcional e social e à preservação da identidade do centro histórico inclui uma breve caracterização da zona antiga da capital do Algarve. Segue-se a análise dos documentos de planeamento locais, que mencionam a necessidade de regenerar a dita zona da cidade, a aferição da correspondência entre as intervenções propostas, a obra realizada e a inventariação de alguns dos esquemas de financiamento utilizados. A avaliação da política cultural do município e a tentativa de identificação da existência, na capital do Algarve, de uma nova classe média, formam outro núcleo de análise, enquanto a conformidade entre turismo, cultura e regeneração do centro histórico completam a elaboração do nosso modelo teórico do caso estudado. O diagnóstico a que damos início permite-nos ajuizar se estão reunidas, ou, no mínimo, pensadas, algumas das condições essenciais para uma possível regeneração do centro histórico de Faro através do turismo e da cultura.

4.3.3.1 - Caracterização do centro histórico de Faro

O Centro Histórico de Faro abrange uma parte da cidade tradicional, cujo limite era marcado pela cerca seiscentista, como se referiu, embora não envolva toda a antiga área abrangida por essa muralha, ocupando apenas 39,3 ha. Possui três núcleos, – Mouraria, Bairro Ribeirinho e Vila Adentro ou Intramuros, nos quais habitavam, em 2002, 3 020 habitantes, em 1 273 fogos, dos quais 153 se encontravam devolutos (Silva, 2002).

O arquitecto Cabeça Padrão foi o primeiro estudioso da cidade antiga, tendo elaborado, em 1970, o “Estudo de Prospecção, Preservação e Recuperação Urbana de Faro”. O autor da investigação, que desempenhava o cargo de técnico dos Serviços de Planeamento Urbanístico, dividiu a área histórica em 3 zonas - de qualificação monumental, que correspondia à Vila Adentro; de qualidade que se estendia de S. Francisco ao Carmo e Pé da Cruz e ainda uma de respeito, para proteger as duas anteriores - sustentando que a Vila Adentro era “uma das mais belas que alguma cidade de Portugal se podia orgulhar” (Jornal do Algarve, 1971).

Gravura 4.7 – Percursos turísticos no centro histórico de Faro

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional



Percursos Turísticos: Percurso 1 → Percurso 2 → Percurso 3 →

Fonte: Câmara Municipal de Faro, http://www.cm-faro.pt/concelho/concelho_caract.php?expnad=3-1

Em 1990, os arquitectos Rui e Frederico Paula efectuaram os Estudos de Reabilitação Urbana de Faro, que acabaram por originar o livro “Faro, Evolução Urbana e Património”. Este trabalho inseria-se no conjunto de estudos e reflexões, realizados na segunda metade do século XX, em defesa da cidade tradicional e do seu urbanismo (ver pontos 2.3 e 3.4) que sublinhavam a sua função de identidade (ver ponto 3.4.4). O documento elaborado, a propósito da capital do Algarve, proporcionou, na opinião da arquitecta Conceição Pinto, a construção de “texto sobre o urbanismo de Faro” (Pinto, 1997).

A importância do património construído do concelho de Faro manifesta-se também, no numero de edifícios classificados, ou em vias de classificação, que ascende a 117 (DGMNA, 2001; ver quadro 4.25). No centro histórico da capital do Algarve estão inventariados 40 edifícios classificados ou em vias de classificação (18 classificados, 2 Monumentos Nacionais 1 de Interesse Municipal e 22 em vias de classificação). Estes imóveis desempenham um papel fundamental para a criação de uma oferta de turismo cultural (IPPAR, 2002).

Quadro 4.25 – Locais classificados ou em vias de classificação no concelho de Faro

114 Monumentos.
1 Conjunto (Quarteirão do Bairro da Estação).
1 Sítio (ruínas de Milreu).
1 Paisagem (Cerca do Convento de Santo António).

Fonte: DGEMN, 2002

Lamas, ao justificar o interesse da elaboração do Plano Integrado de Recuperação do Património de Tavira e respectivo regulamento, salientava os aspectos distintos da estrutura urbana e arquitectónica de Tavira, características em tudo idênticas às de Faro que se passa a mencionar (Lamas, 1986, pp. 23).

Ana Maria Ferreira

Os telhados de “tesouro” ou seja telhados de quatro águas por cada divisão da habitação.
Varandas de ferro forjado pouco salientes, com desenhos cuidados.
Cantarias lavradas e molduras de vãos em pedra de formas características.
Carpintarias com desenhos curiosos e ainda originais.
Portas de “reixa” de belo efeito decorativo que serviam para arejar as habitações.
Uma escala urbana humanizada (1-2 pisos), com espaços públicos de grande qualidade.
Um conjunto de edifícios notáveis pelo seu porte, volumes, desenho e silhueta bem marcada no relevo e perfil da cidade.

A identidade própria esta zona da cidade e o seu valor patrimonial, reconhecido por técnicos competentes e investigadores reconhecidos, como os arquitectos Cabeça Padrão, Rui Paula e Frederico Paula, contribuíram para a atenção lhe foi concedida, na década de 90, quando foram elaborados os novos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT). A análise das intervenções programadas, ao nível dos planos concretizados e o seu nível de execução, constituem o tema do próximo ponto desta investigação.

4.2.3.2 – Regeneração do centro histórico de Faro, manutenção das funções de diversidade funcional e social e preservação da identidade, nos instrumentos de planeamento local.

Acções programadas e sua concretização

A elaboração de documentos de planeamento, a nível local, foi reformulada na década de 90, por exigência da publicação do decreto-lei nº 69/90, de 2 de Março. De acordo com a nova legislação do Ministério do Planeamento e da Administração Interna (MPAT), as figuras de plano denominadas no seu conjunto por Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) passaram a incluir Planos Directores Municipais, (PDM); Planos de Urbanização (PU); Planos de Pormenor (PP). Os Planos de Salvaguarda e Valorização, (PSV) não foram objecto de regularização especial, embora tenham demonstrado corresponder a adaptações do mesmo conteúdo, do plano de pormenor, às especificidades das áreas urbanas tradicionais e históricas (ver Ruivo e Cunha, 1998, pp. 127). Os citados planos facilitaram uma acção mais concertada entre o IPPC (Instituto Português do Património Cultural), os municípios e a DGOT (Direcção Geral de Ordenamento do Território), no domínio da reabilitação dos centros históricos, processo iniciado, como se referiu, no âmbito do programa PRAUD.

O Plano de Urbanismo de Faro é anterior à citada reformulação, tendo sido elaborado em 1981. A equipa do arquitecto Tomás Taveira responsável, pelo dito plano, propunha, para o centro histórico de Faro, com base no trabalho desenvolvido, em 1970, pelo arquitecto Cabeça Padrão, um regulamento para as áreas Monumental e de Qualidade que propiciava a sua conservação. Além das normas de preservação o regulamento abrangia uma área maior do que anteriormente definida por João de Aguiar (Silva, 2002).

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

O Plano Director Municipal de Faro, iniciado em 1990, foi publicado em 1995. Nele se consagrava a defesa do património de acordo com os princípios da nova política de planeamento municipal em matéria de ordenamento. A preservação e qualificação da zona tradicional da cidade exigiam, na perspectiva dos autores do documento, três importantes intervenções que passavam pelo arranjo do Largo de S. Francisco, pela Recuperação da Muralha Histórica, e pela concretização do Parque Ribeirinho (Lebre, 1996).

O projecto do Parque Ribeirinho conheceu uma realização muito limitada que se encontra actualmente posta em causa pelos empreendimentos imobiliários autorizados para aquela zona. A sua realização, que chegou a ter comparticipação comunitária atribuída, teria possibilitado a recuperação da belíssima paisagem da frente marítima de Faro, de forma sustentada, para usufruto da população e dos visitantes, como espaço desportivo, de lazer e cultural que contaria ainda com a implementação de um museu.

Em 1994, foi criado o PROSIURB, (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à execução dos PDM) que vigorou até ao final de 1999 e tinha por objectivo a Valorização das Cidades Médias, e dos Centros Urbanos da Rede Complementar estipulava, como condição de acesso aos fundos disponíveis, a elaboração de um Plano Estratégico. Estes planos constituíram uma oportunidade de reflexão colectiva dos protagonistas das cidades, de modo a determinar do seu destino e a criação de parcerias para implementar as acções acordadas. A aplicação das políticas definidas ressentiu-se, porém, devido aos esquemas de financiamento que estipulavam uma comparticipação de 15% para acções co-financiadas pelos fundos estruturais e 50% para os outros financiamentos.

O Plano Estratégico de Faro, realizado entre Dezembro de 1994 e Junho de 1995, foi publicado em 1996. A equipa responsável pela sua concretização já tinha sido encarregada da elaboração do PDM da cidade (arquitectos Ana Maria Lebre e Bruno Soares). O grupo desejava promover o desenvolvimento sustentável da cidade, com o fim de melhorar a qualidade de vida dos residentes, nele tendo participado 68 “agentes da sociedade farense, que diagnosticaram e analisaram as potencialidades e as debilidades de Faro, definiram objectivos e formularam estratégias, comprometendo-se a desenvolver, em parceria, acções ou projectos seleccionados” (Maia, 1996, pp. 5).

O referido plano, no capítulo em que abordava a necessidade de renovação do perfil de especialização produtiva, incluía uma componente turística, assegurando que esta vocação podia ter efeito positivo na diversificação da oferta da região. A cidade situava-se nas proximidades do aeroporto, possuía um “ambiente natural e paisagístico”, de grande valor, consubstanciado na Ria Formosa, “nas características do núcleo urbano tradicional” e do seu “espaço público/comercial”.

A afirmação de Faro passava, por esse motivo, pela “captação de fluxos de visitantes”, o que exigia, a nível interno, a construção de uma oferta que contivesse “áreas comerciais dinâmicas, associadas a um centro histórico vivo com museus e galerias de arte, com eventos regulares e população residente rejuvenescida” (PEF, 1996, pp. 43).

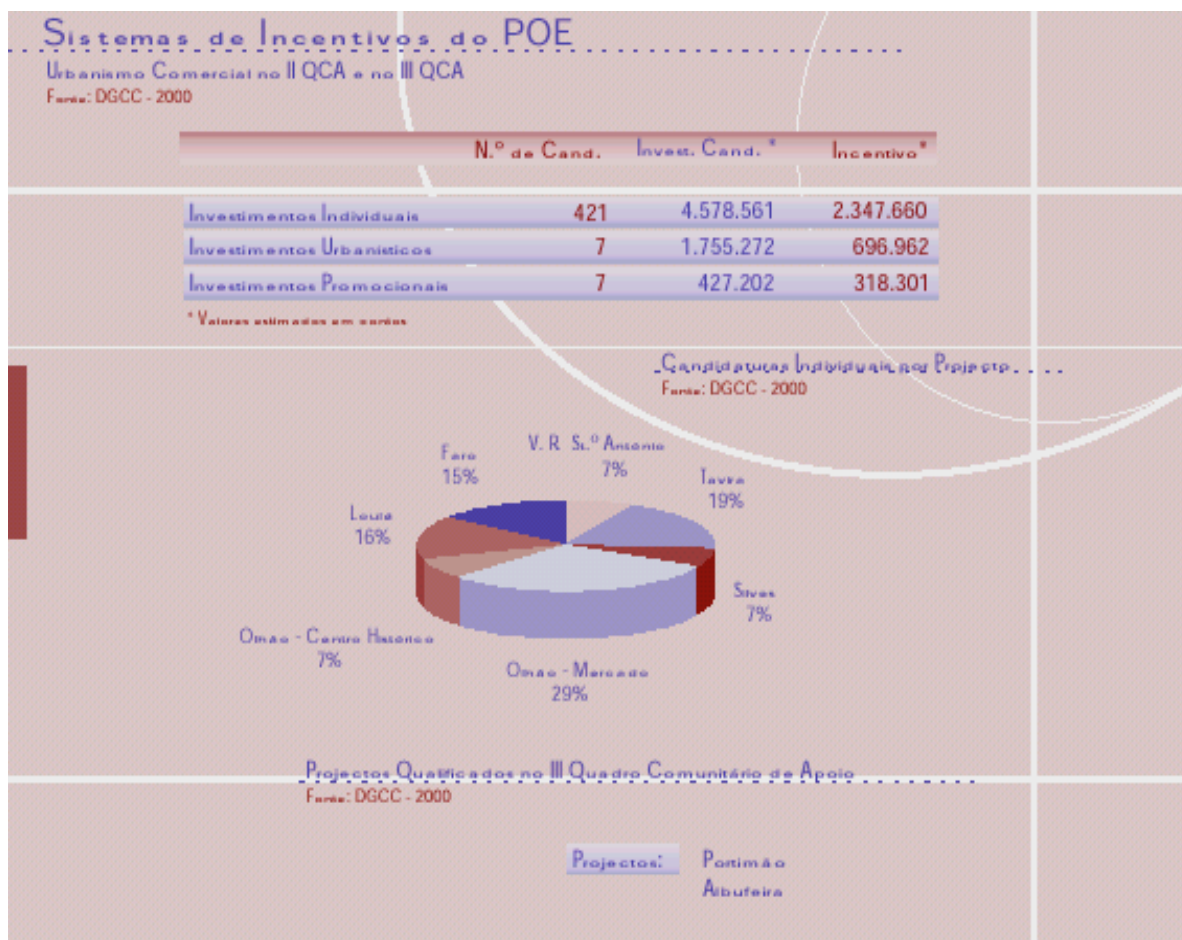
O Plano Estratégico de Faro desempenhou um papel notável, na prossecução da nossa pesquisa ao considerar o turismo um instrumento de afirmação da cidade. A oferta turística que se desejava construir impunha, na opinião dos autores do documento, a reposição da diversidade funcional, baseada na cultura e no comércio tradicional reabilitado; na manutenção da função residencial e no seu rejuvenescimento e no cuidado com preservação da identidade desta zona símbolo da cidade.

Para incentivar o novo protagonismo da cidade necessário se tornava criar uma instituição, que centralizasse as acções a desenvolver pelos parceiros, motivo que incentivou a formação da AMBIFARO - Agência de Desenvolvimento Económico de Faro.

A busca de um desenvolvimento sustentável compatível com o planeamento estratégico constituía um dos fins mais perseguidos pelas políticas de planeamento de grande número de cidades Europeias, como se procurou demonstrar no ponto 2.3.5. Faro, que se encontra inserida no Grupo das Cidades do Arco do Atlântico e aderiu à Agenda 21, encomendou através da sua agência de desenvolvimento local, ao CIDER, em 2001, um documento que inventaria, os “Indicadores de Sustentabilidade de Faro”, estudo que já citámos, o qual traçava o retrato do “concelho em termos espaciais e temporais” que deveria ter uma periodicidade anual (CIDER, 2001, pp. i). Esta investigação inseria-se na tentativa de elaborar um Plano de Acção que contribuísse para a Sustentabilidade Local o qual fundamentaria todos os Planos de Acção e Projectos “assumidos e partilhados entre os principais parceiros locais” associados a conceitos de gestão sustentável (Vargues, 1998, pp. 33). A cidade demonstrava, desta forma, a sua adesão às novas políticas de planeamento que têm propiciado o desenvolvimento harmónico e participado das comunidades residentes, em muitos outros países.

Quadro 4.27 - Incentivos atribuídos no âmbito do POE ao Urbanismo Comercial no Algarve

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional



Fonte: DREA, Comércio no Algarve, pp. 30 <http://www.dre-algarve.min-economia.pt/estudos/comerciofinal>

O Plano Estratégico de Faro, no programa de desenvolvimento e especialização económica para os serviços comerciais, apoiava-se num Projecto de Urbanismo Comercial, com o fim de promover e dinamizar o comércio tradicional. A prossecução do citado plano resultou de uma parceria entre ACRAL (Associação do Comércio e Serviços da Região Algarve), a AMBIFARO (Agência de Desenvolvimento Económico de Faro), o NERA (Núcleo Empresarial da Região Algarve) a CEAL, (Confederação dos Empresários do Algarve) e a ANJE, (Associação Nacional dos Jovens Empresários). A área do empreendimento abrangia “7959,37 m²” e era composta por “duas zonas: AI 1- ruas pedonais praticamente ocupadas a 100% por estabelecimentos comerciais, Banca e Seguros e AI 2 – ruas adjacentes, com implantação já significativa de estabelecimentos comerciais”. Todas as ruas faziam parte do actual centro histórico da cidade, e os estabelecimentos que nele se inseriam à data de início do PROCOM, em 1997, “englobavam 189 comerciais e 36 restaurantes ou similares da hotelaria” (P.E U. C., 1997, pp.12).

Este projecto tem vindo a ser implementado, primeiro através do PROCOM e depois do URCOM, que veio substituir o primeiro, de modo a transformar esta zona num centro comercial ao ar livre. O projecto recebeu até ao ano 2000, 15% dos montantes atribuídos, com base nos quadros

O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro

comunitários de apoio II e III conferidos através do Sistema de Incentivos do POE ao Urbanismo Comercial no Algarve (ver quadro 4.28; ver DREA, 2001, pp. 30).

O Projecto de Urbanismo Comercial possuía uma vertente denominada “projectos espaciais”, que contemplava as iniciativas da administração pública, nomeadamente, as que visassem a dinamização das estruturas comerciais em associação com a recuperação e revitalização do tecido urbano, em especial nos centros históricos. A autarquia candidatou-se ao projecto, em 1998, com o objectivo de melhorar as condições gerais de atracção, o conforto da cidade, a qualidade do espaço público. A sua realização, que implicou a renovação do desenho urbano, a pedonalização e a substituição do mobiliário urbano, conferiu uma imagem forte e coerente à baixa de Faro, permitindo a sua adequada utilização e fruição. O valor global do investimento estimado era de 229.010 contos, sendo elegível ao programa PROCOM a quantia de 203.640 contos (BMCF, 1998, pp. 15). O estudo sobre o investimento, ao abrigo do POE, em Urbanismo Comercial no Algarve, elaborado pela DREA (Direcção Regional de Economia do Algarve) releva a percentagem de investimento feito em Faro como se pode analisar no quadro 4.27.

Os comerciantes dispunham ainda de um outro instrumento de financiamento, o único que pode ser aplicado no núcleo da Vila Adentro, denominado SIPIE – Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais, dirigido a pequenas e micro empresas que desenvolvam actividades no sector da indústria, da construção, do comércio do turismo e dos serviços.

O Plano Estratégico de Faro sublinhava também o papel do património, como factor de renovação da especialização produtiva da cidade, deixando associar, deste modo, revitalização comercial e reabilitação do património, componentes indispensáveis, da melhoria da qualidade de vida na cidade central e da oferta turística numa época em que a produtos e serviços culturais passaram a desempenhar um papel fulcral na economia das cidades, como se tem vindo a mencionar ao longo desta pesquisa (ver pontos 2.4.2 e 3.6).

O Regulamento Municipal de Intervenção dos Núcleos de Faro constitui, nesta perspectiva holística de intervenção, um documento fundamental, para a regeneração e, principalmente, para assegurar a manutenção da identidade local. A norma municipal, aprovada a 3 de Janeiro de 2001, veio substituir as Normas Provisórias do futuro Plano de Salvaguarda dos Núcleos Históricos de Faro, que caducaram em 20 de Junho de 1998. O edital aponta os fins prioritários que presidiram à elaboração do documento e que se passam a mencionar.

Recuperar os elementos construtivos, impedindo a descaracterização ou adulteração dos elementos construtivos e detalhes arquitectónicos, para que se mantenha a harmonia do património construído e do envolvimento ambiental.

Não permitir demolições ou acréscimos que conduzam à destruição do património e das suas características de conjunto.

Garantir que as intervenções respeitam uma adequada integração e harmonização da envolvente.

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

Fonte: Edital nº 84/2001

No edital reafirma-se a sua obediência, aos mesmos princípios que nortearam, em 1995, na elaboração do Manual de Reabilitação do Património de Faro, coordenado pela arquitecta Conceição Pinto. A responsável pela elaboração do citado documento assegurava que tinha por objectivo dar a “conhecer as características gerais correntes dos edifícios que formam o centro histórico – ao nível dos materiais utilizados, técnicas construtivas tradicionais, elementos de composição de fachadas e edifícios, elementos decorativos marcantes e as regras adoptadas pelos serviços de Gestão e Reabilitação do Património Concelhio da Câmara Municipal de Faro para o seu Centro Histórico” (CML/GTL, 1995).

O actual, Gabinete de Gestão e Reabilitação do Património de Faro, que resultou do Gabinete Técnico Local (GTL), desenvolveu o seu trabalho, entre 1993 e 1995, ao abrigo do PRAUD, e, da mesma forma que aconteceu noutros locais do país, o seu trabalho foi considerado de enorme relevo pela autarquia, razão pela qual, passou a integrar a estrutura funcional da edilidade, actuando como um gabinete de obras e de gestão urbana para uma área delimitada da cidade (Pinto, 1997). A adopção de medidas de protecção do património fareense foi incrementada com a publicação das Normas Provisórias do Plano de Salvaguarda dos Núcleos Históricos de Faro, de Julho de 1996, as quais, como referimos caducaram em 1998 e deram origem ao edital que temos vindo a citar.

A nota justificativa do Regulamento Municipal de Intervenção dos Núcleos de Faro de 2001 acrescentava ainda que a elaboração do documento permitia, por um lado melhorar a qualidade de vida e o reforço da identidade dos residentes e por outro, propiciava a adopção de um modelo de desenvolvimento, que passava pelo estudo, valorização, promoção e oferta, de um produto cultural, cuja face mais visível eram os valores patrimoniais, nomeadamente o património construído.

Faro tem acompanhado as tendências europeias, no domínio da preservação salvaguarda do centro histórico (ver ponto 3.4.4) ao privilegiar, numa fase inicial a inventariação dos elementos distintos, seguida da proposta de classificação (ver quadro 4.29) e da adopção de normas de intervenção que salvaguardem as características do urbanismo fareense (ver ponto 3.4.4). As afirmações contidas no edital evidenciam todo um novo conceito de desenvolvimento através da cultura e do património que se harmoniza com as políticas europeias para a cultura, para o turismo e para o desenvolvimento regional, como se mencionou no ponto 3.6.1 e revela que os responsáveis pela gestão e protecção e salvaguarda do património desejam caminhar no sentido da sua aplicação no centro histórico de Faro. O edital fareense é também um documento precioso

O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro

porque sublinha a vontade de adequar o documento aos objectivos do Plano Estratégico, denunciando o carácter integrado do planeamento realizado ao longo da década de 90.

A actividade do Gabinete de Gestão e Reabilitação do Património de Faro tem vindo a pautar-se por uma

coloca ao nível
congêneres

ponto 3.4.4). A

englobou tarefas

divulgação e

Atendimento Público	142
Edifícios Tratados	115
Número total de processos	188
Número total de Pareceres e Informações	394

qualidade que o

dos seus

estrangeiros (ver

sua acção

de investigação

sensibilização

“nas áreas do urbanismo, arquitectura, história e arqueologia”, de índole jurídica, financeira, de ordenamento do território, de projecto, de requalificação urbana, nos vários núcleos do centro histórico. (Pinto, 1997). Realizou o Inventário Informático dos Museus Municipais, de acordo com as normas do IPM (Instituto Português de Museus), ao abrigo do Programa INARTE, trabalho iniciado em 1998. Efectuou ainda com autorização do Instituto Português de Arqueologia, as Sondagens Arqueológicas no Castelo de Faro e reestruturou, ampliou e modernizou o Museu de Faro, envolvendo nessa acção o Castelo, a Antiga Fabrica da Cerveja, e o Convento da Nossa Senhora da Assunção. A referida operação, quando concluída, originará o maior núcleo museológico a sul do Tejo, que pode vir a desempenhar um papel de relevo na revitalização económica da cidade intramuros. Além de um importante papel cultural, este projecto vai também exigir que as funções não compatíveis com aquela zona da cidade (indústrias e armazéns) sejam transferidas para outro local (BMF, 1998, pp.13).

Actualmente, todo o património edificado do centro histórico está inventariado, de modo digitalizado, registo que resultou da cooperação entre o IPPAR e a Câmara Municipal de Faro, no âmbito do Projecto “Inventariação e Digitalização do Património Histórico-Cultural” o que permite a realização de consultas georeferenciadas, a partir do site do IPPAR, sistema que se estende apenas a Lisboa, Santarém, Faro, Tavira e Évora (IPPAR, 2002).

O Boletim Municipal de Faro referia, em 1999, “a expressiva participação do gabinete de gestão urbana na cidade de Faro” na melhoria da qualidade de vida no centro histórico “tanto pelo número de pessoas que se dirigiam aos serviços, como pelo número de pareceres técnicos emitidos, de processos constituídos e de edifícios analisados” valores que se revelam no quadro 4.28 e demonstram bem o seu empenhamento na melhoria da qualidade de vida dessa área da cidade (BMF, 1999, pp. 16).

Quadro 4.28 – Participação do Gabinete de Gestão do Património na Gestão da Cidade

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

Fonte: Boletim Municipal de Faro, 1999

A Câmara Municipal de Faro, através do Gabinete de Gestão e Reabilitação do Património, desenvolveu vários projectos e acompanhamento das obras, com e sem auxílio financeiro (ver quadro 4.29). Em 2000, no Plano de Actividades da Câmara Municipal de Faro, previa-se um investimento da Renovação e Valorização do Centro Histórico da ordem dos 260.000 contos (BCMF, 200), enquanto no de 2001 atribuíu ao Museu Municipal, a instalar no Castelo uma verba de 50.000 contos (BMCF, 2001, pp. 1).

Quadro 4.29 – Intervenções em Edifícios Religiosos com a Colaboração do GGRPF

Ano	Edifício Apoio Técnico	Fase	Valor total da obra (escudos)	Financiamento (escudos)
1998	Igreja de Santo Amaro	1ª	7.199.969\$00	2.800.000\$00
		2ª	5.225.870\$00	2.090.348\$00
1998	Igreja de S. Francisco	1ª	9.884.000\$00	1.976.800\$00
		2ª	9.981.800\$00	3.992.720\$00
1998	Igreja da Misericórdia	-----	-----	-----
1998	Ermida de Stº António do Alto	-----	-----	-----
1998	Igreja de Nossa Srª do Carmo	-----	-----	-----
	Igreja de S. Pedro	-----	-----	-----
	Igreja de Pé da Cruz	-----	-----	-----

Fonte: Boletim Municipal de Faro, 1999

No núcleo de Vila Adentro, para além dos vários projectos de reabilitação, que incluiu a reutilização de edifícios para serviços camarários, alguns já concluídos, da responsabilidade da autarquia, abrangiam a recuperação dos arcos de acesso e das muralhas de Faro, assim como os edifícios das galerias municipais do Arco e do Trem. Resta ainda salientar a reabilitação de um dos edifícios nobre, pela Companhia das Águas do Sotavento, para instalar os seus serviços.

Além das intervenções financiadas apenas pela autarquia, uma parte da reabilitação realizada recebeu comparticipação dos fundos comunitários. O Programa Operacional do Algarve previsto no Eixo 4, do II Quadro Comunitário de Apoio para Portugal, 1994-1999, que abrange a NUTII Algarve e envolve o FEDER que nos referidos anos, na medida 2 dedicada ao ambiente e renovação urbana, admitia como campo de aplicação, a recuperação das zonas históricas. Deste programa, em combinação com outros, já referidos, dos quais se destaca PIPITAL, e o PROSIURB, foi possível realizar, na década de 90, intervenções tão importantes, como a reabilitação do edifício dos serviços municipalizados, o estacionamento do largo de S. Francisco e

Ana Maria Ferreira

O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro

a adaptação do convento com o mesmo nome a Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve (Santos, Correia e Pessoa, 1999; ver quadro 4.30).

A DGEMN, por sua vez, anunciou, a 2 de Janeiro de 2002, que adjudicou em nome do Ministério do Equipamento Social, “empreitadas para recuperação, conservação, beneficiações, ampliação e reforços de estruturas” de diversos edifícios públicos e monumentos nacionais algarvios, dos quais salientava a Sé e os edifícios do Governo Civil e do Comando Geral da Segurança Pública de Faro (DGEMN, 2002).

Quadro 4.30 - Investimentos em Faro no âmbito do II QCA

Faro	Largo de S. Francisco	Convento de S. Francisco	Serviços Municipalizados
Valor do investimento	559.103.000\$00	2.600.000.000\$00	80.000.000\$00
Financiamento	50% PROA-FEDER 23,7% PIPITAL 10,98% CMF	30% FEDER 20% CEF 50% INFT	100% CMF

Fonte: Santos, Correia e Pessoa, 1999

O PROALGARVE (2000-2006) no ano de 2002 aprovou para Faro seguintes investimentos para a área da reabilitação urbana (ver quadro 4.26).

Quadro 4.26 - Projectos de reabilitação para Faro financiados pelo PROALGARVE, aprovados a 30/8/2002

Cód. Projecto	Desig. Projecto	Executor	Invest. Eleg.	Taxa	Comparticipação
02-01-01-00007	Reabilitação Urbana da Baixa de Faro	CM. Faro	439.291,31	70	307.503,92
2-01-02-00002	Biblioteca Municipal de Faro	CM. Faro	2.380.986,82	60	1.428.592,09

Fonte: CCR Algarve, 2002, http://www.ccr-alg.pt/investimento_lista

Ainda na área do centro histórico decorreu uma intervenção no Teatro Lethes e outra no Palácio Belmarço, para nele se instalar o Tribunal da Relação de Faro. Fora da área classificada, instalou-se a Biblioteca Municipal António Ramos Rosa, no edifício do antigo Matadouro, inteiramente requalificado. Espera-se ainda que se dê início à construção do Teatro Municipal, que devia ter ocorrido em 2002. O Ministro da Cultura, anunciou entretanto o início da construção em 2004, de modo a estar edificado em 2006, ano em que a cidade será Capital Nacional da Cultura.

Para concretizar as obras de reabilitação e requalificação urbana, previstas no Plano Estratégico de Faro, dos imóveis particulares, os proprietários têm vindo a tirar partido dos diversos programas, e ultimamente, do Pacto de Modernização do Parque Habitacional, que, como se disse tem uma grande incidência na recuperação dos centros históricos (4.2.3.2). O responsável pelo Gabinete de Gestão do Património de Faro afirmou, numa das entrevistas que nos concedeu,

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

que aquele departamento tem vindo a receber um número apreciável de pedidos de suporte financeiro, para reabilitação dos edifícios com recurso ao referido esquema de apoio.

No Boletim Municipal de Faro, datado de Maio de 2001, o Presidente da Câmara de Faro apresentava algumas das suas propostas de intervenção para a zona histórica considerando-a “a sala de visitas de Faro e do próprio Algarve” importante atracção turística “pouco divulgada ou aproveitada”. Nesse documento anunciava ainda o desejo de combater a “deslocalização” de quase todas as actividades para a periferia da cidade asfixiando a baixa comercial. Por esse motivo era desejo dos actuais responsáveis revitalizar a zona, favorecendo a recuperação e fixação de habitantes e a sua transformação num importante pólo de vida e lazer com vários motivos de atracção (BM, 2001, pp. 9).

No entanto, apesar de todo o esforço desenvolvido, a autarquia não criou incentivos ao rejuvenescimento da população. A aquisição de alguns prédios devolutos, que pudessem ser integrados em programas de habitação dirigidos aos jovens, a preços controlados, seria, uma estratégia possível. Esses projectos podiam ser desenvolvidos pela autarquia, entregues a cooperativas de jovens ou à iniciativa privada. O núcleo de jovens representaria, por certo, um primeiro passo no sentido do enobrecimento daquela zona da cidade. Os jovens e os actuais moradores ajudariam a evitar a ocupação do núcleo histórico, apenas por grupos sociais favorecidos, assegurando a manutenção da diversidade social (ver ponto 3.4.3). Em simultâneo devem ser criados mecanismos impeditivos da especulação imobiliária desenfreada, que coloca completamente fora do alcance dos grupos sociais interessados em adquirir habitação própria na cidade tradicional, a realização deste seu desejo. Instrumentos de regulamentação como o aumento dos impostos para os proprietários que não cuidem dos edifícios e/ou que os mantenham desocupados durante longos períodos podiam, porventura, ajudar a resolver a situação actual.

A pouca atenção dada à recuperação da função residencial, no centro histórico, através do rejuvenescimento dos seus moradores revela-se também no número de licenças de obra atribuídas para nova construção em comparação com o total das conferidas para reabilitação de edifícios antigos. Esta situação é tanto mais peculiar, quanto os núcleos históricos de Faro, tem vindo a sofrer importantes alterações que contribuem para a sua sedução como área residencial. No entanto a legislação e o sistema de tributação são favoráveis à continuação do crescimento dos bairros periféricos (ver quadro 4.31) e à manutenção de um modelo de crescimento modernista “Fordista”. Por outro lado a especulação fundiária, na zona histórica e o número de prédios devolutos, têm dificultado a reabilitação dos imóveis particulares. Para aclarar esta situação basta referir que em Portugal “apenas 3 a 4% do investimento na construção são aplicados na reabilitação/reconstrução quando a média europeia se situa nos 35%” (ver Público, 2002, pp.48).

Quadro 4.31 - Licenças Concedidas pela Câmara Municipal de Faro, para Habitação entre 1995 e 2000

Ano	Novas construções			Ampliações		Transformações		Restaurações	
	Total	Habitação	Fogos	Total	Habitação	Total	Habitação	Total	Habitação
1995	187	176	605	25	20	4	2	-----	-----
1996	140	128	450	39	35	2	1	-----	-----
1997	126	114	541	30	20	1	1	18	15
1999	186	137	601	53	41	-----	-----	9	8
2000	123	116	472	35	29	3	2	14	14

Fonte: Anuário Estatístico do Algarve, 1996; 1997, 1997, 1998, 1999, 2000, 2002, pp. 81

Ao dinamismo comercial e à reabilitação e reutilização dos edifícios, à reposição da função residencial há que juntar uma política cultural, que permita satisfazer residentes e visitantes. Uma produção cultural abundante e diversificada, que não se dirija apenas a turistas, mas também aos residentes, exige mudanças sociais (referidas no ponto 2.3.2 e no presente capítulo, em relação a Lisboa), que permitam a formação de uma nova classe média. No próximo ponto tentamos comprovar a presença do novo grupo social na cidade de Faro.

4.3.3.3 - Mudanças sociais, democratização da educação e da cultura e a formação de uma nova classe média em Faro

As cidades de média dimensão que se têm vindo a mencionar nesta pesquisa, sobretudo ao nível do estudo caso (ver pontos 2.3, 2.4 e 3.6), facultam aceitar a afirmação de alguns investigadores portugueses, como Lopes, segunda a qual “não existe uma identificação imediata entre a dimensão populacional e o dinamismo sócio económico”. A pequena escala da produção cultural local pode ser extremamente favorável, desde que se saiba encontrar os segmentos adequados, razão pela qual acreditamos ser possível criar, na capital do Algarve uma oferta que satisfaça os residentes e os turistas. Estes últimos desempenham um papel muito importante na divulgação e internacionalização das indústrias culturais. O turismo favorece, a par com os novos meios de difusão, vencer constrangimentos físicos e territoriais, na medida em que coloca produtores locais em contacto com consumidores globais. Lopes define esta situação ao afirmar que o esquema tradicional de “um centro que fala e uma periferia que escuta”, foi substituído por outro, que coloca “vários centros e periferias em diálogo”, apesar desta comunicação se fazer em “condições extremamente desiguais” (Lopes, 2000, pp. 83; ver também capítulo 2.2).

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

Existem, porém, condições que devem ser reunidas, como capacidade de criar audiências, equipamentos e espaços, recursos humanos qualificados, recursos financeiros, capacidade empresarial, de iniciativa e de inovação, pensamento estratégico, aproveitamento da história do meio e um desejo intenso de sair do anonimato “que esmaga muitas das nossas cidades médias” portuguesas (Lopes, 2000, pp. 81).

A nível nacional o caso de Mértola continua a constituir um exemplo paradigmático na medida em que “granjeou um enorme capital de prestígio, que ultrapassou as fronteiras nacionais, associando de forma inovadora, a descoberta do património, com a formação cultural dos munícipes, em particular dos jovens, e o estímulo dos artistas locais, num contexto de defesa do ecossistema e da qualidade ambiental” conseguindo, deste modo, subverter a relação tradicional entre centro e periferia ao inserir-se numa rede de centros e periferias em interacção, mas salvaguardando a necessidade de tornar compatíveis as necessidades do emprego com o respeito pelo ambiente (Lopes, 2000, pp. 83).

Faro, com a sua universidade e as diversas áreas de especialização que detém, pode tirar partido tanto de velhas artes e ofícios que se vão perdendo, como das que exigem uma maior componente tecnológica ou artística. Para a definição da produção cultural local não contam apenas os recursos altamente especializados, mas também muitos outros de tradição local, na área das artes e ofícios. Necessário se torna, porém, que à capacidade de “saber fazer” se juntem “novos materiais, novas tecnologias, novas cores novo design, técnicas de marketing inovadoras”. Esta associação, como se disse no capítulo 2.4, teve consequências muito vantajosas para países que as adoptaram. (Antunes, 1999)

O estudo realizado por Costa, sobre a localização das empresas culturais, e o número dos seus trabalhadores, com base nos NUT's, concluiu que a Grande Lisboa, por si só, concentrava 50% das actividades, seguida a alguma distância do Grande Porto. A NUT do Algarve ocupa um excelente 4º lugar, logo depois de Setúbal, o que o autor da pesquisa atribui à importância da cidade de Faro (Costa, 1999, pp. 137-139). Por outro lado, na publicação “Sistema Urbano Nacional – Cidades Médias e Dinâmicas Culturais”, os seus autores afirmavam que as cidades de Coimbra, Braga, Évora, Guimarães e Faro, são os principais centros de produção e de divulgação cultural, no espaço nacional, fora das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Estas mesmas cidades atingem “os maiores volumes de consumos culturais considerando como indicador o total do número de visitantes de museus, de utilizadores de bibliotecas e de espectadores de espectáculos públicos”. Vila Real, Viseu, Faro e Évora conseguiam ainda “exercer uma significativa polarização, no que respeita as actividades culturais, face aos centros urbanos mais próximos contando também todas elas com instituições de ensino superior”, as quais têm um papel muito importante, na formação de novos públicos e de novas práticas culturais. As urbes citadas contavam com “recursos patrimoniais muito significativos” a que se associavam “fluxos de

turismo nacional e internacional, mais ou menos significativos que proporcionam ritmos elevados de oferta cultural e de lazer” (SUN-CMDT, vol 1, pp. 302-303)

As cidades médias, como ponderar a melhor forma infra-estruturas culturais, com o incentivo à serviços. Muitas vezes os nas pequenas cidades são investimento de apoio à conseguem desempenhar residentes nem de turistas

Cultura e Lazer	
Bibliotecas	7
Museus	4
Cinema (sala)	6
Galerias de Arte	4
Teatro	1
Conservatório	1
Pavilhões Desportivos	2

Faro, devem ainda de equilibrar a criação de de carácter duradouro, produção de bem e grandes equipamentos onerosos impedindo o produção, sem o qual não o seu papel, nem junto de (ver ponto 3.6). Noutros

casos, porém, na ausência de infra estruturas de vulto, opta-se por adequar velhos edifícios a novas funções, com imaginação e poucos gastos, não deixando a vida cultural de ser intensa e interessante. Além disso, há ainda que ter em conta que uma política cultural não é um catálogo de acções desenquadradas de objectivos, mas antes, intervenções cuidadosamente programadas e integráveis noutros instrumentos de planeamento de modo a permitir uma política coerente (ver capítulo 2.3.3).

Quadro 3.32 – Cultura e Lazer

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

Fonte: Ambifaro, s.d.,

A cidade de Faro conta com alguns equipamentos culturais e de lazer como se pode verificar no quadro 4.32. No Verão, dada a benignidade do clima, a autarquia utiliza infra – estruturas de carácter temporário e espaços públicos, alguns de grande valor paisagístico e patrimonial, tais como o Largo da Sé, o Largo de S. Francisco, e a zona da marina, junto à Ria Formosa, para realizar eventos culturais, feiras e mercados de índole variada.

Quadro 4.33 - Orçamento e Plano de Actividades da Câmara Municipal de Faro
Verbas Atribuídas à Cultura entre 1995 e 2001

Ano	Rubrica	Total Milhares escudos	Percentagem
1995	Cultura	140 745	0,5%
1996	Cultura	256 296	3,6%
1997	Cultura	232383	3,1%
1998	Cultura	393 490	6,2%
1999	Cultura Desporto e Tempos Livres	453 667	4%
2000	Cultura	_____	14%
2001	Cultural Desporto e Tempos Livres	_____	15%

Fonte: Anuário Estatístico da Região Algarve, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001 e 2001; Boletim Municipal de Faro, 1999, 2000, 2001

As verbas atribuídas à cultura, pela Câmara de Faro, demonstram um crescimento mais ou menos constante, embora ainda se faça sentir a escassez de recursos, na medida em que a debilidade dos equipamentos tem vindo a exigir a aplicação de uma parte substancial dos orçamentos. Apesar das percentagens do orçamento dedicadas à cultura, apresentarem, nos anos de 2000 e 2001, valores mais elevados do que no passado, suporta os custos onerosos de aquisição da Antiga Fábrica da Cerveja para Museu do Algarve e da execução do projecto da Biblioteca Municipal Ramos Rosa e valorização do centro histórico (ver quadro 4.33).

A pesquisa realizada por Mendonça, que temos vindo a evocar, sobre os públicos de teatro em Faro, desempenhou um papel fundamental na fundamentação teórica da nossa pesquisa porque comprovou a presença na urbe de uma nova classe média cultural. A existência deste grupo permite validar uma das dimensões do problema da nossa pesquisa, no que concerne o possível contributo da nova classe média cultural (residentes e turistas) para a regeneração dos centros históricos.

O estudo demonstrou que o conjunto era composto por jovens, com idades compreendidas entre os 20 e 29 anos (47,3%) e os 10 e 19 anos (12,7%). Predominava um público feminino visto que (68,4%), solteiro (66%), com formação média ou superior a 74,3% (Mendonça, 20021, pp. 145-162).

Deste estudo é também interessante sublinhar as habilitações literárias dos pais dos espectadores. Preponderavam os que não tinham ultrapassado o ensino primário que atinge 36,0%, seguido do que tinham completado o secundário (19,8%) e dos que contavam com uma formação do tipo superior (16,2%) reflectindo uma trajectória fortemente ascensional dos espectadores, conjuntura detectada noutros outros estudos, sobre Portugal, a que já se aludiu. (Mendonça, 2021, pp. 162-164)

A composição sócio-profissional revela a predominância dos estudantes (33,6%), dos docentes (23,2%) e das profissões intelectuais e científicas, (18,9%), logo seguido pelos empregados do sector terciário, perfil que, apesar das diferenças de categorização, apresenta grande afinidade como o que ficou demonstrado por outros estudos de índole nacional (ver ponto 4.2.3.1) e internacional, sobre os públicos culturais (ver ponto 2.3.2 e 2.3.3)

O nível académico atingido pelos espectadores, em relação ao dos seus progenitores e os tipos de actividades profissionais desempenhadas, confirmava a existência, em Faro, de uma nova classe média cultural, ou pequena burguesia, que resulta de uma trajectória ascendente, propiciada pela democratização do acesso ao ensino.

Quando interrogados sobre a sua a distância a que se situava a sua área de residência do local em que se realizava o espectáculo, foi possível constatar que a maioria provinha de zonas residenciais, na periferia da cidade. Esta situação pode indiciar um desenvolvimento idêntico ao verificado nos países que já passaram por este processo (ver capítulos 2.3 e 3.4) no qual, os precursores da recentralização da cidade, em termos residenciais, pertenciam à nova classe média cultural, mas provinham de famílias dos subúrbios, situação para a qual o processo de enobrecimento dos bairros históricos de Lisboa parece apontar (ver ponto 4.2.3.5).

4.2.3.4 – Valorização do centro histórico de Faro e da produção cultural através do turismo

A associação da componente cultural ao turismo está consignada no Plano Estratégico de Faro de modo a formar um verdadeiro “cluster” entre, repete-se “áreas comerciais dinâmicas, associadas a um centro histórico vivo com museus e galerias de arte, com eventos regulares e população residente rejuvenescida” (PEF, 1996, pp. 43). Além desse, outros importantes documentos, quer de dimensão nacional, como acontece como o Plano Operacional para a Cultura e o de Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, quer de âmbito regional, como a Estratégia

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

para o Desenvolvimento Regional do Algarve, 2000-2006, ou o PRTA anos 2000, ou de contorno local, como o Regulamento Municipal de Intervenção dos Núcleos Históricos referem a importância do turismo cultural, como estratégia de desenvolvimento.

A AMBIFARO, Agencia de Desenvolvimento Local, criada, como se referiu, para ajudar a concretizar as acções previstas no Plano Estratégico da cidade, associando os esforços da autarquia, às empresas e agentes locais, declarava, na brochura intitulada “Promover e Dinamizar a Cidade de Faro” que as suas Principais Linhas de Acção, para promover a melhoria da qualidade de vida e do ambiente urbano, abrangiam o Desenvolvimento de Iniciativas Culturais, que previam as intervenções mencionadas no quadro 4.33.

As actuações previstas, foram, em parte, concretizadas, na medida em que a cidade dispõe actualmente de Agenda Cultural, painéis electrónicos com informação cultural e divulga os eventos, através do site da autarquia, na Internet.

Quadro 4.33 - Desenvolvimento de Iniciativas Culturais,

Identificação e recolha sistemática das actividades e agentes culturais;

Identificação de todos os espaço culturais, ou onde se possam desenvolver iniciativas culturais e turísticas;

Interligação com agentes e operadores turísticos;

Recolha de dados e apoio à manutenção de uma rede de divulgação cultural, através de sistemas de informação existentes (Jornal electrónico) e a criar (Infocidade, Internet, Agenda Cultural).

Interessa, ao turismo e a intenção de interligar o desenvolvimento de iniciativas culturais, com os agentes e operadores turísticos, facto que comprova, de novo, que a associação entre cultura, turismo e regeneração do centro histórico de Faro, estabelecida no Plano Estratégico da Cidade continuava a constituir uma plataforma para o desenvolvimento que se desejava concretizar.

No sentido de incrementar a procura turística da cidade a AMBIFARO, em parceria com o Gabinete de Gestão do Património, colocou sinalética direcciona e informativa, do núcleo da Vila Adentro. As duas instituições têm vindo a editar brochuras que não se destinando apenas ao turismo têm um papel de relevo no seu incremento. O Gabinete de Gestão do Património editou uma série de desdobráveis e brochuras elaboradas por uma arqueóloga e um historiador da arte, dedicadas aos aspectos mais relevantes dessa herança cultural, que cobre os edifícios isolados, os vestígios arqueológicos, os itinerários temáticos, alguns deles elaborados de forma didáctica, dedicados aos públicos mais jovens. A AMBIFARO concebeu uma brochura para visitantes de um

dia e percursos ambientais na ria Formosa. A Região de Turismo produziu mapas da cidade e do conselho.

A organização de visitas guiadas ao centro histórico resultou de uma colaboração entre a Câmara Municipal de Faro, a AMBIFARO, a região de Turismo do Algarve e o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

O responsável pela AMBIFARO, publicou, em 2000, um artigo que pretendia ser “uma reflexão e conceptualização” sobre as “possíveis estratégias de turismo urbano, e em particular na promoção de modelos de contratualização entre os sectores público e privado”. Evocando o disposto no Plano Estratégico de Faro e dando seguimento a uma política de “actuações integradas para Faro”, (ver quadro 4.33) tentava analisar as “possíveis complementaridades entre sector público e privado”, e respectivas “estratégias de marketing” através de uma “análise dos seus factores promocionais” finalizando a sua exposição com um quadro das “diversas actuações que, de uma forma prioritária devem ser desenvolvidas” de modo a poder ser criada uma verdadeira Visão para Faro. (ver também capítulo 3.3). João Vargues, no texto em análise, elaborado para apoiar uma candidatura ao programa PITER (Medida de Apoio aos Programas Integrados Turísticos de Natureza Estruturante e Base Regional), considerava que a valorização e promoção do património do centro histórico, além de contribuir diferenciação e para a sustentabilidade do turismo podia constituir Actuação Estratégica Estruturante “de grande importância, a nível regional”. Para que tal acontecesse, era “necessário desenvolver um enorme esforço de investimento quer na área dos equipamentos turístico-hoteleiros e na reabilitação urbana, quer nas chamadas indústrias culturais.” Por outro lado esta estratégia podia contribuir para a especialização do Algarve na fileira do Turismo/Lazer”, que se enquadrava num modelo de actuação integrada de turismo urbano (arquitectura, património, cultura, comércio e serviços) ” O artigo em causa integrava um quadro em que sintetiza a sua Visão (Vargues, 2000, pp. 44).

Visão	colocar Faro como ponto de visita obrigatório do Algarve.
Missão	produzir e implementar uma estratégia de desenvolvimento do turismo urbano.
Linhas e políticas de actuação	qualificar e valorizar o espaço urbano, os equipamentos culturais e o património arquitectónico. modernizar e qualificar a capacidade de acolhimento comercial. criar sinergias de trabalho em parceria com os diversos envolvidos. articular linhas estratégicas e actuações de marketing.
Objectivos	reforçar e diversificar o alojamento. criar equipamentos e serviços culturais de prestígio. aumentar o gasto médio. aumentar o nível de satisfação, na visita a Faro e ao Algarve.

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

Planos de Acção.	Alojamento.	Centro Comercial Aberto.	Equipamentos de apoio à náutica e recreio.	Equipamentos culturais.	Espaço Urbano.	Acções de Marketing.
------------------	-------------	--------------------------	--	-------------------------	----------------	----------------------

Fonte: Vargues, 2000, pp. 44

Este artigo de João Vargues suporta a defesa que é feita nesta pesquisa de um modelo integrado e sustentável de desenvolvimento turístico para Faro, embora se pense que ele não explora uma perspectiva mais holística, de complementaridade entre os gostos dos novos turistas pertencentes à nova classe média cultural e os dos residentes do mesmo grupo social. Se for possível estabelecer essa relação privilegiada, e, posteriormente, actuar para que se interliguem, os custos da reabilitação do centro histórico, podem ser parcialmente suportados pelos turistas, através dos seus consumos culturais. Além disso, a comprovação da existência de uma procura credível do centro histórico (ver ponto 6.2) suporta a realização dos investimentos necessários, no sector da hotelaria e da restauração e dos equipamentos porque indicia que podem ser feitos com um menor risco.

Deste modo se encerra o círculo proposto pelo Plano Estratégico de Faro que se estende da reabilitação do património, com consequente recuperação da função residencial do centro histórico, à requalificação do comércio tradicional, que constitui uma das vertentes da sua actividade económica, assentando a outra de produção de serviços abrangendo a animação cultural. O estudo sobre públicos de teatro, a que já nos referimos, demonstra que os interessados em participar possuem com um perfil de nova classe média. Esse estrato ainda habita, predominantemente, na periferia da urbe, mas se forem criados mecanismos que permitam ao município adquirir prédios devolutos, para reabilitar e colocar no mercado a custos controlados, este grupo pode constituir um núcleo duro de novos residentes do centro histórico, como tem vindo a acontecer a nível internacional (ver ponto 3.4.3).

Resta saber se existe ou não, por parte dos possíveis interessados, na criação de uma oferta coerente vontade de estabelecer uma parceria que a concretize. A resposta a esta questão fundamenta parte da pesquisa de campo realizada, cujos resultados, analisados no ponto 6.3, se revelaram extremamente favoráveis à prossecução desse objectivo.

4.4 - Conclusão

Em Portugal são detectáveis muitas das especificidades dos paradigmas, tradicional, moderno e pós moderno, embora cada um deles revele processos próprios que advêm das condições

específicas do país, conjuntura indissociável da sua situação geográfica e da evolução política, económica, social e cultural. No entanto, a progressiva abertura do país ao exterior, processo que ainda na fase da ditadura muito ficou a dever ao turismo, tem possibilitado uma evolução assimétrica que nos coloca entre a modernidade e a pós modernidade. O crescimento da escolarização, com a democratização do acesso ao ensino superior, acompanhada pelo alargamento de políticas culturais que abrangem manifestações de alta, baixa e cultura de massas, anuiu à formação de uma nova classe média cultural, com características idênticas às detectadas nos países desenvolvidos, com se afirmou no ponto 2.3. 2, se bem que mais diminuta, o qual revela gostos e estilos de vida idênticos aos detectados a nível internacional. Na capital do nosso país esse grupo já revela uma tendência clara para habitar no centro da cidade, se bem que apenas uma parte dele se disponha a residir na zona histórica, embora este subgrupo seja o que melhor corresponde ao conceito de nova classe média cultural, como tem vindo a ser definida a nível internacional.

O turismo em Portugal, principalmente o balnear, passou por um processo de evolução muito idêntico ao dos outros países europeus, desde o final do século XIX e começos do XX, conquanto a situação geográfica do país não facilitasse um progresso tão considerável. Apesar de todas as restrições foi possível edificar estâncias balneares que obedeciam aos modelos internacionais mais difundidos, no período em causa, ou seja o modelo romântico inglês de que a urbanização do Monte Estoril é o exemplo mais conhecido e o “Haussmaniano” francês que originou o conjunto turístico de Stº António do Estoril, que ganhou renome internacional.

O turismo moderno desenvolveu-se, predominantemente, no Algarve, na medida em que era a região do país que melhor correspondia às aspirações dos turistas da época, consubstanciada na busca do sol e da praia. O governo da ditadura quis dar resposta a essa procura através da construção de uma oferta, devidamente planeada e ordenada, tal como quis disciplinar o crescimento das cidades, processo marcado por influências modernista a par com outras que se sedimentavam no urbanismo francês. No entanto, tanto a morosidade dos processos de aprovação dos planos realizados, de instrumentos operacionais e a falta de financiamento necessário como a procura de habitação nas cidades e de alojamento turístico nas estâncias balneares do Algarve, conduziram a um crescimento descontrolado das áreas urbanizadas, acompanhado de uma ocupação clandestina do solo.

A tentativa de inverter as consequências específicas do crescimento urbano e balnear português (que não deixa de ter muitas afinidades com outros países do sul da Europa, como a Grécia e a Espanha) tem conhecido sucesso e insucessos, desde a década de 90, embora enfrente grande dificuldade de implementação. Nestas regiões, em que se inclui o Algarve, a tentativa de rejuvenescimento do turismo de sol e praia decorre, em paralelo, com a regeneração dos centros históricos, embora com todas as restrições e impedimentos mencionados. Os consumos culturais

4 - O caso de Faro no contexto nacional e regional

dos novos turistas desempenham, neste contexto um papel não negligenciável, porque anuem ao incremento e à diversificação de uma produção ainda diminuta, apesar do aumento dos públicos residentes, à revitalização da actividade económica dos centros históricos, contribuindo, ao mesmo tempo, para o rejuvenescimento da oferta turística da região.

O Plano Estratégico de Faro constitui um documento fundamental para a fundamentação teórica desta pesquisa, na medida em que atribui ao turismo um papel central na afirmação da cidade e reconhece que a oferta a construir impõe a reposição da diversidade funcional e social e na preservação da identidade do centro histórico, através da cultura, do comércio e da manutenção e rejuvenescimento da função residencial. A prossecução desse objectivo implicou a definição de tácticas, algumas já implementadas, mas que ainda não conseguiram repor a função residencial, incrementar ou diversificar a produção cultural, nem a definir e aplicar de uma estratégia coerente para o turismo.

5 - Metodologia da Investigação

5 1 - Introdução

A elaboração do modelo teórico, contido nos capítulos 1, 2 e 3 admitiu a realização de uma profunda meditação, a propósito da evolução paradigmática que se tem vindo a dilatar, após a ruptura com a teoria do conhecimento do período moderno. A mudança a que temos vindo a assistir tem contribuído para a alteração do conceito de ciência e determinado o aparecimento de novos instrumentos de pesquisa, responsáveis por outros tantos percursos de investigação empírica, nas mais variadas áreas de saber.

A primeira fase da elaboração da metodologia da nossa pesquisa foi dedicada à escolha de uma teoria do conhecimento que nos acompanhasse ao longo de toda a pesquisa. A meditação em que nos empenhámos necessitava do suporte de um novo pensamento atento às diferenças, ao carácter próprio de cada investigação e à relatividade do conhecimento, por se adequar ao cunho de uma das dimensões da nossa investigação, profundamente dependente das aspirações de desenvolvimento do centro histórico de uma ou várias cidades (nessa fase ainda estava por determinar) de um pequeno país periférico.

No entanto o estudo a desenvolver também incidia numa outra dimensão, dependente da procura turística, que é um fenómeno de índole global. Esta sua característica exigia a aceitação de uma metodologia que sem desejar encontrar as verdades últimas, como defendiam os teóricos positivista, (desligada, por certo, do contexto em que ocorrem os fenómenos que se desejam analisar) nos permitisse reunir alguns consensos, quanto às condições de produção de conhecimento. Os pressupostos adoptados deviam prever a falibilidade e a discussão crítica, sem, contudo, nos conduzir à adopção de uma filosofia relativista absoluto ou céptica.

A decisão que tomámos, quanto à filosofia a perfilhar, exigiu um compromisso entre os filósofos mais sensíveis à relatividade da ciência e os que desejam recuperar parte do modelo moderno, expurgando-o das veleidades universalistas.

Numa segunda fase elaborámos o problema da pesquisa, as hipóteses, os objectivos gerais e específicos. Concebemos o desenho da investigação empírica, seleccionando, numa primeira etapa, os métodos e técnicas a utilizar, de modo a poder aferir a validade da pergunta de partida.

A complexidade do problema que nos preocupava implicou a utilização de uma combinação de técnicas que incluem análises do tipo quantitativo e qualitativo. A definição do plano de amostragem foi realizada ainda neste estágio, com a determinação da população alvo,

relativamente à região e à(s) cidade(s) a incluir no estudo, de acordo com critérios de selecção fundamentados na revisão da literatura. A análise simultânea da oferta e da procura, no domínio do turismo cultural em centro históricos (as duas dimensões complementares que fundamentam os estudos turísticos), exigiu a elaboração de dois questionários diferentes construídos também com base na revisão da literatura. Ambos continham perguntas formuladas de modo similar e outras de vocação completar, de modo a poder comparar os desejos da oferta com as aspirações da procura.

A terceira fase abarcou a definição da dimensão das amostras (da oferta e da procura) e a determinação das técnicas de aplicação dos questionários. O inquérito mais complexo dirigia-se à procura (inquérito de rua), razão pela qual a decisão da sua dimensão e do modo de utilização exigiu a elaboração de um plano de aplicação, de modo a contemplar os aspectos temporais e espaciais e a minimizar o enviesamento de uma amostra cuja validade não ultrapassa os domínios da sua dimensão.

Após a aplicação dos inquéritos estudámos a utilização dos testes do SPSS e as técnicas análise de conteúdo, para assegurar um tratamento de dados, que nos ajudasse a encontrar respostas credíveis, para sustentar a validade do problema.

A descrição detalhada do percurso adoptado, a justificação das escolhas feitas em função dos objectivos, as dificuldades encontradas e as soluções adoptadas, com o objectivo de minimizar as suas consequências menos positivas, para a prossecução da pesquisa, constituem o fundamento e o objectivo principal da realização do capítulo a que damos início.

5.2 - A teoria do conhecimento e a questão do paradigma. Reflexão epistemológica a propósito da nossa investigação

A primeira etapa da nossa pesquisa foi dedicada à definição de um percurso metodológico, que garantisse a manutenção do sentido crítico ao longo de todo o processo e nos guiasse na busca de um significado para esta investigação. Esse procedimento ajudava ainda a ultrapassar a super valorização dos métodos, evitando, desta forma, uma visão da investigação como uma forma neutra de “encontrar resultados” ou, na ausência desta reflexão de carácter epistemológico, atribuir aos instrumentos de pesquisa uma função determinante na prossecução da dissertação (Tribe, 2001, pp. 443).

O que incita ao “empreendimento científico”, afirma Kuhn, “é a convicção, de que se formos suficientemente habilidosos, conseguiremos solucionar um quebra-cabeças que ninguém solucionou, ou pelo menos, não revolveu da melhor forma”. Em muitas áreas do saber o que o

cientista tem pela frente é exactamente um quebra-cabeças, que não perde o seu fascínio, nem lhe diminui a vontade de se dedicar à sua resolução. O investigador deve preocupar-se em “compreender o mundo e ampliar a precisão e o alcance da ordem que lhe foi imposta”. Este compromisso vai obrigar “a perscruta-lo com grande minúcia empírica”. Quando o escrutínio revela “núcleos de aparente desordem eles devem constituir um desafio à sua capacidade de enriquecer as suas técnicas com um novo refinamento de observação ou a uma maior articulação entre teorias”. A existência “desta sólida rede de compromissos ou adesões – conceptuais, teóricas, metodológicas e instrumentais – é uma das fontes principais da metáfora que relaciona a ciência normal à resolução de quebra-cabeças” (Kuhn, 1995, pp. 61, 62 e 65).

O “quebra-cabeças” que nos preocupava e acabou por se converter no problema da investigação pretendia encontrar a possível relação positiva, no âmbito do novo paradigma, entre regeneração dos centros históricos e requalificação do turismo de sol e praia, mediada pelos turistas com interesses culturais.

O estudo que se desejava concretizar implicava três tipos de leituras de diferenças. Um ao nível das linguagens paradigmáticas e das suas implicações na evolução do conjunto de saberes (estudos culturais, urbanos e turísticos) que considerámos os temas chave para a elaboração desta pesquisa. Um segundo que revelasse as relações de diferença detectadas na interacção entre centros históricos e turismo e, por último um terceiro que desvendasse as desigualdades do caso de Faro, quer em termos de linguagem paradigmática, quer de interacção entre centros históricos e turismo.

O paradigma em que assentou todo o conhecimento moderno, até meados do século XX, distinguia-se por uma tendência para a compreensão da realidade dominada por um conhecimento científico de carácter universal, definido como neutro, que tanto se aplicava às ciências exactas, como às humanas e sociais. Esse paradigma, consagrado nos seus “manuais, conferências e exercícios de laboratório”, caracterizava-se por “um conjunto de ilustrações recorrentes e quase padronizadas de diferentes teorias, nas suas aplicações conceptuais, instrumentais e de observação” (Kuhn, 1995, pp.67). A sua aceitação generalizada proporcionava as condições necessárias ao progresso da ciência requerendo, em função dessa situação, “a construção de um equipamento elaborado, o desenvolvimento de um vocabulário e técnicas concertadas, além de um “refinamento de conceitos que se assemelham cada menos vez com os protótipos do senso comum”. No entanto “essa profissionalização conduz a uma imensa restrição da visão do cientista” a uma resistência considerável à mudança que acarreta um progressivo anquilosar do saber (Kuhn, 1995, pp. 91). Quando a essa rigidez se associa um registo de anomalias, que se vão tornando cada vez mais frequentes e inconciliáveis, em relação ao conjunto de leis, de teorias, de aplicações e de técnicas vigentes, colocando em causa a sobrevivência do

conhecimento, o paradigma entra num período revolucionário conducente à sua substituição por outro que assegure a manutenção do estatuto da ciência (Kuhn, 1995, pp. 13, 89 e 122).

O nosso estudo recebeu ainda um contributo, para aprofundamento do conceito de relações de diferença, do estruturalismo de Saussure e dos estudos de Freud sobre o funcionamento do cérebro (Celliers, 1996, pp. 42). O modelo de funcionamento do cérebro, tal como o sistema linguístico de Saussure, defende que as interações se organizam a partir de um sistema de diferenças, porque, isoladamente, os elementos (componentes linguísticos e neurónios), não são, por si sós, significantes. Lyotard ajudou a uma melhor compreensão e esclarecimento mais amplo do refinamento da sensibilidade às diferenças, em que assenta o saber actual, ao defender que o conhecimento “não encontra a sua razão na homologia dos peritos mas na paralogia dos inventores” (Lyotard, 1989, pp.13). No entanto a justificação mais clarificadora, encontrámo-la em Bourdieu, quando descreve o conceito de espaço social usado na sua obra “Distinction, A Social Critique of the Judgement of Taste”. O referido académico determinou um primeiro nível de análise, em que se esforçou por fazer uma leitura relacional, estabelecendo as diferenças colectivas do caso francês, tanto através das estruturas (diferenças relacionais) que as separam como dos gostos e práticas (habitus) que consolidam essas diferenças (Bourdieu, 2001, pp.6-14).

Os autores citados ajudaram a definir a abordagem do problema, ainda em termos conceptuais, no apuro da selecção dos conjuntos de temas a inserir na dissertação, a propósito de cada paradigma, de modo a que a análise revelasse, ao nível estrutural, os conjuntos de relações de diferença que separam um arquétipo de outro, enquanto numa atitude paralela à de Bourdieu, a propósito do habitus se procurou inventariar em conjuntos de casos de boas práticas implícitas a cada um dos modelos.

As disciplinas e áreas de saber incluídas, inseridas nos estudos urbanos culturais e turísticos, pela sua diversidade, colocavam problemas de validade e articulação que exigiram outras tantas decisões, as quais foram, de novo, influenciadas pela teoria do conhecimento. Os conceitos de holismo, de transdisciplinaridade e a sua conjugação com noção de interactividade transdisciplinar desempenharam uma função basilar na transposição dos obstáculos encontrados. O termo holismo tem um significado oposto ao de positivismo, na medida em que, não reduz o significado das definições formuladas a uma linguagem epistemológica restrita. Este procedimento limitado resulta numa abstracção e numa simplificação, porque não é possível captar, com carácter definitivo, o absoluto significado de qualquer termo. Os defensores do saber holístico criticam, no positivismo o seu “optimismo idealista” ao pretender atingir “o âmago das questões, sem enterrar as mãos nas lutas sujas, complexas e contingentes da interacção” (Putman, 1988, in Celliers, 1997, pp. 65). O entendimento de transdisciplinaridade de Piaget (Piaget, 1972; pp. 131-144) pode, também, por seu lado, ajudar a clarificar o percurso que se traçou, porque de acordo com o seu autor, resulta de uma relação orgânica dos conceitos de diferentes disciplinas particulares, a

5 - Metodologia da Investigação

partir de um processo interno de integração conceptual, que rompe com a estrutura de cada saber individual, para formar um novo eixo axiomático comum a todas, com a finalidade de oferecer uma visão holística de uma área do saber. Os pós estruturalistas (Bourdieu, Derrida, Krusteva, Lyotard) alargaram a explicação de Piaget, ao aliarem à definição inicial o conceito de interactividade. Esta última conduz à geração de ideias novas e induz a uma filosofia da ciência mais preocupada com resultados e implicações do que com a legitimação do pensamento científico (Cilliers, 1998, pp. 26).

Os processos que se mencionaram no parágrafo anterior justificam a relação orgânica entre conceitos de várias disciplinas, na construção do nosso modelo teórico, para que certas propriedades especiais do problema possam surgir como uma “estrutura organizada em vez de um mero amontoado de considerações dispersas” (Popper, 1976, pp. 103, in Stokes, 2000, pp.121). A defesa do método holístico não demonstra a intenção de tentar explicar o problema da pesquisa, em termos totalitários e opressivos, de modo a encontrar **todas** as suas relações constituintes. Pelo contrário, o que se pretende salientar na nossa investigação são os indivíduos concretos, observáveis e a sua acção, sem contudo deixar de reconhecer que estas unidades não são objectos empíricos puros, na medida em que a atenção que lhes dispensamos é dirigida por um enquadramento teórico, ou por pressupostos que ultrapassam a sua existência enquanto colecção de indivíduos (Stokes, 2000, pp.122).

Quadro 5.1 - Diferenças entre disciplina e área do saber

Disciplina	Área do Saber
Tem um corpo teórico estabelecido que vem sendo alimentado através da pesquisa e do debate, que serve para construir o seu currículo.	Possui uma abordagem mais descritiva, do que baseada na evidência empírica, embora, se registre um aumento da pesquisa que tem contribuído para a inversão dessa conjuntura.
É um ramo formal reconhecido de uma instituição que é considerada legítima e digna de confiança.	É menos reconhecida e, por norma mais um <i>theme around a topic</i> do que um núcleo teórico que possa ser debatido.
Tem estatuto de credibilidade, que envolve um conhecimento, um treino mental reconhecido quer pelos educadores quer pelos estudantes.	De um modo geral, existe pouca preocupação em sublinhar a investigação que se desenvolve na <i>research topic area</i> , que constitui o currículo.

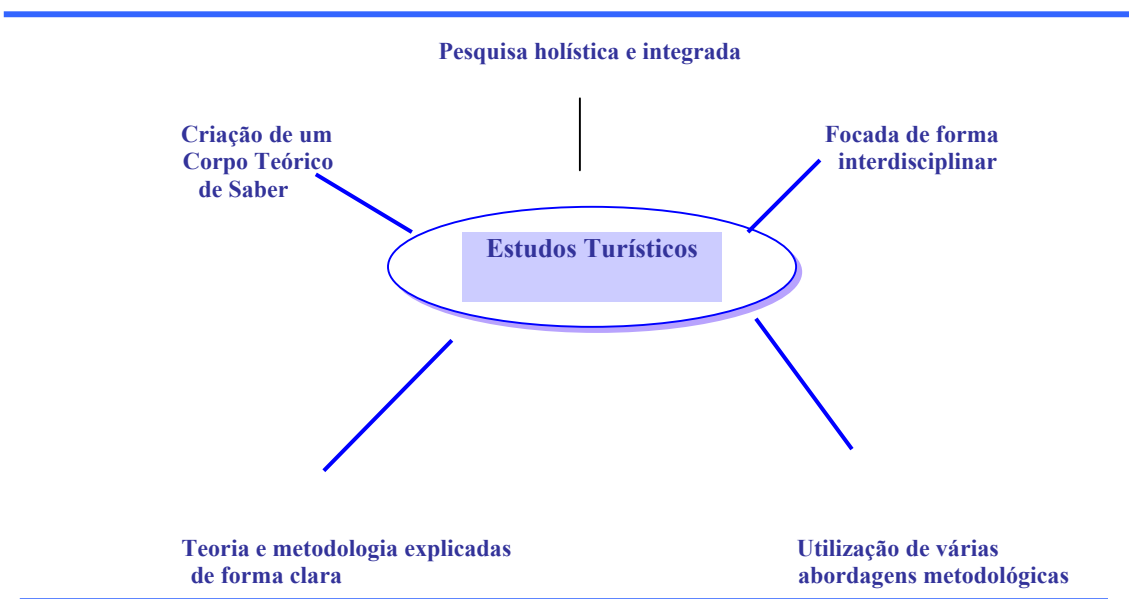
Fonte: Cooper, Shepherd e Westlake, 1996, pp. 13/14

Lyotard, sustenta, por seu turno, que a “ciência actual é mais interessante, nos pontos de confluência das disciplinas, como acontece na biotecnologia, nas redes cibernéticas ou ainda na realidade virtual. A hierarquia especulativa da aprendizagem deu lugar a uma rede contingente e plana de áreas de investigação com fronteiras em constante fluxo” (Lyotard, 1989, pp. 82) afirmação que é corroborada por Cilliers. Este último observa ainda que essas barreiras são constantemente ultrapassadas, por investigadores em busca de instrumentos, ideias e disciplinas híbridas. Essa procura aumenta a complexidade dos temas que desejam tratar, porque, a ausência de uma imagem única e inteiramente coerente da ciência, conduziu a um saber baseado

numa rede de interligações complexas unidas por esforços científicos (Celliers, 1997, pp. 29 e 133). Santos lembra que se o conhecimento avança por via da progressiva redução a parcelas do objecto, bem representado nas crescentes especializações da ciência. Porém, é através desta restrição que melhor se confirma a “irreducibilidade das totalidades orgânicas ou inorgânicas que as constituem” e, por consequência, o carácter “distorcivo” do conhecimento centrado na observação desses fragmentos (ver Santos, 1991, pp. 73).

As concepções que se dissecaram ajudam, por sua vez, a legitimar o saber na área do turismo (ver quadro 5.1). Cooper defende que se trata de uma área pré paradigmática que não permite o consenso, visto que, não dispõe de um corpo de conhecimentos independentes, com uma dinâmica própria (ver quadro 5.2). Por esta razão tende a constituir-se como um núcleo, uma ciência *leve* (soft) e ilimitada, em que as diferentes disciplinas se entrelaçam, facultando estabelecer um corpo de conhecimentos interdisciplinares (Cooper, 1998).

Quadro 5. 2 - Algumas dimensões chave para avaliação dos Estudos Turísticos



Fonte: Echtner e Jamal, 1997, pp. 880 in Martins, 2000, pp. 19

As ciências que se encontram neste estado de desenvolvimento, na opinião de Khun, caracterizam-se pelos debates incessantes sobre a legitimidade dos métodos, dos problemas submetidos a análise, das soluções propostas, o que acaba por favorecer o estabelecimento de consensos. Este é um período de grande liberdade experimental, mas também de grande confusão, pelo que há necessidade de nos apoiarmos nos pré paradigmas, mesmo que possam vir a revelar-se falsos ou incompletos, na medida em que sem essa etapa, nunca se chega aos paradigmas, e, por consequência, às teorias que o explicam e fazem progredir essas ciências (Kuhn, 1995, pp.89, 105). Mais recentemente investigadores como Santos têm, porém, vindo a

sustentar que a noção de saber pré paradigmático das ciências sociais, com toda a sua conotação de conhecimento menos desenvolvido é “um conceito a ser abandonado ou profundamente revisto” (Santos, 1991, pp.43).

A reflexão académica internacional, sobre o estatuto do turismo, como ciência, continua a movimentar os investigadores em todo o mundo. “As Universidades de George Washington (Washington, DC, EUA), Calgary (Alberta, Canadá), Surrey, (Reino Unido), e Havai (EUA), a Organização Mundial de Turismo (OMT), com sede em Madrid” são algumas das referências, a nível mundial, da pesquisa na área do turismo” (Trigo, 2000, pp.159), embora não tenha ainda atingido a dimensão necessária, na medida em que, apesar dos esforços desenvolvidos, as concentrações de investigadores são poucas, e o número de participantes reduzido (Cooper, 1998).

A nossa pesquisa também pode ser inserida nos estudos de investigação na e pela acção, porque um dos seus objectivos era avaliar o tipo de desenvolvimento que os agentes locais desejavam realizar nos centros históricos e qual a sua disponibilidade para criar uma estratégia geradora das condições necessárias à introdução de programas inovadores, que satisfaçam e incrementem a procura turística. Essas acções podem auxiliar o processo de regeneração, e, em simultâneo, aumentar a variedade da oferta à disposição dos residentes. A investigação na e pela acção exige, no entanto, o cumprimento de certos objectivos que se passam a mencionar (Esteves, 1990, pp. 271).

Objectivos de investigação relacionados com a produção de conhecimento sobre a realidade.

Objectivos de inovação pautados pela introdução de transformações, numa determinada situação, com o propósito de dar solução a problemas identificados como tais.

Objectivos de formação de competências vinculados ao desenvolvimento de um processo de aprendizagem social, envolvendo todos os participantes em função dos dois primeiros objectivos, no quadro de um processo mais amplo de transformação social, cultural e política.

Este é um processo colectivo, que exige o envolvimento do investigador e da sociedade, ou de parte dela, não apenas na investigação, mas também e através dela, na definição dos métodos de intervenção, e de participação na mudança. A pesquisa necessita, por este motivo, de uma estrutura colectiva organizada, composta pelo sistema de agentes locais e pelo pesquisador. O termo sistema surge, assim, de forma natural, porque pretendemos sublinhar “a natureza articulada e integrada dos problemas a diagnosticar, bem como as suas eventuais soluções” (Matias, 2000, pp.32). O conceito de saber actual implica, tal como propõe os métodos de investigação na e pela acção, para além de um conjunto de enunciados denotativos abrange

outros que incluem saber fazer, saber viver e saber escutar. Trata-se, deste modo, de uma competência que excede a determinação e a aplicação do mero critério da verdade e que se larga aos de eficiência (qualificação técnica), de justiça, de felicidade (sabedoria ética) e de beleza (sensibilidade). O saber, na nossa época, impõe a exigência de proferir “bons enunciados denotativos, prescritivos e avaliativos” (Lyotard, 1989, pp.47).

O conhecimento transformou-se na principal força de produção nos países desenvolvidos e constitui, simultaneamente, o principal motivo de estrangulamento das sociedades em vias desenvolvimento, responsável pelo aumento de um fosso, que dificilmente parará de se alargar, entre esses dois mundos. Por essa razão a ciência, nas sociedades pós-modernas é reconhecida pelo seu valor económico, como alicerce de uma competição mundial pelo poder (Lyotard, 1989, pp. 21). Os critérios da eficiência e da performance, ao ampliarem a hipótese de aferição da sua validade, através de um juízo técnico introduzido no saber científico, tiveram consequências para a definição de um novo entendimento de verdade. Nas sociedades pós-industriais assiste-se, como corolário dessa situação, à substituição da “normalidade das leis pela performatividade dos procedimentos” (Lyotard, 1989, pp.94). Este argumento de Lyotard ajuda a sustentar a opção seguida na nossa pesquisa, assente numa conjugação de duas vertentes que sem descurar a elaboração do modelo teórico, prestou também uma grande atenção à sua validação empírica

A construção do modelo teórico, para preencher as exigências de uma pesquisa baseada na teoria na e pela acção, pode também encontrar a sua explicação no conceito de campo de Bourdieu, que o investigador define como as interacções dos diversos agentes, um campo de lutas onde se enfrentam com meios e fins diferenciados, de acordo com a posição que ocupam num espaço social global, porque “um grupo mobilizado pela diferença dos seus interesses só pode chegar à existência ao preço e ao termo de um trabalho colectivo de construção inseparavelmente teórico e prático” (Bourdieu, 2001, pp. 32). O pensamento de Bourdieu ajudou a uma percepção mais clara da importância das colaborações dos grupos de interesses locais, na definição de uma política de turismo cultural para os centros históricos.

Habermas, por sua vez, desempenhou um papel fundamental na compreensão das novas axiomáticas do planeamento que permitem estabelecer consensos entre grupos com interesses não coincidentes, denominadas planeamento comunicativo (communicative planning; Forrester, 1989), planeamento argumentativo (argumentative planning; Forrester, 1993) planeamento através do debate (planning through debate; Healey, 1992, pp.143-163; Healey, 1997in Bramwell e Sharman, 1999, pp. 394). A exploração dos conceitos Habermasianos, e da sua teoria “da verdade como consenso” (tema que se aborda mais adiante neste ponto), apoia-se na comunicação não distorcida, como suporte da acção e do consenso.

A teoria de Foucault (Foucault, 1969, 1971, 1981, 1991) a propósito do papel das diferenças de poder entre os vários grupos sociais e da sua repercussão na capacidade de influenciarem a evolução favorável os seus destinos também auxiliou a nossa reflexão, não apenas no que concerne ao entendimento dos processos de marginalização dos mais desprotegidos, mas também na compreensão do papel pioneiro da nova classe média, nas mudanças culturais, económicas e sociais introduzidas nos centros históricos, a partir da segunda metade do século XX. Este grupo tinha consciência da faceta política do pós modernismo, o que incitou a sua participação em movimentos de índole cultural, e social, na defesa dos valores em que acreditava.

Dann tem vindo a advogar a aplicação do método na e pela acção à área do saber do turismo, alegando ser essa a maneira mais adequada de ultrapassar a tradicional dicotomia entre abordagens teóricas (por natureza mais gerais) e investigação pela acção (mais focalizada em estudos de caso), desde que este tipo de tratamento não descure o enquadramento teórico, do fenómeno estudado (Pearce, 1999, pp. 11).

O tema escolhido, por sua vez, focalizado na regeneração dos centros históricos e na requalificação do turismo de sol e praia, abrange, em termos espaciais, uma área muito restrita da cidade, de modo que, as várias facetas da interacção da sociedade local, se interligam, de forma mais evidente, do que na leitura mais ampla, que incluía uma base territorial mais alargada situação de nos impede de ignorar o seu carácter inclusivo.

A conjugação das áreas de saber em análise e os problemas levantados pelo perfil da pesquisa que se desejava realizar aproximaram a nossa investigação do conceito de pensamento complexo. Contudo esta constatação colocava, também, algumas dificuldades para as quais se deviam encontrar soluções credíveis. A teoria da complexidade sublinha o carácter contextual do estudo ao reconhecer que “todas as nossas respostas, todas as nossas teorias, são relativas às questões que escolhemos colocar, não podendo, sob pena de se transformarem num absurdo, abandonar as condições próprias dessa escolha” (Lyotard, 1989, pp.12). A elaboração da nossa dissertação possuía, porém, domínios que ultrapassavam essa dimensão.

No nosso caso a resolução do problema exigia dois níveis diferentes de teorização e de aplicação. Por um lado, na nossa civilização actual, os grandes problemas, as grandes questões, têm carácter global, motivo pelo qual, quase tudo o que ocorre a nível local não pode ser dissociado dessa outra dimensão, principalmente no âmbito dos estudos turísticos, urbanos e culturais. As redes locais são, porém, parciais porque ligam os indivíduos a centros de interesse de âmbito regional, nacional ou mundial, dos quais são indissociáveis, como acontece no caso da regeneração dos centros históricos e do rejuvenescimento dos destinos de sol e praia, embora as relações de diferença, que determinam a especificidade local, não possam ser ignoradas ou minimizadas.

As características próprias da aferição do modelo a nível empírico exigiam pelas razões evocadas, que uma parte se desenrolasse no âmbito local (inquérito enviado aos representantes da comunidade com interesses na regeneração do centro histórico na cultura e no turismo) e outro de âmbito global, dirigido tanto a turistas nacionais como estrangeiros, estudo esse que nos facultava avaliar o desejo dos visitantes do centro histórico de Faro de fruir produtos e serviços culturais.

Em consequência dessa tomada de decisão o modelo teórico envolve uma componente mais lata, espelhada numa construção abrangente dos 3 primeiros capítulos da parte teórica e outra, de âmbito mais local no quarto, de modo a facultarmos uma análise dos dados e resultados da pesquisa empírica mais precisa. Os dados e resultados dos questionários aplicados aos turistas representam essa vocação mais global da dissertação, razão pela qual se procurou inventariar as características do novo paradigma, no âmbito dos estudos urbanos, culturais e turísticos, de modo a melhor explicar o perfil do novo turista. Os inquéritos enviados aos representantes dos interessados na regeneração do centro histórico de Faro e na requalificação do turismo de sol e praia, evidenciam a visão, em relação a essa nova procura, de uma comunidade relativamente diminuta, com valores, por certo, marcados pelo carácter global do fenómeno turístico, mas também por atributos de forte incidência local.

O pensamento de Freud e o de Derrida, tal como acontecera com as relações de diferença, ajudaram-nos a encontrar soluções para melhor detectar as de semelhança. Freud afirma que, na rede de neurónios não há necessidade de determinar os respectivos pesos, porque, eles funcionam como “detectores de coincidências” em relação às informações que transitam nos seus contactos múltiplos (sinapses). Essas redes possuem uma grande experiência facto que as capacita para evoluir em direcção à solução correcta, enquanto Derrida argumenta, da mesma forma em relação a noção de iteração do signo, porque signo e rede de neurónios estão sujeitos, com muita frequência, a situações idênticas. Outro importante contributo proveio de Bourdieu e da metodologia de investigação que usou na sua obra *La Distinction*, que denomina de comparabilidade essencial e que consiste em estabelecer as invariantes nas estruturas relacionais.

A ambição de acentuar essas relações de permanência incentivou-nos a abordar os conjuntos de temas seleccionados (cuja diversidade já foi mencionada), de modo a sublinhar as características desta investigação, que se foram evidenciando à medida que se realizavam as leituras necessárias para a construção do modelo teórico. Essas manifestações reforçam a orientação do nosso estudo de modo a salientar as diferenças paradigmáticas e as semelhanças dentro do mesmo arquétipo, na medida em que, para além dos discursos particulares que cada saber impõe, são detectáveis relações de semelhança entre metáforas, alegorias, temas e conceitos que as ligam e possibilitam um enquadramento transdisciplinar interactivo. Em função desse cunho

particular o tipo de discurso adoptado, em cada capítulo, enuncia um pensamento circular, que pode mesmo manifestar alguma redundância.

O estilo adaptado tem, contudo, como objectivo, não só pretender legitimar a estrutura da tese, mas também evidenciar que, no âmbito da mesma linguagem paradigmática, as diversas disciplinas e áreas de saber manifestarem, para além da especificidade própria, um conjunto de preocupações muito idênticas (condição de pertença a um determinado paradigma), embora, na grande maioria dos casos se continuem a ignorar, como forma de afirmação de uma identidade própria. Essa atitude, em nosso entender, tem consequências muito negativas, quer para a evolução do saber actual, quer para a definição de actuações em áreas pluridisciplinares, (situação que ganha maior visibilidade quando as investigações se inserem no método na e para a acção). As leituras de carácter pluridisciplinar e transdisciplinar embora não abandonem as composições verticais, exigem pelo seu carácter específico, organizações horizontais dos temas incluídos na investigação

A exploração dos dois conceitos, de diferença e de semelhança, conduziu-nos não só à elaboração de quadros síntese, apoiados na recolha, leitura e tratamento de vários artigos e livros, que nos permitiram detectar as coincidências e produzir numa versão simplificada dos textos originais, embora a troco do consequente adensar do texto. Esse procedimento anuía ainda à compilação sistemática de casos de boas práticas que ancoraram o carácter operacional da pesquisa. As sínteses realizadas têm por objectivo demonstrar que não se descurou o conhecimento dos temas chave, apesar da simplificação introduzida pela elaboração dos citados quadros, porque salientam a complexidade do tema e o “carácter interactuante da maior partes dos problemas que nos preocupam” (ver Pombo, Guimarães e Levy, 1994, pp.17)

A justificação da adopção desse modelo decorre ainda das opções dos investigadores que face à complexidade e à sua vontade de determinar tanto as invariantes como as variantes que suscitam “utilizam informações recentes e sistematizadas, baseadas num grande volume de dados estatísticos, de artigos publicados em livros, revistas e jornais, compiladas e dispostas de modo a formar um texto denso e objectivo” (Trigo, 2000, pp.42).

A nossa reflexão incidiu, nesta etapa do processo de definição epistemológica, sobre o conceito de complexidade, que, em nosso entendimento, também desempenha um papel basilar de suporte da investigação. Os sistemas complexos têm origem no holismo e caracterizam-se pela sua capacidade de auto-organização e comportamento emergente. Os sistemas complexos possuem ainda outra qualidade, de extrema importância para a nossa pesquisa, que deriva do facto de possuírem história. Os processos de evolução dos centros históricos, da produção cultural e da turística dependem das decisões tomadas no presente tanto quanto das escolhas efectuadas no passado. Além dos motivos evocados tivemos em mente que algumas das áreas do saber

incluídas na investigação são consideradas pelos seus académicos e estudiosos iminentemente complexas, como acontece com as que se passam a mencionar.

A investigação na área da sociologia da cultura tem actualizado grande parte das problemáticas teóricas e de investigação desenvolvida no contexto internacional e ampliado o conceito de meio criativo cultural, (“creative milieu”), ou seja “as dinâmicas de transformação da esfera cultural, nas sociedades contemporâneas: *complexificação* das relações entre as formas de cultura erudita, popular e de massas e interpenetração crescente dos campos especializados da produção cultural; *mercantilização* da produção dos bens culturais e *reordenamento* das hierarquias culturais a partir dessa orientação para o mercado; reconfiguração da divisão do trabalho cultural manifesta na tendência crescente de profissionalização dos criadores, de valorização dos intermediários e de concentração da especialização de organizações de produção e distribuição; *massificação* do consumo cultural, (particularmente dos bens produzidos pelas indústrias culturais) e a sua associação a fenómenos de estetização da vida quotidiana, às culturas juvenis e aos padrões de relação com as novas classes médias urbanas” (Costa, 1999, pp.127; Garnsey, 1998, pp. 374; Landry, 2001, pp. 140-143; Santos 1994, in Fortuna, 1999, pp. 95; Taine, 1865, pp. 97-107).

A complexidade da área do saber do turismo, pode ser comprovada pela existência de uma linha de investigação, em franco crescimento, que assenta na teoria de sistemas, na tentativa de desenvolver estudos de forma inclusiva. Os modelos elaborados na área do turismo são, de um modo geral, mais qualitativos do que quantitativos (normativos ou descritivos), ou seja fornecem um guia de prescrições para uma acção um quadro ou uma medida. Académicos como Butler (1980); Cuervo (1967); Doxey, (1975); Gormsen, (1980); Gunn, (1972); Hinch, (1994); Leiper (1979 e 1990 a 1990), Jafari (1989), Mill e Morrison, (1985); Milligan (1989); Moisse, (1976); Moscardo, (1996); Plog, (1972); Russo, (1996); Turnbridge e Ashworth, (1994); Weaver, (2000), entre outros, utilizaram modelos de sistemas, para o turismo, de um modo geral muito abertos, no que se aproximam dos usados pelos pós-estruturalistas. Esses arquétipos além de “interagirem uns como os outros para constituir o sistema (turistas a interagir com as características próprias de cada região, no seu itinerário; organizações industriais a interagir com os turistas etc) o sistema interage ainda com os seus ambientes, por norma, muito diversificados” (Leiper, 1993, pp. 547).

O desenho urbano, ao salientar o valor da morfologia das cidades tradicionais, considera que as suas normas derivam dos princípios da complexidade, da conectividade, do reconhecimento do padrão e da inteligência artificial, na medida em que pode ser encarado como uma rede urbana composta por nódulos de actividade humana e suas interconexões. Existe, desta forma, uma relação entre de conexões neuronais e as conexões entre os elementos urbanos, que dão origem à cidade ou a uma parte da sua paisagem (Salingaros, 2000, pp. 1).

5 - Metodologia da Investigação

A associação dos processos de reabilitação, revitalização e regeneração dos centros históricos são, em si, formas de actuação complexa na medida em que as implicações sociais, económicas e culturais, são inseparáveis das dimensões patrimoniais, e de uma filosofia de actuação que não abdique de princípios como os de inclusão, respeito pela diferença e de formas de intervenção democráticas, com o objectivo de resolver problemas complexos. O problema da pesquisa possui, pelos motivos evocados, um carácter suficientemente complexo e mobilizador, para poder funcionar como princípio unificador dos conteúdos disciplinares envolvidos.

Levanta-se então um problema - como criar ciência, sem utilizar o princípio da sua universalidade, que, por sua vez nega a complexidade do sistema? A primeira hipótese afigura-se muito rígida e a segunda muito fluída. No entanto é possível seguir princípios como se fossem universais, mas aos quais se renova a legitimidade, em cada caso, na medida em que as regras devem ser seguidas de forma responsável. Além disso os princípios dos sistemas de pensamento complexo resultam de um conjunto de relações que constituem a sua estrutura. Nestas circunstâncias para emitir julgamentos – no campo das leis, das artes ou das ciências - devem ser seguidas as regras que se passam a mencionar (Cornell in Cilliers, 1998, pp. 139)

Respeitar o carácter singular e a diferença como valores em si.

Reunir tanta informação sobre o tema quanto possível, apesar da impossibilidade de reunir toda a informação.

Considerar o maior número possível de consequências do julgamento, embora seja impossível considerar todas elas.

O modelo seleccionado, para além de reunir muitas características de pesquisa complexa, que, por definição, não possui uma dimensão universal, obriga, dado, os seus contornos de caso estudado na área do saber do turismo, a uma análise que não descure uma visão mais ampla, de âmbito global, embora, por outro lado essa visão abrangente não seja dissociável da esfera muito localizada do espaço em que ocorrem as interacções em estudo. A configuração específica do estudo propiciou a adopção de uma metodologia de compromisso, no que concerne a filosofia do conhecimento. Por um lado, tenta obedecer à especificidade epistemológica do pós estruturalismo e do pós-modernismo, mais crítico e inovador, em favor da legitimidade dos estudos contextuais que manifestam o direito à diferença. Por outro, utiliza-se a axiomática defendida pelos filósofos do conhecimento que desejavam reformular o modelo moderno, expurgando-o dos seus valores universais, por lhe reconhecer ainda virtualidades, sobretudo as necessidades de explicar, prever e controlar (Habermas, 1994,1997) cuja exigência criativa, se preocupa com outras questões de investigação como dar forma, apreciar e interpretar significados (Wilson, 2002, pp.4).

Os debates entre o racionalismo crítico de Popper e a teoria crítica de Habermas, centrados na resolução dos problemas do conhecimento, conduziram à reconciliação entre duas das mais

conhecidas correntes de pensamento filosófico que defendem uma teoria do conhecimento baseada na reformulação do modelo moderno. Ambas advogam um método processual que podemos denominar por “teoria da verdade como consenso” o qual admite a crítica mútua e a falibilidade do conhecimento. Esse método exige a adopção de certas afirmações funcionalistas e universais, de forma a distinguir a sua filosofia do relativismo e do cepticismo, embora o processo seja antifuncionalista. A discussão crítica, que exige partilha de valores e crenças (sociais e científicas), só pode ocorrer, porém, em sociedades democráticas, não violentas, em que, na busca da verdade conta apenas com a força do melhor argumento.

A visão Poppiana, parte do seu conceito de sociedade aberta, enquanto a Habermasiana, sustenta-se na de “situação discursiva ideal”, para se complementarem mutuamente “destacando ambas a comunicação livre e aberta” na busca sistemática do conhecimento da verdade. A epistemologia, no âmbito das duas tradições intelectuais, transforma-se, por esse motivo, numa teoria social cujos fundamentos são de ordem ético política, e reconhecem que, em teoria e na prática, os problemas de conhecimento e políticos estão interligados, estabelecendo, tanto em termos históricos, como conceptuais o contexto, os objectivos e os limites da racionalidade. No que concerne a nossa pesquisa, para além de propiciar a análise turística, por natureza, de carácter mais global, anui à fundamentação da comparação entre situações que ocorrem, dentro do mesmo paradigma, em espaços do globo muito variados. Estes exemplos não são tidos como verdades universais, mas antes como tendências, sujeitas a interpretações condicionadas pelas características locais.

Habermas insiste na importância do criticismo, ao garantir que a possibilidade de utilizar argumentos racionais nada têm a ver com a definição de argumentos últimos ou verdades universais, aos quais nega qualquer validade. Este investigador admite ainda que existem preceitos seguros e irrefutáveis de crítica” no que é corroborado por Popper (Habermas, 1990, p.p 7; Popper, 1966, pp. 377-378, in Stokes, 2000, pp.228). Certas regras da razão, ou da racionalidade, defende Habermas, mesmo no momento em que as questionamos, continuam sujeitas aos seus princípios, porque são “um constituinte prático da nossa forma de vida, essencial para a comunicação em sociedade, presente em todas as nossas tentativas de reflexão e reconstrução da sua realidade”.

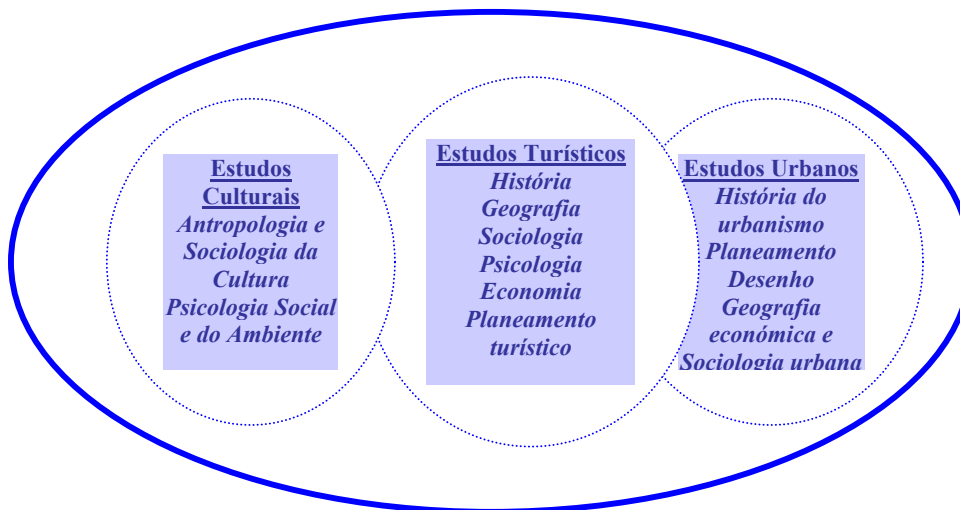
Este procedimento previne também novas atitudes totalitárias, porque no momento em que as disciplinas não só se multiplicam, mas também ganham formas híbridas, o projecto de unificar o campo do conhecimento permanece muito vivo. As estratégias reducionistas podem, em qualquer momento conduzir à reunião do saber e, por consequência extinguir a diversidade, a fragmentação e a complexidade que se advoga nesta pesquisa, através de um modelo unitário que venha a privilegiar uma área, no quadro teórico de uma disciplina determinada transformando uma investigação a que se quer dar um carácter holístico sem, contudo, lhe retirar o carácter de

“verdade como consenso”, num ideal metafísico, num reducionismo ontológico, que representaria o abdicar da realidade e da a inteligibilidade científica.

5.3 - Definição e Objectivos da Revisão da Literatura

A revisão da literatura é um processo que consiste em fazer um inventário e um exame crítico de uma série de publicações, que consideramos pertinentes para a investigação. No decurso desta operação o investigador aprecia, em cada documento os conceitos utilizados, as relações estabelecidas, os métodos empíricos de pesquisa e os seus resultados. À medida que avança, e vai sintetizando as várias componentes conceptuais vai seleccionando, desagregando, sintetizando e reconstruindo, de forma mais densa, de modo a utilizar estes materiais na construção de um quadro conceptual complexo. Em simultâneo, esta tarefa contribuiu, para gerar questões, a incluir no estudo empírico (que resultam das vias traçadas na estrutura nodular do quadro conceptual), analisar e escolher os métodos, técnicas e desenhos, instrumentos de medida e técnicas de análise retiradas das pesquisas consultadas, ou mesmo se possível, encontrar novas vias de exploração.

Quadro 5.3 - Áreas temáticas da revisão da literatura



A revisão da literatura deve incluir muitas pesquisas empíricas, não só pelos motivos já expostos, mas também, porque, uma ampla base de sustentação, em estudos que evidenciem boas práticas alargam as hipóteses de o investigador obter resultados que enriqueçam o seu campo de conhecimento. Essa tarefa facilitou, no caso da nossa investigação, o estabelecimento de pontes entre o conhecimento existente e os fenómenos que se desejava estudar. A revisão da literatura decorreu, pelos motivos evocados, com grande lentidão devido ao seu carácter transversal, na busca das redes entre regeneração dos centros históricos, democratização da cultura,

crescimento da oferta e da procura de produtos culturais e rejuvenescimento do produto sol e praia, abordagem que, tanto quanto se sabe, ainda não tinha sido realizada, a partir deste tipo de associação (ver quadro 5.3).

A revisão da literatura permitiu a tomada de decisão quanto ao tipo de abordagem e, propiciou ainda, a definição do problema da pesquisa, dos seus objectivos gerais e específicos.

5.4 - Definição do problema, dos objectivos gerais e específicos da pesquisa. Elaboração das hipóteses de investigação

O problema de pesquisa científica é de acordo com *Kerlinger*, “uma questão que pergunta como as variáveis estão relacionadas” e procura avaliar o modo como se relacionam os fenómenos ou variáveis. Um bom problema de pesquisa e um bom conjunto de preposições de problemas devem obedecer a três critérios (*Kerlinger*, 1980, pp. 36).

”Primeiro, o problema deve expressar a relação entre duas ou mais variáveis. Pergunta: A está relacionado com B? “Como estão A e B relacionados com C?”.

“Segundo o problema deve ser apresentado de forma interrogativa, porque o evidencia de forma directa.

Terceiro critério ainda mais complexo que os anteriores, “exige que o problema seja tal que implique possibilidades de testagem empírica” do modo a que seja produzida “evidência real sobre a relação apresentada no problema”.

Problema da Pesquisa:

Num contexto de mudança de paradigma, os processos de requalificação do turismo de sol e praia, em fase de maturidade, e de regeneração dos centros históricos podem apoiar-se mutuamente, com o auxílio dos elementos da nova classe média cultural? (turistas e residentes).

Quadro 5.4 - Objectivos gerais e específicos da pesquisa

Objectivos gerais	Objectivos específicos
Conhecer os processos que conduziram à necessidade de regenerar os centros históricos e rejuvenescer o turismo de sol e praia, assim como as soluções encontradas.	<p>Conhecer evolução, dos centros históricos em função das mudanças de paradigma sob o ponto de vista, económico cultural, social.</p> <p>Conhecer a evolução do turismo de sol e praia, em função do antigo e do novo paradigma turístico.</p> <p>Estabelecer a relação entre os dois fenómenos.</p>
Avaliar a percepção das instituições, empresas e associações das potencialidades dos centros históricos, em fase de regeneração, como aliados do relançamento do produto sol e praia, desde que ofereçam condições para satisfazer a procura das novas classes médias culturais (residentes ou turistas).	<p>Avaliar o conhecimento das novas tendências de localização, produção e consumo culturais através da prospecção da evolução da produção cultural nos centros históricos.</p> <p>Conhecer a percepção da importância da manutenção da qualidade do meio construído e do espaço público, para o desenvolvimento cultural e dos fluxos turísticos, nos centros históricos.</p> <p>Inferir do conhecimento das formas de actuação, com objectivo de regenerar os centros históricos.</p> <p>Avaliar a percepção das relações que podem ser estabelecidas, com benefício mútuo, entre a regeneração dos centros históricos e rejuvenescimento do turismo de sol e praia.</p> <p>Conhecer a percepção das estratégias de interpretação e comunicação para enriquecer a experiência cultural.</p> <p>Conhecer a percepção das opções de gestão dos fluxos turísticos</p> <p>Conhecer a percepção dos objectivos prioritários na definição de uma política de turismo.</p> <p>Avaliar a percepção da melhor forma de propiciar o desenvolvimento do turismo em centros históricos.</p>
Aferir do seu desejo de participar, activamente, na criação das condições necessárias através de acções concertadas.	<p>Avaliar a prioridade dada à elaboração de uma estratégia de turismo para o centro histórico das cidades localizadas em zonas de turismo de sol e praia.</p> <p>Avaliar do desejo de participação em acções concertadas, como parceiros.</p>
Aferir da presença nos centros históricos da nova classe média cultural (novos turistas).	<p>Conhecer as características sócio culturais dos turistas que visitam os centros históricos.</p> <p>Conhecer os motivos evocados para visitar a região e a cidade</p> <p>Conhecer as actividades e produtos culturais que procuram.</p>
Avaliar a sua percepção das potencialidades do ambiente construído, do espaço público e da qualidade da interpretação dos centros históricos.	<p>Reconhecer a sua percepção, sobre o ambiente construído e o espaço público dos centros históricos.</p> <p>Conhecer as formas de interpretação que mais valorizam.</p>
Aferir da imagem de centro histórico ideal, para as suas práticas e consumos culturais.	<p>Conhecer a sua imagem de centro histórico ideal de forma a conciliar as práticas dos turistas com as dos residentes.</p>
Avaliar a hipótese de conciliar o processo de a regeneração urbana com a requalificação do produto sol e praia, ao favorecer a produção e o consumo cultural de visitantes e residentes no centro histórico.	<p>Aferir as possibilidades da oferta desses centros históricos corresponder às expectativas dos turistas e residentes.</p> <p>Avaliar as consequências positivas quer para a regeneração dos centros históricos quer para a do turismo de sol e praia, em fase de maturidade, da conjugação da visão dos turistas e dos agentes e intervenientes na criação de uma oferta de turismo cultural para o centro histórico de Faro.</p>

Hipóteses da investigação

Quando o investigador planeia a pesquisa, se já definiu quer o seu problema, quer os seus objectivos, há que elaborar as hipóteses, as quais constituem o “enunciado conjuntural de relações entre duas variáveis ou mais variáveis” que tem origem no “problema, conquanto as hipótese sejam mais específicas, na medida em que, “estão mais próximas as operações de teste da pesquisa”. Elas permitem “testar os aspectos da realidade com um mínimo de distorção” porque a colocação das hipóteses possibilita o distanciamento entre o investigador e o objecto de estudo, para que o conhecimento não resulte dos seus valores e crenças, mas antes dos testes realizados com o fim de verificar se são correctas ou não. Neste sentido, as hipóteses passam a situar-se, como defende Kerlinger, “lá fora”, independentes daquele que as elaborou, colocando-se, entre a sua “crença pessoal” e a “realidade” empírica, proporcionando, deste modo, a necessária objectividade científica (Kerlinger, 1980, pp.38).

As hipóteses que desejamos testar, a partir do problema escolhido como objecto deste estudo, são as seguintes:

- *Os turistas que visitam os centros históricos, nas zonas de turismo de sol e praia, no Verão (meses de Julho, Agosto e Setembro), revelam um perfil demográfico e social assim como as preferências culturais que deixam associar a diversificação do turismo de sol e praia com a regeneração dos centros históricos.*

- *Os responsáveis pelas instituições, empresas e associações, com interesses quer na regeneração dos centros históricos, quer no rejuvenescimento do produto turístico sol e praia, reconhecem que estes fenómenos se podem apoiar mutuamente e manifestam interesse na participação num projecto que possa satisfazer tanto a “nova classe média” local, como os “novos turistas”.*

A interacção entre as duas vertentes dos problemas permite confirmar ou infirmar a veracidade da

- *Existe uma relação de apoio mútuo, entre a regeneração dos centros históricos e o rejuvenescimento do produto sol e praia, mediada pela “nova classe média” local e pelos “novos turistas”.*

terceira hipótese ou seja:

5.5 – Escolha das técnicas de exploração

A concretização das hipóteses, colocou-nos também perante a necessidade de escolher as técnicas de exploração a utilizar no estudo empírico. Neste contexto ***técnicas correspondem à***

necessidade de saber como proceder, enquanto o **método é mais geral e abrangente** e estabelece **o que fazer**. As técnicas de observação científica a eleger deveriam assegurar a possibilidade de resolver o problema que se definiu, através da formulação de questões para as quais se procura resposta, garantindo que são verificáveis e que possibilitam controlar as conclusões a que se pretende chegar. Esta validação apenas será possível através da elaboração de testes adequados a fim de confirmar ou infirmar a hipótese (Deshaies, 1997, pp.295). A escolha da técnica de pesquisa obedece, por regra, às normas que se passam a mencionar (Dencker, 1998, pp. 132).

A técnica que será empregue, em cada pesquisa, dependerá do problema, que está a ser investigado, dos objectivos e da disponibilidade de recursos para a realização do projecto.

As técnicas não se excluem; empregamos em uma mesma pesquisa métodos e técnicas diferentes, conforme a variável que estamos analisando e a fase do projecto em que nos encontramos.

É recomendável iniciar a pesquisa por um estudo exploratório, para tomar conhecimento da situação, o que facilitará, ao pesquisador, decidir quais serão os métodos necessários para fases posteriores.

No quadro das técnicas científicas de exploração utilizámos, nesta investigação, a observação, do tipo sistemático ou voluntário e deliberado (Deshaies, 1997, pp. 296). A observação científica tanto se socorre de métodos quantitativos como qualitativos, o que está de acordo com o que se propõe para as pesquisas na área do turismo, que se realizam com base no novo paradigma de investigação. Os métodos qualitativos permitem preencher lacunas no conhecimento existente, consolidar as situações em que se detectem inconsistências entre o que a teoria prevê e os resultados da pesquisa realizada. Desempenham ainda um papel de relevo, como forma de completar as informações e aferir as recolhidas a partir de métodos quantitativos, situação que se aplica a esta pesquisa, em que se procurou confirmar os resultados obtidos nalgumas perguntas fechadas do inquérito, através das perguntas abertas. Essas questões foram tratadas com o auxílio da análise de conteúdo, técnica usada tanto no questionário enviado aos representantes da oferta, como nos inquéritos preenchidos pelos turistas (Veal, 1997, pp. 129).

Os métodos quantitativos, apesar de não fornecerem dados que possam representar a complexidade de sistemas como o urbano, o cultural ou o turístico, enriqueceram o trabalho, permitindo assegurar a objectividade possível através da hipótese de comparação dos resultados dos inquéritos. Esses materiais podem ser analisados, de novo, por outros, que desejem dar seguimento ao trabalho desenvolvido, ou, fornecer uma interpretação alternativa. Os inquéritos guardam uma informação simples, sobre a incidência das atitudes, significados e percepções de alguns membros da população escolhida, embora apresentem, como desvantagem, basearem-se

em informação dos participantes, o que os coloca numa situação de dependência da capacidade de relembrar, honestidade, dos inquiridos, e, fundamentalmente, da adequação das perguntas incluídas no questionário, aos objectivos do estudo, conquanto também possuam desvantagens, que nunca devem ser esquecidas, para não se cair na armadilha de considerar os resultados obtidos, verdades universais (Veal, 1997, pp.145-146). O tipo de conclusões que desejávamos obter, com a nossa investigação, impeliu-nos a realizar uma pesquisa que nos deixasse desvendar a interacção entre oferta e a procura. Em função dessa situação havia que testar não só a existência de turistas consumidores de produtos culturais, mas também de forças locais interessadas numa evolução, de oferta do centro histórico, que satisfaça turistas e residentes.

As técnicas directas e indirectas, de observação experimental, foram ambas usadas nesta investigação.

A primeira, a investigação directa, aplica-se quando se toma nota de factos, de gestos, de comportamentos, de opiniões, de acções, de realidades físicas, como as paisagens, ou seja, de tudo o que se passa num dado momento, numa dada conjuntura (Deshaies, pp. 296). Nesta pesquisa utilizámos as técnicas de observação directa que se passam a mencionar.

A observação directa, não participante, na sua vertente de observação visual, desempenha um papel complementar, no estudo da oferta dos centros históricos, nomeadamente na inventariação das características do local de visita. No que concerne a procura esta técnica anui ao conhecimento do modo como é visitado o centro histórico escolhido. Esta prática permitiu ainda delimitar os locais de aplicação dos inquéritos aos visitantes, lugares que adiante se enumeram.

As técnicas vivas de observação directa que visam indivíduos e colectividades ou grupos, com base no questionário, dividem-se em intensiva e extensiva. A primeira incide nos indivíduos e a segunda sobre nos grupos (Deshaies, pp. 296). Os inquéritos aplicados aos turistas, nos centros históricos pertencem à classe das extensivas, por incidirem sobre grupos, enquanto as entrevistas efectuadas aos representantes da oferta, à categoria das intensivas, por envolverem indivíduos.

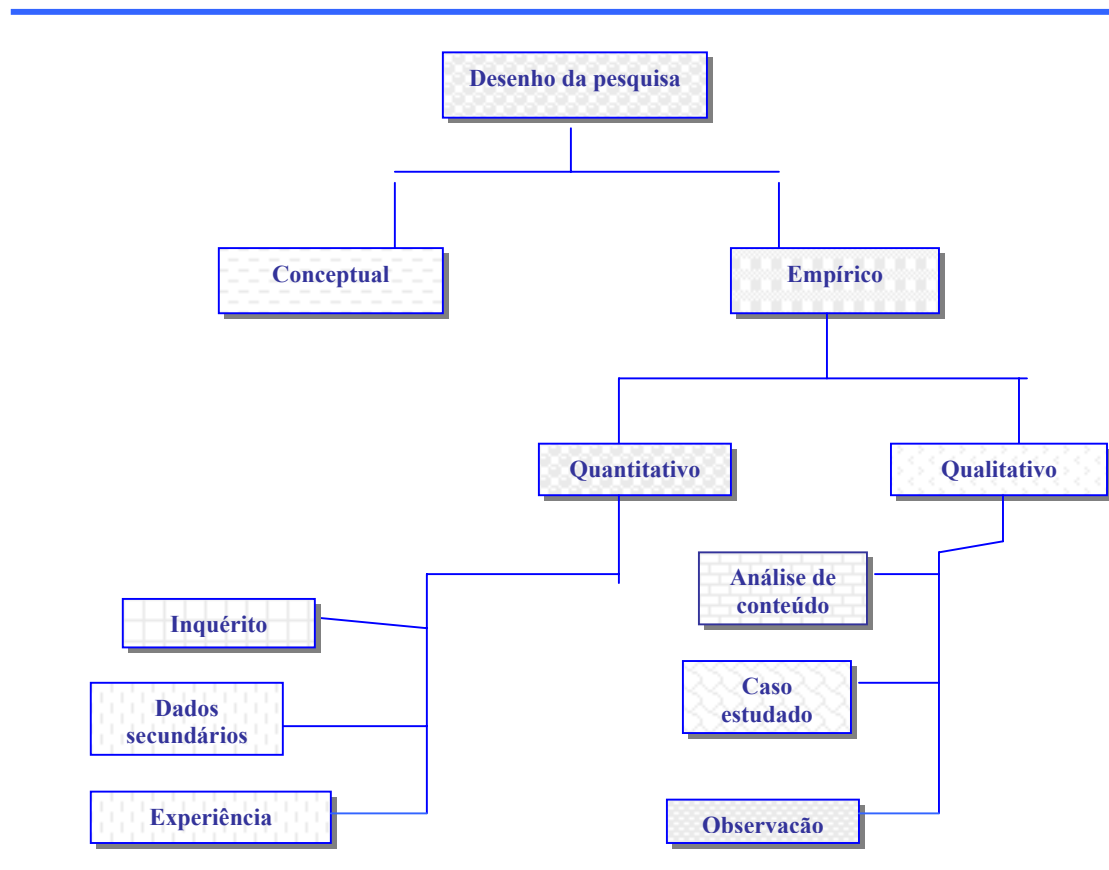
A observação indirecta baseia-se nas técnicas de observação que se dedicam ao estudo dos indivíduos, dos comportamentos e dos grupos, no passado, noutros locais, hoje e ontem, ou, de forma mais geral, a todos os dados existentes, como testemunhos escritos, figurados e registados. As técnicas documentais contribuíram para esta pesquisa, quer na sua vertente histórica, com o objectivo de reconstituir o passado dos centros históricos e do turismo, quer como instrumento de análise e crítica das fontes e dos dados existentes de carácter económico, social, cultural e turístico, quer ainda como suporte de toda a análise secundária a qual proporcionou a construção do modelo teórico.

5 - Metodologia da Investigação

A técnica do caso estudado acompanhou a investigação desde o seu início porque apenas nos foi possível reunir condições para escolher um centro histórico do conjunto das cidades portuguesas porque se desejava avaliar a complexidade e a interacção entre o contexto local e o problema da pesquisa (Stake, 1995, pp.xi).

A escolha das técnicas de recolha de dados demonstrou a necessidade de utilizar tanto as conotadas com os desenhos qualitativos, como com os quantitativos, situação que se mostra, de forma esquemática, no quadro 5.5, em que se especifica a tipologia escolhida para esta investigação, com o apoio de Elsworth, Yoon e Bai.

Quadro 5.5 - Métodos e técnicas utilizadas na pesquisa



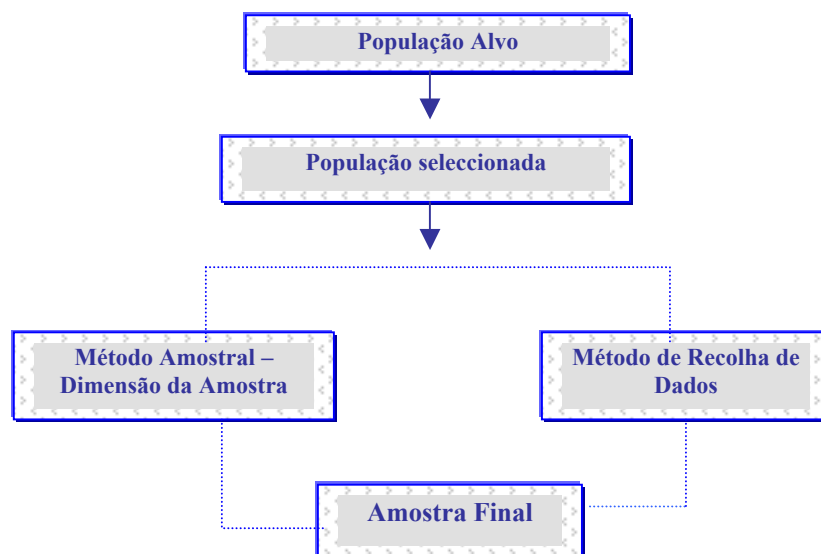
Fonte: Elsworth, Yoon e Bai., 1999, pp. 167

5.6 - Plano de Amostragem

“Depois de identificados os dados que deverão ser recolhidos e o instrumento a utilizar para essa colecta o passo seguinte consiste em definir um plano de amostragem adequado ao tipo de dados e ao instrumento de análise” (ver quadro 5.6). O plano de amostragem não é mais do que a

especificação dos métodos que irão ser utilizados, e abrange as etapas que se mencionam no quadro 5.6 (Viegas, 1999, pp. 39).

Quadro 5.6 – Plano de Amostragem



Fonte. Viegas, 1999, pp. 39

5.6.1 - Base da Amostragem – Determinação da população alvo

A tarefa a que se dedicou a atenção, após a definição dos métodos e das técnicas de investigação, foi a amostragem, operação que consiste em retirar um certo número de elementos representativos, de um conjunto maior que se pretende observar. A amostragem deve ser utilizada no caso de variáveis que envolvem a opinião de segmentos específicos de indivíduos, pertencentes a um determinado universo, podendo ser os dados obtidos através de critérios estatísticos ou de forma intencional, sem que isso comprometa a sua veracidade (Albanello, 1997, pp. 58). A base da amostragem é por isso constituída por “conjunto de elementos do qual se vai seleccionar a amostra e, que, no plano ideal, deveria coincidir com a população “ mas que na realidade não é, em muitos casos possível concretizar. De facto “a maioria das vezes, as bases de amostragem não coincidem com a população inicialmente especificada (população alvo), havendo a necessidade de definir qual a população a inquirir (não coincidente com a população alvo) da qual se retira a amostra” (Viegas, 1999, pp. 38).

A primeira etapa, para tornar as nossas hipóteses operacionais, tinha que passar, necessariamente, pela escolha da região turística e da cidade objecto do estudo. A hipótese que testa a relação entre a procura e a oferta, relembra-se, afirma o seguinte:

Existe uma relação de apoio mútuo, entre a regeneração dos centros históricos e rejuvenescimento do produto sol e praia, mediada pela “nova classe média” local e pelos “novos turistas”.

Para responder aos imperativos do problema a região devia possuir uma oferta de sol e praia, em fase de maturidade, a exigir requalificação. A cidade, por seu lado, necessitava estar envolvida num processo de regeneração urbana e obedecer a uma série de critérios, inventariados no quadro 5.9, que lhe conferissem vantagens, em termos de uma produção cultural de modo a ser mediada pela “nova classe média” e pelos “novos turistas”.

Numa primeira fase, para seleccionar a região e as cidades objecto de estudo, utilizaram-se amostras progressivamente circunscritas, escolhidas de forma intencional, as quais nos consentiam, a partir de um universo mais ou menos lato, delimitar uma população, cada vez mais precisa (Albarello, pp. 59). As cinco regiões promocionais portuguesas constituíram o universo a partir do qual se seleccionou o indivíduo (região promocional) que seria objecto de estudo. De acordo com a pergunta de partida essa região deveria ter iniciado o seu desenvolvimento com base no produto sol e praia, na década de 60, e, actualmente, encontrar-se numa fase de maturidade, a necessitar de estratégias de rejuvenescimento. Com base nesses elementos foram estabelecidos os seguintes critérios, para a sua selecção os quais resultam da revisão da literatura e foram reunidos nos pontos 1.5 e 2.5 da componente teórica (ver quadros 5.7 e 5.8).

Quadro 5.7 – Critério de selecção da região em que devia incidir a investigação

A 0 - Área promocional turística.

A 1 - Área com oferta de alojamento em zona balnear.

A 2 - Área balnear, que registou crescimento acentuado nos anos 60, devido à procura de Sol e Praia.

A 3 - Área balnear cujo produto turístico se encontra em fase de maturidade.

A 4 - Área que necessita de requalificação turística, devido aos excessos de procura.

A 5 - Área com receitas elevadas provenientes do turismo, em todas as categorias de estabelecimentos hoteleiros, por área promocional (Unidade 10⁶ Escudos).

A 6 - Área que preenche os critérios - Área Seleccionada

Quadro 5.8 - Quadro Comparativo da aplicação dos critérios às regiões promocionais

Área Promocional	A 1	A 2	A 3	A 4	A5	Posição	A6
Costa Verde	S	N	N	N	26062,3	4º	
Costa Prata	S	N	N	N	14647,6	5º	
Costa Lisboa	S	N	S	S	76557,0	2º	
Montanhas	N	N	N	N	8029,8	6º	
Planícies	S	N	N	N	7899,5	7º	
Algarve	S	S	S	S	71583,3	1º	Algarve
Açores	S	N	N	N	4407,3	8º	
Madeira	S	N	N	N	32709,2	2º	

A 1 Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região do Algarve, AMAL, Faro, 1999 pp. 40, *A2* e *A3* Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região do Algarve, AMAL, Faro, 1999; *A 5* Estatísticas do Turismo, Região Algarve, 1998, INE, Faro, 2000

Área que reúne todos os critérios estabelecidos:



Para escolher as cidades, voltou-se de novo às questões de partida. Convencionou-se então ***que o seu universo abrangia todas as cidades algarvias sede de concelho, num total de dezasseis, pelo seu peso demográfico económico, social e cultural na região. A base da amostra foi progressivamente circunscrita*** enquanto os critérios de escolha, ***foram estabelecidos de forma intencional***, com base nas hipóteses colocadas. Os centros históricos dessas cidades deveriam reunir uma serie de condições, fundamentadas a partir da revisão da literatura (pelo que se indica o número dos capítulos teóricos a que se referem, à frente de cada critério), que as tornassem apetecíveis para os turistas pertencentes à nova classe média cultural elementos de selecção que se arrolam no quadro 5.9

Quadro 5.9 – Critério de selecção da cidade em que devia incidir a investigação

C 0 – Cidades sede de concelho, pelo peso demográfico económico, social e cultural na região (capítulo 4).

C 1 - Cidades do litoral, por evitar longas viagens, que podiam ter um efeito de dissuasão na tomada de decisão de a visitar (ponto 2.5.).

C 2 – Cidades com reduzida ou média pressão turística sazonal, para permitir a dispersão dos visitantes, para fora da zona litoral balnear, sem exceder a capacidade de carga da urbe (ponto 3.7).

C 3 - Cidades com densidade populacional média ou elevada, (em termos regionais), onde, de acordo com a literatura, se concentram, com maior facilidade actividades culturais (ponto 2.4).

C 4 - Cidades cujo centro histórico possua património importante, em termos regionais, contabilizados através do número de edifícios com essa classificação, porque têm maior capacidade de cativar visitantes (ponto 3.4 e 3.5).

C 5 - Cidades que realizam obras de regeneração do centro histórico (pontos 3.2 e 3.5).

C 6 - Cidades cujo centro histórico revele aptidão para a prática do turismo cultural (pontos 3.5, 3.6).

C 7 - Cidades que concentrem actividades da área dos serviços, porque os turistas também usam muitos desses serviços (pontos 2.5 e 3.5).

C 8 – Cidades com investimentos municipais significativos na área do património cultural (Capítulos 3.4, 3.5).

C 9 – Concelho com elevado capital cultural, a nível regional, expressa em termos de formação superior. (Média nacional:2,9 %; média regional: 2,0%), porque, de acordo com a literatura, quanto maior for o capital cultural maior as hipóteses de que os índices de produção e consumo cultural sejam elevados (pontos 2.3 e 3.6).

C 10 – Cidades com equipamentos culturais como bibliotecas, museus, centro de cultura, sala de espectáculos, cinema, imprensa periódica, grandes campos desportivos, pequenos campos desportivos, campos de ténis, pista de atletismo, salas de desporto e piscinas (pontos 3.4 e 3.5).

C 11 - Cidades que registem maior procura por parte de turistas e/ ou excursionistas, expressa no somatório do visitas dos turistas aos Postos de Turismo, nos meses de Julho Agosto e Setembro de 1999.

C12 -.Cidades que reúnem os critérios.

Quadro 5.10 - Quadro Comparativo da aplicação dos critérios às sedes de concelho

C 0	C1	C2	C3	C 4	C 5	C6	C 7	C 8 Nuts	Posição	C9 %	C10	C11	Posição	C 12
Albufeira	S	N	N	S (3)	S	N	S	2329	10°	1.7	9/13	28510	2°	
Alcoutim	N	S	N	S (1)	N	N	N	16804	6°	0.5	5/13	4339	13°	
Aljezur	N	S	N	S (1)	S	N	N	44	11°	1.3	8/13	11441	8°	
Castro Marim	N	S	N	S (3)	N	N				0.6	9/13	1733	15°	
Faro	S	S	S	S (95)	S	S	S	54207	1°	4.1	12/13	32092	1°	S
Lagoa	N	N	N	N	N	N	S	3780	9°	1.5	9/13	15533	5°	
Lagos	S	N	S	S (18)	S	S	S	24041	5°	2.6	10/13	14601	7°	S
Loulé	N	N	S	S (6)	S	N	N	53939	2°	1.8	13/13	14869	6°	
Monchique	N	S	N	S (2)	N	N	N			0.8	6/13	4191	14°	
Olhão	S	S	N	N	S	S	N	21807	6°	1.3	12/13	9977	9°	
Portimão	S	N	S	S (5)	N	N	N	30013	4°	2.6	10/13	8379	11°	
S Brás de Alportel	N	S	N	S (1)	N	N	N	4814	8°	1.3	10/13	1281	16°	
Silves	N	S	S	S (14)	S	S	N	33712	3°	1.2	13/13	8407	10°	
Tavira	S	S	S	S (26)	S	S	N	13139	7°	1.6	12/13	26035	3°	S
V do Bispo Sagres	N	N	N	S (1)	N	N	N	—	—	1.2	5/13	7744	12°	
Vila Real de Stº António	S	S	S	S (3). 4+3	S	S	N	—	—	1.4	11/13	23934	4°	

Fontes: C 2 e C 3, Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região do Algarve 2000-2006 – AMAL; Faro, 1999; C 4, Fonte: DGEMN, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; <http://www.monumentos.pt> C 5, Fonte: Albufeira, (Polis), Aljezur (Inf. IPPAR), Estratégia de Desenvolvimento para a Região Algarve 2000 – 2006, CCRA e Programa Pólis; C 6, Fonte: Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região do Algarve 2000-2006 – AMAL Faro, 1999, pp. 26; Anuário Estatístico. Região Algarve, (2000) INE, Faro; C 9 e C 10, O número máximo de equipamentos encontrados é de treze, Os Municípios do Algarve, INE, Évora, 1998, pp. 139; C11, Mapa do Movimento mensal de turistas Ano 1999, Região de turismo, RTA, s.d., s.l. Doc.

Cidades que cumprem maior número dos critérios estabelecidos:



Temos consciência que, se os critérios estabelecidos fossem outros, quer para a selecção da área, quer das cidades, os resultados também seriam, necessariamente, diferentes. No entanto, houve a preocupação, desde início, de responder ao problema da pesquisa, por uma lado, e delinear as normas de escolha, com fundamento na revisão da literatura, por outro (ver quadro 5.10).

Dado o carácter desta investigação e os recursos disponíveis da investigadora, decidiu-se que a pesquisa empírica seria restringida a Faro, cidade que, de acordo com os critérios estabelecidos, ocupa primeiro lugar.

5.6.2 - Teoria da psicologia urbana e técnicas de aferição do modelo empírico

A nossa pesquisa envolve conceitos que derivam da teoria da psicologia urbana, ensinamentos que se revelaram de grande importância tanto na construção do modelo teórico como na aferição do modelo empírico, razão pela qual se passa a desenvolver uma reflexão sobre essa área de saber.

Os estudos na área da psicologia do ambiente foram iniciados nos Estados Unidos por Harold Porshanky e William Ittelson, na década de 50. As pesquisas mais importantes que realizaram foram sintetizadas num livro denominado “Some Factors Influencing the Design and Function of Psychiatric Facilities”, de 1960, o qual diligenciava explicar as ligações entre o comportamento dos pacientes de um hospital psiquiátrico e as formas espaciais arquitectónicas. Foi o próprio Ittelson que criou o termo psicologia ambiental, numa comunicação sobre “Psicologia Ambiental e Planeamento Arquitectónico”, realizada em 1964. Este tipo de investigação foi desenvolvido ao longo de toda a década, nos Estados Unidos e na Europa, alargando-se a outros domínios da relação entre arquitectura e psicologia. Os estudos sobre a percepção do ambiente urbano, desenvolvidos na área da psicologia, têm por objectivo avaliar os ambientes existentes, estabelecer estudar e implementar as alternativas e, avaliar de novo essas opções (Zube, 1992, pp. VII-IX).

No Masssachuetts Institute of Technology (MIT), o urbanista Kelvin Lynch, já referido nesta pesquisa (ver ponto 2.3), desempenhou um papel determinante no desenvolvimento destas colaborações, entre psicologia do ambiente e urbanismo, com a realização do estudo denominado “The Image of the City”, publicado em 1960. O investigador defendia, com base numa pesquisa empírica, aplicada a Boston, Jersey City e Los Angeles, que o planeamento urbano devia ser feito com base na imagem que a cidade imprime nas mentes dos habitantes e dos utilizadores e que resulta da sua experiência e do desenho urbano.

Desta perspectiva partiram outros académicos como Donald Appleyard e John Meyer. Um dos estudos pioneiros, realizados nesta área, denominado “The Street Livability Study” iniciado em 1969, da autoria de Appleyard (Apleyard, 1976, in Zube, p,p, 72), constituiu um dos contributos mais interessantes sobre a importância das atitudes de satisfação ou insatisfação dos residentes para com as ruas da sua cidade. Na verdade, a avaliação do que existe nas nossas cidades e a tentativa de encontrar futuros alternativos, remete-nos sempre para a identificação dos utilizadores e para a necessidade de conhecer as suas necessidades (Zube, 1992, pp.101). Este quadro de pesquisa tem sido aplicado nos centros de visitantes, nos Parques Nacionais dos Estados Unidos (Zube, Crystal e Palmer, 1976; Zube, Palmer e Crystal, 1977 in Zube, 1992, pp.107).

Nos anos mais recentes, o termo lugar tem vindo a ser utilizado com uma maior frequência, na área dos estudos psicológicos, embora nem sempre com o mesmo significado. Em alguns casos ele aparece como sinónimo de cenário, como acontece com Barker (Barker, pp. 45-53 in Bonnes e Secchiarolli, 1995, pp. 162). Noutros casos a intenção é encontrar uma teoria do lugar, como acontece com Canter. (Canter 1977,1986; Russel e Ward, 1982; Proshansky, 1983, Altman, 1986 in Bonnes e Secchiarolli, 1995, pp. 4). A progressiva importância dada pela psicologia à construção do lugar veio preencher um espaço que era, inicialmente, ocupado por outras áreas disciplinares, como a arquitectura, e a geografia, que, do ponto de vista conceptual se tinham apoiado na escola filosófica fenomenológica clássica de Husserl, (Husserl, 1970) ou na existencial de Merleau Ponty (Merleau Ponty, 1945), ou de Schutz. (Schutz 1962 1996).

O conceito de lugar, definido por Seamon, inclui não apenas um sítio geográfico, mas também o seu carácter essencial, que o torna diferente de outros (Seamon, 1982, pp.130). Norberg-Schulz, por sua vez, afirma, na pegada de *Rossi*, que existe um *genius loci*, ou seja, um espírito do local (ver ponto 2.1).

Partindo de Lynch, e do seu conceito de imaginabilidade, Stokols, no seu livro, "Social imageability, place dependence and social representations of place", de 1981, propõe a expressão imaginabilidade social, que se define como a capacidade de evocar significados sociais colectivos, entre os moradores e os utilizadores de um local. (Bonnes e Secchiarolli, 1995, pp.174). Ford, por exemplo, avaliou o papel da preservação histórica, como uma forma de manter o sentido do local, no processo de alteração do carácter social das cidades e vilas dos Estados Unidos (Ford, 1979, in Golledge e Stimson, 1997, pp. 396).

Datel e Dingermans, por seu turno, concluíram, num estudo comparativo realizado em Filadelfia, Washington, São Francisco e Londres e Paris, que certas qualidades do local como edificação à escala humana, textura antiga, arquitectura harmoniosa, paisagem madura, associações românticas e aspecto tradicional são predicados repetidamente atribuídos a locais dignos de ser preservados, por motivos históricos. Estes autores afirmam que a "noção de espírito do local se refere a um grupo de símbolos complexos e uma qualidade que uma pessoa ou um grupo associa, (consciente ou inconscientemente), com um local particular ou região" (Datel e Digermanns, 1984, pp. 35 in Golledge e Stimson, 1997, pp.399).

Por outro lado, o comportamento dos seres humanos manifesta-se num determinado tempo e espaço. Cada indivíduo para interagir, no plano social, exige um certo espaço uma compreensão do significado social, da distância interpessoal e dos processos cognitivos necessários, para representar o ambiente natural e o construído. No que concerne o turismo, os estudos de psicologia do ambiente, têm abrangido a imagem dos lugares, que, como assinala Ross, é, basicamente "uma representação mental de um objecto, pessoa, local ou acontecimento que não

está, sob o ponto de vista físico, à frente do indivíduo”. Riley e Palmer estudaram a imagem das estâncias balneares (Riley e Palmer in Pearce, 1993, pp. 876). Ross salienta ainda as pesquisas na “área dos mapas cognitivos, como um tipo particular de imagem utilizada para entender o meio envolvente” (Ross, 1998, pp. 54).

Pearce, ao desenvolver e aplicar os mapas cognitivos, relacionados com a necessidade de orientar os visitantes em locais turísticos, de modo a evitar situações de ansiedade, como as relatadas por Winkel, em 1976, no seu estudo sobre as visitas a museus, em que os turistas acabaram por não conseguir percorrer as zonas que consideravam mais importantes (Pearce, 1993, pp. 74).

Uma terceira ilustração do potencial do conceito de psicologia cognitiva, no campo do turismo, tem a ver com a distinção entre experiências com e sem significado, (assumindo que uma experiência com significado é um processo activo de informação no qual o indivíduo está completamente engajado em criar categorias e desenhar distinções), ocorridas em visitas a museus, e centros de visitantes, que têm vindo a ser desenvolvidos por Pearce e Moscardo.

Uma outra área menos explorada da psicologia do turismo tem a ver com a forma como os turistas gastam o seu tempo – os denominados orçamentos temporais (“tourists’ time budgets”), a que se associa, por vezes, os mapas cognitivos. A análise dos orçamentos espaço temporais tem vindo a ser utilizada como instrumento para compreender os seus modelos de comportamento, partindo do princípio que cada turista tem um limite temporal para visitar a cidade a pé e um mapa mental construído com base nos seus monumentos mais marcantes. (Murphy e Rosenburg, 1974, Gaviria e outros, 1975; Cooper, 1980, Pearce, 1981, 1986, 1988, 1999; Jansen Verbeke, 1994). Desta forma pode ser afirmado que existem várias zonas (acomodação, lugares históricos, entretenimento) em que diversos serviços e atracções visitadas pelos turistas se dispõem de forma linear ou em “clusters” as quais podem ser estudadas e analisadas em pormenor (Chauzaud, 1994; Judd, 1995, van der Berg, van der Borg, van der Meer, 1995) constituindo importantes instrumentos de planeamento do turismo nas cidades, especialmente quando se atinge o limite da capacidade de carga ou se quer definir uma política de gestão de fluxos.

A psicologia do ambiente, nomeadamente do construído, teve, pelas razões evocadas bastante importância na construção dos instrumentos de aferição empírica, visto que, um dos objectivos a atingir era uma avaliação, por parte de turistas e visitantes, do ambiente físico urbano e do carácter das áreas históricas, das formas de acolhimento e interpretação, da qualidade da experiência vivida e do tempo despendido. Alguns desses fins, como a avaliação do ambiente físico urbano e do carácter das áreas históricas, das formas de acolhimento e interpretação, eram extensivos, igualmente às entidades que têm poder de decisão quanto à construção de um produto turístico para os centros históricos.

A presente pesquisa, no que concerne a avaliação do ambiente construído, parte também de Rossi, Cullen, Lynch, Gunn e de outros autores evocados nos capítulos 2.3 e 3.4, embora assente, sobretudo nos estudos realizados nos bairros culturais, por Montgomery (ponto 3.6).

Os conceitos de mapa cognitivo, de experiência com e sem significado, de orçamento temporal, de formação de “clusters” de serviços e atracções foram fundamentais para a elaboração do quadro teórico e da preparação dos instrumentos de aferição do quadro empírico, nomeadamente o questionário aplicado aos turistas.

5.6.3 - Construção da base da amostra do inquérito efectuado junto das instituições, empresas e associações profissionais, patrimoniais e representativas da comunidade da cidade

Seleccção da população

Uma vez escolhida a cidade havia que voltar à hipótese referente à oferta, aos objectivos, gerais e específicos, para escolher as técnicas de investigação e seleccionar os tipos de amostra a aplicar, no estudo empírico. A hipótese colocada, após a selecção da região e na cidade, é a seguinte:

Os responsáveis pelas instituições, empresas e associações, com interesses quer na regeneração do centro histórico de Faro quer no rejuvenescimento do produto turístico sol e praia no Algarve, reconhecem que estes fenómenos se podem apoiar mutuamente e manifestam interesse na participação num projecto que possa satisfazer tanto a “nova classe média” local, como os “novos turistas”.

O inquérito foi concebido com base **numa amostra estratificada ponderada**, que também é denominada de amostra por quotas, a qual implica um conhecimento aprofundado da população alvo, embora, no presente caso, dada as reduzidas dimensões do universo, se tivesse tomado a decisão de incluir a sua totalidade. (Albanello, 1997, pp.59). De qualquer forma, o raciocínio desenvolvido para seleccionar, dentro desse universo, os indivíduos mais representativos, no contexto da pesquisa, procedeu-se como se de uma amostra estratificada ponderada, se tratasse.

A primeira decisão tomada consistiu aplicar o questionário apenas aos responsáveis máximos das instituições, empresas e associações seleccionadas, que se considerou serem representativas da comunidade, no âmbito específico da nossa investigação. Foram também incluídos os representantes da instituição universitária, quer porque possuem conhecimentos especializados, em áreas de saber necessárias à criação de uma oferta turística para o centro histórico, quer porque detêm um peso decisivo na evolução da cidade, em termos de produção cultural e turística, não apenas através da formação de futuros profissionais mas também da investigação de desenvolvem, pesquisa que pode e deve estar ao serviço do desenvolvimento da urbe. Por esse

5 - Metodologia da Investigação

motivo incluiu-se no estudo que se dirigia às empresas, instituições e associações da cidade os directores dos cursos superiores de Turismo, Design, Economia, Arquitectura Paisagista e Gestão do Património Cultural e dos mestrados em Marketing, em Património Cultural, e em Turismo. A opção tomada também pode ser designada por **escolha de peritos**, na medida em que, os seleccionados são representantes de empresas, instituições e associações, desempenham cargos que exigem conhecimento específico dos temas propostos e possuem poder de decisão.

Os inquéritos contêm algumas perguntas abertas, que facilitam a percepção das diferenças em relação aos temas propostos de acordo dinâmicas próprias de cada instituição, ou o carácter do gestor inquirido, das instituições, empresas ou associações que acederam responder e um núcleo duro, de estruturadas e pré-formatadas, que permitem a comparação.

Uma vez definido o estrato, havia que separar instituições, empresas e associações, em grupos interessados no processo de regeneração do centro histórico e no desenvolvimento do turismo de modo a facilitar a comparação entre grupos e detectar as suas diferenças relativas. Esta divisão, em grupos temáticos, que introduz um elemento de ponderação, aproxima-se do que é definido como amostra estruturada, frequentemente seleccionada, pelos investigadores, na área do lazer e na do turismo, nos processos planeamento e de definição de políticas, na medida em que todos os indivíduos escolhidos possuem, para além de uma posição dominante na hierarquia, nas empresas, instituições e associações, mantêm alguma outra forma de ligação específica que os envolve no desenvolvimento da cidade (Finn, Elliott-White e Watton, 2000, pp.115 e 119). Para o caso em estudo foi escolhida a divisão que se mostra, de modo global, no quadro 5.11 e de forma mais detalhada, para cada conjunto, nos quadros 5.11 A a E.

Quadro 5.11 - Instituições Públicas e Privadas Seleccionada

A	<i>Instituições públicas e privadas, empresas e associações interessadas na reabilitação do centro histórico.</i>
B	<i>Instituições públicas e privadas, empresas e associações com interesses na revitalização económica do centro histórico.</i>
C	<i>Instituições públicas e privadas, empresas e associações com interesses na regeneração cultural do centro histórico.</i>
D	<i>Associações e fundações, de carácter voluntário, com interesses nos centros históricos.</i>
E	<i>Instituições públicas e privadas e empresas com interesses no turismo.</i>

Quadro 5.11 A - Instituições públicas e privadas, empresas e associações interessadas na reabilitação do centro histórico

<i>Câmara Municipal - Vereador do Planeamento Urbano de Faro.</i>
<i>Gabinete de Gestão e Reabilitação do Património de Faro.</i>
<i>AMAL – Associação dos Municípios do Algarve.</i>
<i>Responsável pelo Património Religioso do Algarve.</i>
<i>Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (D Regional do Algarve).</i>
<i>Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (Secção Regional Sul).</i>
<i>Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Algarve.</i>
<i>Ordem dos Arquitectos – Direcção Regional do Sul.</i>
<i>Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas (Delegação de Faro).</i>
<i>FAARON, Associação de Defesa do Património de Faro.</i>
<i>CIVIS Associação para Aprofundamento da Cidadania.</i>
<i>Director do Curso de Arquitectura Paisagística (Universidade do Algarve).</i>
<i>Director do Curso de Licenciatura em Património Cultural (Universidade do Algarve).</i>
<i>Coordenador do Mestrado em Património Cultural (Universidade do Algarve).</i>

Quadro 5.11 B - Instituições públicas e privadas, empresas e associações com interesses na revitalização económica do centro histórico

<i>CCRA - Comissão Coordenadora da Região Algarve.</i>
<i>DRME - Direcção Regional do Ministério da Economia.</i>
<i>ACRAL - Associação dos Comerciantes da Região Algarve.</i>
<i>ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários.</i>
<i>CEAL – Confederação dos Empresários do Algarve.</i>
<i>NERA – Associação Empresarial da Região Algarve.</i>
<i>AMBIFARO – Agência para o Desenvolvimento Económico de Faro.</i>
<i>IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas.</i>
<i>IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional.</i>
<i>AQP - Associação Portuguesa da Qualidade (Delegação de Faro).</i>
<i>Galeria de Arte Trem.</i>
<i>Director do Curso de Economia (Universidade do Algarve).</i>
<i>Coordenador do Mestrado em Marketing (Universidade do Algarve).</i>

Quadro 5.11 C - Instituições públicas e privadas, empresas e associações com interesses na regeneração cultural do centro histórico

<i>DRSEC Direcção Regional da Secretaria de Estado da Cultura.</i>
<i>Câmara Municipal - Vereador da Cultura de Faro.</i>
<i>Conservatório Regional do Algarve.</i>
<i>Fundação Pedro Ruivo.</i>
<i>ACTA - Companhia de Teatro do Algarve.</i>
<i>Museu Etnográfico Regional.</i>
<i>Centro de Ciência Viva de Faro.</i>
<i>Museu Marítimo Almirante Ramalho Ortigão.</i>
<i>Museu Arqueológico.</i>
<i>DEVIR Actividades Culturais.</i>
<i>Grupo Teatro Lethes.</i>
<i>Grupo Coral Ossónoba.</i>

<i>SIN CERA Grupo de Teatro da Universidade do Algarve.</i>
<i>Coordenador do Curso de Design.</i>

Quadro 5.11 D - Associações e fundações, de carácter voluntário, com interesses nos centros históricos

<i>Associação Cultural Música XXI.</i>
<i>Associação Filarmónica de Faro.</i>
<i>Associação dos Artesãos do Algarve.</i>
<i>Associação Académica do Algarve.</i>
<i>Fundação da Juventude.</i>
<i>Instituto Português da Juventude.</i>
<i>ARCA, Associação Recreativa e Cultural do Algarve.</i>
<i>Os Artistas – Sociedade Recreativa Artística Fareense.</i>
<i>Cine Clube de Faro.</i>
<i>Clube Fareense.</i>
<i>Casa da Cultura da Juventude de Faro.</i>
<i>Direcção Regional de Educação do Algarve.</i>

Quadro 5.11 E - Instituições públicas e privadas e empresas com interesses no turismo

<i>RTA - Região de Turismo do Algarve.</i>
<i>AHETA – Associação de Hotéis e Empreendimentos do Algarve.</i>
<i>AHISA – Associação da Indústria Hoteleira.</i>
<i>APAVT – Associação Portuguesa das Agências de Viagem e Turismo.</i>
<i>EVA – Empresa de Viação do Algarve.</i>
<i>Agências de Viagem – Circuitos e Itinerários Turísticos.</i>
<i>Megatours,</i>
<i>Algarve Tours,</i>
<i>Miltours</i>
<i>Coordenador do Curso de Turismo ESGHT.</i>
<i>Director da Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve.</i>
<i>Coordenador do Curso de Mestrado em Turismo.</i>
<i>Observatório do Turismo.</i>
<i>Associação dos Técnicos de Turismo.</i>
<i>AHP Júnior.</i>
<i>Sindicato dos Profissionais de Informação Turística, Tradutores e Profissões Similares.</i>
<i>Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Algarve.</i>

5.6.4 - Construção da base da amostra dos turistas que visitaram o centro histórico de Faro

Seleccção da população

Uma vez escolhida a região havia que voltar à hipótese referente à procura dos centros históricos e aos objectivos, gerais e específicos, para escolher as técnicas de investigação a seleccionar, os

tipos de amostra a aplicar, no estudo empírico. A hipótese colocada, após a selecção da região e na cidade, era a seguinte:

Os turistas que visitam o centro histórico de Faro, nos meses de Julho, Agosto e Setembro, revelam um perfil demográfico, social e de preferências culturais, que permite associar a diversificação do produto sol e praia algarvio, com a regeneração do centro histórico de Faro.

Para esta fase da pesquisa, foi elaborado um inquérito de rua (*“street survey”*), **a aplicar aos visitantes em que se deseja determinar quem são, o que buscam, como foram sensibilizados para a visita, a sua percepção sobre o ambiente do centro histórico, o seu modelo de centro histórico mais adequado às suas práticas culturais, os aspectos positivos e os negativos da visita** (ver quadro 5.12).

Quadro 5.12 - Tipos de questionários

Tipo	Preenchido pelo entrevistado ou pelo entrevistador	Custo	Amostra	Possível dimensão do questionário	Percentagem de respostas
<i>Família.</i>	<i>Quer por um quer por outro.</i>	<i>Elevado.</i>	<i>Toda a população.</i>	<i>Longo.</i>	<i>Elevado.</i>
<i>Rua.</i>	<i>Entrevistador.</i>	<i>Médio.</i>	<i>A maioria da população.</i>	<i>Pequeno.</i>	<i>Médio.</i>
<i>Telefone.</i>	<i>Entrevistador.</i>	<i>Médio.</i>	<i>Pessoas com telefone.</i>	<i>Pequeno.</i>	<i>Elevada.</i>
<i>Correio.</i>	<i>Entrevistado.</i>	<i>Baixo.</i>	<i>Geral ou especial.</i>	<i>Variável.</i>	<i>Baixa.</i>
<i>No local.</i>	<i>Quer por quer por outro.</i>	<i>Médio.</i>	<i>Apenas os utilizadores.</i>	<i>Médio.</i>	<i>Elevada.</i>
<i>Cativo.</i>	<i>Entrevistado.</i>	<i>Baixo.</i>	<i>Apenas o grupo.</i>	<i>Médio.</i>	<i>Elevada.</i>

Fonte: Veal, 1997, pp. 149

Nos questionários aplicados às instituições, empresas e associações, que operam do lado da oferta é sempre possível construir uma amostra probabilística, visto que a população alvo pode ser, de uma maneira geral, conhecida. Já no que concerne os visitantes o desconhecimento do quadro em que se baseia a amostra exige a construção de uma do tipo não probabilístico, a qual apresenta um grau de dificuldade muito maior, em função da própria falta de consenso entre os metodólogos. Na área do saber do turismo, por exemplo, enquanto Finn, Elliot-White e Watton defendem a utilização deste tipo de amostras, apenas em último caso, porque dificultam aplicação dos resultados da pesquisa, num contexto populacional mais abrangente (Finn, Elliot-White e Watton, 2000, pp. 116), Veal afirma que a dimensão da amostra não tem que ser retirada a partir da dimensão real da população. O que importa, explica é a dimensão absoluta da amostra, independentemente da dimensão da população (Veal, 1997, pp. 209). Volta-se a este tema mais adiante, quando se explicar as opções que foram tomadas, em relação à determinação do plano de amostragem.

5 - Metodologia da Investigação

As sondagens realizadas a utilizadores e turistas, que frequentam espectáculos, museus, equipamentos de lazer são realizadas no local, pelo que são relativamente frequentes. Este inquérito realizado no local pode ser executado de duas formas distintas. Se o local estiver bem delimitado, com zonas de acesso, bem definidas, podemos realizar, um inquérito de local ou de utilizador (“site ou user survey”). Quando não for esse o caso utiliza-se o denominado inquérito de rua (“street survey”). Eles conservam, porém, ligações bastante intimas, embora os inquéritos no local (“site survey”) sejam bem mais controlados, na medida em que os entrevistados tendem a identificar os entrevistadores como fazendo parte da equipa de gestão, a abordagem é, por regra, mais fácil, podendo mesmo seleccionar-se o período em que é mais conveniente aplicar o questionário, quando o cliente já passou pela experiência da visita e não está tão pressionado em termos de tempo.

O *“Tourism and Resarch Unit”*, de 1993, aconselhava esta metodologia, desde que sejam respeitadas algumas normas, sendo a mais importante a que obriga o entrevistador a abordar sistematicamente o próximo visitante, após ter terminado a entrevista feita ao anterior e verificado se estava correctamente preenchido. Este processo permite evitar o enviesamento da amostra, embora, não seja dada a todos os membros da população a mesma hipótese de serem escolhidos, pelo que a amostra não reflecte a população alvo da sondagem, mas antes a população da qual foi retirada, o que não é a mesma coisa. Estes investigadores acreditam que este sistema funciona melhor em locais com pontos de entrada e de saída, com pequenos fluxos constantes (Finn, Elliot-White e Watton, pp. 117).

Quadro 5.13 – Vantagens e Desvantagens do preenchimento do questionário ser feito pelo entrevistador ou pelo entrevistado

	Preenchido pelo entrevistador	Preenchido pelo entrevistado
Vantagens.	Maior acuidade. Elevadas percentagens de resposta. Integralmente preenchido e de forma completa. O design pode ser menos amigo do utilizador.	Mais barato. Mais rápido. Mais anónimo.
Desvantagens.	Custo elevado. Menos anónimo.	Não respostas. Respostas incompletas. Design mais cuidado.

Veal, 1997, pp. 149

As condições de pesquisa, nos locais turísticos ou nos equipamentos de lazer, varia de acordo com o tipo tamanho do local, a estação do ano, o dia da semana, a hora e as condições climáticas. Para assegurar que é representativa há que seguir outras regras, para além das entrevistas que se sucedem, de forma sistemática, referidas anteriormente, com o objectivo de evitar que alguns tipos de utilizadores sejam excluídos, regras essas que incluem a pesagem ou seja, uma divisão temporal e espacial da aplicação do inquérito, que permita a produção de uma

amostra com uma distribuição representativa dos utilizadores actuais (Veal, 1997, pp.214). Os questionários podem ser preenchidos pelos visitantes ou pelos entrevistadores. Estes últimos, embora sejam mais caros, apresentam grandes vantagens que se enumeram no quadro 5.13.

A sondagem realizada, tinha como objectivo principal, como se referiu, confirmar a existência de turistas com um perfil de nova classe média cultural, nos centros históricos. Tentou-se obter dados o mais exactos e completos possíveis, sem deixar, contudo, alguma liberdade de expressão aos visitantes, manifesta na decisão de optar pelo preenchimento do questionário ser feito pelo entrevistado, embora não se tivesse deixado de equacionar o risco de, com essa atitude contribuir para uma perda de validade dos dados recolhidos, caso fossem encontradas muitas não respostas.

Este tipo de questionário apresenta especificidade própria e aplica-se para obter dados sobre um tipo de actividade turística ou de lazer, para definir políticas de gestão e de planeamento, objectivos que perpassam a nossa pesquisa porque que são aplicados a um tipo de actividade, com características próprias (turismo cultural), num local (o centro histórico), para o qual é necessário definir políticas de planeamento e gestão.

Para obter os dados desejados quer através dos formulários para os turistas, quer dos inquéritos enviados à oferta, diligenciou-se no sentido de encontrar os níveis de medida mais adequados. Os dados estatísticos, “diferenciam-se por estarem definidos em diferentes níveis de medida e, portanto, por necessitarem de diferentes métodos estatísticos para os descreverem e analisarem” (Viegas, 1999, pp. 29).

Embora existam quatro níveis de medida em que os dados podem ser expressos - nominal, ordinal e intervalo ou rácio, só “os dados definidos por intervalo ou rácio são designados como métricos, dado que são quantitativos por natureza”. Os dados nominais e ordinais, os mais usados nesta pesquisa são qualitativos e, portanto, não métricos (Viegas, 1999, pp. 30).

A natureza qualitativa de uma grande parte dos dados que recolhemos obriga-nos a dedicar algumas linhas à teoria metodológica das atitudes

5.6.5 - Introdução à teoria metodológica sobre as atitudes

Os investigadores nunca chegaram a uma definição de atitude. Em 1935, Allport registou mais de 100 definições avançadas por diversos investigadores e concluiu que existe um consenso quanto ao facto de a atitude ser uma predisposição aprendida para reagir a um objecto ou classe de objectos, em termos favoráveis ou desfavoráveis, sublinhando a dimensão orientação mas

ignorando, contudo, outras possíveis como a intensidade, o radicalismo e a centralidade desses sentimentos e convicções (Peterson e Dutton, 1975 in Foody, 1996, pp. 175)

- 1. As atitudes referem-se a experiências subjectivas. Todos os autores se referem às atitudes como expressando o posicionamento de um indivíduo ou de um grupo, construído a partir da sua história e portanto, com carácter aprendido.**
- 2. As atitudes são sempre referidas a um objecto. Quando se fala de atitude de um indivíduo ou grupo social, refere-se imediatamente em relação a quê (...).**
- 3. As atitudes incluem sempre uma dimensão de avaliação. As diferenças teóricas acentuam mais ou menos a ligação à cognição ou ao comportamento.**

O desejo de captar os aspectos múltiplos da atitude conduziu alguns investigadores à criação de um esquema conceptual assente em três componentes (cognitiva, afectiva e de comportamento), cujas características se referem no quadro 5.14.

Quadro 5.14 - Componentes das atitudes

Componente da atitude	Características
<i>Cognitiva.</i>	<i>A componente cognitiva da atitude corresponde às crenças e ao conhecimento, em relação a determinado objecto, ou ainda à maneira como o objecto é percebido. Permite emitir opiniões e fazer julgamentos.</i>
<i>Afectiva.</i>	<i>A componente afectiva da atitude tem a ver com os sentimentos pessoais de agrado ou desagrado, perante um objecto particular.</i>
<i>De comportamento.</i>	<i>A componente de comportamento da atitude reflecte a acção desenvolvida, ou a intenção expressa em relação a um objecto.</i>

Fonte: Adaptado a partir de McDougal e Munro, 1994, pp. 116; Samara e Barros, 1997, pp.9

As três componentes da atitude devem relacionar-se de maneira consistente. As crenças ou as percepções acerca da atitude de um indivíduo para com um objecto, deve ser coerente com a sua avaliação, situação que implica um comportamento de acordo com outros elementos da estrutura da atitude, embora essa relação tenha vindo a ser objecto de discussão. Alguns investigadores questionam a utilidade da medição das atitudes (McDougal e Munro, 1994, pp. 116-117), embora uma parte substancial da pesquisa realizada até aos nossos dias, aponte no sentido da existência de uma relação entre as componentes cognitiva, afectiva e de comportamento (McDougal e Munro, 1994, pp. 116-117).

As atitudes caracterizam-se pela sua especificidade, centralidade e intensidade. A especificidade influencia a forma de abordagem e a quantificação, porque enquanto as mais gerais se baseiam em crenças, sentimentos e comportamentos muito difundidos, as segundas pertencem a um domínio mais restrito. A centralidade liga-se ao sistema de valores pessoais, cuja alteração depende das força das convicções, não sendo, por essa razão, passíveis de fácil alteração,

enquanto a intensidade é determinada pela componente afectiva, e, como a centralidade, quanto mais forte, mais difícil de mudar. (McDougal e Munro, 1994, pp. 117)

Tipos de escala para medir atitudes

As atitudes são medidas através de escalas, cada uma delas com as suas vantagens e desvantagens e que o investigador deve escolher com o máximo cuidado, para que sirvam os objectivos específicos da sua pesquisa. O quadro 5.15 refere algumas das escalas mais utilizadas e as suas características.

Quadro 5.15 - Tipos de escalas e suas características

Tipo de escala	Características
Itimizada	Pede-se aos inquiridos que escolham proposições mais importantes em relação e um tema. São muito simples porque são muito directas.
Hierarquizada	Pede-se aos inquiridos que ordenem, por preferência, uma série de proposições, relacionados com um tema. São muito simples, porque muito directas.
Bogadus	Esta escala de intensidade binária foi construída para medir a intensidade dos preconceitos sociais.
Thurstone	Também denominada de intervalo idêntico é utilizada para obter uma marca que identifique a posição da pessoa. Aplica-se em duas etapas, pelo que o que a torna dispendiosa e lenta na obtenção de resultados. A escala não é muito utilizada.
Lickert	Nesta técnica o indivíduo deve indicar a sua concordância ou a sua discordância com a preposição, utilizando um conjunto normalizado de respostas. Uma das vantagens é que permite quantificar as respostas e medir as atitudes, de forma simples e fácil de administrar.
Escala Semântica Diferencial	O método do diferencial semântico envolve a oferta de respostas aos pares, com 5 a 7 opções, que ligam conjuntos de adjectivos bipolares, os quais devem ser aplicados ao tema.

Fonte: Síntese própria a partir de McDougal e Munro, 1994, pp. 117; Ryan, 1995, 147-151; Foody, 1996, pp.170-177; Veal, 1997, pp.178

As escalas confrontam-nos sempre com a necessidade de encontrar a melhor maneira de conhecer a relevância dos temas abordados para o inquirido. O nosso estudo exigiu a utilização das escalas de hierarquização e de Likert, cuja distribuição pelos inquéritos aplicados se mostra no quadro 5.18.

Introdução de filtros

Foody, afirma ser “prática corrente denominar por filtros às perguntas ou partes de pergunta construídas com o objectivo de determinar a relevância do assunto proposto para os inquiridos”, indicando assim que é perfeitamente natural não responder. Os questionários têm recorrido a uma enorme quantidade de filtros, opções de resposta, como não sei, não me lembro, sem opinião, indeciso, não estou certo, neutro”. (Foody, 1996, pp. 114)

5 - Metodologia da Investigação

Conserve em 1976, (citado por Foody 1996, pp. 115), verificou que a inconsistência era inversamente proporcional ao nível de escolaridade, ao envolvimento no tema e à clareza e simplicidade das perguntas. Este conjunto de observações levou o autor a propor o termo não atitude, para referir as respostas que, do seu ponto de vista, eram puramente aleatórias, fornecidas pelos inquiridos apenas para satisfazer as solicitações da situação da entrevista. Smith chamou, por sua vez, a atenção para o facto de os inquiridos que mais utilizavam as não respostas evidenciavam, entre outras características, um menor índice de escolaridade, uma actividade profissional de baixo prestígio e baixos rendimentos, a pertença ao sexo feminino, uma idade avançada, e um baixo nível de participação (Smith 1984, in Foody, 1996, pp.119).

Foody defendia ser aceitável (Foody, 1996, pp. 116), por norma, que cerca de 20% dos inquiridos respondam de forma não substantiva, se o filtro for, explicitamente, fornecido, mas escolhem uma alternativa substantiva na ausência da opção não sei ou outra semelhante. Por outro lado muitos inquiridos optam por respostas não substantivas, quando lhes são explicitamente oferecidas, como forma de fugir à pergunta (Foody, 1996, pp. 119). Schuman e Presser demonstraram que entre 10 a 20% dos inquiridos fornecem respostas substantivas a perguntas sobre assuntos pouco claros, enquanto Bishop e outros (1980, 1986), provaram, através da pesquisa empírica, que idêntica percentagem fornece respostas substantivas relativamente a assuntos sobre os quais não é possível dispor de qualquer informação porque foram inventados pelo pesquisador. Andrew, por sua vez, reconheceu que a segunda característica mais importante de um questionário é o facto incluir opções como não sei ou não respondo. O efeito deste procedimento é claro e consistente, razão pela qual a ideia de deixar aos inquiridos optar por fugir quando não se sentem à vontade, por falta de informação conhece uma enorme adesão e têm efeitos na validade dos resultados (in Foody, 1996, pp. 125).

Utilizámos o filtro não sei – não respondo, nos inquéritos, de modo a avaliar a relevância das perguntas para os inquiridos e, simultaneamente, dar-lhes oportunidade de fugir à questão e de evitar, respostas aleatórias que contribuíssem para enviesar os resultados (ver quadro 5.16).

Tipos de Enviesamento de resultados

Os tipos de enviesamento de resultados incluem ainda os efeitos de ancoragem e os centrados no inquirido (ver quadro 5.16). Procurámos evitar efeitos de ancoragem, ao redigir alguns dos itens que se pretendiam avaliar na forma negativa. Já no que concerne os efeitos centrados nos inquiridos, a nossa estratégia passou pela aferição das respostas obtidas em algumas perguntas fechadas, com os conteúdos das abertas, após tratamento através do método de análise de conteúdo.

Quadro 5.16 – Tipos de Enviesamento

Efeitos de ancoragem	Efeitos centrados nos inquiridos
<i>As escalas de opinião apresentam, frequentemente enviesamentos, no sentido de uma maior adesão aos valores positivos quando se pede que classifiquem tópicos do que aos negativos, e aos valores mais elevados da escala do que os mais reduzidos. A mesma pergunta, envolvendo um procedimento médico que se enuncia como 50% de sucesso, tem mais probabilidade de ser visto de forma positiva do que um que é apresentado como tendo 50% de insucesso.</i>	<i>As escalas de opinião e atitude também conhecem algum enviesamento centrado nos inquiridos, designadamente a tendência para concordar mais do que discordar e para ser mais positivo do que negativo e a de alguns inquiridos escolherem opções intermédias de resposta por oposição às opções extremas.</i>

Fonte: Foody, 1996, pp. 184

No entanto a introdução de filtros não basta, para que seja possível estabelecer claramente os fundamentos (ou a sua ausência), das opiniões dos inquiridos, porque existem outros problemas relevantes que se prendem com a forma como o inquirido interpreta e hierarquiza as perguntas e que se ficam a dever a dois tipos de motivos expressos no quadro 5.17 (Foody, 1996, pp. 178).

Quadro 5.17 – Problemas de interpretação e a hierarquização, por parte do inquirido

Nível de generalidade das respostas.	<i>Requer que os inquiridos forneçam respostas construtivas, em termos pessoais e não em função de estereótipos culturais ou do socialmente aceites.</i>
Especificação dos padrões de comparação a utilizar.	<i>O significado da hierarquia das opções das respostas deve de ser partilhado por todos os inquiridos, numa escala de atitudes, o que nem sempre acontece A definição dos pólos nem sempre é clara, pois é possível que seja atribuída uma maior intensidade subjectiva a um pólo do que a outro, o que explica a tendência, fortemente documentada, para favorecer o positivo.</i>

Fonte: Elaborado e sintetizado a partir de Foody, 1996, pp. 182

Na nossa pesquisa optou-se, como se afirmou, por usar escalas de hierarquização e de Lickert por se ter considerado serem as que melhor serviam os objectivos estabelecidos para algumas das perguntas seleccionadas.

O maior problema que se coloca à utilização das escalas de Lickert resulta de conseguir ou não obter itens para as questões com origem em “afirmações que nos permitam, de facto, medir a atitude” (Viegas, 1999, pp.35). Por essa razão, a revisão da literatura constitui um factor chave da concepção e da composição dos itens das variáveis porque são perguntas cujos resultados dependem, em grande parte, da sensibilidade com que são elaboradas. No quadro 5.18 enumeramos os tipos escalas, aliadas às perguntas específicas em que foram usadas nesta pesquisa.

Quadro 5.18 – Aplicação das escalas de Hierarquização e de Lickert, nesta pesquisa

Inquérito a aplicar aos turistas nos centros históricos	
Lickert	<i>Avaliação Imagem do Centro Histórico e caracterização do espaço público. Avaliação das formas de interpretação a utilizar no centro histórico de Faro. Avaliação das qualidades de um centro histórico modelo.</i>
Hierarquização	<i>Hierarquização da qualidade da experiência turística no centro histórico de Faro.</i>
Inquérito a aplicar às instituições, empresas e associações	
Lickert	<i>Avaliação da Imagem do centro Histórico de Faro. Avaliação do espaço público do Centro Histórico Faro. Avaliação da relação entre regeneração do centro histórico e função residencial. Avaliação da relação entre o Centro Histórico e a produção cultural. Avaliação da relação entre regeneração dos centros históricos e requalificação turística. Avaliação das acções a realizar para desenvolver o turismo nos centros históricos.</i>
Hierarquização	<i>Hierarquização dos objectivos de uma política de turismo para o centro histórico de Faro. Hierarquização das formas de gerir o turismo no centro histórico de Faro.</i>

As perguntas abertas relativas à avaliação do meio urbano podiam ter sido substituídas por uma escala de semântica diferencial. Porém, como desejávamos que os inquiridos respondessem livremente e não existia nenhuma pesquisa anterior, que utilizasse este tipo de temas, tememos não encontrar os adjectivos mais adequados. Por essa razão considerámos mais sensato incluir uma pergunta aberta, que foi tratada com auxílio do método de análise de conteúdo, técnica a que se dedicou alguma atenção.

5.6.6 - Análise de conteúdo das perguntas abertas

A análise de conteúdo caracteriza as condições de produção do discurso, através do estudo da mensagem, do receptor ou do destinatário, de modo a produzir inferências, “com base numa lógica explicitada, sobre mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas.” (Vala, 1986, pp.104)

O material sujeito a este método qualitativo é concebido como “o resultado de uma rede complexa de condições de produção, cabendo ao analista construir o modelo capaz de permitir inferências sobre uma ou várias dessas condições de produção ”que conduz, necessariamente a uma desmontagem de um discurso e da produção de um outro discurso através de um processo de localização e atribuição de traços de significação, resultado de uma dinâmica entre as condições de produção e as condições da análise.” (Vala, 1986, pp. 104)

Esta técnica é muito utilizada no tratamento das perguntas abertas, nos estudos sobre atitudes, porque propiciam instrumentos indirectos de recolha de informação com função “de administração de prova” (Bardin, 1977, pp. 30), no sentido da avaliação da credibilidade das opções tomadas pelos inquiridos, em relação às perguntas fechadas, na medida em que as suas respostas são sempre afectadas por enviesamentos “decorrentes da consciência de que estão a ser observados ou testados, dos constrangimentos associados ao papel do entrevistado ou respondente, da interacção entrevistador – entrevistado” (Vala, 1986, pp.106)

5.6.7 - Método Amostral – Dimensão da amostra

A construção de uma amostra deve respeitar algumas condições que há necessidade de ponderar quanto se deseja determinar a sua dimensão. Ryan aponta três factores que definem essa escolha (Ryan, 1995, pp. 123):

Recursos disponíveis - trata-se de uma das decisões mais pragmáticas, que, por vezes se sobrepõe a todas as decisões teóricas.

Objectivos das pesquisa e exigências dos testes estatísticos a aplicar - se os objectivos da pesquisa se prendem com observações descritivas, sobre as atitudes dos visitantes, como um todo, podem ter uma dimensão mais reduzida, do que quando se quer analisar variações de comportamento ou de atitude, face a determinadas características.

Grau de precisão e nível de confiança que se deseja dar ao estudo – A precisão corresponde ao grau de erro que se pode aceitar, enquanto que o grau de confiança corresponde ao nível a partir do qual se pode acreditar que a amostra estimada se aproxima dos parâmetros da população.

Esta pesquisa exigiu, dado o seu carácter, que se definissem dois tipos de amostras deferentes. Uma para inquirir os turistas que visitam o centro histórico de Faro e outra para avaliar a vontade dos gestores das instituições, empresas ligadas aos sectores da regeneração urbana, da economia, da cultura, do turismo e das associações representativas da comunidade, como massa crítica local, para constituir uma aliança que favoreça o desenvolvimento do turismo no centro histórico da referida cidade.

A técnica que melhor responde ao tipo de pesquisa que se desejava realizar, em termos de procura, é conhecida por inquérito de rua (“street survey”) e exige a construção de uma amostra do tipo não probabilística, por conveniência, hipótese que implica o cálculo do tamanho da amostra sem conhecimento da dimensão da população nem da variância.

Para o cálculo da amostra assumimos os conceitos estatísticos que defendem a normalidade de distribuição de frequência quer das populações quer das amostras (Curva de *Gauss*). As suas principais características incluem a simetria das frequências, a presença das principais medidas de tendência central no mesmo ponto (média, mediana e moda) e a existência de desvios padrões (z) significativos para qualquer curva normal.

Nessas circunstâncias, 1 desvio padrão representa 68% da área sobre a curva, ou abrange 68% dos elementos da distribuição acima e abaixo da média, 1,96 desvios padrões representam 95% da distribuição enquanto 2 desvios padrões, de qualquer curva normal, abrangem 95,5% da distribuição e 3 desvios padrões praticamente toda a distribuição equivalendo a 99,7% da amostra ou da população. Além do conceito de normalidade e desvio padrão utiliza-se também o de erro padrão que descreve, no cálculo da amostra, a proporção dos elementos que se encontram fora dos valores previstos. Em qualquer pesquisa o número de desvios utilizados representa a margem de segurança dada ao cálculo da amostra, que será tão ampla, quanto maior for a margem ou intervalo de confiança (Samara e Barros, 1997, pp. 72; ver quadro 5.19)

Esta pesquisa, com se afirmou, tem carácter inédito, razão pela qual não existiam elementos provenientes de outros estudos, que deixassem calcular um nível de confiança mais adequado ao nosso caso, a partir do conhecimento do comportamento das variáveis nas pesquisas anteriores. Por essa razão optou-se pelo mais frequentemente utilizado, em investigações com este tipo de objectivos que se situa nos 95% (Berenson e Levine, 1999, pp. 384).

Quadro 5.19 - Margens de segurança mais utilizadas em pesquisa de mercado

68%	-	z	=	1
95%	-	z	=	1,96
95,5%	-	z	=	2
99,7%	-	z	=	3

A referida ausência de investigações anteriores em que basear nossas opções, e a reduzida dimensão do questionário piloto, que não ultrapassou 20 inquéritos, determinou ainda a aceitação do pressuposto estatístico da proporção de 50% para cada atributo. Admitiu-se que as respostas evidenciassem uma margem de erro de 5%. Por essas razões o cálculo foi efectuado do modo que se passa a expor (Viegas, 1999, pp. 72).

n= (dimensão da amostra) Desconhecida
N= (dimensão do universo) Desconhecido
p = (proporção dos que possuem o atributo) 50%
q = (proporção dos que não possuem o atributo) 50%
e = (erro assumido) 5%
Z= (intervalo de confiança) 1,96

$$n = \frac{z^2 p q}{e^2}$$
$$n = \frac{3,92 \times 0.5 \times 0.5}{0,0025}$$
$$n = \underline{384}$$

Para tentar suprir as não respostas aplicou-se um total de 391, questionários válidos

Dimensão da amostra do inquérito aplicado às instituições, empresas e associações profissionais patronais e representativas da comunidade de Faro

Esta amostra não foi redimensionada, devido às opções tomadas quanto à construção da base da amostra, já explanadas, que permitiu incluir toda a população alvo.

5.7 - Desenho dos inquéritos aplicados aos turistas e aos gestores farenses

Na elaboração dos inquéritos foram utilizadas perguntas, abertas, fechadas e pré formatadas ou mistas. Na fase de desenho do questionário piloto optámos pela selecção de perguntas fechadas, perguntas pré formatadas e abertas.

As duas primeiras categorias tinham como fim de recolher informações mais diversificadas, encontrar outras opções, ou mesmo reajustar algumas, de uma forma mais coerente, com a realidade local. Outras, porém eram questões abertas, de modo a que os questionários aplicados aos turistas e os enviados às instituições, empresas e associações tivessem um carácter semi-estruturado. Este método facilitava a realização de uma análise comparada e informatizada dos dados e dos resultados. As questões abertas ofereciam aos inquiridos a oportunidade de responderem pelas suas próprias palavras, metodologia que foi mantida no formulário definitivo.

5 - Metodologia da Investigação

Quadro 5.20 - Vantagens e desvantagens de perguntas abertas, fechadas e pré formatadas

Perguntas abertas	Perguntas fechadas	Pré formatadas ou mistas
<i>Permitem que os inquiridos se expressarem através das suas próprias palavras.</i>	<i>Autorizam que os inquiridos respondam à mesma pergunta de modo a que as respostas sejam validamente comparáveis entre si.</i>	<i>Admitem que o ao inquirido exponha a sua opinião mesmo num contexto de perguntas fechada.</i>
<i>Não sugerem respostas. Indicam o nível de informação de que os inquiridos dispõem. Indicam o que é relevante no espírito dos inquiridos. Indicam a intensidade de sentimentos dos inquiridos. Produzem bom efeito psicológico.</i>	<i>Originam respostas com menos variabilidade impossibilitando o acesso à obtenção de informação diversificada.</i>	<i>Salvaguardam a simplicidade do tratamento das respostas ao mesmo tempo que permite obter informação diversificada.</i>
<i>Evitam efeitos de formato.</i>	<i>Propõem aos inquiridos uma tarefa de reconhecimento, por oposição a um apelo à memória, e, por isso, facilitam a resposta.</i>	<i>Obrigam a classificação posterior se surgirem respostas que não tenham sido consideradas.</i>
<i>Anuem identificar quadros complexos de referência e influências de motivação.</i>	<i>Produzem respostas mais facilmente analisáveis, codificáveis e informatizáveis.</i>	
<i>Constituem um requisito indispensável à adequada formulação de conjuntos de opções de respostas para as perguntas fechadas.</i>		
<i>Auxiliam a interpretação de respostas desviantes e perguntas fechadas.</i>		

Fonte: Schuman e Presser in Foody, 1996, pp. 143

Algumas perguntas fechadas foram pensadas como dicotómicas e outras de escolha múltipla, de acordo com o que os dados que se pretendiam recolher. As de escolha múltipla possuíam um número maior ou menor de alternativas. O intuito que nos conduziu à sua inclusão prendeu-se com o desejo de oferecer aos entrevistados a possibilidade de manifestarem escolhas mais complexas, sem com essa atitude comprometer a possibilidade de comparar as respostas. O inquérito ganhou um carácter ainda menos directivo, quando foi colocada, para todas as questões a categoria “outra” de modo a que se incrementasse o grau de especificação.

Depois de referir o processo da pesquisa necessário se torna justificar o desenho final dos principais instrumentos de pesquisa.

5.6.1 - Justificação do desenho do questionário aplicado aos turistas

“Em qualquer ciência, os modelos teóricos são meios para tratar conceptualmente um problema que é sempre anterior à organização dos dados”, embora sirvam para clarificar problemas práticos, de índole económica, social ou cultural (Popper, 1957, pp.135-136 in Stokes, 2000, pp. 120).

A afirmação de Popper sustenta o modo como foram elaborados os instrumentos de análise empírica. O inquérito a aplicar aos turistas, foi desenhado de acordo com a revisão da literatura, de modo a que as categorias das perguntas possuam objectivos específicos para testar as hipóteses do estudo.

Como o questionário foi inteiramente elaborado pela investigadora com base na revisão da literatura, pensou-se que seria conveniente não apenas registar o objectivo específico de cada questão colocada, de modo a avaliar a sua pertinência para testar as hipóteses, mas também listar os autores recenseados, no momento da sua elaboração e inclusão no questionário de modo a fundamentar as opções feitas, elementos esses que constam nos quadros **5.21 A, B, C, D, E.**

A ordem das perguntas do questionário foi alterada, quando da sua aplicação aos turistas, por razões que se prendem com a obtenção da necessária colaboração dos inquiridos, nomeadamente deixando para o fim aquelas questões que pudesse conter um maior grau de dificuldade ou serem consideradas mais pessoais (ver anexo 2), conquanto a sua organização tenha sido pensada por áreas temáticas da forma que se passa a mencionar.

Quadro 5.21 A - Análise das perguntas que deixam traçar o perfil do turista, em termos pessoais, incluindo as variáveis idade (22), sexo (21), composição do grupo (1 e 2), profissão (23), educação formal (24), país e local de residência (3.1, 3.2, 3.3, 3.5).

Quadro 5.21 B - Apreciação das questões que ajudam a conhecer o perfil do turista, no que concerne ao produto consumido, abarcando dimensões como local de alojamento (3.6), transporte utilizado (5), momento da decisão (4) e fontes de informação para planear a visita (7) motivos de visita ao Algarve (6) e a Faro (9), actividades culturais usufruídas na urbe (8).

Quadro 5.21 C - Estudo dos quesitos que permitem avaliar a imagem do espaço público e do meio construído da cidade incluindo (11) o tipo de informação e acolhimento (10) e a composição de uma oferta cultural atraente, que satisfaça as suas expectativas (12).

Quadro 5.21 D - Exame das interpelações que anuem aquilatar a satisfação com base na experiência turística vivida em Faro, enunciada nas respostas às questões que se prendem com a duração (14), hora (s/n.º) e frequência de visita (13), a intenção de voltar (16), e de recomendar (17), o grau de enriquecimento da estadia no Algarve proporcionado (15), e a classificação da experiência vivida (18).

Quadro 5.21 E - Análise de conteúdo das perguntas abertas 19 e 20 que procuram encontrar os aspectos da oferta que os visitantes mais apreciam.

Quadro 5.21 A – Perguntas que contribuem para traçar o perfil pessoal dos turistas

Questão	Objectivos
22 Idade <i>Fontes: Jansen Verbeke, 1999; Ley, 1996; Morrison, e Mc Murray, 1999; Richards, 1995, 1996, 2000; Schnell e Graicer, 1993; Urry, 1999.</i>	Conhecer a distribuição etária dos turistas. Esta questão faz parte do questionário de perfil do turista. No entanto no caso em estudo o conhecimento da distribuição por nível etário, deixa testar a aplicabilidade a Faro do que é defendido na literatura revista sobre os níveis que predominam nos centros históricos.
21 Sexo <i>Fonte: Richards, 2000.</i>	Conhecer a distribuição de acordo com o sexo. Este tipo de questão faz parte de qualquer questionário em que se procure traçar o perfil do turista. Neste caso específico procura-se averiguar se o que é defendido por autores como Richards se confirma no caso de Faro, ou seja se o número de visitantes do sexo feminino é, em regra superior ao do masculino.
1 Dimensão do grupo/ dimensão da família <i>Fontes: Mesmo grupo de autores da pergunta anterior (22).</i>	Verificar se é possível encontrar em Faro, como defendem os autores mencionados, os grupos mais comuns de visitantes dos centros históricos (solteiros, casais sem filhos, casais com um único filho, casais em fase de ninho vazio).
2 Numero de pessoas que constituem o grupo /Com menos de 16 anos <i>Fontes: Mesmo grupo de autores da pergunta anterior (22).</i>	Aferir o peso, na composição dos grupo,s dos menores de 16 anos, para verificar se os visitantes de Faro também têm tendência para viajar com poucas crianças.
23 Ocupação <i>Fontes: Baum , 1999; Bovone, 1997; Couch, 1999; Featherstone, 1996, 1998; Huat-Chau, 1998; Hugues e Granton, 1992; Jansen Verbeke, 1999; Lash e Urry, 1987; Ley, 1996; Morrison, e Mc Murray, 1999; Pfeil, 1990; Prentice, 1992; Richards, 1995, 1996, 2000; Schnell e Graicer, 1993; Urry, 1999; Wynne e O'Connor, 1998.</i>	Esta pergunta faz parte, também dos questionários que tentam traçar o perfil da procura. No nosso caso baseamo-nos nas categorias apontadas pelos autores consultados, como próprias da nova classe média Por essa razão os grupos profissionais foram adaptados à especificidade desse novo grupo social, não tendo relação com a distribuição que se encontram nas estatísticas do INE.
24 Educação/Qualificações <i>Fontes: Baum, 1999; Bovone, 1997; Couch, 1999; Featherstone, 1996, 1998; Huat-Chau, 1998; Hugues e Granton, 1992; Jansen Verbeke, 1999; Lash e Urry, 1987; Ley, 1996; Morrison, e Mc Murray, 1999; Pfeil, 1990; Prentice, 1992; Richards, 1995, 1996, 2000; Schnell e Graicer, 1993; Urry, 1999; Wynne e O'Connor, 1998; Light, 1996; Henriques, 1994, 1996; Light e Prince, 1994; Balcar e Prince, 1996; Richards, 2000.</i>	Conhecer as habilitações literárias, uma vez que o interesse pelos centros históricos se encontra, ligado ao capital cultural da denominada nova classe média cultural. Esta classe é constituída, de acordo com os autores mencionados maioritariamente por licenciados, a que se juntam alguns artesãos e intelectuais autodidactas.
3.1, 3.2, 3.3 e 3.5 - País de origem/Residência Permanente/Residência no centro da cidade <i>Fonte: Richards, 1995, 1996; 2000.</i>	Estas perguntas fazem parte, por regra dos questionários que visavam traçar o perfil da procura. No entanto, no caso dos visitantes dos centros históricos, podem revelar características próprias, a partir das quais podemos tirar ilações quanto às nacionalidades predominantes, ao local de habitação, em áreas urbanas ou rurais (a literatura aponta para que habitem em áreas urbanas). No caso dos moradores em cidades anui determinar a situação exacta (no centro ou nos arredores). O centro histórico é considerado o local favorito para a classe média cultural habitar, de acordo com a literatura sobre geografia da habitação.

Quadro 5.21 B – Perfil do visitante em termos de produto consumido

<u>Questão</u>	<u>Objectivos</u>
3.6 – Local de Alojamento <i>Smith, 1995, pp. 34.</i>	A localização do alojamento admite calcular a distância que estão dispostos a percorrer para visitar o centro histórico de Faro.
5 Meios de transporte utilizado para chegar à cidade <i>Fontes: Balsas, 1999; Borg, 1991; Carfree Cities; Deprest, 1997; Chazoud, 1994; Glasson e outros, 1995; Jansen Verbekker, 1994; Judd, 1995; Ley, 1996; Mc Gregor, 1999; Montgomery, 1995; Patin, 1994 Riverside, 1999; Robertson, 1993; Frey, 1999</i>	Estas perguntas baseiam-se na revisão da literatura, que aconselha a valorização do peão, em detrimento do automóvel. As opções culturais e do estilo de vida dos habitantes e utilizadores do centro da cidade demonstram que a nova classe média apoia esta política de transportes.
4 Quando tomou a decisão de visitar a cidade <i>Richards, 1995, 1996, 2000.</i>	Esta pergunta liga-se com a revisão da literatura, no que concerne, sobretudo as características dos turistas culturais, as quais apontam para uma tomada decisão de antes de sair do seu país de origem.
7- Fontes usadas para planear a visita <i>Fonte: Richards, 2000.</i>	Esta pergunta relaciona-se com a revisão da literatura, no que concerne o perfil dos novos turistas. Estas pesquisas demonstram que os novos turistas culturais preparam as visitas com o auxílio de guias e roteiros, antes de sair da área de residência.
6 Quais são os motivos da visita ao Algarve <i>Fontes: Agarwal, 1994, 1997; Ap e Crompton, 1993, 1998; Barke e Newton, 1995; Ashworth e Tunbridge, 2000; Cachin, 1992; Cooper e outros, 1999; Curvilier, 1994, 1996; Cluzeau, 1998; Donaire, 1998; Fayos Solá, 1996; Godfrey e Clark, 2000; Ioannides e Debbage, 1997; Jansen Verbekker, 1999; Hall, 1994; Law, 1990, 1992, 1993; Loukissas e Skayannis, 2001; Morris, 1996; Monfort Mir, 2001; Montmagno, 2001; Morgan, 1991, 1994; Mullins, 1991; Poon, 1997; Swinghurst, 1994.</i>	Conhecer as motivações da visita ao Algarve. A revisão da literatura assinala uma mudança dos gostos dos turistas, de acordo com o novo modelo pós-moderno no que concerne o produto sol e praia. Essa alteração exige uma diversificação das actividades desenvolvidas na área receptora que abrange o ambiente e a cultura (no seu sentido lato). Não se utilizou a tipologia da OMT, porque estamos perante uma região de sol e praia (Algarve) que possui valências específicas, baseadas, nas suas características, pelo que a da OMT se afigurou muito generalista.
9 Quais são os motivos de visita à cidade <i>Fontes: Agarwal, 1994, 1997; Ap e Crompton, 1993, 1998; Barke e Newton, 1995; Ashworth e Tunbridge, 2000; Cachin, 1992; Cooper e outros, 1999; Curvilier, 1994, 1996; Cluzeau, 1998; Donaire, 1998; Fayos Solá, 1996; Godfrey e Clark, 2000; Ioannides e Debbage, 1997; Jansen Verbekker, 1999; Hall, 1994; Law, 1990, 1992, 1993; Loukissas e Skayannis, 2001; Morris, 1996; Monfort Mir, 2001; Montmagno, 2001; Morgan, 1991, 1994; Mullins, 1991; OMT, 1998; Prentice, 1992; Poon, 1997; Urry, 1999; Richards, 1995, 1996, 2000; Swinghurst, 1994.</i>	Os argumentos para escolha desta questão são os meios que para a escolha da anterior.
8 Actividades culturais de que tenciona usufruir <i>Fontes: Agarwal, 1994, 1997; Ap e Crompton, 1993, 1998; Ashworth e Tunbridge, 1990, 2000; Barke e Newton, 1995; Cachin, 1992; Chang, 2000; Cooper e outros, 1999; Curvilier, 1994, 1996; Cluzeau, 1998; Donaire, 1998; Drumond e Yeoman, 2001; Fayos Solá, 1996; Godfrey e Clark, 2000; Hugues e Granton, 1992; Ioannides e Debbage, 1997; Jansen Verbekker, 1999; Hall, 1994, 1999; Law, 1990, 1992, 1993; Loukissas e Skayannis, 2001; Maitland, 1997; Millar, 1999; Morris, 1996; Monfort Mir, 2001; Montmagno, 2001; Morgan, 1991, 1994; Mullins, 1991; OMT, 1998; Prentice, 1992; Poon, 1997; Urry, 1999; Uzzell, 1994; Richards, 1995, 1996, 2001; Richards, Goedhart e Herrijgers, 2001; Swinghurst, 1994; Uzzell, 1994.</i>	Estas questões têm por base a revisão da literatura sobre a evolução dos gostos dos turistas. O conhecimento destas actividades pode ajudar a traçar o perfil do turista cultural no Algarve para saber até que ponto pode ajudar à revitalização dos centros histórico, com os seus consumos culturais.

Quadro 5.21 C - Avaliação do espaço público, da apresentação e informação, da composição da oferta cultural que satisfaz os seus gostos

<u>Questão</u>	<u>Objectivos</u>
<p>10 Acolhimento e informação na cidade</p> <p><i>Fontes: Ashworth e Tunbridge 1990, 2000; Ball, 1997; Chang, 2000; Chen e Hsu, 2000; CL, 1998; Dredge, 1998; Garrod e Fyal, 2000; Gunn, 1990; La Torre Mac Lean, 1997; Miller, 1999; Moscardo, 1996; Munster, 2000; OMT, 1998; Osbali, 2000; Patin, 1997; Richards, 1996, 2000; Richards e Raymond, 2000; Risk, 1994; Sullivan, 1997; Uzzel, 1994; Valenzuela, 1998; Velarde e Allen, 1994; Wait, 2000.</i></p>	<p>A questão foi construída com base na literatura, sobre a preservação da função de identidade da cidade, embora seja também tratada nos estudos sobre a gestão das atracções. Estas pesquisas mencionam um conjunto de estratégias, que suportam o acolhimento, a informação e a interpretação de modo a proporcionar experiências turísticas de qualidade. A pergunta tem como objectivo um conhecimento mais profundo do modelo de informação e acolhimento que os seus visitantes do centro histórico de Faro desejam.</p>
<p>11 Imagem do centro histórico</p> <p><i>Fontes: Aguiar, Cabrita e Appleton, 1997; Appleyard, 1979; Barrett, 1993; Brysson, 1997; Cullen, 1996; Deleroy, 1978; DPDE, 1999; Ellin, 1999; Frey, 1999; Hayward e Mc Glyn, 1995; Heath, 1997; Hinch, 1998; Iniguez, 1989; Krier, 1999; Jackson, 1952; Jacobs, 1961; Jenck, 1977; Lamas, 1993; Lilley, 1999; Larkham, 1990, 1996; Lynch, s.d, 1972, 1976; Montgomery, 1995; Moughtin, 1992; Portoghesi, sd; Punter e Carmona, 1997; Rapoport, 1969, 1977, 1984; Relph, s.d; Rossi, 1983, 1995; Rossi, Aymonino e Christofoli, 1967; Skea, 1996; Strike, 1994; Tiesdell, Oc e Heath, 1995.</i></p>	<p>Estas questões baseiam-se nas afirmações de autores consultados para a construção do quadro conceptual, que têm vindo a estudar a evolução do desenho e da arquitectura dos centros históricos e na sua capacidade de atrair os turistas. Queremos avaliar a percepção dos entrevistados acerca da presença de características que têm a ver com a experiência da cidade dos novos turistas culturais. A imagem do centro da cidade, para além do património histórico e arquitectónico, também é construída a partir de elementos, como a densidade elevada, as utilizações mistas, a facilidade de orientação, as relações face a face.</p>
<p>12 – Um centro histórico atractivo é:</p> <p><i>Fontes: Ashworth, 1987, 1989, 1990, 1995; Ashworth e Tunbridge, 1990, 1996, 2000; Benach, 1994; Berg, Borg, Meer, 1995; Bianchini, 1991, 1993, 1995; Bianchini e Parkinson, 1993; Bianchini e Schwengel, 1991; Bourdieu, 1984, 1990; Bourdieu e Darbel, 1969; Broocks, 1993; Brunt e Courtney, 1999; Carreras, 1994; Clarke e Bradford, 1998; EC, 1995; EFIWC, 1994; Faber, 1974; GB-DCMS, 1998; Girard, 1998; Hall, 2000; Jansen Verbecker, 1986, 1994, 1999; Jansen Verbecker e van der Viel, 1995; Jansen Verbecker e van Rekom, 1996; Ley, 1996; Lovatt e O'Connor, 1995; Lofman e Nervin, 1995; Mac Guigan 1996; Maffesoli, 1996; Miles e Paddison, 1998; Montgomery, 1995, 1997; Mort, 2000; Reeves, 1996; Negrier, 1996; Richards, 1996, 2000; Richards, Goedhart e Herrijgers, 2001; Soja, 1989; Scott, 1997, 2000, 2001; Smies, 2000; Steveson, 1999; Thomas e Bromley, 1995; Urry, 1995; Vilagrassa e Larkham, 1992; Wynne 1992; Tiesdelle e Oc, 1998; Tiesdell, Oc e Heath, 1998, Russo, 1998, pp. 127.</i></p>	<p>Esta questão baseia-se na bibliografia sobre “bairros culturais” e suas características. A avaliação permite saber quais as actividades que são consideradas ideais para o centro histórico, por parte dos turistas que visitam Faro, e, sempre com base na literatura, procurar também delinear uma rede que envolva turismo cultura e regeneração urbana.</p>

Quadro 5.21 D – Avaliação da experiência turística vivida em Faro

<p>15 Duração da Visita <i>Fontes: Ashworth e Turnbridge, 1990; 2000; Chauzaud, 1994; Cooper, 1980; Dellart, Borgers e Timmemans; Gaviria e outros, 1975; Jansen Verbeke, 1986; 1994; Judd, 1995 Murphy e Rosenburg, 1974; Pearce, 1981, 1986, 1988 b, 1998; 1999.</i></p>	<p>Esta pergunta baseia-se na literatura sobre orçamentos temporais e sobre mapas cognitivos e tem por objectivo saber por quanto tempo permanecem os visitantes em Faro. Esta questão ajuda nas tomadas de decisão para os reter, durante mais tempo na cidade, através da introdução de modificações na oferta.</p>
<p>Hora da visita (s/n) <i>Fontes: Ashworth e Turnbridge, 1990; 2000; Chauzaud, 1994; Cooper, 1980; Dellart, Borgers e Timmemans; Gaviria e outros, 1975; Jansen Verbeke, 1986; 1994; Judd, 1995 Murphy e Rosenburg, 1974; Pearce, 1981, 1986, 1988 b, 1998; 1999.</i></p>	<p>Esta pergunta baseia-se na literatura sobre orçamentos temporais e sobre mapas cognitivos, e tem por objectivo saber como se distribuem as visitas ao longo do dia para melhor gerir programas culturais e os fluxos turísticos.</p>
<p>13 Frequência da visita <i>Smith, 1995, pp. 95.</i></p>	<p>A questão faz parte do inquérito de perfil do turista para conhecer o grau <i>fidelização</i> visitantes.</p>
<p>16 Pensa voltar noutra oportunidade <i>Smith, 1995, pp.95.</i></p>	<p>A questão faz parte do questionário de perfil do turista e deseja avaliar se a cidade, a partir de agora, pode aspirar ou não a <i>fidelizar</i> os seus visitantes.</p>
<p>17 Pensar recomendar a visita a outras pessoas <i>Smith, 1995, pp. 95.</i></p>	<p>A questão faz parte do questionário de perfil do turista e deixa conhecer a intensidade do desejo dos turistas em colaborar na promoção da cidade, na medida em que se trata de uma forma muito eficaz de o fazer.</p>
<p>14 – A visita que efectuou a este centro histórico enriqueceu a sua experiência turística no Algarve <i>Fontes: Agarwal, 1994, 1997; Ap e Crompton, 1993, 1998; Barke e Newton, 1995; Ashworth e Tunbridge, 2000; Cachin, 1992; Cooper e outros, 1999; Curvilier, 1994, 1996; Cluzeau, 1998; Donaire, 1998; Fayos Solá, 1996; Godfrey e Clark, 2000; Ioannides e Debbage, 1997; Jansen Verbeke, 1999; Hall, 1994; Law, 1990, 1992, 1993; Loukissas e Skayannis, 2001; Morris, 1996; Monfort Mir, 2001; Montmagno, 2001; Morgan, 1991, 1994; Mullins, 1991; Poon, 1997; Swinghurst, 1994.</i></p>	<p>Esta pergunta baseia-se nas investigações realizadas que apontam as visitas aos centros históricos, das cidades das regiões de sol e praia, como formas de diversificar o produto turístico, dispersar os turistas, atenuando assim a forte concentração junto no litoral. A questão tem por objectivo avaliar se os centros históricos podem, efectivamente, ajudar a relançar o produto sol e praia.</p>
<p>18 – Classificação da visita</p>	<p>A questão faz parte do questionário de perfil do turista e deixa conhecer a qualidade da experiência realizada.</p>

Quadro nº 5.21 E – Elementos que sintetizam imagem da cidade e adjectivos distinguem a oferta da cidade

Questão	Objectivos
<p>19 Aponte três elementos da oferta cultural desta cidade que a distinga das outras <i>Fontes: Chang, 2000; Dredge, 1998; Tunbridge, 1998; Uzzell, 1994; Velarde e Allen, 1994; Waitt, 2000.</i></p>	<p>Avaliar os elementos positivos da oferta cultural de Faro permite-nos conhecer as componentes mais estratégicas na definição da oferta.</p>
<p>20 Refira três adjectivos que sintetizem a sua imagem da cidade <i>Fontes: Chang, 2000; Dredge, 1998; Tunbridge, 1998; Uzzell, 1994; Velarde e Allen, 1994; Waitt, 2000.</i></p>	<p>O conhecimento dos adjectivos ajuda a delinear a imagem da cidade. Os adjectivos de carácter positivo, podem influenciar a criação de uma imagem turística para a cidade, suportada na percepção dos turistas.</p>

6.7.2 – Justificação do desenho do inquérito aplicado às instituições, empresas e associações com interesses nos centros históricos

A ordem das perguntas do questionário foi alterada, tal como fizemos no caso do inquérito aplicado aos turistas, por razões muito semelhantes, que se prendem com a obtenção da necessária colaboração dos inquiridos, nomeadamente deixando para o fim aquelas questões que pudesse conter um maior grau de dificuldade, as perguntas que exigissem uma maior reflexão nas propostas a fazer no sentido de propiciar a acção, ou as perguntas de índole mais pessoal (ver anexo 4), conquanto a sua organização tenham sido pensada por áreas temáticas do modo que se passa a mencionar.

Quadros 5.21 A a E - Inquérito aplicado às instituições, empresas e associações com interesses nos centros históricos

Quadro 5.22 A - Perguntas que deixam traçar o perfil dos inquiridos em termos pessoais incluindo as variáveis idade (17), educação formal (18) e cargo desempenhado (19).

Quadro 5.22 B - Questões que ajudam a conhecer a opinião dos respondentes sobre a conjuntura actual do centro histórico de Faro em termos de imagem do meio construído (2), do espaço público (3) e de caracterização dos seus habitantes (5).

Quadro 5.22 C - Quesitos que permitem saber quais as acções que os entrevistados consideram relevantes para propiciar as mudanças ambientais no que concerne o desenho arquitectónico (4), as formas de actuação ao nível municipal, regional e nacional que evitem a degradação do ambiente construído (6) e o tipo de acessibilidade que consideram mais adequado para aquela zona da cidade (7)

Quadro 5.22 D - Interpelações que anuem aquilatar as acções a promover para facilitar a recuperação económica, social e cultural, através de uma evolução que considerem positiva da oferta de produtos e serviços do centro histórico (1), o relevo atribuído à relação entre regeneração do centro histórico, produção cultural e turismo (8), e entre regeneração do centro histórico e requalificação do turismo de sol e praia (9).

Quadro 5.22 E – Escrutínio das acções que ajudam a incrementar o turismo e que envolvem a definição dos objectivos de uma política de turismo para o centro histórico (12), as componentes a incluir na apresentação e informação turísticas da cidade (10) e a avaliação da melhor forma de gerir os fluxos turísticos (11).

Quadro 5.22 F – Investigação das acções a desenvolver com o objectivo de formar uma aliança para a acção através do exame das condições que suscitam as parcerias (13), o desejo de participação das instituições que os entrevistados representavam (15), da indicação do relevo das questões colocadas para a instituição (16) e respectiva justificação (17).

Quadro 27 G – Indagação de alguns obstáculos à formação dessa aliança (14)

O inquérito a aplicar às instituições públicas e privadas, às empresas e associações de Faro, tal como o aplicado aos turistas, foi desenhado de acordo com a revisão da literatura, de modo a que as categorias das perguntas possuam objectivos específicos para testar as hipóteses do estudo. Como o questionário foi inteiramente elaborado pela investigadora com base na revisão da literatura, pensou-se que seria conveniente não apenas registar o objectivo específico de cada questão colocada, de modo a avaliar a sua pertinência para testar as hipóteses, mas também a lista de autores recenseados, no momento da sua elaboração e inclusão no questionário para fundamentar a opção realizada, elementos que constam nos quadros **5.22 A, B, C, D, E, F**.

Quadro 5.22 A - Perguntas que contribuem para traçar o perfil pessoal dos inquiridos

Questão	Objectivo
<u>17 Idade</u>	Desejamos saber se este grupo de dirigentes possui um leque de idades suficientemente lato, para que, os interesses das várias gerações possam estar assegurados, num cenário de futura parceria.
<u>18 Nível Educacional</u>	Pretende-se conhecer o capital cultural dos responsáveis seleccionados.
<u>19 Cargo que desempenha</u> <i>Glasson, Godfrey, Goodey, Abasalon e Borg, 1995;pp.159.</i>	Esta questão deixa avaliar se os inquiridos correspondem ao perfil traçado no inquérito ou seja, desempenham efectivamente cargos de gestão nas suas instituições, empresas e associações.

Quadro 5.22 B - Perguntas que concorrem para a avaliação da conjuntura actual do centro histórico

Questão	Objectivo
<p><u>2 Imagem do centro histórico</u></p> <p><u>3 Caracterização do espaço público do centro histórico</u></p> <p><i>Fontes: Aguiar, Cabrita e Appleton, 1997; Appleyard, 1979; Barrett, 1993; Brysson, 1997; Cullen, 1996; Deleroy, 1978; DPDE, 1999; Ellin, 1999; Frey, 1999; Hayward e Mc Glyn, 1995; Heath, 1997; Hinch, 1998; Iniguez, 1989; Krier, 1999; Jackson, 1952; Jacobs, 1961; Jenck, 1977; Lamas, 1993; Lilley, 1999; Larkham, 1990, 1996; Lynch, s.d, 1972, 1976; Montgomery, 1995; Moughtin, 1992; Portoghesi, sd; Punter e Carmona, 1997; Rapoport, 1969, 1977, 1984; Relph, s.d; Rossi, 1983, 1995; Rossi, Aymonino e Christofoli, 1967; Skea, 1996; Strike, 1994; Tiesdell, Oc e Heath, 1995.</i></p>	<p><i>Estas questões baseiam-se nas afirmações de autores consultados, para a construção do modelo teórico, os quais têm vindo a estudar a evolução do desenho e da arquitectura dos centros históricos e a sua capacidade de atrair os turistas.</i></p> <p><i>A imagem do centro da cidade inclui, para além dos aspectos históricos e arquitectónico, a densidade elevada, as utilizações mistas, a facilidade de orientação, das relações face a face. Queremos avaliar a percepção dos entrevistados acerca da presença dessas características, que têm a ver com a experiência da cidade, quer para residentes quer para turistas, sobretudo dos designados novos turistas. Os dados podem, posteriormente, ser cruzados com os das respostas dos turistas, para avaliar as confluências e as divergências.</i></p>
<p><u>5 Caracterização dos habitantes dos centros históricos</u></p> <p><i>Fontes: Badcock, 1993; Bayle e Robertson, 1997; Beauregard, 1986; Bell, 1980; Bourne, 1993; Broadway, 1998; Brysson, 1997; Carpentier e Lees, 1995; Clarck, 1994; Couch, 1997, 1999; Duffy e Hutchinson, 1997; Gouldner, 1979; Huet Chau, 1998; Jager, 1986; Jones e Watkins, 1996; Lash e Urry, 1987; Leontidou, 1993, 1996; Ley, 1996; Mela, 1999; Morris, 1997; Morrison e Mc Murray, 1999; Oc, Tiesdell e Moynham, 1997; Pfeil, 1990; Shaw e Robbison, 1998; Schnell e Graicer, 1993; Smith, 1979, 1987, 1986, 1996; Varady, 1994; Williams, 1995; Zurkin, 1989.</i></p>	<p><i>Esta é uma questão que se baseia na literatura, na relação entre reabilitação dos centros históricos, recuperação da função residencial e a sua ligação com a nova classe.</i></p> <p><i>Os centros históricos, no Algarve são, de uma maneira geral, habitados por uma população envelhecida, embora a situação tenda a mudar lentamente. Com esta pergunta quer-se avaliar a percepção da necessidade de alterar a situação actual de envelhecimento e abandono do centro, de forma a mantê-lo activo e viável, com novos e antigos moradores, e actividades económicas. Estas são as condições necessárias para serem visitados por turistas e evitar que se transformem em museus sem vida.</i></p>

Quadro 5.22 C – Acções que auxiliam a definir a acção a desenvolver para as mudanças ambientais a introduzir no centro histórico

Questão	Objectivos
<p><u>4 Os planos para Centro Histórico podem permitir a introdução de nova arquitectura</u> <i>Fontes: Aguiar, Cabrita e Appleton, 1997; Arnheim, 1977; Lamas, 1993; Larkham, 1990, 1996; Porteous, 1996; Punter e Carmona 1997; Rogers, 1988; Rowe, 2000; Samuels, 1990; Strike, 1994; Vilagrassa e Larkham, 1992.</i></p>	<p><i>Estas questões baseiam-se nas afirmações de autores consultados os quais têm vindo a estudar a evolução da morfologia das cidade e a sua relação com a introdução de novos modelos arquitectónicos nos centros históricos. Esses estudos influenciaram quer as filosofias das associações e instituições de defesa do património, quer as políticas de conservação e reabilitação e têm importantes reflexos na forma de desenvolver o turismo. A introdução de nova arquitectura nos centros históricos tem sido alvo de muito debate, no que concerne a melhor forma de tornar compatível reabilitação urbana e conservação do património.</i></p>
<p><u>6 Formas de actuação ao nível municipal, regional e nacional para evitar a degradação do ambiente construído do centro histórico</u> <i>Riverside, 1999; Mela, 1999; DoE, 1977; Morris, 1997; Brindley, 2000; Ley, 1983; Ley e Mercer, 1980; Ley, 1996; Harvey, 1989, in Miles, Hall e Burden, 2000; Hall e Hubbard, 1996; Judd e Swanstrom, 1998; Carlos Balsa 1997; Oc e Tiesdell, 1991; Oc Tiesdell e Moynham, 1997; Loftman e Nervin, 1995; Newmann, 1995; Potter, 1999; Shaw e Robison, 1998; Lawless, 1996; DETR, 1998; Edwards, 2001; Williams, 1995; Bery e MC Greal, 1995; Allmendiger e Tewdwr-Jones, 2000; Le Galés e Mawson, 1995; Wolman, Ford III e Hill, 1994.</i></p>	<p><i>Avaliar o conhecimento das políticas de reabilitação urbana.</i></p> <p><i>Este conjunto de itens resulta da revisão da literatura, na área de planeamento e política urbana, que tratam da reabilitação dos centros históricos e das várias filosofias que têm fundamentado a acção.</i></p>
<p><u>7 Formas de gerir a acessibilidade ao centro histórico significa</u> <i>Fontes: Balsas, 1999; Borg, 1991; Carfree Cities; Deprest, 1997; Chazoud, 1994; Glasson e outros, 1995; Jansen Verbecker, 1994; Judd, 1995; Ley, 1996; Mc Gregor, 1999; Montgomery, 1995; Patin, 1994;; Robertson, 1993; Frey, 1999.</i></p>	<p><i>Estas perguntas baseiam-se na revisão da literatura, que aponta a tendência, a nível mundial, para a valorização do peão, em detrimento do automóvel. Essa nova forma de gerir o tráfego assenta não apenas nas novas formas de gestão das cidades para a sustentabilidade, mas também na nova cultura urbana e os estilos de vida dos habitantes e utilizadores do centro da cidade.</i></p> <p><i>Permite avaliar a percepção das necessidades de regular a circulação nos centros históricos para evitar os impactos ambientais negativos e controlar os fluxos turísticos.</i></p>

Quadro 5.22 D – Acções que propiciam a definição das alterações a nível económico

Questão	Objectivos
<p><u>1 Evolução da oferta e serviços e produtos dos centros histórico das cidades escolhidas</u></p> <p><i>Fontes: Angus e Jhally, 1989; Baró e Soy, 1993; Bernanger e Meldrum, 2000; Blomfield, 1993; Bourdieu, 1969; Bovone, 1997, 1999; EC, 1998; Featherstone, 1991; GB DCMS, 1998; Gonzalez, 1993;Gottdiener, 1995; Hall, 1997, 2000; Harvey, 1989; Kratke, 2000; Lagapoulos, 1993; Ley, 1996; Miles e Paddison, 1997; Montgomery, 1995, 1997; Scott, 2000, 2001; Storpe, 1990; Rogerson, Fidlai, Paddison e Morris, 1996; Russo1998; Chang 2000; Wynne, 1992.</i></p>	<p><i>Estas questões baseiam-se nas afirmações de autores consultados para a construção do quadro conceptual, que têm vindo a estudar as características da economia cultural, no período pós “Fordista”.</i></p> <p><i>As actividades culturais, actualmente, estão a concentrar-se, sob a forma de “clusters”, no centro histórico, ou em zonas muito próximas. Queremos saber qual a percepção dos entrevistados sobre a evolução da economia cultural da cidade de Faro, e da sua importância como factor desenvolvimento e de atracção turística.</i></p>
<p><u>8 Quanto à relação entre regeneração do centro histórico, produção cultural e turismo</u></p> <p><i>Fontes: Ashworth, 1987, 1989, 1990, 1995; Ashworth e Tunbridge, 1990, 1996, 2000; Benach, 1994;Berg, Borg, Meer, 1995; Bianchini, 1991, 1993, 1995; Bianchini e Parkinson, 1993; Bianchini e Schwengel, 1991; Bourdieu, 1984, 1990;Bourdieu e Darbel, 1969; Broocks, 1993; Brunt e Courtney, 1999; Carreras, 1994; Clarke e Bradford, 1998; EC, 1995; EFIWC, 1994; Faber, 1974; GB-DCMS, 1998; Girard, 1998; Hall, 2000; Jansen Verbecker, 1986, 1994, 1999; Jansen Verbecker e van der Viel, 1995; Jansen Verbecker e van Rekom, 1996; Ley, 1996; Lovatt e O'Connor, 1995; Loftman e Nervin, 1995; Mac Guigan 1996; Maffesoli, 1996;Miles e Paddison, 1998; Montgomery, 1995, 1997; Mort, 2000; Reeves, 1996; Negrier, 1996; Richards, 1996, 2001; Richards, Goedhart e Herrijgers, 2001; Soja, 1989; Scott, 1997, 2000, 2001; Smies, 2000; Steveson, 1999; Thomas e Bromley, 1995; Urry, 1995; Vilagrasa e Larkham, 1992; Wynne 1992;Tiesdelle e Oc, 1998; Tiesdell, Oc e Heath, 1998.</i></p>	<p><i>A produção cultural tem vindo a instalar-se nos centros históricos, o que é afirmado na literatura consultada sobre desenvolvimento e gestão de bairros culturais.</i></p> <p><i>Quer-se avaliar a percepção dessa tendência e verificar se os entrevistados relacionam o capital cultural da procura com a produção e consumo cultural no centro histórico.</i></p>

Quadro 5.22 E – Acções a realizar para incrementar o turismo

Questão	Objectivos
<p><u>12 Na sua opinião quais deveriam de ser do objectivos de uma política de turismo para o centro</u></p> <p><i>Fontes: Anderson e Nanus, 1990; Augustyn e Knowles, 2000; Doswell, 1997; EC, 1999; Jamal e Getz, 1999; Long, 1999; Palmer, 1996; Thorton e Williams, 1998.</i></p>	<p><i>Esta questão teve como fonte a revisão da literatura, no que concerne as políticas de turismo para os centros histórico e tem como objectivo avaliar a percepção da política a implementar para o desenvolvimento do turismo no centro histórico.</i></p>
<p><u>10 Estratégia de acolhimento e informação e interpretação turística da cidade</u></p> <p><i>Fontes: Ashworth e Tunbridge 1990, 2000; Ball, 1997; Chang, 2000; Chen e Hsu, 2000; CL, 1998; Dredge, 1998; Garrod e Fyal, 2000; Gunn, 1990; La Torre Mac Lean, 1997; Miller, 1999; Moscardo, 1996; Munster, 2000; OMT, 1998; Osbali, 2000; Patin, 1997; Richards, 1996, 2000; Richards e Raymond, 2000; Risk, 1994; Sullivan, 1997; Uzzel, 1994; Valenzuela, 1998; Velarde e Allen, 1994; Wait, 2000.</i></p>	<p><i>Permite conhecer aquilo que os entrevistados consideram ser necessário desenvolver para incrementar a preservação da identidade dos centros históricos e oferecer uma boa experiência turística:</i></p> <p><i>Esta questão pode, posteriormente, ser confrontada com a colocada aos turistas, em tudo idêntica, para verificar se são compatíveis.</i></p>
<p><u>11 Opções de gestão de Fluxos turísticos no centro histórico</u></p> <p><i>Fontes: Borg, 1991; Glasson e outros, 1995; Chazoud, 1994; Deprest, 1997; Jansen Verbecker, 1994; McGregor, 1991; Judd, 1995; Patin, 1994.</i></p>	<p><i>Esta questão baseia-se na revisão da literatura sobre gestão dos fluxos turísticos.</i></p> <p><i>Pretende-se avaliar a percepção da melhor forma de actuar para evitar impactos negativos causados pelos visitantes.</i></p>

Quadro 5.22 F – Características da Aliança para a Acção

Questão	Objectivos
<p><u>13 Condições que suscitam e mantêm as parcerias, para o desenvolvimento do turismo nos centros históricos</u></p> <p><i>Fontes: Augustyn e Kmoles, 2000; EC, 1999; Redge, 1998; Doswell, 1997; Heely, 2001; Jamal e Getz, 1999; Long, 1997, 1999; MacCool e Martin, 1994; Palmer, 1996; Potter, 1995; Thorton e Williams, 1998; Tyler, 1998.</i></p>	<p><i>Esta pergunta teve com base a revisão da literatura, no que se prende com as parcerias criadas em cidades, incluindo as situadas em zonas de sol e praia, que reconverteram a sua oferta, no intuito de diversificar o seu produto.</i></p> <p><i>Tentamos saber qual o relevo que dão à criação de uma parceria para desenvolver o turismo no centro histórico.</i></p>
<p><u>15 A instituição a que pertence gostaria de ser envolvida no planeamento e gestão do turismo nos centros históricos.</u></p> <p><u>Indique quais as razões mais relevantes da sua escolha</u></p> <p><i>Fontes: Augustyn e Kmoles, 2000; EC, 1999; Dredge, 1998; Doswell, 1997; Hall, 1994 Heely, 2001; Jamal e Getz, 1999; Long, 1997, 1999; MacCool e Martin, 1994; Mason e Cheyne, 2000; Palmer, 1996; Thorton e Williams, 1998; Tyler, 1998.</i></p>	<p><i>Deseja-se avaliar o comportamento face a uma possível situação de participação no planeamento e no desenvolvimento do turismo no centro histórico.</i></p>
<p><u>16 Indique o relevo que as questões a bordadas possuem para a sua instituição, associação ou empresa</u></p> <p><u>17 Justifique a sua resposta</u></p>	<p><i>Permite conhecer a prioridade que as várias entidades dão ao desenvolvimento do turismo nos centros históricos.</i></p>

Quadro 5.22 G – Obstáculos a enfrentar na criação de uma Aliança para a Acção

Questão	Objectivos
<p><u>14 - Indique o que considera serem três obstáculos à realização do programa referido em 13 (aliança)</u></p> <p><i>Fontes: Augustyn e Kmoles, 2000; EC, 1999; Dredge, 1998; Doswell, 1997; Hall, 1994 Heely, 2001; Jamal e Getz, 1999; Long, 1997, 1999; MacCool e Martin, 1994; Mason e Cheyne, 2000; Palmer, 1996; Thorton e Williams, 1998; Tyler, 1998.</i></p>	<p><i>Avaliar as dificuldades que enfrenta a criação de uma estratégia para o desenvolvimento do turismo no centro histórico.</i></p>

A recensão da literatura, além de possibilitar a elaboração dos questionários, deu também lugar a uma reflexão que está na base da organização dos vários capítulos teóricos, mas que, por sua vez se interligam com as questões formuladas (ver quadro 5.23).

Quadro 5.23 - Relação entre perguntas dos questionários e os capítulos da pesquisa

Questionários da procura (número das questões)	Secção da componente teórica		Questionários da oferta (número das questões)	Secção da componente teórica	
	Principal	Secundários		Principal	Secundários
<i>Número 1 e 2</i>	3.5	3.4	<i>Número 1</i>	2.3	3.6, 3.4
<i>Número 3</i>	3.5	3.4	<i>Números 2 e 3</i>	2.3	3.6, 3.4
<i>Número 4</i>	2.5	1.3 e 2.3	<i>Número 4</i>	3.4	
<i>Número 5</i>	3.6	3.4	<i>Número 5</i>	3.2	3.4
<i>Número 6</i>	2.5		<i>Número 6</i>	3.2	3.6
<i>Número 7</i>	2.3	2.3	<i>Número 7</i>	3.6	
<i>Número 8</i>	2.5	2.2, 3.6	<i>Número 8</i>	3.6	2.4
<i>Número 9</i>	3.5	2.5	<i>Número 9</i>	3.4	3.6
<i>Número 10</i>	3.7	3.4	<i>Número 10</i>	3.5	3.6
<i>Número 11</i>	2.3	1.4	<i>Número 11</i>	3.3	3.3
<i>Número 12</i>	3.6	3.5, 3.7	<i>Número 12</i>	3.7	
<i>Números 13,14,15,16 e18</i>	3.5	2.5	<i>Número 13 a 19</i>	3.3	3.3
<i>Número 19</i>	3.4	3.5, 3.7			
<i>Número 20</i>	2.3	3.6, 3.4			
<i>Números 21, 22</i>	2.5	2.3			
<i>Números 23 e 24</i>	2.3	2.5			

5.7.3 - Aplicação do Questionário Piloto

A aplicação do questionário piloto conduziu à introdução de mudanças, nos dois questionários, que se passam a mencionar.

Algumas questões colocadas na forma afirmativa foram modificadas para a negativa, opção que permite testar o grau de concentração dos inquiridos.

Uma segunda correcção prende-se com o valor atribuído à intensidade de cada categoria, da escala de *Lickert*. Nos países de tradição latina, como Portugal, o valor máximo 5, é por regra interpretado, como concordo inteiramente, enquanto o valor 1 é associado à categoria discordo inteiramente. Por esse motivo os questionários aplicados aos turistas nacionais, aos espanhóis e franceses e os inquéritos dirigidos às instituições, empresas e associações com interesses no centro histórico foram realizados de modo a incluir esse tipo de escala. Nos questionários aplicados aos ingleses, aos alemães e outros povos de origem anglo saxónica e germânica revelou-se mais adequado utilizar a escala em que o 1 é o valor que corresponde a concordo inteiramente e o 5 a discordo inteiramente. Os procedimentos mencionados foram testados e são aconselhados, por Costa, na sua dissertação de doutoramento (Costa, 1996, pp. 245, 248).

5 - Metodologia da Investigação

O questionário piloto foi aplicado a 20 turistas no centro histórico de Faro. O maior inconveniente desta calendarização prende-se com a diferença do tipo de turistas que visitam o Algarve durante a estação média, época em que foi realizado o pré-teste (Primavera – mês de Maio) e os que o fazem na época alta, período no qual foi implementado o inquérito (Verão – meses de Julho, Agosto e Setembro).

A aplicação do inquérito piloto aos turistas, (ver anexo nº 1) demonstrou que algumas questões, embora relevantes, estavam colocadas de forma complexa, pelo que foram refeitas de modo a facilitar a compreensão do questionário (3.7, 14.10 e 15.6). Além disso, conduziu à decisão de introduzir, de forma pontual, algumas, consideradas necessárias, face às reacções, às sugestões e comentários dos inquiridos. No primeiro caso a questão 3 foi substituída pelas perguntas 2 e 3, a qual, na nova versão permite separar elementos quantitativos, (2) de qualitativos, (3). As perguntas 14.10 e 15.6 foram substituídas pela questão 3.4, que está colocada de forma mais clara e directa. Esta nova questão ao ser confrontada com as questões referentes ao nível educacional e à actividade profissional, pode cumprir os objectivos da 14.10, cujos fins se prendem com a validação ou invalidação de uma relação entre os turistas que visitam os centros históricos e o grupo social que se convencionou denominar por nova classe média cultural. A referida pergunta (14.10), quando cruzada com a que procura conhecer as actividades culturais de que tencionam fruir (8) e com a que procura encontrar a melhor forma caracterizar de um centro histórico atractivo (12), consegue fornecer informações relevantes sobre a identidade de gostos e a possível partilha de consumos culturais, com a vantagem de ser de mais fácil resposta do que a anterior 15.6. A pergunta 17 foi retirada porque era a que apresentava maior número de recusas por parte dos inquiridos.

No que se refere à oferta foi aplicado o questionário piloto (ver anexo 3), que envolveu indivíduos, de todas as categorias criadas, que constituem a população alvo. A selecção dos indivíduos foi feita por quotas, em número de dois elementos por grupo, tendo a escolha intencional incidido sobre aqueles que, nesta fase da pesquisa, nos facultasse garantir o máximo de informação, de diversidade e de abrangência, face ao tema proposto.

Os entrevistados foram seleccionados para que as suas respostas e sugestões representassem um contributo para a melhoria do questionário e incluíram 3 economistas (com responsabilidades na área do desenvolvimento urbano, do planeamento regional e da cultura), 1 arquitecto (que representa uma associação com interesse na reabilitação do centro histórico), 1 engenheiro (com interesse na revitalização económica do centro histórico), 1 agente de viagens (com interesse no turismo cultural), 1 director de museu, 3 professores universitários, com interesses na investigação e no ensino superior universitário, nas áreas cultural, urbana e turística.

A aplicação do questionário piloto demonstrou que se deviam acrescentar novas questões (1.9, 5.4, grupo 6, 9.12, 9.13, 10.17, 11.4, 11.6 e 11.8) ao questionário definitivo (anexo nº 4). A pergunta 1.9 facilita o conhecimento da percepção do relevo da presença do sector dos serviços públicos, no centro da cidade, para a sua revitalização económica; as questões 3.6 e 3.7 revelam se os interessados consideram algumas actividades existentes no centro histórico obsoletas, não compatíveis com o seu estatuto de zona símbolo da cidade; a pergunta 5.4 procura averiguar se os inquiridos vêem o centro histórico como um museu sem vida ou como uma área em que a cultura contemporânea é tão necessária como os símbolos do passado. O grupo 6 proporciona o conhecimento das formas de actuação que maior consenso reúne, para evitar a degradação dos centros históricos, de modo a propiciar uma actuação, por parte das instituições públicas, com apoio dos outros intervenientes. As perguntas 9.12 e 9.13 transmitem a percepção dos entrevistados sobre a quantidade e qualidade do emprego turístico no centro histórico. A 10.16 completa a 10.17, porque não se deve apenas facilitar o acesso ao espaço físico dos utilizadores com necessidades especiais mas também à informação e à interpretação. As perguntas do grupo 11 e 12 foram refeitas, de forma tornar as opções mais perceptíveis no questionário definitivo, enquanto se separam mais nitidamente formas de gerir os fluxos de turismo das opções de uma política de turismo, para o centro histórico, no questionário definitivo. As 16 e 16.1 permitem avaliar o relevo atribuído às perguntas colocadas para as instituições, associações e empresas, crucial não só para a autocritica do trabalho desenvolvido pelo investigador, como para verificar o tipo de acolhimento que a definição de uma política para a acção, baseada numa aliança para o desenvolvimento do turismo no centro histórico de Faro, podia obter junto das instituições representadas pelos inquiridos.

Algumas perguntas do grupo 1 do questionário piloto foram agrupadas, no definitivo, porque se referiam a sectores afins. A questão, do tipo dicotómico, foi substituída por uma outra de escala de Lickert, porque esta última fornece informação mais precisa sobre as expectativas dos entrevistados, em relação do desenvolvimento económico do centro histórico.

5 - Metodologia da Investigação

5.8 - Método de recolha de dados

Aplicação dos questionários e das entrevistas

A escolha dos meses de aplicação dos inquéritos, resulta da questão de partida, a qual pretende confirmar ou infirmar a hipótese da requalificação do turismo de sol e praia e a regeneração urbana serem processos que se podem apoiar mutuamente.

A aplicação dos inquéritos foi programada de modo a incluir cinco momentos diferentes – nos meses de Julho, Agosto e Setembro – com início a 15 de Julho e conclusão a 30 Setembro, de modo a incluir indivíduos representativos de cada quinzena dos referidos meses.

A primeira aplicação ocorreu nos dias 26, 27 e 30 de Julho, a segunda nos dias 6, 8, 10 e 13 de Agosto, a terceira nos dias 24, 27, 29 e 31 do mesmo mês e a quarta nos dias 7, 10 e de Setembro e a quinta deveria ter lugar nos dias 24, 26 e 30 de Setembro. As datas de aplicação dos questionários, no mês de Setembro, foram alteradas em relação ao inicialmente previsto, devido aos ataques ao World Trade Centre e ao Pentágono, porque se receou uma contracção súbita da procura turística, quer devido às medidas de segurança e às restrições de voo introduzidas no espaço da União Europeia, quer por se recear um possível encerramento, mais ou menos longo do referido espaço, devido às retaliações em que estavam envolvidos os países da NATO, quer ainda por se temer o cancelamento das viagens, por parte dos turistas. Esta conjuntura adivinhava-se, como um possível impedimento à reunião da amostra necessária, pelo que as datas da segunda quinzena foram mudadas para 12, 14, 17 e 19 de Setembro.

Para evitar que alguns grupos fossem excluídos, introduziu-se alguma pesagem, pelo que o questionário foi aplicado de manhã à tarde e ao fim da tarde, de forma a encontrar a maior variedade de motivações para a visita possíveis. Além disso procurou-se seleccionar entrevistadores que dominassem o conjunto de línguas em que o inquérito foi traduzido – inglês, francês, espanhol e alemão, de modo a que os formulários, aplicados espelhassem, da melhor forma possível, o universo de visitantes da cidade.

O local de aplicação do inquérito foi seleccionado de acordo com três critérios. Em primeiro lugar evitar o enviesamento das respostas através da garantia de que os entrevistados tinham visitado o centro histórico, ou pelo menos parte dele, quando respondessem ao inquérito. Ao proceder dessa forma, também se procurava cautelar uma maior disponibilidade para responder ao questionário. Por último deseja-se assegurar que contaríamos com respostas de turistas, que chegassem à cidade, através do número mais variado possível de meios de transporte garantindo a heterogeneidade dos participantes. Os locais seleccionados, de acordo com as normas que se

tinham estabelecido, foram a zona Ribeirinha, junto à doca de Faro, a Rua de Stº António, o Largo de S. Francisco e a Vila Adentro (núcleo histórico dentro das muralhas).

A zona Ribeirinha porque está situada próximo do núcleo mais antigo da cidade, numa zona ajardinada, escolhida pelas visitantes para descansar e contemplar a ria. Nesse local realizam-se várias manifestações culturais, nos referidos meses, eventos que se prendem com a gastronomia, as actividades radicais, os espectáculos de cariz mais popular, facto que contribui para o aumento da sua atracção turística. Além dessas razões existem outras que decorrem de se situar próximo dos terminais de transportes públicos rodoviário e ferroviário. O Largo de S. Francisco, por nele se localizar o maior parque de estacionamento da cidade, junto do centro histórico, além de ser esse o local eleito para a realização de feiras. A Vila Adentro por nela se localizar um grande número de atracções culturais (monumentos, museus, galerias de arte). A Rua de Santo António, porque é o coração comercial da cidade, nela se encontrando muitas das lojas de artesanato, moda, esplanadas que nos facultava o encontro com turistas mais interessados em efectuar compras de lazer com alguma incidência cultural.

Os inquéritos da oferta, num total de 70 (ver quadros referentes às instituições incluídas), foram enviados por correio, entre 4 e 8 de Outubro de 2001, acompanhadas de uma carta individual, em que se explicava os objectivos da pesquisa e se agradecia a colaboração. Incluía ainda um subscrito, com porte pago, para a devolução do inquérito preenchido.

Os telefonemas de acompanhamento foram realizados nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro, tarefa que se deu por terminada no final do mês de Fevereiro de 2002, quando já se dispunha de 42 que correspondia a 62% do universo alvo.

5.9 - Definição e construção do quadro conceptual

Após a realização dos inquéritos piloto e nunca perdendo de vista a revisão da literatura, o problema da pesquisa, os seus objectivos e as hipóteses colocadas, definiu-se e construiu-se o quadro conceptual. A explicação do quadro conceptual toma a forma de uma rede cuja estrutura foi interligada através quer de relações de diferença, temporais e espaciais no que concerne à tipificação dos paradigmas turístico, urbano e cultural quer de semelhança ou associação entre regeneração dos centros históricos, e rejuvenescimento do turismo de sol e praia mediados pelos novos turistas. A elaboração do referido quadro é um processo interactivo que consiste em definir os conceitos em estudo e com a ajuda de preposições, precisar as suas relações, em função do objecto de estudo.

Nesta pesquisa a construção do quadro conceptual deu lugar a uma separação por capítulos, com a seguinte organização. No primeiro abordou-se, de forma sucinta, a evolução da cidade e do

5 - Metodologia da Investigação

turismo europeus, desde o período tradicional até ao final do período modernista “Fordista”. Este capítulo foi dividido em quatro secções, sendo a primeira (ponto 1.2) dedicada à cidade tradicional, sob o ponto de vista urbanístico, social, económico e cultural, dando relevo ao centro da cidade, futuro centro histórico a que se seguiu na segunda (ponto 1.3) com uma breve síntese do desenvolvimento do turismo até os primeiros decénios do nosso século. Na terceira (ponto 1.4) tentou-se inventariar alguns dos aspectos mais relevantes do modelo de desenvolvimento modernista “Fordista”, bem como do seu declínio sob o ponto de vista urbanístico, social e cultural, porque não só condicionaram a evolução dos centros históricos, como o crescimento da procura turística e consequente desenvolvimento do turismo de massas, que provocou o seu declínio, sobretudo nas zonas de sol e praia, tema tratado na quarta secção (ponto 2.5).

No segundo capítulo dividido em três secções, procura-se delinear o actual modelo de desenvolvimento, designado por pós-modernista e pós “Fordista”, com relevo para as tendências que mais afectam a evolução dos centros históricos, no que concerne a cultura urbana, as políticas culturais, o desenho urbanístico e arquitectónico (2.3), a economia, nomeadamente a da cultura (ponto 2.4), a relação que existe entre pós modernismo, pós “Fordismo” e turismo (2.5).

No capítulo 3 procura-se provar a existência de uma conexão positiva entre regeneração dos centros históricos e requalificação dos destinos turísticos de sol e praia. A regeneração dos centros históricos exige uma política de actuação própria (ponto 3.2) que pode ser apoiada pelo turismo, (ponto 3.3). A regeneração do centro da cidade tem por objectivos repor as funções de diversidade social e económica, e, preservar, em simultâneo a sua identidade (ponto 3.4), enquanto a actividade turística pode ser desenvolvida de modo a que a transformação do património em atracção turística não afecte a sua qualidade e em simultâneo favoreça o incremento dos “clusters” de actividades dos turistas que facilitam a manutenção das funções múltiplas (ponto 3.5). Finalmente os temas inventariados polarizam-se em torno das características dos denominados bairros culturais, novos locais de residência, de consumo e produção cultural para visitantes e residentes (ponto 3.6), nos quais há que saber como gerir os fluxos (ponto 3.7).

O capítulo 4 é dedicado à construção do caso de Faro, no contexto nacional e local, seguindo o modelo de análise estabelecido nos três primeiros capítulos e assinalando as convergências e as divergências, em relação a modelos de índole mais geral traçados nos anteriores.

A descrição detalhada da metodologia utilizada ocupa o capítulo 5, a análise dos dados e resultados da pesquisa empírica o capítulo 6 e as conclusões o 7.

5.10 - Análise dos resultados

No presente inquérito a análise de resultados foi realizada com o auxílio do Statistical Package for Social Sciences, (SPSS) o que admitiu uma análise estatística de dois níveis diferentes:

Estatística descritiva, que, como o nome indica, se centra, essencialmente, “no estudo de características não uniformes das unidades observadas ou experimentadas”.

Estatística indutiva que permite, com base nos elementos observados ou experimentados, tirar conclusões para “um domínio mais alargado de onde esses elementos provieram” (Pestana e Gageiro, 2000, pp.19).

A análise estatística assenta na escolha das variáveis e das escalas de medida das variáveis, as quais abrangem quatro níveis de medida. Nominal, (os elementos são atributos ou qualidades), ordinal (apenas podem ser distinguidos diferentes graus do atributo) e de intervalo ou rácio (utiliza números para classificar os elementos de modo a que igual diferença entre os números corresponda igual diferença nas quantidades do atributo medido). O exame dos dados pode ser feita de forma univariada, bivariada e multivariada, consoante o número de variáveis tratadas em simultâneo. A estes níveis de tratamento, correspondem teste que permitem medir a relação entre variáveis, provenientes de amostras independentes.

Quadro 5.24 - Medidas estatísticas utilizadas no tratamento de dados dos inquéritos

Análise Univariada	Análise Bivariada	Análise Multivariada
<i>Medidas de estatística descritiva.</i> Medidas de tendência central, não central e de dispersão. Testes T para médias. Análise da Variância Univariada, Testes Post Hoc, teste não paramétrico de <i>Kruskal-Wallis</i> .	<i>Medidas de relação.</i> Medidas de relação (qui quadro) e associação (Coeficiente de Contingência).	 Alpha de Cronbach. Análise factorial de componentes principais.

A sucessão da utilização dos testes referidos no quadro 5.24 foi condicionada pelas necessidades próprias do estudo que realizámos. Por esse motivo elas foram explicitadas e justificadas, ao longo da análise dos dados e dos resultados que se inclui no capítulo 6 dedicado à investigação empírica.

5.11 - Limitações da Metodologia

A metodologia de elaboração e de aplicação dos inquéritos e das entrevistas semi estruturadas revelou algumas limitações.

5 - Metodologia da Investigação

No inquérito da procura, na questão referente às profissões, a quem se declarou como reformado, não foi pedida a referência da profissão anterior, o que deveria ter sido feito, na medida em que o que se deseja era testar a grelha elaborada a partir da revisão da literatura.

As questões números 10, 11 e 12 apresentavam um grau de dificuldade, que nos colocou algumas dúvidas quanto ao resultado final da sua utilização. Para as incluir testemunhava a favor a revisão da literatura, que apontava este tipo de visitante, como tendo um elevado capital cultural e, em consequência, detendo os códigos para as decifrar. O reduzido número de não respostas, o elevado coeficiente factorial a nível de AFCP, (Análise Factorial de Componentes Principais) e de consistência de Alfa de Cronbach, acabou por comprovar que as afirmações teóricas estavam correctas.

Apesar dos contactos frequentes de acompanhamento (de quinze em quinze dias a partir do início de Outubro de 2001, até ao fim de Fevereiro de 2002) que se procurou estabelecer com os respondentes do inquérito da oferta não se conseguiu reunir mais do que 42 entrevistas o que corresponde a 62% do universo, composto por 70 instituições, associações e empresas. Os responsáveis alegavam falta de tempo, para o preencher e foram adiando o envio da resposta. No final do mês de Fevereiro sentiu-se que não valeria a pena esperar, pois não se descortinou forma de convencer os que ainda não o tinham feito, a responder.

5.12 - Originalidade da tese e sua contribuição para a ciência

A elaboração da nossa tese oferece alguns contributos para a ciência na área dos estudos turísticos, na medida em que foi possível provar a relação entre regeneração dos centros históricos e requalificação do produto sol e praia, mediada pela nova classe média, na sua qualidade de turistas, através das suas práticas culturais.

A associação entre os gostos de uma determinada classe social e as suas práticas culturais e turísticas não possui um carácter inovador, na medida em que constitui um dos suportes da pesquisa realizada sobre a sociedade e o turismo tradicionais. A novidade introduzida pela nossa investigação deriva de ocorrer num contexto paradigmático inteiramente novo, em que as alterações a nível cultural, social, económico e turístico deram origem ao surgimento de uma nova classe média, mais culta e numerosa do que a anterior, que elaborou todo um novo conceito de estilo de vida, em que os centros históricos se transformaram na imagem da sua distinção.

O perfil desta nova procura, com incidência nos centros históricos é muito favorável ao incremento das actividades e indústrias culturais, na medida que os países do sul da Europa, receptores de turismo de sol e praia, necessitam requalificar o produto turístico, reabilitar os seus centros históricos e incrementar a oferta cultural, porque, nesses países a nova classe média vai também

ganhando expressão à medida que o acesso à educação se democratiza. No entanto, as actividades desenvolvidas pelos turistas, nos centros das cidades só podem produzir impactos favoráveis se os grupos interessados na regeneração e no turismo, desejarem aproveitar as sinergias criadas, através de uma estratégia que favoreça esse desígnio. Por essa razão pensamos que a nossa pesquisa, ao abordar, em simultâneo o perfil da procura e os desígnios da oferta demonstrou o interesse dos estudos inclusivos, que não se atêm apenas a um dos termos do binómio, facultando, por isso, a necessária visão integradora da sua relação interactiva.

O estudo empírico incidiu apenas sobre uma pequena cidade, de uma pequena região, de um pequeno país periférico. Por esse motivo supomos ser de algum interesse recomendar a realização de estudos idênticos de modo a confirmar ou infirmar o modelo elaborado, investigações essas que devem abranger:

1 A aplicação deste modelo ou de outros idênticos, noutras zonas de sol e praia, na mesma etapa do seu ciclo de vida ou noutra fase.

2 O alargamento do exemplo a outros envolvidos no processo, nomeadamente os residentes, de modo a encontrar pontos de confluência e de divergência de interesses.

3 O aproveitamento do tipo de investigação e sua adequação a cidades que se situem fora das áreas de turismo balnear.

5.13 - Conclusão

A selecção da metodologia embora tenha sido efectuada com o maior rigor, tendo em conta os condicionalismos da investigação, que nos propomos realizar, encontra-se dominada por um profundo ecletismo, que resulta de uma tentativa constante de manter o equilíbrio entre novo e antigo paradigma, local e global, técnicas quantitativas e qualitativas. O carácter pragmático da nossa pesquisa é, contudo um reflexo, conquanto que simbólico, do carácter da área do saber turístico, em que as suas dimensões inclusivas, holísticas, multi e mesmo transdisciplinares, se conjugam com a ambição de criar o seu próprio paradigma e atingir a visão sintética e coerente, que lhe ofereça o estatuto e a credibilidade de ciência com um corpo teórico inteiramente estabelecido.

A natureza relativamente pioneira da pesquisa que se desejava efectuar envolvendo os estudos culturais, urbanos e turísticos contribuiu para a construção de uma metodologia em que os dados recolhidos através das perguntas fechadas ou pré formatadas que consideramos mais importantes para a prossecução do nosso objectivo, eram reavaliados através das abertas. As interrogações

5 - Metodologia da Investigação

colocadas à oferta (representantes da comunidade farenses) foram concebidas de modo a serem cruzadas com as colocadas à procura (turistas) numa tentativa constante de criar uma rede sólida de relações que nos deixassem confirmar ou infirmar hipóteses. Estas, por sua vez, resultaram de uma revisão da literatura holística, multi e por vezes transdisciplinar, conquanto se desejasse atingir uma visão sintética, embora não sintetizada da realidade.

O método seguido, quer na elaboração do modelo teórico, quer na concepção do estudo empírico, peca por alguma circularidade de pensamento que atinge, em determinados momentos alguma redundância, embora constitua o recurso de que nos socorremos para tentar garantir a validação do problema da pesquisa.

6 – Investigação Empírica

6.1 - Introdução

A revisão da literatura demonstrou que vivemos um novo paradigma, que resulta das grandes mudanças iniciadas na segunda metade do século XX, a nível cultural, social económico, urbano e turístico (capítulos 1 e 2). Essas alterações têm vindo a propiciar uma regeneração dos centros históricos, em que a cultura e o turismo desempenham um papel central (ver capítulo 3).

A mutação ocorrida sustentou as hipóteses de pesquisa, na medida em que o nosso problema se insere nessa nova realidade. O surgimento de uma nova classe média cultural, em consequência de um dos últimos actos de democratização moderna (ver ponto 1.3), com a extensão do acesso ao ensino superior a todos os grupos sociais, provocou modificações apreciáveis na definição de cultura (ver ponto 2.3.2, 4.2.3.1 e 4.3.3.3) e na reorganização da cidade, nomeadamente na regeneração dos centros históricos (ver ponto 3.2 e 3.4 e 4.3.3.2), na economia dessa zona da cidade (ver ponto 2.2 e 4.2.3.4) e na evolução do turismo (ver pontos 2.5, 3.3 e 4.2.3.6).

O reconhecimento da existência dessa nova classe média cultural (ver ponto 2.3.2, 4.2.3.1 e 4.3.3.3) e da sua presença como turistas (ver ponto 3.3), no centro histórico de Faro (ver ponto 4.3.3), constitui um dos elementos basilares para a definição da nossa tese. Por esse motivo o ponto 6.2 da análise dos dados recolhidos no centro histórico da capital do Algarve foca-se na definição do seu perfil e do produto consumido. A aferição da sua capacidade discriminatória em relação à imagem do espaço público e do meio construído da zona antiga da urbe, a escolha do tipo de informação e acolhimento que dá respostas às suas necessidades, a composição de uma oferta cultural que satisfaz as suas expectativas e a avaliação da experiência turística vivida em Faro constituem outros tantos elementos de definição das características, gostos e anseios, de modo a conhecer a oferta que mais agrada a esses turistas.

Os processos de regeneração dos centros históricos são, porém, extremamente complexos (ver ponto 3.2, 4.2.3.3 e 4.3.3.2) não só pelo número de organizações envolvidas, que abarcam instituições, empresas, associações representativas dos vários grupos profissionais e comunitários, mas também pela dificuldade que encerra a necessária compatibilização da recuperação das suas múltiplas funções (ver ponto 3.4 e 4.3.3) com a manutenção das suas características específicas, a nível cultural e patrimonial. As numerosas intervenções exigem a

6 - Investigação Empírica

definição de uma estratégia que compreenda todos os interessados, ao nível do planeamento (ver pontos 3.2 e 3.3 e 4.3.3.3), com o objectivo de criar as condições necessárias para facilitar uma regeneração urbana apoiada na cultura e no turismo (ver pontos 3.4 e 3.5 e 4.2.3.5). Estas características processuais justificam a elaboração do ponto 6.3, que se fundamenta no tratamento dos dados dos questionários enviados aos dirigentes dos sectores que convencionámos consultar (ver ponto 5.3.3) por serem, na nossa perspectiva, os mais interessados numa regeneração do centro histórico de Faro apoiada nas actividades culturais e turísticas (ver ponto 4).

Para atingir o objectivo a que nos propusemos, devemos conhecer o perfil dos inquiridos, o modo como avaliam a conjuntura actual, (ver 3.2 e 4.1.3.3), a percepção das acções que facultam a reabilitação física, cultural, funcional e social do centro histórico (ver ponto 3.4 e 4.2.3.3). Desejávamos também obter a sua opinião a propósito das decisões que contribuem para a definição de políticas de turismo (ver ponto 3.3) e de gestão de fluxos de visitantes para o centro histórico de Faro (ver ponto 3.7). A estes juízos juntavam-se ainda os que salientam as condições que favorecem e os obstáculos que rodeiam a criação de uma oferta que satisfaça as necessidades culturais dos visitantes e responda aos anseios dos gestores consultados quanto às necessidades de desenvolvimento do centro histórico de Faro (ver ponto 3.3, 3.5 e 4.3.3).

A presença dos novos turistas culturais e a aspiração dos representantes da comunidade fareNSE consultados, de contribuir para a concretização da referida estratégia não constituíam, em si, garantias do sucesso da regeneração da cidade tradicional, com apoio do turismo (ver ponto 3.6 e 4.2.3.4). Afigurava-se-nos, igualmente, necessário, verificar se os interesses da oferta (representantes da comunidade fareNSE), não colidiam com os da procura (dos turistas), de modo a que a relação a estabelecer se manifestasse benéfica para ambas as partes, tema a que dedicámos o ponto 6.4 (ver pontos 2.5 e 3.6). Efectuámos a comparação simultânea, através de testes estatísticos adequados, da avaliação da imagem de Faro, e da interpretação desejada por turistas e comunidade de representes dos interesses locais. Realizámos ainda outras comparações, entre as percepções e juízos dos dois grupos, sem auxílio de testes estatísticos, que englobaram o tipo de desenvolvimento aprovado pelos representantes da comunidade local e dos desejos de consumo cultural dos visitantes, cujos resultados nos ofereceram outras tantas pistas para avaliar a possibilidade de harmonizar as expectativas de cada conjunto.

Reflexões metodológicas sobre a análise dos dados dos questionários aplicados

Antes de iniciarmos qualquer tratamento e análise impõe-se uma primeira reflexão consagrada às não respostas e às indecisões – não sabe ou recusa-se a responder – que constituem um material importante e um critério de validade das questões formuladas. No nosso caso as não respostas fazem parte da natureza intrínseca tanto do inquérito da procura como da oferta, razão pela qual, foram introduzidos os filtros não sei, não respondo, nos dois questionários construídos.

No primeiro caso ou seja, no inquérito aplicado à procura turística do centro histórico, foram introduzidos filtros, excepto na pergunta número 11. Apesar do elevado índice de dificuldade das opções propostas desejávamos que os turistas fizessem uma selecção clara, mesmo correndo o risco de alguma distorção dos resultados, porque a avaliação do meio construído e do espaço público de Faro revelava não só a aptidão da cidade para atrair, mas também a competência dos turistas para se pronunciarem sobre os ambientes construídos dos bairros tradicionais. Essa questão gerou o número mais elevado de não respostas de todo o questionário, ainda que não ultrapasse 20% do número total de inquéritos aplicados. Foody afirma que é muito vulgar a percentagem de não respostas atingir os 20% (Foody, 1996, pp. 119), enquanto Pestana e Gageiro indicam esse valor como barreira que não deve ser transposta para evitar o enviesamento salvaguardando a credibilidade dos resultados (Pestana e Gageiro, pp.29). Além de termos seguido esta especificação de Pestana e Gageiro aplicámos ainda outro método, a título de confirmação, empregue por Vitell, que consistiu no confronto do número das não respostas obtidas nos primeiros 200 inquéritos, com as encontradas nos restantes 191. A comparação provou que não se registavam grandes oscilações no número de não respostas entre os dois grupos (Vitell et al. in Jesus, 2001 pp.144).

Os inquéritos dirigidos a todas as instituições, empresas e associações, que se considerou terem interesse no desenvolvimento de uma oferta turística integrada para o centro histórico da cidade (ver capítulo 4) acusam um maior número de não respostas. As recusas ultrapassam em alguns itens 20%, valor referência adoptado, embora o confronto do seu número nos primeiros 20 questionários devolvidos, não apresentasse grande discrepância, em relação aos restantes 22. As questões em que o número de não respostas ultrapassou os 20%, estão devidamente identificadas nos quadros com um asterisco e com uma legenda.

6.2 Análise dos dados dos inquéritos aplicados aos turistas

O ponto se inicia (6.2) é dedicado à análise dos dados recolhidos nos 391 inquéritos aplicados aos turistas (ver anexo.2), no centro histórico de Faro, durante o Verão de 2001. A investigação obedeceu às regras que se descreveram e justificaram no capítulo 5. A apresentação do exame detalhado dos dados e dos resultados alcançados anuiu à elaboração de comentários que decorrem da sua apreciação e consentem a aferição da validade das hipóteses colocadas em relação às características dos turistas.

A ordem das perguntas do questionário (ver anexo 3) foi alterada de modo a obedecer aos critérios de selecção, expostos na metodologia (ver capítulo 5), regras essas que relembramos e associamos, desde já, aos números dos sub-pontos em que se inserem.

6.2.1 - Análise das perguntas que admitem traçar o perfil do turista em termos pessoais incluindo as variáveis: idade (22), sexo (21), composição do grupo (1 e 2), profissão (23), nível de escolaridade (24), país e local de residência (3.1, 3.2, 3.3, 3.5).

6.2.2 - Apreciação das questões que ajudam a conhecer o perfil do turista no que concerne o produto consumido, abarcando dimensões como local de alojamento (3.6), transporte utilizado (5), momento da decisão (4) e fontes de informação para planear a visita (7) motivos de visita ao Algarve (6) e a Faro (9), actividades culturais usufruídas na urbe (8).

6.2.3 - Estudo dos quesitos que permitem avaliar a imagem do espaço público e do meio construído da urbe (11) apreciar o tipo de informação e acolhimento que deixam obter (10) e a composição de uma oferta cultural atraente, que satisfaça as suas expectativas (12).

6.2.4 - Exame das interpelações que anuem aquilatar a satisfação com a experiência turística vivida em Faro, enunciada nas respostas às questões que se prendem com a duração (14), hora (sem número) e frequência da visita (13), a intenção de voltar (16), de recomendar (17), o grau de enriquecimento da estadia no Algarve proporcionado (15), e a classificação da experiência vivida (18).

6.2.5 - Análise de conteúdo das perguntas abertas (19 e 20)

Análise descritiva simples

Nesta fase da análise dos dados realizaram-se operações muito simples a saber:

Elaboração das distribuições de frequência simples e relativa; cálculo das medidas de tendência central, principalmente a média aritmética, embora nos casos em que se justificava também se tivesse calculado a mediana e a moda; estimativa das medidas de dispersão.

As perguntas de escala foram sujeitas ao teste de Alpha de Cronbach “uma das medidas mais usadas para verificação da consistência interna de um grupo de variáveis (itens) podendo definir-se como a correlação que se espera obter entre a escala usada e outras hipotéticas, do mesmo universo, com igual número de itens que meçam a mesma característica” (Pestana e Gageiro, 2000, pp. 415). A consistência interna resulta das diferenças de opinião dos inquiridos e nada tem a ver com a deficiente elaboração do questionário (Pestana e Gageiro, 2000, pp. 415). Os valores do teste de Alpha de Cronbach variam de acordo com a escala que se passa a referir e que nos permitem aceitar ou rejeitar a adequação do conjunto de itens à medição da variável latente, porque, como mencionam Hill e Hill, “não faz sentido tirar conclusões a partir de uma medida que não tem a fiabilidade adequada” (Hill e Hill, 2000, pp. 148).

Maior que 0,9 – Excelente

Entre 0,8 e 0,9 – Bom

Entre 0,7 e 0,8 – Razoável

Entre 0,6 e 0,7 – Fraco

Abaixo de 0,6 - Inaceitável

6 - Investigação Empírica

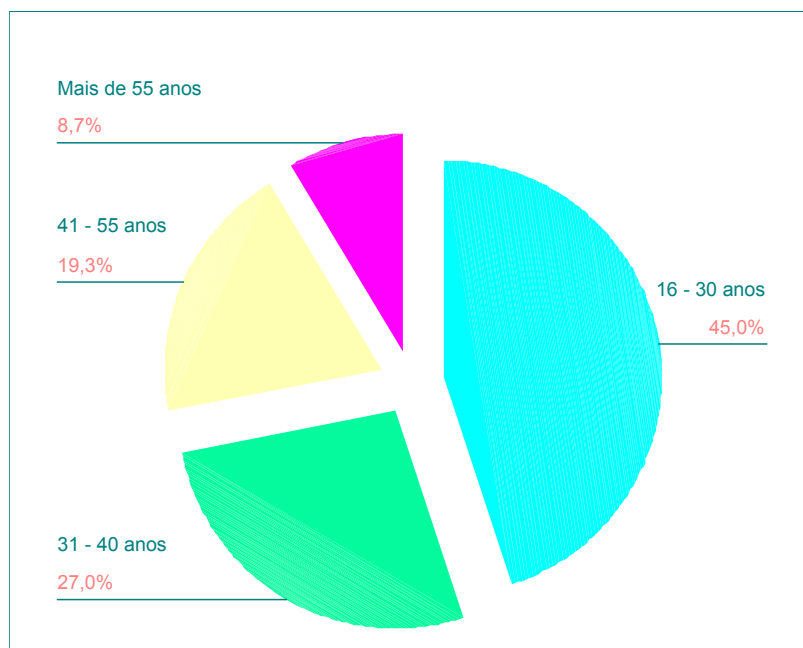
6.2.1 - Caracterização dos turistas

Os visitantes inquiridos no centro histórico de Faro (ver quadro e gráfico 6.2.1), nos meses de Julho Agosto e Setembro de 2001, período em que se procedeu à consulta, eram muito jovens porque a média de idades se situava nos 35,5 anos, a mediana nos 32 e a moda nos 25, implicando que 45%, do total não ultrapassassem os 30 anos (ver pergunta 22). Importa, em função dos resultados obtidos e das tipologias encontradas no ponto 2.3, para os visitantes com motivações culturais, assinalar as alterações, nos níveis etários que se verifica, desde o início da década de 90, na Europa. Este segmento, antes conotado com visitantes mais idosos, evidencia, actualmente, uma grande participação de jovens, tendência que tem vindo a ser validada não apenas pelas pesquisas, realizadas na área de saber do turismo (ver ponto 2.5) como na dos estudos culturais (ver pontos 2.3.2, 4.2.3.1 e 4.3.3.3).

Quadro 6.2.1 – Idade em faixas etárias

Idade	Frequência absoluta	Frequência relativa
16 – 30 anos	170	45,0
31 – 40 anos	102	27,0
41 – 55 anos	73	19,3
+ de 55 anos	33	8,7
Total	378	100%
<i>Média: 35,5 Desvio padrão: 13,43</i>		
<i>Mediana: 32 Moda: 25</i>		

Gráfico 6.2.1 – Idade em faixas etárias

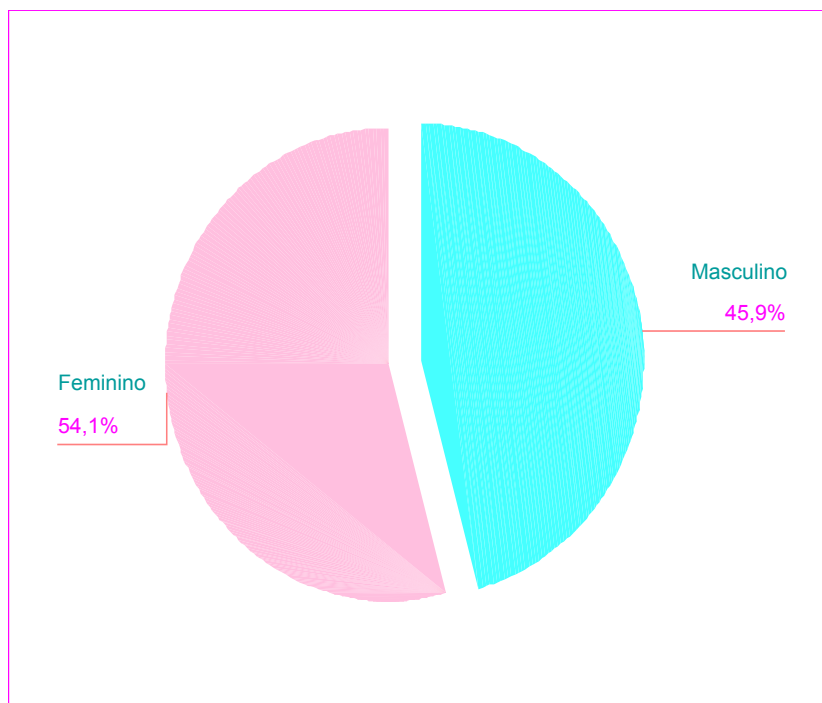


A apreciação da repartição dos visitantes, em função do sexo, como se pode verificar no quadro e no gráfico 6.2.2, aponta para uma maior participação feminina, que excede a masculina em 10%, facto que advém do peso das mulheres nas profissões que desempenham os que (ver quadro e gráfico 6.2.6), se incluem neste segmento de mercado (ver ponto 2.5.1 e 4.2.3.2). A diferença apurada, em termos de maior participação das mulheres, está de acordo com a encontrada por Richards (2001), na sua pesquisa realizada para a ATLAS, estudo cujos resultados foram descritos no ponto 2.5.1 (ver pergunta 21).

Quadro 6.2.2 - Sexo

Sexo	Frequência absoluta	Frequência relativa
Masculino	178	45,9
Feminino	210	54,1
Total	388	100%

Gráfico 6.2.2 - Sexo



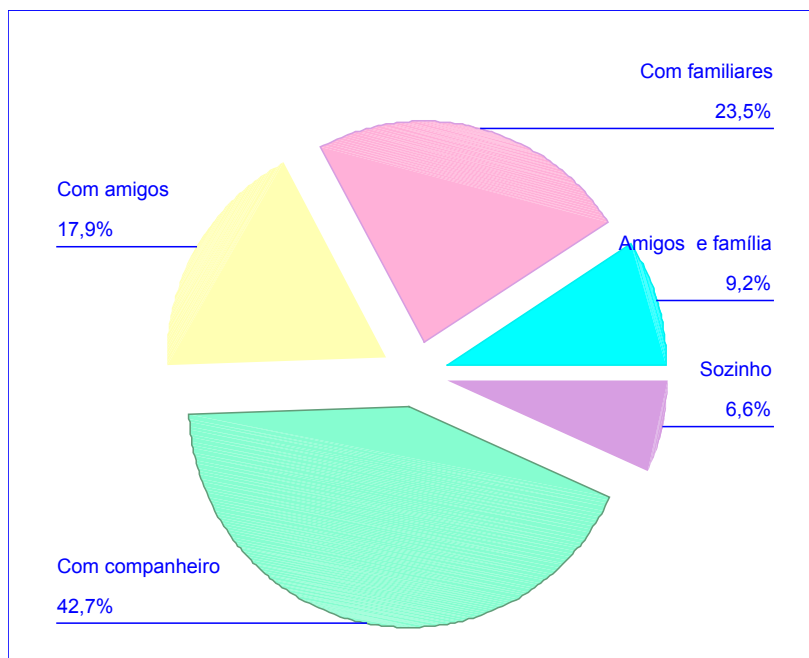
6 - Investigação Empírica

A maioria dos inquiridos (ver pergunta 1) declarou que viajava (ver quadro e gráfico 6.2.3) com o companheiro (42,8%), enquanto os que se deslocavam com familiares alcançavam a segunda posição (23,5%) seguidos dos que o faziam com amigos (17,9%) e dos que estavam sós (6,6%).

Quadro 6.2.3 – Composição do Grupo

Composição do grupo	Frequência absoluta	Frequência relativa
Está sozinho	26	6,6
Está com o seu companheiro	167	42,8
Está com amigos	70	17,9
Está com familiares	92	23,5
Está com amigos e familiares	36	9,2
Total	391	100%

Gráfico 6.2.3 – Composição do grupo

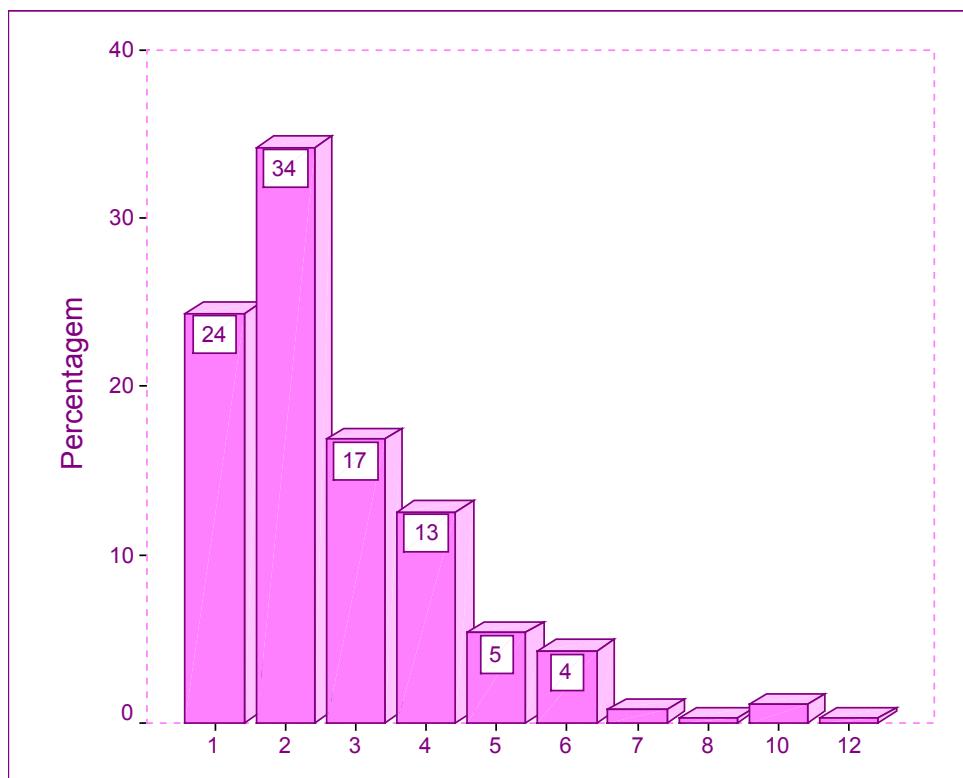


A percentagem de visitantes que se deslocavam apenas com o companheiro, justifica que a composição de grupo (ver quadro e gráfico 6.2.4), mais frequente, em termos de número de elementos por conjunto, não exceda dois (34,2%), seguido dos que abrangiam apenas elemento um (24,3%), enquanto os agregados com duas (16,8%), ou três pessoas (12,6%) são menos vulgares. Todas as outras combinações não superam os dez por cento do total (ver pergunta 2.1).

Quadro 6.2.4 – Número total de pessoas

Número de Pessoas	Frequência absoluta	Frequência relativa
1	91	24,3
2	128	34,2
3	63	16,8
4	47	12,6
5	20	5,3
6	16	4,3
7	3	0,8
8	1	0,3
10	4	1,1
12	1	0,3
Total	374	100%
<i>Média: 2,68 Desvio padrão: 1,70</i>		

Gráfico 6.2. 4 – Composição do grupo (Número total de pessoas)



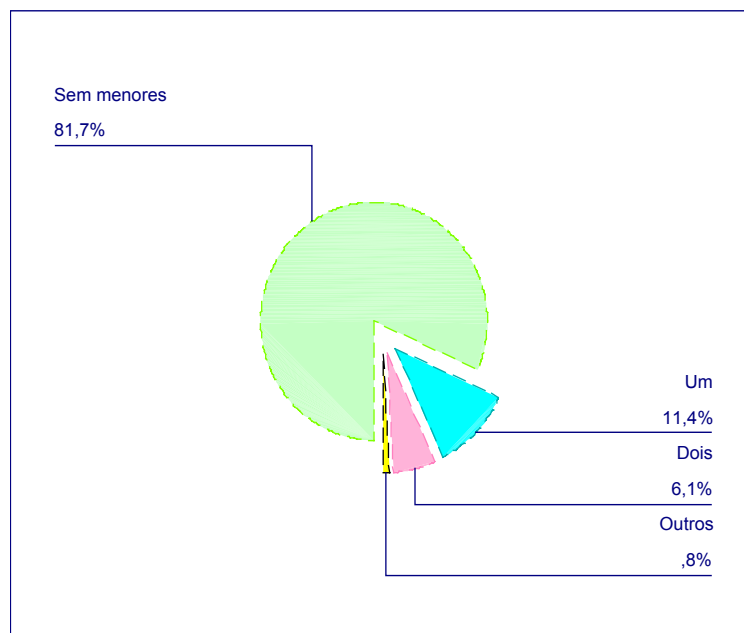
6 - Investigação Empírica

A juventude dos visitantes, a reduzida dimensão do número total de pessoas por categoria (ver quadro e gráfico 6.2.5), ajuda a elucidar a quase inexistência, nos grupos inquiridos, de menores de 16 anos (81,7%). Esse cunho dos participantes no estudo realizado pode ser esclarecido pela redução drástica dos núcleos familiares nos países de origem. A essa razão há ainda que adicionar uma especificidade da nova classe média, detectada na revisão da literatura (ver ponto 3.4), que lhe advém de um casamento, por regra, muito tardio, dado o longo período de formação escolar e académica e o tempo necessário para garantir alguma estabilidade profissional, que se reflectem na renúncia à formação de agregados familiares extensos (ver pergunta 2.4.1 e 3.4.3).

Quadro 6.2.5 - Número de dependentes menores de 16 anos

Número de Menores	Frequência absoluta	Frequência relativa
0	308	81,7
1	43	11,4
2	23	6,1
Outros	1	0,8
Total	377	100%
<i>Média: 0,27.....Desvio padrão:0,69</i>		

Gráfico 6.2.5 – Número de dependentes menores de 16 anos

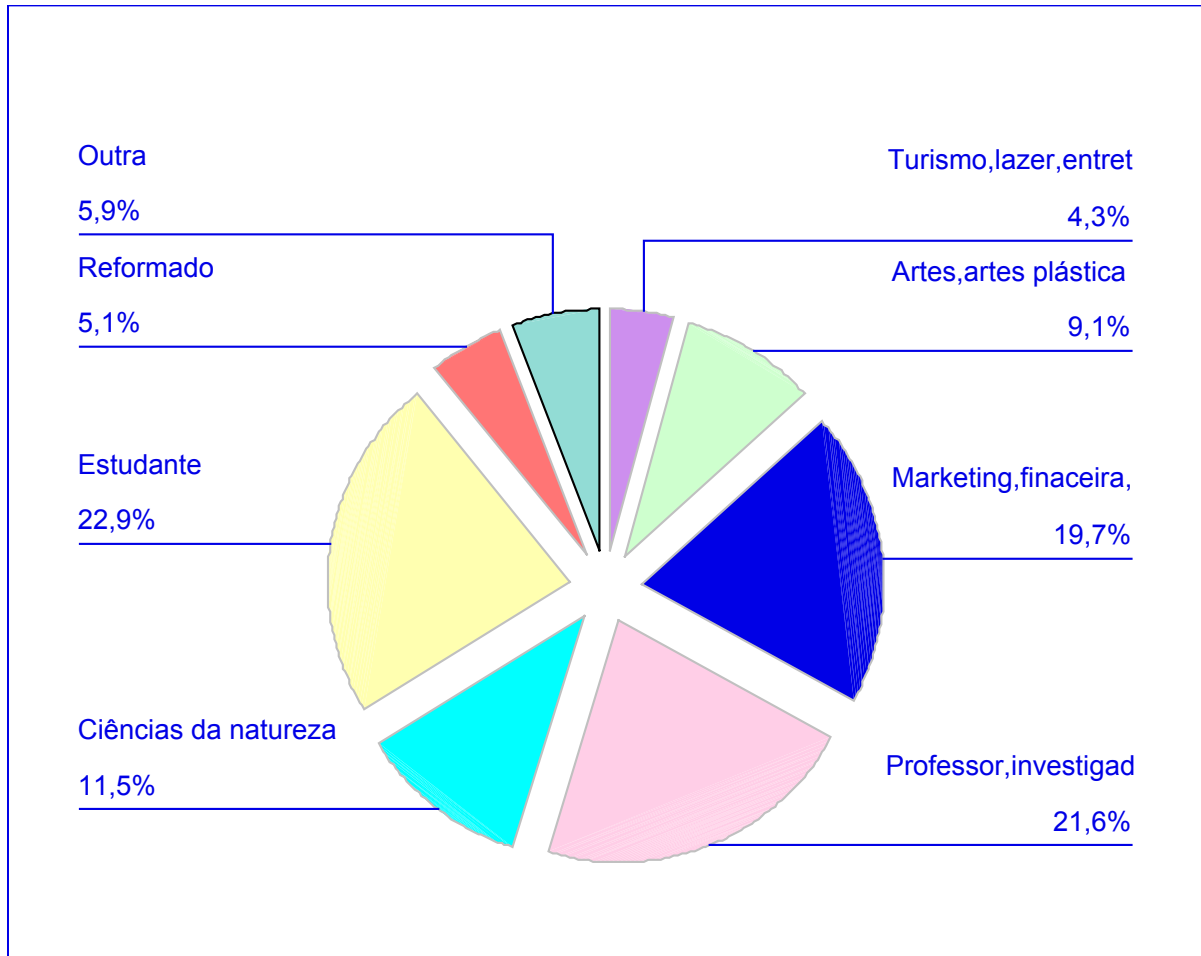


A distribuição por categorias profissionais (ver quadro e gráfico 6.2.6) patenteava, de modo idêntico, a juventude dos visitantes, visto que muitos ainda não estavam ainda plenamente integrados no mercado de trabalho, por se encontrarem a realizar a sua formação, situação expressa na elevada percentagem de estudantes incluídos no inquérito (22,9%). Seguiam-se os professores, investigadores e os profissionais dos serviços de solidariedade social (21,6%), os especialistas em marketing, gestão, gestão financeira, consultoria e tecnologias da informação, (19,7%), as profissões das áreas das ciências da natureza, exactas e das engenharias (11,5%), as artes cénicas, plásticas, indústrias culturais, cultura e informação (9,0%) e as actividades no turismo, lazer e entretenimento (4,3%), encontrando-se também um número relativamente significativo de desempregados (3,5%). Não se inseriam em qualquer das categorias criadas a partir da revisão da literatura (ver capítulo 2.3.2, 2.5.1 e 4.2.3), oito inquiridos que não mencionaram a profissão, dezanove que se declararam reformados e uma doméstica (ver pergunta 2.3). Os dados recolhidos, reafirmam a natureza cultural da nova classe média e indiciam a ligação das profissões dos visitantes do centro histórico de Faro, às inventariadas, na revisão da literatura, quer sobre o perfil cultural da nova classe média (ver ponto 2.3.2 e 4.2.3) e dos novos turistas culturais (ver ponto 2.5.1), quer ainda sobre a formação e actividades profissionais dos moradores (ponto 3.4.3 e 4.2.3.5) dos centros históricos (ver pergunta 23).

Quadro 6.2.6 – Profissão

Profissão	Frequência absoluta	Frequência relativa
Áreas de actividade agrupadas de acordo com a revisão da literatura		
Turismo/ Lazer/Entretenimento	16	4,3
Arte/Artes Plásticas/Cénicas/Indústrias Culturais/Cultura/Informação	34	9,0
Marketing/Finanças/Gestão/ Consultoria/Tecnologias da Informação	74	19,7
Professor/Investigador/Serviços de Solidariedade Social	81	21,6
Ciências da Natureza/Ciências Exactas/Engenharia	43	11,5
Desempregado	13	3,5
Estudante	86	22,9
Outra	28	7,5
Total	375	100%
Não mencionam profissão	8	28,6
Reformado	19	67,8
Doméstica	1	3,6
Total	28	100%

Gráfico 6.2.6 - Profissão



A repartição profissional, por sua vez, espelha o seu elevado grau de escolarização (ver quadro e gráfico n.º 6.2.7). Os participantes com nível escolar primário (1%) e secundário (5%) têm uma expressão muito diminuta seguindo-se, com uma maior participação, os turistas com formação profissional (13,8%), embora a grande distância da eloquente maioria de visitantes com um índice de escolarização de nível superior (80%), nos seus graus de bacharel (11,0%), licenciado, (61,9%), mestre (5,7%) e doutor (1,3%). O elevado grau de educação formal dos visitantes de Faro, nos meses de Julho, Agosto e Setembro, do ano 2001, comprova um dos apanágios da nova classe média cultural, reflectindo, desse modo, os efeitos da democratização do ensino e da cultura, descritos no ponto 2.3.2, 2.3.3 e 4.2.3.1 e 4.2.3.2 (ver pergunta 24).

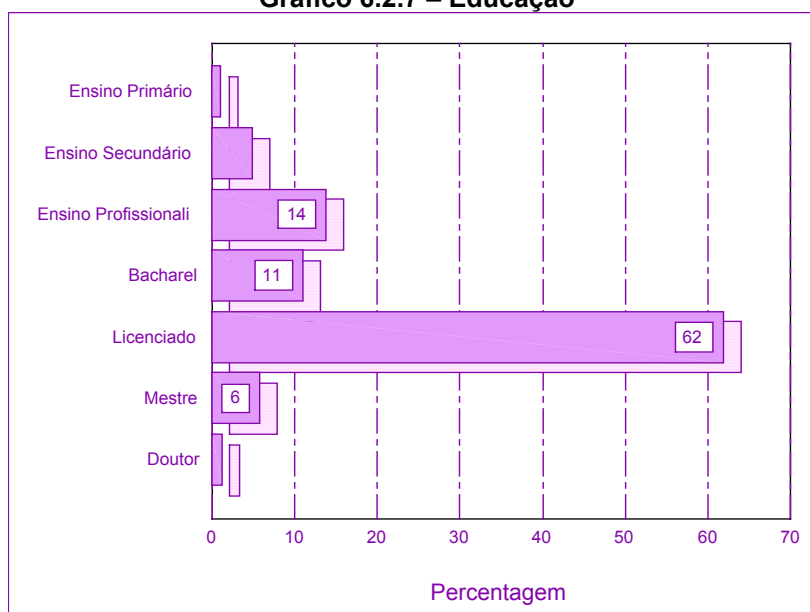
Quadro 6.2.7 - Educação

Educação	Frequência absoluta	Frequência relativa
Primário	4	1,0
Secundário	19	5,0
Profissional	53	13,8
Bacharel	42	11,0
Licenciado	236	61,9
Mestre	22	5,7
Doutor	5	1,3
Total	381	100%

A importância relativa da formação profissional, no contexto global da amostra e a juventude dos licenciados confirmam, o detectado na revisão da literatura, a propósito do crescimento do capital cultural, na Europa, na pegada do que aconteceu nos Estados Unidos e Canadá, uma geração mais cedo (ver ponto 2.3.2). À medida que o acesso ao ensino superior se democratizava, aumentava o interesse pelos temas culturais, por parte da pequena burguesia cuja ascensão social ocorreu em função desse capital adquirido.

Embora alguns académicos não façam depender o capital cultural única e exclusivamente das qualificações formais, admitindo o peso das informais, o número de membros da nova classe média cultural que possui formação superior é, por norma, muito elevado, quer as pesquisas se realizem no domínio dos estudos culturais (ponto 2.3.2, 4.2.3.1), quer da geografia económica (ponto 2.4.2), quer da geografia da habitação (3.4.3 e 4.2.3.5), quer ainda do turismo (ponto 2.5.1).

Gráfico 6.2.7 – Educação



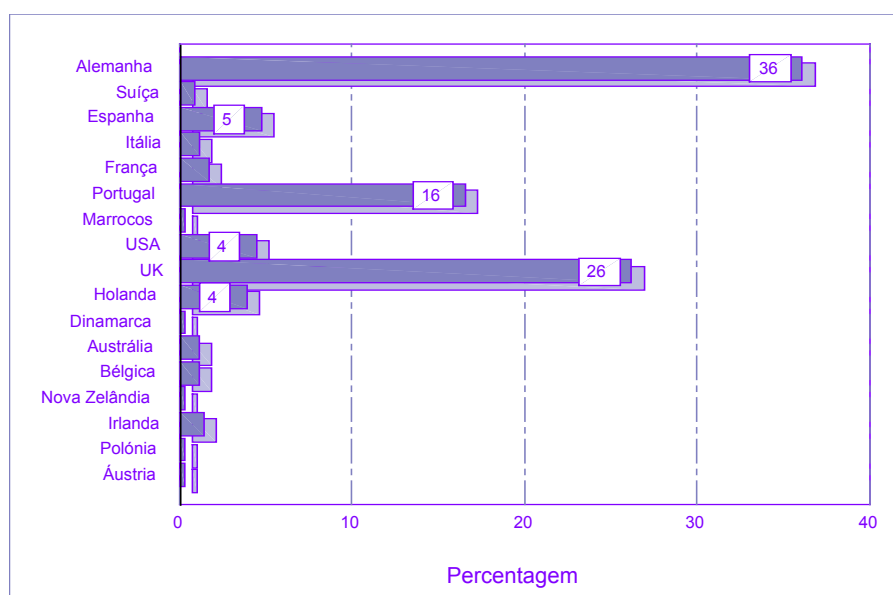
6 - Investigação Empírica

Os visitantes do centro histórico de Faro (ver quadro e gráfico 6.2.8), que responderam ao inquérito (ver pergunta 3.1), residiam na Alemanha (36,0%), na Grã-Bretanha (26,1%) e em Portugal (16,5%), seguidos, a alguma distância, pelos que provinham de Espanha, (4,7%), dos Estados Unidos da América (4,4%) e da Holanda, (3,8%). A percentagem de participação do mercado interno indiciava uma alteração dos padrões da procura turística, em função do crescimento do capital cultural. Com efeito, se tivermos em conta as percentagens de frequência do ensino superior de que se partiu, na década de 70, do século passado (ver ponto 4.2.3.1) a procura interna registava um crescimento assinalável.

Quadro 6.2.8 - País de Residência

País de Residência	Frequência absoluta	Frequência relativa
Alemanha	131	36,0
Suíça	3	0,8
Espanha	17	4,7
Itália	4	1,1
França	6	1,6
Portugal	60	16,5
Marrocos	1	0,3
Estados Unidos da América	16	4,4
Reino Unido	95	26,1
Holanda	14	3,8
Dinamarca	1	0,3
Austrália	4	1,1
Bélgica	4	1,1
Nova Zelândia	1	0,3
Irlanda	5	1,4
Polónia	1	0,3
Áustria	1	0,3
Total	364	100%

Gráfico 6.2.8 – País de residência



O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro

Os visitantes, de acordo com os dados recolhidos, residiam predominantemente em cidades, (grandes pequenas e médias, poucos referindo regiões, vilas ou aldeias), como se demonstra no quadro número 6.2.9 (ver perguntas 3.2 e 3.5). Os turistas portugueses, por exemplo, provinham, na sua grande maioria de cidades pequenas e médias, demonstrando que a crescente participação no turismo cultural não é apenas apanágio dos residentes das grandes, como Lisboa ou Porto. O aumento de capital cultural acompanhado da descentralização do ensino superior permitiu uma distribuição mais harmoniosa do saber, diminuindo, desse modo, a distância entre as várias regiões do país, em termos de acesso ao ensino e à cultura (ver ponto 4.2.3.1 e 4.3.3.3).

Quadro 6.2.9 – Local de Residência dos turistas

País	Local de residência e número de turistas
Alemanha	<i>Alleich(1); Allgau (1); Aubsburg (1); Aurich (1); Baden, (2); Bamberg (3); Berlim (7); Bluschen(1); Bochum (1); Bodensee(1); Bona (2); Brem (1); Brementhafen (2); Darmstad (3); Detmold (2); Djon (1); Dorfmund (3); Dorften (1); Dusseldorf (8); Erlanger (3); Forcheim (1); Francoforte (7); Freidurg (2); Freising (1); Furth(2); Geluhauser(1); Glabath (2); Halle (1); Hamburgo (10); Heidelberg (2); Honow (1); Ingosstad (1); Karsruhe (3); Kassel (3); Koln (3); Korbach (1); Kown (1); Linburg (3); Ludwigshafen (1); Mannheim (1); M'gladbach (1); Minden (1); Munique (5); Neustad (1); Nurembergue (4); Osnabruck (1); Richberg (2); Schwabach (2); Schwratenbach (1); Schweinfurt (1); Estugarda (2); Torxheim (1); Wangen (5); Wiesbaden (2); Wiesenthan (3); Wurzburg (2).</i>
Suíça	<i>Truffikon (1).</i>
Espanha	<i>Alcala de Menvres (1); Barcelona (1); Basco(1); Cadiz;(1); Córdova (2); Huelva (1); Madrid (4); Palma de Maiorca (1); Saragoça (3); Sevilha (1); Valência (1).</i>
Itália	<i>Milão (1); Nápoles (1); Roma (1); Veneza (1).</i>
França	<i>Lyon (2); Paris (3); Semur en Aurois(1).</i>
Portugal	<i>Abrantes (1); Almada (2); Barcelos (3); Braga (4); Bragança (1); Cascais (1); Castelo Branco (3); Ceia (1); Coimbra (2); Covilhã (1); Ermesinde (2); Évora (2); Fundão (1); Leiria (2); Lisboa (12); Mafra (1); Montemor (1); Portalegre (1); Porto (4); Queluz (2); Sesimbra (2); Setúbal (3); Sintra (3); Vila Boa do Mondego (1); Viseu (1).</i>
Marrocos	<i>Rabat(1).</i>
Estados Unidos da América	<i>Boston (3); Chicago (5); Filadélfia (1); Los Angeles (1); Nova Iorque (2); Oxford (2); São Francisco (3).</i>
Reino Unido	<i>Birmingham (1); Blackpool (1); Bournemouth (1); Bristol (1); Bromley (1); Burnley (1); Cardiff (3); Chelmsford (1); Coventry (2); Crewe (1); Darlington (1); Dingwalt (2); Glasgow; (1); Huddersfield (2); Kent (1); Leeds (12); Lincoln (1); Liverpool (5); Londres (32); Manchester (4); Newcastle (3); Norwich (1); Nottingham (1); Portsmouth (1); Plymouth (3); Ramsey (2); Southampton (3); Stafford (1); Sunderland (1); Winchester (1); Worcester (1).</i>
Holanda	<i>Amsterdam (3); Denhaay (1); Entschede (1); Etten (1); Hoorn (2); Langedijn (1); Maastrich, (1); Roterdão (1) Tilburg (2); Westerswyte (1).</i>
Dinamarca	<i>Copenhaga (1).</i>
Austrália	<i>Carnavon (1); Sydney (3).</i>
Bélgica	<i>Antuérpia (1); Bruxelas (2); Hourlualon (1).</i>
Nova Zelândia	<i>Auckland (1).</i>
Irlanda	<i>Aberdeen (2); Athlone (1); Kildare (1); Tuam (1).</i>
Polónia	<i>Gdansk (1).</i>
Áustria	<i>Viena (1).</i>

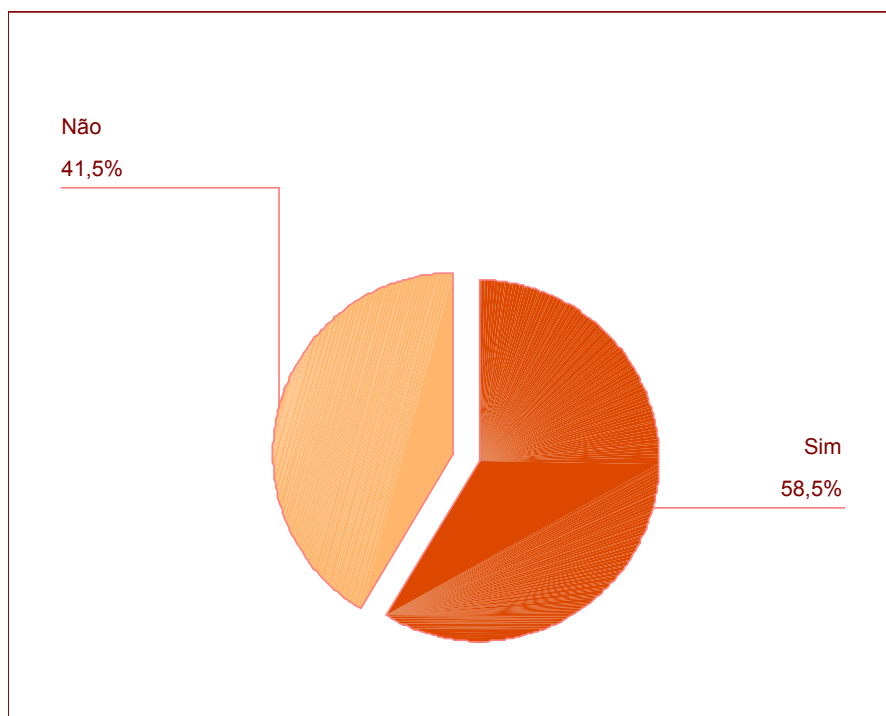
6 - Investigação Empírica

A confirmação da sua proveniência de meios urbanos é testemunhada pela análise do quadro 6.2.10 e do gráfico 6.2.9, porque a maioria dos inquiridos declarou residir nos centros históricos das cidades de origem (58,5%), facto que corroborava a preferência desta nova classe média cultural, por habitar na zona antiga das urbes. Esta predisposição comprovava a ligação que estabelecemos, a partir dos autores consultados nas áreas da geografia da habitação (ponto 3.4.3 e 4.2.3.5) e do turismo (ver ponto 2.5.1), entre a reabilitação da função residencial dos centros históricos e o interesse pela prática do turismo cultural (ver pergunta 3.3).

Quadro 6.2.10 - Residência no centro histórico

Reside no Centro da Cidade	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim	209	58,5
Não	148	41,5
Total	N=357	100%%

Gráfico 6.2.9 – Residência no centro histórico



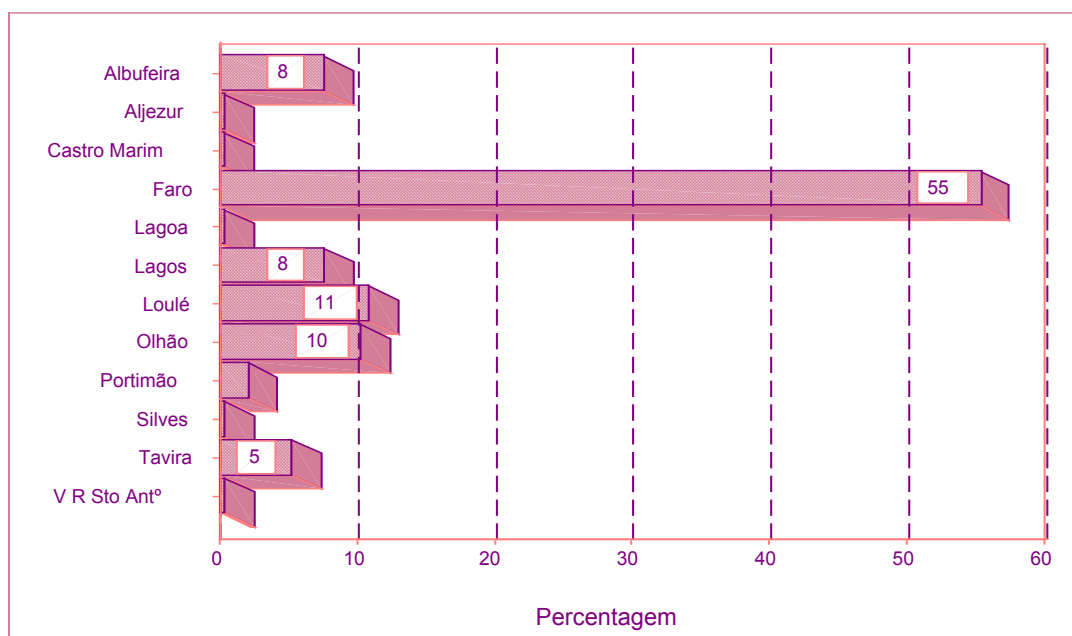
6.2.2 - Caracterização do produto consumido

Um número significativo dos visitantes do centro histórico (46%) estava alojado na capital do Algarve (ver pergunta 5). Os turistas que não se hospedaram na cidade (54%) fizeram-no em todos os concelhos da região, embora de forma desigual, como se pode concluir a partir da observação do quadro 6.2.11 e do gráfico 6.1.10. Por ordem descendente de importância, os concelhos de Faro (55,2), Loulé (10,8%), Olhão (10,2%), Albufeira (7,6%) e Tavira (5,2%) foram os mais escolhidos (ver pergunta 3.6).

Quadro 6.2.11 – Alojamento no Algarve

Alojamento no Algarve - Concelhos	Frequência absoluta	Frequência relativa	Localidades
Albufeira	26	7,6	Albufeira (22), Praia da Falésia (2) e Olhos d'água (2).
Aljezur	1	0,3	Bordeira (1).
Castro Marim	1	0,3	Altura (1).
Faro	190	55,2	Faro (186), Conceição (1), Estoi (1), Gambelas (1) e Montenegro (1).
Lagoa	1	0,3	Porches (1).
Lagos	26	7,6	Lagos (26).
Loulé	37	10,8	Loulé (8), Vilamoura (13), Quarteira (15) e Almancil (1).
Olhão	35	10,2	Olhão (23), Fuzeta (10) e Moncarapacho (2).
Portimão	7	2,0	Portimão (6) e Alvor (1).
Silves	1	0,3	Armação de Pêra (1).
Tavira	18	5,2	Tavira (16), Santa Luzia (1) e Bordeira (1).
V R. S. António	1	0,3	Monte Gordo (1).
Total	344	100%	

Gráfico 6.2.10 – Local de alojamento no Algarve (concelhos)



6 - Investigação Empírica

A leitura do quadro 6.2.11 e do gráfico 6.2.10 consente ainda constatar a significativa opção pelo alojamento no litoral em detrimento do interior, confirmando, desse modo, a importância indiscutível da motivação balnear.

Quando interrogados sobre o meio de transporte utilizado para atingir a cidade (ver quadro 6.2.12), verificou-se que o conjunto dos que se fizeram transportar em automóvel de aluguer (48,1%) e em carro próprio (17,3%) atingia 65,4% das opções tomadas pelos visitantes que não se encontravam hospedados urbe (54,0%), seguido dos transportes públicos de autocarro (17,8%), o comboio (13,5%) e o autocarro de excursão (7,7%). A preferência pelo passeio a pé (3,4%) foi pouco seleccionada, embora consiga ultrapassar a bicicleta, que permanece ainda sem seguidores. Faro é uma cidade plana de clima ameno, razão pela qual seria fácil implantar esse meio de transporte que constitui uma das grandes alternativas (ver ponto 3.4.5), a nível mundial, para a gestão da acessibilidade ao centro da cidade (ver pergunta 5).

A tendência para se deslocarem em viatura automóvel (65,4%) pode também ser indiciadora de falta de qualidade, dos transportes públicos regionais situação que exige alguma atenção, por parte do poder local, regional e nacional. A melhoria da oferta de transportes públicos contribui para a definição do modelo de centro histórico sustentável e para uma gestão dos fluxos turísticos eficaz, assuntos tratados nos capítulos 2.4.3 e 3.7, respectivamente. Em relação aos transportes ainda se salienta a pouca importância dos circuitos e excursões (7,7%), no cômputo geral das visitas facto que tanto destaca a reduzida oferta existente, como a autonomia destes turistas em relação ao consumo de produtos mais normalizados.

Quadro 6.2.12 – Meios de transporte utilizados

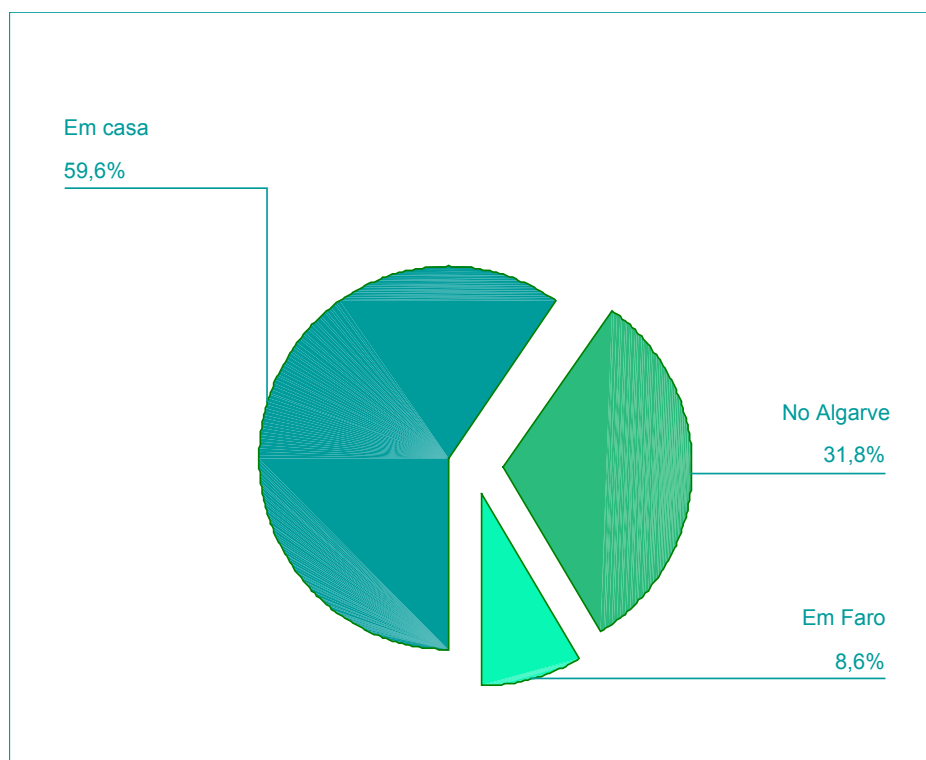
Meios de Transporte utilizados para chegar à cidade	Frequência absoluta	Frequência relativa	Média	Desvio padrão
Carro Próprio	36	17,3	1,83	0,38
Carro Alugado	100	48,1	1,52	0,50
Autocarro - Excursão	16	7,7	1,92	0,27
Autocarro – Transporte Público	37	17,8	1,82	0,38
Comboio	28	13,5	1,87	0,34
Bicicleta	0,0	0,0	0,0	0,0
A pé	7	3,4	1,97	0,18
Total	207	100%		

A maioria dos inquiridos tomou a decisão de visitar o centro histórico da cidade antes de sair do seu país ou área de residência (59,6%), enquanto um conjunto apreciável fez a sua escolha quando já se encontrava na região (31,8%). Só um número muito reduzido (8,6%) tomou essa opção quando chegou à urbe, como pode ser aferido através da leitura do quadro 6.2.13 e do gráfico 6.2.11 (ver pergunta 4).

Quadro 6.2.13 - Decisão de visita à cidade

Decisão de visitar a cidade	Frequência absoluta	Frequência relativa
Antes de sair do seu país /área	223	59,6
Quando já estava no Algarve	119	31,8
Quando chegou a esta cidade	32	8,6
Total	N=374	100%

Gráfico 6.2.11 – Decisão de visita à cidade



6 - Investigação Empírica

O carácter cultural da visita foi reforçado pela selecção das fontes de informação consultadas pelos inquiridos, para o planeamento da visita. O conhecimento tinha sido recolhido em guias e roteiros (59,2%), (ver quadro 6.2.14), escolha que confirma a declaração feita, por 59,6% dos interrogados, no sentido de terem tomado a decisão de percorrer a cidade, antes de sair do seu país de origem (ver quadro 6.2.13 e gráfico 6.2.11). Os esclarecimentos dos funcionários dos postos de turismo ocupam o segundo lugar nas escolhidas dos visitantes (31,0%). As consultas foram realizadas, possivelmente, pelos respondentes que afirmaram ter tomado a decisão de visitar a cidade quando já se encontravam na região, conjunto que atinge 31,8%, como se pode confirmar no quadro 6.2.12 e no gráfico 6.2.11. O papel de familiares e amigos (27,7%) salienta o crédito atribuído à imagem positiva transmitida pelos antigos visitantes. Seguem-se as sugestões dos representantes (26,9%) sublinhando, desta forma, a tradicional função de conselheiro deste funcionário do operador turístico que acompanha os clientes no destino, durante a sua estadia. A experiência anterior pouco influenciou (14,1%) a decisão tomada, na medida em que, como mencionamos mais adiante, a maioria nunca tinha visitado a urbe. Os meios de informação informáticos foram pouco utilizados (7,5%), enquanto a promoção realizada, através da comunicação social atingiu o público-alvo dado o seu peso diminuto, nas deliberações dos entrevistados (3,8%), razão pela qual as instituições, nomeadamente a Região de Turismo do Algarve, necessitam rever a sua estratégia de promoção e comunicação(ver pergunta 7).

Os visitantes interrogados patenteavam o comportamento dos novos turistas culturais, descrito no ponto 2.5.1 porque do mesmo modo que os seus antepassados do século XIX, também os actuais se socorrem de fontes escritas, como guias e roteiros (ver ponto 1.3), para preparar e acompanhar a visita denotando a apropriação das atitudes da antiga classe dominante (ver pergunta 4).

Quadro 6.2.14 – Fontes de informação para planear a visita

Fontes de informação para planear a visita	Frequência absoluta	Frequência relativa
Amigos e familiares	108	27,7
Visita anterior	55	14,1
Internet	28	7,2
Rádio, TV, Imprensa	15	3,8
Guias e roteiros	231	59,2
Representante do Operador Turístico (REP)	105	26,9
Posto de Turismo	121	31,0
Recepção do Hotel	35	9,0
Outro (sem mencionar)	4	1,0
É sempre bom voltar	2	100
Total	390	100%

Pergunta de respostas múltiplas

A questão que procurava averiguar quais os motivos de visita à região, uma questão de escolha múltipla evidenciou dois grandes grupos de pretextos que se prendiam com o sol e praia (87,9%), e turismo cultural (73,8%) (ver quadro 6.2.15). A mutação de gostos dos turistas, exposta no ponto 2.5.1 alusivo ao seu novo perfil, envolve uma preferência acentuada por produtos turísticos que incluam o ambiente e a cultura. As respostas dadas pelos inquiridos, no centro histórico de Faro, comprovam essa nova tendência (ver pergunta 6).

Quadro 6.2.15 – Motivos da visita ao Algarve

Motivos de visita ao Algarve	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sol e praia	342	87,9
Turismo cultural	287	73,8
Visita a familiares e amigos	47	12,0
Circuitos	23	5,9
Golfe	5	1,3
Actividade profissional	4	1,0
Saúde	51	13,1
Desporto	53	13,6
Outro	10	2,6
Total	389	100%

Pergunta de respostas múltiplas

A necessidade de melhor dissecar os dados recolhidos, porque o perfeito entendimento das relações estabelecidas, de inclusão ou de exclusão, entre estas duas motivações prevaletentes desempenha um papel muito relevante na aferição das hipóteses colocadas (ver ponto 5.4) conduziu à reorganização (recodificação) da variável, segundo o modelo que se passa a mencionar (ver quadro 6.2.16).

Quadro 6.2.16 – Reorganização da variável “Motivos de visita ao Algarve”

Grupo	Designação
Escolheram Sol e Praia e Cultura	<u>1</u> - Sol e Praia/Cultura
Seleccionaram apenas cultura	<u>2</u> - Cultura
Indicaram apenas sol e praia	<u>3</u> - Sol e Praia
Não assinalaram qualquer uma dessas opções	<u>4</u> - Outros

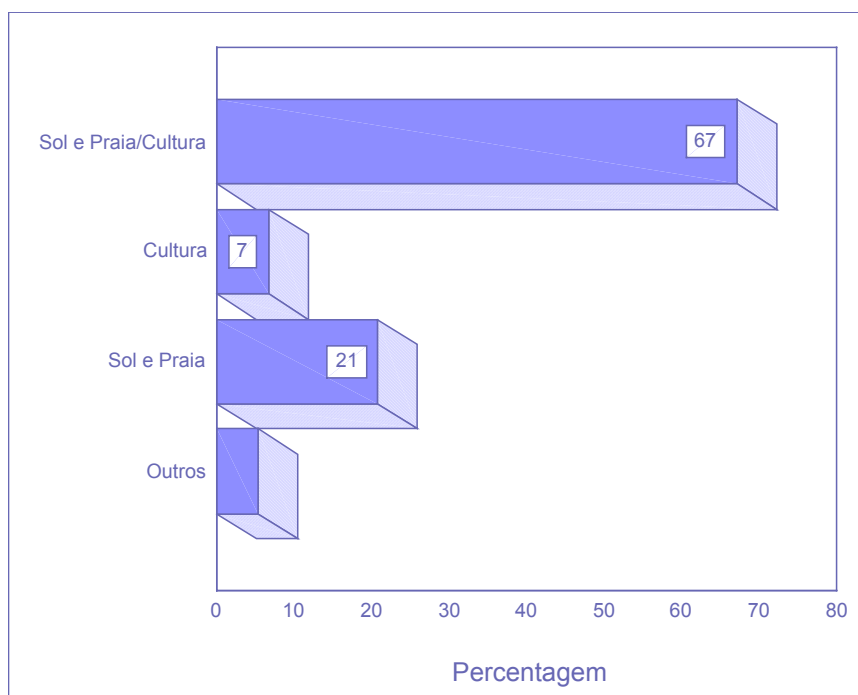
6 - Investigação Empírica

O novo arranjo dessas variáveis admitiu conhecer a importância de cada uma das quatro escolhas (ver quadro 6.2.17 e gráfico 6.2.12). Os resultados indicaram 67,1% para os que elegeram a associação de Sol e Praia e Cultura, 20,8% para os que mencionaram apenas Sol e Praia, 6,7% para os que assinalaram Cultura e 5,4% para os que fizeram escolhas que não abrangiam nem Sol e Praia, nem Cultura, incluídos numa categoria denominada Outros.

Quadro 6.2.17 – Motivos de visita ao Algarve (recodificada)

Motivos de visita ao Algarve (Recodificada)	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sol e Praia + Cultura	263	67,1
Cultura	25	6,7
Sol e Praia	82	20,8
Outros	19	5,4
Total	389	100%

Gráfico 6.2.12 – Motivos de visita ao Algarve (recodificada)



As motivações de visita à cidade evocadas pelos turistas, de novo uma pergunta de respostas múltiplas, cujos resultados podem ser consultados no quadro 6.2.18, confirmaram a tendência encontrada em questões anteriores, para a fruição não só de produtos culturais, reflectida na percentagem de respostas afirmativas à escolha história e cultura (71,6%), mas também de ambientais, revelada na pontuação obtida pelo item ao clima ameno, sol e paisagem natural (56,8), apesar desta última não ter sido seleccionada com idêntica frequência. Por outro lado, as escolhas feitas pelos inquiridos testemunharam ainda um conceito de cultura que se identifica com a concepção de “edudistracção” de Richards (2001), a ideia de cosmopolitismo estético de Urry (1995) e a segmentação dos turistas culturais, realizada por Verbeke (1999) em que se verifica uma interligação entre cultura e lazer (ver ponto 2.5.1). As percentagens obtidas pelos itens mais seleccionados – passear (71,6%), história e cultura (71,4%), clima ameno, sol (56,8%), compras e lojas (50,4%) - são reveladoras de uma atitude de nova classe média e, por consequência, de novo turista cultural (ver pergunta 9).

Quadro 6.2.18 – Motivos de visita a Faro

Motivos da Visita à Cidade	Frequência absoluta	Frequência Relativa	Média	Desvio Padrão
Passear	280	71,6	1,33	1,09
Compras e lojas	197	50,4	1,50	0,50
História e Cultura (Visita a Monumentos)	279	71,4	1,29	0,45
Clima ameno, sol, paisagem natural	222	56,8	1,43	0,50
Eventos culturais	81	20,7	1,79	0,41
Negócios / Incentivos	2	0,5	1,99	7,14E-02
Para acompanhar amigos	35	9,0	1,91	0,29
Para descontraír e usufruir da paisagem	130	33,2	1,67	0,47
Seminários / Convenções	-	-	2,00	0,00
Para me divertir	167	42,7	1,57	0,50
Para melhorar os meus conhecimentos	93	23,8	1,76	0,43
Pelo ambiente humano, pelas pessoas	106	27,1	1,73	0,45
Nada em particular	2	0,5	1,99	7,14E-02
Estou de passagem	17	4,3	1,96	0,20
Para conhecer coisas novas	160	40,9	1,59	0,49
Outros	7	1,8	1,98	0,13
Total	391			

Pergunta de respostas múltiplas

6 - Investigação Empírica

As actividades culturais que os visitantes pretendiam fruir na cidade (ver quadro 6.2.19) manifestavam outro dos traços da nova classe média cultural porque evidenciavam não só a visão inclusiva da cultura, liberta das barreiras entre alta e baixa, mas também o domínio, por parte deste grupo social, de códigos de decifração das duas (ver ponto 2.3.2 e 2.3.3), ilustrado pela sequência dos itens mais votados. A gastronomia surge como primeira preferência (74,7%), embora seguida de perto pelos monumentos (73,1%) e pelos museus (64,9%), enquanto as outras alternativas se classificaram a grande distância destas. Apesar disso, as eleições menos seleccionadas, que abarcam festivais (39,5%), galerias de arte (35,7%) e artes do espectáculo (30,2%) reforçam essa pluralidade de gostos (ver pergunta 8).

Quadro 6.2.19 – Actividades culturais que desejam fruir

Actividades Culturais	Frequência absoluta	Frequência Relativa	Média	Desvio Padrão
Museus	251	64,9	1,35	0,48
Monumentos	283	73,1	1,27	0,44
Galerias de Arte	138	35,7	1,64	0,48
Gastronomia	289	74,7	1,25	0,44
Artes do Espectáculo	117	30,2	1,70	0,46
Festivais	153	39,5	1,60	0,49
Nenhum	14	3,6	1,96	0,19
Total	387			

Pergunta de respostas múltiplas

O Festival de Gastronomia da Ria Formosa é reconhecido, apesar de ser uma iniciativa relativamente recente, como um dos mais prestigiados da região e o do Marisco de Olhão, mais antigo está muito difundido. Parece que eventos desta natureza devem ser incentivados, desde que possuam qualidade, porque têm, pelo menos tiveram, em Faro, no Verão de 2001, grande procura e muitos adeptos, como confirma a pesquisa realizada.

O conhecimento tanto dos motivos de visita como das actividades culturais que os visitantes desejam fruir no centro histórico de Faro pode desempenhar um papel de relevo no desenvolvimento de instrumentos de planeamento, que incluam a definição de uma política de gestão de fluxos turísticos (ver ponto 3.7), porque não existem estudos detalhados sobre o modo como os turistas fazem as ligações entre as atracções (“clusters” de atracções), tema que se retoma mais adiante (ver ponto 3.5).

6.2.3 - Avaliação da imagem do espaço público e do meio construído da urbe, do tipo de informação e acolhimento desejados pelos turistas e da composição da oferta cultural que satisfaz as suas expectativas

A avaliação da imagem do meio construído e do espaço público do centro histórico de Faro (ver quadro 6.2.21 e gráfico 6.2.13) feita pela maioria dos visitantes revelou-se positiva. Este grupo de interpelações apresentava, porém, um grau de dificuldade relativamente elevado para o turista menos familiarizado com dos aspectos distintivos dos meios urbanos pré-modernistas (ver pergunta 11). A pergunta que acusava maior hesitação, por parte dos inquiridos, tentava averiguar a existência de equilíbrio entre a cidade antiga e a moderna. O cômputo das respostas dadas atingiu uma média de 3.41, numa escala de 1 (discordo inteiramente) a 5 (concordo absolutamente), o que corresponde a uma atitude menos favorável. Esta questão registou, simultaneamente, o valor mais elevado de não respostas de todo o inquérito. O tema exigia uma visita demorada e um sentido de observação relativamente desenvolvido, tendo em conta que, a maioria destes turistas, como se refere mais adiante, visitavam a cidade pela primeira vez. As respostas dos inquiridos demonstravam o reconhecimento do carácter menos positivo da associação, apesar das hesitações e das não respostas, poderem denunciar igualmente a tentativa de evitar uma atitude claramente negativa, (numa manifestação de deferência por quem os acolhia).

A nova classe média encontrou um elemento de distinção no apreço e carinho que dedica ao património e aos espaços urbanos tradicionais, cuja reabilitação tem vindo a defender, desde os anos 80, à medida que foi ganhando maior dimensão, nos países desenvolvidos (ver ponto 3.2 e 4.1.3.3). A sua estima e afeição corroboram, de igual modo, a eleição dessa zona da cidade como local de residência (ver ponto 3.4.3), característica essa detectável entre os visitantes do centro histórico de Faro, visto que a maioria habita nessa área antiga, nos seus países de origem, como comprovam os dados do inquérito aplicado (rever quadro 6.2.10 e gráfico 6.2.9). A facilidade com que discorrem sobre a qualidade do espaço urbano (construído e não construído) deve-se ao à vontade com que se socorrem do seu capital cultural, cosmopolitismo estético e envolvimento emocional com esses lugares. A apreciação feita da qualidade da imagem do centro histórico de Faro (ver quadro 6.2.21 e gráfico 6.2.13), pode não possuir o rigor dos juízos emitidos por especialista, não deixando, contudo de revelar, mesmo na sua condição de amadores, grande capacidade de análise de uma zona que lhes é tão grata, quanto familiar.

O conjunto de variáveis sobre a avaliação da imagem da cidade, tal como todas as outras deste grupo, foi sujeito ao teste de Alpha de Cronbach e revelou um excelente coeficiente de consistência interna (ver quadro 6.2.20).

6 - Investigação Empírica

Quadro 6.2.20 - Teste de Consistência Interna

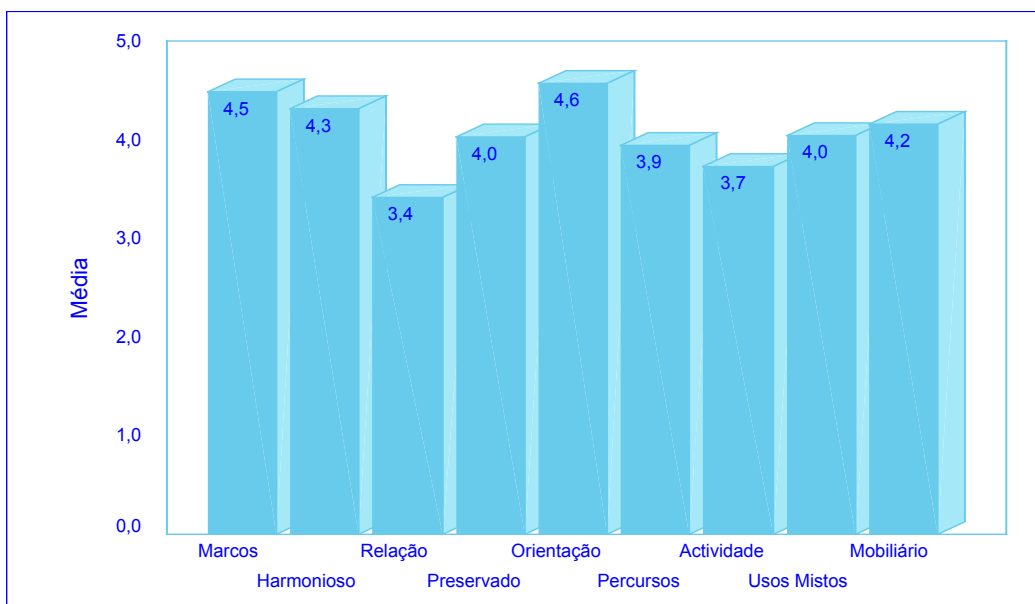
Alpha de Cronbach
0,9042

Quadro 6.2.21 – Imagem do espaço público e do meio construído do centro histórico de Faro

Imagem espaço público do centro histórico	Frequência absoluta	Média	Desvio padrão
O centro histórico possui marcos que se destacam (muralhas, monumentos, panoramas)	356	4,49	0,80
O centro histórico contém um conjunto construído harmonioso	352	4,31	0,84
A cidade moderna tem uma relação equilibrada com o centro histórico	336	3,41	1,04
O património está bem preservado	345	4,03	0,83
No centro histórico a orientação é fácil.	351	4,57	0,85
No centro histórico é possível encontrar percursos interessantes e variados.	342	3,94	1,14
O centro histórico dispõe de ruas economicamente activas e animadas pela presença de pessoas.	352	3,72	1,24
As ruas do centro histórico têm várias utilizações (habitação, lojas, empresas lazer).	345	4,04	1,26
As estátuas, fontes, bancos caixas de telefone, do centro histórico, enriquecem a cidade.	351	4,16	1,26

Escala de 1 a 5, sendo 1 discordo inteiramente e 5 concordo absolutamente

Gráfico 6.2.13 – Imagem do espaço público e do meio construído do centro histórico de Faro



A imagem do centro histórico da cidade feita pelos visitantes era claramente positiva. Destacavam, de forma progressivamente descendente, a facilidade de orientação nas suas ruas, (média=4,57), a presença de marcos que se destacam (média=4,49), a harmonia do seu conjunto (média=4,31), a valorização do mobiliário urbano (média=4,16), a manutenção de utilizações mistas, ou seja, habitação, comércio, empresas e lazer (média=4,04), o cuidado na preservação do seu património (média = 4,03), o facto de ser possível encontrar percursos interessantes e variados (média=3,94).

O aspecto menos positivo, a relação entre a cidade antiga e a cidade moderna, merece a atenção das autoridades locais. Faro, como a grande maioria das cidades portuguesas, continua a crescer de forma desordenada e com uma enorme apetência pelos edifícios de grande volume e densidade, numa demonstração clara de relutância em abandonar um tipo de urbanização obsoleto, claramente desadaptado ao contexto das cidades do sul da Europa (ver ponto 1.4 e 3.4.3). Apesar de ter sido possível manter espaços, no centro, com todas as características positivas das cidades tradicionais (ver pontos 1.2, 2.3.4, 3.4.4 e 4.2.3.3, 4.3.3.1) se não forem tomadas medidas urgentes, estes locais podem acabar completamente obstruídos e minimizados, por uma verdadeira muralha de betão, que lhes retire toda a atracção para os novos turistas que, actualmente, os procuram e apreciam. A perda das funções múltiplas, devido ao envelhecimento da população e ao crescimento anárquico das grandes superfícies em volta da cidade, afastando da competição o comércio tradicional, constituem outras tantas ameaças que aguardam actuações em conformidade com os desafios.

Os resultados obtidos sublinharam ainda a necessidade de manutenção de uma política de salvaguarda e valorização do património coerente (ver ponto 3.4.4), mas que não se resuma ao centro histórico. Já no domínio do turismo, necessário se revelava a criação de uma visão das atracções, que concilie a teoria de marketing, defendida por académicos tão credenciados como Leiper (a qual nos deixa entender o modo como os turistas constroem os “clusters” de visita) com as sugestões dos especialistas em desenho urbano como Gunn (que asseguram a manutenção do carácter do local, no processo de transformação do património em atracção turística), visões que analisámos e comentados no ponto 3.5.

Os visitantes foram convidados a pronunciar-se sobre as estratégias de acolhimento e informação que mais apreciavam, para fruir a oferta cultural do centro histórico de Faro (ver quadro 6.2.23 e gráfico 6.2.14), de modo a que possam ser escolhidas as mais ajustadas à satisfação das suas necessidades (ver pergunta 10). A interpretação revela-se, nos nossos dias, um importante instrumento de preservação das características do local, ao desenvolver nos residentes e turistas o apreço pela sua preservação (ver ponto 3.4.4). Na área dos estudos turísticos, porém, enquanto alguns investigadores têm vindo a sublinhar o interesse da elaboração de um bom plano de interpretação, outros, mais sensíveis às questões de orientação nos locais turísticos prepararam mapas cognitivos, que salientaram a importância de uma boa sinalização (ver ponto 3.4.6 e ponto

6 - Investigação Empírica

5.6.2), enquanto uma terceira via de pesquisa destacava os contributos da apresentação e da interpretação para a concretização de uma visita turística significativa. No entanto, apesar das linhas de pesquisa serem diferentes, todos esses percursos de análise sublinham a importância do acolhimento, da informação e da interpretação, como contributo positivo para a experiência turística, temas que são objecto de avaliação nesta pergunta.

O conjunto de variáveis, sobre o acolhimento a informação desejadas pelos turistas tal como todas as outras deste grupo, foi sujeito ao teste de Alpha de Cronbach, e patenteou um bom coeficiente de consistência interna (ver quadro 6.2.22).

Quadro 6.2.22 – Teste de Alpha de Cronbach

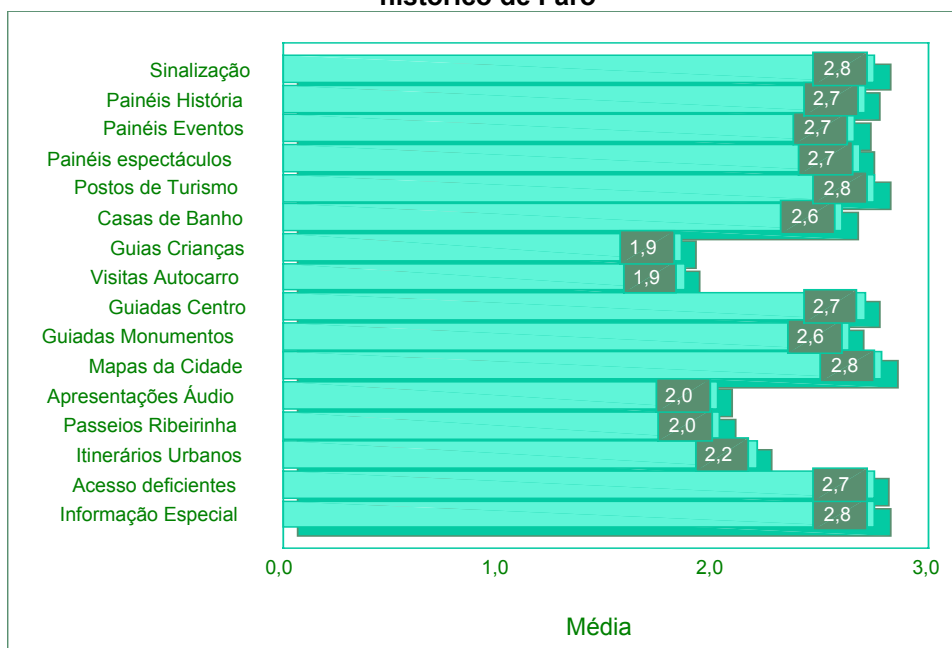
Alpha de Cronbach
0,8805

Quadro 6.2.23 – Tipo de acolhimento e informação desejados pelos visitantes do centro histórico de Faro

Acolhimento e informação desejada pelos turistas	Frequência absoluta	Média	Desvio padrão
Sinalização das atracções	379	2,75	0,51
Painéis explicativos da história e da arte do centro histórico	377	2,71	0,53
Painéis e Brochuras de divulgação de eventos culturais	373	2,66	0,55
Brochuras de divulgação de espectáculos	369	2,68	0,51
Postos de Turismo	374	2,75	0,52
Casas de banho públicas	375	2,60	0,69
Guias para crianças e jovens, com folhas de avaliação	363	1,85	0,78
Visitas de cidade de autocarro carrinha e comboio	366	1,87	0,72
Visitas guiadas ao centro histórico	376	2,70	0,56
Visitas guiadas ao interior de cada monumento	368	2,63	0,60
Mapas gratuitos, em várias línguas	378	2,79	0,49
Apresentações audiovisuais	368	2,02	0,71
Passeios barco na zona ribeirinha	369	2,03	0,69
Itinerários temáticos urbanos	364	2,20	0,78
Facilitar a visita a utilizadores com necessidades especiais	367	2,75	0,54
Facilitar a informação a utilizadores com necessidades especiais	367	2,75	0,53

Escala de 1 a 3 correspondendo o valor 3 a indispensável e o 1 a dispensável

Gráfico 6.2.14 - Tipo de acolhimento e informação desejados pelos visitantes do centro histórico de Faro



As estratégias de acolhimento e interpretação que os visitantes mais prezam (ver quadro 6.2.23 e gráfico 6.2.14) incluíam a distribuição de mapas gratuitos, em várias línguas, (média=2,79), a sinalização apropriada das atracções, a existência de postos de turismo, a adaptação do espaço, do meio construído e da informação aos constrangimentos das pessoas com necessidades especiais todas com a mesma média (média=2,75). A presença de painéis explicativos da história e da arte (média=2,71) e as visitas guiadas ao centro histórico (média=2,70%) eram outros dos itens muito apreciados. A escolha com menos adeptos referia-se aos guias específicos para crianças e jovens, com folha de avaliação (média=1,85) porque, como se comprovou, a maioria não viajava com crianças.

A alternativa sobre a conveniência das apresentações audiovisuais obteve, no quadro geral dos resultados, o antepenúltimo lugar (média=2,02). Este resultado demonstrava um gosto moderado pela artificialidade dos simulacros, tema que se analisou nos pontos 2.3.1 e 2.5.1 Por outro lado, a classificação atribuída pelos inquiridos suportava a tese dos investigadores que defendem que a busca de autenticidade destes novos consumidores, deriva da sua experiência e cultura que lhes permite fazer opções conscientes (ver ponto 2.5.1).

Para além de se desejar conhecer as componentes de acolhimento e informação exigidos aspirava-se também averiguar quais os elementos que mais apreciavam na oferta cultural (ver quadro 6.2.25 e gráfico 6.2.15) de um centro histórico exemplar (ver pergunta 12).

6 - Investigação Empírica

Antes de iniciar a observação dos resultados, procedeu-se à aplicação do teste de Alpha de Cronbach, que revelou um coeficiente de consistência interna excelente (ver quadro 6.2.25).

Quadro 6.2.24 – Teste de Alpha de Cronbach

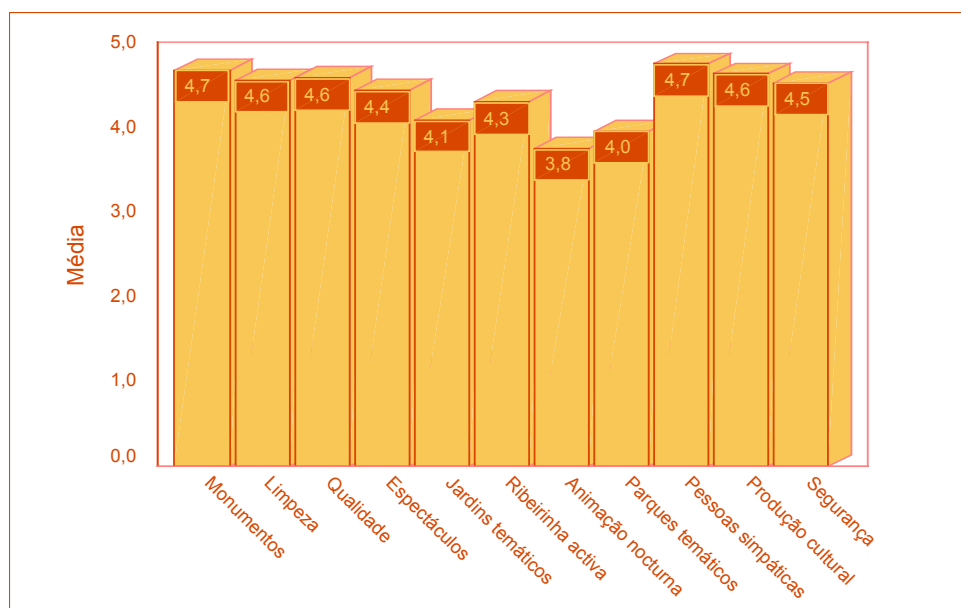
Alpha de Cronbach
0,9336

Quadro 6.2.25 – Características de um centro histórico atractivo para os visitantes de Faro

Características de um centro histórico atractivo	Frequência absoluta	Média	Desvio padrão
Com museus e monumentos interessantes	378	4,67	0,80
Limpo	381	4,55	0,82
Com serviços e produtos culturais de qualidade	371	4,58	0,84
Proporcione a participação em espectáculos variados	370	4,43	0,88
Jardins com plantas da região	378	4,08	1,06
Com uma zona ribeirinha activa	374	4,29	0,95
Com vida nocturna intensa	366	3,75	1,24
Com parques ou zonas temáticas	371	3,95	1,16
Com pessoas simpáticas e hospitaleiras	375	4,74	0,74
Com comércio que valorize a produção artística e o artesanato local	376	4,63	0,81
Seguro	374	4,52	0,96

Escala de 1 a 5, sendo 1 discordo inteiramente e 5 concordo inteiramente

Gráfico 6.2.15 - Características de um centro histórico atractivo para os visitantes do centro histórico de Faro



O estudo dos dados recolhidos no centro histórico de Faro (ver quadro 6.2.25 e gráfico 6.2.15), referentes a esta questão, mostrou as seguintes preferências. Os respondentes apreciavam, acima de tudo, a presença das pessoas, que se mostrassem simpáticas e acolhedoras (média=4,74). A cultura era, encarada, nesta perspectiva, na sua definição mais antropológica, razão pela qual o poder local, se deseja captar e manter este tipo de turistas deve salvaguardar a pluralidade de funções, nomeadamente, a manutenção da função residencial, no centro histórico. Os visitantes não buscavam um museu morto, mas antes um património vivo, em que os residentes desempenham o importante papel de manter esse fulgor, como se afirmou no ponto 3.5.

A segunda opção, pelos museus e monumentos (média=4,67), acusava a importância dada às manifestações, tradicionalmente conotadas com a alta cultura ou cultura erudita, que exigem maior capital cultural, para as apreciar. No entanto, como se tratava da nova classe média, esta segunda escolha, surge logo imediatamente após uma alternativa que pode ser incluída nas manifestações de interesse pela popular, mais presa às pessoas, aos sentimentos e às sensações, do que ao conhecimento racional, que caracteriza a cultura erudita.

A terceira escolha destacava o apreço pela produção artística e pelo artesanato local, (média=4,63), o que deixa afirmar que o desenvolvimento de uma produção cultural local, além de colocar a cidade na vanguarda das escolhas actuais, em termos de desenvolvimento económico, para os centros das cidades, contaria com um apoio considerável por parte do consumo dos turistas de expressão cultural, condição muito favorável ao sucesso da melhoria da economia de índole cultural. Outras cidades que não possuíam fluxos de visitantes apreciáveis, como as antigas cidades industriais da Grã-Bretanha buscaram no turismo o apoio para o desenvolvimento das indústrias e os serviços culturais, que têm vindo a incrementar, no âmbito da economia de consumo cultural pós “Fordista” (pontos 2.4.2, 3.6 e 4.2.3.4). A cidade de Faro conta, como se disse, no ponto 4.3, com algumas condições que permitem defender o incentivo dessa produção, incluindo ainda a enorme vantagem competitiva de, pelo menos no Verão, nos meses de época alta do turismo de sol e praia, possuir consumidores turísticos dispostos a adquirir esses bens e serviços.

A quarta opção reforça a terceira, devido à exigência de qualidade nos serviços e produtos oferecidos (média=4,58), o que significa que qualquer oferta para este segmento de mercado turístico nunca deve deixar de preencher esses critérios.

As questões que se ligam à limpeza (média=4,55) e à segurança, (média=4,52) também são muito valorizadas, o que está de acordo com as afirmações dos autores consultados na revisão de literatura. Se a segurança em Faro, não parece por enquanto descuidada, já a limpeza nem sempre é objecto de grande atenção, embora, nos últimos tempos a autarquia tenha feito um esforço na

tentativa de melhorar os ditos serviços. No entanto, a segurança, se tivermos em conta que a pesquisa decorreu antes do 11 de Setembro, suscitava grande preocupação nos visitantes.

A existência de uma zona ribeirinha activa (média=4,29) e de jardins com espécies da região (média=4,08) representavam, igualmente, importantes contributos, segundo a óptica dos visitantes, para a atracção dos centros históricos. A sua classificação, se bem que abaixo de muitos outros itens, não deixa de revelar um interesse significativo, na medida em que a média se situa acima do valor quatro, correspondente ao nível de avaliação que expressa a concordância, na escala utilizada. Estes constituem grandes pontos fracos da cidade, na medida em que os espaços verdes são diminutos, as espécies plantadas não são representativas da região e os projectos para a zona ribeirinha, têm vindo a ser sucessivamente adiados (ver ponto 4.3.2.2). O interesse que estes turistas demonstraram pela qualidade do meio ambiente, como se depreende da análise das razões evocadas para visitar a região e a cidade, exige tomadas de decisão muito concretas neste domínio, questão que também é do interesse dos residentes.

A alternativa menos escolhida, ou seja, o desejo de uma oferta de animação nocturna intensa, (média=3,75), manifesta, de novo, os gostos desta nova classe média. Embora a cultura da noite tenha vindo a ser defendida por alguns investigadores, os resultados não são, em muitos casos, animadores porque algumas dessas actividades acabam por chamar ao centro da cidade pessoas interessadas no consumo de álcool e, particularmente turbulentas, o que contribui para o afastamento de todos os outros grupos, como se disse no ponto 3.4.2. Interessa ainda lembrar que, apesar da juventude dos turistas que visitam o centro histórico de Faro, a apetência por uma oferta deste tipo não se revela grande intensidade.

Os parques e as zonas temáticas constituem outras das opções que reuniram menos apoio entre os visitantes do centro histórico de Faro, sendo, por essa razão a segunda alternativa menos escolhida, do mesmo modo que já o fora, no grupo de perguntas sobre a utilização de audiovisuais como métodos de acolhimento e informação.

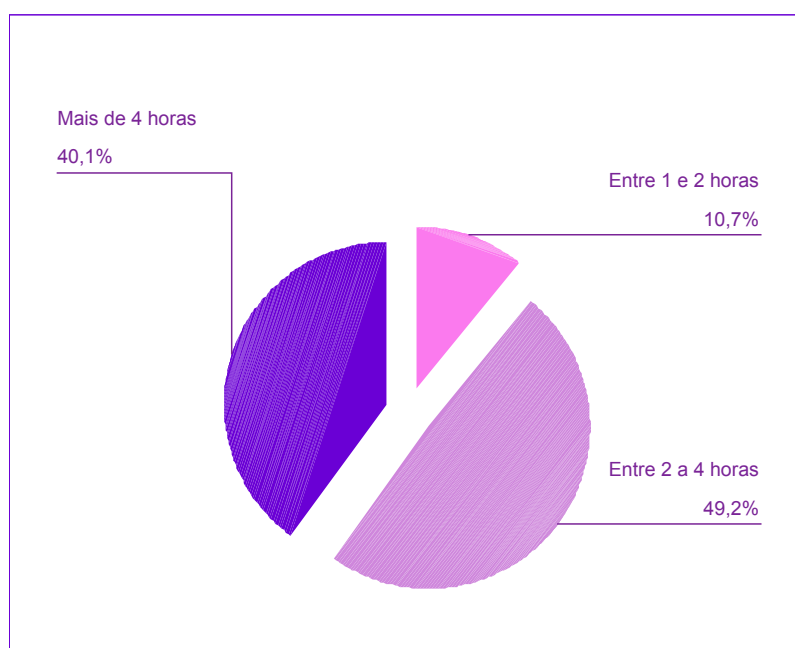
6.2.4 - Avaliação da experiência turística vivida em Faro

A maioria dos visitantes permaneceu na cidade entre 2 e 4 horas (49,2%), embora um número bastante considerável (40,1%), tenha afirmado que se deteve por mais de 4 horas (ver quadro 6.2.26 e gráfico 6.2.16). Estes valores situam-se, nitidamente, acima das médias encontradas na literatura, sobre orçamentos temporais (“tourists’ time budgets”), que indicam tempos de visita que se situam entre 1.30 e 2.00 horas (ver ponto 3.7). Se for possível melhorar as características da oferta, nos aspectos propostos pelos turistas (ver quadro 6.2.24, gráfico 6.2.15), esse facto contribuirá, por certo, para uma maior capacidade de retenção. A duração da visita pode aumentar de forma efectiva se forem também desenvolvidos estudos sobre os orçamentos temporais dos turistas e o modo como organizam os “clusters” de visita (ver ponto 3.5 e ponto 5.6.5), para incrementar o tempo de permanência e gerir (ver ponto 3.7) melhor os fluxos (ver pergunta 14).

Quadro 6.2.26 – Duração da visita

Duração da visita	Frequência absoluta	Frequência relativa
Entre 1 e 2 horas	41	10,7
Entre 2 e 4 horas	188	49,2
Mais de 4 horas	153	40,1
Total	382	100%

Gráfico 6.2.16 – Duração da visita



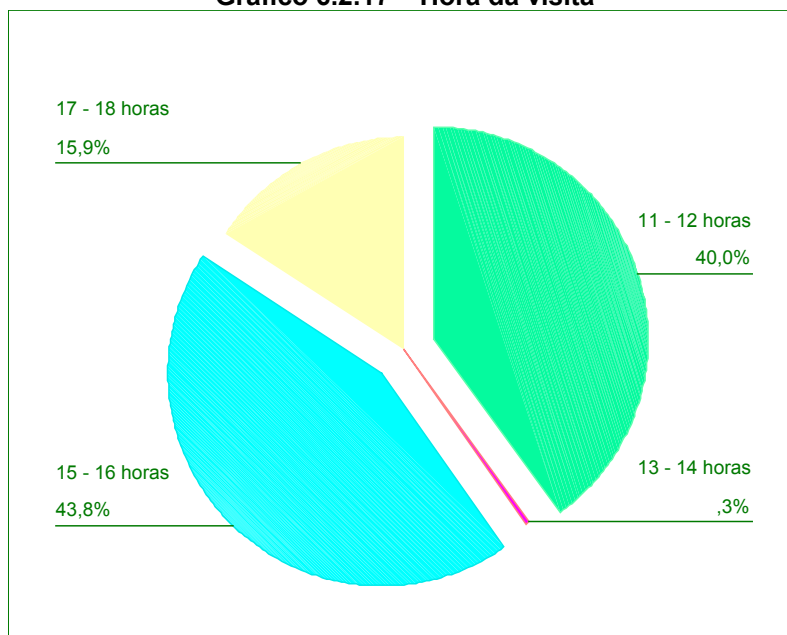
6 – Pesquisa Empírica

O número de turistas que visitou a cidade, (ver quadro 6.2.27 e gráfico 6.2.17) durante a tarde (59,7%), excedeu o dos que o fizeram de manhã (40,3%). Esta distribuição pode indiciar uma ida à praia pela manhã (ver pergunta aberta sem número denominada “Hora”).

Quadro 6.2.27 – Hora da visita

Hora da visita	Frequência absoluta	Frequência relativa
11 – 12	156	40,0
13 – 14	1	0,3
15 – 16	171	43,8
17 – 18	62	15,9
Total	390	100%

Gráfico 6.2.17 – Hora da visita

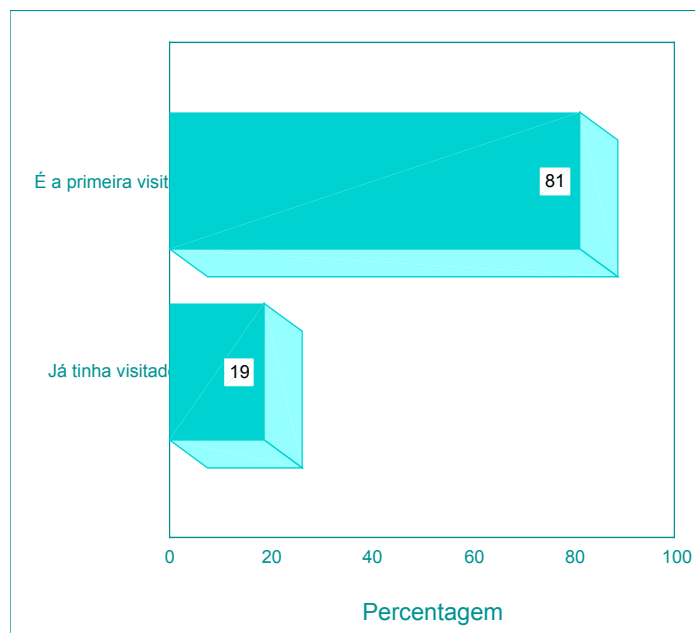


A maioria dos inquiridos visitava Faro (ver quadro 6.2.28 e gráfico 6.2.18) pela primeira vez (81,3%), o que tanto podia decorrer da sua juventude, como atestar a mudança de gostos deste segmento específico, como se comprovou no ponto 2.5.1, que não se contenta apenas com o sol e a praia, mas que exige também uma oferta cultural que enriqueça a sua experiência (ver pergunta 13).

Quadro 6.2.28 - Número de visitas a Faro

Número de visitas	Frequência absoluta	Frequência relativa
É a 1ª vez	317	81,3
Já cá tinha estado antes	73	18,7
Total	390	100%

Gráfico 6.2.18 – Número de visitas à cidade



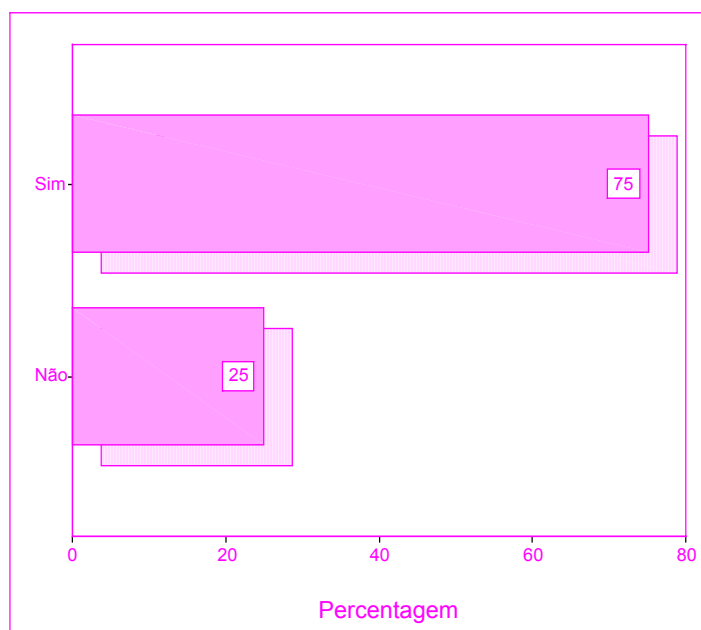
6 – Pesquisa Empírica

Quando interrogados sobre as suas intenções de regressar (ver quadro 6.2.29 e gráfico 6.2.19) a maioria respondeu de forma afirmativa (75,1%), o que testemunha a favor de uma capacidade de fidelização por parte da capital do Algarve, que não deve ser negligenciada, mas antes incentivada. O esforço a efectuar deve proteger os interesses e os direitos culturais da comunidade residente, sem deixar de colocar à disposição dos turistas uma oferta cultural que muito apreciam e desejam fruir, como tem vindo a ser revelado por este estudo (ver pergunta 16).

Quadro 6.2.29 – Intenção de voltar

Intenção de visitar de novo	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim	269	75,1
Não	89	24,9
Total	358	100%

Gráfico 6.2.19 – Intenção de voltar

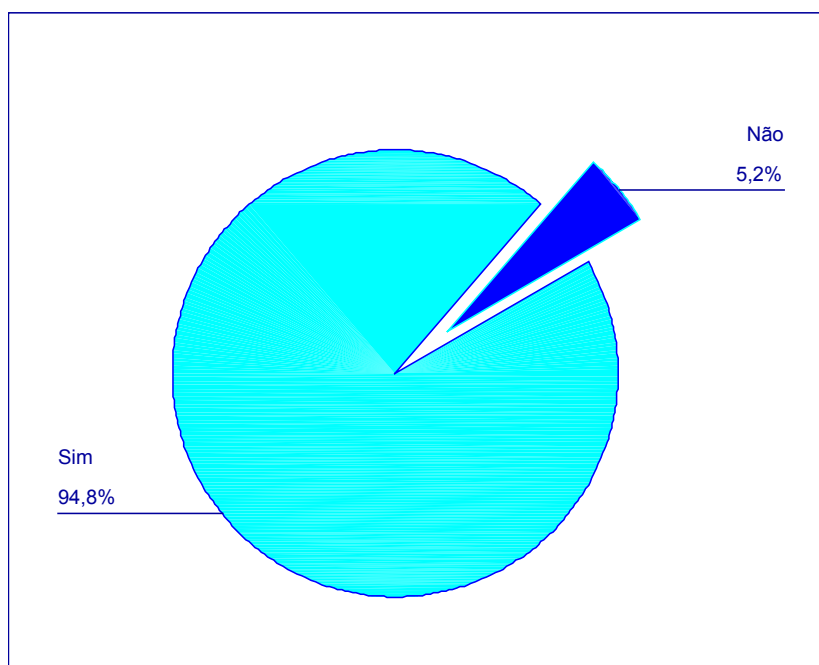


A maioria esmagadora dos inquiridos declarou a intenção de recomendar a visita a outras pessoas (94,8%), o que constitui um capital precioso de promoção boca a boca (ver quadro 6.2.30 e gráfico 6.2.20). Esta comunicação positiva é tanto mais importante, quanto à promoção realizada, pelas instituições e pelas empresas da região e da cidade parecem não ter atingido o seu público-alvo (ver quadro 6.2.14) se tomarmos como por indicador as declarações dos turistas quanto a sua influência na decisão de visitar a capital do Algarve (ver pergunta 17).

Quadro 6.2.30 – Intenção de Recomendar

Intenção de recomendar	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim	344	94,8
Não	19	5,2
Total	363	100%

Gráfico 6.2.20 – Intenção de recomendar



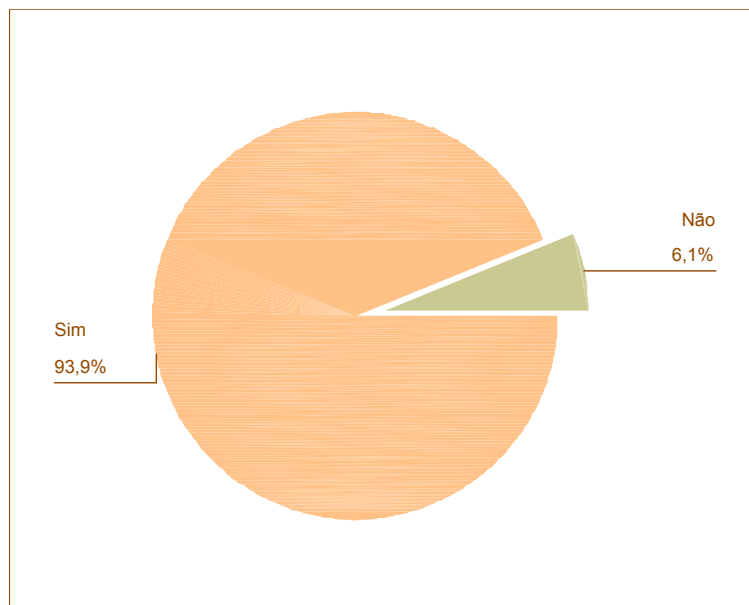
6 – Pesquisa Empírica

A hipótese da oferta cultural do centro histórico ser complementar da de sol e praia (ver quadro 6.2.31 e gráfico 6.2.21), é confirmada pelas respostas dadas à questão sobre o valor da visita realizada ao centro histórico da capital da região para o enriquecimento da estadia no Algarve, cujo resultado evidência uma quase unanimidade na escolha da resposta afirmativa (93,9%). Deste modo é possível asseverar que os visitantes podem contribuir para a regeneração do centro histórico de Faro, na medida em que os consumos de bens e produtos culturais, ajudam a apoiar a produção. Como a visita enriquece, simultaneamente, a experiência turística no Algarve, ajuda a rejuvenescer o turismo de sol e praia (ver pergunta 15).

Quadro 6.2. 31 – Contribuição para o enriquecimento da estadia no Algarve

A visita enriqueceu a estadia no Algarve	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim	352	93,9
Não	23	6,1
Total	375	100%

Gráfico 6.2.21 – A visita à cidade contribuiu para enriquecer a sua estadia

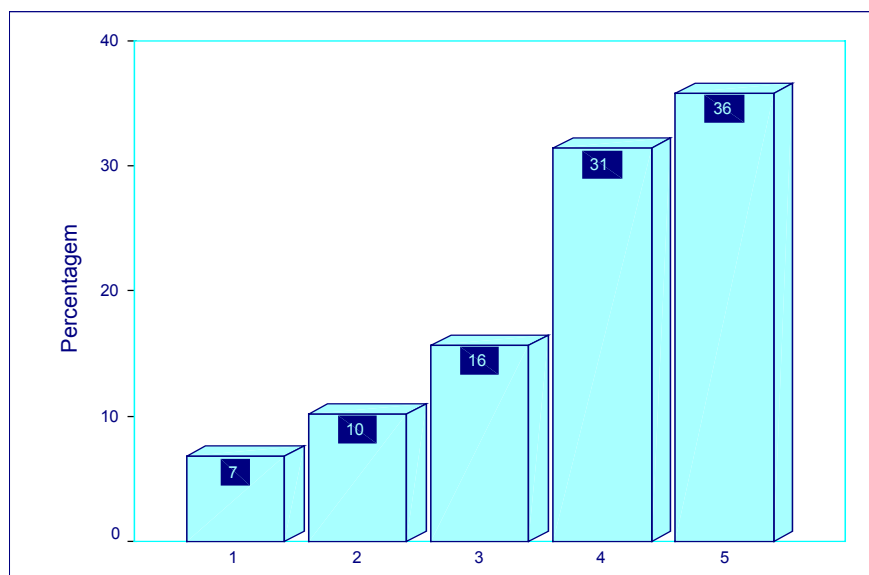


Quando foi pedido aos visitantes que classificassem a experiência vivida, numa escala de 1 a 5 (ver quadro 6.2.32 e gráfico 6.2.22), a maioria atribuiu o valor máximo (35,9%), enquanto um número significativo conferiu o imediatamente a seguir (31,4%), o que atesta, de novo, a importância da visita ao centro histórico, com instrumento de satisfação, não só para os grupos estritamente cultural e compósito (sol e praia e cultura), como para os que se identificaram como “exclusivamente sol e praia” (ver pergunta 18).

Quadro 6.2.32 – Classificação da experiência vivida em Faro

Classificação da experiência vivida	Frequência absoluta	Frequência relativa
1	26	6,8
2	39	10,2
3	60	15,7
4	120	31,4
5	137	35,9
Total	382	100%

Gráfico 6.2.22 - Classificação da experiência vivida em Faro



6.2.5 - Relações entre as variáveis com utilização do teste do qui quadrado e de estatísticas baseadas no qui quadrado

A dissecação dos dados recolhidos destacou a necessidade de encontrar possíveis conexões entre as variáveis, com o objectivo de consolidar os resultados obtidos que exigiram a execução de testes de análise bivariada. A primeira etapa consistiu no cruzamento de variáveis e na utilização de medidas de associação, porque se desejava sujeitar a variável reformulada “motivos de visita ao Algarve” a um exame cuidadoso, de modo a esclarecer o seu grau de relação e associação com outras variáveis.

Para facilitar a consulta dos quadros, em que se apresentam os resultados dos cruzamentos das variáveis, passou a identificar-se os conjuntos que resultaram da recodificação da variável “motivos de visita ao Algarve”, como se mostra no quadro 6.2.33.

Quadro 6.2.33 – Nova Identificação dos componentes do grupo motivos de visita ao Algarve

Grupo	Identificação
Sol e praia e cultura	1
Cultura	2
Sol e praia	3
Outros	4

A revelação de uma relação estatística significativa admitia também aquilatar o grau de associação facto que exigiu a realização de testes estatísticos do qui quadrado e com base no qui quadrado. Os primeiros permitem saber se as variáveis estão relacionadas, enquanto os segundos demonstram o seu grau de associação

A análise envolvia variáveis qualitativas, em tabelas de contingência, pertencentes a conceitos diferentes, de forma a verificar a existência de relações de dependência, com auxílio do teste estatístico do qui quadrado. O SPSS apresenta, em simultâneo com o teste do qui quadrado, outros testes nele baseados. No entanto a nossa escolha recaiu sobre o qui quadrado ou coeficiente de Pearson. A utilização do citado coeficiente exige, como pressupostos, que nenhuma célula da tabela tenha frequência esperada inferior a 1, não mais de 20% das células tenham frequência esperada abaixo de 5, e um nível de significância menor que 0,05. Em tabelas de 2X2, alguns investigadores consideram ser necessário não existir nenhuma célula com frequência esperada inferior a 5 (Pestana e Gageiro, 2000, pp. 103).

A aferição da relação de dependência entre as variáveis permite, com base também nas medidas estatísticas do qui quadrado, calcular o grau de associação. Embora o SPSS apresente 3 tipos de testes para aferir a associação das variáveis seleccionámos o Coeficiente de Contingência (C de Pearson). O grau de associação varia, por norma, também entre 0 e 1, excepto no caso da do coeficiente escolhido, em que o seu limite máximo se situa nos 0,707.

A concretização do teste do qui quadrado concedeu a hipótese de encontrar relações estatisticamente significativas entre a variável que representa a tipologia dos visitantes de Faro e as relativas aos “motivos de visita à cidade” e às “actividades culturais que deseja fruir”.

O primeiro conjunto de testes incidiu sobre as variáveis “motivos de visita ao Algarve” e “motivos de visita à cidade”. A relação encontrada (ver quadro 6.2.34) rejeita a hipótese a nula, o que significa que as variáveis estão relacionadas, por provirem de universos com proporções desiguais. O nível de significância é inferior a 0,05 em todos os casos o que permitiu a conhecer a forma como cada grupo desejava fruir a oferta de serviços e produtos culturais que a cidade coloca ao seu dispor.

O item que revelou maior grau de associação foi “história e cultura” (Coef. Cont. =0,547), seguido do que se prende com o “clima ameno, sol e paisagem natural” (Coef. Cont. =0,333). Embora os valores de associação encontrados, com excepção do primeiro, não sejam muito elevados revelam a importante relação que se tem vindo a evidenciar ao longo desta pesquisa entre motivações culturais e ambientais, como características do novo paradigma turístico conquanto nem todos os grupos se posicionem do mesmo modo, em relação a cada um dos itens das variáveis (ver quadro 6.2.34). Enquanto no caso da história e cultura o grupo 3 (sol e praia) e o 4 (outros) declaram algum interesse por este tipo de actividade os que se enquadram no 1 (sol e praia e cultura) e no 2 (cultura) manifestam uma grande consideração por esta nomeação. No segundo caso “clima ameno, sol e paisagem natural” a citada alternativa é claramente rejeitada pelos agregados 2 (cultura) e 4 (outros) enquanto conta com uma adesão forte por parte do 1 (sol e praia e cultura) e do 3 (sol e praia).

A segunda relação válida identificada englobava as variáveis “motivos de visita ao Algarve” e “actividades culturais de que pretende fruir na cidade” (ver quadro 6.2.35).

O teste do qui quadrado demonstra que existe relação entre as variáveis (com excepção da que se refere às artes do espectáculo), porque, como se pode comprovar no quadro 6.2.35, o nível de significância é inferior a 0,05. Esse valor permite concluir que as variáveis estão associadas e conhecer, em função dessa relação o modo como cada grupo desejava fruir de produtos e actividades culturais.

Quadro 6.2.34 – Relação entre as variáveis “Motivos de visita ao Algarve” e “Motivos de visita à cidade de Faro”

Motivos de visita à cidade		Motivos de visita ao Algarve								
N=389		1	2	3	4	Total	Valor	gl *	Nível de Sig.	Coeficiente de contingência
Passear	Sim	207 74,1	13 5,0%	53 18,7%	6 2,2%	278 100%	32,130	3	0,000	0,276
	Não	55 49,5	12 10,8%	29 26,1%	15 13,5%	111 100%				
Compras e lojas	Sim	138 70,1	4 2,0%	48 24,4%	7 3,6	197 100%	18,373	3	0,000	0,212
	Não	123 64,1%	22 11,5%	33 17,2%	14 7,3%	192 100%				
História e Cultura (visita a monumentos)	Sim	234 83,%	22 7,9%	20 7,2	3 1,1	279 100%	166,014	3	0,000	0,547
	Não	27 24,5%	4 3,6%	61 55,5%	18 16,4	110 100%				
Clima ameno, sol e paisagem natural	Sim	173 78,3%	5 2,3%	42 19,0%	1 ,5%	221 100%	48,509	3	0,000	0,333
	Não	88 52,4%	21 12,5%	39 23,2%	20 11,9%	168 100%				
Eventos culturais	Sim	61 75,3%	14 17,3%	5 6,2%	1 1,2%	81 100%	32,057	3	0,000	0,242
	Não	200 64,9%	12 3,9%	76 24,7%	20 6,5%	308 100%				
Para descontraír e usufruir da paisagem	Sim	107 82,5%	5 3,9%	15 11,6%	2 1,6%	129 100%	22,634	3	0,000	0,234
	Não	154 59,2%	21 8,1%	66 25,4%	2 1,6%	260 100%				
Para me divertir	Sim	130 78,2%	4 2,4%	28 16,8%	4 2,4%	166 100%	20,313	3	0,000	0,223
	Não	131 58,7%	22 9,9%	53 23,8%	17 7,6%	223 100%				
Para melhorar os meus conhecimentos	Sim	73 78,5%	8 9,7%	9 9,7%	2 2,2%	93 100%	13,885	3	0,003	0,184
	Não	188 63,5%	17 5,7%	72 24,3%	19 6,4%	296 100%				
Para conhecer coisas novas	Sim	133 83,6%	6 3,8%	18 11,3%	2 1,3%	159 100%	34,590	3	0,000	0,286
	Não	128 55,7%	20 8,7%	63 27,4%	19 8,3%	230 100%				
TOTAL		261 67,1%	26 6,7%	81 20,3%	21 5,8%	389 100%				

* gl – graus de liberdade

As variáveis que apresentaram maior associação dizem respeito aos Monumentos (Coef. Cont.=0,467) e Museus (Coef. Cont.=0,449), embora não constituam, de novo, índices de forte associação. Os conjuntos posicionam-se de forma diversa em relação a cada opção, sendo o agregado 1 (sol e praia e cultura) e o 2 (cultura) os que demonstram maior interesse neste tipo de

actividades, enquanto os abrangidos pelo 3 (sol e praia) e pelo 4 (outros) indicam uma relação negativa com essas escolhas.

Quadro 6.2.35 – Relação entre as variáveis “Motivos de visita ao Algarve” e “Actividades culturais de que pretende fruir”

Actividades culturais de que deseja usufruir		Motivos de visita ao Algarve								
N= 385		1	2	3	4	Total	Valor	gl *	Nível de Sig	Coefficiente de contingência
Museus	Sim	206 82,1%	20 8,0%	18 7,2%	7 2,8%	251 100%	97,291	3	0,000	0,449
	Não	54 40,3%	5 3,7%	62 46,3%	13 9,7%	134 100%				
Monumentos	Sim	225 79,5%	23 8,2%	29 10,3%	5 1,8%	282 100%	107,564	3	0,000	0,467
	Não	35 34,0%	2 1,9%	51 49,5%	15 14,6%	103 100%				
Galerias de Arte	Sim	112 81,2%	13 9,4%	9 6,5%	4 2,9%	138 100%	31,978	3	0,000	0,277
	Não	148 59,9%	12 4,9%	71 28,7%	16 6,5%	247 100%				
Gastronomia	Sim	213 74,0%	10 3,5%	57 19,8%	8 2,8%	288 100%	36,450	3	0,000	0,294
	Não	47 48,5%	15 15,5%	23 23,7%	12 12,4%	97 100%				
Festivais	Sim	108 70,6%	5 3,3%	36 23,5%	4 2,6%	153 100%	8,598	3	0,035	0,148
	Não	152 65,5%	20 8,6%	44 19,0%	4 2,6%	232 100%				
Nenhum	Sim	-	-	8 61,5%	5 38,5%	13 100%	49,379	3	0,000	0,337
	Não	260 67,5%	25 6,5%	80 20,8%	15 4,0%	372 100%				
TOTAL		260 67,5	25 6,5%	80 20,8%	20 5,2%	385 100%				

* gl - graus de liberdade

Observa-se também, através das relações estabelecidas pelo cruzamento de variáveis, independentemente do grau de associação, que os seus gostos divergem, de acordo com as motivações evocadas para a visita ao Algarve. Enquanto o grupo 2 (cultura) se envolve mais em actividades consideradas como manifestações de alta cultura (museus, monumentos, galerias de arte) não relevam grande entusiasmo pelas de cariz popular, como a gastronomia, as artes do espectáculo e os festivais. No pólo oposto, as actividades invocadas pelo agregado 3 (sol e praia), demonstram o apreço pela gastronomia e pelos festivais. O conjunto 1 (cultura e sol e praia) é atraído tanto por museus e monumentos, como pela gastronomia, tanto pelas galerias de arte como pelos festivais, numa mistura de manifestações de alta e de baixa cultura, não apenas porque não encontram barreiras que as separem, como porque possuem códigos para decifrar qualquer uma delas.

A apreciação dos resultados admite, ainda concluir que, embora, nem todos os inquiridos invoquem uma razão cultural, para a sua visita ao Algarve, apenas 13 admitem que a sua vinda à cidade não tem qualquer objectivo dessa natureza, (8 dos que se deslocaram em busca de sol e praia e 5 por outros motivos), o que vem reforçar os argumentos utilizados, a favor da importância dos recursos culturais para a diversificação da oferta de sol e praia.

6.2.6 - Relações entre as variáveis. Análise da variância com um factor, com utilização de comparações post hoc e da alternativa não paramétrica de Kruskal Wallis

A nossa pesquisa revelou a necessidade de verificar se os grupos resultantes da recodificação da questão “motivos de visita ao Algarve” que forma a tipologia dos visitantes da cidade de Faro, cujas categorias **1** (sol e praia e cultura), **2** (cultura), **3** (sol e praia) e **4** (outros) se relembram, avaliavam de forma diversa a imagem da cidade, os tipos de apresentação e interpretação e as características de que um centro histórico deve dispor para satisfazer os seus gostos culturais. As divergências deviam ser conhecidas de modo a encontrar o melhor meio de procurar satisfazer as necessidades de todos os conjuntos de visitantes do centro histórico de Faro. No caso de se manifestarem divergências muito acentuadas esse conhecimento deixava, também encontrar um conjunto de itens que podiam ser desenvolvidos de modo complementar.

As variáveis escolhidas, para ser sujeitas a análise, são todas de nível ordinal. Por esse motivo, podem ser tratadas como variáveis quantitativas, porque os valores numéricos das respostas são tomados como se fossem provenientes de uma escala métrica (ver Hill e Hill, 2000, pp.111).

Para realizar este tipo de análise utilizámos as seguintes técnicas estatísticas:

A análise da variância com um factor (*One Way Anova*)

Comparações Post Hoc (teste de Bonferroni)

O teste não paramétrico de Kruskal-Wallis

A análise de variância a um factor, também designada por *One Way Anova* “consiste em saber se as populações têm ou não médias iguais” (Pestana e Gageiro, 2000, pp. 190). A escolha da análise da variância deve-se ao facto de este teste paramétrico “poder ser utilizado para testar diferenças entre diversas situações e para testar duas ou mais variáveis independentes, confrontando-as com a variância total” (Pereira, 1999, pp. 135), situação que se aplica à análise das variáveis seleccionadas, porque a independente é constituída por mais de dois grupos. Para aplicar o teste da análise da variância, *One Way Anova*, é necessário verificar, previamente, os seus pressupostos que incluem a distribuição normal das observações em cada grupo, a

independência das observações e a igualdade da variância dos conjuntos (Pestana e Gageiro, 2000, pp. 194). Quando o número de observações é desigual, existem grandes afastamentos tanto da normalidade como da homocedascidade, as conclusões da análise da variância são postas em risco, razão pela qual se deve optar pela utilização do teste não paramétrico de Kruskal Wallis

A primeira análise de diferenças aplicada na pesquisa procurava aferir a existência de relações de diferença, com significado estatístico, entre os grupos que formam a tipologia dos visitantes de Faro na avaliação feita do meio construído e ao espaço público da cidade. A nossa preocupação prendeu-se, em primeiro lugar com a garantia do cumprimento dos pressupostos do teste da análise da variância a um factor *One Way Anova*, através da avaliação da normalidade (teste de Kommogorov-Smirnov) e da homocedascidade (teste de Levene). As hipóteses a testar eram as seguintes:

Ho – A distribuição da avaliação da imagem da cidade feita pelos quatro grupos que constituem a tipologia dos visitantes de Faro é normal

Ha –A distribuição dessa avaliação não é normal

As variáveis não têm uma distribuição normal porque não respeitam as referidas regras, com excepção do grupo 4, em que 6 dos seus itens têm distribuição normal. O primeiro prende-se com a questão que procura averiguar a opinião dos inquiridos sobre a harmonia do conjunto construído (sig=0,074), o segundo liga-se com o equilíbrio existente entre a cidade moderna e o centro histórico (sig=0,075), o terceiro solicita a avaliação da qualidade da preservação do centro histórico (sig.=0,082), o quarto interroga sobre a possibilidade de serem encontrados percursos interessantes no centro histórico (sig, =0,173) e o quinto insta a um ajuizamento sobre a qualidade do mobiliário urbano no centro histórico (sig=0,238). Todos os valores podem ser observados no quadro 6.1.36, referente aos resultados da aplicação dos testes Kolmogorov-Smirnov e de Shapiro-Wilk que, para todos os outros itens em análise, apresenta uma significância inferior a 0,05. A aplicação do teste de Shapiro-Wilk deriva de dois dos grupos da tipologia de visitantes de Faro conterem um número de observações inferior a 50.

O teste de Levene também evidencia uma significância que não se encontram dentro dos valores estatísticos aceitáveis em 5 dos nove itens em análise, indicados no quadro 6.2.37. Os que respeitam a norma da homogeneidade das variâncias prendem-se com a harmonia do conjunto construído (sig=0,233), com o equilíbrio entre a cidade antiga e a moderna (sig.0,069), com a animação e actividade das ruas da cidade velha (sig=0,073) e com a utilização mista das mesmas (sig=0,071).

6 – Pesquisa Empírica

Pelos motivos evocados a distribuição da avaliação da imagem feita pelos quatro grupos que constituem a tipologia de Faro não é normal (sig >0,05).

Quadro 6.2.36- Resultado da aplicação do teste K-S (teste da normalidade) às variáveis “Motivos de visita ao Algarve” com “Imagem do meio construído e do espaço público de Faro”

Imagem do meio construído e do espaço público de Faro	Motivos de Visita ao Algarve	Kolmogorov-Smirnov a)			Shapiro Wilk		
		Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
Possui marcos que se destacam	1	0,447	255	0,000			
	2	0,233	23	0,004	0,873	23	0,010**
	3	0,287	60	0,000	0,779	60	0,010**
	4	0,289	16	0,011	0,748	16	0,010**
Tem um conjunto construído harmonioso	1	0,350	253	0,000			
	2	0,290	24	0,000	0,867	24	0,010**
	3	0,336	58	0,000	0,701	58	0,010**
	4	0,310	15	0,004	0,863	15	0,074
A cidade moderna tem relação equilibrada com o centro histórico	1	0,253	246	0,000			
	2	0,255	22	0,001	0,861	22	0,010**
	3	0,220	52	0,000	0,859	52	0,010**
	4	0,260	14	0,036	0,863	14	0,075
O património está bem preservado	1	0,270	250	0,000			
	2	0,277	24	0,000	0,860	24	0,014
	3	0,257	54	0,000	0,817	54	0,010**
	4	0,225	15	0,124	0,867	15	0,082
No centro histórico a orientação é fácil	1	0,476	252	0,000			
	2	0,310	24	0,000	0,775	24	0,010**
	3	0,346	59	0,000	0,690	59	0,010**
	4	0,384	14	0,000	0,766	14	0,010**
É fácil encontrar percursos interessantes e variados	1	0,277	247	0,000			
	2	0,216	23	0,012	0,879	23	0,014
	3	0,246	55	0,000	0,872	55	0,010**
	4	0,266	15	0,029	0,888	15	0,173
Possui ruas economicamente activas e animadas pela presença de pessoas	1	0,256	253	0,000			
	2	0,283	24	0,000	0,809	24	0,10**
	3	0,235	59	0,000	0,853	59	0,010**
	4	0,209	14	0,195	0,907	14	0,291
As ruas têm várias utilizações	1	0,378	250	0,000			
	2	0,239	23	0,003	0,838	23	0,010**
	3	0,209	57	0,000	0,849	57	0,010**
	4	0,321	13	0,002	0,780	13	0,010**
O mobiliário urbano enriquece a cidade	1	0,414	252	0,000			
	2	0,258	24	0,001	0,818	24	0,010**
	3	0,319	60	0,000	0,712	60	0,010**
	4	0,275	13	0,020	0,898	13	0,238

Limite superior da verdadeira significância

a) Correção da significância de Lilliefors

Quadro 6.2.37- Resultado da aplicação do teste Levene (homogeneidade das variâncias) às variáveis “Motivos de visita ao Algarve” com “Imagem do meio construído e do espaço público de Faro”

	Estatística de Levene	gl 1 *	gl 2 *	Sig.
Possui marcos que se destacam	5,103	3	350	0,002
Tem um conjunto construído harmonioso	1,433	3	346	0,233
A cidade moderna tem relação equilibrada com o centro histórico	2,389	3	330	0,069
O património está bem preservado	3,077	3	339	0,028
No centro histórico a orientação é fácil	14,653	3	345	0,000
É fácil encontrar percursos interessantes e variados	5,261	3	336	0,001
Possui ruas economicamente activas e animadas pela presença de pessoas	2,344	3	346	0,073
As ruas têm várias utilizações	2,366	3	339	0,071
O mobiliário urbano enriquece a cidade	12,907	3	345	0,000

*gl – graus de liberdade

Em função do não cumprimento das regras exigidas (normalidade e homoscedasticidade), as variáveis foram sujeitas ao teste Kruskal Wallis, cujas hipóteses se colocam da seguinte forma (Pestana e Gageiro, 2000, pp. 328).

Ho – As distribuições têm o mesmo parâmetro de localização

Ha – Pelo menos um parâmetro de localização é superior ou inferior aos outros

As distribuições têm a mesma forma, eventualmente com diferenças em tendência central, detectada através da utilização das caixas de bigodes, condição necessária para a aplicação do teste (Pestana e Gageiro, 2000, pp. 330). O nível de significância atingido pelos 4 grupos não ultrapassa 0,05, com excepção da pergunta sobre a preservação do património, em que esse indicador atinge 0,095, evidenciando a igualdade de percepção dos grupos (ver quadro 6.2.38). A apreciação dos restantes itens admite que existem diferenças estatisticamente significativas nas percepções dos 4 agregados de inquiridos, em relação ao meio construído e ao espaço público de Faro.

Quadro 6.2.38 – Teste de Kruskal Wallis para comparação de “Motivos de visita ao Algarve” com “Imagem do meio construído e do espaço público de Faro”

Imagem do meio construído e do espaço público de Faro	Motivos de Visita ao Algarve	N	Ordenação Média	Qui-Quadrado	Graus de liberdade	Nível de Significância
Possui marcos que se destacam	1	255	195,81	43,491	3	0,000
	2	23	104,67			
	3	60	140,93			
	4	16	127,50			
	Total	354				
Tem um conjunto construído harmonioso	1	253	187,65	24,884	3	0,000
	2	24	118,10			
	3	58	166,29			
	4	15	98,00			
	Total	350				
A cidade moderna tem relação equilibrada com o centro histórico	1	246	173,90	20,053	3	0,000
	2	22	91,55			
	3	52	180,76			
	4	14	125,18			
	Total	334				
O património está bem preservado	1	250	178,33	6,323	3	0,097
	2	24	154,33			
	3	54	163,19			
	4	15	126,43			
	Total	343				
No centro histórico, a orientação é fácil	1	252	191,36	45,264	3	0,000
	2	24	142,88			
	3	59	139,92			
	4	14	83,39			
	Total	349				
É fácil encontrar percursos interessantes e variados	1	247	189,99	48,264	3	0,000
	2	23	70,80			
	3	55	134,13			
	4	15	135,87			
	Total	340				
Possui ruas economicamente activas e animadas pela presença de pessoas	1	253	192,77	38,064	3	0,000
	2	24	78,79			
	3	59	149,48			
	4	14	138,75			
	Total	350				
As ruas têm várias utilizações	1	250	197,50	81,148	3	0,000
	2	23	56,13			
	3	57	124,35			
	4	13	95,54			
	Total	343				
O mobiliário urbano enriquece a cidade	1	252	197,68	73,369	3	0,000
	2	24	64,60			
	3	60	143,00			
	4	13	86,77			
	Total	349				

Pestana e Gageiro afirmam que o “teste paramétrico é robusto à transgressão das regras da normalidade e da homogeneidade da variância” (Pestana e Gageiro, 2000, pp. 194). Por essa razão efectuou-se o teste *One Way Anova*, cujos resultados são semelhantes aos do teste Kruskal Wallis, excepto na questão sobre a qualidade da preservação do património em que o primeiro não assinala identidade de opinião entre os grupos da tipologia de visitantes de Faro (sig.0,019). Além de se concluir que o teste *One Way Anova* acusa a diversidade de opiniões dos grupos que constituem a tipologia de visitantes de Faro, o teste post hoc de Bonferroni, assinalava diferenças com asterisco em algumas variáveis comprovando o seu significado estatístico. A essa situação favorável associava-se um nível de significância abaixo do valor do observador e um intervalo de

confiança de 95%, que não contem o “valor zero que corresponde à igualdade das médias” razões que favoreceram a realização das comparações (Pestana e Gageiro, 2000, pp. 207).

O teste revelou que o grupo 1 (sol e praia e cultura) tinha uma atitude muito positiva em relação a todos os itens propostos, a qual transcendia a dos outros conjuntos (ver no quadro 6.2.39). De salientar ainda a visão menos positiva do grupo 2 (cultura) em relação ao grupo 3 (sol e praia) nas questões que incidiam sobre o equilíbrio entre a cidade antiga e a moderna, a actividade e animação das ruas e a qualidade do mobiliário urbano, que evidenciando assim um maior grau de exigência do que o grupo 3, na apreciação da qualidade da imagem do centro histórico. Interessa ainda salientar que essa visão menos optimista, comprovada pelo agregado 2 (cultura) é reveladora ainda de que os aspectos menos positivos da cidade velha de Faro assentam mais nas más decisões ou nas omissões das deliberações tomadas, sobretudo ao longo do século XX, do que da falta de distinção do centro histórico, como muitas vezes se alega.

Quadro 6.2.39 – Comparações Post Hoc (teste de Bonferroni) entre “Motivos de visita ao Algarve” e “Imagem do meio construído espaço público de Faro”

Factor Avaliação da imagem do centro histórico de Faro	Variável 1	Variável 2	Diferença da média (1-2)	Nível de Significância
Possui marcos que se destacam	1	2	0,78*	0,000
		3	0,47*	0,000
		4	0,65*	0,010
Tem um conjunto construído harmonioso	1	2	0,68*	0,001
		4	0,89*	0,000
A cidade moderna tem uma relação equilibrada com o centro histórico	1	2	0,89*	0,002
	2	3	0,95*	0,004
A orientação é fácil	1	3	0,55*	0,000
		4	1,10*	0,000
É fácil encontrar percursos interessantes e variados	1	2	1,71*	0,000
		3	0,66*	0,000
Ruas activas e animadas	1	2	1,71*	0,000
		3	0,54*	0,017
	2	3	-1,17*	0,001
As estátuas, bancos, caixas de telefone enriquecem a cidade	1	2	2,11*	0,000
		3	0,74*	0,000
		4	1,33*	0,000
	2	3	1,38*	0,000

Para sujeitar o segundo conjunto de questões escolhidas à análise da variância *Oneway Anova* verificámos, em primeiro lugar, o cumprimento dos seus pressupostos. O estudo que pretendíamos realizar envolvia as variáveis “motivos de visita ao Algarve” (que no quadro 6.2.40

está, uma vez mais representada por números) com “tipos de apresentação e informação mais valorizados”. As variáveis mostram, quando sujeitas aos testes, que não têm uma distribuição normal, porque não respeitam as normas previstas. Os valores das significâncias do teste de K-S e do teste de Levene não se encontram dentro dos valores estatísticos aceitáveis para se poder afirmar que os grupos têm distribuição normal e homogeneidade de variância (sig >0,05). Apenas 4 casos cumprem essas normas e associam, respectivamente, à necessidade de guias para crianças (sig.=0,210), ao desejo de visitar a cidade de carrinha autocarro ou comboio (sig=0,512), à vontade de assistir a apresentações áudio visuais da cidade (sig.=0,641) e de realizar passeios de barco (sig.0,908).

Em função do não cumprimento dos preceitos da normalidade e da homocedasticidade, as outras variáveis foram sujeitas ao teste de Kruskal Wallis, após confirmação do cumprimento da norma da identidade das formas das distribuições. Esse exame demonstrou que algumas variáveis possuíam o mesmo parâmetro de localização das distribuições (nível de significância superior a 0,05), o que significa não existem diferenças estatisticamente significativas nas escolhas feitas pelos grupos que constituem a tipologia de Faro, em relação às questões que procuravam averiguar a necessidade de ser colocado à disposição dos visitantes guias específicos para crianças (sig=0,210), vistas de autocarro, carrinha ou comboio, (sig=0,512), apresentações áudio visuais (sig=0,641), e passeios na zona ribeirinha (sig=0,908). Nos restantes itens as distribuições não têm o mesmo parâmetro de localização admitindo, por essa razão, que as atitudes dos 4 grupos, em relação à apresentação e interpretação do centro histórico são diferentes (ver quadro 6.1.39).

Quadro 6.2.40 – Teste de Kruskal Wallis para a comparação de “Motivos de visita ao Algarve com “Tipos de apresentação e interpretação mais valorizados”

Factor Tipos de acolhimento e informação mais valorizados	Motivos de visita ao Algarve	N	Média	Qui Quadrado	g.l.	Nível de significância
Sinalização das atracções	1	256	211,25	70,634	3	0,000
	2	24	123,33			
	3	78	154,05			
	4	19	115,61			
	Total	377				
Painéis com explicação da história e da arte do centro histórico	1	256	212,25	71,042	3	0,000
	2	24	167,40			
	3	77	135,95			
	4	19	108,16			
	Total	376				
Painéis e brochuras de divulgação de eventos culturais	1	254	208,77	55,522	3	0,000
	2	24	143,69			
	3	77	143,29			
	4	17	110,00			
	Total	372				
Brochuras com divulgação dos espectáculos	1	253	202,84	38,569	3	0,000
	2	24	142,00			
	3	74	148,01			
	4	17	130,38			
	Total	368				

O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro

Factor - Tipos de acolhimento e informação mais valorizados (Cont.)	Motivos de visita ao Algarve	N	Média	Qui Quadrado	gl	Nível de significância
Postos de Turismo	1	253	206,10	67,970	3	0,000
	2	25	164,96			
	3	77	152,65			
	4	17	79,82			
	Total	372				
Casas de banho públicas	1	256	211,32	74,096	3	0,000
	2	23	107,04			
	3	77	149,62			
	4	17	98,24			
	Total	373				
Guias específicos para crianças	1	251	187,18	4,525	3	,0210
	2	23	145,70			
	3	73	172,67			
	4	15	184,30			
	Total	362				
Visitas de cidade, de autocarro, carrinha ou combóio	1	250	187,46	2,300	3	0,512
	2	23	159,59			
	3	76	175,46			
	4	16	182,81			
	Total	365				
Visitas guiadas ao centro histórico	1	255	208,05	59,169	3	0,000
	2	25	167,76			
	3	77	145,73			
	4	17	97,38			
	Total	374				
Visitas guiadas ao interior de cada monumento	1	251	207,36	62,648	3	0,000
	2	22	120,18			
	3	77	143,43			
	4	17	105,41			
	Total	367				
Mapas gratuitos em várias línguas	1	256	194,61	12,310	3	0,006
	2	25	192,52			
	3	79	181,68			
	4	17	133,35			
	Total	377				
Apresentações áudio visuais	1	252	185,70	1,683	3	0,641
	2	22	193,57			
	3	77	181,59			
	4	16	155,63			
	Total	367				
Passeios de barco na zona ribeirinha	1	251	182,53	,547	3	0,908
	2	24	180,60			
	3	77	191,21			
	4	16	188,97			
	Total	368				
Itinerários urbanos	1	253	198,41	24,618	3	,000
	2	22	125,41			
	3	73	150,51			
	4	15	141,53			
	Total	363				
Facilitar a visita a utilizadores com necessidades especiais	1	251	201,34	55,156	3	0,000
	2	23	126,50			
	3	76	158,39			
	4	16	104,81			
	Total	366				
Facilitar a informação a visitantes com necessidades especiais	1	251	201,29	49,628	3	0,000
	2	24	130,17			
	3	76	153,64			
	4	15	122,50			
	Total	366				

A realização do teste *One Way Anova*, autorizou confirmar a identidade de resultados com os obtidos através do teste Kruskal Wallis, enquanto o teste post hoc de Bonferroni, assinalou, de

novo, alguns itens com asterisco, demonstrando a existência de relações de diferença, estatisticamente significativas, motivo pelo qual procedemos à interpretação dos resultados, embora com as mesmas reservas colocadas aos resultados dos conjuntos anteriores (ver quadro 6.2.41).

Quadro 6.2.41 - Comparações Post Hoc (teste de Bonferroni) entre “Motivos de visita ao Algarve e “Tipos de apresentação e interpretação mais valorizados”

desejadas pelos turistas	Variável 1	Variável 2	Diferença da média (1-2)	Nível de Significância
Sinalização das atrações	1	2	0,47*	0,000
		3	0,36*	0,000
		4	0,68*	0,000
Painéis com explicação da história e da arte do centro histórico	1	3	0,44*	0,000
		4	0,63*	0,000
Painéis e brochuras de divulgação de eventos culturais	1	2	0,38	0,003
		3	0,41*	0,000
		4	0,62*	0,003
Brochuras com divulgação dos espetáculos	1	2	0,32*	0,013
		3	0,31*	0,000
		4	0,43*	0,003
Postos de Turismo	1	2	0,28*	0,031
		3	0,35*	0,000
		4	0,88*	0,000
Casas de banho públicas	1	3	0,92*	0,000
		4	0,45*	0,000
	2	4	0,85*	0,012
Visitas guiadas ao centro histórico	1	3	0,41*	0,000
		4	0,78*	0,000
Visitas guiadas ao interior de cada monumento	1	2	0,52*	0,000
		3	0,47*	00,000
		4	0,74*	0,000
Itinerários temáticos urbanos	1	2	0,60*	0,002
		3	0,35*	0,003
Facilitar a visita a utilizadores com necessidades especiais	1	2	0,49*	0,000
		3	0,34*	0,000
		4	0,69*	0,000

O exame dos resultados comprovou uma vez mais a importância das escolhas do grupo 1 (sol e praia e cultura), o mais favorável à utilização de todas as técnicas inventariadas, assim como revelaram percepções diversas entre as categorias, com excepção das questões ligadas à presença de painéis com informação sobre a história e a arte da cidade, e às visitas guiadas ao centro histórico em que as escolhas do grupo 1 são idênticas às do grupo 2 (cultura). Este último,

tem uma atitude idêntica ao do grupo 1 (sol e praia e cultura), em relação à existência de casas de banhos públicas enquanto ambos divergem de forma positiva, do 4 (outros).

Por último aplicamos a análise da variância One Way Anova aos grupos de variáveis, que se incluem os “motivos de visita ao Algarve” e as “qualidades de um centro histórico atraente para práticas culturais” ao mesmo tipo de testes, com o intuito de encontrar novas diferenças entre os grupos que constituem a tipologia de visitantes de Faro (ver quadro 6.2.41). Aferiu-se, de novo o cumprimento dos pressupostos para aplicação do teste *One Way Anova*, que exigiu a execução do teste de normalidade (Kolmororov-Smirnov) e o teste da homocedascidade (Levene). Os resultados do teste K-S admitiram que o grupo 4 cumpre os citados preceitos em 8 itens, enquanto todos os outros conjuntos não cumpriam os critérios da normalidade. Os itens do grupo 4 que respeitavam a normalidade referiam-se à limpeza do centro histórico (sig.=0,097), à oferta de produtos culturais de qualidade (sig.=0,177), ao interesse por uma zona ribeirinha activa (sig.=0,166), à existência de uma vida nocturna activa (sig.=0,200), à atracção por zonas e parques temáticos (sig.=0,191), à presença de pessoas simpáticas e hospitaleiras e à segurança do centro histórico. Os resultados da aplicação do teste de Levene, por sua vez, permitem afirmar que as variáveis não possuem homogeneidade de variância.

Pelos motivos evocados, optou-se, de novo, por sujeitar todo o grupo ao teste não paramétrico Kruskal-Wallis. Os resultados do teste comprovaram que os itens não têm o mesmo parâmetro de localização, como se pode conferir no quadro 6.2.41, o que nos autoriza a concluir que as diferenças de percepção, dos 4 conjuntos, em relação aos produtos culturais que tornam um centro histórico apelativo, são estatisticamente significativas. O desejo de especificar as diferenças entre grupos impeliu-nos a aplicar o teste *One Way Anova* (ver quadro 6.2.43). Apesar de não se verificar o cumprimento os pressupostos referentes à normalidade e à homocedascidade, porque, como se mencionou nas análises anteriores, se constatou que os resultados não diferem dos obtidos a partir do teste de Kruskal Wallis e o teste paramétrico é considerado resistente ao não cumprimento dos seus pressupostos (ver quadro 6.2.42).

Realizamos ainda o teste de Bonferroni para averiguar se existiam diferenças estatísticas e verificou-se que assinalava diferenças estatísticas significativas, para um intervalo de confiança de 95% (ver quadro 6.2.44). Os resultados do referido exame revelam, uma vez mais, as atitudes positivas do conjunto 1 (sol e praia e cultura), em relação a todos os outros agregados em exame. As excepções situam-se nos itens sobre a presença de museus, em que a sua postura diverge apenas em relação ao agregado 3 (sol e praia). Nos que se prendem com os espectáculos variados, a presença de pessoas simpáticas e hospitaleiras, e o comércio que valorize a produção artística e o artesanato local a discriminação positiva coloca-se ao nível dos grupos 3 (sol e praia) e 4 (outros), não evidenciando qualquer assimetria em relação ao grupo dois. Por fim a variável que averiguava sobre o interesse de uma zona ribeirinha activa manifesta diferenças que

6 – Pesquisa Empírica

abrangem os grupos 2 e 4. A avaliação positiva feita pelo grupo 1 indicia a natureza inclusiva das suas opções, característica que se tem vindo a confirmar ao longo do tratamento dos dados e resultados do inquérito aplicado aos visitantes.

Quadro 6.2.42 – Teste Kruskal-Wallis para a comparação de “Motivos de visita ao Algarve” com “Qualidades de um centro histórico atractivo”

Qualidades de um centro histórico atractivo	Motivos de visita ao Algarve	N	Média	Qui quadrado	Graus de liberdade	Nível de Significância
Um centro histórico com museus e monumentos interessantes	1	258	204,85	40,932	3	0,000
	2	24	174,73			
	3	78	145,28			
	4	16	156,13			
	Total	376				
Um centro histórico limpo	1	259	209,71	41,504	3	0,000
	2	23	123,78			
	3	79	155,04			
	4	18	144,42			
	Total	379				
Um centro histórico com serviços e produtos culturais de qualidade	1	254	208,70	68,395	3	0,000
	2	24	127,56			
	3	76	138,30			
	4	15	112,23			
	Total	369				
Um centro histórico que proporcione a participação em espectáculos variados	1	255	203,77	40,075	3	0,000
	2	23	126,76			
	3	74	153,30			
	4	16	104,66			
	Total	368				
Um centro histórico que possua jardins, com plantas da região	1	259	204,41	19,585	3	0,000
	2	23	123,48			
	3	77	163,43			
	4	17	147,65			
	Total	376				
Um centro histórico com uma zona ribeirinha activa	1	257	197,99	21,136	3	0,000
	2	23	113,61			
	3	77	181,01			
	4	15	129,63			
	Total	372				
Um centro histórico com vida nocturna intensa	1	250	185,96	8,663	3	0,034
	2	22	128,86			
	3	76	194,66			
	4	16	144,38			
	Total	364				
Um centro histórico com parques ou zonas temáticas	1	255	206,12	33,738	3	0,000
	2	23	106,70			
	3	77	146,27			
	4	14	142,07			
	Total	369				
Um centro histórico com pessoas simpáticas e hospitaleiras	1	259	200,88	55,385	3	0,000
	2	23	175,93			
	3	79	165,72			
	4	13	73,85			
	Total	374				
Um centro histórico com um comércio que valorize a cultura, história e produção local	1	257	208,97	60,404	3	0,000
	2	25	153,80			
	3	77	144,86			
	4	16	112,19			
	Total	375				
Um centro histórico seguro	1	258	206,46	50,126	3	0,000
	2	21	118,10			
	3	78	149,98			
	4	15	128,83			
	Total	372				

Quadro 6.2.43 – Anova para a comparação de “Motivos de visita ao Algarve” com “Qualidades de um centro histórico atractivo”

Qualidades de um centro histórico atractivo		Soma dos quadrados	gl	Média quadrática	F	Sig.
Um centro histórico com museus e monumentos interessantes	Inter Grupos	20,094	3	6,698	11,291	0,000
	Intra Grupos	220,670	372	0,593		
	Total	240,763	375			
Um centro histórico limpo	Inter Grupos	21,397	3	7,132	11,322	0,000
	Intra Grupos	236,244	375	0,630		
	Total	257,641	378			
Um centro histórico com serviços e produtos culturais de qualidade	Inter Grupos	29,294	3	9,765	15,456	0,000
	Intra Grupos	230,597	365	0,632		
	Total	359,892	368			
Um centro histórico que proporcione a participação em espectáculos variados	Inter Grupos	24,789	3	8,263	11,501	0,000
	Intra Grupos	261,513	364	0,718		
	Total	286,302	367			
Um centro histórico que possua jardins, com plantas da região	Inter Grupos	25,874	3	8,625	8,073	0,000
	Intra Grupos	397,402	372	1,068		
	Total	423,277	375			
Um centro histórico com uma zona ribeirinha activa	Inter Grupos	19,577	3	6,526	7,689	0,014
	Intra Grupos	312,302	368	0,849		
	Total	331,879	371			
Um centro histórico com vida nocturna intensa	Inter Grupos	15,856	3	5,285	3,578	0,000
	Intra Grupos	531,825	360	1,477		
	Total	547,681	363			
Um centro histórico com parques ou zonas temáticas	Inter Grupos	49,350	3	16,450	13,464	0,000
	Intra Grupos	445,956	365	1,222		
	Total	495,306	368			
Um centro histórico com pessoas simpáticas e hospitaleiras	Inter Grupos	13,917	3	4,639	9,060	0,000
	Intra Grupos	189,441	370	0,512		
	Total	203,358	373			
Um centro histórico com um comércio que valorize a cultura, história e produção local	Inter Grupos	22,687	3	7,562	12,467	0,000
	Intra Grupos	225,047	371	0,607		
	Total	247,733	374			
Um centro histórico seguro	Inter Grupos	31,002	3	10,334	12,041	0,000
	Intra Grupos	315,826	368	0,858		
	Total	346,828	371			

A análise das desigualdades de atitude, em relação à produção cultural ideal para as práticas culturais dos grupos reafirma a índole ecléctica das escolhas do grupo 1 (sol e praia e cultura) através da sua convergência com o grupo 2 nas variáveis que podem ser consideradas mais próximas de uma opção cultural conquanto não demonstrem um afastamento claro das eleições do grupo 3 (sol e praia), mais próximas do conceito de lazer.

Quadro 6.2.44 - Comparações Post Hoc (teste de Bonferroni) entre “Motivos de visita ao Algarve” e “Qualidades de um centro histórico atractivo para as suas práticas culturais”

Factor - Qualidades de um centro histórico atractivo	Variável 1	Variável 2	Diferença da média (1-2)	Nível de Significância
Com museus e monumentos interessantes	1	3	0,54	0,000
Limp	1	2	0,55	0,017
		3	0,42*	0,000
		4	0,71*	0,001
Com serviços e produtos de qualidade	1	2	0,53*	0,019
		3	0,58*	0,000
		4	0,77*	0,002
Com espectáculos variados	1	3	0,42*	0,003
		4	0,98*	0,000
Com jardins e plantas da região	1	2	0,75	0,004
		3	0,41*	0,015
		4	0,75*	0,020
Com uma zona ribeirinha activa	2	3	0,75*	0,004
	1	2	0,59*	0,018
		4	0,89*	0,001
Com parques e zonas temáticas	1	2	0,95*	0,001
		3	0,71*	0,000
		4	0,83*	0,024
Com pessoas simpáticas e hospitaleiras	1	3	0,25*	0,048
		4	0,90*	0,000
Com um comércio que valorize a produção artística e o artesanato local	1	3	0,44*	0,000
		4	0,89*	0,000
Seguro	1	2	0,71*	0,008
		3	0,58*	0,000
		4	0,66*	0,048

6.2.7 - Análise Factorial de Componentes Principais

A nossa investigação exigia também que, as perguntas sobre a avaliação do espaço público, a apresentação e informação desejadas pelos turistas e as condições que transformam os centros históricos em locais culturais atraentes para os seus consumos culturais, fossem sujeitas a testes estatísticos que consentissem uma visão mais sintética através da redução do número de

variáveis a grupos de atributos e, simultaneamente, facultassem uma hierarquização desses novos conjuntos criados.

A nossa escolha recaiu sobre a análise factorial de componentes principais (AFCP), um método estatístico multivariado que permite decompor a variância das variáveis em duas partes: uma que é devida a factores comuns e outra que se deve a factores únicos. Quando se executa a análise citada o resultado mais favorável corresponde “à existência de poucos factores comuns e uma pequena contribuição de factores únicos” (Pestana e Gageiro, 2000, pp. 391).

A existência de factores únicos cujos pesos (“loadings”) têm valores intermédios dificulta a interpretação porque significa que se associam a mais de uma componente. Para minimizar esse problema, o SPSS dispõe de métodos de rotação de modo a que seja esclarecida, com mais facilidade a sua pertença a determinada componente.

A execução de uma boa apreciação exige um Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) superior “a 0,5 o nível de significância do teste de esfericidade de Bartlett inferior ao escolhido pelo investigador (normalmente 1%, 5% ou 10%) indicando a existência de correlação entre as variáveis a matriz das componentes, a diagonal principal da matriz anti-imagem deve ter valores elevados e a matriz de componentes, após rotação, deve obter-se num pequeno número de iterações; a variância explicada, pelos factores comuns deve ser pelo menos 60%” (Pestana e Gageiro, 2000, pp. 427).

A AFCP determina quantos factores comuns possibilitam uma boa interpretação dos resultados e identifica a variância explicada para cada factor (eigenvalues ou valores próprios). Quando aplicada a escalas a AFCP exige a verificação da consistência interna de cada factor.

O primeiro conjunto de variáveis sujeito ao exame em questão procurava avaliar a imagem do espaço público e do meio construído de Faro.

A variável tem um elevado grau de consistência interna (Alpha de Cronbach=0,9042), como se pode verificar no quadro 6.1.20. O resultado do teste Kaiser-Meyer-Olkin apresentado no quadro 6.2.45 é bom (KMO=0,890), visto que se situa entre 0,8 e 0,9, enquanto o teste de esfericidade de Bartlett (Sig=0,000) conduz à rejeição da hipótese da matriz de correlação ser a matriz de identidade.

Quadro 6.2.45 - Testes Kaiser-Meyer-Olkin e Bartlett

Teste de adequação da amostra Kaiser-Meyer-Olkin	KMO	0,890
Teste de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui quadrado	1941,972
	Graus de liberdade	36
	Nível de Significância.	0,000

Os valores relativamente elevados das comunalidades revelam que todas as variáveis apresentam uma boa relação com as duas componentes retidas, como se mostra no quadro (6.2.46).

Quadro 6.2.46 – Variância explicada pelas componentes principais

Componentes Principais	Valores próprios Total	Variância %	Variância relativa acumulada %
1	5,174	57,490	57,490
2	1,254	13,930	71,420
3	0,676	7,508	78,929
4	0,561	6,233	85,162
5	0,359	3,984	89,145
6	0,351	3,900	93,045
7	0,311	3,451	96,496
8	0,222	2,470	98,967
9	9,300E-02	1,033	100,000

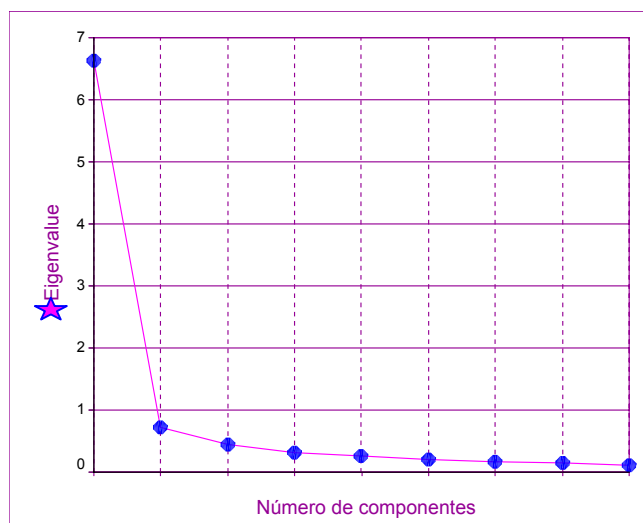
Os pesos factoriais (“loadings”) foram sujeitos ao método de rotação ortogonal Varimax, com o objectivo de melhor separar os valores (ver quadro 6.2.45) “dos pesos factoriais de modo a que cada variável seja, associada a uma só componente, facilitando a interpretação de cada componente principal”. Nós optámos por incluir “apenas as contribuições superiores a 0,50”, as mais significativas porque são responsáveis por 25% da variância (Jesus, 2001, pp. 164; Pestana e Gageiro, 2000, pp. 392). A matriz de componentes, após rotação ortogonal denunciou a presença de dois componentes (ver quadro 6.2.47).

Quadro 6.2.47 – Contribuições depois da rotação

Imagem do centro histórico	Componentes		Comunalidades
	1	2	
Possui marcos que se destacam	0,627		0,604
Possui um conjunto construído harmonioso		0,754	0,670
A cidade moderna tem relação equilibrada com centro histórico		0,656	0,518
O património está bem preservado		0,854	0,735
A orientação é fácil		0,722	0,625
É fácil encontrar percursos interessantes e variados	0,829		0,750
Possui ruas economicamente activas e animadas pela presença de pessoas	0,844		0,747
As ruas têm várias utilizações	0,908		0,907
As estátuas, fontes, bancos, caixas de telefone enriquecem a cidade	0,890		0,873

Os factores retidos explicam 71,420% da variabilidade original, percentagem superior ao limite inferior de 60%, imposto pela AFCP. O Scree Plot (gráfico 6.2.23) salienta através da sua inclinação, a retenção de dois valores próprios.

Gráfico 6.2.23- “Scree Plot”



★ “Eigenvalues” – Valores próprios

As duas componentes retidas reforçam a afirmação já feita quer na revisão da literatura (ver ponto 2.3.1, 2.3.2, 2.3.4. e 3.4.3) quer na descrição e comentário dos resultados empíricos da nossa pesquisa que estes novos turistas acusam um conhecimento assinalável dos aspectos distintos do meio construído e do espaço público das cidades tradicionais. Na verdade os dois factores retidos podem ser identificados com essas duas dimensões, como se pode constatar pelas associações estabelecidas na apreciação da imagem de Faro (ver quadro 6.2.46).

Como o conjunto de variáveis sujeitos a exame era formado por escalas de avaliação, neste caso de Likert, cujas respostas são classificadas de 1 a 5, “as correlações e os Alpha’s de Cronbach são relevantes, existe um elevado grau de consistência interna” foi possível atribuir às citadas dimensões os índices – **Construído** (componente 1) e **Público** (componente 2), que foram testados, com o cálculo das médias dos itens que as compõem, para que pudéssemos conhecer a dimensão que mais apreciaram durante a sua visita à cidade (Pestana e Gageiro, 2000, pp. 424-428). O coeficiente de consistência do factor 1 é bastante elevado, enquanto o do factor 2 se encontra no limite aceitável. As médias obtidas para o factor 1 de 15,6021 e para o factor 2 de 12,9770, significam que os turistas inquiridos apreciaram mais o conjunto **Público** do que o **Construído** (ver quadro 6.2.48).

Quadro 6.2.48 – Criação de índices

Factores	Índices	N	Média	Alpha de Cronbach
1	Público	375	15,6021	0,9227
2	Construído	326	12,9770	0,7578
N Válido (listwise)		323		

O segundo agregado sujeito ao método da análise factorial de componentes principais foi o relativo à apresentação e informação que os turistas mais estimam de modo a reconhecer os grupos constituídos e a melhor forma de os ordenar. A adequação da apresentação e da informação constitui no caso do turismo nos centros históricos, um importante instrumento para a captação e retenção dos turistas, como se disse no ponto 3.4.6, além de meio poderoso de gestão de fluxos (ver ponto 3.7), razões que fundamentam a necessidade de conhecer as redes mais apreciadas.

O conjunto tem um coeficiente de consistência interna elevado (Alpha de Cronbach=0,8805), como pode ser confirmado no quadro 6.2.22. A aplicação do teste de Kaiser-Meyer-Olkin revela um bom valor (KMO=0,890) e o teste de esfericidade de Bartlett (sig=0,000) obriga a aceitar que a matriz de correlação não coincide com a de identidade (ver quadro 6.2.49).

Quadro 6.2.49 - Testes de Kaiser-Meyer-Olkin e Bartlett

Teste de adequação da amostra Kaiser-Meyer-Olkin		0,854
Teste de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui quadrado	3602,989
	Graus de liberdade	120
	Nível de Significância	0,000

Os factores retidos explicam 63,887% da variabilidade original, superior ao limite inferior aceitável pelo analista (60%) para a AFCP (ver quadro 6.2.50).

Quadro 6.2.50 - Variância explicada pelas componentes principais

Componentes	Valores próprios	Variância %	Variância acumulada %
1	6,648	41,550	41,550
2	2,406	15,037	56,587
3	1,168	7,300	63,887
4	0,938	5,861	69,748
5	0,892	5,573	75,321
6	0,676	4,225	79,546
7	0,592	3,700	83,246
8	0,519	3,244	86,490
9	0,469	2,929	89,419
10	0,371	2,316	91,735
11	0,349	2,181	93,915
12	0,311	1,942	95,858
13	0,276	1,727	97,585
14	0,191	1,192	98,776
15	0,148	,928	99,704
16	4,735E-02	,296	100,000

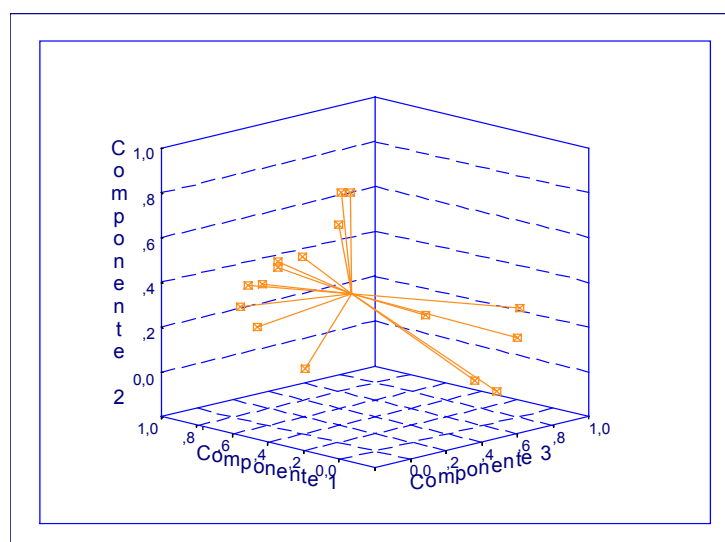
Os valores relativamente elevados das comunalidades definem a boa relação das variáveis com as três componentes retidas. Os pesos factoriais (“loadings”) foram sujeitos ao método de rotação Varimax, acusando, no final, a presença de 3 componentes (ver quadro 6.2.51 e gráfico 6.2.24).

Quadro 6.2.51 - Contribuições depois da rotação

Acolhimento e Informação desejadas pelo turistas no centro histórico	Componentes			Comunalidades
	1	2	3	
Sinalização das atracções	0,566	0,505		0,575
Painéis com explicação da história e da arte	0,670			0,628
Painéis e brochuras de divulgação de eventos culturais	0,799			0,721
Brochuras com divulgação dos espectáculos	0,773			0,645
Postos de Turismo	0,685			0,636
Casas de banho públicas		0,726		0,650
Guias específicos para crianças e jovens			,674	0,587
Vistas de cidade de autocarro/carrinha/combóio			,806	0,672
Visitas guiadas ao centro histórico	,0647	0,501		0,680
Visitas guiadas ao interior de cada monumento	0,549	0,521		0,588
Mapas gratuitos em várias línguas	0,592			0,392
Apresentações áudio visuais			,701	0,513
Passeios de barco na zona ribeirinha			,803	0,671
Itinerários temáticos urbanos			,615	0,538
Facilitar a visita a utilizadores com necessidades especiais		0,882		0,860
Facilitar a informação a utentes com necessidades especiais		0,878		0,866

A distribuição dos pesos factoriais dos conjuntos de variáveis depois de sujeitos à rotação pode ser examinada no quadro 6.2.24.

Gráfico 6.2.24-Gráfico das componentes principais após rotação ortogonal



Os índices criados a partir desses três factores foram denominados **Informação e Interpretação Clássica** (componente 1), **Facilita e Conforta** (componente 2) e **Interpretação Alternativa** (componente 3). Os coeficientes de consistência interna encontram-se dentro dos limites do analista. As médias das componentes 1 (19,3348), 2 (6,2865) e 3 (8,1819), demonstram uma clara preferência pelo conjunto 1, seguido do 3 e do 2 (ver quadro 6.2.52).

Quadro 6.2.52 – Criação de índices

Factor	Índice	N	Média	Alpha de Cronbach
1	Informação e Interpretação Clássicas	361	19,3348	0,8968
2	Facilita Conforta	363	6,2865	0,8927
3	Interpretação Alternativa	253	8,1819	0,7840
N Válido		344		

A variável que procurava identificar as componentes da oferta cultural de uma centro histórico apelativo para as práticas dos visitantes foi também sujeita à AFCP. A revisão da literatura tinha-nos obrigado a reflectir sobre o modo como se organizam os grupos de actividades nos centros históricos (ponto 3.5) e sobre sua importância para a construção da oferta e para a gestão dos fluxos turísticos. A nossa intenção era tentar encontrar o modo como os visitantes da cidade, no Verão de 2001, concretizavam essas associações e como as hierarquizavam.

A variável tem um excelente coeficiente de consistência interna (Alpha de Cronbach=0,9336), como pode ser conferido no quadro 6.2.24. O teste de Kaiser-Meyer-Olkin evidencia um bom valor (KMO=0,898) e o teste de esfericidade de Bartlett (sig.=0,000) implica a rejeição da matriz de correlação ser a matriz de identidade (ver quadro 6.2.53).

Quadro 6.2.53 - Testes de Kaiser-Meyer-Olkin e Bartlett

Teste de adequação da amostra Kaiser-Meyer-Olkin		0,898
Teste de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui quadrado	3030,998
	Graus de liberdade	55
	Nível de Significância	0,000

A variância explicada por 3 factores atinge 80,668% da variabilidade original (ver quadro 6.2.54)

Quadro 6.2.54 - Variância explicada para as componentes principais

Componentes	Valores próprios	Variância %	Variância acumulada %
1	6,477	58,878	58,878
2	1,255	11,408	70,286
3	1,142	10,381	80,668
4	0,451	4,098	84,766
5	0,408	3,713	88,479
6	0,321	2,916	91,395
7	0,253	2,296	93,691
8	0,239	2,175	95,866
9	0,177	1,613	97,479
10	0,140	1,276	98,755
11	0,137	1,245	100,000

Os valores relativamente elevados das comunalidades salientam a boa relação de todas as variáveis com as duas componentes retidas (ver quadro 6.2.55).

Quadro 6.2.55 - Contribuições depois da rotação

Centro histórico com características adequadas às suas práticas culturais	Componentes			
	1	2	3	Comunalidades
Com museus e monumentos interessantes	0,851			0,807
Limpo	0,575	0,652		0,755
Com serviços e produtos culturais de qualidade	0,836			0,867
Que proporcione a participação em espectáculos variados	0,619			0,698
Possua jardins, com plantas da região		0,885		0,853
Com uma zona ribeirinha activa			0,724	0,780
Com vida nocturna intensa			0,904	0,830
Com parques ou zonas temáticas		0,781		0,764
Com pessoas simpáticas e hospitaleiras	0,870			0,834
Com um comércio que valorize a cultura, história e produção artística e artesanal local	0,857			0,863
Seguro	0,522	0,742		0,823

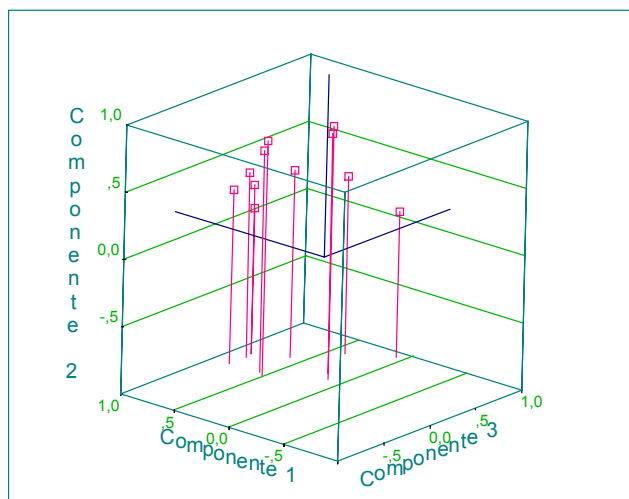
Os pesos factoriais (loadings) foram sujeitos ao método de rotação ortogonal Varimax com o objectivo de apenas incluir as contribuições superiores a 0,5 porque, como se afirmou, são as mais significativas. A distribuição dos pesos factoriais dos conjuntos de variáveis depois de sujeitos à rotação pode ser examinada no gráfico 6.2.25.

Os 3 factores criados, a partir das variáveis, definem os grupos que os visitantes da cidade consideraram mais importantes para as suas práticas culturais as quais designámos por **Cultura** (componente 1) porque associa os itens que melhor expressão as práticas culturais em sentido estrito, o segundo que denominámos **Ambiente, segurança e simulação** (componente 2), mais

6 – Pesquisa Empírica

vocacionado para esses aspectos da oferta e um terceiro, comprometido com actividades de **Lazer** (componente 3). Esses factores deram origem aos índices que deixam conhecer as mais e as menos apreciadas.

Gráfico 6.2.25 – Gráfico das componentes principais após rotação ortogonal



Os coeficientes de consistência interna dos factores 1 e 2 são elevados e o do 3 encontra-se abaixo do aceitável. As médias obtidas para o factor 1, (18,9925), para o factor 2 (13,8149) e para o factor 3 (5,9961), significam que apreciam em primeiro lugar **Cultura**, em segundo **Ambiente, Segurança e Simulação** e em terceiro **Lazer** (ver quadro 6.2.56).

Quadro 6.2.56 – Criação de índices

Factor	Índice	N	Média	Alpha de Cronbach
1	Cultura	372	18,9925	0,9285
2	Ambiente, Segurança e Simulação	362	13,8149	0,8737
3	Lazer	380	5,9961	0,7046
N Válido (listwise)		351		

6.2.8 - Análise de conteúdo das perguntas abertas

A análise de conteúdo oferece várias técnicas que podem estabelecer o jogo entre a hipótese e a interpretação porque este método impõe que a decomposição se faça com a prática. A maioria das técnicas é, contudo, “do tipo temático e frequencial” embora existam outros indicadores mais formais ou estruturais.

A análise de conteúdo aplica-se às perguntas abertas dos questionários, o que envolve um processo de classificação que pode ser feito “do geral para o particular, ou, de forma inversa, dos elementos particulares, para as categorias, reagrupando os elementos contíguos para que no final deste, atribuímos um título à categoria”. Nesta investigação escolhemos o segundo formato para atribuir um título à classe (Bardin, 1977, pp. 62).

O tipo de exame realizado pode ser inserido no género temático e de frequências, na medida em que não explora de forma exaustiva a totalidade das significações, mas antes procura imagens relativas às atitudes dos turistas para como o centro histórico de Faro. A opção tomada admitiu separar as positivas das negativas.

Nesta fase de decisão da técnica a adoptar concluímos ainda que a amplitude das respostas fornecidas nos obrigava a atribuir um valor a cada resposta, pelo que se sentiu a necessidade de introduzir a análise de avaliação, com o objectivo de medir as atitudes do inquirido quanto ao objecto da pergunta. Esta técnica tira partido dos conhecimentos da psicologia social e da noção de atitude, da sua capacidade como “núcleo duro” ou “matriz, muitas vezes inconsciente” de traduzir e produzir “um conjunto de tomadas de posição, de quantificações, de descrições e de designações de avaliação” (Bardin, 1977, pp. 155).

O método de avaliação “é muito parecido com o da análise de conteúdo temática, uma vez que funciona baseando-se no desmembramento do texto em unidades de significação”, embora o objectivo, do nosso caso seja mais específico, na medida em que se deseja não só verificar a ocorrência dos temas, mas também imprimir uma carga de valor, que deixe aglutinar a direcção e da intensidade (Bardin, 1977, pp. 156). Os itens significativos revelaram graus de intensidade muito variada, razão pela qual as categorias foram codificadas de forma a expressar essas diferenças, numa escala de 1 a 5, em que o 1 significa uma atitude de rejeição absoluta e o 5 uma positiva de grande intensidade.

Na fase exploratória dos dados recolhidos tomou-se também a decisão de tratar, de forma conjunta, as questões abertas que abordavam a enunciação de três adjectivos que pudessem definir a cidade (ver pergunta 19) e da que propunha a exposição de três vantagens competitivas

da urbe (ver pergunta 20), porque se concluiu que os itens de significação do discurso se repetiam ou completavam, sendo assim desnecessário duplicar o processo de análise.

A decisão de utilizar esta combinação de técnicas (temática e de avaliação) para além de nos permitir valorizar a amplitude acusada pelos dados, possibilitava a aferição da faculdade destes turistas em emitir juízos sobre valores estéticos, sociais e históricos. Esta “função de administração de prova” dava credibilidade às opções dos inquiridos, e, deste modo, aos resultados obtidos nas questões fechadas (ver quadros 6.2.21, 6.2.23, 6.2.25 e gráficos 6.2.13, 6.2.14 e 6.2.15) sobre o ambiente construído e o espaço público, a apresentação e informação e as qualidades de um centro histórico apelativo.

A classificação do material, em unidades temáticas ou itens de significação levou-nos ao estabelecimento de oito categorias (ver quadro 6.2.57), organizadas a partir de 567 itens significativos.

Quadro 6.2.57 – Categorias criadas a partir da classificação dos dados recolhidos

Estéticas	Indústrias e serviços culturais
Patrimoniais, históricas e monumentais	Actividade comercial
Qualidades do espaço público	Entretenimento
Climatéricas e paisagistas	Limpeza

A análise, pelas razões acima mencionadas, exigiu que fossem empregues unidades de registo, e de enumeração. As unidades de registo são os adjectivos usados pelos visitantes para qualificar a cidade (ver pergunta 19) e os substantivos e adjectivos com que caracterizam as suas vantagens competitivas (ver pergunta 20). Nessas perguntas constituem as únicas palavras plenas analisadas pelo que não existem unidades de contexto (Bardin, 1977, pp. 105). A frequência com que as palavras plenas foram escolhidas pelos inquiridos constitui as unidades de enumeração, razão pela qual revestem uma índole aritmética. A intensidade atribuída por cada inquirido revela a importância que o sujeito atribuiu a cada palavra plena mencionada, condição sem a qual não seria possível fazer inferências.

Quadro 6.2.58 - Resultados do tratamento das perguntas abertas, através do método da análise de conteúdo

Categorias	Codificação	5	4	3	2	1	Palavras planas mais frequentes
	Estéticos	17	177		1	3	5 – Muito bonito, único, grandioso 4 – Bonito, lindo, harmonioso 2 - Descolorido 1 - Agreste
	Patrimoniais, históricos e monumentais	5	80		4		5 – Muito bem preservado, belos monumentos, calçada belíssima 4 - História, Bem preservado, centro histórico 2 - Mal preservado. Monumentos e igrejas fechadas
	Paisagem e Clima	3	17		1		5 - Paisagem muito bela, Muito bom clima 4 - Bom tempo, beleza da zona ribeirinha 2 - O tempo podia estar melhor
	Qualidades do Espaço público		16				4 – Boa orientação, fácil localização
	Sinalização e Interpretação		10'			1	4 – Boa sinalização e informação 1 - Falta de Informação
	Indústrias e serviços culturais	11	5				5 – Artesanato, Exposições em museus 4 – Galerias de arte, doçaria
	Características humanas e Sociais		97			13	4 – Calmo, tranquilo, pessoas simpáticas/acolhedoras, boas 1 - Aborrecido, falta de pessoas
	Actividade Comercial	5	16		8	4	5 - Lojas de qualidade, lojas de artesanato muito boas 2 - Poucas lojas 1 – Muito poucas lojas
	Entretenimento e Lazer	5	16		2	1	5 - Bares muito bons 4 – Bares e vida nocturna 2 – Pouca animação nocturna 1 – Nenhuma animação nocturna
	Limpeza	1	48				5 – Muito limpa 4 - Limpa
	TOTAL Parcial	47	482	-	16	22	TOTAL GLOBAL – 567

As perguntas abertas autorizam afirmar que os turistas do centro histórico de Faro forneceram respostas credíveis, às perguntas fechadas mais difíceis do questionário, relacionadas com a avaliação do meio construído e do espaço público da cidade (ver quadro 6.2.58). Os atributos concedidos ao centro histórico de Faro evidenciam uma clara opção pelas características estéticas na sua componente positiva, num total de 177, que representam 34,2% do total de itens. Os adjectivos usados revelam, também que o seu gosto pela cidade supera algumas características negativas, identificando-a, na sua na grande maioria, como linda, bonita, harmoniosa, ou através de expressões equivalentes, como encantadora ou atractiva. Esta categoria é também a que reúne maior número de itens como elevada intensidade, que ascendem a 17, em expressões como muito bonito, único, espectacular ou grandioso.

A segunda opção confirma a preferência dos inquiridos, para valorar a componente humana e social (97 itens), ao salientar qualidades como calmo, tranquilo, acolhedor, com pessoas simpáticas, acolhedoras, boas. No entanto esta quietude corre o risco de se transformar em aborrecimento que alguns inquiridos atribuem à falta de pessoas (13 itens), registando, por essa razão o valor mais elevado de palavras plenas negativas.

A categoria que engloba os aspectos patrimoniais, históricos e monumentais ocupa o terceiro lugar, com 89 palavras plenas, nas quais se incluem 5 de grande intensidade como monumentos, muito bem preservados, belos monumentos e igrejas. A maioria das expressões contém palavras como, história, bem preservado, centro histórico e cidade velha. Os itens que relevam insatisfação prendem-se com o facto de os monumentos se encontrarem fechados. A sequência do número de palavras plenas atribuído à categoria anterior (97) e à actual (85) demonstra, de novo, que estes turistas tanto apreciam manifestações culturais relativas ao passado da comunidade como o presente. As pessoas, a sua hospitalidade e a tranquilidade de que impregnam o meio urbano do centro histórico são tão apreciadas como, a história, os monumentos e a sua preservação.

A limpeza, tal como já se constatara em perguntas anteriores reúne 49 citações, de carácter positivo e muito positivo, o que apoia e incentiva as autoridades camarárias a continuarem a desenvolver esforços no sentido da manutenção de um elevado grau de limpeza no centro histórico e, alargá-lo a toda a cidade.

A actividade comercial também foi destacada pelos inquiridos, com um total de 33 itens, de elevada intensidade. Enquanto 5 classificam com intensidade positiva máxima contida nas expressões lojas de qualidade e lojas de artesanato muito boas, 14 referem apenas a importância das lojas de artesanato, no contexto global do comércio do centro histórico, 8 afirmam que existem poucas lojas e 4 que elas são mesmo muito poucas. A actividade comercial, do centro histórico de Faro, parece claramente diminuta, para satisfazer os gostos destes visitantes, não por falta de qualidade, mas por falta de oferta. Não será por acaso que os inquiridos que responderam às perguntas abertas, deram o segundo número mais elevado de referências negativas a falta de comércio nesta zona da cidade.

As actividades de lazer e entretenimento, nomeadamente as que se prendem com bares e com a vida nocturna, foram contempladas com 24 nomeações, com intensidade muito variada. Cinco consideram que o centro histórico possui bons bares e muita vida nocturna, 16 que existem bares e vida nocturna, 2 que existe pouca e 1 considera-a inexistente.

Os elementos paisagísticos e climáticos foram evocados em 21 citações, embora apenas com uma negativa. Destas, 16 aludem ao clima, à natureza e à beleza da zona ribeirinha.

No que concerne as qualidades do espaço urbano, as menções salientam a boa orientação e a facilidade de localização, enquanto as que se prendem com a interpretação, em número de 10, se centram na qualidade da sinalização e informação, registando-se apenas uma opinião desfavorável.

O penúltimo lugar é ocupado pela categoria que foi denominada por serviços e industriais culturais, com 15 referências apenas. A grande maioria fá-lo de uma forma muito positiva sendo mesmo este o único caso em que a intensidade máxima (11 itens) supera, em termos numéricos, a imediatamente a seguir (5). As mais utilizadas referem-se a exposições em museus, artesanato, galerias de arte e doçaria. Um número tão reduzido de menções associadas a uma opinião tão favorável permite supor que a cidade deveria apostar mais nesses tipos de produtos, tanto mais que eles são muito cotados, não apenas nas questões abertas, mas também na questão fechada sobre o modelo de centro histórico ideal para as suas práticas culturais (ver quadro 6.2.25 e gráfico 6.2.15).

Neste momento pensa-se que será útil relembrar a hipótese da pesquisa, em relação à procura.

- Os turistas que visitam os centros históricos nas zonas de turismo de sol e praia, no Verão (meses de Julho, Agosto e Setembro) revelam um perfil demográfico e social e preferências culturais que deixa associar a diversificação do turismo de sol e praia com a regeneração dos centros históricos.*

Quando a hipótese foi formulada ainda não se tinha escolhido o local de aplicação. Em função da amostra construída a escolha recaiu sobre a capital do Algarve. Além da hipótese há também que relembrar os objectivos gerais e específicos.

Aferir da presença nos centros históricos da nova classe média cultural (novos turistas).	Conhecer as características sócio culturais dos turistas que visitam os centros históricos. Conhecer os motivos evocados para visitar a região e a cidade. Conhecer as actividades e produtos culturais que procuram.
Avaliar a sua percepção das potencialidades do ambiente construído, do espaço público e da qualidade da interpretação dos centros históricos	Reconhecer a sua percepção, sobre o ambiente construído e o espaço público dos centros históricos. Conhecer as formas de interpretação que mais valorizam.
Aferir da imagem de centro histórico ideal, para as suas práticas e consumos culturais.	Conhecer a sua imagem de centro histórico ideal.

As perguntas também contavam com objectivos próprios que foram explicitados na metodologia e que devido à sua extensão não se transcreveu para este capítulo, mas que podem ser confrontados com os resultados, desde que se consulte o ponto 5.4. Pode-se, porém, afirmar que

foram atingidos os objectivos que se propuseram para cada uma das questões incluídas no questionário.

O tratamento dos dados e dos resultados da pesquisa baseada nos inquéritos aplicados aos turistas que visitaram o centro histórico de Faro no Verão de 2001, nos meses de Julho, Agosto e Setembro, autorizam-nos a afirmar que os visitantes apresentam um perfil que deixa associar a requalificação do turismo de sol e praia algarvio com a regeneração do centro histórico de Faro. O perfil demográfico social e cultural admite a sua inclusão na denominada nova classe média cultural ou nova pequena burguesia. As razões evocadas para visitar a região e a sua capital, assim como as actividades culturais que desejavam fruir concedem aceitar a hipótese dos visitantes poderem apoiar a revitalização do centro histórico de Faro, com base em produtos e serviços que constituem o núcleo duro das novas formas de produção cultural localizada, nesta área da urbe, conjunto de actividades que caracterizam o novo modelo de produção pós-“Fordista” nos países desenvolvidos.

A análise detalhada dos dados colhidos nos inquéritos enviados às instituições, empresas e associações que considerámos terem interesse no desenvolvimento de uma oferta turística integrada para o centro histórico (ver ponto 5.5.4) concretizada no ponto 6.3, permitirá, por certo, avaliar o seu interesse no relançamento do produto sol e praia e através dos consumos dos novos turistas cuja presença em Faro é indiscutível.

6.3 Análise dos inquéritos aplicados aos representantes das instituições, empresas e associações

O segundo ponto deste capítulo é dedicado à análise dos dados dos inquéritos aplicados aos representantes das instituições, públicas e privadas, empresas e associações com interesses na reabilitação do centro histórico de Faro, na cultura e no turismo, assim como os resultados alcançados e os comentários resultantes da sua apreciação.

A ordem das perguntas do questionário foi alterada, tal como se fez no caso do inquérito aplicado aos turistas, por razões muito semelhantes (ver anexo 4), conquanto a sua organização tenha sido pensada por áreas temáticas do modo que se passa a mencionar.

A - Perguntas que permitam traçar o perfil dos inquiridos em termos pessoais incluindo variáveis como a idade (17), educação formal (18) e cargo desempenhado (19).

B - Questões que ajudam a conhecer a avaliação da conjuntura actual do centro histórico de Faro em termos de qualidade da imagem do meio construído (2), do espaço público (3) e dos seus habitantes (5).

C - Aspectos que permitem saber quais as acções consideradas relevantes para propiciar as mudanças físicas desejáveis, no que concerne ao desenho arquitectónico (4), as formas de actuação ao nível municipal, regional e nacional que evitem a degradação do ambiente construído (6) e o tipo de acessibilidade adequada para aquela zona da cidade (7)

D - Interpelações que anuem conhecer o tipo de intervenções que apoiam para facilitar a recuperação económica, social e cultural. As variáveis usadas têm por objectivo conhecer a composição da oferta de produtos e serviços do centro histórico que apoiam (1), o modo como equacionam a relação entre regeneração do centro histórico, produção cultural e turismo (8), e entre regeneração do centro histórico e requalificação do turismo de sol e praia (9).

E – Escrutínio da importância atribuída à definição dos objectivos da política de turismo para o centro histórico (12), à determinação das formas de apresentação e informação turísticas que apoiam (10) e à gestão dos fluxos turísticos (12).

F – Quesitos que permitem conhecer os esforços que estão dispostos a desenvolver, para encontrar uma estratégia de acção conjunta, que suscite alianças (13), incite à participação (15), indique (16) e explique (17) o relevo, para as instituições que representam, das questões incluídas no nosso questionário.

G – Indagação de alguns obstáculos à formação da estratégia (14)

Análise descritiva simples

Nesta fase da análise realizaram-se operações simples, que incluíram distribuições de frequência simples e relativa; cálculo das medidas de tendência central, principalmente da média aritmética, embora nos casos em que se justificava também se tenha calculado a mediana, a moda e as medidas de dispersão como o desvio padrão.

As perguntas de escala foram sujeitas ao teste de Alpha de Cronbach, tal como se fez no ponto anterior. Contudo, neste caso, a dimensão da nossa amostra (42), resultante de um universo de 70, é relativamente pequena o que conduziu, por vezes, a um valor do teste não muito adequado. Hill e Hill afirmam que uma boa estimativa do coeficiente de consistência interna exige uma amostra de 200 ou mais questionários (Hill e Hill, 2000, pp. 149).

6 – Investigação Empírica

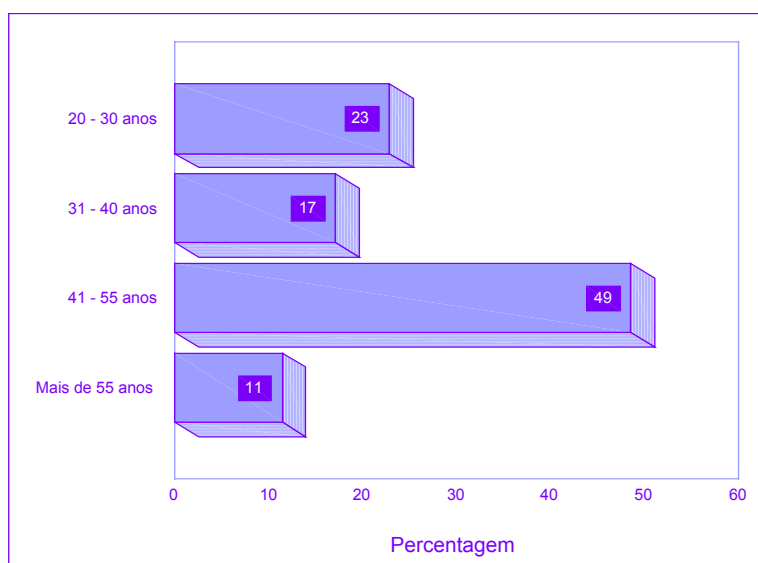
6.3.1 - Perfil dos inquiridos

Os dirigentes das instituições, empresas e associações seleccionadas (ver ponto 5.6.3), que responderam ao inquérito, num total de 42, representam 60% da amostra seleccionada que ascendia a 70.

Quadro 6.3.1 - Níveis Etários

Níveis etários	Frequência absoluta	Frequência Relativa
20 – 30	8	22,9
31 – 40	6	17,1
41 – 55	17	48,6
+ de 55	4	11,4
Total	35	100%

Gráfico 6.2.1 – Níveis Etários



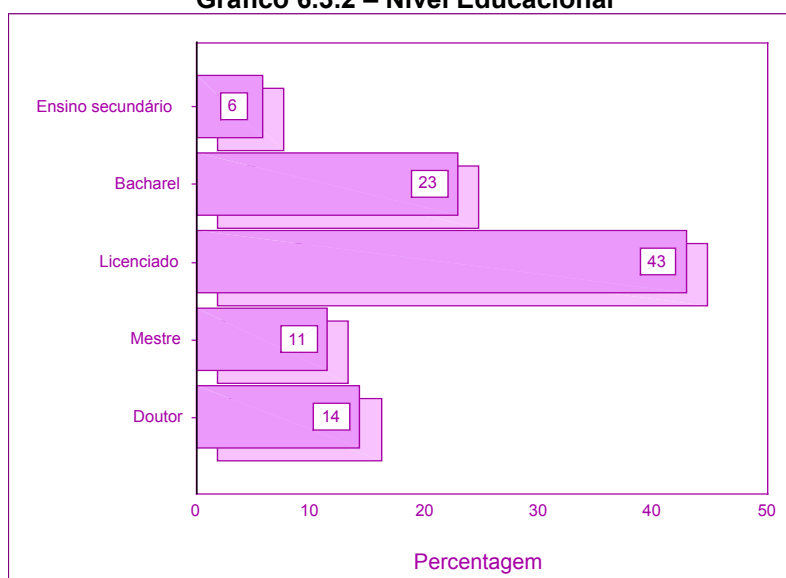
A sua estrutura etária evidenciava uma forte presença do grupo acima dos 41 anos, porque 60% dos inquiridos incluíam-se neste conjunto (ver quadro e gráfico 6.3.1), concentrando-se a maioria, equivalente a 48,6%, na faixa etária dos 41-55 anos (ver pergunta 17).

O nível de escolaridade é elevado; 91,5% dos inquiridos possuíam instrução de nível superior (ver quadro e gráfico 6.3.2), que se distribuía por toda a hierarquia desse nível de ensino (ver pergunta 18), englobando, bacharéis (22,9%), licenciados (42,9%), mestres (11,4%) e doutores (14,3%).

Quadro 6.3.2 - Nível educacional

Nível Educacional	Frequência absoluta	Frequência relativa
Ensino Secundário	2	5,6
Ensino Profissional	1	2,9
Bacharel	8	22,9
Licenciado	15	42,9
Mestre	4	11,4
Doutor	5	14,3
Total	35	100%

Gráfico 6.3.2 – Nível Educacional



Na altura em que foi realizada a pesquisa todos os inquiridos (ver pergunta 19) desempenhavam cargos de chefia, de nível superior, funções que se inventariam no quadro 6.3.3 e resultam de uma questão aberta.

Quadro 6.3.3 – Cargo Desempenhado

Cargo desempenhado	Frequência absoluta	Frequência relativa
Director Regional	3	7,1
Presidente de Direcção	9	21,4
Vice-presidente	2	4,8
Director/Coordenador/Administrador	19	45,2
Vereador	1	2,4
Técnico Superior/Assessor	6	14,3
Não responde	2	4,8
Total	42	100%

6.3.2 - Caracterização da conjuntura actual do centro histórico de Faro

O conjunto das variáveis que apresentavam a avaliação da imagem do meio construído de Faro, tal como todas as questões de escala, usadas na pesquisa, foram sujeitas ao teste Alpha de Cronbach, que revelou um coeficiente de consistência não muito elevado (ver quadro 6.3.4).

Quadro 6.3.4 – Teste de Alpha de Cronbach

Alpha de Cronbach
0,6042

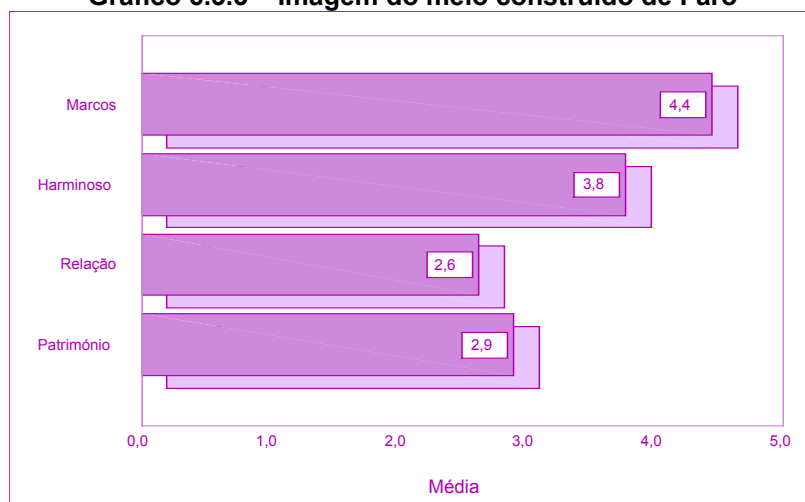
Os representantes das organizações manifestavam uma imagem do meio construído de Faro pouco favorável (ver quadro 6.3.5 e gráfico 6.3.3). As únicas respostas que denotavam uma avaliação claramente positiva reportavam-se à existência de marcos que se destacam, como muralhas, monumentos, panoramas ou espaços verdes (média=4,45), e à harmonia do conjunto construído (média=3,79), enquanto as atitudes quanto ao estado de preservação do património (média=2,88), e ao equilíbrio entre a cidade moderna e o centro histórico (média=2,63), eram neutras (ver pergunta 2).

Quadro 6.3.5 – Caracterização do meio construído de Faro

	Total	Média	Desvio Padrão
O centro histórico possui marcos que se destacam	42	4,45	0,74
O conjunto construído do centro histórico é harmonioso	42	3,79	0,72
A relação entre o centro histórico e a cidade moderna é equilibrada	40	2,63	0,98
O património do centro histórico está bem preservado	42	2,88	0,97

Escala de 1 a 5, sendo 1 discordo inteiramente e 5 concordo inteiramente

Gráfico 6.3.3 – Imagem do meio construído de Faro



O espaço público de Faro merecia uma apreciação ainda menos favorável (ver quadro 6.3.7 e gráfico 6.3.4), na medida em que a maioria das opiniões eram claramente neutras. Essa atitude manifestava-se nos itens que tentavam apurar a percepção, dos responsáveis pelas instituições incluídas no inquérito, sobre a presença de actividades não compatíveis com o estatuto de área símbolo da cidade e a propósito da facilidade de orientação, ambas com uma média de (média=3,33). O juízo emitido, quanto à existência de percursos interessantes e variados (média=3,22), à qualidade do mobiliário urbano (média=3,10) e à utilização mista, para habitação comércio e lazer (média=2,85), denotavam a mesma indeterminação, enquanto a questão relativa à actividade económica e vivacidade social (média=2,44) era objecto de um julgamento menos positivo (ver pergunta 3).

O resultado do teste Alpha de Cronbach (ver quadro 6.3.6) revela um coeficiente de consistência fraco.

Quadro 6.3.6 – Teste de Alpha de Cronbach

Alpha Cronbach
0,6785

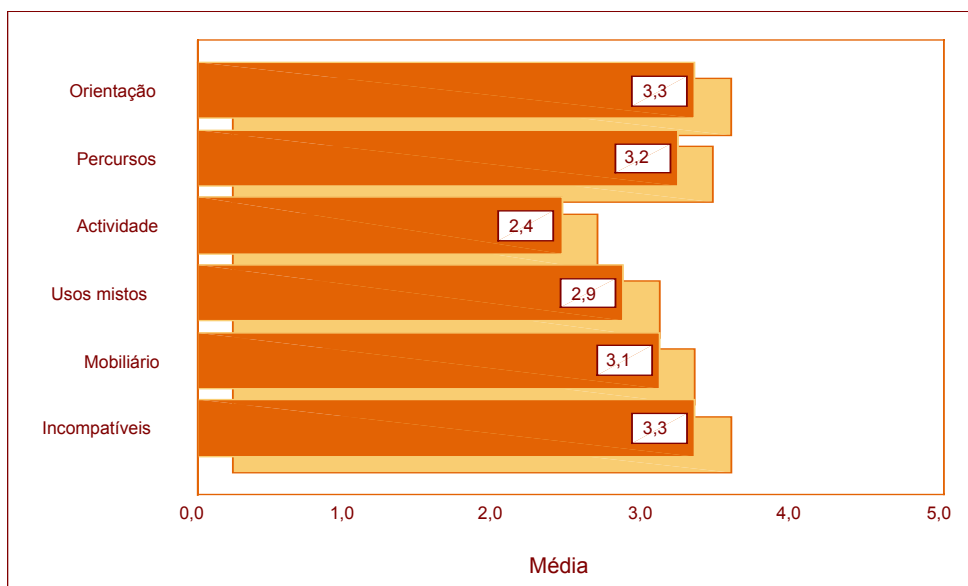
Quadro 6.3.7 – Caracterização do espaço público de Faro

	Frequência absoluta	Média	Desvio Padrão
A disposição do espaço público de Faro facilita a orientação	39	3,33	0,87
A disposição do espaço público de Faro permite encontrar percursos interessantes e variados	41	3,22	0,91
O centro histórico possui ruas economicamente activas e animadas pela presença de pessoas	41	2,44	1,00
As ruas do centro histórico têm várias utilizações	41	2,85	1,17
As estátuas, fontes, bancos de jardim, caixas de telefone enriquecem a cidade	42	3,10	1,30
No centro, persistem actividades que não são compatíveis com a imagem de zona símbolo da cidade	39	3,33	1,03

Escala de 1 a 5, sendo 1 discordo inteiramente e 5 concordo inteiramente

Este conjunto de respostas salientava a percepção da perda de muitas das características da cidade pré-industrial, apreciadas por residentes e turistas (ver pontos 3.4.3 e 3.5). Além disso, o definhamento destes elementos típicos estava a contribuir para transformar essa zona da cidade num museu sem vida.

Gráfico 6.3.4 – Caracterização do espaço público



A questão, deste conjunto, que solicitava o parecer dos responsáveis pelas instituições escolhidas quanto à persistência, no centro histórico de Faro, de actividades que não se enquadravam na área mais simbólica da urbe, alcançava 15 respostas afirmativas. Quando se convidou os inquiridos a enumerar essas utilizações menos adequadas obteve-se o conjunto mencionado no quadro 6.3.8.

Quadro 6.3.8 – Actividades que não se coadunam com a zona símbolo da cidade

Actividade	Número de menções
Serviços públicos e administrativos	7
Empresas e armazéns de materiais de construção e bebidas, Ferro Velho	7
Pequenas Industrias Poluentes	2
Oficinas	3
Instituições religiosas e civis	4
Bares	1

O conjunto de perguntas associadas à caracterização dos habitantes actuais do centro histórico de Faro manifestava um coeficiente de consistência inaceitável (ver quadro 6.3.8). Apresentava ainda um número de não respostas que ultrapassava 20% da amostra recolhida, situação que na opinião de Pestana e Gajeiro, pode provocar algum enviesamento de resultados (ver pergunta 5).

Quadro 6.3.9 – Teste de Alpha de Cronbach

Alpha de Cronbach
0,5761

O valor do teste de consistência interna é demasiado baixo para se poder proceder à análise dos resultados (ver quadro 6.3.9). Por esse motivo realizou-se a opção adicional do citado teste, “Scale if item deleted”. Esta opção calcula o valor de Alpha, tantas vezes quantos os itens da pergunta, de modo a que o investigador possa eliminar aqueles que dão menor contributo, para a consistência interna da variável (Hill e Hill, 2000, pp. 147). A execução da verificação não proporcionou qualquer resultado mais favorável, do que o encontrado para o conjunto dos 4 itens da variável em causa.

Quadro 6.3.10 – Caracterização dos habitantes do centro histórico

	Total	Média	Desvio Padrão
Existe grande diversidade social no centro histórico	33*	2,61	1,06
Predominam os grupos mais desfavorecidos	31*	3,84	0,93
Existe uma nova procura de habitação nos centros histórico por parte de classes médias e altas	28*	3,68	0,82
O centro histórico dispensa a função residencial	35	1,97	1,07

Escala de 1 a 5, sendo 1 discordo inteiramente e 5 concordo inteiramente

O número de não respostas às perguntas assinaladas com asterisco ultrapassa 20%*

Por esse motivo decidimos proceder à análise com as ressalvas impostas pelo número de não respostas e pela falta de fiabilidade da variável (ver quadro 6.3.10). Os entrevistados consideravam que, nesta zona, residem, essencialmente, grupos desfavorecidos (média=3,84), embora também sustentassem existir uma nova procura de habitação (média=3,68), por parte das classes médias e médias altas (ver pergunta 5). A maioria acreditava ainda que a diversidade social não estava assegurada (média=2,61), negando, contudo que a função residencial fosse dispensável (média=1,97). Apesar das reservas impostas, pela falta de fiabilidade da variável, parece-nos lícito aceitar que os inquiridos demonstraram uma percepção, da evolução actual da zona histórica, muito semelhante à apreciação realizada, pelas massas críticas de outros países, cujo processo de regeneração urbana se iniciou mais cedo (ver ponto 3.2).

6.3.3 - Aspectos que permitem saber quais as acções consideradas relevantes para propiciar as mudanças físicas desejáveis no que concerne o desenho arquitectónico

A variável elaborada, com o objectivo de conhecer as políticas de intervenção que os inquiridos acreditavam poder evitar a deterioração do centro histórico da capital do Algarve, exhibe um elevado coeficiente de consistência interna (ver quadro 6.3.11).

6 – Investigação Empírica

Quadro 6.3.11 – Teste de Alpha de Cronbach

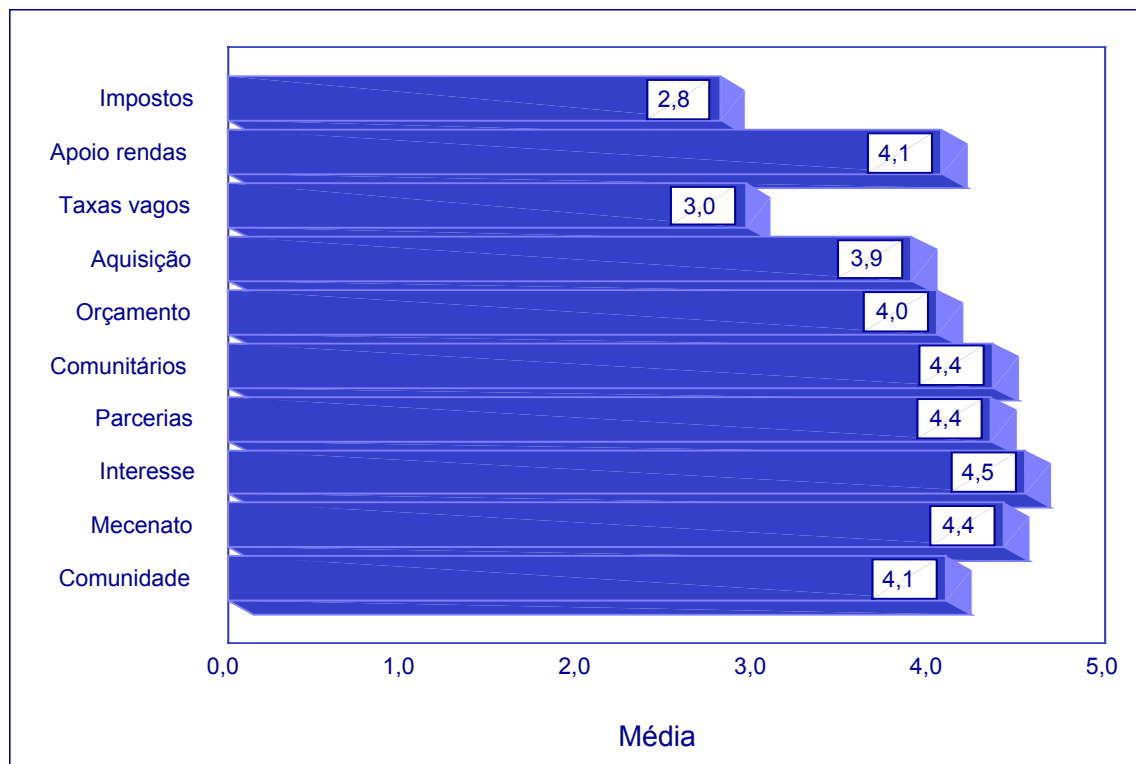
Alpha
0,8445

Quadro 6.3.12 – Intervenções para evitar a degradação do centro histórico

	Frequência absoluta	Média	Desvio Padrão
Criar impostos sobre degradação de imóveis	42	2,81	1,17
Apoiar os proprietários com arrendamentos antigos	42	4,07	0,95
Aumento dos impostos sobre os edifícios vagos	42	2,95	1,01
Aquisição por parte do município dos edifícios abandonados	42	3,90	1,01
Os autarcas devem dedicar uma maior parte do orçamento à regeneração	41	4,05	0,95
As autoridades devem tirar partido dos fundos comunitários	41	4,37	0,86
As autoridades devem desenvolver parcerias	42	4,36	0,76
Os autarcas devem promover o interesse pela regeneração urbana	42	4,55	0,74
As instituições devem incentivar acções de mecenato	42	4,43	0,67
As câmaras devem favorecer pequenas acções desenvolvidas pela comunidade	42	4,10	0,79

Escala de 1 a 5, sendo 1 discordo inteiramente e 5 concordo inteiramente

Gráfico 6.3.5 – Intervenções para evitar a degradação do centro histórico



Os inquiridos acreditam que as melhores políticas para facilitar a recuperação do centro histórico de Faro (ver quadro 6.3.12 e gráfico 6.3.5) deviam abranger a promoção do interesse pela regeneração desta área da cidade, junto dos investidores, dos proprietários, das instituições públicas e privadas, das associações de voluntários e residentes (média=4,55), assim como o incentivo às acções de mecenato (média=4,43) e um melhor aproveitamento dos fundos comunitários (média=4,37). A procura de parcerias com o sector privado (média=4,36), o favorecimento intervenções de pequena dimensão, desenvolvidas por grupos ou organizações comunitárias (média=4,10), o apoio aos proprietários com arrendamento antigos (média=4,07), uma maior afectação do orçamento municipal à regeneração do centro histórico (média=4,05) e a aquisição de edifícios degradados e abandonados pela edilidade (média=3,90) alcançaram médias mais baixas. No entanto, a opção menos apoiada pelos entrevistados, reportava-se à penalização dos proprietários (média=2,81) que deixassem degradar os seus imóveis (ver pergunta 7).

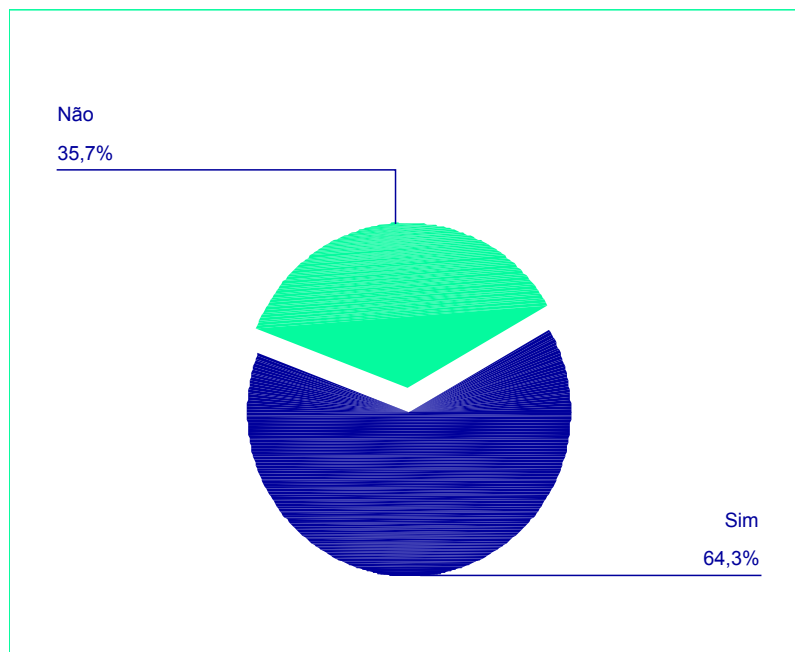
Os resultados obtidos provavam que existe, por parte dos representantes da comunidade farenses, uma percepção das operações a desenvolver idêntica às prosseguidas noutros países, inventariadas parte teórica da pesquisa, nos pontos 3.2 e 3.4.3. A dificuldade em aceitar penalização dos proprietários ficou a dever-se, por certo, ao desequilíbrio instalado no mercado de arrendamento português, em consequência de uma legislação que, durante anos, obrigou ao congelamento das rendas, situação profundamente adversa à rentabilização dos edifícios antigos (ver capítulos 4.2.2.2 e 4.2.3.2).

Uma maioria substancial de inquiridos (ver quadro 6.3.13 e gráfico 6.3.6) concordava com a introdução de novas peças arquitectónicas (70,7%), no centro histórico (ver pergunta 4).

Quadro 6.3.13 - O Plano de Valorização do Centro Histórico e a introdução de nova arquitectura

	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim	27	64,3
Não	15	35,7
Total	42	100%

Gráfico n.º 6.3.6 – O Plano de Valorização do Centro Histórico e a introdução de nova arquitectura



O género de arquitectura que estariam dispostos a aceitar nesses novos edifícios, deu origem a uma outra variável que mostra uma consistência inaceitável e ostenta um número de não respostas superior a 20% do total da amostra (ver quadro 6.3.14).

Quadro 6.3.14 — Teste de Alpha de Cronbach

Alpha
0,3268

Quadro 6.3.15 - Tipo de nova arquitectura para o centro histórico

	n		Desvio
	Total	Média	Padrão
Idênticos aos tradicionais	25*	3,81	1,21
Provoquem rupturas estilísticas acentuadas com os tradicionais	23*	2,04	1,06
Integrem no conjunto urbano, embora apresentem características contemporâneas	27*	3,72	1,25
Respeitem a liberdade criativa do projectista	23*	2,08	0,91

Escala de 1 a 5, sendo 1 discordo inteiramente e 5 concordo inteiramente

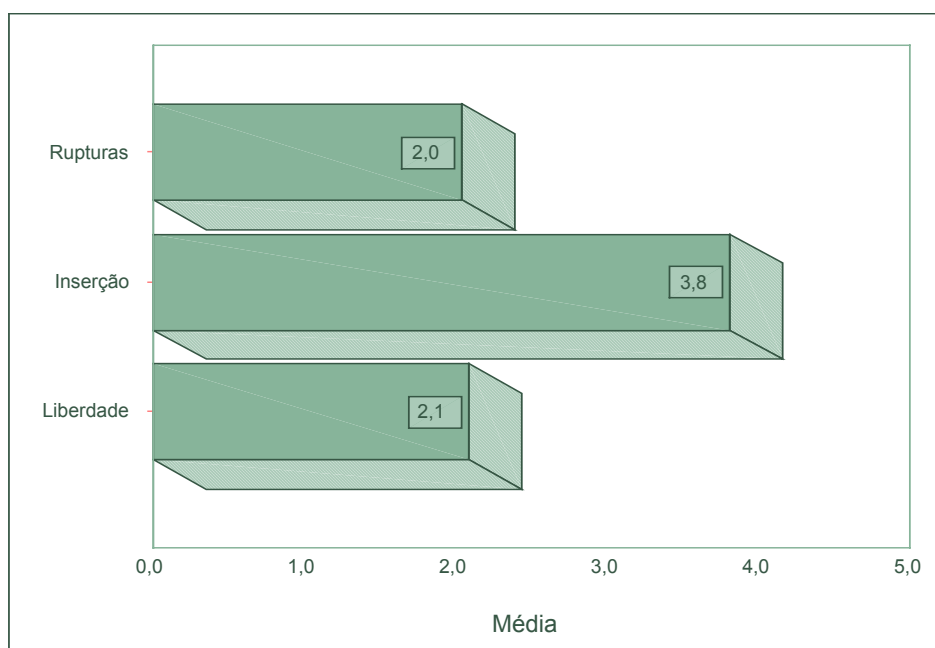
*O número de não respostas às perguntas assinaladas com asterisco * ultrapassa 20%*

O valor do teste de consistência interna é demasiado baixo para se poder proceder à análise dos resultados. Por esse motivo, realizou-se a opção adicional do citado teste “Scale if item deleted”, que calcula o valor de alfa tantas vezes quantos os itens da pergunta, de modo a que o investigador possa eliminar aquele que menor contributo dá para a consistência interna da variável. No caso da pergunta em questão o teste revelou que o item a eliminar era o primeiro. Quando procedemos de novo ao teste verificámos que o teste de Alfa de Cronbach, evidenciava um valor muito superior, como se pode verificar no quadro 6.2.16.

Quadro 6.3.16 – Teste de Alpha de Cronbach

Alpha de Cronbach
0,7066

Gráfico 6.3.7 – Tipo de nova arquitectura para o centro histórico



Os dirigentes das organizações, englobadas na nossa pesquisa, aceitavam a introdução de novas peças arquitectónicas no centro histórico (ver quadro 6.3.16 e gráfico 6.3.7), desde que se integrassem no conjunto construído (média=3,72), opção que patenteava, também, grande afinidade com as escolhas feitas, em outras cidades europeias, incluídas no ponto 3.4.4. As restantes preferências que não recolhiam a aprovação dos inquiridos prendiam-se com o respeito pela liberdade criativa do projectista (média=2,08) e com as intervenções marcantes no meio construído (média=2,04). A rejeição destas opções ficou a dever-se, por certo, à destruição a que têm estado sujeitos os centros históricos no nosso país, devido à introdução de novas peças, inteiramente descontextualizadas e de má qualidade. Os gestores farenses, incluídos na nossa

6 – Investigação Empírica

investigação, demonstravam, por certo, que temiam mais intervenções desadequadas (ver pergunta 4.2.1).

6.3.4 – Conhecimento do tipo de acessibilidade que os inquiridos consideram mais adequado para aquela zona da cidade e das formas de actuação a nível regional, nacional e local que defendem para evitar a degradação do ambiente construído

A gestão do tráfego, nesta zona de Faro (ver quadro 6.3.17), proposta pelos gestores das organizações consultadas, recolhida através de uma pergunta de resposta múltipla, indicava soluções idênticas às que foram usadas noutros países europeus (ver capítulo 3.4.5). As ditas resoluções incentivavam os transportes alternativos, a pedonalização e as restrições a uma mobilidade baseada no transporte automóvel pessoal, alternativas que enquadram o novo paradigma urbano pós-moderno. Com efeito, as respostas obtidas são favoráveis à adaptação das ruas a peões e bicicletas (97,4%), à utilização de transportes alternativos (94,9%), à redução do tempo de permanência dos veículos (82,1%), aceitando mesmo os inquiridos que o uso da viatura própria fosse restringido aos residentes (75,0%). Esta nova atitude foi confirmada pelo elevado número de respostas, que não aprovavam a utilização, generalizada, do transporte próprio (97,6%), embora quase metade considerasse que, nem a redução da oferta de estacionamento (47,5%), nem a criação de impostos sobre a utilização do veículo automóvel próprio (86,8%) resolvessem os problemas de acessibilidade (ver pergunta 7).

Quadro 6.3.17 – Gestão do tráfego no centro histórico de Faro

	Sim		Não		Frequência absoluta
	n	%	n	%	
Uso automóvel no CH	1	2,4	39	97,6	40
Uso automóvel residente	30	75,0	10	25,0	40
Transportes alternativos	37	94,9	2	5,1	39
Imposto sobre uso do automóvel	5	13,2	33	86,8	38
Menos estacionamento	21	52,5	19	47,5	40
Tempo de permanência	32	82,1	7	17,9	39
Ruas para peões e bicicletas	38	97,4	1	2,6	39

Pergunta de respostas múltiplas

Em ligação com a questão anterior, foram apresentadas pelos inquiridos algumas sugestões que reforçam as respostas dadas às perguntas fechadas, pois aconselham a edificação de novos parques de estacionamento e a atribuição de prioridade aos peões sobre todos os meios de transporte, como se expõe no quadro 6.3.18.

Quadro 6.3.18 – Sugestões para a gestão do tráfego no centro histórico de Faro

Sugestão	Ocorrências
Desenvolver transportes alternativos, gratuitos ou a preço reduzido	2
Introduzir transporte em mini bus eléctrico	1
Definir horários para cargas e descargas	1
Definir horários para circulação no centro histórico	2
Criar estacionamento nas zonas limítrofes	4
Dar prioridade aos peões	3
Permitir a utilização de transporte próprio aos proprietários de estabelecimentos comerciais	1
Reservar lugares às viaturas de serviços públicos	1

6.3.5 - Modos de intervenção que auxiliam a recuperação das funções económica, social e cultural

A evolução positiva das actividades económicas do centro histórico (ver quadro 6.3.20 e gráfico 6.3.8), na opinião dos entrevistados, devia incluir o aumento da oferta das instituições culturais, dos centros de produção artística, cénica e performativa (média=4,5) e a manutenção de antiquários, galerias de arte e alfarrabistas (média=4,26) nesta zona da cidade. A criação de escolas e oficinas de artesãos, especialistas em doçaria, cerâmica, tecelagem, rendas, cestaria, móveis e outros artigos em madeira, era também muito valorizada pelos inquiridos (média=4,24), assim como os pequenos estabelecimentos comerciais variados (média=4,00), os estúdios e empresas artísticas de arquitectura, reabilitação, restauro e manutenção de edifícios, artes plásticas, (média=3,8), design e design de moda (ver pergunta 1).

Quadro 6.3.19 — Teste de Alpha de Cronbach

Alpha de Cronbach
0,7395

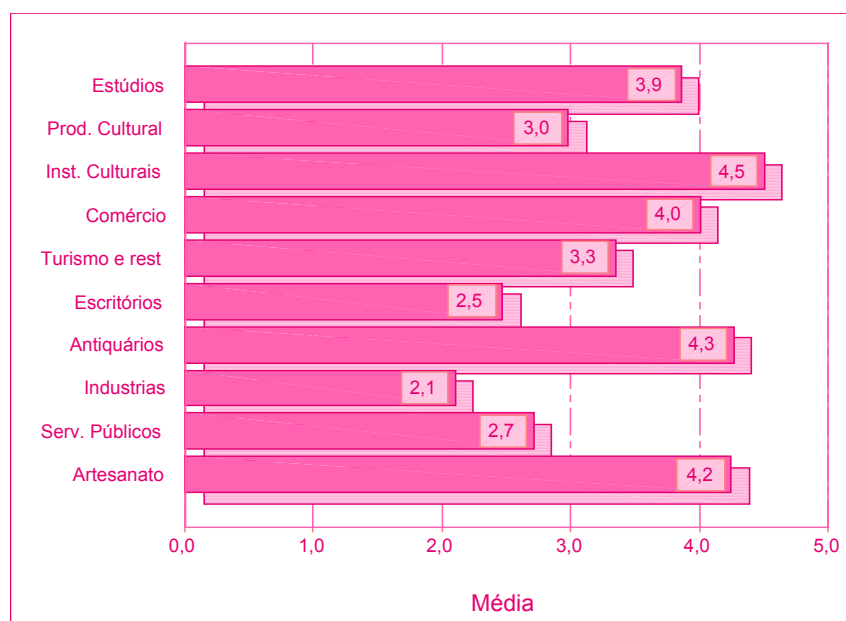
As atitudes dos inquiridos para com a presença de actividades relacionadas com os restaurantes os hotéis, as agências de viagem, as empresas de animação cultural, turística e desportiva (média=3,34), as empresas de produção e animação cultural, como editoras, software, jogos de computador, rádio, televisão e vídeo (média=2,98), os serviços públicos de carácter administrativo (média=2,71), testemunhavam maior cautela, enquanto os escritórios, outros centros de negócios (média=2,46) e as pequenas indústrias não poluentes (média=2,10) eram as menos aceites.

Quadro 6.3.20 - Actividades que facilitam uma evolução positiva de economia do centro histórico

	Frequência absoluta	Média	Desvio Padrão
Estúdios e empresas artísticas (arquitectura, reabilitação, restauro e manutenção de edifícios)	41	3,85	0,80
Empresas de produção e de animação culturais (editoras, software, jogos do computador, rádio televisão e vídeo)	41	2,98	1,13
Instituições culturais/Centros de artes/Artes performativas e cénicas	42	4,50	0,77
Pequenos Estabelecimentos comerciais variados	41	4,00	0,84
Alojamento, restaurantes, agências de viagens empresas de animação cultural, turística e desportiva	41	3,34	1,13
Escritórios e outros centros de negócios	41	2,46	1,14
Antiquários, galerias de arte, alfarrabistas	42	4,26	0,77
Pequenas Industrias não poluentes	41	2,10	1,14
Serviços públicos de carácter administrativo	41	2,71	1,03
Escolas e oficinas de artesãos (doçaria, cerâmica, tecelagem, cestaria e outros artigos de madeira)	41	4,24	0,73

Escala de 1 a 5, sendo 1 discordo inteiramente e 5 concordo inteiramente

Gráfico 6.3.8 – Actividades que facilitam uma evolução positiva de economia do centro histórico



A imagem traçada das actividades a incrementar no centro histórico testemunha que os decisores de Faro possuem uma visão para o futuro do centro histórico que se insere nas orientações da economia cultural pós fordista (ver ponto 2.4.2). Este novo modelo de produção revelou-se muito favorável à prossecução dos objectivos da nossa pesquisa, porque sublinhava uma visão compatível com aquela que determinou a criação dos bairros culturais (ver ponto 3.6.1), que atraem turistas (ver ponto 2.5.1 e 3.5), pertencentes à nova classe média cultural (ver ponto 4.2.3.1, 4.2.3.1). As escolhas dos respondentes mostraram grande afinidade com as decisões tomadas, para regenerar o centro histórico através de uma produção cultural (ver pontos 2.3, 2.4, 3.6 e 4.2.3.4) partilhada entre turistas (ver pontos 2.5.1 e 3.5) e residentes (ver pontos 2.3.2, 3.4.3, 4.2.3.3, 4.3.3.4).

Quadro 6.3.21 — Teste de Alpha de Cronbach

0,0814

A pergunta com que desejávamos conhecer o modo como os entrevistados relacionavam regeneração do centro histórico, produção cultural e turismo revelou um coeficiente de consistência muitíssimo baixo (ver quadro 6.3.21).

Quadro 6.3.22 - Relação entre regeneração do Centro Histórico de Faro produção cultural e turismo

	Frequência absoluta	Média	Desvio Padrão
O acesso de um número elevado de residentes ao ensino favorece a produção e consumo de bens e serviços culturais	42	4,26	0,70
A produção cultural do centro histórico de ser orientada para as artes cénicas	40	3,75	0,81
A produção cultural dos centros históricos não deve incluir a criação de zonas ou parques temáticos	39	2,59	0,85
A produção cultural do centro histórico deve incluir uma gama variada de actividades artísticas e produtos culturais (artesanato, gastronomia, moda fotografia, áudio visuais, multimédia) ao dispor de turistas e residentes	42	4,57	0,50
A localização da produção e do consumo cultural, na zona histórica, facilita a sua reabilitação	42	4,38	0,58

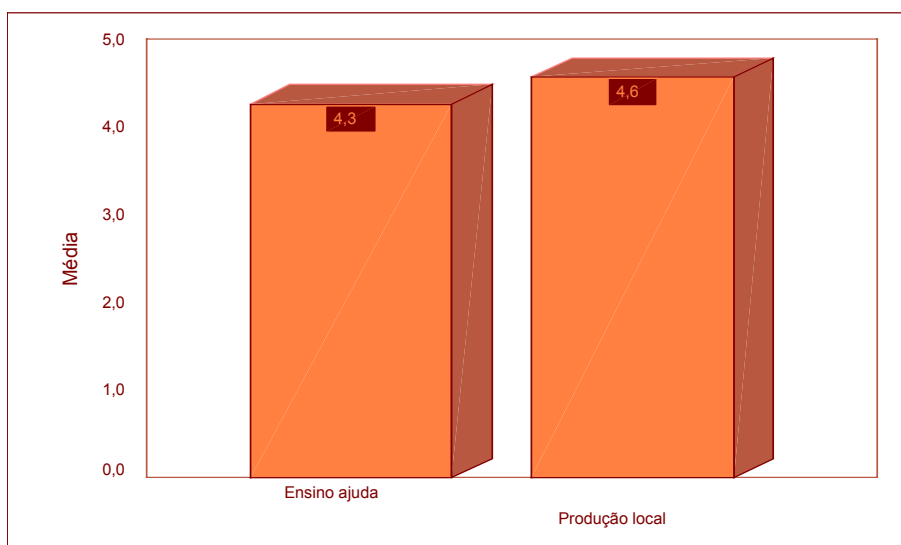
Escala de 1 a 5, sendo 1 discordo inteiramente e 5 concordo inteiramente

O reduzido valor do coeficiente de consistência obrigou-nos a utilizar, como se tinha feito noutros casos anteriores, a opção “Scale if item deleted” que acusou valor aceitável, desde que fossem eliminados três dos itens da questão, como se pode comprovar no quadro 6.3.24.

Quadro 6.3.24 — Teste de Alpha de Cronbach

0,6364

Gráfico 6.3.9 - Relação entre regeneração do centro histórico de Faro produção cultural e turismo



A relação entre regeneração do centro histórico, produção cultural e turismo (ver gráfico 6.3.9), expressava-se, quanto aos entrevistados, através da oferta de uma gama variada de actividades artísticas e culturais como artesanato, gastronomia, moda, fotografia, audiovisuais, multimédia, que tanto podem satisfazer os gostos dos residentes como os dos turistas (média=4,57). O incremento da produção cultural, de acordo com os respondentes era facilitado pelo crescimento do número de pessoas com acesso ao ensino (média=4,26).

A percepção das relações entre o acréscimo da produção cultural e o aumento da escolaridade dos residentes e a aceitação do seu consumo por residentes e turistas formam um núcleo basilar na definição de uma estratégia de desenvolvimento das actividades do centro histórico através da cultura e do turismo. Conquanto os inquiridos não estabelecessem a conexão entre a localização das actividades culturais e a regeneração do centro histórico, as respostas dadas à questão em que solicitávamos a opinião sobre as actividades que mais favoreciam a evolução futura da zona histórica da cidade (ver quadro 6.3.20 e gráfico 6.3.78) demonstravam uma clara opção pelo labor cultural.

Este grupo de itens deu origem a um conjunto de sugestões que se inventariam no quadro 6.3.25 e atestam o interesse que a reabilitação do centro histórico com recurso a actividades culturais suscitou junto dos dirigentes que responderam ao nosso inquérito.

Quadro 6.3.25 - Sugestões de actividades e medidas que facilitam uma evolução positiva de economia do centro histórico

Sugestão	Ocorrências
Melhorar o apoio da autarquia à produção das associações culturais e recreativas locais	1
Estreitar a ligação da cidade velha com a Ria Formosa	1
Actuar de forma equilibrada de modo a que não haja choque entre a revitalização económica e a preservação	1
Promover feiras de arte e exposições ao ar livre	1
Aumentar o número de esculturas	1
Diversificar a produção cultural	1

6.3.6 – Condições necessárias para desenvolver o turismo no centro histórico

O turismo, na opinião dos inquiridos pode concorrer para a regeneração do centro histórico de Faro e apoiar uma produção cultural que sirva os interesses de residentes e turistas (ver quadro 6.3.26 e gráfico 6.3.10). Para atingir tal fim o turismo deve, antes de tudo, respeitar a escala e o carácter do local (média=4,59). Os respondentes reconheciam a contribuição do turismo para a rentabilização de equipamentos e edifícios com função cultural relevante (média=4,27), para a divulgação dos produtos regionais e locais (média=4,27), e para a reutilização de imóveis com o fim de os adequar a novas actividades económicas como restauração, alojamento, culturais e de lazer (média=4,20). Por esses motivos consideravam que as vantagens económicas, sociais e culturais do turismo ultrapassam as desvantagens (média=4,05).

Os gestores consultados acreditavam ainda que a presença dos turistas ajudava a assegurar a manutenção dos núcleos históricos (média=4,03), a evitar o colapso da zona, quer por envelhecimento dos moradores, quer pelo abandono das actividades económicas (média=3,98) e a reter do comércio tradicional (média=3,93). Não acreditam, porém que os postos de trabalho gerados pelo sector turístico provocassem o aumento da qualidade (média=3,18), ou o volume (média=2,89) do emprego no centro histórico de Faro. A relação entre a reabilitação do centro histórico e a requalificação do turismo era encarada de forma cautelosa (média=3,46), aceitando os entrevistados com maior facilidade que essa oferta cultural constituía uma alternativa (média=3,63) do que um complemento (média=3,54) ao sol e praia.

Esta opinião afastava a massa crítica de Faro, das manifestadas por noutros países europeus, por este tipo de grupos, os quais têm vindo a revelar uma tendência clara para apreciar os impactos positivos do turismo, em termos de emprego criado, como um suporte da regeneração urbana (ver pontos 2.4.2 e 3.3). Por último falta referir que não consideravam o turismo incompatível com a função residencial (média=1,83), nem aceitavam que não influenciasse, de modo positivo, a imagem (média=1,82) da cidade (ver pergunta 9).

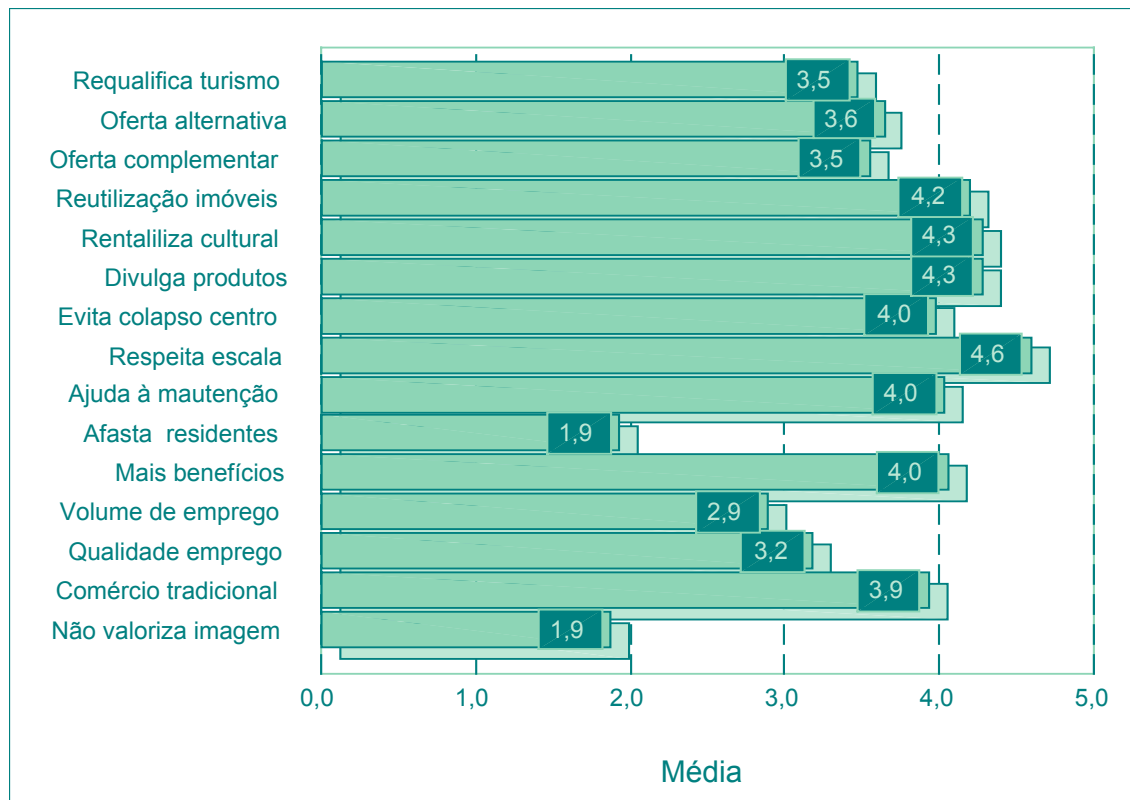
6. – Investigação Empírica

Quadro 6.3.26- Relação entre regeneração do centro histórico e turismo

	Frequência absoluta	Média	Desvio padrão
A reabilitação do centro histórico contribui para a requalificação do produto sol e praia	41	3,46	1,29
A reabilitação permite que o turismo cultural constitua uma alternativa ao sol e praia	41	3,63	1,11
A reabilitação contribui para que o turismo constituía um complemento ao sol e praia	39	3,54	1,14
O turismo contribui para a reutilização dos edifícios do centro histórico.	41	4,20	0,46
O turismo ajuda a rentabilizar edifícios e equipamentos culturais	41	4,27	0,50
O turismo no centro histórico de Faro contribui para divulgar os produtos culturais regionais e locais	41	4,27	0,59
O turismo no centro histórico pode evitar o seu colapso social e económico	41	3,98	0,91
O turismo deve respeitar a escala e o carácter do local	41	4,59	0,50
O turismo contribui para um elevado grau de manutenção do centro	40	4,03	0,48
A função residencial é incompatível com a turística	38	1,92	0,97
As vantagens do turismo no centro histórico superam as desvantagens	41	4,05	0,63
O volume de emprego criado é relevante	35	2,89	0,90
A qualidade do emprego é relevante	34	3,18	0,87
O turismo contribui para a manutenção do comércio tradicional	40	3,93	0,86
O turismo não contribui para a valorização da imagem do centro	38	1,87	1,17

Escala de 1 a 5, sendo 1 discordo inteiramente e 5 concordo inteiramente

Gráfico 6.3.10 – Relação entre regeneração do centro histórico e turismo



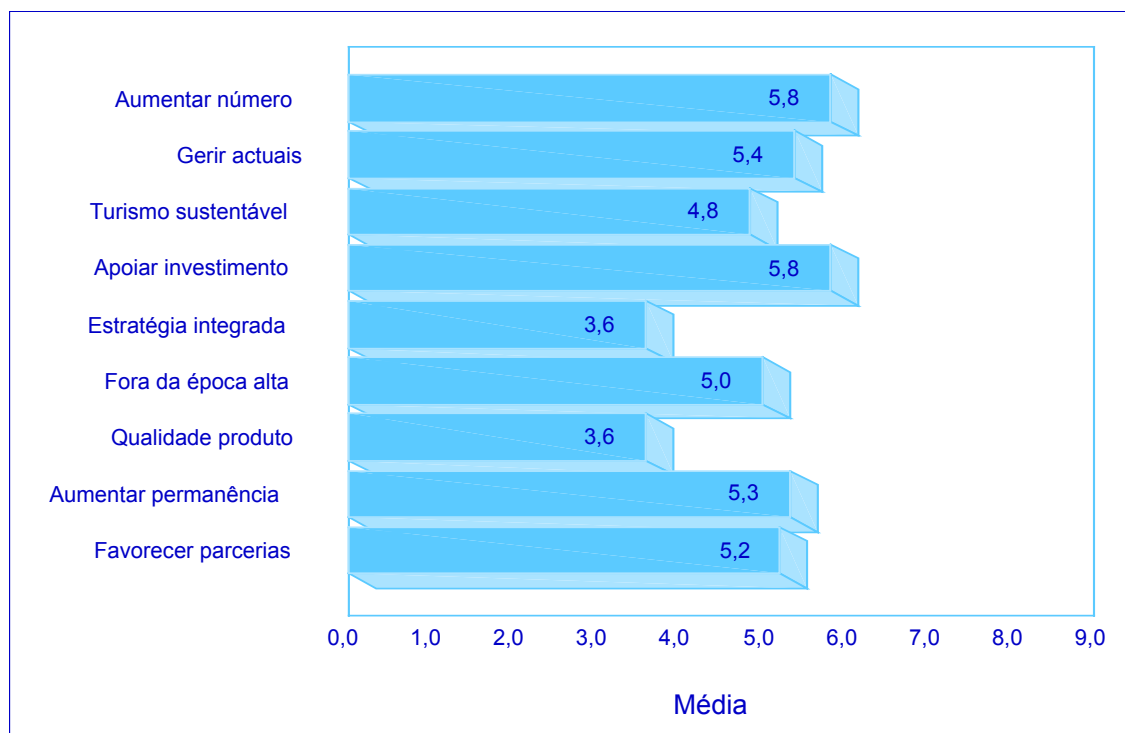
Os itens que contribuíram para a definição de uma política de turismo, para a capital do Algarve, apresentavam, em alguns casos, um nível de não respostas, que ultrapassa os 20% do total da amostra recolhida.

Quadro 6.3.27 – Objectivos da política de gestão do turismo para o centro histórico

	Frequência absoluta	Média	Desvio padrão
Aumentar o número de visitantes	33*	5,82	2,60
Gerir melhor os visitantes actuais	34	5,38	2,57
Respeitar os princípios do turismo sustentável	33*	4,85	2,54
Apoiar o investimento e o emprego no sector turístico	34	5,82	1,81
Desenvolvimento uma estratégia turística integrada	34	3,59	3,02
Encorajar os turistas a visitar fora da época alta	34	5,00	2,27
Oferece uma experiência de qualidade a todos os turistas	34	3,59	2,36
Tentar aumentar a permanência na cidade	34	5,32	2,40
Favorecer a criação de parcerias	33*	5,21	2,61

*Ordenação de 1 a 9, sendo 1 o menos valorizado
O número de não respostas às perguntas assinaladas com * ultrapassa 20%*

Gráfico 6.3.11 – Objectivos da política de gestão do turismo para o centro histórico



A atitude positiva quanto à contribuição da presença dos turistas reflectia-se nas escolhas dos itens a contemplar numa política de turismo para os centros históricos (ver quadro 6.3.27 e gráfico 6.3.11). Os representantes das organizações interessadas na regeneração do centro histórico de

6. – Investigação Empírica

Faro e no turismo indicaram, por ordem de preferência as opções que se passam a mencionar. A primeira e a segunda, com média idêntica, confirmaram uma visão que privilegiava o crescimento da procura, posição retratada nos itens com cotação mais elevada e idêntica, referentes ao aumento do número de visitantes e ao apoio ao investimento no sector e no emprego turístico (média=5,82). A selecção de uma melhor gestão dos visitantes actuais (média=5,38), do acréscimo do tempo de permanência na cidade (média=5,32), do favorecimento da criação de parcerias (média=5,21), do incentivo à visita fora da época alta (média=5,0) continuavam a demonstrar a nítida predilecção por elementos que auxiliam a retenção e o incremento da procura, embora sujeita à adopção dos princípios do turismo sustentável (média =4,85). A minimização da qualidade da experiência proporcionada aos turistas (média=3,59) e ao desenvolvimento de uma estratégia integrada (média=3,59), completam o quadro das preferências dos participantes na pesquisa, quanto à política de turismo a adoptar (ver pergunta 11). A escolha efectuada salienta o desejo de intensificar a procura, embora respeitando os princípios do desenvolvimento sustentável.

Quadro 6.3.28 – Estratégias de gestão de fluxos turísticos no centro histórico

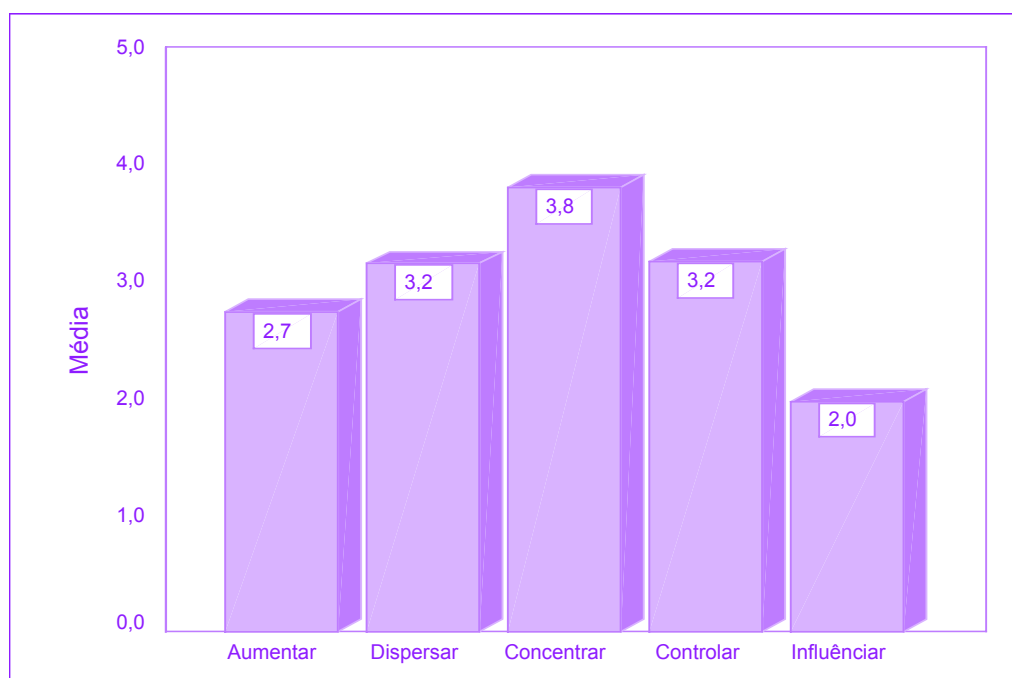
	Frequência absoluta	Média	Desvio padrão
Aumentar a capacidade das infra-estruturas ou a resistência dos materiais	34	2,74	1,33
Dispersar os visitantes no tem e no espaço	33*	3,15	1,06
Concentrar o acesso no tempo e no espaço	30*	3,80	1,37
Controlar a frequência (acesso pago ou restringido)	30*	3,17	1,39
Influenciar o comportamento (informar, sensibilizar educar)	34	1,97	1,29

Ordenação de 1 a 5, sendo 1 o menos valorizado

O número de não respostas às perguntas assinaladas com asterisco ultrapassa 20%*

As tácticas de gestão de fluxos turísticos no centro histórico de Faro (ver quadro 6.3.28 e gráfico 6.3.12) que os dirigentes mais privilegiavam, incluíam a concentração temporal e espacial (média=3,8). A selecção efectuada, confirmava uma política de incremento da procura, opção que já tinha sido salientada na questão anterior. Por esse motivo não enfatizavam tanto a necessidade de desconcentrar os turistas (média=3,15), disposição adoptada, em outras cidades europeias, embora constitua uma atitude generalizada, como se pode verificar pela consulta do ponto 3.7. As preferências dos inquiridos justificavam, do mesmo modo, que não vissem grande necessidade de controlar a frequência (média=3,17), aumentar a capacidade das infra-estruturas ou a resistência dos materiais utilizados (média=2,74), e fundamentaram a atitude neutra que tomaram, em relação a estas hipóteses (ver pergunta 11). Os inquiridos não concordavam com a tentativa de influenciar o comportamento, através da informação, sensibilização ou mesmo educação dos turistas (média=1,97). A atitude indiciava tanto a percepção do desejo do crescimento, como uma descrença na possibilidade de atingir resultados positivos com esta medida

Gráfico 6.3.12 – Estratégias de gestão dos fluxos turísticos no centro histórico



A variável que indaga sobre a melhor estratégia de acolhimento, informação e interpretação a prestar aos visitantes atingiu um bom coeficiente de consistência interna, como se pode aferir no quadro 6.3.29.

Quadro 6.3.29 — Teste de Alpha de Cronbach

0,8738

As estratégias, para acolher e informar os turistas e interpretar a cidade, consideradas indispensáveis pelos dirigentes incluídos nesta pesquisa (ver quadro 6.3.30 e gráfico 6.3.13) abrangiam painéis de interpretação (média=2,54), painéis de divulgação de eventos culturais (média=2,53), sinalização das atracções (média=2,52), folhetos e brochuras com divulgação de eventos culturais (média=2,40), casas de banho públicas (média=2,35), postos de turismo (média=2,30), e a melhoria da acessibilidade e da informação a prestar aos turistas com necessidades especiais (média=2,27).

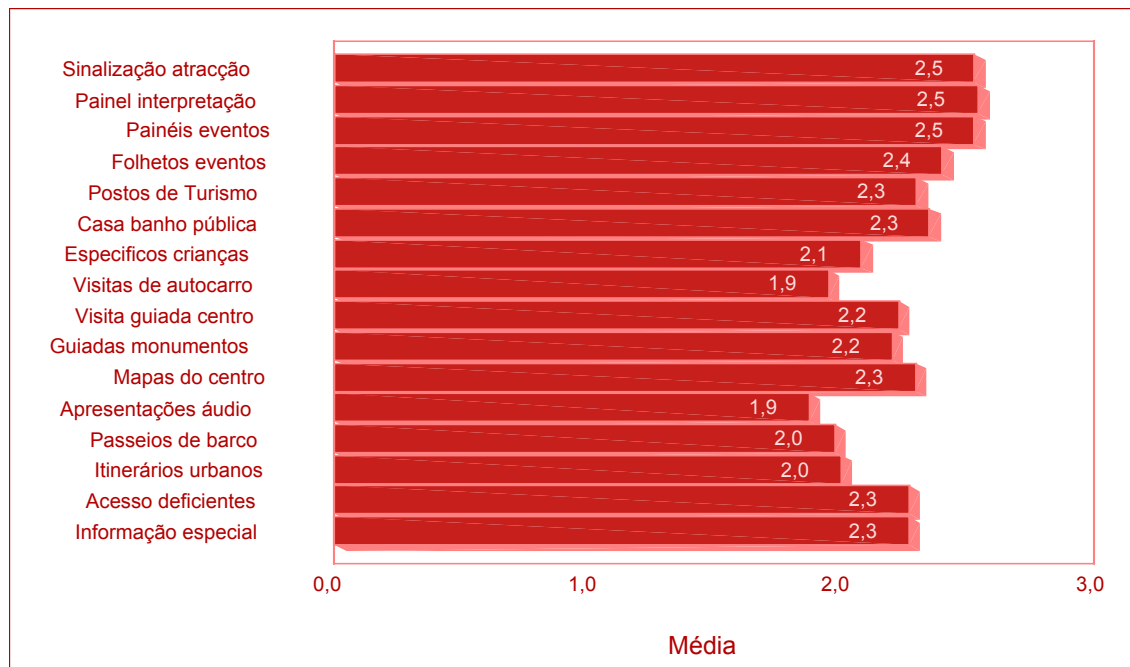
6. – Investigação Empírica

Quadro 6.3.30 – Estratégia de acolhimento e informação turística no centro histórico

	Frequência absoluta	Média	Desvio padrão
Sinalização das atrações	40	2,52	0,55
Painéis de interpretação no centro histórico	39	2,54	0,64
Painéis de divulgação dos eventos culturais	40	2,53	0,51
Folhetos e brochuras de divulgação de eventos culturais e espetáculos	40	2,40	0,55
Postos de Turismo	40	2,30	0,61
Casas de banho públicas	40	2,35	0,77
Guias específicos para crianças e jovens	38	2,08	0,63
Visitas de cidade de autocarro/carrinha/combóio	39	1,95	0,65
Visitas guiadas no centro histórico	40	2,23	0,73
Visitas guiadas monumentos ao interior dos monumentos	40	2,20	0,69
Brochuras, desdobráveis, gratuitos com mapas do centro	41	2,29	0,78
Apresentações audiovisuais no centro e em cada monumento	40	1,88	0,56
Passeios de barco na zona ribeirinha	41	1,98	0,61
Itinerários temáticos urbanos	41	2,00	0,50
Facilidade de acesso a utilizadores com necessidades especiais	41	2,27	0,84
Adequar a informação às necessidades especiais de alguns utilizadores	41	2,27	0,71

Escala de 1 a 3, sendo 1 dispensável e 3, indispensável

Gráfico 6.3.13 – Estratégia de acolhimento e informação turística no centro histórico



O segundo grupo, reconhecido como necessário pelos citados gestores, envolvia as visitas guiadas ao centro histórico (média=2,23), e dentro dos monumentos (média=2,20) a elaboração de guias específicos para crianças (média=2,08) e de itinerários temáticos (média=2,00),

seguindo-se as visitas de cidade em autocarro, carrinha ou comboio (média=1,95), e as apresentações audiovisuais no centro histórico e em cada monumento (média=1,88).

As escolhas efectuadas revelavam que o grupo tentava garantir a oferta de um núcleo elementos básicos e, seguidamente pretendia enriquecê-la com componentes que auxiliassem o aprofundamento e alargamento a qualidade da experiência proporcionada (ver pergunta 10).

A opinião favorável ao desenvolvimento do turismo no centro histórico de Faro, como forma de ajudar à sua regeneração exigia, porém, a definição de formas de actuação facilitassem a concretização desse objectivo (ver quadro 6.3.32 e gráfico 6.3.14). Os entrevistados acreditavam que a diligência a efectuar exigia a criação de uma oferta de qualidade elevada (média=4,63), uma formação adequada de recursos humanos (média=4,42), uma parceria baseada na colaboração estreita e coerente entre todos os actores, a nível local, regional e nacional (média=4,39), uma direcção forte, bem estruturada, institucionalizada e dotada de meios financeiros e humanos (média=4,34), com capacidade de empenhamento, a longo prazo (média=4,34), uma política comum de desenvolvimento turístico elaborada pelos parceiros, baseada na concertação entre os actores (média=4,32), que abarcasse a sensibilização dos turistas para minimizarem os impactos negativos da visita (4,20). A táctica a delinear devia ainda abranger um conjunto de incentivos não financeiros à iniciativa privada, tais como informação, promoção, prémios e formação de modo a que participe activamente no processo (média=4,17), uma distribuição equilibrada dos benefícios gerados pelo turismo entre empresários, profissionais dos sectores envolvidos, residentes e turistas (média=4,03), uma participação activa dos residentes na organização da oferta (média=4,02), e, finalmente, uma política de incentivos financeiros à iniciativa privada (média=3,75).

6.3.7 – Esforços a realizarem para encontrar uma estratégia comum de acção

A questão que tem por objectivo conhecer as estratégias que mais podem contribuir para o desenvolvimento do produto turístico do centro histórico da capital do Algarve atingiu um bom coeficiente de consistência como se pode ver no quadro 6.2.31.

Quadro 6.3.31— Teste de Alpha de Cronbach

0,8328

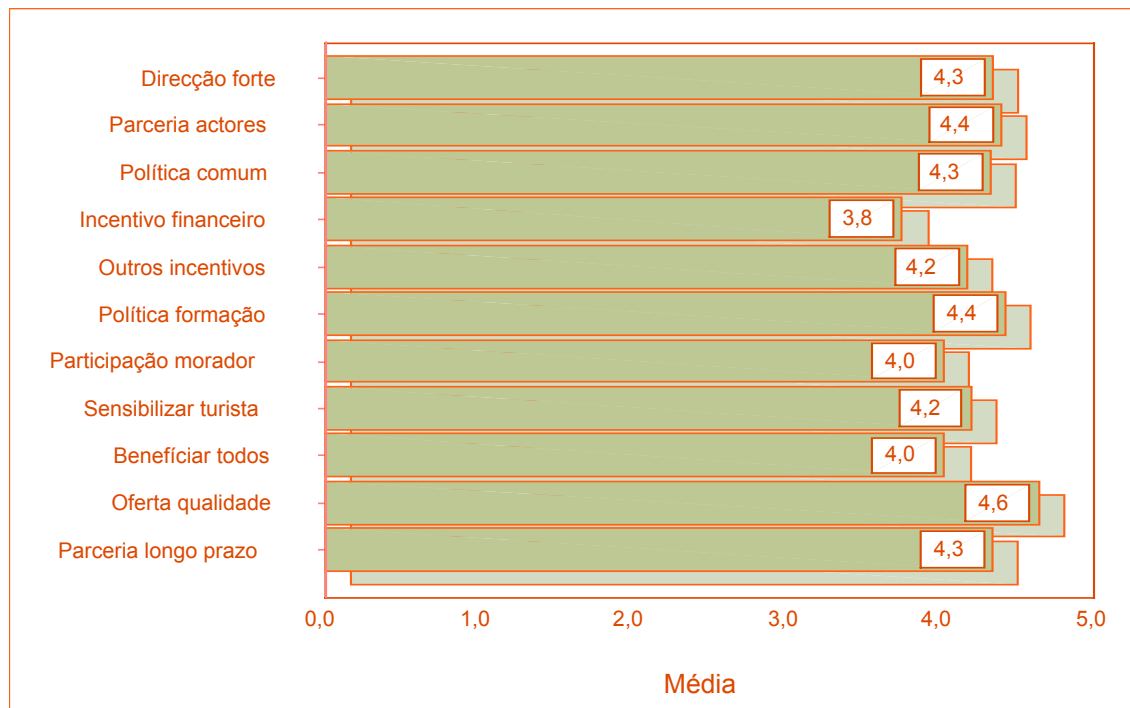
6. – Investigação Empírica

Quadro 6.3.32 – Estratégia de desenvolvimento de um produto turístico para o centro histórico

	Frequência absoluta	Média	Desvio padrão
Direcção forte, bem estruturada, institucionalizada, e dotada de meios de acção	38	4,34	0,58
Uma parceria baseada na colaboração estreita e coerente entre todos os actores, a nível nacional, regional e local	41	4,39	0,59
Uma política comum de desenvolvimento turístico elaborada pelos parceiros e baseada na concertação entre os actores.	40	4,32	0,53
Um sistema de incentivos financeiros (fiscais e subsídios) à iniciativa privada, de modo a que participe no projecto	40	3,7	0,90
Um sistema de incentivos não financeiros (informação, promoção, prémios ou formação) à iniciativa privada	41	4,17	0,59
Uma política de formação dos recursos humanos adequada aos objectivos a atingir	40	4,42	0,64
Os residentes devem participar, de forma activa, na organização da oferta	41	4,02	0,82
Os turistas devem ser sensibilizados para minimizar os impactos negativos que produzem	41	4,20	0,64
Promover uma distribuição equilibrada dos benefícios gerados pelo turismo	40	4,03	0,62
A oferta deve ter qualidade elevada	41	4,63	0,49
A parceria deve manter o seu empenhamento a longo prazo	38	4,34	0,71

Escala de 1 a 5, sendo 1 discordo inteiramente e 5 concordo inteiramente

Gráfico n.º 6.3.14 – Estratégia de desenvolvimento de um produto turístico para o centro histórico

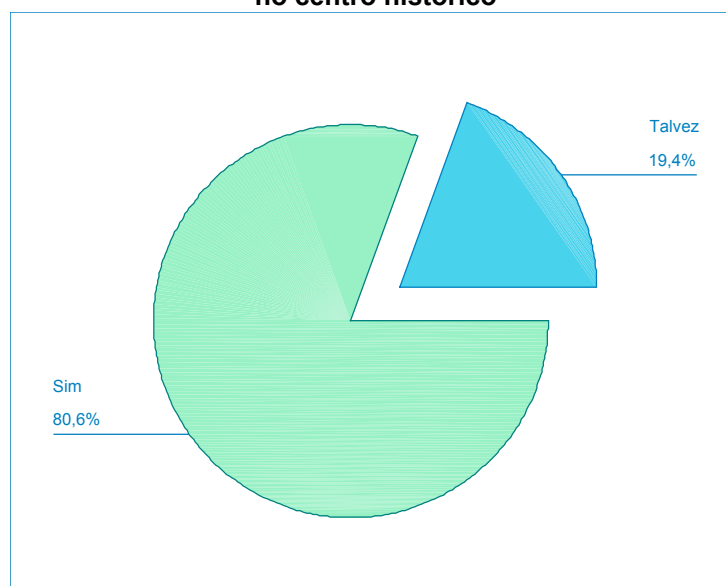


As escolhas efectuadas pelos gestores envolvidos nesta investigação acusavam algumas contradições, em relação às respostas dadas a propósito da política a adotar para desenvolver o turismo no centro histórico, (ver quadro 6.3.27 e gráfico 6.3.10). Na pergunta que acabamos de analisar destacavam, em termos de cotação atribuída, a qualidade da oferta (média=4,6), enquanto na questão sobre a política de turismo a adoptar não se revelavam tão favoráveis ao prosseguimento desse fim (média=3,59). De modo idêntico, os inquiridos davam maior relevo à necessidade de sensibilizar os turistas para os impactos que provocavam (média=4,2), item que, na pergunta relacionada com a gestão dos fluxos turísticos (ver quadro 6.2.28 e gráfico 6.3.11), era francamente negligenciado (1,97).

Quadro 6.3.34 - Desejo de participação numa iniciativa para o desenvolvimento do turismo no centro histórico

	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim	29	80,6
Não	-	-
Talvez	7	19,4
Total	36	100%

Gráfico 6.3.15 - Desejo de participação numa iniciativa para o desenvolvimento do turismo no centro histórico



Em síntese, os inquiridos apoiavam a prossecução de uma estratégia de desenvolvimento do produto turístico do centro histórico, mas reconheciam que exige recursos humanos adequados, uma parceria prolongada, com uma direcção forte e o estabelecimento de um consenso em relação a questões verdadeiramente essenciais. A participação dos residentes na construção da

6. – Investigação Empírica

oferta e a sensibilização dos turistas para minimizar os impactos deixam ainda prever que existe uma possibilidade real de delinear uma estratégia coerente de intervenção para o centro histórico de Faro.

O desejo de participar numa iniciativa para a construção de uma oferta turística, para o centro histórico de Faro, aspiração que tem vindo a transparecer ao longo do inquérito, recolheu um elevado consenso, quando se colocou a pergunta de forma directa (ver quadro 6.3.34 e gráfico 6.3.15). Na verdade 80,6% dos inquiridos manifestaram a vontade de tomar parte na aliança, não se registando respostas negativas, mas apenas algumas que se refugiavam num prudente talvez, embora constituíssem um grupo claramente minoritário (ver pergunta 16).

As razões evocadas para justificar a sua vontade de participar, problema que era levantado pela questão aberta 15.2, na qual solicitávamos a indicação das razões mais relevantes da escolha efectuada, mostravam que as instituições, as empresas e associações não estavam dispostas a assegurar um grau de envolvimento idêntico na definição de uma estratégia para a regeneração do centro histórico, com recurso à cultura e ao turismo (ver quadro 6.2.35). Em função dessa situação, as respostas obtidas, tratadas com auxílio da técnica de análise de conteúdo, cuja metodologia descrevemos nos pontos 5.6.6 e 6.2 da nossa pesquisa, foram divididas em três categorias que expressavam as concepções divergentes. A codificação estendia-se de 1 a 3, tendo sido atribuído o valor 1 às respostas que se limitam a manifestar o desejo de fazer parte do grupo, 2 às atitudes que se fundamentavam na detenção de alguma experiência própria que podia ser útil ao grupo e 3 às que defendiam que a interacção de experiências dos participantes proporcionava melhores resultados do que a acção desenvolvida por cada actor a título individual.

Quadro 6.3.35 – Resultado do tratamento da pergunta aberta sobre a atitude face ao envolvimento da instituição no desenvolvimento do turismo no centro histórico, através do método de análise de conteúdo

Codificação	1	2	3	Grau de envolvimento	Enunciados mais frequentes
Categorias	6			Demonstram interesse em participar no grupo	Faz parte da nossa missão A instituição deve participar A empresa actua no centro histórico
		7		Sublinham a importância do seu contributo para a concretização do objectivo	A instituição pode contribuir A associação deseja alargar os seus públicos Como agente cultural da cidade realizamos
			7	Valorizam a interacção dos contributos das várias instituições envolvidas	A dinamização dos centros históricos obriga a uma intervenção transversal Conjugação de esforços com as autoridades locais de modo a desenvolver Uma política comum de desenvolvimento turístico entre todos os parceiros conduzia a um desenvolvimento integrado
					Total:20

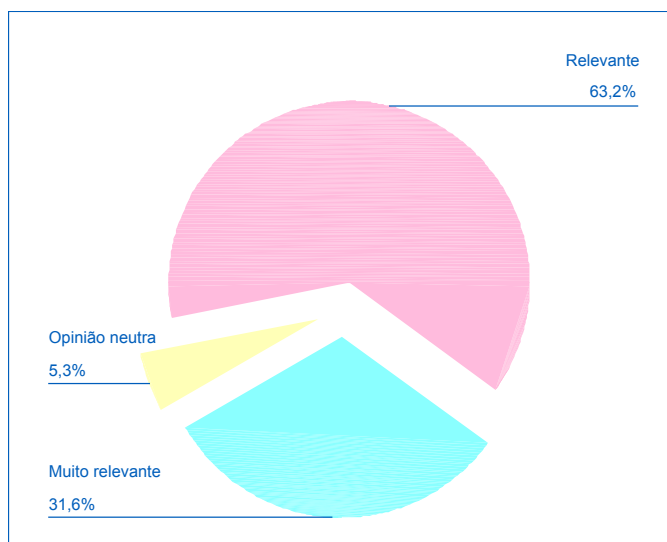
Apesar das diferenças assinaladas, os elevados índices alcançados pela pergunta que aquilatava o desejo de participar numa estratégia para o desenvolvimento do turismo no centro histórico, favoreciam a concretização dos objectivos. Acresce ainda que os inquiridos reconheciam a sua falta de experiência em estruturar a intervenção deste modo e revelavam não só uma noção muito clara das obrigações, constrangimentos impostas, mas também da qualidade dos resultados que podiam ser obtidos, com a adopção dessa metodologia de trabalho (ver ponto 3.2)

Quando questionados sobre a importância dos temas abordados no nosso inquérito, para a associação, empresa ou instituição que representavam (ver quadro 6.3.36 e gráfico 6.3.16) o resultado mostra que se tratava de um assunto importante, na medida em que as respostas se dividiram entre o muito relevante (31,6%), relevante, (63,2%) e nem relevante nem irrelevante (5,2%), não havendo a assinalar qualquer resposta negativa (ver pergunta 16).

Quadro 6.3.36 – Relevo das questões abordadas no inquérito para as instituições, empresas e associações

	Frequência absoluta	Frequência relativa
Muito relevante	12	31,6
Relevante	24	63,2
Nem relevante / Nem irrelevante	2	5,2
Irrelevante	-	-
Muito irrelevante	-	-
Total	38	100%

Gráfico 6.3.16 – Relevo das questões abordadas no inquérito para as instituições, empresas e associações



A justificação da (ver quadro 6.3.37) importância atribuída, às questões propostas pelo inquérito, demonstrava que as perguntas não eram analisadas, por um grupo considerável de participantes na investigação, apenas em termos de defesa dos interesses da instituição que representavam,

6. – Investigação Empírica

embora essa fosse a respostas mais escolhida (15). Algumas fundamentações, porém, salientavam as vantagens para o Algarve como destino turístico (9) enquanto um grupo reduzido (5) evoca os possíveis benefícios para toda a comunidade (ver pergunta 16.2.).

Quadro 6.3.37 – Justificação do relevo das questões abordadas no inquérito para as instituições, empresas e associações

Relevo ao questionário atribuído em função dos benefícios que o projecto pode propiciar	Ocorrência
Para a associação, instituição ou empresarial que representa	15
Para o desenvolvimento do turismo, em Faro, e para o Algarve como destino turístico	9
Para a comunidade em geral, em termos de qualidade, sustentabilidade, participação e emprego	5

6.3.8 - Obstáculos à elaboração da estratégia para desenvolvimento do turismo no centro histórico

Um projecto desta natureza implica, porém, obstáculos a transpor, motivo que nos incentivou a solicitar, a cada inquirido, a menção a três obstáculos à concretização da citada estratégia. As respostas obtidas, depois de devidamente tratadas e agrupadas, com auxílio da análise de conteúdo, encontram-se inventariadas no quadro 6.3.38 (ver pergunta 14).

Quadro 6.3.38 – Obstáculos à concretização do projecto

Obstáculo	Ocorrência
Falta de vontade política	16
Ausência de estratégia concertada	15
Deficiente formação dos recursos humanos	13
Falta de financiamento	12
Preponderância da Burocracia	12
Dificuldade de articulação entre órgãos e instituições públicas e privadas	9
Diminuta experiência na criação e manutenção de parcerias	9
Pouca sensibilização e envolvimento dos residentes	6
Ausência de interesse dos residentes	5
Falta de qualidade	2
Debilidade das infra-estruturas culturais e hoteleiras	1

As principais resistências à concretização da definição da estratégia derivavam, na opinião dos inquiridos, da falta de vontade política com 16 citações, da ausência de uma estratégia concertada com 15 menções, da deficiente formação dos recursos humanos com 13 alusões, das dificuldades de financiamento com 12 referências e da preponderância da burocracia com 12. Os representantes da comunidade, incluídos na nossa pesquisa, mencionaram outros entraves como

a dificuldade de articulação entre as instituições públicas e privadas, a diminuta experiência na criação e manutenção de parcerias, ambos evocados 9 vezes, a pouca sensibilização e envolvimento dos residentes e mesmo a ausência de interesse dos residentes invocados respectivamente 6 e 5 vezes, a falta de qualidade (2) e a debilidade das infra estruturas hoteleiras.

6.3.9 - Relações entre as variáveis. Análise da variância com um factor, com utilização de comparações post hoc e da alternativa não paramétrica de Kruskal Wallis

Tentámos averiguar, através dos testes de análise da variância com um factor e comparações post hoc, se os representantes dos grupos de interesse descritos na metodologia, que se relembram no quadro 6.2.39, avaliavam de forma diversa, os itens das perguntas de escala que tinham por objectivo medir as atitudes e os juízos emitidos a propósito da “imagem do centro histórico de Faro”, (pergunta 2), do “espaço público do centro histórico de Faro” (pergunta 3), da “caracterização dos habitantes do centro histórico de Faro” (pergunta 5) das “formas de actuação, a nível municipal, regional e nacional para evitar a degradação do ambiente construído”, (pergunta 6), da relação entre “regeneração do centro histórico, produção cultural e turismo” (pergunta 8), da relação entre regeneração do centro histórico e turismo (pergunta 9), das estratégias de acolhimento e informação (pergunta 10), das tácticas de gestão de fluxos (pergunta 11) da política de gestão do turismo (pergunta 12) e das condições necessárias para desenvolver um produto turístico para o centro histórico (pergunta 13). Os testes tinham por objectivo de encontrar possíveis divergências, que pudessem dificultar a criação de uma aliança, para desenvolver o turismo no centro histórico de Faro.

Quadro 6.3.39- Grupos interessados na regeneração do centro histórico de Faro

A	Instituições Públicas e Privadas, Empresas e Associações interessadas na reabilitação do Centro Histórico.
B	Instituições Públicas e Privadas, Empresas e Associações com interesses na revitalização económica do Centro Histórico.
C	Instituições Públicas e Privadas, Empresas e Associações com interesses na regeneração cultural do centro histórico.
D	Associações e fundações de carácter voluntário, com interesses nos centros históricos.
E	Instituições Públicas e Privadas e Empresas com interesses no Turismo.

Sempre que as variáveis não respeitavam os pressupostos da *One Way Anova*, ou seja, as regras da homocedasticidade e da normalidade, efectuámos o teste alternativo não paramétrico de Kruskal Wallis, testes cujas metodologias descrevemos, de modo detalhado, no ponto 6.2, quanto tratamos os resultados dos questionários aplicados aos turistas. Os resultados dos testes efectuados em relação aos representantes das organizações da cidade demonstraram, porém, que não existiam diferenças estatisticamente significativas entre os vários grupos o que nos autoriza a concluir que as suas opiniões, em relação às questões colocadas, são iguais

6. – Investigação Empírica

salientando, desse modo, que seria fácil encontrar consensos, de modo a concretizar uma estratégia, em torno dos temas abordados. Neste momento sentimos ser de toda a utilidade, tal como fizemos quando tratamos os dados e resultados dos inquéritos aplicados aos turistas, evocar a hipótese da pesquisa, em relação à oferta turística do centro histórico de Faro.

Quando se formularam as hipóteses ainda não se tinha seleccionado o centro histórico. A opção foi tomada após definição da base de construção da amostra, que determinou a eleição de Faro.

- *Os responsáveis pelas instituições, empresas e associações, com interesses quer na regeneração dos centros históricos, quer no rejuvenescimento do produto turístico sol e praia, reconhecem que estes fenómenos se podem apoiar mutuamente e manifestam interesse na participação num projecto que possa satisfazer tanto a “nova classe média” local, como os “novos turistas”.*

Além da hipótese há ainda que relembrar os objectivos gerais e específicos da pesquisa (ver quadro 6.3.40).

Quadro 6.3.40 – Objectivos gerais das questões colocadas aos gestores de Faro

Avaliar a percepção das instituições, empresas e associações consultadas das potencialidades dos centros históricos, em fase de regeneração de auxiliar o relançamento do produto sol e praia desde que ofereçam condições para satisfazer a procura das novas classes médias culturais (residentes ou turistas).	<i>Avaliar o conhecimento das novas tendências de localização, produção e consumo cultural, através da prospecção da evolução da produção cultural nos centros históricos.</i> <i>Conhecer a percepção da importância da manutenção da qualidade do meio construído e do espaço público, para o desenvolvimento cultural e dos fluxos turísticos, nos centros históricos.</i> <i>Inferir do conhecimento das formas de actuação, com objectivo de regenerar os centros históricos</i> <i>Avaliar a percepção das relações entre a regeneração dos centros históricos e rejuvenescimento do turismo de sol e praia.</i> <i>Conhecer a percepção das estratégias de interpretação e comunicação para enriquecer a experiência cultural</i> <i>Conhecer a percepção das opções de gestão dos fluxos turísticos.</i> <i>Conhecer a percepção dos objectivos prioritários na definição de uma política de turismo.</i> <i>Avaliar a percepção da melhor forma de propiciar o desenvolvimento do turismo em centros históricos.</i>
Aferir do seu desejo de participar activamente, na criação das condições necessárias através intervenções concertadas.	<i>Avaliar a prioridade dada à elaboração de uma estratégia de turismo para o centro histórico das cidades localizadas em zonas de turismo de sol e praia.</i> <i>Avaliar do desejo de participação em acções concertadas, como parceiros.</i>

As perguntas, como se afirmou no ponto 6.2, possuíam objectivos específicos que foram justificados na metodologia da pesquisa (ver ponto 5.4). Devido à sua extensão não foram transcritas para este capítulo embora se possa afirmar que os objectivos dessas questões foram igualmente atingidos.

Os representantes das empresas, instituições e associações, com interesses no centro histórico, demonstraram um empenho muito grande na formulação de uma metodologia de trabalho que favorecesse o desenvolvimento do turismo, no centro histórico, tema que consideravam, por larga maioria, relevante ou muito relevante para a organização que representavam. Além disso, testemunhavam um conhecimento profundo das matérias que ligam a reabilitação dos centros históricos, a produção cultural e o turismo, porque a sua visão do desenvolvimento da cidade tradicional propiciava o incremento da relação das três áreas.

A percepção dos inquiridos era claramente favorável ao crescimento da procura e a uma tática de gestão dos fluxos que privilegiasse a concentração. Os inquiridos consideravam, porém, que existiam obstáculos a ultrapassar, impedimentos que se relacionavam, principalmente, com a falta de vontade política e a ausência de uma estratégia concertada.

A análise dos questionários enviados às organizações com interesses na reabilitação do centro histórico e no incremento do turismo atestava, deste modo, que estavam reunidas as condições para criar uma oferta integrada, tanto mais que os testes estatísticos realizados para aferir o modo como se manifestavam as diferenças, em relação ao tema proposto, entre os grupos interessados, revelaram que as opiniões são muito idênticas, facto que privilegiava a geração de consensos.

A nossa investigação anui concluir que existe uma procura favorável à reabilitação dos centros históricos e à requalificação do turismo, com base num núcleo de produtos e serviços culturais e um grupo de instituições, empresas e associações com interesse na criação de uma oferta compatível com os gostos da procura. Falta, porém, apurar se, em questões sensíveis, em termos turísticos, como a avaliação da imagem da cidade, a apresentação, informação e interpretação ou o tipo de produção cultural desejada pela procura turística são compatíveis com a visão dos representantes da comunidade fareense, quanto ao desenvolvimento dessa zona da cidade.

6.4 - Compatibilidade entre os desejos da procura turística e as aspirações, em termos de desenvolvimento do centro histórico de Faro, por parte dos representantes da comunidade fareense

Neste ponto do nosso trabalho procuramos avaliar a relação entre oferta e procura, de modo a verificar se os interesses de cada uma das partes envolvidas na produção cultural, turística e na regeneração do centro histórico de Faro se podem harmonizar com os desejos dos turistas, sem grandes sobressaltos ou se devemos estar preparados para o surgimento de conflitos.

6.4.1 - Relações entre as variáveis. Aplicação de testes T simultâneos a amostras independentes

Algumas das variáveis foram integradas nos dois inquéritos aplicados, com um conjunto de itens iguais, ou muito semelhantes, de modo a podermos encontrar as possíveis dissonâncias entre os turistas e os representantes da comunidade farenses abrangidos na nossa pesquisa. As perguntas que se encontram nessa situação dizem respeito à apreciação da imagem da cidade de Faro e à valorização da apresentação e interpretação do centro histórico.

Os testes T permitem testar hipóteses sobre médias de uma variável quantitativa de um ou dois grupos, formados a partir da variável qualitativa, em que se desconhecem as respectivas variâncias populacionais (Jesus, 2001, pp. 150).

Utiliza-se o teste T para testar a igualdade de médias em duas amostras independentes com várias variáveis analisadas simultaneamente. Este teste estatístico, tal como todos os outros testes paramétricos, exige o cumprimento de algumas condições que abrangem os dados quantitativos, a distribuição normal e a homogeneidade da variância.

A nossa primeira amostra referente ao exame da imagem da capital do Algarve provém de perguntas de escala de Likert, com 5 pontos, em que 5 significa concordo inteiramente e 1 discordo inteiramente, enquanto a segunda, relacionada com o juízo emitido a propósito da apresentação e interpretação mantinha as características das escalas de avaliação, embora apenas apresentasse 3 pontos, em que 3 significa indispensável e 1 dispensável. As escalas de Likert ou de avaliação, com outro tipo de valores numéricos, embora ordinais, podem receber um tratamento quantitativo, através das médias e de desvios padrão, estatísticas utilizadas no teste T, porque os valores numéricos das respostas são assumidos como se fossem provenientes de uma escala métrica (Hill e Hill, 2000, pp.111-112; Pestana e Gageiro, 2000, pp. 166).

A dimensão das amostras ultrapassa, em ambos os casos, 30 observações, o que faculta concluir que as distribuições se aproximam da normalidade, dispensando, por esse motivo a aplicação do teste K-S para verificar a aderência à normalidade (Pestana e Gageiro, 2000, pp. 150).

A distribuição amostral utiliza duas expressões diferentes, de acordo com o facto das variâncias puderem ou não ser assumidas, no universo, como iguais, conclusão que se obtém através do teste de Levine (Jesus, 2001, pp.150).

Com o teste T para amostras independentes pretendemos averiguar, em primeiro lugar, se as diferenças observadas nas médias dos dois grupos, em relação à avaliação da imagem do meio

construído de Faro (turistas e representantes das organizações farenses consultadas), são estatisticamente significativas.

Para realizar a citada análise atribuímos novas designações às variáveis, de acordo com o facto de identificarem as percepções dos turistas, ou dos representantes da comunidade (ver quadro 6.4.1).

Quadro 6.4.1 – Novos códigos para indicar os turistas e as organizações que representam a comunidade fareNSE neste estudo

Variável	Designação
Percepção, por parte dos turistas, da imagem de Faro	1
Percepção, por parte dos representantes da comunidade fareNSE incluídos na pesquisa	2

Quando se utilizam os testes T simultâneos, como acontece na nossa investigação, a probabilidade de cometer um erro do tipo I que corresponde ao nível de significância, aumenta rapidamente, com o número de análises realizadas em simultâneo. Para suprir esse problema utiliza-se a correcção de Bonferroni, que consiste em multiplicar o número de testes realizados pelo nível de significância, que, por sua vez corresponde ao número de variáveis analisadas. O resultado obtido deve ser comparado com o nível do analista que é, normalmente 5

Quadro 6.4.2 – Comparação de resultados entre a procura e a oferta em relação à percepção do valor do meio construído

Imagem do meio construído	Grupos	Frequência absoluta	Média	Teste T	Nível de significância
O centro histórico possui marcos que se destacam	1	356	4,48	0,239	0,812
	2	42	4,45	0,253	
O conjunto do centro histórico é harmonioso	1	352	4,31	3,847	0,000
	2	42	3,79	4,365	
A relação entre o centro histórico e a cidade moderna é equilibrada	1	336	3,40	4,485	0,000
	2	40	2,63	4,695	
O património histórico está bem preservado	1	345	4,02	8,150	0,000
	2	42	2,88	7,284	

Para se obter o intervalo de confiança a 95% divide-se o nível de significância 5% pelo número de testes a realizar, que no nosso caso são 4. O complemento para um é o valor do intervalo de confiança global a pedir ao SPSS resulta de $(1-0,0125= 0,9875)$, ou seja, 98,8%.

6. – Investigação Empírica

O resultado da aplicação do teste T, à imagem do meio construído do centro histórico de Faro, demonstra que existem diferenças estatisticamente significativas ($\text{sig}=0,000$) entre a procura (1) formada pelos turistas e a oferta (2) constituída pelos representantes das organizações que colaboraram na nossa pesquisa, excepto no que concerne o item que se refere à presença de marcos que se destacam ($\text{sig}=0,812$) cuja avaliação expõe um juízo idêntico.

Quadro 6.4.3 – Comparação de resultados entre a procura e a oferta em relação à percepção da qualidade do espaço público

Imagem do meio construído	Grupos	Frequência absoluta	Média	Teste T	Nível de significância
A disposição do espaço público de Faro facilita a orientação	1	351	4,57	8,612	0,000
	2	39	3,33	8,453	
A disposição do espaço público de Faro permite encontrar percursos interessantes e variados	1	342	3,94	3,898	0,000
	2	42	3,22	4,649	
O centro histórico possui ruas economicamente activas e animadas pela presença de pessoas	1	336	3,72	6,416	0,000
	2	40	2,44	7,576	
As ruas do centro histórico têm várias utilizações	1	345	4,04	5,736	0,000
	2	42	2,85	6,058	
As estátuas, fontes, bancos de jardim, caixas de telefone enriquecem a cidade	1	351	4,160	5,157	0,000
	2	42	3,095	5,020	

As diferenças de opinião encontradas revertem a favor da manutenção da capacidade de atracção turística do centro histórico, porque são exactamente as que devem ser preservadas de modo a manter a sua identidade. Os representantes da oferta ao demonstrarem uma maior exigência na avaliação realizada podem garantir um grande cuidado nas intervenções no meio construído e no espaço público. O rigor da apreciação feita só ganha uma dimensão desfavorável se for interpretada como uma manifestação de descrença na sua capacidade de seduzir os turistas.

A segunda observação realizada procura encontrar as possíveis diferenças de percepção sobre a qualidade do espaço público de Faro. Para se obter o intervalo de confiança a 95% divide-se o nível de significância 5% pelo número de testes a realizar, que no nosso caso são 5. O complemento para um representa o valor do intervalo de confiança global a pedir ao SPSS que se obtém a partir da concretização da operação ($1-0,01= 0,99$), e corresponde a 99%. Os resultados obtidos indicam que os grupos têm percepções diferentes em relação a todos os itens da pergunta, situação que é comprovada pelo valor da significância ($\text{sig}=0,000$).

Quadro 6.4.4 - Comparação de resultados entre a procura e a oferta em relação a uma apresentação e informação de qualidade

Apresentação, informação e interpretação de qualidade	Grupos	Frequência absoluta	Média	Teste T	Nível Sig.	Correção de Bonferroni
Sinalização da atrações	1	379	2,75	2,675	0,008	0,128
	2	40	2,53	2,484	0,017	
Painéis de interpretação no centro histórico	1	377	2,71	1,845	0,124	
	2	39	2,54	1,570		
Painéis de divulgação dos eventos culturais	1	373	2,66	1,486	0,138	
	2	40	2,53	1,585		
Folhetos e brochuras de divulgação de eventos culturais e espetáculos	1	369	2,68	3,270	0,003	0,0048
	2	40	2,40	3,105		
Postos de Turismo	1	374	2,75	5,107	0,000	
	2	40	2,30	4,522		
Casas de banho públicas	1	374	2,60	2,178	0,053	
	2	40	2,35	1,985		
Guias específicos para crianças e jovens	1	363	1,85	-1,749	0,044	
	2	38	2,08	-2,065		
Visitas de cidade de autocarro/carrinha/comboio	1	366	1,87	-685	0,494	
	2	39	1,95	-749		
Visitas guiadas ao centro histórico	1	376	2,70	5,011	0,000	
	2	40	2,23	4,016		
Visitas guiadas monumentos ao interior dos monumentos	1	368	2,63	4,252	0,000	
	2	40	2,20	3,809		
Brochuras, dobráveis, gratuitos com mapas do centro	1	378	1,21	-12,537	0,000	
	2	41	2,29	-8,645		
Apresentações áudio visuais no centro e em cada monumento	1	368	1,98	0,909	0,364	
	2	40	1,88	1,098		
Passeios de barco na zona ribeirinha	1	369	1,97	-0,048	0,962	
	2	41	1,98	-0,053		
Itinerários temáticos urbanos	1	364	1,80	-1,617	0,107	
	2	41	2,00	-2,278		
Facilidade de acesso a utilizadores com necessidades especiais	1	367	1,25	-10,798	0,000	
	2	41	2,27	-7,609		
Adequar a informação às necessidades especiais de alguns utilizadores	1	367	1,25	-11,281	0,000	
	2	41	2,27	-8,953		

6. – Investigação Empírica

Os turistas emitiram, em todos os casos, um juízo mais favorável do que os representantes da comunidade local inquiridos. A percepção destes últimos, tal como no caso anterior, pode revelar-se de grande interesse, para a reabilitação dos espaços públicos e das actividades do centro histórico, porque, sublinhavam uma maior exigência de qualidade, por parte dos quadros superiores farenses que podem influenciar, de modo favorável, a evolução da zona histórica da cidade.

A terceira análise envolvia a aferição do significado estatístico do juízo sobre a da apresentação e informação pretendidas por cada um dos grupos (turistas e pelos gestores das empresas consultadas). Para obter o intervalo de confiança a 95% dividiu-se o nível de significância pelo número de testes a realizar, num total de 16. Por essa razão o complemento para o valor de intervalo de confiança global a pedir ao SPSS é de $(1-0,003125=0,9968)$, que corresponde a 99,7%. Ao teste T foi adicionada a correcção de Bonferroni, sempre que se revelou necessária, para obter a verdadeira significância. Dado que o SPSS calcula este teste em separado, considerando que está a realizar um teste de cada vez, a correcção de Bonferroni deve ser feita à posteriori, na fase de análise de resultados. A correcção só é utilizada quando, de início, o nível de significação conduza à rejeição da hipótese nula ou seja, quando apresenta um valor inferior ao do analista (Jesus, 2001, pp.151)

Após a execução dessa tarefa, as diferenças encontradas entre os dois grupos, incidiram em 7 itens, que incluíam a oferta de folhetos e brochuras com a divulgação de eventos e espectáculos ($\text{sig}=0,048$), as visitas guiadas no centro histórico ($\text{sig}=0,000$), as visitas guiadas em cada monumento ($\text{sig}=0,000$), as brochuras, desdobráveis com mapas gratuitos ($\text{sig}=0,000$), postos de turismo ($\text{sig}=0,000$), a facilidade da acesso ($\text{sig}=0,000$), e a adequação da informação ($\text{sig}.=0,000$) a visitantes com necessidades especiais. Verificou-se ainda que a escolha dos itens diferia, devido a alguma divergência de interesses entre a procura e da oferta. Com efeito, enquanto os primeiros cinco itens são mais apreciados pelos turistas os dois últimos colhem uma maior avaliação junto dos representantes da comunidade farenses. O confronto da percepção dos dois grupos, quanto à escolha dos elementos de apresentação e informação que mais estimavam, revelou que os novos turistas culturais são mais exigentes, em termos da qualidade da experiência cultural proporcionada enquanto os gestores farenses são mais sensíveis às necessidades especiais de alguns visitantes. Apesar das discrepâncias encontradas não é difícil, porém, tornar compatíveis as aspirações dos dois grupos, bastando para atingir esse fim que a oferta conheça, antes de tomar decisões as necessidades da procura.

6.4.2 - Comparações entre as percepções dos grupos sem utilização de testes estatísticos

A comparação de se passa a efectuar não possui grande rigor, na medida em que as perguntas foram formuladas de modo diverso. A razão pela qual não colocámos as questões de modo

idêntico, prende-se com o desejo de evitar o enviesamento dos resultados obtidos, devido a direccionarmos excessivamente o inquérito incitando, desse modo, os respondentes a indicarem, de imediato, a produção cultural e o turismo como actividades conducentes à regeneração dos centros históricos. Os dois conjuntos de itens definem, contudo, afinidades que podem ajudar a esclarecer o nosso problema, embora sem o rigor de um teste estatístico.

Quadro 6.4.5 – Características de um centro histórico atractivo para os visitantes

Características de um centro histórico atractivo	Frequência absoluta	Média	Desvio padrão
Com museus e monumentos interessantes	378	4,67	0,80
Limpo	381	4,55	0,82
Com serviços e produtos culturais de qualidade	371	4,58	0,84
Proporcione a participação em espectáculos variados	370	4,43	0,88
Jardins com plantas da região	378	4,08	1,06
Com uma zona ribeirinha activa	374	4,29	0,95
Com vida nocturna intensa	366	3,75	1,24
Com parques ou zonas temáticas	371	3,95	1,16
Com pessoas simpáticas e hospitaleiras	375	4,74	0,74
Com comércio que valorize a produção artística e o artesanato local	376	4,63	0,81
Seguro	374	4,52	0,96

Escala de 1 a 5, sendo 1 discordo inteiramente e 5 concordo inteiramente

Quadro 6.4.6 – Actividades que os representantes das organizações farenses consideram facilitar uma evolução positiva da economia do centro histórico.

	Frequência absoluta	Média	Desvio Padrão
Estúdios e empresas artísticas (arquitectura, reabilitação, restauro e manutenção de edifícios)	41	3,85	0,80
Empresas de produção e de animação culturais (editoras, software, jogos do computador, rádio televisão e vídeo)	41	2,98	1,13
Instituições culturais/Centros de artes/Artes performativas e cénicas	42	4,50	0,77
Pequenos Estabelecimentos comerciais variados	41	4,00	0,84
Alojamento, restaurantes, agências de viagens empresas de animação cultural, turística e desportiva	41	3,34	1,13
Escritórios e outros centros de negócios	41	2,46	1,14
Antiquários, galerias de arte, alfarrabistas	42	4,26	0,77
Pequenas Indústrias não poluentes	41	2,10	1,14
Serviços públicos de carácter administrativo	41	2,71	1,03
Escolas e oficinas de artesãos (doçaria, cerâmica, tecelagem, cestaria e outros artigos de madeira)	41	4,24	0,73

Escala de 1 a 5, sendo 1 discordo inteiramente e 5 concordo inteiramente

6. – Investigação Empírica

A consulta dos quadros 6.4.5 e 6.4.6, que são transposições dos quadros 6.3.19 e 6.2.25 sublinha afinidades, quanto à produção cultural, que devem ser tomadas em consideração. Com efeito, os quatro itens mais apreciados pelos turistas, com excepção do mais cotado de todos, referem-se ao interesse pela produção cultural local selecção que se harmoniza com as escolhas feita pelos gestores consultados, que indicam como elementos mais favoráveis ao desenvolvimento da economia do centro histórico de Faro, diversos tipos de produção cultural.

A relação harmoniosa entre a produção cultural que os representantes da comunidade farenses desejam para o centro histórico de Faro e os hábitos de consumo cultural dos turistas que visitaram a capital do Algarve, no Verão de 2001, parece não oferecer muitas dúvidas. Falta, porventura, cotejar essa relação com duas outras questões, colocadas à oferta. A primeira implica o juízo que os gestores consultados fazem da relação entre produção cultural, turismo e regeneração urbana, enquanto a segunda envolve a relação do turismo com a regeneração urbana (ver quadro 6.4.7 e 6.4.8).

No primeiro caso, a questão mais cotada, como se pode ver no quadro 6.4.7, que é uma réplica do 6.3.21, diz respeito à ambição de desenvolvimento de produção cultural do centro histórico incluindo actividades artísticas, produtos culturais e artesanato para fruição de residentes e turistas (média=4,57). As médias atingidas por estes itens da pergunta, colocada aos dirigentes das organizações abrangidas pelo nosso inquérito, sublinham o grande equilíbrio de interesses com os turistas que pretendem dispor de um comércio com base na produção artística e artesanal local (média=4,63).

Quadro 6.4.7 - Relação entre regeneração do Centro Histórico de Faro produção cultural e turismo

	Frequência Absoluta	Média	Desvio Padrão
O acesso de um número elevado de residentes ao ensino favorece a produção e consumo de bens e serviços culturais	42	4,26	0,70
A produção cultural do centro histórico deve incluir uma gama variada de actividades artísticas e produtos culturais como artesanato, gastronomia, moda fotografia, audiovisuais, multimédia, ao dispor de turistas e residentes.	42	4,57	0,50

A avaliação dos itens contidos na questão colocada aos gestores farenses, sobre os benefícios do turismo para a regeneração do centro histórico, contemplou, sobretudo, as vantagens em termos culturais representadas no quadro 6.4.8, que é uma reprodução do quadro 6.3.24, ao incidir na manutenção da escala e do carácter do local (média=4,59), questão que estabelece uma relação equilibrada com a vontade dos turistas de encontrar pessoas simpáticas e hospitaleiras (média=4,74; ver quadro 6.3.5).

A segunda escolha dos inquiridos envolve dois itens com média idêntica (4,27) que se relacionam com a rentabilização de equipamentos culturais e com a divulgação da produção cultural local, a que se associa um terceiro, relativo à contribuição do turismo para a reutilização de edifícios no centro histórico (média=4,20). As percepções mencionadas são inteiramente compatíveis com os anseios da procura, quanto à vontade de dispor de monumentos e museus interessantes (média=4,67) e à pretensão de participar em espectáculos variados (média 4,43).

Quadro 6.4.8- Relação entre regeneração do centro histórico e turismo

	Frequência absoluta	Média	Desvio padrão
A reabilitação do centro histórico contribui para a requalificação do produto sol e praia	41	3,46	1,29
A reabilitação permite que o turismo cultural constitua uma alternativa ao sol e praia	41	3,63	1,11
A reabilitação contribui para que o turismo constitua um complemento ao sol e praia	39	3,54	1,14
O turismo contribui para a reutilização dos edifícios do centro histórico.	41	4,20	0,46
O turismo ajuda a rentabilizar edifícios e equipamentos culturais	41	4,27	0,50
O turismo no centro histórico de Faro contribui para divulgar os produtos culturais regionais e locais	41	4,27	0,59
O turismo no centro histórico pode evitar o seu colapso social e económico	41	3,98	0,91
O turismo deve respeitar a escala e o carácter do local	41	4,59	0,50
O turismo contribui para um elevado grau de manutenção do centro	40	4,03	0,48
A função residencial é incompatível com a turística	38	1,92	0,97
As vantagens do turismo no centro histórico superam as desvantagens	41	4,05	0,63
O volume de emprego criado é relevante	35	2,89	0,90
A qualidade do emprego é relevante	34	3,18	0,87
O turismo contribui para a manutenção do comércio tradicional	40	3,93	0,86
O turismo não contribui para a valorização da imagem do centro	38	1,87	1,17

Escala de 1 a 5, sendo 1 discordo inteiramente e 5 concordo inteiramente

Supomos, que as afinidades encontradas entre os anseios da procura e as aspirações da oferta, nos autorizam a relembrar os objectivos da terceira hipótese colocada e aferir da sua veracidade.

Existe uma relação de apoio mútuo, entre a regeneração dos centros históricos e o rejuvenescimento do produto sol e praia, mediada pela “nova classe média” local e pelos “novos turistas”.

Os resultados dos inquéritos da procura e da oferta admitem concluir que essa analogia, propiciadora de apoio mútuo, existe. O turismo pode dispensar um apoio substancial à regeneração urbana, na medida em que exista uma produção cultural local de qualidade. Os representantes das organizações consultadas desempenham um papel muito importante como massa crítica local, porque dispõem da capacidade técnica e do poder de decisão para desenvolver estratégias, que intensifiquem a complementaridade da procura e da oferta, sem sacrificar os interesses da comunidade, embora seja desejável que o poder local se encarregue de

6. – Investigação Empírica

iniciar e coordenar o processo. A regeneração do centro histórico pode, por sua vez, facilitar o rejuvenescimento do produto sol e praia, porque parte dos turistas, que se deslocaram ao Algarve e visitaram Faro nos meses de Julho, Agosto e Setembro de 2001, revelavam o perfil de nova classe média e de novo turista cultural. Não deixando de consumir um produto balnear, em fase de maturidade, desejavam desenvolver, nas cidades das zonas receptoras, actividades de cariz cultural, para as quais a anterior geração possuía pouca ou nenhuma apetência. A estratégia mais adequada, para conseguir fidelizar um segmento de mercado, que apresenta ainda a vantagem de ser muito jovem envolve a capacidade de oferecer esses produtos culturais. A referida oferta assume um papel não complementar do turismo de sol e praia, para os novos turistas culturais, mas antes, a de oferta tão essencial como a primeira, na definição das suas férias de Verão (ver quadro 6.2.17) contribuindo, inequivocamente para o enriquecimento da sua estadia no Algarve (ver quadro 6.2.31).

6.5 - Síntese e Conclusões

O capítulo 6 é dedicado à análise dos dados dos inquéritos aplicados aos turistas que visitaram o centro histórico de Faro (ver ponto 6.2), no Verão de 2001 e dos questionários enviados às instituições, empresas e associações que se nos apresentavam como as mais interessadas na definição de uma estratégia de regeneração da zona antiga da capital do Algarve, que explore as potencialidades da interacção entre cultura e turismo (ver ponto 6.3). Os instrumentos de avaliação tinham sido concebidos, de modo a verificar a hipótese de compatibilidade entre dos desejos da procura (turistas) e as aspirações da oferta (representantes da comunidade farense). Os resultados obtidos permitem retirar conclusões de grande relevo para a concretização dos objectivos da nossa dissertação na medida em que respondem ao problema da pesquisa (ver ponto 5.4).

Os turistas que visitaram o centro histórico de Faro, no Verão do ano 2001, apresentavam as características da nova classe média cultural. Em plena época alta do turismo de sol e praia, os citados visitantes não escondiam os seus elevados interesses culturais nem a importante contribuição da visita realizada ao centro histórico de Faro, para o enriquecimento da sua estadia no Algarve. Estes resultados demonstraram, de modo evidente, a relação positiva entre a regeneração do centro histórico de Faro e a requalificação do turismo de sol e praia algarvio, mediada pelos novos turistas culturais.

Os representantes da comunidade farense revelaram, por seu turno, uma considerável predisposição, para se empenharem na definição de uma estratégia, que possibilite a criação de um produto turístico cultural para o centro histórico de Faro, através de uma acção concertada. A definição da estratégia não apresentaria grandes dificuldades de concretização porque não se

vislumbram diferenças estatísticas significativas, entre os vários grupos que constituem a oferta, em relação a qualquer dos itens propostos para avaliar esse interesse. Os principais obstáculos que se colocariam à concretização desse objectivo, na avaliação feita pelos inquiridos, derivam da falta de vontade política, da ausência de estratégia, da escassez dos recursos humanos, da carência de financiamento e do excesso de burocracia.

O cruzamento dos resultados da oferta com os da procura, em termos de imagem da cidade, testemunha um juízo mais exigente, por parte dos representantes de Faro, apreciação que admite presumir uma atitude mais rigorosa em relação à preservação da identidade do centro histórico, disposição extremamente positiva, para garantir a manutenção da capacidade de seduzir os novos turistas culturais. As prioridades dos gestores farenses, em termos de plano de interpretação da cidade, são, porém, menos rigorosas do que as dos visitantes porque estes exigem um acompanhamento da visita constante, nomeadamente, através da presença de guias de cidade e nos principais monumentos. A comparação de resultados entre a procura e a oferta, sem recurso a testes estatísticos, comprova a compatibilidade entre as actividades que a oferta considera facilitar a evolução positiva da economia do centro histórico, pelo relevo dado à produção cultural e as necessidades culturais dos turistas. Os benefícios almejados pelos gestores inquiridos, resultantes do desenvolvimento do turismo, são, por sua vez congraçáveis com os desejos de consumo cultural manifestados pelos turistas. A análise dos dados e resultados dos inquéritos implementados parecem, deste modo, demonstrar a justeza do problema da pesquisa.

7 - Conclusões

7.1 - Introdução

A nossa investigação partia do pressuposto de que se tinha dado uma mudança de paradigma, ao nível do conhecimento (ver ponto 5.2) que afectou a evolução das cidades, nomeadamente dos seus centros históricos (ver pontos 1.2, 1.4, 2.3, 3.2, 3.4 e 3.6), a produção cultural (ver pontos 1.2, 1.4, 2.3, 2.4, 3.6) e a turística (ver pontos 1.3, 1.5, 2.5, 3.3, 3.5, 3.7). A alteração registada conduziu, por sua vez, a uma nova abordagem da relação entre regeneração dos centros históricos (ver pontos 3.2 e 3.4) e turismo (ver pontos 3.3, 3.5 e 3.7) mediada pela produção e pelo consumo cultural (ver pontos 2.4.2 e 3.6) efectuado por uma nova classe média que elegeu essa zona da cidade como local trabalho e residência (ver ponto 3.4.3) e símbolo da sua distinção (2.3.2). Este grupo social, quando viaja, mesmo que o faça por outras razões, não dispensa o consumo de produtos culturais porque fazem parte da sua identidade e do seu estilo de vida (ver ponto 2.5.1).

Os estudos da ATLAS demonstraram que cerca de metade dos turistas que se deslocavam para destinos balneares do sul da Europa, visitavam, pelo menos, uma atracção turística. O incremento da participação no turismo cultural é muito favorável aos destinos de sol e praia do sul da Europa (ver ponto 2.5.1) porque facilita a regeneração dos centros históricos e a requalificação do turismo balnear, desde que existam forças locais interessadas na criação de uma estratégia comum para atingir esse objectivo.

Neste capítulo desejamos realizar um comentário sobre a nossa investigação, que evidencie não só a possível contribuição positiva, mas também as restrições e limites dos resultados alcançados, para a evolução do saber nas áreas dos estudos culturais, urbanos e turísticos. Pelos motivos evocados, iniciamos o epílogo da nossa investigação pela consideração do papel da mudança paradigmática emergente, na regeneração dos centros históricos, na produção cultural e na turística (ver ponto 7.2). De seguida tentamos comprovar o relevo da mutação de paradigma a que se assiste e da progressiva definição da pós-modernidade, no aparecimento dos novos turistas culturais (ver ponto 7.1.3). Na continuação da síntese que nos propomos efectuar, a nossa atenção centra-se no modo como o novo paradigma tem vindo a afectar tanto os destinos turísticos maduros de sol e praia, como os centros históricos das zonas receptoras (ver ponto 7.4). A elucidação desta relação auxilia a defesa da indispensabilidade de elaborar uma oferta que propicie, em simultâneo, a regeneração dos centros históricos e a requalificação do turismo. A elucidação do problema da pesquisa resultou tanto da análise teórica, efectuada nos pontos 1, 2, 3 e 4 como dos dados e resultados da investigação empírica realizada, dissecados no ponto 6. Este conjunto teórico-prático corrobora a avaliação das consequências das modificações ocorridas para a requalificação do turismo de sol e praia algarvio e para a regeneração do centro histórico de Faro (ver ponto 7.5). Por fim

ensaíamos um exame crítico das restrições da nossa investigação e sugerimos a prossecução de outras pesquisas, de modo a esclarecer a problemática em causa (ver ponto 7.6).

7.2 - Mudanças paradigmáticas, centros históricos, produção cultural e turismo

As mudanças que afectaram as cidades tradicionais dos países de cultura ou de influência cultural europeia transformaram esses núcleos antigos nos actuais centros históricos. As cidades tradicionais, com os seus códigos de escala e variedade na concepção do meio construído e do espaço não edificado sofreram o primeiro revés com a industrialização e o triunfo da burguesia liberal. Esses dois acontecimentos deram origem a novos modelos de ocupação do espaço urbano. Enquanto as classes mais favorecidas, na Grã-Bretanha, abandonaram os centros das cidades, procurando refúgio no campo ou junto ao litoral, os franceses destruíram parte da antiga cidade de Paris, de origem medieval, com o fim de abrir amplas avenidas, projectadas por Haussman, para albergar a nova classe privilegiada, em edifícios de carácter grandioso (ver pontos 1.2, 1.4 e 3.4.4).

O modelo adoptado pelas classes mais privilegiadas, na Grã-Bretanha, demonstrou a preponderância do pensamento romântico, porque oferecia refúgio, no campo ou no litoral, face à triste realidade dos bairros e das cidades industriais da época. As suas moradias, rodeadas de amplos jardins, ou parques, não se adaptavam aos arruamentos urbanos, mas adequavam-se à inserção em colinas, voltadas à paisagem rural ou marítima.

O arquétipo francês foi imitado nas grandes capitais europeias da época, porque facilitava o usufruto de todas as benesses concedidas pela primeira revolução industrial às classes mais favorecidas. Os locais de consumo como os Grandes Armazéns, os cafés, os bares, os restaurantes fascinavam intelectuais, artistas, jornalistas e homens de negócios assim como muitos dos que laboravam nas novas indústrias culturais (publicidade, desenho industrial ou decoração). Com a introdução da iluminação pública foi possível, finalmente, dominar o medo da noite, ir a um concerto, a um bar, a um encontro, às compras, permitiu simplesmente vaguear pela cidade, ou, em alternativa, frequentar os espaços de transgressão da época, zonas onde predominava a figura do boémio e do cabaré (ver ponto 1.2). Esta vida cultural e de lazer, muito intensa, deu lugar a redes de saber, experiência e criatividade através das quais as ideias circulavam livremente. Este fenómeno difundiu-se por toda a Europa. Em Portugal, por exemplo, a abertura das avenidas novas, em Lisboa, demonstrou a influência francesa, se bem que as zonas de convívio, produção e consumo de bens culturais, não tivessem abandonado a zona histórica (ver ponto 4.2.1).

O turismo balnear, que conheceu um grande incremento nessa época, facilitou a adopção dos dois tipos de urbanização. Os novos conjuntos tinham sido concebidos para agradar ao grupo social restrito, que residia quer nas áreas nobres das grandes cidades, quer no campo, quer

7 - Conclusões

junto ao litoral (ver ponto 1.3). A ocupação da Costa de Lisboa expressou, por seu lado, o gosto britânico, sobretudo na urbanização do Monte Estoril, que se manteve, apesar dos seus hotéis, um projecto predominantemente residencial. Já Santo António do Estoril, a única estância balnear portuguesa, dessa época, que conheceu renome internacional, revelava a sua índole francesa (ver ponto 4.2.2).

O processo de inclusão social, iniciado pela revolução francesa e pela industrialização, que estendeu o usufruto dos novos produtos e bens, a um grupo de pessoas mais abrangente, estava, contudo, a atingir a exaustão, nas primeiras décadas do século XX. Não era possível estender a novos estratos da população o acesso aos bens e produtos, porque o sistema produtivo tinha atingido os seus limites. A grande ruptura com o passado, que proporcionou a diminuição efectiva da distância social, entre o homem comum e a elite ocorreu entre os anos 20 e 30, do século XX, no espaço europeu e norte-americano, no quadro do capitalismo e impôs uma normalização absoluta dos produtos e do modo de produção (ver ponto 1.4). O pensamento que presidiu ao aparecimento da produção em série colonizou a lógica do urbanismo e do turismo moderno (ver ponto 1.5). Enquanto o novo modelo de produção industrial originou o consumo de massas, a ocupação do espaço urbano socorreu-se de uma rígida racionalização do planeamento urbano para oferecer habitação aos trabalhadores que laboravam nas cadeias de produção.

Os produtores turísticos, por sua vez, face ao crescimento dramático da procura, proporcionado pela extensão, a todos os grupos sociais, do direito a férias pagas, normalizaram inteiramente a oferta, através da criação de pacotes (“packages”) rígidos. As estâncias balneares do sul da Europa socorreram-se das duas tipologias residenciais da época – a cidade jardim e a cidade radiosa. A intensidade da procura, as dificuldades em implementar o planeamento realizado com o objectivo de controlar os fluxos turísticos, ou a ausência de qualquer mecanismo regulador, produziram efeitos muito negativos nas zonas receptoras (ver ponto 1.5), como ocorreu no Algarve. A região sul de Portugal foi objecto de planeamento regional, local e turístico, na década de 60, que ainda nessa época se procurou implementar. Este, contudo, não resistiu nem à pressão turística das décadas de 70 e 80, que provocou a rápida obsolescência do planeamento realizado na década anterior, nem teve capacidade de produzir, nesse espaço de tempo, qualquer projecto que disciplinasse a utilização do solo (ver ponto 4.2.2.1).

No que concerne aos centros históricos, zonas que os modernistas consideravam obsoletas, em função da sua visão anti-tradicionalista, foram objecto de profundas campanhas de renovação. Os modernistas alegavam que os bairros antigos impediam a construção da cidade racional, único modelo capaz de erradicar todos problemas de ordem funcional, social e cultural, que os afectavam. Pelas razões evocadas, as operações de renovação, envolveram a destruição de um número elevado de centros históricos, não se restringindo aos atingidos pelos

bombardeamentos da II Guerra Mundial. Muitos ficaram reduzidos a alguns monumentos, rodeados de zonas verdes e parques de estacionamento em nome do interesse geral ou da manutenção de condições de salubridade pública. O triunfo dos arranha-céus, dos bairros residenciais segregados, do automóvel e da auto-estrada, implicou o arrasamento ou, no mínimo, a descaracterização das zonas históricas (ver ponto 1.4).

Nos países do sul da Europa, como Portugal, a configuração dos valores modernistas, associada à incapacidade de fazer respeitar o planeamento existente, conduziu a uma suburbanização desordenada, largamente ilegal. A destruição dos centros históricos não resultou das operações de renovação, que raramente foram concluídas. O seu aniquilamento derivou do abandono a que foram votados, e da descaracterização, decorrente da inserção de edifícios de cariz moderno nos espaços tradicionais (ver ponto 4.2.3.3). Deste modo se perdeu a escala, o efeito de conjunto, o contexto, a função do espaço público como ocorreu, nomeadamente, em Faro (4.3.1), embora a acção desenvolvida nos anos 90 pelo Gabinete de Gestão do Património tenha ainda conseguido salvar uma parte da zona (4.3.3.2).

A história da modernização de Faro é idêntica à de outras da região. O Ante-plano de Urbanização da capital do Algarve previa o arrasamento dos bairros históricos, com excepção de alguns monumentos da Vila Adentro, porque alegava o seu autor, impedia o escoamento do trânsito e a abertura das vias de circulação necessárias, intervenção, que, por sorte, nunca foi possível concretizar. Na década de 60, Faro era ainda uma pequena cidade de província, que não tinha ultrapassado os limites impostos pela abertura da via de circunvalação, no século XIX. O planeamento regional (Plano Regional do Algarve) e turístico (Plano de Valorização Turística do Algarve) efectuado, nessa época, pareciam constituir uma garantia de controlo do crescimento da procura através da intervenção integrada, ao nível do planeamento e do ordenamento com o objectivo de construir uma oferta turística de qualidade. Para capital regional, os referidos documentos aconselhavam o aproveitamento do património, da cultura, localizada na zona antiga da cidade e das actividades de lazer, de cariz balnear e desportivo, situadas na Ilha de Faro (ver pontos 4.2.2.1 e 4.3.1).

A cidade cresceu, no entanto, em função da prestação de serviços turísticos, devido à proximidade do aeroporto. Este facto acarretou uma suburbanização desordenada, para albergar uma força de trabalho provida das zonas rurais e mesmo de outras regiões do país atraída pelas oportunidades oferecidas, por uma actividade em crescimento acelerado, enquanto o centro histórico foi perdendo os seus habitantes (ver ponto 4.3.1).

O progressivo alargamento da inclusão de todos os grupos sociais, no acesso aos bens de consumo, à habitação condigna, à segurança social, ao trabalho e à protecção na doença formam um conjunto de benesses introduzidas pela modernização. No entanto, o processo de inclusão cultural teve uma evolução contraditória. O incremento de actividade dos meios de

7 - Conclusões

comunicação social, nomeadamente a televisão e a oferta de produtos culturais mediados pela máquina (como o mobiliário, os objectos decorativos) reproduzidos em linhas de montagem, próprias da economia de escala, deram origem a uma produção cultural de massas. Este tipo de criação exigiu um design funcional a uma estética minimalista a que nem as obras para nichos especializados de consumo das elites escaparam. Por essa razão os críticos da produção cultural de massas acusavam-na de uma vulgaridade que determinava permanecer eternamente igual a si própria (ver ponto 1.4).

Por outro lado, as políticas culturais da época premiaram a construção de equipamentos culturais de alta cultura, muitos situados em centros históricos e a atribuição de subsídios aos produtores. Os responsáveis esqueceram a avaliação dos gostos e a formação dos públicos porque acreditavam ser possível aumentar consumo da cultura cultivada, a única reconhecida por políticos e burocratas, através do incremento da oferta e da redução dos preços. Deste modo os estratos menos favorecidos sob o ponto de vista cultural não possuíam os códigos para decifrar as manifestações da cultura erudita, pelo que tinham grande dificuldade em apreciá-la, enquanto assistiam à desvalorização e à segregação da que lhes fora transmitida pelos antepassados, apelidada de baixa cultura (ver ponto 2.3.3)

O modo como se processou esta tentativa frustrada de inclusão cultural determinou, em grande medida o comportamento das classes sociais com menor capital cultural, face à cultura dos países receptores de turismo do sul da Europa, para onde se deslocavam no Verão. Enquanto os grupos favorecidos do século XIX, por possuírem preparação cultural, conseguiram ultrapassar o olhar estético substituindo-o pelo Romântico e pelo do flaneur, olhares que acabaram por se fundir sem grandes sobressaltos (ver ponto 1.3), os turistas modernos não conseguiram superar essa etapa. O olhar da gente comum não estava preparado para fruir a cultura erudita do destino e tinha sido convencida da irrelevância da popular. Por esse motivo, quando em contacto com as manifestações culturais dos países receptores, elas foram encaradas como mais um produto de massas ou um espectáculo pronto a consumir (ver ponto 1.5). Apesar destes resultados menos felizes, em relação à inclusão cultural, a democratização do acesso à instrução admitiu que os descendentes das classes menos favorecidas acessem ao ensino, nomeadamente ao superior, originando a actual sociedade do conhecimento. Essa nova sociedade conta com uma classe média cultural mais alargada e modos de produção baseados nas novas tecnologias que alteram profundamente os conceitos de cidade, cultura e turismo.

Os valores formais, sociais e culturais, da antiga cidade tradicional, foram, na segunda metade do século XX, estudados por muitos investigadores (arquitectos, antropólogos, sociólogos urbanistas, psicólogos do ambiente), na Europa e nos Estados Unidos. A razão desse interesse derivava dos males atribuídos aos subúrbios, principalmente no que concerne a monotonia, a inexistência de relações interpessoais e a ausência de identidade (ver ponto 2.3.4). Os

moradores dos bairros periféricos lembraram a espontaneidade das relações de vizinhança, a qualidade do espaço público e a sua função de convívio, a escala humana das construções e exigiram que a sua memória colectiva fosse respeitada, nas áreas mais antigas e nobres das cidades. A área tradicional passou a ser encarada, por muitos, como um exemplo a seguir, em todas as outras zonas da cidade, dando origem a uma nova escola de urbanismo denominada Novo Urbanismo ou Urbanismo Neo-Tradicional (ver pontos 2.3.4 e 3.4.4).

No âmbito do novo paradigma, ainda largamente emergente, a sua índole global, é contrariada por esta tendência para valorizar o património e a cultura e manifesta a determinação das comunidades locais em manterem a sua identidade. A nova sociedade pós-moderna e pós “Fordista” é, pelos motivos evocados, profundamente favorável à regeneração dos centros históricos, embora o grande peso dos processos endógenos, não admita que os resultados sejam claramente positivos em todo o lado.

Nos países do sul, como Portugal, a reabilitação dos bairros tradicionais iniciou-se nos anos 80 (ver ponto 4.2.3.4), como, de um modo geral, ocorreu em toda a Europa (ver ponto 3.4.3). A intervenção dos grupos de defesa do património e líderes de opinião, nessa década, no Algarve, denunciava a incúria a que a zona antiga tinha sido votada. No caso dos centros históricos, ao desleixo, associava-se a inserção de imóveis descontextualizados, de cariz moderno que contribuíram para a sua descaracterização, embora autarquia farense, desde o início da década de 90, tenha vindo a dar grande atenção à reabilitação e salvaguarda dos núcleos históricos de Faro.

Contudo, esta operação tem atingido principalmente os edifícios pertencentes ao estado e às autarquias, com refuncionalização de alguns. O sucesso da recuperação das habitações é ainda relativamente escasso, abrangendo, de um modo geral, os edifícios arrendados enquanto os devolutos e desocupados não têm vindo a ser objecto de acções proeminentes. A especulação imobiliária constitui outro grave impedimento à reabilitação, porque não dá oportunidade, a grupos interessados em residir nos bairros históricos, que têm vindo a aumentar, adquirir habitação própria. Por outro lado, a falta de penalização dos proprietários que não realizam obras de manutenção, nem facilitam a recuperação dos edifícios por novos moradores, que desejam adquirir os edifícios vagos, contribui para a desvalorização e obsolescência do conjunto edificado. A autarquia, por sua vez, não tem sabido introduzir mecanismos, através do sistema de tributação, que favoreçam a reabilitação, em detrimento do crescimento dos subúrbios. O centro histórico transforma-se, por esse motivo, de forma lenta, mas inexorável, num museu sem vida, que acabará por afastar também os turistas, porque estes desejam desenvolver a sua experiência num meio cultural vivo (ver ponto 4.3.3).

7 - Conclusões

7.3 - Mudanças paradigmáticas e novos turistas culturais

A nova classe média cultural resultou, em grande medida, de mais um acto de inclusão da sociedade moderna, ao facilitar o acesso ao ensino, nomeadamente ao superior e à fruição cultural, desta vez com os códigos de decifração necessários, aos filhos das classes menos favorecidas (ver ponto 2.3.2).

O capital cultural das novas gerações aumentou ao ritmo do referido processo de democratização do ensino e da cultura. Em países como o Canadá e os Estados Unidos o processo de inclusão teve início com a geração dos “baby boomers” (nascidos após o fim da II Guerra Mundial), enquanto na Europa decorreu de modo mais lento, abrangendo principalmente as décadas de 80 e 90. No entanto, à medida que este novo grupo foi ganhando importância, a sua influência cresceu, tendo contribuído, de um modo geral, para a mudança das políticas culturais. Como reflexo da sua acção desapareceram as barreiras entre a cultura erudita, a popular e a de massas, e, simultaneamente, a cultura dominante passou a demonstrar mais apreço pelas dominadas (ver ponto 2.3.2). Em termos de turismo, esta alteração teve como consequência maior consideração e interesse pela descoberta da cultura própria dos países visitados, maior capacidade de decifrar as suas particularidades, sem complexos de superioridade ou restrições em relação ao tipo de manifestações a premiar (alta, baixa ou cultura de massas). Os conceitos de cosmopolitismo estético de Urry, de “edudistração” de Richards, a segmentação do turismo cultural de Jansen Verbeke (ver ponto 2.5.1) e o estudo das estratégias de interpretação a utilizar, de acordo com as motivações culturais dos turistas, de Drumond e Yeoman (ver ponto 3.4.6), demonstram, de modo claro, estas novas tendências.

Nos países do sul da Europa, muitos deles sujeitos a longas ditaduras, a cultura era pretexto para o regime propagandar os seus ideais nacionalistas. O caso português é, a este título, exemplar, ao assumir um carácter bucólico e rural, estranho aos valores urbanos, com toda a carga simbólica que essa atitude revela. A democratização do acesso ao ensino e à cultura, em consequência dessa atitude de conservadorismo cultural e social teve início apenas com a revolução democrática, ocorrida na década de 70. Os referidos processos só se conseguiram consolidar-se, na de 80, quando o nosso país aderiu à Comunidade Europeia, (actual União Europeia) devido ao apoio dos fundos comunitários, que permitiram aumentar a escolarização e a participação cultural. A nova definição de cultura, do regime democrático, reconheceu a igualdade dos vários tipos de culturas e fomentou a promoção cultural. O crescimento verificado em Portugal, nas últimas décadas, embora não acompanhe o ritmo do dos países mais desenvolvidos, foi muito grande, se tivermos em conta os baixíssimos níveis de onde se partiu (ver ponto 4.2.3.3).

O aumento da nova classe, a nível internacional, demonstrou que nem todos os seus elementos possuem capital económico porque não descendem, exclusivamente, das classes favorecidas. Embora alguns desempenhem funções muito bem remuneradas, um grande conjunto dedica-se a actividades ligadas às ciências sociais, às artes e às humanidades (são professores, artistas, técnicos de marketing e de turismo, responsáveis por galerias de artes, estudantes ainda não inseridos no mercado de trabalho), cujo denominador comum é o seu elevado capital cultural (ver pontos 2.3.2, 2.4.2 e 3.4.3), sem, contudo, dispor de rendimentos elevados. Os estudos europeus sobre o perfil do turista cultural, nomeadamente, a investigação realizada pela ATLAS que abrangeu a maioria dos países do velho continente, comprovaram a participação da nova classe média. Mais, a pesquisa da ATLAS concluiu que os turistas que se deslocam às estâncias balneares de sol e praia, nas suas férias de Verão, acusam a presença deste grupo, porque metade dos participantes no inquérito a gozar férias nesta zonas, confessaram ter visitado, pelo menos, uma atracção turística, durante a sua permanência, situação que não pode ser ignorada pelas autoridades desses países quer a nível nacional, quer regional ou local (ver ponto 2.5.1).

A nova classe média cultural tem vindo a ser estudada nos países em que a sua dimensão atingiu valores muito elevados. Os investigadores concluíram que uma parte desse grupo demonstrou um enorme respeito pela cidade tradicional e pelos seus valores, que se transformou num verdadeiro culto. Muitos provinham dos subúrbios impessoais das grandes cidades razão pela qual a luta pela reabilitação da cidade antiga se transformou na sua bandeira, expressando assim o repúdio pela cidade moderna. O seu empenhamento na defesa dos bairros antigos tem vindo a ser extremamente visível, através da colaboração nos movimentos de defesa do património, da acção de uma nova geração de urbanistas, arquitectos e políticos, com uma nova visão do planeamento urbano, baseado em conceitos mais democráticos e participativos, com o objectivo de regenerar zona histórica (ver ponto 3.2). Um conjunto apreciável escolheu a cidade antiga, na qual tinha fixado a sua própria identificação como grupo social, para residir, como comprovam os estudos sobre o enobrecimento realizados um pouco por todo o lado, embora esse processo tinha produzido alguns impactos menos positivos, analisados no ponto 3.3.3.

No nosso país os estudos sobre geografia da habitação, nomeadamente sobre o perfil dos habitantes das zonas históricas são muito diminutos, embora nos tivesse sido possível constatar que, em Lisboa, os grupos que desejam viver nos bairros mais antigos, embora relativamente reduzidos, devido, principalmente à situação de abandono em que se encontram essa zonas, pertencem à nova classe média cultural (ver ponto 4.2.3.5).

As novas actividades de índole cultural, propiciadas pelo aumento do consumo, e os seus profissionais passaram também a ocupar a cidade velha. As razões desta escolha são múltiplas, embora possamos destacar a origem dos produtores na nova classe média e as

7 - Conclusões

características dos meios criativos localizados, que se dedicam a este tipo de produção. As economias culturais localizadas, muitas instaladas em centros históricos, ganharam uma dimensão notável, no continente europeu, nomeadamente na Grã-Bretanha. Actualmente, raros são os países que não desenvolvem investigações sobre o impacto das artes na economia urbana. O carácter localizado da sua inspiração e especialização constitui uma resposta à globalização. Estes bens e serviços com grande carga simbólica contribuem para a afirmação da imagem da cidade e ajudam a fixar outras actividades, porventura igualmente inovadoras e criativas e transformam os centros das cidades em laboratórios de investigação cultural para o futuro (ver pontos 2.4.2 e 3.6).

Em Portugal os estudos sobre produção cultural em centros históricos, tal como ocorre com as investigações na área da geografia da habitação, são muitíssimo escassos. No entanto, encontrámos alguns que incidiam nos bairros históricos da cidade de Lisboa, que se estende do Chiado ao Bairro Alto, os quais nos deixaram concluir que está em formação espontânea, nesta zona, um bairro cultural (ver ponto 4.2.3.4). Esta constatação permite colocar a hipótese de, à medida que crescer o capital cultural e se fizer sentir a necessidade de incrementar a oferta, outros bairros deste tipo possam vir a formar-se noutras zonas do país.

Desta forma, um número apreciável de membros da nova classe média acabou por fixar residência, abrir as suas empresas de produção, actuar como mediadores da produção cultural realizada nos centros históricos, enquanto quase todos os que se identificam com esse estrato passaram a consumir os bens e serviços criados nessa zona da cidade. O modelo produtivo da cidade burguesa “Hausmaniana” foi, desse modo, apropriado por um grupo muito mais alargado que inclui a pequena burguesia cultural.

A novidade, no domínio do turismo cultural, decorrente da nova realidade social, é o crescimento constante do número de turistas com capital cultural elevado e, conseqüentemente, com maior apetência pelas actividades culturais, mesmo quando esse não constitui a principal motivação da viagem (ver ponto 2.3.1). A inclusão de práticas culturais, nas visitas turísticas, transformou-se num comportamento interiorizado, que constitui um oportunidade muito vantajosa para a regeneração dos centros históricos, designadamente o de Faro, e, em simultâneo facilita a requalificação dos destinos maduros de sol e praia do sul da Europa, nomeadamente o Algarve (ver ponto 4.2.3.6).

O actual modo de produção, baseado no conhecimento e na utilização das novas tecnologias, que comunicam entre si, veio facilitar a satisfação dos gostos e do estilo de vida da nova classe média, que, como afirmámos, possui elevado capital cultural, mas nem toda dispõe de recursos económicos comparáveis. A nova oferta, embora mantenha a estrutura e os preços do pacote (“package”), põe à disposição dos turistas uma gama muito lata de escolhas ao contrário da época moderna, em que estas eram muito restritas (ver ponto 2.5.2). Deste modo,

o conceito de turista cultural, visto como alguém que escolhe como destino as grandes capitais da arte e da cultura europeias, porque detém recursos económicos apreciáveis e elevado capital cultural, advindos da pertença a grupos sociais privilegiados, urge ser reformulado. A cultura, nos nossos dias, não é nem privilégio dos países mais desenvolvidos da Europa, porque as novas metáforas inclusivas exigem o reconhecimento das culturas antes dominadas ou alternativas (como as dos países do sul da Europa), nem se restringe à cultura cultivada (ver ponto 2.3.1). O novo turista cultural revela a posse de elevado capital cultural, de capacidade discriminatória e de descodificação das manifestações culturais que exigem índices elevados de formalização, adquirida por via escolar, sem deixar contudo, de manifestar interesse pelas manifestações de índole popular ou de massas. As novas competências, tanto facilitam o apreço e usufruto das qualidades distintas dos centros históricos e das suas manifestações artísticas mais eruditas, como daquelas que se distinguem pelo seu carácter popular como a gastronomia ou mesmo de massas como o simples gosto por passear, contemplar as montras e adquirir bens e serviços personalizados em estabelecimentos de comércio tradicional (ver ponto 3.5).

7.4 – Novo paradigma e construção da oferta turística dos centros históricos

O processo de regeneração dos centros históricos tem vindo a ser facilitado por uma nova cultura de planeamento que reconhece a importância do envolvimento da comunidade, da formação de parcerias e alianças estratégicas, de modo a alcançar os fins desejados, com o apoio da comunidade residente e empresarial local (ver ponto 2.3.5). No Reino Unido, nos Estados Unidos na Holanda, em França, na ilha de Creta e no Canadá a regeneração dos centros históricos tem vindo a ser realizada através de parcerias entre o sector público e privado (ver ponto 3.2). A dimensão da intervenção estatal face à participação dos privados e vice-versa tem dependido da ideologia do partido no poder, na medida em que os partidos mais liberais apostam na iniciativa privada e os mais intervencionistas defendem uma intervenção do sector público, mais extensiva. Para além da ideologia dos grupos no poder, há ainda que ter em conta a tradição nacional mais (como em França ou no Canadá) ou menos (como na Grã Bretanha e nos Estados Unidos) dependente do estado. A política de regeneração urbana, na Grã-Bretanha tem sido favorecida pela criação das “UCD’s” (“Urban Development Corporations”). Estas corporações permitiram transferir para o sector privado grande parte da responsabilidade da concretização da regeneração urbana. As iniciativas desenvolvidas ao longo dos anos 80 e 90, denominadas “City Challenge”, “English Partner’ships”, “City Pride” e “Single Urban Budget” asseguravam, por seu turno, a utilização dos recursos de forma estratégica, proporcionavam um enquadramento sistemático e uma abordagem integrada. Todos estes programas reconheciam o interesse do turismo na prossecução dos objectivos a que se propunham. Logo em 1988, um estudo de avaliação dos impactos produzidos pelo turismo nos programas de regeneração dos centros históricos, revelava o seu carácter

7 - Conclusões

altamente favorável, em termos de emprego, de geração de riqueza e recuperação ou construção de equipamentos culturais (ver ponto 3.2).

Law, o primeiro académico da área dos estudos turísticos a dedicar a sua atenção à relação entre turismo e regeneração urbana, sublinhava o contributo directo do turismo nos mesmos termos do supracitado documento, embora reconhecesse que os seus benefícios eram muito mais amplos, nomeadamente no que concerne de imagem. Neste domínio, o citado académico, aconselhava a realização de campanhas de marketing que assegurassem a construção de uma imagem apelativa e, simultaneamente, contribuíssem para a construção da identidade local (ver ponto 3.3).

Ao longo das décadas de 80 e 90 a prática do turismo em centros históricos, associou-se às denominadas indústrias ACE (Artes, Cultura e Entretenimento). Na Grã-Bretanha, nesse período, foram criados os “Tourist Development Programs” (“TDP’s”) com o objectivo de incentivar o turismo nos centros históricos em processo de regeneração, apoiando a formação de bairros artísticos e culturais. Os programas mencionados abrangeram, numa primeira fase, cidades como Bristol, Londres, Manchester, Birmingham, Leeds e Leicester. O conjunto de acções a desenvolver, com base nos TDP’s, para favorecer a regeneração urbana através do turismo, dependiam, pela sua complexidade e número de intervenientes, de um compromisso de todos os participantes expresso numa Estratégia para o Turismo que incluía a elaboração de um Plano de Acção. (ver ponto 3.3).

A criação dos bairros culturais tem vindo a revelar-se muito favorável ao agregar o progresso de regeneração do centro histórico à cultura e ao turismo. A União Europeia, embora não possua uma política integrada, neste domínio, tem vindo, desde 1991, a incentivar a formação destes bairros, através dos fundos estruturais regionais, das políticas para o património, para a cultura e para o turismo. A experiência irlandesa, resultante do sucesso na criação do Temple Bar, bairro cultural que faz parte do centro histórico de Dublin, constitui um exemplo paradigmático dessa política. O favorecimento de uma política de desenvolvimento dos bairros históricos, através da cultura e do turismo, não se restringe, porém, ao espaço comunitário, havendo países, como Singapura que apostam, de forma muito incisiva, neste tipo de estratégia (ver ponto 3.6).

A associação harmónica da regeneração dos centros históricos, da cultura e do turismo exige, porém uma intervenção integrada que assegure a compatibilização da regeneração dos centros históricos com o desenvolvimento do turismo, de modo a assegurar que da reposição das funções de diversidade social e de manutenção da identidade (ver ponto 3.4) se processam de modo equilibrado. A colaboração entre os gestores do centro histórico e os técnicos de turismo, parece desempenhar, neste quadro um papel de grande relevo. Existem várias estratégias que, desenvolvidas em conjunto, podem ter um efeito muito benéfico, na

minimização dos impactos negativos e no incremento dos positivos (ver ponto 3.7). O alojamento turístico pode constituir um elemento que favoreça a reutilização de alguns edifícios, a manutenção da diversidade funcional e social, oferecendo, em simultâneo algum cosmopolitismo. As necessidades dos turistas, em termos de alimentação, entretenimento, compras, actividades e produtos culturais ajudam a manter o comércio local e proporcionam uma maior diversidade de oferta à disposição dos residentes, porque muitos dos gostos e estilo de vida dos primeiros são partilhados com os segundos (ver pontos 3.4.3 e 3.5).

As preocupações dos grupos de defesa do património e das associações de residentes, em relação ao desenvolvimento do turismo, nos bairros históricos, centram-se, na maioria dos casos, nos impactos negativos em termos físicos, culturais e sociais que esta actividade pode gerar. No entanto, o aumento do turismo pode ser planeado de modo a prevenir efeitos negativos, mas exige, de novo, a colaboração entre técnicos de turismo e gestores dos centros históricos. O trabalho conjunto permite assegurar uma correcta transformação do património em recurso turístico, um conhecimento profundo dos "clusters" de visita e dos orçamentos temporais dos turistas, de modo definir, com precisão, a cada momento, as técnicas mais adequadas de gestão de fluxos de visitantes que evitam consequências contra-producentes (ver ponto 3.5).

Em síntese, o turismo, desde que devidamente planeado e gerido, proporciona um suporte de grande interesse para a regeneração dos centros históricos através do consumo cultural dos novos turistas.

Depois de termos passado em revista os contributos do modelo teórico desta dissertação para esclarecer as várias mudanças ocorridas que são favoráveis à regeneração dos centros históricos, através dos consumos culturais dos novos turistas, vamos ater apenas aos resultados da nossa pesquisa que tentou aferir a hipótese dos consumos culturais dos turistas de sol e praia que visitaram a capital do Algarve, no Verão de 2001, serem favoráveis à regeneração do centro histórico de Faro e propiciarem a requalificação do turismo balnear regional, em fase de maturidade.

7.5 – Consequências da mudança de paradigma para a requalificação do turismo de sol e praia algarvio e para a regeneração do centro histórico de Faro

O turismo tem vindo a contribuir, desde a década de 60, para o desenvolvimento da região algarvia, apesar dos erros cometidos ao longo das décadas de 70 e 80, que derivaram do modelo de produção turística e do tipo de ocupação do litoral modernista "Fordista" (2.5.3). No Algarve, a estas desvantagens, adicionaram-se outras, típicas dos países do sul da Europa, que resultaram da urbanização anárquica, por vezes clandestina, e da dificuldade em implementar o planeamento efectuado. Com efeito, embora se tinham concretizado alguns

7 - Conclusões

instrumentos de regulação e ordenamento do turismo, nomeadamente através da elaboração do Ante-plano Regional do Algarve e do Plano de Valorização Turística do Algarve - Estudo Preliminar, para além de uma série de ante-planos e planos para muitas localidades, nomeadamente para as praias que incluíram Faro, Lagoa, Lagos, Monchique, Olhão, Portimão, Praia de Quarteira, Praia do Ancão, Praia de Armação de Pêra, Praia de Monte Gordo, Praia de Tavira e Vila do Bispo, não foi possível assegurar a sua execução para evitar o crescimento descontrolado da ocupação dos solos (ver ponto 4.2.1 e 4.2.2)

No início da década de 90 realizou-se o primeiro balanço dos impactos negativos produzidos pelo turismo. O rigor colocado na análise e na reflexão desenvolvida, com o fim de encontrar as melhores soluções para contrariar as referidas consequências, que envolveu técnicos, investigadores, políticos e organizações regionais e locais do sector, na elaboração do Plano Regional de Turismo do Algarve (PRTA) parecia pronunciar a formação de uma ampla plataforma para a acção, de modo a requalificar o turismo regional. No entanto, em 2001, quando foi feito o balanço crítico das acções propostas no PRTA, verificou-se que tal como tinha acontecido com os planos de ordenamento da década de 60, poucas das intervenções previstas tinham sido concluídas (ver ponto 4.2.3.6).

Os responsáveis pelo turismo no Algarve têm vindo a desenvolver estratégias de diversificação turística, face aos novos gostos da procura e simultaneamente, diligenciado no sentido de desconcentrar temporal e espacialmente os visitantes para tornar a actividade mais sustentável (embora o sucesso desta tentativa esteja ainda por estabelecer), sem contudo, darem grande atenção ao papel do turismo cultural em centros históricos (ver ponto 4.2.3.6).

Os documentos de planeamento da capital regional, têm, contudo, vindo a assinalar o interesse do aumento do turismo cultural, para o desenvolvimento da cidade, principalmente do seu centro histórico. O Plano Estratégico de Faro que se tem vindo a revelar um documento fundamental para a nossa pesquisa, como já afirmámos, asseverava que a regeneração do centro histórico dependia da cultura e do turismo, embora o dito documento não contemplasse nenhuma aliança coerente para a prossecução desse objectivo (ver ponto 4.2.3.6).

Os resultados da pesquisa empírica efectuada, com base nos inquéritos aplicados aos turistas, foram muito animadores no que concerne a relação favorável entre a regeneração do centro histórico a cultura e o turismo, na medida que comprovaram a presença em Faro, nos meses de Julho, Agosto e Setembro dos novos turistas culturais (ver ponto 6.2.1). Os respondentes possuíam um perfil capaz de apoiar a regeneração do centro histórico de Faro através da cultura. Ao confirmarem a importância da visita realizada à capital regional, para o enriquecimento da sua estadia no Algarve, demonstraram ainda que o centro histórico de Faro pode contribuir para requalificar a oferta turística da região (ver ponto 6.1.4). Embora, nem todos os inquiridos invoquem uma razão cultural para visitar o Algarve, apenas 13, dos 391

inquiridos, admitiam que a sua vinda à cidade não tinha por objectivo práticas desta natureza. Este facto vem reforçar os argumentos utilizados, a favor da importância dos recursos culturais, na diversificação da oferta de sol e praia (ver ponto 6.2.5).

Os turistas culturais que visitaram Faro possuíam um elevado capital cultural, comprovaram possuir uma capacidade de apreço das qualidades da cidade antiga notável (quer através dos resultados das perguntas abertas, quer das fechadas; ver pontos 6.2.3 e 6.2.7), manifestaram acentuados interesses culturais, sem estabelecer diferenças entre alta e baixa cultura e expressaram, sem dificuldade, o seu conceito de centro histórico ideal para práticas culturais, revelando, assim, a sua condição de nova classe média cultural (ver ponto 6.2.1 e 6.2.3). Os respondentes não esconderam a estima pelo centro histórico, o seu desejo de regressar e de aconselhar a visita a outras pessoas (ver ponto 6.2.4).

O número de cidadãos farenses com perfil de nova classe média cultural aumentou situação para a qual muito tem contribuído a presença da Universidade do Algarve na capital da região. Alguns dos cursos ministrados incidem em áreas disciplinares e do saber necessárias à promoção do turismo do património, do design, da comunicação social e deseja-se abrir uma vertente de formação na área das artes. Esta nova conjuntura favorece o aumento da produção e do consumo cultural local. (ver ponto 4.2.2.3). Os visitantes surgem como um suporte da produção cultural local, anuindo ao crescimento e à diversificação da oferta numa região em que, embora se tenha registado uma subida acentuada da procura cultural, o número de participantes ainda é relativamente reduzido, em comparação com a média da união europeia. Em simultâneo, os visitantes estavam a incitar ao aparecimento de um maior número de produtores culturais e auxiliando à criação de emprego num sector estratégico para o incremento da sociedade do conhecimento em Portugal.

Os resultados do inquérito realizado às instituições, empresas e associações, sedeadas na capital do Algarve, com interesses na regeneração do centro histórico, no desenvolvimento económico, cultural, turístico e às associações representantes da comunidade fareNSE revelaram, por sua vez, o grande interesse que atribuíam ao turismo como suporte da regeneração dos bairros antigos de Faro (ver ponto 6.3.6), através do incremento da produção cultural, não tendo sido encontradas diferenças estatísticas significativas, entre os grupos, em relação a qualquer dos temas em avaliação (ver ponto.6.3.9).

Os representantes da comunidade fareNSE, que responderam ao questionário, evidenciavam uma percepção muito precisa dos problemas do centro histórico da cidade e das soluções que contribuiriam para superar esses obstáculos (ver pontos 6.3.2, 6.3.3, 6.3.4 e 6.3.5). Reconheciam os problemas sociais, admitiam que uma das primeiras estratégias a adoptar, para evitar a degradação do centro histórico passava pela promoção do interesse pela regeneração, cuja responsabilidade atribuíam à autarquia. Essas estratégias podiam incluir a

7 - Conclusões

introdução de novas formas arquitectónicas, desde que se inserissem no conjunto urbano embora exigissem uma nova gestão de tráfego. Os inquiridos reconheciam a importância da presença de instituições e centros de produção cultural, como forma mais auspiciosa de propiciar a evolução positiva das actividades económicas da cidade antiga, melhorar a qualidade de vida dos residentes e favorecer o turismo. Esta actividade era, contudo, na opinião dos inquiridos, obrigada a respeitar a identidade do local. Desde que honrasse este compromisso, as consequências eram vistas de forma positiva porque ajudavam a rentabilizar edifícios e equipamentos e a divulgar os produtos culturais locais. Pelo seu papel positivo na evolução da zona histórica os inquiridos reconheciam a necessidade de incrementar o turismo, com base numa política de suporte ao investimento no sector, e numa estratégia de desenvolvimento do produto alicerçada numa oferta de elevada qualidade (ver pontos 6.3.6, 6.3.7).

A esmagadora maioria dos inquiridos evidenciava, igualmente, um grande interesse em participar na determinação de uma estratégia que permitisse atingir esse fim, embora reconhecessem uma série de resistências à sua prossecução devidas à falta de vontade política, à ausência de estratégia, à escassez de recursos humanos, à carência de financiamento, ao excesso de burocracia, à dificuldade de articulação entre órgãos e instituições públicas e privadas, à diminuta experiência na criação e manutenção de parcerias, à pouca sensibilização e envolvimento dos residentes, à ausência de interesse dos residentes, e à falta de qualidade e debilidade das infra-estruturas culturais e hoteleiras (ver ponto 6.3.8). As dificuldades inventariadas, não diminuía a vontade de cooperar (ver ponto 6.3.7), não apenas pelos benefícios que possa trazer para a instituição a que pertenciam, mas também, porque reconheciam possuir uma experiência importante para a prossecução do objectivo comum, ou ainda porque valorizam a interacção dos contributos dos vários participantes. Estas afirmações revelam-se claramente favoráveis ao sucesso da aliança, apesar das contrariedades a superar.

Algumas das dificuldades mencionadas prendem-se, quanto a nós, com a necessidade de se criar uma nova cultura de planeamento, mais consentânea com os imperativos de participação dos residentes e de criação de grupos de interesses locais suficientemente fortes, empenhados e independentes, dispostos a trabalhar em conjunto, de modo a poderem determinar o seu destino (ver pontos 2.3.5 e 4.2.3.3. 3.4.).

O cruzamento dos resultados dos questionários aplicados aos gestores farenses e dos inquéritos realizados aos turistas, sobre a avaliação da imagem de Faro e o acolhimento e interpretação a utilizar, perguntas que foram colocadas com a mesma formulação, revelaram também a compatibilidade de interesses entre oferta e procura (ver ponto 6.4.1).

A primeira questão testemunhava uma maior exigência dos representantes da comunidade farenses consultados, em relação aos turistas. Essa diferença pode ser muito favorável à salvaguarda e reabilitação do património da cidade, assegurando, deste modo a manutenção de uma elevada capacidade de atrair visitantes. A segunda, por sua vez, testemunhava que, a percepção dos gestores consultados, quanto à interpretação a introduzir no centro histórico, não corresponde inteiramente às necessidades dos novos turistas culturais, abrangidos pela nossa pesquisa. Os visitantes demonstram um maior grau de exigência expresso num acompanhamento mais personalizado feito por profissionais de informação turística.

A comparação entre a oferta e a procura, sem recurso a testes estatísticos, demonstrou que as aspirações dos responsáveis farenses, para o futuro desenvolvimento equilibrado do centro histórico se harmonizam com as qualidades de um centro histórico ideal para as suas práticas culturais dos turistas inquiridos. Acresce ainda que os benefícios esperados pelos gestores farenses, em consequência do desenvolvimento do turismo no centro histórico de Faro, ligam-se com a produção cultural, a reutilização de edifícios, a revitalização do comércio tradicional e melhoria da imagem da cidade, dimensões que os visitantes através das suas escolhas, demonstraram corroborar (ver ponto 6.4.2). Parece-nos, pelos motivos evocados, que, se for possível ultrapassar os obstáculos detectados, nada impede a criação de um bairro cultural, no centro histórico de Faro

7.6 - Reflexão crítica a propósito da investigação realizada

A nova aliança estratégica, para conseguir desenvolver a sua acção, necessitaria dispor de um conjunto de indicadores que revelem a qualidade da interacção entre a regeneração do centro histórico de Faro, através da cultura e do turismo. O quadro 3.0.1, que transportámos para esta etapa da nossa pesquisa, constitui o nosso contributo para a construção de um modelo de avaliação, que no futuro, venha a ser melhorado e quantificado. Deste modo, em qualquer momento, os parceiros disporiam de informação actualizada sobre a evolução das dinâmicas interactivas (ver quadro 7.1) A defesa do modelo dá início a uma reflexão crítica sobre a investigação realizada, porque evidencia a complexidade das interacções entre regeneração do centro histórico, cultura e turismo e demonstra muitas das dificuldades com que nos confrontámos, obstáculos que, por seu turno, revelam as limitações da pesquisa.

7 - Conclusões

Quadro 7.1- Modelo interacção entre regeneração do centro histórico de Faro e o turismo

Regeneração dos centros históricos	Desenvolvimento do turismo cultural
<p><u>Modelo de Regeneração</u></p> <p>Tipo de planeamento escolhido (estatal, ou parceria entre o sector público e o privado).</p> <p>Influência da ideologia dominante (intervenções de índole liberal ou de cariz social).</p> <p>Modelo de regeneração seguido (liderado pela reposição da imagem, pela cultura ou pelo turismo).</p>	<p><u>Modelo de desenvolvimento do turismo</u></p> <p>Tipo de planeamento turístico (centrado no estado ou em parcerias).</p> <p>Influência da ideologia dominante (intervencionismo, papel facilitador, não intervencionista).</p> <p>Importância atribuída aos recursos culturais Urbanos.</p> <p>Conhecimento dos novos modelos de procura turística.</p>
<p><u>Processo de regeneração do centro histórico</u></p> <p>Relação entre a reposição da diversidade funcional e da preservação da identidade do local.</p> <p>Intervenções para diversificar a economia local.</p> <p>Intervenções para diversificar a função residencial.</p> <p>Normas de preservação e salvaguarda do património do centro histórico.</p> <p>Tipo de interpretação do centro histórico adoptado.</p> <p>Normas de gestão do trânsito.</p>	<p><u>Processo de desenvolvimento do produto turístico cultural</u></p> <p>Regras de transformação do património em atracção turística.</p> <p>Desenvolvimento do complexo ACE, (Artes, Cultura e Entretenimento) e sua função como atracção turística.</p> <p>Conhecimento do modo de formação dos "clusters" turísticos (atracções e outros serviços).</p> <p>Conhecimentos da forma como os turistas gerem os seus orçamentos temporais de visita ("tourists' time budgets").</p>
<p><u>Processo de formação dos bairros culturais em centros históricos</u></p> <p>Objectivos da política comum europeia para a cultura, para o turismo e para o desenvolvimento regional.</p> <p>Objectivos da política regional e local para a cultura, para o turismo e para o desenvolvimento regional.</p> <p>Objectivos da criação do bairro cultural (vacionado para a cultura ou para o turismo).</p> <p>Modelo de planeamento e gestão do bairro cultural.</p>	<p><u>Gestão de fluxos turísticos no centro histórico</u></p> <p>Intervenções ao nível do volume.</p> <p>Intervenções ao nível dos impactos.</p> <p>Regulação da frequência.</p>

Em primeiro lugar quer o modelo de regeneração do centro histórico (no sentido que descrevemos no ponto 3.2), quer o de desenvolvimento turístico de Faro estão por definir. O Plano Estratégico, como se disse, aponta claramente para a adopção de táticas que

possibilitem a realização desses objectivos, mas não esclarece como serão definidas. O processo de regeneração do centro histórico, não tem sido implementado de forma integrada. A autarquia não tem desenvolvido políticas que estimulem a reabilitação do parque habitacional do centro histórico e desincentivem o crescimento irracional das periferias. O controle da especulação imobiliária também não tem merecido qualquer consideração, nem sequer a criação de instrumentos, que facultem a punição dos proprietários negligentes na manutenção, obrigatória, por lei, dos edifícios. Por outro lado muitas destas acções são ainda determinadas pelos poderes públicos centrais, especialmente as verbas a atribuir para fomentar a reabilitação. A actuação conjunta e integrada do poder nacional e local tem um papel decisivo nas intervenções necessárias, nomeadamente, as que se prendem com a reposição da diversidade funcional e a manutenção da variedade social.

A produção cultural, apesar dos esforços das várias associações que se dedicam a promover esta actividade, é reduzida e muito dependente da autarquia. A falta de equipamentos culturais ainda se faz sentir de forma muito acentuada. Basta, porventura referir que a cidade ainda não dispõe de uma sala de espectáculos consentânea com a complexidade da produção actual, nem com as dimensões necessárias para a realização de eventos com maior participação. Nem sequer dispõe de uma casa das artes, um centro de produção, exposição e venda de produtos culturais, embora disponha de muitos edifícios que podiam ser reabilitados com esse fim. As autarquias, nomeadamente os gestores culturais da região ainda têm uma percepção muito fordista da cultura, ao acreditar que o contacto regular com as obras de arte, contribui para a constituição da procura. Não conhecem os públicos, com raras excepções, como a estudo em que nos baseámos para redigir ponto 4.3.3.3, motivo que os impede de saber se a produção se harmoniza com os desejos dos consumidores.

O método de desenvolvimento de um produto cultural, para o centro histórico está ainda menos definido do que qualquer outro. Os documentos que resultaram da avaliação do Plano Regional de Turismo do Algarve e deram origem ao novo plano de acção denominado “PRTA anos 2000”, todos referem a importância da regeneração dos centros históricos para a diversificação e requalificação do turismo algarvio, embora, a citada afirmação não tenha tido, por enquanto, qualquer consequência prática. Sobre o processo de formação de bairros culturais, que tanto sucesso tem conhecido, noutros países, como a Grã-Bretanha e a Irlanda, pouco ou nada se sabe. Não se conhece o perfil, as motivações e as necessidades culturais dos turistas que visitam o centro histórico da capital algarvia, sendo a nossa pesquisa o primeiro estudo que aborda este tema. Este desconhecimento impede o estudo dos “clusters” de visita, dos orçamentos temporais e a definição de estratégias de gestão de fluxos turísticos.

Pelos motivos evocados, a nossa investigação não passa de uma primeira sondagem, com o objectivo de aferir a validade do problema da pesquisa, ou seja, se a reabilitação do centro histórico e Faro e a requalificação do turismo de sol e praia são processos que se podem apoiar mutuamente com base nos consumos realizados pelos novos turistas culturais que

7 - Conclusões

visitam a cidade. Apesar dos resultados demonstrarem que essa relação existe, falta assegurar a resolução de muitos problemas cruciais, alguns deles mencionados nos parágrafos anteriores, para avaliar as hipóteses de sucesso de um programa integrado que despoletasse um processo de regeneração do centro histórico através da cultura.

As considerações tecidas tiveram uma influência determinante, na maneira como nos questionamos sobre o nosso processo de investigação. Será que se iniciássemos hoje a elaboração desta dissertação teríamos utilizado critérios diferentes? Em certos aspectos diríamos que sim, noutros não.

Em defesa do sim, argumentaríamos que esta questão, no nosso país, alcançou uma nova dimensão à medida que os académicos, os políticos e os técnicos interiorizam as alterações introduzidas pela mudança de paradigma e a sua influência no destino dos centros históricos. O número de investigadores que, em Portugal, dedicam a sua atenção a esta problemática aumentou e a quantidade de intervenções que se programam teriam, por certo, impactos nas nossas opções porque gerariam ideias, novas perspectivas, outros ângulos de análise. Em favor do não, arguiríamos serem ainda pouco numerosos os investigadores que analisam, de forma holística, o problema a que nos dedicámos, ao longo dos últimos três anos. Os estudos defendem a importância da salvaguarda do património dos centros históricos, pela sua capacidade de seduzir os turistas, mas ignoram a evolução das práticas culturais, desconhecem o perfil da nova classe média cultural, as suas necessidades e comportamentos quando visitam os centros históricos dos países receptores. Mencionam a importância do turismo na refuncionalização dos centros históricos, mas ignoram a aferição da compatibilidade entre as necessidades culturais dos visitantes e as aspirações dos que habitam e trabalham as suas empresas nessa zona.

Pelos motivos evocados continuaríamos a necessitar comprovar, em termos teóricos, que as alterações registadas, nos centros históricos, em função da mudança de paradigma, favorecem a conformidade de gostos e estilos de vida entre turistas e residentes, situação que exigiria a manutenção de um leque alargado de temas e a conservação da visão pragmática adoptada.

As restrições de qualquer pesquisa, são, porém, as pistas, que se deixam a outros investigadores, dispostos a viver a fascinante aventura de buscar respostas para enigmas por esclarecer e contribuir para a inserção de mais um pequeno sinal, no livro, incessantemente refeito, que descreve a evolução do conhecimento científico.

8 - Referências Bibliográficas

- A A, 1977, “A criação da Região do Algarve”, **Folha de Domingo**, 23/04
- A A, 1986, “A crescente evolução de Faro”, **Jornal do Algarve**, 27/3
- A. A., 1959, “A inauguração oficial do Hotel Ritz ficou assinalada com um banquete em que proferiam discursos o ministro da Presidência e o sr Queirós Pereira, **Diário Popular**, 25/1
- A.A., 1953, “A propósito do novo hotel de Lisboa”, **Arquitectura**, 47, Junho
- A.A., 1929, “As Grandes iniciativas. Vai ser construído dentro em breve o Palace Hotel de Lisboa”, **Diário de Lisboa**, 3/5
- A A, 1968, “A TAP é um dos motores do turismo no Algarve”, **O Algarve**, 18/02
- A A., 1975, “A Universidade do Algarve”, **Folha de Domingo**, 1/3
- A A, 1986, “As zonas verdes de Faro”, **Jornal do Algarve**, 27/3
- A.A., 1955 “Começaram as obras preliminares para a construção do novo hotel em frente do parque Eduardo VII”, **Diário de Lisboa**, 8/3
- A A, 2002, “Cultura Viva no Algarve”, **O Algarve**, 9/5
- A A, “Discussão do Decreto-lei sobre a criação da Região do Algarve”, **A Folha de Domingo**, 12/2
- A.A., 1938 “Ecos, Notícias e Comentários. Arranha-Céus” **A arquitectura Portuguesa e Cerâmica da Edificação**, 37, pp. 18
- A A, 2001 “Entrevista com Leonor Coutinho. Secretária de Estado da Habitação”, **EXPONORNEWS**, Outubro, pp. 3-4
- A.A., 1938, “Foi assinada a escritura da venda à Companhia de Gás dos terrenos Sabrosa na Rotunda, **Diário de Lisboa**, 25/1
- A A, 1970, “Foram Inaugurados em Faro os Transportes Urbanos e uma Modelar Estação Rodoviária”, **O Algarve**, 4/1
- A.A., 2002, “Fundo será vital para a Baixa Pombalina” **Jornal do Imobiliário**, Junho

8 - Referências Bibliográficas

A.A., 1890, **Gazetta dos Caminhos de Ferro**, pp. 179-187, 11/6

A. A., 2002, “Governo vai criar programa único para recuperar cidades” **Mercado Imobiliário**, 20/11

A. A, 2001, “Habitação em Lisboa com Pouco Incentivos aos Jovens”, **Público**, 26/1

A A, 1965, “Inauguração do Aeroporto de Faro”, **Jornal do Algarve**, 17/7

A.A., 1936; “Inaugurou-se esta tarde o Hotel Vitória”, **Diário de Lisboa**, 1/7

A.A., 1923, “Lisboa Moderna. O Parque Eduardo VII: O projecto que foi entregue à Câmara”, **Diário de Lisboa**, 9/7

A. A, 1967, “Melhoramentos na Igreja de S. Francisco e Inauguração do Respectivo Museu”, **O Algarve**, 15/10

A A, 1970, “Num só dia foram Movimento dos no Aeroporto de Faro cerca de 1850 Passageiros”, **O Algarve**, 5/4

A.A., 1890, “Número comemorativo da Inauguração da Estação Central do Rocio e Linha Urbana de Lisboa”, **Gazetta dos Caminhos de Ferro**, 11/6, pp. 179-187

A.A., 1955, “No Palácio Foz foram hoje expostas a Estátua de Diogo Cão e a maqueta do novo hotel do Parque Eduardo VII” **Diário de Lisboa**, 20/1

A. A., 1892, “O anexo da Central do Rossio. A abertura do Grande Hotel Internacional”, **Diário Ilustrado**, 10/10, pp.1

A.A., 1922, “O caso da Semana. O Grande Hotel no Castelo de S.Jorge”, **A.B.C.**, 24/8

A.A., 1955, “O Hotel que vai ser erguido perto do Parque Eduardo VII, será um magnífico edifício de 300 quartos rodeado de belos terraços e jardins” **Diário de Lisboa**, 19/1

A.A., 1922, O Hotel Ulisses ou o Casino do Castelo de S. Jorge”, **Diário de Lisboa**, 27/7

A A, 1964, “O Plano de Valorização Turística do Algarve. Para já prevista a construção de 30 estabelecimentos hoteleiros com 3.200 quartos”, **O Comércio de Portimão**, 7/6

A.A., 1929 “O que há sobre a construção do grande hotel no Parque Eduarado VII”, **Diário de Lisboa**, 4/1

O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro

- A.A., 1929, "Place Hotel de Lisboa. Carta de Alexandre de Almeida", **Novidades**, 24/1
- A.A., 1930, "Um Grande Hotel em Lisboa. O Sr. Alexandre de Almeida tomou posse hoje do Palácio Sabrosa", **Diário de Lisboa**, 1/7
- A.A., 1940, "Um arranha-céus para Lisboa. Vai-se construir a Casa do Império que terá 26 andares e estará pronta em 1940", **Diário de Lisboa**, 23/6
- A.A., 1919, "Uma iniciativa gorada. Hotel em S. Pedro de Alcântara", **Revista de Turismo**, 5/5
- A A; 1970, "Quadruplicou em Relação a 1969 o movimento do Aeroporto de Faro", **O Algarve**, 5/4
- A.A., 2002, "Reabilitação urbana em destaque", **Público**, 22/11
- A.A., 2002, "Recuperação de edifícios vai ficar sujeita a um só programa", **Público**, 24/11
- A A, 1969, "Sherazade" uma "Boite" de Distinção no Hotel Eva em Faro, **O Algarve**, 8/6
- A A, 1969 "Turistas no Algarve" **O Algarve**, 1/6
- A A, 1967, "Vai ser Restaurado o Teatro Lethes de Faro", **O Algarve**, 9/4
- Abreu, A., 2002, "Perigo da reabilitação dos bairros históricos", **Público**, 26/11
- Adorno, T., e Horkheimer, M., 1944, "The Culture Industry as Mass Deception, from Dialectic of Enlightenment" in Miles, M., Hall, T., Borden, I., 2000, **The City Cultures Reader**, Routledge, London
- Agarwal, S., 1994, "The resort life cycle revisited: Implications for resorts", in Cooper, C., e Lockwood, A, **Progress in Tourism Recreation and Hospitality Management**, Wiley, Chichester, Vol 5, pp. 194-207
- Agarwal, S., 1997, "The resort cycle and seaside tourism", **Tourism Management**, 18, (2), 65-74
- Agarwal, S., 1999, "Restructuring and local economic development: implications for seaside resort regeneration in the Southwest Britain", **Tourism Management**, 20, pp. 511-522
- Agarwal, S., 2001, "Restructuring seaside tourism: The resort Lifecycle", **Annals of Tourism Research**, 29, (1), pp. 25-55
- Agência de Desenvolvimento Económico de Faro, AMBIFARO, 2001, **Faro. Cidade de Oportunidades**, Ambifaro, Faro

8 - Referências Bibliográficas

Agenda 21, 1992, UNDE; Rio de Janeiro

Aguiar, J., Cabrita A., e Appleton, J., 1997, **Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais**, DGOT/LNEC, Lisboa

Airoidi, A., Janetti, G. B., Gambarella, A. e Senn, L., (1997), "Impact of Urban Structures on the location of Producer Services", **The Service Industries Journal**, 17, (1), pp. 91-113

Aitchison, C., MacLeod, E., Shaw, S., 2000, **Leisure and Tourism Landscapes. Social and Cultural Geographies**, Routledge, London

Akis, S., Peristianis, N., e Warner, J., 1996, "Residents' attitudes to tourism development: The case of Cyprus", **Tourism Management**, 17 (7), pp. 481-494

Albarelo, L., 1997, "Recolha e tratamentos quantitativos dos dados dos inquéritos", Albarelo, L., Digneffe, F., Hiernaux, J., Mary, D., e Saint-Georges, P., **Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais**, Gradiva, Lisboa, 1ª edição 1995, pp. 48-83

Alberti, L. B., 1955, **Ten Books of Architecture**, VIII book, Tiranti, London

Albertsen, N., 1988, "Postmodernism, Postfordism, and the critical social theory", **Environment and Planning D**, nº 6, pp. 339-365

Albino, J., e Silva, J., 1991, "Algarve – Crescimento turístico e estruturação do espaço regional", **Sociedade e Território**, 13, pp. 22-33

Alexander, C., 1977, **A Pattern Language: Towns, Buildings, Constructions**, Oxford University Press, New York

Allen, L., Long, P., Perdue, R., 1988, "The Impact of Tourism Development on Residents' Perceptions of Community Life", **Journal of Travel Research**, 27, (1), pp. 16-21

Allmendinger, P., Tewdwr-Jones, M., 2000, "New Labour, New Planning? The Trajectory of Planning in Blair's Britain", **Urban Studies**, 37, (8)

Almanach Comercial de Lisboa – 1884, 1889, 1892

Almeida, J., e Pinto, J., 1995, **A investigação em Ciências Sociais**, Editorial Presença, Lisboa, 5ª edição

Almeida, J., Capucha, L., Costa, A., Machado, L., Torres, A., 2000, "A Sociedade", in Reis, A., (coord.) **Portugal anos 2000, Retrato de um País em mudança**, Círculo de Leitores e Comissariado de Portugal para a Expo 2000 Hannover, Círculo de Leitores, Rio de Mouro

Alonzo, M, 1976, "Uma nova Cultura", **Folha de Domingo**, 13/11

Amendola, G., 1998, **Culture and neighbourhoods. Perspectives and keywords**, Council of Europe Publishing, Strasbourg

Amin, a., 1991, "A model of small firm in Italy", in Goodman, E., Bamford, J., e Saynor, P., **Small Firms and Industrial Districts in Italy**, Routledge, London

Amin, A., e Robbins, K., 1990, "The re-emergence of regional economics? The mythical geography of flexible accumulation", **Environment and Planning D Society and Space**, 8, pp. 7-34

Anderec. K., e Vogt, C., 2000, "The Relationship between Residents' Attitudes toward Tourism and Tourism Development Options", **Journal of Travel Research**, 39, pp. 27-36

Anderson, N., Meaton, J., Potter, C., 1994, Public participation – An approach using aerial photography at Ashford, Kent," **Town Planning Review**, 65, (1), pp. 41-59

Anderson, K., 1998, "Cultural Hegemony and Planning Process in Chinatown, Vancouver, 1880-1980", **Society and Space**, (6,) pp. 127-149

Andrews, M., 1990, **The Search of Picturesque**, Scoler Press, Aldershot, 1ª edição, 1989

Angus, I., e Jhally, S., 1989, (eds) **Cultural Politics in Contemporary America**, Routledge, London, pp. 1-17

Aniello, V., 2001, "The competitive Mezzogiorno, (southern Italy): Some Evidence from the clothing and Textile Industry in San Giuseppe Vesuviano", **International Journal of Urban and Regional Research**, 25, (3) pp. 517-536

Antunes, L., 1999, "Das Artes e Ofícios Tradicionais: Contributos para o estudo do enquadramento legal", **Publicação Periódica do Observatório da Cultura**, 6, pp. 17-22

Antunes, L., 1997, "Contributo para a percepção jurídico cultural do centro histórico", **Revista Jurídica do Urbanismo e Ambiente**, Coimbra, Instituto do Urbanismo e do Ambiente, (7), Junho, pp.76-83

Anuário Comercial de Lisboa, 1909 e 1913

Anuário Estatístico. Região Algarve, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001 INE, Faro;

Ap, J., e Crompton, J., 1993, "Residents' Strategies for Responding to Tourism Impacts", **Journal of Travel Research**, 19, (4), pp. 665-690

8 - Referências Bibliográficas

Ap, J., e Crompton, J., 1998, "Developing and Testing a Tourism Impact Scale", **Journal of Travel Research**, 37, August, pp. 27-36

Apostolopoulos, Y., Sonmez, S., 2001, "Greek tourism on the brink. Restructuring or stagnation and decline?", in Apostolopoulos, Y., Loukissas, P., e Leontidou, L., **Mediterranean Tourism. Facets of socio-economic and cultural change**, Routledge, London, pp.72-88

Apostolopoulos, Y., Sonmez, S., 2001, "Restructing and strategic alliances in Mediterranean tourism", in. Apostolopoulos, Y., Loukissas, P., e Leontidou, L., **Mediterranean Tourism. Facets of socio-economic and cultural change**, Routledge, London, pp.283-290

Apostolopoulos, Y., Sonmez, S., Leontidou, L., 2001, "Tourism Development and Change in the Mediterranean" in Apostolopoulos, Y., Loukissas P., e Leontidou, L., **Mediterranean Tourism. Facets of socio-economic and cultural change**, Routledge, London, pp.3-15

Appleyard, D., 1976, "Liveable urban streets: Managing auto traffic in neighbourhoods", US Government Printing, Washington, D.C. in Zube, E., 1992, **Environmental Evaluation. Perception and Public Policy**, Cambridge University Press, Cambridge, 1ª Edição, 1980,

Appleyard, D., (ed), 1979, **The Conservation of European Cities**, Cambridge MA. MIT, Press

Araújo, N., s.d., **Peregrinações em Lisboa**, livro XII, Parceria AM Pereira, Lisboa

Archer, B., 1972, "The Primary and Secondary Beneficiaries of Tourism Spending", **Tourist Review**, 27, pp. 42-45

Archer, B. e Cooper, C., 1994, "The positive and negative impacts of tourism", in Theobald, W., (ed), **Global Tourism. The Next Decade**, Butterworth-Heinemann, Oxford

Arendt, H., 1958, **The Human Condition**, University of Chicago Press, Chicago

Arnheim, R., 1988, **A Dinâmica da Forma Arquitectónica**, Editorial Presença, 1ª edição inglesa 1977

Artibise A., e Stelter G., 1979, (eds) **The Usable Urban Past** Mac Millan, London

Ashword, G., 1989, "Urban Tourism: An imbalance in attention", Cooper, C., (ed), **Progress in Tourism, Recreation and Hospitality Management**, Belhaven Press, London, pp. 33-53

Ashworth, G., 1990, "The Historic Cities of Groningen: which is sold to whom?" in Ashworth G., e Goodall, B., **Marketing Tourism Places**, Routledge, London, pp.138-155

Ashworth, G., 1992, "Tourism Policy and planning for quality urban environment. The case of heritage", in Briassoulis, H., e van der Straaten, J., **Tourism and the Environment. Regional, Economic and Policy Issues**, Kluwer, Dordrecht

Ashworth, G., 1992, "Planning for Sustainable tourism" **Town Planning Review**, 63, (3), p.p. 325-331

Ashworth, G., 1994, "From History to Heritage. From Heritage to Identity: in search of concepts and models", in Ashworth, G., e arkham, P., **Building a new Heritage. Tourism, Culture and Identity in the New Europe**, Routledge, London, p.p. 13-3

Ashworth, G. 1995, "Marketing The Historic City For Tourism", in Goodal, B., Ashworth, G., **Marketing in the Tourism Industry. The promotion of destination regions**, Routledge, London, 1ª edição 1988, pp.162-174

Ashworth, G., 1995, "Managing the Cultural Tourist", in Ashworth, G., e Dietvorst, A, (eds), **Tourism and Spatial Transformations Implications**, CAB International, London, pp.265-283

Ashworth, G., e Turnbridge, J., 1990, **The tourist historic City**, Belhaven, London

Ashworth, G., e Voogd, H., 1990, **Selling the City**, Belhaven, London

Ashworth, G. e Tunbridge, J., 1996, "From History to Heritage" in Ashworth, G., e Tunbridge, J., **Dissonant Heritage. The Management of The Past as a Resource in Conflict**, Wiley, Chicester

Ashworth, G., e Tunbridge, J., 2000, **The tourist historic City, Retrospect and Prospect of Managing the Heritage City**, Elsevier, Oxford

Associação dos Municípios do Algarve, **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região do Algarve**, AMAL, Faro, 1999

Athayde, 1912, **Relatório**, Lisboa

Athayde, J., 1916, **Relatório**, Lisboa

Augustyn, M., e Knowles, T., 2000, "Performance of tourism partnerships: a focus on York", **Tourism Management**, 21, pp. 341-351

Aydalot, P., 1986, **Millieu Innovators in Europe**, Gremi, Paris

Aydalot, P., e Keeble, D., **High Technology Industry and Innovative Environments: The European Experience**, Routledge, London

8 - Referências Bibliográficas

Bachelard, G., 1969, **The Poetics of Space**, Bacon Press, Boston, 1ª edição 1958

Badcock, B., 1993, "Notwithstanding the exaggerated claims, residential revitalization really is changing the form of some Western Cities: a response to Bourne" **Urban Studies**, nº30, pp. 191-195.

Bailey, N., e Robertson, D., 1997, "Housing Renewal, Urban Policy and Gentrification", **Urban Studies**, 34, (4), pp. 561-578

Balcar, M., e Pearce, D., 1996, "Heritage tourism on the West Coast of New Zealand", **Tourism Management**, 17, (3), p. pp.202-212

Ball, T., 1997, **The Conservation of Archaeological Sites in The Mediterranean Region**, The Getty Foundation Institute, Los Angeles

Balsas, C., 1999, **Urbanismo Comercial em Portugal e a Revitalização do Centro das Cidades**, GEPE Lisboa

Balsas, C., 2001, "Commerce and the European City Centre: Modernization, Regeneration and Management", **European Planning Studies**, 9,(5), pp.677-682

Baloglu, S., e Mangaloglu, M., 2001, "Tourism destination images of Turkey, Egypt and Italy as perceived by US-based tour operators and travel agents", **Tourism Management**, 2001, 22, pp. 1-9

Balula, 1999, "Cultura Urbana – Valor em Extinção. Um problema de Desenho Urbano?" **Urbanismo**, 3, pp. 34-35

Balula, L., 1999, "Um "Novo Urbanismo" Para As Áreas Metropolitanas. Tradição e Cidade do Futuro. Celebration, Flórida A História de uma Cidade Nova" **Urbanismo**. 4, pp. 4-35

Baptista, 1997, **Turismo: Competitividade Sustentável**, Verbo, Lisboa

Barke, M., e Newton, M., 1995, "Promoting Sustainable tourism in an Urban Context: Recent Developments in Malaga City, Andalusia", **Journal of Sustainable Tourism**, 3, (3), pp. 115-133

Barke, M., e Towner, 1996, "Exploring the History of Leisure and tourism in Spain" in Barker, M., Towner, J., e Newton, M., (eds), **Tourism in Spain. Critical Issues**, Cab International, Oxon, pp.65-89

Barlow, J., 1995, "The Politics of Urban Growth. Booterism and Nymbism in European Boom Regions", **International Journal of Urban and Regional Research**, 19, (1), pp. 129-145

Baró, E., e Soy, A., 1993, "Business Service Location Strategies in Barcelona Metropolitan Region", **The Geography of Services**, 3, (2), pp. 23-35

Barranger, P.; e Meldrum, C., 2000, "The Development of Intelligent Local Cluster to Increase Global Competitiveness and Local Cohesion: The case of Small Business in Creative Industries", **Urban Studies**, 37, (10), pp. 1827-1835

Barrett, H., 1993 "Investigating townscape, change and management in urban areas", **Town Planning Review**, 63, (4), pp. 435-456

Barthes, R., 1972, **Semiology and Urbanism**, Random House, New York

Barthes, R., 1975, **The Pleasure of the Text**, Hill and Wang, New York, pp. 92

Batty, M., Blakely, E., Hall, P., e Newton, P., (eds) **Cities in Competition. Productive and sustainable cities for the 21st Century**, Longman, Melbourne, pp. 469-486

Baum, S., 1999, "Social Transformations in the Global City: Singapore" **Urban Studies**, 36, (7), pp. 1095-1117

Baum, T., 1998, "Tourism marketing and the small island environment", in Laws, E., Faulkner, B., e Moscardo, G., **Embracing and managing change in tourism: International case studies**, Routledge, London, pp. 116-137

Beauregard, R., 1984 "Structure agency and urban redevelopment" in Smith, M (ed), **Capital, class and urban structure**, Sage, Beverly Hills, pp. 51-72

Beauregard, R., 1986, "The chaos and complexity of gentrification" in Smith, N., e Williams, P., **Gentrification and the City**, Allen & Unkin, Winchester, Mass

Becattini, G., 1994, "O distrito Marshalliano. Uma noção socioeconómica" in , Benko G. e Lipietz, A, **As regiões ganhadoras. Distritos e redes: Os novos paradigmas da geografia económica**, Celta Editora, Oeiras

Bechofer, F., e Elliot, B., (ed), 1981, **The Petit Bourgeoisie. Comparative studies of the Uneasy Stratum**, MacMillan, London

Bell, D., 1960, **The End of Ideology**, The Free Press, New York

Bell, D., 1973, **The coming of post industrial society; a venture in social forecast**. Basic Books, New York,

Bell, D., 1976, **The Cultural Contradictions of Capitalism**, Basics Books, New York

Bell, D., 1976, " Modernism, postmodernism and the decline of moral order", from."The Cultural Contradictions of Capitalism", Basic Books Publisher, in Alexander J., e Sedman, S., **Culture in Society. Contemporary Debates**, 1994, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 319-329

8 - Referências Bibliográficas

Bell, D., 1980, **The Winding Passage**, Basic Books, New York,

Bell, D., 1992, **The Cultural Wars. America Intellectual Life 1965-1992**, Wilson Quarterly, Summer, 74-107

Belmonte, J., 1987, **Modernes et pósmodernes**, Moniteur, Paris

Benach, N., 1994, "La promotion de nueva actividad terciária en la ciudad de Barcelona", **Finisterra**, XXIX, (57), pp. 43-60

Benevolo, L., 1995, **A cidade na História da Europa**, Editorial Presença, Lisboa

Benhamou, F., 1996, **L'Économie de la Culture**, Éditions La Découverte, Paris

Beni, M., 1997, **Análise Estrutural do Turismo**, SENAC, São Paulo

Benjamin, W., 1997, "Paris, Capital do século XIX" in Fortuna, C., (ed), **Cidade, Cultura e Globalização**, Celta, Oeiras, pp. 67-83

Benko, G., e Dunford, M., 1991 **Industrial change and regional development**, Belhaven Press, London, 8 edição

Berg, L., 1993, "Between Modernism and Postmodernism", **Progress in Human Geography**, 17, (4), 490-507

Berenson M., e Levine, D., 1999, **Basic Business Statistics. Concepts and Applications**, Pentice-Hall, London, 1ª edição 1986

Berg, L., Borg, J. e Meer, J., 1995, **Urban Tourism: performance and Strategies in Eight European Cities**, Avebury, London

Berg, L. van der, Brau, E., 1999, "Urban Competitiveness. Marketing and the need for organizing capacity", **Urban Studies**, 36, (5-6), pp. 987-999

Berranger, P. e Meldrum, C.R., (2000'), "The development of Intelligent Local Clusters to Increase Global Competitiveness and Local Cohesion: The Case of Small Business in the Creative Industries", **Urban Studies**, 37, (10), pp. 1827-1835

Berry, J., Mc Greal, S., 1995, "Community and Inter agency structures in the regeneration of the inner city Besfast", **Town Planning Review**, 66, (2), pp. 129 – 142

Bertz, H., 1992, "Postmodernism and the new middle class", **Theory Culture and Society**, 9, (1), pp. 5-36

Beslisle, F., e Hoy, D., 1980, "The perceived impact of tourism by residents", **Annals of Tourism Research**, 7, pp. 83-101

Besnier, J, 1996, **As teorias do conhecimento**, Biblioteca Básica de Ciência e Cultura, Instituto Piaget, Lisboa

Bianchi, 1994, "Tourism development in resort dynamics: An Alternative approach" in Cooper, C., e Lockwood, A, **Progress in Tourism, Recreation and Hospitality Management**, Wiley, Chicester, vol 5, pp. 181-193

Bianchini, F.,1991, "Urban Cultural Policy, National Arts and Media Strategy. Discussion Document", London, Arts Council, in Montgomery, J., "The Story of Templer Bar: creating Dublin's cultural quarter", **Planning, Practice and Research**, 10, (2), pp. 135-172, 1995

Bianchini, F., 1994, "Remarking European Cities: the role of cultural policies" Bianchini, F., e Parkinson, M., **Cultural Policies and Urban Regeneration. The West European Experience**, Manchester, Manchester University Press, Manchester, 1ª edição 1993, pp. 1-21

Bianchini, F., 1995, "Night Cultures, Night Economies", **Planning Practice and Research**, 10, (2), pp. 121-126

Bianchini, S., 1995, "Cultural Considerations in Inner City Regeneration", in, **Culture and neighbourhoods**, Council of Europe Publishing, Strasbourg, pp.79-96

Bianchini, F., Parkinson, M., 1993, **Cultural Policies and Urban Regeneration. The West European Experience**, University University Press, Manchester,

Bianchini, F., Schwengel, H., 1991, "Re-imagining the City", in Corner, J., e Bianchini, F., (eds) **Enterprise and Heritage – Crosscurrents of National Culture**, Routledge, London, pp.212-234

Bitusíková, A.,1998, "Transformations of a City Centre in the Light of Ideologies: The Case of Banská Bystrica, Slovakia", **International Journal of Urban and Regional Research**, 22, (4), pp.614-622

Blank, V., e Petrovich, M., 1980, "Research on urban tourism destinations" in Ritchie, J., e Goeldner, C., (eds), **Travel Tourism and Hospitality Research**, Wiley, New York, pp. 165-177

Bloomfield, J., (1994), "Bologna: a laboratory for cultural enterprise", in Bianchini, F., e Parkinson, M., **Cultural Policies and Urban Regeneration. The West European Experience**, Manchester University University Press, Manchester, 1ª edição 1993, pp. 90-113

Bondi, L., 1999, Gender, class and gentrification: enriching the debate, **Environment and Planning, Society and Space**, 17, p.p. 261-282

8 - Referências Bibliográficas

Boniface, B., e Cooper, C., 1991, **The geography of travel and tourism**, Butterworth Heinemann, Oxford

Boniface, P., 1995, **Managing Quality Cultural Tourism**, Routledge, London

Bonink, C., e Hitters, E., 2001, "Creative Industries as Milieux of Innovation: the Westgasfabriek, Amsterdam", in Richards, G., **Cultural Attractions and European Tourism**, CABI Publishing, Oxon

Bonnes, M., e Secchiarioli, G., 1995, **Environmental Psychology. A Psycho-social Introduction**, Sage, London

Borg, J. van der, 1991, **Tourism and Urban Development: the case of Venice**, Thesis Publishers, Amsterdam

Borg, van der J., 1992, "Tourism And The City: Some Guidelines for a sustainable Tourism Development Strategy", in Briassoulis, H., e van der Straaten, J., **Tourism and the Environment. Regional. Economic and Policy Issues**, Kluwer, Dordrecht

Borg, van der J., 1995, "El turismo y las ciudades artísticas: El caso de Venecia", **Estudios Turísticos**, 126, pp. 79-90

Boudin, P., 1970, **Pessac de le Corbusier**, Dunod, Paris

Boudreau, J A., 1999, "Megacity Toronto: Struggles Over Differing Aspects of Middle-Class Politics", **International Journal of Urban and Regional Studies**, 23, (4), pp. 771-781

Bourne, "The myth and reality of gentrification. A commentary on emerging urban forms", **Urban Studies**, 30, (1), p.p. 183-189

Bourdieu, P., e Darbel, A., 1969, **L'Amour de l'art: Les musées d'art européens et leur public**, Minuit, Paris, 1ª edição 1966

Bourdieu P., 1984, **Distinction, A Social Critique of the Judgement of Taste**, Harvard University Press, Cambridge, Mass, 1ª edição francesa 1969

Bourdieu, P., 1990, "Artistic Taste and Cultural Capital" in Alexander, J., e Seidman, S., (eds), **Culture and Society: Contemporary Debates**, MIT Press, Cambridge, pp. 205 – 215

Bourdieu, P., 1990, **The Logic of Practice**, Polity Press, Cambridge

Bourdieu, P., 2001, **Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção**, Celta, Oeiras

Bourdieu, P., e Wacquant, 1992, **An Invitation to Reflexive Sociology**, Polity Press, Cambridge

Bourne, L., 1993, "The myth and the reality of gentrification: a commentary on emerging urban form", **Urban Studies**, nº 30, pp. 183-189

Bovone, L., 1997, "Os novos intermediários culturais. Considerações sobre a cultura pós moderna" in Fortuna, C., (ed), **Cidades Cultura e Globalização**, Celta, Oeiras, pp. 105-120

Boyer, C., 1990, "The Return of Aesthetics to City Planning", in Crow D., (ed), **Philosophical Streets. New Approaches to Urbanism**, Maisonneuve, Washington DC

Boyer, M., 1972, **Le Tourisme**, Editions Seuil, Paris

Boyer, M., 1999; **Le Tourisme de l'an 2000**, Presses Universitaires de Lyon, Lyon

Boyer, M., 2001, "Tourism in the French Mediterranean. History and transformation" in Apostolopoulos, Y., Loukissas, P., e Leontidou, L., **Mediterranean Tourism. Facets of socio-economic and cultural change**, Routledge, London, pp.39-51

Bramwell, B., e Lane, B., 1993, "Interpretation and Sustainable Tourism: The Potential and the Pitfalls", **Journal of Sustainable Tourism**, 1, (2), pp.71-80

Bramwell, B., e Sharman, A., 2000, "Approaches to sustainable tourism planning and community participation. The case of Hope Valley", in Richards, G., e Hall, D., **Tourism and Sustainable Community Development**, Routledge, London e New York, pp.17-35

Braudel, F., 1966, **The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II**, Fontana Kollis, London,

Braudillard, J., 1970, **La société de consommation**, Gallimard, Paris

Braudillard, J., s.d, **Para uma crítica da Economia Política do Signo**, Edições 70, Lisboa, 1ª edição, 1981

Braudillard, J., 1983, **Simulations**, New York, Semiotext(e)

Braudillard, J., 1983, The Ecstasy of Communication, in Foster, H., (ed) **The Anti Aesthetic**, Bay Press, Seattle, pp.126-134;

Braudillard, J., 1994, **Simulacro and Simulation**, Ann Arbor, University of Michigan

Bressen, A., Nicolaidis, K., 1986, Les services au cour de l'économie rationnelle, **Revue d'Economie Industrielle**, 43

8 - Referências Bibliográficas

- Bressi, T., 1994, "Planning the American Dream", in Katz, P., **The New Urbanism. Towards an architecture of Community**, McGraw-Hill, New York, pp. XXV-XLII
- Brindley, T., 2000, "Community roles in urban regeneration "New partnerships on London South Bank", **City analyses of urban trends, culture, theory, policy, action**, 4, (3), pp.390- 397
- Brint, D., 1984, "New Class and Cumulative Trend Explanations of Liberal Political Attitudes of Professionals", **American Journal of Sociology**, nº 90, 30-71
- Briz, G.M., 1989, **A Arquitectura Hoteleira de Veraneio: Os Estoris 1880-1959**, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, FCSH/UNL; Lisboa
- Briz, G.M., 1989, "A Arquitectura do Estoril. Da Quinta do Vilhena ao Parque do Estoril 1880-1930", **Arquivo de Cascais**, (8), 1989, pp. 50-64
- Broadway, M., Jesty, G., 1998, "Are Canadian Inner Cities becoming More Dissimilar? An Analysis of Urban Deprivation Indicators", **Urban Studies**, 35, (9) pp. 1423-1438
- Brohman, J., 1996, "New Directions in Tourism for the Third World Development", **Annals of Tourism Research**, 23, pp. 48-70
- Brolin, B., 1980, **Architecture in Context: Filling New Buildings with Old** Van Nostrand Reinhold, New York
- Bromley, R., Thomas, C., e Mille, A., 2000, "Exploring safety concerns in the night time city", **Town Planning Review**, 71, (1)
- Bromley, T., e Bromley, R., 2000, "City-centre revitalization: Problems of fragmentation and fear in the evening and night time city", **Urban Studies**, 37, (8), pp. 1403-1429
- Brooker, P., 1999, **A Concise Glossary of Cultural Theory**, Arnold, London
- Brooks, J., e Young, (1993), "Revitalising the central business district in the case of New Orleans, 1973- 1993", **Town Planning Review**, 63, (3), pp. 251-271
- Brown, P., 1990, "Disney Deco", **New York Times Magazine**, April, 8, pp. 18-24
- Brunt, P., e Courtney, P., 1999, "Host perceptions of Socio cultural Impacts", **Annals of Tourism Research**, 26, (3) pp. 493-515
- Brusco, S., 1982, The Emilian model: productive decentralization and social integration, **Cambridge Journal Of Economics**, 6, pp. 167-184

Brysson J., 1997, Obsolescence and the process of Creative Reconstruction, **Urban Studies**, 9, pp.1439-1458

Burns, A., 1934, **Production Trends in the United States since 1870**, National Bureau of Economic Research, New York

Burns, P., 1999, "Paradoxes of Planning: Tourism Elitism or Brutalism?" **Annals of Tourism Research**, 26, (2), pp. 329-348

Buchanan, C., 1963, "Buchanan Report, Traffic in Towns. A Study of the long term problems of traffic in urban areas", Reports of Steering Group and Working Group, HMSO, London, in Morris, E., 1997, **British Town Planning and Urban Design. Principles and Policies**, Longman, Essex

Buie, S., 1996, "Market as mandala: the Erotic Space of Commerce", from the Organization, in M Miles, T Hall, I Borden, 2000, **The City Cultures Reader**, Routledge, London, pp. 26-28

Burgel, G., 1993, **La ville aujourd'hui**, Hachette, Paris

Burgess, E., 1925, "The growth of City: An Introduction to a research project" from Park, R., Burgess, E., e Ernest, W., "The City", in LeGates R., e Stout, F., 1999, **The City Reader**, Routledge, London, pp. 153-161, 1ª edição 1996

Burkart, A., 1981, "Tourism – a service industry?" **Tourism Management**, 2, (1), 2-10

Burkart, A., 1981, "How far is tourism a trade or an industry?" **Tourism Management**, 2, (2), 146-162

Burtenshaw, D., Bateman, M., Ashworth, G., 1981, **The City in West Europe**, Wiley, Chichester,

Butler, R., 1980, "The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources", **Canadian Geographer**, XXIV, (1), pp. 5~12

Butler, T., e Robson, G., 2001, "Social Capital, Gentrification and Neighbourhood. Change in London: A Comparison of Three South London Neighbourhoods", **Urban Studies**, 38, (12), pp. 2145-2162

Buzard, 1993, J., 1993, **Beaten Track: European Literature and the ways of Culture**, Oxford Press, Oxford

Brunt, P., e Courtney, P., 1999, "Host Perceptions of Sociocultural Impacts", **Annals of Tourism Research**, 26, (3), pp. 493-515

Cabral, J., 2002, "Para uma Política de Cidades – Os imperativos, as novas políticas urbanas, as questões críticas", **Sociedade e Território**, nº33

8 - Referências Bibliográficas

Cabral, J., e Marques, T., 1996, "A Experiência do Planeamento em Portugal. Potencial como Instrumento para o Desenvolvimento Sustentável Local", **Segunda Conferência Europeia das Vilas e Cidades Sustentáveis**, 7 de Outubro, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa

Cachin, A., 1993, "Evolution et enjeux du tourisme", **Round Table on Trends and Challenges of tourism beyond the year 2000**, 10th General Assembly, 30 September –9 October, 1993, Bali, Indonesia

Caffynn, A., e Lutz, J., 1999, "Developing the heritage tourism product in multi-ethnic cities", **Tourism Management**, 20, pp. 213-221

Calabrese, O., s.d., **A Idade Neobarroca**, Edições 70, Lisboa, 1ª edição italiana 1987

Calthorpe, P., 1994, "The Region", in Katz, P., **The New Urbanism. Towards an architecture of Community**, McGraw-Hill, New York, pp. XI-XVII

Câmara Municipal de Faro, 1996, **Plano Estratégico de Faro**, Câmara Municipal de Faro, Faro

Câmara Municipal de Faro, 1997, **Plano de Estrutura Verde de Faro**, Pelouro do Planeamento Urbano, Câmara Municipal de Faro, Faro

Câmara Municipal de Faro, **Editais nº 84/2001**, Gabinete de Apoio à Presidência

Camilleri, C., 1995, **Difference and Cultures in Europe**, Council of Europe Press, Strasbourg, pp. 15-16

Câncio, F., 1962, **Lisboa no tempo do Passeio Público**, Imprensa Barreiro, Lisboa

Canestrelli, E., Costa, P., 1991, "Tourism carrying capacity: a fuzzy approach", **Annals of Tourism Research**, 18, p.p.295-311

Caravelis, M., e Ivy, R., 2001, "From Mining Community to Seasonal Visitor Destination: The Transformation of Sotiras, Thasos, Greece", **European Planning Studies**, 9, (2), pp. 187-199

Caramichael, B., Peppard, D., e Boudreau, F., "Megaresort on my Doorstep: Local Residents Attitudes towards Casino Gambling on Nearby Indian Reservation Land", **Journal of Travel Research**, 34, (3) pp. 9-16

Carpenter, J., e Lees, L., 1995, "Gentrification in New York, London and Paris: An International Comparison", **Journal of Urban and Regional Research**, 19, (2), pp. 286-303

Carrasueira, H., 1997, "Sistemas de produção e espaço regional", **Cadernos de Economia**, Abr/Jun. pp.14-18

Carreras, C., 1994, "Os novos espaços de consumo de Barcelona", **Finisterra**, XXIX, (57), pp. 103-117

Carrusca, C., 1998, Os Incentivos Financeiros ao sector Turístico: O Caso do Algarve, Silva, J., e Vaz, M., **Aspectos do Dinamismo Regional**, Faro, pp. 81-101

Carvalho, J., 1938, **Lisboa de Outrora**, Amigos de Lisboa, s.l.

Casanova, L., 1995, "Uma avaliação conceptual do habitus", **Sociologia. Problemas e Práticas**, 18, pp. 45-68

Castella, V., 1969, "A Fita da Cidade. Vivo Progresso", **Jornal do Algarve**, 20/7

Castells, M., 1983, **The City and the Grassroots**, Arnold, London

Castells, M., s.d., **Problemáticas de Investigação em Sociologia Urbana**, Editorial Presença, Lisboa

Castells, M., 1994, "European Cities, the informational society, and the global economy" Gray, A., e McGuiggan, J., 1997, **Studying Culture**, Arnold, London, p. p. 306-319

Castells, M., 1996, **The Rise of the Network Society**, Blawell, Oxford

Castells, M., 1997, **The Governance of the Cyberspace: Politics, Technology and Global Restructuring**, Routledge, New York

Castells, M., e Mollenkopp, 1991, **Dual City: Restructuring New York**, Russel, sage, Founadation, New York

Cavaco, C., 1969, "Geografia e Turismo no Algarve. Aspectos Contemporâneos", **Finisterra**, 8, (IV), pp. 216-241

Cavaco, C., 1970, "Geografia e Turismo: Exemplos, Problemas e Reflexões", **Finisterra**, 9 (V), pp. 247-282

Cavaco, 1974, "Monte Gordo: Aglomerado piscatório e de Veraneio", **Finisterra**, 17, (IX), pp.75-99

Cavaco, C., 1981, **A Costa do Estoril**, Centro de Estudos Geográficos, INIIC, Universidade de Lisboa, Lisboa

Cazes, G, 1998, "Le Renouveau du Tourisme Urbain. Problemátiques de recherche", in Cazes, G., e Potier, F., (eds), **Le Tourisme et la ville: expériences européennes**, L'Harmattan, Paris, pp. 18-24

8 - Referências Bibliográficas

Cazes, G., Lanquar, R., Raynouard, Y., 1993, **L'Amenagement Touristique**, P.U.F., Paris,

Centeno, L., Abrantes, P., Paixão, M., 2000, **Estudo sobre as potencialidades do concelho de Faro. As necessidades de Formação e as oportunidades de negócio**, CIDECE, Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, Lisboa

Chadwick, G., 1971, **A Systems view of Planning**, Oxford, Pergamon

Chambers, I., 1990, **Border Dialogues**, Routledge, London

Chang, T., 2000, "Singapore's Little India: A Tourist Attraction as a Contested Landscape", **Urban Studies**, 37, (2), pp. 343-366

Chang, T., 2000, "Renaissance Revisited: Singapore as a Global City for the Arts" **International Journal of Urban and Regional Research**, 24, (4) pp. 818-831

Chapin, F., 1965, "Urban Land use planning", in J Kaiser, **Urbana III**, University of Illinois Press, Illinois, 1ª edição 1979

Chatterton, P., 2000, "Will the real Creative City please stand up?", **City analyses of urban trends, culture, theory, policy, action**, pp.390-398

Chaudhary, M., 2000, "India 's image as a tourist destination – a perspective of foreign tourists", **Tourism Management**, 21, pp. 293-297

Chazaud, P., 1994, « Quels Espaces, Quels loisirs; Quels Stratégies Pour le Tourisme Urbain d'agrément », **Espaces**, 39, pp. 44-52

Chen, J., 2000, "An investigation of urban residents' loyalty to tourism", **Journal of Hospitality and Tourism Research**, 24, (1), pp. 21-35

Chen, J., e Hsu, C., 2000, "Measurement of Korean Tourists' Perceived Images of Overseas Destinations", **Journal of Travel Research**, 38, pp. 411-416

Chatterton, P., 2000, "The cultural role of universities in community: revisiting the university – community debate", **Environment and Planning**, 32, pp. 165-181

Chicó, M.T., 1956, "A "cidade ideal do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia", **Garcia da Horta**, número especial, pp. 319-330

Choay, F., 1991, **L'Allégorie du Patrimoine**, Seuil, Paris

Chorianopoulos, I., 2002, "Urban restructuring and Governance : North-South Differences in European an EU Urban Initiative", **Urban Studies**, 39, (4), pp. 705-726)

Christopherson, S., e Storper, M., 1986, "The city as a studio; the world back lot: The impact of vertical desintegration on location of motion pictures industry" Gray, A., e McGuiggan, J., 1997, **Studying Culture**, Arnold, London, p. p. 256-275, 1ªedição 1993

Cilliers, P., 1998, **Complexity and Postmodernism**, Routledge, London

Clancy, M., 1998, "Arts policies, structures and participation", in Fitzgibbon, M., e Kelly, A., (eds), **Maestro to Manager: Critical issues in Arts and Culture Management**, Oak Tree Press, Dublin, pp. 223-244

Clancy, M., 1999, "Tourism Development: Evidence from Mexico", **Annals of Tourism Research**, 26, pp. 1-20

Clarence, P., Walker, T., Dutton, A., 1986, **Notes towards a Critical Theory of Architecture. The Discipline of Architecture. Inquiry through design**, Proceeding of the 73 rd, ACSA Meetings, Washington DC

Clarke, D., Bradford, M., 1998, "Public and Private Consumption and the City", **Urban Studies**, 35, (5-6), pp. 865-889

Clark, E., 1994, "Towards a Copenhagen Interpretation of Gentrification", **Urban Studies**, 31, (7), pp. 1033-1042.

Clarke, J., 1997, "A framework of approaches to sustainable tourism" **Journal of Sustainable Tourism**, 5, pp. 224-233

Claval, P., 1984, "Reflections on the cultural geography of the European City", in Agnew, J., Mercer, J., Sophier, D., (eds) **The City in Cultural Context**, Allen and Unwin, Winchester Mass, pp. 31-48

Claval, P., 1995, "The Impact of Tourism on the Restructuring on the European Space", in Montanari, A, e Willians, A., **European Tourism. Regions, Spaces and Restructuring**, Wiley, Chicester, pp.247-262

Clegg, F., 1990, **Estatística para todos**, Gradiva, Lisboa

Cleverdon, R., 1979, **The Economic and Social Impact of Tourism on Developing Countries**, Economist Intelligence Unit

Cluzeau, C., 1998, "Tourisme et rénovation des centres-villes », in Cazes, G., e Potier, F., **Le tourisme et la ville: Experiences Européennes**, L'Harmattan, Paris, pp.147-153

Coelho, M., 1989, **Administração Pública do Turismo em Portugal**, 2 vols, Dissertação de Doutoramento, ICSP, Lisboa

8 - Referências Bibliográficas

Coelho, M.H., 1994, "A Valorização e a Defesa do Ambiente ao Longo da História II Época Medieval", **Boletim do Centro de Estudos Autárquicos e Formação**, 2, 1º semestre, pp. 21-35

Cohen, S., 1997, "More than the Beatles: Popular Music, Tourism and Urban Regeneration", in Abram, S., Waldren, J., MacLeod, D., (eds), **Tourists and Tourism Identifying with People and Places**, Berg, Oxford, pp. 71-91

Colaço, B., e Archer, M., 1943, **Memórias da Linha de Cascais**, Parceria António Maria Pereira, Lisboa

Comedia, 1991, "Out of hours: a study of economic, social and cultural life in twelve town centres in the UK" Comedia, London, in Montgomery, J., 1995, "The Story of Templer Bar: creating Dublin's cultural quarter", **Planning, Practice and Research**, vol. 10, (2), pp. 135-172

Comissão Coordenadora da Região do Algarve, (C.C.R.A.), 1985, **Programa de Desenvolvimento Regional 1986-90**, Comissão Coordenadora da Região do Algarve, Faro

Comissão Coordenadora da Região do Algarve, (C.C.R.A.), 1994, **Enquadramento Estratégico para a Região do Algarve 1994-1999**, Comissão Coordenadora da Região do Algarve, Faro

Comissão Coordenadora da Região do Algarve, (C.C.R.A.), 1994, **PROA, Programa Operacional do Algarve 1994-1999**, Comissão Coordenadora da Região do Algarve, Faro

Comissão Coordenadora da Região do Algarve, (C.C.R.A.), 1998, **Horizonte 2000-2006. Contributos para a Requalificação Urbana e Territorial do Algarve**, Comissão Coordenadora da Região do Algarve, Faro

Comissão das Comunidades Europeias, 1996, **Guia para a elaboração de planos estratégicos de cidades médias**, DGOTDU, Lisboa

Commission Européenne, 1999, **Pour un tourisme urbain de qualité. La gestion intégrée de la qualité (GIQ) des destinations touristiques urbaines**, Direction Générale « Enterprise » Unité « Tourisme » Bruxelles

Conde, I., 1998, "Artistas e Cientistas: Retrato Comum", Viegas, J. Costa, A, (organizadores), **"Portugal que Modernidade?"** Celta, Lisboa, pp. 165-200

Conde, I e Pinheiro, J., 2000, "Profissões Artísticas e Emprego no Sector Cultural, **Publicação Periódica do Observatório das Actividades Culturais**, 7

Conforti, J., 1996, "Ghettos as Tourism Attractions", **Annals of Tourism Research**, 23, (4), pp. 830-842

IV ème Congres International de Tourisme, Lisboa, Typografia Universal, 1911

I Congresso da União Nacional, 1935, Edição da União Nacional, Lisboa

I Congresso Nacional de Turismo, 1936, Sociedade Nacional de Tipografia, Lisboa

Cooper, C., 1970, **Easter Hill Village**, Free Press, Macmillan, New York

Cooper, C., 1981, "Spatial and Temporal Patterns of Tourist Behaviour", **Regional Studies**, 15, pp. 359-371

Cooper, C., 1991, "The technique of interpretation" in Medlik, S., (ed), **Managing Tourism**, Butterworth Heinemann, Oxford, pp.224-238

Cooper, C., 1992, "The Life Cycle Concept and Tourism", in Johnson P., e Thomas, B., **Choice and Demand in Tourism**, Mansel, pp.145-160

Cooper, C., 1997 "The environmental consequences of declining destinations", **Progress in tourism and Hospitality Management**, 2, (3), pp. 337-343

Cooper, C., 1997, Decline in the rise and fall of British seaside resorts, in G. Shaw e A. Williams, **The rise and fall of British coastal resorts, cultural and economic perspectives**, Mansell, London

Cooper, C., 1997 "The contribution of the Life Cycle Analyses and Strategic Planning to Sustainable Development", in Wahab, S., e Pilgram, J., **Tourism, Development and Growth. The challenge of sustainability**, Routledge, London, pp. 78-95

Cooper, C., Fletcher, J., Gilbert, D., e Wanhill, S., 1999, **Tourism Principles and Practice**, Longman, Essex, 2ª edição

Cooper, C., e Jackson, 1989, "Destination life cycle: The Island of Man case study", **Annals of Tourism Research**, 16, (3), p.p. 377-383

Cooper, C., Shepherd, R., e Westlake, 1996, **Educate the Educators: a Manual of Tourism And Hospitality Education**, WTO, Madrid

Coopers & Lybrand, (1994), "Employment and economic Significance of the Cultural Industries in Ireland", Temple Bar Properties Dublin, in Montgomery, J., (1995), "The Story of Templer Bar: creating Dublin's cultural quarter", **Planning, Practice and Research**, 10, (2), pp. 135-173

Corner, J., e Harvey, S.,(1991), **Enterprise and Heritage. Crosscurrents of National Culture**, Routledge, London

Correia, J. E. H., 1984, **Urbanismo em Portugal**, Dicionário de História de Portugal, Alfa, Lisboa

8 - Referências Bibliográficas

Corte Real, 1991, "Alguns contributos para a caracterização geográfica do concelho de Faro." **Sociedade e Território**, 13, Junho, 51-61

Coshall, J., 2000, "Measurement of Tourists' Image: The Repertory Grid Approach", **Journal of Travel Research**, 39, (1), pp. 85-89

Costa, C., 1996, **Towards the improvement of efficiency and effectiveness of tourism planning and development at the regional level: planning, organisations and networks. The case of Portugal**, Tese de Doutoramento em Turismo, University of Surrey

Costa, C., 1998, **Building Linkages between EIA Project Design and Tourism Development Policy. A case of a Marina** in Aveiro, IGV Conference, August 28, September 2, Lisbon (Documento Policopiado)

Costa, C., 2001, "O papel e a Posição do Sector Privado na Construção de uma Nova Política para o Turismo em Portugal" in Actas do Seminário **Novas Estratégias para o Turismo**, 16 e 17 de Novembro de 2000, Associação Empresarial de Portugal, Porto, pp. 75-87

Costa, L., 1906, "A Génese de uma ideia", **Diário de Lisboa**, 23/1

Costa., M., 1959, **O Chiado Pitoresco e Elegante. Figuras, Usos e Costumes**, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa

Costa, P., e Borg, van der, J., 1992, « Equilibre entre le Developpement du Tourisme de Masse dans les Villes e Zones Naturelles Sensibles e les Imperatifs de Sauvegarde du Patrimoine Architectural ou Naturel », **Les défis pour la société européenne à l'aube de l'an 2000 : stratégies pour un tourisme durable et de qualité**, Conseil de l'Europe, Strasbourg, pp.9-18

Costa, P., 1999, "Efeito de "Meio" e Desenvolvimento Urbano. O caso da Fileira da Cultura", **Sociologia – Problemas e Práticas**, nº 29, pp. 127-149

Costa, P., 2000, "Centros e margens: produção e práticas culturais na área Metropolitana de Lisboa", **Análise Social**, XXXIV, (154), pp.957-983

Couch, C., 1997, "A Comparative Study of Plans and Policies for Town Centre Renewal in France and the UK", **Planning Practice & Research**, 12, (2), pp. 99-103

Couch, C., 1999, "Housing Development in the City Centre", **Planning, Practice & Research**, 14, (1), pp. 69-86,

Council of Europe, 1997, **In from the margins. A contribution for the debate on Culture and Development in Europe**, The European Task Force on Culture and Development, Council of Europe, Strasbourg

Coutinho, L., 2001, "Entrevista", **Exponor News**, Outubro

Cox, J., 1994, "Interpretation for persons with disability", in Harrison, R., **Manual of Heritage Management**, Butterworth Heinemann, Oxford, pp. 353-354

CPAC, 1989, "London's Skylines and High Buildings, Planning Advisory Committee", Rumford, London, in Punter J., e Carmona, M., 1997, **The Design Demission of Planning. Theory content and best practice for design policies**, E & FN Spon, London

Cuervo, R., **Tourism as a Medium for Human Communication**, Mexican Government Department of Tourism Itaxapalapa,

Cullen, G., 1996, **A paisagem Urbana**, Edições 70, Lisboa, 1ª edição inglesa 1961

Cullingswood, J., 1997, "British Land Use Planning: A Failure to Cope with Change?", **Urban Studies**, 24, (5-6), p.p. 945-960

Cunha, P. C., 1963, **Plano de Valorização Turística do Algarve – Estudo Preliminar**, Direcção dos Serviços de Turismo, s.l.

Cunha, L., 1997, **Economia e Política do Turismo**, McGraw-Hill, Lisboa

Cunningham, S., 1991, "Cultural studies from the view point of cultural policy", Gray, A., e McGuiggan, J., 1997, **Studying Culture**, Arnold, London, p. p. 287-306, 1ª edição 1993

Curtis, S., 1998, "Visitor Management in Small Historic Cities", **Travel & Tourism Analyst**, nº3, pp. 75-89

Cuvilier, P Torres E, Gadney, E, 1994, **Patrimoine, Modèles de Tourisme, et Développement Local**, L'Harmattan, Paris

Cuvelier, P., 1998, **Anciennes et Nouvelles Formes de Tourisme. An approche sócio-economique**, L'Harmattan, Paris

Crang, M., 1997, "Picturing Practices: research trough the tourist gaze", **Progress in Human Geography**, 21, (3), pp. 359-373

Crang, M., e Travlou, S., 2001, "The City and topologies of memory", **Environment and Planning, D, Society and Space**, 19, pp. 161-177

Crimp, D., 1987, **Art in the 80's The Myth of Autonomy**, Precs, Columbia University, 6, pp. 83-91

Cybriwsky, R., Ley D., e Western, J., 1986 "The Political and social construction of revitalization neighbourhoods: Society Hill, Philadelphia and False Creek, Vancouver" in Smith, N., e Williams, P., **Gentrification of the City**, Allen & Unwinn, Winchester Mass

8 - Referências Bibliográficas

D.G.O.T.D.U, 1997, **Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais**, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa

D'Angelo, M., e Vesperini, P., 1998, **Cultural Policies in Europe. A Comparative Approach**, CEP, Strasbourg

D'Angelo, M., e Vesperini, P., 1999, **Cultural Policies in Europe. Method, and Practice of Evaluation**, CEP, Strasbourg

d' Encarnação, J., 1994, "A Valorização e a Defesa do Ambiente Ao Longo da História", **CEFA - Centro de Estudos Autárquicos e Formação Autárquica**, 2, pp.11-17

Dables, H., 2000, "Tourism small enterprise and community development", in. Richards G., e Hall, D., **Sustainable Community Development**, Routledge, London, pp. 151-169

Daniels, P., e Bryson, 2002, "Manufacturing and Servicing. Manufacturing: Knowledge-based Cities and Changing Forms of Production", **Urban Studies**, 39, (5-6), pp. 977-991

Dann, G., "Theoretical issues for tourism's future development: identifying tourism's future development", in Pearce, D., e Butler, W., **Contemporary Issues in Tourism Development**, Routledge, London, pp.13-31

Davey, P., 1992, Museums and Memory, **Architectural Review**, January

Davies, D, Allen, J., e Cosenza, R., 1988, "Segmenting local residents by their attitudes, interests and opinions towards tourism", **Journal of Travel Research**, 27,(2), pp. 2-8

Davies, H. 1998, "Continuity and Change: The evolution of British Town Planning system 1947-1997", in **Town Planning Review**, vol. 69, nº2, April, pp. 135-153

Davies, M., 1990, **The City of Quartz: Excavating the future of Los Angeles**, Verso, New York

Davies, A., e Prentice, R., 1995, "Conceptualizing the latent visitor to heritage attractions", **Tourism Management**, 16, (7), pp. 491-500

Davis, M., 1985, "Urban Renaissance and the Spirit of Pós Modernism", **New Left Review**, 151, May-June

Davison, R. e Maitland, R., 1997, **Tourism Destinations**, Hodder and Stoughton, London

Dear, M., 1986, "Postmodern Planning", **Environment and Planning. Society and Space**, 4, (3), pp. 367-384

Decreto-Lei nº 115, de 18 de Maio de 1911

Decreto-lei nº 30.346 de 1 de Abril de 1940, pp. 439-440

Dellaert, B., Borgers, A., e Timmersmans, H., "A day in the city. Using conjoint choice experiments to model urban tourist's choice of activity packages", **Tourism Management**, 16, (5), pp. 347-353

Delanty, G., **Modernity and Postmodernity**, Sage, London

Deleuze, G. e Guattari F., 1983, **Anti-Oedipus**, University of Minnesota Press, Minneapolis

Delevoy, R., (ed), 1978, **Rational Architecture/Ractionnelle 1978. The Construction of the European City**, Brussels

Dencker, A., 1998, **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**, Editora Futura, São Paulo

Department of Environment, 1990, **Inner City Programme Tourism and the inner city An Evaluation of Impact Grant Assisted Tourism Projects**, HMSO, London

Deprest, F., 1997, **Enquête sur le tourisme de masse. L'écologie face au territoire**, Éditions Berlin, Paris

Derrida, J., 1978, **Writing on Difference**, Routledge, London, 1ª edição francesa 1967

Derrida, J., 1981, **Positions**, Chicago University Press, Chicago, 1ª edição 1972;

Derrida, J., 1992, **Acts of Literature**, Routledge, London,

Deshaies, B., 1997, **Metodologia de Investigação em Ciências Humanas**, Instituto Piaget, Lisboa, 1ª edição 1992

Di Benetto, C., e Bojanic, D., 1993, "Tourism Life cycle extensions", **Annals of Tourism Research**, 20, pp. 557-570

Dickens, P., 1990, **Urban Sociology. Society, Locality and Human Nature**, Harvest Wheatsheaf, Hemel Hempstead

Digance, J., 1997, "Life cycle model", **Annals of Tourism Research**, 24, (2), 452-454

Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 1996, **Guia para a elaboração de planos estratégicos de cidades médias**, DGOTU, Lisboa

8 - Referências Bibliográficas

Direction Generale XXIII, 1998, **Agenda XXI for small business in the Worlds Largest Industry, Communiqué Finale**, Politiques d'Entreprise, Commerce, Tourisme et Economie Social, 20-22 Mai, Llandudno, Pays de Galles,

Donaire, J., Fraguell, R., Mundet, L., 1994, "La nueva configuración especial del turismo en la Costa Brava", **España, un país turísticamente avanzado?**, I Congreso de la Asociación de Expertos Científicos en Turismo, IST, Marbella, pp.243-254

Donaire, J., Fraguell, R., Mundet, L., 1997, "La Costa Brava ante los novos rectos del turismo", **Estudios Turísticos**, 133, pp. 77-96

Donaire, J., 1998, "La geografía del turismo después del fordismo: turistas en fábricas, turistas en los centros comerciales", **Sociedade e Território**, 28, Agosto, 1998, pp. 55-67

DoE, White Paper. Policy for the Inner Cities, 1977, HMSO, Cmnd 6845, London, in Morris, E., **British Town Planning and urban Design. Principles and Policies**, Longman, 1997, Essex

DoE, 1987, Historic Building and Conservation Areas: Policy and Procedures, Circular 8/87, HMSO, London in Punter, J., e Carmona, M., 1997, **The Design Dimension of Planning. Theory content and best practice for design policies**, E & FN Spon, London

Dolby, A., 1976, **Conservation and Planning**, Hutchinson, London

Donald, J., 1992, "The City as a Text" in Bocock, R., e Thompson, K., (eds), **Social and Cultural Forms of Modernity**, Open University, Polity Press, Cambridge, pp. 417-470

Doswell, R., 1997, **Tourism. How effective management makes the difference**, Butterworth Heinemann, Oxford

Downes, K., (1980), **Hawksmoor**, Thames and Hudson, London

Doxey, G., 1975, "A Causation theory of visitor-resident Irritants: Methodology and Research", The Travel and Association Conference nº 6, TTRA, pp. 195-198 in Ryan, C., 1991, **Recreational Tourism. A Social Science Perspective**, Routledge, London

Dredge, D., 1998, "Land Use Plan Policy. A tool for the Destination Place Management. The Approach of Douglas Shire, North Queensland", **Australian Journal of Hospitality Management**, 5, (1), pp. 41-49

Duany, A., e Plater-Zyberg, E., 1994, "The Neighborhood, the District and the Corridor", in Katz, P., **The New Urbanism. Towards an architecture of Community**, McGraw-Hill, New York, pp. XVII-XXI

Duffy, K., Hutchinson, J., 1997, "Urban Policy and the turn to community", **Town Planning Review**, 68, (3), pp. 347 –363

Durão, Luís, 1985, "Angra do Heroísmo: da catástrofe ao Património Mundial", **Sociedade e Território**, 2, pp. 39-55

Dutton, T., (1986), "Towards an Architectural Praxis of Cultural Production Beyond Leon Krier" in Carswell, W., e Saile, D., (eds), **Purposes in Built Form and Culture, Research Proceedings of Conference on Built Forms and Culture Research**, The University of Kansas, Kansas

Drummond, P., e Swain, C., 2000, "Environmental Capacity of the Historic City: The Chester Experience", in Jencks, M., Burton, E., e Williams, K., **The Compact City. A Sustainable Urban Form?**, E & F Spoon, pp. 248-258

Dzembowska, J., e Funck, R., 1999, "Cultural Activities: Source of Competitiveness and Prosperity in Urban Regions", **Urban Studies**, 36, (8), pp. 1381-1398

Eckstein, J., (1993), "Employment in the Cultural sector", **Cultural Trends**, 20, pp. 1-33

Eco, U., (1986), **Travels in Hyper reality**, Harcourt Brace Jovanovich, New York

Edwards, C., 2001, "Inclusion in Regeneration: A Place for Disabled People?", **Urban Studies**, 38, (2), pp. 267-286

Edwards, J., (1968), **Creativity: social aspects**, in D.L: Sills, (ed) International Encyclopaedia of Social Sciences, 3, pp. 442-457, MacMillan, New York

Edwards, J., e Sampaio, F., 1993, "Tourism in Portugal", in Pompl, W., e Lavery, P., **Tourism in Europe, Structures and Developments**, Cab International, Oxon

Ehrenreich, B., e Ehrenreich, J., 1979, "The Professional Managerial Class", in Walker, P., (ed), **Between Labour and Capital**, South End Press, Boston, pp. 5-45

Ehrich, B., e Dreier, P., 1999, "The New Boston discovers the Old: Tourism and the Struggle for Livable City", in Judd, D., e Fainstein, S., **The Tourist City**, Yale University Press, New Haven and London, pp. 155-179

Ellin, N., 1999, **Postmodern Urbanism, revised edition**, Princeton Architecture Press, New York, 1ª edição 1996

Ellin, N., 2001, "Thresholds of Fear: Embracing the Urban Shadow", **Urban Studies**, 38, (5-6), pp.896-883

Elliot, R., 1996, **Tourism: Politics and Public Sector Management**, Routledge, London

Elsworth, J., Yoon, B., e Bai, B., 1999, "Analysis of Papers published in the Hospitality Research Journal: Focus and Trends of Subjects, Research Designs and Statistical Techniques" in K. S.

8 - Referências Bibliográficas

(Kaye) Chon, (editor), **Graduate Research in Hospitality and Tourism**, The Hayworth Hospitality Press, New York

English Heritage, (s. d.), "Shopping in Historic Towns", in Punter, J., e Carmona, M., 1997, **The Design Dimension of Planning. Theory, content and best practice for design policy**, E & FN Son, London

English Heritage, 1993, "English Heritage Policy Note. Conservation Area Practice", in Punter, J., e Carmona, M., 1997, **The Design Demission of Planning. Theory content and best practice for design policies**, E & FN Spon, London

English Tourist Board, 1980, **Tourism and the Inner City**, London

English Tourism Board, 1981, **Planning Tourism for England**, London

English Tourist Board, 1991, **Heritage Sites Working Group; Final Report to the Tourism and Environment Task Force**, ETB, London

Erickson, B., Roberts, M., 1997, "Marketing Local Identities", **Journal of Urban Design**, 2, (1),

Escritura da Sociedade do Estoril, **O Século**, 31/3/1915,

Esperança, E.J., 1997, **Património e Comunicação. Políticas e Práticas Culturais**, Vega, Lisboa

Esteves, A, 1986, "A Investigação Acção", in Silva, J., e Pinto, J., **Metodologias das Ciências Sociais**, Edições Afrontamento, Lisboa, pp. 251-278

European Foundation for the Improvement of Living and working Conditions, 1994, **Visions from the European Workshops of Alicante, Volvo e Oviedo**, EFILWC, Luxemburg

Estatísticas do Turismo, Região Algarve, 1998, INE, Faro, 2000

Evans, G., 2001, **Cultural Planning an urban renaissance?**, Routledge, London

Faban, J., (1974) "Soft Cities", (London, Hamilton, 1974) in Leontidou, L., Postmodernism and the City: Mediterranean Versions, **Urban Studies**, 30, (6), 1993, pp. 949-965

Fainstein, S. e Judd, D., 1999, "Cities as places to play", in Judd, D., e Fainstein, S., **The Tourist City**, Yale University Press, New Haven and London, pp.261-273

Faludi, A., 2000, "The Performance of Spatial Planning", **Planning Practice & Research**, 15, (4), pp. 299-318

O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro

Faro. Boletim Municipal, 1999, 2000, 2001, 2002, Câmara Municipal de Faro, Faro

Fayos-Solá, E., 1996, Education y formation en la Nueva Era del Turismo: la vision de la OMT, in, E. Fayos-Solá (Director de la Publicación.) **El Capital Humano en la Industria Turística del siglo XXI**, OMT, Madrid

Featherstone, M., 1990, “Moderno e Pós moderno. Definições e interpretações sociológicas”, **Sociologia – Problemas e Práticas**, n.º 8, pp. 93-95

Featherstone, M., 1996, **Consumer Culture & Postmodernism**, Sage, London, 1ª edição 1991 (edição revista)

Featherstone, M., 1995, “Localism, Globalism and Cultural Identity” in Featherstone, M., **Undoing Culture. Globalization, Postmodern and Identity**, Sage London pp. 102-125

Featherstone, M., 1996 **Consumer Culture & Postmodernism**, Sage, London, 1ª edição 1991

Featherstone, M., 1997, “Culturas Globais e Culturas Locais”, in Fortuna, C., **Cidades Cultura e Globalização**, Celta, Oeiras, pp.83-105

Featherstone, M., 1998, **Consumer Culture & Postmodernism**, Sage, London, (edição revista)

Featherstone, M., 1998, The Flâneur, The City and Virtual Public Life, **Urban Studies**, 35, (5-6), pp. 909-925

Feilden, B., 1982, **Conservation of Historic Buildings**, Butterworth Heinemann, Oxford

Fermission, J., 2000, “Problemas de Promoção do Desenvolvimento em Portugal: Rumo a Estratégias Territorializadas de Base Local”, **Actas do Colóquio Territórios Alternativos, Ciência e Desenvolvimento**, 9 e 10 de Outubro, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Câmara Municipal de Grândola, **Territórios Alternativos**, nº 1, pp. 55-69

Fernandes, J. M., 1991, “A Arquitectura em Portugal: Um Modo Característico de Espaço Urbano”, in Fernandes, J., **A Arquitectura**, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, pp. 91-120

Fernandes, J.M. 1991, “VALIS 1990-91: Modernizar Lisboa ligando o passado ao futuro”, **Sociedade e Território**, 14-15, pp. 16-31

Fernandes J.M., 1993, “ Património e Memórias”, in José Manuel Fernandes, **Arquitectura Portuguesa: Temas actuais**, Cotovia, Lisboa

Ferreira, A. M., 1994, **A Arquitectura Hoteleira de Lisboa, 1892- 1959**, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, FCSH/UNL, Lisboa

8 - Referências Bibliográficas

Ferreira, A. M., 1997, "A importância do Arquitecto Raúl Lino na Tentativa de Criação de uma Tipologia de Hotel", **9º Congresso do Algarve**, 7 a 9 de Março, Racal Club

Ferreira, A. M., 1997, O crescimento urbano de Faro na Década de 60 e o Turismo, **Alumni Manifesto – Suplemento de O Algarve**, nº 12

Ferreira, C., e Simões, N., 1987, **Tratamento Estatístico e gráfico em geografia**, Gradiva, Lisboa

Ferreira, R., e Caldas, E., 1996, "Beja Reabilitação do Bairro das Portas de Moura, Centros Históricos", 3/4, **Associação de Municípios com Centro Histórico**, Santarém

Ferreira, S., 2002, "Nunes Correia, coordenador do Polis Requalificar cidades é sinónimo de desenvolvimento", As 250 Maiores de Norte a Sul. Forum Empresarial, **Público**, 15/4

Ferreira, V., e Indovina, F., 1999, (coord.), **A cidade e a Expo'98**, Bizâncio, Lisboa

Ferreira, V., 2000, "Das Assimetrias Territoriais às Redes de Cidades. Uma hipótese de Desenvolvimento Urbano", **Actas do Colóquio Territórios Alternativos, Ciência e Desenvolvimento**, 9 e 10 de Outubro, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Câmara Municipal de Grândola, **Territórios Alternativos**, nº 1, pp.31-35

Ferreira, V., Castro, A., 2000, "O Território, in Reis, A., (coord.) **Portugal anos 2000, Retrato de um País em mudança**, Círculo de Leitores e Comissariado de Portugal para a Expo 2000 Hannover, Círculo de Leitores, Rio de Mouro

Feilden, B. e Jokilehto, J., 1996, **Guide de Gestion des Sites Patrimoine Cultural Mundial**, UNESCO, Rome

Ferreira, A., (s. d.), **Turismo. Fonte de Riqueza e Poesia**, Edições SNI, Lisboa

Fillion, P., 1999, "Rupture or Continuity? Modern and Post modern Planning in Toronto", **International Journal of Urban and Regional Research**, 23, September, pp. 415-425

Finn, M., Elliott-White, M., e Walton, M., 2000, **Tourism and Leisure Research Methods. Data Collection, Analyses and Interpretation**, Pearson Education, Harlow

Florence, P., 1948, **Investment Location and Size of the Plant**, National Institute of Economic and Social Research, London

Flores, A., 1999, "O Turismo no Algarve na primeira metade do século", in Marques M. G., **O Algarve da Antiguidade aos nossos dias**, Edições Colibri, Lisboa, pp.599-611

Flusty, S., 1994, **Building Paranoia: The Proliferation of Interdictory Space and the Erosion of Spatial Justice**, Forum For Architecture and Urban Design, Los Angeles

Goody, W., 1996, **Como Perguntar. Teoria e Prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários**, Celta, Oeiras, 1ª edição 1993

Formica, S., e Usyal, M., 1996, "The revitalization of Italy as a tourist destination", **Tourism Management**, 17, (5), pp.323-331

Forestier, J., 1989, **Planning in Face of Power**, University of California Press, Berkeley

Forestier, J., 1993, **Critical Theory; Public Policy and Planning Practice**, State University of New York Press, Albany

Fortin, M., 2000, **O Processo de investigação. Da concepção à realização**, Lusociência, Loures, 1ª edição, 1999

Fortuna, C., Ferreira, C., e Abreu, P., 1999, "Espaço público urbano e cultura em Portugal" **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 52-53, pp. 85-117

Foucault, M., 1969, **L'archéologie du savoir**, Gallimard, Paris

Foucault, M., 1971, **Madness and Civilization. A history of insanity in the Age of Reason**, Tavistock, London,

Foucault, M., 1979, **Discipline and Punishment**, Penguin, Harmondsworth

Foucault, M., 1980, **The History of Sexuality**, Vintage, New York

Foucault, M., 1988, **As palavras e as coisas**, Edições 70, Lisboa

Foucault, M., 1991, Governmentality in O Burchill, C Gordon e P Miller, (eds) **The Foucault's Effect, -Studies on Governmentality**, Harvest Wheatsheaf, Hemel Hempstead

Francastel, P., s.d, **Arte e Técnica. Nos séculos XIX e XX**, "Livros do Brasil", Lisboa.

Frampton, K., 1985, **Modern Architecture. A Critical History**, Thames and Hudson, London, 1ª edição 1980

Frampton, K., 1985, "Toward a Critical regionalism from Hal Foster, Postmodern Culture", in Miles, M., Hall, T., e Borden, I., 2000, **The City Cultures Reader**, Routledge, London

8 - Referências Bibliográficas

França, J. A., 1984, **A Arte em Portugal no Século XIX**, 2 vols, Livraria Bertrand, Lisboa

França, J. A., 1989, **A Arte em Portugal no Século XX**, Livraria Bertrand, Lisboa

França, J. A., 1989, **Lisboa: urbanismo e arquitectura**, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa

França, J.A., 1996, "O Património cultural – sentido e evolução", in Miranda, J., Claro, J., e Almeida, M., **Direito do Património Cultural**, Instituto Nacional de Administração; Lisboa, pp.23-39

Freire, J. P., (Mário), 1937, **Minudências Lisboetas. Rápidos aspectos de Lisboa Antiga**, Livraria Simões Lopes, Porto

Frey, H., 1999, **Design the City. Towards a more sustainable urban form**, E & Spoon, London

Frey, W., 1993, "The new urban revival in the United States", **Urban Studies**, nº 30, pp.741-774

Friedman, J., 1999, "Ser no mundo: Globalização e Localização", in Featherstone, M., **Cultural Global. Nacionalismo, Globalização e Modernidade**, Editora Vozes, Petrópolis

Frisby, D., e Featherstone, M., 1997, **Simmel on Culture**, Sage, London

Fyfe, N., 1995, "Policing the City", **Urban Studies**, 32, (4-5), pp. 759-778

GB Department of Culture, Media and Sport, 1998, **Creative Industries**; Report of the Creative Task Force, DCMS; London

Ganau, J., 1997, "Town Planning and conservationist policies in the historic city centre of Barcelona", (1860-1930), **Planning History**, 19, pp.23-31

Garay, M., 1980, **Le tourisme culturel en France, Notes et Etudes documentaires**, Direction de la Documentation Française, Paris

Gans, H., 1961, **The Urban Villages: Group and Class in the Life of Italian-Americans**, Free Press, New York

Gans, H., 1967, **The Levittowners**, Vintage, New York

Ganz, H., 1993, "From underclass to undercast: Some observations about the Future of the Post industrial. Economy and it's major victims", **Urban and Regional Research**, 17, (3), pp. 327-336

Garnham, N., 1987, "Concepts on Culture – public policy and cultural industries", Gray, A., e McGuigan, J., 1997, **Studying Culture**, Arnold, London, p. p. 54-62, 1ª edição 1993

Garnsey, E., 1998, "The Genesis of the High Technology Milieu: A Study of Complexity", **International Journal of Urban and Regional Research**, 22, (3-4), pp. 361-377

Garofoli, G., 1994, "Os sistemas de pequenas empresas. Um caso paradigmático de desenvolvimento endógeno", in Benko, G., e Leipietz, A, **As regiões ganhadoras. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da geografia económica**, Celta Editora, Oeiras

Garrod, B., e Fyall, A, 2000, "Managing Heritage Tourism", **Annals of Tourism Research**, 27, (3), pp. 682-708

Gaviria, M., 1975, **Turismo de Playa en España**, Ediciones Turner, Madrid

Geddes, P., (1915), **Cities in Evolution: An Introduction to the town planning movement and to the Study of Civics**, Willians and Norgate, London

Geertz, C., 1973, "Thick Description: Towards an Interpretative Theory of Culture", **The Interpretation of Culture**, p.p. 3-32

Gertler, M., 1988, "The limits of flexibility: comments on the pós fordist vision of production and it's geography", **Transcriptions**, Institute of British Geographers, 13, pp. 419-432

Getz, D., 1992, Tourism planning and destination life cycle, **Annals of Tourism Research**, 19, (4), 752-770

Getz, 1994,"Residents' Attitudes Towards tourism: A Longitudinal Survey in Spey Valley, Scotland", **Tourism Management**, 15, pp. 247-258

Ghauri, P., Gronnhaug, K., e Kristianslung, 1995, **Research Methods in Business Studies. A Practical Guide**, Prentice Hall, Hemel Hempstead

Giddens, A., 1981, **The contemporary critique of historical materialism**, University of California Press, Berkeley,

Giddens, A., 1996; **Novas Regras do Método Sociológico**, Gradiva, Lisboa

Giddens, A., 1997, **Sociologia**, Fundação Calouste Gulbenkiann, Lisboa

Giddens, A , 1999, **The consequences of modernity**, Polity Press, Cambridge

Girard, A., 1998, "As investigações sobre as práticas culturais", Rioux, J., Serinelli, J., (ed) **Para uma História Cultural**, Editorial Estampa, Lisboa, pp. 281-289

8 - Referências Bibliográficas

Gitlin, I., 1989, "Postmodernism, Roots and Politics " in Angus, I., e Jhally, S., (eds) **Cultural Politics in Contemporary America**, Routledge, London

Glasson, J., 1994, "Oxford: a heritage city under pressure. Visitors, impacts and management responses", **Tourism Management**, 15, (2), pp. 137-144

Glasson, J., Godfrey, K., Goodey, B., Absalom, H., e Van der Borg, J., 1995, **Towards Visitor Impact Management**, Ashgate, Aldershot

Globe '90, 1990, "An action Strategy for sustainable Tourism Development", **Tourism Stream Action Strategy Committee, Global Opportunities for Business and Environment (Globe, 90)** Conference, Vancouver, Canada, 13 a 23 de Março

Godfrey, K., 1996, "Towards sustainability? Tourism in the Republic of Cyprus", in Harrison, L., e Husbands, W: **Practicing Responsible Tourism. International studies in Tourism Planning and Development**, Wiley, London, 1996

Godfrey, K., Clarke, J., 2001, **The Tourism Development Handbook. A Practical Approach to Planning and Marketing**, Cassel, London

Goffman, E., 1962, **Asylums. Essays on the Social Situation of Mental Patients and other Inmates**, Doubleday, New York

Gohen, P.G., 1998, "Public Space and Geography of the modernity", **Progress in Human Geography**, 22, (4), pp. 479 - 496

Goitia, F.C., 1989, **Breve História do Urbanismo**, Editorial Presença

Golledge, R., e Stimson, R., 1997, **Spatial Behaviour: A Geographic Perspective**, Gilford Press, New York

Gómez, M., e Rebollo, F., 1995, "Coastal Areas: Processes, Typologies and Prospects", **European Tourism, Regions, Spaces and Restructuring**, Wiley, Chicester, pp. 111-126

Gomez, V., e Sinclair, T., 1996, "Tourism Demand and Supply in Spain" , in Barker, M., Towner, J., e Newton, M., (eds), **Tourism in Spain. Critical Issues**, Cab International, Oxon, pp.65-89

Gonçalves, F., 1988, "A Organização Institucional d Planeamento Urbanístico em Portugal: Problemas e Dificuldades" in **Urbanismo e Poder Local, Jornadas Internacionais**, 24 a 26 de Novembro, Coimbra, Edição do Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra, pp. 115-161

Gonçalves, J., 2001, **Faro, Cidade de Oportunidades**, Ambifaro S.A. Faro

Gonzalez, J., 1994, "Bilbao: culture, citizenship and quality of life", Bianchini, F., e Parkinson, M., (eds), **Cultural policy and urban regeneration. The West European Experience**, Manchester University Press, Manchester, 1ª edição 1993, pp.73-89

Goodchild, B. 1990, "Planning and the modern/postmodern debate", **Town Planning Review**, nº 61, pp. 119-137

Goodman, R., 1971, **After the Planners**, Simon & Schuster, New York

Goodey, B., 1977, **Interpreting the Conserved Environment**, Working Paper 29, Oxford Polytechnic Department of Planning, Oxford,

Goodey, B., 1994, "Interpretative Planning", in Harrison, R., **Manual of Heritage Management**, Butterworth Heinemann, Oxford, pp. 303-311

Gormsen, E., 1981, "The spatio-temporal development of international tourism. Attempt at the centre periphery model" in **La consommation d'espace par le tourisme e sa preservation**, CHET, Aix-en-Provence, pp. 150-170

Gorz, A., 1982, **Farewell to the Working Class**, Pluto, London

Gosling, D., Maitland, B., 1984, **Concepts of Urban Design**, Academy Editions, London

Gospodini, A., 2001, "Urban Design, Urban Space Urban Tourism: An Emerging New Paradigm Concerning Their Relationship", **European Planning Studies**, 9, (7), pp.925-934

Gottdiener, M., 1995, **Postmodern semiotics: material culture and the forms of postmodern life**, Blackwell, Oxford,

Gouldner, A., 1979, **The Future of Intellectuals and the Rising of the New Class**, Seabury Press, New York

Goymen, 2000, "Tourism and Governance in Turkey", **Annals of Tourism Research**, 27, (1) p.p. 1024-1045

Graburn, N., 1995, "The past in present neo traditionalism in contemporary Japanese domestic tourism", in Buttler, R., e Pearce, D., **Change in Tourism. People, Places, Processes**. Routledge, New York,

Graham, S., e Healey, P., 1999, "Relational Concepts of Space and Place: Issues for Planning Theory and Practice", **European Planning Studies**, 7, (5), pp. 623-647

Gramsci, A., (1971), **Selections from the Prison Notebooks**, Lawrence and Wishart, London

8 - Referências Bibliográficas

Grant, J., 1994, "On some public uses of planning theory: rhetoric and expertise in community planning disputes", **Town Planning Review**, 65, (1), pp. 59 – 77

Gratton, C., e Richards, G., 1996, "The Economic Context Of Cultural Tourism" in Richards, G., **Cultural Tourism in Europe**, Cab International, Oxon, p.p.71-87

Great Britain Department of Culture, Media and Sport, 1998, **Creative Industries**; Report of the Creative Task Force, DCMS; London

Greater London Council, 1974, **Tourism in London: a Plan**, London,

Gregory, D., 1994, **Geographical Imaginations**, Blackwell, Oxford

Grefe, X., 1990, **La valeur économique du patrimoine**, Anthropos, Paris, pp.253

Griffin, D., (ed), 1988, **Spirituality and Society: Postmodern Visions**, SUNY, Albany

Grumbach, A., 1978, The Theatre of Memory, **Architectural Design Profile**, nº 48, pp. 15

Guerreiro, F., 1968, "Praia de Faro", **O Algarve**, 9/6

Guerreiro, J., 1991, "Processo de recuperação do Centro Histórico de Évora. Planeamento e Prática Urbanística – Ligações à População", **Sociedade e Território**, 14/15, pp. 41-47

Guichet, O, (s.d.) **As regiões do Arco do Atlântico**, Arc Atlantique s.l.

Gunn, C., 1977, "Industry Pragmatism versus Tourism Planning", **Leisure Sciences**, 1,(1), pp. 85-94

Gunn, C., 1980, "Amendment to Leiper. The Framework of tourism", **Annals of Tourism Research**, 7, p.p. 253-255

Gunn, C., 1982, Destination zones fallacies and half truths, **Tourism Management**, 3,(4), p.p. 263-269

Gunn, 1988, **Tourism Planning: Basics, Concepts, Cases**, Taylor and Francis, Washington, 2ª edição

Gunn, C., 1990, **Vacationscape. Design Tourist Regions**, van Nostrand Reinhold, Melbourne 1ª edição, 1972

Gunn, C., 1994, **Tourism Planning: Basics, Concepts, Cases**, Taylor and Francis, Washington, 3 edição (edição revista)

Gurgel, G., 1993, **La ville aujourd'hui**, Hachette, Paris

Gwydraf, W., 1995, "Prospecting for Gold: Manchester's City Pride Experience", **Planning Practice and Research**, vol. 10, n(¾), pp. 345-358

Haan, van der, T., 1996, "A redefinition of mass tourism destinations", **Seminário Internacional Marketing dos Destinos Turísticos, Escola Superior de Gestão Hotelaria e Turismo, Universidade do Algarve**, 23 e 24 de Maio, (Documento Policopiado)

Habermas, J., 1970, **Towards a Rational Society**, Beacon Press, Boston

Habermas, J., 1980, **The Structural Transformation of the Public Sphere. An Inquiry into a category of Bourgeois Society**, Polity, Cambridge, 1ª edição alemã 1962

Habermas, J., 1983, "Modernity. An incomplete Project", in Foster, H., 1983, **The Anti-Aesthetic**, bay Press, Seattle, p.p.3-15

Habermas, J., 1986, "The New Obscurity" **Philosophy and Social Criticism**, 2, (2), pp. 2-18

Habermas, J., 1981, "Modernity versus Postmodernity", in Alexander, J., e Seidman, S., (eds), 1994 **Culture and Society. Contemporary Debates**, MIT Press, Cambridge, pp. 342-354

Habermas, J., 1997, **The new conservatism. Cultural Criticism and the Historian's debate**, MIT Press, Cambridge

Hall, C., 1994, **Tourism and Politics. Policy, Power and Place**, Wiley, Chicester

Hall, C., 1992, **Hallmark Tourist Events:Impacts, Managment and Planning**, Belhaven, London

Hall, C., 1998, "The politics of decision making and top-down planning:Darling Harbour. Sydney", in Tyler, D., Guerrier, Y., Robertson, M., **Managing Tourism in Cities**, Wiley, Chicester

Hall, C., e Jencks, 1995, **Tourism and Public Policy**, Routledge, London

Hall C., e Lew, A., 1998, **Sustainable Tourism. A Geographical Perspective**, Longman, London

Hall, C., e Page, S., 1999, **The Geography of Tourism and Recreation. Environment, Place and Space**, Routledge, London

8 - Referências Bibliográficas

Hall, P., 1982, **Urban and Regional Planning**, Allen and Unwin, London, 1ª edição 1975

Hall, P., 1997, "The view from London. Twenty five years of planning at the DOE", in Blowers, A., e Evans, B., **Town Planning in the 21st Century**, Routledge, London, pp. 119-136

Hall, P., 1998, **Cities of Tomorrow**, Blackwell, Oxford, 1ª edição, 1988

Hall, P., 2000, "Creative Cities and Economic Development", **Urban Studies**, 37, (1), pp. 639-649

Hall, P., e Landry, C., 1997, **Innovative and Sustainable Cities**, European Foundation For the Improvement of Living and Working Conditions, Dublin

Hall, T., 1997, "(Re) placing the City Cultural relocation and the city center" in Westwood, S., e Williams, J., **Imagining Cities**, Routledge, London, pp. 202-219

Hall, T., e Hubbard, P., 1996, "The entrepreneurial city: new urban politics, new urban geographies?", **Progress in Human Geography**, 20, (2), pp. 153-174

Hamnet, C., 1994, "Social Polarisation in the Global Cities. Theory and Evidence", **Urban Studies**, 31, (3), pp. 401-424

Hamnet, C., Buttler T., 1994, "Gentrification, Class and Gender. Some Comments on Warde's "Gentrification Consumption", **Society and Space**, nº 12, pp. 477-93

Hamnet, C., e Randolph, B., 1986, "Tenural Transformation and the Flat Breakup in London: The British Experience" in Smith, N., e Williams, P., (eds) **Gentrification and the City**, Allen and Unwin, Bostn, p.p. 121-152

Haralambopoulos, N., e Pizam, A, 1996, "Perceived impacts of Tourism: The Case of Samos", **Annals of Tourism Research**, 23, pp.503-526

Hardy D., 1990, **From Garden Cities to Green Politics. Campaign for Town and County Planning, 1946-1990**, E & Spon, London

Harouel, J., 1981, **Histoire de l'Urbanisme**, PUF, Paris

Harrison, B., 1992, "Industrial districts: Old wine in new bottles?", **Regional Studies**, 26, pp. 469-483

Harrison, D., 1995, "Development of tourism in Swaziland", **Annals of Tourism Research**, 22, (1), pp. 135-156

Harrison, R., 1994, "London's Tower Bridge", in Harrison, R., **Manual of Heritage Management**, Butterworth Heinemann, Oxford, pp. 315-318

Harvey, D., 1989, **The Condition of Post Modernity: An Enquiry Into the Origins of Cultural Change**, Blackwell, Oxford

Harvey, D., 1989, **The Urban Experience**, Blackwell, Oxford,

Harvey, D., 1989, "From Managerism to Entrepreneurism. The transformation in Urban Governance in Late Capitalism", from *Geografiska Annale*, in Miles, M., Hall, T., Burden, I., 2000, **The City Cultures Reader**, Routledge, London, pp. 50-60

Harvey, D., 1992, "Social Justice and the city", from "International Journal of Urban and Regional Research", in La Gates, R., e Stout, F., 1999, **The City Reader**, Routledge, London 1966, 2ª edição, pp.199-208

Hawkins, D., Levental, M., e Oden, W., 1997, "The Virtual Environment. Utilization of Information Technology to Enhance Strategic Travel Marketing", Cooper, C., e Wanhill, S., (ed), **Tourism Development Environmental and Community Issues**, Wiley, New York

Hayden, D., 1996, "What would a Non sexist City be like? Speculations on Housing, Urban Design and Human Work", from CR Stimpson (ed) "Woman and the American City", 1981 in LeGates, R., e Stout, F., **The City Reader**, Routledge, London , 2ª edição, pp. 503-518

Hayward, R., e McGlyn, S., 1995, "The town centres we deserve. Guiding for planning, design and management: review article", **Town Planning Review**, 66, (3), pp.321-328

Haywood, M. T., 1986, "Can the tourist area life cycle be made operational?," **Tourism Management**, 7, (3), 54-63

Haywood, K., e Walsh, L., 1996, "Strategic Planning for Fiji. An Oxymoron for providing coherence for the decision making?" in Harrison, L., e Husbands, W., **International Case Studies in Tourism Planning, Policy, and Development**, Wiley, New York, pp.103-125

Healey, P., 1992, Planning through debate. The communicative form in planning theory, **Town Planning Review**, 63, (2), April pp. 143-163

Healey, P., 1994, "Development Plans: New approaches to making frameworks for land use regulation" **European Planning Studies**, 2, (1), pp. 39-57

Healey, P., 1997, "The revival of strategic spatial planning in Europe", in Healey, P., Khakee, A., Motte, A., Needham, B., (ed), **Making Strategic Spatial Plans. Innovation in Europe**, UCL Press, London

8 - Referências Bibliográficas

Healey, P., 1997, "An institutionalist approach to special planning", in Healey, P., Khakee, A.; Motte, A., Needham, B., (ed), **Making Strategic Spatial Plans. Innovation in Europe**, UCL Press, London

Healey, P., 1998, Collaborative Planning In Stakeholder Society; **Town Planning Review**, 69, (1), pp. 1-21

Healey, P., Purdue, M., e Dennis, F., 1995, **Negotiating Development, Rationales and Practice for Development Obligations and Planning Gain**, E & FN Spon, London

Healey, P., Khakee, A., Motte, A., e Needham, B., 1997, "Strategic plan making and building institutional capacity, ", in Healey, P., Khakee, A., Motte, A., Needham, B., (ed), **Making Strategic Spatial Plans. Innovation in Europe**, UCL Press, London, p.p. 1-21

Heath, T., (1997), The Twenty Four Hour City Concept – a Review of Initiatives in British Cities, **Journal of Urban Design**, 2, (2), pp. 193-204

Heeley, J., 2001, "Public-private partnerships in tourism", in Lockwood A., e Medilik, S., **Tourism and Hospitality in the 21st century**, Butterworth Heinemann, Oxford

Heidegger, M., 1982, **The Basic problems of Phenomenology**, Indiana University Press, Bloomington, 1ª edição 1927

Hemel Hempstead Development Corporation, 1952, **The Development of Hemel Hempstead**, HHDC, s.l.

Henriques, E., "Turismo, Património e Cidade: da revitalização urbana ao risco de manipulação da paisagem", **Turismo e Lazer, Estudos para Planeamento Regional e Urbano**, Centro de Estudos geográficos, Universidade de Lisboa 1996

Herbert, R., 1994, **Monet on the Normandy Coast**, Yale University, s.l.

Hewison, R., (1987) **The Heritage Industry: Britain in a Climate of Decline**, Methuen, London

Hierneaux, Nicolas, D., 1999, "Cancun Bliss" in D Judd e SS Fainstein, **The Tourist City**, Yale University, s.l., pp. 124-139

Hill, M., Hill, A., 2000, **Investigação por Questionário**, Edições Sílabo, Lisboa

Hinch, T., 1996, "Urban Tourism: Perspectives on Sustainability", **The Journal of Sustainable Tourism**, 4, (2), p.p. 95-11

- Hinch, T., 1998, "Sustainable urban tourist attractions: The case of Fort Edmonton Park", in Hall, C., e Lew, A., **Sustainable Tourism. A geographical Perspective**, Longman, Edinburgh, p.p. 85-199
- Hobsbawn E., 1983, "Inventing Traditions: Europe 1870-1914" in E Hobsbawn e Terence Ranger (eds) **The Invention of Traditions**, Cambridge University Press, New York
- Hoffman, L., e Musil, J., 1999, "Culture Meets Commerce in Postcommunist Prague", in Judd, D., e Fainstein, S., **The Tourist City**, Yale University Press, New Haven and London, pp. 179-198
- Hohn, V., 1997, "Townscape preservation in Japanese urban planning", **Town Planning Revue**, 68, (2), pp. 213-255
- Holanda, Francisco de, 1984, **Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa**, Livros Horizonte, Lisboa, 1ª edição 1879
- Holcomb, H., 1984, "Women in the rebuilt urban experience: The United States experience", **Built Environment**, 10, (19), pp. 18-24
- Hollinshead, K., 1999, "Surveillance and Worlds of Tourism: Foucault and the Eye of Power", **Tourism Management**, 20, (1), pp. 7-24
- Holloway, C., 1994, **The Business of Tourism**, Pitman, London, 4ª edição
- Holloway, C., 1998, **The Business of Tourism**, Pitman, London, 5ª edição
- Holston, J., 1989, **The Modernist City. An Anthropological Critique of Brasilia**, University of Chicago Press, Chicago
- Hope, C., Klemm, M., 2001, "Tourism in difficult areas revisited: the case of Braford", **Tourism Management**, 22, pp. 629-635)
- Hovinen, G., 1981, "The tourist life cycle in Lancaster County, Pennsylvania" **Canadian Geographer**, 25, (3), pp. 283-286
- Howells, J., 1983, "Filter down theory: location and technology in the UK pharmaceutical industry", **Environment and Planning, A**, 15, pp. 147-164
- Howells, 1999, "Regional Systems of innovation?" In Archibugi, D., Howells, J., e Michie, J., **Innovation Policy in a Global Economy**, Cambridge University Press, Cambridge, p.p.67-93
- Howells, J., , 2002, "Tacit Knowledge Innovation and Economic Geography", **Urban Studies**, 39, (5-6) pp. 821-884

8 - Referências Bibliográficas

Hu, Y., e Ritchie, B., 1993, "Measuring Destination Attractiveness: A Contextual Approach", **Journal of Travel Research**, XXXII, (2), 1993

Huat Chau, B., 1998, "Word Cities, Globalisation and the Spread of Consumerism: A View from Singapore", **Urban Studies**, 35, (5-6), 981-1000

Hugues, H., e Granton, C., 1992, "The economics of the culture industry", in D Wynne, (ed), **The Culture Industry: The Arts in Urban Regeneration**, Aldershot, Avebury, pp. 96-109

Human, B., 1994, "Visitor Management in the Public Planning Policy Contexts: A Case Study of Cambridge", **Journal of Sustainable Tourism**, 2, (4), pp.221-231

Hunziger, W., 1951, **Le Tourisme Social**, Alliance Internationale du Tourisme, Berne

Husbands, W., 1989, "Social status and Perception of Tourism in Zambia", **Annals of Tourism Research**, 16, pp. 237-253

Husserl, E. 1970, **Cartesian Meditations**, Martinus, The Hague, 1960, 1ª edição, 1929

Husserl, E., 1970, **The crise of European Sciences and transcendental Phenomenology**, Northwestern University Press, Evanston, 1ª edição 1936

Huyssen, A., 1986, **After the Great Divide: Modernism, Mass Culture, Postmodernism**, Indiana University Press Bloomington, IN

Huyssen, A., 1990, "Mapping the Postmodern" in Alexander, J., e Seidman, S., (eds) **Culture and Society: Contemporary Debates**, MIT Press, Cambridge, pp. 355-375

Hynes, T., 1985, **Windows into work: Architects and Writers**, New York Times Book Review, September 8

I.N.E., Instituto Nacional de Estatística, 2002, **Atlas das Cidades de Portugal**, INE, Lisboa

I.N.E., Instituto Nacional de Estatísticas, 1999, **Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio**, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

INE, Instituto Nacional de Estatística, 2000, **Estatísticas do Turismo**, Instituto Nacional de Estatística, Faro

Ingersoll, R., 1989, "Interview with Colin Rowe" **Design Book Revue**, 17 (Winter) 21-52

Iniquez, M., 1989, "The City and Classical Tradition", **Architectural Design: Reconstruction-Deconstruction**, pp.88-91

Ioannides, D., e Debbage, K., 1997, "Post- Fordism and flexibility; the travel industry polyglot", **Tourism Management**, 18, (4), pp.229-241

Inskeep, E., 1991, **Tourism Planning**, Van Nostrand Reinhold, New York

Inskeep, E., 1991, **National and Regional Tourism Planning. Methodologies and Cases Studies**, (WTO Publication), Routledge, London

Inskeep, E., 1993, **Tourism Planning. An Integrated and Sustainable Approach**, Van Nostrand Reinhold, New York

Isard, W., 1956, **Location and the Space Economy**, MIT Press, Cambridge, MA

Jack J., e Travis, R 1980, **Preserving the Past. Landscapes: historic Preservation and Environmental Management** PA; Hutchinson and Ross, Stroudsburg

Jackson, J. B., 1952, "The Almost Perfect City" from Landscape, in LeGates T., e Stout, F., 1999, **The City Reader**, Routledge, London, 1ª edição 1996

Jacobs, J., 1961, **The Death of Great American Cities: The Failure of Town Planning**, Random House, New York

Jafari, J., 1977, Editorial, **Annals of Tourism Research**, 5, p.p. 6-11

Jafari, J., 1987, "Tourism models and socio cultural aspects", **Tourism Management** 8,(2), p.p.151-159

Jafari, J., 1989, "Structure of tourism" in Witt, S., e Moutinho, L., **Tourism Marketing and Management Handbook**, Prentice Hall, Englewood Cliffs, New Jersey, pp. 437-442

Jager, M., 1986, "Class definition and the aesthetics of gentrification Victoriana Melbourne" in Smith, N., e Williams, P., **Gentrification of the City**, Allen & Unwin, Winchester, Mass, pp. 78-91

Jamal, T., e Getz, D., 1995, "Collaboration, Theory and Community Tourism Planning". **Annals of Tourism Research**, 22, pp. 186-204

Jamal, T., e Getz, D., 1996, "Does strategic Planning Pay? Lessons from destinations from Corporative Planning Experience", **Progress in Tourism and Hospitality Research**, 2, pp. 59-78

Jamal, T., e Gertz, D., 1999, "Community round tables for tourism-related conflicts: The dialectics consensus and process structures", **Journal of Sustainable Tourism**, 7, (3-4) pp. 290-313

8 - Referências Bibliográficas

Jameson, F., 1984, "Postmodernism: or the Cultural Logic of Late Capitalism", **New Left Review**, nº 146, pp. 53-92

Jameson, F., 1985, "Architecture and the Critique of Ideology", in Ockman J., (ed), **Architecture, Criticism and Ideology**, Princeton Architecture Press, New York, pp. 51-87

Jameson, F., 1988, "Postmodernism and consumer society", in Gray, A., e Mc Guigan, J., 1997, **Studying Culture. Na Introductory Reader**, Arnold, London, 1ª edição 1993, pp. 192-206

Jansen-Verbeke, M., 1986, "Inner City tourism, resource tourists and promoters", **Annals of Tourism Research**, 13, (1), pp. 79-100

Jansen-Verbeke, M., 1994, "The synergy between shopping and tourism: the Japanese experience", Theobald, W., (ed.) **Global Tourism: The next decade**, Butterworth Heinemann, Oxford

Jansen-Verbekker, M., 1998, "Developing Tourism Territories: The Challenge of sustainability and Territorial Organisation. Focus on Cultural Tourism" in the **Urban Environment in Tourism Sustainability and Territorial Organisation**. XII Summer Institute of European Regional Science Association e Associação Portuguesa da Desenvolvimento Regional Coimbra

Jansen-Verbeke, M., 1999, "Analysing Heritage Resources for Urban Tourism in European Cities", Pearce, D., e Buttler, R., **Contemporary Issues in Tourism Development**, Routledge, London, pp. 81-108

Jansen-Verbekker, M., e Ashworth, G., 1990, "Functional Associations and Spatial Clustering. An Analytical Approach to Tourism Combinations", **Annals of Tourism Research**, 17, p.p. 618-622

Jansen Verbekke, M e Dietvorst, 1987, "Leisure, Recreation and Tourism: A geographic view on integration" **Annals of Tourism Research**, 23, (2), p.p. 364-375

Jansen-Verbeke, M., e Lievois, E., 2001, "Marketing Integrado dos Destinos Turísticos", **dos algarves**, 8, pp. 21-25

Jansen-Verbeke, M., e Wiel, Van der E., 1995, "Tourism planning in urban revitalization projects", in. Ashword, G., e Dietvorst, A., (eds), **Tourism and special transformations**, Cab International, Wallingford, pp. 129-145

Jansen Verbeke, M., e Van Rekom, J., 1996, "Scanning Museums visitors. Urban Tourism Marketing", **Annals of Tourism Research**, 23, (2), pp. 364-375

Jencks, C., 1977, **The Language of the modern architecture**, Rizzolli, New York

Jencks, C., 1991, **The Language of Post Modern Architecture**, Academy Editors, London, 6th edition

Jencks, C., (ed), 1980, **Introduction to Post Modern Classicism. The New Synthesis**, Architectural Design Profile, St Martin's, New York

Jenkins, C., 1994, "Tourism in Developing Countries: The Privatisation Issue", in Seaton, A., Jenkins, C., Wood, R., Dieke, P., Benent, M., MacLellan, L., e Smith, R., **Tourism The State of the Art**, Wiley, New York, pp.3-9

Jenkins, C., e Henry, B., 1982, Government Involvement in Tourism in Developing Countries, **Annals of Tourism Research**, 9, 499-521

Jesus, M., 2001, **Ética y actividade empresarial. Cultura e valores éticos en las empresas Algarvenas**, Universidade de Huelva, Departamento de Direcção de Empresas e Marketing, Huelva.

Jones, C., e Watkins, C., 1996, "Urban Regeneration and Sustainable Markets", **Urban Studies**, 33, (7), 1129-1140

Joppe, M., 1996, "Sustainable Community Tourism Revisited", **Tourism Management**, 17, pp. 475-481

Judd, D., 1995, Promoting Tourism in US Cities, **Tourism Management**, 16, pp. 362-381

Judd, D., 1999, "Constructing the Tourist Bubble", in Judd, D., e Fainstein, S., **The Tourist City**, Yale University Press, New Haven and London, pp.261-273

Judd, D., e Fainstein, S., 1999, **The Tourist City**, Yale University Press, London

Judd, D., e Swanstrom, T., 1998, **City Politics. Private Power and Public Policy**, Longman, New York

Jurowski, C., Uysal, M., e Williams, D., 1997, "A theoretical analysis of host community resident reactions to tourism", **Journal of Travel Research**, 36, (2), pp. 3-11

Kadt, E., 1976, **Tourism: Passport to Development?** Oxford University Press, New York

Karski, A, "Urban Tourism: A Key to Urban Regeneration", **The Planner**, April 6, pp. 15-17

Katz, P., 1994, **The New Urbanism. Towards an Architecture of Community**, McGraw-Hill, New York

Kaul, R., 1985, **Tourism. A trilogy Volume -the Phenomenon**, Sterling, New Delhi

Kelbaug, D., 1989, **The Pedestrian Pocket Book**, Verso, New York

8 - Referências Bibliográficas

Kelly, M., 1998, **Critique and Power. Recasting the Foucault/Habermas Debate**, MIT, Massachusetts

Kelly, A., Robson, B., Safier, M., 1997, "Cultural Representation, the centre of the city and the third sector," **City 8, analyse of urban trends, culture, theory, policy, action**, December, pp. 117-131

Keogh, B., 1990, "Participation in Tourism Planning", **Annals of Tourism Research**, 17, pp. 449-465

Kerlinger, F., 1980, **Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais. Um tratamento conceptual**. Pedagógica e Universitária, 1ª edição 1979

Klapp, O., 1991, **Inflation of Symbols: Loss of Values in American Culture**, Transaction Press, New Jersey

Kimmel, J., 1995, "Art and Tourism in Santa Fé, New Mexico", **Journal of Tourism Research**, XXXIII, (3), pp.28-30

King, B., 1993, "Social Impacts of Tourism. Host Perceptions", **Annals of Tourism Research**, 20, pp. 650-665

King, B., Pizam, A., Milman, A., 1993, A, "The Social Impacts of Tourism on Nadi, Fiji as perceived by its Residents", **Annals of Tourism Research**, 20, pp. 650-665

King, R., 1993, "Mass Migration in Europe", Belhaven Press, London in Leontidou, L., "Postmodernism and the City: Mediterranean Versions", **Urban Studies**, 30, (6), 1993, pp. 949-965
Kinnear, C., e Taylor, J., 1996, **Marketing Research, An Applied Approach**, MacGraw-Hill, USA

Kitchen, T., 1996, "The future of development plans. Reflections on Manchester's experiences 1945-1995", in **Town Planning Review**, 67, (3), pp. 331-355

Kirstol, I., 1972, "About Equality", **Commentary**, 54, 41-47

Kirsblatt-Gimblett, B., (1983), "The Future of Folklore Studies in America. The Urban Frontier," **Folklore Forum**, 16, (2), pp. 175-234

Knowles, T., e Curtis, S., 1999, "The Market Viability of European Tourist Destination. A Post-Stagnation Life Cycle Analyses", **International Journal of Tourism Research**, 1, pp. 73-86

Knowles, T., Diamantis, D., e El-Mourhabi, J., 2001, **The Globalization of Tourism and Hospitality: A Strategic Perspective**, Continuum, London

Knox, P., 1987, The Social Production of Built Environment. Architects, Architecture and Post Modern City, **Progress in Human Geography**, (11), pp. 354-77

Kop, A., 1982, Contribution for the never ceasing debate: Modern Architecture, **Carré Bleu**, 3

Korzay, M., "Turkish Tourism Development", Seaton, A., Jenkins, C., Wood, R., Dieke, P., Benent, M., MacLellan, L., e Smith, R., **Tourism The State of the Art**, Wiley, Chicester, pp.85-99

Kratke, S., 2000, "Berlin: The Metropolis as a Production Space", **European Planning Studies**, 8, (1), p.p. 7-27

Krier, L., 1980, "The Reconstruction of the European City", in R Delevoy, (ed), **Counterprojects**, AMM, Brussels

Krier, L., 1999, **Arquitectura escolha ou fatalidade**, Estar Editora, Lisboa

Krier, R., (1975) **L' espace de la ville**, AMM, Bruxelas

Kriesi, K., 1988, New Social Movements and the New Class" **Theory, Culture and Society**, 9, pp. 93-114

Krippendoff, I., 1989, **The Holidaymakers: Understanding the Impact of Travel and Tourism**, Butterworth Heinemann, Oxford

Kristeva, J., 1969, **Semiotikè**,Seuil, Paris

Kristeva, J., 1989, **Etrangers à nous memes**, Fayard, Paris

Kuhn, T.S., 1995, **A estrutura das revoluções científicas**, Editora Perspectiva, São Paulo 1ª edição em língua inglesa 1962

Kuss, R., Graeffe, A, e Vaske, J., 1984, **Visitor's Impact Management**, National Parks Conservation Association, Washington DC

La vie des Menages de Quatre Nouveaux Ensembles de la Region Parisienne, 1962-1963, (CINAM, Centre d'Etudes Industrielles et Aménagement du Territoire, Paris)

Lagapoulos, A, 1993, "Postmodern geography and social semiotics of space", **Environment and Planning, D**, nº 11, pp. 255-257

Lamas, J., 1991, "Os planos de urbanização de Tavira", **Sociedade e Território**, 13, pp. 61-72

Lamas, J., **1993, Morfologia Urbana e Desenho das Cidades**, FCG/JNITC, Lisboa

8 - Referências Bibliográficas

Lamas, J., 1986, "Plano de Recuperação e Salvaguarda do Centro Histórico de Tavira", **4º Congresso do Algarve**, Vilamoura, pp.236-242

Lamas, J., 2000, "Desenho de Cidade para Melhoria da Qualidade de Vida", **Urbanismo**, 7

Landry, 2001, **The Creative City. A Toolkit for Urban Innovators**, Earthscan Publications, London

Lankford, S., e Howard, D., 1994, "Developing a tourist impact scale", **Annals of Tourism Research**, 21, (1) pp. 121-139

Lankford, S., Buxton, P., Ronald-Hetzler e Little, J., 1995, "Response Bias and Wave Analysis of mailed questionnaires in Tourism Impact Assessments", **Journal of Travel Research**, XXXIII, (4), pp. 8-13

Lankford, S., Williams, A, e Knowles- Lankford, J., 1997, "Perceptions of Outdoor Recreation Opportunities and Support for the Tourism Development", **Journal of Travel Research**, XXXV, pp. 65-69

Lanquar, R., 1985, **Sociologie du Tourisme et des Voyages**, PUF, Paris

Lapham, L., 1998, Politics Nouveau, Harpers, 13, December

Larkkham, P., 1990, "Conservation and the management of historical Townscapes" in Slater, T., **The built form of Western Cities**, Leischester University Press, Leischester, pp. 349-369

Larkkham, P., 1996, **Conservation and The City**, Routledge, London

Larkkham, P., Jones, A., 1993 "The character of conservation areas in Great Britain", **Town Planning Review**, 64, pp. 395-413

Lash, S e Urry, J., 1987, **The End of Organized Capitalism**, Polity Press, Cambridge,

Law, C., Tupen, J., 1986, **Urban Tourism Project: Final Report**, Department of Geography, University of Salford/Greater Manchester Council, Manchester,

Law, C., 1990, "Tourism. A focus for urban regeneration" in Hardy, S., Hart, T., e Shaw, T., (ed) **The role of Tourism in urban and regional economy**, Regional Studies Association, South Shields Tyne and Wear, Newcastle upon Tyne

Law, 1992, "Urban Tourism and its Contribution to economic Regeneration", **Urban Studies**, 27, (3/4), pp. 599-618

Law, C., 1993, **Urban Tourism: Attracting visitors to large cities**, Mansell, London

Law, C., 1995, **Urban Tourism**. Routledge, London

Lawless, P., 1996, "The Inner Cities. Towards a new agenda," **Town Planning Review**, nº 67, (1), pp. 21-45

Laws, E., 2001, "Management of cultural and heritage destinations", in S Drumond e I Yeoman, **Quality Issues in Heritage Visitors Attractions**, Butterworth Heinemann, Oxford, pp. 78-96

Lawson, R., Williams, W. Young, T., Cossens, C., 1998, "A comparison of Residents' Attitudes towards Tourism in 10 New Zealand Destinations", **Tourism Management**, 19, (3), pp. 247-256

Le Corbusier, "A Contemporary City", from "The City of Tomorrow and its Planning ", (1929), in R LeGates, R., and Stout, F., 1999, **The City Reader**, Routledge, London, pp. 336-344, 1ª edição, 1996

Le Galès, P., e Mawson, J., 1995, "French Urban Policy: The implications for regeneration policies in English regions", **Planning Practice and Research**, 10, 3-4, pp. 379-399

Le Soleil à Lisbonne, s.d., Typographie Universel, Lisboa

Leal, J., 1968, "Faro valoriza-se, estando em curso o restauro da muralhas, a iluminação dos monumentos, a construção do novo Posto de Turismo e o estudo urbanístico da Penha", **Jornal do Algarve**, 17/02

Leal, J., 1970, Os TAP completou cinco anos de presença do Algarve, **O Algarve**, 19/7

Leal, J., 1984, "Em Defesa da "Vila-a-Dentro", **O Algarve**, 14/4

Lees, L., 2000, "A reappraisal of gentrification: towards a "geography of gentrification", **Progress in Human Geography**, 24 (3), pp. 389-408

Lebre, A. M., 1996, "As Componentes Estratégicas dos Planos Directores Municipais de Faro e Olhão", **Colóquio Internacional Os Desafios do Planeamento Estratégico**, 5 e 6 de Dezembro, Câmara Municipal de Loulé, Loulé

Lebre, A. M., 1998, "A urbanística do lazer e o turismo", **Territórios do Lazer e do Turismo, Sociedade e Território**, 28, pp.23-30

Lei nº 13 de 6 de Julho de 1985

Legates, R., e Hartman, C., 1986, "The Anatomy of displacement in the United States", Smith, N., e Williams, P., **Gentrification of the City**, Allen & Unwin, Winchester, Mass, pp.178-200

8 - Referências Bibliográficas

Leiper, N., 1979, "The framework of tourism", **Annals of Tourism Research**, 6, (4), pp.390-407

Leiper, N., 1990, "Tourist Attractions Systems", **Annals of Tourism Research**, 17, pp. 367-384

Leiper, N., 1993, "Defining Tourism and Related Concepts: Tourist, Market, Industry and Tourism System" in Mahmood Khan, Michel Olsen e Turgut Var, (editors), **VNR'S Encyclopedia of Hospitality and Tourism**, Van Nostrand Reinhold, New York, pp.539-558

Legislação Trígoso, vol. 12 – 1707 a 1721 , Alvará de 20 de Agosto de 1721, Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa; Lisboa in Pinto, A, 1995; Como estamos de Património?, **História**, (10)

Lennon, J. E Seaton, A V., 1998, "Pathways to success: Contrasting roles in public sector business development for the tourism industries – a comparison of Glasgow and Dublin", **International Journal of Public Sector Management**, 11, (2/3) pp. 139-153

Leontidou, L., 1990, **The Mediterranean City in Transition. Social Change and Urban Development**, Cambridge University Press, Cambridge

Leontidou, L., 1993, Postmodernism and the City: Mediterranean Versions, **Urban Studies**, 30, (6), pp. 949-965

Leontidou, L., 1993, "Informal Strategies of Unemployment relief in Greek Cities: the relevance of family, locality and housing", **European Planning Studies**, 1, pp. 43-68

Leontidou, L., (1996), Alternative to Modernism in (Southern) Urban Theory: Exploring In-Between Spaces, **International Journal of Urban Regional Research**, vol. 20, nº 2

Lever, W., 1999, "Competitive Cities in Europe", **Urban Studies**, 5-6, pp. 1029-1044

Lewis, J., e Williams, A., 1991, "Portugal: market Segmentation and regional specialization, in Williams, A., e Shaw, G., **Tourism & Economic Development. Western European Experiences**, Behaven Press, London, 1º edição, 1988

Ley, D., 1980,"Liberal ideology and the postindustrial city", **Annals of the American Geographers**, 70, (June), pp.238-58

Ley, D., 1982, "Of Tribes and idol: a reply to Greenberg and Walker", **Antipode**, 14 (19), pp. 38-44

Ley, D., 1983, **A Social Geography of the City**, Harper and Row, New York

Ley, D., 1986, "Alternative explanations for inner city gentrification: a Canadian assessment", **Annals of the Association of the American Geographers**, 76, pp.521-535;

Ley, D., 1996, **The Middle Class and the remarking of the Central City**, Oxford University Press, Oxford

Ley, D., e Mercer, J., 1980, "Locational Conflict and Politics of Consumption", **Economic Geography**, 56, pp. 89-10

Lilley, K. D., 1999, "Modern visions of urbanism in Europe: competing conceptions of urbanism in Europe area design", **Environment and Planning B, Planning and Design**, 26, pp. 427-446

Lichfield, N., 1975, **Evaluation of the planning process**, Pergamon, London

Lichfield, N., 1998, **Economics of urban conservation**, Cambridge University Press, Cambridge pp. 22-25

Light, D., 1996, "Characteristics of the audience for "events" at a heritage site", **Tourism Management**, 17, (3), pp. 183-190

Light d., e Prentice, 1994, "Who consumes Heritage product? Implications for the European heritage Tourism", in Ashworth, G. e Larkham, P., **Building a New Heritage Tourism, Culture and Identity in Europe**, Routledge, London, p.p. 90-119

Lima, F., 1936, "Pousadas", in **I Congresso Nacional de Turismo**, Sociedade Nacional de Tipografia, Lisboa, pp. 1-10

Lima, M., 1997, "Atitudes", in Jorge Vala e Maria Benedita Monteiro, **Psicologia Social**, Fundação Gulbenkian, Lisboa, pp. 167-199

Lingberg, K., e Johnson, R., 1997, "Modelling Resident Attitudes towards Tourism", **Annals of Tourism Research**, 24, (2), pp.402-424

Lino, R, 1916, "Hotel Portuguez para o Sul do paiz", **Revista de Turismo**, 2/1, pp. 108-109

Lipovetsky, G., s.d., **A Era do Vazio. Ensaio sobre o individualismo Contemporâneo**, Relógio d'Água Editores, Lisboa

Lipovetsky, G., 1989, **O Império do Efêmero: a moda e o seu destino nas sociedades modernas**, Publicações D Quixote, Lisboa, 1º edição francesa, 1987

Liu, J., e Var, T., 1986, "Residents Attitudes Towards Tourism Impacts in Hawai", **Annals of Tourism Research**, 13, pp. 193-214

Liu, J., Sheldon, P., e Var, T., 1987, "Resident's Perceptions of the Environment Impacts of Tourism", **Annals of Tourism Research**, 14, (1), 17-37

8 - Referências Bibliográficas

- Lobo, M., 1993, **Duas décadas de planos de Urbanização em Portugal (1934-1954)**, Dissertação de Doutoramento em Planeamento Urbanístico, Universidade Técnica de Lisboa
- Loftman, P., e Nervin, B., 1995, "Prestige projects and urban Regeneration in the 1980's and 1990's: a review of benefits and limitations", **Planning Practice and Research**, 10, (3-4), 1995 pp. 991-1019
- Loftman, P., e Nervin, B., 1996, "Going for Growth: Prestige Projects in three British Cities", **Urban Studies**, 33, (6), pp. 991-1019
- Logan, J., e Molotch, H., 1987, "Urban Fortunes. The Political Economy of Place", in Farnstein, S., e Campbell, S., 1996, **Readings in Urban Theory**, Blackwell Publishers, Oxford, pp. 291-336
- Long, P., Perdue, R., e Allen, L., 1990, "Rural Resident Tourism Perceptions and Attitudes by Community Level of Tourism" **Journal of Travel Research**, 28, (3), pp. 3-9
- Long, V., 1993, "Techniques for socially sustainable tourism development: Lessons from Mexico", in Nelson, J., Buttler, R., e Walls, G., (eds) **Tourism and Sustainable Development: Monitoring, Planning, Managing**, University of Waterloo, Waterloo
- Long, P., 1997, "Researching Partnership Organizations: From practice to theory to Methodology", in P Murphy, (ed) **Quality Management in Urban Tourism**, Wiley, Chichester, pp. 235-250
- Long, P., 1999, "Tourism Development in the Inner City Fringe: The Case of *Discover Islington*, London", **Journal of Sustainable Tourism**, 8, (3) p.p. 190-206
- Lopes, F., 1991, "Reabilitação Urbana de Lisboa" **Sociedade e Território**, 14-15, pp. 73-79
- Lopes, J., 1998, As Estatísticas da Cultura, Breve Reflexão, **Sociologia – Problemas e Práticas**, nº 36, pp. 121-129
- Lopes, J., 2000, "Em Busca de Um Lugar No Mapa. Reflexões sobre políticas culturais em cidades de pequena dimensão", **Sociologia, Problemas e Práticas**, 34, pp. 81-116
- Loukissas, P., Skayannis, P., 2001, Tourism, Sustainable development and environment., Apostolopoulos, Y., P Loukissas, P., e Leontidou, L., **Mediterranean Tourism. Facets of socio-economic and cultural change**, Routledge, London, pp.17-38
- Lovatt, A, e O'Connor, J., 1995, "Cities and Night-Time Economy", **Planning Practice and Research**, 10, (2), pp. 127-135
- Loza, R., 1993, " A recuperação do bairro da Sé, no Centro Histórico do Porto", **I Congresso Ibérico de Urbanismo**, Viana do Castelo, p.-p. 173-197

Lynch, K., s.d, **A Imagem da Cidade**, Edições 70, Lisboa, 1ª edição inglesa 1960

Lynch, .K., 1972 **What Time is this place?** MA, MIT, Cambridge,

Lynch, K , 1976 **Managing the Sense of Region**, MIT, MA Cambridge

Lyotard, J., 1989, **A Condição da Pós – Modernidade**, Lisboa, Gradiva,

Macedo, L., 1938, **A Baixa Pombalina**, Amigos de Lisboa, Lisboa

Machado, F., Costa, A, 1998, (organizadores) “Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social”, Viegas, J., Costa, A., **Portugal. Que Modernidade?** Celta, Lisboa, pp. 17-43, 1ª edição 1998

MacCannel, 1976, **The Tourist: A New Theory of the Leisure Class**, Sulouker Books, New York

MacCannel, 1989; **The Tourist: A New Theory of the Leisure Class**, Sulouker Books, New York (edição revista)

MacGuigan, J., 1996, **Culture and the Public Sphere**, Routledge USA e Canadá

MacLuhan, M., 1967, **The Media is the Massage**, Banhim Book, London

Maffesoli, M., 1996, **The Time of Tribes: The Decline of Individualism in Mass Society**, Sage, London

Madrigal, R.,1993 , “A Tale of Tourism in Two Cities”, **Annals of Tourism Research**, 20, pp. 336-353

Madureira Pinto, 1997,J., “Evolução da Economia e da demografia portuguesas nas últimas décadas”, **Colóquio A Política das Cidades**, 24 e 25 de Fevereiro de 1997, Conselho Económico e Social, s.l., pp.367-421

Magalhães, M., 2001, **Arquitectura Paisagística. Morfologia e Complexidade**, Editorial Estampa, Lisboa

Maia, P., 1996, “Introdução”, in **Plano Estratégico de Faro**, Câmara Municipal de Faro, Faro

Maitland, R., 1997, “ Cities, Tourism and Mixed Uses”, in Coupland, A., **Reclaiming the City. Mixed Use Development**, Alden Press, Oxford

8 - Referências Bibliográficas

Mapa do Movimento mensal de turistas Ano 1999, Região de turismo, RTA, s.d., s.l. Doc. Policopiado

March, J. 1966, "The Power of power", in Easton, D., (ed) **Varieties of Political Theory**, Prentice Hall, Englewood Cliffs

Marchena Gomez, M., 1995, "El Turismo metropolitano: Una aproximación conceptual", **Estudios Turísticos**, 126, pp. 7-21

Marcuse, P., 1986, "Abandonment, gentrification and displacement: the linkages in New York", Smith, N., e Williams, P., **Gentrification of the City**, Allen & Unwin, Winchester, Mass, pp. 153-177

Markusen, A, 1985, **Profit Cycles, Oligopoly, and Regional Development**, MIT Press, Cambridge, MA

Marion, R., e Marsh, C., 1995, "For Art's Sake: Public art, planning policies and the benefits for commercial property", **Planning Practice and Research**, 10, (2), p.p 189-199

Marques, A., e Serrão, 1991, J., (coord), **Portugal da Monarquia para a República**, Vol XI, Lisboa, Editorial Presença

Marques, A, e Serrão, J., (cood), 1992, **Portugal e o Estado Novo (1930-1960)**, vol. XII, Editorial Presença,

Marques, F., 2000, "O Património Cultural" in Reis, A., (coord.) **Portugal anos 2000, Retrato de um País em mudança**, Círculo de Leitores e Comissariado de Portugal para a Expo 2000 Hannover, Círculo de Leitores, Rio de Mouro

Marshall, A, 1961, **Principles of Economics**, MacMillan, London, 9 edição, 1ª edição, 1892

Martins, C., 1969, "Breves Nótulas sobre as diversas fases do crescimento de Faro", **Jornal do Algarve**, 12/07

Martins, G., 1997, "A Regionalização, o Planeamento Regional e Urbano e a Dimensão Europeia", **Regionalização e Desenvolvimento, Fórum, 2000**, ISCSP/UTL, Lisboa

Martins, J. 2000, **Attitudes of Residents Towards Tourism in Madeira**, Tese de Doutoramento em Turismo, University of Surrey

Masberg, B., e Silverman, L., 1996, "Visitor Experiences at Heritage Sites: A Phenomenological Approach", **Journal of Travel Research**, XXXIV, (4), pp.20-25

Mason, P., e Cheyne, J., 2000, "Resident's Attitudes to Proposed Tourism Development", **Annals of Tourism Research**, 27, (2) pp. 391-411

Massapina, V., 1985, "Plano de Salvaguarda e Recuperação do Centro Histórico de Beja", **Sociedade e Território**, 2, pp. 29-39

Massapina, V., 1991, "Gabinetes Técnicos Locais. Usar de Novo?", **Sociedade e Território**, 14-15, pp. 51-56

Massey, D., 1992, "Space and Gender", **LSE Magazin**, Spring, pp. 32-34

Matarasso, F., e Landry, C., 1999, **Balancing act: twenty-one strategic dilemmas in cultural policy**, CEP, Strasbourg

Mathieson, A., e Wall, G., 1982, **Tourism: economic, physical and social impacts**, Longman, Essex

Matias, V., V., 2000, "Das Assimetrias Territoriais às Redes de Cidades. Uma Hipótese de Desenvolvimento Urbano", **Actas do Colóquio Territórios Alternativos, Ciência e Desenvolvimento**, 9 e 10 de Outubro, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Câmara Municipal de Grândola, Grândola, pp. 55-69

Master, H., e Prideaux, B., 2000, "Culture and Vacation satisfaction: a study of Taiwanese tourists in South East Queensland", **Tourism Management**, 21, pp. 445-449

McCool, S., e Martin, S., 1994, "Community Attachment and Attitudes Towards Tourism Development", **Journal of Travel Research**, XXXII, (3), pp. 29-35
Mc Cracken, G., 1990, **Culture and Consumption**, Indiana University Press, Indianapolis

McDougall, G., e Munro, H., "Scaling and Attitude Measurement in Travel and Tourism Research", in Ritchie, J., e Goeldner, **Travel Tourism and Hospitality Research. A Handbook for Managers and Researchers**, Wiley, Chichester, pp.115-129

McGregor, N., 1999, "Risk and Environment", in Leask; A., e Yeoman, I., **Heritage Visitor Attractions, an Operations Management Perspectives**, Cassel, London, pp.190-209

McIntosh, R., e Goeldner, C. , 1986, **Tourism: Principles, Practices and Philosophies**, Wiley, New York

McKercher, B., e Ritchie, M., 1995, "The Third Tier of the Public Sector Tourism: A profile of Local Government Tourism Officers in Australia", **Journal of Travel Research**, 34, (1), pp. 66-72

McLeod, M., 1985, "Meaning in Architecture Reconsidered." Conference proceedings, reimprimido in **Reader for the Contemporary Architecture Theory and Criticism** Columbia University, New York

8 - Referências Bibliográficas

- McLoughlin, J., 1969, **Urban and Regional Planning: A Systems Approach**, Faber and Faber, London
- Meadows, D., Meadows, D., Anders, 1973, **Os Limites dos Crescimento**, Publicações Dom Quixote, Lisboa
- Meadows, D., Meadows, D., Anders, 1993, **Além dos Limites: Da Catástrofe Total ao Desenvolvimento Sustentável**, Difusão Cultural, Lisboa
- Meethan, K., "Consuming (in) the Civilized City", 1990, in. Wall, G., e Nurryanti, W., Heritage and Tourism, **Annals of Tourism Research**, (Special Issue), 23, (2) pp.261-284
- Meethan, K., 2001, **Tourism in global society place, culture, consumption**, Palgrave, New York
- Meireles, M., Rocha, C., Teixeira, I., e Sousa, V., 1985, "Ribeira-Barredo: operação de "renovação urbana", **Sociedade e Território**, 2, pp. 55-68
- Mela, A., 1999, **A Sociologia das Cidades**, Editorial Estampa, Lisboa
- Mendes, M., 1991, "Plano Regional de Ordenamento do Algarve", **Sociedade e Território**, 39, pp. 39-41
- Mendonça, C., 2001, **Políticas e Práticas Culturais e Públicos de Teatro do Algarve**, Edições Colibri, Lisboa
- Merleau-Ponty, M., 1945, **Phénoménologie de la perception**, Gallimard, Paris
- Merlin, P., 1969, **Les Villes Nouvelles**, PUF, Paris
- Meyer-Arendt, K., 1985, "The Grand Island, Louisiana Resort Cycle", **Annals of Tourism Research**, 12, (3), pp. 449-465
- Middleton, V., 1990, **Marketing in Travel and Tourism**, Heinemann Professional Publishing, Oxford
- Middleton, V., 1998, **Sustainable Tourism. A Marketing Perspective**, Butterworth Heinemann, Oxford
- Migion, G., e Tamen, I., (eds) 1998, **European Cultural Routes**, Council of Europe Publishing, Strasbourg
- Miguel, M., e Mir, C., 2000, Gestion Tecnológica del Patrimonio Turístico, **Estúdios Turísticos**, 146, pp. 47-58
- Mill, R., 1991, **Tourism: The International Business**, Prentice Hall, Englewood Cliffs

Mill, R., e Morrison, A., 1985, **The Tourism System**, Prentice Hall, Englewood Cliffs, NJ

Miles, S., e Paddison, R., 1998, "Urban Consumption: An Historiographical Note", **Urban Studies**, 35, (5-6), 825- 839

Miller, J., 1989, « Good Literature is too substantial to fit through the lens of a camera, in Folio Society debate", in Strike, J., 1994, in **Architecture in Conservation. Managing Development at Historic Sites**, London, Routledge

Miller, S., 1999, "An Overview of the sector", in Leask, A., e Yeoman, I., **Heritage Visitor Attractions, an Operations Management Perspectives**, Cassel, London, pp.1- 20

Milligan, J., 1989, "Migrant Workers in the Guersey Hotel Industry", Unpublished thesis, Nottingham Bussiness scholl, Nottingham Polytechnic, in Ryan, C., **Recreational Tourism. A Social Science Perspective**, Routledge, London

Milman, A, e Pizam, A, "Social Impacts of Tourism on Central Florida", **Annals of Tourism Research**, 15, (2), pp.191-204

Milne, S., 1990, "New Forms of manufacturing and their spatial implications: The electronic consumer goods industry". **Environment and Planning**, A, 22, pp. 211-232

Mingione, E., 1993, "The New Urban Poverty and the underclass: An Introduction", **International Journal of Urban and Regional Studies**, 37, (3) pp. 324-26

Mingione, E., e Monlicchio, E., 1994, "Forms of urban poverty in Italy: Risk Path Models in North and South", **Urban Studies**, vol. 3, (3), 413-427

Ministère de la Culture et de la Communication, 1997, **Les financements culturels européens. Modes d'emploi**, Department des Affaires Internationales, Paris

Ministérios do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e da Economia, 1997, **Despacho Conjunto Programa de Investimento Público de interesse Turístico para o Algarve, (PIPITAL) 1996-1999**, Diário da República, nº 93, II Série de 21/4

Ministério das Obras Públicas, Divisão dos Serviços de Planeamento, **Anteplano Regional do Algarve**, s.d., s.l.

Ministério do Planeamento, 1999, **Portugal. Plano de Desenvolvimento Regional, 2000-2006**, Ministério do Planeamento, Lisboa

Ministério do Planeamento, 1999, **Programa Operacional Regional do Algarve, 2000-2006**, Ministério do Planeamento, Lisboa

8 - Referências Bibliográficas

Ministry of Housing and Local Government, 1965, **Parking in town centres**, Ministry of Housing and Local Government, London

Ministry of Town and Country Planning, 1947, **The Redevelopment of Central Areas**, Ministry of Town and Country Planning, London

Mintaz, K., 1978, The walled city of Lhaore: directions for rehabilitation in Holod (ed), Conservation as Cultural Survival, Istanbul, in Orbasli, A., 2000, **Tourists in Historic Towns**, E&FN Spon, London

Miossec, J., 1976, **Éléments pour une théorie de l'espace touristique**, CHET, Aix-en – Provence

Miranda, A., 2002, “Filhos das “Elites” têm maiores probabilidades de entrar em cursos com boas saídas”, **Público**, 29,4/20023

Mok, C., Slater, B e Cheung, V., 1991, “Residents Attitudes towards tourism in Hong Kong”, **Journal of Hospitality Management**, 10, pp. 289-293

Mommas, H., 1996, “Modernity, Postmodernity and the cost of social modernization: a case study of fragmentation”, **International Journal of Urban and Regional Research**, nº 20, pp. 196-216

Mommas, H., e van der Poel, 1989, “Changes in economy, politics and lifestyles: an essay on restructuring of urban leisure”. in Bramhan P., Henry, J. Mommas, H e van der Poel (eds) **Leisure and Urban Processes: Critical Studies of Leisure Policy in West European Cities**, Routledge, London

Monforte Mir, JFV, 1994, “Agiotamento dos modelos turísticos Clássicos. Una estratégia territorial para la qualification: la referencia Valenciana”, **Estudios Turísticos**, 123, pp 17-45

Monfort Mir, V., Baidal, J., 2001, “Towards a sustained competitiveness of Spanish tourism”, in Apostolopoulos, Y., Loukissas, P., e Leontidou, L., **Mediterranean Tourism. Facets of socio-economic and cultural change**, Routledge, London, pp.17-38

Monteiro, PP., 1959, “Excertos da memória descritiva para o Hotel Ritz”, **Binário**, 13, Outubro

Montemagno, G., 2001, “Italian dualism and new tourism trends: The challenge of Mezzogiorno”, in Apostolopoulos, Y., Loukissas, P., e Leontidou, L., **Mediterranean Tourism. Facets of socio-economic and cultural change**, Routledge, London, pp.17-38

Montgomery, 1990, “In and against the market: the crisis of planning and the new economics”, in Montgomery, J., e Thornley, A., **Radical Planning Initiatives**, Gower, Aldershot, pp.77-89

Montgomery, J., 1995, “The Story of Temple Bar: creating Dublin’s cultural quarter”, **Planning, Practice and Research**, 10, (2), pp. 135-173

Montgomery, J., 1995 "Urban Vitality and Culture of Cities", **Planning Practice and Research**, 10, (2), pp. 101-109

Montgomery, J., 1997, "Café Culture: The Role of the Pavement Café in Urban Public Social Life", **Journal of Urban Design**, 2, (1), pp.83-101

Moreira, R., 1981, "A arquitectura Militar do Renascimento em Portugal", in A Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica, IV Centenário da Morte de João de Ruão Rouen 1500 – Coimbra 1580, **Actas do Simpósio Internacional, Instituto de História da Universidade de Coimbra**, IHAUC Coimbra, pp.288-289

Moreira, R., 1984, **Uma Utopia Urbanística Pombalina, o "Tratado de Ruação" de José Figueiredo Seixas**, Lisboa, Editorial Estampa

Moreira, R., 1989, **José Seixas da Costa**, in Dicionário de Arte Barroca, Editorial Presença, Lisboa

Morgan, M., 1991, "Dressing up to survive Majorca anew". **Tourism Management**, 12 (1), pp. 15-20

Morgan, M. 1994, "Homogeneous products: The future of established resorts", Theobald, W., (ed.) **Global Tourism: The next decade**, Butterworth Heinemann, Oxford

Morris, C., 1981 "Townscape area – a study in meaning" Kain, J., (ed) **Planning Conservation** Mansell, London

Morris, E., 1997, **British Town Planning and Urban Design. Principles and Policies**, Longman, Essex

Morrison, P., e Mc Murray, S., 1999, "The Inner City Apartment versus suburbs: Housing sub markets in New Zealand", **Urban studies**, 36, (2), pp. 375- 397

Mort, F., 1996, "Boulevard for the Fashionable and Famous, from Cultures of Consumption: Commerce, Masculinities and Social Space in Late Twentieth -Century Britain", in Miles, M., Hall, T., Borden, I., 2000, **The City Cultures Reader**, Routledge, London

Moscardo, 1996, "Minful Vistors: Heritage and Tourism", **Annals of Tourism Research**, 23,(2), p.p. 364-367

Moughtin, C., 1992, **Urban Design, Street and Square**, Butterworth, Oxford

Moughtin, C., 1992, "The European City Street, part 2.: relating form and function", **Town Planning Review**, 62, (2), pp. 153-201

8 - Referências Bibliográficas

Moughtin, C., 1992, "Urbanism in Britain", **Town Planning Revue**, 63, (1), pp. 29-46

Moule, E., e Polyzoides, S., "The Street, The Block and the Building", in Katz, P., **The New Urbanism. Towards an architecture of Community**, McGraw-Hill, New York, pp. XVII-XXI
Mozzicafredo, J., 1987, "Pós-Moderno e Estado Providência", **Sociologia**, 3, pp. 11-19

Mugica, I., 1994, "Turismo, medio ambiente y ordenación del territorio en los espacios litorales", **España un país turísticamente avanzado?**, I Congreso da Asociación de Expertos Científicos en Turismo, Marbella, 1994, Instituto de Estudios Turísticos, Madrid, 1995, pp. 71-89

Mullins, P., 1991, "Tourism urbanization", **International Journal of Urban and Regional Research**, 15, (3), pp. 326-42

Mullins, P., 1999, "International Tourism and the Cities of Southeast Asia", in Judd, D., e Fainstein, S., **The Tourist City**, Yale University Press, London, pp.245-261

Mumford, L., 1970, **The City in History**, Harcourt Brace, New York, 1ª edição em língua inglesa 1938

Murphy, P., 1980, "Tourism management using land use planning and landscape design: the Victoria experience", **Canadian Geographer**, 24, pp. 60-71

Murphy, P., 1981, "Community Attitudes To Tourism a Comparative Analysis". **Tourism Management**, 2, pp. 188-195

Murphy, P., 1985, **Tourism. A Community Approach**, Routledge, London

Murphy, P., Prichard, M., e Smith, B., 2000, "The destination product and it's impacts on traveller perceptions", **Tourism Management**, 21, pp. 43-52

Murphy, P. e Rosenblood, L., 1974, "Tourism: an exercise in Spatial Search" **Canadian Geographer**, 18, (3), pp. 201 - 210

Murray, C., 1984, "Choosing a Future from Losing Ground: American Social Policy 1950-1980" in, in LeGates R., e Stout, F., 1999, **The City Reader**, Routledge, London, 122-131 1ª edição 1996

Myerscough, J., 1998, **The economic importance of the arts in Britain**, Policy Studies Institute, London

Nairn, I., Cullen G., "Outrage", Architectural Press, London, 1950, citado por E Relph, **A Paisagem Urbana Moderna**, (Lisboa, Edições 70, s.d. pp. 211, - 1ª edição inglesa 1987

Négrier, F., (1996), "The professionalization of urban cultural policies in France: The case of festivals". **Environment and Planning C Government and Policy**, 14, pp. 515-529.

- Neto, T., 1986, "Faro no verbo acolher. Comunidade Mundial", **Jornal do Algarve**, 27/3
- Neves, C., 1969, "Faro Zona Comercial Agrícola e Turística de Grandes Recursos", **Jornal do Algarve**, 30/8
- Newcomb, R., 1979, **Planning the Past**, Dawson, London,
- Newman, P., 1995, "The Politics of Urban Redevelopment in London and Paris", **Planning Practice and Research**, 10, (1), pp. 15-23
- Newton, M., 1996, "Tourism and Public Administration in Spain", in Barker, M., Towner, J., e Newton, M., (eds), **Tourism in Spain. Critical Issues**, Cab International, Oxon, pp. 137-167
- Nicholas, R., 1945, "City of Manchester Plan", Norwich, Jarrod and sons, in Ted Kitchen, The Future of Development plans. Reflections on Manchester's Experiences, 1945-1995, **Town Planning Review**, 67, (3), 1996, pp. 340
- Nickerson, 1996, **Foundations of Tourism**, Prentice Hall, New Jersey
- Norcliffe, G., 1993; "The Regulation of Gerland from Mass Production to flexible Production in Tony Garnier "Cité Industrielle", **Journal of Urban and Regional Research**, 17, (2); pp. ???
- Noviant, P., 1978, « Projects de formes urbaines », **Architecture Mouvement Continuité**, nº 47, 3-15
- Nunes, Z., e Brito, J., 1986, "Uma forma de sentir Faro", **Jornal do Algarve**, 27/3
- OECD, 1992, Organization for Economic Development and Co-Operation, **Tourism Policy in OECD Countries**, OECD, Paris
- OECD, 1995, Organization for Economic Development and Co-Operation, **Governance in transition**, OECD; Paris
- OECD, 1996, **Issue Paper for the Conference on the Future Challenges in Tourism Policies**, OECD, Paris
- Oc, T., e Tiesdell, S., 1991, "The London Development Corporation (LDDC) 1981-1991. A perspective on the management of the urban regeneration", **Town Planning Review**, 62, (3), pp. 311-331
- Oc, T., e Tiesdell S., e Moynham, D., 1997, "The Death and Life of the Urban Challenge. Potential for lasting impacts in Limited life Urban regeneration Initiative", **Planning Practise & Research**, 12, (4), pp. 367-381

8 - Referências Bibliográficas

- Oglethorpe, M., 1984, "Tourism in Malta. A crisis of dependence". **Leisure Studies**, 3, 147-162
- Ollero, R., 1993, Reflexão sobre a experiência dos Núcleos Históricos na Cidade de Lisboa, I Congresso Ibérico de Urbanismo, Viana do Castelo, pp. 199-203
- Oliveira, L., 1985, "O projecto da Sé", **Sociedade e Território**, 2, pp. 49-55
- OMT Organização Mundial de Turismo, **Anuário de Estatísticas de Turismo**, 1999, 2000, 2001, 2002, OMT, Madrid
- OMT, Organisation Mondiale du Tourisme, 1990, **Tourisme à l'horizon 2000, aspects qualitatifs influent sur as croissance mondiale**, OMT, Madrid
- OMT, Organização Mundial de Turismo, 1990, **Protecção de Turistas Deficientes, Comissão de Técnicos de Segurança e Protecção de Turistas e Instalações Turísticas**, Madrid
- Ortégua y Gasset, J., 1973, **La rebelión de las masas**, Austral, Madrid,
- Osbasli, A., 2000, **Tourists in Historic Towns. Urban Conservation and Heritage Management**, e& FN Spoon, London
- Osório, L., 1990, "O turismo e o Estoril", **C e M – Câmaras e Municípios**, 10, Junho, pp. 50-62
- Oppermann, M., 1995, "Travel life cycles", **Annals of Tourism Research**, 22, pp. 535-552
- Owen, C., 1997, "Building a relationship between Government and Tourism." **Tourism Management**, 18, pp. 358-362
- Paddison, R., 1993, "City marketing, image reconstruction and urban regeneration", **Urban Studies**, 30, (2), pp. 339-350
- Page, S., 1995, **Urban Tourism**, Routledge, London
- Page, S., 1997, "Urban tourism. Analysing and evaluating the tourist experience", in Ryan, C., **The Tourist Experience A New Introduction**, Cassel, London
- Page, S., Hall, C., 2002, **Managing Urban Tourism**, Ptrentice Hall, London
- Palládio, A., 1965, **The Four Books of Architecture**, book III, Dove, New York

Palmer, A, 1996, "Linking external and Internal relationship building in network of public and private sector organizations: a case study", **International Journal of Public Sector Management**, 9, (3), pp. 51-60

Papadopoulos, S. 1986," The Tourism Phenomenon: an examination of important theories and concepts", in **Revue de Tourism**, 3, pp. 2-11

Park, A.,1936, "Human Ecology", **American Journal of Sociology**, nº 42, pp. 1-15

Parkin, F., 1968, **Middle Class Radicalism**, Manchester University Press, Manchester

Parlett, G., Fletcher, J., e Cooper, C., 1995, "The Impact of Tourism on the Old Town of Edinburgh", **Tourism Management**, 16, (5), pp. 355-360

Parrinello, G., 1993, "Motivation and anticipation in Post-Industrial Tourism", **Annals of Tourism Research**, pp. 233-249

Partidário, M., e Rosado, L., Acções Estratégicas para um Turismo Sustentável", **11º Congresso do Algarve**, 11 e 12 de Maio de 2001, Hotel Sheraton, Albufeira

Patin, V., 1997, **Tourisme et Patrimoine en France et en Europe**, La documentation Française, Paris

Património Classificado, 1997, Actas dos Encontros Promovidos pelo IPPAR e pela UCP, Lisboa
Paula, R., 1991,"Faro: análise de evolução Urbana", **Sociedade e Território**, 13, pp. 72-91

Paula, R., e Paula, F., 1993, **Faro. Evolução Urbana e Património**, Câmara Municipal de Faro, Faro

Pawley, M., (1990), **Theory and Design in the second Machine Age**, Blackwell, Oxford

Pearce, D, 1981, **Tourist Development**, Longman, London

Pearce, D., 1987, **Tourism Today. A Geographical Analysis**, Longman, Essex

Pearce, D, 1988, **Desarrollo Turístico. Su planificación y ubicación geográficas**, Editorial Trillas, México, pp. 29-44

Pearce, D., 1988, "Tourist Time-Budgets", **Annals of Tourism Research**, 15, (1), pp.106-121

Pearce, D., 1993, "Psychology of Tourism", in Khan, M., Olsen, M., e Var, T., (editors) **VNR'S Encyclopedia of Hospitality and Tourism**, Van Nostrand Reinhold, New York

8 - Referências Bibliográficas

- Pearce, D., 1995, **Tourism Today: A Geographical Analysis**, Longman, Harlow
- Pearce, D., 1998, "Tourist districts in Paris: structure and functions", **Tourism Management**, 19, (1), pp. 49-65
- Pearce, D., 1999, "Introduction: Issues and approaches", Pearce, D., e Buttler, R., (eds) **Contemporary Issues in Tourism Development**, Routledge, London, pp. 1-13
- Pearce, D., 2000, "Tourism plan review's: methodological considerations and issues from Samoa", **Tourism Management**, 21, pp. 192-205
- Pearce, D., 2000, "An Integrative Framework for Urban Tourism Research", **Annals of Tourism Research**, 28, (4), pp. 926-946
- Pearce, D., e Butter, R., 1992, **Tourism research: Critiques and Challenges** Routledge, London, pp. 113-134
- Peck, J., e Tiesdell, A., 1995, "Business goes local: dissecting the "business agenda" in Manchester", **International Journal of Urban and Regional Research**, 19, (1), pp. 55-77
- Perdue, R., Long, P., Allan, L., 1987, "Rural Residents Tourism Perceptions and Attitudes", **Annals of Tourism Research**, 14, (3), pp. 420-429
- Pereira, A., 1999, **SPSS Guia Prático de Utilização Análise de dados para Ciências Sociais e Psicologia**, Edições Sílabo, Lisboa
- Pérez, S., Marzá, R., Vidal, A, e Bueno, A, 1995, **Educando Educadores em Turismo**, Graef, Valência
- Perroux, F., 1955, «Note sur la notion de pôle de croissance », **Economie Appliquée**, Jan June, 307-320
- Pestana, M., e Gageiro, J., 2000, **Análise de Dados para Ciências Sociais. A Complementaridade do SPSS**, Edições Sílabo, Lisboa, 2ª edição
- Pfeil, F., 1990, **Another Tale to Tell, Politics and Narrative in Post Modern Culture**, Verso London,
- Phillips, E., e Pugh, D., 1998, **Como preparar um Mestrado ou Doutoramento. Um manual prático para estudantes e seus orientadores**, Lyon Multimédia, Mem Martins
- Piaget, 1972, "Épistémologie des relations interdisciplinaires" in Ceri (eds), **L'interdisciplinarité. Problèmes d'enseignement et de recherche dans les Universités** » Paris, UNESCO/OCDE, pp. 131-144

Pickard, 2001, **Management of Historic Centres**, Spon Press, London

Pina, P., 1988, **O Turismo em Portugal no Século XX**, Lucidus, S.I.

Pinto, C., (Coord) 1995, **Manual de Reabilitação do Património de Faro**, Câmara Municipal de Faro, Faro

Pinto, C e Lameira, F., 1996, "Núcleos Históricos de Faro Património a Preservar", **Centros Históricos** Revista da Associação de Municípios com Centro Histórico, Santarém

Pinto, C., (Coord), 1997, **A Câmara Municipal de Faro Protege o Património**, Câmara Municipal de Faro, Faro

Pinto, J., 1997, Evolução da Economia e da Demografia Portuguesas nas Últimas Décadas, **Colóquio "A Política das Cidades"**, Conselho Económico e Social, Lisboa

Pizam, A, 1978, "Tourism's impacts: the social costs to the destination as perceived by its residents", **Journal of Travel Research**, 16, (4), pp. 8-12

Plog, S, 1979, "Why destination areas rise and fall in popularity", **Cornell H.R.A Quarterly**, 14, (3), 1979, pp. 13-16

Plog, S., 2001, Why "Destination Areas Rise and Fall in Popularity. An Update of a Cornell Quarterly Classic", **Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly**, June, pp.13-24

Pombo, O., Guimarães, H., e Levy, T., 1994, A interdisciplinaridade. Reflexão e Experiência, Texto Editora, Lisboa

Poon, A., (1987), **Information technology and innovation in international tourism: - implications for the Caribbean tourism**, Tese de Doutoramento em Turismo, University of Surrey, Brighton

Poon, A., (1989) "Competitive Strategies for a "new tourism" in Cooper, C., (ed), **Progress in Tourism and Hospitality Management**, Belhaven University, London

Poon, A., 1993, **Tourism, Technology and Competitive Strategies**, CAB International, Oxon

Portas, N., 1985, "Notas sobre a intervenção na cidade existente", **Sociedade e Território**, 2, pp. 4-8

Portas, N., 1991, "Crítica do Urbanismo: o desenho urbano em situações de costa", **Sociedade e Território**, 13, pp. 91-96

8 - Referências Bibliográficas

Portas, N., 1991, "Avaliar o VALIS", **Sociedade e Território**, 14-15, pp. 31-55

Porter, M., 1995, "The Competitive Advantage of the Inner city", from "Harvard Business Review", in LeGates, R., Stout, F., 1999, **The City Reader**, Routledge, London, 1ª edição 1996, pp. 278-297

Porter, M., 1999, "Clusters na economia de concorrência" Notícias do Milénio, **Separata do Diário de Notícias**, 8 de Julho de 1999, pp.429-499

Portoghesi, P., (s.d.) **Depois da Arquitectura Moderna**, Edições 70, Lisboa

Portoghesi, P., 1983, **The Architecture of Post Modern Society**, Rizzoli, New York, 1ª edição 1982

Porteous, J., 1996, **Environmental Aesthetics, Ideas, Politics, Planning**, Routledge, London

Pratley, D., 1994, "The role of culture in local economic development", in Lima Santos, M., (coordenação) **Cultura & Economia**, Actas do Colóquio realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp.241-252.

Pred, A., 1995, "Recognizing reluctant public with the discourse of modernity" in A Pred, **Recognizing European Modernities**, Routledge, London

Prentice, R., 1992, **Tourism and Heritage Attractions**, Routledge, London

Prentice R., Light, D., 1994, "Current Issues in Interpretative provision at heritage sites", in Seaton, A., Jenkins, C., Wood, R., Dieke, P., Benent, M., MacLellan, L., e Smith, R., **Tourism The State of the Art**, Wiley, New York, pp.204-221

Prentice, R., Guerin, S., e McGugan, S., 1998, "Visitor Learning at heritage attraction: a case study of *Discovery* as media product" **Tourism Management**, 19, (1), pp. 5-23

Prevsner, N., 1981, **Origens da Arquitectura e do Design Modernos**, Martins Fontes, Lisboa, 1ª edição 1968

Prideaux, B., 2000, "The resort development spectrum – a new approach to modelling resort development", **Tourism Management**, 21, pp. 225-240

Processo de Obra 5982; Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa

Processo de Obra 48144, Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa

Processo de Obra 27777, Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa

Processo de Obra Prédio Demolido 495, Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa

Processo de Obra Prédio Demolido 3132, Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa

Programa de Investimento Público de Interesse Turístico para o Algarve (PIPIPTAL) 1966-1999, **Diário da República**, II Série, 93, 21 -4-1997

Prohaska, S., 1995, "Trends in Cultural Heritage Tourism", Conlin, M., e Baum, T., (ed), **Island Tourism management Principles and Practice**, Wiley, New York, pp. 33-52

Proshansky, H., 1990, "The Pursuit of Understanding: An Intellectual History" in Altman, I., e Chritensen, I., (eds) **Environmental Behaviour Studies**, Plenum, New York

Punter, J., e Carmona, M., 1997, **The Design Dimension of Planning: Theory, Content and best practice for design policies**, E & Spon, London

Queiroz, E., 1980, (a) **A Capital**, Círculo de Leitores, Lisboa

Queiroz, E., 1980, (b) **O Mandarin**, Círculo de Leitores, Lisboa

Queiroz, E., 1980, (c) **Os Maias**, Círculo de Leitores, Lisboa

Queiroz, E., 1980, (d) **O primo Basílio**, Círculo de Leitores, Lisboa

Quirino, F., 2001, "O Plano Regional de Turismo do Algarve Anos 2000", **11º Congresso do Algarve**, 11 e 12 de Maio de 2001, Hotel Sheraton Algarve, Albufeira

Raja, R., 1993, **Arquitectura pôs Industrial**, Editora Perspectiva, S Paulo, 1ªedição italiana 1986

Ramalho Ortigão, 1966, **As praias de Portugal**, Livraria Clássica Editora s.l.

Rapoport, A , 1969, **House form and Culture**, Prentice Hall, Englowood Cliffs

Rapoport, A., 1977, **Human Aspect of Urban Form**, Pergamon Press, Oxford

Rapoport A., 1984, " Culture and the urban order", in Agnew, J., Mercer, J., Sophier, D., (eds) **The City in Cultural Context**, Allen and Unwin, Winchester Mass, pp. 50-75

Ratazzi, M., 1879, **Le Portugal à vol d’oiseau. Portugais et Portugaise**, Degorce-Cadot, Paris

8 - Referências Bibliográficas

Ravetz, A., **The Government of Space: Town Planning in Modern Society**, Hutchinson, London

Redfern, P., 1997, "A new look at gentrification: 1. Gentrification and domestic technologies", **Environment and Planning A**, 29, pp. 1275-1296

Redfern, P., 1997, "A new look at gentrification: 2 A model of gentrification", **Environment and Planning A**, 29, p. p 1325-1354

Região de Turismo do Algarve, 1995, **Plano Regional de Turismo do Algarve**, RTA, Faro

Região de Turismo do Algarve, 2002, **Plano de Acção Plurianual do Turismo do Algarve**, RTA, Faro

Reeve, A., 1996, "The private realm of the managed town centre", **Urban Design International**, 1, (1), pp. 61-80

Reich, A., 1999, **Reconstructing Times Square. Politics and Culture in Urban Development**, University Press of Kansas, Kansas

Reid, L., McLellan, R., e Uysal, M., 1993, Leisure, Recreation and Tourism, in Khan, M., Olsen, M., e Var, T., **VNR'S Encyclopedia of Hospitality and Tourism**, Van Nostrand Reinhold, New York, pp.559-565

Relph, E., s.d., **A Paisagem Urbana Moderna**, Edições 70, Lisboa - 1ª edição inglesa 1987

Resolução do Conselho de Ministros nº127/97, Diário da República, I Série, nº174 de 30/7/1997, pp. 3947-3948

Richards, G., 1996, "Production and Consumption of the European Cultural Tourism", in. Wall, G., e Nuryanti, W., Heritage and Tourism, **Annals of Tourism Research**, (Special Issue), 23, (2) pp.261-284

Richards, G., 2001, "The Market for Cultural Attractions", Richards, G., **Cultural Attractions and European Tourism**, CABI Publishing, Oxon

Richards, G., 2001, "The Experience Industry and the Creation of Attractions", Richards, G., **Cultural Attractions and European Tourism**, CABI Publishing, Oxon

Richards, G., 2001, "El Desarrollo del turismo Cultural en Europa", **Estudios Turísticos**, 150, pp. 3-13

Richads. G., "Cultural Tourism or a Culture of Tourisme? Developemnts in cultural touirm market", Butcher, J., **Innovations in Cultural Tourism**, Association for Tourism and Leisure Education, Tilburg University, Tilburg

Richards, G., Goedhart, S., e Herrijgers, C., 2001, "The Distribution System", Richards, G., **Cultural Attractions and European Tourism**, CABI Publishing, Oxon

Riftkin, J., 2001, **A Era do Acesso**, Editorial Presença, Lisboa

Risck, P., 1994, "People based interpretation", in Harrison, R., **Manual of Heritage Management**, Butterworth Heinemann, Oxford, pp. 320-330

Ritchie, J. R., e Goeldner, C. R., 1994, **Travel, Tourism and Hospitality Research**, Wiley, London

Ritzer, G., e Liska, A., 1997, "McDisneyzation and Post Tourism. Complementary perspectives on contemporary tourism", in Rojek, C., e Urry, J., **Touring Cultures Transformations of Travel and Theory**, Routledge, London

Riverside, R., 1999, **Towards an Urban Renaissance**. Final Report of the Urban Task Force, Department of Environment, London,

Robbins, E. 1996, "Thinking Space/seeing Space. Thamesmead revisited" from Urban Design International, in M Miles, T Hall, I Borden, 2000, **The City Culture Reader**, Routledge, London

Roberts, M., 1997, "Futures Cities, Past Lives: Gender and Nostalgia in three Contemporary Planning Visions", **Planning and Research** 12, (22) p.p. 109-118

Roberts, M., e Marsh, C., 1995, "For Art's Sake: public art, planning policies and the benefits for commercial property", **Planning Practice and Research**, 10, (2), pp. 189-198

Robinson, M., 1996, "Sustainable Tourism for Spain: Principles, Prospects and Problems" in Barker, M., Towner, J., e Newton, N., (eds), **Tourism in Spain. Critical Issues**, Cab International, Oxon, pp. 137-167

Robson, G., e Buttler, T., 2001, "Coming to Terms with London: Middle Cass Communities in a Global City", **International Journal of Urban and Regional Research**, 25, (1), pp.70-86

Rodrigues, W., 1999, "Globalização e gentrificação. Teoria e empiria", **Sociologia- Problemas e Práticas**, 29, pp. 95-125

Rogers, R., 1988, Belief in the future is rooted in memory of the past, **Royal Society of Arts Journal**, November, pp. 873-884

Rogerson, J., Fidlay, A, Paddison, R., e Morris, A, "Class, Consumption and Quality of Life", **Progress in Planning**, 45, (Part 1), 1996

8 - Referências Bibliográficas

- Romeril, M., 1994, "Alternative Tourism: The real tourism alternative?", in Cooper, C., e Lockwood, A., **Progress in tourism, recreation and hospitality management**, Wiley, Chicester pp. 22-29
- Rosa Pires, A e Costa, C., 1992, "Tourism development along beaches and waterfronts: the Portuguese Situation", in Cooper, C., e Lockwood, A, **Progress in Tourism, Recreation and Hospitality Management**, Behaven Press, London
- Rostow, W. W., 1959, **The Stages of Economic Growth**, Cambridge University Press, Cambridge
- Ross, G., 1998, **The Psychology of Tourism**, Hospitality Press, Victoria, 2nd edition
- Rossi, A, Aymonino C., Christofoli, C., e outros, 1967, **Rapporti tra la morfologia urbana e la tipologia**, Edilizia, Bari
- Rossi, A., 1982, **A Scientific Autobiography** Mass, MIT, Cambridge, 1^o edição 1968
- Rossi, A., 1995, **La arquitectura de la ciudad**, Gelli, Barcelona, 9 edição, edição 1966
- Rothman, R., 1978, "Residents and Transients: community reaction to seasonal visitors", **Journal of Travel Research**, 16, (1) pp. 8-13
- Rovelstad, J., 1995, "Model Building and Simulation, in Ritchie, J., e Goeldner C., **Travel, Tourism and Hospitality Research. A Handbook for managers and researchers**, Wiley, Chicester
- Rowe, C., 1975, "Collage City", from "Architectural Review," August, pp. 65-91, in Miles, M., Hall, T., Borden, I., 2000, **The City Cultures Reader**, Routledge, London
- Rozenblat, C., e Pumain, D., 1993, "The Location of Multinational Firms in the European Urban Systems", **Urban Studies**, 30, (10), pp. 1691-1709
- Rudofsky, B., 1964, **Architecture without Architects: An Introduction to Non Pedigree Architecture**, MoMA, New York
- Ruivo C., e Cunha, J. 1998, **Ordenamento do Território e Gestão Municipal**, Editora Correio do Minho, Braga
- Russell, B., 1989, **Architecture and Design 1970-1990. New Ideas in America**, Harry Abrams, New York, pp. 99
- Russo, A., 1999, "Organising Sustainable Tourism Development in Heritage Cities", in **Proceedings of the International Seminar "Tourism Management in Heritages Cities"**, UNESCO Venice Office, Venice, pp.117-136

Russo, A., 2000, "The Vicious circle of tourism development in heritage destinations. Why does it occur and how can it be prevented", **Tourism Sustainability and Territorial Organization, XII Summer Institute of the European Regional Science Association**, Janeiro de 2000, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Coimbra

Russo, A., 2000, "The *Vicious Circle* of Tourism Development in heritage cities", **Annals of Tourism Research**, 29,(1), pp. 165-182

Russo, A, Boniface, P., Shoal, N., 2001, "Tourism Management in Heritages Cities" **Annals of Tourism Research**, 28, (3), pp. 824-827

Ryan, C., 1991, **Recreational Tourism. A Social Science Perspective**, Routledge, London

Ryan, C., 1995, **Researching Tourist Satisfaction. Issues, concepts, problems**, Routledge, London

Ryan, C., 1999, "The use of specific non-response options on Likert-type scales", **Tourism Management**, 20, pp. 107-113

Ryan, C., 2000, "The Gaze, Spectacle and Ecotourism", **Annals of Tourism Research**, 27, (1), pp. 148-163

Ryan, C., e Dewar, K., 1995, "Evaluating the communication process between interpreter and visitor", **Tourism Management**, 16, (4), pp. 295-303

Ryan, C., e Montegonery, D., 1994, "The attitudes of Bakewell residents to tourism and issues in community responsive tourism", **Tourism Management**, 15, (5), pp. 358-369

Ryan, C., Scotland, A, Montgomery, D., 1998, "Residents Attitudes to Tourism development – A Comparative Study Between the Rangitikei, New Zealand, and Bakewell, United Kingdom", **Progress in Tourism and Hospitality Research**, 4, pp. 115-130

Rypkema, D., 1992, **Rethinking economic values. Past Meets Future: Saving America's Historic Environments**, National Trust for Historic Preservation Press, Washington D.C.,

Safie, M., 1970, **Beyond Habitat**, MIT, Cambridge, MA

Salomon, D., (1989) "Fixing Suburbia" in Doug Kelbaug (ed) **The Pedestrian Pocket Book**, Verso, New York

Samuels, I , 1990, "Architecture practice and urban morphology", in TS Slater, (ed), **The Built Form of the Western Cities**, Leicester University Press, Leicester, pp. 415-435

8 - Referências Bibliográficas

Samara, B., Barros, J., 1997, **Pesquisa de Marketing. Conceitos e Metodologia**, Makron Books, São Paulo, 1ª edição 1994

Sammarcelli, 1983, « L' intertextualité chez John Barth », *Théorie, Littérature, Enseignement*, 3, December, pp. 58-80

Sandercock, L., e Forsyth, A., 1992, "A gender Agenda: New Directions for Planning theory", from "American Planning Association Journal" in LeGates, R., e Stout, F., 1999, **The City Reader**, Routledge, London, p.p 446-459; 1ª edição, 1996,

Santos, A., Correia, A., Pessoa, F., 1999, **Renovação Urbana no Algarve**, Comissão Coordenadora da Região do Algarve, Faro

Santos, B., 1991, **Um Discurso Sobre as Ciências**, Edições Afrontamento, Porto, 1ª edição, 1987

Santos, M., 1998, **As políticas Culturais em Portugal**, Observatório das Actividades Culturais, Lisboa

Santos, M., 1997, Discursos Europeus sobre Cultura: A Via das Alternativas Integradoras, in **Portugal na Transição do Milénio. Colóquio Internacional**, 5 a 8 de Novembro de 1997, pp.205-215

Santos, M., 1999, "Indústrias Culturais. Especificidades e Precaridades", *Publicação Periódica do Observatório das Actividades Culturais*, Lisboa

Sassen, S., 1990, **The global City. London, New York, Tokyo**, Princeton University Press, New York

Sassen, S., 1994, **Cities in The World Economy**, Thousand Oaks Ca, Pine Forge Press

Sassen, S., 1994, The New Inequalities within cities, from Cities in a word of economy in Miles, M., Hall, T., Borden, I., 2000, **The City Cultures Reader**, Routledge, London, pp. 60-66

Sassen, S., 1996, "Rebuilding the Global City. Economy and Space" King, D., (ed), 1996, **Capital and Culture in the 21st century. Ethnicity Capital and Culture**, MacMillan, London, pp. 23-43

Sassen, S, Roost, F., 1999, "Strategic Site for Global Entertainment Industry", in Judd, D., e Fainstein, S., **The Tourist City**, 1999, pp.143-154

Savage, M., e Warde, A., 1993, "Cities and Uneven Economic Development", from "Urban Sociology Capitalism and Modernity", in LeGates, R., e Stout, F., 1999, **The City Reader**, Routledge, London, pp. 264-278, 1ª edição, 1996,

Serra, F., Rodrigues, E., Paquette, B., 2000, "Dinâmica de Sistemas. Uma aplicação ao Estudo dos Ecossistemas. O caso de uma população de Gamos (dama) no parque Nacional de Donãna", **dos algarves**, pp.33-44

Sewell, J., 1993, **The shape of the city: Toronto struggles with modern planning**, University of Toronto Press, Toronto

Schnell, I., Graicer, I., 1993, "Causes of In-migration to Tel Aviv Inner City", **Urban Studies**, 30, (7), 1187-1207

Schofield, P., 1996, "Cinematographic images of a city. Alternative heritage tourism in Manchester", **Tourism Management**, 17, (5), pp. 333-340

Schulz, C N., 1964, **Intentions in Architecture**, Universitetsforlaget, Oslo

Schuling, D., 1996, "Key Projects for Urban regeneration: The Dutch Experience", **Planning Practice and Research**, 11, (3) pp. 279-290

Scoffham, E., e Vale, B., 1996, "How Compact is Sustainable – how sustainable is compact" in Jencks, M., Burton, E., Williams, K., (eds) **The Compact City: A Sustainable Urban Form ?**, E & FN Spoon, London

Scott, A., 1997, "The cultural economy of cities", **The International Journal of Urban and Regional Research**, 21, (2), pp. 323-339

Scott, A., 2000, "The Cultural Economy of Paris", **International Journal of Urban and Regional Research**, 24, (3), pp. 567-582

Scott, A., 2000, **The Cultural Economy of Cities, Essays on the Geography of Image-Producing Industries**, Sage, London

Scovazzi, E., "The Imaged City: from El Dorado to Carmen de Viedma," **International Journal of Urban and Regional Research**, 17, (4), 1993, pp. 516-526

Scully, V., 1994, "The Architecture of Community", in Katz, P. ,**The New Urbanism. Towards an architecture of Community**, McGraw-Hill, New York, pp. XVII-XXI

Seamon, 1982, "The Phenomenology of the Social world", **Journal of Environmental Psychology**, 2, pp. 119-140)

Sennet, R., 1974, **On the Public Fall: On Social Psychology of Capitalism**, Random House, New York

Sennet, R., 1977, **The Fall of the Public Man**, Faber and Faber, London

8 - Referências Bibliográficas

Serra, F., Rodrigues, E., Paquette, B., 2000, "Dinâmica de Sistemas. Uma aplicação ao Estudo dos Ecossistemas. O caso de uma população de Gamos (dama) no parque Nacional de Donãna", **dos algarves**, pp.33-44

Sewell, J., 1993, **The shape of the city: Toronto struggles with modern planning**, University of Toronto Press, Toronto

Skea, R., 1996, "The Strengths and Weakness of the Conservation Areas", **Journal of Urban Design**, 1, (2), pp. 215-229

Shackley, M., 1997, "Saving Information: The Potencial Role of Digital Databases in Developing Cultural Tourism" **The Journal of Sustainable Tourism**, 5, (3)

Shaw, G., Thorthon, P., e Williams, A., 1998, "The United Kingdom: market trends and policy responses", in Williams, A., Shaw, G., **Tourism Economic Development**, Wiley, London, p.p. 199-220

Shaw, G., e Williams, A., 1997, "The private sector: tourism entrepreneurship – a constraint or resource", in Williams, A., e Shaw, G., **The rise and fall of British coastal resorts, cultural and economic perspective**, Mansell, London, pp. 123-124

Shaw, K., e Robinson, F., 1998, "Learning from experience? Reflection on two decades of British Urban Policy" **Town Planning Revue**, 69, (1), p.p. 107-120

Shearman, 1997, "Communities, networks, creativity and culture", in Talalay, M., Farrands, C., e Tooze, R., **Change and the world political economy**, Routledge, London, pp. 107-123

Shiels R., 1992, "A Guide to urban Representation and what to do about it: alternative traditions of urban theory", in A King, **Re-presenting the City: Ethnicity, Capital and Culture in the 21st century Metropolis**, MacMillan. London, pp. 227-252

Silva, A., 1997, "A Dimensão Cultural da Relação de Portugal com a União Europeia" in **Portugal na Transição do Milénio. Colóquio Internacional**, 5 a 8 de Novembro de 1997, pp.205-215

Silva, C., 1912, "Avenida da Liberdade, Parque Eduardo VII", **Gazetta dos Caminhos de Ferro**, 16/12

Silva, J., 1998, "O planeamento turístico do Algarve: um breve esboço", in Territórios do Lazer e do Turismo, **Sociedade e Território**, 28, pp. 50-54

Silva, J. e Seabra, I., 1997, (coord.) **Políticas de Ordenamento do Território. Modelo de Organização Espacial do Algarve**, Fase Final Documento Base 1, Base de Dados, Universidade do Algarve, Faro

Silva, R.H., 1991, "Estoril – Estação Marítima, Thermal e Sportiva. As etapas do projecto: 1914-1932", **Arquivo de Cascais**, Boletim Cultural do Município de Cascais (10) 1991, pp. 40-68

Simmel, G., 1978, **The Philosophy of Money**, Routledge & Kegan Paul; London

Simmel, G. 1997, "A Metrópole e a Vida do Espírito" in Fortuna, C., (ed), **Cidade, Cultura e Globalização**, Celta Editora, Oeiras, pp. 83-103

Simms, A., 1982, "Planning the Past"; **Economic Geography**, 58, pp.292-293

Simpson, F., 1999, "Tourist Impact in the Historic Centre of Prague: Resident and Visitor Perceptions of the Historic Built Environment", **The Geographical Journal**, 165, (2), pp. 173-183

Smiers, J., 1997, "European Cities First Sow, then Reap, from Rough Weather", in Miles, M., Hall, T., Borden, I., 2000, **The Cities Cultures Reader**, Routledge, London, pp. 111- 117

Sitte, C., 1889, "La banalité des aménagements urbains modernes" In Roncayolo, M., e Paquot, C.,(eds), 1996, **Villes et Civilization Urbain, XVII-XX siècle**, Larousse, Paris, pp. 239-244

Skea, R., 1996, "The Strengths and Weakness of the Conservation Areas", **Journal of Urban Design**, 1, (2,) , pp. 215-229

Slater, D., 1997, "Consumer Culture and Modernity" Polity, Cambridge in Miles, S., e Paddison, R., Urban Consumption: Na Historical Note, **Urban Studies**, 35, (5-6) ,1998, pp. 815-823

Smeral, E., 1999, "The Impact of Globalisation on Small an Medium Enterprises: New Challenges for Tourism Policies in European Countries", **Tourism Management**, 19, pp. 371-380

Smith, A., 1982, "Nationalism Ethnic Separatism and The Intelligentsia", Williams, C., (ed) **National Separatism**, University of British Columbia Press, Vancouver, pp. 17-41

Smith, S., 1995, **Tourism Analysis. A Handbook**, Longman, Essex, 1º edição 1985

Smith, N., 1979, Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital, not people, **Journal of the American Planners Association**, vol. 45, pp. 538-548

Smith, N., 1987, Of Yuppies and housing: gentrification, social restructuring and the urban dream: **Environment and Planning D Society and Space**, 5, 151-172

Smith, N., 1986, "Gentrification, the frontier and the restructuring of urban space", in Smith, N., e Williams, P., **Gentrification of the City**, (Allen & Unwin, Winchester, Mass

8 - Referências Bibliográficas

Smith, N., 1996, "After Tompkins Square Park: Degentrification and the Revanchist City", in King, D., (ed), **Capital and Culture in the 21st century. Ethnicity Capital and Culture**, MacMillan, London, pp. 93-111

Smith, N., e Defilipis, J., 1999, "The Reassertion of Economics: 1990's Gentrification in Lower East Side", **International Journal of Urban and Regional Research**, 23, (4), pp.638-653

Smith, P., 1975, "Facadism used to be disty word", Built Environment Quarterly, nº1, pp. 77-80 (79), in P Larkkham, (1996), **Conservation and the City**, Routledge, London, pp.13

Smith, S., 1989, **Tourism Analyses: a Handbook**, Wiley, New York

Snaith, T., e Haley, A., 1995, "Tourism's Impact on Host Lifestyle Realities", in in Seaton, A., Jenkins, C., Wood, R., Dieke, P., Benent, M., MacLellan, L., e Smith, R., **Tourism The State of the Art**, Wiley, New York, pp.204-221

Snaith, T., e Haley, 1999, "A., Resident's opinions of Tourism development in the historic city of York England", **Tourism Management**, 20, p.p. 595-603

Snepenger, D., Reiman, S., Jerry, J., e Snepenger, M., 1998, "Is Downtown for tourists?", **Journal of Travel Research**, XXXVI, (3), pp. 5-13

Soane, J., 1993, **Fashionable Resort Regions: Their evolution and Transformation**, Cab International, Oxon

Soja, E., 1989, "Taking Los Angeles Apart: Towards Postmodern Geography from Postmodern Geography. The Reassertion of Space" from "Critical Social Theory" in LeGates, R., e Stout, F., 1999, **The City Reader**, Routledge, London, pp. 278-297, 1ª edição 1996

Soria y Puig, A., 1995, "Ildefonso Cerdà's general theory of urbanization", **Town Planning Review**, vol 66, (1), pp. 15-19

Squires, D., 1991, "Partnership and the pursuit of Private City", in Farnstein, S., e Campbell, S., **Readings in Urban Theory**, Blackwell Publishers, Oxford, pp. 266-290

Steinecke, A., 1993, "The Historical Development of Tourism in Europe", Pomp W., e Lavery, P., **Tourism in Europe. Structures and Developments**, Cab International, Oxon, pp.3-12

Stern, R., 1977, **New Directions in American Architecture**, George Braziller, New York, 1ª edição 1969

Sternlied, G., e Hughes, J., 1976, **Post industrial America: metropolitan decline and inter-regional jobs**, New Brunswick, Centre of Urban Policy Research, Rutgers University

Stevenson, D., 1999, "Reflections of a "great port city": The case of Newcastle Australia," **Environment and Planning D: Society and Space**, 17, pp. 105-119

Steward, E., Bronwyn, H., e Devlin, J., 1998, "The "place" of interpretation: a new approach to evaluation of interpretation", **Tourism Management**, 19, (3), pp. 257-266

Stokes, G., 2000, **Popper: Filosofia, Política e Método Científico**, Coleção Memórias do Mundo, Temas e Debates, Lisboa

Storper, M., 1990, "Industrialization and the regional question in the third world: lessons of post imperialism and prospects of post Fordism", **International Journal of Urban and Regional Research**, nº14, pp. 423-444 (431)

Storper, M., 1992, "The limits of Globalisation: technology districts and international trade", **Economic Geography**, 68, pp. 60-92

Stout, F., 1999, "Visions of a new reality: The City and The Emergence of the Modern Visual Culture, from The Cultures of the Cities", in LeGates, R., e Stout, F., **The City Reader**, Routledge, London, pp. 264-278, 1ª edição, 1996

Strike, J., 1994, **Architecture in Conservation. Managing Development at Historic Sites**, Routledge, London

Sulkumen, P., 1992, **The New Middle Class**, Avebury, Ashgate

Sullivan, S., 1997, "A Planning Model for the management of Archaeological Sites", in Torre, de la M., ed) **Proceedings of International Conference The Conservation of Archaeological Sites in the Mediterranean Region**, Getty Conservation Institute, Pual Getty Trust, 6 a 12 de Maio de 1995, Los Angeles

Sunley, P., 1992, "Marshallian industrial districts: the case of Lancashire cotton industry in the inter-war years", **Transactions of the Institute of British Geographers**, NS 17, pp. 306-320

Swartz, D., 1997, **Culture and Power. The Sociology of Bourdieu**, The University of Chicago Press, Chicago

Swinglehurst, E., 1994, Face to face: the Socio cultural impacts of tourism, Theobald, W., (ed.) **Global Tourism: The next decade**, Butterworth Heinemann, Oxford

Taine, H., 1865, **Philosophie de l'Art**, Hachette, Paris

Taylor, M., 1989, "Deadlines Approching Architecture" in Diani, M., e Ingrham, C., (eds) **Restructuring Architecture**, Northwestern University, Evanston IL

Tengarrinha, M., 1986, "Defesa do Património Histórico-Artístico do Algarve", **4º Congresso do Algarve**, Vilamoura, pp. 243-248

8 - Referências Bibliográficas

Tetlow, J., 1965, **Towns and Traffic**, Faber and Faber, London

Tewdwr-Jones, M., Thomas, H., 1998, "Collaborative action in local planning making: planners, perceptions of "planning through debate", **Environment and Planning. Planning and Design**, 25, pp. 129-147

The European Task Force, 1997, **In from the Margins. A contribution to the debate on culture and development in Europe**, CEP, Strasbourg

Thomas, C., e Bromley, R., 1995, "Retail decline and the opportunities for commercial revitalization of small shopping centres. A case study in South Wales", **Town Planning Review**, 66, (4), pp. 431-453

Thomas, M., 1975, "Growth pole theory, technological change and regional economic growth", **Papers of the Regional Science Association**, 34, pp. 3-25

Thompson, B., in Russel, B., 1989, **Architecture and Design 1970-1990: New Ideas in America**, Harry Adams, New York

Thompson, W., 1965, **A Preface to Urban Economics**, John Hopkins University, Baltimore, MD

Tiesdell, S., Moynham, S., e Oc, T., 1997, "The Death of City Challenge: The Potencial for Lasting Impacts in a Limited-life Urban Regeneration Initiative", **Planning, Practice and Research**, 12, (4), p.p. 367-381

Tiesdell, S., e Oc, T., 1991, "The London Dockland:Development Corporation (LDDC 1981-1991: A perspective on mamnagment of urban regeneration", **Town Planning Review**, 62, (3), p.p. 311-331

Tiesdell, S.; Oc T., Heath T., 1998, **Revitalizing Historic Urban Quarters**, Butterworth-Heinemann, Oxford

Tiesdell, S., Oc, T., 1998, "Beyond fortress and panoptic cities – Towards a safer public realm", **Environment and Planning B, Planning and Design**, (25), pp. 639-655

Timothy, D., 1999, "Participatory planning in Indonesia. A view of Tourism in Indonesia", **Annals of Tourism Research**, 20, (2), pp. 371-391

Tosun, C., e Jenkins, L., 1998, "The Evolution of tourism Planning in third Word Countries: A Critique", **Progress in Tourism and Hospitality Research**, 4, pp. 101-114

Tornqvist, G, 1983, "Creativity and renewal of regional life, Buttler" C., (ed) **Creativity in Contest: A Sense Report**; Lund Studies in Geography, B Human Geography, nº 50, 1, pp. 91-112

Town Centres Approach Renewal, 1962, Ministry of Housing and Local Government, London

Towner, J., 1985, "The Grand Tour. A key Phase in History of Tourism", **Annals of Tourism Research**, 12, 297-33

Towner, J., 1995, "What is Tourism's history?", **Tourism Management**, 16, (5), pp.339-343

Towner, J., 1996, **An Historical Geography of Recreation and Tourism in the Western World 1540-1940**, Wiley, Chichester,

Townroe, P., e Roberts, N., 1980, **Local-External Economics for the British Manufacturing Industry**, Gower, Farnborough

Trigo, L., 2000, **A Sociedade Pós Industrial e o Profissional de Turismo**, Papirus, Campinas, 3ª edição

Tuan, Y., 1980, Rootness versus Sense of Place, **Landscape**, 24, pp. 3-8 in Bonnes, M., e Secchiaroli, G., 1995, **Environmental Psychology. A Psycho-social Introduction**, Sage, London

Tugnutt, A., Robertson, M., 1987, **Making Townscape: An Contextual Approach to Building in an Urban Setting**, Batsford, London

Tull, D., e Hawkins, D., 1993, **Marketing Research. Measurement & Method**, MacMillan Publishing Company, New York, 1ª edição 1980

Tunbridge, J., Tourism in Ottava, Canadá: nurturing in a fragile environment, in in Tyler, D., Guerrier, Y., Robertson, M., **Managing Tourism in Cities**, Wiley, Chichester

Turner, B., 1990, **Periodization and Politics in the Postmodern Theories of Modernity and Pos modernity**, Sage, London

Turner, G., 1993, **Tourism and the Environment: The Role of Seaside Insights**, English Tourist Board, London

Turner, T., 1996, **City as Landscape. A post-Postmodern view of design and planning**, FN Spon, London

Turner, T., 1998, **Landscape Planning and Environmental Impacts Design**, UCL Press, London

Tyler, D., Guerrier, Y., e Robertson, (ed), 1998, **Managing Tourism in Cities. Policy, Process and Practice**, Wiley, Chichester

Tyler, S., (1969), **Cognitive Anthropology**, Holt, Rinehart & Winston, New York

8 - Referências Bibliográficas

Tzonis e Lefaivre, **Classical Architecture. The Poetics of Order**, 1986, MIT, Press, Cambridge, Mass,

UNESCO, 1998, **World Culture Report 1998: Culture Creativity and Markets**, UNESCO, Paris

UNESCO, 1983, **Conventions and Recommendations of UNESCO concerning the protection of cultural heritage**, UNESCO, Paris

UNESCO, 2001, **Report By the Director General on the Progress of the UNESCO Draft Preparation on Cultural diversity – Outline of a declaration on Cultural Diversity**, 161 EX/12, UNESCO, Paris

Unwin, R., 1909, **Town Planning in Practice. An Introduction to the Art of Designing Cities and Suburbs**, Fisher Unwin, London

Urfalino, P., 1996, **L'invention de la Politique Culturelle**, Comité d'Histoire do Ministère de la Culture, La documentation Française, Paris

Urry, J., 1990, **The Tourist Gaze**, Sage, London

Urry, J., 1990, "Conclusions: Places and Policies, Locality, Local Interests and Local Policy", in Harloe, M., Pickvance, C., e Urry, J., **Place, Policy and Politics**, Unwin, London pp.187-204

Urry, J., 1994, "European Tourism and the nation state", in Cooper, C., e Lockwood, A., (eds), **Progress in Tourism, Recreation and Hospitality Management**, Wiley, Chicester, pp.89-98

Urry, J., 1995, **Consuming Places**, Routledge, London

Urry, J., 1996, "Tourism, Culture and Social Inequality". In Apostolopoulos, Y., Leivadi, S., e Yiannakis, A., **The Sociology of Tourism, Theoretical and Empirical Investigations**, Routledge, London

Urry, 1997, "Cultural Change and the seaside resort", in Shaw, G., e Williams, A., **The Rise and Fall of the British Coastal Resorts. Cultural and Economic Perspectives**, Mansell, London

Urry, J., 1999, "Sensing The City", in Judd, D., e Fainstein, S., **The Tourist City**, pp.143-154

Uzzell, D., 1994, "Heritage interpretation four decades after Tilden", in. Harrison, R., **Manual of Heritage Management**, Butterworth Heinemann, Oxford, pp.293-302

Vala, J., 1986, "A análise de Conteúdo", in Silva, A., e Pinto, J., **Metodologia das Ciências Sociais**, Edições Afrontamento, Porto

Valenzuela, M., 1998, "Spain: from the phenomenon of mass tourism to the search of more diversified model", in Williams, A., Shaw, G., **Tourism Economic Development**, Wiley, London, p.p.43-74

Vanhove, N., 1997, "Mass Tourism.Benefits and costs", in Wahab, S., e Pigram, J., **Tourism Development and Growth. The challenge of sustainability**, Routledge, London, pp.50-77

Varady, D., 1994, "Middle-income Housing Programmes in American Cities", **Urban Studies**, 31, (8), pp. 1345-1366

Vargues, J., 1998, "Plano de Acção para a Sustentabilidade da Cidade de Faro" in Silva, J., e Vaz, M., **Aspectos do Dinamismo Regional**, CIDER, Faro

Vargues, J., 2000, "Proposta para O Turismo Urbano em Faro. Uma Análise sobre Estratégias de Implementação", in Silva, J., e Noronha, M., (coord.), **Aspectos do Dinamismo Regional**, Maio Universidade do Algarve

Vattimo, G., s.d, **As aventuras da diferença**, Edições 70, Lisboa, 1ª edição italiana 1980;

Vattimo, G., 1985, **La fine della modernità**, Aldo Garzanti Editore, Milan

Veal, A., 1997,**Research Methods for Leisure and Tourism. A Practical Guide**, Pitman, London, 1ªedição 1992

Velarde, G., e Allen, R., 1994, "Design-based interpretation" in Harrison, R., **Manual of Heritage Management**, Butterworth Heinemann, Oxford, pp.338-347

Ventury, R., 1977, **Complexity and Contradiction in Architecture**, Architectural Press, London, 1ª edição em língua ingles 1966

Ventury, R., Scott Brown D., Izenour, S., 1977, **Learning from Las Vegas**, Cambridge Mass, MIT

Verblen, T., 1994, **The theory of the leisure class**, Constable, London, 1994, 1º edição 1925

Vernon, 1960, **Metropolis 1985**, Harvard University Press, Cambridge, MA

Viegas, M., s.d, **A Estatística no Estudo do Fenómeno Turismo. Aplicação de Técnicas Multivariadas na Segmentação da Procura Turística do Algarve**, Dissertação de Mestrado em Estatística e Gestão da Informação, ISEGI/UNL, Lisboa

Viegas, M., 1999, **Apontamentos Teóricos de Métodos de Investigação e Análise de Mercado**, ESGHT/UALG, Faro (Documento Policopiado)

8 - Referências Bibliográficas

Vignaux, G., 1995, **As Ciências Cognitivas**, Epistemologia e Sociedade, Lisboa, 1ª edição francesa 1990

Vilagrassa, J., e Larkkham, P., (1992) **Redeveloping an Historic City Centre, Worchester 1947-1990**, Birmingham University Press, Birmingham

Visions and Actions for medium-sized cities. Reports from the European Workshops of Alicante, Volos e Oviedo, 1994, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, Luxembourg pp. 115-230

Wahab, S. 1991, **Introdução à Administração do Turismo**, Biblioteca Pioneira de Negócios, Brasil, 3ª edição

Wai-Chung Lai, L., 1999, **Reflections on the Abbercombrie. Report 1948**, Town Planning Review, 70, (1), p.p. 61-89

Waitt, G., 2000, Consuming Heritage. Perceived Historical Authenticity, **Annals of Tourism Research**, 27, (4), p.p. 835-862

Walker, P., (ed), 1979, **Between Labour and capital: The Professional Managerial Class**, South End Press, Boston

Walter, T., 1996, "From Museum to morgue? Electronic guides in Roman Bath", **Tourism Management**, 17, 4, pp.241-245

Watson, S., Gibson, K., 1995, **Postmodern cities and spaces**, Blackwell, Oxford

Weavwer, D., 1993, "Ecotourism in small island Caribbean" **GeoJournal**, 31, p.p. 457-465

Weaver, D., 2000, "A broad context model of destination development scenarios", **Tourism Management**, 21, pp. 217-224

Weber, A, 1909, **Theory of The Location of Industries**, Chicago University Press, Chicago

Weber, M., 1978, **A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo**, Editorial Presença, 1978

Werkerle, G., 1977, Peterson, R., Moley, D., 1980, **New Space for Women**, Westview Press, Boulder, CO

Whitehand, J., 1990, "Townscape and management: ideal and reality", in Slater, T. (ed), **The Built Form of the Western Cities**, Leicester University Press, Leicester, pp. 370-394

Wight, P., 1994, The greening of the hospitality industry: Economic and environmental good sense, in ", in Seaton, A., Jenkins, C., Wood, R., Dieke, P., Benent, M., MacLellan, L., e Smith, R., **Tourism The State of the Art**, Wiley, New York, pp.665-674

Williams, A. 1996, "Mass Tourism in Spain and International Tour Companies", in Barker, M., Towner, J., e Newton, M., (eds), **Tourism in Spain. Critical Issues**, Cab International, Oxon, pp.65-119-137

Williams, A. E Shaw, G., **Tourism and Economic Development:European Experiences**, Wiley, Chichester

Williams, G., 1995, "Prospecting for Gold: Manchester's City Pride experience", **Planning Practice and Research**, 10, (¾), pp. 345-358

Williams, M., 1993, "An expansion of tourist site cycle model: the case of Minorca (Spain)", **Journal of Tourism Studies**, 4, (2) pp. 24-32

Williams, P., 1986, "Class Constitution through spatial reconstruction. A re-evaluation of gentrification in Australia, Britain and the United States", in Smith, N., e Williams, P., **Gentrification of the City**, Allen & Unwin, Winchester Mass

William, R., 1958, "Culture is ordinary", from Mc Kenzie, N., (ed), "Convictions", Mac Gibbon e Klee; reeditado in William, R., 1989 "Resources of hope", (Verso, 1): in Gray, A., e McGuiggan J., 1997, **Studying Culture**, Arnold, London, p. p. 5-14, 1ªedição 1993

William, R., 1976, **Keywords**, Collins, London

William, R., 1995, **The Sociology of Culture**, Chicago University Press, Chicago, 1ª edição 1981

Williams, J., e Lawson, R., 2001, "Community Issues and Resident Opinions of Tourism", **Annals of Tourism Research**, 28, (2), pp. 269-290

Willis, P. 1990, "Symbolic creativity", Gray, A., e McGuiggan, J., 1997, **Studying Culture**, Arnold, London, p. p. 217-225, 1ªedição 1993

Wilkinson, P., 1987, "Tourism in small island nations: A fragile dependence", **Leisure Studies**, 26, (2), pp. 33-49

Wilson, W., 1996, "From Institutional to Jobless Ghettos from When Work Disappears: The World of the new urban poor," in LeGates, R., e Stout, F., 1999, **The City Reader**, Routledge, London, pp. 112-122, 1ªedição 1996

Witt, J., 1987," Mozart in The metropolis: The Arts Coalition and the urban growth machine". **Urban Affairs Quartely**, pp. 23, 15-36

8 - Referências Bibliográficas

Wolfe, I., 1963, **The Italian Townscape**, Architectural Press, London

Wolman, H., Ford II, C., e Hill, E., 1994, "Evaluating the Success of Urban Success Stories", **Urban Studies**, 31, pp. 835-50

Woods, M., 1998, "Rethinking elites: networks, space, and local politics", **Environment and Planning**, 30, pp. 2101-2119

World Tourism Organization, 1993, **Tourism Development and the Responsibility of the State**, WTO, Madrid

World Tourism Organization, 1994, **Marketing Plans and Strategies of National Tourism Administrations**, WTO, Madrid

World Tourism Organization, 1996, **Towards New Forms of Public Private Partnership**, WTO, Madrid

World Tourism Organization, 1998, **Guide for Local Authorities on Developing Sustainable Tourism**, WTO, Madrid

Wright, F.L., 1932, **The Disappearing City**, WF Payson, New York

Wright, F. L., 1935, "Boadacre City: A community Plan", from "Architectural Record", in LeGates, R., e Stout, F., 1999, **The City Reader**, Routledge, London, pp. 344-350, 1ª edição 1996

Wright, P., 1994, "The greening of the hospitality industry: Economic and environmental good sense", in Seaton, A., Woo, R., Dieke P., Bennet, L., e Smith, R., **Tourism. The State of the Art**, Wiley, Chichester, p.p. 665-674

Wynne, D., 1992, (ed) **The Culture Industry**, Avebury, Aldershot

Wynne, D. e O'Connor, J., 1998, "Consumption and The Postmodern City," **Urban Studies**, 35, (5-6), pp. 844-864

Yoon, Y., Gursoy, D., e Chen, J., 2001, "Validating tourism development theory with structural equation modelling", **Tourism Management**, 22, pp. 363-372)

Ziegler, A., (1971), **Historic Preservation in Inner city Areas: A manual of Practice**, Van Trump, Ziegler and Shane, Pittsburg

Zilhão, A., Nogueira, C., Duarte, I., 1985, "Bairro Alto: contribuição para o estudo de uma comunidade em transformação", **Sociedade e Território**, 2, pp. 14-29

Zube, E., 1992, **Environmental Evaluation. Perception and Public Policy**, Cambridge University Press, Cambridge, 1ª Edição, 1980,

Zucker, P., 1959, **Town and Square**, Columbia, New York

Zukin, S., 1989, **Loft Living. Culture and Capital in urban Change**, Rutgers University, New Jersey, 1ª edição em língua inglesa 1982

Zurkin, S., 1991, **Landscapes of power: from Detroit to the Disney Word**, University of California Press, Berkeley, CA,

Zukin, 1996, "Space and Symbols in an Age of Decline", in King, A., (editor) **Re-Presenting the City, Ethnicity, Capital and Culture in the 21st Century Metropolis**, MacMillan, London,

Zukin, S., 1998, **The Culture of the Cities**, Blackwell, Oxford, 1ª edição 1995

Endereços Informáticos

AmbiFaro, Agência para o Desenvolvimento Económico de Faro, 2001, **Indicadores de Sustentabilidade do Conselho de Faro**, CIDER, Centro de Investigação de Desenvolvimento e Economia Regional, Faro <http://www.faronet.pt> , 5 de Março de 2001

Associação dos Hotéis e Empreendimentos do Algarve, Algarve XXI, 2002, **Proposta da AHETA aos Partidos Políticos com assento Parlamentar**, <http://www.aheta.pt>, 8 Março de 2002

Banks, M., 1999, "Project Cultural Industries and the City: findings and future prospects," **Proceedings of the Conference Cultural Industries and the City**, 13-14 December, Manchester Metropolitan University, Manchester, <http://www.mmu.ac.uk/h-ss/mipc/iciss/news2.htm> , 30 de Agosto de 2001

Bovone, L., 1999, "A Quarter as a Cultural Laboratory", **Proceedings of the Conference Cultural Industries and the City**, 13-14 December, Manchester Metropolitan University, Manchester, <http://www.mmu.ac.uk/h-ss/mipc/iciss/news2.htm>, 30 de Agosto de 2001

Caborn, R., 1999, "Creative Industries and Regional Development", Conference **The Role of the Creative Industries in Local and Regional Development**, 12 February, Alfred McAlpine Stadium, Huddersfield, pp. 11-12, <http://www.mmu.ac.uk/h-ss/mipc/iciss/uk/ukinit.htm>, 30 de Agosto de 2001

Câmara Municipal de Faro, 2002, **Percursos Turísticos**, http://www.cm-faro.pt/guia-local_lv_pt.php?expand=2, 18 de Outubro de 2002

8 - Referências Bibliográficas

Câmara Municipal de Faro, 2002, **Mapa do Concelho de Faro**, http://www.cm-faro.pt/quialocal_lv_pt.php?expand=3-1, 18 de Outubro de 2002

Câmara Municipal de Faro, 2002, **Plano de Circulação e Estacionamento e Rodoviário Municipal**, <http://www.cm-faro>, 10 Outubro de 2002

C.C.R. Algarve, 2002, INOVALGARVE. Programa de Acções Inovadoras, (Síntese do Program), <http://www.INOALGARVE.htm>, 31 de Março de 2002

C.C.R. Algarve, 2002, PROAlgarve. Lista de projectos aprovados, http://ccr-alg.proalgarve/investimento_list, 31 de Março de 2002

C.C.R. Algarve, 2000, **Estratégia de Desenvolvimento da Região Algarve, 2000-2006**, <http://www.ccr-alg>, 7 de Março de 2002

Carfree Cities, 2001, http://www.carfree.com/cfc_gz.html, 5 de Janeiro de 2002

Chase, M., 2000, "Getting the Heart of the Matter: How Swot audits, analyses and Action Planning can help your town", <http://rudi.hertz.ac.uk/ppp/swotplan.html>, 10 Março 2001

Civic Trust Regeneration Unit, 2000 **Caring for our towns and cities** <http://rudi.herts.ac.uk/ppp/care>, 6 Março 2001

Commission of European Communities, (1992,1996), **Towards Sustainability – European Community Programme of Policy and Action in Relation to the Environment and Sustainable Development**, 1992; Commission of European Communities, Progress Report, 1996, <http://www.iclei.org/europractce/e-intl.htm>, 10 Maio de 2000

Corporation of London, 1998, **Design an Accessible City. Guidelines for an accessible built environment for disable people in the City of London**, <http://rudi.herts.ac.uk>, 26 Fevereiro de 2000

Council of Europe, 2000, **The Europe of Cultural Cooperation, Cultural Policy**, http://coe.int/T/Cultural_Cooperation/Culture/Cultural_Policies, 5 de Fevereiro de 2001

Council of Europe, 1993, **The European Urban Charter**, Standing Conference of Local and Regional Authorities of Europe, Council of Europe, Luxembourg, <http://www.iclei.org/europractce/e-intl.htm>, 10 Maio de 2000

Culturelink Networks, 2001, **Convergence, Creative Industries and Civil Society -The new Cultural Policy**, <http://Culturelink.org/review/s01/s01intro.htm>, 23 de Abril de 2001

Department of Culture, Media and Sport, 2000, **Creating Opportunities Guidance for Local Authorities in England on Local Cultural Strategies**, http://www.culture.gov.uk/PDF/cultural_strategy.pdf, 15 de Abril de 2001

O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro

Department of Culture, Media and Sport, 2001, **Creative Industries: A Multi-Billion Pound Growing Force**, Press Releases 68/01, 13 March, 2001, <http://www.culture.gov.uk/tourism/> 15 de Abril de 2001

Department of Planning, Development and Environment, 1999, **Design Strategy for the Built Environment. Policy and Guidance for Design of New Development**, City of Stoke on Trent, <http://rudi.herts.ac.uk/cs/stoke>, 26 Fevereiro de 2000

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. **Conselho de Faro**, <http://www.monumentos.pt:7070/ipa/pages/pesquisa> 19 de janeiro de 2000

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. **Conselho de Faro** http://www.monumentos.pt/scripts/zope.pcgi/ipa/pages/frameset?nome=ipa&upframe=upframegeo&downframe=http://www.monumentos.pt/scripts/zope.pcgi/ipa/pages/ficha_ipa?nipa=0805050075, 20 de Outubro de 2001

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, 2002, **Restauro de Edifícios e Monumentos do Algarve, Notícias, 15/1**, <http://monumentos.pt.7070/noticias/index.html>, 4 de Abril de 2002

Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2002, **Instrumentos de Gestão Territorial e Política de Solos, Faro**, <http://www.dgotdu/maim.asp?IdTemas=2&IdConteudos=712&igtpsstr=Faro&order=Concelho>, 4 de Março de 2002

DRAOT Algarve, 2002, **Planos de Ordenamento da Orla Costeira/Intervenções no Litoral, Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território**, http://www.POOC_ficheiros/dpm3.htm, 5 de Abril de 2002

Direcção Regional de Cultura do Algarve, 2001, **Plano de Actividades**, http://cultalg.pt/Plano_de_Actividades/introdução.htm, 5 de Setembro de 2001

Direcção Regional da Cultura do Algarve, 2002, **EuropaCULTURA**, Direcção Regional de Cultura do Algarve, <http://www./Europa-Cultura-Decisão de Criação Programa.htm>, 11 de Abril de 2002

Direcção Regional de Economia do Algarve, 2002, **Evolução da Oferta Turística na Região do Algarve**, **Dinamização Empresarial**, Turismo no Algarve, http://www.dre-algarve.min-economia.pt/turismo/tur_alg/tur_alg06.html, 11 de Abril de 2002

Direcção Regional de Economia do Algarve, 2002, **Indicadores Estatísticos**, <http://www.dre-algarve.min-economia.pt/turismo/estatisticas/turort.html>, 20 de Outubro de 2002

Direcção Regional de Economia do Algarve, 2002, **POE, Programa Operacional de Economia, Dinamização Empresarial. Programas e Incentivos**. <http://www./Dinamização Empresarial POE.htm>, 23 de Março de 2002

8 - Referências Bibliográficas

Direcção Regional de Economia do Algarve, sd, Comércio no Algarve, pp. 30 <http://www.dre-algarve.min-economia.pt/estudos/comerciofinal> 10 de Outubro de 2002

English Heritage, 2000, “**Marketing Strategy**”, <http://www.english-heritage>, 10 de Setembro de 2001

English Tourist Board, 2000, “**People with Disabilities and Holiday**” Taking, ETB, London, www.english-tourism.org.uk, 10 de janeiro de 2001

English Tourism Council, **Stratford-Upon-Avon’s National Pilot 1992-1995**, <http://www.wisegrowth.org.uk/>, 20 de Setembro de 2001

Environmental Conference of Regional Politicians of European Union, (1995), **The Valencia Charter**, Environmental Conference of Regional Politicians of European Union, Valencia, <http://www.iclei.org/europractce/e-intl.htm>, 10 Maio de 2000

EUROCITIES, 2002, Urban Databases <http://www.eurocities.org/home.asp>, 20 de Outubro de 2002

Euroinfo Portugal, 2002, Informação sobre a União Europeia <http://www.ce.pt>, 25 de Setembro de 2001

European Commission, (1998) **Culture, The Cultural industries and employment**, http://europa.eu.int/comm/avpolicy/legis/forum/emploi-culture_en.pdf, 19 de Fevereiro de 2000

European Commission, (1990), **Green Paper on Urban Environment**, <http://www.iclei.org/europractce/e-intl.htm>, 10 Maio de 2000

European Community, Tourism and Culture. Council Decision nº 92/421/EEC, <http://europa.int/en/comm/dg10/culture/cul-asp/en/index.html>, 25 de Setembro de 2001

European Expert Group, (1996), **European Sustainable Cities Report**, European Expert Group, <http://www.iclei.org/europractce/e-intl.htm>, 10 Maio de 2000

Fleming, T., 1999, “Case Studies for Creative Industries”, Conference **The Role of the Creative Industries in Local and Regional Development**, 12 February, Alfred McAlpine Stadium, Huddersfield, pp. 15-28, <http://www.mmu.ac.uk/h-ss/mipc/iciss/uk/ukinit.htm>, 30 de Agosto de 2001

Hall; L., 1997, **Systemic Causation**” pp. 1-6
http://www.neurosemantics.com/Articles/Systemic_Causation.html 19 de Julho de 2002

Huan, A, e Xiao, H., 2000, "Leisure-based tourist behaviour: a case Study of Chang Chun" **International Journal of Hospitality Management**, March, pp.210-214 in <http://www.emerald-library.com> , 20 de Maio de 2000

Huddersfield – The Creative City, <http://www.creativetown.com>, 16 de Agosto de 2001

ICOMOS, 1991, **Cultural Tourism. Tourism at World Heritage Cultural Sites: The Site Manager's Handbook**. <http://www.icomos.org>

ICOMOS, 1999, **International Cultural Tourism Charter Managing Tourism at Places of Heritage Significance**, 12th General Assembly, ICOMOS, Mexico, <http://www.icomos.org/tourism/charter.html>, 12 de Janeiro de 2001

ICISS, Information for Cultural Industries Services, 1999, **Report-Local Cultural Industries Support Services in UK: Towards a Model of Best Practice**, Manchester Institute for Popular Culture, www.mmu.ac.uk/h-ss/mipc/foci, 20 de Agosto de 2001

Instituto Nacional de Estatística, **Censos 2001**, <http://www.ine.pt/censos> , 16 de Março de 2002

Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), 2002, **Legislação**, http://www.ippar.pt/apresentacao/apresenta_legislacao , 10 de Outubro de 2002

Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), 2002, **Património, Pesquisas Georeferenciadas**, http://www.ippar.pt/patrimonio/patrim_georeferenciado. 10 de Outubro de 2002

Kinston's Cultural Initiative 2000, <http://tourism.kingstoncanada.com/culture.cfm>, de Janeiro de 2001

Leicestershire County Council, 2001, **Tourism Strategy for Leicester, (2001-2006)** http://www.leics.gov.uk/p_t/tourism/strategy/

Lemke, J., 2002, Important Theories for research topics on the website, <http://academic.brooklyn.cuny.edu/education/jemkes/theories.htm>, 19 de Julho de 2002

Local Agenda 21 Charters Project, 1998, ICLEI, <http://www.iclei.org/europractce/e-intl.htm> 10 Maio de 2000

Local Government Association, 2001, **The Role of Local Authorities in Tourism**, <http://www.Lga.gov.uk/lga/tourism/positionstatement.htm>

McCarthy, D., 2000, **Complexity Theory and Planning Theory: Searching for Common Ground and New Insights**, Plan 700, Final Paper, http://www3sympatico.ca/dkmccarthy/Plan_700_Final_Paper.pdf, 19 de Julho de 2002

8 - Referências Bibliográficas

Milestone, K., 1999, "Your name not down" access issues and the cultural industries", Proceedings of the Conference **Cultural Industries and the City**, 13-14 December, Manchester Metropolitan University, Manchester, <http://www.mmu.ac.uk/h-ss/mipc/iciss/news2.htm>, 30 de Agosto de 2001

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, **Programa Pólis** <http://www.polis.maot.gov.pt/index2>

Ministério da Cultura, 2002, "Programa Operacional da Cultura 2000-2006", http://www.poc.min-cultura.pt/programa_over.htm, 5 de Setembro de 2001

Ministério do Equipamento Social, **SOLARH**, Secretaria de Estado da Habitação, <http://.mês.gov.pt/html/habitacao/gabinete.htm>, 21 de Outubro de 2001

Ministério do Planeamento, 2001, **POE, Empresas dos Sectores da Indústria, Turismo, Construção Civil, Comércio e Serviços**, <http://min-plan.pt/informações/poe.html>, 5 de Setembro de 2001

Ministério do Planeamento, 2001, **Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social. Uma visão Estratégica para Vencer o Século XXI** <http://www.min-plan.pt/informações/pndes/index.html>, 5 de Setembro de 2001

Mommas, H., e Heijningen, A., 1999, "The Cultural Industries and Local Economic Development: The Case of Tilburg," Proceedings of the Conference **Cultural Industries and the City**, 13-14 December, Manchester Metropolitan University, Manchester, <http://www.mmu.ac.uk/h-ss/mipc/iciss/news2.htm>, 30 de Agosto de 2001

New Forest District omitee, Tourism Strategy, <http://www.newforrestecomitee.org.uk>, Setembro 2001

New Urbanism, 2001, **New Urbanism. Creating Livable Communities**, <http://www.newurbanism.org/pages/416429/index.html>, 20 de Outubro de 2001

Northern Quarter Network, 2000, **Welcome to Manchester's Northern Quarter**, <http://www.nqn.org/index.htm>, 20 de Outubro de 2001

O'Connor, J., s.d., **The Definition of Cultural Industries**, <http://www.mmu.uk/h-ss/mipc>, s.d.

O'Connor, J., 1999, "The Cultural Industries and Local Economic Development", Proceedings of the Conference **Cultural Industries and the City**, 13-14 December, Manchester Metropolitan University, Manchester, <http://www.mmu.ac.uk/h-ss/mipc/iciss/news2.htm>, 30 de Agosto de 2001, 30 de Agosto de 2001

O'Connor, J., Banks, M., "Cultural Industries and the City: Innovation, Creativity and Competitiveness", Proceedings of the Conference **Cultural Industries and the City**, 13-14 December, Manchester Metropolitan University, Manchester, <http://www.mmu.ac.uk/h-ss/mipc/iciss/news2.htm>, 30 de Agosto de 2001

OECD, 1995, Organization for Economic Development and Co-Operation, **Information technology (IT) diffusion policies for small and medium sized enterprises** OCDE, <http://www.oecd.org/dsti/it/infosic/prod/online.htm>, 13 de Março de 2001

OECD, 1996, Organization for Economic Development and Co-Operation, **Local Agenda 21 Survey**, <http://www.iclei.org/europractce/e-intl.htm>, 10 Maio de 2000

OECD, 1996, Organization for Economic Development and Co-Operation, **The ecological Cities Project – Final Report**, OECD, <http://www.iclei.org/europractce/e-intl.htm> 10 Maio de 2000

OECD, 1998, Organization for Economic Development and Co-Operation, **Key Employment Policy Challenges Faced by OECD Countries, Labour Market and Social Policy**, Occasional Papers, 31, OECD Submission to the G8 Growth and Inclusion Conference, February, London, <http://www.oecd.org/dsti/it/infosic/prod/online.htm>, 12 de Abril de 2001

Pavard, B., e Dugdale, J., 2002, **An Introduction to Complexity in Social Science**, <http://www.irit.fr/COSI/training/complexity-tutorial/complexity-tutorial.htm>, 19 de Julho de 2002

Presidência do Conselho de Ministros, 2002, **Programa Integrado de Apoio à Inovação**, <http://www.proinov.gov.pt/>, 16 de Outubro de 2001

Portugal's Official Tourism Website, 2002, Portugal Insite, **Mapa do Algarve** <http://www.portugalinsite.pt/canais/destinos/canal.asp>, 15 de Novembro de 2002

Quirino, F., 2001, **PRTA anos 2000, Relatório da Discussão Pública** <http://www.Prta2000/ficheiros/relatório/RelatórioDiscussãoPública>, 20 de Janeiro de 2002

Região de Turismo do Algarve, 2001, **PRTA, Anos 2000**, Turismo no Algarve. Projectos e Iniciativas, http://www.rtalgarve.pt/Prta2000/ficheiros/PRTA_anos_2000, 11 de Abril de 2002

Região de Turismo do Algarve, 2002, **Estatísticas do Turismo**, <http://www.algarve.pt/pt/turismoalgarve/estatísticas/home.asp>, 20 de Outubro de 2002

Salingaros, N., 2000, **Theory of the Urban Web**, pp. 1-20 <http://www.math.utsa.edu/sphere/salinger/urbanweb.html>, 20 de Fevereiro de 2002

Salingaros, N., 2000, **Complexity and Urban Coherence**, pp. 1-30 <http://www.math.utsa.edu/sphere/salinger/urbanweb.html>, 20 de Fevereiro de 2002

Steps Towards Green Procurement In European Local Authorities, 1999, ICLEI, <http://www.iclei.org/europractce/e-intl.htm> 10 Maio de 2000

8 - Referências Bibliográficas

Tsouros, (ed), 1990, **Healthy Cities Project. A project becomes a Movement. Report of Progress 1987 to 1990**, (WHO – Regional Office for European Area <http://www.iclei.org/europractice/e-intl.htm>, 10 Maio de 2000

United Nations, (1992), **Rio Declaration**, Earth Summit, 2-14 de Junho, Rio de Janeiro, <http://www.iclei.org/europractice/e-intl.htm>, 10 Maio de 2000

University of Colorado at Denver, 2002, **Contemporary Philosophy, Critical Theory and Postmodern Thought**, http://cabon.cudenver.edu/~myder/itc_data/postmodern.html, 19 de Julho de 2002

Regional Policy – Inforegio, 2000 **URBAN I Urban Community Initiative 1994-1999**, http://europa.eu.int/comn/regional_policy/urban/iniciative/src/programs.htm, 11 de Abril de 2002

Regional Policy – Inforregio 2000, **URBAN II Boosting depressed urban areas 2000-2006**, http://europa.eu.int/comn/regional_policy/urban2/index_en, 11 de Abril de 2002

RUDI, 2000-02, **Ressource for Urban Design Information**, <http://www.rudi.net/>

SOLARH - Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação, 2001 <http://www.inh.pt/linhas/solarh.htm> 21 de Outubro de 2001

URBED, The Urban Economic Development Group e Jon Rowland Urban Design, 1998, **Bracknell Town Centre Urban Design Framework**, Bracknell Forest Borough Council, <http://rudi.herts.ac.uk/cs/bracknell>, 20 de Janeiro de 2000

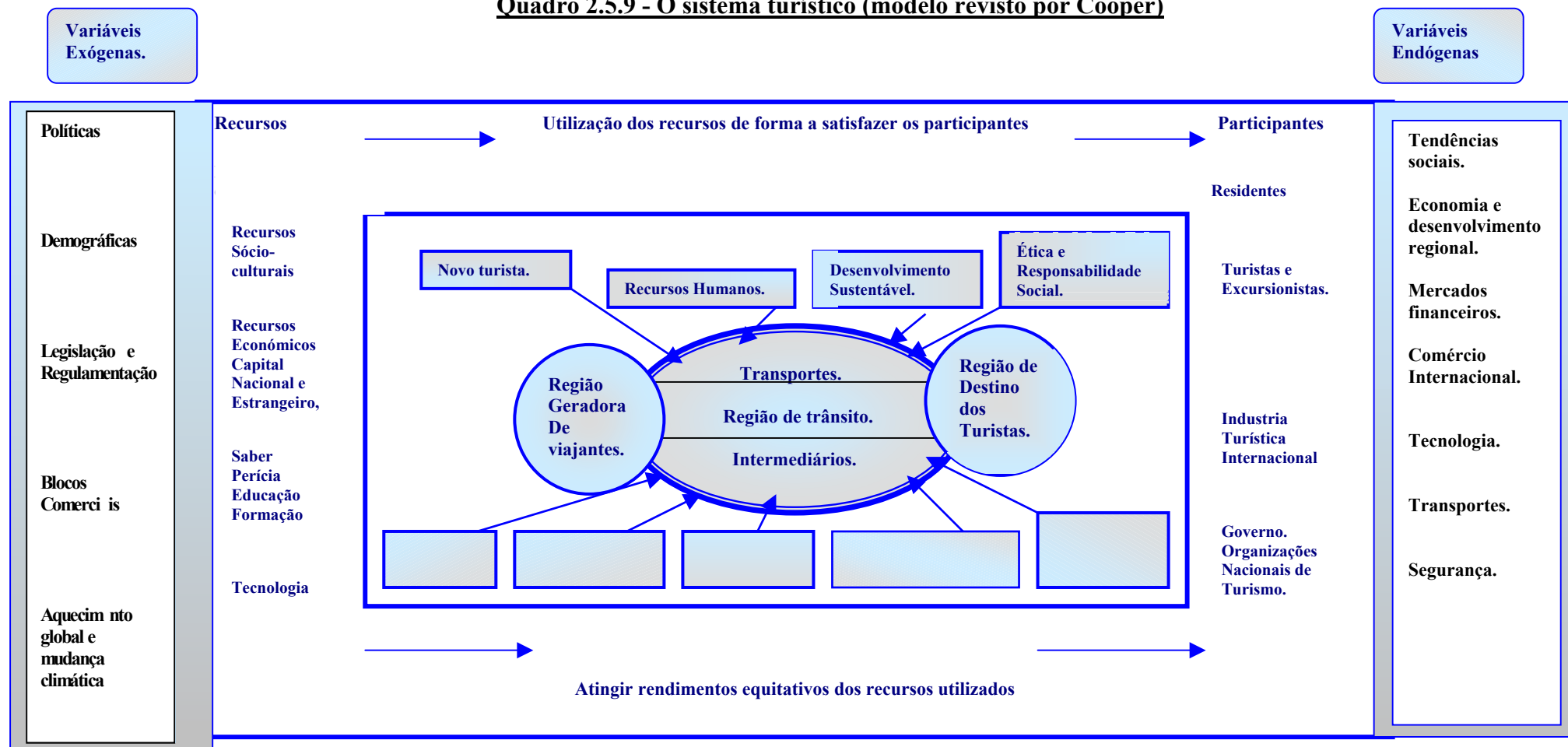
Wilson, B., 1997, **The Postmodern Paradigm**, University of Colorado in Denver, http://cabon.cudenver.edu/~myder/itc_data/postmodern.html, 19 de Julho de 2002

Wood, P., 1999, **Think Global, Act Local: Looking Forward to the Creative Region**, Fleming, T., (ed), **The role of the creative industries in local & regional development**, Manchester Institute for Popular Culture, Manchester <http://www.mmu.ac.uk/h-ss/mipc/iciiss/>, 30 de Agosto de 2001

World Commission on Environment and Development, 1988, **Our Common Future, (Relatório Brundtland)**, 1988, World Commission on Environment and Development, Oxford; <http://www.iclei.org/europractice/e-intl.htm>, 10 Maio de 2000

World Travel & Tourism Council, **Agenda 21 for Travel & Tourism Industry Towards Environment Sustainable Development**, <http://www.wttc.org/stradev/agenda21.asp>, 11 de Outubro de 2001

Quadro 2.5.9 - O sistema turístico (modelo revisto por Cooper)



Fonte: Cooper, Fletcher, Gilbert e Wanhill, 1999, p.p. 250

Anexos

ANEXO 1

Questionário Piloto aplicado aos visitantes do centro histórico de Faro

Anexos

Questionário Piloto – Inquérito aos Visitantes do Centro Histórico de Faro

Assinale com uma cruz no lugar respectivo

☐ ☐
1 - Sexo: 1.1 M 1.2 F

2 – Idade _____

3 - Características Pessoais nesta visita à cidade

3.1 Está sozinho	3.4 Está com os familiares
3.2 Está com o seu companheiro	3.5 Está com amigos e familiares
3.3 Está com os amigos	3.6 Quantas pessoas constituem o seu grupo
Não sei/Não respondo	3.7 Quantas têm menos de 16 anos

4 - Nível Educacional

Ensino não Superior	Ensino Superior
4.1 Ensino Primário	4.5 Bacharel
4.2 Ensino Secundário	4.6 Licenciado
4.3 Ensino Profissionalizante	4.7 Mestre
	4.8 Doutor
Não sabe/Não responde	

5 - Residência Permanente

5.1 País de Residência Permanente
5.2 Cidade
5.3 Região
5.4 Local de alojamento no Algarve
Não sei/Não respondo

6 - A sua actividade profissional pode ser inserida num dos seguintes grupos

6.1 Turismo/Lazer/Entretenimento
6.2 Artes/Artes Plásticas/ Cénicas/Indústrias Culturais/Cultura/Informação
6.3 Marketing/Finança/Gestão/Consultoria /Tecnologias da Informação
6.4 Professor/Investigador/Serviços de Solidariedade Social
6.5 Ciências da Natureza, Ciências Exactas, Engenharia
6.6 Desempregado
6.7 Estudante
6.8 Outra: Qual?
Não sei/Não respondo

7 - Quando tomou a decisão de visitar a cidade

7.1 Antes de sair do seu país de origem/área de residência
7.2 Quando já se encontrava no Algarve
7.3 Quando chegou a esta cidade
Não sei/Não respondo

8 - Se não está alojado na cidade que meio de que transporte utilizou para cá chegar :

8.1 Carro Próprio	8.4 Autocarro (transporte público)
8.2 Carro Alugado	8.5 Comboio
8.3 Autocarro (excursão)	8.6 Bicicleta
8.7 A pé	Não sei/Não respondo

9 Quais foram as suas fontes de informação para planear a visita

9.1 Amigos e familiares	9.5 Guias ou roteiros
9.2 Visita Anterior	9.6 Representante do Op. Turístico (REP)
9.3 Internet	9.7 Posto de Turismo
9.4 Rádio, TV, Imprensa	9.8 Recepção do hotel
9.9 Outros:	
Não sei/Não respondo	

10 Quais são os motivos da sua visita ao Algarve

10.1 Sol e Praia	10.5 Golfe
10.2 Turismo Cultural	10.6 Actividade Profissional
10.3 Visita a familiares e amigos	10.7 Saúde
10.4 Circuitos	10.8 Desporto
10.9 Outro: Qual?	
Não sei/Não respondo	

Anexos

11 – Motivos de visita da visita à cidade

11.1 Passear		11.9 Seminários/Convenções	
11.2 Compras e lojas		11.10 Para me divertir	
11.3 História e Cultura (Visita a monumentos)		11.11 Para melhorar os meus conhecimentos	
11.4 Clima ameno, sol, paisagem natural		11.12 Pelo ambiente humano, pelas pessoas	
11.5 Eventos Culturais		11.13 Nada em particular	
11.6 Negócios/Incentivos		11.14 Estou de passagem	
11.7 Para acompanhar os amigos		11.15 Para conhecer coisas novas	
11.8 Para descontrair e usufruir da paisagem			
11.16 Outros:	Não sei/Não respondo		

12 Actividade culturais que tenciona usufruir

12.1 Museus	12.5 Artes do espectáculo	
12.2 Monumentos	12.6 Festivais	
12.3 Galerias de Arte	12.7 Nenhum	
12.4 Gastronomia	12.8 Não sei/Não respondo	

13 - Acolhimento e informação da cidade. A cidade deve ter à disposição dos turistas: Classifique numa escala de 1 a 3 1 Indispensável; 2 Necessário; 3 Desnecessário

	1	2	3		1	2	3
13.1 Sinalização das atracções para turistas				13.9 Visitas guiadas ao Centro Histórico			
13.2 Painéis Explicativos da história e arte do centro histórico				13.10 Visitas guiadas no interior de cada monumento			
13.3 Painéis e brochuras de divulgação dos eventos culturais				13.11 Mapas gratuitos em várias línguas, (nos terminais de transportes, no posto de turismo e nos estabelecimentos hoteleiros)			
13.4 Brochuras com a divulgação dos espectáculos				13.12 Apresentações áudio visuais (no centro histórico e em cada monumento)			
13.5 Postos de Turismo				13.13 Sinais de trânsito correctamente colocados			
13.6 Casas de banho públicas				13.14 Passeios de barco na zona ribeirinha			
13.7 Guias Específicos para crianças e para jovens com folhas de avaliação				13.15 Itinerários temáticos urbanos			
13.8 Visitas de cidade, de autocarro/carrinha / comboio				13.16 Facilitar a visita a utilizadores com necessidades especiais			
Outros:				Não sei/Não respondo			

14 - Imagem espaço público do centro histórico

Por favor faça uma cruz por cima do número certo

5 Concordo inteiramente; 4 Concordo; 3 Não Concordo nem discordo; 2 Discordo; 1 Discordo inteiramente; Não sei/Não respondo

	1	2	3	4	5	N/S N/R
14.1 O centro histórico possui marcos que se destacam (muralhas, monumentos, panoramas, espaços)						
14.2 O centro histórico possui um conjunto construído harmonioso						
14.3 A cidade moderna, tem uma relação equilibrada com o centro histórico (altura dos edifícios, volume)						
14.4 O património do centro histórico está bem preservado						
14.5 No centro histórico a orientação é fácil						
14.6 No centro histórico é fácil encontrar percursos interessantes e variados						
14.7 O centro histórico possui ruas economicamente activas e animadas pela presença das pessoas						
14.8 As ruas do centro histórico têm várias utilizações (habitação, lojas, empresas, lazer)						
14.9 As estátuas, fontes, bancos caixas de telefone, do centro histórico, enriquecem a cidade						
14.10 O centro histórico é, na maioria dos aspectos mencionados, idêntico ao da cidade onde vivo						

Anexos

15 - Um centro histórico atractivo é:

Por favor faça uma cruz por cima do número certo

5ConcordoInteiramente; 4Concordo; 3 Não concordo nem discordo; 2 discordo; 1discordo inteiramente; Não sei/Não respondo

	1	2	3	4	5	N/S N/R
15.1 Um centro histórico com museus e monumentos interessantes						
15.2 Um centro histórico limpo						
15.3 Um centro histórico com serviços e produtos culturais de qualidade						
15.4 Um centro histórico que proporcione a participação em espectáculos variados (teatro, música, cinema, luz e som, multimédia)						
15.5 Um centro histórico que possua jardins, com plantas da região						
15.6 Um centro histórico onde possa encontrar pessoas com gostos culturais idênticos aos meus						
15.7 Um centro histórico com uma zona ribeirinha activa (animação desportiva, restaurantes, cafés, lojas)						
15.8 Um centro histórico com vida nocturna intensa (bares, discotecas)						
15.9 Um centro histórico com parques ou zonas temáticas						
15.10 Um centro histórico com pessoas simpáticas e hospitaleiras						
15.11 Um centro histórico com um comércio que valorize a cultura, a história e a produção artística e artesanal local						
15.12 Um centro histórico seguro						

16 – Aponte três elementos da oferta de turismo cultural, no centro histórico, que a distingue das outras

17 – Aponte três medidas fundamentais para a melhoria da oferta de turismo cultural no centro histórico

18- Refira três adjectivos que sintetizem a sua imagem do centro histórico:

--	--	--

19 - Já tinha visitado esta cidade?

É a primeira vez que visito	
Já tinha visitado antes	

20 – Quanto tempo demorou a visitar a cidade

Entre 1 e 2 horas	Entre 2 e 4 horas	Mais de 4 horas
-------------------	-------------------	-----------------

21 A visita que efectuou a este centro histórico enriqueceu a sua estadia ao Algarve

Sim	Não
-----	-----

22 - Pensa voltar noutra oportunidade

Sim	Não
-----	-----

23 – Pensa recomendar a visita a outras pessoas

Sim	Não
-----	-----

24 - Se tivesse de classificar a sua experiência, numa escala de 1 a 5 como o faria

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

Ana Maria Ferreira

Anexos

ANEXO 2

Questionário definitivo aplicado aos visitantes do centro histórico de Faro

Inquérito aos Visitantes do Centro Histórico de Faro

Assinale com uma cruz no lugar respectivo

1- Composição do grupo em viagem

1.1 Está sozinho		1.4 Está com os familiares	
1.2 Está com o seu companheiro		1.5 Está com amigos e familiares	
1.3 Está com os amigos		Não sei/Não respondo	

2- Composição do grupo (n.º de pessoas)

2.1 Número total de pessoas	
2.2 Com menos de 16 anos	

4 - Quando tomou a decisão de visitar a cidade

4.1 Antes de sair do seu país de origem/área de residência	
4.2 Quando já se encontrava no Algarve	
4.3 Quando chegou a esta cidade	
Não sei/Não respondo	

3 –Residências permanente e temporária

3.1 País de Residência Permanente		
3.2 Cidade		
3.3 Reside no centro da cidade	Sim	Não
3.4 Região		
3.5 Local de alojamento no Algarve		
Não sei/Não respondo		

5- Está alojado na cidade

Sim ☐ Não ☐

Se não está alojado na cidade que meio de transporte utilizou para cá chegar :

5.1 Carro Próprio		5.4 Autocarro (transporte público)	
5.2 Carro Alugado		5.5 Comboio	
5.3 Autocarro (excursão)		5.6 Bicicleta	
5.7 A pé		Não sei/Não respondo	

7 Quais foram as suas fontes de informação para planear a visita

7.1 Amigos e familiares		7.5 Guias ou roteiros	
7.2 Visita Anterior		7.6 Representante do Op. turístico (REP)	
7.3 Internet		7.7 Posto de Turismo	
7.4 Rádio, TV, Imprensa		7.8 Recepção do hotel	
7.9 Outros:			
Não sei/Não respondo			

6- Quais são os motivos da sua visita ao Algarve

6.1 Sol e Praia		6.5 Golfe	
6.2 Turismo Cultural		6.6 Actividade Profissional	
6.3 Visita a familiares e amigos		6.7 Saúde	
6.4 Circuitos		6.8 Desporto	
6.9 Outro: Qual?			
Não sei/Não respondo			

8 Actividades culturais de que tenciona usufruir nesta cidade

8.1 Museus		8.5 Artes do espectáculo	
8.2 Monumentos		8.6 Festivais	
8.3 Galerias de Arte		8.7 Nenhum	
8.4 Gastronomia		8.8 Não sei/Não respondo	

9 Motivos de visita da visita à cidade

9.1 Passear		9.9 Seminários/Convenções	
9.2 Compras e lojas		9.10 Para me divertir	
9.3 História e Cultura (Visita a monumentos)		9.11 Para melhorar os meus conhecimentos	
9.4 Clima ameno, sol, paisagem natural		9.12 Pelo ambiente humano, pelas pessoas	
9.5 Eventos Culturais		9.13 Nada em particular	
9.6 Negócios/Incentivos		9.14 Estou de passagem	
9.7 Para acompanhar os amigos		9.15 Para conhecer coisas novas	
9.8 Para descontrair e usufruir da paisagem			
9.16 Outros:		Não sei/Não respondo	

Anexos

10 - Acolhimento e informação da cidade. A cidade deve ter à disposição dos turistas:
Classifique numa escala de 1 a 3 1 Indispensável; 2 Necessário; 3 Desnecessário

	1	2	3		1	2	3
10.1 Sinalização das atracções				10.9 Visitas guiadas ao Centro Histórico			
10.2 Painéis Explicativos da história e arte do centro histórico				10.10 Visitas guiadas no interior de cada monumento			
10.3 Painéis e brochuras de divulgação dos eventos culturais				10.11 Mapas gratuitos em várias línguas, (nos terminais de transportes, no posto de turismo e nos estabelecimentos hoteleiros)			
10.4 Brochuras com a divulgação dos espectáculos				10.12 Apresentações áudio visuais (no centro histórico e em cada monumento)			
10.5 Postos de Turismo				10.13 Passeios de barco na zona ribeirinha			
10.6 Casas de banho públicas				10.14 Itinerários temáticos urbanos			
10.7 Guias Específicos para crianças e para jovens com folhas de avaliação				10.15 Facilitar a visita a utilizadores com necessidades especiais			
10.8 Visitas de cidade, de autocarro/carrinha / comboio				10.16 Facilitar a informação a utilizadores com necessidades especiais			
Outros:				Não sei/Não respondo			

11 - Imagem espaço público do centro histórico

Por favor faça uma cruz por cima do número certo

5 Concordo inteiramente; 4 Concordo; 3 Não Concordo nem discordo; 2 Discordo; 1 Discordo inteiramente; Não sei/Não respondo

	1	2	3	4	5	N/S N/R
11.1 O centro histórico possui marcos que se destacam (muralhas, monumentos, panoramas, espaços)						
11.2 O centro histórico possui um conjunto construído harmonioso						
11.3 A cidade moderna, tem uma relação equilibrada com o centro histórico (altura dos edifícios, volume)						
11.4 O património do centro histórico está bem preservado						
11.5 No centro histórico a orientação é fácil						
11.6 No centro histórico é fácil encontrar percursos interessantes e variados						
11.7 O centro histórico possui ruas economicamente activas e animadas pela presença das pessoas						
11.8 As ruas do centro histórico têm várias utilizações (habitação, lojas, empresas, lazer)						
11.9 As estátuas, fontes, bancos caixas de telefone, do centro histórico, enriquecem a cidade						

Anexos

12 - Um centro histórico atractivo é

Por favor faça uma cruz por cima do número certo

5ConcordoInteiramente; 4Concordo; 3 Não concordo nem discordo; 2 discordo; 1discordo inteiramente; Não sei/Não respondo

	1	2	3	4	5	N/S N/R
12.1 Um centro histórico com museus e monumentos interessantes						
12.2 Um centro histórico limpo						
12.3 Um centro histórico com serviços e produtos culturais de qualidade						
12.4 Um centro histórico que proporcione a participação em espectáculos variados (teatro, música, cinema, luz e som, multimédia)						
12.5 Um centro histórico que possua jardins, com plantas da região						
12.6 Um centro histórico com uma zona ribeirinha activa (animação desportiva, restaurantes, cafés, lojas)						
12.7 Um centro histórico com vida nocturna intensa (bares, discotecas)						
12.8 Um centro histórico com parques ou zonas temáticas						
12.9 Um centro histórico com pessoas simpáticas e hospitaleiras						
12.10 Um centro histórico com um comércio que valorize a cultura, a história e a produção artística e artesanal local						
12.11 Um centro histórico seguro						

13 - Já tinha visitado esta cidade?

É a primeira vez que visito	
Já tinha visitado antes	

14 – Quanto tempo demorou a visitar a cidade

Entre 1 e 2 horas	Entre 2 e 4 horas	Mais de 4 horas
-------------------	-------------------	-----------------

15 - A visita que efectuou a este centro histórico enriqueceu a sua estadia ao Algarve

☐ Sim ☐ Não

16 - Pensa voltar noutra oportunidade

☐ Sim ☐ Não

17 – Pensa recomendar a visita a outras pessoas

☐ Sim ☐ Não

18 - Se tivesse de classificar a sua experiência, numa escala de 1 a 5 como o faria

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5

19 – Aponte três elementos da oferta de turismo cultural, no centro histórico, que a distingue das outras

20 - Refira três adjectivos que sintetizem a sua imagem do centro histórico:

--	--	--

21 - Sexo:

2.1 M _____ 2.2 F _____

22 – Idade _____

Ana Maria Ferreira

Anexos

23 - A sua actividade profissional pode ser inserida num dos seguintes grupos

23.1 Turismo/Lazer/Entretenimento	
23.2 Artes/Artes Plásticas/ Cénicas/Indústrias Culturais/Cultura/Informação	
23.3 Marketing/Financiária/Gestão/Consultoria /Tecnologias da Informação	
23.4 Professor/Investigador/Serviços de Solidariedade Social	
23.5 Ciências da Natureza, Ciências Exactas, Engenharia	
23.6 Desempregado	
23.7 Estudante	
23.8 Outra: Qual?	
Não sei/Não respondo	

24 . Nível Educacional

Ensino não Superior		Ensino Superior	
24.1 Ensino Primário		24.4.5Bacharel	
24.2 Ensino Secundário		24.5Licenciado	
24.3 Ensino Profissionalizante		24.6 Mestre	
		24.7 Doutor	
Não sabe/Não responde			

Data _____

Hora _____

Local _____

Anexos

ANEXO 3

***Questionário Piloto aplicado aos representantes das instituições públicas e privadas,
empresas e associações com interesses na regeneração do centro histórico e no
Turismo***

Anexos

Questionário Piloto

1 Este questionário insere-se num trabalho de investigação de Doutoramento a decorrer na Universidade de Aveiro

2 A qualidade do trabalho final depende da sua preciosa colaboração: Por favor, leia atentamente as questões colocadas e escolha a resposta que mais se adequa à sua opinião.

3 Este questionário é confidencial pelo que os resultados finais nunca identificarão directamente as pessoas ou organizações que o estão a responder. Assim, mesmo que algumas questões possam ser, na sua opinião, mais delicadas, por favor responda com o maior rigor possível, dado que, pelo facto de se tratar de um trabalho de investigação, o sigilo em torno das questões será sempre escrupulosamente respeitado

4 No caso das organizações locais solicitamos o favor de responder apenas no que concerne à sua cidade (Faro, Tavira ou Lagos). No caso das regionais, pedimos que considerem as três cidades. Estas indicações referem-se às questões números, 1, 2, 3 e 5

5 Muito obrigado pela sua colaboração

Nome da organização _____

Nome do entrevistado: _____

1 - A evolução da oferta do centro histórico deve passar pelos seguintes produtos e serviços:

Assinale Sim com S e não com Não com N

1 Faro, 2 Tavira, 3 Lagos

	1 F	2 T	3 L	N/S N/R		1 F	2 T	3 L	N/S N/R
1.1 Estúdios e as empresas artísticas (arquitectura, reabilitação, restauro e manutenção de edifícios, artes plásticas, design, design de moda)					1.6 Escritórios e outros centros de negócios				
1.2 Empresas de produção de animação culturais (editoras, software, jogos de computador, rádio, televisão, vídeo,					1.7 Antiquários, galerias de arte, alfarrabistas				
1.3 Instituições Culturais / Centros de artes/ Artes performativas e cénicas					1.8 Pequenas indústrias não poluentes				
1.4 Pequenos estabelecimentos comerciais variados					1.9 Serviços públicos de carácter administrativo				
1.5 Alojamento, restaurantes sofisticados e típico, agências de viagens. Empresas de serviços de animação cultural, turística e desportiva)					1.10 Escolas e oficinas de artesãos (doçaria, cerâmica, tecelagem, rendas)				
1.11 Indique outros que considere relevantes:									

2 Imagem do centro histórico

Por favor Faça uma cruz em cima do número escolhido:

5 Concordo Inteira; 4 Concordo; 3 Nem concordo, nem discordo; 2 Discordo; 1 Discordo Inteira; Não Sei/ Não respondo

2.1 O centro histórico possui alguns marcos que se destacam (murallas, monumentos, panoramas, espaços verdes)

<i>Faro</i>	5	4	3	2	1	N/S, N/R
<i>Tavira</i>	5	4	3	2	1	N/S, N/R
<i>Lagos</i>	5	4	3	2	1	N/S, N/R

Anexos

2.2 O conjunto construído do centro histórico é harmonioso

<i>Faro</i>	5	4	3	2	1	N/S, N/R
<i>Tavira</i>	5	4	3	2	1	N/S, N/R
<i>Lagos</i>	5	4	3	2	1	N/S, N/R

2.3 A relação entre o centro histórico e a cidade moderna é equilibrada (escala, volume, densidade)

<i>Faro</i>	5	4	3	2	1	N/S, N/R
<i>Tavira</i>	5	4	3	2	1	N/S, N/R
<i>Lagos</i>	5	4	3	2	1	N/S, N/R

2.4 O conjunto patrimonial do centro histórico está bem preservado

3 - O espaço público do centro histórico da cidade:

Por favor faça uma cruz em cima do número escolhido:

5 Concordo Inteiramente; 4 Concordo; 3 Nem concordo nem discordo; 2 Discordo; 1 Discordo Inteiramente; Não sei/ Não respondo

3.1 A disposição do espaço público do centro histórico facilita a orientação

<i>Faro</i>	5	4	3	2	1	N/S N/R
<i>Tavira</i>	5	4	3	2	1	N/S N/R
<i>Lagos</i>	5	4	3	2	1	N/S N/R

3.2 - A disposição do espaço público no centro histórico permite encontrar percursos interessantes e variados

<i>Faro</i>	5	4	3	2	1	N/S N/R
<i>Tavira</i>	5	4	3	2	1	N/S N/R
<i>Lagos</i>	5	4	3	2	1	N/S N/R

3.3 O centro histórico possui ruas economicamente activas, animadas pela presença das pessoas

<i>Faro</i>	5	4	3	2	1	N/S N/R
<i>Tavira</i>	5	4	3	2	1	N/S N/R
<i>Lagos</i>	5	4	3	2	1	N/S N/R

3.4 As ruas do centro histórico apresentam utilizações mistas (habitação, lojas, empresas, lazer)

<i>Faro</i>	5	4	3	2	1	N/S N/R
<i>Tavira</i>	5	4	3	2	1	N/S N/R
<i>Lagos</i>	5	4	3	2	1	N/S N/R

Anexos

3.5 Estátuas, fontes, bancos de jardim, caixas de telefone, bem cuidados, no centro histórico, enriquecem a cidade

<i>Faro</i>	5	4	3	2	1	N/S N/R
<i>Tavira</i>	5	4	3	2	1	N/S N/R
<i>Lagos</i>	5	4	3	2	1	N/S N/R

4 – O plano de salvaguarda do centro histórico deve:

Assinale com Sim ou Não

Permitir a introdução de novos edifícios

Sim	Não
-----	-----

Em caso afirmativo esses novos edifícios devem :

Assinala

4.1 Ser muito idênticos aos tradicionais		4.3 Se insiram no conjunto urbano, embora apresentem características contemporâneas	
4.2 Apresentar rupturas estilísticas acentuadas com os tradicionais		4.4 Se não romperem com a escala do conjunto existente, concorda com qualquer das situações anteriores	
Não sei/Não respondo			
Mencione outras que considere importantes:			

5 - Caracterização dos habitantes do centro histórico

Faça uma cruz no número escolhido

5 Concordo inteiramente; 4 Concordo; 3 Nem concordo nem discordo; 2 Discordo; 1 Discordo inteiramente; Não sei/ Não respondo

5.1 Existe uma grande diversidade social no centro histórico

<i>Faro</i>	5	4	3	2	1	N/S N/R
<i>Tavira</i>	5	4	3	2	1	N/S N/R
<i>Lagos</i>	5	4	3	2	1	N/S N/R

5.2 Predominam os grupos mais desfavorecidos (idosos, reformados, grupos de baixos rendimentos, tóxico dependentes, desempregados, minorias étnicas, jovens com baixo índice de escolaridade)

<i>Faro</i>	5	4	3	2	1	N/S N/R
<i>Tavira</i>	5	4	3	2	1	N/S N/R
<i>Lagos</i>	5	4	3	2	1	N/S N/R

5.3 Existe uma nova procura de habitação nos centros históricos, por parte de classes médias e médias altas

<i>Faro</i>	5	4	3	2	1	N/S N/R
<i>Tavira</i>	5	4	3	2	1	N/S N/R
<i>Lagos</i>	5	4	3	2	1	N/S N/R

5 Acessibilidade no centro histórico, quanto a si, significa:

Assinale com Sim ou com Não, de acordo com as suas preferências

6.1 Facilitar a utilização do automóvel próprio no centro histórico, a todos		6.5 Reduzir a oferta de estacionamento	
6.2 Restringir a utilização do automóvel próprio aos residentes		6.6 Restringir o tempo de permanência	
6.3 Incentivar os transportes alternativos		6.7 Desenhar as ruas para peões e bicicletas	
6.4 Criar impostos sobre a utilização do transporte próprio		6.8 Indique outras que considere viáveis	
Não sei/ Não respondo			

Ana Maria Ferreira

Anexos

7 - Quanto à regeneração do centro histórico, à produção cultural e ao turismo diria que:

Por favor faça uma cruz no número escolhido:

5 Concordo Inteiramente; 4 Concordo; 3 Nem concordo nem discordo; 2 Discordo; 1 Discordo Inteiramente; Não sei/Não respondo

	5	4	3	2	1	N/S N/R
7.1 O acesso de elevado número de residentes à cultura favorece a produção e o consumo de bens e serviços culturais						
7.2 A produção cultural, nos centros históricos, devia ser orientada no sentido das artes cénicas dos festivais, da animação cultural.						
7.3 A produção cultural dos centros históricos passa pela criação de parques ou zonas temáticas						
7.4 A produção cultural dos centros históricos, não deve incluir uma gama variada de actividades artísticas e produtos culturais (artesanato, gastronomia, moda, fotografia, audiovisuais, multimédia) ao dispor de turistas e residentes						
7.5 A localização da produção e do consumo cultural na zona histórica, facilita a sua reabilitação						
Mencione outros que considere relevantes						

8- Quanto à relação entre a regeneração dos centros históricos e o turismo diria que:

Assinale, por favor, com uma cruz no número escolhido

5 Muito Forte; 4 Forte; 3 Nem forte nem fraca; 2 Fraca; 1 Muito fraca; Não sei/ Não respondo

	5	4	3	2	1	N/S N/R
8.1 A reabilitação dos centros históricos contribui para a requalificação do produto sol e praia						
8.2 A reabilitação dos centros históricos, permite que eles possam vir a constituir uma oferta alternativa ao sol e praia						
8.3 A oferta de turismo em centros históricos apenas pode aspirar a ser um complemento do sol e praia						
8.4 O desenvolvimento do turismo facilita a reutilização de edifícios, para novas actividades económicas (alojamento, restaurantes, actividades culturais e de lazer)						
8.5 O turismo ajuda a rentabilizar os equipamentos e os edifícios, com função cultural relevante						
8.6 O incremento do turismo no centro histórico, pode contribuir para divulgar os produtos culturais						
8.7 O incremento do turismo no centro histórico pode evitar o seu colapso económico, devido ao envelhecimento e ao abandono por parte dos residentes e das actividades económicas						
8.8 O desenvolvimento do turismo deve de respeitar a escala do local e o seu carácter						
8.9 O turismo contribui para um nível elevado de manutenção do centro histórico						
8.10 - Deve ser encontrado o equilíbrio entre as necessidades dos residentes e dos visitantes						
8.11-Os benefícios económicos, sociais e culturais para os centros históricos, do desenvolvimento do turismo superam as desvantagens						
8.12 O emprego gerado, pelo turismo, nos centros históricos é relevante						
8.13 O turismo ajuda a manter um comércio tradicional, marcado pela diferença, que faz frente às grandes superfícies						
8.14 O turismo no centro histórico não pode contribuir para a valorização da imagem da cidade						
Mencione outros que considere relevantes						

Anexos

9 - A estratégia de acolhimento e informação deve de incluir:

Classifique numa escala de 1 a 3 - 3Indispensável; 2Necessário; 1Dispensável

	1	2	3		1	2	3
9.1 Sinalização das atracções para turistas				9.9 Visitas guiadas ao Centro Histórico _			
9.2 Painéis de Interpretação no centro histórico				9.10 Visitas guiadas no interior de cada monumento			
9.3 Painéis de Divulgação dos eventos culturais				9.11 Brochuras, desdobráveis, gratuitos, com mapas, do centro histórico (nos terminais de transportes, no posto de turismo e nos estabelecimentos hoteleiros)			
9.4 Folhetos e brochuras de divulgação dos eventos culturais e espectáculos				9.12 Apresentações áudio visuais (no centro histórico e em cada monumento)			
9.5 Postos de Turismo				9.13 Sinais de transito correctamente colocado			
10.6 Casas de banho públicas				9.14 - Passeios de barco na zona ribeirinha			
9.7 Guias Específicos para crianças e para jovens com folhas de avaliação				9.15 Itinerários temáticos urbanos			
9.8 Visitas de cidade, de autocarro/carrinha / comboio				9.16 Facilidade de acesso a utilizadores com necessidades especiais			
9.17 Refira outras que considere importantes							

10 - Na sua opinião quais deveriam de ser os objectivos da política de gestão do turismo para o centro histórico:

Ordene, de 1º a 7º, de acordo com o que considera mais prioritário

10.1 Aumentar o número de visitantes		10.5 Encorajar os turistas a visitar fora da época alta	
10.2 Gerir melhor os visitantes actuais		10.6 Espalhar os visitantes por outras zonas da cidade	
10.3 Evitar os impactos negativos		10.7 Tentar aumentar a permanência na cidade	
10. 4 Tentar fidelizar os visitantes		Não sei/Não respondo	
Indique outros não referidos, que possam ser relevantes			

+7
+6
+5
+4
+3
+2
+1
-1

11 Os métodos de actuação, para gerir os fluxos turísticos no centro histórico passam por:

Indique por ordem de preferência de 1º a 4º :

11.1 Medidas restritivas, incluindo controlo de acesso		11.3 Melhor desenho, planeamento e coordenação na acção	
11.2 Medidas financeiras, como o pagamento de entradas nos monumentos		11.4 Melhor Marketing, informação e interpretação	
Não sei/Não respondo			
Indique outros não referidos, que possam ser relevantes			

+4
+3
+2
+1
-1

Anexos

12 Para criar um produto turístico, para o centro da cidade é necessário:

5 Muito Relevantes; 4 Relevantes; 3 Nem relevante nem irrelevante; 2 Irrelevantes; 1 Muito Irrelevantes; Não sei/Não respondo

Assinale com uma cruz no número escolhido

	5	4	3	2	1	N/S N/R
12.1 Uma direcção forte, bem estruturada, institucionalizada, dotada de meios de acção (financeiros e humanos)						
12.2 Uma parceria baseada na colaboração estreita e coerente entre todos os actores, a nível local, regional e nacional						
12.3 Uma visão comum de desenvolvimento turístico, elaborada pelos parceiros, baseada na concertação entre os actores						
12.4 Uma definição de políticas coerentes e coordenadas entre o departamento do turismo e outros responsáveis pelo desenvolvimento urbano, que ajudam a construir a oferta turística						
12.5 Um esquema de incentivos financeiros (fiscais, subsídios) à iniciativa privada, nomeadamente turística, de modo a que participe activamente nesse projecto						
12.6 Um esquema de incentivos, não financeiros (informação, promoção, prémios, formação), à iniciativa privada, nomeadamente turística, de modo a que participe activamente nesse projecto						
12.7 Uma política de formação dos recursos humanos adequada aos objectivos a atingir						
12.8 Os residentes devem participar, de forma activa, na elaboração da oferta						
12.9 Os turistas devem de ser sensibilizados para minimizar os impactos negativos dos fluxos turísticos						
12.10 Uma distribuição equilibrada dos benefícios do turismo entre os visitantes, os residentes, os empresários e os profissionais dos sectores envolvidos, nomeadamente o do turismo						
12.11 Uma oferta de elevada qualidade						
12.12 Um desenvolvimento duradouro da oferta						
Indique outras que considere relevantes						

13 Indique, o que considera ser os três obstáculos à concretização do programa referido em 12

--	--	--

14 A instituição a que pertence gostaria de participar numa iniciativa dessa natureza?

14.1 Sim _____ 14.2 Não _____ 14.3 Talvez _____ 14.4 Não Sei/Não respondo _____

16.5 Indique as razões mais relevantes da sua escolha

Anexos

15 - Indique o relevo que as questões abordadas possuem para a instituição, associação ou empresa que representa

Faça uma cruz por cima da afirmação correcta

Muito Relevante
Relevante
Nem relevante/nem irrelevante
Irrelevante
Muito Irrelevante
Não sei/ Não respondo

Anexos

ANEXO 4

***Questionário definitivo aplicado aos representantes das instituições públicas e privadas,
empresas e associações com interesses na regeneração do centro histórico e no
Turismo***

Anexos

1 - Este questionário insere-se num trabalho de investigação de Doutoramento a decorrer na Universidade de Aveiro, subordinado ao tema “O Turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos – O caso de Faro”

2 - A qualidade do trabalho final depende da sua preciosa colaboração. Por favor, leia atentamente as questões colocadas e escolha a resposta que mais se adequar à sua opinião.

3 - Este questionário é confidencial pelo que os resultados finais nunca identificarão directamente as pessoas ou organizações que o estão a responder. Assim, mesmo que algumas questões possam ser, na sua opinião, mais delicadas, por favor responda com o maior rigor possível, dado que, pelo facto de se tratar de um trabalho de investigação, o sigilo em torno das questões será sempre escrupulosamente respeitado

4 - Muito obrigado pela sua colaboração

Nome da organização _____

Nome do entrevistado: _____

1 – Uma evolução favorável das actividades económicas centro histórico de Faro, quanto a si, passa pelo incremento da oferta das seguintes actividades produtos e serviços:

Por favor faça uma cruz em cima do número escolhido uma cruz:

1 Discordo inteiramente; 2 Discordo; 3 Não concordo nem discordo; 4 Concordo; 5 Concordo inteiramente

	1	2	3	4	5
1.1 Estúdios e empresas artísticas (arquitectura, reabilitação, restauro e manutenção de edifícios, artes plásticas, design, design de moda)					
1.2 Empresas de produção e de animação culturais (editoras, software, jogos de computador, rádio, televisão, vídeo),					
1.3 Instituições Culturais / Centros de artes/ Artes performativas e cénicas					
1.4 Pequenos estabelecimentos comerciais variados					
1.5 Alojamento, restaurantes, agências de viagens, empresas de serviços de animação cultural , turística e desportiva					
1.6 Escritórios e outros centros de negócios					
1.7 Antiquários, galerias de arte, alfarrabistas					
1.8 Pequenas indústrias não poluentes					
1.9 Serviços públicos de carácter administrativo					
1.10 Escolas e oficinas de artesãos (doçaria, cerâmica, tecelagem, rendas, cestaria, móveis e outros artigos em madeira					

2 Imagem do centro histórico de Faro

Por favor Faça uma cruz em cima do número escolhido:

5 Concordo Inteiramente; 4 Concordo; 3 Nem concordo, nem discordo; 2 Discordo; 1 Discordo Inteiramente; Não Sei/ Não respondo

	1	2	3	4	5	N/S N/R
2.1 O centro histórico possui alguns marcos que se destacam (muralhas, monumentos, panoramas, espaços verdes						
2.2 O conjunto construído do centro histórico é harmonioso						
2.3 A relação entre o centro histórico e a cidade moderna é equilibrada (escala, volume, densidade)						
2.4 O património do centro histórico está bem preservado						

Anexos

3 - O espaço público do centro histórico da cidade de Faro

Por favor faça uma cruz em cima do número escolhido:

5 Concordo Inteiramente; 4 Concordo; 3 Nem concordo nem discordo; 2 Discordo; 1 Discordo Inteiramente; Não sei/ Não respondo

	1	2	3	4	5	N/S N/R
3.1 A disposição do espaço público do centro histórico facilita a orientação						
3.2 A disposição do espaço público no centro histórico permite encontrar percursos interessantes e variados						
3.3 O centro histórico possuir ruas economicamente activas e animadas com a de presença das pessoas						
3.4 As ruas do centro histórico apresentam utilizações mistas (habitação, lojas, empresas, lazer)						
3.5 As estátuas, fontes, bancos de jardim, caixas de telefone, do centro histórico, enriquecem a cidade						
3.6 No centro histórico persistem actividades que não são compatíveis com a imagem de zona símbolo da cidade (histórica, cultural e de convívio)						

3.7 Se responder que concorda (4) ou concorda inteiramente (5), na pergunta 3.6, mencione quais as actividades não compatíveis

4 – O Plano de Valorização do centro histórico de Faro deve:

Assinale com Sim ou Não

Permitir a introdução de novos edifícios

Sim	Não
-----	-----

Em caso afirmativo esses novos edifícios devem:

Por favor faça uma cruz em cima do número escolhido:

5 Concordo Inteiramente; 4 Concordo; 3 Nem concordo nem discordo; 2 Discordo; 1 Discordo Inteiramente; Não sei/ Não respondo

	1	2	3	4	5	N/S N/R
1 Ser muito idênticos aos tradicionais						
4.2 Apresentar rupturas estilísticas acentuadas com os tradicionais						
4.3 Inserir-se no conjunto urbano, embora apresentem características contemporâneas						
4.4 Respeitar, antes de tudo, a liberdade criativa do projectista						
4.5 Mencione outras que considere importantes						

Anexos

5 - Caracterização dos habitantes do centro histórico de Faro

Faça uma cruz no número escolhido

5 Concordo inteiramente; 4 Concordo; 3 Nem concordo nem discordo; 2 Discordo; 1 Discordo inteiramente; Não sei/ Não respondo

	1	2	3	4	5	N/S N/R
5.1 Existe uma grande diversidade social no centro histórico						
5.2 Predominam os grupos mais desfavorecidos (idosos, reformados, grupos de baixos rendimentos, toxico dependentes, desempregados, minorias étnicas, jovens com baixo índice de escolaridade)						
5.3 Existe uma nova procura de habitação nos centros históricos, por parte de classes médias e médias altas						
5.4 O centro histórico dispensa a função residencial						

6 As formas de actuação a nível municipal, regional e nacional para evitar a degradação do ambiente construído no centro histórico de Faro, passam por:

5 Concordo inteiramente; 4 Concordo; 3 Nem concordo nem discordo; 2 Discordo; 1 Discordo inteiramente; Não sei/ Não respondo

	5	4	3	2	1	N/S N/R
6.1 Criação de impostos para proprietários que deixem degradar os imóveis						
6.2 Apoio aos proprietários de imóveis com arrendamentos antigos, pouco lucrativos						
6.3 Aumento do imposto municipal para aqueles que deixem os seus edifícios vagos, para além de um determinado período de tempo						
6.4 Aquisição por parte do município, no caso dos edifícios degradados e deixados ao abandono						
6.5 As autoridades municipais devem procurar dedicar uma maior parte do seu orçamento à regeneração do centro histórico						
6.6 As autoridades regionais e locais devem aproveitar melhor os fundos comunitários						
6.7 As autoridades locais devem procurar desenvolver acções de parceria com o sector privado						
6.8 A autarquia deve procurar promover, junto dos investidores, proprietários, instituições públicas e privadas, associações de voluntários e residentes, o interesse pela regeneração do centro histórico						
6.9 As instituições, a nível nacional, regional e local devem incentivar as acções de mecenato que beneficiem a regeneração do centro histórico						
6.10 As autoridades locais devem favorecer as acções de pequena dimensão que sejam desenvolvidas por grupos ou organizações comunitárias						

7 Acessibilidade no centro histórico de Faro, quanto a si, significa:

Assinale com Sim ou com Não, de acordo com as suas preferências

7.1 Facilitar a utilização do automóvel próprio no centro histórico, a todas as pessoas		7.5 Reduzir a oferta de estacionamento	
7.2 Permitir a utilização do automóvel próprio exclusivamente aos residentes		7.6 Restringir o tempo de permanência dos veículos	
7.3 Incentivar os transportes alternativos		7.7 Desenhar as ruas para peões e bicicletas	
7.4 Criar impostos sobre a utilização do transporte próprio		Não sei/ Não respondo	
Indique outras que considere viáveis			

Anexos

8 - Quanto à regeneração do centro histórico, de Faro, à produção cultural e ao turismo diria que:
Por favor faça uma cruz no número escolhido:

6 Concordo Inteiramente; **4** Concordo; **3** Nem concordo nem discordo; **2** Discordo; **1** Discordo Inteiramente; Não sei/Não respondo

	5	4	3	2	1	N/S N/R
8.1 O acesso de um número elevado de residentes ao ensino favorece a produção e o consumo de bens e serviços culturais						
8.2 A produção cultural, nos centros históricos, deve ser orientada no sentido das artes cénicas dos festivais, da animação cultural.						
8.3 A produção cultural dos centros históricos não deve incluir a criação de parques ou zonas temáticas						
8.4 A produção cultural dos centros históricos, deve incluir uma gama variada de actividades artísticas e produtos culturais (artesanato, gastronomia, moda, fotografia, audiovisuais, multimédia) ao dispor de turistas e residentes						
8.4 A localização da produção e do consumo cultural na zona histórica, facilita a sua reabilitação						
Mencione outros que considere relevantes						

9 - Quanto à relação entre a regeneração do centro histórico de Faro e o turismo diria que:

Assinale, por favor, com uma cruz no número escolhido

5 Muito Forte; **4** Forte; **3** Nem forte nem fraca; **2** Fraca; **1** Muito fraca; Não sei/ Não respondo

	5	4	3	2	1	N/S N/R
9.1 A reabilitação do centro histórico de Faro contribui para a requalificação do produto sol e praia						
9.2 A reabilitação do centro histórico de Faro permite que ele possa vir a constituir uma oferta cultural, alternativa ao sol e praia						
9.3 A oferta turística do centro histórico de Faro apenas pode aspirar a ser um complemento do sol e praia						
9.4 O desenvolvimento do turismo facilita a reutilização de edifícios, para novas actividades económicas (alojamento, restaurantes, actividades culturais e de lazer)						
9.5 O turismo ajuda a rentabilizar os equipamentos e os edifícios do centro histórico de Faro, com função cultural relevante						
9.6 O incremento do turismo no centro histórico de Faro, pode contribuir para divulgar os produtos culturais regionais e locais						
9.7 O incremento do turismo no centro histórico de Faro, pode evitar o seu colapso (devido ao envelhecimento e ao abandono por parte dos residentes e das actividades económicas)						
9.8 O desenvolvimento do turismo no centro histórico de Faro deve de respeitar a escala e o carácter do local						
9.9 O turismo contribui para um nível elevado de manutenção do centro histórico de Faro						
9.10 A função residencial no centro histórico de Faro é incompatível com a turística						
9.11 Os benefícios económicos, sociais e culturais para o centro histórico de Faro, do desenvolvimento do turismo superam as desvantagens						
9.12 O volume de emprego gerado, pelo turismo, no centro histórico de Faro é relevante						
9.13 A qualidade do emprego gerado pelo turismo, no centro histórico é relevante						
9.14 O turismo contribui para manutenção do comércio tradicional no centro histórico de Faro						
9.15 O turismo no centro histórico de Faro não contribui para a valorização da imagem da cidade						

Anexos

10 - A estratégia de acolhimento e informação, no centro histórico de Faro, deve incluir:
Classifique numa escala de 1 a 3 - 3Indispensável; 2 Necessário; 1Dispensável

	1	2	3		1	2	3
10.1 Sinalização das atracções				10.9 Visitas guiadas ao Centro Histórico			
10.2 Painéis de Interpretação no centro histórico				10.10 Visitas guiadas no interior de cada monumento			
10.3 Painéis de Divulgação dos eventos culturais				10.11 Brochuras, desdobráveis, gratuitos, com mapas, do centro histórico (nos terminais de transportes, no posto de turismo e nos estabelecimentos hoteleiros)			
10.4 Folhetos e brochuras de divulgação dos eventos culturais e espectáculos				10.12 Apresentações áudio visuais (no centro histórico e em cada monumento)			
10.5 Postos de Turismo				10.13 Passeios de barco na zona ribeirinha			
10.6 Casas de banho públicas				10.14 Itinerários temáticos urbanos			
10.7 Guias específicos para crianças e para jovens com folhas de avaliação				10.15 Facilidade de acesso a utilizadores com necessidades especiais			
10.8 Visitas de cidade, de autocarro/carrinha / combóio				10.16 Adequar a informação com necessidades especiais de alguns utilizadores (invisuais, com dificuldades de locomoção, surdos)			
10.17 Refira outras que considere importantes							

11 – As opções de gestão dos fluxos turísticos no centro histórico passam por:
Indique por ordem de preferência de 1º a 5º :

11.1 Aumentar a capacidade das infra estruturas e dos serviços/utilizar materiais mais resistentes		11.4 Controlar a frequência (acesso pago ou restringido, Selecção dos visitantes, interdição de certas práticas)	
11.2 Dispersar os visitantes no tempo e no espaço		11.5 Influenciar o comportamento (informar, sensibilizar, educar)	
11.3 Concentrar o acesso no tempo e no espaço		Não sei/Não respondo	
11.6 Indique outros não referidos, que possam ser relevantes			

12 - Na sua opinião quais deveriam de ser os objectivos da política de gestão do turismo para o centro histórico de Faro:

Ordene, de 1º a 9º, de acordo com o que considera mais prioritário

12.1 Aumentar o número de visitantes		12.6 Encorajar os turistas a visitar fora da época alta	
12.2 Gerir melhor os visitantes actuais		12.7 Oferecer uma experiência de qualidade a todos os turistas	
12.3 Respeitar os princípios do turismo sustentável		12.8 Tentar aumentar a permanência na cidade	
12.4 Apoiar o investimento e o emprego no sector turístico		12.9 Favorecer a criação de parcerias	
12.5 Desenvolver uma estratégia turística integrada		Não Sei/Não respondo	
12.10 Indique outros não referidos, que possam ser relevantes			

Anexos

13 - Para criar um produto turístico, para o centro da cidade de Faro, é necessário:

5 Muito Relevante; 4 Relevante; 3 Nem relevante nem irrelevante; 2 Irrelevante; 1 Muito Irrelevante; Não sei/Não respondo

Assinale com uma cruz no número escolhido

	5	4	3	2	1	N/S N/R
13.1 Uma direcção forte, bem estruturada, institucionalizada, dotada de meios de acção (financeiros e humanos)						
13.2 Uma parceria baseada na colaboração estreita e coerente entre todos os actores, a nível local, regional e nacional						
13.3 Uma política comum de desenvolvimento turístico, elaborada pelos parceiros, baseada na concertação entre os actores						
13.4 Um sistema de incentivos financeiros (fiscais, subsídios) à iniciativa privada, de modo a que participe activamente nesse projecto						
13.5 Um sistema de incentivos não financeiros (informação, promoção, prémios, formação), à iniciativa privada, de modo a que participe activamente nesse projecto						
13.6 Uma política de formação dos recursos humanos adequada aos objectivos a atingir						
13.7 Os residentes devem participar, de forma activa, na organização da oferta						
13.8 Os turistas devem ser sensibilizados para minimizar os impactos negativos que produzem						
13.9 Promover uma distribuição equilibrada dos benefícios gerados pelo turismo entre os empresários e os profissionais dos sectores envolvidos, os visitantes e os residentes						
13.10 A oferta deve ter uma qualidade elevada						
13.11 A parceria de ter capacidade de manter o empenhamento, a longo prazo						
13.12 Indique outras que considere relevantes						

14 - Indique, o que considera ser os três obstáculos à concretização do programa referido em 13

--	--	--

15 - A instituição a que pertence gostaria de participar numa iniciativa dessa natureza?

15.1 Sim _____ 15.2 Não _____ 15.3 Talvez _____ 15.4 Não Sei/Não respondo _____

15.5 Indique as razões mais relevantes da sua escolha

16 - Indique o relevo que as questões abordadas possuem para a instituição, associação ou empresa que representa

16.1 Faça uma cruz por cima da afirmação correcta

Muito Relevante	
Relevante	
Nem relevante/nem irrelevante	
Irrelevante	
Muito Irrelevante	
Não sei/ Não respondo	

Ana Maria Ferreira

16.2 Justifique a sua resposta

--

17 - Idade _____

18 - Nível Educacional

Ensino não Superior		Ensino Superior	
17.1 Ensino Primário		17.4 Bacharel	
17.2 Ensino Secundário		17.5 Licenciado	
17.3 Ensino Profissionalizante		17.6 Mestre	
		17.7 Doutor	
Não sabe/Não responde			

19 – Cargo que desempenha
